ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 86

Brasília - DF, sexta-feira, 6 de maio de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 17
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 17
Ministério da Cultura 19
Ministério da Defesa 21
Ministério da Educação 23
Ministério da Fazenda 30
Ministério da Integração Nacional 80
Ministério da Justiça 80
Ministério da Saúde 89
Ministério das Cidades 97
Ministério das Comunicações 98
Ministério das Relações Exteriores 102
Ministério de Minas e Energia 104
Ministério do Desenvolvimento Agrário 111
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 112
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 112
Ministério do Esporte 133
Ministério do Meio Ambiente 133
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 134
Ministério do Trabalho e Previdência Social 141
Ministério do Turismo 147
Ministério dos Transportes 147
Conselho Nacional do Ministério Público 148
Ministério Público da União 148
Tribunal de Contas da União 148
Poder Legislativo 168
Poder Judiciário 168
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 283

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.062 (1)
ORIGEM : ADI - 5062 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ABRAMUS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÚSICA E ARTES
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DE MÚSICOS, ARRANJADORES E REGENTE AMAR - SOMBRÁS - SOCIEDADE MUSICAL BRASILEIRA
ADV.(A/S) : CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA (000530/DF) E OUTRO(A/S)
REQTE.(S) : ASSIM - ASSOCIAÇÃO DE INTÉRPRETES E MÚSICOS
REQTE.(S) : SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES, COMPOSITORES E ESCRITORES DE MÚSICA - SBACEM
REQTE.(S) : SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMPOSITORES E AUTORES MUSICAIS - SICAM
REQTE.(S) : SOCINPRO - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO E PROTEÇÃO DE DIREITOS INTELECTUAIS
REQTE.(S) : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO-ECAD
ADV.(A/S) : PEDRO PAULO SALLES CRISTOFARO (60962/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : UNIÃO BRASILEIRA DE EDITORAS DE MÚSICAS - UBEM
ADV.(A/S) : SYDNEY LIMEIRA SANCHES (66176/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO PROCURE SABER - APS
ADV.(A/S) : RODRIGO BRANDAO VIVEIROS PESSANHA (0107152/RJ) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deliberou adiar o julgamento do feito. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 14.04.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que rejeitava as preliminares, conhecia integralmente da ação e julgava improcedentes os pedidos formulados, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, o Ministro Dias Toffoli, participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na VIII Conferência Ibero-americana sobre a Justiça Eleitoral, promovida pelo Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) e pelo Tribunal Superior Eleitoral, realizada em Manaus, Amazonas, e, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente ASSIM - Associação de Intérpretes e Músicos e outros, o Dr. Pedro Paulo Salles Cristófaro; pela requerente ABRAMUS - Associação Brasileira de Música e Artes, o Dr. Roberto Corrêa de Mello; pela requerente Associação de Músicos, Arranjadores e Regente AMAR - SOMBRÁS - Sociedade Musical Brasileira, o Dr. Carlos Fernando Mathias de Souza; pelo *amicus curiae* União Brasileira de Editoras de Músicas - UBEM, o Dr. Sydney Limeira Sanches; pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União; pelo *amicus curiae* Associação Procure Saber - APS, o Dr. Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha; e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 28.04.2016.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.065 (2)
ORIGEM : ADI - 5065 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES - UBC
ADV.(A/S) : JENNIFER SANTOS PEREIRA (0162157/RJ)
ADV.(A/S) : SYDNEY LIMEIRA SANCHES (66176/RJ)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : UNIÃO BRASILEIRA DE EDITORAS DE MÚSICAS - UBEM
ADV.(A/S) : SYDNEY LIMEIRA SANCHES (66176/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO PROCURE SABER
ADV.(A/S) : RODRIGO BRANDAO VIVEIROS PESSANHA (0107152/RJ)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deliberou adiar o julgamento do feito. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 14.04.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que rejeitava as preliminares, conhecia integralmente da ação e julgava improcedentes os pedidos formulados, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, o Ministro Dias Toffoli, participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na VIII Conferência Ibero-americana sobre a Justiça Eleitoral, promovida pelo Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) e pelo Tribunal Superior Eleitoral, realizada em Manaus, Amazonas, e, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente União Brasileira de Compositores - UBC e pelo *amicus curiae* União Brasileira de Editoras de Músicas - UBEM, o Dr. Sydney Limeira Sanches; pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia Geral da União; pelo *amicus curiae* Associação Procure Saber - APS, o Dr. Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 28.04.2016.

Secretaria Judiciária
DENNYS ALBUQUERQUE RODRIGUES
Secretário

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.744, DE 5 DE MAIO DE 2016

Promulga o Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde - ISAGS, firmado em Assunção, em 20 de abril de 2012.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde - ISAGS foi firmado em Assunção, em 20 de abril de 2012;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 156, em 7 de agosto de 2015; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 6 de novembro de 2015, nos termos de seu Artigo 14;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde - ISAGS, firmado em Assunção, em 20 de abril de 2012, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3ª Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mauro Luiz Iecker Vieira
José Agenor Álvares da Silva

ACORDO DE SEDE ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS - UNASUL PARA O FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO SUL-AMERICANO DE GOVERNO EM SAÚDE - ISAGS

A República Federativa do Brasil

e

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL),

Tendo presente:

Que o Tratado Constitutivo da UNASUL, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2008, estabeleceu as bases para a constituição da organização;

Que seu art. 3, j estabelece o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde como um dos objetivos específicos da UNASUL;

Que pelo art. 13 poderão ser aprovadas, por consenso, propostas de adoção de políticas e de criação de instituições, organizações ou programas comuns, segundo os objetivos da UNASUL;

Que pela Resolução 05/2009 do Conselho de Saúde Sul-Americano foi criado o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) e sua sede foi estabelecida na Cidade do Rio de janeiro;

Que pela Resolução 02/2011, aprovada na Reunião Ministerial de Montevidéu, realizada de 12 a 14 de abril de 2011, o Conselho de Saúde Sul-Americano aprovou o Estatuto do ISAGS, definindo sua missão e estrutura institucional;

Que a inviolabilidade, as imunidades, as isenções e as facilidades previstas não são concedidas em benefício ou interesse das pessoas, mas com a finalidade de garantir o cumprimento das atribuições do ISAGS e as funções de seu pessoal,

Acordam:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Substituta

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

CAPÍTULO I
Âmbito de aplicação

Artigo 1°

O Governo da República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) decidem que a sede e as atividades do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), para o cumprimento das funções que lhe atribui a Resolução 05/2009 do Conselho de Saúde Sul-Americano, reger-se-ão, no território da República Federativa do Brasil, pelas disposições do presente Acordo.

CAPÍTULO II
Definições

Artigo 2°

Para os efeitos do presente Acordo:

a) a expressão "as Partes" significa as Partes do presente Acordo;

b) a expressão "República" significa República Federativa do Brasil;

c) a expressão "Governo" significa o Governo da República Federativa do Brasil;

d) a expressão "Instituto" significa o Instituto Sul Americano de Governo em Saúde;

e) a expressão "bens" inclui os imóveis, móveis, direitos, fundos em qualquer moeda, metais preciosos, haveres, receitas, publicações e, em geral, tudo aquilo que constituir o patrimônio do Instituto;

f) a expressão "território da República" significa o território da República Federativa do Brasil;

g) a expressão "sede" significa os locais onde o Instituto desempenha suas funções. Os locais incluem aqueles em que o Instituto desempenha efetivamente sua atividade, bem como os designados para tais fins;

h) a expressão "arquivos do Instituto" inclui correspondência, manuscritos, fotografias, gravações e, em geral, todos os documentos e dados armazenados por outros meios, incluído o eletrônico, que estejam em poder do Instituto, sejam ou não de sua propriedade; e

i) A expressão "funcionários do Instituto" inclui os membros de seu pessoal, incluindo o administrativo e o técnico.

CAPITULO III
O Instituto

Artigo 3°
Capacidade

1. O Instituto gozará, no território da República, da capacidade jurídica de direito interno para o exercício de suas funções.

2. Para tais efeitos, poderá:

a) ter em seu poder fundos em qualquer moeda, metais preciosos e outros valores, em instituições bancárias ou similares e manter contas de qualquer natureza e em qualquer moeda; e

b) remeter ou receber livremente os mencionados fundos dentro do território, bem como para e do exterior e convertê-los em outras moedas ou valores.

Artigo 4°
Imunidade de jurisdição

A UNASUL gozará de imunidade de jurisdição em tudo o que for relativo ao funcionamento do Instituto, exceto:

a) no caso de uma ação civil interposta por terceiros, por danos, lesões ou morte originados em acidente causado por veículo ou aeronave pertencente ou utilizado em nome do Instituto;

b) no caso de infração de trânsito envolvendo veículo utilizado ou pertencente ao Instituto;

c) no caso de uma contrademanda relacionada diretamente com ações iniciadas pelo Instituto;

d) no caso de atividades comerciais do Instituto; e

e) no caso de ações trabalhistas ou relativas à seguridade social interpostas por um empregado ou ex-empregado do Instituto.

Artigo 5°
Renúncia à imunidade de jurisdição

1. A UNASUL poderá renunciar, para o caso específico, à imunidade de jurisdição de que goza.

2. Tal renúncia não incluirá a imunidade de execução, para a qual será exigido um novo pronunciamento.

Artigo 6°
Inviolabilidade

1. A sede do Instituto e seus arquivos, onde quer que se encontrem, são invioláveis.

2. Os bens do Instituto utilizados para fins oficiais estarão isentos de registro, confisco, expropriação e toda outra forma de intervenção, quer seja por via de ação executiva, administrativa, judicial ou legislativa, salvo em caso de renúncia expressa por parte da UNASUL.

Artigo 7°
Isenções tributárias

1. O Instituto e seus bens estarão isentos, no território da República:

a) dos impostos diretos;

b) dos direitos de alfândega, no que diz respeito aos bens importados pela UNASUL ou pelo Instituto para seu uso oficial. Os artigos importados sob este regime somente poderão ser vendidos no território da República conforme as condições vigentes atualmente ou por aquelas mais favoráveis que venham a ser estabelecidas;

c) do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incluído nas aquisições locais de mercadorias destinadas à construção ou reforma de seus locais; e

d) do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o consumo local de energia elétrica, telecomunicações e, se no Distrito Federal, sobre saída de combustíveis, nos termos estabelecidos nas legislações estaduais e distrital, conforme autorizado por Convênio ICMS.

As autoridades competentes do Governo poderão dispor, se assim estimarem pertinente, que a mencionada isenção seja substituída pela devolução dos impostos em questão.

2. Não estarão isentos, nem o Instituto nem seus bens, das taxas, tarifas ou preços que constituírem remuneração por serviços de utilidade pública efetivamente prestados.

Artigo 8°
Facilidades em matéria de comunicações

1. Para suas comunicações oficiais, o Instituto gozará de facilidades não menos favoráveis que as outorgadas pela República às missões diplomáticas permanentes, quanto às prioridades, contribuições, tarifas e impostos sobre correspondência, telex, telegramas, radiogramas, telefonemas, faxes, redes de informática e outras comunicações, bem como em relação às tarifas de imprensa escrita, radial ou televisiva. Não serão objeto de censura a correspondência ou outras comunicações oficiais do Instituto.

2. O Instituto poderá remeter ou receber sua correspondência por correios ou malas, os quais gozarão do mesmo estatuto de prerrogativas que aquele concedido aos correios ou malas diplomáticas, em aplicação das normas em vigor.

3. O disposto neste artigo não impedirá que qualquer uma das Partes solicite à outra a adoção de medidas cabíveis de segurança, as quais serão acordadas por ambas quando assim estimarem necessário.

CAPÍTULO IV
Funcionários do Instituto

Artigo 9°
Prerrogativas dos funcionários do Instituto

1. O Diretor Executivo do Instituto gozará das mesmas prerrogativas -tais como facilidades, inviolabilidade pessoal, imunidades, privilégios, franquias e isenções tributárias- outorgadas aos funcionários de categoria equivalente das Representações de Organismos Internacionais com sede na República. As mesmas serão extensivas aos membros de sua família que dependam legalmente deles.

2. O Diretor Executivo do Instituto, para os efeitos deste artigo, será equiparado aos Chefes de Missão das aludidas Representações.

3. Poderá, também, transferir seus bens, isentos de todo tributo, ao término de suas funções.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 10
Prerrogativas dos demais funcionários

1. Os demais funcionários do Instituto gozarão:

a) de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa no que diz respeito às expressões orais ou escritas e aos atos praticados no desempenho de suas funções;

b) de isenção aos impostos sobre salários e emolumentos recebidos do Instituto;

c) de isenção de restrições à imigração e registro de estrangeiros e de todo serviço de caráter nacional;

d) de isenção de restrições em matéria de transferência de fundos e operações cambiais;

e) de facilidades em matéria de repatriação, quando existirem restrições derivadas de conflitos internacionais. Essas facilidades serão as mesmas outorgadas aos membros do pessoal administrativo e técnico de organismos internacionais credenciados na República;

f) de isenção de tributos aduaneiros e demais taxas para a importação de mobília e bens de uso pessoal, a qual será aplicada durante seis meses a partir de sua chegada à República.

O disposto nos incisos a) e c) do presente Artigo continuará a ser aplicado mesmo se o funcionário do Instituto deixar de sê-lo.

O disposto nos incisos c) e e) do presente Artigo aplicar-se-á também aos membros da família do funcionário que dele dependam economicamente.

Artigo 11
Funcionários nacionais ou residentes permanentes do Estado Sede

O disposto nos artigos 9° e 10 do presente Acordo não se aplica aos funcionários do Instituto que sejam nacionais ou residentes permanentes da República Federativa do Brasil.

Artigo 12
Renúncia à imunidade

Em virtude do assinalado no parágrafo 4 do Preâmbulo do presente Acordo, a UNASUL poderá renunciar, quando assim estimar pertinente, à imunidade de jurisdição dos funcionários do Instituto.

CAPÍTULO V
Disposições gerais

Artigo 13
Solução de controvérsias

As divergências relativas à interpretação ou aplicação do presente Acordo de Sede resolver-se-ão mediante acordo entre as Partes.

Artigo 14
Vigência

Este Acordo entrará em vigor aos 15 dias após a data de notificação por meio da qual a República Federativa do Brasil comunica por escrito à outra Parte o cumprimento das formalidades legais internas para tal fim.

Este Acordo vigorará indefinidamente enquanto o Instituto tiver sua sede na República. Não obstante, na hipótese de ocorrer uma mudança de sede continuarão em vigor suas disposições enquanto não estiverem alienados ou transferidos seus bens e arquivos.

Artigo 15
Depositário

A Secretaria Geral da UNASUL será Depositário do presente Acordo para a UNASUL, de acordo com o art. 10, e do Tratado Constitutivo da organização.

Em cumprimento das funções de Depositário atribuídas no parágrafo anterior, a Secretaria Geral notificará os outros Estados Partes da UNASUL da data de entrada em vigor do presente Acordo.

Feito em aos dias do mês de de 2012, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

_____

Alexandre Rocha Santos Padilha
Ministro da Saúde República Federativa do Brasil

PELA UNASUL

_____

María Emma Mejía
Secretária-Geral da UNASUL

DECRETO Nº 8.745, DE 5 DE MAIO DE 2016

Autoriza o Ministério da Cultura a qualificar como organização social pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos para executar as atividades de guarda, preservação, documentação e difusão do acervo audiovisual da produção nacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Ministério da Cultura autorizado a qualificar como organização social pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com o objetivo de executar as atividades de guarda, preservação, documentação e difusão do acervo audiovisual da produção nacional.

§ 1º A qualificação e o contrato de gestão deverão ser precedidos de manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do art. 2º, **caput**, inciso II, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

§ 2º Somente poderá haver uma única entidade qualificada para realizar as atividades de que trata este artigo.

Art. 2º A seleção para a qualificação de que trata este Decreto deverá ser conduzida pelo Ministério da Cultura de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios estabelecidos no **caput** do art. 37 da Constituição e dos seguintes critérios a serem observados pela entidade privada de que trata o **caput** do art. 1º:

I - comprovação da capacidade técnica para desempenho da atividade objeto do contrato de gestão;

II - comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da entidade; e

III - declaração do representante legal da entidade privada sem fins lucrativos, sob as penas da lei, a qual deverá informar que a entidade e os seus dirigentes não incorrem em quaisquer dos impedimentos de que trata o § 3º.

§ 1º A exigência de que trata o inciso I do **caput** limita-se à demonstração, pela entidade, de:

I - experiência técnica na área relativa à atividade a ser executada, podendo ser exigido tempo mínimo de experiência no exercício das atividades; e

II - capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional.

§ 2º A entidade comprovará a regularidade fiscal e trabalhista de que trata o inciso II do **caput** por meio de:

I - certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

III - certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal; e

V - certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

§ 3º Ficará impedida de ser qualificada como organização social a entidade que:

I - esteja omissa no dever de prestar contas de qualquer tipo de parceria anteriormente celebrada com a administração pública federal;

II - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública federal nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e forem quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; ou

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

III - tenha tido as contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

IV - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública federal ou com o ente supervisor, pelo prazo que durar a penalidade;

V - tenha sido punida com sanção que impeça a participação na seleção ou na celebração de contrato de gestão, termo de co laboração, termo de fomento ou instrumento congênere com a administração pública federal ou com o ente supervisor, pelo prazo que durar a penalidade;

VI - tenha, entre seus dirigentes, pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

b) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do **caput** do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e

d) que incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 4º Sem prejuízo dos critérios estabelecidos no **caput**, o Ministério da Cultura também poderá incluir como critérios para qualificação como organização social, entre outros:

I - o tempo de constituição da entidade privada;

II - o projeto de captação de receitas alternativas de recursos junto a terceiros; e

III - o programa de investimentos.

Art. 3º As atividades da Cinemateca Brasileira, unidade integrante do Ministério da Cultura, serão parcial ou totalmente absorvidas pela entidade referida neste Decreto após a assinatura de contrato de gestão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Valdir Moysés Simão
João Luiz Silva Ferreira

DECRETO Nº 8.746, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o processo seletivo para contratação do Gestor de Fundo de Índice, de que trata a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o processo seletivo para a contratação do Gestor de Fundo de Índice de que trata a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto neste Decreto, o termo Fundo de Índice se refere a Fundo de Investimento em Índice de Mercado, com cotas negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ao qual será feita emissão direta de títulos da dívida pública, com contrapartida financeira, nos termos do art. 3º, **caput**, inciso VIII, da Lei nº 10.179, de 2001.

Art. 2º Cabe ao Gestor de Fundo de Índice promover a constituição e o desenvolvimento de fundo referenciado em índice de mercado a ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e de acordo com as especificações e as obrigações estabelecidas em contrato com a União, por intermédio da STN, e com as demais regulamentações dos órgãos competentes.

Parágrafo único. As funções próprias de Administrador poderão ser exercidas pelo Gestor de Fundo de Índice ou por instituição por ele indicada na proposta técnica, na forma do § 6º do art. 3º da Lei nº 10.179, de 2001.

Art. 3º O processo seletivo será instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

I - definição básica do objeto da contratação, que compreende o conjunto de elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado para sua caracterização;

II - justificativa e fundamentos jurídicos da contratação;

III - autorização para o processo seletivo;

IV - justificativa dos requisitos de qualificação e dos critérios de avaliação e de classificação das propostas técnica e comercial;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - justificativa dos requisitos de habilitação;

VI - designação da comissão de seleção, que será responsável pelas providências necessárias ao andamento do processo seletivo;

VII - explicação dos termos e das condições de eventual participação e colaboração de organizações internacionais intergovernamentais; e

VIII - instrumento convocatório de seleção.

§ 1º Os membros da comissão de seleção responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se a posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 2º A participação na comissão de seleção é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º O instrumento convocatório de seleção deverá conter, no mínimo:

I - a definição completa do objeto da contratação, que compreende o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa do serviço;

II - as regras para apresentação dos envelopes, contendo as propostas técnica e comercial e os documentos de habilitação;

III - os requisitos de qualificação e os critérios de avaliação e classificação das propostas técnica e comercial;

IV - os requisitos de habilitação; e

V - a minuta de contrato.

Parágrafo único. O convite será encaminhado a, no mínimo, três convidados, escolhidos dentre os interessados no ramo pertinente ao seu objeto e será estendido àqueles que manifestarem seu interesse por meio da apresentação de propostas até a sessão pública de que trata o parágrafo único do art. 9º.

Art. 5º No âmbito do processo seletivo, deverão ser realizadas as seguintes etapas, nos termos definidos no instrumento convocatório:

I - técnica, que consistirá na demonstração da capacitação técnica e da estratégia de colocação e desenvolvimento do Fundo; e

II - comercial, que consistirá na apresentação de proposta para a taxa de administração a ser cobrada dos cotistas do Fundo.

§ 1º A comissão de seleção avaliará e classificará as propostas, conforme critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório.

§ 2º Em caso de empate, será considerado melhor classificado o participante que obtiver maior nota na etapa técnica.

Art. 6º Encerradas as etapas técnica e comercial e ordenadas as propostas, a comissão de seleção examinará os documentos de habilitação com vistas a declarar a habilitação ou a inabilitação do participante melhor classificado, de acordo com requisitos objetivos estabelecidos no instrumento convocatório.

§ 1º Se o participante classificado em primeiro lugar não atender às exigências habilitatórias ou de celebração do contrato, serão examinados os documentos de habilitação do segundo classificado e, sucessivamente, dos demais participantes, caso haja necessidade, observada a ordem de classificação, até que um candidato atenda às condições fixadas no instrumento convocatório, sendo declarado vencedor.

§ 2º Previamente ao exame dos documentos de habilitação do participante melhor classificado, a STN poderá negociar com ele melhores condições contratuais, vedada a majoração da taxa de administração da proposta.

Art. 7º A comissão de seleção desclassificará o participante que descumprir qualquer exigência da legislação e do instrumento convocatório.

Art. 8º Compete ao STN:

I - autorizar a abertura do processo seletivo;

II - aprovar os atos de que tratam incisos VI e VIII do art. 3º;

III - julgar os recursos contra atos da comissão de seleção;

IV - homologar o processo seletivo;

V - adjudicar o objeto do processo seletivo;

VI - celebrar o contrato com o Gestor de Fundo; e

VII - designar os responsáveis por sua fiscalização.

Art. 9º A STN divulgará o instrumento convocatório em seu sítio eletrônico e publicará, no Diário Oficial da União, aviso com o resumo do instrumento convocatório e a indicação do sítio eletrônico em que os interessados poderão obter as informações sobre o processo seletivo, com antecedência mínima de vinte dias da data de apresentação das propostas.

Parágrafo único. Serão oportunamente publicados no sítio eletrônico do Tesouro Nacional as datas e os resultados das sessões públicas de julgamento das propostas e de habilitação, os atos de homologação e de adjudicação e outras informações relevantes do processo seletivo.

Art. 10. O processo seletivo previsto neste Decreto será regido subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 11. A STN poderá editar normas complementares para a realização do processo seletivo de que trata este Decreto.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

DECRETO Nº 8.747, DE 5 DE MAIO DE 2016

Atribui aos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência de majorar os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza, de que tratam o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Planejamento, Orçamento e Gestão poderão, em ato conjunto, majorar os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011.

Art. 2º Os valores de que trata o art. 1º devem observar os seguintes limites:

I - R$ 164,00 (cento e sessenta e quatro reais) e R$ 82,00 (oitenta e dois reais), respectivamente, para caracterização de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de que tratam os § 2º e § 3º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, e o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 7.492, de 2011;

II - o valor mensal de R$ 82,00 (oitenta e dois reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza, como o benefício básico de que trata o art. 2º, **caput**, inciso I, e § 2º, da Lei nº 10.836, de 2004;

III - o valor mensal de R$ 38,00 (trinta e oito reais) por beneficiário, até o limite de R$ 190,00 (cento e noventa reais) por família, como o benefício variável de que trata o art. 2º, **caput**, inciso II, e § 3º, da Lei nº 10.836, de 2004, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:

a) gestantes;

b) nutrizes;

c) crianças entre zero e doze anos; ou

d) adolescentes até quinze anos;

IV - o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por beneficiário, até o limite de R$ 90,00 (noventa reais) por família, como o benefício variável de que o art. 2º, **caput**, inciso III, e § 3º, da Lei nº 10.836, de 2004, benefício vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino; e

V - o benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do parágrafo único, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos II a IV igual ou inferior a R$ 82,00 (oitenta e dois reais) **per capita**.

Parágrafo único. O valor do benefício para superação da extrema pobreza será o resultado da diferença entre R$ 82,01 (oitenta e dois reais e um centavo) e a soma **per capita** referida no inciso V do **caput**, multiplicado pela quantidade de membros da família, arredondado ao múltiplo de R$ 2,00 (dois reais) imediatamente superior.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a avaliação sobre o cumprimento dos requisitos previstos pelo § 6º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa
Valdir Moysés Simão
Tereza Campello

DECRETO DE 5 DE MAIO DE 2016

Prorroga os mandatos dos membros representantes da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11, § 2º, inciso II, da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2016, e no art. 4º do Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 30 de novembro de 2016, os mandatos dos membros representantes da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, designados por meio do Decreto de 27 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2014, Seção 2, página 1.

Art. 2º Fica prorrogada, até o dia 30 de novembro de 2016, a designação de Maria Emília Lisboa Pacheco à função de Presidenta do Consea, reconduzida por meio do Decreto de 3 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2014, Seção 2, página 2.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Tereza Campello

DECRETO DE 5 DE MAIO DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. - Concebra, os imóveis que menciona, localizados no Município de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta no Processo ANTT nº 50500.214875/2015-19,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. - Concebra, os imóveis situados às margens da Rodovia Transbrasiliana, BR-153/MG, localizados no Município de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais, necessários à execução das obras de implantação de Posto de Pesagem Veicular - PPV 04 no km 176+000m, na Pista Sul, cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas na Deliberação nº 376/2015, da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Fica a Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A - Concebra autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues

DECRETO DE 5 DE MAIO DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. - MSVia, os imóveis que menciona, localizados no Município de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, no art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta no Processo ANTT nº 50500.263597/2015-23,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor de Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. - MSVia, os imóveis situados às margens da Rodovia BR-163/MS, localizados no Município de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo tipo diamante, no km 575+400m, e via marginal no trecho entre o km 575+000m e km 575+700m, cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas na Deliberação nº 382/2015, da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2015.

Art. 2º Fica a Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. - MSVia autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DECRETO DE 5 DE MAIO DE 2016

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito das Comunicações, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Regulamento da Ordem do Mérito das Comunicações, aprovado pelo Decreto nº 87.479, de 16 de agosto de 1982, resolve

ADMITIR,

na Ordem do Mérito das Comunicações, as seguintes personalidades:

I - no grau de Grã-Cruz, na qualidade de chanceleres da ordem:

ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA;
HÉLIO CALIXTO DA COSTA;
JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE;
EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA;
VALDOMIRO ABDALLA TEIXEIRA;
PAULO BERNARDO SILVA; e
RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI;

II - no grau de Grã-Cruz, como forma de reconhecer seus serviços relevantes prestados às Comunicações:

CID FERREIRA GOMES;
ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI;
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS;
LUIZ FERNANDO PEZÃO; e
SENOR ABRAVANEL (Silvio Santos);

III - no Grau de Grã-Cruz, na qualidade de membros natos:

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA;
JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA;
JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO; e
MAURO LUIZ IECKER VIEIRA;

IV - no grau de Grande Oficial, na qualidade de membro nato:

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA;

V - no grau de Grande Oficial, como forma de reconhecer seus serviços relevantes prestados às Comunicações:

WALTER DE FREITAS PINHEIRO;
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA;
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA;
FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO;
GILMAR ALVES MACHADO;
GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ;
JOÃO BATISTA DE REZENDE; e
JORGE RICARDO BITTAR;

VI - no Grau de Comendador, como forma de reconhecer seus serviços relevantes prestados às Comunicações:

BENEDICTO FONSECA FILHO;
BRUNO DANTAS NASCIMENTO;
CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG NETO;
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO;
DECÍLIO DE MEDEIROS SALES;
INÊS LEODETE FORTES PEREIRA;
JOSÉ EDILMAR NORÕES COELHO, **in memoriam**;
LUIZ CLAUDIO COSTA;
LUIZ FERNANDO GOMES SOARES, **in memoriam**;
LUIZ ALBERTO GARCIA;
ROBERTO CERVO; e
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO;

VII - no Grau de Oficial, como forma de reconhecer seus serviços relevantes prestados às Comunicações:

CARMEM LÚCIA ROCHA DUMMAR;
DEMI GETSCHKO;
JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO;
JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA;
GERALDO FREIRE;
GULIVER AUGUSTO LEÃO;
HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA;
JOÃO LÍDIO SEILER BETTEGA;
MARCO STEFANINI;
SERGE BERTOLINO; e
PHELIPPE DAOU; e

VIII - no Grau de Cavaleiro, como forma de reconhecer seus serviços relevantes prestados às comunicações:

LUCIANO DA SILVA BASTOS SALES;
MARA RÉGIA DI PERNA;
MARCO AURÉLIO DA SILVA;
MARIA APARECIDA MUNIZ FIDELIZ;
MARIA DE LOURDES ROSALEM;
MIRIAM DENISE SILVA DE AQUINO;
JACQUELINE GOMES DE OLIVEIRA PRAÇA; e
TARCISIO COLARES NOGUEIRA.

Brasília, 5 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
André Peixoto Figueiredo Lima

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 198, de 5 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34.132.

Nº 199, de 5 de maio de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL, celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Nº 200, de 5 de maio de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973, e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revidado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II), e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A - Capítulo 1 (Chegada da Mercadoria ao Território e Aduaneiro), B - Capítulo 1 (Importação Definitiva), C (Exportação Definitiva), D - Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J - Capítulo 1 (Viajantes).

Nº 201, de 5 de maio de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita".

Nº 202, de 5 de maio de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, dispõe sobre a tributação das doações e heranças, do excedente do lucro distribuído pelas empresas optantes pelo lucro presumido e arbitrado, altera a tributação do direito de imagem e voz, altera o benefício fiscal concedido às empresas integrantes do Regime Especial da Indústria Química, e dá outras providências".

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 2, DE 5 DE MAIO DE 2016

Estabelece a certificação digital da Carteira de Identificação Estudantil - CIE.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI, autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, em cumprimento à Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, e ao o Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015, que tratam, entre outros, do benefício da meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos;

Considerando que a revogação parcial da liminar proferida nos autos da ADI nº 5108-DF reestabeleceu, em parte, a redação originária da Lei nº 12.933/13, no sentido de que o padrão nacional único da Carteira de Identificação Estudantil - CIE será fixado pelas entidades nacionais expressamente nominadas (UNE, UBES, ANPG) e pelo ITI, a quem competirá, unicamente, fornecer a certificação digital;

Considerando, portanto, que o papel desta Autarquia resume-se à determinação do tipo de certificado a ser utilizado, e, às entidades nacionais acima referenciadas, compete fixar os demais elementos referentes à CIE;

Considerando que os requisitos técnicos do certificado de atributo, determinados pela Portaria nº 01, de 17 de março de 2017, serão manutenidos nesta nova versão, resolve:

Art. 1º Fica determinado o padrão nacional de certificação digital a ser utilizado na Carteira de Identificação Estudantil - CIE, nos termos da Lei 12.933, de 26 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. As especificações estão dispostas no documento em anexo "Certificação de Atributo referente à Carteira de Identificação Estudantil (CACIE) - Versão 1.0", que se encontra disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: www.iti.gov.br.

Art. 2º As CIEs emitidas até a data da entrada em vigor desta Portaria, de acordo com o padrão nacional fixado pela Portaria nº 01, de 17 de Março de 2016, serão válidas até 31 de março de 2017.

Art. 3º O ITI não possui competência legal para emitir ou fiscalizar a emissão da CIE.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 01, de 17 de Março de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ANEXO I

Certificação de Atributo referente à
Carteira de Identificação Estudantil (CACIE)
(Art. 1.º, § 2º da Lei nº 12.933, de 26/12/2013)

Versão 1.0

LISTA DE SIGLAS e ACRÔNIMOS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AR	Autoridade de Registro
A3/A4	Certificado Digital de Assinatura (tipo 3 ou tipo 4)
CIE	Carteira de Identificação Estudantil
DOC-ICP-16	Documento de Padronização do Certificado de Atributo da ICP-Brasil
CA	Certificado de Atributo
EEA	Entidade Emissora de Atributos
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Introdução

A CIE é uma carteira de identificação em suporte físico, no formato de um cartão, com o respectivo equivalente digital no formato de Certificado de Atributo com base na certificação digital padrão ICP-Brasil.

A tecnologia utilizada para suportar o uso da certificação digital, conforme estabelecido na legislação, é o Certificado de Atributo, que viabiliza de forma segura a implementação da CIE no formato digital.

O Certificado de Atributo é uma das tecnologias disponíveis a partir do sistema de Certificação Digital padrão ICP-Brasil, padronizado no DOC-ICP-16 e DOCI-ICP-16.01.

A CIE deverá ter um certificado de atributo padrão ICP-Brasil, emitido e assinado digitalmente pela entidade emissora, e necessariamente armazenado no banco de dados, disponibilizado para consulta "on-line" a partir de "QR-Code" personalizado.

Opcionalmente, o certificado de atributo poderá ser também armazenado no cartão com chip ou em aplicativo de dispositivo móvel (APP).

2. Especificação do Certificado de Atributo da CIE

O formato digital da CIE será implementado por meio do uso de certificado de atributo (DOC-ICP-16), do tipo autônomo, conforme estabelecido pela ICP-Brasil.

Conforme estabelecido nos documentos DOC-ICP-16 e DOC-ICP-16.01, o perfil do certificado de atributo deverá implementar os campos apresentados na Tabela I.

Seq.	Campo	
1	Versão	version v2(1)
2	Titular do Certificado de Atributo	holder
3	Emissor	issuer
4	Algoritmo de Assinatura	signature
5	Número de Série	serialNumber
6	Período de Validade	attCertValidityPeriod
7	Atributos	attributes
8	Extensões	extensions
9	Assinatura Digital	SignatureValue

Tabela I - conteúdo do Certificado de Atributo

2.1. Versão

Deve ser adotado a versão v2, representado pelo valor inteiro (1).

2.2. Titular do Certificado de Atributo

O nome do titular do certificado de atributo, pessoa física, constante no campo *Holder*, deverá adotar o *Distinguished Name* (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

C = BR

O = ICP-Brasil

OU = nome de fantasia ou sigla da entidade emissora de atributo (EEA)

CN = nome do titular do atributo

Na composição dos nomes, aplicam-se as restrições de nome conforme definido no item 2.3.1.3.1 deste documento.

2.3 Emissor do Certificado de Atributo

O nome da entidade emissora do certificado de atributo, pessoa jurídica, constante no campo *Issuer*, deverá adotar o *Distinguished Name* (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

C = BR

O = ICP-Brasil

OU = nome de fantasia ou sigla da entidade emissora de atributo (EEA)

CN = nome empresarial constante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da EEA

Na composição dos nomes, aplicam-se as restrições de nome conforme definido no item 2.3.1.3.1 deste documento.

2.4 Restrição de nomes

Na composição de nomes, aplicam-se as seguintes restrições:

a) não deverão ser utilizados sinais de acentuação, tremas ou cedilhas; e

b) além dos caracteres alfanuméricos, poderão ser utilizados somente os caracteres especiais apresentados na Tabela II.

Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)
branco	20
!	21
"	22
#	23
$	24
%	25
&	26
'	27
(	28
)	29
*****	2A
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A
;	3B
=	3D
?	3F
@	40
\	5C

Tabela II - Caracteres especiais admitidos na descrição de nomes

2.5 Algoritmo de Assinatura

Contém o identificador do algoritmo utilizado para validar a assinatura do Certificado de Atributo. Este algoritmo deve ser um dos algoritmos de assinatura de certificados de usuário final definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-01.01).

2.6 Número de Série

Este campo deve possuir o par *issuer/serialNumber* ÚNICO. O campo *serialNumber* deve ser um número inteiro e positivo sequencial com um limite máximo de até 20 octetos.

2.7 Período de Vigência

O campo período de vigência deve possuir o formato *GeneralizedTime*, padrão ASN.1 e expresso em UTC (*Universal Time Coordinated*) AAAAMMDDHHMMSSZ.

2.8 Atributos

Este campo deve conter a informação de estudante concedida ao titular do certificado de atributo com uso do tipo:

```
Attribute ::= SEQUENCE {
        type        AttributeType,
        values      SET OF AttributeValue
        -- at least one value is required
}
AttributeType ::= OBJECT IDENTIFIER
AttributeValue ::= ANY DEFINED BY AttributeType
```

São definidos como obrigatórios os seguintes componentes para o atributo estudante previsto na Lei n° 12.933-2013, nesta ordem:

a) **OID = 2.16.76.1.10.1 e conteúdo** = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do titular, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do titular; nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do Registro Geral - RG do titular do atributo; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF, nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número da matrícula do estudante.

b) **OID = 2.16.76.1.10.2 e conteúdo** = nas primeiras 40 (quarenta) posições, o nome da instituição de ensino; nas 15 (quinze) posições subsequentes, o grau de escolaridade; nas 30 (trinta) posições subsequentes, o nome do curso, nas 20 (vinte) posições subsequentes, o município da instituição e nas 2 (duas) posições subsequentes, a UF do município.

Os componentes para os atributos devem estar de acordo com as seguintes especificações:

a) O conjunto de informações definido em cada campo atributo deve ser armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING ou PRINTABLE STRING;

b) Quando os números de CPF e RG não estiverem disponíveis, os campos correspondentes devem ser integralmente preenchidos com caracteres "zero";

c) Se o número do RG não estiver disponível, não se deve preencher o campo de órgão emissor e UF;

d) Todas informações de tamanho variável referentes a números, tais como RG, devem ser preenchidas com caracteres "zero" a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;

e) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, devendo ser utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF da instituição de ensino;

f) Apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 2.3.1.3.1 deste documento, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais.

g) Quando o tamanho do campo de cada elemento do conteúdo não for suficiente para o preenchimento completo da informação correspondente, deve-se promover a truncagem ou abreviatura dessa informação.

2.9 Extensões

Este campo deve conter as informações adicionais de associação entre os titulares dos Certificados de Atributo e seus atributos. As extensões definidas pela RFC 5755 são:

- Audit Identity
- AC Targeting
- Authority Key Identifier
- Authority Information Access
- CRL Distribution Points
- No Revocation Available

São obrigatórias as seguintes extensões:

a) ***"Authority Key Identifier"***, não crítica: o campo keyIdentifier deve conter o *hash* SHA-1 da chave pública da AC;

b) ***"CRL Distribution Points"***, não crítica: o campo deve conter o endereço na *Web* onde se obtém a LCR correspondente ao certificado de atributo.

2.10 Perfil de LCR para certificados de atributo

2.11 Número(s) de versão

As LCRs geradas pela EEA responsável deverão implementar a versão 2 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

2.12 Extensões de LCR para certificados de atributo e de suas entradas

São obrigatórias as seguintes extensões de LCR:

a) ***"Authority Key Identifier"***: deve conter o *hash* SHA-1 da chave pública da EEA que assina a LCR; e

b) ***"CRL Number"***, não crítica: deve conter um número sequencial para cada LCR emitida pela EEA.

A frequência máxima admitida para a emissão de LCR para os certificados de atributo é de 6 (seis) meses.

3. Especificação do Banco de Dados

Os certificados de atributos gerados deverão estar disponíveis no banco de dados para validação de autenticidade. Cada entidade emissora de CIE será a responsável pelo conteúdo e manutenção das informações constantes no banco de dados, e o apontamento para o acesso ao certificado de atributo deverá ser representado por QR-Code já especificado para o uso no cartão.

O QR-Code é um código de barra bidimensional que possibilita conversão para texto, números, endereços web, dados de contatos, entre outros.

O padrão de QR-Code estabelecido para uso na CIE é o padrão QR-Code 2005, cuja especificação simbológica é dada pela ISO/IEC 18004:2006.

A especificação simbológica do QR-Code deverá remeter ao endereço de internet (endereço *web*) que proverá acesso ao banco de dados para possibilitar a obtenção do certificado de atributo associado à CIE emitida, que deverá ser validada por aplicação local.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O QR-CODE deve representar a URL do banco de dados, acrescido de uma chave de acesso única e personalizada para cada estudante, de modo a não permitir de forma direta a identificação dos dados deste mesmo estudante.

3.1 Requisitos eletrônicos do cartão (opcional)

3.2 Chip do cartão (opcional)

3.2.1 Com contato

Todas as especificações/arquiteturas do chip com contato devem possuir características eletromagnéticas, químicas, físicas, mecânicas, de ordenamento lógico, entre outros de acordo com as recomendações ISO/IEC 7816, 10373 e 19784.

3.2.2 Sem contato

Todas as especificações/arquiteturas do chip sem contato devem possuir características eletromagnéticas, químicas, físicas, mecânicas, de ordenamento lógico, entre outros de acordo com as recomendações ISO/IEC 14443.

3.3 Cartão MIFARE (opcional)

A Carteira de Identificação Estudantil pode ser um cartão do tipo MIFARE. Os dados contidos devem respeitar as normas estaduais e municipais em relação ao uso e serviço que a CIE se prestará.

4. Requisitos gerais

4.1. Banco de dados

As entidades emissoras da CIE deverão manter e disponibilizar ao Poder Público, estabelecimentos, produtoras e promotoras de eventos banco de dados com acesso "on-line" contendo todos os certificados de atributos dos estudantes portadores de CIE emitidas por esta acessível via código personalizado para cada estudante.

Nesse banco de dados deverão ser armazenadas e disponibilizadas para consulta todas as informações especificadas neste regulamento no formato de certificado de atributo. O acesso ao banco de dados via internet deve ser via protocolo "https" com certificado SSL emitido no âmbito da ICP-Brasil para a entidade emissora de CIE.

Os dados armazenados no banco são privados e serão usados exclusivamente para atestar a autenticidade da CIE via código de acesso único e individualizado para cada estudante.

4.2. Certificação digital

Toda CIE emitida possuirá um Certificado de Atributo devidamente assinado e armazenado em banco de dados.

O certificado de atributo da CIE deverá ser assinado com o certificado digital de pessoa jurídica padrão ICP-Brasil da entidade emissora da CIE.

O certificado digital da entidade emissora, denominado de Entidade Emissora de Atributo (EEA) da CIE deve ser do tipo A3 ou A4 conforme padrões da ICP-Brasil.

O certificado de atributo da CIE deve ser do tipo autônomo e estar disponível para consulta individualizada a partir de uma chave de acesso única e personalizada que está inserida no próprio QR-Code juntamente com a URL do Banco de Dados.

A autenticidade da CIE deverá ser verificada a partir de QR-Code, que apontará para o respectivo certificado de atributo válido armazenado no banco de dados. A validação do certificado de atributo deve ser feita por aplicação local genérica capaz de ler um certificado de atributo e identificar as informações existentes em conformidade com os mesmos dados apresentados no cartão da CIE e também validar a autenticidade mediante comprovação do certificado digital padrão ICP-Brasil da EEA.

4.3. Validação e verificação da CIE

A verificação da CIE é feita por meio digital, atestando-se a autenticidade do documento apresentado pelo estudante com o certificado de atributo emitido.

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA Nº 62, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre delegação de competência no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único, inciso IV do art. 87, da Constituição Federal, e com fundamento nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 1º do Decreto nº 83.840, de 14 de agosto de 1979, no art. 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e considerando o disposto no art. 1º e 4º do Decreto nº 4.734, de 11 de julho de 2003, e do art. 1º e 3º da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin e, em seus impedimentos, ao respectivo substituto, para praticar os seguintes procedimentos administrativos, no âmbito daquele órgão:

I - autorizar e solicitar redistribuição conforme previsto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - firmar atos referentes à progressão funcional dos servidores;

III - aprovar a indicação e autorizar a participação de servidores em missões oficiais, congressos, cursos, treinamentos, visitas e outros eventos nacionais, versando sobre temas de cunho científico, técnico, artístico, cultural ou equivalente, referentes às atividades de Inteligência;

IV - autorizar a cessão de servidores;

V - praticar atos de provimento dos cargos de confiança de que trata o art. 11 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992;

VI - ratificar as dispensas de licitação de que trata o parágrafo único, do artigo 1º do Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997;

VII - expedir carteiras de identidade funcional;

VIII - conceder aposentadoria a servidor e pensão por morte aos seus beneficiários;

IX - declarar vacância do cargo público decorrente de aposentadoria, promoção, exoneração, demissão, readaptação, posse em outro cargo inacumulável e de falecimento de servidor; e

X - conceder licenças, auxílios e outros benefícios.

Art. 2º Subdelegar competência ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, para praticar os seguintes procedimentos administrativos, no âmbito daquele órgão:

I - autorizar afastamentos do país de servidores e militares na forma do disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995;

II - praticar atos de provimento:

a) de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101 e 102, níveis 1 a 4;

b) das Funções Gratificadas - FG de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

c) das Gratificações de Representação - GR de que trata o art. 4º da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007;

d) de cargos efetivos do quadro permanente, em decorrência de habilitação em concurso público, salvo os casos previstos em lei.

Parágrafo único. A indicação para provimento dos cargos de que trata o inciso II, alínea "a" do **caput**, código DAS 101, níveis 3 e 4, e equivalentes, deverá ser encaminhada à apreciação prévia da Presidência da República, por intermédio da Casa Civil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 63, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera o art. 1º da Portaria Ministerial nº 118, de 31 de dezembro de 2015, que dispõe sobre competência para celebração e prorrogação de contratos administrativos.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, do Decreto nº 7.689 de 2 de março de 2012, resolve

Art. 1º Delegar competência ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e para autorizar a prorrogação dos contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, com valores inferiores à R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 2º A redação do inciso II, do art. 1º, **caput,** da Portaria Ministerial nº 118, de 31 de dezembro de 2015 passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º .....

II - ao Secretário-Executivo do Programa Bem Mais Simples, ao Secretário de Administração, ao Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa, ao Secretário Nacional de Articulação Social, para os contratos afetos às respectivas áreas de atuação em valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 268, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, considerando o disposto na Portaria Ministerial nº 71, de 7 de dezembro de 2015, e tendo em vista o disposto no art. 6º, § 2º, inciso I, alínea "a" e no art. 7º, §§ 1º, 4º e 8º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e no art. 18, § 2º, da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin para, no âmbito desse órgão:

I - autorizar a concessão de diárias e passagens no país a servidores e militares; e

II - autorizar o afastamento cuja proposta seja solicitada em prazo inferior a dez dias da data prevista da partida.

Art. 2º Subdelegar competência ao Diretor-Geral da Abin para, no âmbito desse órgão e nos casos em que o deslocamento exigir a manutenção do sigilo, nos termos do art. 7º, § 8º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, autorizar as despesas com diárias e passagens relativas a:

I - deslocamentos de servidores e militares por prazo superior a dez dias contínuos;

II - mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano; e

III - deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 204, de 22 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 58, Seção 1, de 23 de março de 2012.

Art. 4º Ficam convalidados os atos de concessão de diárias e passagens praticados pelo Diretor-Geral da Abin quanto aos deslocamentos previstos nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AZEVEDO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 74, DE 4 DE MAIO DE 2016

Aprova o Manual de Procedimento dos Serviços de Comunicação Digital.

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, inciso III, da Estrutura Regimental da SECOM-PR, aprovada pelo Decreto nº 6.377, de 19 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Procedimentos dos Serviços de Comunicação Digital, que disciplina, no âmbito desta Secretaria, os processos de análise, desenvolvimento e execução de demandas de ações de publicidade e atos subsidiários a sua realização.

Art. 2º As disposições deste Manual deverão ser observadas por todos os servidores desta Secretaria na prática da prestação de serviços de planejamento, desenvolvimento e execução de soluções de comunicação digital, prestado por empresas contratadas por esta SECOM.

Art. 3º O Manual a que se refere o art. 1º desta Portaria está disponível no endereço: https://www.secom.gov.br/acessoainformação/institucional/legislação/manuais

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 19, de 15 de março de 2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO NOLETO ALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

1. Objetivo

1.1. Este Manual estabelece, no âmbito da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), regras para os procedimentos internos de planejamento, desenvolvimento, autorização, execução, prestação de contas, liquidação e pagamento dos serviços de comunicação digital.

1.2. Constituem serviços de comunicação digital, para fins deste Manual, os serviços integrantes do objeto dos contratos firmados pela SECOM com as empresas prestadoras de serviços de solução em comunicação digital.

2. Referências Normativas Básicas

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Lei 12.846/2013, que versa sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Lei 12.527/2011, que garante o acesso às informações.

Decreto nº 6.377, de 19 de fevereiro de 2008, que aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Decreto nº 6.555, de 08 de agosto de 2008, que disciplina as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.

Portaria Normativa nº 05, de 19 de dezembro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo.

Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.

Instrução Normativa STN nº 06, de 31 de outubro de 2007, que dispõe sobre a Conformidade de Registro e Gestão.

Instrução Normativa nº 02/2008-MPOG, que disciplina regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados, ou não.

Instrução Normativa SECOM-PR nº 8, de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital das propriedades digitais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

3. Processos Físicos

3.1. Os procedimentos de autorização, execução, liquidação e pagamento de despesas com os serviços demandados serão iniciados com a abertura de processos específicos, um para execução e outro para pagamento, e conduzidos por áreas distintas.

3.2. Todos os processos devem ser devidamente protocolados, autuados mediante Despacho (Anexo VII) encaminhado à Coordenação-Geral de Administração e Documentação (CGAD) solicitando a abertura, indicando o mês de referência e a finalidade.

3.3. Constarão da autuação as informações abaixo:

a) Número Único de Processo (NUP);

b) Identificação do demandante;

c) Nome e número do primeiro documento do processo; e

d) Data da autuação.

3.4. Os documentos comprobatórios dos atos processuais deverão ser juntados aos autos dos processos, e a juntada deve respeitar, na medida do possível, a ordem cronológica de sua elaboração.

3.5. As folhas dos autos deverão ser numeradas e rubricadas pelo responsável da condução e montagem do processo ou juntada de documentos.

3.6. Cada volume dos autos deverá conter, no máximo, 200 (duzentas) folhas; ultrapassado esse limite, deverá ser iniciado outro volume, mantendo-se a numeração de controle com a indicação do volume.

3.7. A circulação do processo via sistema de documentação dar-se-á quando o trâmite ocorrer entre as áreas específicas e singulares da SECOM.

3.8. Toda a documentação referente às Ordens de Serviço (OS) fará parte de processo denominado "Execução". Nesses processos devem constar todas as etapas das ordens de serviços, com respectivas autorizações e prestação de contas sobre os produtos/serviços demandados.

3.9. As ações/procedimentos de autorização e execução serão conduzidos pela área técnica, o Departamento de Internet e Eventos (DEINE), que demandará os produtos/serviços à Contratada.

3.10. Toda a documentação referente ao pagamento fará parte do processo denominado "Pagamento". Nesses processos, serão documentados os atos do Ordenador de Despesas, bem como as demais informações sobre o pagamento.

3.11. As ações e procedimentos de pagamento serão conduzidos pelo Gestor Financeiro (GEFIN) do Departamento de Controle (DECON), da Secretaria de Gestão, Controle e Normas (SGCN).

3.12. Também serão documentadas, pelo Gestor Financeiro, todas as informações para o procedimento de pagamento do que se refere o item 13 deste Manual.

3.12.1. O Gestor Financeiro (GEFIN) é o responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária, financeira e os procedimentos relativos à Conformidade de Registro de Gestão.

3.13. Os formulários necessários à execução dos procedimentos de comunicação digital constam dos anexos I a XII deste Manual e são estabelecidos pela SGCN.

3.13.1. Caberá à Assessoria da SGCN, em articulação com o DEINE, submeter os formulários e suas eventuais alterações à aprovação do Secretário de Gestão, Controle e Normas.

3.14. A documentação referente às seleções internas, avaliações de desempenho, e outros que se façam importantes no decorrer da execução contratual, farão parte do Processo do Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação Digital.

4. Produtos

4.1. Produtos/Serviços precificados - são aqueles com custos estabelecidos previamente em contrato.

4.2. Produtos/Serviços não precificados - são aqueles sem especificação de itens e custos preestabelecidos.

4.2.1. Guardam compatibilidade com o objeto contratual, demonstram-se necessários e serão executados exclusivamente pela Contratada. Necessitam de avaliação dos custos propostos pela Contratada, realizada com base em pesquisa de mercado e consulta ao Sistema de Referências de Custos - SIREF.

4.3. O Gestor Técnico deverá realizar o controle dos produtos/serviços não precificados, de forma a calcular um desembolso de no máximo 15% (quinze por cento) ao ano para este tipo produto/serviço. O acompanhamento deve ser feito durante todo o período de execução do contrato, por meio eletrônico.

4.3.1. O Gestor Técnico ou Gestor do Contrato é o responsável por acompanhar sistematicamente o desenvolvimento, a execução e o cumprimento do contrato. Goza de deveres e obrigações previstos em lei.

4.4. Caso a área técnica ou a Contratada, verifique a necessidade de inclusão de um produto não precificado na lista daqueles precificados, poderá fazer sugestão mediante procedimentos internos e submetê-la à aprovação.

4.4.1. Deverá ser apresentado um detalhamento com a descrição técnica, composta pelo descritivo do produto/serviço, produto a ser entregue, prazo para a entrega, aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade, método de classificação de complexidade, se for o caso, e, se possível, um exemplo.

4.4.2. A área técnica deverá avaliar se a especificação dos produtos/serviços está de acordo com o disposto no contrato e elaborar justificativa para que o produto passe a integrar a tabela e a estimativa de custos para a sua execução.

4.5. Estando os produtos aderentes ao objeto do contrato, a área técnica encaminhará o detalhamento e a estimativa de valores dos produtos/serviços propostos pela Contratada para a Coordenação-Geral de Custos de Produção Publicitária (CGCPP), solicitando que seja feita a avaliação dos custos.

4.6. A CGCPP procederá a avaliação da proposta apresentada, bem como dos custos, mediante consulta no Sistema de Referências de Custos - SIREF e/ou no mercado, quando se tratar de produtos/serviços semelhantes aos de publicidade.

4.7. Após realizados os procedimentos constantes dos itens 4.6, a área técnica receberá a cotação com o parecer assinado da CGCPP e informará à Contratada o custo que deverá ser adotado para o produto/serviço.

4.8. No caso de produtos/serviços que envolvam desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, o DEINE solicitará avaliação da Diretoria de Tecnologia da Presidência da República (DITEC).

4.8.1. Caso a DITEC considere inviável a avaliação do produto/serviço, o DEINE poderá encaminhar à CGCPP as especificações técnicas completas, com o maior detalhamento possível, para que se proceda a cotação no mercado. Após o recebimento de no mínimo três cotações, a CGCPP repassará as informações ao DEINE.

4.8.2. Nos casos em que a CGCPP não receber resposta das consultas realizadas no mercado, ficará a cargo do DEINE avaliar as propostas apresentadas pela Contratada.

4.9. O DEINE elaborará nota técnica para o Secretário de Comunicação Integrada, recomendando que seja solicitada à SGCN a elaboração de termo aditivo ao contrato, para a incorporação do(s) produto(s) não precificados à lista dos produtos/ serviços precificados.

5. Distribuição das Demandas

5.1. A execução das demandas para os serviços de comunicação digital seguirão os termos pactuados no(s) contrato(s) vigente(s).

5.2. Nos casos em que existam mais de uma contratada, as demandas seguirão a mecânica de distribuição proposta no subitem 5.3, com o objetivo de:

5.2.1. Qualificar os produtos/serviços entregues por meio da escolha das melhores propostas (seleção interna);

5.2.2. Assegurar o cumprimento de prazo e qualidade de acordo com a capacidade de entrega das contratadas; e

5.2.3. Assegurar o faturamento mínimo de 20% previsto em contrato.

5.3. A mecânica de distribuição prevê duas formas:

5.3.1. Por seleção interna;

5.3.1.1. Anualmente, quando da assinatura e na renovação dos contratos para execução dos produtos/serviços que assegurem a atualização evolutiva - planejamento, produção, edição, publicação de conteúdo, moderação, monitoramento e métricas (BI) - para sites, portais e perfis nas redes sociais de propriedade da SECOM.

5.3.1.2. Para as demandas de planejamento e desenvolvimento de soluções estruturantes, produção de conteúdo, moderação, monitoramento e métricas, que tenham origem a partir de solicitação de órgão integrante do Sistema de Comunicação do Poder Executivo Federal (Sicom), com estimativa de investimento igual ou superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), será feito um briefing e as contratadas apresentarão um diagnóstico e matriz estratégica, sem custos à Contratante.

5.3.1.3. Para as demandas de planejamento e desenvolvimento de soluções estruturantes com estimativa de investimento igual ou superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para atender as propriedades digirais geridas pela SECOM, será feito um briefing e as contratadas apresentarão um diagnóstico e matriz estratégica, sem custos à Contratante.

5.3.1.4. Para as demandas de planejamento e desenvolvimento de soluções estruturantes com investimento igual ou inferior a R$ 299.999,99 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) a distribuição será igualitária entre as contratadas.

5.3.1.5. Para o processo de seleção interna será elaborado briefing de comunicação, assinado pelo(s) Diretor(es) de Departamento da(s) área(s) responsável(is) pela demanda, que constituirá o instrumento de convocação e conterá todos os subsídios para que a(s) contratada(s) possa(m) elaborar sua(s) proposta(s) de solução para as necessidades de comunicação, em igualdade de condições de participação.

5.3.1.6. Será fornecida, mediante recibo, cópia do briefing de comunicação à(s) contratada(s), em reunião previamente convocada para repassar as informações necessárias à concepção e formulação das propostas, com definição da dinâmica de sua apresentação, tais como: participantes, quantidade de propostas por contratada, forma, tempo e ordem de apresentação, bem como documentos e ou dados complementares para subsidiar a análise e avaliação das propostas.

5.3.1.7. O(s) Diretor(es) de Departamento da(s) área(s) responsável(is) pela demanda determinará(ão) prazo para que a(s) contratada(s) apresente(m) sua(s) proposta(s) de solução criativa, sejam elas demandas pela SECOM ou por órgãos e entidades integrantes do SICOM, a(s) qual(is) será(ão) juntada(s) aos autos no formato A4.

5.3.1.8. A análise técnica da(s) proposta(s) da(s) contratada(s) será feita por uma Comissão de Avaliação designada pela área técnica demandante, podendo contar com a participação de representantes do órgão ou entidade demandante, quando for o caso.

5.3.1.9. A Comissão de Avaliação analisará as propostas com base em critérios e atributos, conforme as especificidades de cada briefing de comunicação e poderá sugerir que a(s) proposta(s) apresentada(s) pelas contratada(s) seja(m) integrada(s), para aperfeiçoar a ação de comunicação, ou compartilhadas, para viabilizar sua execução.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.3.1.10. A análise da Comissão de Avaliação será formalizada por meio de formulário de Avaliação Técnica de Seleção (Anexos IX, X, XI e XII). Estes formulários serão assinados por seus integrantes e encaminhados ao Secretário da área técnica, para homologação.

5.3.1.11. Os Formulários de Avaliação Técnica, de que trata o item precedente, conterá a indicação da(s) proposta(s) que atende(m) à(s) necessidade(s) da(s) demanda(s), para que sirva de subsídio na decisão quanto à escolha da proposta mais adequada, bem como, quando for o caso, à forma de participação das Contratadas na execução da produção.

5.3.1.12. Após a realização dos itens 5.3.1.9 e 5.3.1.10, a documentação será submetida para homologação do Secretário-Executivo.

5.3.1.13. A(s) Contratada(s) tomará(ão) conhecimento do resultado da seleção por comunicado formal do Secretário responsável pela demanda.

5.3.1.14. Os trabalhos de apresentação serão coordenados pelo Secretário responsável pela demanda ou por Diretor de Departamento por ele designado para esse fim.

5.3.1.15. A(s) outra(s) Contratada(s) poderá(ão) participar da apresentação das propostas da SECOM e de outros órgãos ou entidades do Poder Executivo federal.

5.3.1.16. A área técnica poderá, a qualquer momento, solicitar informações ou esclarecimentos aos representantes da(s) Contratada(s).

5.3.1.17. Se houver divergência entre a exposição oral e o documento representativo da exposição, este será considerado pela área responsável em sua análise.

5.3.1.18. Caso nenhuma das propostas seja considerada adequada, a área responsável pela demanda determinará à(s) Contratada(s) que apresente(m) nova proposta.

5.3.2. Por decisão da Administração:

5.3.2.1. Para a Contratada com domínio sobre o tema e que tenha desenvolvido demandas similares ao solicitado;

5.3.2.2. Para a Contratada executora do produto inicial, em caso de reaproveitamento ou evolução de solução já desenvolvida;

5.3.2.3. Entre a(s) Contratada(s), observado o valor de faturamento mínimo de 20% previsto no contrato.

5.3.2.4. Para a Contratada que demonstrar melhor capacidade de atendimento com base em avaliações periódicas conforme metodologia descrita no item 14 deste Manual.

6 Ordens de Serviços (OS)

6.1 As ordens de serviço seguirão um padrão e os modelos consistirão em:

☐ Ordem de Serviço - Solicitação (Anexo I);

☐ Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços precificados (Anexo II)

☐ Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário B - Produtos/Serviços não precificados (Anexo III) e;

☐ Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário C - Deslocamento e Hospedagem (Anexo IV).

6.2 Ao fim da execução, as Ordens de Serviço (OS) serão acompanhadas pelo formulário "Prestação de Contas dos Produtos/ Serviços" (Anexo V), que conterá todos os produtos/serviços realizados, bem como a comprovação dos mesmos, exceto nos casos mencionados no item 6.6.

6.3 Quando a OS envolver despesas com deslocamento e hospedagem, o formulário "Prestação de Contas de Deslocamento e Hospedagem" (Anexo VI) deverá ser apresentado com todos os comprovantes das despesas realizadas.

6.4 Ainda que o contrato possua mais de uma contratada, as OS terão números sequenciais e serão organizadas mensalmente no processo de execução.

6.5 Se após a abertura de uma OS, e durante a execução da demanda, for verificada a necessidade de aumento do quantitativo ou de um novo produto/serviço, a área técnica deverá proceder à abertura de outra OS fazendo referência àquela em andamento.

6.6 Havendo OS cancelada, esta comporá o processo de execução do mês correspondente, juntamente com a justificativa e a cópia da mensagem de solicitação do cancelamento emitida pelo assessor técnico.

6.6.1 O assessor técnico é o servidor da área de Comunicação Digital, responsável por abrir e assinar as OS, realizar tratativas diretamente com a(s) Contratada(s), analisar a solução proposta encaminhada pela(s) Contratada(s), conferir documentação, solicitar avaliação de custos, colher assinatura do Gestor Técnico e, outras atribuições que lhe forem demandadas.

7 Procedimentos para Ordem de Serviço - Solicitação (Anexo I)

7.1 Nos casos em que as demandas forem oriundas da SECOM, o assessor técnico preencherá a Ordem de Serviço - Solicitação (Anexo I), com a descrição da necessidade, justificativa para execução do serviço e informação do nome da contratada, cadastrará no sistema de acompanhamento de demandas disponibilizado pela Contratada e enviará por correio eletrônico para o responsável pelo processo formal.

7.2 Nos casos em que áreas internas da Presidência da República demandarem serviços de comunicação digital, essas deverão preencher a Ordem de Serviço - Solicitação (Anexo I), com a descrição da necessidade, justificativa para execução do serviço, data da solicitação, assinatura e carimbo, formalizando assim a solicitação da demanda.

7.2.1 Nestes casos, a área demandante, com supervisão do DEINE, fica responsável pela análise e aprovação dos itens apresentados na Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexos II).

7.3 O responsável pelo processo formal é aquele da área de Comunicação Digital, responsável pelo processo de execução, desde a abertura das ordens de serviço até o encaminhamento das mesmas para pagamento.

7.4 O responsável pelo processo formal numerará e preencherá todos os dados para a identificação da OS, colherá a assinatura do assessor técnico e encaminhará eletronicamente à Contratada.

8 Procedimentos para Ordem de Serviço - Solução Proposta (Anexo II, III, IV)

8.1 A Contratada avaliará a demanda de comunicação, definirá os produtos/serviços necessários para atendê-la, preencherá a Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços precificados (Anexo II).

8.2 A depender dos produtos/serviços indicados na Solução da Proposta e necessários a execução, a Contratada fará o preenchimento dos formulários: Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo I), para produtos/serviços precificados; Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário B - Produtos/Serviços Não Precificados (Anexo II) para produtos/serviços não precificados; e Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário C - Deslocamento e Hospedagem (Anexo III), para casos excepcionais com deslocamento e hospedagem.

8.3 Após a indicação dos produtos/serviços necessários à execução da demanda, a Contratada encaminhará a solução proposta e respectivos formulários por correio eletrônico institucional para o assessor técnico e fará o registro na ferramenta/sistema de controle da empresa contratada.

8.4 O assessor técnico analisará previamente a solução proposta, bem como os formulários correspondentes, podendo solicitar ajustes e/ou correções, e se de acordo com a proposta, enviará mensagem e fará o registro na ferramenta/sistema de controle da empresa contratada solicitando o envio da proposta física.

8.4.1 Todas as mensagens eletrônicas relacionadas às tratativas de ajustes e/ou correções na solução proposta e nos formulários, deverão compor de forma cronológica o processo de execução.

8.5 A Contratada deverá preencher o campo "descrição da necessidade e justificativa" da Ordem de Serviço - Solução Proposta Formulário A - Produtos/Serviços Precificados" (Anexo II).

8.6 A Contratada deverá também, informar os dados na "Ordem de Serviço - Solução Proposta Formulário B - Produtos/serviços Não Precificados" (Anexo III), "Ordem de Serviço Formulário C - Deslocamento e Hospedagem" (Anexo IV) e preenchê-las com base nos produtos e serviços necessários para o atendimento da demanda.

8.6.1 A Contratada deverá complementar o texto padrão do campo onde solicita a autorização para execução da proposta na Ordem de Serviço - Solução Proposta Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II), indicando os formulários que a compõem.

8.7 Para a Ordem de Serviço - Solução Proposta Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II) a Contratada deverá preencher a tabela com a indicação dos produtos/serviços que serão executados, conferir se o código, nome/tipo, valor unitário ou qualquer outro item de identificação dos produtos/serviços estão de acordo com o contrato e/ou anexos do mesmo.

8.8 Para a Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário B - Produtos/Serviços não precificados (Anexo III) - a Contratada preencherá os campos "Nome do Produto/Serviço", "Grupo do Produto/Serviço", "Descrição técnica do produto/serviço" seguindo os padrões estabelecidos em contrato, edital e seus anexos.

8.8.1 A Contratada deverá ainda, inserir justificativa para escolha dos produtos, informar o valor unitário, a quantidade a ser executada e o valor total.

8.8.2 Antes de encaminhar ao assessor técnico, a Contratada deverá se certificar se as especificações, quantidades e valores indicados no Formulário B, estão corretos.

8.9 Para o Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário C - Deslocamento e Hospedagem (Anexo IV) - a Contratada deverá preencher a descrição com a finalidade e justificativa que demonstre que a execução do serviço somente será possível com o deslocamento de profissional do quadro da empresa;

8.9.1 A Contratada deverá identificar o nome completo e cargo do profissional a ser deslocado.

8.9.2 Anexar as 3 (três) cotações realizadas as quais devem seguir os procedimentos descritos no Item 10 deste Manual.

8.10 O responsável pela Contratada deverá assinar, datar a Ordem de Serviço - Solução Proposta (Anexo II), bem como os formulários a eles relacionados, e encaminhar para o responsável pelo processo formal.

9 Procedimentos de Autorização para Ordem de Serviço - Solução Proposta e Formulários (Anexo II, III e IV)

9.1 O responsável pelo processo formal receberá a Ordem de Serviço - Solução Proposta Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II) contendo as informações dos formulários a eles relacionados, registrará em mecanismo de acompanhamento e entregará ao assessor técnico.

9.1.1 O assessor técnico deverá conferir a documentação e providenciará os encaminhamentos conforme o tipo de formulário.

9.2 Para a Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II), o assessor técnico estando de acordo com a proposição dos produtos/serviços, deverá datar, assinar e colher a assinatura do Gestor Técnico.

9.3 Para a Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário B - Produtos/Serviços não precificados (Anexo III), o assessor técnico deverá avaliar se os detalhamentos dos produtos/serviços estão de acordo com o disposto no contrato e adequado ao atendimento da necessidade de comunicação.

9.3.1 O assessor técnico poderá solicitar a avaliação dos custos propostos na Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário B - Produtos/Serviços não precificados (Anexo III) junto à CGCPP, exceto nas seguintes situações:

a) Ser acionada em um prazo inferior a 5 (cinco) dias úteis da data prevista para realização do serviço demandado;

b) Serviços referentes a Deslocamento e Hospedagem.

9.3.1.1 Caso o prazo para início da execução do serviço seja inferior a 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de autorização da Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II), a avaliação dos custos ficará a cargo da área técnica que deverá justificar o aceite dos custos propostos pela contratada.

9.3.1.2 A CGCPP avaliará a proposta apresentada e, para a aprovação dos custos, fará consulta no Sistema de Referências de Custos - SIREF e/ou no mercado, quando se tratar de produtos/serviços semelhantes aos de publicidade.

9.3.2 No caso de serviços que envolvam desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, o DEINE poderá solicitar avaliação da DITEC.

9.3.2.1 Caso a DITEC considere inviável a avaliação do produto/serviço, o DEINE poderá encaminhar à CGCPP as especificações técnicas completas, com o maior detalhamento possível, para que se proceda a cotação no mercado. Após o recebimento de no mínimo três cotações, a CGCPP repassará as informações ao DEINE.

9.3.2.2 Nos casos em que a CGCPP não receber resposta das consultas realizadas no mercado, ficará a cargo do DEINE avaliar as propostas apresentadas pela Contratada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.3 O assessor técnico receberá a avaliação dos custos da CGCPP ou da DITEC, colherá a assinatura do Gestor Técnico e entregará para o responsável pelo processo formal.

9.4 O Secretário de Comunicação Integrada assinará a Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II) e Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário B - Produtos/Serviços não precificados (Anexo III) em conjunto com o Gestor Técnico quando o valor a ser autorizado for superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

9.5 Para a Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário C - Deslocamento e Hospedagem (Anexo IV) - o assessor técnico deverá avaliar se a descrição da finalidade/necessidade e a justificativa apresentada pela Contratada demonstram que a execução do produto/serviço somente será possível com o deslocamento de profissional do quadro da empresa.

9.5.1 O assessor técnico, estando de acordo com a justificativa, com os valores da viagem e, estando todos os documentos conforme estabelece Item 10 deste manual, deverá datar, assinar, colher a assinatura do Gestor Técnico e entregar os documentos para o responsável pelo processo formal.

9.5.2 O responsável pelo processo formal registrará em planilha ou outro mecanismo de controle as informações acerca da situação da OS, digitalizará o documento e arquivará na rede (pasta específica de acompanhamento da execução contratual).

9.5.2.1 Encaminhará por correio eletrônico à Contratada autorização da Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II) e os respectivos formulários e exigirá da mesma resposta por mensagem eletrônica com o aceite da OS.

9.6 Os produtos/serviços só poderão ser executados pela contratada e os deslocamentos e hospedagens realizados, após autorização do Gestor Técnico e do Secretário de Comunicação Integrada, quando for o caso.

10 Apresentação das Cotações para Deslocamento e Hospedagem

10.1 A Contratada deverá obrigatoriamente apresentar três cotações por trecho a ser percorrido e local de hospedagem;

10.2 As cotações deverão conter data da consulta, identificação da empresa cotada, data do início e término da viagem.

10.3 As cotações deverão ser impressas e encaminhadas previamente à Contratante, conforme disposto no item 8.9 deste Manual.

11 Procedimentos para a Prestação de Contas dos Produtos/Serviços (Anexo V)

11.1 Realizados e entregues os produtos/serviços relativos a OS e conferidos todos os documentos que foram entregues como comprovantes da execução, o assessor técnico deverá finalizar a demanda na ferramenta/sistema de controle ou qualquer outro mecanismo e solicitar à empresa contratada emissão do formulário Prestação de Contas dos Produtos/Serviços (Anexo V).

11.2 A contratada deverá preencher o formulário Serviço Prestação de Contas dos Produtos/Serviços (Anexo V) e encaminhar para a área técnica juntamente com os documentos comprobatórios.

11.3 Compensações ou substituições não serão permitidas. Tais fatos deverão ser verificados pelo assessor técnico, assim como as quantidades entregues dos produtos/serviços autorizados e os respectivos abatimentos, estando a documentação identificada como não conforme a devolução.

11.4 Nos casos em que as demandas forem oriundas da SECOM, o assessor técnico deverá conferir se os documentos comprobatórios estão de acordo com os produtos/serviços entregues e autorizados na OS, emitir o parecer técnico (verificação de conformidade), datar, assinar e colher a assinatura do Gestor Técnico, atestando a entrega/realização dos produtos/serviços conforme autorizados e encaminhar ao responsável pelo processo formal.

11.5 Nos casos em que áreas internas da Presidência da República demandarem serviços de comunicação digital, o demandante deverá conferir se os documentos comprobatórios estão de acordo com os produtos/serviços entregues e autorizados na OS, emitir o parecer técnico (verificação de conformidade), datar, assinar e devolver ao responsável pelo processo formal.

11.6 O responsável pelo processo formal digitalizará o formulário Prestação de Contas dos Produtos/Serviços (Anexo V), arquivará em planilha ou qualquer outro mecanismo de controle e encaminhará à Contratada o arquivo por correio eletrônico institucional solicitando a emissão da Nota Fiscal.

11.6.1 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada em duas vias, à área técnica e registrada no módulo de liquidação do sistema Gestão SECOM, com a OS correspondente.

12 Procedimentos para Liquidação de Deslocamento e Hospedagem

12.1 Em casos excepcionais e havendo interesse da SECOM, conforme previsto em contrato poderá ocorrer deslocamento de profissionais da contratada a serviço, e, nessa hipótese, a Contratada proverá o meio de transporte, sendo reembolsada mediante prestação de contas feita pelo valor líquido, sem a incidência de honorários.

12.2 A prestação de contas de deslocamento e hospedagem deverá ser feita no formulário de "Prestação de Contas de Deslocamento e Hospedagem" (Anexo VI).

12.3 Todo deslocamento vinculado às ações relacionadas à execução contratual deverá estar previsto na Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário A - Produtos/Serviços Precificados (Anexo II), detalhada no Ordem de Serviço - Solução Proposta - Formulário C - Deslocamento e Hospedagem (Anexo IV) e devidamente aprovado pelo Gestor Técnico.

12.4 Para passagens aéreas, fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional, seja a viagem nacional ou internacional.

12.5 As despesas com deslocamento e hospedagem serão reembolsadas pela SECOM exatamente no valor desembolsado pela Contratada, com base na apresentação de três cotações, com escolha do menor preço e/ou melhor relação custo benefício, sem a inclusão de qualquer valor relativo a honorários.

13 Ateste, Liquidação e Pagamento

13.1 O ateste é ato administrativo praticado pela pessoa do Gestor Técnico que consiste em afirmar, de forma expressa, que as despesas elencadas em Nota Fiscal foram efetivamente realizadas.

13.2 A liquidação da despesa consiste na confirmação do direito adquirido pela Contratada, com base em documentos comprobatórios do respectivo crédito.

13.3 Verificados todos os documentos comprobatórios e Nota Fiscal pela área técnica, esta deverá encaminhar o processo de execução, juntamente com as OS concluídas no mês, ao DECON.

13.4 A verificação da conformidade realizada pelo DECON consiste, exclusivamente, na análise cronológica do processo, se existe parecer técnico sobre a entrega/realização dos produtos/serviços contratados, conforme itens 11.4 e 11.5, se a quantidade e o valor final da Nota Fiscal estão corretos, se no descritivo da Nota Fiscal consta o número do contrato, número da OS e o descritivo do produto/serviço realizado, sem com isso ater-se à motivação/necessidade da demanda e especificidades dos comprovantes.

13.5 Após a verificação e formalização da conformidade dos documentos pelo DECON, o Gestor Técnico atestará as Notas Fiscais e as encaminhará, via Memorando (Anexo VIII), à CGAD para abertura de processo de pagamento, que posteriormente será enviado ao Ordenador de Despesa.

13.6 Comporá o processo de pagamento: memorando do Gestor Técnico com a descrição das ordens de serviço a serem pagas, cópia da prestação de contas de todas as ordens de serviço, 1ª via das Notas Fiscais atestadas, bem como cópia do despacho de conformidade do DECON.

13.7 O pagamento consiste na quitação do valor devido à Contratada pelos serviços prestados.

13.8 O Ordenador de Despesa, após receber o processo de pagamento, efetuará despacho no mesmo memorando que o iniciou e encaminhará ao Gestor Financeiro da CGPAG/DECON para exame e suas providências.

13.9 A CGPAG procederá o cálculo da retenção de tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, no Decreto nº 6.761/09 e no Decreto da nº 25.508/05 SEF/DF, para apurar o valor líquido a ser pago e lançará as informações relativas ao crédito da contratada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

13.9.1 Apurado o valor líquido a ser pago, será feita a verificação da regularidade fiscal da Contratada, mediante consulta online no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), para verificação da inexistência de débitos trabalhistas. A regularidade fiscal pode, ainda, ser comprovada pela apresentação das certidões comprobatórias de regularidade, nos termos contratuais.

13.9.2 Verificada a regularidade fiscal e a inexistência de débitos trabalhistas da Contratada, será emitida Guia de Recolhimento da União - GRU, ou Ordem Bancária - OB, conforme o tipo de pessoa jurídica e/ou domicílio bancário da Contratada.

13.10 Os documentos relativos ao crédito serão extraídos do SIAFI e juntados aos autos, para análise e validação pelo servidor da CGPAG responsável pela Conformidade de Registro de Gestão, que deverá observar o disposto nos arts. 6º a 11º da Instrução Normativa STN nº 6/07.

13.11 Registrada sem restrição a conformidade dos atos e fatos de gestão no SIAFI, o processo será encaminhado ao Ordenador de Despesa para assinatura da Relação das Ordens Bancárias Externas - RE, com manifestação do servidor da CGPAG responsável pelo Registro de Gestão.

13.12 A "RE" assinada será enviada ao banco responsável, autorizando o crédito em conta bancária da contratada.

13.13 Nos casos em que o pagamento é realizado por meio de GRU, não serão gerados documentos para assinatura do Gestor Financeiro e Ordenador de Despesas. A despesa considerar-se-á ordenada com o despacho e o encaminhamento ao CGPAG, conforme item 13.8 deste manual.

13.14 A ordem cronológica a ser obedecida na efetivação dos pagamentos, em observância ao disposto no art. 5º da Lei nº. 8.666/93, será a da data em que foi lançada a Conformidade do Registro de Gestão.

13.15 Efetuado o pagamento, o processo ficará sob a guarda do Coordenador do CGPAG, com arquivamento na própria repartição por 5 (cinco) anos.

14 Avaliação

14.1 As avaliações das contratadas serão realizadas conforme a seguinte metodologia:

14.1.1 Serão realizadas duas avaliações anuais de qualidade dos produtos/serviços prestados e de itens que qualifiquem a gestão do contrato e promovam a melhoria do processo.
14.1.2 Cada item será pontuado individualmente e a média simples dos mesmos resultará na nota de capacidade de atendimento obtida pela contratada no período analisado.

14.1.3 Será realizada reunião individual para transmitir à Contratada o resultado da avaliação.

14.1.4 Os apontamentos da reunião de avaliação, bem como as notas concedidas deverão ser registrados em ata devidamente assinada pelos representantes da SECOM e da Contratada.

14.1.5 A nota será atribuída considerando a seguinte escala:

a) Notas com valor de 0 a 4,9: ITEM NÃO ATENDIDO

b) Notas com valor entre 5 e 6,9: ATENDIMENTO INSUFICIENTE

c) Notas com valor entre 7 e 8,9: ATENDE

d) Notas com valor entre 9 e 10: ATENDE COM EXCELÊNCIA

14.1.6 Itens para avaliação:

a) Estratégia - Consistência das relações de causa e efeito entre o desafio exposto no briefing e a solução proposta; Capacidade de estabelecer relações entre o desafio e as demais informações expostos no briefing; Clareza e objetividade das soluções apresentadas; Relevância, pertinência e aplicabilidade das soluções apresentadas.

b) Estrutura da equipe - qualificação da equipe, adequação dos perfis profissionais aas atividades que estarão à disposição da execução do contrato.

c) Atendimento - relacionamento entre a Secom e a contratante; acompanhamento do andamento das demandas; cumprimento de prazo; qualidade das entregas.

14.1.7 A ata deverá ser parte integrante do Processo do Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação Digital e cópia dela encaminhada à Contratada.

15 Encerramento dos Processos

15.1 Efetuadas todas as ações/procedimentos referentes à execução contratual o responsável pelo processo formal fará um termo de encerramento de processo e assinará em conjunto com o Gestor Técnico.

15.2 Os processos de execução serão encaminhados à CGAD para arquivamento ao final do ano vigente.

15.3 Os processos de pagamento ficarão arquivados na CGPAG por 5 (cinco) anos e posteriormente enviados à CGAD.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

ORDEM DE SERVIÇO - SOLICITAÇÃO			Nº: **NN/AAAA**
CONTRATO Nº:	NN/AAAA	CONTRATADA:	<*informe o nome da contratada*>
NUP:			

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO E JUSTIFICATIVA
<DESCRIÇÃO: *descreva com detalhes a necessidade de comunicação. Somente a partir de uma descrição clara e completa a contratada poderá propor os produtos/serviços adequados*>
<*JUSTIFICATIVA: descreva a necessidade da demanda*>
Brasília, ____, de _____ de 20___.
_____ Assinatura do Demandante (assinatura e identificação) *(quando for o caso)*
Brasília, ____, de _____ de 20___.
_____ Assessor Técnico (assinatura e identificação)

ANEXO II

ORDEM DE SERVIÇO - SOLUÇÃO PROPOSTA - FORMULÁRIO A: PRODUTOS / SERVIÇOS PRECIFICADOS			Nº: NN/AAAA
CONTRATO Nº:	NN/AAAA	CONTRATADA:	<*informe o nome da contratada*>
NUP:			

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA				
<*agência deve descrever com detalhes a solução para atender a necessidade de comunicação e justificar a quantidade e a escolha dos produtos* >				
PRODUTOS / SERVIÇOS PRECIFICADOS				
código	Nome/tipo	Valor unitário	Qtde	Valor total
			TOTAL	

<NOME DA CONTRATADA>
Solicitamos autorização para execução do(s) produto(s)/serviço(s) acima detalhado(s), bem como para os formulários *(indicar quais formulários compõem a OS)*. Prazo para execução da demanda: XX dias
Brasília (DF), ____ de _____ de 20____.
_____ Responsável pela Contratada (assinatura e identificação)

DEPARTAMENTO DE INTERNET E EVENTOS
A realização dos Produtos/Serviços acima especificados atende aos objetivos de comunicação demandados, em conformidade com as competências e diretrizes previstas no decreto nº 6.555/2008 e com as disposições no contrato NNN/AAAA.
Brasília (DF), ____ de _____ de 20____.
_____ Assessor Técnico(assinatura e identificação)

AUTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS
Autorizo a execução dos produtos/serviços acima especificados.
Brasília (DF), ____ de _____ de 20____.
_____ Gestor Técnico
_____ Secretário

Obs: A assinatura do Secretário da área gestora só é exigida quando o valor total da Ordem de Serviço for superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

ANEXO III

ORDEM DE SERVIÇO - SOLUÇÃO PROPOSTA - FORMULÁRIO B - PRODUTOS E SERVIÇOS NÃO PRECIFICADOS			Nº: **NN/AAAA**
CONTRATO Nº:	NN/AAAA	CONTRATADA:	<*informe o nome da contratada*>
NUP:			

NOME DO PRODUTO/SERVIÇO
GRUPO DO PRODUTO/SERVIÇO
<*Conforme item 4.2 do Projeto Básico.*>
DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO/SERVIÇO
<*Descrever o produto/serviço, o que será entregue na conclusão do trabalho, os aspectos a serem avaliados na avaliação de qualidade, prazo de entrega e método de classificação da complexidade, se houver.*>
JUSTIFICATIVA

VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

Obs.: Caso seja necessário outro produto/serviço não precificado para realização da Ordem de Serviço, a estrutura das informações acima deve ser copiada na sequência.

PARECER SOBRE CUSTOS
( ) Custo(s) em conformidade com referências registradas no Sistema de Referências de Custos - SIREF e/ou consultas realizadas no mercado. ( ) Custo(s) em conformidade, considerando as cotações encaminhadas pela contratada devido à ausência de referência e/ou fora do prazo estabelecido no Item 9.3.1.2 do Manual de Procedimentos de Comunicação Digital. JUSTIFICATIVA:
Brasília,____de_____de_____.
_____ Responsável pela aprovação dos custos (assinatura e identificação)
DEPARTAMENTO DE INTERNET E EVENTOS
A realização dos Produtos/Serviços acima especificados atende aos objetivos de comunicação demandados, em conformidade com as competências e diretrizes previstas no decreto nº 6.555/2008 e com as disposições no contrato NNN/AAAA.
Brasília (DF), ____ de _____ de 20____.
_____ Assessor Técnico (assinatura e identificação)

AUTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS
Autorizo a execução dos produtos/serviços acima especificados.
Brasília (DF), ____ de _____ de 20____.
_____ Gestor Técnico
_____ Secretário

Obs: A assinatura do Secretário da área gestora só é exigida quando o valor total da Ordem de Serviço for superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

ANEXO IV

ORDEM DE SERVIÇO - SOLUÇÃO PROPOSTA - FORMULÁRIO C - DESLOCAMENTO e HOSPEDAGEM			Nº: NN/AAAA
CONTRATO Nº:	NN/AAAA	CONTRATADA:	<*informe o nome da contratada*>
NUP:			

NOME DO PRODUTO/SERVIÇO	DESLOCAMENTO		
JUSTIFICATIVA	As informações sobre o deslocamento deve constar neste campo: Nome do profissional; cargo; finalidade e justificativa da viagem; datas de início e do término.		
EMPRESAS COTADAS	VALOR UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
NOME EMPRESA CNPJ:	IDA: VOLTA:		R$
NOME EMPRESA CNPJ:	IDA: VOLTA:		R$:
NOME EMPRESA CNPJ:	IDA: VOLTA:		R$
NOME DO PRODUTO/SERVIÇO	HOSPEDAGEM		
EMPRESAS COTADAS	VALOR UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
NOME EMPRESA CNPJ:	INICIO: FIM		R$
NOME EMPRESA CNPJ:	INICIO: FIM		R$:
NOME EMPRESA CNPJ:	INICIO: FIM		R$

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NOME DA CONTRATADA
As cotações das empresas acima estão anexadas a este Formulário. Aguardamos definição de qual empresa deverá ser contratada. Brasília (DF), ____ de _____ de 20____. _____ Responsável pela Contratada (assinatura e identificação)

PARECER DO DEPARTAMENTO DE INTERNET
A justificativa/finalidade do deslocamento e hospedagem, das empresas: _____ e _____, bem como os valores e documentação, atendem as necessidades apresentadas. Brasília(DF), ___ de _____ de 20_____. _____ Assessor Técnico *(assinatura e identificação)*

AUTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS
Autorizo o deslocamento e/ou hospedagem. Brasília (DF), ____ de _____ de 20____. _____ Gestor Técnico

ANEXO V

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS			Nº: NN/AAAA
CONTRATO Nº:	NN/AAAA	CONTRATADA:	*<informe o nome da contratada>*
NUP:			

ENTREGA DOS PRODUTOS / SERVIÇOS					
Código	Nome	Valor unitário	Qtde autorizada	Qtde executada	Valor total executado
TOTAL:					

Encaminhamos para ateste a comprovação da execução dos produtos/serviços acima relacionados.
Anexo: 01 CD contendo os produtos/serviços executados.
* Produtos/serviços não precificados que tiveram um parecer sobre custos justificado.

Brasília (DF), ____ de _____ de 20____.

_____
Responsável pela Contratada

PARECER TÉCNICO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS ENTREGUES
Atesto que os produtos/serviços acima relacionados foram entregues conforme as especificações contidas no contrato NN/AAAA. Brasília (DF), ____ de _____ de 20____. _____ Assinatura do Demandante (assinatura e identificação) *(quando for o caso)* Brasília (DF), ____ de _____ de 20____. _____ Assessor Técnico (assinatura e identificação)

AUTORIZAÇÃO PARA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS
Autorizo a liquidação e pagamento dos produtos/serviços acima relacionados. Brasília (DF), ____ de _____ de 20____. _____ Gestor Técnico

ANEXO VI

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DESLOCAMENTO E HOSPEDAGEM			Nº: NN/AAAA
CONTRATO Nº:	NN/AAAA	CONTRATADA:	*<informe o nome da contratada>*
NUP:			

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	
NOME	IDENTIFICAÇÃO

CUSTOS - VALORES EM REAIS			
deslocamento	hospedagem	locação veículo	valor total
TOTAL			

OBSERVAÇÕES
<<Descreva abaixo informações relacionadas ao contrato>> - Mês de referência: xxxxxxx - Os comprovantes anexos conferem com os originais; - Os bilhetes de passagem aérea foram adquiridos de acordo com as normas legais e contratuais e os comprovantes das cotações para apuração do melhor preço encontram-se nesta empresa e anexados no formulário C. - Os profissionais listados fazem parte do quadro efetivo da contratada.

COMPROVANTES:

1. CÓPIA DOS BILHETES AÉREOS (cartão de embarque)

Brasília (DF), _____ de _____ de 20____

_____
Responsável pela Contratada

ANEXO VII

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA
DEPARTAMENTO DE INTERNET E EVENTOS

DESPACHO

Brasília, DIA de MÊS de ANO.

À Coordenação-Geral de Administração e Documentação - CGAD

Assunto: Abertura de processo de gerenciamento das Ordens de Serviço dos contratos n° XX/ANO e XX/ANO - Comunicação Digital.

Referência: Mês/Ano

1. Solicito a abertura de processo para gerenciamento das ordens de serviço dos contratos nºs XX/ANO e XX/ANO, referente ao período de DIA de MÊS a DIA de MÊS de ANO, firmado entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e a <NOME DA CONTRATADA 1> e a <NOME DA CONTRATADA 2>, respectivamente.

Atenciosamente,

Responsável pelo processo formal

ANEXO VIII

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA
DEPARTAMENTO DE INTERNET E EVENTOS

Memorando Nº DEINE/SCI/SECOM-PR

Em , DIA de MÊS de ANO.

Ao Sr. Ordenador de Despesas - SGCN/SECOM-PR

Assunto: Liquidação de despesas

1. Encaminho a Vossa Senhoria, após regular liquidação da despesa e observadas as disposições da Cláusula quarta - Da Liquidação e do Pagamento, do contrato n° 99/AAAA - Nome da Empresa, as Notas Fiscais abaixo relacionadas da prestação de contas de suas respectivas Ordens de Serviço, para as providências relativas à ordenação de despesa:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Empenho: 20AANEX000XX

NF	OS	Valor de face	Valor da glosa	Valor a pagar
000000000	20AAXXX	R$ 000.000,00	R$ 0,00	R$ 000.000,00
000000000	20AAXXX	R$ 00.000,00	R$ 0,00	R$ 00.000,00
000000000	20AAXXX	R$ 00.000,00	R$ 0,00	R$ 00.000,00
Total do Empenho	Qtd: X	R$ 00.000,00	R$ 0,00	R$ 00.000,00

2. Solicito a gentiliza de nos informar quando houver pagamento das notas fiscais em questão.

Atenciosamente,

Nome Completo
Gestor Técnico Contrato Nº 99/AAAA
<<Nome do Departamento>>

Ao Gestor Financeiro
Autorizo o pagamento
Ordenador de Despesa

Em ____/____/_____

ANEXO IX

COMUNICAÇÃO DIGITAL - SELEÇÃO INTERNA - ANO XXXX SERVIÇOS: Redes Sociais - Data dd/mm/aaaa			
Demanda 1: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
2. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 3	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
3. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
4. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 1 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 1 - <nome da contratada			<*nota*>

Demanda 2: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 3	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 2 - <nome da contratada			<nota>
Nota da Demanda 2 - <nome da contratada			<*nota*>

Demanda 3: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito **3**	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 3 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 3 - <nome da contratada			<*nota*>

Demanda 4: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1 - Linguagem	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1.a <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1.b <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1.c <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito **2**	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
2. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 4 - <nome da contratada			<nota>
Nota da Demanda 4 - <nome da contratada			<*nota*>

Orientações para o julgamento	Notas com valor de 0 a 4,9: ITEM NÃO ATENDIDO;
	Notas com valor entre 5 e 6,9: ATENDIMENTO INSUFICIENTE;
	Notas com valor entre 7 e 8,9: ATENDE;
	Notas com valor entre 9 e 10: ATENDE COM EXCELÊNCIA

Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Cálculo da Nota	*Média aritmética. Soma dos valores atribuídos a cada item dividido pelo número de itens.*

Departamento de Internet e Eventos - Secretaria de Comunicação Integrada - SECOM/PR
Assinatura:Data:

ANEXO X

COMUNICAÇÃO DIGITAL - SELEÇÃO INTERNA - ANO XXXX SERVIÇOS: Vídeo- Data dd/mm/aaaa			
Demanda 1: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 3	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 1 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 1 - <nome da contratada			<*nota*>

Demanda 2: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito **3**	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 2 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 2 - <nome da contratada			<*nota*>

Orientações para o julgamento	Notas com valor de 0 a 4,9: ITEM NÃO ATENDIDO;
	Notas com valor entre 5 e 6,9: ATENDIMENTO INSUFICIENTE;
	Notas com valor entre 7 e 8,9: ATENDE;
	Notas com valor entre 9 e 10: ATENDE COM EXCELÊNCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cálculo da Nota	*Média aritmética. Soma dos valores atribuídos a cada item dividido pelo número de itens.*

Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Departamento de Internet e Eventos - Secretaria de Comunicação Integrada - SECOM/PR
Assinatura:Data:

ANEXO XI

COMUNICAÇÃO DIGITAL - SELEÇÃO INTERNA - ANO XXXX SERVIÇOS: Produção e Conteúdo- Data dd/mm/aaaa			
Demanda 1: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1.a <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1.b <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1.c <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1.d <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 3	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 1 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 1 - <nome da contratada			<*nota*>

Demanda 2: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 2 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 2 - <nome da contratada			<*nota*>

Demanda 3: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. a<*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1. b<*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1. d<*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>

Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 3	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
Nota da Demanda 3 - <nome da contratada			<*nota*>
Nota da Demanda 3 - <nome da contratada			<*nota*>

Orientações para o julgamento	Notas com valor de 0 a 4,9: ITEM NÃO ATENDIDO;
	Notas com valor entre 5 e 6,9: ATENDIMENTO INSUFICIENTE;
	Notas com valor entre 7 e 8,9: ATENDE;
	Notas com valor entre 9 e 10: ATENDE COM EXCELÊNCIA

Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Cálculo da Nota	*Média aritmética. Soma dos valores atribuídos a cada item dividido pelo número de itens.*

Departamento de Internet e Eventos - Secretaria de Comunicação Integrada - SECOM/PR
Assinatura:Data:

ANEXO XII

COMUNICAÇÃO DIGITAL - SELEÇÃO INTERNA - ANO XXXX SERVIÇO: Monitoramento Tema: <*insira o nome do tema*> - Data dd/mm/aaaa			
Foco 1: <*descreva a demanda a ser desenvolvida*>			
Quesito 1	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>

Nota Quesito 1	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Quesito 1	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Quesito 2	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
2. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
3. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>

Nota Quesito 2	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Quesito 2	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Quesito 3	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
2. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
3. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
4. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>

Nota Quesito 3	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Quesito 3	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Quesito 4	Contratada(s)	Julgamento	Justificativa do Avaliador
1. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
2. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
3. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
4. <*quesito a ser avalido*>	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>
	<*nome da contratada*>	<*nota*>	<*justificativa*>

Nota Quesito 4	<nome da contratada>	<nota>
Nota Quesito 4	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Orientações para o julgamento	Notas com valor de 0 a 4,9: ITEM NÃO ATENDIDO;
	Notas com valor entre 5 e 6,9: ATENDIMENTO INSUFICIENTE;
	Notas com valor entre 7 e 8,9: ATENDE;
	Notas com valor entre 9 e 10: ATENDE COM EXCELÊNCIA

Cálculo da Nota	*Média aritmética. Soma dos valores atribuídos a cada item dividido pelo número de itens.*

Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>
Nota Final	<*nome da contratada*>	<*nota*>

Departamento de Internet e Eventos - Secretaria de Comunicação Integrada - SECOM/PR
Assinatura:Data:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.769, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50304.000465/2015-17 e tendo em vista o que foi deliberado na 402ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 14 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 4.760-ANTAQ, de 15 de abril de 2016, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), em face da empresa SOCIEDADE COMERCIAL E DE SERVIÇOS QUÍMICOS LTDA. - SCS, CNPJ nº 01.625.195/0001-28, pela prática infracional ao inciso XIV do art. 34 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada na exploração de área no Porto Organizado do Recife sem o devido instrumento contratual válido.

Art. 2º Determinar à empresa ora penalizada que providencie a regularização da ocupação da área em comento, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Resolução, sob pena de adoção das providências fiscalizatórias pertinentes, inclusive eventual interdição do respectivo terminal, ficando a cargo da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento da presente determinação."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.791, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.005061/2001, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 403ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 4.781-ANTAQ, de 3 de maio de 2016, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aprovar a transferência do controle societário da autorizatária VLI OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A. (VOP), CNPJ nº 12.963.928/0001-50, líder do Consórcio TMIB, CNPJ nº 20.989.549/0001-68, detentor do Contrato de Adesão nº 82/2015-ANTAQ, alusivo ao TUP Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), localizado em Barra dos Coqueiros-SE.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Outorgas desta Agência, que providencie a assinatura do Contrato de Adesão em comento pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, consorciada, conforme recomendado pela respectiva área técnica e Procuradoria Federal junto à ANTAQ - PFA."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

ACÓRDÃO Nº 34-2016-ANTAQ

Processo: 50308.000973/2014-76
Parte: SÃO JOSÉ TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. (11.126.036/0001-32)

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa São José Transportes Marítimos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.126.036/0001-32, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada, por ocasião de sua 380ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de março de 2015, consubstanciada na Resolução nº 4.012-ANTAQ, de 20 de março de 2015, que lhe aplicou a penalidade de multa pecuniária no montante de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), pela prática da infração capitulada no inciso XVII do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, consubstanciada no fato de operar na navegação de apoio portuário sem autorização da ANTAQ.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 403ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 28 de abril de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa São José Transportes Marítimos Ltda., eis que preenchidos os pressupostos de sua admissibilidade para, no mérito, julgá-lo procedente, reformando a decisão exarada na Resolução nº 4.012-ANTAQ, de 20 de março de 2015, para aplicar à recorrente a sanção de advertência pela prática da infração tipificada no art. 21, inciso XVII da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ. Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília, 5 de maio de 2016.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Geral
Substituto

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Relator

ACÓRDÃO Nº 35-2016-ANTAQ

Processo: 50300.002318/2013-41
Parte: TNPM TRANSPORTE, NAVEGAÇÃO E PORTOS MULTIMODAIS LTDA. (09.661.986/0001-15)

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa TNPM Transporte, Navegação e Portos Multimodais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.661.986/0001-15, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada, por ocasião de sua 399ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2015, consubstanciada no Acórdão nº 19-ANTAQ, de 18 de fevereiro de 2016, que lhe aplicou a penalidade de multa pecuniária no montante de R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), pela prática da infração tipificada no inciso XVII do art. 27 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.520-ANTAQ, de 20 de junho de 2012, à época em vigor, consubstanciada no fato de operar instalação portuária, localizada no município de São Simão-GO, sem autorização do Poder Concedente.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 403ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 28 de abril de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por não conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa TNPM Transporte, Navegação e Portos Multimodais Ltda., dado que intempestivo, mantendo-se, por conseguinte, a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), pela prática da infração tipificada no inciso XVII do art. 27 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.520-ANTAQ, de 20 de junho de 2012, à época em vigor. Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília, 5 de maio de 2016.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Geral Substituto
Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM

DESPACHOS DO CHEFE
Em 15 de março de 2016

Processo nº 50305.002593/2015-87.
Nº 19 - Empresa penalizada: Carlos Pereira de Souza, CNPJ nº 14.534.143/0001-98. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 540,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXIII, do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007.

Em 6 de abril de 2016

Processo nº 50300.001336/2016-59.
Nº 25 - Empresa penalizada: Waldemar Navegação Ltda., CNPJ nº 84.259.407/0001-28. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 1.155,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso IV do art. 24, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11/12/2009.

Em 5 de maio de 2016

Processo nº 50305.002592/2015-32.
Nº 17 - Empresa penalizada: Amazon Norte Transporte e Navegação Ltda., CNPJ nº 09.522.903/0001-07. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 907,20; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXIII, do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007. Assina: Luiz Daniel Ferreira Veiga, Chefe Substituto da Unidade Regional de Belém - UREBL. Data de assinatura:

LUIZ DANIEL FERREIRA VEIGA
Substituto

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO

DESPACHO DO CHEFE
Em 7 de abril de 2016

Processo nº 50302.002116/2015-41.
Nº 7 - Empresa penalizada: Rodrimar SA Terminais Portuários e Armazéns Gerais, CNPJ nº 07.836.442/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pela prática da infração tipificada no inciso XIX, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

GUILHERME DA COSTA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÕES DE 4 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o deliberado e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 4 de maio de 2016, decide:

Nº 41 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aerolevantamento outorgada à sociedade empresária BASE AEROFOTOGRAMETRIA E PROJETOS S.A., CNPJ nº 46.911.608/0001-79, com sede social em São Paulo (SP). Fica revogada a Decisão nº 54, de 3 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2011, Seção 1, página 22. Processo nº 00058.003068/2016-51.

Nº 42 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária BANALVES AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - EPP, CNPJ nº 04.139.988/001-25, com sede social em Luíz Alves (SC). Fica revogada a Decisão nº 53, de 3 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2011, Seção 1, página 22. Processo nº 00058.126239/2015-38.

Nº 43 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária INTERÁVIA TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 56.239.684/0001-33, com sede social em São Paulo (SP). Fica revogada a Decisão nº 63, de 10 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2011, Seção 1, página 21. Processo nº 00058.016913/2016-58.

Nº 44 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária AEROVALE AVIAÇÃO AGRÍCOLA VALE DO PIQUIRI LTDA. - EPP, CNPJ nº 75.617.126/0001-09, com sede social em Palotina (PR). Fica revogada a Decisão nº 51, de 3 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2011, Seção 1, página 22. Processo nº 00058.116156/2015-31.

Nº 45 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária LYNX TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 11.613.505/0001-48, com sede social na cidade Rio de Janeiro (RJ). Fica autorizada, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária LYNX TÁXI AÉREO LTDA. a explorar serviço aéreo público especializado nas atividades aerorreportagem, aerofotografia e aerocinematografia. Fica revogada a Decisão nº 62, de 10 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2011, Seção 1, página 21. Processo nº 00058.100776/2015-58.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.090, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), Emenda 05, e considerando o que consta do processo nº 00058.027386/2016-15, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conceder o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto nº 012P/SBSO/2016, com validade de 12 (doze) meses, à Braxton Sistemas e Serviços Ltda. - EPP, operador do Aeroporto Regional de Sorriso/MT - Adolino Bedin (SBSO).

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 5 DE MAIO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 5º, inciso XIV da Portaria nº 1751 de 06 de julho de 2015, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.092 - Revogar a Portaria nº 1684/SIA de 23 de julho de 2014, a qual homologou o Heliponto em Plataforma Privado PETROBRAS - P53 (9PET), interditando-o definitivamente. Processo nº 00065.035978/2016-11.

Nº 1.093 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado FLOATEL RELIANCE (RJ) (9PCL). Esta Portaria será válida até 7 de janeiro de 2019. Processo nº 00065.035926/2016-37.

Nº 1.094 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado SAPURA ESMERALDA (RJ) (9PSE) Esta Portaria será válida até 18 de março de 2019. Processo nº 00065.035896/2016-69.

Nº 1.095 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado SAPURA JADE (SP) (9PSJ). Esta Portaria será válida até 22 de março de 2019. Processo nº 00065.035978/2016-11.

Nº 1.096 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado SEVEN RIO (ES) (9PSV). Esta Portaria será válida até 10 de março de 2019. Processo nº 00065.040676/2016-57.

Nº 1.097 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado NORBE VIII (RJ) (9PDJ). Esta Portaria será válida até 7 de abril de 2019. Processo nº 00065.042874/2016-55.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 1.079, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.126472/2015-21, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 00-003, Revisão C (IS nº 00-003C), intitulada "Exames de conhecimentos teóricos para concessão de licenças, habilitações e certificados".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.091, DE 5 DE MAIO DE 2016

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 670/SPO, de 19 de março de 2015, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67), com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.169435/2015-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. RAFAEL VILLELA SILVA DERRÉ TORRES, CRM-DF 14234, MC121, para a realização de exames de saúde periciais no endereço SHC/SW, Blocos 3/4/5, sala 229/231/233/235, Setor Sudeste - Brasília - DF, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto na Diretriz nº 15/16 da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 12 (doze) meses e conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
2836.60.00	- Carbonato de bário	7.300 toneladas
	Ex 001 - Carbonato de bário com grau de pureza superior ou igual a 90%	

Art. 2º A alíquota correspondente ao código 2836.60.00 da NCM, constante do Anexo I da Resolução nº 94, de 2011, será assinalada com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 3º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC editará norma complementar, visando a estabelecer os critérios de alocação da quota mencionada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto nas Decisões nºs 58/10 e 26/15 do Conselho Mercado Comum do MERCOSUL - CMC, na Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e na Resolução CAMEX nº 92, de 24 de setembro de 2015, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX nº 94, de 2011:

I - excluir os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e o Ex-tarifário 009 do código 3002.10.39, conforme discriminados a seguir:

NCM	DESCRIÇÃO
2008.70.10	Em água edulcorada, incluídos os xaropes
2933.69.91	Ametrina
6902.10.18	Outros tijolos
3002.10.39	Outros
	Ex 009 - lenograstima

II - incluir os códigos da NCM conforme descrições e alíquotas do Imposto de Importação a seguir discriminadas:

NCM	DESCRIÇÃO	Alíquota (%)
1511.90.00	- Outros	20
2909.19.90	Outros	14
	Ex 001 - Qualquer produto classificado no código 2909.19.90, exceto sevoflurano	2
2933.91.13	Clonazepam	12
5503.20.10	Bicomponentes, de diferentes pontos de fusão	10

Art. 2º No Anexo I da Resolução CAMEX nº 94, de 2011:

I - as alíquotas correspondentes aos códigos 2008.70.10, 2933.69.91 e 6902.10.18 da NCM deixam de ser assinaladas com o sinal gráfico "#".

II - as alíquotas correspondentes aos códigos 1511.90.00, 2909.19.90, 2933.91.13 e 5503.20.10 da NCM passam a ser assinaladas com o sinal gráfico "#".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto nas Diretrizes nºs 11/16, 12/16 e 14/16 da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 12 (doze) meses e conforme quotas discriminadas, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
1513.29.10	De amêndoa de palma (palmiste)	224.785 toneladas
3702.10.20	Sensibilizados em ambas as faces	1.000 toneladas

Art. 2º Alterar para 2% (dois por cento), a partir de 28 de junho de 2016, por um período de 6 (seis) meses e conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
2833.11.10	Anidro	455.000 toneladas
	Ex 001 - Para fabricação de detergentes em pó por secagem em torre spray e por dry mix	

Art. 3º As alíquotas correspondentes aos códigos 1513.29.10, 3702.10.20 e 2833.11.10 da NCM, constantes do Anexo I da Resolução nº 94, de 2011, serão assinaladas com o sinal gráfico "**", enquanto vigorarem as referidas reduções tarifárias.

Art. 4º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC editará norma complementar, visando a estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 5 DE MAIO DE 2016

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, no art. 9º A do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, e o que consta do Processo nº 21000.002214/2015-85, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os arts. 5º ,8º e 9º da Instrução Normativa nº 39, de 27 de outubro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As Unidades do Sistema Vigiagro notificarão os importadores, exportadores, seus representantes legais, operadores e demais intervenientes públicos e privados no comércio exterior, quanto às ocorrências registradas e ao deferimento ou indeferimento dos Requerimentos para Fiscalização de Produtos Agropecuários no próprio SIGVIG." (NR)

"Art. 8º A emissão de documentos pela fiscalização federal agropecuária observará os seguintes procedimentos:

§ 1º Os certificados sanitários, fitossanitários e zoossanitários internacionais continuarão sendo emitidos em papel, devendo ser assinados pela fiscalização federal agropecuária e entregues aos exportadores ou seus representantes legais, para que procedam a sua anexação digital no correspondente dossiê eletrônico do módulo de "Anexação de Documentos" do Portal Único de Comércio Exterior.

§ 2º Os Termos de Ocorrência serão emitidos para notificação de não conformidades passíveis de correção, devendo ser registrados apenas no SIGVIG, ficando dispensada a sua impressão e anexação digital no módulo de "Anexação de Documentos" do Portal Único de Comércio Exterior.

§ 3º O Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários deverá ser deferido ou indeferido apenas no SIGVIG, devendo ser observadas as seguintes condições:

I - Em caso de deferimento, deverá o importador, o exportador ou seu representante legalmente constituído para fins de conclusão do despacho aduaneiro, acessar o SIGVIG, gerar o documento deferido em PDF e realizar a sua anexação digital no correspondente dossiê eletrônico do módulo "Anexação de Documentos" do Portal Único de Comércio Exterior.

II - Em caso de indeferimento, a anexação digital do documento indeferido no correspondente dossiê eletrônico do módulo "Anexação de Documentos" do Portal Único de Comércio Exterior, deverá ser realizada pelo próprio Fiscal Federal Agropecuário responsável pelo parecer no documento, mediante assinatura eletrônica com certificação digital.

§ 4º Os Requerimentos para Fiscalização de Produtos Agropecuários deferidos ou indeferidos estarão disponíveis para fins consulta por meio de código alfanumérico de autenticidade gerado pelo SIGVIG no endereço eletrônico http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SIGVIG .html.

§ 5º A autoridade aduaneira será notificada da decisão de rechaço pela autoridade agropecuária, mediante anexação da notificação e do correspondente Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários indeferido e disponibilização de acesso aos documentos para a Receita Federal do Brasil no correspondente dossiê eletrônico." (NR)

"Art. 9º A entrega dos documentos digitais para instrução do Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários, bem como a emissão de documentos pela fiscalização federal agropecuária, poderá ser feita em papel quando não for possível o acesso ao módulo "Anexação de Documentos", do sítio do Portal Único de Comércio Exterior ou ao SIGVIG, no sítio do Portal MAPA, na Internet, em virtude de problemas de ordem técnica, por mais de quatro horas consecutivas." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA ABREU

SECRETARIA DO PRODUTOR RURAL E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 34, DE 2 DE MAIO DE 2016

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao disposto no art. 24 e no art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o DEFERIMENTO da solicitação de transferência de titularidade das cultivares de soja (Glycine max (L.) Merr.), relacionadas abaixo, que foram protegidas em regime de co-titularidade entre as empresas GRANAR S/A, do Paraguai, e Cooperativa De Provisión De Servicios Agrícolas Criadero Santa Rosa Ltda., da Argentina. A titularidade da empresa GRANAR S/A passa a pertencer à empresa BAYER S.A, também do Paraguai. Desta forma, passam a constar como co-titulares das cultivares supra as empresas Cooperativa De Provisión De Servicios Agrícolas Criadero Santa Rosa Ltda. e BAYER SA..

Denominação da Cultivar	Processo nº	Nº do Certificado de Proteção
IGRA 526	21806.000205/2010-70	20130161
IGRA 545TR	21806.000210/2010-82	20130201
IGRA 645TR	21806.000208/2010-11	20130162
IGRA 845TR	21806.000206/2010-14	20130164
IGRA 745TR	21806.000207/2010-69	20130163
IGRA 550M	21806.000209/2010-58	20130202
IGRA 828	21806.000109/2008-15	20100105
IGRA510	21806.000112/2008-21	20100043

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta Decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador do Serviço

DECISÃO Nº 36, DE 5 DE MAIO DE 2016

O Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, defere os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

Espécie	Denominação da Cultivar	Nº do Protocolo
Solanum tuberosum L.	ALPINE RUSSET	21806.000196/2012-89
Solanum tuberosum L.	CLASSIC RUSSET	21806.000197/2012-23
Rosa L.	PROTANO	21806.000032/2014-13
Rosa L.	PRONNE	21806.000034/2014-11
Chrysanthemum L.	DELIBISCARI	21806.000213/2014-40
Phalaenopsis Blume	PHALDIMXAP	21806.000073/2015-91
Anthurium Schott	ANTHDUXH	21806.000106/2015-01
Anthurium Schott	ANTHEOZO	21806.000107/2015-47
Eucalyptus spp	EUCA 472	21806.000128/2015-62
Lactuca sativa L.	AF 5267	21806.000227/2015-44
Triticum aestivum L.	BRS PASTOREIO	21806.000278/2015-76

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 249, de 21 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada de sequeiro, ano-safra 2015/2016, no Estado do Paraná, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir a cultivar de cevada, conforme abaixo especificado:

PR	GRUPO II EMBRAPA: BRS SAMPA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 48, DE 4 DE MAIO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo - Substituto, designado pela Portaria nº 78, de 06 de março de 2015, publicada no DOU de 09 de março de 2015, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e considerando os processos 21018.007671/2012-24 e 21018.000350/2016-22, resolve:

Atualizar a Portaria SFA-ES 0341/12, que concedeu habilitação sob o nº 035/ES ao Médico Veterinário Marcio Oro inscrito no CRMV ES nº 1618, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para aves nos municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo e Muniz Freire, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL MASSAUD CONDE

PORTARIA Nº 49, DE 4 DE MAIO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo - Substituto, designado pela Portaria nº 78, de 06 de março de 2015, publicada no DOU de 09 de março de 2015, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e considerando o processo 21018.001152/2016-86, resolve:

Atualizar a Portaria SFA-ES 165/07, que concedeu habilitação sob o nº 017/ES à Médica Veterinária Maria Gorett Ramos Rodrigues, inscrita no CRMV ES nº 692, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para aves no município de Marechal Floriano, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL MASSAUD CONDE

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.037/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5ª , inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº : 01200.004211/1998-32
Requerente: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
CQB: 094/98
Próton: 78952/2015
Assunto: Solicitação de Extensão de CQB - NB-2
Extrato Prévio: 4927/16 publicado em 13/01/16
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio apreciou o pedido de parecer para Extensão do CQB 094/98, requerido pela Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição, para inclusão da área referente Laboratório de Bioquímica e Genética Aplicada 1-1 (LBGA1-1) para finalidade de pesquisa em regime de contenção, e concluiu pelo DEFERIMENTO. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado as atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.038/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5ª , inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº : 01200.001837/2015-77
Requerente: Bayer S.A.
CQB: 005/96
Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100,Prédio 9701-Térreo, Socorro, São Paulo/SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6)/Importação
Extrato Prévio: 4779/2015, publicado em 10/9/15
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Bayer S.A. solicitou autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente (RN6) e importação, intitulada "Avaliação de biossegurança em plantas de algodão geneticamente modificado, eventos HPPD e HPPD x TL x COT102 (HPPD x TLC)". Serão realizadas avaliações agronômicas, análise de composição nutricional e expressão de proteína, capacidade de sobrevivência sob mato-competição de algodão (GM) e sua linhagem convencional, avaliações da artropodofauna e análise microbiológica. Os ensaios serão realizados em Primavera do Leste (MT), Luiz Eduardo Magalhães (BA), Montividiu (GO) e Uberlândia (MG). Fica autorizada a importação de 79,0 kg de sementes de algodão. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.039/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º , inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº : 01200.004687/2015-53

Requerente: FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.

CQB: 325/11

Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN08).

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado. O ensaio será conduzido nas Estações Experimentais da requerente em Angatuba/SP e Caravelas/BA com área de OGM de 24 m^2 e área total de 96 m^2 por localidade.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.040/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º , inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº : 01200.005229/2015-31

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.

CQB: 003/97

Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN08).

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada tolerante ao dicamba e ao glifosato MON 87708 × MON 89788. Os ensaios serão conduzidos nas Estações Experimentais da requerente em Não-Me-Toque/ RS, Rolândia/ PR, Santa Helena de Goiás/ GO e Sorriso/ MT, com área de OGM de 1.860,0 m^2 e área total de 2.232,0 m^2 em cada uma das localidades.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.041/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º , inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.000111/2016-06

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda

CQB: 003/96

Endereço: Av. Nações Unidas 12.901, 04578-910, São Paulo, SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio, autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho MON 89034 × MIR162, milho MON 89034 e milho MIR162. O ensaio será conduzido na Unidade Operativa de Cachoeira Dourada, MG. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação- MCTI.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.042/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º , inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº : 01200.002935/2015-21

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CQB: 0013/97

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B S.221-224, Bl. A, Brasília, DF

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente e importação (RN6)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio, autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente intitulada "Avaliação a campo de soja geneticamente modificada para resistência a insetos e tolerante a herbicidas". Os ensaios serão conduzidos nas Unidades Operativas da requerente localizadas em Brasília/DF, Itumbiara/GO, Palmas/TO, Passo Fundo/RS, Sorriso/MT e Toledo/PR. Fica autorizada a importação de 442,368 kg de sementes de soja geneticamente modificada oriundas dos Estados Unidos da América e/ou Havaí e/ou Porto Rico, com local de quarentena previsto na Estação Quarentenária de Nível II da requerente em Porto Nacional - TO. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação- MCTI.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 52, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

160075 - "Com as Mãos"
Music Brothers Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.390.513/0001-72
Processo: 01400000103201603
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 131.140,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Documentário Cultural e Educativo com duração de 40 minutos perpassando os discursos dos historiadores e sobre a construção da cultura do interior do Brasil, por meio de registros iconográficos presentes e catalogados pela sua história. Serão produzidos 3 mil DVDs, no formato HD, que serão distribuídos gratuitamente.

160070 - "OS ÚLTIMOS ANOS DO CARANDIRU / 2001 - 2002"
talentos aprisionados producoes artisticas ltda
CNPJ/CPF: 04.957.293/0001-50
Processo: 01400000098201621
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 403.620,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: "OS ÚLTIMOS ANOS DO CARANDIRU / 2001 - 2002" é um projeto de recuperação e disponibilização pública de acervo audiovisual resultante quase 80 horas de filmagens de depoimentos e cenas do dia a dia, gravadas na Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero / Carandiru, nos seus últimos anos de funcionamento.

160089 - BRASIL DE BARRO 2016
CORAGEM FILMES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.904.380/0001-78
Processo: 01400000129201643
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 555.163,68
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto se caracteriza pela produção de um documentário, que irá mostrar através da produção da cerâmica figurativa, um artesanato existente em todo o Brasil, a cultura e o folclore em cada região e qual a influência na figura produzida em cerâmica. Além de entretenimento o programa traz uma apresentação da cultura popular brasileira, como festas regionais, folclores locais e as mais diversas belezas naturais presentes em diferentes regiões do Brasil. Com duração 36 min, formato full hd 10x140, 1920 x 1080 linhas entrega em HD CAM

159722 - Discussões e Reflexões VIII
Brasil Música e Artes - BM&A
CNPJ/CPF: 04.723.989/0001-12
Processo: 01400070245201549
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.055.630,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "Discussões e Reflexões VIII" têm por objetivo realizar 10 documentários de média-metragem de, aproximadamente, 26 minutos cada, captados através do conjunto de debates acerca da sociedade e do homem do século XXI e suas perspectivas para o futuro. O material também será disponibilizado gratuitamente na Internet, como forma de ampliar a democratização de acesso do projeto.

160058 - Projeto Fitzcarraldo: Cinema na Amazônia
Agencia Moby Dock Ltda
CNPJ/CPF: 15.535.863/0001-30
Processo: 01400000083201662
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 454.716,65
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 05/05/2016
Resumo do Projeto: O projeto "Fitzcarraldo: Cinema na Amazônia" pretende levar cinema para um total de 45 comunidades ribeirinhas na região amazônica (Pará) nos rios Tapajós, Arapiuns e Rio Amazonas que não têm acesso às salas de cinema. O cinema é montado em geral ao ar livre ou no "barracão comunitário" - uma construção típica de pequenas comunidades e que serve para reuniões e ocasiões especiais. Toda a infra estrutura e transporte é feita em barco gaiola típico da região. Quanto ao conteúdo a ser apresentado, dar-se-á prioridade para a inclusão de clássicos do cinema mundial, filmes para o público infantil, filmes brasileiros (para tal será consultada a lista de produção de filmes nacionais da Ancine) e filmes que tratem de questões que tenham sintonia com a realidade local.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 255, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

1510455 - ?O CORTE?
JORGE LUIZ MINICELLI ALVES PRODUÇÕES - ME
CNPJ/CPF: 14.530.416/0001-26
Processo: 01400072594201503
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 461.560,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: ?O CORTE? é um projeto de montagem e temporada de espetáculo homônimo do autor inglês Mark Revenhill. O projeto realizará temporada de 36 apresentações na cidade de São Paulo.

158909 - 10ª Feira do Mel, Rosca e Nata
Sociedade de Canto Harmonia
CNPJ/CPF: 89.191.464/0001-36
Processo: 01400068107201508
Cidade: Ivoti - RS;
Valor Aprovado: R$ 62.600,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização da 10ª edição da Feira do Mel, Rosca e Nata, que ocorrerá nos dias 20, 21 e 22 de Maio de 2016, e também nos dias 27, 28 e 29 do mesmo mês. O evento terá como sede o núcleo de casas enxaimel na cidade de Ivoti, RS. Durante estes dias, milhares de pessoas poderão conferir as diversas atividades e atrações culturais programadas, entre danças folclóricas, bandinhas típicas, orquestras, coros e espetáculos teatrais. Também haverá estandes de produtos coloniais típicos como o mel, a rosca e a nata, e também de artesanatos feitos por artesões locais. Estima-se um público de 45 mil pessoas durante todo o período da feira.

1510452 - 2 edição do FAM
Jose de Lorenzo Messina
CNPJ/CPF: 11.028.515/0001-16
Processo: 01400072591201561
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 753.761,24
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Inspirada nas feiras artísticas de verão ao ar livre da Europa e Estados Unidos, a 2a edição do FAM tem o intuito de trazer novamente arte, cultura e diversão ? de forma gratuita ? para a cidade de São Paulo.

1510475 - A LENDA DO VALE DA LUA (Circulação Grande SP 2016)
TIARAJU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.094.858/0001-90
Processo: 01400072616201527
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 482.780,22
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização de uma circulação por 5 municípios da grande São Paulo e litoral finalizando com uma curta temporada de oito semanas na capital paulista, com sessões aos sábados e domingos do espetáculo teatral ?A LENDA DO VALE DA LUA?, musical infantil.

1510515 - A Rainha da Neve - O Musical
Felipe Rodrigues de Araujo
CNPJ/CPF: 350.367.258-32
Processo: 01400072666201512
Cidade: Mauá - SP;
Valor Aprovado: R$ 450.400,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: "A Rainha da Neve - O Musical" é baseado no conto original de Hans Christian Andersen mundialmente conhecido, que inspirou o filme Frozen dos estúdios Walt Disney. Agora com adaptação original de Rafael de Castro e Thiago Gimenes os mesmos autores de "A Princesinha - O Musical" e "Uma Luz Cor de Luar - O Musical". É um espetáculo musical infanto juvenil contado com o cuidado que só quem faz um trabalho de grupo pode ter e desenvolvido artesanalmente mas sem dever nada à uma franshising norte americana de teatro musical. Tem como objetivo excursionar pelo interior de São Paulo com um total de 24 apresentações - 3 apresentações por semana durante 2 meses, sendo essas 2 com cobrança de ingressos a preços populares e 1 gratuita para instituições e a famílias em situação de vulnerabilidade pessoal e social de cada cidade visitada.

1510386 - A Revolta dos Vegetais
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO PERSONALIZADA - AEP
CNPJ/CPF: 10.548.157/0001-00
Processo: 01400072419201516
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 713.964,95
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Um grupo de crianças descobre um livro misterioso, um pedido de ajuda e um mapa. Seguindo as orientações do mapa, eles saem à procura de respostas e encontram uma árvore falante chamada Orto, que lhes entrega missão de ajudar na conservação da natureza. Está aí os ingredientes para um espetáculo musical cheio de magia, historia, musica, dança e ludicidade. Realizado por 12 alunos das aulas de arte e musica, na faixa etária entre 11 a 14 anos, com a participação de mais 3 atores profissionais a serem convidados após aprovação e captação de recursos. Serão 12 apresentações, sendo que 4 apresentações serão inteiramente gratuita para a Comunidade em geral e outras 8 apresentações serão realizadas com valores populares e acessiveis a todos.

1510176 - A Vida de Jesus
Grupo de Teatro Transart
CNPJ/CPF: 15.388.903/0001-69
Processo: 01400070750201593
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 1.727.450,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 24/11/2016
Resumo do Projeto: A Vida de Jesus é um projeto a ser realizado de forma itinerante por 16 cidades do estado de Mato Grosso do Sul, com uma apresentação em cada cidade, totalizando 16 apresentações, atingindo um público de aproximadamente 90 mil espectadores. A Vida de Jesus leva ao público a conhecida história da vida, paixão e morte de Jesus, baseada em relatos bíblicos.

1510284 - Amor e Restos Humanos - Circulação
Banquete Cultural Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 19.116.641/0001-34
Processo: 01400072292201527
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 566.280,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Temporadas de circulação a preço popular do espetáculo Amor e Restos Humanos, adaptação brasileira da obra do canadense Brad Fraser, em espaço cultural privado nas cidades de Belo Horizonte e em Toronto (Canadá), totalizando 20 apresentações. A proposta prevê dois encontros com o autor e 60 vagas gratuitas em oficinas de métodos dramatúrgicos. Além disso, 10% dos ingressos das temporadas serão dirigidos gratuitamente a públicos específicos.

158885 - Borboleta ? Montagem/Temporada e Publicação de Livro
IRIS FIGUEIREDO PRATES
CNPJ/CPF: 027.596.666-62
Processo: 01400068082201534
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 255.047,50
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto tem por finalidade a Montagem do espetáculo teatral adulto ?BORBOLETA?, com estreia e temporada em Belo Horizonte com 24 (vinte e quatro) apresentações e publicação do livro contendo os textos e dramaturgia utilizados para montagem do espetáculo de Iris Prates. Estima-se um público de 2.400 (dois mil e quatrocentos) espectadores para espetáculo teatral.

159715 - Espetáculo Teatral Aladdin - Musical
OSCARDEPAU Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 15.283.755/0001-18
Processo: 01400070232201570
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 972.848,13
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Espetáculo teatral infantil Aladdin ? Musical - Adaptação de Tina Mendes. O projeto será executado na cidade de São Paulo em temporada de três meses aos Sábados às 16h00 e Domingos às 15h00, totalizando 28 apresentações.

1511125 - Festival Nacional de Dança ? Ballace 11ª Edição
PINAUNA IDEIAS INTEGRADAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.971.494/0001-30
Processo: 01400079880201591
Cidade: Camaçari - BA;
Valor Aprovado: R$ 796.120,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 29/07/2016
Resumo do Projeto: O projeto cultural Festival Nacional de Dança Ballace ? 11ª edição é um conjunto de ações que visam o fomento do cenário da dança no Brasil e na Bahia, especificamente na região metropolitana, na cidade de Camaçari, no período de 26 a 29 de maio de 2016. O projeto pretende a realização dos seguintes eventos: 1) 11 oficinas/cursos rápidos relacionados ao tema; 2) 06 sessões de mostras competitivas; 3) 01 Fórum para diretores das escolas de dança; 4) 02 Palestras; 5) 02 Encontros com jurados; 6) 01 Premiação. Ao todo serão 1.500 profissionais diretos e indiretos envolvidos (estudantes, profissionais, professores, jurados, convidados especiais e amantes da dança) e um público previsto, segundo estimativas das edições anteriores, de mais cinco mil pessoas, que terão acesso gratuito e mediante preço

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

159486 - GRANDES PEQUENINOS ? O MUSICAL
Artistas Reunidos - Produção, Criação e Gravações Fonográficas Ltda.
CNPJ/CPF: 00.235.372/0001-05
Processo: 01400069960201539
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.076.933,50
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 30/12/2016
Resumo do Projeto: "Grandes Pequeninos ? O Musical" é uma peça de teatro musical direcionada ao universo infantil. A temporada é formada por 12 apresentações de 1h30 de duração, as quais circularão em 9 cidades brasileiras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de janeiro. Com classificação etária livre, o espetáculo é indicado para toda a família e é comandado pelo casal de artistas Jair Oliveira e Tania Khalill. O musical reúne canções do disco ?Grandes Pequeninos Volume 1? (indicado ao Grammy Latino de 2009) e do ainda inédito Volume 2 (previsto para o segundo semestre de 2015), ambos criados pelo casal tendo as duas filhas como inspiração. As músicas abordam o universo lúdico das crianças para explorar temas como alimentação saudável, diversidade, meio ambiente, higiêne, sustentabilidade, educação e muitos outros. No palco, 4 músicos formam a banda que toca os temas ao vivo enquanto Tania e Jair misturam linguagem circense, musical e teatral com contação de histórias e muita dança.

159426 - Retalhos de Macabéa
Organização Não Governamental Dançar a Vida
CNPJ/CPF: 07.392.870/0001-00
Processo: 01400069889201594
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 601.590,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Espetáculo inspirado na obra literária de Clarice Lispector ?A Hora da Estrela?. Uma história solidária em relação aos milhares de nordestinos que migram para o sudeste em busca de melhores condições de vida. A união da literatura com a dança propicia reflexões sobre a própria vida e sobre a inocência pisada, a miséria anônima da anti-heroína Macabéa, pobre moça alagoana engolida pela cidade grande. Espetáculo apresentado em um ato com duração de 60 minutos. No elenco oito bailarinos representando os personagens de: Macabéa, Olímpico de Jesus, Glória, Madame Carlota, o gringo (imaginação de Macabéa), Rodrigo e amigas de Macabéa.Em um período de 4 meses de pré-produção e 8 meses de execução, a circulação do espetáculo, com proposta de 50 apresentações no município do RJ e municípios vizinhos propiciará a comunidade em geral aprender e apreciar a literatura através da dança.

1510494 - Teatro em Trânsito | Temporada 2016.
Luciana Pretto
CNPJ/CPF: 440.088.480-53
Processo: 01400072637201542
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Aprovado: R$ 125.000,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 30/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto objetiva realizar no período de 4 de abril a 31 de outubro de 2016, em espaço privado, aberto ao público e gratuito ? ainda em fase de definição -, de cinco regiões do Rio Grande do Sul, 5 apresentações (uma por região), da peça ?Teatro em Trânsito | Temporada 2016? com o Grupo Teatral Chama, para a ampliação do acesso da população aos bens, conteúdos e serviços culturais.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1510398 - Casa Talento - Oficinas de Música
Associação Cultural Talento Suzuki
CNPJ/CPF: 04.233.899/0001-43
Processo: 01400072433201510
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 376.882,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A Casa Talento é um projeto sócio-cultural que funciona em Natal (RN) desde o ano de 2000, atende a 200 crianças, jovens e pessoas com deficiência visual da rede pública de ensino de Natal e região metropolitana da grande Natal, visando à transformação dos jovens simples em músicos e cidadãos de sensibilidade e compromisso com a arte. O referido projeto é de continuidade.

1510539 - Concertando o choro
Adilson José Ruiz
CNPJ/CPF: 813.992.198-04
Processo: 01400072695201576
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 592.007,04
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização de cinco apresentações do show musical "Concertando o Choro" e sua gravação ao vivo para confecção de DVD. No repertório, conhecidas peças eruditas de diversos compositores e épocas, com arranjos inéditos em ritmo de choro, são interpretadas por um conjunto tradicional de choro, liderado por Luizinho 7 Cordas, considerado um dos grandes violonistas do Brasil, e renomados solistas brasileiros de violino, clarineta, clarone, acordeão, saxofone, entre outros instrumentos.

1510913 - Coral da Sociedade Cultural Lírica de Joinville
Helmuth Alfonso Kirinus
CNPJ/CPF: 025.128.359-36
Processo: 01400079668201524
Cidade: Itapoá - SC;
Valor Aprovado: R$ 78.550,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar 12 apresentações musicais com o Coral da Sociedade Cultural Lírica de Joinville sob a orientação e direção artística do Maestro Rafael Daniel Huch durante ensaios semanais totalizando 48 ensaios. Ofertar 20 vagas para novas inscrições no Coral da Sociedade Cultural Lírica de Joinville para os munícipes de Joinville sob avaliação em entrevista com o maestro. Divulgar as apresentações e inscrições do coral.

159654 - Encontro das Violas III
Articular Consultoria Administrativa e Produção de Eventos
CNPJ/CPF: 08.351.318/0001-29
Processo: 01400070161201513
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.335.760,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar a terceira edição do projeto Encontro das Violas, com quatro espetáculos de música instrumental de viola em Campinas/SP. Serão duas apresentações da Orquestra Paulistana de Viola Caipira abertas ao público e duas com cobrança de ingressos, promovendo o encontro da Orquestra Paulistana de Viola Caipira com renomados artistas da música de raiz e renda destinada a uma instituição que trata de crianças e adolescentes com câncer.

159683 - Formação Musical
Coro e Orquestra de Câmara de São Brás
CNPJ/CPF: 17.393.323/0001-95
Processo: 01400070190201577
Cidade: São Brás do Suaçuí - MG;
Valor Aprovado: R$ 578.680,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto visa formar pessoas através do ensino e da prática de música erudita, além de desenvolver paralelamente práticas que estimulam e ajudam os alunos em sua evolução pessoal. Formamos grupos (Coro, Orquestra e grupos de Câmera) que participam sistematicamente de atividades religiosas, educativas e civis, e desenvolvem três séries de concertos, o que representa uma grande contribuição cultural à sociedade, elevando o nível cultural da região.

158618 - MARCUS VIANA -TRILHAS EM CONCERTO
INSTITUTO CULTURAL MAESTRIA
CNPJ/CPF: 19.365.905/0001-93
Processo: 01400062603201540
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 607.843,50
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Apresentação de uma série de 5 shows do artista Marcus Viana, sua TRANSFÔNICA ORKESTRA, e o grupo SAGRADO CORAÇÃO DA TERRA, por São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Florianopolis e Porto Alegre, oferecendo ao público um espetáculo de inquestionável qualidade artística e musical, com entrada franca. No repertório, clássicos eternizados em trilhas de novelas e filmes.

153986 - PELO CAMINHO DAS VIOLAS DE MINAS.
Na Caixa Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 07.324.093/0001-59
Processo: 01400044407201593
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.086.400,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 10/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar um festival de instrumentistas com o objetivo de valorizar a música REGIONAL MINEIRA e suas raízes. O festival será realizado durante 02 dias, na cidade de Belo Horizonte e 02 dias na cidade de UBERLÂNDIA-MG (total 04 dias de execução). Serão convidados a participar da realização do projeto artistas e grupos da música instrumental (total de 16 grupos/artistas) que estarão apresentando nos palcos, as principais canções que contam a trajetória da música regional Mineira , suas raízes, costumes e tradições. O projeto pretende valorizar o músico local em cada uma das cidades. Ao final de cada dia de realização o projeto terá a apresentação de um artista/grupo NACIONAL da música instrumental totalizando 04 shows de encerramento das etapas.

159549 - PROJETO SALA DE MÚSICA TEMPORADA 2016/2017
Associação dos Amigos da Sala Cecilia Meirelles
CNPJ/CPF: 31.931.009/0001-40
Processo: 01400070030201528
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.356.720,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto Sala de Música realizará 28 concertos didáticos de orquestras, corais e bandas destinados a alunos da rede pública de ensino de todo o Estado Rio de Janeiro, alunos das escolas particulares, projetos sociais e público e geral. O projeto oferece palestras aos professores das escolas participantes, elaboração e distribuição prévia de material didático para os alunos, transporte municipal e intermunicipal e lanche antes dos concertos.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
159702 - Divina Presença
INSTITUTO VICTOR BRECHERET
CNPJ/CPF: 03.729.509/0001-68
Processo: 01400070217201521
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.144.010,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/10/2016
Resumo do Projeto: Projeto para realização da exposição de arte coreana tradicional e contemporânea, "Divina Presença". Com curadoria de Joonmo Chung - crítico de arte, ativista cultural e curador chefe do Museu Nacional de Arte Moderna e Contemporânea da Coreia do Sul - o projeto trará ao Brasil cerca de 100 obras de artistas coreanos. A exposição será gratuita, beneficiando cerca de 6 mil pessoas. Serão oferecidas visitas monitoradas e workshops de litogravura para 200 estudantes de escolas públicas.

1510311 - IV Simpósio Internacional de Escultores em Bento Gonçalves
instituto Tarcísio Vasco Michelon
CNPJ/CPF: 13.601.417/0001-51
Processo: 01400072321201551
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.035.081,40
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Simpósio Internacional de Escultores em Bento Gonçalves é um evento que tem a finalidade de reunir dez escultores de importância mundial que realizarão 10 obras, em pedra, destinadas a enriquecer o patrimônio artístico de Bento Gonçalves,na Serra Gaúcha, com a instalação final das obras no Parque de Esculturas a céu aberto. O evento é aberto à visitação de artistas, de estudantes de arte, de escolas de ensino, fundamental, médio e técnico e do público em geral, que poderão interagir com os escultores. Pretende ainda, como objetivo adicional e não menos importante, o resgate e a valorização da pedra, bem como proporcionar à comunidade e interessados em geral, um maior conhecimento da arte milenar da escultura em pedra. Os escultores esculpirão suas obras em estrutura a ser montada na Fundaparque.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1510927 - POESIA INCRÍVEL - Prêmio Literário
Lucas Maroca de Castro
CNPJ/CPF: 065.473.226-45
Processo: 01400079682201528
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 238.370,00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto se configura na criação e realização de um edital público de premiação para novos poetas mineiros. O Edital prevê a seleção de 04 poetas mineiros que receberão um valor em dinheiro e a publicação de um livro de sua autoria com custos pagos provenientes dos recursos deste projeto. Serão realizados 02 eventos de lançamentos (2 livros por lançamento) junto a palestra com os autores selecionados e poetas convidados.Todas as ações do projeto e a distribuição dos livros serão de cunho gratuito.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
1510214 - Madre Verão 2016
MULTI PLANEJAMENTO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.502.960/0001-39
Processo: 01400070791201580
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: 1000000.00
Prazo de Captação: 06/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Madre Verão 2016 oferecerá um mix de atrações culturais para mais de 150 mil pessoas, com atividades voltadas para crianças, jovens e adultos. Em sua 14ª edição, o Madre Verão é um festival multilinguagens, englobando música, teatro e dança, além de ações de entretenimento, esporte e cidadania. Promovido pela Prefeitura de Madre de Deus em parceria com a Multi Planejamento Cultural, o projeto tem destaque nacional, sendo considerado o maior evento cultural de verão do interior da Bahia, e fortalece a economia criativa local e promovendo a descentralizações dos grandes eventos de difusão e fruição de música na Bahia.

PORTARIA Nº 256, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
14 0688 - A HISTORIA DO AMOR
OS INVENCIVEIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.553.771/0001-55
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/05/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
11 0283 - Orquestra de Câmara "Solistas de Londrina" 15 anos - Série Mostra de Música de Câmara - Temporada 2013
Apolônia Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 03.266.184/0001-24
PR - Londrina
Período de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016
14 8979 - PROJETO FORMAÇÃO MUSICAL DE GUANACES
SOCIEDADE DE ASSISTENCIA E EDUCAÇÃO RURAL DE GUANACES
CNPJ/CPF: 07.386.840/0001-83
CE - Cascavel
Período de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
15 4646 - Dicionário da Diversidade Cultural Brasileira - Nordeste - Volume I
RECIFEPROMO COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.564.400/0001-05
PE - Recife
Período de captação: 01/05/2016 a 31/12/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 133 DPC, DE 4 DE MAIO DE 2016

Renova o credenciamento da empresa Shelter Santos - Cursos e Treinamentos SS Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Renovar o credenciamento da empresa Shelter Santos - Cursos e Treinamentos SS Ltda., CNPJ 12.581.727/0001-99, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade de 1º de maio de 2016 até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria renova o credenciamento concedido anteriormente por meio da Portaria nº 85/DPC, de 17 de abril de 2013, publicada no DOU nº 85, de 24 de abril de 2013, seção 1, pagina 13, e entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

TRIBUNAL MARÍTIMO

PORTARIA Nº 6/TM, DE 29 DE MARÇO DE 2016(*)

Institui o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL MARÍTIMO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, alínea h, da Lei nº 2.180/54 e considerando:

- o art. 155 da Lei nº 2.180/54, que prevê, expressamente, que nos casos de matéria processual omissos na mencionada lei, serão observadas as disposições das leis de processo que estiverem em vigor;

- a permissão contida no parágrafo único do art. 154 do Código de Processo Civil, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 11.280/06, que autoriza os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, disciplinar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;

- o contido no art. 193 do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que entrará em vigor um ano após a data de sua publicação oficial), que estabelece que "Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei";

- as disposições contidas no art. 4º da Lei nº 11.419/06, que tratam da comunicação eletrônica dos atos oficiais;

- a necessidade de se proverem os meios que assegurem a razoável duração dos processos administrativos, insculpida no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, e a essencial observância dos princípios da publicidade, da economicidade, da simplicidade e da economia dos atos processuais;

- a incorporação dos recursos disponíveis da tecnologia da informação aos trâmites processuais, observados os requisitos de segurança e autenticidade, tornando mais célere e eficiente o desempenho da prestação jurisdicional; e

- as considerações da Comissão de Jurisprudência desta Corte Marítima, em Parecer datado de 15 de abril de 2014; resolve:

Art. 1º Instituir o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM) como meio oficial de publicação dos atos relativos aos processos para julgamento de Acidentes e Fatos da Navegação e dos atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros do Tribunal Marítimo.

Art. 2º O e-DTM substituirá qualquer outro meio e publicação oficial, e estará disponível gratuitamente no portal do Tribunal Marítimo, no endereço eletrônico www.mar.mil.br/tm.

§ 1º Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais.

§ 2º O Tribunal Marítimo manterá a publicação no Diário Oficial da União (DOU) pelo período de 30 (trinta) dias, a partir da vigência desta Portaria.

§ 3º Durante o período supracitado, as publicações disponibilizadas no e-DTM não terão validade jurídica.

§ 4º Após o período referido no parágrafo 2º, o e-DTM estará definitivamente implantado e substituirá integralmente as publicações atualmente utilizadas.

§ 5º Na página do Tribunal Marítimo haverá um link de acesso ao e-DTM.

Art. 3º O e-DTM será composto de dois cadernos, sendo o primeiro para publicação dos atos relativos aos processos para julgamento de Acidentes e Fatos da Navegação e o segundo para os atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros do Tribunal Marítimo.

Art. 4º Os atos serão publicados, preferencialmente, em resumo, restringindo-se aos elementos necessários à sua identificação.

§ 1º Para efeito desta Portaria são considerados atos relativos aos processos para julgamento de Acidentes e Fatos da Navegação entre outros, que demandem conhecimento de terceiros:

I - despachos e decisões;
II - notas de arquivamento;
III - editais;
IV - acórdãos;
V - pautas;
VI - atas das sessões, de distribuição de processo e distribuição de recursos; e
VII - portarias.

§ 2º Consideram-se atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros do Tribunal Marítimo, entre outros, que demandem conhecimento de terceiros, os atos realizados pela Divisão de Registros em processos administrativos de registros, averbações, cancelamentos e renovações (quando aplicáveis), referentes a:

I - propriedade marítima;
II - ônus;
III - armador; e
IV - pré-registro e Registro Especial Brasileiro (REB).

Art. 5º As edições do e-DTM serão assinadas digitalmente, obedecendo-se aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Art. 6º Após a publicação do e-DTM, os documentos não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único. Eventuais retificações de documentos deverão constar de nova publicação, devidamente identificada como "republicação".

Art. 7º O e-DTM poderá ser disponibilizado diariamente no portal do Tribunal Marítimo, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

Art. 8º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização do e-DTM no portal do Tribunal Marítimo.

§ 1º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil seguinte ao da data da publicação.

§ 2º Os prazos processuais dos casos previstos no § 1º do art. 2º serão contados com base na publicação impressa.

Art. 9º Ao Tribunal Marítimo são reservados os direitos autorais e de publicação do e-DTM.

Parágrafo único. O Tribunal Marítimo não se responsabilizará por problemas ou incorreções a que não tenha dado causa, oriundos da informação sobre o e-DTM prestada por terceiros.

Art. 10. Compete à Assessoria de Tecnologia da Informação (TM-03.3) a manutenção e o pleno funcionamento dos sistemas informatizados do e-DTM, bem como a realização de cópias de segurança.

Art. 11. Ocorrendo a indisponibilidade de acesso ao e-DTM, ocasionada por problemas técnicos nos sítios do Tribunal Marítimo, com duração superior a 3 (três) horas, contínuas ou intercaladas, no período das 10 às 18 horas, o Presidente do Tribunal Marítimo, através de ato próprio divulgado no sítio do Tribunal Marítimo prorrogará os prazos processuais por mais um dia.

Art. 12. As publicações no e-DTM, para fins de arquivamento, serão de guarda permanente.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Marítimo.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

CLAUDENIZ FERNANDES GUIMARÃES
Primeiro-Tenente (AA)
Assistente

(*) Portaria publicada originariamente no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2016 e republicada por força do disposto no art. 4º, da Lei 11.419/06.

SECRETARIA-GERAL

ATA DA 7.063ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2016 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) MARCOS NUNES DE MIRANDA, Secretária do Tribunal, a Bacharel ANA PAULA BEZERRA DA SILVA.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, SERGIO BEZERRA DE MATOS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

29.192/2014, 29.240/2015, 29.257/2014, 29.448/2015, 29.539/2015, 29.574/2015 da Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha; 25.633/2011, 26.519/2011, 26.838/2012, 26.985/2012, 28.096/2013, 28.128/2013, 29.286/2014, 29.410/2015, 29.473/2015, 29.499/2015 do Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 29.062/2014, 29.422/2015, 29.489/2015 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; 28.967/2014, 29.487/2015, 29.543/2015, 29.602/2015, 29.605/2015 do Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos; 26.010/2011 do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho; 29.586/2015, 29.592/2015 do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 29.563/2015 - Fato da navegação envolvendo o B/P "DOUGLAS" e um tripulante, ocorrido entre a ponta Brejatuba e a ilha Saí-Guaçu, Praia Grande, Paraná, em 27 de junho de 2014.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Airton Orildo Silvano (Contramestre de Pesca).

Nº 29.704/2015 - Acidente da navegação envolvendo a barcaça "CANDANGO" e o comboio formado pelo Rb "PATO BRAVO" com a chata "IARA", ocorrido no canal das Laranjeiras, lagoa Santo Antonio dos Anjos, Laguna, Santa Catarina, em 06 de setembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Josinaldo Batista da Silva (Marinheiro Fluvial de Convés).

Nº 29.517/2015 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "ESTRELA DA MANHÃ" e seu condutor inabilitado, ocorrido no rio Paraná, São Pedro do Paraná, Paraná, em 30 de julho de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Paulo Cesar de Oliveira Arruda (Responsável pela embarcação) e Maria Sousa de Oliveira (Proprietária).

Nº 30.006/2015 - Acidente da navegação envolvendo um bote de alumínio sem nome, não inscrito, ocorrido no rio Solimões, Alvarães, Amazonas, em 16 de dezembro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Felipe Carvalho Batista (Condutor).

JULGAMENTOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Nº 25.984/2011 - Acidente da navegação envolvendo a L/M "JOSÉ MARIA DO NASCIMENTO", ocorrido nas proximidades do píer 202 do Terminal de Vila do Conde, Pará, em 31 de março de 2009.

Embargos de Declaração interposto em 18JUN2015. Embargante: Barra do Pará - Belém, Vila do Conde e Adjacências - Serviços de Praticagem Sociedade Simples Ltda. (Proprietária), Adv. Dr. Márcio Olivar Brandão (OAB/PA 3.476). Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: conhecer e julgar improcedente o recurso, mantendo-se na íntegra a decisão atacada.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 28.415/2013 - Fato da navegação envolvendo a plataforma "PETROBRAS 57", de bandeira das Ilhas Marshall, ocorrido na bacia do Espírito Santo, em 24 de julho de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (Armadora), Adv. Dr. Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929). Decisão: por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator, julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência da Representada, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, inciso IX, 127 e 135, inciso I, aplicar-lhe a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), cumulativamente com a pena de repreensão. Custas processuais na forma da Lei, sendo acompanhado pelos Exmos. Srs. Juízes Geraldo de Almeida Padilha, Sergio Bezerra de Matos e Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves acompanhava o voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator mas aplicava a pena de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo acompanhado pelo Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho, ambos vencidos.

Nº 27.052/2012 - Fato da navegação envolvendo a balsa "SALMO I" e um veículo, ocorrido na ilha do Amor, rio Coreaú, Camocim, Ceará, em 03 de setembro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Claudio da Costa (Comandante), Adv. Dr. José Ferreira Lopes (OAB/CE 21.723/B), Teófilo Vicente Rodrigues (Tripulante), Adva. Dra. Maria Michelle Gomes da Silva (OAB/CE 22.312) e Edileudo Costa da Silva (Tripulante), Adv. Dr. José Ferreira Lopes (OAB/CE 21.723/B). Decisão unânime: julgar o fato da navegação constante do art. 15, alínea "e", como decorrente da negligência dos três representados, tripulantes da balsa "SALMO I", os MAC Claudio Costa, Teófilo Vicente Rodrigues e Edileudo Costa da Silva, condenando-os à pena de repreensão e ao pagamento das custas processuais divididas em partes iguais, com fulcro no art. 121, inciso I, c/c o art. 124, inciso III, todos artigos da Lei nº 2.180/54.

Às 14h42min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 14h52min.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 29.360/2014 - Acidente da navegação envolvendo as traineiras "VERDES MARES I" e "LINCHARD" e o N/M "MAERSK LETÍCIA", de bandeira de Hong Kong, ocorrido no canal do porto de Santos, São Paulo, em 14 de dezembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Francisco Cava Fernandes Caseira (Prático responsável pela manobra do N/M "MAERSK LETÍCIA"), Adva. Dra. Leonilia Maria de Castro Lemos (OAB/RJ 75.746). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência de Francisco Cava Fernandes Caseira, condenando à pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, combinado com o art. 124, inciso IX, todos da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 29.691/2015 - Acidente da navegação envolvendo o N/M "VITASPIRIT", de bandeira maltesa, ocorrido no rio Amazonas, no fundeadouro de Macapá, Amapá, em 04 de novembro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 29.730/2015 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "CAPITÃO JOSÉ ALECRIM XII" com as balsas "VDA X", "VDA 91" e "ALINE", ocorrido no rio Solimões, Uarini, Amazonas, em 14 de setembro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Dra. Daniella Schumacker Gasco Santos.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição e nada mais havendo a tratar, às 15h24min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 3 de maio de 2016.
Juiz MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

ANA PAULA BEZERRA DA SILVA
Secretária

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 2016 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 27.350/2012 - Acidentes da navegação envolvendo o B/M "MIRAGEM", ocorridos no porto Luís Alves, São Miguel do Araguaia, Goiás, em 07 de outubro de 2011.

Relatora : Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Manfred Walliser (Proprietário)
Advogado : Dr. Cristiano Eduardo Lopes (OAB/GO 36.320)

Nº 27.400/2012 - Fato da navegação envolvendo o B/M "NOSSA SENHORA DA VITÓRIA II" e quatro de seus ocupantes, ocorrido no porto de Vila Acopatana, Jutaí, Amazonas, em 08 de maio de 2011.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Honorato Fernandes de Melo Neto (Investigador de Polícia)
Advogado : Dr. Damião Ferreira Lisboa (OAB/AM 3.067)

AGRAVO Nº 108/2015 interposto em 28AGO2015 - Processo Nº 28.846/2014 - Acidente da navegação envolvendo o N/M "HR MARGARETHA", de bandeira liberiana, ocorrido no canal de acesso ao porto de Itajaí, Santa Catarina, em 16 de novembro de 2013.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Carla Andrade de Melo
Agravante : Francisco José Memoria Hyppolito (Prático)
Advogado : Dr. Bruno Tussi (OAB/SC 20.783)
Agravada : Procuradoria Especial da Marinha
Decisão Agravada: Despacho de 10AGO2015 da Juíza-Relatora do Processo nº 28.846/2014.

Nº 29.413/2015 - Fato da navegação envolvendo o bote "VALENTE III" e seu proprietário, ocorrido no rio Tietê, Bariri, São Paulo, em 15 de fevereiro de 2014.

Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Anízio Ribeiro (Condutor) e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira

Nº 29.519/2015 - Fato da navegação envolvendo o B/P "MARIA EDUARDA R" e um tripulante, ocorrido nas proximidades de Itajaí, Santa Catarina, em 11 de maio de 2014.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisora : Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Dra. Daniella Schumacker Gasco Santos
Representado : Odilaumer Remualdo da Silva (Tripulante) - Revel

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 5 de maio de 2016.
ANA PAULA BEZERRA DA SILVA
Diretora-Geral da Secretaria

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DO DIA 19 DE MAIO DE 2016 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 26.422/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no igarapé Atuá, nas proximidades de Portel, Pará, em 10 de novembro de 2009.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Nildo Sanches Ataide (Condutor inabilitado)
Advogada : Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira (DPU/RJ)

Nº 26.410/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo R/E "DOÑA CARMEN", de bandeira paraguaia, com dezesseis barcaças de bandeiras paraguaia, argentina e liberiana, ocorridos no rio Paraguai, Corumbá, Mato Grosso do Sul, em 08 de maio de 2011.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Assistente PEM : Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Representado : Salustiano Ramon Jara Arevalos(Comandante do comboio)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)

AGRAVO Nº 107/2015 interposto em 31AGO2015 - Processo Nº 28.656/2014 - Fato da navegação envolvendo a plataforma "FPSO BRASIL", de bandeira bahamense, e alguns funcionários da empresa terceirizada SBM Operações Ltda., ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 2012.

Relator : Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Agravante : Isabele Reginato de Araújo (Técnico de Segurança)
Advogado : Dr. Walnei da Costa (OAB/RJ 112.364)
Agravada : Procuradoria Especial da Marinha
Decisão Agravada: Despacho de 10AGO2015 da Juíza-Relatora do Processo nº 28.656/2014.

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 5 de maio de 2016.
ANA PAULA BEZERRA DA SILVA
Diretora-Geral da Secretaria

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 421, DE 5 DE MAIO DE 2016

Autoriza a alienação de fração de bens imóveis próprios nacionais administrados pelo Comando do Exército e delega competência para representação nos atos pertinentes.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, o inciso I do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, a Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970, a Portaria nº 217/SPU, de 16 de agosto de 2013, o que facultam os art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, os art. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, de acordo com o que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército, e considerando que:

a. o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREx) e o Plano Básico de Construção do Exército (PBC) preveem diversas gestões de interesse do Exército, referentes ao patrimônio imobiliário, dentre elas a necessidade de aquisição e construção de imóveis (quartéis, Próprios Nacionais Residenciais, e outros), de interesse da Força Terrestre nas diversas unidades da federação;

b. para consecução dessas gestões poderão ser disponibilizados recursos provenientes das alienações de bens imóveis ou frações sob sua jurisdição que não mais atendam suas necessidades precípuas;

c. o Estado de Alagoas manifestou interesse na aquisição de fração dos bens imóveis próprios nacionais cadastrados no Comando do Exército como AL 07-0001, AL 07-0002 e AL 07-0003, localizados na Av. Fernandes Lima, nº 1.970, Bairro do Farol, Maceió/AL, para implantação de malha viária, constituindo-se de relevante interesse público, econômico e social;

d. a fração do imóvel objeto de interesse daquele ente estadual poderá ser alienada por não atender mais às necessidades precípuas de utilização pelo Comando do Exército, não lhe acarretando prejuízos de natureza patrimonial, qualificando-a plenamente para o fim alienatório almejado; e

e. as tratativas encetadas no Termo de Convênio firmado entre o Chefe do DEC e o Chefe do Executivo do Estado de Alagoas e ainda no Protocolo de Intenção firmado entre o Comandante Militar do Nordeste e o Chefe do Executivo do Estado de Alagoas, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação de fração com 18.866,29 m² (dezoito mil oitocentos e sessenta e seis vírgula vinte e nove metros quadrados) dos imóveis próprios nacionais cadastrados como AL 07-0001, AL 07-0002 e AL 07-0003, localizados na Av. Fernandes Lima, nº 1.970, Bairro do Farol, Maceió/AL, transcritos sob nº 10.155, fls. 171/177 e 10.154, fls. 169/170, do Lv 3-O, em 28 de dezembro de 1943, do Registro de Imóveis e Hipoteca de Maceió/AL, mediante venda direta ao Estado de Alagoas.

Art. 2º Os bens imóveis acima citados deverão ser unificados de acordo o previsto no inciso I do art. 235, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e após a obtenção da matrícula única, deverá ser promovido seu desmembramento e abertura de matrículas para as frações originadas, de forma a possibilitar a alienação da fração de interesse daquele ente estadual.

Art. 3º A venda direta condicionada àquele ente estadual se estabelecerá mediante contrato de compra e venda no valor de R$ 3.589.450,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais) onde ensejará, além do pagamento deste valor, o muramento da referida fração e construção de túnel de ligação entre às frações remanescentes, de forma a possibilitar suas utilizações pelo Comando do Exército.

Art. 4º Os recursos obtidos da referida alienação devem ser incorporados por meio de GRU, Conta Única do Tesouro Nacional, Banco do Brasil, Agência 1607, em favor da UG 160067 - DEC, CNPJ 07.521.315/0001-23, no código 28865-9, e seu emprego deverá ser na construção de outros bens imóveis próprios nacionais residenciais, conforme Plano de Aplicação de Recursos aprovado pela Diretoria de Obras Militares.

Art. 5º Delegar competência ao Comandante do 1º Grupamento de Engenharia para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art. 1º desta Portaria, bem como para a assinatura do respectivo contrato, e ultimado o processo alienatório do imóvel, encaminhar cópia do referido instrumento à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Alagoas para fins de controle e atualização do SPIUNet.

Art. 6º Ratificar o Termo de Convênio firmado entre o Chefe do DEC e o Chefe do Executivo do Estado de Alagoas, instrumento em que o partícipe estadual se compromete a transferir ao partícipe federal o valor de R$ 3.589.450,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais), equivalente ao valor do bem, a fim de propiciar a compensação da área alienada.

Art. 7º Designar o DEC como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 8º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação e pelo período de 5 (cinco) anos.

Gen.-Ex. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 5/SECMA/SUBAPS/CHELOG/EMCFA - MD, DE 3 DE MAIO DE 2016

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa LASA PROSPECÇÕES S.A., com sede social na Av. Ayrton Senna nº 2541, Rua F1, lote 47, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22775-002, inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.875/0001-25, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "a".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 05 de maio de 2021.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 1044/MD, de 4 de maio de 2011.

Alte Esq LUIZ HENRIQUE CAROLI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 6/SECMA/SUBAPS/CHELOG/EMCFA - MD, DE 3 DE MAIO DE 2016

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa AEROCARTA S.A. Engenharia de Aerolevantamentos, com sede social na Rua Michigan nº 561, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP: 04566-000, inscrita no CNPJ sob o nº 31.332.778/0001-21, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "a".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 18 de maio de 2021.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 1241/MD, de 18 de maio de 2011.

Alte Esq LUIZ HENRIQUE CAROLI

PORTARIA Nº 7/SECMA/SUBAPS/CHELOG/EMCFA - MD, DE 3 DE MAIO DE 2016

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art.1 º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa GEO PIXEL Geotecnologias Consultoria e Serviço Ltda., com sede social na Rua Euclides Miragaia nº 433, CJ 203 e CJ 204, Centro, Distrito de Eugênio de Melo, São José dos Campos/SP, CEP: 12245-902, inscrita no CNPJ sob o nº 09.290.603/0001-40, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "c".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 05 de maio de 2021.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 871/MD, de 25 de abril de 2011.

Alte Esq LUIZ HENRIQUE CAROLI

PORTARIA Nº 8/SECMA/SUBAPS/CHELOG/EMCFA - MD, DE 3 DE MAIO DE 2016

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa HGA - HANSA Geofísica e Aerolevantamento Ltda., com sede social na Rua Pedro Braile Neto nº 137, Centro, Resende/RJ, CEP: 27511-080, inscrita no CNPJ sob o nº 05.152.870/0001-08, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "a".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 05 de maio de 2021.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 873/MD, de 25 de abril de 2011.

Alte Esq LUIZ HENRIQUE CAROLI

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 341, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 109/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201102155, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Mato Grosso do Sul - FACSUL, com sede na Rua Afonso Pena, nº 275, Bairro Amambaí, Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, com sede na Avenida Paulista, nº 900, Bairro Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 342, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 66/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077492, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia IPEP de São Paulo, com sede na Rua Pirapitingui, nº 186, Bairro Liberdade, Sala 113, 116, 118, e Sala 122 a 124, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (IPEP), com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 343, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 113/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201102156, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Campo Grande (FCG), sediada na rua Afonso Pena, nº 275, bairro Amambaí, Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (AESMS), localizada no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 344, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 328/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200901743, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Oliveira, situada à Rua Benjamim Guimaraes, nº 27, Centro, município de Oliveira, estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional de Oliveira, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 345, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 390/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201207653, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Agronegócio Paraíso do Norte, com sede na Rua Olavo Bilac, nº 78, bairro Centro, no município de Paraíso do Norte, no Estado do Paraná, mantida pelo Instituto Paraíso do Norte de Educação e Cultura Ltda IPNEC - ME, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 346, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 379/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20078652, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa), com sede na Rua Pedro Dias Leme, nº 203, bairro Flores, no município de Manaus, no estado do Amazonas, mantido pela Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda (Samec), com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 347, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 510/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201203500, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Integrada das Cataratas, com sede na Rua David Muffatto, nº 367, bairro Jardim Comercial das Bandeiras, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, mantida pela Diretiva Administradora de Participações Ltda., com sede na Rua Jorge Sanways, nº 1151, bairro Centro, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 348, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 520/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200815663, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Estácio de João Pessoa com sede na Praça da Independência, nº 169 Centro, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba; mantida pela UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educac. e Participações S/A, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 349, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 500/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201408195, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Centro Universitário Ritter dos Reis, situado à rua Orfanotrófio, nº 555, bairro Alto Teresópolis, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 350, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 406/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201208361, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Vértice, com sede na Rua Bernardo Torres, nº 180, Retiro, município de Matipó, estado de Minas Gerais, mantida pela SOEGAR - Sociedade Educacional Gardingo LTDA - EPP, com sede no município de Matipó, estado de Minas Gerais.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 351, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 471/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201009934, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Asces, com sede na Avenida Portugal, nº 584, bairro Universitário, no município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES, com sede no município de Caruaru, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 352, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 466/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201101461, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas - FADILESTE, com sede na Rua Nilda Breder Barbosa Lopes, nº 01, Centro, no Município de Reduto, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educacional Breder Lopes, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 353, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 465/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201116295, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Anhanguera de Pelotas, com sede na Avenida Fernando Osório, nº 2.301, bairro Três Vendas, no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede na Alameda Maria Tereza, nº 4.266, bairro Dois Córregos, no município de Valinhos, estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 354, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 454/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201101424, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto de Ensino Superior de Olinda, com sede na Avenida Ministro Marcos Freire, nº 2.855, bairro Casa Caiada, no município de Olinda, no estado de Pernambuco, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior (Apesu), com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 355, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 453/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201359878, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Salesiana Dom Bosco de Piracicaba, situada na Rua Boa Morte, nº 1835, Centro, município de Piracicaba, Estado de São Paulo, mantida pelo Colégio Salesiano Dom Bosco, com sede no município de Piracicaba, estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 356, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 528/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304795, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Ciências e Tecnologia do Nordeste, localizada na Rua Professor Jacinto Botelho, nº 1080, Bairro Guararapes, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pelas Faculdades de Ciências e Tecnologia do Nordeste Ltda., localizada no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 357, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 414/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304618, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Ilapeo, a ser instalada na rua Jacarezinho, nº 656, até 915/916, bairro Mercês, no município de Curitiba, no estado do Paraná.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 358, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 418/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201207821, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Bíblica das Assembleias de Deus (código: 15922) a ser instalada na Rua São João Bosco, nº 1114, bairro Santana, Município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Bíblico das Assembleias de Deus, com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 359, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 432/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201300168, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Escola Politécnica de Inovação e Conhecimento Aplicado (Épica), a ser instalada na Rua Elsbeth Feddersen, nº 72, Bairro Salto Norte, no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo IADE - Instituto de Administração e Direção de Empresas Ltda., com sede no mesmo Município.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 360, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 493/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201115639, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Claretiana de Brasília - FCB (Código nº 16218), a ser instalada na Área Especial para Igreja Católica - Setor C, Parte B, s/n, bairro de Taguatinga Centro, em Brasília, no Distrito Federal, mantida pela Ação Educacional Clareatiana (Código nº 780), com sede no município de Batatais, no estado de São Paulo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 361, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 433/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304984, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Estácio de Goiânia, a ser instalada na Av. T 3, nº 2.736 - Quadra 108, Lote 5 E - de 1300 ao fim - lado par, Bairro Setor Bueno, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., com sede na R. Jornalista Humberto Silva, nº 308, Bairro União, no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 362, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 154/2013, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200811765, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Tecnologia Progresso, a ser instalada na Avenida Dr. Timoteo Penteado nº 537, Bairro Centro, no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Progresso, pessoa jurídica de direito privado - sem fins lucrativos, sita à Rua Paulo Lenk, nº 84, Bairro Centro, no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 363, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 435/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304606, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná (código nº 11748), situada na Rua Missionário Gunnar Vingren, Planta Geral, Lote 09-A, Quadra 062, Setor 003, município de Ji-Paraná, no estado de Rondônia (RO), CEP 78960-000, mantida pela Associação Educacional de Rondônia (código nº 525), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos (Fundação), inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob nº 05.706.023/0001-30, com sede no município de Cacoal, no estado de Rondônia.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 364, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 428/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201356185, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Santo Antônio I - FSA-I, a ser instalada na Rua Professor Argemiro Telles Gopfert, nº 51, bairro Vila São João, município de Caçapava, estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Ensino Santo Antonio X Ltda., situado na Rua Marquês de Herval, s/n, sala 2, bairro Centro, município de Caçapava, estado de São Paulo.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 365, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 502/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201206605, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade da Serra - SERRAVIX a ser instalada na Rua Barão do Rio Branco, n.º 120, bairro Colina de Laranjeiras, no município da Serra, no estado do Espírito Santo, mantida pela Empresa Serrana de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 366, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 490/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304581, e diante da conformidade do Estatuto da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), com sede na Av. Monsenhor Walfredo Leal, nº 512, Bairro Tambiá, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, mantida pela ASPEC - Sociedade Paraibana de Educação e Cultura S.A., com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão realizadas na sede da instituição.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 367, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 436/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304408, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário Católica de Quixadá, por transformação da Faculdade Católica Rainha do Sertão, com sede na Rua Juvêncio Alves, nº 660, Centro, no município de Quixadá, estado do Ceará, mantido pela Associação Educacional e Cultural de Quixadá, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 368, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 439/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201210949, e diante da conformidade do Estatuto da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Universidade Presbiteriana Mackenzie para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua da Consolação, nº 896, Consolação, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas em sua sede e nos polos de apoio presencial relacionados no Anexo desta Portaria.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 10 (dez) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

Polos de Apoio Presencial

	Polo	Endereço
1	Campinas/São Paulo	Avenida Brasil, Nº 1.220 - Jardim Guanabara - Campinas/São Paulo;
2	Aracaju/Sergipe	Rua Mayebell Taylor, Nº S/N - Bairro São Domingos Sávio - Aracaju/Sergipe;
3	Bauru/São Paulo	Alameda dos Heliótropos, Nº 328/338 - Madureira - Bauru/São Paulo;
4	Brasília/Distrito Federal	Quadra SHIS QI 5, Instituto Presbiteriano Mackenzie - Colégio Mackenzie, Nº Chácara 74 a 79 - Setor de Habitações Individuais Sul - Brasília/Distrito Federal;
5	Coronel Fabriciano/Minas Gerais	Avenida Acesita, Clécia Pereira de Hollanda Cavalcanti Guimarães, Nº 286 - Nazaré - Coronel Fabriciano/Minas Gerais;
6	Curitiba/Paraná	Rua Padre Anchieta, Nº 2770 - Bigorrilho - Curitiba/Paraná;
7	Jataí/Goiás	Rua Riachuelo, Nº S/N - Setor Central - Jataí/Goiás;
8	Recife/Pernambuco	Avenida Rui Barbosa, Nº 704 - Graças - Recife/Pernambuco;
9	Ribeirão Preto/São Paulo	Rua Albuquerque Lins, Nº 383 - Jardim Paulista - Ribeirão Preto/São Paulo;
10	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro	Rua Buenos Aires, Faculdade Moraes Junior Mackenzie Rio, Nº 283 - Centro - Rio de Janeiro/Rio de Janeiro;
11	São José do Rio Preto/São Paulo	Rua Rubião Júnior, Nº 3308 - Centro - São José do Rio Preto/São Paulo;
12	São Luís/Maranhão	Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Nº 10 - COHAB Anil I - São Luís/Maranhão;
13	São Paulo/São Paulo	Rua São Leopoldo, Nº 356 - Belenzinho - São Paulo/São Paulo;
14	Tangará da Serra/Mato Gross	Avenida Tancredo Neves, Nº 1350N - Jardim Santiago - Tangará da Serra/Mato Grosso;
15	Uberaba/Minas Gerais	Rua Tenente Joaquim Rosa, Nº 1226 - São Benedito - Uberaba/Minas Gerais;
16	Uberlândia/Minas Gerais	Rua Guaicurus, Nº 244 - Saraiva - Uberlândia/Minas Gerais;
17	Barueri/São Paulo	Avenida Mackenzie, Nº 905 - Tamboré - Barueri/São Paulo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 369, DE 5 DE MAIO DE 2016

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SINAEB.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no art. 205 da Constituição, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SINAEB, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação da educação básica em todas as etapas e modalidades, considerando suas múltiplas dimensões, na perspectiva de garantir a universalização do atendimento escolar, por meio de uma educação de qualidade e democrática, a valorização dos profissionais da educação e a superação das desigualdades educacionais.

§ 1º O SINAEB, vinculado ao Sistema Nacional de Educação, será coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino a partir de:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos estudantes apurado em exames nacionais de avaliação e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica; e

II - indicadores de avaliação institucional concernentes a características como o perfil do alunado e do corpo dos profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura física, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, autoavaliação, entre outros indicadores contextuais relevantes, além de fornecer subsídios aos sistemas de ensino para a construção de políticas públicas que possibilitem melhoria na qualidade da educação básica - em todas as suas etapas e modalidade.

§ 2º O SINAEB produzirá indicadores de qualidade das condições de oferta para orientar a ação redistributiva e supletiva, técnica e financeira, do orçamento da União com relação aos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos orçamentos dos Estados com relação aos seus Municípios, sendo uma referência para a definição do Custo Aluno Qualidade Inicial - CAQi e do Custo Aluno Qualidade - CAQ.

§ 3º O SINAEB tem por finalidade subsidiar o desenvolvimento e o aprimoramento de políticas públicas voltadas para a educação básica por meio da realização de estudos, pesquisas e avaliações envolvendo instituições, contextos, recursos, processos, instrumentos, indicadores e resultados educacionais.

§ 4º Compete ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, com fulcro no § 4º do art. 11 da Lei nº 13.005, de 2014, o planejamento e a gestão do SINAEB, bem como a elaboração e o cálculo de seus indicadores.

Art. 2º Para o cumprimento da finalidade prevista no § 1º do art. 1º, o SINAEB tem os seguintes princípios:

I - caráter ético, público e republicano dos processos avaliativos;

II - respeito à identidade e à diversidade dos sistemas e redes de ensino e suas instituições de educação básica;

III - regularidade na coleta e disponibilização de dados, séries históricas, informações e outros documentos orientadores produzidos pelo SINAEB, garantindo contínua aferição dos procedimentos avaliativos;

IV - transparência na divulgação dos objetivos, das metodologias e dos resultados das avaliações;

V - promoção do acesso e do uso das evidências produzidas pelo SINAEB para gestores, legisladores, órgãos governamentais e sociedade em geral, com vistas ao aprimoramento das políticas educacionais das diferentes esferas de governo;

VI - estabelecimento de formas de colaboração entre os sistemas e redes de ensino e as instituições de educação básica para a construção de metodologias participativas e dialógicas para os processos de avaliação, a utilização das informações produzidas e o aprofundamento do entendimento dos aspectos e dimensões avaliadas, com apoio de instituições de educação superior, de organizações de pesquisa e da sociedade civil; e

VII - Articulação com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Art. 3º O SINAEB produzirá:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos estudantes e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II - indicadores de avaliação institucional, em conformidade ao estabelecido no art. 1º; e

III - o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb, agregará a este o Índice de Diferença do Desempenho esperado e verificado - IDD dos estudantes da educação básica, entre outros.

§ 1º Os resultados da avaliação serão divulgados por etapa, modalidade, estabelecimento de ensino, rede escolar, Município, Estado, Distrito Federal, Região e em nível agregado Nacional e por recorte de desigualdade.

§ 2º O Inep, respeitando os princípios de livre adesão, autonomia e gestão democrática, estimulará processo de autoavaliação participativa das escolas e redes de ensino, com base em metodologia própria.

§ 3º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do caput não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 4º O Ideb incorporará em sua metodologia de cálculo informações comparativas que permitam avaliar o efeito do ensino ofertado em cada escola no aprendizado do estudante.

§ 5º O IDD será a expressão da diferença dos resultados das avaliações, iniciais e finais, dos estudantes em cada uma das etapas e modalidades da educação básica.

§ 6º Haverá prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 3 (três) anos entre a aprovação de nova matriz de referência de avaliação, alinhada às diretrizes da educação básica, e a primeira aplicação dos exames nacionais de avaliação.

§ 7º O SINAEB terá calendário permanente de coleta e divulgação de dados, garantidos a divulgação de relatórios técnicos, sinopses e microdados em até 180 (cento e oitenta) dias após a divulgação dos resultados finais.

§ 8º A divulgação dos resultados da avaliação incluirá a descrição da metodologia utilizada.

Art. 4º Fica criado o Comitê de Governança do SINAEB, com o objetivo de propor, acompanhar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento do SINAEB.

§ 1º O Comitê de Governança do SINAEB será composto por representantes das seguintes entidades:

I - Inep;

II - Secretaria de Educação Básica - SEB-MEC;

III - Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE-MEC;

IV - Conselho Nacional de Educação - CNE;

V - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped;

VI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE;

VII - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime;

VIII - Conselho Nacional de Secretários de Educação;

IX - Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE;

X - Fórum Nacional de Educação - FNE; e

XI - Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

§ 2º A participação no referido Comitê de Governança será considerada serviço público relevante, não remunerada, e exercida sem prejuízo das atividades normais de seus membros.

§ 3º Os membros do Comitê de Governança do SINAEB, quando convocados, farão jus a transporte e diárias, se for o caso.

Art. 5º O Comitê de Governança do SINAEB será presidido pelo Presidente do Inep.

§ 1º O Comitê de Governança do SINAEB contará com regimento interno próprio e reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros, e receberá o apoio logístico e de secretaria da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança do SINAEB:

a) elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato da Presidência do Inep;

b) analisar relatórios e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

c) articular-se com os sistemas estaduais, distrital e municipais de ensino, com vistas a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação da educação básica;

d) homologar os objetivos, os instrumentos, a abrangência e os procedimentos de execução de cada pesquisa ou avaliação a ser realizada, alinhados às diretrizes definidas pelo MEC e pelo CNE; e

e) propor, avaliar e homologar estratégias para disseminação dos resultados.

Art. 7º O Comitê de Governança do SINAEB poderá constituir Comissões de Assessoramento e Grupos de Trabalho, com o objetivo de prestar assessoria e aprofundar temas específicos.

Art. 8º Ficam definidos, no âmbito do SINAEB:

a) a Avaliação Nacional da Educação Infantil, com ciclo avaliativo bianual, a iniciar-se em 2017, com o objetivo de realizar diagnósticos sobre as condições de oferta da educação infantil pelos sistemas de ensino público e privado no Brasil, aferindo a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores contextuais relevantes, além de fornecer subsídios aos sistemas de ensino para a construção de políticas públicas que possibilitem melhoria na qualidade da educação infantil;

b) a Avaliação de Alfabetização, "Provinha Brasil", disponibilizada pelo Inep no início e ao final de cada ano letivo, para uso das escolas de redes pública e privada de ensino que manifestarem interesse, com o objetivo principal de auxiliar o professor a avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas;

c) a Avaliação Nacional de Alfabetização, de aplicação bianual, com o objetivo de avaliar a alfabetização e o letramento em Língua Portuguesa e a alfabetização em Matemática dos educandos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas;

d) a Avaliação Nacional da Educação Básica, de aplicação bianual aos estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, com o objetivo de avaliar a qualidade do aprendizado, realizada por amostragem, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público e privado; e

e) a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Prova Brasil, de aplicação bianual aos estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental, com o objetivo de avaliar a qualidade do aprendizado, realizada de forma censitária, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público.

§ 1º O planejamento e a operacionalização das mencionadas avaliações são de competência do Inep, cabendo a este Instituto definir os objetivos específicos de cada pesquisa ou avaliação, definir abrangência, mecanismos e procedimentos de sua execução, a aplicação dos testes e a disseminação de seus resultados, ouvido o Comitê de Governança.

§ 2º O planejamento de cada exame, pesquisa ou avaliação sob a égide do SINAEB utiliza metodologia própria inerente às suas aplicações, estabelecido em Portaria do Inep, após processo de homologação pelo Comitê de Governança do SINAEB.

§ 3º O Inep realizará estudos para garantir a progressiva ampliação da participação da rede privada nos instrumentos elencados nos itens "c" e "e".

§ 4º O Inep realizará estudos para incorporar ao SINAEB, em prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 3 (três) anos, novos instrumentos para avaliar as distintas modalidades da educação básica.

Art. 9º O Inep manterá a responsabilidade pela gestão e operacionalização no Brasil, incluídos todos os custos associados à manutenção e aplicação das seguintes ações:

a) Estudos Regionais Comparativos desenvolvidos pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (Laboratorio Latino-americano de Evaluación de la Calidad de la Educación - LLECE), da Oficina Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe - Orealc; e

b) Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, avaliação comparada aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos de idade, coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Art. 10. O SINAEB produzirá indicadores de qualidade para as diretrizes e dimensões da avaliação da educação básica, que terão metodologia de coleta, cálculo e divulgação estabelecidos em Portaria específica do Inep, ouvido o Comitê de Governança do SINAEB.

Art. 11. O Inep realizará Encontros Nacionais com ampla participação social para promover reflexão sobre os desafios e perspectivas do SINAEB, além de promover a cultura de avaliação e a troca de informações e experiências sobre avaliação da educação básica.

Art. 12. Ficam mantidas as metodologias, os instrumentos de medidas e ações abrangidos por esta Portaria até a sua homologação pelo Comitê de Governança.

Art. 13. Ficam revogadas a Portaria Normativa MEC nº 10, de 24 de abril de 2007, a Portaria MEC nº 482, de 7 de junho de 2013, o inciso II do art. 1º da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, e demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

DIRETRIZ	DIMENSÃO
UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR	Acesso e Permanência
	Trajetória
	Infraestrutura
MELHORIA DA QUALIDADE DO APRENDIZADO	Aprendizagens
	Práticas Pedagógicas
	Ambiente Educativo
	Formação para o Trabalho e Cidadania
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	Formação Inicial e Continuada
	Carreira e Remuneração
	Satisfação Profissional
GESTÃO DEMOCRÁTICA	Financiamento
	Planejamento e Gestão
	Participação
SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS	Inclusão e Equidade
	Direitos Humanos, Diversidade e Diferença
	Contexto Socioeconômico e Espacial
	Intersetorialidade e Sustentabilidade

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 5 de maio de 2016

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CEB/CNE nº 12/2013, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que propôs a Resolução referente às Diretrizes para a Operacionalização do Ensino da Música nas Escolas de Educação Básica, conforme consta do Processo nº 23001.000072/2011-11.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 390/2012, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conhece do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho nº 68/2010, de 15 de julho de 2010, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu-MEC, que determinou o descredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais de Ibiraçu, da Faculdade de Vila Velha e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha, mantidas pelo Instituto Educacional do Espírito Santo, com sede na Rua Castelo Branco, nº 1.803, no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo, conforme consta do Processo nº 23000.021470/2005-25.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 528/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Nordeste, localizada na Rua Professor Jacinto Botelho, nº 1080, Bairro Guararapes, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pelas Faculdades de Ciências e Tecnologia do Nordeste Ltda., localizada no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, em Gestão Financeira e em Processos Gerenciais, com a oferta de 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais cada curso, conforme consta do processo e-MEC nº 201304795.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 414/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Ilapeo, a ser instalada na rua Jacarezinho, nº 656, até 915/916, bairro Mercês, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta do curso superior tecnológico de Radiologia (Protocolo: 201304619), com 80 vagas totais anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201304618.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 418/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Bíblica das Assembleias de Deus (código: 15922) a ser instalada na Rua São João Bosco, nº 1114, bairro Santana, Município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Bíblico das Assembleias de Deus, com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta do curso superior de graduação em Teologia - bacharelado, com 160 (cento e sessenta) vagas anuais e do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, com 80 (oitenta) vagas anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201207821.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 432/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Escola Politécnica de Inovação e Conhecimento Aplicado (Épica), a ser instalada na Rua Elsbeth Feddersen, nº 72, Bairro Salto Norte, no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo IADE - Instituto de Administração e Direção de Empresas Ltda., com sede no mesmo Município, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos de Engenharia Mecânica, bacharelado; e Engenharia de Produção, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais cada, conforme consta do processo e-MEC nº 201300168.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 493/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Claretiana de Brasília - FCB (Código nº 16218), a ser instalada na Área Especial para Igreja Católica - Setor C, Parte B, s/n, bairro de Taguatinga Centro, em Brasília, no Distrito Federal, mantida pela Ação Educacional Clareatiana (Código nº 780), com sede no município de Batatais, no estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, juntamente com a autorização para o funcionamento dos cursos superiores em Gestão de Recursos Humanos - tecnológico (código: 1169706; processo: 201116106), em Gestão Financeira - tecnológico (código: 1169932; processo: 201116202), em Gestão Pública - tecnológico (código: 1170144; processo: 201116202), em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - tecnológico (código: 1170304; processo: 201116488) e em Gestão da Tecnologia da Informação - tecnológico (código: 1170408; processo: 201116583), com 120 (cento e vinte) vagas anuais, excetuando o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, com número de vagas a ser definido pela SERES. Determino, outrossim, a superação das fragilidades apontadas pela SERES, em parecer encaminhado ao CNE, já no primeiro ano de funcionamento dos cursos, conforme consta do processo e-MEC nº 201115639.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 433/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Estácio de Goiânia, a ser instalada na Av. T 3, nº 2.736 - Quadra 108, Lote 5 E - de 1300 ao fim - lado par, Bairro Setor Bueno, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., com sede na R. Jornalista Humberto Silva, nº 308, Bairro União, no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Logística, tecnológico; Gestão Financeira, tecnológico; e Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, com 200 (duzentas) vagas totais anuais cada, conforme consta do processo e-MEC nº 201304984.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 154/2013, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Progresso, a ser instalada na Avenida Dr. Timoteo Penteado nº 537, Bairro Centro, no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Progresso, pessoa jurídica de direito privado - sem fins lucrativos, sita à Rua Paulo Lenk, nº 84, Bairro Centro, no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200811765.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 435/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná (código nº 11748), situada na Rua Missionário Gunnar Vingren, Planta Geral, Lote 09-A, Quadra 062, Setor 003, município de Ji-Paraná, no estado de Rondônia (RO), CEP 78960-000, mantida pela Associação Educacional de Rondônia (código nº 525), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos (Fundação), inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob nº 05.706.023/0001-30, com sede no município de Cacoal, no estado de Rondônia, para a oferta do curso superior de Engenharia Civil, bacharelado (código: 1207924; processo: 201304861), com 100 (cem) vagas anuais, em turno noturno, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, determinando à SERES a publicação da respectiva portaria, conforme consta do processo e-MEC nº 201304606.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 428/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Santo Antônio I - FSA-I, a ser instalada na Rua Professor Argemiro Telles Gopfert, nº 51, bairro Vila São João, município de Caçapava, estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Ensino Santo Antonio X Ltda., situado na Rua Marquês de Herval, s/n, sala 2, bairro Centro, município de Caçapava, estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos Cursos de Enfermagem, bacharelado (código: 1263071; processo: 201356186); Administração, bacharelado (código: 1263323; processo: 201356314); e Farmácia, bacharelado (código: 1263325; processo: 201356315), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais para cada curso, conforme consta do processo e-MEC nº 201356185.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 502/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade da Serra - SERRAVIX a ser instalada na Rua Barão do Rio Branco, n.º 120, bairro Colina de Laranjeiras, no município da Serra, no estado do Espírito Santo, mantida pela Empresa Serrana de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Arquitetura e Urbanismo - bacharelado (código: 1185028; processo: 201206736); em Engenharia de Produção - bacharelado (código: 1185029; processo: 201206737); em Engenharia Mecânica (código 1185031; processo 201206739), todos com 120 (cento e vinte) vagas anuais cada, exceto o de Engenharia Mecânica, com 180 (cento e oitenta) vagas anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201206605.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 490/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), com sede na Av. Monsenhor Walfredo Leal, nº 512, Bairro Tambiá, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, mantida pela ASPEC - Sociedade Paraibana de Educação e Cultura S.A., com sede nos mesmos Município e Estado, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com atividades presenciais obrigatórias a serem realizadas na sede da instituição, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede, a partir da oferta do curso de Administração, bacharelado, com 300 (trezentas) vagas totais anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201304581.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 436/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento do Centro Universitário Católica de Quixadá, por transformação da Faculdade Católica Rainha do Sertão, com sede na Rua Juvêncio Alves, nº 660, Centro, no município de Quixadá, estado do Ceará, mantido pela Associação Educacional e Cultural de Quixadá, com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201304408.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 439/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Universidade Presbiteriana Mackenzie para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua da Consolação, nº 896, Consolação, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, com sede nos mesmos Município e Estado, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes polos de apoio presencial: (25214) Campus de Campinas - Avenida Brasil, Nº 1.220 - Jardim Guanabara - Campinas/São Paulo; (1060213) Polo de Apoio Presencial - Aracaju - Rua Mayebell Taylor, S/N - Bairro São Domingos Sávio - Aracaju/Sergipe; (1060217) Polo de Apoio Presencial - Bauru - Alameda dos Heliótropos, Nº 328/338 - Madureira - Bauru/São Paulo; (1060266) Polo de Apoio Presencial - Brasília - Quadra SHIS QI 5, Instituto Presbiteriano Mackenzie - Colégio Mackenzie, Chácara 74 a 79 - Setor de Habitações Individuais Sul - Brasília/Distrito Federal; (1060221) Polo de Apoio Presencial - Coronel Fabriciano - Avenida Acesita, Clécia Pereira de Hollanda Cavalcanti Guimarães, Nº 286 - Nazaré - Coronel Fabriciano/Minas Gerais; (1060223) Polo de Apoio Presencial - Curitiba - Rua Padre Anchieta, Nº 2770 - Bigorrilho - Curitiba/Paraná; (1060279) Polo de Apoio Presencial - Jataí - Rua Riachuelo, S/N - Setor Central - Jataí/Goiás; (1060272) Polo de Apoio Presencial - Recife - Avenida Rui Barbosa, Nº 704 - Graças - Recife/Pernambuco; (1060234) Polo de Apoio Presencial - Ribeirão Preto - Rua Albuquerque Lins, Nº 383 - Jardim Paulista - Ribeirão Preto/São Paulo; (1060267) Polo de Apoio Presencial - Rio de Janeiro - Rua Buenos Aires, Faculdade Moraes Junior Mackenzie Rio, Nº 283 - Centro - Rio de Janeiro/Rio de Janeiro; (1060237) Polo de Apoio Presencial - São José do Rio Preto - Rua Rubião Júnior, Nº 3308 - Centro - São José do Rio Preto/São Paulo; (1060250) Polo de Apoio Presencial - São Luís - Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Nº 10 - COHAB Anil I - São Luís/Maranhão; (1060278) Polo de Apoio Presencial - São Paulo Brás - Rua São Leopoldo, Nº 356 - Belenzinho - São Paulo/São Paulo; (1060276) Polo de Apoio Presencial - Tangará da Serra - Avenida Tancredo Neves, Nº 1350N - Jardim Santiago - Tangará da Serra/Mato Grosso; (1060264) Polo de Apoio Presencial - Uberaba - Rua Tenente Joaquim Rosa, Nº 1226 - São Benedito - Uberaba/Minas Gerais; (1060277) Polo de Apoio Presencial - Uberlândia - Rua Guaicurus, Nº 244 - Saraiva - Uberlândia/Minas Gerais; (1614) Tamboré - Av. Mackenzie, Nº 905 - Tamboré - Barueri/São Paulo, a partir da oferta do Curso Superior Tecnológico em Marketing, com 300 (trezentas) vagas anuais, com atividades de apoio presencial obrigatórias nos polos em situação regular, conforme fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201210949.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 109/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Mato Grosso do Sul - FACSUL, com sede na Rua Afonso Pena, nº 275, Bairro Amambaí, Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, com sede na Avenida Paulista, nº 900, Bairro Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201102155.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 66/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia IPEP de São Paulo, com sede na Rua Pirapitingui, nº 186, Bairro Liberdade, Sala 113, 116, 118, e Sala 122 a 124, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (IPEP), com sede no mesmo endereço, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, conforme o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, com a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do processo e-MEC nº 20077492.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 113/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Campo Grande (FCG), sediada na rua Afonso Pena, nº 275, bairro Amambaí, Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (AESMS), localizada no mesmo endereço da mantida, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, conforme o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, com a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do processo e-MEC nº 201102156.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 328/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Oliveira, situada à Rua Benjamim Guimaraes, nº 27, Centro, município de Oliveira, estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional de Oliveira, com sede no mesmo município e estado, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200901743.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 390/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Agronegócio Paraíso do Norte, com sede na Rua Olavo Bilac, nº 78, bairro Centro, no município de Paraíso do Norte, no Estado do Paraná, mantida pelo Instituto Paraíso do Norte de Educação e Cultura Ltda IPNEC - ME, com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201207653.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 379/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa), com sede na Rua Pedro Dias Leme, nº 203, bairro Flores, no município de Manaus, no estado do Amazonas, mantido pela Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. (Samec), com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20078652.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 510/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Integrada das Cataratas, com sede na Rua David Muffatto, nº 367, bairro Jardim Comercial das Bandeiras, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, mantida pela Diretiva Administradora de Participações Ltda., com sede na Rua Jorge Sanways, nº 1151, bairro Centro, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201203500.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 520/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Estácio de João Pessoa com sede na Praça da Independência, nº 169 Centro, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba; mantida pela UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educac. e Participações S/A, com sede no mesmo município e estado, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200815663.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 500/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Centro Universitário Ritter dos Reis, situado à rua Orfanotrófio, nº 555, bairro Alto Teresópolis, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda., com sede no mesmo município e estado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201408195.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 406/2015, com Retificação publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Vértice, com sede na Rua Bernardo Torres, nº 180, Retiro, município de Matipó, estado de Minas Gerais, mantida pela SOEGAR - Sociedade Educacional Gardingo LTDA - EPP, com sede no município de Matipó, estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201208361.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 471/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Asces, com sede na Avenida Portugal, nº 584, bairro Universitário, no município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES, com sede no município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201009934.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 466/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas - FADILESTE, com sede na Rua Nilda Breder Barbosa Lopes, nº 01, Centro, no Município de Reduto, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educacional Breder Lopes, com sede no mesmo município e estado, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, bem como os prazos constantes na Portaria Normativa nº 1/2013, conforme consta do processo e-MEC nº 201101461.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 465/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Anhanguera de Pelotas, com sede na Avenida Fernando Osório, nº 2.301, bairro Três Vendas, no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede na Alameda Maria Tereza, nº 4.266, bairro Dois Córregos, no município de Valinhos, estado de São Paulo, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201116295.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 454/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto de Ensino Superior de Olinda, com sede na Avenida Ministro Marcos Freire, nº 2.855, bairro Casa Caiada, no município de Olinda, no estado de Pernambuco, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior (Apesu), com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201101424.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 453/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Piracicaba, situada na Rua Boa Morte, nº 1835, Centro, município de Piracicaba, Estado de São Paulo, mantida pelo Colégio Salesiano Dom Bosco, com sede no município de Piracicaba, estado de São Paulo, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201359878.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 185, DE 2 DE MAIO DE 2016

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2013, publicado no DOU de 15/03/2013, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto do Departamento de Nutrição, instituído pelo Edital nº 8, de 23/02/2016, publicado no DOU de 25/02/2016, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Dietoterapia
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Anize Delfino Von Frankenberg - 9,01
2º - Gabriele Carra Forte - 8,79
3º - Tatiana Pedroso de Paula - 8,61
4º - Rafael Longhi Sampaio de Barros - 8,36
5º - Camila Kümmel Duarte - 8,22
6º - Camila Dallazen - 7,13

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

MIRIAM DA COSTA OLIVEIRA

PORTARIAS DE 3 DE MAIO DE 2016

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2013, publicado no DOU de 15/03/2013, resolve:

Nº 187 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, instituído pelo Edital nº 2, de 20/01/2016, publicado no DOU de 21/01/2016, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Administração Geral
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Christine da Silva Schroeder - 8,83
2º - Ptávio Neves da Silva Bittencourt - 8,06
3º - Mellina da Silva Terres - 7,20

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 188 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Pediatria, instituído pelo Edital nº 2, de 20/01/2016, publicado no DOU de 21/01/2016, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Pediatria Geral
Regime de trabalho: 20 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Vandréa Carla de Souza - 8,49

Nº 189 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Ciências Básicas da Saúde, instituído pelo Edital nº 12, de 29/02/2016, publicado no DOU de 01/03/2016, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Anatomia Humana Clínica e Cirúrgica
Regime de trabalho: 20 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
Não houve candidatos aprovados

Nº 190 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, instituído pelo Edital nº 12, de 29/02/2016, publicado no DOU de 01/03/2016, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Informática Básica em Saúde, Engenharia de Software e Gerência de Projetos
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Juliana Silva Herbert - 8,93
2º - Maicon Bernardino da Silveira - 7,88

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

MIRIAM DA COSTA OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 611, DE 5 DE MAIO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.010639/2015-16; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Engenharia Civil/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 025/2015, publicado no D.O.U. em 29/10/2015 e no Correio de Sergipe em 30/10/2015, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Análise Estrutural; Resistência dos Materiais e Concreto
Disciplinas	Pontes, Isostática, Resistência dos Materiais, Resistência dos Materiais I, Concreto Armado I, II e III, Concreto Protendido e Tópicos Especiais de Concreto
Cargo/Nível	Professor Adjunto - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: JORGE CARVALHO COSTA - 60,88 2º LUGAR: DAVID LEONARDO NASCIMENTO DE FIGUEIREDO AMORIM - 60,00
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.185, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MAGNÍFICO O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com a Portaria Ministerial nº 903, de 09 de julho de 2010, publicada no DOU de 12 de julho de 2010, Resoluções nº 12 e 20/2009/CS/IFS, resolve:

1. Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, com vistas à contratação de Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na área de História, para atender às necessidades de excepcional interesse público no IFS, objeto do Edital IFS/REITORIA/PROGEP/DSDP nº 06/2015 de 10/04/2015, publicado no DOU em 14/04/2015, cujo resultado final foi homologado e publicado no DOU em 07/05/2015.

2. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 113, de 05 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 65, em 06 de abril de 2016, seção 1, página 28, aonde se lê: "e as razões expostas na Nota Técnica nº 53/2016-CGSE/DISUP/SERES/MEC", leia-se: "e as razões expostas na Nota Técnica nº 26/2016-CGSE/DISUP/SERES/MEC".

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 680, DE 29 DE ABRIL DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2015, publicado no DOU de 20/01/2015.

Unidade: ESCOLA DE NUTRIÇÃO

Departamento: CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS

Área de Conhecimento: Estudos de Alimentos em Gastronomia, Estudos e Técnicas Gastronômicas e Gestão em Alimentos e Bebidas

Classe: AUXILIAR

Regime de Trabalho: 40 Horas

Processo: 23066.006013/16-07

Vagas Ampla Concorrência: 2 Vagas Negros: 1 Total Vagas: 3

Ord. Classif. Geral

1º André Batista Gomes

2º Márcio Vasconcelos Luckesi

Não houve candidato(s) aprovado(s) para ocupação da(s) vaga(s) reservadas(s) para Negros

Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA

Departamento: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS MATERIAIS

Área de Conhecimento: Ciência dos Materiais

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: DE

Processo: 23066.021126/16-24

Vagas Ampla Concorrência: 1

Ord. Classif. Geral

1º Marcelo Strozi Cilla

Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA

Departamento: ENGENHARIA ELÉTRICA

Área de Conhecimento: Sistemas Elétricos

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: 20 Horas

Processo: 23066.021124/16-35

Vagas Ampla Concorrência: 1

Ord Classif. Geral

1º Renato José Pino de Araújo

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 50, de 3 de maio de 2016, publicado no DOU nº 85, de 05/05/2016, Seção 1, p. 14,

Onde Se Lê:

GÉSSICA FABIELLY FONSECA

Leia-Se:

GÉSSICA FABIELY FONSECA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 3.362, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema de Documentos Eletrônicos da UFRGS.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Documentos Eletrônicos - SDE no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como sistema oficial de geração, certificação, numeração e guarda de documentos digitais, criados originalmente em meio eletrônico;

Parágrafo único. O SDE-UFRGS poderá também ser utilizado como repositório de documentos digitalizados.

Art. 2º. A implantação do SDE-UFRGS atenderá às diretrizes e aos objetivos seguintes:

I - assegurar eficiência, eficácia e efetividade da gestão de documentos, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;

II - promover, com segurança, transparência e economicidade, a utilização de meios eletrônicos para a geração, certificação, numeração e guarda de documentos;

III - aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação dos documentos;

IV - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;

V - facilitar o acesso às informações e;

VI - propiciar a satisfação do público usuário.

Art. 3º. Os documentos emitidos pelo SDE-UFRGS serão assinados eletronicamente mediante assinatura cadastrada, de uso pessoal e intransferível, baseada em prévio credenciamento de acesso de usuário ao Portal do Servidor, com fornecimento de login e senha do cartão UFRGS.

§ 1º. Os documentos emitidos no SDE-UFRGS e assinados eletronicamente na forma do caput são considerados originais para todos os efeitos legais, conforme o disposto no art. 10 do Decreto n.º 8.539, de 08/10/2015.

§ 2º. Os documentos tratados neste artigo conterão as informações relativas à comprovação de sua autoria e integridade e expressa referência de que são considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 3º. Os documentos gerados no SDE-UFRGS serão registrados com identificação do usuário, endereço IP, data e hora da sua realização.

Art. 4º. São obrigações de todo usuário do SDE-UFRGS:

I - observar a Política de Segurança da Informação da UFRGS, aprovada por meio da Decisão n.º 124/2014 do Conselho Universitário;

II - zelar pela sua correta utilização, a fim de evitar que pessoas não autorizadas tenham acesso às suas informações e façam uso do sistema;

III - encerrar a sessão de uso sempre que se ausentar do computador, evitando o uso indevido das informações por pessoas não autorizadas; e

IV - responder pelas consequências de ações ou omissões que ponham em risco ou comprometam o sigilo de sua senha ou das transações em que esteja habilitado.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE NETTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 3.972, DE 4 DE MAIO DE 2016

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 01 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 02 de julho de 2015, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme Categorias, Unidades e Setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 450, de 03 de dezembro de 2014, publicado no DOU nº 236, de 05 de dezembro de 2014 e retificado pelo Edital 14 de 14/01/2015, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2015.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assistente A
Campus Macaé/Engenharia Civil/Sitemas Estruturais
1º - Anselmo Leal Carneiro
2º - Marcos Antonio Campos Rodrigues
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/Análise Econômico-Financeira
1º - Thiago de Abreu Costa
2º - Tatiana Dutra Romana
3º - Camila Moura Caiaffa
4º - Marcelene Gomes
5º - Alexandre Pepe Reis
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/Métodos Quantitativos
1º - Leandro dos Santos Maciel
2º - Luan dos Santos
Adjunto A
Instituto de Economia/Macroeconomia com ênfase em Economia Monetária e Financeira
- Não houve candidato aprovado
Multiunidades IPPUR/Sociologia para a Gestão Pública
1º - Luis Régis Coli Silva Junior
2º - Edwin Alberto Muñoz Gaviria
Instituto de Nutrição/Gastronomia
- Não houve candidato aprovado
Faculdade de Letras/Língua Portuguesa como L2 para surdos
- Não houve candidato aprovado

DENISE FERNANDES LOPEZ NASCIMENTO
Em exercício

CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE QUÍMICA

PORTARIA Nº 4.083, DE 5 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Instituto de Química do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 14403, de 22/11/2013, publicada no DOU nº 228, Seção 2, de 25/11/2013, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para preenchimento de 01 (uma) vaga de Professor Substituto para atuar na área de Química Analítica - Campus Ilha da Cidade Universitária/UFRJ referente ao Edital nº 88 de 14/04/2016, publicado em D.O.U. 77, de 15/04/2016, divulgando o nome dos candidatos aprovados:

1-AMADEU CARDOSO JÚNIOR
2-DANIELLY CHAGAS DE OLIVEIRA MARIANO
3-MARCO ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

CÁSSIA CURAN TURCI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 474, DE 4 DE ABRIL DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.037672/2015-18, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências da Educação, objeto do Edital nº 154/DDP/2015, publicado no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2015, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Ensino/Ensino de Geografia/Educação do Campo
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	SILVIO DOMINGOS MENDES DA SILVA	8,33
2º	ANTONIO CARLOS MOREIRA	7,77

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:

Classificação	Candidato	Média final
1º	SILVIO DOMINGOS MENDES DA SILVA	8,33

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 158, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Os arts. 231, 232, 262, 267, 268, 302 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 231.....

.....

XIII - encaminhar proposta de inscrição e de alteração de débitos em Dívida Ativa da União.

....." (NR)

"Art. 232. Aos Centros de Atendimento ao Contribuinte - CAC compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte e, especificamente, as previstas nos incisos I a VII e XIII do art. 231." (NR)

"Art. 262. Aos Serviços de Fiscalização Aduaneira - Sefia e às Seções de Fiscalização Aduaneira - Safia compete realizar os procedimentos de fiscalização aduaneira, inclusive os de revisão de declarações, os procedimentos de diligência e de informação fiscal relativos à área de comércio exterior e efetuar a revisão de ofício de créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências." (NR)

"Art. 267. Aos Serviços de Administração Aduaneira - Seana, às Seções de Administração Aduaneira - Saana e aos Núcleos de Administração Aduaneira - Nuana compete realizar os procedimentos de fiscalização aduaneira, inclusive os de revisão de declarações, os procedimentos de diligência e de informação fiscal relativos à área de comércio exterior, além das atividades de controle de carga e vigilância aduaneira e de coordenação e orientação da prevenção e combate a fraudes em matéria aduaneira, proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens na entrada e saída do país, realizar atividades de repressão ao contrabando e descaminho e efetuar a revisão de ofício de créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências." (NR)

"Art. 268. Aos Setores de Fiscalização e de Controle Aduaneiro - Siana competem as atividades de controle de carga e vigilância aduaneira e de coordenação e orientação da prevenção e combate a fraudes em matéria aduaneira, proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens na entrada e saída do país e à fiscalização aduaneira e de tributos internos e efetuar a revisão de ofício de créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências." (NR)

"Art. 302.....

VI - decidir sobre pedidos de parcelamento e sobre suspensão e redução de tributos;

....." (NR)

"Art. 305.....

III - decidir sobre a concessão de parcelamento, sobre suspensão e redução de tributos, excetuados os relativos ao comércio exterior e às contribuições sociais destinadas ao financiamento da previdência social;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Ficam revogados o inciso I do art. 302, o inciso II do art. 305, o inciso I do art. 306, o art. 307 e o inciso IV do art. 310 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 4 de maio de 2016

Processo nº: 17944.000752/97-56.
Interessado: Estado da Paraíba.
Assunto: Sétimo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas firmado ente a União e o Estado da Paraíba em 31 de março de 1998, que, entre si, celebram a União e o Estado da Paraíba, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., nos termos do disposto na Lei nº 9.496 de 11 setembro de 1997, na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, no Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e no Decreto nº 8.665, de 10 de fevereiro de 2016.
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer nº 005/2016/DENOR/CGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, autorizo a contratação mediante o cumprimento das exigências legais.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 457, DE 5 DE MAIO DE 2016

Revoga a Portaria PGFN nº 809, de 13 de maio de 2009.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da atribuição que lhe conferem o caput e incisos XIII, XVIII, XX, "f" e "g", XXI, XXII, "a", do art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, aprovado pela Portaria nº 36, de 24 de janeiro de 2014, do Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista os arts. 85, caput e § 19, 513 e 916 da Lei nº 13.105/2015, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria PGFN Nº 809, de 13 de maio de 2009, sem prejuízo da subsistência dos parcelamentos em curso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO DA SOLLER

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.321, DE 5 DE MAIO DE 2016

Decreta a liquidação extrajudicial da Estratégia Investimentos S.A. - Corretora de Valores e Câmbio.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alíneas "a" e "b", § 2º, 16 e 52 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974,

Considerando o comprometimento patrimonial e financeiro da Estratégia Investimentos S.A. - Corretora de Valores e Câmbio;

Considerando a existência de graves violações às normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição, conforme consta do Processo Eletrônico nº 62.768, resolve:

Art. 1º Fica decretada a liquidação extrajudicial da Estratégia Investimentos S.A. - Corretora de Valores e Câmbio, CNPJ nº 74.073.974/0001-31, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Fica nomeado liquidante, com amplos poderes de administração e liquidação, Fernando Augusto Amorim de Magalhães, carteira de identidade nº 02146202-3 Detran/RJ e CPF nº 036.703.257-00.

Art. 3º Fica indicado, como termo legal da liquidação extrajudicial, o dia 7 de março de 2016.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR N° 718, DE 5 DE MAIO DE 2016

Estabelece a prorrogação do prazo para a solicitação de parcelamento especial de débitos do FGTS para as entidades desportivas que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) e divulga a versão 3 do Manual de Orientação - Regularidade do Empregador junto ao FGTS como instrumento disciplinador.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei nº. 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, de 08/11/1990 e alterado pelo Decreto nº 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei nº. 9.012/95, de 11/03/1995, a Lei Complementar nº. 110/01, de 29/06/2001, regulamentada pelos Decretos nº. 3.913/01 e 3.914/01, de 11/09/2001, a Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 788, de 29/10/2015 e nº 805, de 22/04/2016, resolve: 1 Divulgar a versão 3 do Manual de Orientação - Regularidade do Empregador junto ao FGTS que dispõe sobre os procedimentos pertinentes à regularidade do empregador junto ao FGTS, incluindo a prorrogação do prazo para a solicitação de parcelamento especial de débitos do FGTS para as entidades desportivas que aderirem ao PROFUT, disponibilizado no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção download - FGTS Manuais Operacionais. 2 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
Vice-Presidente
Interina

CIRCULAR N° 720, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, para o exercício de 2016, e dá outras providências.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11.05.90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13.06.95, em cumprimento às disposições estabelecidas nas Resoluções nº 702, de 04 de outubro de 2012, nº 786, de 27 de outubro de 2015, e nº 798, de 26 de fevereiro de 2016, todas do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas nº 19, de 26 de novembro de 2015, nº 25, de 21 de dezembro de 2015 e nº 2, de 15 de março de 2016, todas do Ministério das Cidades, resolve: 1 Divulgar novo Orçamento Operacional do FGTS para 2016, por Programa e Unidade da Federação, bem como estabelecer diretrizes e procedimentos gerais com vistas ao cumprimento das determinações emanadas do Conselho Curador do FGTS e do Gestor da Aplicação, no que se refere à distribuição, aplicação e ao controle dos recursos do FGTS, no exercício de 2016. 2 Os empregos e as metas físicas, expressos em número de unidades habitacionais nos programas da Área de Habitação Popular, e em número de habitantes beneficiados nos programas das Áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana, constituem o Anexo I desta Circular. 2.1 A distribuição dos recursos, segregados por Área de Aplicação, Programa e Unidade da Federação, no montante de R$ 66.560.000.000,00 (sessenta e seis bilhões e quinhentos e sessenta milhões de reais), constitui os Anexos II e III desta Circular. 2.2 Ficam destinados, no máximo, R$ 24.200.000.000,00 (vinte e quatro bilhões e duzentos milhões de reais) para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas ou jurídicas, que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada à R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). 3 A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observará os dispositivos a seguir relacionados: a) R$ 4.800.000.000,00 (quatro bilhões e oitocentos milhões de reais) alocados em nível nacional, destinados aos financiamentos de unidades habitacionais produzidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, contratados sob o amparo do art. 30-A da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) alocados em nível nacional, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; c) R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; d) R$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, exclusivamente, em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou produção de lotes urbanizados. 4 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Saneamento Básico serão observados os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo III desta Circular CAIXA: a) destinar até R$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos; a.1) destinar até R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos com mutuários do setor público; e a.2) destinar até R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos com mutuários do setor privado. a.2.1) do valor estabelecido para operações de crédito com mutuários do setor privado poderá ser disponibilizado no máximo 20% (vinte por cento) para contratação de operações de crédito na Modalidade Tratamento Industrial de Água e Efluentes Líquidos e Reuso de Água. 5 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Infraestrutura Urbana serão observados os seguintes dispositivos: a) destinar até R$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais) para operações de crédito vinculadas à área de Infraestrutura Urbana, setor público; b) destinar até R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) alocados em nível nacional, setor privado. 6 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados às demais operações habitacionais, na forma definida pelo art. 13, 2º, da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, será observada a seguinte distribuição: a) R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) para aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, observadas as condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 713, de 03 de março de 2016; b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) destinados à contratação de operações de produção de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em que figurem como mutuários finais pessoas jurídicas do ramo da construção civil; c) R$ 9.500.000.000,00 (nove bilhões e quinhentos milhões de reais) para execução do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço Pró-Cotista, dos quais, no mínimo, 60% (sessenta por cento) devem ser destinados ao financiamento de imóveis novos, observadas ainda as seguintes condições: c.1) no mínimo, R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites estabelecidos para a área orçamentária de Habitação Popular, nos termos do Anexo IV Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016, do Ministério das Cidades; c.2) até R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse R$ 500.00,00 (quinhentos mil reais); e c.3) até R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda esteja limitado a R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), aplicável em todo o território nacional, excetuados os casos de imóveis que venham a ser financiados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e no Distrito Federal, cujo limite é fixado em R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). d) R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) para operações urbanas consorciadas; 6.1 No exercício de 2016, os saldos remanescentes, de que trata o art. 1º, 2º, da Instrução Normativa nº 7, de 01/03/2012, o subitem 2.1.1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 11, de 28/05/2012 e subitem 2.1.1 do Anexo da Instrução Normativa nº 40, de 24/10/12, todas do Ministério das Cidades, para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, obedecerão aos seguintes limites: a) R$ 1.470.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e setenta milhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações de habitação lançadas por incorporadoras, empresas da construção civil, Sociedades de Propósito Específico SPE, cooperativas habitacionais ou entidades afins, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 671 de 16/01/15; b) R$ 867.519.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dezenove mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações do setor de saneamento, lançados por empresas públicas ou privadas, Sociedades de Propósito Específico SPE ou entidades afins, nas condições previstas na Circular CAIXA nº 666, de 31/12/14; c) R$ 2.613.278.000,00 (dois bilhões, seiscentos e treze milhões e duzentos e setenta e oito mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações do setor de infraestrutura urbana, nas condições previstas na Circular CAIXA nº 604, de 01/11/12; 7 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FI-FGTS será observado o seguinte limite: a) R$ 11.416.209.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões e duzentos e nove mil reais) para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FI-FGTS, na forma e condições estabelecidas pela Lei nº 11.491, de 20/06/07, e pela Resolução nº 699, de 28/08/12, do Conselho Curador do FGTS; a.1) esse valor adicionado ao montante aplicado em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, 2013, 2014 e 2015 R$ 22.883.791.012,83, totaliza R$ 34.300.000.000,00, autorizados pelo Conselho Curador do FGTS, por meio das Resoluções n 543, de 30/10/2007 nº 575, de 30/10/2008 nº 579, de 04/12/2008 nº 620, de 15/12/2009 nº 651, de 14/12/2010 nº 699, de 11/09/2012 e nº 775, de 26/05/2012. 8 O volume total de recursos para aplicação pelo FGTS em 2016 está demonstrado no Anexo VI. 9 Esta Circular e os respectivos anexos estão disponíveis ao público interessado no sítio da CAIXA, na internet no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item FGTS - Circulares CAIXA FGTS 2016. 10 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber. 11 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Circular CAIXA nº 704, de 30 de dezembro de 2015.

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
Vice-Presidente
Interina

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES
CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES

BALANÇO PATRIMONIAL

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade" ou "Companhia") relativo ao período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do seu Estatuto Social, acompanhado de Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e respectivas Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Stantards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

1. Ambiente Macroeconômico

A situação financeira e os resultados das operações de seguros são influenciados pelo ambiente econômico nacional e internacional, sendo, especialmente, afetados por variáveis como PIB, inflação, taxa de juros e política fiscal. Além disso, a demanda por produtos de seguridade também é afetada pela evolução da economia brasileira.

Com o País apresentando baixo crescimento e elevação dos índices de inflação, observam-se movimentos de ajustes nas contas públicas, acompanhados de elevação da taxa básica de juros e de contenção de gastos públicos, no entanto, nota-se a manutenção dos programas voltados à área social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que compreende a construção e a comercialização de habitações populares em condições subsidiadas para as famílias de renda baixa.

Apesar do cenário de retração apresentado em 2015, o mercado de seguros e intermediação financeira demonstra certa resiliência, com crescimento de 0,4% até setembro de 2015, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme dados obtidos no IBGE. Nesse cenário, o mercado de seguros vem ampliando sua relevância na economia, crescendo em ritmo mais acelerado que a economia nacional.

Segundo dados obtidos na Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Complementar e Capitalização (CNSeg), a penetração da arrecadação total do setor no PIB nominal atingiu 3,7% em 2015, frente a 3,5% em 2014.

Destaque para o volume arrecadado pelo mercado segurador, nas categorias de seguro auto, encerrando 2015 com faturamento de R$ 32,5 bilhões, DPVAT, com R$ 8,6 bilhões, habitacional com R$ 3,1 bilhões e rural com R$ 3,2 bilhões.

O mercado de capitalização apresentou faturamento de R$ 21,4 bilhões, cabendo destaque também para a arrecadação do mercado de saúde suplementar que atingiu R$ 106,3 bilhões em 2015 e penetração no PIB nominal de 2,4%, frente a 2,2% em 2014.

Referente a planos de acumulação, destaca-se a modalidade VGBL, que atingiu arrecadação de mercado de R$ 86,1 bilhões em 2015.

2. Destaques do Período

A CAIXA decidiu realizar, em 2015, uma reestruturação das suas participações societárias nas atividades ligadas ao ramo de seguridade com o objetivo de consolidar, em uma só sociedade, seus investimentos em empresas ligadas aos negócios de Seguros, Capitalização, Previdência Privada, além de Consórcios e Seguros Saúde e Odontológicos.

Para isso, foram constituídas, em 21 de maio de 2015, a Caixa Seguridade Participações S.A. e a Caixa Holding Securitária S.A.

Em 30 de junho, a CAIXA transferiu para a Caixa Seguridade, por meio de cisão parcial dos ativos da Caixa Participações S.A., suas participações nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta, consórcios e atividades afins, com o objetivo de:

(i) consolidar, sob uma única sociedade, os investimentos no ramo de seguridade, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não; (ii) proporcionar ganhos de escala nessas operações; (iii) obter reduções de custos e despesas no segmento de seguridade; e (iv) ampliar a atuação em produtos de seguridade dentro e fora dos canais de distribuição da CAIXA e do Banco PAN.

Com isso, a Caixa Seguridade, constituída como uma subsidiária integral da CAIXA, em 21 de maio de 2015, passou a deter em 30 de junho as seguintes participações acionárias:

a) 48,21% das ações de emissão da Caixa Seguros Holding S.A., que, por sua vez, detém direta ou indiretamente as seguintes participações acionárias:

I. 100% das ações de emissão da Caixa Seguradora S.A., que atua no ramo de seguros, por meio da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.

II. 100% das ações de emissão da Caixa Vida e Previdência S.A., que atua no ramo de Previdência Privada, por meio da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.

III. 51% das ações de emissão da Caixa Capitalização S.A., por meio da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.

IV. 100% das ações de emissão da Caixa Consórcios Administradora de Consórcios S.A., que atua no ramo de Consórcios.

V. 100% das ações de emissão da Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A., que atua no segmento de Seguros Saúde.

VI. 70% das ações de emissão da Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A. – PREVISUL, que atua com seguros e Previdência Privada, por meio da empresa Caixa Seguros Participações do Sul Ltda.

VII. 100% das ações de emissão da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., que atua na distribuição de planos odontológicos, por meio da empresa Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.

VIII. 25% da FCP PAR Corretora de Seguros S.A. ("PAR Corretora"), que atua na corretagem de produtos do grupo da Caixa Seguros Holding.

b) 100% das ações de emissão da Caixa Holding Securitária S.A. ("Caixa Securitária"), que, por sua vez, passou a deter, a partir de 28 de julho de 2015, as seguintes participações:

I. 48,99% do total das ações de emissão da PAN Seguros S.A., que atua no ramo de seguros, em parceria com o Banco BTG Pactual S.A.

II. 49,00% do total das ações de emissão da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA – ("PAN Corretora"), em parceria com o Banco BTG Pactual S.A.

A Caixa Seguros Holding alcançou um resultado de R$ 1.889,3 milhões, o que ocasionou um aumento de 12,4% em relação ao ano de 2014. Já a PAN Seguros apresentou

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

resultado líquido de R$ 57 milhões para o exercício de 2015, sendo que as receitas totais atingiram um patamar de R$ 560 milhões para o mesmo exercício.

3. Descrição dos Negócios

A Caixa Seguridade, por meio de suas empresas participadas, oferece soluções nos segmentos de: (i) seguros; (ii) previdência aberta; (iii) capitalização; (iv) consórcios; (v) planos e seguros de saúde; (vi) planos e seguros odontológicos; e (vii) corretagem de seguros.

As informações por segmento foram elaboradas com base em critérios utilizados pela administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

a) Segmento Seguros

Responsável por parcela de grande relevância no resultado da Caixa Seguridade, o segmento de seguros compreende grande diversidade de produtos e serviços disponibilizados pelas empresas, Caixa Seguradora, PAN Seguros e Previsul.

A Caixa Seguradora atua principalmente com soluções de *bancassurance* distribuindo produtos na rede da CAIXA, atuando nos ramos de seguros habitacionais, residenciais, de vida, de danos e automóveis,

A PAN Seguros atua, principalmente, com soluções de *bancassurance*, distribuindo produtos na rede do Banco PAN, nos ramos de vida, automóveis, e de grandes riscos, bem como seguros habitacionais nos correspondentes negociais da CAIXA.

b) Segmento Previdência Aberta

Os negócios de previdência complementar aberta estão concentrados nas empresas Caixa Vida e Previdência e Previsul, atuando com planos tradicionais (cujos produtos não estão mais em comercialização), Plano Gerador de Beneficio Livre – PGBL e Vida Geradora de Beneficio Livre – VGBL, disponíveis para pessoas físicas e jurídicas. Como um negócio predominantemente de *bancassurance*, a comercialização está direcionada para os clientes da CAIXA.

c) Segmento Capitalização

As soluções de capitalização são fornecidas pela Caixa Capitalização, atuando com planos das modalidades PM (pagamento mensal), PU (pagamento único) e Títulos de Incentivo, disponíveis para pessoas físicas e jurídicas. Sendo um negócio caracterizado como de *bancassurance*, sua comercialização está direcionada para os clientes da Caixa, por meio dos diversos canais, principalmente, nos canais ATM (Automatic Teller Machine ou Caixa Eletrônico), IBC (Internet Banking CAIXA) e CCA (Correspondentes Caixa Aqui), além da própria rede de agências.

d) Segmento Corretagem de Seguros

Os serviços de corretagem dos produtos das empresas operacionais vinculadas à Caixa Seguridade são prestados pela PAR Corretora e pela PAN Corretora.

A PAR Corretora atua na corretagem de seguros, planos de previdência aberta, capitalização, consórcios e seguros de saúde e odontológicos, oferecidos pelas empresas do Grupo Caixa Seguros, em especial, nos canais de distribuição da CAIXA.

A PAN Corretora atua na corretagem de produtos disponibilizados pela PAN Seguros, em especial, nos canais de distribuição do Banco PAN.

4. Governança Corporativa

A Caixa Seguridade mantém suas diretrizes alinhadas às melhores práticas de governança corporativa.

A administração, incluindo suas unidades diretivas, prima pela independência e compromisso com os conceitos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental, sustentada pela utilização de ferramentas de monitoramento, que alinham o comportamento dos executivos aos interesses dos acionistas e da sociedade em geral.

Nesse sentido, a Companhia dispõe de um Conselho de Administração, composto por seis membros, um Conselho Fiscal, composto de três membros, e a Diretoria, que poderá ser formada por até quatro membros efetivos, residentes no Brasil, sendo necessariamente um Diretor Presidente e um Diretor responsável pelas Relações com Investidores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Todos os administradores deverão possuir experiência, idoneidade moral, reputação ilibada, notórios conhecimentos e capacidade técnica compatível ao cargo ocupado, além de domínio das melhores práticas de governança corporativa. A Caixa Seguridade manterá, ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal e um Comitê de Auditoria, a ser instituído e que terá caráter de assessoramento.

5. Pessoas

O quadro de pessoal da Caixa Seguridade é formado por empregados cedidos pela Caixa Econômica Federal, mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação, em casos especiais definidos pela Diretoria, da contratação de mão de obra por prazo determinado. Atualmente, a Companhia possui autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para um quadro de pessoal de até 63 empregados.

6. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas da Caixa Seguridade com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada. Segundo o método de equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, consta no resultado do período, do investidor, a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida.

7. Distribuição de Dividendos

A companhia apresentou um lucro líquido no exercício de 2015 de R$ 534.854 mil. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, resultando em um valor de R$ 127.028 mil.

Deduzida a reserva legal e destacado o dividendo mínimo obrigatório, a diferença de R$ 381.083 mil foi utilizada para constituição de Reserva de Lucros a Realizar, tendo em vista que ainda não houve pagamento de dividendos pelas companhias investidas da Caixa Seguridade.

O valor registrado na reserva de lucros a realizar, quando realizado, poderá ser utilizado para pagamento de dividendos, em que cabe salientar que o Estatuto Social da Caixa Seguridade prevê como competência do Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

8. Informações Legais

Declaração dos Diretores Estatutários: Os diretores estatutários da Caixa Seguridade Participações S.A., com sede na cidade de Brasília, inscrita no CNPJ nº 22.543.331/0001-00, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07.12.2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia para o período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Em atendimento ao art. 243 da Lei nº 6.404/76, a Caixa Seguridade informa que os investimentos em sociedades coligadas e controladas atingiram R$ 3,02 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Caixa Seguridade informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestou, em 2015, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria. Em 18 de junho de 2015, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

I. Auditoria independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Seguridade, relativas ao período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 30 de junho de 2015;

II. Auditoria das demonstrações contábeis combinadas do Grupo Caixa Seguridade relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, bem como da relativa ao semestre findos em 30 de junho de 2015;

III. Emissão de cartas de conforto destinadas à oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade Participações S.A.;

IV. Auditoria do patrimônio líquido ou do acervo formado por determinados ativos para emissão de laudos de avaliação ao valor de livros contábeis;

V. Revisão da estrutura societária para confirmação do tratamento como coligada;

VI. Asseguração razoável sobre as informações financeiras combinadas *pro forma* do Grupo Caixa Seguridade em 30 de junho de 2015.

Adicionalmente, em 04 de março de 2016 a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

VII. Auditoria independente sobre as demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas da Caixa Seguridade, relativas ao período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, e o exercício de 2016;

VIII. Revisão sobre as Informações Trimestrais que contempla o conjunto de quadros contábeis e notas explicativas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015, 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016;

IX. Revisão trimestral Caixa Seguros Holding, PAN Seguros e PAN corretora, para os anos de 2015 e 2016.

X. Relatórios, para os exercícios de 2015 e 2016, sobre o exame e revisão mensal da apuração dos impostos e contribuições e das respetivas obrigações acessórias e dos pedidos de restituição ou compensação relacionados, avaliação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, gestão de capital, sobre o exame e revisão semestral da base tributária do INSS – Folha de Pagamento, exame e revisão das obrigações acessórias estabelecidas no âmbito do SPED, e exame e revisão trimestral dos procedimentos de recolhimento centralizado referente aos tributos de terceiros, contemplando as rotinas de compensação e obrigações acessórias correlatas.

O montante total da remuneração dos auditores independentes: para os serviços de auditoria (descritos nos itens (i), (ii), (iii), (vii), (viii) e (ix)) é de R$ 3.209.800; para os serviços descritos no item (iv), elaboração de 4 (quatro) laudos de avaliação, é de R$ 334.000,00, correspondendo a 10,4% da remuneração de auditoria; para os serviços de revisão da estrutura societária para fins de consolidação descritos no item (v), o valor é de R$175.000,00, correspondendo a 5,5% do total da remuneração de auditoria; para os serviços descritos no item (vi), asseguração razoável sobre as informações financeiras combinadas *pro forma* do Grupo Caixa Seguridade em 30 de junho de 2015, é de R$117.000,00, correspondendo a 3,6% do total da remuneração de auditoria; e para os serviços descritos no item (x), é de R$ 535.950,00, correspondendo a 16,7% do total da remuneração de auditoria.

Os contratos com a auditoria independente foram firmados em 18 de junho de 2015 e 04 de março de 2016, prevendo que a remuneração pelo serviço descrito no item (i) acima, seja arcada pelo acionista controlador da Companhia, e a remuneração pelos serviços descritos nos itens (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) acima, seja arcada pelos bancos coordenadores da oferta pública secundária de ações de emissão da Caixa Seguridade, em curso, de modo que não houve desembolso com remuneração dos auditores no exercício social de 2015.

O serviço de emissão de cartas de conforto descrito no item (iii), acima, se qualifica como um serviço de auditoria e pode ser prestado somente pelo auditor independente que auditou as demonstrações financeiras da Companhia, conforme previsto na Norma e Procedimento de Auditoria – NPA nº 12 "Emissão de Carta de Conforto ("Comfort Letter")", emitida pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Dessa forma, a prestação de tal serviço pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não compromete a sua independência como auditor da Caixa Seguridade.

Os demais serviços listados nos itens (iv), (v), (vi), (viii), (ix) e (x) são serviços considerados equiparados a auditoria e, por conseguinte, não afetam a independência da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Adicionalmente, em caso de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a Caixa Seguridade adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente tampouco promover os interesses desse cliente.

Conforme normas que regem os serviços de auditoria independente, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes apresentou tempestivamente à Caixa Seguridade a Carta de Independência.

Brasília, 2016

A administração

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2015**	**30/06/2015**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Circulante	**682.512**	**488.125**	**682.612**	**488.225**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	52.013	100	52.113	200
Dividendos a receber (nota 19 (b))	516.103	452.450	516.103	452.450
Juros sobre capital próprio a receber (nota 19 (b))	80.047	35.575	80.047	35.575
Valores a receber (nota 9)	34.321	-	34.321	-
Ativos por impostos correntes	28	-	28	-
Não circulante	**3.018.550**	**2.763.388**	**3.018.450**	**2.763.288**
Investimentos em participações societárias (nota 10)	3.018.550	2.763.388	3.018.450	2.763.288
Total do ativo	**3.701.062**	**3.251.513**	**3.701.062**	**3.251.513**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**31/12/2015**	**30/06/2015**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Circulante	**645.180**	-	**645.180**	-
Valores a pagar (nota 12)	501.967	-	501.967	-
Dividendos a pagar (nota 13)	127.028	-	127.028	-
Passivos por impostos correntes	16.185	-	16.185	-
Não circulante	-	-	-	-
Patrimônio líquido	**3.055.882**	**3.251.513**	**3.055.882**	**3.251.513**
Capital social	2.756.687	2.798.967	2.756.687	2.798.967
Reservas	407.826	457.720	407.826	457.720
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 15(d))	(108.631)	(5.174)	(108.631)	(5.174)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.701.062**	**3.251.513**	**3.701.062**	**3.251.513**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais

	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
Demonstração do resultado	**Controladora**	**Consolidado**
Receitas operacionais	**610.647**	**610.681**
Resultado de investimentos em participações societárias (nota 10)	474.592	474.626
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (nota 16)	136.055	136.055
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(19.753)**	**(19.787)**
Despesas administrativas (nota 17)	(2.169)	(2.169)
Despesas tributárias (nota 18)	(17.518)	(17.518)
Outras despesas operacionais	(66)	(100)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**590.894**	**590.894**
Resultado financeiro	**1.939**	**1.939**
Receitas financeiras	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**592.833**	**592.833**
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 11)	(57.979)	(57.979)
Lucro líquido do período	**534.854**	**534.854**
Quantidade de ações – em milhares	1.200.000	1.200.000
Lucro por ação – R$ (Nota 15 (e))	**0,44571**	**0,44571**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
Demonstração do resultado abrangente	**Controladora**	**Consolidado**
Lucro líquido do período	**534.854**	**534.854**
Itens passíveis de reclassificação para resultado		
(+/-) Participação nos resultados abrangentes de investidas	(103.457)	(103.457)
Resultado abrangente do período	**431.397**	**431.397**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 21 de maio de 2015	**100**	**-**	**-**	**-**	**100**
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(5.174)	-	(5.174)
Aumento de capital (AGE 26/06/2015)	100	-	-	-	100
Aumento de capital (AGE 30/06/2015)	2.798.767	-	-	-	2.798.767
Constituição de reserva de capital	-	457.720	-	-	457.720
Saldos em 30 de junho de 2015	**2.798.967**	**457.720**	**(5.174)**	**-**	**3.251.513**
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(103.457)	-	(103.457)
Incorporação da reserva de capital ao capital social (AGE 30/12/2015)	457.720	(457.720)	-	-	-
Redução do capital ao capital social (AGE 30/12/2015)	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	534.854	534.854
Dividendos ordinários propostos (nota 13)	-	-	-	(127.028)	(127.028)
Constituição de reserva legal (nota 13)	-	26.743	-	(26.743)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (nota 15 (c))	-	381.083	-	(381.083)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.756.687**	**407.826**	**(108.631)**	**-**	**3.055.882**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO
Em milhares de reais

	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
Demonstração dos fluxos de caixa	**Controladora**	**Consolidado**
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais		
Recebimento de receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	101.587	101.587
Pagamento de despesas administrativas	(4)	(4)
Tributos sobre folha recolhidos	(174)	(174)
Tributos sobre receitas pagos	(13.396)	(13.396)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.826)	(37.826)
Juros recebidos	1.939	1.939
Tributos sobre aplicações	(213)	(213)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**51.913**	**51.913**
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Aumento de capital	100	200
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**100**	**200**
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**52.013**	**52.113**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**52.013**	**52.113**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL
Em milhares de reais

Descrição	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	**534.854**	**534.854**
Resultado de equivalência patrimonial	(474.592)	(474.626)
Outras despesas não desembolsáveis	66	100
Variação de valores a receber	(34.321)	(34.321)
Variação de outros ativos	-	-
Variação de valores a pagar	1.967	1.967
Variação de ativos e passivos por impostos correntes	23.940	23.940
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**51.913**	**51.913**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em milhares de reais

Demonstração do valor adicionado	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
1. Receitas	**136.055**	**136.055**
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	136.055	136.055
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**848**	**882**
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	782	782
2.3) Perda/recuperação de valores ativos	66	100
3. Valor adicionado bruto (1 – 2)	**135.207**	**135.173**
4. Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 – 4)	**135.207**	**135.173**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**476.531**	**476.565**
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	474.592	474.626
6.1) Receitas financeiras	1.939	1.939
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**611.738**	**611.738**
8. Distribuição do valor adicionado	**611.738**	**611.738**
8.1) Pessoal	1.184	1.184
8.1.1) Remuneração direta	1.052	1.052
8.1.2) Benefícios	75	75
8.1.3) FGTS	57	57
8.2) Impostos, taxas e contribuições	75.654	75.654
8.2.1) Federais	75.654	75.654
8.2.2) Estaduais	-	-
8.2.3) Municipais	-	-
8.3) Remuneração de capital de terceiros	46	46
8.3.1) Aluguéis	46	46
8.4) Remuneração de capital próprios	534.854	534.854
8.4.1) Juros sobre capital próprio	-	-
8.4.2) Dividendos	127.028	127.028
8.4.3) Lucros retidos / Prejuízo do exercício	407.826	407.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto Operacional e Informações Gerais

A Caixa Seguridade Participações S.A. (denominada "Caixa Seguridade", "Companhia", ou "Controladora"), empresa líder do Grupo Caixa Seguridade ("Grupo Caixa Seguridade" ou o "Grupo") foi constituída como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (denominada "CAIXA") em 21 de maio de 2015, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado, tendo por objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

A Caixa Seguridade, neste contexto, acompanha a evolução de cenários macroeconômicos que podem trazer reflexos à dinâmica de seus negócios e dos negócios de suas participações societárias.

A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tem sua sede localizada no Setor Bancário Sul – SBS, Q. 4, Bloco A, Lote 3/4, Edifício CEF Matriz 1, 19º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

Em 30 de junho de 2015, ocorreu a cisão parcial de ativos da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR ("CAIXAPAR") e a respectiva incorporação desses ativos pela Companhia, notadamente participações societárias. Por meio dessa cisão, a Companhia obteve direito às variações patrimoniais e resultados produzidos por esses ativos incorporados a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme previsto no Protocolo e Justificação da Cisão descrito na Nota 20 – Atos societários.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015, houve a segregação do segmento de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcio da CAIXA. Dessa forma, à Caixa Seguridade foi outorgado, pela CAIXA, o direito de exploração econômica do acesso à Rede de Distribuição e uso da marca para a distribuição e comercialização dos Produtos de Seguridade.

Em 17 de dezembro de 2015, foi concedido à Companhia, conforme Ofício nº 26 CVM/SEP/RIC de 2015, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A", com base na documentação constante no Processo CVM-RJ 2015-9034.

Descrevemos a seguir as principais participações diretas da Caixa Seguridade que compõem essas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas:

a) Caixa Seguros Holding S.A. ("Caixa Seguros")

Empresa sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; a administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente.

Esta empresa apresenta o capital social dividido em 51,75% das ações em nome do grupo francês CNP *Assurances* S.A. e 48,21% das ações em nome da Caixa Seguridade.

b) Caixa Holding Securitária S.A. ("Caixa Holding")

Empresa subsidiária integral da Caixa Seguridade, foi constituída em 21 de maio de 2015 com o objetivo social de adquirir participações em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).

c) PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros")

Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela Caixa Seguridade e pelo BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. ("BTG Holding"), tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos.

Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG Seguradora").

Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG Seguradora pelo valor de R$ 550.406 e se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. com participação de 99,99%.

Em 19 de junho de 2015, após aprovação preliminar pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros, conforme

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. pelo valor de R$ 336.996.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Descrição	30/06/2015
Valor pago pela compra:	**336.996**
Pagamento em caixa	336.996
Valor total pela compra	**336.996**
Participação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos	227.036
Ágio	109.960

O ágio é atribuível à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da PAN Seguros, em negócios no mercado de seguros, e à sua força de trabalho, que não pode ser reconhecida separadamente como um ativo intangível.

Em 30 de junho de 2015 a CAIXAPAR realizou a cisão de sua participação total na PAN Seguros em favor da Caixa Seguridade.

A aprovação final do órgão controlador, referente à alteração do controle acionário da PAN Seguros para Caixa Seguridade e BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., foi concedida com a Portaria SUSEP nº 6.407 de 04 de dezembro de 2015.

d) Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora")

Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Holding e Caixa Seguridade com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Esta empresa tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2014, a CAIXAPAR concluiu a aquisição da participação direta de 49,00% do capital social da PAN Corretora conforme Comunicado de Mercado e após obtenção das aprovações regulatórias.

Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a Caixa Seguridade.

e) Composição dos Investimentos em Participações Societárias, Diretos e Indiretos, da Caixa Seguridade

Empresa	Descrição	% de participação da Companhia 31/12/2015 Direta	Indireta
Caixa Holding Securitária:	**A Caixa Holding Securitária tem por objeto social a aquisição de participações societárias em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).**	**100,00**	-
PAN Seguros	**Trata-se de uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e em seguros de danos. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.**	-	**48,99**
PAN Corretora	**Tem por objetivo a administração, orientação e corretagem de: a) seguros dos ramos elementares; b) seguros do ramo de vida, e c) planos previdenciários.**	-	**49,00**
Caixa Seguros:	**A Caixa Seguros tem por objeto social a participação, como acionista ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda; iv) administração de consórcio; v) atividades, correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.**	**48,21**	-
Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.:	**Subsidiária integral da Caixa Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.**	-	**48,21**
Caixa Seguradora S.A.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.	-	48,21
Caixa Vida e Previdência S.A.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a comercialização de produtos de previdência complementar.	-	48,21
Caixa Capitalização S.A.	Controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda., detentora de 51% de suas ações, tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.	-	24,59
Caixa Administradora de Consórcios S.A.	**Subsidiária integral da Companhia tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.**	-	**48,21**
Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda.	**Subsidiária integral da Caixa Seguros tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.**	-	**48,21**
Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A.	**Subsidiária integral da Caixa Seguros tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro saúde.**	-	**48,21**
FPC PAR Corretora de Seguros S.A.	**Sociedade anônima de capital fechado tem como objeto social a corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.**	-	**12,05**
Caixa Seguros Participações do Sul Ltda.:	**Subsidiária integral da Caixa Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades.**	-	**48,21**
CIA de Seguros Previdência do Sul – PREVISUL	Controlada pela Caixa Seguros Participações do Sul Ltda., detentora de 70% de suas ações, tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.	-	33,75
Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.:	**Subsidiária integral da Caixa Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades.**	-	**48,21**
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda. tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.	-	48,21

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Stantards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em 30 de junho de 2015, por meio de instrumento jurídico específico, foi outorgado ao Grupo o direito de exploração econômica do acesso à rede de distribuição da CAIXA, reconhecendo a partir de então as receitas decorrentes da negociação do acesso dos produtos de seguridade e outras receitas que fizer jus pela exploração da marca CAIXA, de sua rede de distribuição e base de clientes, naquilo que se refere aos produtos de seguridade. O Grupo passará a planejar, estruturar e prospectar oportunidades de distribuição com cada instituição, empresa ou outra entidade interessada no oferecimento de produtos por meio da rede de distribuição da CAIXA.

Os investimentos consolidados na Caixa Seguridade são avaliados pelo método de equivalência patrimonial ("MEP") nas empresas diretas Caixa Seguros, PAN Seguros e PAN Corretora, a partir de suas respectivas datas de aquisição ou início das operações no âmbito do conglomerado CAIXA.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração e Diretoria da Caixa Seguridade em 16 de março de 2016.

Nota 3 – Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Caixa Seguridade.

b) Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, a título de remuneração pelo acesso para comercialização e distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios disponibilizados na rede de distribuição CAIXA por instituições conveniadas, partes de contratos ou convênios operacionais previamente celebrados com o Grupo Caixa Seguridade. Nas demonstrações financeiras de 30 de junho e 30 de setembro de 2015, as receitas e acesso à rede de distribuição e uso da marca eram apresentadas como receitas de tarifas de comercialização e distribuição.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. A Com-

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

panhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

O resultado de investimentos em participações societárias é auferido com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), e reconhecido pelo valor da participação societária da Caixa Seguridade nos resultados obtidos pelas sociedades investidas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos a baixo risco de mudança no valor.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Valores a Receber

Os valores a receber correspondem às receitas, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios pagas pelos clientes incorporados na CAIXA. O prazo de recebimento é inferior a um ano, sendo a classificação registrada no ativo circulante.

e) Combinação de Negócios

A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio ("*goodwill*"). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Grupo incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

f) Investimentos em Participações Societárias

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento inclui o ágio, bem como ativos intangíveis identificados na aquisição, se houver, líquido de quaisquer perdas por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos nas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou empreendimentos controlados em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou empreendimentos controlados em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment)*. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

O imposto de renda diferido ativo e passivo é apresentado líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

i) Dividendos Distribuídos e Juros sobre Capital Próprio

Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

O Grupo poderá a qualquer tempo levantar novas demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários.

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo.

Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo no final do exercício, sendo o valor acima do mínimo obrigatório provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

O valor de dividendos distribuídos acima do mínimo obrigatório deve ser provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

j) Apresentação de Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de acordo com o objeto social: i) investimento em participações societárias em outras sociedades; e ii) receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios.

Estes segmentos foram utilizados de modo consistente pelo tomador de decisões operacionais para a constituição da Caixa Seguridade. Nas demonstrações financeiras de 30 de junho e 30 de setembro de 2015 o segmento receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca era apresentado como tarifas de comercialização e distribuição

Nota 4 – Pronunciamentos e Leis Recentemente Emitidas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

I. IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

II. IFRS 15 – "Receita de Contratos com Cliente" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Nota 5 – Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, a estimativa contábil resultante raramente será igual aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Definição da Natureza do Relacionamento com as Investidas

I. Caixa Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 29 de dezembro de 2011 assegura à Caixa Seguridade (predecessora da CAIXAPAR) participar das decisões sobre as matérias relevantes nos aspectos operacionais, financeiros e estratégicos da Caixa Seguros Holding S.A. caracterizando a existência de influência significativa sobre a coligada.

II. PAN Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. e Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), outorgado à Caixa Seguridade por ocasião da incorporação desse investimento, essas entidades declaram, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Seguros. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Seguros.

III. PAN Corretora: Conforme consta no Acordo de Sócios e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre Banco BTG Pactual S.A. e Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), essas entidades declaram, outorgado à Caixa Seguridade por ocasião da incorporação desse investimento, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Corretora. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Corretora.

O quadro abaixo apresenta o resumo da natureza do relacionamento com as investidas:

Empresas	% de participação no capital votante 31/12/2015	Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
Caixa Holding	100,00	Controlada	Consolidação e MEP
Caixa Seguros	48,21	Coligada	MEP
PAN Seguros	48,99	Controle conjunto	MEP
PAN Corretora	49,00	Controle conjunto	MEP

b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Anualmente, é avaliado com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável *(impairment)* do ativo.

Anualmente, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote as premissas.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 6 – Gerenciamento de riscos

O Grupo Caixa Seguridade entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

O Grupo Caixa Seguridade é uma empresa *holding*, na qual a origem do resultado deve-se, essencialmente, à equivalência patrimonial de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, e a receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios. Portanto, está exposta, principalmente, aos riscos provenientes de obrigações assumidas com terceiros (risco de liquidez) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de mercado).

A gestão de risco é realizada pela governança, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A governança identifica, avalia e protege o Grupo Caixa Seguridade contra os riscos mencionados em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. Cada empreendimento controlado em conjunto e coligada também possui órgãos de governança e gerenciam seus riscos de forma independente, entretanto, tais riscos são mitigados e monitorados através da participação de membros indicados do Grupo Caixa Seguridade nas instâncias operacionais e de governança dessas investidas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de exposições de crédito de valores a receber em aberto e de dividendos a receber de partes relacionadas. Assim, o risco de crédito está relacionado aos potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como "caixa e equivalentes de caixa", uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela Diretoria de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Caixa Seguridade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e mantenha um nível adequado de crédito disponível no mercado.

Assim, este gerenciamento auxilia o Grupo Caixa Seguridade no cumprimento de suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, atender às necessidades do fluxo de caixa.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros.

d) Risco de Contrapartes

O Grupo Caixa Seguridade possui, basicamente, um risco de ressarcimento de fluxo de caixa e influência no gerenciamento estratégico em relação às suas contrapartes que leva em consideração os contratos jurídicos firmados e tempo de relacionamento e podem impactar diretamente o fluxo de caixa e as operações do Grupo Caixa Seguridade.

e) Riscos Relacionados aos Investimentos

Os riscos relacionados aos investimentos estão, essencialmente, relacionados à equivalência patrimonial que a Companhia registra proveniente de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Destacamos abaixo os principais riscos e a política de gerenciamento a quais estão expostas as controladas em conjunto e coligadas da Companhia, ressaltando que esses riscos impactam indiretamente o resultado da Companhia via equivalência patrimonial. As informações fornecidas abaixo podem ser encontradas no sítio da SUSEP, na seção "Mercado Supervisionado", "Demonstrações Financeiras", das companhias reguladas por esta autarquia que compõem o grupo Caixa Seguridade.

e.1) Caixa Seguros Holding – Gerenciamento de Riscos

A estrutura do processo de Gerenciamento de Riscos da Caixa Seguros Holding permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

I. Risco de Seguro

Risco de Seguro é o risco transferido do detentor do contrato para o emitente que não seja um risco financeiro. Em outras palavras, o Risco de Seguro é um risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora. A definição de Risco de Seguro refere-se ao risco que a seguradora aceita do segurado e Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

A Caixa Seguros dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, planos de capitalização e planos de previdência, para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes as atividades da Caixa Seguros são:

- Risco estratégico – Falta de capacidade da Caixa Seguros em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas, etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas;
- Risco atuarial – Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os Riscos de Seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado por meio de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e compliance, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados.

A Caixa Seguros conta com políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

II. Risco de Crédito

Risco de Crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Caixa Seguros. As áreas-chave em que a Caixa Seguros está expostoa ao Risco de Crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referente a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referente a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referente a títulos de dívidas.

A Caixa Seguros está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de Risco de Crédito inclui o monitora-

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

mento de exposições ao Risco de Crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's, entre outras. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

III. Risco de Liquidez

Risco associado à perda de rentabilidade para obter liquidez, quando verificada a insuficiência de recursos financeiros aptos para a Caixa Seguros honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. Por meio da política de gerenciamento de liquidez, são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada pelo gerenciamento de ativos e passivos (ALM – Assets and Liabilities Management) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Caixa Seguros, o Risco de Liquidez é baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "para negociação" e "disponível para venda", reduzindo, assim, o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Para a Caixa Seguradora, o Risco de Liquidez é mínimo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados em "para negociação" e "disponível para venda", dirimindo assim o risco da falta de recursos para o cumprimento de suas obrigações.

O Risco de Liquidez das unidades de negócio está restrito às carteiras de ALM, em que as posições "mantidas até o vencimento" são significativas. Na Caixa Capitalização, o foco é direcionar os recursos para a marcação "disponível para venda", mitigando esse risco de curto prazo.

Apesar da duração dos ativos ser menor que a dos passivos, o Risco de Liquidez é mitigado pela possibilidade de reaplicação em títulos mais longos no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento dos ativos. Além disso, os Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações da empresa em caso de necessidade.

No caso da Previdência, o Risco de Liquidez encontra-se no FederalPrev. No entanto, apesar de grande parte da carteira estar classificada em "mantido até o vencimento", o risco de liquidez é mitigado pela parcela marcada em "para negociação" o que garante o cumprimento das obrigações.

O risco no FederalPrev é mitigado pela possibilidade de reaplicação em títulos mais longos no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento dos ativos. Além disso, os Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) também podem ser utilizados para o cumprimento das obrigações da empresa em caso de necessidade.

IV. Risco de Mercado

Define-se como Rrisco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de Risco de Mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Caixa Seguros de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Caixa Seguros, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

A metodologia utilizada pela Caixa Seguros para medir a exposição aos Riscos de Mercado é o *Value-at-Risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

V. Risco Operacional

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e compliance, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e prevenção de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

O sistema de controles internos da Caixa Seguros é baseado na metodologia e princípios do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM – Enterprise Risk Management, visando dar suporte à Caixa Seguros para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles na Caixa Seguros é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, que trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

e.1.1) Caixa Seguros – Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são realizadas em conformidade aos requerimentos estabelecidos pela SUSEP no âmbito das empresas operacionais da Caixa Seguros Holding – investidas indiretas da Caixa Seguridade, conforme demonstrado na Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais, item "e" Composição dos investimentos em participações societárias, diretos e indiretos, da Caixa Seguridade. Tais informações são levantadas e disponibilizadas conforme orientações e prazos determinados pela SUSEP.

Abaixo, são evidenciados os resultados das análises, líquidos dos efeitos tributários, com base nas premissas de 31 de dezembro de 2015, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido, além das análises de ativos e derivativos.

I. Bruto de Resseguro

	31/12/2015					
	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade
Sensibilidade	**1%**	**-1%**	**10%**	**-10%**	**5%**	**-5%**
Habitacional	-0,7%	0,7%	-0,8%	0,8%	-10,0%	10,0%
Pessoas Individual e Coletivo	0,3%	-0,3%	-4,7%	5,1%	-5,3%	5,3%
Automóvel	-0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	-8,0%	8,0%
Demais	-1,5%	1,5%	0,0%	0,0%	-3,7%	3,7%
Caixa Seguradora	**-0,3%**	**0,3%**	**-2,0%**	**2,2%**	**-8,3%**	**8,3%**
PGBL-VGBL	2,1%	-2,8%	-7,1%	7,8%	0,0%	0,0%
Risco	-2,4%	2,5%	-6,0%	6,7%	-2,0%	2,0%
Conjugado	-1,1%	1,1%	-7,2%	8,0%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	1,1%	-1,5%	-7,0%	7,7%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	**-1,9%**	**2,0%**	**-1,3%**	**1,3%**	**-45,9%**	**45,9%**
Previsul	**0,1%**	**-0,2%**	**-7,3%**	**8,2%**	**-38,6%**	**38,6%**
Odonto Empresas	**-0,1%**	**0,1%**	**-9,5%**	**8,5%**	**-5,5%**	**5,5%**
Grupo Caixa Seguros	**-0,3%**	**0,4%**	**-4,0%**	**4,4%**	**-5,3%**	**5,3%**

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

31/12/2014

Sensibilidade	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate / Cancelamento 10%	Resgate / Cancelamento -10%	Mortalidade / Sinistralidade 5%	Mortalidade / Sinistralidade -5%
Habitacional	-1,2%	1,3%	-0,9%	1,0%	-8,0%	8,0%
Pessoas Individual e Coletivo	0,2%	-0,2%	-5,5%	6,1%	-5,1%	5,1%
Automóvel	-0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	-8,2%	8,2%
Demais	-1,4%	1,5%	0,0%	0,0%	-3,5%	3,5%
Caixa Seguradora	**-0,9%**	**0,9%**	**-1,9%**	**2,1%**	**-7,3%**	**7,3%**
PGBL-VGBL	1,9%	-2,7%	-7,2%	8,1%	0,0%	0,0%
Risco	-2,8%	3,0%	-6,1%	6,7%	-1,9%	1,9%
Conjugado	-1,1%	1,2%	-6,4%	7,1%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	0,9%	-1,4%	-6,9%	7,8%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	**-4,5%**	**4,7%**	**-9,2%**	**11,0%**	**-82,2%**	**82,2%**
Previsul	**-0,4%**	**0,4%**	**-10,0%**	**11,3%**	**-26,7%**	**26,7%**
Odonto Empresas	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Grupo Caixa Seguros	**-0,2%**	**0,0%**	**-3,9%**	**4,3%**	**-4,6%**	**4,6%**

II. Líquido de Resseguro

31/12/2015

Sensibilidade	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate / Cancelamento 10%	Resgate / Cancelamento -10%	Mortalidade / Sinistralidade 5%	Mortalidade / Sinistralidade -5%
Habitacional	-0,6%	0,6%	-0,7%	0,7%	-9,1%	9,2%
Pessoas Individual e Coletivo	0,3%	-0,3%	-4,3%	4,6%	-4,9%	4,9%
Automóvel	-0,8%	0,8%	0,0%	0,0%	-7,4%	7,4%
Demais	-1,4%	1,4%	0,0%	0,0%	-3,4%	3,4%
Caixa Seguradora	**-0,3%**	**0,3%**	**-1,9%**	**2,0%**	**-7,6%**	**7,6%**
PGBL-VGBL	1,9%	-2,5%	-6,5%	7,2%	0,0%	0,0%
Risco	-2,2%	2,3%	-5,5%	6,1%	-1,8%	1,8%
Conjugado	-1,0%	1,0%	-6,6%	7,4%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	1,0%	-1,4%	-6,4%	7,0%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	**-1,9%**	**1,9%**	**-1,3%**	**1,3%**	**-45,3%**	**45,3%**
Previsul	**0,1%**	**-0,2%**	**-6,7%**	**7,5%**	**-35,3%**	**35,3%**
Odonto Empresas	**-0,1%**	**0,1%**	**-9,4%**	**8,4%**	**-5,4%**	**5,4%**
Grupo Caixa Seguros	**-0,2%**	**0,4%**	**-3,7%**	**4,1%**	**-4,9%**	**4,9%**

31/12/2014

Sensibilidade	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate / Cancelamento 10%	Resgate / Cancelamento -10%	Mortalidade / Sinistralidade 5%	Mortalidade / Sinistralidade -5%
Habitacional	-1,2%	1,3%	-0,9%	0,9%	-7,8%	7,8%
Pessoas Individual e Coletivo	0,2%	-0,2%	-5,3%	6,0%	-5,0%	5,0%
Automóvel	-0,8%	0,9%	0,0%	0,0%	-8,0%	8,0%
Demais	-1,4%	1,4%	0,0%	0,0%	-3,4%	3,4%
Caixa Seguradora	**-0,8%**	**0,9%**	**-1,9%**	**2,0%**	**-7,1%**	**7,1%**
PGBL-VGBL	1,8%	-2,7%	-7,0%	7,9%	0,0%	0,0%
Risco	-2,7%	2,9%	-6,0%	6,6%	-1,8%	1,9%
Conjugado	-1,1%	1,1%	-6,3%	7,0%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	0,8%	-1,4%	-6,8%	7,6%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	**-4,4%**	**4,6%**	**-9,1%**	**10,8%**	**-81,1%**	**81,1%**
Previsul	**-0,4%**	**0,4%**	**-9,9%**	**11,2%**	**-26,4%**	**26,4%**
Odonto Empresas	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
Grupo Caixa Seguros	**-0,2%**	**0,0%**	**-3,5%**	**3,9%**	**-4,2%**	**4,2%**

Notas:

a) As Empresas Caixa Capitalização e Caixa Consórcios não possuem produtos que atendam a definição de contrato de seguro segundo o CPC e por isso não constam nas análises de sensibilidade;

b) Os contratos de resseguros são negociados na forma de Excesso de Danos (Resseguro de Catástrofe de Riscos Pessoais e Patrimoniais). Na construção dos quadros demonstrados nessa Seção, levamos em conta o histórico de cessão de prêmios e recuperação de sinistros para estimar o efeito nos resultados Brutos e Líquidos de Resseguro; registre-se, também, que temos resseguro na modalidade Quota Parte em ramos com baixo volume histórico de operações;

c) Risco: coberturas adicionais de risco dos produtos de Previdência;

d) Taxa de Juros: "+1%" e "-1%" na curva de taxa de desconto utilizada nas projeções;

e) Resgates/Cancelamento: "+10%" e "-10%" nas curvas de Resgates (totais e parciais) utilizadas na CVP (Caixa Vida e Previdência) e nas Curvas de Permanência dos produtos da Caixa Seguros; e

f) Mortalidade: "+5%" e "-5%" na probabilidade de morte das tábuas quando for o caso ou na sinistralidade geral dos produtos.

III. Carteira de Ativos

A carteira de investimentos da Caixa Seguros possui ativos classificados como mantidos até o vencimento (HtM), disponível para venda (AFS) e negociação (MtM).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Caixa Seguros é o de *Stress Testing*, o qual é feito apenas para as classificações AFS e MtM. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras utilizando-se diferentes cenários de estresse divulgados pela BMF&Bovespa.

Dentre os cenários da BMF&Bovespa, são utilizados:

- 3 cenários de alta da estrutura a termo de taxas de juro – Taxa prefixada
- 3 cenários de baixa da estrutura a termo de taxas de juro – Taxa prefixada
- 1 cenário de alta da estrutura a termo de taxas de juro – Cupom cambial de dólar
- 1 cenário de baixa da estrutura a termo de taxas de juro – Cupom cambial de dólar

Além disso, são calculados os impactos nas carteiras baseados em mais três cenários gerados seguindo as instruções da Gerência de Investimentos. Estes cenários contemplam variações no câmbio; índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

IV. Carteira de Derivativos

A Carteira de Derivativos da Caixa Seguros Holding possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do Risco de Mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários: "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

A exposição em derivativos da Caixa Seguros e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI-Compromisso – Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

31/12/2015				
Caixa Seguros – Controladora				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI – Compromissos / Compra	Alta de Juros	(1.490)	(6.448)	(10.103)
Total		**(1.490)**	**(6.448)**	**(10.103)**

31/12/2015				
Caixa Seguros – Consolidado				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI – Compromissos / Compra	Alta de Juros	(167.328)	(725.739)	(1.138.570)
Total		**(167.328)**	**(725.739)**	**(1.138.570)**

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

e.1.2) Caixa Seguros – Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, a Caixa Seguros efetuou teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Caixa Seguros elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica e os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, foram utilizadas as tábuas BR-EMS, vigentes no momento da realização do teste.

Como conclusão dos testes, para a empresa Caixa Seguradora não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados, exceto para o grupo de Seguro Habitacional Fora do SFH (ramos 1061/1065/1068). A insuficiência observada para o grupo em questão, no valor de R$ 957 milhões, foi provisionada integralmente dentro da PCC (Provisão Complementar de Cobertura) conforme estabelece a legislação vigente. Informamos que não aplicamos o teste de adequação de passivos aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e DPEM por serem imateriais.

Em se tratando da Caixa Vida e Previdência foram encontradas insuficiências para o produto "FederalPrev" no montante total de R$ 11.934, e portanto, foi constituído neste valor à PCC. Para os demais produtos não se constataram insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, dentro dos períodos apresentados.

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico estando disponível na sede da Caixa Seguros para o órgão regulador e demais fiscalizações

e.2) PAN Seguros – Gerenciamento de Riscos

As operações de seguros envolvem, por parte da PAN Seguros, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de riscos mais significativas em que a PAN Seguros está exposta são: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Seguros e Risco de Capital.

O monitoramento constante dos riscos faz parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da PAN Seguros.

I. Risco de Seguros

O gerenciamento de Risco de Seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O Risco de Seguros inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

A concentração do Risco de Seguros atualmente está aliada a todo o território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Adicionalmente, a PAN Seguros irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da PAN Seguros é atuar em todo o território nacional.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

A política de aceitação da PAN Seguros é determinada em função da classificação dos riscos: Riscos Seguráveis, Riscos Aceitáveis, Riscos Não Aceitáveis/Não Seguráveis.

Atualmente, a PAN Seguros possui contratos de resseguro com diversas resseguradoras do mercado para proteção e estabilização de suas carteiras.

Essa política visa proteger a carteira da PAN Seguros pela transferência de riscos para resseguradoras. Um dos principais recursos utilizados é minimizar o impacto de possíveis desvios relevantes na sinistralidade. A política de resseguros é revisada periodicamente pela PAN Seguros, incluindo os riscos a ressegurar, avaliação dos Resseguradores e grau de concentração e segue as normas estabelecidas pela legislação atual.

II. Risco Financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da PAN Seguros insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo PAN, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco PAN S.A. em conjunto com a PAN Seguros a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente. Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da PAN Seguros, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, consequentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN nº 3.308/05 e alterações posteriores.

III. Risco de Mercado

Esses riscos são gerenciados diariamente para a carteira trading e mensalmente para a carteira banking por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. A PAN Seguros está exposta aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: os riscos de taxas de juros decorrem da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros;
- Índice de preços: riscos de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como oscilações próprias dos índices;
- Preços de ações: riscos de perdas derivadas da oscilação de preços de ações as quais a PAN Seguros tenha exposição.

O Risco de Mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco PAN, por meio de metodologias aderentes às exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

A Política da PAN Seguros, em termos de exposição a Riscos de Mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

A seguir, demonstramos o quadro de análise de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de Risco de Mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da PAN Seguros.

	Carteiras *trading* e *banking*	Cenários		
Fatores de Risco	**Exposições sujeitas à variação:**	**(I) Provável**	**(II) Possível**	**(III) Remoto**
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Pré-Fixadas	-	(4)	(7)
Renda Variável	Preço de Ações	(272)	(6.806)	(13.612)
TOTAL 31/12/2015		**(272)**	**(6.810)**	**(13.619)**

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento do último dia útil do mês, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e entre os fatores de risco, assim como possíveis impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme o disposto na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008:

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos (deslocamento vertical das curvas). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação à última cotação vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) se referem a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Desta forma, tais resultados não refletem os efeitos de eventuais choques de mercado, uma vez que não levam em conta as correlações entre diferentes fatores de risco ou as ações que seriam tomadas pela Seguradora para reduzir tais riscos.

IV. Risco de Crédito

A PAN Seguros possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros. O critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada, para isso, a carteira de investimentos é composta em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes onde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente é representada por prêmios emitidos contra as empresas do Grupo PAN. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

V. Risco de Liquidez

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A PAN Seguros mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecida para a PAN Seguros, adotando como instrumentos de gestão projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

VI. Risco de Capital

A PAN Seguros executa suas atividades de gestão de Risco de Capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela PAN Seguros.

e.2.1) PAN Seguros – Análise de Sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da PAN Seguros, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a PAN Seguros, na data base de 31/12/2015, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela PAN Seguros, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

	31/12/2015				31/12/2014			
Premissas Atuariais	**Passivo (9)**	**Ativo (10)**	**PLA**	**Resultado (11)**	**Passivo (9)**	**Ativo (10)**	**PLA**	**Resultado (11)**
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	3.179	451	1.673	1.637	3.071	96	1.785	1.785
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (2)	(3.179)	(451)	(1.673)	(1.637)	(3.071)	(96)	(1.785)	(1.785)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (3)	22	3	11	11	71	2	41	41
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	(22)	(3)	(11)	(11)	(71)	(2)	(41)	(41)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	535	47	293	293	458	17	265	265
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	(535)	(47)	(293)	(293)	(458)	(17)	(265)	(265)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (7)	27	1	16	16	23	-	14	14
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (8)	(27)	(1)	(16)	(16)	(23)	-	(14)	(14)

Notas:

1. Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
2. Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
3. Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
4. Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
5. Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
7. Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
8. Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
9. Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
10. Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
11. Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

e.2.2) PAN Seguros – Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme Circular SUSEP nº 517/2015, que institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa, considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2015, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2015 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos – 29,00%

Seguro de Pessoas – 13,60%

O Modelo de Svensson é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição deum novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da PAN Seguros, data base de 31/12/2015, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

Nota 7 – Informações por Segmento

A administração do Grupo Caixa Seguridade entende que os melhores referenciais para apresentação das informações por segmento no ato da constituição do Grupo são os resultados de investimentos em participações societárias e as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

a) Análise da Receita por Categoria

Empresas	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
Resultado de investimentos em participações societárias	474.592	474.626
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	136.055	136.055
Total	**610.647**	**610.681**

b) Demonstração do Resultado por Categoria

Empresas	Controladora		
	21 de maio a 31 de dezembro de 2015		
	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total
Receitas operacionais	**474.592**	**136.055**	**610.647**
Receitas da operação	474.592	136.055	610.647
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(6.555)**	**(13.198)**	**(19.753)**
Despesas administrativas	(1.686)	(483)	(2.169)
Despesas tributárias	(4.869)	(12.649)	(17.518)
Outras despesas operacionais	-	(66)	(66)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**468.037**	**122.857**	**590.894**
Resultado Financeiro	-	**1.939**	**1.939**
Receitas financeiras	-	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**468.037**	**124.796**	**592.833**
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 11)	(41.878)	(16.101)	(57.979)
Lucro líquido do período	**426.159**	**108.695**	**534.854**

(1) Despesas Administrativas: vide Nota 17 – Despesas Administrativas.

(2) Despesas Tributárias: vide Nota 18 – Despesas Tributárias.

(3) Receitas Financeiras: as receitas financeiras foram provenientes de aplicações de recursos recebidos relacionados com as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

(4) IR e CSLL sobre JSCP: vide Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL).

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

	Consolidado		
	21 de maio a 31 de dezembro de 2015		
Empresas	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total
Receitas operacionais	**474.626**	**136.055**	**610.681**
Receitas da operação	474.626	136.055	610.681
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(6.589)**	**(13.198)**	**(19.787)**
Despesas administrativas	(1.686)	(483)	(2.169)
Despesas tributárias	(4.869)	(12.649)	(17.518)
Outras despesas operacionais	(34)	(66)	(100)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**468.037**	**122.857**	**590.894**
Resultado Financeiro	-	**1.939**	**1.939**
Receitas financeiras	-	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**468.037**	**124.796**	**592.833**
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 11)	(41.878)	(16.101)	(57.979)
Lucro líquido do período	**426.159**	**108.695**	**534.854**

(1) Despesas Administrativas: vide Nota 17 – Despesas Administrativas.
(2) Despesas Tributárias: vide Nota 18 – Despesas Tributárias.
(3) Receitas Financeiras: as receitas financeiras foram provenientes de aplicações de recursos recebidos relacionados com as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.
(4) IR e CSLL sobre JSCP: vide Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL).

Nota 8 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2015	30/06/2015
Depósitos bancários	314	100	414	200
Aplicações financeiras	51.699	-	51.699	-
Total	**52.013**	**100**	**52.113**	**200**

Aplicações financeiras	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Rendimento auferido no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Certificados de depósitos bancários – CDB[1]	51.699	1.939
Total	**51.699**	**1.939**

(1) CDB mantido junto à Caixa Econômica Federal com prazo de vencimento para 2020 com liquidez diária.

Nota 9 – Valores a Receber

Os valores a receber correspondem as receitas descritas na Nota 16 – Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios pagas pelos clientes incorporados na CAIXA.

	Controladora e Consolidado	
Descrição	31/12/2015	30/06/2015
Receitas[(1)] a receber de partes relacionadas	33.721	-
Receitas[(1)] a receber de terceiros	600	-
Total	**34.321**	-

(1) Receitas advindas do acesso à rede de distribuição e uso da marca, mencionado na Nota 3 (d) – Valores a receber.

Nota 10 – Investimentos em Participações Societárias

a) Movimentação dos Investimentos

	Controladora					
		Movimentação dos investimentos				
Empresas	30/06/2015	Transferência/ Aporte de capital	Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	31/12/2015
Caixa Seguros	2.399.649	-	455.277	(115.973)	(103.593)	2.635.360
Caixa Holding	100	363.639	19.315		136	383.190
PAN Seguros	336.996	(336.996)	-	-	-	-
PAN Corretora	26.643	(26.643)	-	-	-	-
Total	**2.763.388**	**-**	**474.592**	**(115.973)**	**(103.457)**	**3.018.550**

	Consolidado					
		Movimentação dos investimentos				
Empresas	30/06/2015	Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	Outras baixas de ativos	31/12/2015
Caixa Seguros	2.399.649	455.277	(115.973)	(103.593)	-	2.635.360
PAN Seguros	336.996	16.577	-	136	-	353.709
PAN Corretora	26.643	2.772	-	-	(34)	29.381
Total	**2.763.288**	**474.626**	**(115.973)**	**(103.457)**	**(34)**	**3.018.450**

I. Conciliação do investimento na PAN Seguros, considerando a alocação dos ativos identificáveis em 30 de junho de 2015:

Descrição	PAN Seguros 100,00%	Participação do Grupo em 30/06/2015 48,99%
Investimento	269.916	132.256
Ágio [(1)]	229.479	109.960
Canais de distribuição [(2)]	134.325	65.818
Tributo diferido	59.107	28.962
Total	**692.827**	**336.996**

(1) Considera o ágio pago pela Companhia.
(2) Considera o valor de intangível identificado líquido de amortização no valor de R$ 25.296 e *impairment* de R$ 4.568.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

b) Composição Sintética dos Resultados dos Investimentos em Participações Societárias

	Exercício de 2015		
	Controladora		
Descrição	Caixa Seguros	Caixa Holding	Total
Receitas da operação	11.121.481	-	11.121.481
Resultado de investimentos em participações societárias	-	19.349	19.349
Custos/despesas da operação	(8.595.102)	-	(8.595.102)
Margem operacional	**2.526.380**	**19.349**	**2.545.729**
Despesas administrativas	(486.517)	-	(486.517)
Despesas com tributos	(306.110)	-	(306.110)
Resultado financeiro	1.371.877	-	1.371.877
Resultado patrimonial	36.845	-	36.845
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	
Resultado operacional	**3.142.476**	**19.349**	**3.161.825**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(22.750)	(34)	(22.784)
Resultado antes dos impostos e participações	**3.119.725**	**19.315**	**3.139.040**
Imposto de renda	(741.809)	-	(741.809)
Contribuição social	(415.126)	-	(415.126)
Participações sobre o resultado	-	-	-
Participações dos acionistas minoritários	(73.446)	-	(73.446)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.889.344**	**19.315**	**1.908.659**
Lucro líquido atribuível à Caixa Seguridade (1)	**455.277**	**19.315**	**474.592**
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	**1.434.067**	-	**1.434.067**

(1) Considera o resultado atribuível à Caixa Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015.

	Exercício de 2015			
	Consolidado			
Descrição	Caixa Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Receitas da operação	11.121.481	559.715	25.621	11.706.817
Custos/despesas da operação	(8.595.102)	(401.297)	-	(8.996.399)
Margem operacional	**2.526.380**	**158.418**	**25.621**	**2.710.419**
Despesas administrativas	(486.517)	(62.720)	(9.052)	(558.289)
Despesas com tributos	(306.110)	(15.990)	(1.847)	(323.947)
Resultado financeiro	1.371.877	45.169	1.948	1.418.994
Resultado patrimonial	36.845	30	-	36.875
Outras receitas/despesas operacionais	-	(48.220)	(1.381)	(49.601)
Resultado operacional	**3.142.476**	**76.687**	**15.289**	**3.234.452**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(22.750)	(3.307)	-	(26.057)
Resultado antes dos impostos e participações	**3.119.725**	**73.380**	**15.289**	**3.208.394**
Imposto de renda	(741.809)	(4.259)	(3.772)	(749.840)
Contribuição social	(415.126)	(3.129)	(1.367)	(419.622)
Participações sobre o resultado	-	-	(120)	(120)
Participações dos acionistas minoritários	(73.446)	(8.722)	-	(82.168)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.889.344**	**57.270**	**10.030**	**1.956.644**
Lucro líquido atribuível à Caixa Seguridade(1)	**455.277**	**16.577**	**2.772**	**474.626**
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	**1.434.067**	**40.693**	**7.258**	**1.482.018**

(1) Considera o resultado atribuível à Caixa Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015.

b.1) Composição Analítica do Resultado da Caixa Seguros

	Exercício de 2015						
Descrição	Caixa Seguradora	Caixa Vida & Previdência	Caixa Capitalização	Caixa Consórcio	Caixa Seguros Saúde	Outras / Ajustes de consolidação	Caixa Seguros Holding
Receitas da operação	4.497.151	5.894.893	195.019	359.811	324.495	(149.888)	11.121.481
Custos/Despesas da operação	(2.424.618)	(5.415.116)	(77.676)	(163.182)	(348.805)	(165.704)	(8.595.102)
Margem operacional	**2.072.534**	**479.777**	**117.342**	**196.629**	**(24.310)**	**(315.592)**	**2.526.380**
Despesas administrativas	(265.258)	(51.702)	(37.517)	(44.585)	(12.211)	(75.244)	(486.517)
Despesas com tributos	(167.011)	(39.521)	(10.986)	(52.175)	(4.249)	(32.167)	(306.110)
Resultado financeiro	485.989	81.743	173.791	29.467	6.757	594.129	1.371.877
Resultado patrimonial	726	-	-	-	-	36.119	36.845
Resultado operacional	**2.126.981**	**470.297**	**242.631**	**129.336**	**(34.013)**	**207.244**	**3.142.476**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(16.605)	-	-	-	41	(6.187)	(22.750)
Resultado antes dos impostos e participações	**2.110.376**	**470.297**	**242.631**	**129.336**	**(33.971)**	**201.057**	**3.119.725**
Imposto de renda	(487.793)	(107.731)	(59.949)	(31.976)	(17.462)	(36.898)	(741.809)
Contribuição social	(267.810)	(71.910)	(38.672)	(11.711)	(10.477)	(14.545)	(415.126)
Lucro líquido do exercício	**1.354.772**	**290.656**	**144.010**	**85.650**	**(61.911)**	**149.613**	**1.962.790**
Atribuível a Acionistas do Grupo	1.354.772	290.656	73.445	85.650	(61.911)	146.732	1.889.344
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	-	-	70.565	-	-	2.881	73.446
% de Participação do Grupo Caixa Seguridade							**48,21%**
Atribuível à Caixa Seguridade(1)							**455.277**
Atribuível aos demais acionistas							**1.434.067**

(1) Considera o resultado atribuível à Caixa Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015.

b.1.1) Composição Analítica de Produtos de Seguridade da Caixa Seguradora

	Exercício de 2015						
Ramo	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Habitacional	1.974.091	(107.321)	1.866.769	(288.135)	(198.257)	(14.021)	1.366.357
Auto	198.285	(10.065)	188.219	(124.623)	(23.136)	(47.805)	(7.344)
DPVAT	239.660	(663)	238.996	(207.483)	(3.388)	421	28.547
Riscos patrimoniais	31.944	-	31.944	(2.651)	(8.468)	2.444	23.269
Prestamista	661.775	(380.012)	281.763	(73.777)	(58.112)	(933)	148.941
Vida	1.002.964	(72.719)	930.245	(259.915)	(158.574)	(131.360)	380.397
Outros	466.750	(36.787)	429.963	(149.772)	(103.482)	(44.342)	132.366
Total	**4.575.468**	**(607.568)**	**3.967.900**	**(1.106.355)**	**(553.416)**	**(235.595)**	**2.072.534**

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

b.2) Composição Analítica de Produtos de Seguridade da PAN Seguros:

	Exercício de 2015						
Ramo	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Garantia Segurado – Setor público e privado	280.082	(201.786)	78.296	(463)	(16.165)	(6)	61.662
Prestamista	158.003	(17.047)	140.956	(17.556)	(51.079)	16.633	88.954
DPVAT	68.339	(234)	68.105	(59.167)	(964)	(10.991)	(3.017)
Acidentes pessoais coletivos	18.261	450	18.711	(2.133)	(5.151)	(2.102)	9.325
Garantia Estendida – Bens Em Geral	10.567	(8.515)	2.052	(263)	(1.802)	(11)	(24)
Vida em grupo	7.705	(70)	7.635	(1.333)	(2.728)	(1.211)	2.363
Seguro Habitacional – Prestamista	5.397	(50)	5.347	(1.313)	(166)	(355)	3.513
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	2.037	(3)	2.034	(159)	(78)	(193)	1.604
Riscos Diversos	9.324	7.988	17.312	(20.498)	(2.425)	(351)	(5.962)
Total	**559.715**	**(219.267)**	**340.448**	**(102.885)**	**(80.558)**	**1.413**	**158.418**

(1) Riscos de Engenharia; Fiança locatícia; Viagem; Renda de eventos aleatórios; Desemprego/perda de renda; Compreensivo residencial e empresarial; Microsseguros; Riscos de petróleo; Riscos diversos.

c) Composição Sintética dos Elementos Patrimoniais dos Investimentos em Participações Societárias

	31/12/2015		
	Controladora		
Descrição	Caixa Seguros	Caixa Holding	Total
Ativo	**47.435.075**	**383.190**	**47.818.265**
Caixa e equivalentes de caixa	78.508	100	78.608
Aplicações	41.587.127	-	41.587.127
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.426.543	-	1.426.543
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	239.199	-	239.199
Ativos fiscais	1.916.290	-	1.916.290
Investimentos	184.516	383.090	567.606
Outros ativos	1.783.038	-	1.783.038
Passivo	**41.853.852**	-	**41.853.852**
Passivos operacionais	37.434.791	-	37.434.791
Passivos fiscais	1.183.902	-	1.183.902
Outros passivos	422.502	-	422.502
Patrimônio líquido	**5.581.223**	**383.190**	**5.964.413**
Atribuível ao Grupo Caixa Seguridade	2.635.360	383.190	3.018.550
Atribuível aos demais acionistas	2.945.863	-	2.945.863
Total passivo e patrimônio líquido	**47.435.075**	**383.190**	**47.818.265**

	31/12/2015			
	Consolidado			
Descrição	Caixa Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Ativo	**47.435.075**	**1.892.067**	**65.655**	**49.392.797**
Caixa e equivalentes de caixa	78.508	861	120	79.489
Aplicações	41.587.127	486.869	14.569	42.088.565
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.426.543	355.717	-	1.782.260
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	239.199	388.922	-	628.121
Ativos fiscais	1.916.290	26.255	3.779	1.946.324
Intangível	219.854	480.120	38.873	738.847
Outros ativos	1.783.038	152.896	8.314	1.944.248
Passivo	**41.853.852**	**1.165.132**	**5.694**	**43.024.678**
Passivos operacionais	37.434.791	801.240	230	38.236.261
Passivos fiscais	1.183.902	60.046	5.437	1.249.385
Débitos com operações de seguros e resseguros	223.079	281.565	-	504.644
Provisões	2.589.578	10.373	-	2.599.951
Outros passivos	422.502	11.908	27	434.437
Patrimônio líquido	**5.581.223**	**726.935**	**59.961**	**6.368.119**
Atribuível a companhia Caixa Seguridade	2.635.360	356.190	29.381	3.020.931
Atribuível aos demais acionistas	2.945.863	370.745	30.580	3.347.188
Total passivo e patrimônio líquido	**47.435.075**	**1.892.067**	**65.655**	**49.392.797**

d) Reconciliação das Informações Financeiras dos Investimentos

	31/12/2015		
	Controladora		
Descrição	Caixa Seguros	Caixa Holding	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.055.530	-	5.055.530
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.252.848)	-	(1.252.848)
Lucro líquido do período	1.889.344	19.315	1.908.659
Outros resultados abrangentes	(225.606)	136	(225.470)
Outras movimentações	-	363.739	363.739
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	**5.466.420**	**383.190**	**5.849.610**
Percentual de participação societária – %	48,21	100,00	-
Participação nos investimentos	**2.635.360**	**383.190**	**3.018.550**
Ágio	-	-	-
Saldo contábil do investimento no Grupo	**2.635.360**	**383.190**	**3.018.550**

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

	31/12/2015			
	Consolidado			
Descrição	Caixa Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.055.530	669.001	49.931	5.774.462
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.252.848)	-	-	(1.252.848)
Lucro líquido do período	1.889.344	57.270	10.030	1.956.644
Outros resultados abrangentes	(225.606)	663	-	(224.943)
Outras movimentações	-	-	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	**5.466.420**	**726.934**	**59.961**	**6.253.315**
Percentual de participação societária – %	48,210	48,999	49,000	-
Participação nos investimentos	**2.635.360**	**356.190**	**29.381**	**3.020.931**
Ágio	-	(2.483)	-	(2.483)
Saldo contábil do investimento no Grupo	**2.635.360**	**353.709**	**29.381**	**3.018.450**

Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

A Caixa Seguridade S.A. adota como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do IRPJ e da CSLL. Em decorrência dessa opção, a Caixa Seguridade S.A. está sujeita a pagamentos mensais dos tributos com adoção do balancete de suspensão/redução, se preenchidos os requisitos constantes no artigo 230 do Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e nas demais legislações aplicáveis.

I. Valores apresentados na demonstração do resultado da controladora e consolidado:

	Controladora e Consolidado
Descrição	21 de maio a 31 de dezembro
IRPJ e CSLL sobre Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (2)	(42.060)
IRPJ e CSLL sobre resultado de investimentos em participações societárias (1)	(15.947)
Total de Impostos correntes	**(58.007)**

(1) IRPJ com alíquota de 15% e adicional de 10% e CSLL com alíquota de 9%.

I. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado da controladora e consolidado

	Controladora e Consolidado
Descrição	21 de maio a 31 de dezembro
I) Resultado antes de IRPJ e CSLL	**592.833**
IRPJ (alíquota de 25%)	(148.196)
CSLL (alíquota de 9%)	(53.355)
IRPJ e CSLL	**(201.551)**
Efeito das adições/exclusões – IRPJ (25%) e CSLL (9%)	143.544
II) Despesa com IRPJ e CSLL	**(58.007)**
Resultado do Grupo antes do IRPJ e CSLL (I)	**592.833**
III) Total da despesa com IRPJ e CSLL (II)	**(58.007)**
Alíquota efetiva	9,78%
IV) Ativo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)	**28**
Total despesa com IRPJ e CSLL (III) + ativo fiscal diferido (IV)	**(57.979)**

(1) Os efeitos das exclusões decorrem da exclusão do resultado de equivalência patrimonial nos investimentos detidos pela Companhia.

Nota 12 – Valores a Pagar

Os valores a pagar correspondem ao montante R$ 500.000 a serem pagos para a CAIXA, decorrente da redução de Capital Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2015, Conforme Nota 15 – Patrimônio líquido, e os valores a pagar referentes ao ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e Caixa Seguridade.

Nota 13 – Dividendos a Pagar

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 foi calculado conforme quadro abaixo:

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**534.854**
(-) Reserva legal	(26.743)
Base de cálculo de dividendos	**508.111**
Dividendos a pagar (1)	**127.028**

(1) O saldo refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar.

Nota 14 – Provisões e Passivos Contingentes

A Companhia e a Caixa Holding foram constituídas em 21 de maio de 2015 e, até a data destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não são parte em nenhum processo judicial e/ou procedimento administrativo. Dessa forma, não foram reconhecidas nem identificadas pela Companhia provisões e passivos contingentes.

Nota 15 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

A Caixa Seguridade foi constituída com subscrição de R$ 100 e integralização de 100% em espécie. Os aportes de capital relativos à incorporação das participações societárias cindidas da CAIXAPAR alcançaram o montante de R$ 2.763.388 e foram realizados em 30/06/2015, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

Em 30 de dezembro de 2015, Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia aprovou, sem alteração do número de ações, a incorporação da Reserva de Capital ao Capital Social da Companhia no valor de R$ 457.720, que representava as mutações patrimoniais dos ativos cindidos em 30 de junho de 2015 e absorvidos pela Companhia, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

Ainda em 30 de dezembro de 2015, a AGE aprovou a redução de Capital Social no valor de R$ 500.000, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76. O acionista receberá a título de restituição de parte do valor de suas ações o montante de R$ 0,416666 por ação, sendo que a redução de Capital Social se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da AGE, prazo para oposição de credores conforme previsto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76.

O Capital social, no montante de R$ 2.756.687, está dividido em 1.200.000.000 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 3.055.882, corresponde a um valor patrimonial de R$ 2,55 por ação.

b) Participações Acionárias

	31/12/2015	
Acionistas	Ações	% Total
Caixa Econômica Federal	1.200.000.000	100,00
Outros acionistas	-	-
Total	**1.200.000.000**	**100,00**

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

c) Reservas

I. Reserva legal – é constituída em conformidade com a Lei Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 26.743.

II. Reserva de lucros a realizar – é constituída com a parcela do lucro não realizado da Companhia, sendo o resultado positivo da equivalência patrimonial considerado como a parcela do lucro líquido não realizada. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 381.083.

d) Outros Resultados Abrangentes Acumulados

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R$ 108.631 (30 de setembro de 2015 – R$ 87.503), considera o valor absorvido no processo de cisão pela Companhia de R$ 5.174, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais, somado ao resultado abrangente de R$ 103.457 decorrente de ajustes de avaliação patrimonial reflexos de suas investidas, relativos a títulos e valores mobiliários, provenientes majoritariamente da Caixa Seguros Holding S.A.

e) Lucro por Ação

e.1) Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias existentes no fim de cada período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Quadro abaixo demonstra o lucro básico por ação da Companhia:

Controladora / Consolidado	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Lucro atribuível aos acionistas do Grupo – milhares	**534.854**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	1.200.000
Lucro básico por ação – R$	**0,44571**

e.2) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não tem nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas.

Nota 16 – Receitas de Acesso à Rede de Distribuição e Uso da Marca

Foi celebrado entre o Grupo Caixa Seguridade e a CAIXA no dia 30 de junho de 2015, instrumento de outorga de direitos, a partir do qual o Grupo obteve o direito de negociar livremente e receber integralmente as contraprestações financeiras devidas pelas instituições conveniadas pelo direito de acesso à Rede de Distribuição e uso da marca para distribuição e comercialização dos Produtos, sem prejuízo da remuneração devida à CAIXA pela prestação de serviços de distribuição e comercialização dos Produtos, que é pago empresas operacionais.

O quadro abaixo apresenta as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca por Produto de Seguridade:

Descrição	Controladora e Consolidado 21 de maio a 31 de dezembro
Capitalização	5.159
Consórcio	10.344
Previdência	14.207
Seguros – Habitacional	41.904
Seguros – Prestamista	63.457
Seguros – Riscos Diversos (1)	984
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	**136.055**

(1) Vida; Auto; Saúde; Fácil Residencial; Seguro Residencial; Seguro Multirrisco; Seguro Lotérico; Seguro Risco de Engenharia.

Nota 17 – Despesas Administrativas

Descrição	Controladora e Consolidado 21 de maio a 31 de dezembro
Despesas de pessoal	(326)
Remuneração de dirigentes	(1.014)
Infraestrutura	(81)
Controladoria, risco, auditoria e administração de RH	(742)
Outras despesas administrativas	(6)
Total	**(2.169)**

Nota 18 – Despesas Tributárias

O PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são apurados mediante a aplicação das alíquotas previstas na legislação tributária sobre receitas do Grupo (Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003).

A legislação tributária prevê dois regimes de apuração para o PIS e para a COFINS, quais sejam:

I. Cumulativo: obrigatório às pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado, exceto para instituições financeiras e outras, que a legislação tributária estabelece apuração conforme este regime;

II. Não cumulativo: obrigatório às pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas que apuram o IRPJ com base no lucro real. Neste regime há possibilidade de apuração de créditos para dedução da base de cálculo.

As alíquotas também são diferenciadas, conforme a seguir:

I. Regime cumulativo: PIS 0,65% e COFINS 4%;

II. Regime não cumulativo: PIS 1,65% e COFINS 7,6%.

Sobre as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de juros sobre capital próprios (JSCP), a apuração do PIS e da COFINS observa o regime não cumulativo, uma vez que a Companhia se enquadra nesta apuração, conforme a legislação tributária.

	Controladora e Consolidado 21 de maio a 31 de dezembro
Juros sobre o capital próprio (JSCP) sobre investimentos em participações societárias	**52.320**
PIS (1,65%) /COFINS (7,6%)	(4.840)
Subtotal de despesa tributária	**(4.840)**
Receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	**136.055**
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	(12.585)
Subtotal de despesa tributária	**(12.585)**
Rendas de títulos de renda fixa	**1.939**
PIS (0,65%) / COFINS (4,0%)	(90)
Subtotal de despesa tributária	**(90)**
Despesa tributária	**(17.515)**
IOF sobre aplicações financeiras	(3)
Total da despesa tributária	**(17.518)**

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 19 – Partes Relacionadas

a) Entidade Controladora

A Caixa Seguridade foi constituída como subsidiária integral da CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital foi totalmente integralizado pela União.

Dessa forma, a Caixa Seguridade encontra-se sob controle direto da CAIXA e indireto da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

b) Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas) são realizadas no curso das atividades operacionais da Caixa Seguridade e são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

b.1) Controladora

Os saldos de transações existentes com a parte relacionada CAIXA são os valores a pagar de ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e Caixa Seguridade.

Os valores a pagar são registrados no mês de competência e pagos até o 10º dia útil do mês subsequente à formalização ao Grupo. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

b.2) Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas

Os saldos de transações existentes com as partes relacionadas PAN Seguros (controlada em conjunto) e Caixa Seguros (coligada) referem-se aos valores a receber provenientes das receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca dos Produtos de Seguridade recebidas no Grupo Caixa Seguridade. Estes valores estão previstos nas condições contratuais dos acordos operacionais mantidos entre a CAIXA e a Caixa Seguridade.

Os valores a receber são registrados no mês de competência e recebimentos até o 5º dia útil do mês subsequente. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

Em 31 de dezembro de 2015, não havia inadimplência ou *impairment* registrado nos valores a receber de partes relacionadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de valores a receber mencionado acima.

Adicionalmente, o Grupo Caixa Seguridade na condição de acionista direto tem o direito de registrar e receber os dividendos e juros sobre capital próprio oriundos das partes relacionadas Caixa Seguros, PAN Seguros e PAN Corretora, considerando a reestruturação societária destacada na Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

Os dividendos a receber dessas partes relacionadas são pagos no primeiro semestre do exercício subsequente e, portanto, são classificados como ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, não haviam registrados valores em atraso com as partes relacionadas.

b.3) Outras partes relacionadas:

Os saldos e transações existentes com a parte relacionada CAIXAPAR referem-se aos valores a receber decorrentes da participação na Caixa Seguros cindida à Companhia.

Os quadros abaixo apresentam os resultados e os saldos patrimoniais com as partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com as entidades:

Composição dos Resultados Decorrentes de Transações com Partes Relacionadas

Descrição	Controladora/ Consolidado 21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Receitas:	**134.134**
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	**134.134**
Caixa Seguros	134.082
PAN Seguros	52

Composição dos Saldos Patrimoniais Decorrentes de Transações com Partes Relacionadas

	Controladora/Consolidado							
	31/12/2015				30/06/2015			
Descrição	Controladora	Controladas em conjunto/ coligadas	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladas em conjunto/ coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo:	-	**141.846**	**488.025**	**629.871**	-	-	**488.025**	**488.025**
Dividendos a receber:	-	**63.653**	**452.450**	**516.103**	-	-	**452.450**	**452.450**
Caixa Seguros	-	63.653	-	63.653	-	-	-	-
CAIXAPAR	-	-	452.450	452.450	-	-	452.450	452.450
Juros sobre capital próprio a receber:	-	**44.472**	**35.575**	**80.047**	-	-	**35.575**	**35.575**
Caixa Seguros	-	44.472	-	44.472	-	-	-	-
CAIXAPAR	-	-	35.575	35.575	-	-	35.575	35.575
Valores a receber:	-	**33.721**	-	**33.721**	-	-	-	-
Caixa Seguros	-	33.711	-	33.711	-	-	-	-
PAN Seguros	-	10	-	10	-	-	-	-
Passivo:	**501.967**	-	-	**501.967**	-	-	-	-
Valores a pagar:	**501.967**	-	-	**501.967**	-	-	-	-
CAIXA	501.967	-	-	501.967	-	-	-	-
Dividendos a pagar:	**127.028**	-	-	**127.028**	-	-	-	-
CAIXA	127.028	-	-	127.028	-	-	-	-

(1) Dividendos a receber: vide Nota 17 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.

(2) Juros sobre o capital próprio a receber: vide Nota 17 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.

(3) CAIXAPAR: considerada parte relacionada à Caixa Seguridade, tendo em vista tratar-se de entidade sob controle comum da CAIXA (Instituição Financeira).

c) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Até a data base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, a remuneração de Pessoal-Chave da Administração totalizou, no período, R$ 1.014, conforme demonstrado na Nota 17 – Despesas Administrativas.

A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações e nem remuneração variável para o Pessoal-Chave da Administração.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

A perspectiva de desembolso para remuneração global de Pessoal-Chave da Administração para o período compreendido entre 21 de maio de 2015 a 31 março de 2016 é de R$ 3.822, conforme aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, sendo que estas despesas serão reconhecidas quando incorridas.

Nota 20 – Atos societários

Em 26 de junho de 2015, foi aprovado em AGE o aumento de capital da Companhia pela totalidade das ações representativas do capital social da Caixa Holding Securitária S.A. Dessa forma, as demonstrações contábeis levam em consideração os lançamentos contábeis decorrentes desse evento, conforme determinado pela Legislação Societária.

Em 30 de junho de 2015, foi aprovada em AGE a incorporação da parcela cindida de ativos da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, pela Caixa Seguridade Participações S.A. Dessa forma, as demonstrações contábeis levam em consideração os lançamentos contábeis decorrentes dessa aquisição e evento cisão, conforme determinado pela Legislação Societária.

Segue abaixo composição dos valores cindidos e incorporados na data-base de 30 de junho de 2015:

	Cindido	Incorporado
Descrição	**Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR**	**Caixa Seguridade Participações S.A.**
Ativos financeiros	-	**488.025**
JCP e dividendos a receber	-	**488.025**
Caixa Seguros	-	488.025
Participações acionárias (1)	**(2.798.767)**	**2.763.288**
Caixa Seguros	(2.437.271)	2.399.649
PAN Seguros	(336.996)	336.996
PAN Corretora	(24.500)	26.643
Total de ativos	**(2.798.767)**	**3.251.313**
Patrimônio líquido	**(2.798.767)**	**3.251.313**
Capital social(2)	(2.798.767)	2.798.767
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	(5.174)
Reserva de capital(3)	-	457.720
Total do patrimônio Líquido	**(2.798.767)**	**3.251.313**

(1) Cindido: montante cindido da CAIXAPAR em 30/06/2015, conforme Laudos de Avaliação emitidos em 19 e 23 de junho de 2015.

(2) Incorporado: montante incorporado pela Caixa Seguridade em 30/06/2015 contemplando, além do acervo cindido da CAIXAPAR, as variações patrimoniais ocorridas nesse acervo entre a data-base de cada um dos Laudos de Avaliação e 30 de Junho de 2015 (data de incorporação do acervo cindido pela Caixa Seguridade), conforme Laudos de Avaliação emitidos em 19 e 23 de junho de 2015 e Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CAIXAPAR e Incorporação do Acervo Cindido pela Caixa Seguridade emitido em 26/06/2015.

(3) Em 01 de setembro de 2015, a Companhia constituiu Reserva de capital para absorção de parcela correspondente às mutações patrimoniais identificadas no evento de cisão parcial da CAIXAPAR.

Conforme descrito na Nota 15 – Patrimônio líquido, em 30 de dezembro de 2015 a AGE aprovou a incorporação da reserva de capital ao capital social no montante de R$ 457.720 e a redução de Capital Social no valor de R$ 500.000, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, sem alteração na quantidade ou cancelamento de ações.

Nota 21 – Eventos Subsequentes

a) Abertura de Capital

Em 01 de outubro de 2015 o Conselho de Administração da CAIXA optou pela suspensão do processo de Oferta Pública de Ações da Caixa Seguridade Participações S.A. Desta forma, em 02 de outubro de 2015, foi solicitada à CVM a suspensão dos processos oferta pública de ações. A decisão foi tomada considerando as condições desfavoráveis do mercado brasileiro, e o processo de Oferta de Ações será retomado quando for identificada uma janela de oportunidade favorável à Oferta. Os recursos provenientes desta oferta, quando concretizada, serão destinados para a própria acionista, Caixa Econômica Federal.

b) Potencial Alienação da PAN Seguros e PAN Corretora

Conforme divulgado pelo BTG Pactual S.A., quanto à potencial alienação das empresas PAN Seguros e PAN Corretora para o grupo CNP Assurances, a Companhia avalia que, em caso de concretização do negócio, não haverá alteração na relação de controle compartilhado junto às empresas que estão em negociação.

Caixa Seguridade Participações S.A.

Diretoria

Josemir Mangueira Assis
Diretor-Presidente

Aristóteles A. de Menezes Junior
Diretor Executivo

Paulo Henrique Bezerra R. Costa
Diretor Executivo

Thiago Souza Silva
Contador
CRC-018685/O-0 – DF

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Seguridade Participações S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Seguridade Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguridade Participações S.A. e da Caixa Seguridade Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas da Caixa Seguridade Participações S.A. referentes ao período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 29 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: **Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, a execução orçamentária, o Relatório da Administração e a distribuição do resultado da Caixa Seguridade Participações S.A., referentes ao exercício social de 2015.**

O CONSELHO FISCAL DA CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, da execução orçamentária, do Relatório da Administração, incluindo a proposta de destinação do resultado da Caixa Seguridade Participações S.A., relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2016. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília, 24 de março de 2016.

Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Conselheiro

Henriete Alexandra Sartori Bernabe
Conselheira

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Presidente do Conselho Fiscal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.556.669/0001-05
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

Ativo	31/12/2015
Circulante	**100**
Caixa e equivalentes de caixa	100
Não circulante	**383.090**
Investimentos	383.090
Total do ativo	**383.190**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2015
Passivo	-
Patrimônio líquido	**383.190**
Capital social	363.740
Reservas	19.314
Ajuste de avaliação patrimonial	136
Total passivo e patrimônio líquido	**383.190**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais

Descrição	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Receitas operacionais	**19.349**
Resultado de investimentos em participações societárias	19.349
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(34)**
Outras despesas operacionais	(34)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**19.315**
Lucro líquido do período	**19.315**
Quantidade de ações – em milhares	100
Lucro por ação – R$ (Nota 15 (e))	**193,15**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

Demonstração do resultado abrangente	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Lucro líquido do período	**19.315**
Itens passíveis de reclassificação para resultado	
(+/-) Participação nos resultados abrangentes de investidas	136
Resultado abrangente do período	**19.451**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 21 de maio de 2015	**100**	-	-	-	**100**
Aumento de capital (AGE 28/07/2015)	363.640	-	-	-	363.640
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	136	-	136
Lucro líquido do período	-	-	-	19.314	19.316
Constituição de reserva legal	-	965	-	(966)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	18.349	-	(18.349)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**363.740**	**19.314**	**136**	-	**383.190**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO
Em milhares de reais

Demonstração dos fluxos de caixa	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	-
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento	
Aumento de capital	100
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**100**
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**100**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**100**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.556.669/0001-05
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto Operacional e Informações Gerais

A Caixa Holding Securitária Participações S.A. (denominada "Caixa Holding Securitária", "Companhia") é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, podendo criar, instalar e extinguir filiais, sucursais e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável. Foi constituída como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (denominada "CAIXA") em 21 de maio de 2015, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado, tendo por objeto social exclusivo a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 22.556.669/0001-05, tem sua sede localizada no Setor Bancário Sul – SBS, Q. 4, Bloco A, Lote 3/4, Edifício CEF Matriz 1, 19º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

A Caixa Holding Securitária encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 5330001646-1 e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis.

Nota 2 – Reorganizações Societárias

Em abril de 2015, o conselho diretor da CAIXA aprovou a criação das empresas Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade") e Caixa Operadora de Seguros S.A., a fim de promover a reorganização societária no segmento de seguridade da CAIXA. Isto posto, foi realizada a cisão parcial da CAIXAPAR em 30 de junho de 2015, transferindo-se para a Caixa Seguridade os investimentos que possuíam nas suas operações aderência aos objetivos da nova estrutura societária.

Os laudos de cisão perfazem um montante de R$ 2.798.767, composto pelo valor contábil de R$ 2.437.271 provenientes da Caixa Seguros Holding de R$ 24.500 oriundos da PAN Corretora, ambas com data-base de 31 de dezembro de 2014, e pelo valor contábil da PAN Seguros de R$ 336.996, data-base 23 de junho de 2015.

Em 31 de julho de 2015, a Caixa Seguridade Participações S.A. efetuou a integralização na Caixa Holding Securitária das participações referentes aos investimentos na PAN Corretora S.A. de R$ 26.610 e na PAN Seguros S.A. de R$ 336.996.

Descrevemos a seguir as principais participações diretas da Caixa Holding Securitária que compõem essas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas:

a) PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros")

A PAN Seguros, empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela Caixa Holding Securitária e pelo BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. ("BTG Holding"), tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos.

Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG Seguradora").

Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG Seguradora pelo valor de R$ 550.406 e se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. com participação de 99,99%.

Em 19 de junho de 2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros, conforme contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. pelo valor de R$ 336.996.

Em 31 de julho de 2015, a Caixa Seguridade integralizou o total da sua participação na PAN Seguros de 48,99% (R$ 336.996), na sua investida Caixa Holding Securitária.

Os detalhes dos ativos líquidos integralizados e do ágio:

Descrição	31/07/2015
Valor integralizado:	**336.996**
Investimento total	336.996
Valor total:	**336.996**
Participação do valor justo dos ativos líquidos integralizados	227.036
Ágio	109.960

O ágio é atribuível à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da PAN Seguros, em negócios no mercado de seguros, e à sua força de trabalho, que não pode ser reconhecida separadamente como um ativo intangível.

b) Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora")

Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Holding e Caixa Seguridade com as participações de 51% e 49%, respectivamente. Esta empresa tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2014, a CAIXAPAR concluiu a aquisição da participação direta de 49,00% do capital social da PAN Corretora conforme Comunicado de Mercado e após obtenção das aprovações regulatórias.

Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a Caixa Seguridade.

Em 31 de julho de 2015, a Caixa Seguridade integralizou o total da sua participação na PAN Corretora de 49,00% (R$ 26.610), na sua investida Caixa Holding Securitária.

c) Composição dos Investimentos em Participações Societárias, Diretos e Indiretos, da Caixa Seguridade

		% de participação da Companhia
		31/12/2015
Empresa	Descrição	Direta
Caixa Holding Securitária	**A Caixa Holding Securitária tem por objeto social a aquisição de participações societárias em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).**	
PAN Seguros	**Trata-se de uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e em seguros de danos. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.**	**48,99**
PAN Corretora	**Tem por objetivo a administração, orientação e corretagem de: a) seguros dos ramos elementares, b) seguros do ramo de vida e c) planos previdenciários.**	**49,00**

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.556.669/0001-05
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Stantards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os investimentos da Caixa Holding Securitária são avaliados pelo método de equivalência patrimonial ("MEP"), a partir de suas respectivas datas de aquisição ou início das operações no âmbito do conglomerado CAIXA.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração e Diretoria da Caixa Holding Securitária em 31 de março de 2016.

Nota 4 – Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Caixa Holding Securitária.

b) Reconhecimento de Receitas e Despesas

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

O resultado de investimentos em participações societárias é auferido com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), e reconhecido pelo valor da participação societária da Caixa Holding Securitária nos resultados obtidos pelas sociedades investidas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos a baixo risco de mudança no valor.

d) Combinação de Negócios

A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio ("*goodwill*"). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Grupo incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

e) Investimentos em Participações Societárias

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento inclui o ágio, bem como ativos intangíveis identificados na aquisição, se houver, líquido de quaisquer perdas por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos nas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou empreendimentos controlados em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou empreendimentos controlados em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment)*. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment.*

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.556.669/0001-05
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

g) Dividendos Distribuídos e Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

O Grupo poderá a qualquer tempo levantar novas demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários.

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo.

Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo no final do exercício, sendo o valor acima do mínimo obrigatório provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

O valor de dividendos distribuídos acima do mínimo obrigatório deve ser provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

h) Apresentação de Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de acordo com o objeto social e com a prática adotada pela sua única acionista – Caixa Seguridade. Dessa forma, o único segmento identificado pela administração é o de investimento em participações societárias em outras sociedades.

Nota 5 – Pronunciamentos e Leis Recentemente Emitidas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

I. IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

II. IFRS 15 – "Receita de Contratos com Cliente" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Nota 6 – Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, a estimativa contábil resultante raramente será igual aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Definição da Natureza do Relacionamento com as Investidas

I. PAN Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre BTG Pactual holding de Seguros Ltda. e Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), outorgado à Caixa Holding Securitária por ocasião da incorporação desse investimento, essas entidades declaram, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Seguros. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Seguros.

II. PAN Corretora: Conforme consta no Acordo de Sócios e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre Banco BTG Pactual S.A. e Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), essas entidades declaram, outorgado à Caixa Holding Securitária por ocasião da incorporação desse investimento, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Corretora. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Corretora.

O quadro abaixo apresenta o resumo da natureza do relacionamento com as investidas:

	% de participação no capital votante	Natureza do	
Empresas	31/12/2015	Relacionamento	Método de Avaliação
PAN Seguros	48,99	Controle conjunto	MEP
PAN Corretora	49,00	Controle conjunto	MEP

b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Anualmente, é avaliado com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável *(impairment)* do ativo.

Anualmente, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote as premissas.

Nota 7 – Gerenciamento de Riscos

A Caixa Holding Securitária é uma subsidiária integral do Grupo Caixa Seguridade, que entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira.

A Caixa Holding Securitária é uma empresa *holding*, na qual a origem do resultado deve-se, essencialmente, à equivalência patrimonial de suas coligadas e empreendimen-

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.556.669/0001-05
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

tos controlados em conjunto, e a receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios. Portanto, está exposta, principalmente, aos riscos provenientes de obrigações assumidas com terceiros (risco de liquidez) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de mercado).

A gestão de risco é realizada pela governança, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A governança identifica, avalia e protege o Grupo Caixa Seguridade contra os riscos mencionados em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. Cada empreendimento controlado em conjunto e coligada também possui órgãos de governança e gerenciam seus riscos de forma independente, entretanto, tais riscos são mitigados e monitorados por meio da participação de membros indicados do Grupo Caixa Seguridade nas instâncias operacionais e de governança dessas investidas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de exposições de crédito de valores a receber em aberto e de dividendos a receber de partes relacionadas. Assim, o risco de crédito está relacionado aos potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como "caixa e equivalentes de caixa", uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela diretoria de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Caixa Seguridade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e mantenha um nível adequado de crédito disponível no mercado.

Assim, este gerenciamento auxilia o Grupo Caixa Seguridade no cumprimento de suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, atender às necessidades do fluxo de caixa.

c) Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros.

d) Risco de Contrapartes

O Grupo Caixa Seguridade possui, basicamente, um risco de ressarcimento de fluxo de caixa e influência no gerenciamento estratégico em relação a suas contrapartes que leva em consideração os contratos jurídicos firmados e tempo de relacionamento e podem impactar diretamente o fluxo de caixa e as operações do Grupo Caixa Seguridade.

e) Riscos Relacionados aos Investimentos

Os riscos relacionados aos investimentos estão, essencialmente, relacionados à equivalência patrimonial que a Companhia registra proveniente de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Destacamos abaixo os principais riscos e a política de gerenciamento a quais estão expostas as controladas em conjunto e coligadas da Companhia, ressaltando que esses riscos impactam indiretamente o resultado da Companhia via equivalência patrimonial. As informações fornecidas abaixo podem ser encontradas no sítio da SUSEP, na seção "Mercado Supervisionado", "Demonstrações Financeiras", das companhias reguladas por esta autarquia que compõem o grupo Caixa Seguridade.

Nota 8 – Informações por Segmento

A administração da Caixa Holding Securitária entende que todo o seu resultado pertence ao segmento resultados de investimentos em participações societárias.

Nota 9 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2015
Depósitos bancários	100
Total	**100**

Nota 10 – Investimentos em Participações Societárias

a) Movimentação dos Investimentos

	Movimentação dos investimentos					
	30/06/2015	Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	Outras baixas de ativos	31/12/2015
PAN Seguros	336.996	16.577	-	134	-	353.707
PAN Corretora	26.643	2.772	-	-	(34)	29.381
Total	**363.639**	**19.349**	**-**	**134**	**(34)**	**383.088**

I. Conciliação do investimento na PAN Seguros, considerando a alocação dos ativos identificáveis em 30 de junho de 2015:

Descrição	PAN Seguros 100,00%	Participação do Grupo em 30/06/2015 48,99%
Investimento	269.916	132.256
Ágio (1)	229.479	109.960
Canais de distribuição (2)	134.325	65.818
Tributo diferido	59.107	28.962
Total	**692.827**	**336.996**

(1) Considera o ágio pago pela Companhia.
(2) Considera o valor de intangível identificado líquido de amortização no valor de R$ 25.296 e *impairment* de R$ 4.568.

(continua...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.556.669/0001-05
Administrado pela Caixa Econômica Federal – CNPJ 00.360.305/0001-04

b) Composição Sintética dos Resultados dos Investimentos em Participações Societárias

Descrição	Exercício de 2015 PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Receitas da operação	559.715	25.621	585.336
Custos/despesas da operação	(401.297)	-	(401.297)
Margem operacional	**158.418**	**25.621**	**184.039**
Despesas administrativas	(62.720)	(9.052)	(71.772)
Despesas com tributos	(15.990)	(1.847)	(17.837)
Resultado financeiro	45.169	1.948	47.117
Resultado patrimonial	30	-	30
Outras receitas/despesas operacionais	(48.220)	(1.381)	(49.601)
Resultado operacional	**76.687**	**15.289**	**91.976**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(3.307)	-	(3.307)
Resultado antes dos impostos e participações	**73.380**	**15.289**	**88.669**
Imposto de renda	(4.259)	(3.772)	(8.031)
Contribuição social	(3.129)	(1.367)	(4.496)
Participações sobre o resultado	-	(120)	(120)
Participações dos acionistas minoritários	(8.722)	-	(8.722)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**57.270**	**10.030**	**67.300**
Lucro líquido atribuível a companhia Caixa Holding Securitária	**16.577**	**2.772**	**19.349**
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	**40.693**	**7.258**	**47.951**

(1) Considera o resultado atribuível à Caixa Holding Securitária no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015.

c) Composição Sintética dos Elementos Patrimoniais dos Investimentos em Participações Societárias:

Descrição	31/12/2015 PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Ativo	**1.892.067**	**65.655**	**1.957.722**
Caixa e equivalentes de caixa	861	120	981
Aplicações	486.869	14.569	501.438
Crédito das operações com seguros e resseguros	355.717	-	355.717
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	388.922	-	388.922
Ativos fiscais	26.255	3.779	30.034
Intangível	480.120	38.873	518.993
Outros ativos	152.896	8.314	161.210
Passivo	**1.165.132**	**5.694**	**1.170.826**
Passivos operacionais	801.240	230	801.470
Passivos fiscais	60.046	5.437	65.483
Débitos com operações de seguros e resseguros	281.565	-	281.565
Provisões	10.373	-	10.373
Outros passivos	11.908	27	11.935
Patrimônio líquido	**726.935**	**59.961**	**786.896**
Atribuível a companhia Caixa Holding Securitária	356.190	29.381	385.571
Atribuível aos demais acionistas	370.745	30.580	401.325
Total passivo e patrimônio líquido	**1.892.067**	**65.655**	**1.957.722**

d) Reconciliação das Informações Financeiras dos Investimentos

Descrição	31/12/2015 PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	669.001	49.931	718.932
Distribuição de dividendos aos acionistas	-	-	-
Lucro líquido do período	57.270	10.030	67.300
Outros resultados abrangentes	663	-	663
Outras movimentações	-	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	**726.934**	**59.961**	**786.895**
Percentual de participação societária – %	48,999	49,000	-
Participação nos investimentos	**356.190**	**29.381**	**385.571**
Ágio	(2.483)	-	(2.483)
Saldo contábil do investimento no Grupo	**353.709**	**29.381**	**383.090**

Nota 11 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

A Caixa Holding Securitária foi constituída com subscrição de R$ 100 e integralização de 100% em espécie. Os aportes de capital relativos à incorporação das participações societárias cindidas da CAIXAPAR alcançaram o montante de R$ 336.996 e foram realizados em 31/07/2015, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

O Capital social, no montante de R$ 363.740, está dividido em 100.000 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 383.190, corresponde a um valor patrimonial de R$ 3.831,90 por ação.

b) Participações acionárias

Acionistas	31/12/2015 Ações	% Total
Caixa Seguridade	100.000	100,00
Outros acionistas	-	-
Total	**100.000**	**100,00**

c) Reservas

I. Reserva legal – é constituída em conformidade com a Lei Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 965.

II. Reserva de lucros a realizar – é constituída com a parcela do lucro não realizado da Companhia, sendo o resultado positivo da equivalência patrimonial considerado como a parcela do lucro líquido não realizada. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 18.349.

d) Outros resultados Abrangentes Acumulados

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R$ 136 é decorrente de ajustes de avaliação patrimonial reflexos de suas investidas.

e) Lucro por Ação

e.1) Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias existentes no fim de cada período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Quadro abaixo demonstra o lucro básico por ação da Companhia:

Controladora / Consolidado	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Lucro atribuível aos acionistas do Grupo – milhares	**19.315**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	100
Lucro básico por ação – R$	**193,15**

e.2) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não tem nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas.

Caixa Holding Securitária Participações S.A.

Diretoria

Josemir Mangueira Assis
Diretor-Presidente

Paulo Henrique Bezerra R. Costa
Diretor Executivo

Thiago Souza Silva
Contador
CRC-018685/O-0 – DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.
I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.
Ficam desde já convocados os acusados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.
Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.
PAS CVM Nº 12/2013 - FAPA Complementar
Data: 24.05.2016 - terça-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Gustavo Borba
Procuradora: Luciana Alves
Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apuração de eventuais irregularidades no cumprimento das regras de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, no período compreendido entre janeiro de 2002 a dezembro de 2007, por parte das corretoras investigadas no Inquérito Administrativo nº 14/2010.

Acusados	Advogados
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Julian Fonseca Peña Chediak OAB/RJ nº 78.241
Ricardo Miguel Stabile	Julian Fonseca Peña Chediak OAB/RJ nº 78.241
Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda.	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ nº 38.730
SLW Corretora de Valores Mobiliários Ltda.	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ nº 28.559
Pedro Sylvio Weil	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ nº 28.559

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2016.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de abril de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/11941
NORMAS AUDITORES INDEPENDENTES
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de NORMAS AUDITORES INDEPENDENTES E RICARDO DE SOUZA MEDEIROS por descumprimento dos itens 32, 33, "a", "b" e "c", 34 e 43, 'b.i' da Resolução CFC nº 1.323/11 e consequentemente ao art. 20 da Instrução CVM nº 308/99, quando da execução dos procedimentos de Revisão Externa de Qualidade pelos pares do exercício de 2012 (ano-base 2011) que se exerceram sobre a IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS (Auditor-Revisado).
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para apresentação de defesas.

Acusados	Advogados
Normas Auditores Independentes	Não constituiu advogado
Ricardo de Souza Medeiros	Não constituiu advogado

Trata-se de nova solicitação de prorrogação de prazo formulada pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.
Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 30/05/2016, para todos os acusados no processo.

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 3 DE MAIO DE 2016

Nº 14.992 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LEONEL MAXIMILIANO SALOMON, CPF nº 011.624.900-55, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 14.993 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MÁRIO CANDIDO DE AVELAR FERNANDES FILHO, CPF nº 310.741.248-12, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 14.994 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza SÉRGIO SERRANO DE LIMA, CPF nº 791.070.877-72, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 14.995 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RONAN GRINGS, CPF nº 022.552.011-78, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 14.996 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza SAMY OSMO JUNIOR, CPF nº 104.076.397-99, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 14.997 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a JULIANA BRAGA PENTAGNA GUIMARAES PASSOS, CPF nº 007.616.586-88, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 14.998 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a NOOR ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 04.957.562, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 14.999 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCELO MANEO DE OLIVEIRA, CPF nº 043.669.678-98, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.000 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MERCAANTE INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 68.607.563, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.001 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a GUSTAVO DANEMBERG LUTFI, CPF nº 003.887.807-03, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.002 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FATOR CAPITAL LTDA, CNPJ nº 000.173.548, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.004 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a CÉSAR VEIGA DE GUIMARÃES, CPF nº 455.133.921-00, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.005 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MINÚCIA ASSESSORIA FINANCEIRA E CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 12.428.065, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.006 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a GERALDO SALES MARINHO, CPF nº 487.971.627-87, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.007 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LUCE RISK CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA, CNPJ nº 19.832.876, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.008 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a ADVIS CONSULTORIA FINANCEIRA, CNPJ nº 12.983.542, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Sobreloja, Edifício Alvorada, Brasília - DF.
OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.
3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
1 - Processo nº: 11080.722655/2010-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA
2 - Processo nº: 10980.007621/2003-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HERBARIUM LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA.
Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
3 - Processo nº: 10907.002837/2004-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRF S/A (anterior SADIA S.A.)
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
4 - Processo nº: 10680.013341/2003-48 - Recorrente: MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
5 - Processo nº: 10875.000621/99-99 - Recorrentes: TOYOBO DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TOYOBO DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10314.004264/2002-22 - Recorrente: RHODIA POLIAMIDA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
7 - Processo nº: 10845.001920/96-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAIA LOGÍSTICA LTDA.
8 - Processo nº: 10283.004579/99-17 - Recorrente: PRITEFISA TECELAGEM DE FIOS SINTÉTICOS DA AMAZÔNIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.726891/2011-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BAYONNE COSMÉTICOS LTDA.
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
10 - Processo nº: 10314.722059/2012-14 - Recorrente: DAY BY DAY COMERCIAL DE COUROS E IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16327.000646/2004-86 - Recorrente: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
12 - Processo nº: 12466.002351/2008-22 - Recorrente: SERVER COMPANY COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 12466.001478/2007-43 - Recorrente: SERVER COMPANY COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
14 - Processo nº: 16327.001128/2010-28 - Recorrente: CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CAMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 16327.721734/2011-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Relator: DEMES BRITO
16 - Processo nº: 16327.001307/2010-65 - Recorrente: CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
17 - Processo nº: 18471.001642/2004-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IBM BRASIL - INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA
Relator: DEMES BRITO
18 - Processo nº: 16643.000121/2010-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NESTLÉ BRASIL LTDA.
19 - Processo nº: 10880.720012/2011-19 - Recorrente: G2C GLOBOSAT COMERCIALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
20 - Processo nº: 16643.000404/2010-58 - Recorrente: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DEMES BRITO
21 - Processo nº: 16327.002175/2007-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERBRAZIL SEGURADORA S/A - EM LIQUIDAÇÃO
Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
22 - Processo nº: 13805.007785/96-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA.
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
23 - Processo nº: 13808.002378/00-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE NÍVEL MÉDIO COOPERPLUSMED 11
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: DEMES BRITO
24 - Processo nº: 15586.001586/2010-43 - Recorrente: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 16004.720516/2012-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRO SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
26 - Processo nº: 10830.004030/2005-99 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
27 - Processo nº: 18088.720015/2012-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PREDILECTA ALIMENTOS LTDA.
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
28 - Processo nº: 19515.002015/2004-72 - Recorrente: HOLCIM (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10380.009928/2004-18 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
30 - Processo nº: 18471.001027/2006-32 - Recorrente: SIMAB SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DEMES BRITO
31 - Processo nº: 10283.006468/2004-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA.
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
32 - Processo nº: 13055.000084/2006-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MÓVEIS K1 LTDA.
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
33 - Processo nº: 16327.000963/2009-15 - Recorrente: BANCO FIBRA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
34 - Processo nº: 19515.007790/2008-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SIEMENS LTDA.
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
35 - Processo nº: 10725.720213/2011-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA.
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
36 - Processo nº: 10725.720380/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSOCEAN BRASIL LTDA.
37 - Processo nº: 10725.720282/2010-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SBM FRADE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
38 - Processo nº: 19396.720004/2011-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAN MARINE DO BRASIL LTDA.
39 - Processo nº: 19396.720002/2011-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA.
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
40 - Processo nº: 19396.720003/2011-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA.
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
41 - Processo nº: 10074.001547/2009-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EISA - ESTALEIRO ILHA S/A
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
42 - Processo nº: 10508.000537/2005-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARGILL AGRÍCOLA S/A
Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
43 - Processo nº: 10209.000533/2003-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBRAS ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
44 - Processo nº: 10074.000655/2006-71 - Recorrente: TERMORIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
45 - Processo nº: 10830.001250/94-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNILEVER BRASIL LTDA.
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
46 - Processo nº: 19515.003210/2003-39 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10611.720601/2011-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AIDC TECNOLOGIA LTDA.
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
48 - Processo nº: 11128.002195/2002-82 - Recorrentes: TRANSORPE - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TRANSORPE - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
49 - Processo nº: 12689.000783/99-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KORDSA-DUPONT SUDAMÉRICA S.A.
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
50 - Processo nº: 13854.000308/97-61 - Embargante: CARGILL AGRÍCOLA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10675.001816/00-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: BRASPELCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
52 - Processo nº: 10314.002758/96-17 - Embargante: CONSELHEIRO CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Relator: DEMES BRITO
53 - Processo nº: 10730.000991/86-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: COMPANHIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES - CCN
54 - Processo nº: 13005.001308/2001-63 - Embargante: DRF EM SANTA CRUZ DO SUL/RS - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA.
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
55 - Processo nº: 10640.000474/2005-92 - Embargante: DRF EM JUIZ DE FORA/MG - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: CURSO GRÁFICA E EDITORA BMW LTDA. - ME
56 - Processo nº: 10850.001860/99-26 - Embargante: CONSELHEIRO CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: TIGRINHO AUTO POSTO LTDA.
57 - Processo nº: 10814.008214/98-45 - Embargante: TRANSPORTE E COMÉRCIO FASSINA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
58 - Processo nº: 10725.001211/2003-07 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 3ª TURMA/CSRF e Interessada: COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
Relator: DEMES BRITO
59 - Processo nº: 11516.001192/2007-62 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
60 - Processo nº: 10830.013341/2009-72 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10380.014804/2008-88 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
62 - Processo nº: 13056.000441/2003-69 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13056.000610/2003-61 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
64 - Processo nº: 13766.000789/2002-69 - Recorrente: PROVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10665.001234/2002-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NACIONAL DE GRAFITE LTDA.
Relatora: ÉRIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
66 - Processo nº: 13983.000081/2001-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRF S/A (anterior SADIA S.A.)
67 - Processo nº: 13983.000081/2003-24 - Recorrentes: BRF S/A (anterior SADIA S.A.) e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BRF S/A (anterior SADIA S.A.) e FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10925.000723/2005-53 - Recorrentes: BRF S/A (anterior SADIA S.A.) e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BRF S/A (anterior SADIA S.A.) e FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
69 - Processo nº: 13984.001510/2005-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MADEPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.
70 - Processo nº: 13984.001511/2005-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MADEPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.
Relator: DEMES BRITO
71 - Processo nº: 11831.000151/99-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISBRASA DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE VEÍCULOS LTDA.
Relatora: ÉRIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
72 - Processo nº: 10875.001819/99-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOYAMA TURISMO LTDA.
73 - Processo nº: 10980.008589/00-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
74 - Processo nº: 10865.002353/2007-11 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
75 - Processo nº: 10580.001886/98-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA.
76 - Processo nº: 10830.007499/97-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.
77 - Processo nº: 13975.000101/2002-85 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13975.000103/2002-74 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13975.000469/2002-43 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
80 - Processo nº: 13811.000112/99-81 - Recorrente: COMPO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
81 - Processo nº: 11610.019569/2002-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA.
82 - Processo nº: 10508.000740/99-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Sobreloja, Edifício Alvorada, Brasília - DF.
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 12:00 HORAS
Relator: DEMES BRITO
1 - Processo nº: 16327.720694/2012-02 - Recorrente: BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (BRASIL), S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
2 - Processo nº: 15504.730283/2013-47 - Recorrente: BANCO BMG S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16682.721112/2011-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente da 3ª TURMA

CLEUZA TAKAFUJI
Secretária da 3ª Turma

3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal
OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.
3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO
1 - Processo nº: 10945.001877/2005-24 - Recorrente: AGRÍCOLA HORIZONTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10907.000678/2004-74 - Recorrente: BSD COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 19515.000345/2004-23 - Recorrente: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13971.720240/2011-50 - Recorrente: BUETTNER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
5 - Processo nº: 17878.000003/2007-10 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMÁTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13609.000081/2006-44 - Recorrente: EXPRESSO SANTA LUZIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 15983.001406/2008-26 - Recorrente: TRANSPORTES SANCAP S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 19515.002695/2010-72 - Recorrente: SP ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10111.720445/2014-10 - Recorrente: RBS GRÁFICA E EDITORA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
10 - Processo nº: 10925.002953/2007-19 - Recorrente: RENAR MAÇÃS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10925.002957/2007-05 - Recorrente: RENAR MAÇÃS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10831.012175/2001-20 - Recorrente: MAHLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
13 - Processo nº: 10907.001603/2004-19 - Recorrente: BRF S.A (anterior SADIA S.A.) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14 - Processo nº: 10980.010265/98-70 - Recorrente: COMERCIAL MADEIREIRA ODESSA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
15 - Processo nº: 10283.720059/2010-22 - Recorrente: SALDANHA RODRIGUES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10314.005253/2005-11 - Recorrente: BITRON DO BRASIL COMPON ELETROMECÂNICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10882.002595/2008-79 - Recorrente: AGENDAS POMBO-LEDIBERG LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO
18 - Processo nº: 13502.000843/2009-43 - Recorrente: CATA TECIDOS E EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13502.000845/2009-32 - Recorrente: CATA TECIDOS E EMBALAGENS INDUSTRIAIS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10480.723254/2010-88 - Recorrente: CENTAURO SOLUCOES EM IMPRESSOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10660.003167/2005-25 - Recorrentes: MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11543.002036/2006-19 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11543.003126/2003-76 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
24 - Processo nº: 10183.004790/2006-59 - Recorrentes: ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA.
25 - Processo nº: 10240.721248/2011-08 - Recorrente: MARQUES E RODOLFO & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10480.720023/2010-12 - Recorrente: UNA ENERGÉTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11051.720039/2012-18 - Recorrente: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11128.007389/2006-06 - Recorrente: MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
29 - Processo nº: 11128.002743/2002-74 - Recorrente: RHODIA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11128.006723/2004-34 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 16327.000900/2009-51 - Recorrente: ING BANK N V e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
32 - Processo nº: 13053.000910/2008-84 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13005.001286/2009-99 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
34 - Processo nº: 10660.001812/2005-75 - Recorrente: EXPRINSUL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11762.720084/2013-29 - Recorrente: EMINÊNCIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 19515.000764/2004-65 - Recorrente: VPS IND. E COM. DE JÓIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15563.720137/2013-17 - Recorrente: MAXXI BEVERAGE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO
38 - Processo nº: 15578.000246/2008-80 - Recorrente: CUSTÓDIO FORZZA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 15586.000089/2011-17 - Recorrente: CUSTÓDIO FORZZA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10508.720658/2013-15 - Recorrente: DALNORDE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10314.725282/2014-85 - Recorrente: INDÚSTRIAS DE PAPEL R RAMENZONI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
42 - Processo nº: 19515.722314/2012-37 - Recorrente: PANORAMA FUNDIÇÃO DE METAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 12466.000693/2007-27 - Recorrentes: TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 12466.002299/2007-23 - Recorrente: TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 16327.000370/2006-06 - Recorrente: DIAS DE SOUZA - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
46 - Processo nº: 10611.721673/2011-23 - Recorrentes: BOISSE BRASIL IMPORTAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BOISSE BRASIL IMPORTAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11829.720033/2014-66 - Recorrente: CAMPCENTER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUICAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10516.000018/2010-35 - Recorrentes: HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
49 - Processo nº: 10494.000648/99-75 - Recorrente: ARTECOLA QUÍMICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11128.000550/2001-06 - Recorrente: METACHEM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 19311.720027/2013-60 - Recorrente: OURO GLASS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS REFORÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
52 - Processo nº: 10665.722021/2014-23 - Recorrente: FERDIL INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E CONSULTORIA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10665.722022/2014-78 - Recorrente: FERDIL INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E CONSULTORIA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO
54 - Processo nº: 11829.720008/2013-00 - Recorrente: JOSÉ PAULO FERRAZ DO AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 12466.720558/2014-21 - Recorrente: MELTEX AOY COMÉRCIO DE MANUFATURADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10909.720325/2012-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MET IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
57 - Processo nº: 19396.720016/2014-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLUKE SUBSEA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
58 - Processo nº: 10665.901443/2008-15 - Recorrente: CIA SIDERÚRGICA LAGOA DA PRATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19740.000325/2007-31 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES - FAPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11020.000273/2005-55 - Recorrente: RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10283.720060/2014-81 - Recorrente: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
62 - Processo nº: 11065.000890/2009-68 - Recorrente: JOLLY COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10508.000625/2011-85 - Recorrente: LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
64 - Processo nº: 10860.721195/2014-62 - Recorrentes: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 19515.004227/2009-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLASTRAVELI COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS LTDA.
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
66 - Processo nº: 10945.720325/2013-29 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRÍCOLAS SUL AMÉRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10945.721076/2012-16 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRÍCOLAS SUL AMÉRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10945.721074/2012-19 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRÍCOLAS SUL AMÉRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10945.721075/2012-63 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRÍCOLAS SUL AMÉRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10945.721073/2012-74 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRÍCOLAS SUL AMÉRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO
71 - Processo nº: 11080.729814/2012-45 - Recorrente: MP ACESSÓRIOS DE MODA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10783.720028/2007-35 - Recorrente: TEC IMPORTS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 15504.019621/2009-18 - Recorrente: LEMOS E RAGO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
74 - Processo nº: 13502.720656/2012-85 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11516.722941/2013-37 - Recorrentes: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11516.724153/2013-85 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13804.008106/2002-18 - Recorrente: CASA FORTALEZA COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15889.000505/2008-69 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS BARIRI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11080.732075/2013-50 - Recorrente: LAPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 19515.003576/2005-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOUSANO INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA.
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
81 - Processo nº: 15165.000020/2009-11 - Recorrentes: MERCOTEX DO BRASIL LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MERCOTEX DO BRASIL LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10783.721299/2013-56 - Recorrente: MILANEZI CAFÉ EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
83 - Processo nº: 10665.000836/2010-24 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 12749.000014/2009-13 - Recorrente: RHENEN DO BRASIL - INDÚSTRIA DE MOLAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
85 - Processo nº: 10735.001831/2005-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BOTAFOGO LTDA.
86 - Processo nº: 16682.721118/2012-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DROGARIAS PACHECO S/A
87 - Processo nº: 16024.000493/2008-13 - Recorrente: H.B. FULLER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO
88 - Processo nº: 11487.720002/2012-61 - Recorrente: LUMAG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MATERIAL GRAFICO EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10611.001042/2009-70 - Embargante: SMS SIEMAG EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
90 - Processo nº: 10882.002754/2010-50 - Recorrentes: VIX COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: VIX COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME
91 - Processo nº: 19515.720539/2014-11 - Recorrente: GRAN PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10865.722963/2014-55 - Recorrente: INDÚSTRIAS DE PAPEL R RAMENZONI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 19515.003538/2005-17 - Recorrente: STILGRAF ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15868.000174/2010-20 - Recorrente: BASF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 12466.002432/2006-61 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10830.720246/2009-29 - Recorrentes: MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11829.000006/2009-14 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
98 - Processo nº: 16561.720083/2012-83 - Recorrente: SARA LEE CAFÉS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
99 - Processo nº: 10120.005927/2003-84 - Recorrente: SANEAMENTO DE GOIÁS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
100 - Processo nº: 19515.001412/2010-75 - Recorrente: LORENPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10218.000228/2007-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VALE S.A.
102 - Processo nº: 15374.918375/2009-01 - Recorrente: SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 15374.918376/2009-48 - Recorrente: SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

104 - Processo nº: 15374.928832/2009-68 - Recorrente: SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 15374.928834/2009-57 - Recorrente: SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
Presidente da 1ª Turma

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Chefe da Secretaria da 2ª Câmara

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, 4ª andar, Sala 401, Brasília - Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
1 - Processo nº: 10983.721188/2013-93 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11516.720812/2013-12 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11516.722096/2013-08 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
4 - Processo nº: 10209.000236/2003-14 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
5 - Processo nº: 19515.722140/2012-11 - Recorrente: VERDURAMA COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
6 - Processo nº: 11080.007198/2004-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELEVA ALIMENTOS S/A
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
7 - Processo nº: 11020.005229/2008-84 - Recorrente: ARTES METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10314.720711/2011-85 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: KEIPER DO BRASIL LTDA
9 - Processo nº: 16349.000061/2008-31 - Recorrente: PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSP. COM. COMB. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSÉ BARROSO RIOS
10 - Processo nº: 10680.012301/00-29 - Recorrente: TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS S/A TELEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES
11 - Processo nº: 13971.002579/2010-90 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
12 - Processo nº: 15586.720704/2014-40 - Recorrente: VIX LOGÍSTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10840.720741/2009-19 - Recorrente: BRASIL SALOMÃO E MATTHES ADVOCACIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
14 - Processo nº: 16511.720521/2013-80 - Embargante: MN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10650.001061/2005-14 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRADA MÁRCIO CANUTO NATAL
16 - Processo nº: 10840.004396/2003-87 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES
17 - Processo nº: 10830.003523/98-58 - Embargante: FIELD'S COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
18 - Processo nº: 13826.000312/99-10 - Recorrente: DROGARIA AZUL DE PARAGUAÇU LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSÉ BARROSO RIOS
19 - Processo nº: 15504.729713/2014-69 - Recorrente: SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
20 - Processo nº: 10845.002030/97-14 - Recorrente: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11516.722478/2011-61 - Recorrente: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10980.725774/2010-94 - Recorrentes: BONYPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BONYPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
23 - Processo nº: 10865.721780/2014-12 - Recorrente: SUPERPACK INDÚSTRIA DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRADA MÁRCIO CANUTO NATAL
24 - Processo nº: 16095.720242/2013-74 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10830.727274/2012-72 - Recorrentes: ULTRAPAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ULTRAPAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES
26 - Processo nº: 10835.002054/92-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AÇUCAREIRA QUATÁ S/A
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
27 - Processo nº: 10711.007729/2009-91 - Recorrentes: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES
28 - Processo nº: 12897.000383/2009-02 - Recorrente: BRASCAN IMOBILIÁRIA INCORPORAÇÕES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSÉ BARROSO RIOS
29 - Processo nº: 12466.003700/2007-42 - Recorrente: VERYCOM COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 12466.004334/2006-68 - Recorrente: MTRADING COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
31 - Processo nº: 10314.729220/2012-81 - Recorrente: AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTACAO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10314.729219/2012-56 - Recorrente: AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
33 - Processo nº: 12457.725798/2014-21 - Recorrente: TRANSPORTADORA BINACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10907.721226/2013-11 - Recorrente: TRANSPORTADORA BINACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11131.720573/2012-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TUCKER ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PETROLÍFEROS LTDA
36 - Processo nº: 11128.007396/2006-08 - Recorrente: AKZO NOBEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
37 - Processo nº: 19515.002152/2006-79 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES
38 - Processo nº: 10580.730133/2013-15 - Recorrentes: BOMPREÇO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BOMPREÇO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
39 - Processo nº: 12585.720067/2013-42 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
40 - Processo nº: 11516.002226/2007-36 - Recorrente: ASB PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRADA MÁRCIO CANUTO NATAL
41 - Processo nº: 14098.720078/2012-69 - Recorrente: AM2 DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
42 - Processo nº: 10467.900159/2014-14 - Recorrente: PREMIER DIST. DE VESTUÁRIOS CALÇADOS EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
43 - Processo nº: 16095.000706/2009-46 - Recorrente: TRANSPORTADORA TEGON VALENTI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
44 - Processo nº: 10480.725293/2011-09 - Recorrente: TOTAL DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES
45 - Processo nº: 13502.721223/2014-17 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 14041.000244/2004-52 - Recorrentes: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A e FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 15540.000643/2010-01 - Recorrentes: ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO E FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSÉ BARROSO RIOS
48 - Processo nº: 11020.723222/2014-96 - Recorrente: VOGES METALURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10768.901842/2006-66 - Embargante: NUMERAL 80 PARTICIPACOES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10768.901845/2006-08 - Embargante: NUMERAL 80 PARTICIPACOES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10768.901846/2006-44 - Embargante: NUMERAL 80 PARTICIPACOES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
52 - Processo nº: 10950.907126/2009-78 - Recorrente: USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10950.907127/2009-12 - Recorrente: USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10950.907457/2009-16 - Recorrente: USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10950.907458/2009-52 - Recorrente: USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10950.907459/2009-05 - Recorrente: USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRADA MÁRCIO CANUTO NATAL
57 - Processo nº: 13830.001124/2002-51 - Recorrente: RAIZEN TARUMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13726.000478/00-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TERRAPLENAGEM IGARAPAVA LTDA - ME

ANDRADA MÁRCIO CANUTO NATAL
Presidente da 1ª Turma

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe da Secretaria da 3ª Câmara

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, 4º andar, Sala 402, Brasília - Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: RICARDO PAULO ROSA
1 - Processo nº: 13884.902375/2012-00 - Recorrente: EMBRAER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13884.902378/2012-35 - Recorrente: EMBRAER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
3 - Processo nº: 12782.000011/2010-07 - Recorrente: TDC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10803.000071/2009-67 - Recorrente: MUDE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO
5 - Processo nº: 12782.000008/2010-85 - Recorrente: BRASTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA
6 - Processo nº: 10925.720202/2014-15 - Recorrentes: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10925.720942/2014-43 - Recorrentes: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA
8 - Processo nº: 19740.000450/2006-61 - Recorrente: FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 19740.000451/2006-13 - Recorrente: FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11131.720866/2013-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.
11 - Processo nº: 10921.000265/2005-92 - Recorrente: D"BORBA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: WALKER ARAÚJO
12 - Processo nº: 10074.720670/2014-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
13 - Processo nº: 15165.720077/2015-89 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10850.907339/2009-28 - Recorrente: RODOBENS PRESTADORA DE SERVIÇOS E INTERMEDIAÇÃO DE VENDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11624.720020/2013-11 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: LENISA RODRIGUES PRADO
16 - Processo nº: 10840.901497/2011-16 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11762.720111/2013-63 - Recorrente: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
18 - Processo nº: 15563.000468/2010-86 - Recorrente: NÚCLEO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL - SALUTE SOCIALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO
19 - Processo nº: 10073.001500/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MA AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
20 - Processo nº: 10909.720691/2012-33 - Recorrente: MAFER IND. E COM. DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAÚJO
21 - Processo nº: 10831.013447/2004-51 - Recorrente: COMERCIAL DE CAFÉ E CEREAIS NR LTDA - ME. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 16327.720777/2012-93 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: WALKER ARAÚJO
23 - Processo nº: 11829.720016/2013-48 - Recorrente: HIGH-TECH IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DO BRASIL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11829.720025/2013-39 - Recorrente: HIGH-TECH IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DO BRASIL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LENISA RODRIGUES PRADO
25 - Processo nº: 10920.004709/2007-31 - Recorrente: CORPORAL CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11020.721438/2012-55 - Recorrente: CALÇADOS MOLLINO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11080.004864/2003-25 - Recorrente: ALLENGE REFRIGERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10730.900968/2008-11 - Recorrente: CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA FORUM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 19991.000531/2009-51 - Recorrente: ADECOAGRO COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 15956.000250/2009-74 - Recorrente: ANDRADE AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
31 - Processo nº: 13971.005208/2009-26 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13971.005209/2009-71 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13971.005206/2009-37 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13971.005203/2009-01 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13971.005204/2009-48 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13971.005207/2009-81 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13971.005193/2009-04 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13971.005194/2009-41 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13971.005195/2009-95 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13971.005198/2009-29 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13971.005200/2009-60 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13971.005201/2009-12 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13971.001474/2005-56 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE
44 - Processo nº: 11762.720126/2013-21 - Recorrente: MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO
45 - Processo nº: 13161.001370/2007-48 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13161.001369/2007-13 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13161.001371/2007-92 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13161.001382/2007-72 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13161.001381/2007-28 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13161.001380/2007-83 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13161.001373/2007-81 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13161.001950/2007-35 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13161.001939/2007-75 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13161.001953/2007-79 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13161.001940/2007-08 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13161.001952/2007-24 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13161.001941/2007-44 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13161.001799/2008-16 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13161.001797/2008-27 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13161.001787/2008-91 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13161.001786/2008-47 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13161.001782/2008-69 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13161.001798/2008-71 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13161.001796/2008-82 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13161.001788/2008-36 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE
66 - Processo nº: 10925.720088/2013-34 - Recorrentes: ANG COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ANG COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAÚJO
67 - Processo nº: 10680.000735/2005-06 - Recorrentes: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A USIMINAS e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A USIMINAS e FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.000734/2005-53 - Recorrentes: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A USIMINAS e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A USIMINAS e FAZENDA NACIONAL
Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA
69 - Processo nº: 10880.723861/2013-88 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10825.720413/2010-44 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.661366/2012-97 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.661367/2012-31 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.904876/2013-45 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.904877/2013-90 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.904878/2013-34 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.904879/2013-89 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.904880/2013-11 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15892.720005/2014-36 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10880.723245/2014-16 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
80 - Processo nº: 10980.003893/2005-25 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10980.003894/2005-70 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

RICARDO PAULO ROSA
Presidente da 2ª Turma

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe da Secretaria da 3ª Câmara

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 4 de maio de 2016

Nº 70 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 261ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 3 de maio de 2016, foram celebrados os seguintes Convênios ICMS:

CONVENIO ICMS 36, DE 3 DE MAIO DE 2016

Estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do §1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira Nas operações interestaduais realizadas entre os Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e do Paraná e o Distrito Federal, com desperdícios e resíduos, inclusive a sucata, dos metais cobre, níquel, chumbo, zinco, estanho e alumínio, e quaisquer outras mercadorias classificadas respectivamente nas subposições NCM/SH 7404.00, 7503.00, 7802.00, 7902.00, 8002.00, 7602.00, bem como alumínio em formas brutas, alumínio não ligado, ligas de alumínio, inclusive a granalha de alumínio e quaisquer outras mercadorias classificadas na posição NCM/SH 7601, fica atribuída ao estabelecimento industrializador destinatário, na condição de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pelo pagamento do ICMS devido em relação às operações antecedentes.

§ 1º A base de cálculo do imposto é o valor da operação de que decorrer a saída do estabelecimento do substituído, acrescido, quando for o caso, do valor do transporte.

§ 2º O imposto devido, relativamente às operações interestaduais, deverá ser recolhido mensalmente em favor da unidade federada de origem, até o décimo dia do mês subsequente ao da entrada do produto no estabelecimento industrial, mediante Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE ou outro documento de arrecadação autorizado na legislação da unidade federada remetente.

§ 3º Para o recolhimento de que trata o § 2º, a unidade federada remetente poderá exigir a inscrição do estabelecimento industrializador destinatário.

§ 4º O disposto neste convênio não se aplica nas operações com alumínio em formas brutas, alumínio não ligado, ligas de alumínio, inclusive granalha de alumínio e quaisquer outras mercadorias classificadas na posição NCM/SH 7601, nas seguintes hipóteses:

I - remessa para industrialização por conta e ordem do remetente;

II - operação for originada no Estado de Minas Gerais, quando o remetente estiver credenciado para este fim, observada a forma, prazos e condições previstos em ato normativo da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

§ 5º A não aplicação deste convênio, na hipótese prevista no inciso II do § 4º, fica condicionada à prévia divulgação pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, em sua página na internet, da relação dos contribuintes devidamente credenciados.

Cláusula segunda Nas operações interestaduais realizadas entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo com os produtos classificados nos capítulos 74, 75, 76, 78, 79 e 80 da NCM/SH, fica autorizada a fiscalização no estabelecimento da unidade federada remetente, pelo fisco da unidade federada de destino.

Cláusula terceira A fiscalização do estabelecimento remetente será exercida, conjunta ou isoladamente, pelas unidades da Federação envolvidas nas operações, condicionando-se a do Fisco da unidade da Federação de destino a credenciamento prévio na Secretaria da Fazenda, Economia ou Finanças da unidade federada do estabelecimento a ser fiscalizado.

§ 1º O credenciamento prévio previsto nesta cláusula será dispensado quando não atendido o pedido de credenciamento realizado pelo estado de destino das mercadorias pela segunda vez em pedidos concomitantes e realizados no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º No caso do item anterior, deverá ser emitido comunicado formal à Secretaria da Fazenda da localidade do contribuinte, o qual deverá conter, além da precisa identificação do contribuinte:

I - a identificação das solicitações não atendidas anteriormente;

II - a data e hora da visita que será realizada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;

III - a identificação das autoridades fiscais que realizarão as visitas.

§ 3º Em qualquer situação, caso a presença física da autoridade fiscal do fisco de destino das mercadorias junto ao contribuinte remetente transcorra sem a presença da autoridade fiscal do Estado onde se encontra situado, a fiscalização do Estado de destino das mercadorias deverá:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - determinar a presença das suas autoridades ao estabelecimento do contribuinte, situação que deverão ser franqueadas as instalações da empresa à autoridade fiscal presente;

II - manter em site institucional da Secretaria da Fazenda informação disponível ao contribuinte que contenha identificação dos Agentes Fiscais designados para a ação fiscal e a designação dos trabalhos, de forma que o contribuinte possa certificar-se da regularidade da ação, bem como da identificação dos agentes.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor no primeiro dia do segundo mês subsequente a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 37, DE 3 DE MAIO DE 2016

Altera o Convênio ICMS 133/08, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com produtos nacionais e estrangeiros destinados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira O inciso I da cláusula segunda do Convênio ICMS 133/08, de 05 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - com isenção, tributação com alíquota zero ou não incidência do Imposto de Importação e IPI;".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 38, DE 3 DE MAIO DE 2016

Autoriza o Estado do Piauí a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária, e a concederem parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira Fica o Estado do Piauí autorizado a instituir programa de recuperação de créditos tributários destinado a dispensar ou reduzir multas, juros e demais acréscimos legais relacionados com o ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio.

§ 1º O débito será consolidado na data do pedido de ingresso no programa, com todos os acréscimos legais previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º As disposições deste convênio também se aplicam aos parcelamentos em curso.

Cláusula segunda O débito consolidado poderá ser pago com redução:

I - de até 100 % (cem por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias, se recolhido até 30 de junho de 2016;

II - de 80% (oitenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias, em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III - de 60% (sessenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

IV - de 40% (quarenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em se tratando de obrigação acessória, o débito consolidado poderá ser pago:

I - em parcela única, com redução de até 80% (oitenta por cento);

II - em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com redução de até 60% (sessenta por cento).

§ 2º No pagamento de parcela em atraso serão aplicados os acréscimos legais previstos na legislação do ICMS.

Cláusula terceira O benefício previsto neste convênio faculta ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria da Fazenda.

Cláusula quarta A formalização de pedido de ingresso no programa para quitação ou parcelamento implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

§ 1º A homologação do fisco dar-se-á no momento do pagamento único ou da primeira parcela;

§ 2º A legislação do Estado fixará o prazo máximo de opção do contribuinte, que não poderá exceder a 23 de dezembro de 2016.

Cláusula quinta Implica revogação do parcelamento, resultando na perda do benefício e antecipação do vencimento das parcelas vincendas:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas neste convênio;

II - estar em atraso, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, com o pagamento de qualquer parcela;

III - o inadimplemento do imposto devido, relativamente a fatos geradores ocorridos após a data de ingresso no programa;

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pela Secretaria da Fazenda.

Cláusula sexta A legislação do Estado poderá dispor sobre:

I - o valor mínimo de cada parcela;

II - a redução do valor dos honorários advocatícios;

III - os percentuais de redução de juros e multas, observados os limites e os prazos estabelecidos neste convênio;

IV - outras condições não previstas nesta cláusula para concessão da anistia de que trata este convênio.

Cláusula sétima O disposto neste convênio não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Cláusula oitava Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 39, DE 3 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a adesão do Estado de Roraima ao Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira Fica o Estado de Roraima incluído nas disposições do Convênio ICMS 16/15, de 22 de abril de 2015.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 40, DE 3 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a exclusão dos Estados do Amazonas, Paraíba e Rio Grande do Norte das disposições do Convênio ICMS 137/02, que trata sobre os procedimentos a serem adotados em relação a operação interestadual que destine mercadoria a empresa de construção civil.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas, da Paraíba e do Rio Grande do Norte excluídos das disposições do Convênio ICMS 137/02, de 13 de dezembro de 2002.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 41, DE 3 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a adesão do Estado do Paraná ao Convênio ICMS 13/97, que harmoniza procedimento referente a aplicação do § 7º, artigo 150, da Constituição Federal e do artigo 10 da Lei Complementar 87/96, de 13.09.96.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira Fica o Estado do Paraná incluído nas disposições do Convênio ICMS 13/97, de 21 de março de 1997.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONVÊNIO ICMS 42, DE 3 DE MAIO DE 2016

Autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 261ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte CONVÊNIO;

Cláusula primeira Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a, relativamente aos incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive os decorrentes de regimes especiais de apuração, que resultem em redução do valor ICMS a ser pago, inclusive os que ainda vierem a ser concedidos:

I - condicionar a sua fruição a que as empresas beneficiárias depositem no fundo de que trata a cláusula segunda o montante equivalente a, no mínimo, dez por cento do respectivo incentivo ou benefício; ou

II - reduzir o seu montante em, no mínimo, dez por cento do respectivo incentivo ou benefício.

§ 1º O descumprimento, pelo beneficiário, do disposto nos incisos I e II do caput por 3 (três) meses, consecutivos ou não, resultará na perda definitiva do respectivo incentivo ou benefício.

§ 2º O montante de que trata o inciso I do caput será calculado mensalmente e depositado na data fixada na legislação estadual ou distrital.

Cláusula segunda A unidade federada que optar pelo disposto no inciso I da cláusula primeira instituirá fundo de equilíbrio fiscal, destinado à manutenção do equilíbrio das finanças públicas, constituídos com recursos oriundos do depósito de que trata o inciso I da cláusula primeira e outras fontes definidas no seu ato constitutivo.

Cláusula terceira Fica revogado o Convênio ICMS 31/16, de 8 de abril de 2016.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir da data de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício -Dyogo Henrique de Oliveira; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Em 5 de maio de 2016

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 72 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Senior Sistemas S/A	80.680.093/0001-81	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0452016, nome: SENIOR PONTO DE VENDA, versão: 1.2.1, código MD5: E7328DF5B91F765CDF458760E8A264E1 *SENIORPDV
Senior Sistemas S/A	80.680.093/0001-81	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0462016, nome: SENIOR PONTO DE VENDA, versão: 1.2.1, código MD5: 405A1006BE0C937A0CADAFAC4C50DAEA *SENIORPDV
Exclaim Tecnologia em Informática Ltda	05.537.538/0001-53	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0312016R1, nome: Frente de Caixa, versão: 2.0.0.12, código MD5: CE92AA4E9B9CB6652EFB2137A2A20945 *FRENTE_CAIXA
Ponteware Informática Ltda	00.243.582/0001-37	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0492016, nome: ECFMAX, versão: 1.8, código MD5: D992A6D04A8AFB466000E83D303BAEB1 *ECFMAX

2. Pontifícia Universidade católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
TWCOM Desenvolvimento de Sistemas	05.698.647/0001-52	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0042016, nome: PAFTW, versão: 2.03, código MD5: 1fbfb9e36ba47e856923c8a38570a91f *paftw

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 73 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Fundação Visconde De Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
ADM TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME	14.225.720/0001-60	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0192016, nome: ADM, versão: 1.1.162, código MD5: fb43dc81a68442e91cefbc5e6c5315cd AdmVendas

2. Universidade do Sul de SC - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
IBS Informática Ltda	72.378.391/0001-93	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNS0102016, nome: SisFatura, versão: 2.6, código MD5: aa8d837aa003476232a78234fe1d8e0f IbsFiscalPAF

3. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Vision System Sistemas de Informática LTOA EPP	04.940.926/0001-18	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO2122016, nome: VISION SYSTEM PAF, versão: 3.1.4, código MD5: 81FC491 058220F4060834894E355CA86
Sysmo Sistemas LIda	81.342.172/0001-45	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO2122016, nome: PDVSYSMO, versão: 35.2.0, código MD5: 8A0745320855471743EB634809331AE9

4. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
PROABAKUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	13.107.496.0001-49	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNP1632016, nome: EasyAssist-Windows, versão: 3.0.0, código MD5: dd51065a6cf17e0c08eb9cbd7395dbba * EasyAssist-Windows
PROABAKUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	13.107.496.0001-49	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNP1642016, nome: EasyAssist-Linux, versão: 3.0.0, código MD5: 0d94f4f2b1b57001c168a9534d22b01a * EasyAssist-Linux
PROABAKUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	13.107.496.0001-49	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNP1652016, nome: EasyAssist-MacOs, versão: 3.0.0, código MD5: 122ae214694311d3d68cc22cf68b2308 * EasyAssist-MacOs

5. Pontífia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0052016R1, nome: AUTOSYSTEM PAF LINUX, versão: 3.2.4.25, código MD5: 79523D6627BC51BEB8E5B9F3A3C04F41
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0122016, nome: TACGAS3, versão: 3.0.40.0, código MD5: 2302B9B538504B7A3DF00B7F9A937423

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0132016, nome: TACHUNGRY3, versão: 3.0.40.0, código MD5: 134E7F4C70A48C577F87B5DB711DCACC
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0142016, nome: ACE3, versão: 3.0.40.0, código MD5: B0FDD2F40D14EF889F81DDF6E2A16343
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0152016, nome: TACGASAD3, versão: 3.0.40.0, código MD5: 9942E98F76B4CAF25F97BEED082BFFD0
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0162016, nome: TACRETAIL3, versão: 3.0.40.0, código MD5: E88814F9EE26F10A9931322FE9B4B5E1

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 719, DE 5 DE MAIO DE 2016

Estabelece procedimentos para a revisão de ofício de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em Dívida Ativa da União.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º A revisão de ofício de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em Dívida Ativa da União (DAU), deverá ser realizada com observância do disposto nesta Portaria.

Art. 2º A decisão em processo de revisão de ofício de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em DAU, que implique a revisão de lançamento ou de declaração, será proferida por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

§ 1º A decisão que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa em valor total superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será proferida por 2 (dois) Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

§ 2º A decisão que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa em valor total superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) será proferida por 3 (três) Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também ao processo que tiver por objeto:

I - a revisão de crédito tributário em decorrência de prescrição; ou

II - exclusivamente a revisão de juros ou multa de mora.

§ 4º Do resultado da análise de que trata este artigo será emitido despacho decisório.

Art. 3º Observado o disposto no art. 2º, a revisão da cobrança de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em DAU, será efetuada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

§ 1º Quando a revisão implicar a suspensão da exigibilidade de crédito tributário ou o cancelamento de cobrança em valor total superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o servidor submeterá o resultado da análise à chefia imediata.

§ 2º Quando a revisão implicar a suspensão da exigibilidade de crédito tributário ou o cancelamento de cobrança em valor total superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o servidor submeterá o resultado da análise à chefia imediata e ao Delegado da Receita Federal do Brasil ou ao Inspetor-Chefe da Receita Federal do Brasil.

§ 3º Do resultado da análise de que trata este artigo será emitido Despacho simples.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 50, DE 18 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3824.90.72 Mercadoria: Sílica em suspensão coloidal (dispersão aquosa), com 40%, em peso, de partículas nanométricas (cerca de 13 nm) de SiO2, utilizada como aglutinante de materiais cerâmicos e refratários, ou como revestimento de aço silício (coating), não preparada para moldes ou núcleos de fundição.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 38.24), RGI 6 (texto da subposição 3824.90) e RGC 1 (textos do item 3824.90.7 e do subitem 3824.90.72) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB no 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 51, DE 18 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 8537.10.90 Mercadoria: Painel elétrico de baixa tensão (alimentado em 690 V), instalado no interior da base do aerogerador, cuja função principal é controlar todas as interfaces com os elementos de controle, contendo controlador lógico programável (CLP), interface homem-máquina, relés, disjuntores, fonte de alimentação ininterrupta (UPS), fonte de alimentação redundante para CLP e switch, switch ethernet, transformador, dentre outros, além de aparelhos auxiliares, tais como supressores de surto, ventilador, higrostato, termostato e sensor de temperatura, denominado comercialmente "painel de controle ground".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 a) da Seção XVI e texto da posição 85.37), RGI 6 (texto da subposição de primeiro nível 8537.10) e RGC 1 (texto do item 8537.10.90) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 52, DE 18 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3507.90.49 Mercadoria: Preparação enzimática à base de alfa-amilase, na forma líquida, com concentração de cerca de 5% da enzima, em solução de glicerol, cloreto de sódio (estabilizantes) e água, utilizada em diversos processos industriais, para hidrólise de ligações glicosídicas de polissacarídeos provenientes do amido ("liquefação" do amido).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 35.07), RGI 6 (texto da subposição 3507.90) e RGC 1 (texto do item 3507.90.4 e do subitem 3507.90.49) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB no 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 53, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4821.10.00 Mercadoria: Etiqueta de cartão, impressa, confeccionada por corte em guilhotina, para ser fixada a uma peça de vestuário por meio de um cordão que a acompanha para indicação do tamanho, cor, preço, etc., comercialmente conhecida por "tag".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 48.21) e RGI 6 (texto da subposição 4821.10.00) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 54, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9503.00.10 Mercadoria: Carrinho com uma roda motriz dianteira e quatro rodízios, provido de direção, acelerador, motor elétrico e barra de drift, pesando 32 kg, próprio para se movimentar para frente, para trás, lateralmente, em arcos à deriva ou em círculos, numa velocidade máxima de 20 km/h, próprio para ser conduzido por criança ou adulto de até 63 kg para prática de drift (derrapagem controlada), denominado comercialmente "Carrinho Elétrico Crazy Cart".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 95.03) e RGC 1 (texto do item 9503.00.10) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente Da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 55, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 7016.90.00 Mercadoria: Vidro fundido e prensado, com formato de bloco, nas dimensões de 190 x 190 x 80 mm, com pintura branca nas laterais, utilizado em construções não estruturais para fechamento de paredes e transmissão de iluminação, denominado comercialmente "tijolo de vidro".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 70.16) e RGI 6 (texto da subposição 7016.90) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente Da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 56, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9406.00.92 Mercadoria: Construção pré-fabricada obtida a partir da transformação de um contêiner marítimo, com estrutura e paredes exteriores de aço, dimensões de 2.440 mm x 6.060 mm x 2.500 mm, peso de 2.100 kg, adaptada para diversos usos tais como escritório, almoxarifado, loja comercial, banheiro etc., denominada comercialmente "Módulo habitacional". Somente os equipamentos fixos fornecidos normalmente com a construção são admitidos. Dispositivos Legais RGI 1 (texto da posição 94.06) e RGC 1 (textos do item 9406.00.9 e do subitem 9406.00.92) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 94.06) e RGC 1 (textos do item 9406.00.9 e do subitem 9406.00.92) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 57, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 7117.19.00 Mercadoria: Apliques de ligas de zinco (zamac), envernizados, próprios para serem fixados em roupas, calçados ou bolsas, com a finalidade de adorná-los, em formato de pequenos pingentes com figura de animais, peças retangulares ou redondas com detalhes, tais como ranhuras ou strass e podendo apresentar nome e/ou símbolo (marca do fabricante).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 11 do capítulo 71 e texto da posição 71.17) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 7117.1 e de segundo nível 7117.19) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas

pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 58, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9029.10.90 Mercadoria: Equipamento contador de bicicletas, medindo 230 cm (A) x 46 cm (L) x 16 cm (P), com mostradores de LED, capaz de detectar a passagem de bicicletas em uma ciclovia por meio de sensores (espiras indutivas) que são instalados sob a via e que enviam a informação a um armazenador que a processa e mostra a contagem em tempo real no mostrador de LED do equipamento. Os dados coletados são armazenados e podem ser transmitidos automaticamente via modem (localizado no interior do próprio armazenador) ou manualmente, via Bluetooth, com o auxílio de um computador portátil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.29), RGI 6 (texto da subposição 9029.10) e RGC 1 (texto do item 9029.10.90) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 59, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8517.62.59 Mercadoria: Transceptor óptico constituído por uma placa de circuito impresso com diodo laser, fotodiodo e outros componentes eletrônicos, protegido em invólucro plástico e provido de dois conectores para fibra óptica, próprio para integrar, por soldadura, aparelhos elétricos de telecomunicação digital.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 a) da Seção XVI e da posição 85.17), RGI 6 (textos das subposições 8517.6 e 8517.62) e RGC 1 (textos do item 8517.62.5 e do subitem 8517.62.59) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 67, DE 20 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8471.70.12 Mercadoria: Unidade de memória de discos magnéticos rígidos, composta de uma placa lógica (logic board) e de um só conjunto cabeça-disco (HDA - Head Disk Assembly), provido de quatro cabeças e dois "pratos" (discos) rígidos de 2,5 polegadas, capacidade de armazenamento total de 1 terabyte, interface SATA (Serial ATA), com 100,2mm de comprimento, 69,85mm de largura e 9,50mm de altura, denominada comercialmente "Unidade de disco rígido".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 5, C) do Capítulo 84 e da posição 84.71), RGI 6 (texto da subposição 8471.70) e RGC 1 (textos do item 8471.70.1 e subitem 8471.70.12) constante da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 68, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8517.62.62 Mercadoria: Estação Terminal de Acesso (hotspot) contendo emissor com receptor incorporado para transmissão de dados, sons e imagens através de rede de telefonia celular de quarta geração, padrão LTE, própria para conexão de dispositivos à Internet, com slot USIM/SIM e função acessória de compartilhamento da conexão (roteamento); apresentada em gabinete plástico, medindo 106mm x 58mm x 15,8mm, pesando 103g e com carregador AC, denominado comercialmente de transceptor 4G.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.17) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8517.6 e da subposição de 2º nível 8517.62) e RGC 1 (textos da Nota 3 da Seção XVI, do item 8517.62.6 e do subitem 8517.62.62), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 69, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1211.90.90 Mercadoria: Flor de capuzin, para uso culinário, apresentada fresca em caixas com 40 unidades.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 12.11) e 6 (texto da subposição 1211.90) e da RGC-1 (texto do item 1211.90.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 70, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1211.90.90 Mercadoria: Flor de jambu, para uso culinário, apresentada fresca em caixas com 40 unidades.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 12.11) e 6 (texto da subposição 1211.90) e da RGC-1 (texto do item 1211.90.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 71, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2939.99.90 Mercadoria: Insumo farmacêutico denominado bromidrato de hiosciamina, CAS number 306-03-6, princípio ativo utilizado na fabricação de medicamento antiespasmódico, com grau de pureza mínimo de 98,5%, apresentado na forma de pó cristalino e acondicionado em tambores.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 1 a) do Capítulo 29 e da posição 29.39) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 2939.9 e da subposição de 2º nível 2939.99) e RGC 1 (texto do item 2939.99.90), da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 72, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2934.99.49 Mercadoria: Insumo farmacêutico denominado cloridrato de raloxifeno, CAS number 82640-04-8, princípio ativo utilizado na fabricação de medicamento antiosteosporótico, com grau de pureza mínimo de 97,5%, apresentado na forma de cristais e acondicionado em tambores.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 1 a), 3 e 5 c) 1) do Capítulo 29 e da posição 29.34) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 2934.9 e da subposição de 2º nível 2934.99) e RGC 1 (textos do item 2934.99.4 e do subitem 2934.99.49), da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 73, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8421.39.90 Mercadoria: Cartucho filtrante para máscara facial e semifacial de proteção respiratória contra gases e vapores tóxicos, constituído de carvão ativado tratado quimicamente e microfibras sintéticas, contidos em um invólucro de plástico rígido.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 a) do Capítulo 90 e da posição 84.21), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8421.3 e da subposição de 2º nível 8421.39) e na Regra Geral Complementar da

Nomenclatura Comum do Mercosul RGC 1 (texto do item 8421.39.90)

constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 74, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8421.39.90 Mercadoria: Cartucho filtrante para máscara facial e semifacial de proteção contra gases tóxicos, constituído de carvão ativado tratado quimicamente e microfibras sintéticas, contidos em um invólucro de plástico rígido, destinado a eliminação do formaldeído presente no ar que se respira.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 a) do Capítulo 90 e da posição 84.21), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8421.3 e da subposição de 2º nível 8421.39) e na Regra Geral Complementar da

Nomenclatura Comum do Mercosul RGC 1 (texto do item 8421.39.90)

constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 75, DE 29 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8421.39.90 Mercadoria: Cartucho filtrante para máscara facial e semifacial de proteção contra gases tóxicos, constituído de carvão ativado tratado quimicamente e microfibras sintéticas, contidos em um invólucro de plástico rígido, destinado a eliminação da amônia e metilamina presentes no ar que se respira.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 a) do Capítulo 90 e da posição 84.21), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8421.3 e da subposição de 2º nível 8421.39) e na Regra Geral Complementar da

Nomenclatura Comum do Mercosul RGC 1 (texto do item 8421.39.90)

constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Contábil Digital (ECD).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO-SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Contábil Digital (ECD), cujo conteúdo está disponível para download em: http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/1569

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório no 19, de 04 de abril de 2016.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 225, DE 3 DE MAIO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720513/2016-11 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca KIA, modelo Borrego, ano 2009, cor azul, chassi KNDJH741195027409, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 09/1717963-8, de 04.12.2009 pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Banco Interamericano de Desenvolvimento, CNPJ: 04.389.228/0001-76.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 228, DE 3 DE MAIO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720520/2016-12 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo 320I ano 2005, cor preta, chassi WBAVA71036PS02435, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 05/1069001-1, de 04/10/2005, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, CNPJ 04.528.621/0001-01.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 5 DE MAIO DE 2016

Declara habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) a pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base no art. 4º do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo n.º 10166.722940/2016-90, declara:

Art.1º Habilitada ao REIDI a pessoa jurídica Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, inscrita no CNPJ 00.357.038/0001-16, em função do projeto de reforço em instalações de transmissão de energia elétrica na Subestação Coxipó (Resolução Autorizativa ANEEL n° 5.569, de 17/11/2015) enquadrado no REIDI pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 54, de 22/03/2016, publicada no D.O.U. de 23/03/2016 e cujo detalhamento encontra-se descrito no Anexo da Portaria supramencionada. O referido projeto apresenta prazo estimado para execução da obra de 26/11/2015 a 26/05/2019.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO SANCHES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 4 DE MAIO DE 2016

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 10183.720967/2016-30 (Representação Fiscal-Cofis), declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de ter incorrido nas situações dispostas nos incisos II, V e VIII do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Nome Empresarial: GN ASSESSORIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP
CNPJ: 37.444.023/0001-03

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de janeiro de 2011, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.006, DE 2 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
EMENTA: MORTE. PESSOA FÍSICA. AÇÃO JUDICIAL. INCIDÊNCIA. DANO MATERIAL. LUCROS CESSANTES. Quantia paga periodicamente, caracteriza-se como pensão civil por ato ilícito, também denominada "lucros cessantes". Tem por finalidade substituir os rendimentos que a vítima deixou de perceber em razão de sua morte. Tais valores devem ser oferecidos à tributação, no mês do seu recebimento e na declaração. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 81, DE 24 DE MARÇO DE 2015 IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE Cabe a retenção de imposto de renda retido na fonte por meio de DIRF sobre rendimentos sobre os quais haja incidido o tributo.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Código Tributário Nacional, arts. 43 e 111; Lei nº 7.713, de 1988; art. 3º, § 4º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), arts. 39, inc. XVI, 639 e 680; IN RFB nº 1.503, de 2014, art. 2º; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 22; Solução de Consulta Cosit nº 81, 24 de março de 2015.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 200, DE 4 DE MAIO DE 2016

O Superintendente da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 209, 240, 300 e 314, § 1º, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Transferir competências, no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maceió - DRF/MAC, entre a Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, a Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT, e as Agências da Receita Federal do Brasil - ARFs, para atuarem no controle e análise do crédito tributário controlado em processo administrativo fiscal, independentemente do domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 2º Transferir competências, no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maceió - DRF/MAC, entre a Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT e as Agências da Receita Federal do Brasil - ARFs, para atuarem no controle e operacionalização dos pedidos de reembolso, restituição e compensação de créditos tributários controlados em processo administrativo, independentemente do domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 3º Autorizar o Delegado da Receita Federal do Brasil em Maceió a instituir Grupos Locais de Trabalho para análise de processos administrativos fiscais e processos de reembolso, restituição e compensação tributárias, de interesse de contribuintes de sua jurisdição, composto por servidores da SACAT, SAORT e ARFs, de acordo com sua conveniência, visando equacionar seus estoques.

Parágrafo único. Os integrantes dos Grupos Locais de Trabalho terão competência para análise e movimentação dos processos administrativos selecionados, independentemente do domicílio fiscal do contribuinte, bem como para efetuar os respectivos registros nos sistemas informatizados.

Art. 4º Os Grupos Locais de Trabalho serão concretizados a partir da criação de Equipes/Subequipes no ambiente e-processo, com a finalidade de redistribuir os processos administrativos e propiciar um melhor gerenciamento e controle do fluxo das atividades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de maio de 2017, ficando convalidados os atos praticados a partir de 02 de maio de 2016.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 243, da Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e no inciso VIII, do artigo 3º, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2010, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal/RN, na Esplanada Silva Jardim, 83, Ribeira.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALLAN PATRICK MEDEIROS LUCAS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

02.187.488/0001-33	08.060.899/0001-40

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 4 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 243, da Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e no inciso VIII, do artigo 3º, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal/RN, na Esplanada Silva Jardim, 83, Ribeira.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALLAN PATRICK MEDEIROS LUCAS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF(s) e CNPJ(s) das pessoas físicas e jurídicas excluídas

003.178.454-20	094.543.814-15	10.725.505/0001-77

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/SDR nº 05, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 02 de maio de 2016, Seção 01, página 034:

Onde se lê:

"Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica VIA BAHIA Concessionária de Rodovias S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

ANEXO

Pessoa Jurídica Titular	VIA BAHIA Concessionária de Rodovias SA
CNPJ	10.670.314/0001-55
Projeto	Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras da rodovia BR-116/BA, BR-334/BA, BA-526 e BA-528.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 241, de 03 de setembro de 2015, do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União em 04 de setembro de 2015.
Setor Favorecido	Transportes (rodovias)
Prazo Estimado para Execução da Obra	96 meses

Leia-se:

"Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

ANEXO

Pessoa Jurídica Titular	VIABAHIA Concessionária de Rodovias SA
CNPJ	10.670.314/0001-55
Projeto	Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras da rodovia BR-116/BA, BR-324/BA, BA-526 e BA-528.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 241, de 03 de setembro de 2015, do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União em 04 de setembro de 2015.
Setor Favorecido	Transportes (rodovias)
Prazo Estimado para Execução da Obra	96 meses

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Declara a nulidade de atos praticados perante o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte /MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 17, 18 e 19, da Instrução Normativa RFB nº 1548 de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º. Declarar nula, em decorrência de fraude, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº 038.027.496-50 em nome de ADRIANO FAGUNDES, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 10650.720123/2016-35 a partir da data de inscrição, 09/08/2008.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 4 DE MAIO DE 2016

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009 e alterações, e considerando o que consta no processo 15504.730979/2012-92, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial nº GP-06101/00225 da pessoa jurídica GRÁFICA E EDITORA GRANITO LTDA - EPP, CNPJ nº 02.486.228/0001-69, sita à Avenida Américo Vespúcio, 355 - Aparecida - Belo Horizonte/MG, CEP 31230-250, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, inciso IV, da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA FUSCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 4 DE MAIO DE 2016

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009 e alterações, e considerando o que consta no processo 15504.724758/2011-02, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial nº UP-06101/00144 da pessoa jurídica PS EDITORA LTDA - EPP, CNPJ nº 02.897.073/0001-53, sita à Rua Adalberto Ferraz, 246 - Lagoinha - Belo Horizonte/MG, CEP 31110-300, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, inciso IV, da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA FUSCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 4 DE MAIO DE 2016

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009 e alterações, e considerando o que consta no processo 15504.725055/2013-55, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial nº UP-06101/00147 da pessoa jurídica PRINTER GRÁFICA RÁPIDA LTDA - EPP, CNPJ nº 04.971.423/0001-00, sita à Rua Lírio da Cruz, 44 - Ribeiro de Abreu - Belo Horizonte/MG, CEP 31870-620, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, inciso IV, da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA FUSCO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 14.829.125/0001-33 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte ALINE RAQUEL VOGT DOS SANTOS, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.720859/2016-13.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

PORTARIA Nº 12, DE 2 DE MAIO DE 2016.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e considerando o disposto na Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016, resolve:

Art. 1º - Determinar que a prestação de serviços de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda e Unidades jurisdicionadas seja feita exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos em que o não atendimento possa implicar a perda de prazo imposto por Lei e situações excepcionais a serem avaliados pelo (a) Chefe da Unidade de Atendimento ou seu (sua) Substituto(a).

Art. 2º - Ficam dispensados do agendamento prévio determinado pelo Art. 1º os atendimentos relativos ao Cadastro de Pessoa Física - CPF, desde que haja capacidade de atendimento no dia.

Parágrafo único - Para os atendimentos citados no caput será disponibilizada quantidade limitada de senhas a ser determinado pelo (a) Chefe da Unidade de Atendimento ou seu (sua) Substituto (a).

Art. 3º - As senhas disponibilizadas para agendamento e não ocupadas serão disponibilizadas para distribuição presencial no dia.

Art. 4º - Em caso de não comparecimento na unidade de atendimento na data e no horário agendados, ficará o contribuinte, pessoa física ou jurídica, sujeito à disponibilidade de horário para novo atendimento no dia, mediante avaliação do Chefe da Unidade de Atendimento ou seu (sua) Substituto(a).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CORRÊA LISBÔA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 167, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020070/0116-40

NOME EMPRESARIAL: KMA FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA.

CNPJ Nº 14.499.581/0001-62

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 168, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020073/0116-83

NOME EMPRESARIAL: MÓVEIS SANDRIN LTDA.

CNPJ Nº 87.845.368/0001-39

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 169, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020088/0116-41

NOME EMPRESARIAL: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANÇA

CNPJ Nº 17.428.731/0001-35

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 170, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020090/0116-11

NOME EMPRESARIAL: GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA.

CNPJ Nº 00.811.990/0001-48

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 12/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XII e XIII do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 171, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020092/0116-18

NOME EMPRESARIAL: SAVYON INDÚSTRIAS TÊXTEIS LTDA.

CNPJ Nº 62.669.874/0001-93

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 02/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020093/0116-54

NOME EMPRESARIAL: ISRACO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 02.777.272/0001-28

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 173, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020097/0116-32

NOME EMPRESARIAL: DMDL MONTAGENS DE STANDS LTDA.

CNPJ Nº 05.332.851/0001-55

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 12/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 174, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020099/0116-21

NOME EMPRESARIAL: RECOMA CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

CNPJ Nº 51.212.348/0001-83

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 12/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 175, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020103/0116-51

NOME EMPRESARIAL: AUDAX LOGÍSTICA TRANSPORTES & TURISMO LTDA.

CNPJ Nº 13.461.436/0001-20

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 02/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 176, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020106/0116-95

NOME EMPRESARIAL: ADECCO RECURSOS HUMANOS S/A.

CNPJ Nº 35.918.663/0001-74

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 02/02/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIV e XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 177, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020109/0116-29

NOME EMPRESARIAL: RGT CENOGRAFIA LTDA.

CNPJ Nº 11.264.318/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 12/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 178, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020113/0116-97

NOME EMPRESARIAL: BRAZIL EXCLUSIVE AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA.

CNPJ Nº 18.979.513/0001-51

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 12/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 179, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020115/0116-86

NOME EMPRESARIAL: NEOPRENE BRASIL LTDA.

CNPJ Nº 00.668.752/0001-25

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 02/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 180, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020147/1115-54

NOME EMPRESARIAL: BURSON-MARSTELLER LIMITADA.

CNPJ Nº 48.086.466/0001-88

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 18/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XIV e XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 181, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020163/1115-47

NOME EMPRESARIAL: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.

CNPJ Nº 95.433.397/0001-11

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/12/2015

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 182, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, às pessoas físicas que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar as pessoas físicas abaixo identificadas ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023268/1015-95

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/02/2016

ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
JAMES SCLATER	063.460.097-45
KEILA RAMIREZ	063.460.157-10
MAKSIM KARMOKOV	063.460.277-27

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 183, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, às pessoas físicas que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar as pessoas físicas abaixo identificadas ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO(DOSSIÊ): 10010.023269/1015-30

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 03/02/2016

ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
EVGENIYA RUBTSOVA	063.195.927-02
HYONG JIN KIM	063.196.007-48
SEBASTIAN FRIEDRICH WILHEM GRACERT	063.255.007-41
VICTOR RICARDO CAMPOS LIMARDO	063.452.267-18

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 184, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.011795/0915-78

NOME EMPRESARIAL: EQUIPO MARKETING ESPORTIVOS E EVENTOS EIRELI ME - ME

CNPJ Nº 21.009.216/0001-98

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/04/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XIII do §2º do art. 4º da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 185, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020134/1115-85

NOME EMPRESARIAL: ROHR S A ESTRUTURAS TUBULARES (INTEGRANTE DO CONSÓRCIO ROHR FAST)

CNPJ Nº 61.480.380/0001-01 (CNPJ DO CONSÓRCIO: 23.049.087/0001-97)

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 23/12/2015

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 186, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020183/1115-18

NOME EMPRESARIAL: SEVEN SATELLITE OPERATIONS PTY LTD - LEI 12.780/2013.

CNPJ Nº 24.538.965/0001-09

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/12/2015

ENQUADRAMENTO: Inc. XII do art. 2º da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023274/1015-42

NOME EMPRESARIAL: OITO ZERO OITO CONSULTORIA E ENTRETENIMENTO LTDA.

CNPJ Nº 15.604.475/0001-64

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 03/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 188, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023672/0216-11

NOME EMPRESARIAL: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

CNPJ Nº 60.435.351/0001-57

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XIII e XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 189, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023676/0216-08

NOME EMPRESARIAL: TECITEXTIL DESIREE - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ Nº 04.671.612/0001-67

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 190, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023679/0216-33

NOME EMPRESARIAL: SHIFT MOBILIDADE CORPORATIVA E AGENCIAMENTO LTDA.

CNPJ Nº 13.921.195/0001-54

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 191, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023681/0216-11

NOME EMPRESARIAL: RIO 360 COMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ Nº 07.296.522/0001-21

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 192, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.023686/0216-35

NOME EMPRESARIAL: SAUR EQUIPAMENTOS S/A

CNPJ Nº 92.253.095/0001-73

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 193, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025161/0116-71

NOME EMPRESARIAL: FORNARI LTDA - EPP

CNPJ Nº 09.479.441/0001-92

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 194, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025162/0116-16

NOME EMPRESARIAL: RIO SABORES 2015 ALIMENTOS EIRELI.

CNPJ Nº 22.483.378/0001-26

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 16/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025166/0116-02

NOME EMPRESARIAL: CRONI METALÚRGICA LTDA.

CNPJ Nº 60.679.818/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 196, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025168/0116-93

NOME EMPRESARIAL: METRO DOIS CENOGRAFIA E LOCAÇÃO DE BENS LTDA. - EPP

CNPJ Nº 07.207.110/0001-78

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.008634/0715-71, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a" ou "b" ou "c" (definir a alínea), 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada FARSTAD SHIPPING LTDA., CNPJ (matriz) nº 02.873.539/0001-80, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA, CNPJ 04.028.583/0001-10.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO DE CAMPOS MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 2 DE MAIO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da competência que lhe é atribuída pelo §3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15/06/2010, declara:

1 - Canceladas no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	CPF	NOME	PROCESSO
8A.09.918	283.049.578-09	ADELSON MICHAEL HERMEL	11128.720347/2016-28
8A.13.799	321.653.038-85	ALAN FERNANDES CARVALHO SANDE	11128.720186/2016-72
8A.13.286	335.997.038-17	ANA BEATRIZ TEIXEIRA MARTINS	11128.726413/2015-92
8A.12.112	309.885.238-09	ANA PAULA DE SÁ	11128.720145/2016-86
8A.04.992	199.399.918-35	ANDREA CARDOSO ALBAREZ	11128.725484/2015-78
8A.00.585	162.350.288-81	ANDREIA OLIVEIRA DOS SANTOS	11128.725585/2015-49
8A.11.351	283.465.838-26	CARLOS AUGUSTO MARQUES DOS SANTOS FILHO	11128.720357/2016-63
8A.13.754	401.121.808-17	CARLOS HENRIQUE VASCONCELOS DO NASCIMENTO	11128.725757/2015-84
8A.07.593	281.221.268-39	CLEBER AGUIAR CORADELLO	11128.720286/2016-07
8A.13.771	274.789.328-60	EMERSON RENE SOBRINO	11128.720572/2015-83
8A.13.645	283.309.468-00	FERNANDA DE SOUZA PRATA	11128.720563/2016-73
8A.10.213	275.618.848-42	GISLENE ACUNA LOPES GONÇALVES	11128.725716/2015-98
8A.11.659	249.150.298-40	LEANDRO ROGERIO FELIX DI PINTO	11128.725718/2015-87
8A.12.890	056.114.378-18	LUIZ CARLOS DA COSTA GOMES	11128.720403/2016-24
8A.11.937	329.252.098-31	MAURO LUIZ SILVA DE ALMEIDA	11128.725983/2015-65
8A.12.943	327.110.328-33	RODRIGO PIRES MENDES	11128.725868/2015-91
8A.13.340	329.171.488-10	WILLIAM CALDAS BATISTA	11128.726451/2015-45

2 - Inscritos no Registro de Despachantes Aduaneiros, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011:

CPF	NOME	PROCESSO
283.049.578-09	ADELSON MICHAEL HERMEL	11128.720347/2016-28
321.653.038-85	ALAN FERNANDES CARVALHO SANDE	11128.720186/2016-72
335.997.038-17	ANA BEATRIZ TEIXEIRA MARTINS	11128.726413/2015-92
309.885.238-09	ANA PAULA DE SÁ	11128.720145/2016-86
199.399.918-35	ANDREA CARDOSO ALBAREZ	11128.725484/2015-78
162.350.288-81	ANDREIA OLIVEIRA DOS SANTOS	11128.725585/2015-49
283.465.838-26	CARLOS AUGUSTO MARQUES DOS SANTOS FILHO	11128.720357/2016-63
401.121.808-17	CARLOS HENRIQUE VASCONCELOS DO NASCIMENTO	11128.725757/2015-84
281.221.268-39	CLEBER AGUIAR CORADELLO	11128.720286/2016-07
274.789.328-60	EMERSON RENE SOBRINO	11128.720572/2015-83
283.309.468-00	FERNANDA DE SOUZA PRATA	11128.720563/2016-73
275.618.848-42	GISLENE ACUNA LOPES GONÇALVES	11128.725716/2015-98
249.150.298-40	LEANDRO ROGERIO FELIX DI PINTO	11128.725718/2015-87
056.114.378-18	LUIZ CARLOS DA COSTA GOMES	11128.720403/2016-24
329.252.098-31	MAURO LUIZ SILVA DE ALMEIDA	11128.725983/2015-65
327.110.328-33	RODRIGO PIRES MENDES	11128.725868/2015-91
329.171.488-10	WILLIAM CALDAS BATISTA	11128.726451/2015-45

3 - Reinscritos no Registro de Despachantes Aduaneiros, que atendem às exigências contidas no Artigo 735, inciso III, paragrafo 6º (Regulamento Aduaneiro), e ainda nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011:

CPF	NOME	PROCESSO
214.138.828-70	FABIO HENRIQUE GONÇALVES DE OLIVEIRA	11128.725306/2015-47
192.867.698-73	FABIO LINS MASTROS	11128.726133/2015-84
044.281.528-09	MARIA AUGUSTA REIS GONÇALVES	11128.725756/2015-30

4 - Inscritos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011:

CPF	NOME	PROCESSO
411.033.748-85	AUGUSTO BARBOSA NETO	11128.725995/2015-90
260.093.838-97	FABIANE CRISTINA PATRICIO	11128.726188/2015-94
379.461.958-77	FÁBIO ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA	11128.720540/2016-69
421.164.808-09	FELIPE COITIM FERREIRA	11128.725773/2015-77
313.394.828-86	FELIPE SANTANA DA SILVA	11128.720391/2016-38
365.462.668-81	GABRIEL AGUIAR BERNARDES DE FREITAS	11128.723069/2015-80
383.026.058-08	HENRIQUE GOIS DIAS	11128.726449/2015-76
406.085.058-62	IGOR PATRICIO FREIRE DA COSTA	11128.725493/2015-69
385.451.658-46	INAYE TRINIDAD SANTOS	11128.722417/2015-00
348.259.568-23	JACKELINE DE SOUZA BEZERRA	11128.729000/2014-89
362.089.688-79	KARINA LANGUIDI	11128.720522/2016-87
371.969.078-41	LEANDRO DE MAGALHÃES CARDOSO	11128.720423/2016-03
372.519.158-12	LETÍCIA FLORENTINO LUCA	11128.722298/2015-87
368.427.568-98	MARCOS VINICIUS RODRIGUEZ DE SOUZA	11128.720304/2016-42
373.272.038-18	NATHALIA AKEME AJIFU	11128.726189/2015-39
367.278.968-28	ODNEI ALMEIDA DE LUCA	11128.725501/2015-77
422.119.338-74	PATRICIA HELENA LÉSCIO	11128.720172/2016-59
251.667.268-39	PATRICIA XAVIER GARCIA	11128.720610/2016-89
425.795.298-96	PAULA SOUZA DE ALBUQUERQUE	11128.726240/2015-11
070.268.488-01	RICARDO DE TOLEDO CONINCK	11128.726219/2015-15
346.197.588-50	RICKYSON SACRAMENTO DOS SANTOS	11128.720345/2016-39
333.733.388-59	THIAGO DOS SANTOS RODRIGUES	11128.723829/2015-59
427.243.538-89	VICTOR AFONSO SOARES	11128.720189/2016-14
358.006.438-06	VICTOR TALLIS SANTOS DE OLIVEIRA	11128.726534/2015-34
437.299.768-00	VINICIOS DUTRA BUENO	11128.725852/2015-88
376.522.048-52	WILSON CARLOS COSTA DOS SANTOS JUNIOR	11128.720094/2016-92

5 - Canceladas as seguintes inscrições nos Registros de Despachantes Aduaneiros, em razão de pedidos de descredenciamento formalizados pelos interessados através de e-Processos:

INSCRIÇÃO	CPF	NOME	PROCESSO
8D.02.291	097.729.198-77	ALEXANDRE COSTA GUIMARÃES	11128.720023/2016-90
8D.00.272	802.198.538-00	MARCO ANTONIO PINHEIRO CYRINO	11128.726511/2015-20
8D.02.748	211.818.298-.87	SINVAL LOUREIRO PEREIRA	11128.720604/2016-21

6 - Cancelada a seguinte inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão de pedido de descredenciamento formalizado pelo interessado através de e-Processo:

INSCRIÇÃO	CPF	NOME	PROCESSO
8A.06.656	097.976.308-89	EDUARDO COSTA GUIMARÃES	11128.720156/2016-66

7 - Os Despachantes Aduaneiros e Ajudantes de Despachantes Aduaneiros inscritos por este Ato Declaratório Executivo deverão inserir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - Sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, respectivamente, de acordo com o ADE-COANA n° 16, de 08/06/2012, alterado pelo ADE-COANA n° 38, de 11/12/2012 e pelo ADE-COANA nº 27, de 17/09/2013.

Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

AKIYOSHI OMIZU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede o Registro Especial que especifica, para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU-SP, no uso das atribuições previstas no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com fulcro nas disposições dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, e do artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do processo administrativo digital nº 13827.720131/2016-19, declara:

Art. 1º - É concedido o Registro Especial para o Papel Imune com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, e de acordo com o respectivo processo administrativo digital, para o estabelecimento da empresa TATIANA MOÇO ORTIGOZA EDITORA - ME, CNPJ nº 14.485.149/0001-12, localizada na Avenida Netinho Prado, nº 595, Jardim Vila Maria, Jaú, SP, para realização de operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na condição de GRÁFICA (GP), sob nº GP-08103/096.

Art.2.o - O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na legislação que rege a matéria.

Art.3.o - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO FARINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 4 DE MAIO DE 2016

Baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, CHEFE DA SAPAC DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS - SP, considerando o que consta no processo administrativo nº 10830.000224/2016-78 e com fundamento no parágrafo 2º do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014, declara:

Art.1º BAIXADA de ofício por INEXISTENTE DE FATO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 15.614.970/0001-54 do contribuinte J. AUGUSTO DE SOUZA SUPERMERCADO EIRELI, em virtude de falta de atendimento à Intimação referida no parágrafo 1º do artigo 29 da IN 1470/2014, ou em virtude de não terem sido acatadas as contraposições apresentadas Art.2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

AMILTON GIRARDI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE MAIO DE 2016

Registro Especial a que estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nos termos da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FRANCA-SP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 328, inciso II, do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010 (Regulamento do IPI - RIPI/2010), considerando o que determina a Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13855.720582/2016-19:

Art. 1º Declara INSCRITA, sob o nº GP 08123/054, no Registro Especial obrigatório ao qual estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nos termos da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, o seguinte estabelecimento comercial:

JORNAL E EDITORA O GUAIRA LTDA - ME
CNPJ Nº 05.422.805/0001-47
RUA 14, nº 467 - CENTRO - GUAÍRA/SP - CEP.: 14.790-000

ATIVIDADE: GRÁFICA (GP), nos termos da IN RFB nº 976/2009 e alterações, artº 1º, §1º, inciso V.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 4 DE MAIO DE 2016

Declara a baixa de inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.720980/2016-10 e com fundamento nos § § 1° e 2°, do art. 29, da Instrução Normativa RFB n° 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 21.830.415/0001-62, da empresa SERGIO SOARES SANTOS 71063782406, em função desta não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA e seu representante no CNPJ, não tendo sido atendido o Edital de Intimação nº 13, datado de 24/03/2016, publicado no DOU de 29/03/2016, à fl. 70 da Seção 3, que buscava a regularização da empresa ou contraposição que pudesse ser apresentada.

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua localização ou da localização dos integrantes do seu QSA, do seu representante no CNPJ ou de seu preposto, conforme previsto no inc. II, do § 3°, do art. 29, da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação, alterando a situação cadastral da empresa, que, no momento, apresenta-se como SUSPENSA, para BAIXADA.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

PORTARIA Nº 49, DE 4 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000 e com base no despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por incidência nas hipóteses previstas no inciso VI do art.3º e no inciso II do art.5º da Lei 9.964/2000, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo.

Parágrafo Único - A exclusão de que trata este artigo produzirá efeitos a partir do mês seguinte à ciência deste ato, de acordo com §2º, art.5º da Lei 9.964/2000.

CNPJ	NOMEEMPRESARIAL	PROCESSO	DATADEEFEITO
50.426.386/0001-76	SPEL ENGENHARIA LTDA	10840-720763/2016-16	ParágrafoÚnico

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO VICENTE MEDEIROS BORGES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 5 DE MAIO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 11.220 (onze mil, duzentos e vinte) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Características do Produto
9.240	770	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40% GL idade até 8 anos.
1.980	330	Woodford Reserve	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43,20 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 5 DE MAIO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 11.820 (onze mil, oitocentos e vinte) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Características do Produto
11.220	935	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40% GL idade até 8 anos.
600	100	Jack Daniel´s Single Barrel	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 47% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 4 DE MAIO DE 2016

Declara inapta inscrição no CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regulamento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10935. 720881/2016-67 e de acordo com o disposto no § 2º do art. 39, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa E SCHLICKMANN - ME, CNPJ 21.844.464/0001-54, por não ter sido localizada no endereço constante de seu cadastro, com fundamento no inciso II do art. 37, combinado com o inciso II do art. 39, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014.

Art. 2º O presente ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE MARÇO DE 2016

Declara ativa inscrição, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de pessoa jurídica.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012, tendo em vista as considerações do Processo Administrativo nº 10907.720335/2012-30 e as decisões judiciais proferidas na AO nº 5014545-36.2013.4.04.7000/PR, declara:

Art. 1° Suspensos os efeitos do ADE nº 8, de 2013;

Art. 2° Ativa a inscrição CNPJ nº 10.411.071/0001-30, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da empresa GALERIA ISTANBUL LTDA - ME, respeitadas as decisões proferidas na ação.

GERSON ZANETTI FAUCZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Declara inapta inscrição, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de pessoa jurídica.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 37, III, no art. 40, § 2º, e no art. 43, § 3º, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014, e as considerações do Processo Administrativo nº 10907.720185/2015-15, declara:

Art. 1° Inapta a inscrição CNPJ nº 10.718.944/0001-52, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da empresa ENMARK INTERNATIONAL LTDA - ME, por falta de comprovação da origem lícita, da disponibilidade e da efetiva transferência dos recursos empregados nas operações de comércio exterior da empresa, caracterizando a hipótese do artigo 81, §1º, da Lei nº 9.430, de 1996.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2° Os documentos emitidos pela empresa são considerados tributariamente ineficazes a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON ZANETTI FAUCZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE MAIO DE 2016

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo nº
CYRIO JUVELINO RODRIGUES NETO	009.027.839-98	10909.720578/2016-81
LEONARDO LUIS VIEIRA	096.162.199-01	10909.720486/2016-00
OCTACÍLIO BIALETZKI JUNIOR	852.697.199-91	10909.720767/2016-54

Art. 2º Os Ajudantes de Despachante Aduaneiro retromencionados, também deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16 de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS GUSTAVO ROBETTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 4 DE MAIO DE 2016

Inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros e cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Despachantes Aduaneiros, com automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros:

NOME	CPF	PROCESSO
FELIPE DOUGLAS BERNARDES PORTILHO	059.606.189-74	10909.720616/2016-04

Art. 2º O Despachante Aduaneiro retromencionado, também deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para fins da sua efetivação no Registro Informatizado de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16, de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS GUSTAVO ROBETTI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 4 DE MAIO DE 2016

Cancela Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no inciso I, artigo 8º, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e a substituição do Anexo I dessa Instrução realizada por meio do artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.583, de 31 de agosto de 2015, bem como o despacho exarado nos respectivos processos, declara:

Art.1º Estão cancelados os Registros Especiais de Bebidas, concedidos e atualizados por meio dos Atos Declaratórios Executivos DRF/CXL, pertencentes aos estabelecimentos relacionados no Anexo I.

Art.2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ WESCHENFELDER

ANEXO I

Relação de Registros Especiais de Bebidas, cancelados no ADE 53, de 04 de maio de 2016.

RE 10106/	TIPO DE REGISTRO	CNPJ	NOME DA EMPRESA	Nº DO ADE REVOGADO	DATA DO ADE REVOGADO	Nº DO PROCESSO
023	Engarrafador	91.923.367/0001-32	Vinícola Monte Belo Ltda - ME.	27 e 34	07/02/2000 e 30/03/2015	13016.000080/92-31
024	Engarrafador	90.049.164/0001-04	Estabelecimento Vinícola Armando Peterlongo S.A.	26 e 147	07/02/2000 e 13/08/2015	13016.000159/92-99
089	Engarrafador	93.224.020/0001-27	Vinícola Marco Luigi Ltda.	16 e 49	28/02/2005 e 15/04/2015	13016.000413/2004-07
095	Engarrafador	00.869.620/0001-61	Vinícola Dom Cândido Eireli - EPP.	57 e 98	21/09/2007 e 07/07/2015	13016.000377/2007-16
164	Engarrafador	03.626.970/0001-95	Vinícola Antonio Bin Ltda - ME.	87 e 221	20/04/2011 e 01/12/2014	11020.003270/2010-31
165	Engarrafador	04.582.471/0001-06	Vinícola Simonetto Ltda - ME.	88 e 237	20/04/2011 e 10/12/2014	11020.003485/2010-51
168	Engarrafador	03.041.631/0001-47	Vinícola Cave de Pedra Ltda.	107 e 206	07/06/2011 e 20/11/2014	13016.000539/2010-11
169	Engarrafador	05.112.169/0001-57	Vinícola Maximo Boschi Ltda.	108	06/06/2011	13016.000577/2010-74
178	Engarrafador	08.922.937/0001-26	Vinícola Giaretta Ltda.	110	08/06/2011	13016.000584/2010-76
189	Engarrafador	06.533.380/0001-06	Vinícola Torcello Ltda - ME.	126 e 52	24/06/2011 e 25/02/2013	13016.000550/2010-81
202	Engarrafador	11.435.052/0001-07	Vitivinícola Araçá Ltda.	167 e 147	22/08/2011 e 03/09/2014	11020.720929/2010-17
205	Engarrafador	98.670.003/0001-37	Cooperativa Agrícola Alfredochavense Ltda.	174 e 236	06/09/2011 e 10/12/2014	11020.003471/2010-38
224	Engarrafador	93.226.025/0001-99	Vinhos Don Laurindo Ltda.	207 e 47	03/10/2011 e 14/04/2015	13016.000435/2010-15

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 4 DE MAIO DE 2016

Atualiza o Registro Especial de Bebidas nº 10106/039.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, bem como as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.583, de 31 de agosto de 2015, e o processo nº 11020.002184/99-61, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/039, como produtor/engarrafador, o estabelecimento da empresa PELIZZER, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VINHOS, AGRICULTURA LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 89.822.183/0002-15, situado no Travessão Diogo dos Santos, s/n, no município de Flores da Cunha -RS.

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Aguardente de Cana	Brasil 500	2208.40.00	retornável	355 ml
Aguardente de Cana	Brasil 500	2208.40.00	não retornável	600 ml
Aguardente de Cana	Brasil 500	2208.40.00	não retornável	940 ml
Batida de Limão	Brasil 500	2208.90.00	retornável	360 ml
Batida de Limão	Brasil 500	2208.90.00	não retornável	900 ml
Graspa	Dell'Bosco	2208.20.00	retornável	300 ml
Graspa	Dell'Bosco	2208.20.00	retornável	500 ml
Licor de Amêndoa Fino	Dell Bosco	2208.70.00	retornável	300 ml
Licor de Amêndoa Fino	Dell Bosco	2208.70.00	retornável	900 ml
Licor de Uva Fino	Dell'Bosco	2208.70.00	retornável	300 ml
Licor de Uva Fino	Dell'Bosco	2208.70.00	retornável	1.000 ml
Uísque Cortado	Gold Hokey	2208.30.20	retornável	360 ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Uísque Cortado	Gold Hokey	2208.30.20	retornável	900 ml
Aguardente Composta com Carvalho e Malte Uísque	Gold Horse	2208.90.00	retornável	300 ml
Aguardente Composta com Carvalho e Malte Uisque	Gold Horse	2208.90.00	não retornável	1.000 ml
Gin Seco	Hokey	2208.50.00	retornável	355 ml
Gin Seco	Hokey	2208.50.00	retornável	900 ml
Rum Leve	Raiar	2208.40.00	retornável	355 ml
Rum Leve	Raiar	2208.40.00	retornável	1000 ml
Vodca	Romakov	2208.60.00	retornável	360 ml
Vodca	Romakov	2208.60.00	não retornável	900 ml

"

Art. 3º Ficam revogados os Atos Declaratórios DRF/CXL nº 71, de 21 de novembro de 2007, e nº 80, de 09 de outubro de 2009, publicados no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2007 e 13 de outubro de 2009, respectivamente.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

PORTARIA Nº 41, DE 5 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Refis.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - falta de pagamento por três meses consecutivos ou seis alternados, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme proposta formalizada constante nos processos administrativos de representação a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO Nº	DT.EFEITO
93.078.368/0001-53	SERGIO WIETHOLTER ME	13052.720013/2016-19	01/06/2016
91.863.720/0001-36	INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE PEDRAS TEUTONIA LTDA	13052.720014/2016-55	01/06/2016
91.156.802/0001-40	HEXSEL SA COMERCIAL E IMPORTADORA	13005.720666/2016-55	01/06/2016
01.635.464/0001-37	STRAPA FLORICULTURA E AGROPECIARIA LTDA	13005.720654/2016-21	01/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON LUIZ MULLER

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA N° 259, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 386.634.106 (trezentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e seis) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 1.341.280.883,06 (um bilhão, trezentos e quarenta e um milhões, duzentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e três reais e seis centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, observadas as seguintes condições:

I - Código do ativo, agente de custódia, data de emissão, data de vencimento, quantidade e valor:

TÍTULO	AGENTE DE CUSTÓDIA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR EM R$
HCFTEE0145	CAIXA	01/01/2015	01/01/2045	245.825.546	852.798.809,79
HCFTEE0145	BANCO DO BRASIL	01/01/2015	01/01/2045	72.484.694	251.458.246,61
HCFTEE0144	BANCO DO BRASIL	02/01/2015	02/01/2045	68.323.866	237.023.826,66
TOTAL				386.634.106	1.341.280.883,06

II - data-base: 1º de julho de 2000;
III - forma de colocação: direta, em favor do interessado;
IV - modalidade: nominativa;
V - valor nominal na data-base: R$ 1,00;
VI - valor nominal em 1º de maio de 2016: R$ 3,469122;
VII - taxa de juros: não há;
VIII - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;
IX - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

PORTARIA Nº 252, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 05.05.2016;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 06.05.2016;

V - data da liquidação financeira: 06.05.2016;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Oferta	Adquirente
LTN	100000	01.04.2017	1.000,00	2.500.000	Público
LTN	100000	01.04.2018	1.000,00	2.500.000	Público
LTN	100000	01.01.2020	1.000,00	3.000.000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19, de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria STN nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pela taxa média de venda apurada na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria.

I - data da operação especial: 06.05.2016;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data da operação especial, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 09.05.2016;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Oferta especial
LTN	100000	01.04.2017	1.000,00	500.000
LTN	100000	01.04.2018	1.000,00	500.000
LTN	100000	01.01.2020	1.000,00	600.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 4º A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 18 da Portaria nº 74, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 18, § 1º, da Portaria nº 74, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 253, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 05.05.2016;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 06.05.2016;

V - data da liquidação financeira: 06.05.2016;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2023	1.000,00	10,00	2.000.000	Público
NTN-F	950199	01.01.2027	1.000,00	10,00	2.500.000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19, de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria STN nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pela taxa média de venda apurada na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria.

I - data da operação especial: 06.05.2016;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data da operação especial, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 09.05.2016;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-F	950199	01.01.2023	1.000,00	10,00	400.000
NTN-F	950199	01.01.2027	1.000,00	10,00	500.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 4º A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 18 da Portaria nº 74, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 18, § 1º, da Portaria nº 74, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 109, DE 5 DE MAIO DE 2016

Reconhece situação de emergência no Município de Franco da Rocha/SP.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008,

Considerando o Decreto Municipal nº 2.420/2016, de 17 de março de 2016, do Município de Franco da Rocha/SP,

Considerando o Decreto Estadual de Homologação nº 61.923, de 12 de abril de 2016, do Estado de São Paulo e as demais informações constantes no processo nº 59051.001562/2016-93, resolve:

Art. 1º Reconhecer em decorrência de chuvas intensas, COBRADE: 1.3.2.1.4, a situação de emergência no Município de Franco da Rocha/SP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 060 de 29 de fevereiro de 2016 publicada no DOU nº 40, de 01 de março de 2016, Seção 1, pág. 35, referente ao Município de Jaguaquara/BA, onde se lê: R$ 1.342.723,57(um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos) ; leia-se: R$ 1.340.709,48 (um milhão, trezentos e quarenta mil, setecentos e nove reais e quarenta e oito centavos).

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a cessão de uso de imóveis habitacionais para atividades relacionadas à segurança dos Jogos Rio 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E A MINISTRA DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição; o art. 27, incisos III e XIV, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, e na Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, resolvem:

Art. 1º É facultada a cessão de uso de imóveis, produzidos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, ainda não alienados aos beneficiários finais do PMCMV, situados no Município do Rio de Janeiro, para atividades relacionadas à realização dos Jogos Rio 2016, observadas as seguintes condições:

I - a cessão de uso dos imóveis será concedida, de forma não onerosa, ao Ministério da Justiça, e objetivará o alojamento dos integrantes e a realização de atividades da Força Nacional de Segurança Pública;

II - a cessão de uso corresponderá ao período compreendido entre 6 de maio e 5 de outubro de 2016; e

III - o Ministério da Justiça se responsabilizará pelos custos de manutenção, guarda e devolução para fins habitacionais dos imóveis, bem como pelo pagamento de tarifas de fornecimento de serviços públicos durante o período de cessão de uso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO
Ministro de Estado da Justiça

INÊS DA SILVA MAGALHÃES
Ministra de Estado das Cidades

PORTARIA Nº 548, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, objetivando a definição de limites da Terra Indígena TENONDÉ PORÃ, constante do processo FUNAI nº 08620.000633/2004-64,

CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada nos municípios de Mongaguá, São Bernardo do Campo, São Paulo e São Vicente, Estado de São Paulo, ficou identificada nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição, e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Guarani;

CONSIDERANDO os termos do Despacho nº 123/PRES, de 18 de abril de 2012, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União, de 19 de abril de 2012, e Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 12 de maio de 2012;

CONSIDERANDO os termos dos pareceres da FUNAI, julgando improcedentes as contestações opostas à identificação e delimitação da Terra Indígena, resolve:

Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Guarani a Terra Indígena TENONDÉ PORÃ com superfície aproximada de 15.969 ha (quinze mil novecentos e sessenta e nove hectares) e perímetro também aproximado de 161 km (cento e sessenta e um quilômetros), assim delimitada: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 23º50'57,8"S e 46º39'01,6"WGr, situado a margem da Represa Billings; daí, segue pela margem da referida represa até o marco M-31 de coordenadas geográficas 23º51'57,5"S e 46º38'51,8"WGr, situado na divisa com a Terra Indígena Guarani da Barragem; daí, segue confrontando o limite da referida Terra Indígena, passando pelos seguintes pontos com suas respectivas coordenadas geográficas: M-30, 23º51'58,6"S e 46º38'57,4"WGr; M-29, 23º51'57,8"S e 46º38'58,4"WGr; M-28, 23º51'57,3"S e 46º38'58,4"WGr; M-27, 23º51'58,7"S e 46º39'00,3"WGr; M-26, 23º51'59,2"S e 46º39'01,8"WGr; M-25, 23º51'59,9"S e 46º39'03,1"WGr; M-24, 23º51'59,9"S e 46º39'0,8"WGr; M-23, 23º52'00,8"S e 46º39'05,1"WGr; M-22, 23º52'01,1"S e 46º39'05,8"WGr; M-21, 23º52'01,0"S e 46º39'06,1"WGr; M-20, 23º52'02,5"S e 46º39'07,9"WGr; M-19, 23º52'02,9"S e 46º39'08,1"WGr; M-18, 23º52'03,0"S e 46º39'08,9"WGr; M-17, 23º52'02,1"S e 46º39'09,9"WGr; M-16, 23º52'01,5"S e 46º39'10,1"WGr; M-15, 23º52'01,6"S e 46º39'10,4"WGr; M-14, 23º52'01,6"S e 46º39'10,4"WGr; M-13, 23º52'03,4"S e 46º39'10,4"WGr; M-12, 23º52'04,1"S e 46º39'11,4"WGr; M-11, 23º52'05,0"S e 46º39'12,6"WGr; M-10, 23º52'05,6"S e 46º39'12,6"WGr; M-09, 23º52'06,1"S e 46º39'13,1"WGr; M-08, 23º52'06,4"S e 46º39'12,7"WGr; M-07, 23º52'07,1"S e 46º39'12,6"WGr; M-06, 23º52'07,9"S e 46º39'11,0"WGr; M-05, 23º52'10,2"S e 46º39'11,2"WGr; M-04, 23º52'11,5"S e 46º39'10,8"WGr; M-03, 23º52'13,4"S e 46º39'09,9"WGr; M-02, 23º52'14,1"S e 46º39'09,8"WGr; M-01, 23º52'14,1"S e 46º39'09,8"WGr; M-45, 23º52'15,1"S e 46º39'08,2"WGr; M-44, 23º52'15,1"S e 46º39'07,9"WGr; M-43, 23º52'15,3"S e 46º39'07,5"WGr; M-42, 23º52'16,2"S e 46º39'01,9"WGr; M-41, 23º52'16,5"S e 46º39'02,0"WGr; M-40, 23º52'16,5"S e 46º39'01,8"WGr; M-39, 23º52'16,6"S e 46º39'00,7"WGr; M-38, 23º52'16,9"S e 46º38'59,0"WGr; M-37, 23º52'16,9"S e 46º38'58,6"WGr; M-36, 23º52'16,8"S e 46º38'58,2"WGr; M-35, 23º52'16,5"S e 46º38'57,4"WGr; M-34, 23º52'16,1"S e 46º38'56,2"WGr; M-33, 23º52'15,9"S e 46º38'55,5"WGr; M-32, 23º52'16,7"S e 46º38'47,8"WGr, situado na margem da Represa Billings; daí, segue pela margem da referida represa até o ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'22,3"S e 46º38'49,7"WGr; daí, segue por linha seca, até o ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'23, 3"S e 46º38'40,2"WGr, situado junto a Estrada de Vera Cruz; daí, segue pela referida estrada até o ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'43,0"S e 46º38'47,9"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'01,5"S e 46º38'50,3"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'09,2"S e 46º38'49,9"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'21,5"S e 46º38'59,6"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-08 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'27,1"S e 46º39'00,4"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-09 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'33,8"S e 46º39'12,5"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-10 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'48,2"S e 46º39'19,7"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-11 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'52,4"S e 46º39'16,3"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-12 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'51,8"S e 46º38'53,5"WGr, situado próximo a uma linha férrea; daí, segue por linha seca cruzando a referida linha férrea até o ponto P-13 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'46,1"S e 46º38'48,0"WGr, situado junto a Estrada Evangelista de Sousa; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-14 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'36,0"S e 46º38'50,6"WGr, situado no entroncamento com uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido leste, até o ponto P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'33,5"S e 46º38'26,7"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'04,6"S e 46º37'49,7"WGr, situado no cruzamento da Avenida Yokino Ogawa com a Estrada Crucutu; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-17 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'54,6"S e 46º37'49,9"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-18 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'51,1"S e 46º37'32,8"WGr, situado junto a uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-19 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'32,6"S e 46º37'42,6"WGr, situado no entroncamento com a Estrada da Ligação; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-20 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'27,1"S e 46º38'03,2"WGr, situado na margem da Represa Billings; daí, segue pela margem da referida represa, até o marco M-14 de coordenadas geográficas 23º51'36,1"S e 46º37'22,7"WGr, situado na divisa com a Terra Indígena Guarani do Krukutu; daí, segue confrontando o limite da referida Terra Indígena, passando pelos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: M-13, 23º51'37,1"S e 46º37'22,4"WGr; M-12, 23º51'38,6"S e 46º37'21,9"WGr; M-11, 23º51'39,7"S e 46º37'21,4"WGr; M-10, 23º51'41,5"S e 46º37'20,9"WGr; M-09, 23º51'42,7"S e 46º37'21,2"WGr; M-08, 23º51'45,8"S e 46º37'23,5"WGr; M-07, 23º51'47,3"S e 46º37'23,3"WGr; M-06, 23º51'48,7"S e 46º37'23,0"WGr; M-05, 23º51'49,6"S e 46º37'22,6"WGr; M-04, 23º51'51,0"S e 46º37'22,2"WGr; M-03, 23º51'51,2"S e 46º37'23,2"WGr; M-02, 23º51'51,6"S e 46º37'23,8"WGr; M-01, 23º51'52,1"S e 46º37'24,4"WGr; M-24, 23º51'52,4"S e 46º37'23,7"WGr; M-23, 23º51'53,7"S e 46º37'21,9"WGr; M-22, 23º51'54,5"S e 46º37'20,7"WGr; M-21, 23º51'55,6"S e 46º37'18,5"WGr; M-20, 23º51'56,3"S e 46º37'17,5"WGr; M-19, 23º51'58,4"S e 46º37'16,4"WGr; M-18, 23º52'00,0"S e 46º37'14,8"WGr; M-17, 23º52'00,5"S e 46º37'13,6"WGr; M-16, 23º52'00,7"S e 46º37'12,8"WGr; M-15, 23º52'00,6"S e 46º37'11,6"WGr, situado na margem esquerda de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-21 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'59,6"S e 46º37'08,9"WGr, situado na margem da Represa Billings; daí, segue pela margem da referida represa até o ponto P-22 de coordenadas geográficas aproximadas 23º50'30,7"S e 46º37'22,7"WGr, situado junto a foz de um igarapé sem denominação, com a Represa Billings; daí, segue por linha seca até o ponto P-23 de coordenadas geográficas aproximadas 23º50'44,8"S e 46º37'11,5"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-24 de coordenadas geográficas aproximadas 23º50'48,7"S e 46º37'01,9"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-25 de coordenadas geográficas aproximadas 23º50'55,2"S e 46º36'56,6"WGr, situado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-26 de coordenadas geográficas aproximadas 23º50'46,3"S e 46º36'43,8"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-27 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'05,31"S e 46º36'25,30"WGr, situado na Estrada da Barragem, próximo a cabeceira do referido igarapé; daí, segue pela referida estrada, sentido sul, até o ponto P-28 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'11,1"S e 46º36'27,7"WGr, situado na junto a Estrada da Barragem; daí, segue pela referida estrada, sentido sul, até o ponto P-29 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'15,5"S e 46º36'22,4"WGr, situado junto a Estrada da Barragem; daí, segue por linha seca até o ponto P-30 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'08,7"S e 46º36'28,7"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-31 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'09,4"S e 46º36'42,1"WGr, situado junto a uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido sul, até o ponto P-32 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'25,0"S e 46º36'39,7"WGr, situado junto a Estrada da Barragem; daí, segue pela referida estrada, sentido sul, até o ponto P-33 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'57,2"S e 46º37'06,6"WGr, situado junto a Estrada da Barragem; daí, atravessa a referida estrada, sentido sul até o ponto P-34 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'57,8"S e 46º37'06,6"WGr, situado no entroncamento com uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido sul, até o ponto P-35 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'10,0"S e 46º37'06,6"WGr, situado no entroncamento com uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido leste, até o ponto P-36 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'21,8"S e 46º37'15,4"WGr, situado no entroncamento com a Avenida Yokino Ogawa; daí, segue pela referida avenida até o ponto P-37 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'23,3"S e 46º37'40,2"WGr, situado na Avenida Yokino Ogawa; daí, atravessa em linha seca a referida avenida até o ponto P-38 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'23,9"S e 46º37'40,2"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-39 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'29,5"S e 46º37'46,2"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-40 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'19,9"S e 46º38'06,1"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-41 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'21,0"S e 46º38'05,8"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-42 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'38,3"S e 46º38'22,1"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-43 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'42,4"S e 46º38'25,9"WGr, situado junto a uma linha férrea; daí, segue pela referida linha férrea, sentido sul, até o ponto P-44 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'28,4"S e 46º38'43,9"WGr, situado no cruzamento com um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-45 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'42,3"S e 46º39'09,6"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-46 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'58,1"S e 46º39'11,0"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-47 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'17,6"S e 46º39'20,4"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-48 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'57,2"S e 46º37'06,6"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-49 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'35,7"S e 46º39'17,9"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-50 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'25,9"S e 46º38'21,5"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-51 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'21,3"S e 46º37'54,6"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-52 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'16,1"S e 46º37'53,2"WGr, situado na margem esquerda de um igarapé sem denominação; daí segue pela margem esquerda do referido igarapé, a montante, até o ponto P-53 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'21,3"S e 46º37'54,6"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-54 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'57,6"S e 46º36'57,9"WGr, situado no limite municipal entre os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo; daí, segue pelo referido limite municipal, sentido norte, até o ponto P-55 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'10,0"S e 46º36'33,6"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-56 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'21,3"S e 46º37'54,6"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-57 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'40,4"S e 46º36'27,3"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-58 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'30,3"S e 46º36'39,6"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-59 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'26,7"S e 46º36'41,3"WGr, situado junto a uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-60 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'58,3"S e 46º36'24,7"WGr, situado no entroncamento com outra estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido leste, até o ponto P-61 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'51,6"S e 46º35'58,2"WGr, situado na margem da referida estrada; daí, em linha seca atravessa a estrada até o ponto P-62 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'51,1"S e 46º35'58,0"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-63 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'35,8"S e 46º35'44,4"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-64 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'17,6"S e 46º36'02,1"WGr, situado junto a uma estrada vicinal, próximo a cabeceira do referido igarapé; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-65 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'03,7"S e 46º35'59,4"WGr, situado junto a estrada sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-66 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'21,3"S e 46º37'54,6"WGr, situado próximo a cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-67 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'36,8"S e 46º35'34,5"WGr, situado próximo a cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-68 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'17,8"S e 46º35'51,3"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-69 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'01,8"S e 46º35'50,1"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-70 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'01,1"S e 46º36'04,6"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-71 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'30,4"S e 46º35'48,5"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-72 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'21,5"S e 46º35'59,3"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-73 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'18,7"S e 46º36'15,7"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-74 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'09,0"S e 46º36'21,7"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-75 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'11,1"S e 46º36'27,0"WGr, situado junto a Estrada da Barragem; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-76 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'06,1"S e 46º36'23,3"WGr, situado junto a Estrada da Barragem; daí, segue por linha seca até o ponto P-77 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'21,5"S e 46º35'23,6"WGr, situado junto a uma estrada vicinal; daí, segue por linha seca até o ponto P-78 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'15,6"S e 46º35'21,6"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-79 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'29,9"S e 46º35'02,0"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-80 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'50,8"S e 46º34'42,0"WGr, situado no cruzamento com a estrada do Capivari; daí, segue pela referida estrada, sentido sul, até o ponto P-81 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'37,4"S e 46º35'16,1"WGr, situado no entroncamento com uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido oeste, até o ponto P-82 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'39,1"S e 46º35'30,4"WGr, situado junto a referida estrada vicinal; daí, segue por linha seca até o ponto P-83 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'20,5"S e 46º35'06,3"WGr, situado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-84 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'10,7"S e 46º33'38,5"WGr, situado na faixa de domínio da Rodovia SP-160 (Rodovia dos Imigrantes); daí, segue pela faixa de domínio da referida rodovia, sentido cidade de Cubatão-SP, até o ponto P-85 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'04,7"S e 46º31'23,7"WGr, situado na faixa de domínio da referida rodovia, na cabeceira de um igarapé sem denominação afluente do Rio Cubatão; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-86 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'42,9"S e 46º30'55,3"WGr, situado na confluência com o Rio Cubatão; daí, segue pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o ponto P-87 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'55,3"S e 46º31'16,7"WGr, situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, atravessa o Rio Cubatão para sua margem direita até o ponto P-88 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'56,9"S e 46º31'17,1"WGr, situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-89 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'26,8"S e 46º31'21,4"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-90 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'40,6"S e 46º31'15,0"WGr, situado junto a uma linha férrea; daí, segue pela referida linha férrea, sentido oeste, até o ponto P-91 de coordenadas geográficas aproximadas 23º57'23,6"S e 46º32'52,5"WGr, situado junto a referida linha férrea; daí, segue por linha seca até o ponto P-92 de coordenadas geográficas aproximadas 23º57'24,5"S e 46º32'52,2"WGr, situado no limite municipal entre os municípios de São Vicente e Praia Grande; daí, segue pelo referido limite municipal, sentido sul, até o ponto P-93 de coordenadas geográficas aproximadas 23º59'48,7"S e 46º35'37,2"WGr, situado no limite municipal entre os municípios de São Vicente, Praia Grande e Mongaguá; daí, segue pelo limite municipal entre os municípios de Praia Grande e Mongaguá, sentido sul, até o ponto P-94 de coordenadas geográficas aproximadas 24º02'19,4"S e 46º36'33,1"WGr, situado no referido limite municipal; daí, segue por linha seca até o ponto P-95 de coordenadas geográficas aproximadas 24º02'16,7"S e 46º37'30,8"WGr, situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Bichoró, limite com a Terra Indígena Igarapé do Guarani Aguapeú; daí, segue pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o marco M-12 de coordenadas geográficas 24º01'03,1"S e 46º36'27,2"WGr, localizado na cabeceira do Rio Bichoró, divisa com a Terra Indígena Guarani do Aguapeú; daí, segue confrontando o limite da referida Terra Indígena, passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: SAT-03, 24º00'52,3"S e 46º36'31,7"WGr; M-11, 24º00'48,8"S e 46º36'33,1"WGr; SAT-05, 24º00'29,5"S e 46º37'05,7"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-L, de coordenadas geográficas 24º00'24,7"S e 46º37'03,6"WGr, localizado na divisa com a Terra Indígena Rio Branco Itanhaém; daí, segue confrontando o limite da referida Terra Indígena, passando pelos seguintes pontos com suas respectivas coordenadas geográficas: P-K, 24º00'05,1"S e 46º37'29,3"WGr; P-J, 23º59'38,7"S e 46º38'15,5"WGr; P-I, 23º59'23,9"S e 46º37'45,2"WGr; P-H, 23º59'12,8"S e 46º37'18,6"WGr; P-G, 23º58'38,4"S e 46º37'19,1"WGr; P-F, 23º58'27,2"S e 46º38'10,3"WGr; P-E, 23º58'52,2"S e 46º39'10,9"WGr; P-D, 23º59'04,3"S e 46º39'07,6"WGr; P-C, 23º58'33,9"S e 46º40'17,1"WGr; P-B, 23º59'02,2"S e 46º41'00,1"WGr; P-A, 23º59'42,8"S e 46º42'26,6"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Branco; daí, segue por linha seca até o ponto P-96 de coordenadas geográficas aproximadas 23º58'39,1"S e 46º42'28,8"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-97 de coordenadas geográficas aproximadas 23º58'33,5"S e 46º42'36,6"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-98 de coordenadas geográficas aproximadas 23º58'39,1"S e 46º42'28,8"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-99 de coordenadas geográficas aproximadas 23º58'05,3"S e 46º42'43,4"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-100 de coordenadas geográficas aproximadas 23º57'47,1"S e 46º43'00,9"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-101 de coordenadas geográficas aproximadas 23º57'31,2"S e 46º42'51,8"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do Rio Capivari; daí segue pela margem esquerda do referido igarapé até o ponto P-102 de coordenadas geográficas aproximadas 23º57'03,6"S e 46º42'25,5"WGr, situado na confluência com o Rio Capivari; daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até o ponto P-103 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'53,3"S e 46º41'24,1"WGr, situado na confluência com o Ribeirão do Getúlio; daí, segue pela margem esquerda do referido ribeirão, a montante, até o ponto P-104 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'29,0"S e 46º41'26,1"WGr, situado na confluência com um igarapé sem denominação, afluente do Ribeirão do Getúlio; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-105 de coordenadas geográficas aproximadas 23º56'00,4"S e 46º41'31,9"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-106 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'42,7"S e 46º41'27,5"WGr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do Ribeirão Claro; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-107 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'15,2"S e 46º40'54,5"WGr, situado na confluência com o Ribeirão Claro; daí, segue pela margem direita do referido ribeirão, a jusante, até o ponto P-108 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'15,5"S e 46º40'47,7"WGr, situado na confluência com um igarapé sem denominação, afluente do Ribeirão Claro; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-109 de coordenadas geográficas aproximadas 23º55'10,5"S e 46º40'45,7"WGr, situado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-110 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'51,9"S e 46º40'44,4"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-111 de coordenadas geográficas aproximadas 23º54'09,1"S e 46º40'45,1"WGr, situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Ribeirão dos Pombos; daí, segue

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DISPONIBILIZADO

pela margem direita do referido ribeirão, a montante, até o ponto P-112 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'41,4"S e 46º40'33,3"WGr, situado na confluência com um igarapé sem denominação, afluente do Ribeirão dos Pombos; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto P-113 de coordenadas geográficas aproximadas 23º57'47,1"S e 46º43'00,9"WGr, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-114 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'15,8"S e 46º40'00,4"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-115 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'17,9"S e 46º39'00,6"WGr, situado junto a Estrada Evangelista de Souza; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-116 de coordenadas geográficas aproximadas 23º53'07,7"S e 46º39'01,2"WGr, situado junto a referida estrada; daí, segue por linha seca até o ponto P-117 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'55,1"S e 46º38'54,4"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-118 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'43,7"S e 46º38'52,4"WGr, situado na confluência de um igarapé sem denominação, afluente da Barragem Billings; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-119 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'35,3"S e 46º38'52,6"WGr, situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por linha seca até o ponto P-120 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'31,4"S e 46º38'59,4"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-121 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'17,3"S e 46º38'59,7"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-122 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'14,9"S e 46º39'10,4"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-123 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'22,5"S e 46º39'15,8"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-124 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'18,6"S e 46º39'31,5"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-125 de coordenadas geográficas aproximadas 23º52'04,9"S e 46º39'32,1"WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-126 de coordenadas geográficas aproximadas 23º51'59,2"S e 46º39'10,4"WGr, situado junto a Estrada Barragem A Varginha; daí, segue pela referida estrada, sentido norte, até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro. OBS: 1- Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SF.23-Y-C-VI (MI-2793); SG.23-V-A-III (MI-2814) - Escala 1:100.000 - IBGE - 1984. 2- As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS 2000.

Art. 2º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pela Presidenta da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 1973, e do art. 5º do Decreto nº 1.775, de 1996.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 5 de maio de 2016

Nº 525 - Ato de Concentração nº 08700.002862/2016-67. Requerentes: ThyssenKrupp Slab International BV e ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. Advogados: Sérgio Varella Bruna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 526 - Ato de Concentração nº 08700.000756/2016-49. Requerentes: Ticket Serviços S.A., Repom S.A. e Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Haag S.A. Advogados: Fabíola C. L. Cammarota de Abreu, Barbara Rosenberg e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 07/2016/CGAA1/SGA1/SG, de 05 de maio de 2016 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

RETIFICAÇÃO

No Despacho SG nº 7, publicado no DOU de 05/05/2016, Seção 1, nº 85, pág. 47, referente ao Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo nº 08700.003528/2016-21. Representante(s): Cade ex officio. Representado(s): João Pedro Neto de Avelar Ghira, Carlos Eduardo Garrocho de Almeida, Fernando da Costa Procópio e José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira. Onde se lê: "Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo", leia-se: "Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo nº 08700.003528/2016-21 (Apartado de Acesso Restrito ao CADE e aos Representados nº 08700.008679/2014-03)".

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.429, DE 13 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19288 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS CPTM , CNPJ nº 71.832.679/0001-23, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

766 (setecentas e sessenta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.617, DE 25 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/13815 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa APORT SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.483.111/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 905/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.661, DE 26 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/18260 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0006-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 816/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.675, DE 26 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17713 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SARAIVA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.359.749/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 772/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.685, DE 26 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19922 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ÉPOCA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E INDUSTRIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 08.450.457/0001-00 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 925/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.722, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17410 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TARTALIA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 11.898.403/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 914/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.738, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/20026 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI FORTALEZA, CNPJ nº 73.870.891/0001-00 para atuar no Ceará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.746, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/21826 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DOMINGUES PAES EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 59.998.930/0001-29, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

603 (seiscentas e três) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.764, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23175 - DPF/XAP/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PATRIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.813.930/0001-39, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

40 (quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.770, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/16486 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 06.029.385/0002-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 955/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.798, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23803 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa CDI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 18.920.219/0001-74, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente AQUILA SERVIÇO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.248.988/0001-26:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente NAFSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.369.790/0001-30:

8 (oito) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.809, DE 2 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/21420 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa S. DO MONTE CHAVES CURSO DE FORMAÇÃO - ME, CNPJ nº 12.147.315/0001-45, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Munições calibre .380

2000 (duas mil) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 29 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº 104 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANTOLINA DUARTE DE DOS SANTOS - V032290-M, natural do Paraguai, nascida em 12 de junho de 1965, filha de Izidoro Duarte e de Mariana Roman, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.001054/2016-62);

IBRAHIM KHODOR HIJAZI - V188609-M, natural do Líbano, nascido em 12 de outubro de 1972, filho de Khodor Hijazi e de Fatme Hijazi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.002075/2015-14);

JAMAL MUSTAPHA AL AYOUBI - Y228540-0, natural do Líbano, nascido em 25 de dezembro de 1960, filho de Mustapha Alli Ayoubi e de Fayze Abdelkader Sl Ayoubi, residente São Paulo (Processo nº 08505.053342/2015-48);

JOSEPH NAKHLE ZAYFA - Y263658-F, natural do Líbano, nascido em 19 de março de 1980, filho de Nakhle Zayfa e de Nada Zayfa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108140/2015-41);

NELMARA PAULO RIBEIRO DE VALENTTI - W115890-H, natural do Uruguai, nascida em 04 de maio de 1955, filha de Nelson Paulo Artola e de Maria Ribeiro de Paulo, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.004080/2015-80) e

SALAH EDDIN NASER - V287527-M, natural da Síria, nascido em 10 de abril de 1986, filho de Sbdulbari Naser e de Ammah Aorfali, residente Distrito Federal (Processo nº 08280.016309/2015-19).

Nº 105 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com os artigos 111 e 116, ambos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e leis do Brasil:

ABDUL RAHMAN HASABA, natural da Síria, nascido em 22 de novembro de 1980, filho de Khalil Hasaba e de Hadieh Hasaba, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08506.021556/2015-45);

AURELIE MBUYI MUJINGA, natural da República Democrática do Congo, nascida em 01 de setembro de 2008, filha de Michel Mbuyi Kayembe e de Cecile Kalalá Mbuyi, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.034419/2016-61);

FAVOUR OLUWADAMILOLA KAREEM, natural da Nigéria, nascida em 02 de novembro de 2008, filha de Richard Olalekan Kareem e de Jane Temilola Kareem, residente no Distrito Federal (Processo: 08280.015402/2016-97);

TIESEN FANG, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se GEORGE TIESEN FANG, natural da China, nascido em 03 de julho de 2012, filho de Hebin Fang e de Lin Zhang, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.017523/2016-91);

KAROLINA STOCKLÖW, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se KAROLINA STOCKLOW, natural da Alemanha, nascida em 01 de agosto de 2000, filha de Peter Stocklow e de Daria Evgen`Evnastocklow, residente no Estado do Ceará (Processo: 08270.028447/2015-60) e

RAFANI CONSOLA NGOMBO, natural do Congo, nascido em 12 de maio de 2011, filho de Rafael Ngombo e de Fanny Mabanza, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.034834/2016-15).

Nº 106 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANGELA KIM - Y239385-C, natural da Coréia do Sul, nascida em 13 de junho de 1978, filha de Young Soo Kim e de Jung Sook Ryu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.028822/2014-90);

ANTOLINA DUARTE DE DOS SANTOS - V032290-M, natural do Paraguai, nascida em 12 de junho de 1965, filha de Izidoro Duarte e de Mariana Roman, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.001054/2016-62);

ANTONIO HAK CHUL LEE - Y041374-S, natural da Coréia do Sul, nascido em 08 de maio de 1969, filho de Hyun Duk Lee e de Kyung Sook Uh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.062940/2014-27);

CORINA DOLORES PACHECO HIRATA WAI - W276569-9, natural da Bolívia, nascida em 11 de dezembro de 1961, filha de Oscar Pacheco Rios e de Florencia Hirata de Pacheco, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066800/2015-17);

DANIEL ROMAN ROMERO MATELJAN - V161536-X, natural da Bolívia, nascido em 06 de agosto de 1979, filho de Emilio Roman Romero Perez e de Elizabeth Mateljan Claros, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.011694/2015-21);

HUANG FENGJI - Y230187-O, natural da China, nascido em 10 de fevereiro de 1976, filho de Huang Liangchão e de Huang shuhua, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.029018/2015-82);

JOSEPH NAKHLE ZAYFA - Y263658-F, natural do Líbano, nascido em 19 de março de 1980, filho de Nakhle Zayfa e de Nada Zayfa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108140/2015-41);

MARGARITA BAGDASSAROVA SIMBARDI - V214274-8, natural da Rússia, nascida em 18 de julho de 1961, filha de Viktor Lysanski e de Valentina Lysanskaia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108112/2015-23); e

MOHAMAD ALI FADEL - Y233981-Q, natural do Líbano, nascido em 20 de janeiro de 1976, filho de Ali Fadel e de Rodya Fadel, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.011260/2014-19) e

YOSRA MAAROUF EL ORA - W605565-0, natural do Líbano, nascida em 16 de maio de 1948, filha de Ali Hussein El Saifi e de Nazha Abo Arabi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066962/2015-47).

Nº 107 - TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o artigo 116, parágrafo único, da Lei n° 6.815/80, regulamentada pelo Decreto n° 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e leis do Brasil:

AGOSTINA YOHANA FARINA, natural da Argentina, nascida em 21 de novembro de 1996, filha de Diego Humberto Farina e de Patricia Paola Rodriguez, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.007012/2016-35);

AHMED HAYDAR, natural do Líbano, nascido em 01 de janeiro de 1998, filho de Ricardo Haidar Ahamad Haidar e de Perola Mohamad Ajami, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.001040/2016-49);

CARLOS ANDRÉS PRADO ROJAS, natural da Bolívia, nascido em 30 de outubro de 1996, filho de Juan Carlos Prado Ribera e de Iris Mariela Rojas de Prado, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.034476/2016-41);

CHEN CHIEN CHEN, natural da China (Taiwan), nascido em 11 de outubro de 1996, filho de Chen Cheng Hsiung e de Tseng Chau Bao, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08501.009664/2015-90);

MARIAM TOPESHASHVILI, natural da Geórgia, nascida em 27 de novembro de 1996, filha de Avtandil Topeshashvili e de Natela Topeshashvili, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08018.000127/2015-36);

MOHAMAD HUSSEIN HIJAZI, natural do Líbano, nascido em 02 de maio de 1974, filho de Hussein Hijazi e de Hachmeya Hijazi, residente no Estado do Paraná (Processo: 08000.009813/2016-42);

NETA MAGAL, natural de Israel, nascida em 02 de setembro de 1995, filha de Eytan Magal e de Lilit Magal, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.066849/2015-61);

REMO CRISTIAN LUIS URRITIA, natural do Chile, nascido em 12 de julho de 1993, filho de Cristian Manuel Yaconi Pieger e de Lorena Del Pilar Urrutia Jara, residente no Estado de Santa Catarina (Processo: 08494.008339/2014-65);

STIJN WILLEM VAN DER ZEE, natural da Indonésia, nascido em 14 de junho de 1996, filho de Robert Van Der Zee e de Liduine Elvira Madlener, residente no Estado de Santa Catarina (Processo: 08495.004093/2015-23); e

ZHEN XUE ER, natural da China, nascida em 03 de junho de 1997, filha de Zhen Dajun e de Tan Yaxia, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.066768/2015-61).

Nº 108 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI ONES SEGHAYER - V081580-P, natural da Líbia, nascido em 16 de maio de 1953, filho de Ones Seghayer e de Tunis Meftah, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003396/2015-33);

ALI SALIM JZZINI - W005653-7, natural do Líbano, nascido em 03 de fevereiro de 1934, filho de Salim Jezzini e de Zeinap Jezzini, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.029164/2015-16);

CHEN CHENG SHE - Y043343-T, natural da China (Taiwan), nascido em 14 de julho de 1976, filho de Yun Hui Chen e de Yuen Ching Chuang, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.136885/2015-08);

CHOU EN HUI - V105679-R, natural da China (Taiwan), nascido em 16 de novembro de 1953, filho de Chou Tuan Chung e de Chou Shun Chim, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.004944/2016-52);

ELIZABETH DOS SANTOS MAROTTA - W625705-Y, natural da Venezuela, nascida em 26 de novembro de 1951, filha de Florentino Maria dos Santos e de Georgina Teixeira Minhava dos Santos, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.015428/2015-36);

GABRIEL HERNAN FACAL VILLARREAL - V096668-H, natural do Uruguai, nascido em 15 de julho de 1980, filho de Julio Carlos Facal dos Santos e de Rosario Guadalupe Villareal Pujado, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.136889/2015-88);

GEORGES SAMAAN - W680030-F, natural da Síria, nascido em 11 de fevereiro de 1940, filho de Elias Mikhail Samaan e de Badiaa Naif Samaan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.004906/2016-08);

GHASSAN MOHAMMAD EL JAMMAL - Y238113-D, natural do Líbano, nascido em 09 de junho de 1963, filho de Mohammad El Jammal e de Chafica, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066778/2015-05);

HSIAO LING HUI - Y240533-P, natural da China, nascida em 04 de novembro de 1956, filha de Hsiao Kun Yuan e de Hsiao Yu Tsung, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066756/2015-37);

LIN MEI YU - V179463-P, natural da China, nascida em 05 de setembro de 1944, filha de Lin Ti Ju e de Lin Tsai Chai, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066865/2015-54);

MAHER YEHYA AL SAKAAN - V317074-V, natural do Líbano, nascido em 01 de setembro de 1986, filho de Yehya El Sakaan e de Malake Abou Lteif, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.004917/2016-80);

RAED YACOUB FAIQ IBRAHIM - Y234570-5, natural da Jordânia, nascido em 18 de abril de 1980, filho de Yacoub Faiq Ibrahim e de Laila Shehadeh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.131865/2013-71);

SALAME ARBACH, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se SALAM ARBACH - W640180-K, natural da Síria, nascida em 28 de agosto de 1947, filha de Mikhail Arbach e de Nabina Arbach, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.004907/2016-44);

STANISLAV RODITCKINE - V159404-G, natural da Rússia, nascido em 11 de agosto de 1980, filho de Vladimir Roditchkine e de Marina Roditchkina, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.004912/2016-57);

TAWFEIQ JABBAR ABDULLA - V183427-G, natural do Iraque, nascido em 17 de outubro de 1959, filho de Jabbar Abdulla Salman e de Kisma Abbas Abdulla, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.000055/2016-91);

WALTER DANIEL AMARO OSORIO - W162594-6, natural do Uruguai, nascido em 17 de maio de 1958, filho de Haydee Amaro e de Adelfa Osorio de Amaro, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108125/2015-01);

YANG CHANG YU FANG - Y237438-R, natural da República Popular da China, nascida em 25 de outubro de 1963, filha de Chang Chien Shian e de Chang Huang Chin Mei, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.028409/2015-14) e

ZAINAB KAMIL MUHAMMAD ALI - V195355-0, natural do Iraque, nascida em 01 de julho de 1957, filha de Kamil Muhammad Ali Abdulla e de Fakria Abdul Wahed Majid, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.000054/2016-46).

Nº 109 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CARMAN KOEHN LOEWEN - W597696-1, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 05 de agosto de 1949, filho de Peter Reimer Loewen e de Edna Leona Koehn Leowen, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08795.002110/2015-11);

DANIEL CLAUDIO BEIM CASELLA - V500932-1, natural do Uruguai, nascido em 25 de julho de 1968, filho de Wolfgang Wolf Beim Beckermann e de Marta Rosa Casella Fleitas, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003787/2014-68);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EL KHAFAJI MARWAN - V613051-5, natural do Líbano, nascido em 11 de julho de 1964, filho de Majid e de Amali Arnous, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08295.012249/2015-04);

EVGENY CHERTAKOVSKY - G073633-Z, natural da Ucrânia, nascido em 18 de junho de 1987, filho de Constantin Chertakovsky e de Galina Soloviov, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.001060/2015-97);

GIUSEPPE SPASIANO - V476628-D, natural da Itália, nascido em 25 de junho de 1965, filho de Eduardo Spasiano e de Giovanna Amato, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.009962/2014-60);

ÍDILIO JOSÉ NUNES CAVACO - V900723-J, natural de Portugal, nascido em 29 de agosto de 1972, filho de José Ídilio Vermelho Cavaco e de Beatriz Nunes Amaro, residente no Estado do Pará (Processo nº 08362.000018/2015-07);

IVAN ROCA FLORIDO - V412703-7, natural do Peru, nascido em 11 de dezembro de 1973, filho de Carlos Hermilio Roca Avila e de Gloria Florido de Roca, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.000151/2016-78);

JIHAD MOHAMAD MAAN DIB - V707192-3, natural do Líbano, nascido em 04 de novembro de 1975, filho de Mohamad Maan e de Ikram El Akra, residente no Estado do Pará (Processo nº 08072.003399/2014-52);

JOHNNY JAVIER GUTIERREZ RODRIGUEZ - V310912-F, natural da Bolívia, nascido em 03 de dezembro de 1959, filho de Marcelino Gutierrez Choque e de Genara Rodriguez Espinoza, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08102.012422/2014-03);

JUAN CARLOS CASTRO FERREIRA - G085974-U, natural da Bolívia, nascido em 06 de agosto de 1980, filho de Fidel Adolfo Castro Ferreira e de Miriam Ferreira Mejido, residente no Estado do Acre (Processo nº 08221.015584/2015-10);

JUAN PABLO MOLINA ACEVEDO - V341208-B, natural da Colômbia, nascido em 03 de março de 1974, filho de Rosalbina Molina Acevedo, residente noDistrito Federal (Processo nº 08280.000166/2016-12);

MARINA SIIDO - V921456-0, natural da Rússia, nascida em 06 de junho de 1980, filha de Vladimir Nikolaevitch Siido e de Natália Nikolaevna, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.059083/2015-22);

MOHAMMED KHALILUR RAHMAN - G111239-4, natural de Bangladesh, nascido em 15 de julho de 1981, filho de Mohammed Mokus Ali e de Hawarun Nessa, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08096.008459/2015-36);

MUHAMMAD ILYAS - V704454-E, natural do Paquistão, nascido em 01 de janeiro de 1986, filho de Zarif khan e de Mafia Bibi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.047158/2015-69);

OSCAR MARCELINO MALASQUEZ NEGRON - V590152-A, natural do Peru, nascido em 09 de janeiro de 1948, filho de Manuel Conde Malasquez e de Rosa Negron De Malasquez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08089.004289/2015-18);

SALUHU IBRAHIM - V638582-B, natural da Gana, nascido em 15 de março de 1991, filho de Ibrahim Zakari e de Mariam Musah, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08096.001026/2015-50);

SAMUEL CRAWFORD BROWN - V331485-S, natural da Grã-Bretanha, nascido em 08 de abril de 1975, filho de Samuel James Brown e de Ethel Florence Brown, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.009215/2014-92);

SVETLANA ZELYUTKINA - V875006-O, natural da Rússia, nascida em 12 de setembro de 1984, filha de Mikhail Zelyutkin e de Lilia Vakka, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.041813/2014-58);

VALERIA VIVIANA BLANCO - V628926-B, natural da Argentina, nascida em 23 de agosto de 1984, filha de Antonio Daniel Blanco e de Maria Del Carmen Tarnowski, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.004453/2013-25); e

ZOUHEIR ALLAGUI - V562627-Y, natural da Tunísia, nascido em 19 de dezembro de 1950, filho de Tahar Allagui e de Negiba Ben Attaya, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.011213/2015-64).

Nº 110 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDALLAH JABER - V671435-Z, natural do Líbano, nascido em 01 de agosto de 1983, filho de Ali Jaber e de Leila Moucalled, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108136/2015-82);

ALAIN RAY - V437593-P, natural da França, nascido em 21 de março de 1964, filho de Henri Marei Claude Ray e de Yvette Bouvresse, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.011202/2015-84);

ARNALDO JAVIER HERNANDEZ PEREZ - G075264-U, natural de Cuba, nascido em 28 de agosto de 1977, filho de Arnaldo Hernandez Delgado e de Caridad Perez Diaz, residente no Estado de Roraima (Processo nº 08485.003326/2016-71);

ARTUR ANTONIO DE ALMEIDA PORTELA - W642942-N, natural de Portugal, nascido em 07 de fevereiro de 1951, filho de Artur Marreiros Portela e de Salvina Rosa Sequeira de Almeida Portela, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.011065/2015-88);

CARLOS ALBERTO RESTREPO ARAUJO - V412353-8, natural da Colômbia, nascido em 26 de janeiro de 1980, filho de Afranio Luis Restrepo Cordoba e de Cleofe Lugardith Araujo Guerra, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.080059/2014-16);

DARIA BORISOVNA KORZHOVA - V661132-M, natural da Rússia, nascida em 01 de julho de 1983, filha de Boris Grigorjevich Korzhov e de Elena Mihajlovna Korzhova, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.000022/2016-06);

GLENN CARLTON JOHNSTON - V325815-J, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 16 de julho de 1964, filho de Roy Charles Johnston Jr e de Joyce Thomas Johnston, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08461.005193/2015-64);

GURAY SIRKECIOGLU - V515350-T, natural da Turquia, nascido em 04 de julho de 1974, filho de Ibrahim Sirkecioglu e de Kiymet Sirkecioglu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066835/2015-48);

GUSTAVO WASHINGTON BALDEON PALACIOS - V360000-S, natural do Peru, nascido em 24 de agosto de 1995, filho de Gustavo Pedro Baldeon Rosado e de Maria Haydee Palacios Ocharan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066784/2015-54).

ISMAIL ABDALLAH - G069271-J, natural da Argélia, nascido em 02 de novembro de 1988, filho de Abdelkader Abdallah e de Nadjia Benhamou, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.136887/2015-99);

JORGE FELIX MADRIGAL AZCUY - V368358-J, natural de Cuba, nascido em 30 de outubro de 1967, filho de Felix German Madrigal Gomez e de Gladys Azcuy Palacios, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08057.001097/2015-19);

JORGE IVAN SANCHEZ BOTERO - V216309-5, natural da Colômbia, nascido em 19 de abril de 1967, filho de Diego Sanchez Arango e de Doris Botero de Sanchez, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.025543/2015-56);

MANUELA VICENTE LOPES DAS NEVES VIEIRA - V439654-L, natural de Portugal, nascida em 22 de janeiro de 1955, filha de Manuel Paulo das Neves e de Zulmira Fernanda Lopes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.007030/2015-53);

MARTHA NELLY CORREA ZULETA - V320340-S, natural da Colômbia, nascida em 19 de setembro de 1965, filha de Gabriel Correa Giraldo e de Lucila Zuleta Correa, residente no Estado de Roraima (Processo nº 08485.002416/2015-63);

MAYSOUN IBRAHIM ODEH WARRAD - V366315-A, natural da Jordânia, nascida em 03 de novembro de 1974, filha de Ibrahim Odeh Warrad e de Imrahileh Auad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066908/2015-00);

MIGUEL FRANCISCO - V904282-3, natural da Angola, nascido em 28 de julho de 1972, filho de Mpembele Francisco e de Maria Viviana, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066796/2015-89);

MILJANA RISTIC - V497905-X, natural da Alemanha, nascida em 19 de abril de 1976, filha de Miodrag Ristic e de Vesna Ristic, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.024467/2015-24);

MOUADH DJIAR - V983828-G, natural da Argélia, nascido em 31 de maio de 1987, filho de Zoubir Djiar e de Saida Kainou, residente no Estado de Espírito Santo (Processo nº 08286.003106/2015-11);

NUAN TZU LIAO BEZERRA - V987127-Q, natural da China (Taiwan), nascida em 03 de setembro de 1975, filha de Pang Shi Liao e de A Mei Lu, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.000619/2016-01);

OSCAR ALBERTO PENA FAJARDO - V583089-J, natural da Venezuela, nascido em 21 de fevereiro de 1980, filho de Luis Alberto Pena Rivero e de Iraida Margarita Fajardo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066843/2015-94);

RABAH ZEINEDDINE - G116404-R, natural do Líbano, nascido em 31 de maio de 1995, filho de Hassan Zeineddine e de Meyasseh Abu Chahla, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053313/2015-86);

RICHARD JUNIOR MANUEL GODINEZ TELLO - V750659-N, natural do Peru, nascido em 27 de dezembro de 1985, filho de Manuel Richard Godinez Sanchez e de Elba Tello de Godinez, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.000060/2016-51);

ROMUALD ALAIN TAKOUKEM FOKOU - V593325-R, natural de Camarões, nascido em 29 de março de 1979, filho de André Fouokoho e de Martine Dadjio, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066815/2015-77);

SAEED RASHID BARKAT - G097545-0, natural da Líbéria, nascido em 27 de abril de 1976, filho de Rashid Barkat e de Munawar Barkat, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003207/2015-13);

SANDRA LILIANA CARVAJAL GARCIA - V530862-F, natural da Colômbia, nascida em 30 de dezembro de 1979, filha de Rafael Carvajal Martinez e de Maria Cecilia Garcia Fernandez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.011210/2015-21) e

TINO NA N`RABA - G098219-8, natural da Guiné, nascido em 16 de setembro de 1990, filho de Bifanlat Na N`Raba e de Bidakle Na Sarra, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108110/2015-34).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08364000938201505, SIMON PUERTAS PEREZ.

Processo: 08505004871201607, HASSAN ALI CHEAITO.

Data 28/04/2016

Processo: 08420017680201556, ANGELO PERFETTI.

Processo: 08505.044069/2016-41, YOUNIS DARWEESH.

Processo: 08000.010490/2016-30, LUIS ANTONIO PEÑA VILLARROEL.

Processo: 08000.010483/2016-38, ALEJANDRA VIRGINIA PENA VILLARROEL.

Processo: 08389029075201561, EUSEBIA CONCEPCION GOMEZ DE BARBOZA.

Processo: 08505004916201635, HUSSEIN AHMAD EL CHANDOUR.

Processo: 08505004880201690, MAJED OMAR EL JAROUCH.

Processo: 08505038676201591, JORGE ZALCBERG LOPATA.

Data 29/04/2016

Processo: 08505053348201515, ADEL KHALED.

Processo: 08505053357201514, MOHAMED ABOUZEID ELSAYED ALI.

Processo: 08505108009201583, NAZISH ANBREEN.

Processo: 08505053346201526, JEAN NOEL BETCHEM.

Processo: 08792000217201547, MARIA ELENA MORATORIO DE AMOZA.

Processo: 08505066852201585, ALAIN BERTRAND KOAGNE TAGNE.

Processo: 08505066826201557, ALI HASSAN MAJED.

Processo: 08505066890201538, MOSTAFA ELARBI MOHAMED ELKEKLI.

Processo: 08212004558201575, ALGUES ARCELIN.

Processo: 08505066895201561, TANIMU MOHAMMED.

Processo: 08475031332201556, ANA ISABEL MENDOZA DUENAS.

Processo: 08505066836201592, HALA ALSALIB.

Processo: 08505066791201556, HASSAN ALAA EDDINE.

Processo: 08505047159201511, KENRO SUGITA.

Data 04/05/2016

TEXConheço do recurso e mantenho o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08505005756201480, SHUBIN LI.

Data 28/04/2016

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

RETIFICAÇÕES

No Despachos da Chefe, de 29 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2016, Seção 1, página 47,

Onde se lê:

DEFERIR o pedido de Retificação de Assentamento formulado em favor do nacional cubano ADRIAN DE LA TORRES RODRIGUEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de ADRIAN DE LA TORRES RODRIGUEZ para ADRIAN DE LA TORRE RODRIGUEZ e o nome dos genitores de ANTONIO DE LA TORRES RODRIGUEZ para ANTONIO DE LA TORRE RODRIGUEZ e RUBIZELDA RODRIGUEZ RAMIREZ para RUBISELDA RODRIGUEZ RAMIREZ. Processo Nº 08354005134201511

Leia-se:

DEFERIR o pedido de Retificação de Assentamento formulado em favor do nacional cubano ADRIAN DE LA TORRES RODRIGUEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de ADRIAN DE LA TORRES RODRIGUEZ para ADRIAN DE LA TORRE RODRIGUEZ e o nome dos genitores de ANTONIO DE LA TORRES RODRIGUEZ para ANTÔNIO DE LA TORRE RAMIREZ e RUBIZELDA RODRIGUEZ RAMIREZ para RUBISEIDA RODRIGUEZ RAMIREZ. Processo Nº 08354005134201511

No Despachos da Chefe, de 20 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2015, Seção 1, página 37,

Onde se lê:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional colombiano GIOVANNI OTALORA PATINO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de RAYMUNDO OTALORA DIAZ para RAIMUNDO OTALORA DIAZ e AURA LIGIA PATINO MATINES para AURA LIGIA PATIÑO MATINEZ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leia-se:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional colombiano GIOVANNI OTALORA PATINO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de RAYMUNDO OTALORA DIAZ para RAIMUNDO OTALORA DIAZ e AURA LIGIA PATINO MATINES para AURA LIGIA PATIÑO MARTINEZ.

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente.

Processo Nº 08000.023058/2013-66 - GUILLERMO SERAFIN PASQUALINI e ANDREA BETINA MOTTURA DE PASQUALINI.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000277/2015-39 - RUDOLF RABI, até 03/06/2016.

Processo Nº 08000.006323/2016-94 -CHRISTOPHER LEE NEAL, até 16/06/2016

Processo Nº 08000.008180/2016-55 - GEORGE MICHAEL LEWIS, até 20/01/2017

Processo Nº 08000.000385/2015-10 - MARLON PANGAN ROQUE, até 03/04/2017.

Processo Nº 08000.008733/2016-70 - IGNACIO BOTAS RATERA, até 26/04/2017

Processo Nº 08000.041644/2014-73 - GEORGE BURL MORGAN, até 28/07/2017.

Processo Nº 08000.014282/2015-29 - MICHAEL BUGTAI CALO, até 25/10/2017.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 08/07/2015, Seção 1, pág. 43, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08390.005335/2013-11 - PAOLO CASTAGNO.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 01/04/2016, Seção 1, pág. 42, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08389.000144/2014-74 - ETTORE IVALDI.

DEFIRO os pedidos de residência provisória nos termos da Lei 11.961/09, ressaltando que o Ato poderá ser revisto, a qualquer tempo, caso se verifique a falsidade das informações prestadas, conforme disposto no art. 8º, da referida lei, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.066910/2009-22 - XIAOJUAN ZHAO.

Processo Nº 08505.077464/2009-81 - XINYONG ZHAO.

Processo Nº 08505.028231/2012-51 - ZHOU YI.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO os pedidos de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08502.004931/2011-07 - TINGJIU RONG.

Processo Nº 08452.004633/2011-41 - BAYE MOR FAYE.

Processo Nº 08460.029494/2011-60 - LUZ MIRIAM ARROYAVE CEBALLOS.

Processo Nº 08505.051582/2011-84 - AIFEN XIANG.

Processo Nº 08505.090652/2011-10 - ROSSY CONDORI ARUQUIPA.

Processo Nº 08505.063026/2011-51 - BINGCHUN DU.

Processo Nº 08270.010055/2013-82 - SANDER CORNELIS MOERMAN.

Processo Nº 08505.027692/2011-25 - QIONG ZHENG.

Processo Nº 08506.010236/2011-36 - YEH TING LI.

Processo Nº 08711.001207/2011-58 - GORDON RICARDO BOLTON.

Processo Nº 08505.097006/2011-83 - SOCRATES HERVIN PINTO CORRALES.

Processo Nº 08476.001374/2011-29 - LEONARDA MOYE GUACAMA.

Processo Nº 08505.018526/2012-19 - NDONGO NIANG.

Processo Nº 08485.006131/2012-59 - BENITO FILOMENO AGUILERA.

Processo Nº 08505.070253/2011-32 - GROVER REYNALDO MOLLERICONA.

Processo Nº 08505.055026/2013-49 - JAIME COTACACHI CABASCANGO.

Processo Nº 08505.094594/2013-65 - BEDIAKO YIRENKYI BERNICE YAA.

Processo Nº 08065.000961/2011-32 - HUANFEN LIN.

Processo Nº 08460.029497/2011-01 - LEONARD JOHN BALCERZAK.

Processo Nº 08505.071554/2014-26 - HASSAN KASSEM.

Processo Nº 08505.026684/2014-12 - HASSAN ALI EL ZEIN.

Processo Nº 08505.064159/2011-44 - PAULA CAROLINA SALAS. DE MEDEIROS.

Processo Nº 08280.022505/2013-61 - JURISTELA LIBERTA DA SILVA SOARES.

Processo Nº 08260.004304/2013-10 - ALVARO GUNTIN LIEBANAS.

Processo Nº 08505.128080/2013-11 - SHINYA FUJINAMI.

Processo Nº 08505.135659/2013-30 - PETER LAUERMANN.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 137 do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.013942/2016-35 - SHOKO MORI.

Processo Nº 08000.013902/2016-93 - JOSE MANUEL HERAS VILLAMOR.

Processo Nº 08000.013896/2016-74 - SATOSHI MIYAKE.

Processo Nº 08000.022458/2015-16 - ADOLFO JESUS CUENCA MORAL, MARIA EUGENIA ROJANO FERNANDEZ AROYO, PAULA CUENCA ROJANO e SERGIO CUENCA ROJANO.

Processo Nº 08000.021381/2015-67 - JOSÉ ANTONIO RAUSELL TAMAYO.

Processo Nº 08000.021364/2015-20 - MICHAEL ANTHONY GARDNER.

Processo Nº 08000.019064/2015-81 - CHEICK LUTUIMA SOUMARE.

Processo Nº 08000.018867/2015-18 - HECTOR FERNANDO MUÑOZ ERASO, LINDA CRISTINA ARENAS MURILLO, JUAN FERNANDO MUÑOZ ARENAS e GABRIELA MUÑOZ ARENAS.

Processo Nº 08000.018115/2015-57 - RETO KAUFMANN.

Processo Nº 08000.013071/2015-79 - MARIA TERESA FERRARO.

Processo Nº 08000.006970/2015-15 - NICOLA CLAIRE CRAWLEY.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.012660/2016-11 - JOSE LUIS MADRID. JANEIRO, MARIANA CANTU BARRIENTOS e SANTIAGO MADRID CANTU.

Processo Nº 08000.010569/2016-61 - ADRIAN FIGUEROA JIMENEZ.

Processo Nº 08000.005334/2016-57 -ISMAEL JOSE ROSADO CAEIRO.

Processo Nº 08000.017974/2015-29 - JUN SUK SUH, YOONJUNG. YANG e SEMIN SUH.

Processo Nº 08000.017846/2015-85 - LUCA LUPINO e PATRIZIA TORCHIA.

Processo Nº 08494.005747/2013-84 - JUAN CARLOS PINEDA. SERNA, DIANA CATALINA URIBE JARAMILLO, JUANITA PINEDA URIBE e MARIANA PINEDA URIBE.

Processo Nº 08000.010723/2015-13 - ANTHONY MICHAEL ROBERTS, CRISSI DAWN ROBERTS e JENSEN LAURETTE ROBERTS.

Processo Nº 08000.010495/2015-81 - TOMOAKI MIKATA, MAMIKO MIKATA, SALA MIKATA e RYOUGA MIKATA.

Processo Nº 08000.009980/2015-11 - MICHAEL EDWARD BARNHARDT.

Processo Nº 08505.103327/2014-77 - CAROLINE CATHERINE GISELE MARIE JOSEPHE LUMPP.

Processo Nº 08000.009551/2015-35 - JOSE EDUARDO RUSSO SARMIENTO, DARLENE DEL CARMEN BALZA TRUJILLO, ANABELLA RUSSO BALZA e ALESSANDRA RUSSO BALZA.

Processo Nº 08461.009756/2014-11 - TIMOTHY JAMES FARROW

Processo Nº 08506.011666/2014-18 - HUGO MARIA CARNEIRO PACHECO D`OREY.

Processo Nº 08000.002972/2015-35 - OSVALDO MIGUEL DA SILVA MAGALHAES.

Processo Nº 08505.138981/2014-00 - AMAYA MARTINEZ LACABE.

Processo Nº 08506.019838/2014-00 - MARCEL ILIJA. BETHENCOURT, CATERINE NINOSKA HERNANDEZ ORSINI, MAITE ILIJA HERNANDEZ, MARCELO ILIJA HERNANDEZ e MAURO ALOISE ILIJA HERNANDEZ.

Processo Nº 08260.011163/2014-72 - CARLA DANIELA ISLER MUCI e ALAN ENRIQUE CLAVIJO TRIGUEROS.

Processo Nº 08508.001706/2014-01 - MOHAMAD CHEHAB.

Processo Nº 08000.015547/2014-25 - BARBARA LARANJINHA.

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO os presentes processos de permanência, vez que restou provado que o estrangeiro (a) está casado (a) de fato e de direito com cônjuges brasileiros, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.106744/2015-52 - NONSO SAMUEL NWAKPADOLU.

Processo Nº 08505.020456/2015-10 - KADIATOU KALLO.

Processo Nº 08351005892201128 - MICHAEL EDWARD LEHAN.

Determino o arquivamento dos presentes processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pela Divisão de Permanência de Estrangeiros, abaixo relacionados:

Processo Nº 08501.012625/2011-46 - MATTHIAS JAKOB.

Processo Nº 08505.064522/2011-21 - GUILLERMINA FERNANDEZ DE RODRIGUEZ.

Processo Nº 08240.016411/2011-67 - JIN RUIGEN.

Considerando que o interessado efetuou registro posterior ao presente pedido com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional, determino os arquivamentos do feito nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

Processo Nº 08240.023463/2011-90 - MARIA SUSANA GARCIA ACEVEDO.

Processo Nº 08434.002566/2013-19 - FELIX FABIAN VERA GONZALEZ.

Considerando que o caso em tela não se enquadra nas atribuições deste Ministério, e ainda, que o Ministério do Trabalho e Previdência Social manifestou-se no sentido de que o interessado apresente o pedido diretamente àquele órgão, conforme Ofício n.º 31/CGIg/GM/MTE, de 17 de março de 2014, determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08081.001660/2012-17 - FUGUANG QIU.

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08000.031561/2014-76 - DENNIS WENDELL RICHARDS.

Processo Nº 08000.001189/2015-54 - YONGGYN CHO.

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.035893/2014-20 - ADAM GIBSON.

Processo Nº 08505065657201457 - CAROLINE CHANTAL CANELLE FESSON DE SOUZA LEMOS.

Processo Nº 08505.031043/2015-52 - GORKA SUDUPE BELLOSO e SUSANA ARNEDO ORTEGO.

Processo Nº 08000.008118/2015-82 - MARIA MILAGROSA FERNANDEZ PRIETO.

Processo Nº 08000.006473/2015-17 - HERBERT RUSSELL JARVIS.

Processo Nº 08000.005482/2015-91 - KARSTEN SOLHEIM KREYBERG.

Processo Nº 08390.005937/2013-60 - IMANE BENABDERRAZIK.

Determino o arquivamento dos presentes processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal, abaixo relacionados:

Processo Nº 08495.002751/2015-42 - GABRIELA ROMINA FRIAS.

Processo Nº 08495.002752/2015-97 - NEHUEN ANTU VECCHIO.

Processo Nº 08230.015318/2014-05 - JOHN JAIRO NORENA RAMIREZ.

Processo Nº 08506.010855/2012-10 - TERUYO BADIALE.

Processo Nº 08444.006071/2014-12 - JOSÉ LUIS RODRIGUES FERNANDES.

Processo Nº 08461.005547/2014-90 - MARLYN RIVERA ARAMBURU.

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, INDEFIRO os presentes pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V.

Processo Nº 08000.009081/2016-91 - TEODORICO ALCALA TOLENTINO.

Processo Nº 08000.008746/2016-49 - SERGEY NIKITIN.

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de turista/temporário em permanente com base no Decreto nº 6.736/2009, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08461.006085/2014-28 - CHRISTIAN ALEJANDRO BETHELEN.

Processo Nº 08702.009242/2013-96 - BENJAMIN ENRIQUE ALVAREZ.

INDEFIRO os presentes pedidos de Transformação de temporário em permanente, tendo em vista o não cumprimento da exigência formulada por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08444.004182/2014-94 - MARIA SOLEDAD RODRIGUEZ VERDUN.

Processo Nº 08434.001418/2014-50 - TEOFILO ALBERTO SAINT PASTEUR.

Processo Nº 08461.006459/2014-13 - CARLOS RAUL HERRERA.

Processo Nº 08460.011256/2014-41 - HEBER LUCIANO BAEZA.

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo, abaixo relacionados:

Processo Nº 08205.001386/2016-58 - CYPRAIN NNABUIKE UBESIE.

Processo Nº 08205.001380/2016-81 - BRIGHT OSAGHAE ONYEKUNI.

Processo Nº 08458.006060/2012-11 - DAVIDE MEREU

Processo Nº 08705.005438/2013-81 - PASQUALINA CAPASSO.

Processo Nº 08354.001469/2013-91 - ARTUR BERNARDO NEVES PINTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.058422/2015-90 - OKWUDILI FESTUS EZE.

Processo Nº 08270.015708/2004-29 - OLIVER FRANK GUNTHER.

Processo Nº 08505.005250/2002-37 - JOHN PETER.

Processo Nº 08458.006383/2007-48 - ARNE AARLAND.

Processo Nº 08505.109805/2013-71 - GLADYS CLOTILDE DELGADO FILARTIGA.

Processo Nº 08505.083093/2013-53 - AKKARIMA CHAMUADEE.

Processo Nº 08270.019398/2013-11 - EMANUEL SITAFA TAVARES CASSAMA.

Processo Nº 08389.026158/2012-56 - ESMILCE SAUCEDO PERES.

Processo Nº 08505.068151/2013-19 - JOAO CORDEIRO MADEIRA NUNES, FABRICIA MONSATO CAMPOS ANTUNES, CONSTANÇA MONSATO DE CAMPOS MADEIRA.

Processo Nº 08354.001918/2012-10 - CEZAR LUDOVIC FERREIRA

Processo Nº 08461.008679/2013-92 - LYNDA GAY RODELLO.

INDEFIRO os presentes processos de permanência definitiva com base em prole brasileira, tendo em vista que os requerentes não preenchem os requisitos previstos no art. 5º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08270.000497/2004-20 - JULIO OMAR MARTINEZ.

Processo Nº 08280.002025/2014-64 - FRANCISCO JAVIER CALI GALARZA.

Processo Nº 08506.002356/98-40 - OMATAYO OLADEINDE.

Processo Nº 08504.013625/2014-86 - RUFINO ADELIO VIANA MARANHAO.

Processo Nº 08505.067684/2015-45 - EMORDI AUSTIN IHENATUOHA.

Processo Nº 08505.051128/2015-57 - CHRISTOPHER IZEBKHALE.

INDEFIRO os presentes pedidos de permanência, tendo em vista os estrangeiros encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual, abaixo relacionados:

Processo Nº 08495.000111/2004-45 - NORAH SANTILLAN VDA DE CARRASCO.

Processo Nº 08260.000042/2013-14 - ALESSANDRO MICARELLI.

Processo Nº 08286.000051/2013-17 - ROBERT CHAZ EARL RIVIERA.

Processo Nº 08260.002160/2012-86 - JOSE MIGUEL CARDOSO RIBEIRO.

Processo Nº 08457.011184/2013-18 - DIANA SOFIA CAMPINO DOS SANTOS.

Processo Nº 08457.009648/2013-18 - MISNEYDI CHANG GONZALEZ.

Processo Nº 08256.005494.2012-71 - PATRIZIA PICCIAU.

INDEFIRO os presentes pedidos de transformação de residência provisória em permanente considerando a inobservância do requisito temporal previsto no art 7º, da Lei nº 11.961/2009.

Processo Nº 08460.039136/2011-65 - RICARDO JOSE GOMES RAMOS.

Processo Nº 08018.008252/2012-41 - WENYU YANG .

Processo Nº 08460.039050/2011-32 - ANDREA CALLAO HERRERA.

Processo Nº 08460.041491/2011-02 - ROSA MIRIAM DA ROCHA GUIMARAES.

Processo Nº 08505.094488/2013-81 - ALDA MOREIRA BRANDAO.

Processo Nº 08505.010766/2015-18 - GUANREN CHEN.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 08/07/2015, Seção 1, pág. 43, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.008314/2014-76 - ENRIQUE JOSE GUZMAN SALGADO.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 09/03/2016, Seção 1, pág. 94, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.001157/2015-59 - MARC LOWERY.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/01/2016, Seção 1, pág. 93, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.042561/2014-00 - JOSEPH GRANT MURRELL

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/04/2016, Seção 1, pág. 30, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.013951/2015-45 - RYAN JOHN EDWARDS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/04/2016, Seção 1, pág. 42, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08505.064547/2015-59 - SHUHEI YAMADA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/08/2015, Seção 1, pág. 35, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08460.041333/2013-14 - ANDREA COSTA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/09/2015, Seção 1, pág. 70, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.005410/2014-45 - CAROLINA ECHEVARRIA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/09/2014, Seção 1, pág. 31, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08492.020182/2013-85 - GUILHERMO OMAR RUTA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/03/2015, Seção 1, pág. 30, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08461.009122/2013-79 - MARCOS GUIDO RAMPAZZO.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/12/2015, Seção 1, pág. 68, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.039498/2009-78 - DAVID LUIS DA SILVA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/02/2013, Seção 1, pág. 64, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo N 08505.027456/2011-17 - AGUSTINA DANI CASTILLO JARA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/07/2013 , Seção 1, pág. 31, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo N 08505.027354/2011-93 - RONGXIANG TANG.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 04/04/2013, Seção 1, pág. 33, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo N 08460.020187/2011-13 - CARLOS DAVID BOGARIN AVELLANEDA.

MULLER LUIZ BORGES

Determino os arquivamentos dos presentes processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08352.000346/2013-52 - MAURICIO MIGUEL ESTRADA.

Processo Nº 08389.004740/2013-42 - MIJAEL PAVEL AGUIRRE AGUIRRE.

Processo Nº 08389.008476/2013-16 - MARIA JEANNIA EMILIEN BEAUBRUN.

Processo Nº 08458.004009/2013-56 - MICHEL FRANCISCO ABANTO MARIN.

Processo Nº 08460.004202/2013-48 - MIRANDA ALBINO MARTINS MUAUALO.

Processo Nº 08707.001254/2013-22 - MARTHA LUCIA ORTIZ MORENO.

Processo Nº 08492.017412/2012-48 - MIRIAM HILDEGARDA VIDAL CARDENAS.

Processo Nº 08501.004366/2013-41 - YAHIR MUNOZ VALENCIA.

Processo Nº 08504.001449/2014-30 - PAULO ADÃO VENANCIO.

Processo Nº 08070.003233/2014-56 - MARCOS KELSON BERNARDO BENQUELA.

Processo Nº 08083.000437/2014-96 - LUIS HERNANDO GIL YAPEZ.

Processo Nº 08494.003902/2014-17 - IVAN JOSE EUSEBIO.

Processo Nº 08505.011229/2014-12 - ANTONIO RUI SENA DOS REIS CASTRO JUNIOR.

Processo Nº 08096.000163/2014-96 - ALINE AMELIA CABRAL FERNANDES.

Processo Nº 08376.000763/2014-16 - EDER DAVI LIMA DOS SANTOS.

Processo Nº 08460.011239/2014-11 - CELMA INÊS ZANGA.

Processo Nº 08505.015200/2014-00 - PAULA CECILIA ALBANO.

Processo Nº 08458.000717/2014-07 - JUAN CAMILO GALVIS CIRO.

Processo Nº 08709.001937/2014-41 - EDINA COIA DE OLIVEIRA.

Processo Nº 08102.002366/2014-91- YENNY CAROLINA MANTILLA VERA.

Processo Nº 08444.002138/2014-40 - NEDY RAMIREZ LIZCANO.

Processo Nº 08240.011122/2014-14 - MARTHA ISABEL MEDRANO OROZCO

Processo Nº 08508.007246/2014-17 - JUAN CAMILO CIFUENTES ARENAS.

Processo Nº 08508.008206/2014-92 - DONICER EDUARDO MONTES VERGARA.

Processo Nº 08270.013962/2014-64 - SHIN-HUN SON.

Processo Nº 08286.002997/2014-07 - LUCAU AFONSO LEMOS.

Processo Nº 08270.016668/2014-12 - MARTHA ISABEL CARDENAS ESGUERRA.

Processo Nº 08460.022961/2014-73 - BENZIRA MAURA MANUEL DA MOTA.

Processo Nº 08451011319201478 - MILY DERLY GALLEGOS HUALLPA.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 11/03/2016, Seção 1, pág. 41, para excluir a obrigação de pagar a multa estipulada no disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81, em razão de ter sido estipulada sem necessidade.

Onde se lê:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser autuados por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.003592/2016-07 - STEVE FRANCIS DENIS VAN DE VELDE, até 09/06/2016

Leia-se:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados

Processo Nº 08000.003592/2016-07 -STEVE FRANCIS DENIS VAN DE VELDE, até 09/06/2016

No Diário Oficial da União de 08/04/2016, Seção 1, pág. 24, para que o estrangeiro realize o restabelecimento sem a aplicação de multa.

Onde se lê:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.000196/2015-39 - JAMES FREDERICK ANDERSON, até 03/06/2017

Leia-se:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000196/2015-39 - JAMES FREDERICK ANDERSON, até 03/06/2017

No Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 54, para a correta grafia do nome do Sr. YOUNGJIN JANG

Onde se lê:

Processo Nº 08270.024160/2014-80 - YOUGJIN JANG - YOHAN JANG, DIANE ARLIETH PENALOSA.

Leia-se:

Processo Nº 08270.024160/2014-80 -YOUNGJIN JANG - YOHAN JANG, DIANE ARLIETH PENALOSA.

No Diário Oficial da União de 17/06/2015, Seção 1, pág. 27, para constar os nomes dos dependentes -SUNYEO KWON e DASOM LEE

Onde se lê:

Processo Nº - 08270.002791/2014-48 - SANGYEOUNG LEE

Leia-se:

Processo Nº - 08270.002791/2014-48 - SANGYEOUNG LEE, SUNYEO KWON e DASOM LEE.

No Diário Oficial da União de 06/11/2015, Seção 1, pág. 39, para constar o nome da dependente - Sra. YULIA KOLOMIETS

Onde se lê:

Processo Nº 08461.008037/2013-93 - ALEXANDER KOLOMIETS

Leia-se:

Processo Nº 08461.008037/2013-93 - ALEXANDER KOLOMIETS e YULIA KOLOMIETS

No Diário Oficial da União de 05/05/2016, Seção 1, pág. 49

Onde se lê:

Processo Nº 08000.030378/2014-53 - OLE FRYDENSBERG FROM.

Leia-se:

Processo Nº 08000.030378/2014-53 - OLE FRYDENSBERG FROM, até 02/12/2016.

No Diário Oficial da União de 05/05/2016, Seção 1, pág. 48

Onde se lê:

DEFIRO

Considerando o fato de já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, entendo que restou prejudicada a análise do pedido de reconsideração formulado pela empresa contratante. Diante do exposto, DETERMINO o arquivamento do presente processo. Processo Nº 08000.007231/2015-41 - LUÍS CARLOS DOS SANTOS PEIXOTO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leia-se:

Considerando o fato de já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, entendo que restou prejudicada a análise do pedido de reconsideração formulado pela empresa contratante. Diante do exposto, DETERMINO o arquivamento do presente processo.

Processo Nº 08000.007231/2015-41 - LUÍS CARLOS DOS SANTOS PEIXOTO.

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DECISÕES DE 5 DE MAIO DE 2016

Nº 31 - Processo Administrativo nº 08000.028829/2013-10. Recorrente: HSBC Bank Brasil S.A. Advogado: Sturzenegger e Cavalcante Advogados Associados. Nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, adoto, como motivação, a Nota Técnica nº 7/2016/GAB SENACON/SENACON, assim ementada: "Recurso Administrativo. Cobrança indevida de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) na realização de uma nova operação, de clientes que já possuíam contrato de crédito vigente com a instituição financeira. Exigência de vantagem manifestamente excessiva e elevação sem justa causa do preço do serviço. Infração aos artigos 4º, caput, incisos I e III, incisos III e IV; e 39, V e X, do Código de Defesa do Consumidor. Recurso provido parcialmente. Redução da multa". Fica o Recorrente intimada a pagar multa no valor de valor de R$ 3.645.763,00 (três milhões seiscentos e quarenta e cinco mil e setecentos e sessenta e três reais) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução n° 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa da União, nos termos do artigo 55 do Decreto nº 2.181/97.

Nº 32 - Processo Administrativo nº 08012.002166/2011-02. Recorrente: ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA. Advogado: Cláudio Coelho de Souza Timm. Nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, adoto, como motivação, a Nota Técnica nº 8/2016/GAB SENACON/SENACON, assim ementada: "Recurso Administrativo. Ausência de informação quanto à presença de organismos geneticamente modificados (OGM) no rótulo do produto. Inobservância aos princípios da boa-fé e da transparência. Violação ao direito à informação, à liberdade de escolha e à proteção contra prática abusiva. Infração aos artigos 4º, incisos I e III; 6º, incisos II, III e IV; 31; 66, do Código de Defesa do Consumidor, bem como §§ 1º e 2º do art. 2º do Decreto 4.680/03; IN 01/04 e Portaria n. 2.658/03 do Ministério da Justiça. Recurso desprovido. Manutenção de multa". Fica a Recorrente intimada a pagar multa no valor de valor de R$ 426.958,44 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução n° 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa da União, nos termos do artigo 55 do Decreto nº 2.181/97.

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Secretária

PORTARIA Nº 7, DE 5 DE MAIO DE 2016

Disciplina a aplicação de sanções administrativas, no âmbito da SENACON/MJ

A SECRETÁRIA NACIONAL DO CONSUMIDOR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, do Decreto nº 8.668 de fevereiro de 2016 e o artigo 39, VII, da Portaria nº 1.840, de 21 de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 55, § 1º., da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no artigo 3º, X, do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997 e no artigo 68, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A aplicação de sanções administrativas por infrações à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e demais normas aplicáveis, por parte da Senacon - Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, seguirá os parâmetros e critérios fixados nesta Portaria.

Art. 2º Os trâmites processuais, bem como a aplicação das sanções, obedecerão aos comandos da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, assim como do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997.

Art. 3º Sem prejuízo das medidas previstas na legislação civil e penal, bem como daquelas previstas em normas regulatórias, quando aplicáveis, os infratores estão sujeitos à aplicação das sanções previstas:

I - nos incisos do art. 56, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990;

II - nos incisos do art. 18, do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997;

III - no art. 68, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 4º Os comandos aqui estabelecidos adotam as seguintes definições:

I - pena base: valor inicial a que se chega no cálculo da pena de multa, a partir dos parâmetros e critérios definidos nesta Portaria, e ao qual serão aplicados os índices de majoração e de redução também aqui estabelecidos, em decorrência da caracterização, ou não, de circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.

II - trânsito em julgado administrativo: é o atributo de definitividade da decisão proferida em processo administrativo sancionador, que se verifica a partir do momento em que não couber mais recurso ou pelo termo de seu prazo, sem a interposição da peça recursal ou com a sua interposição intempestiva;

III - sanção de obrigação de fazer: sanção mandamental que resulta de ordem emanada pela autoridade administrativa pela qual o infrator é compelido a praticar uma conduta lícita, diversa das obrigações já previstas em lei e regulamento, em benefício do consumidor, suficiente para desestimular o cometimento de nova infração; e

IV - sanção de obrigação de não fazer: sanção mandamental que resulta de ordem emanada pela autoridade administrativa pela qual o infrator é compelido a deixar de praticar uma conduta, em benefício do consumidor, a qual poderia praticar sem embaraço não fosse a sanção imposta pela Administração, suficiente para desestimular o cometimento de nova infração.

Art. 5º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, mediante decisão fundamentada da Senacon, assegurando o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, nos termos da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 6º A Senacon poderá, a seu critério e na órbita de suas competências legais, com vistas ao melhor atendimento do interesse público, celebrar, com os infratores, compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais.

Art. 7º No curso do procedimento ou, em caso de risco iminente, antes dele, a Senacon poderá, motivadamente, adotar medidas cautelares, sem a prévia manifestação do interessado.

§ 1º As medidas cautelares adotadas no curso do procedimento não obstam o seu prosseguimento, devendo todos os atos a ela relativos ser apensados em autos apartados.

§ 2º Caso haja recurso contra a decisão que adotar medidas cautelares, os autos apartados devem ser desapensados do procedimento principal, se houver, para análise e julgamento pela autoridade competente.

Art. 8º As infrações serão classificadas, segundo sua natureza e gravidade, em 3 (três) grupos, segundo os critérios constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 9º Na definição da sanção a ser aplicada a cada caso concreto, devem ser considerados os seguintes parâmetros e critérios:

I - a natureza e a gravidade da infração, observada a classificação definida no Anexo I desta Portaria;

II - a extensão dos danos e a abrangência dos interesses lesados em decorrência da prática infrativa, para os consumidores efetivos ou potenciais;

III - a condição econômica do fornecedor;

IV - a proporcionalidade entre a infração praticada e a intensidade da sanção a ela aplicada, observados os itens anteriores.

Parágrafo único. No caso de concurso de infratores, a cada um deles será aplicada pena individualizada, graduada em conformidade com os parâmetros e critérios aqui definidos.

Art. 10 As sanções de obrigação de fazer e de não fazer poderão ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativamente com a sanção de multa, quando a autoridade competente, valendo-se da oportunidade e conveniência, verificar que a imposição de prática ou abstenção de conduta à sancionada será mais razoável e adequada para o atingimento do interesse público, devendo a escolha ser devidamente motivada, observados os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

Art. 11 As sanções de obrigação de fazer e de não fazer devem observar os seguintes parâmetros:

I - não podem se restringir ao mero cumprimento das obrigações já impostas ao infrator pelo arcabouço legal e regulamentar a ele aplicável;

II - devem estar estritamente relacionadas com a infração cometida, sendo vedada a determinação da prática ou abstenção de ato que não tenha qualquer relação com a conduta irregular apenada;

III - devem buscar, preferivelmente, melhorias para o produto ou serviço envolvido na conduta irregular apenada, de modo a beneficiar seus consumidores de forma mais direta possível.

§ 1º Cabe à sancionada o ônus de comprovar o efetivo cumprimento da ordem mandamental imposta pela autoridade competente, dentro do prazo fixado na decisão que lhe impuser a obrigação.

§ 2º O não atendimento da ordem imposta pela autoridade administrativa, independentemente de responsabilização civil ou criminal cabíveis, poderá implicar a conversão da sanção de obrigação de fazer ou de não fazer em multa, que levará em consideração o grau de cumprimento da obrigação imposta e as características da infração originalmente cometida, segundo os parâmetros e critérios do art. 9º desta Portaria.

§ 3º As sanções de obrigação de fazer e não fazer não se confundem com as medidas cautelares.

Art. 12 A pena de multa obedecerá aos limites do parágrafo único do art. 57, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, adotando-se como fator de correção monetária dos seus valores, em função da extinção da UFIR, o IPCA-e, e seu cálculo deverá levar em conta os seguintes aspectos:

I - os parâmetros e critérios fixados no art. 9º desta Portaria;

II - sempre que possível:

a) a quantidade de consumidores afetados;

b) o período de duração da infração;

§ 1º Para apuração da condição econômica do fornecedor será tomada em consideração a média de sua receita bruta, apurada, preferencialmente, com base nos 03 (três) meses anteriores à data da lavratura do auto de infração, podendo a mesma ser estimada pela Senacon.

§ 2º A média da receita mensal bruta estimada pela Senacon poderá ser impugnada, no processo administrativo, no prazo da defesa, a contar da citação do autuado, sob pena de preclusão, mediante a apresentação de ao menos um dos seguintes documentos, ou quaisquer outros que os substituam por força de disposição legal:

I - demonstrativo de resultado do exercício - DRE, publicado;

II - declaração de Imposto de Renda, com certificação da Receita Federal;

III - comprovante de recolhimento do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - DARF SIMPLES, acompanhado do respectivo Extrato Simplificado.

§ 3º Na hipótese de fornecedor que desenvolva atividade de fornecimento de produtos e serviços, será necessária a apresentação de documentos que comprovem a receita bruta auferida em ambas as atividades, observada a relação constante do parágrafo anterior.

§ 4º A receita considerada será referente a do estabelecimento onde ocorrer a infração, salvo nos casos de infrações que atinjam outros estabelecimentos do mesmo titular, caso em que suas receitas também deverão ser computadas.

Art. 13 A dosimetria da pena de multa obedecerá à fórmula de cálculo abaixo explicitada, a partir da qual se chegará à pena base a ser aplicada a cada infração.

PB = (NAT x ED x CEPE x CERBM)

Onde:

PB = Pena Base

NAT = Enquadramento da infração no grupo equivalente à sua natureza e gravidade;

ED = Extensão do Dano (individual, coletivo ou difuso);

CEPE = Condição Econômica - Porte Econômico da Empresa;

CERBM = Condição Econômica - Renda Mensal Bruta;

§ 1º A natureza e gravidade (NAT) obedecerão às classificações definidas no Anexo I desta Portaria, segundo os critérios abaixo:

a) Grupo I: fator de multiplicação 1;

b) Grupo II: fator de multiplicação 2;

c) Grupo III: fator de multiplicação 3.

§ 2º A extensão do dano (ED) será considerada a partir do universo de consumidores efetiva ou potencialmente prejudicados pela infração, da seguinte forma:

a) Individual: fator de multiplicação 5;

b) Coletivo: fator de multiplicação 6;

c) Difuso: fator de multiplicação 7,5.

§ 3º A condição econômica do fornecedor observará dois aspectos:

I - Seu porte econômico, segundo os critérios abaixo:

a) MEI (Microempreendedor individual): faturamento anual de até R$60 mil: fator de multiplicação 1;

b) ME (Microempresa): faturamento entre R$60.000,01 e R$360.000,00: fator de multiplicação 6;

c) EPP (Empresa de pequeno porte): faturamento entre R$360.000,01 e R$3.600.000,00: fator de multiplicação 30;

d) EMP (Empresa de médio porte): faturamento entre R$3.600.000,01 e R$90.000.000,00: fator de multiplicação 60;

e) EM-GP (Empresa de médio-grande porte): faturamento anual entreR$90.000.000,01 e R$300.000.000,00: fator de multiplicação 80;

f) EGP (Empresa de grande porte): faturamento anual acima de R$300.000.000,00: fator de multiplicação 100.

II - Sua receita mensal bruta, segundo os critérios abaixo:

a) MEI: 5% da receita mensal bruta;

b) ME: 0,5% da receita mensal bruta;

c) EPP: 0,1% da receita mensal bruta;

d) EMP: 0,025% da receita mensal bruta;

e) EM-GP: 0,008% da receita mensal bruta;

f) EGP: 0,004% da receita mensal bruta.

Art. 14 Fixada a pena base, a ela serão aplicados os acréscimos ou deduções decorrentes da verificação da presença, ou não, das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no art. 15, desta Portaria.

§ 1º No concurso de práticas infrativas, será aplicada a multa correspondente à infração de maior gravidade, com acréscimo de 1/3 (um terço).

§ 2º Adotados os parâmetros e critérios acima para a fixação da pena de multa, uma vez verificada eventual extrapolação dos limites fixados pelo parágrafo único, do art. 57, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou, ainda, o não atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, caberá à Senacon, em decisão fundamentada, adequá-la a tais diretrizes legais e principiológicas.

§ 3º Para atendimento ao disposto no parágrafo anterior, poderá a Senacon, a fim de adequar o valor da multa ao seu intervalo legal, utilizar-se, dentre outros, dos seguintes critérios:

I - a quantidade de reclamações contra o infrator registradas no SINDEC - Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor e no Portal consumidor.gov.br, ao longo dos 12 (doze) meses anteriores à prática da infração em exame;

II - os índices de resolutividade de reclamações apresentados pelo infrator no SINDEC - Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor e no Portal consumidor.gov.br, ao longo dos 12 (doze) meses anteriores à prática da infração em exame;

III - os antecedentes do infrator, para tanto considerada a existência, ou não, contra ele, de processo(s) sancionatório(s) com trânsito em julgado administrativo, junto à Senacon, nos 5 (cinco) anos que antecedem a infração em exame;

IV - a vantagem auferida pelo infrator, em sendo ela apurável, no caso concreto.

Art. 15 A pena base poderá ser atenuada de 1/3 (um terço) à metade ou agravada de 1/3 (um terço) ao dobro se verificadas no processo a existência das circunstâncias abaixo relacionadas:

I - Consideram-se circunstâncias atenuantes:

a) a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;

b) ser o infrator primário;

c) ter o infrator, tempestivamente, adotado as providências pertinentes para minimizar ou reparar os efeitos do ato lesivo;

d) em atenção ao comando do art. 4º, V, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, a manutenção em operação regular, pelo in-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

frator, de um programa formal de prevenção de conflitos de consumo, que envolva, oriente e discipline a atuação efetiva de uma estrutura organizacional especificamente dedicada à recepção, registro, tratamento e solução de conflitos de consumo.

II - Consideram-se circunstâncias agravantes:

a) ser o infrator reincidente;

b) ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas;

c) trazer a prática infrativa consequências danosas à saúde ou à segurança do consumidor, ainda que potencialmente;

d) deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências;

e) ter o infrator agido com dolo;

f) ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo;

g) ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas com deficiência, interditadas ou não;

h) ser a conduta infrativa praticada em período de grave crise econômica ou aproveitando-se da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade;

i) ser a conduta infrativa discriminatória de qualquer natureza, referente à cor, etnia, idade, sexo, opção sexual, religião, entre outras, caracterizada por ser constrangedora, intimidatória, vexatória, de predição, restrição, distinção, exclusão ou preferência, que anule, limite ou dificulte o gozo e exercício de direitos relativos às relações de consumo.

Parágrafo único. Para fins de caracterização de circunstância atenuante, na forma da alínea 'd', do inciso I, deste artigo, a atuação efetiva da estrutura organizacional ali referida:

I - não pode se limitar à simples operação de canal regular de serviços de atendimento ao consumidor;

II - não pode se limitar ao simples e estrito cumprimento de dever de conduta já imposto ao infrator, por comando legal ou regulamentar de qualquer natureza.

Art. 16 No caso de aplicação de penalidade pecuniária, o autuado será intimado a efetuar o pagamento por meio de boleto bancário, no prazo de 10 (dez) dias, constando na intimação as instruções para defesa e/ou impugnação da receita bruta estimada ou interposição de recurso.

Parágrafo único. O pagamento da penalidade pecuniária implicará o reconhecimento da consistência do auto de infração e a confissão de débito, bem como a renúncia à interposição de ação ou qualquer recurso ou outra medida judicial tendente a obstar a exigibilidade da pena pecuniária aplicada.

Art. 17 As decisões dos processos administrativos sancionatórios, no âmbito da Senacon, serão publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 18 Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

§ 4º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 19 As multas impostas serão recolhidas ao Fundo de Direitos Difusos, em obediência ao disposto no art. 29 do Decreto 2.181/97, nos termos da Resolução CFDD n. 30, de 26 de novembro de 2013.

Art. 20 Esgotado o prazo fixado para pagamento, os créditos vencidos serão inscritos na Dívida Ativa da União.

Art. 21 Esta Portaria entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação oficial, revogando-se as demais disposições em contrário.

Parágrafo único. As disposições desta Portaria incidirão nos processos que ainda não tenham sido objeto de trânsito em julgado administrativo, naquilo em que se mostrarem mais benéficas ao infrator.

JULIANA PEREIRA DA SILVA

ANEXO I

Classificação das Infrações ao Código de Defesa do Consumidor, segundo sua natureza e gravidade, nos termos do art. 9º, desta Portaria.

a) Infrações enquadradas no Grupo I:

1. Ofertar produtos ou serviços sem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, condições de pagamento, juros, encargos, garantia e origem entre outros dados relevantes (art. 31, caput);

2. Deixar de fornecer prévia e adequadamente ao consumidor, nas vendas a prazo, informações obrigatórias sobre as condições do crédito ou financiamento (art. 52);

3. Omitir, nas ofertas ou vendas eletrônicas, por telefone ou reembolso postal, o nome e endereço do fabricante ou do importador na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial (art. 33);

4. Promover a publicidade de bens ou serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina (art. 33, parágrafo único);

5. Promover publicidade de produto ou serviço de forma que o consumidor não a identifique como tal, de forma fácil e imediata (art. 36);

6. Prática infrativa não enquadrada em outro grupo.

7. Deixar de gravar de forma indelével, nos produtos refrigerados, as informações quanto suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, origem, entre outros dados relevantes (art. 31, parágrafo único).

8. Deixar de sanar os vícios do produto ou serviço, de qualidade ou quantidade, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária (art. 18).

9. Fornecer produtos com vícios de quantidade, isto é, com conteúdo líquido inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza (art. 19);

10. Fornecer serviços com vícios de qualidade, que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária (art. 20);

11. Deixar de atender a escolha do consumidor prevista no §1º, do artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor, quando o vício não for sanado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 18, §1º)

12. Redigir instrumento de contrato que regula relações de consumo de modo a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance (art. 46);

13. Impedir, dificultar ou negar a desistência contratual e devolução dos valores recebidos, no prazo legal de arrependimento, quando a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial (art. 49);

14. Deixar de entregar, quando concedida garantia contratual, termo de garantia ou equivalente em forma padronizada, esclarecendo, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor (art. 50, parágrafo único);

15. Deixar de fornecer manual de instrução, de instalação e uso de produto em linguagem didática e com ilustrações (art. 50, parágrafo único);

16. Deixar de redigir contrato de adesão em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho de fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar a sua compreensão pelo consumidor (art. 54, § 3º);

17. Deixar de redigir com destaque cláusulas contratuais que impliquem na limitação de direito do consumidor, impedindo sua imediata e fácil compreensão (art. 54, § 4º);

18. Ofertar produtos ou serviços sem assegurar informação correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa sobre seus respectivos prazos de validade e sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores (art. 31, caput).

19. Deixar de gravar de forma indelével, nos produtos refrigerados, as informações quanto ao seu prazo de validade e sobre os riscos que apresentem à saúde e segurança dos consumidores (art. 31, parágrafo único).

b) Infrações enquadradas no Grupo II:

1. Deixar de reparar os danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos ou serviços, bem como prestar informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos (art. 12);

2. Deixar de reparar os danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como prestar informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos (art. 14);

3. Colocar no mercado de consumo produtos ou serviços em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO (39, VIII);

4. Colocar no mercado de consumo produtos ou serviços inadequados ao fim a que se destinam ou que lhe diminuam o valor (arts. 18, § 6º, III, e 20);

5. Colocar no mercado de consumo produtos ou serviços em desacordo com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, da rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza (art. 19);

6. Deixar de empregar componentes de reposição originais, adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo se existir autorização em contrário do consumidor (art. 21);

7. Deixar as concessionárias ou permissionárias de fornecer serviços públicos adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos (art. 22);

8. Deixar de cumprir a oferta, publicitária ou não, suficientemente precisa, ou obrigação estipulada em contrato (arts. 30 e 48);

9. Deixar de assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto (art. 32);

10. Impedir ou dificultar o acesso gratuito do consumidor às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes (art. 43);

11. Manter cadastro de consumidores sem serem objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, ou contendo informações negativas referentes a período superior a cinco anos (art. 43, § 1º);

12. Inserir ou manter registros, em desacordo com a legislação, nos cadastros ou banco de dados de consumidores (artigos 43 e §§ e 39, caput);

13. Inserir ou causar a inserção de informações negativas não verdadeiras ou imprecisas em cadastro de consumidores (art. 43, § 1º);

14. Deixar de comunicar por escrito ao consumidor a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais de consumo, quando não solicitada por ele (art. 43, § 2º);

15. Deixar de retificar, quando exigidos pelo consumidor, os dados e cadastros nos casos de inexatidão ou comunicar a alteração aos eventuais destinatários no prazo legal (art. 43, § 3º);

16. Fornecer quaisquer informações que possam impedir ou dificultar acesso ao crédito junto aos fornecedores, após consumada a prescrição relativa à cobrança dos débitos do consumidor (art. 43, § 5º);

17. Deixar o fornecedor de manter em seu poder, na publicidade de seus produtos ou serviços, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem (art. 36, parágrafo único); ou deixar de prestar essas informações ao órgão de defesa do consumidor quando notificado para tanto (art. 55, § 4º);

18. Promover publicidade enganosa ou abusiva (art. 37 e §§ 1º, 2º e 3º);

19. Realizar prática abusiva (art. 39);

20. Deixar de entregar orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços (art. 40);

21. Deixar de restituir quantia recebida em excesso nos casos de produtos ou serviços sujeitos a regime de controle ou tabelamento de preços (art. 40, § 3º);

22. Desrespeitar os limites oficiais estabelecidos para o fornecimento de produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços (art. 41);

23. Submeter, na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente a ridículo ou qualquer tipo de constrangimento ou ameaça (art. 42);

24. Apresentar ao consumidor documento de cobrança de débitos sem informação sobre o nome, endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente (art. 42-A acrescido pela Lei Federal nº 12.039, de 1ª de outubro de 2009);

25. Deixar de restituir ao consumidor quantia indevidamente cobrada pelo valor igual ao dobro do excesso (art. 42, parágrafo único);

26. Inserir no instrumento de contrato cláusula abusiva (art. 51);

27. Exigir multa de mora superior ao limite legal (art. 52, § 1º);

28. Deixar de assegurar ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos (art. 52, § 2º);

29. Inserir no instrumento de contrato cláusula que estabeleça a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado (art. 53);

30. Deixar de prestar informações sobre questões de interesse do consumidor descumprindo notificação do órgão de defesa do consumidor (art. 55, § 4º).

c) Infrações enquadradas no Grupo III:

1. Exposição à venda de produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, ou perigosos ou, ainda, que estejam em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação (art. 18, § 6º, II);

2. Colocar no mercado de consumo produtos ou serviços que acarretem riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, bem como deixar de dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito (art. 8º);

3. Colocar ou ser responsável pela colocação no mercado de consumo, produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança (art. 10);

4. Deixar de informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança, ou deixar de adotar outras medidas cabíveis em cada caso concreto (art. 9º);

5. Deixar de comunicar à autoridade competente a nocividade ou periculosidade do produto ou serviço, quando do lançamento dos mesmos no mercado de consumo, ou quando da verificação posterior da existência de risco (art. 10, § 1º);

6. Deixar de comunicar aos consumidores, por meio de anúncios publicitários veiculados na imprensa, rádio e televisão, a nocividade ou periculosidade do produto ou serviço, quando do lançamento dos mesmos no mercado de consumo, ou quando da verificação posterior da existência de risco (art. 10, § 1º e 2º);

7. Expor à venda produtos com validade vencida (art. 18, § 6º, I).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 899, DE 5 DE MAIO DE 2016

Habilita os Municípios de Santa Helena de Goiás (GO) e Alvorada do Norte (GO) a receberem recursos para construção de Centro Especializado de Reabilitação (CER).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

Considerando a Portaria nº 1.060/GM/MS, de 5 de junho de 2002, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.297/SAS/MS, de 22 de novembro de 2012, que inclui incentivos para as Oficinas Ortopédicas na Tabela de Incentivos Redes no SCNES;

Considerando a Portaria nº 2.236/GM/MS, de 1º de outubro de 2012, que acresce e altera dispositivos das Portarias nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011; nº 2.395/GM/MS, de 13 de outubro de 2011; e nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria nº 1.303/GM/MS, de 28 de junho de 2013, que estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.728/GM/MS, de 13 de novembro de 2013, que altera o anexo da Portaria nº 1.303/GM/MS, de 28 de junho de 2013, que estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 328/GM/MS, de 6 de abril de 2015, que estabelece, para efeitos orçamentários, a plurianualidade das Portarias que habilitaram propostas de Construção, Ampliação e Reforma do Programa de Viver sem Limite, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios de Santa Helena de Goiás e Alvorada do Norte, descritos no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados ao investimento para construção de Centro Especializado em Reabilitação - CER.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos Municipais de Saúde de Santa Helena de Goiás e Alvorada do Norte.

Art. 3º O ente federativo contemplado com financiamento previsto nos termos do art. 1º desta Portaria fica sujeito ao cumprimento dos seguintes prazos para execução e conclusão das obras e efetivo início de funcionamento das unidades:

I - até 9 (nove) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para apresentar os documentos necessários ao recebimento da segunda parcela do incentivo financeiro;

II - até 21 (vinte e um) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para conclusão da obra; e

III - até 90 (noventa) dias, a contar da data do pagamento dos recursos relativos à terceira parcela do incentivo financeiro, para início do funcionamento da unidade.

Art. 4º O Município beneficiado com recursos tratados por esta Portaria é responsável pela contínua atualização das informações no SISMOB, no mínimo uma vez a cada 60 (sessenta) dias, responsabilizando-se, ainda, pela veracidade e qualidade dos dados fornecidos, quais sejam:

I - informações relativas ao estabelecimento, ao imóvel, ao projeto e à contratação;

II - informações relativas à execução física da obra; e

III - informações relativas à conclusão da obra.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de modificação das informações descritas neste artigo até 60 (sessenta) dias após a última inserção de dados, o ente federativo ainda assim fica obrigado a acessar o SISMOB para registro dessa atividade pelo próprio sistema informatizado.

Art. 5º Na hipótese de descumprimento dos prazos definidos no art. 3º, o ente federativo beneficiário estará sujeito:

I - à devolução imediata dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, mas apenas em relação aos recursos que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e não executados; e

II - ao regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, em relação aos recursos financeiros que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e executados parcial ou totalmente em objeto diverso ao originalmente pactuado.

Art. 6º O monitoramento, de que trata esta Portaria, não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros percebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 7º Fica estabelecido que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 (Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde) - PO 0004 (Viver Sem Limite).

Parágrafo único. Para continuidade do pagamento das parcelas às propostas habilitadas no contexto da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

CONSTRUÇÃO DE CER

Nº	UF	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA	CNPJ	Valor da proposta	COMPONENTE	Modalidades	Valor da 1ª parcela	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
1	GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	11315213000116001	11.315.213/0001-29	R$ 2.500.000,00	Construção de CER	Física e Intelectual	R$ 250.000,00	10.302.2015.8535	0004
2	GO	ALVORADA DO NORTE	10701551000116001	10.701.551/0001-36	R$ 2.500.000,00	Construção de CER	Física e Intelectual	R$ 250.000,00	10.302.2015.8535	0004

PORTARIA Nº 900, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera o Porte da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte III para Porte I) localizada no Município de Piripiri (PI), Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 929/GM/MS, de 26 de abril de 2010, que habilita Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Município de Piripiri (PI);

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal;

Considerando a Resolução do CMS nº 02/2012 e Resolução CIB-PI nº 024/2015, que aprova a mudança do Porte da UPA 24h de Piripiri (PI);

Considerando os Ofícios nº 096/GAB/SMS/PI, de 01 de setembro de 2015 e nº 469/GAB/SESAPI, de 29 de fevereiro de 2016, em que solicitam alteração do Porte da UPA 24h de Piripiri (PI), de Porte III para Porte I; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Nota Técnica n° 089/CGUE/DAHU/SAS/MS, de março de 2016, alterando o Porte da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Piripiri (PI) para Porte I, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Porte da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) no Município de Piripiri (PI), de Porte III para Porte I.

Art. 2º Fica determinada a devolução de recurso de incentivo de investimento excedente repassado a maior para o Fundo Municipal de Saúde de Piripiri (PI), no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), conforme descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O valor a ser devolvido deverá ser acrescido de juros e correção monetária calculados com base nas datas do repasse das parcelas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

UF	Município	IBGE	Atual UPA 24h	Alteração UPA 24h	Diferença de recurso da UPA 24h, Porte III para Porte I	SIPAR	Proponente	Nº Proposta
PI	Piripiri	2208403	Porte III	Porte I	R$ 1.200.000,00	25000.052615/2010-22	SMS/PI	06553.861000/1090-01

PORTARIA Nº 901, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera dispositivos da Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013 e da Portaria nº 1.274/GM/MS, de 25 de junho de 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013 que inclui Procedimentos de Cadeiras de Rodas e Adaptação Postural em Cadeira de Rodas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.274/GM/MS de 25 de junho de 2013 que inclui o Procedimento de Sistema de Frequência Modulada Pessoal (FM) na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.046/GM/MS, de 11 de dezembro de 2013, que altera dispositivos das Portarias nº 1.272/GM/MS e nº 1.274/GM/MS, ambas de 25 de junho de 2013;

Considerando a Portaria nº 1.397/GM/MS, de 3 de julho de 2014, que altera dispositivos das Portarias nº 1.272/GM/MS e nº 1.274/GM/MS, ambas de 25 de junho de 2013;

Considerando a Portaria nº 55/GM/MS, de 29 de janeiro de 2015, que altera dispositivos da Portaria nº 1.397/GM/MS, de 3 de julho de 2014;

Considerando a Portaria nº 1.334/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que altera dispositivos das Portarias nº 1.272/GM/MS e nº 1.274/GM/MS, ambas de 25 de junho de 2013;

Considerando a necessidade de viabilizar a concessão das órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) incorporadas pelas Portarias nº 1.272/GM/MS e 1.274/GM/MS, 25 de junho de 2013 e de qualificar o registro da série histórica das mesmas, resolve:

Art. 1º Fica alterado para até 25 de dezembro de 2016 o prazo de que trata o § 2º do art. 1º da Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, referente à permanência dos recursos para financiamento dos procedimentos por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para formação de série histórica necessária à sua incorporação ao Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) do Distrito Federal, Estados e Municípios.

Art. 2º Fica alterado para até 25 de dezembro de 2016 o prazo de que trata o § 2º do art. 1º da Portaria nº 1.274/GM/MS, de 25 de junho de 2013, referente à permanência dos recursos para financiamento dos procedimentos por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para formação de série histórica necessária à sua incorporação ao Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) do Distrito Federal, Estados e Municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir da competência janeiro de 2016.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

PORTARIA Nº 902, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera dispositivos da Portaria nº 2.723/GM/MS, de 9 de dezembro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.723/GM/MS, de 9 de dezembro de 2014, que inclui os procedimentos de Materiais elásticos para modelagem de cotos, controle cicatricial ou controle de edema de Membros Superiores - Faixa Elástica Compressiva, Tábua (prancha) para transferência, Cinta para transferências, Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar, Almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão - simples, Mesa de atividades para cadeira de rodas (Tábua Mesa) e Bengala de 4 pontas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica alterado para 9 de dezembro de 2016 o prazo de que trata o art. 3º da Portaria nº 2.723/GM/MS, de 9 de dezembro de 2014, referente à permanência dos recursos para financiamento dos procedimentos por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para formação de série histórica necessária à sua incorporação ao Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) do Distrito Federal, Estados e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir da competência fevereiro de 2016.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

PORTARIA Nº 903, DE 5 DE MAIO DE 2016

Habilita o Município de Patos de Minas (MG) a receber recursos para construção de Centro Especializado em Reabilitação (CER).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

Considerando a Portaria nº 1.060/GM/MS, de 5 de junho de 2002, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria n° 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.236/GM/MS, de 1º de outubro de 2012, que acresce e altera dispositivos das Portarias nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011; nº 2.395/GM/MS, de 13 de outubro de 2011; e nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readéqua o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria nº 1.303/GM/MS, de 28 de junho de 2013, que estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 2.728/GM/MS, de 13 de novembro de 2013, que altera o anexo da Portaria nº 1.303/GM/MS, de 28 de junho de 2013, que estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica habilitado o Município de Patos de Minas (MG) a receber os recursos federais destinados ao investimento para construção de Centro Especializado em Reabilitação, conforme descrito a seguir.

UF	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA	CNPJ	Valor da proposta	Componente	Modalidades	Valor da 1ª parcela	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
MG	Patos de Minas	13918415000116001	13918415000190	2.500.000,00	CER II	Física e Visual	R$ 250.000,00	10.302.2015.8535	0004

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo, para o Fundo Municipal de Saúde de Patos de Minas (MG).

Art. 3º O ente federativo contemplado com financiamento previsto nos termos do art. 1º desta Portaria fica sujeito ao cumprimento dos seguintes prazos para execução e conclusão das obras e efetivo início de funcionamento das unidades:

I - até 9 (nove) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para apresentar os documentos necessários ao recebimento da segunda parcela do incentivo financeiro;

II - até 21 (vinte e um) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para conclusão da obra; e

III - até 90 (noventa) dias, a contar da data do pagamento dos recursos relativos à terceira parcela do incentivo financeiro, para início do funcionamento da unidade;

Art. 4º O Município beneficiado com recursos tratados por essa Portaria é responsável pela contínua atualização das informações no SISMOB, no mínimo uma vez a cada 60 (sessenta) dias, responsabilizando-se, ainda, pela veracidade e qualidade dos dados fornecidos, quais sejam:

I - informações relativas ao estabelecimento, ao imóvel, ao projeto e à contratação;

II - informações relativas à execução física da obra; e

III - informações relativas à conclusão da obra.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de modificação das informações descritas neste artigo até 60 (sessenta) dias após a última inserção de dados, o ente federativo ainda assim fica obrigado a acessar o SISMOB para registro dessa atividade pelo próprio sistema informatizado.

Art. 5º. Na hipótese de descumprimento dos prazos definidos no art. 3º, o ente federativo beneficiário estará sujeito:

I - à devolução imediata dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, mas apenas em relação aos recursos que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e não executados; e

II - ao regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, em relação aos recursos financeiros que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e executados parcial ou totalmente em objeto diverso ao originalmente pactuado.

Art. 6º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros percebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 7º Fica estabelecido que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria fazem parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que correm por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 (Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde) - PO 0004 (Viver Sem Limite).

Parágrafo único. Para continuidade do pagamento das parcelas às propostas habilitadas no contexto da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

PORTARIA Nº 904, DE 5 DE MAIO DE 2016

Delega ao Subsecretário de Assuntos Administrativos (SAA/SE/MS) a competência para requerer o acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI), nos termos do § 1º do art. 3º da Portaria nº 318/SPU/MPOG, de 18 de dezembro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando o Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde e remaneja cargos em comissão;

Considerando a Portaria nº 457/GM/MPOG, de 18 de dezembro de 2014, que institui, no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG), o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI); e

Considerando a Portaria nº 318/SPU/MPOG, de 18 de dezembro de 2014, que regulamenta o uso e a aplicação do Sistema de Requerimento de Imóveis da União (SISREI), resolve:

Art. 1º Fica delegado ao Subsecretário de Assuntos Administrativos, da Secretaria-Executiva, do Ministério da Saúde (SAA/SE/MS), a competência para requerer o acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI), nos termos do § 1º do art. 3º da Portaria nº 318/SPU/MPOG, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No art. 7º da Portaria nº 691/GM/MS, de 13 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União - nº 71, de 14 de abril de 2016, Seção 1, páginas 43-44, onde se lê: "Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 (Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde)." Leia-se: "Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - PO - 0000 (Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde).".

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 5 DE MAIO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

440ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 23 de março de 2016

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25779.004192/2015-48	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.003418/2011-19	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.222986/2014-76	Ser Único - Planos Odontológicos S/S Ltda.	DIGES	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/06, por 4 vezes.	40.000,00 (quarenta mil reais
25779.000011/2015-12	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.013583/2013-47	Unimed Norte Do Mato Grosso Cooperativa De Trabalho Médico	DIGES	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06.	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25779.004722/2015-58	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25772.004495/2013-69	Promédica - Proteção Medica A Empresas S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.004600/2015-61	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.008452/2012-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.023966/2014-59	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.002399/2015-88	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.033343/2011-22	Pró Saúde Planos De Saúde Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.040261/2013-04	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	DIGES	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)

441ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 06 de abril de 2016

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25779.010170/2013-55	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Renovação de Contratos - Arts. 62-A e 10, III, da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.007618/2012-28	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V, da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.001109/2013-72	Odonto Empresas Convênios Dentarios Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V, da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25779.009778/2015-07	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III, da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.043598/2013-40	Amico Saúde Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V, da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.005508/2014-07	Bradesco Saúde S/A	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V, da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.060777/2013-67	Saúde Medicol S/A - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III, e 7º, III, da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.099467/2013-32	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, II, e 7º, III, da RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.090177/2013-23	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saude Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III, e 7º, III, da RN 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33902.080243/2012-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIGES	Incorreções e Omissões nas Informações - Arts. 37 e 10, V, da RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25789.099625/2012-73	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.090155/2013-63	Medisanitas Brasil Assistência Integralà Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.004488/2015-69	Sósaúde Assistência Médico Hospitalar Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.015042/2015-60	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.067739/2013-35	Unimed do Abc - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Variação da contraprestação pecuniária por mudança de faixa etária Art. 57 RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33902.226466/2014-32	Sb Saúde Ltda. Sociedade Simples	DIGES	Envio de Informações Periódicas - - Art. 35 RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
25789.092984/2011-19	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.013260/2014-60	Massa falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.070375/2012-90	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIGES	Alteração do Contrato em Desacordo com a Legislação - Art. 69 RN 124/06; e Reajuste de Plano Coletivo- Art. 57 RN 124/06	125.315,00 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e quinze reais)
25779.014732/2013-30	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.002319/2010-40	Odontoprev S/A	DIGES	Obrigações de Natureza Contratual - art.78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.089790/2013-06	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.041047/2013-67	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.014531/2015-02	Administradora Brasileira De Assistência Médica	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.011602/2015-15	Administradora Brasileira De Assistência Médica	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.023920/2015-11	Administradora Brasileira De Assistência Médica	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.010461/2015-13	Administradora Brasileira De Assistência Médica	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.006978/2013-59	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.004477/2013-68	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.024961/2012-37	Unimed Campo Grande Ms Cooperativa De Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.018350/2011-64	Sul América Companhia De Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.518000/2011-18	Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Urgência e Emergência - art. 79 da RN nº 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.156280.2013-28	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIGES	Reajuste acima do permitido - art. 59 da RN nº124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.409021.2013-13	SMV Serviços Médicos Ltda	DIGES	Envio de Informação Periódica - art. 35 da RN nº124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.001986.2015-50	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.001635.2015-49	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.084572.2011-13	São Lucas Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.318628.2012-04	Amico Saúde Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.001009.2015-52	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.005038.2015-93	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.036221.2012-53	Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Envio de Informação Periódica - art. 35 da RN nº124/06	760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais)
25772.012768/2013-49	Caixa de Assistência dos Empregados do BANEB	DIOPE	Incorreções e omissões nas informações - Art. 37 da RN 124/06	5.000,00 (cinco mil reais)
25779.002519/2015-47	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.006651/2015-28	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.006665/2015-41	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.021266/2014-20	Vitae Serviços Assistenciais Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.045630/2012-66	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.013530/2014-17	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Cláusulas de garantias legais - Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.238132/2014-10	Associação Serviços Odontológicos da Indústria de Minas Gerais-Odontovida	DIGES	Envio de informações periódicas - Art. 35 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.581746/2011-68	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIGES	Contratualização - Art. 43 da RN 124/06, por três vezes	105.000,00 (cento e cinco mil reais)
25789.072937/2012-30	HBC Saúde Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.078360/2011-99	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.736650/2011-43	Ops - Planos de Saúde S.A	DIGES	Envio de Informações das Operadoras e dos Prestadores de Serviços - Art. 34 da RN 124/06.	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.236783/2014-67	Sitto - Sistema Integrado de Tratamento Odontológico	DIGES	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
25782.016789/2011-52	Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médico Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.293018/2012-82	Special Assistência Odontológica Ltda.	DIGES	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33902.397796/2011-69	Mineração Caraíba S/A	DIGES	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25782.012087/2011-08	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.001485/2015-73	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.041715/2012-75	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.016539/2011-21	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIGES	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN 124/06.	314.675,00 (trezentos e quatorze mil seiscentos e setenta e cinco reais)
25789.003104/2014-91	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.000134/2015-45	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.040334/2013-50	Universal Saúde Assistência Médica S.A.	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.025332/2013-91	Viva Planos de Saúde Ltda	DIDES	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.004782/2015-71	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação ExtrajudiciaL	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.004032/2015-07	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.001955/2015-07	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25785.005722/2013-24	Sul América Companhia de Seguros	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.014449/2013-16	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Renovação de contratos - Art. 62-A da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.004059/2015-91	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.003132/2015-16	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - duas infrações ao Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.140345/2008-56	Golden Cross Assistência Internacional De Saúde Ltda	DIDES	Incorreções e omissões nas informações - Art. 37 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
25789.076501/2012-10	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Reajuste de plano coletivo - art. 61-A c/c art. 10, III da RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25782.005816/2013-23	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	1- Mecanismos de Regulação - art. 71 c/c art. 10, V da RN 124/2006 2- Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, III c/c art. 10, V da RN 124/2006	118.000,00 (cento e dezoito mil reais)
25789.032301/2013-36	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c 7º, III c/c art. 10, V da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.032122/2011-37	Amil Assistência Médica Internacional S.A. (Incorporadora de Amil Saúde S.A.)	DIGES	1- Alteração do Contrato em Desacordo com a Legislação - art. 69 c/c art. 10, V c/c art. 9, I da RN 124/2006 2- Mudança de Faixa Etária - art. 57 c/c art. 10, V da RN 124/2006 3- Mudança de Faixa Etária - art. 57 c/c art. 10, V c/c art. 9º, I da RN 124/2006	125.400,00 (cento e vinte cinco mil e quatrocentos reais)
25785.000042/2013-14	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, III c/c art. 10, V da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.002477/2013-63	Instituto de Previdência e Assistência Odontológica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.020633/2013-78	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c 7º, III c/c art. 10, V da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.000315/2014-51	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82 c/c art. 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.007227/2012-18	Sul América Seguro Saúde Sa (Incorporada por Sul América Companhia de Seguro Saúde)	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - art. 57 c/c art. 10, III da RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.082421/2013-84	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c 7º, III c/c 10, V da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.003376/2012-69	Centro Clínico Gaúcho Ltda	DIOPE	Mecanismos de regulação - art. 71 c/c art. 10, V e art. 9º, II da RN 124/2006	91.408,42 (noventa e um mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e dois centavos)
25789.054359/2012-50	Santa Casa de Misericordia Dona Carolina Malheiros	DIOPE	Produto diverso do registrado - art. 20 c/c art. 5º, II da RN 124/06	Advertência
25783.014258/2010-34	Bradesco Saúde S/A	DIOPE	Mudança de faixa etária - arts. 57 e 10, V da RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.410407/2013-60	Special Assistência Odontológica Ltda.	DIOPE	Envio de informações periódicas - arts. 35 e 10, II da RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.020615/2013-96	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, V e art. 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.239198/2014-19	Admisa Assistência Odontologica Ltda	DIOPE	Envio de informações periódicas - arts. 35 e 10, V da RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25785.005729/2013-46	Pro Salute Serviços para a Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, III e art. 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.010477/2015-18	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, III da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.014643/2012-23	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - arts. 78 e 10, III da RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.020866/2012-50	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, V e art. 7º, III e art. 8º, III da RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.012120/2012-11	Maimell Saúde Empresarial S/C LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.633897/2013-71	Policlínica São José LTDA- EPP	DIOPE	Renovação de contratos- Art. 62-F da RN 124/06	630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais)
25779.012388/2015-14	Administradora Brasileira de Assistência médica	DIOPE	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.831313/2011-69	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde LTDA	DIOPE	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.008887/2012-14	Hapvida Assistência Médica LTDA	DIOPE	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.023045/2013-61	Central Nacional Unimed- Cooperativa Central	DIOPE	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.012328/2011-41	ODONTOPREV S/A	DIOPE	Informações Periódicas Mensais e Obrigações de natureza contratual- Art.78 da RN 124/06 e art. 36 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais) e advertência
25785.002987/2011-17	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIOPE	Mecanismos de Regulação- Art.71 da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.085219/2012-23	Medsanitas Brasil Assistência Médica à Saúde S/A	DIOPE	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.796705/2011-74	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Adaptação ou Migração dos Contratos em Desacordo com a lei- Duas infrações ao art.68 da RN 124/06	Duas infrações sendo R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) cada uma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.008125/2013-11	Golden Cross Assistencia Internacional de Saúde Ltda	DIGES	Urgência e Emergência - art. 79 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.085149/2012-11	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A.	DIGES	Negativa de cobertura - art.77 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.065382/2013-51	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7, III, c/c art. 10, V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.049245/2012-98	Santo André Planos de Assistencia Médica Ltda.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.228265/2014-70	Dentalvida Representação Comercial de Planos de Saude/Odontologicos Ltda	DIGES	Envio de Informações Periódicas - arts. 35 c/c 10, inciso V e § 1º da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25789.091535/2012-34	Amil Assistência Médica Internacional s.a.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7, III c/c art. 10, V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.140934/2008-34	Pro Salute Serviços Para A Saúde Ltda.	DIGES	Produto Diverso do Registrado e Operações Contrárias à Lei - art. 20 c/c art. 45 e art. 10, III da RN nº 124/2006	450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)
33902.494558/2011-09	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - art. 57 c/c art. 10, V da RN nº 124/2006	45.000,00 (quarenta cinco mil reais)
25782.016382/2011-25	Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, IV da RN nº 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.022007/2014-16	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, III c/c art. 10, II da RN nº 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.063066/2011-82	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados- arts. 84 e 10, inciso V da RN nº 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.413735/2013-18	Odontomed Saude Ltda - Me	DIOPE	Envio de Informações Periódicas- arts. 35 e 10, inciso I, da RN 124/2006, por duas vezes.	10.000,00 (dez mil reais)
33902.229881/2014-48	Mac Dental Serviços Odontologicos Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas- arts. 35 e 10, inciso V, da RN 124/2006, por quatro vezes.	100.000,00 (cem mil reais)
25789.088844/2013-16	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura- art. 77, art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.011601/2015-62	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Mudança de Faixa Etária- art. 57 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.411879/2013-30	Caixa Beneficente dos Auxiliares do Comércio Cafeeiro de Santos	DIOPE	Envio de Informações Periódicas- arts. 35 e 10, inciso V, da RN 124/2006, por quatro vezes	100.000,00 (cem mil reais)
25779.005110/2015-82	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura -art.77 e art. 10, inciso II c/c art. 7º, inciso III da RN 124/06, por duas vezes	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25773.000699/2014-00	Multiclínicas Assist.Med. Cirurg. E Hosp. Ltda. - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura -art.77 c/c art. 10, inciso II da RN 124/06, por duas vezes	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.027043/2015-57	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura -art.77 c/c art. 10, inciso III da RN 124/06, por duas vezes	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33902.319395/2012-59	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura -art.77 c/c art. 10, inciso V, todos da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.022724/2012-36	Geap Autogestão em Saúde	DIOPE	Redução de rede hospitalar - arts. 88, 9º, inciso V e 10, inciso V da RN 124/2006	84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos reais)
25789.029419/2014-68	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.027774/2014-01	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.000137/2015-89	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.023957/2014-68	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	140.800,00 (cento e quarenta mil e oitocentos reais)
25772.005823/2013-44	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.488511/2011-06	Bradesco Saúde S/A	DIOPE	Mecanismos de Regulação - Art. 71 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.012484/2013-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
33903.019201/2014-70	Bradesco Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25780.001648/2014-06	Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.084671/2011-97	Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.080527/2012-47	Operadora Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.023951/2014-91	Operadora Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.019720/2015-63	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33903.009938/2012-12	Unimed Planalto Central- Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
25789.050849/2013-68	Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	DIPRO	Reajuste - Art. 59 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.027283/2013-71	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.005042/2015-51	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.018088/2011-58	Clinipam Clínica Paranaense de Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Produto diverso do registrado - Art. 20 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.015132/2012-99	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Ingresso de beneficiário em plano - Art. 62 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25782.002608/2013-72	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil- Cassi	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.019715/2015-51	Administrador de Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.023960/2014-81	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25785.002050/2013-03	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.010533/2014-54	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33903.023055/2013-04	Unimed JI Paraná Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Art. 79 da RN 124/2006 - Urgência e Emergência	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.026984/2013-92	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.004419/2013-34	Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.166289/2011-85	Amico Saúde Ltda.	DIPRO	Art. 57 da RN 124/2006 - Mudança de Faixa Etária	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.089564/2012-36	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.093374/2012-13	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.090740/2013-63	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/2006 - Benefícios de Acesso ou Cobertura	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO CHEFE

O Chefe do Núcleo da ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5.903, de 17/10/2013, publicada no DOU de 23/10/2013, seção 1, fl. 38 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art.15, V e § 6º e 7º c/c art. 16, IV da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 301, de 07/08/2012, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSOS 33902.329375/2013-77

Ao representante legal da COTACOM - SERVIÇOS DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.497.652/0001-22, com último endereço conhecido na ANS à Av. das Américas, nº 4.200 / Bl. 8-A / Sl. 306 - Barra da Tijuca/RJ, CEP 22.640-907, da Intimação de Decisão de Multa Pecuniária, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

No caso de outorga para apresentação de recurso, este deverá vir acompanhado do respectivo instrumento de mandato.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003, com atualização de juros de mora equivalente à Taxa SELIC acumulada mensalmente, desde a data de seu vencimento original, em face da decisão deste Chefe de Núcleo, nos autos dos processos administrativos em epígrafe, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências: Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta; inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS; ajuizamento da respectiva Execução fiscal.

Caso opte pelo pagamento poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por escrito, através do endereço Núcleo da ANS Rio de Janeiro, situado à Avenida Augusto Severo, 84/Térreo, Glória, CEP 20.021-040, Rio de Janeiro - RJ a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, para que seja remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

O Chefe do Núcleo da ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5.903, de 17/10/2013, publicada no DOU de 23/10/2013, seção 1, fl. 38 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art.15, V e § 6º e 7º c/c art. 16, IV da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 301, de 07/08/2012, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSOS 33902.628711/2013-61

Ao representante legal da PS PADRÃO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.273.573/0001-05, com último endereço conhecido na ANS à Alameda Santos, 415 / 7º andar - Centro, São Paulo - SP, CEP 01.419-000, da Intimação de Decisão de Multa Pecuniária, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais).

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

No caso de outorga para apresentação de recurso, este deverá vir acompanhado do respectivo instrumento de mandato.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003, com atualização de juros de mora equivalente à Taxa SELIC acumulada mensalmente, desde a data de seu vencimento original, em face da decisão deste Chefe de Núcleo, nos autos dos processos administrativos em epígrafe, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências: Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta; inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS; ajuizamento da respectiva Execução fiscal.

Caso opte pelo pagamento poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por escrito, através do endereço Núcleo da ANS Rio de Janeiro, situado à Avenida Augusto Severo, 84/Térreo, Glória, CEP 20.021-040, Rio de Janeiro - RJ a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, para que seja remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

O Chefe do Núcleo da ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5.903, de 17/10/2013, publicada no DOU de 23/10/2013, seção 1, fl. 38 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art.15, V e § 6º e 7º c/c art. 16, IV da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 301, de 07/08/2012, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSOS 33902.046812/2010-77

Ao representante legal da TOTAL CLUBE DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.933.544/0001-18, com último endereço conhecido na ANS à Rua do Mercado, 34 / Grupo 301 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.010-120, da Intimação de Decisão de Multa Pecuniária, no valor de R$9.000,00 (nove mil reais).

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

No caso de outorga para apresentação de recurso, este deverá vir acompanhado do respectivo instrumento de mandato.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003, com atualização de juros de mora equivalente à Taxa SELIC acumulada mensalmente, desde a data de seu vencimento original, em face da decisão deste Chefe de Núcleo, nos autos dos processos administrativos em epígrafe, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências: Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta; inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS; ajuizamento da respectiva Execução fiscal.

Caso opte pelo pagamento poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por escrito, através do endereço Núcleo da ANS Rio de Janeiro, situado à Avenida Augusto Severo, 84/Térreo, Glória, CEP 20.021-040, Rio de Janeiro - RJ a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, para que seja remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

LEONARDO FICH

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 39, de 2 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 83, de 3 de maio de 2016, Seção 1, pág. 42,

Onde se lê:

"Processo ...

Agenda Regulatória ...

Assunto: Proposta de Resolução da Diretoria Colegiada - RDC que revisa a RDC nº 34/2016

(...)"

Leia-se:

"Processo ...

Agenda Regulatória ...

Assunto: Proposta de Resolução da Diretoria Colegiada - RDC que revisa a RDC nº 34/2014

(...)"

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.137, DE 5 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os comunicados de recolhimento, encaminhados pela empresa Indústria Farmacêutica Rioquímica Ltda. (CNPJ: 55.643.555/0001-43), referentes ao medicamento DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% 100ML, MARCA RIOHEX 2% COM TENSOATIVO, devido a alteração na cor do produto, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes R1503226, R1503227 e R1503228 do produto DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% 100ML, MARCA RIOHEX 2% COM TENSOATIVO, fabricados por Indústria Farmacêutica Rioquímica Ltda. (CNPJ: 55.643.555/0001-43).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 468, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 16 PR 03
II - denominação: Sociedade Beneficente São Camilo;
III - CNPJ: 60.975.737/0062-73;
IV - CNES: 2568349;
V - endereço: BR 476, Km 03, S/Nº, Bairro: São Joaquim, União da Vitória/PR, CEP: 84.600-000.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 01 00 SC 06
II - denominação: Hospital Regional do Oeste;
III - CNPJ: 02.122.913/0001-06;
IV - CNES: 2537788;
V - endereço: Rua Florianópolis, Nº 1.448, Bairro: Santa Maria, Chapecó/SC, CEP: 89.812-505.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pulmão ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

PULMÃO: 24.10

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 04 99 RS 03
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Porto Alegre;
III - CNPJ: 92.815.000/0001-68;
IV - CNES: 2237253;
V - endereço: Rua Professor Annes Dias, Nº 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 99 RS 19
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Porto Alegre;
III - CNPJ: 92.815.000/0001-68;
IV - CNES: 2237253;
V - endereço: Rua Professor Annes Dias, Nº 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 03 PR 04
II - denominação: Clínica de Olhos do Paraná;
III - CNPJ: 02.773.167/0001-10;
IV - CNES: 2732114;
V - endereço: Rua Guararapes, Nº 313, Bairro: Centro, Cianorte/PR, CEP: 87.200-147.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 12 10 RS 03
II - denominação: Hospital Nossa Senhora da Pompéia;
III - CNPJ: 88.633.227/0001-15;
IV - CNES: 2223546;
V - endereço: Avenida Julio de Castilhos, Nº 2.163, Bairro: Centro, Caxias do Sul/RS, CEP: 95.010-005.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana aos estabelecimentos de saúde a seguir identificadas:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 41 08 PR 04 II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba; III - CNPJ: 76.613.835/0001-89; IV - CNES: 0015334; V - endereço: Praça Rui Barbosa, Nº 694, Bairro: Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.010-030.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 41 07 RS 09 II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Porto Alegre; III - CNPJ: 92.815.000/0001-68; IV - CNES: 2237253; V - endereço: Rua Professor Annes Dias, Nº 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

Art. 7º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 16 PR 03 II - responsável técnico: Rafael Borhui Mortati, ortopedista e traumatologista, CRM 23596.

Art. 8º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 01 00 SC 02 II - responsável técnico: Antônio Cesar Moschetta, nefrologista, CRM 4296; III - membro: Geraldo Antunes Córdova, nefrologista, CRM 3814; IV - membro: Juliano Ferneda, urologista, CRM 12650; V - membro: Julio Antônio Zawadzki, urologista, CRM 3226; VI - membro: Marcelo Eduardo Heinig, nefrologista, CRM 15438; VII - membro: João Batista Baroncello, cirurgião geral, CRM 5773; VIII - membro: Ivanor Alba, cirurgião geral, CRM 3883; IX - membro: Luciano Dotta Guarienti, cirurgião geral, CRM 17971.

Art. 9º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 02 08 RS 01 II - responsável técnico: Cleber Rosito Pinto Kruel, cirurgião geral, CRM 24337; III - membro: Alexandre de Araújo, gastroenterologista e hepatologista, CRM 26489; IV - membro: Aljamir Duarte Chedid, cirurgião geral, CRM 6772; V - membro: André Prato Schmidt, anestesiologista, CRM 30265; VI - membro: Antônio de Barros Lopes, gastroenterologista, CRM 26045; VII - membro: Ariane Nádia Backes, cirurgiã geral e pediátrica, CRM 28113; VIII - membro: Carlos Fernando de Magalhães Francesconi, hepatologista, CRM 4579; IX - membro: Cláudia de Souza Gutierrez, anestesiologista, CRM 27411; X - membro: Cleber Dário Pinto Kruel, cirurgião geral, CRM 5001; XI - membro: Clóvis Tadeu Bevilacqua Filho, anestesiologista, CRM 27475; XII - membro: Elaine Aparecida Félix, anestesiologista, CRM 14849; XIII - membro: Gustavo José Somm, anestesiologista, CRM 26000; XIV - membro: Ian Leipnitz, cirurgião geral, CRM 21389; XV - membro: Jaqueline Betina Broenstrup Correa, anestesiologista, CRM 23068; XVI - membro: Larissa Schultz, anestesiologista, CRM 36037; XVII - membro: Luiz Fernando Ribeiro de Menezes, anestesiologista, CRM 18833; XVIII - membro: Mário Reis Álvares da Silva, gastroenterologista, CRM 15232; XIX - membro: Matheus Truccolo Michalczuk, gastroenterologista, CRM 27379; XX - membro: Renata Vina Coral, anestesiologista, CRM 36041; XXI - membro: Tomaz de Jesus Maria Grezzana Filho, cirurgião geral, CRM 21576; XXII - membro: Victor Hugo Bazan da Rocha, anestesiologista, CRM 17005; XXIV - membro: Waleska Schneider Vieira, anestesiologista, CRM 22682.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 03 PR 05 II - responsável técnico: Masayassu Itikawa, oftalmologista, CRM 12936; III - membro: Paulo Yoshio Takeuti, oftalmologista, CRM 15274; IV - membro: Cintia de Oliveira Santini Larsen, oftalmologista, CRM 22733; V - membro: Simone Tiemi Yabicu, oftalmologista, CRM 21721.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 12 10 RS 03 II - responsável técnico: Márcio Rangel Valin, ortopedista e traumatologista, CRM 21180; III - membro: Alexandre de Almeida, ortopedista e traumatologista, CRM 19613; V - membro: Marco Aurélio Girardi, ortopedista e traumatologista, CRM 24162; VI - membro: Remi Antônio Zardo, ortopedista e traumatologista, CRM 17321.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde abaixo identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 41 08 PR 05 II - responsável técnico: Francisco Diniz Affonso da Costa, cirurgião cardiovascular, CRM 8448; III - membro: Andrea Dumsch de Aragon Ferreira, cirurgiã cardiovascular, CRM 13612; IV - membro: Claudinei Collatusso, cirurgião cardiovascular, CRM 19994; V - membro: Daniele de Fátima Fornazari Collatusso, cirurgiã cardiovascular, CRM 24385.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 41 07 RS 13 II - responsável técnico: Fernando Antônio Lucchese, cirurgião cardiovascular, CRM 4855; III - membro: Aldemir José da Silva Nogueira, cirurgião pediátrico e cardiovascular, CRM 10136; IV - membro: José Dário Frota Filho, cirurgião cardiovascular, CRM 7652; V - membro: Leonardo Dorneles de Souza, cirurgião cardiovascular, CRM 24470; VI - membro: Marcela da Cunha Sales, cirurgião cardiovascular, CRM 17447; VII - membro: Paulo Ernesto Leães, cardiologista e intensivista, CRM 5931.

Art. 13 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 469, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimentos de saúde

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e na Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CLASSIFICAÇÃO NÍVEL D: 24.29

MINAS GERAIS

I - denominação: Hospital Santa Catarina; II - CNPJ: 25.760.422/0001-96; III - CNES: 2151855; IV - endereço: Avenida Getúlio Vargas, Nº 161, Bairro: Centro, Uberlândia/MG, CEP: 38.400-434.

SANTA CATARINA

I - denominação: Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina; II - CNPJ: 83.899.526/0001-82; III - CNES: 3157245; IV - endereço: Rua Maria Flora Pausewang, S/Nº, Bairro: Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88.036-800.

Art. 2º As renovações de classificação concedidas para os estabelecimentos de saúde por meio desta Portaria terão validade de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no art. 2º e no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/2012, de 2 de maio de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 470, DE 5 DE MAIO DE 2016

Inclui membros em equipes de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 585/SAS/MS, de 8 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 129, de 9 de julho de 2015, Seção 1, página 61, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 15 RS 05 II - membro: Luciana Emília Reginato, oftalmologista, CRM 35667.

Art. 2º Fica incluído nas equipes de transplante habilitadas pela Portaria nº 852/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 12 de setembro de 2014, Seção 1, página 70, o membro a seguir:

RIM: 24.08

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 08 RS 03 II - membro: Fabiani Palagi Machado, nefrologista, CRM 33380.

PÂNCREAS: 24.04

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 32 14 RS 02 II - membro: Fabiani Palagi Machado, nefrologista, CRM 33380.

RIM/PÂNCREAS: 24.05

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 31 14 RS 01 II - membro: Fabiani Palagi Machado, nefrologista, CRM 33380.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 471, DE 5 DE MAIO DE 2016

Exclui membros de equipes de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluído das equipes de transplante habilitadas pela Portaria nº 1.255/SAS/MS, de 12 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 220, de 13 de novembro de 2014, Seção 1, página 130, o membro a seguir:

RIM: 24.08
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 08 RS 03 II - membro: José Alberto Rodrigues Pedroso, nefrologista, CRM 25685.

RIM/PÂNCREAS: 24.05
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 31 14 RS 01 II - membro: José Alberto Rodrigues Pedroso, nefrologista, CRM 25685.

Art. 2º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.252/SAS/MS, de 11 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 238, de 14 de dezembro de 2015, Seção 1, página 74, o membro a seguir:

PÂNCREAS: 24.04
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 32 14 RS 02 II - membro: José Alberto Rodrigues Pedroso, nefrologista, CRM 25685.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 472, DE 5 DE MAIO DE 2016

Substitui responsável técnico de equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e a manifestação favorável dos respectivos gestores estaduais de saúde, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico, Cristina Cardoso Coimbra Cunha, oftalmologista, CRM 8998, constante na Portaria nº 822 de 4 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 5 de setembro de 2014, Seção 1, página 59, conforme nº de SNT 1 11 14 PA 05, e nomear como responsável técnico pela equipe, Thiago Sopper Boti, oftalmologista, CRM 9484.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 473, DE 5 DE MAIO DE 2016

Indefere a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação de Caridade da Santa Casa de Misericórdia Imaculada Conceição Cândido Mota, com sede em Cândido Mota (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação de Caridade da Santa Casa de Misericórdia Imaculada Conceição Cândido Mota, CNPJ nº 50.832.898/0001-32; e

Considerando o Parecer Técnico nº 68/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 56/2016/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122539/2014-53/MS, que concluiu pelo não atendimento do disposto no inciso II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação de Caridade da Santa Casa de Misericórdia Imaculada Conceição Cândido Mota, CNPJ nº 50.832.898/0001-32, com sede em Cândido Mota (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 474, DE 5 DE MAIO DE 2016

Habilita como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica a Nefroclínica Ipiranga, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.168/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, a ser implantada em todas as unidades federadas;

Considerando a Portaria nº. 389/GM/MS, de 13 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui o incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico;

Considerando a Resolução - RDC nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio da Deliberação CIB nº 47, de 18 de dezembro de 2015, retificada no Diário Oficial de São Paulo, Poder Executivo nº 126, de 06 de abril de 2016, seção I, página 38; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica, com Terapia Renal Substitutiva tipo IV com hemodiálise, código 15.13, e Unidade Especializada em Doença Renal Crônica com Terapia Renal Substitutiva tipo IV com diálise peritoneal, código 15.14, o seguinte estabelecimento de saúde:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
16.657.024/0001-58	7602235	Nefroclínica Ipiranga/São Paulo/SP

Art. 2º Fica estabelecido que o impacto financeiro ficará por conta do teto municipal até que o Ministério da Saúde reúna condições para arcar com o financiamento do serviço, conforme Deliberação CIB nº 47, de 18 de dezembro de 2015, retificada no Diário Oficial de São Paulo, Poder Executivo nº 126, de 06 de abril de 2016, seção I, página 38.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 475, DE 5 DE MAIO DE 2016

Desabilita a Sociedade Assistencial Bandeirantes/São Paulo/SP como Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular, da realização de procedimentos de Cirurgia Cardiovascular, Procedimentos da Cardiologia Intervencionista, Cirurgia Vascular e como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 210/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº. 221/GM/MS, de 15 de fevereiro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia;

Considerando a Portaria nº. 90/SAS/MS, de 27 de março de 2009, que define as atribuições e as normas pra credenciamento dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia;

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CRS/Credenciamento nº 204/2015, de 28 de agosto de 2015, e a aprovação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme Deliberação CIB/SP n° 32, de 28 de agosto de 2015; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGMAC/DAET/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular (0801), da realização de procedimentos de Cirurgia Cardiovascular, Procedimentos da Cardiologia Intervencionista (0803), Cirurgia Vascular (0805) e como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia (2501).

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Sociedade Assistencial Bandeirantes/São Paulo/SP	2077507	46.543.781/0006-76

Art. 2º Os demais serviços da área de Cardiologia para os quais o estabelecimento é habilitado permanecem vigentes e com o recebimento dos respectivos recursos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

Ministério das Cidades

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 153, DE 5 DE MAIO DE 2016

Aprova os manuais de instruções das ações de apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários e de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, integrantes do Programa Moradia Digna, constante do PPA 2016-2019.

A MINISTRA DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 27, inciso III, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 14 da Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005, o art. 4° do Decreto n° 5.796, de 6 de junho de 2006, e considerando a Resolução nº 57, de 30 de junho de 2015, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, que dispõe sobre as ações orçamentárias do Programa Temático Moradia Digna, integrante do Plano Plurianual - PPA para o período 2016/2019, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Manuais de Instruções que dispõem sobre os procedimentos de apresentação, seleção e análise de propostas relativas às ações orçamentárias de Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social e Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários operadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e à ação de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, operada com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, integrantes do Programa Moradia Digna.

Parágrafo único. Os Manuais de Instruções de que trata o caput deste artigo encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS MAGALHÃES

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa Nº 16, de 04 de maio de 2016, publicada no DOU de 05 de maio de 2016, Seção 1, página 69, onde se lê: "INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 04 DE MAIO DE 2016", leia-se: "INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 04 DE MAIO DE 2016".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 81, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.001661/2016-67, RESOLVE

Art. 1º Integrar o Município de Orós no Estado do Ceará, através do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DEMUTRAN, ao Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 82, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020363/2015-99, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica BRASIL MG INSPEÇÕES VEICULARES LTDA - ME, CNPJ nº 08.380.915/0001-81, situada no Município de Barbacena - MG, na Estrada BR 040, 219 IN, CEP 36.200-001 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 83, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.020376/2015-64, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Cajati no Estado de São Paulo, através da Divisão de Urbanismo e Trânsito, ao Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 84, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.100312/2016-27, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Rui Barbosa no Estado da Bahia, através do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, ao Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 155, DE 5 DE MAIO DE 2016

Divulga o resultado do processo de seleção de propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, no uso da atribuição que lhe confere o subitem 12.5, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 39, de 19 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, e tendo em vista a manifestação técnica constante do processo administrativo nº 80000.007324/2016-83, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma dos Anexos, alterações e complementações de valores relativos a empreendimentos selecionados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRNA QUINDERÉ BELMINO CHAVES

ANEXO I

QUADRO RESUMO DA SELEÇÃO COMPLEMENTAR

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE ORGANIZADORA	EMPREENDIMENTO	Modalidade Operacional	Número UH	Data da Seleção	Aporte Inicial do FDS (R$)	Aporte complementar FDS (R$)	Aporte Total FDS (R$)	Valor por UH (R$)
SP	SANTO ANDRÉ	Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de Um Novo Milênio	SANTO DIAS	Aquis. Terreno pela EO e Pgto AT, TS, Legal. - PJ	500	27/05/2014	38.000.000,00	9.328.000,00	47.328.000,00	94.656,00
SP	SANTO ANDRÉ	Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de Um Novo Milênio	NOVO PINHEIRINHO	Aquis. Terreno pela EO e Pgto AT, TS, Legal. - PJ	410	27/05/2014	31.160.000,00	7.648.780,00	38.808.780,00	94.655,56
GO	GOIÂNIA	Associação dos Agentes Ambientais do Terceiro Setor (GEOAMBIENTE)	CONJUNTO HABITACIONAL RENASCER I	seleção complementar de 10 uhs	262	19/12/2013	15.118.043,00	435.399,00	15.553.442,00	59.364,28

ANEXO II

QUADRO RESUMO - RETIFICAÇÃO DE PROJETOS SELECIONADOS

REGIÃO	UF	Município	Entidade Organizadora	Empreendimento	Modalidade Operacional Anterior	Modalidade Operacional Retificada	Número UH	Aporte FDS (R$)
N	TO	ARAGUAINA	Sociedade de Apoio a Luta Pela do Tocantins (SALMTO)	RESIDENCIAL BARROS I	PF - Aquisição de Terreno e Construção	PJ - Aquisição de Terreno e Construção	500	30.000.000,00
NE	PE	OLINDA	Associação das Mulheres de São José da Colina (AMUC)	REABILITAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL BAJADO	Requalificação - Pessoa Física	Requalificação - Pessoa Jurídica	160	7.585.089,00
CO	MS	JARDIM	Associação de Apoio a Habitação Popular e Reforma Urbana do Estado de Mato Grosso (Aahprums)	LOTEAMENTO VILA ANGÉLICA	PF - Aquisição de Terreno e Construção	PF - Construção	88	4.928.000,00
CO	MS	BONITO	Associação de Apoio a Habitação Popular e Reforma Urbana do Estado de Mato Grosso (Aahprums)	RIO BONITO I	PF - Aquisição de Terreno e Construção	PF - Construção	100	3.752.000,00

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 206, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.020432/2014-63, resolve:

Art. 1º Consignar à EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A , o canal 21 (vinte e um), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Sons e Imagens em Tecnologia Digital (PBTVD), para execução do Serviço de Retransmissão de Sons e Imagens em Tecnologia Digital (RTVD), na localidade de Maués, Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 810, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.026010/2012-83, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, o canal 46D (quarenta e seis), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Tecnologia Digital, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens em Tecnologia Digital (TVD), na localidade de Sertãozinho, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 878, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.023019/2015-31, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados, o canal 47D (Quarenta e Sete Digital), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), na localidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.097, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002813/2016-22, resolve:

Art. 1 Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de junho de 2016, a concessão outorgada à RADIO PROGRESSO DE JUAZEIRO S/A, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, serviço esse outorgado meio do Decreto nº 58.383, de 10 de maio de 1966, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 1966.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.218, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.014037/2014-41, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, o canal 215 (duzentos e quinze), classe B1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de Teixeira de Freitas, estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS
Em 3 de maio de 2016

Nº 163 - Processo nº 53000.036739/2009-62
Recorrente/Interessado: RÁDIO BARRETOS LTDA. CNPJ/MF nº 44.771.137/0001-15. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EM ONDA MÉDIA. DESVIO DE FREQUÊNCIA ACIMA DA MARGEM DE TOLERÂNCIA E NÃO REDUÇÃO DA POTÊNCIA NO HORÁRIO NOTURNO. INFRAÇÕES TÉCNICAS. APLICAÇÃO DE MULTA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL IRREGULAR. TOLERÂNCIA POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. RECEBIMENTO DO RECURSO. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DA ANATEL PARA DECIDIR E SANCIONAR A PRESTADORA. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. A irregularidade de representação processual deve ser relevada em razão do princípio da boa-fé, considerando o comportamento da Agência, que sempre reconheceu no subscritor do Recurso o representante legitimado da Prestadora. 2. A Prestadora foi sancionada por infrações técnicas decorrentes do desvio acima da margem de tolerância e da não redução de potência no horário noturno. 3. É competência desta Agência proceder à fiscalização de irregularidades relacionadas ao serviço de radiodifusão, instauração, condução dos processos administrativos de apuração e aplicação das respectivas sanções, conforme entendimento pacificado entre a Anatel e o Ministério das Comunicações, com fundamento no Parecer nº 0036-1.16/2011/RZL/GAB/CONJUR-MC/AGU, de 25 de janeiro de 2011. 4. Recurso Administrativo não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 18/2016/SEI/OR (SEI nº 0424071), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 164 - Processos n. 53539.000111/2011-75, 53557.000163/2012-12 e 53557.000326/2012-59
Recorrente/Interessado: ULISSES COSTA DE ALMEIDA - ME. CNPJ/MF nº 08.830.352/0001-86. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. TRANSFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA A TERCEIRO. FALTA DE ADEQUAÇÃO DOS CONTRATOS. DESCUMPRIMENTO DO ART. 3º DO ATO N.º 4.321, DE 30 DE JULHO DE 2012. CADUCIDADE. 1. Análise complementar realizada pela Superintendência de Controle de Obrigações (SCO) com o objetivo de apurar indícios de infração ao art. 3º do Ato nº 4.321, de 30 de julho de 2012, proferido pelo Conselho Diretor da Anatel nos Pados n. 53545.001869/2010-61 e 53504.004628/2010-50 (DOU de 25 de janeiro de 2013), que concedeu à Entidade o prazo de 60 (sessenta) dias para a adequação dos contratos celebrados entre ela, as empresas parceiras e os usuários do SCM, de forma a atender a regulamentação vigente, sob pena de aplicação da sanção de caducidade. 2. Consoante o disposto no Relatório de Fiscalização nº 0403/2014/GR08 - Versão 2 e no Informe nº 409/COGE3/COGE/SCO, de 24 de novembro de 2015, a Prestadora descumpriu o Ato nº 4.321, de 30 de julho de 2012. 3. Não há controvérsia nos autos quanto à ocorrência da infração aos arts. 34, 43, 46, I, II, III, IV, V e VI, 48, § 1º, e 59, IV, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução nº 272/2001, e ao art. 60 do Regulamento do Serviço de Telecomunicações, anexo à Resolução nº 73/1998, de 8 de julho de 2014, tendo a Prestadora sido sancionada com multa, substitutiva da caducidade da outorga por meio do Acórdão nº 241/2014-CD. 4. A Prestadora não envidou esforços para regularizar sua conduta, de forma a atender à regulamentação do SCM, e não apresentou informações adicionais, claras, objetivas e detalhadas que pudessem demonstrar tal preocupação. Daí porque a Empresa não demonstrou disposição e interesse na solução das irregularidades apontadas no bojo deste e de outros processos administrativos nos quais figura. 5. Aplicação da sanção de caducidade.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 3/2016/SEI/RZ (SEI nº 0387415), integrante deste acórdão, acolher os termos do Informe nº 409/COGE3/COGE/SCO, de 24 de novembro de 2015, e, ante o descumprimento das determinações da Anatel previstas no Ato nº 4.321, de 30 de julho de 2012, aplicar a sanção de caducidade à Prestadora ULISSES COSTA DE ALMEIDA - ME, CNPJ/MF nº 08.830.352/0001-86.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 165 - Processo nº 53500.000785/2010-26
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A.CNPJ/MF nº 01.009.686/0001-44. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016.
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO CUMULADO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. REQUERIMENTO DE AFASTAMENTO DA SANÇÃO APLICADA E REFORMA DA DECISÃO QUE APLICOU A MULTA. CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. 1. Auto de infração nº 0007CF20070084 lavrado em face da empresa TIM CELULAR S.A., por descumprimento do disposto no art. 89, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 316/02, no art. 102 e no art. 103, § 1º, da Resolução nº 477/07 e no art. 162 da Lei nº 9.472/97. 2. A Empresa não apresentou argumentos que justificassem sua situação relativamente às obrigações regulatórias. 3. A Prestadora requereu a aplicação do disposto na Portaria nº 790, de 26 de agosto de 2014, o que foi acolhido pelo Superintendente de Fiscalização em sede de juízo de retratação. 4. Conhecer e negar provimento das demandas apresentadas e não revistas, em sede de juízo de retratação, pelo Superintendente de Fiscalização. 5. Não conhecer das "Alegações Adicionais" devido à ocorrência de preclusão consumativa.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 9/2016/SEI/RZ (SEI nº 0440871), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso da empresa TIM CELULAR S.A. para, no mérito, negar-lhe provimento no que tange às demandas apresentadas e não revistas, em sede de juízo de retratação, pelo Superintendente de Fiscalização; e, b) não conhecer do documento "Alegações Adicionais" devido à ocorrência de preclusão consumativa.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 166 - Processo nº 53500.011452/2015-37
Recorrente/Interessado: PINHAIS TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF nº 10.903.941/0001-99. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. TRANSFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA A TERCEIRO. FALTA DE ADEQUAÇÃO DOS CONTRATOS. DESCUMPRIMENTO DO ATO Nº 5.296, DE 21 DE AGOSTO DE 2015. CADUCIDADE. 1. Recurso Administrativo interposto contra decisão do Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), exarada por meio do Ato nº 5.296, de 21 de agosto de 2015, que extinguiu, por caducidade, a autorização da referida Empresa, em razão de descumprimento do disposto no Despacho Decisório nº 2.879/2013-CD, que concedeu à entidade o prazo de 60 (sessenta) dias para a adequação dos contratos celebrados, sob pena de aplicação da sanção de caducidade. 2. Consoante o disposto no Informe nº 441/COGE3/COGE, de 25 de novembro de 2015, a Prestadora descumpriu o quanto determinado pela Anatel. 3. A Prestadora não envidou esforços para regularizar sua conduta, de forma a atender à regulamentação do SCM, e não apresentou informações adicionais, claras, objetivas e detalhadas que pudessem demonstrar tal preocupação. 4. Aplicação da sanção de caducidade.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 1/2016/SEI/RZ (SEI nº 0373519), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo apresentado por PINHAIS TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF nº 10.903.941/0001-99, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sanção de caducidade aplicada por meio do Ato nº 5.296, de 21 de agosto de 2015, em razão de descumprimento do disposto no Despacho Decisório nº 2.879/2013-CD.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 167 - Processo nº 53524.004825/2011-11
Recorrente/Interessado: RÁDIO MARIANA LTDA. CNPJ/MF nº 25.892.878/0001-00. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PADO. SFI. RECURSO ADMINISTRATIVO. IRREGULARIDADES TÉCNICAS. REGULARIDADE DA SANÇÃO APLICADA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. 1. As alegações da Recorrente trazem apenas citações a dispositivos legais, regulamentares e jurisprudenciais, não sendo suscetíveis de justificar a reforma da decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 18/2016/SEI/IF (SEI nº 0427601), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por RÁDIO MARIANA LTDA. em face do Despacho nº 5.158, de 2 de outubro de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a multa aplicada no valor de R$ R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Em 4 de maio de 2016

Nº 168 - Processo nº 53560.001083/2007-50
Recorrente/Interessado: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO PRINCESA ISABEL. CNPJ/MF nº 11.767.043/0001-13. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PADO. SRF. RECURSO ADMINISTRATIVO. USO NÃO AUTORIZADO DE RADIOFREQUÊNCIA. REGULARIDADE DA SANÇÃO APLICADA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. 1. As alegações da Recorrente não trazem qualquer fato novo ou circunstância relevante suscetível de justificar a reforma da decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 16/2016/SEI/IF (SEI nº 0421724), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO PRINCESA ISABEL em face do Despacho Decisório nº 5.874/2013-SFI, de 4 de dezembro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o valor da multa aplicada em R$ 1.840,58 (um mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos), a ser acrescido de juros e multa moratórios.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 169 - Processos n. 53500.000608/2013-92 e 53500.029128/2012-22
Recorrente/Interessado: OPERADORAS DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO. PEDIDOS DE ANULAÇÃO DA SÚMULA 13/2012. RECEITAS INCLUSAS NA BASE DE CÁLCULO DO ÔNUS PREVISTO PARA A PRORROGAÇÃO DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS ASSOCIADAS À AUTORIZAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INADMISSIBILIDADE. VÍCIO DE LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. PEDIDOS DE ANULAÇÃO INDEFERIDOS. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO. MANIFESTAÇÕES DE INTERESSADOS. NÃO PROVIMENTO. 1. A Súmula nº 13, de 31 de outubro de 2012, consolidou entendimento reiterado pelo Conselho Diretor da Anatel, não tendo sido identificados os alegados vícios de legalidade, inclusive pela Procuradoria Federal Especializada, órgão de consultoria e assessoramento jurídicos competente para a verificação do atendimento aos requisitos legais exigidos. Exaurida a matéria em âmbito administrativo. 2. Os pedidos de anulação apresentados não trouxeram fundamentos novos, além daqueles já suscitados e devidamente combatidos no âmbito de vários processos deliberados pelo Conselho Diretor da Anatel e por essa razão foram indeferidos. 3. Os Pedidos de Reconsideração e Manifestações de interessados também não apresentaram fatos ou fundamentos novos, razão pela qual devem ser indeferidos.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 19/2016/SEI/IF (SEI nº 0432818), integrante deste acórdão, conhecer dos Pedidos de Reconsideração apresentados por CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, TIM CELULAR S.A., CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80 e TNL PCS S.A. e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A. (OI MÓVEL S.A.), CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59 e nº 05.423.963/0001-11, respectivamente, e das manifestações das prestadoras VIVO S.A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 66.970.229/0001-67, CTBC CELULAR S.A. (ALGAR CELULAR S.A.), CNPJ/MF nº 05.835 .916/0001-85, e SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, CNPJ/MF nº 01.371.416/0001-89, para, no mérito, negar-lhes provimento.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 170 - Processo nº 53500.023469/2010-22
Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES NORDESTE LTDA. CNPJ/MF nº 02.995.233/0001-05. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NÃO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DE COBERTURA NO SERVIÇO DE TV A CABO. APLICAÇÃO DE MULTA. ACOLHIMENTO PARCIAL DO PEDIDO. 1. A TELECOMUNICAÇÕES NORDESTE LTDA. não cumpriu as metas de cobertura contratadas para a implantação do Serviço de TV a cabo na cidade de São Luís. A Empresa reconheceu a infração, mas apresentou argumentos de defesa, que foram rejeitados pela área técnica. 2. Aplicação de multa correspondente à segunda e terceira metas. 3. Pedido de Reconsideração com os mesmos argumentos iniciais e questionamento do cálculo da multa. 4. Acolhimento parcial do Pedido. Revisão apenas no valor da multa. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 15/2016/SEI/IF (SEI nº 0401826), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado por TELECOMUNICAÇÕES NORDESTE LTDA. para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de: a) reduzir a multa de R$ 511.478,09 (quinhentos e onze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e nove centavos) para R$ 507.030,46 (quinhentos e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sete mil, trinta reais e quarenta e seis centavos), com base na redução dos agravantes aplicados à multa básica; e, b) rejeitar os demais argumentos da Empresa.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 171 - Processo nº 53500.016981/2014-46
Recorrente/Interessado: INA TELECOM LTDA. CNPJ/MF nº 04.113.840/0001-11. Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. SERVIÇO DE TV A CABO. ÁREA DE PRESTAÇÃO CATALÃO. DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO. HOME PASSED. SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO DE CADUCIDADE PELA DE MULTA. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DIRETOR. 1. Em virtude do descumprimento do cronograma de implantação do sistema (Home Passed), a Concessionária fica sujeita à sanção de caducidade. 2. Considerando os precedentes do Conselho Diretor acerca de matéria semelhante, cabível se torna a substituição da medida pela pena de multa. 3. Proposta de aplicação da sanção de multa em substituição à caducidade.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 16/2016/SEI/AD (SEI nº 0435778), integrante deste acórdão, substituir a aplicação da sanção de caducidade da Concessão do Serviço de TV a Cabo detida por INA TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 04.113.840/0001-11, Concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Prestação do Serviço (APS) de Catalão, no estado de Goiás, pela sanção de multa no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), por ter descumprido o cronograma de implantação do sistema (Home Passed).
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 172 - Processo nº 53516.004976/2011-79
Recorrente/Interessado: RADIO CAPELISTA LTDA. CNPJ/MF nº 03.743.540/0001-53. Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016.
EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE RADIOFREQUÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELA RECORRENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As alegações da Recorrente não trazem qualquer fato novo ou circunstância relevante suscetível de justificar a reforma da decisão. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 10/2016/SEI/AD (SEI nº 0393810), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 173 - Processo nº 53500.017295/2015-73
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A. CNPJ/MF nº 04.206.50/0001-80. Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Reunião nº 799, de 28 de abril de 2016
EMENTA: PEDIDO DE ANULAÇÃO DO ART. 2º DO ATO Nº 5.858/2015. SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO (SOR). ANULAÇÃO DE VALOR FIXADO EM DESACORDO COM O RPPDUR - RES. Nº 387/2004. EXPEDIÇÃO DE ATO DE FIXAÇÃO DE PREÇO PÚBLICO PELO USO DAS RADIOFREQUÊNCIAS PRORROGADAS A TÍTULO ONEROSO NO VALOR DE R$ 1.461,18 (UM MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E DEZOITO CENTAVOS). RESTITUIÇÃO DE VALOR INDEVIDO PAGO A MAIOR EM FACE DE CIRCUNSTÂNCIAS MATERIAIS DO FATO GERADOR EFETIVAMENTE OCORRIDO. 1. Pedido de Anulação do art. 2º do Ato nº 5.858/2015-SOR apresentado pela prestadora TIM CELULAR S.A. relativamente ao valor a ser pago a título oneroso pela prorrogação da Autorização de Uso de Radiofrequências outorgada, em caráter secundário e precário, por meio do Ato nº 4.312, de 31 de março de 2014, por 18 (dezoito) meses, nas subfaixas de 912,5 MHz a 915 MHz e 957,5 MHz a 960 MHz, restrita à Área de Prestação do Serviço correspondente à Área de Registro 11 (AR11). 2. Reconhecimento de que a metodologia de cálculo originalmente empregada pela área técnica afastou indevidamente as previsões do RPPDUR - Res. nº 387/2004 - conforme decisão já exarada pelo Conselho Diretor no Acórdão nº 474/2015-CD, de 23 de outubro de 2015. 3. Determinação à SOR para que expeça novo Ato de fixação de valor, obtido com a aplicação das regras constantes do RPPDUR - Res. nº 387/2004. 4. Restituição do valor indevido pago a maior em face de circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 15/2016/SEI/AD (SEI nº 0426426), integrante deste acórdão: a) acolher o Pedido de Anulação apresentado pela TIM CELULAR S.A. na carta RQ/DAR/254/2015-MD, protocolizada sob o nº 53508.201299/2015-68; b) anular, de ofício, o art. 2º do Ato nº 5.858, de 30 de setembro de 2015; e, c) determinar à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) a expedição de ato de fixação de preço público pelo uso das radiofrequências prorrogadas a título oneroso em observância à metodologia prevista no Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência - RPPDUR, aprovado pela Resolução nº 387/2004, consoante calculado e previsto nos Informes nº 83/2016/SEI/ORLE/SOR e nº 548/2016/SEI/ORLE/SOR, ficando o valor indevido cobrado e pago a maior como crédito a ser restituído pela TIM CELULAR S.A. junto à Anatel em face de circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Em 5 de maio de 2016

Nº 174 - Processo nº 53500.001836/2015-41
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 28, de 4 de maio de 2016
EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM CONSUMIDORES. MARCO CIVIL DA INTERNET. REGULAMENTAÇÃO DA NEUTRALIDADE DE REDE. CONSULTA PÚBLICA Nº 8/2015. CONTRIBUIÇÕES ANALISADAS. PELA APROVAÇÃO DO POSICIONAMENTO DA ANATEL PARA SUBSIDIAR DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA NEUTRALIDADE DE REDE PREVISTA NO MARCO CIVIL DA INTERNET. 1. A ação está prevista na Agenda Regulatória da Anatel para o segundo semestre de 2015 e o ano de 2016. 2. A fim de auxiliar na formulação do posicionamento da Agência, foi realizada Consulta Pública à sociedade sobre os principais aspectos que permeiam a discussão da neutralidade de rede. 3. Pela aprovação e publicação do Relatório contendo a manifestação da Anatel sobre a regulamentação da neutralidade de rede prevista no Marco Civil da Internet.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 20/2016/SEI/AD (SEI nº 0469360), integrante deste acórdão, aprovar e publicar Relatório, nos termos do anexo (SEI nº 0469906) à referida análise, contendo manifestação da Anatel sobre a regulamentação da neutralidade de rede prevista no Marco Civil da Internet.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

RETIFICAÇÃO

Na publicação no DOU de 3-5-2016, Seção 1, página 49, no tipo do ato, onde se lê: Despacho da Superintendente - Em 8 de março de 2016, leia-se: Despacho da Superintendente - Em 2 de maio de 2016.

(p/Coejo)

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização, nos termos do art. 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) no(s) processo(s) a seguir indicado(s).

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535200034772011	7763	09/09/2015	Nega provimento
5351600197220l3	7803	09/09/2015	Nega provimento
535160055592013	7810	09/09/2015	Nega provimento
535200012772013	8847	02/10/2015	Nega provimento
535200021962013	7789	09/09/2015	Nega provimento
535160069222012	7802	09/09/2015	Nega provimento
535200019112011	7785	09/09/2015	Nega provimento
535160071502011	7495	01/09/2015	Não Conhece
535200023892013	7776	09/09/2015	Nega provimento
535160035762014	7214	26/08/2015	Nega provimento
535200025602012	7826	09/09/2015	Nega provimento
535200007082012	5223	29/10/2013	Nega provimento
535160018752012	7669	08/09/2015	Não Conhece
535200005182012	1472	05/03/2015	Nega provimento
535160028622013	7791	09/09/2015	Nega provimento

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

O Superintendente de Fiscalização, nos termos do art. 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) no(s) processo(s) a seguir indicado(s).

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535200003282013	8846	02/10/2015	Nega Provimento
535200020902014	7820	09/09/2015	Nega Provimento
535200017752012	7493	1º/09/2015	Nega Provimento
535200000212013	7494	1º/09/2015	Nega Provimento
535200002722011	7780	09/09/2015	Nega Provimento

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

DESPACHOS DO GERENTE

O Gerente da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina em conformidade com o artigo 82, IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/13, dos processos abaixo relacionados, determina:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535160060452015	9250	16/10/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200024322015	11002	15/12/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200010862015	9277	19/10/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200028452014	9601	26/10/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200026322013	10999	15/12/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535160057592015	9249	16/10/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200011552014	10442	24/11/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200010332015	8925	06/10/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200021922015	10049	10/11/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535160032012015	10057	10/11/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200017162015	9233	16/10/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200007812014	10411	23/11/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535160029812013	10997	15/12/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200024732013	10998	15/12/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200013012014	7794	09/09/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200028442014	5858	21/07/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200035272014	10893	10/12/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200006372015	6493	05/08/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção
535200003632015	3441	13/05/2015	Arquivamento sem aplicação de sanção

O Gerente da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina, nos termos do art. 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) no(s) processo(s) a seguir indicado(s).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535160026732013	9668	27/10/2015	Não conhece
535160019192015	9632	26/10/2015	Não conhece
535160026842013	9311	20/10/2015	Não conhece
535160070532013	10521	26/11/2015	Não conhece
535160019042012	3532	15/05/2015	Revê de ofício
535200018292012	3041	29/04/2015	Não conhece
535200031592012	7067	24/08/2015	Revê a decisão
535200019112014j12	4333	08/06/2015	Revê a decisão
535200031802014	10374	20/11/2015	Não conhece

CELSO FRANCISCO ZEMANN

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

ATOS DE 5 DE MAIO DE 2016

Expede autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 51.397 - STUDIO RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ nº 79.685.236/0001-69, na localidade de Blumenau/SC.

Nº 51.398 - COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO LTDA, CNPJ nº 85.221.208/0001-93, na localidade de Joinville/SC.

Nº 51.399 - SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 02.374.573/0001-00, na localidade de Blumenau - SC.

Nº 51.400 - RÁDIO VERDE VALE LTDA, CNPJ nº 75.796.342/0001-69, na localidade de Braço do Norte/SC.

Nº 51.401 - RÁDIO DIFUSORA DE JOINVILLE LTDA, CNPJ nº 84.700.905/0001-64, na localidade de Joinville/SC.

Nº 51.403 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UNIDAVI, CNPJ nº 85.784.023/0001-97, na localidade de Rio do Sul/SC.

Nº 51.404 - REDE DE COMUNICAÇÕES PEROLA DO VALE LIMITADA, CNPJ nº 75.369.587/0001-00, na localidade de Jaraguá do Sul/SC.

Expede autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão para Reportagem Externa e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 51.402 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL, CNPJ nº 86.445.293/0001-36, na localidade de Tubarão/SC.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 51.405 - TELE-ALARME - SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 76.371.103/0001-20.

Nº 51.406 - IDALINO SURDI, CPF nº 384.177.829-15.

Nº 51.407 - TV CIDADE DOS PRÍNCIPES S/C LTDA, CNPJ nº 01.764.411/0001-16.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÕES EM PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES (PADO)

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:
N.º do Processo / Responsável / CPF/CNPJ / Enquadramento Legal / Decisão Final / Valor
53504.009142/2013 / José da Silva Camargo / 098.977.558-53 / Item 20, "a" da Norma MC nº 1ª, aprovada pela portaria MC nº 218/1980 e art. 37, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 310,00
3504.014109/2012 / Erick Vitor Risso Won Ancken / 340.271.018- 80 / Art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1997 e art. 131 da Lei nº 9472/1997 / Multa / R$ 2.672,75
53000.022168/2009 / Associação e Rádio Comunitária Super / 01.538.831/0001-84 / Itens 14.2 e 17.2 da Norma Complementar nº 1/2004 e art. 5º do Decreto nº 2.615/1998 / Multa / R$ 600,00
53504.012593/2012 / IFI Tecnologia e Informática Ltda-ME / 07.518.320/0001-87 / Art. 162 da lei nº 9472/1997, arts. 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, art. 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 / Multa / R$ 400,00
53504.010811/2013 / Associação Comunitária Excelsior / 01.953.606/0001-04 / Art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 1.010,00
53504.003154/2012 / João Armindo / 175.444.679-53 / Arts. 162 e 163 da Lei nº 9472/1997, art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001, arts. 4º e 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 2.592,08
55304.008312/2013 / Ernani de Oliveira / 019.357.658-92 / Arts. 162, § 2º, e 163 da Lei nº 9472/1997, art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001, arts. 4º e 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 640,00
53504.017982/2011 / Prefeitura Municipal de Limeira / 45.132.495/0001-40 / Itens 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001 / Multa / R$ 712,50
53504.005015/2012 / Rádio Excelsior S.A. / 02.015.014/0001-04 / / Arquivamento /
53000.044658/2009 / Rádio Iguatemi S.A. / 46.603.056/0001-31 / / Arquivamento /
53000.025132/2010 / Associação de Comunicação Comunitária de Gália / 04.388.078/0001-86 / / Arquivamento /
53000.025739/2008 / Rádio União de Franca Ltda. / 50.410.901/0001-20 / Art. 122, item 34, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, itens 3.2.7 e 5.2.1.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998 / Multa / R$ 9.540,00
53504.016318/2012 / Abril Radiodifusão S.A. / 03.555.171/0001-75 / Item 7.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001 / Multa / R$ 855,00
53504.003906/2009 / Local Int Acesso a Internet Ltda / 06.123.981/0001-40 / Arts. 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, arts. 4º e 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 2.000,00
53504.018543/2004 / Claro S.A. / 40.432.544/0001-47 / Art. 102 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 477/2007, arts. 39 e 40 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e art. 162 da Lei nº 9.472/1997 / Multa / R$ 80.514,00
53504.012197/2013 / Missão Mundial Graça e Paz / 69.100.379/0007-59 / Art. 163 da Lei nº 9472/1997 / Multa / R$ 4.784,15
53504.011702/2013 / Viaopen Media Network tecnologia Ltda-ME / 11.761.331/0001-60 / Art. 131 da Lei nº 9472/1997, art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 3.234,07
53504.002782/2013 / TGD Teleglobal Digital S/A / 04.710.973/0001-75 / Art. 162 da Lei nº 9472/1997 e arts. 72 e 74 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 404/2005 / Multa / R$ 6.219,92
53504.022542/2011 / Valdenor Vilarinho / 070.656.038-81 / Art. 131 da lei nº 9471/1997 / Multa / R$ 3.311,09
53504.005706/2012 / Port Empresarial Serviços Gerais Ltda / / Art. 163 da Lei nº 9472/1997, e art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 / Multa / R$ 1.081,01

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 5 E MAIO DE 2016

Nº 51.410 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) SUKESADA TAKEHARA, CPF nº 006.287.351-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 51.411 - Expede autorização à FAZENDA SANTA OTILIA AGRO-PECUARIA LTDA, CNPJ nº 53.534.038/0012-63 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 51.413 - Expede autorização à FAZENDA SANTA OTILIA AGRO-PECUARIA LTDA, CNPJ nº 53.534.038/0003-72 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 4 DE MAIO DE 2016

Nº 1.237 - Autorizar HOPEVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 05.014.372/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Serra/ES, no período de 10/05/2016 a 08/07/2016.

Nº 51.396 - Processos n° 53504.004414/2016-79. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ nº 03.197.023/0001-26, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 17 de Fevereiro de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 5 DE MAIO DE 2016

Nº 51.408 - Processo n° 535000142962014 e 53500.009027/2016-69. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à GX TELECOMUNICAÇOES LTDA - ME, CNPJ nº 07.543.400/0001-92, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 17 de Setembro de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 51.409 - Processo n° 535000100392010. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à INTERCOL TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, CNPJ nº 03.879.067/0001-36, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 10 de Maio de 2020, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 3 de maio de 2016

Nº 623 - O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 8806/2016/SEI-MC, constante do processo 53900.019058/2016-15, de sorte a indeferir o requerimento de mudança do sistema irradiante formulado pela FATOR RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Barra do Ribeiro, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da legislação vigente.

ROBERTO PINTO MARTINS

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 5 de maio de 2016

Nº 777 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º, Anexo IV, da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade as aprovações de local de instalação e equipamentos das estações das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

FLAVIA OLIVEIRA CORRÊA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

DESPACHO Nº	DATA	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
669	29/04/2016	TV RECORD DE FRANCA S/A	SP	LEME	RTVD	14	53900.002219/2014-71
662	29/04/2016	TV CORCOVADO S.A	RJ	CAMBUCI	RTVD	43	53900.011881/2014-11
707	29/04/2016	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	CE	QUIXADÁ	RTVD	41	53900.034717/2014-81
717	29/04/2016	TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA	BA	CAMACAN	RTVD	22	53900.007388/2015-87
710	29/04/2016	TV RECORD DE FRANCA S/A	SP	ORLÂNDIA	RTVD	28	53900.002672/2014-86
737	03/05/2016	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA	BA	JEQUIÉ	RTVD	35	53000.075792/2013-65
571	02/05/2016	SPRING TELEVISÃO S/A	SP	RIBEIRÃO PRETO	RTVD	54	53900.012203/2016-37
563	02/05/2016	REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	MS	DOURADOS	RTVD	34	53000.054919/2012-21
722	02/05/2016	RÁDIO FLORESTA LTDA	PA	TUCURUÍ	RTVD	29	53000.047023/2012-96
706	29/04/2016	TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA	GO	URUAÇU	RTVD	33	53900.007530/2016-77
715	29/04/2016	TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA	TO	GUARAÍ	RTVD	23	53900.007801/2016-94
558	04/05/2016	SISTEMA TV PAULISTA LTDA	MG	IBIRITÉ	RTVD	22	53000.010220/2013-31
692	04/05/2016	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA	GO	JANDAIA	RTVD	56	53900.056541/2015-08
720	29/04/2016	TV INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	RS	ALEGRETE	RTV-PRI	18	53528.000465/1999-64
2021	09/12/2015	ALO FM SOCIEDADE LTDA - ME	MG	DIAMANTINA	FM	281	53900.067566/2015-29
733	02/05/2016	RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO S.A.	CE	JUAZEIRO DO NORTE	FM	250	53900.014039/2016-01
363	02/05/2016	PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA	ES	NOVA VENÉCIA	OM	1.510 kHz	53900.011224/2016-35
564	29/04/2016	TV CIDADE FORTALEZA LTDA	CE	BOA VIAGEM	RTV	33	53000.026533/2005-09
567	29/04/2016	EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DA PARAÍBA LTDA	PB	TRIUNFO	FM	207	53900.036600/2015-13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 284, DE 5 DE MAIO DE 2016

Cria a Comissão RE50 e define sua competência.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o art. 23, inciso III, da Constituição Federal, estabelece o dever da União de proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

Recordando que o Decreto nº 66.218, de 17 de fevereiro de 1970, declara o Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, com todas as suas dependências, patrimônio da diplomacia brasileira e da cidade do Rio de Janeiro;

Ciente de que a Portaria IPHAN nº 314, de 8 de outubro de 1992, inclui o Palácio Itamaraty e seus anexos no Conjunto Urbanístico de Brasília, objeto do Processo de Tombamento nº 1.350-T-90; e

Tendo em vista que, em 14 de março de 2017, se completará o cinquentenário da inauguração do Palácio Itamaraty em Brasília e, em 21 de abril de 2020, o cinquentenário da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão RE50, incumbida de organizar as atividades comemorativas relacionadas ao cinquentenário do Palácio Itamaraty e ao cinquentenário da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília.

Art. 2º A Comissão será integrada:

I - pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores;

II - por um representante da Assessoria de Imprensa do Gabinete;

III - por um representante do Gabinete;

IV - por um representante da Secretaria-Geral;

V - por um representante da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, ou de unidade a ela subordinada;

VI - por um representante do Cerimonial;

VII - por um representante do Departamento Cultural, ou de unidade a ele subordinada;

VIII - por um representante da Fundação Alexandre de Gusmão, ou de unidade a ela subordinada; e

IX - por um representante do Escritório de Representação no Rio de Janeiro.

§ 1º A Comissão será presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores.

§ 2º O Presidente da Comissão designará o Secretário-Executivo.

Art. 3º O Presidente da Comissão terá por atribuições:

I - nomear os demais membros da Comissão, indicados pelas respectivas unidades;

II - instituir subcomissões e grupos de trabalho de natureza executiva ou consultiva, integrados por servidores do Ministério das Relações Exteriores, de outros órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como por instituições e representantes da sociedade civil;

III - convidar servidores, acadêmicos, especialistas e outros representantes e instituições da sociedade civil a colaborar com a Comissão, no interesse dos trabalhos a serem desenvolvidos em seu âmbito; e

IV - estabelecer as articulações necessárias com órgãos da Administração Pública, institutos de pesquisa e outras instituições da sociedade civil, assim como a colaboração com acadêmicos, especialistas e outros representantes da sociedade civil, inclusive para fins de obtenção de patrocínio, com vistas à implementação dos objetivos constantes no art. 5º desta portaria.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão poderá delegar ao Secretário-Executivo a competência para executar os atos discriminados neste artigo.

Art. 4º Os representantes designados para compor o Comitê desempenharão suas atribuições sem prejuízo daquelas decorrentes de seus respectivos cargos ou funções, sendo a participação considerada prestação de serviço relevante e não remunerada.

Art. 5º A Comissão RE50 terá por atribuições:

I - organizar as atividades comemorativas alusivas à inauguração do Palácio Itamaraty e à transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília;

II - promover atividades alusivas às citadas efemérides que sejam relacionadas com a divulgação e a valorização do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, mobiliário e documental do Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com as unidades pertinentes da Secretaria de Estado ou mediante parcerias com entidades da sociedade civil, tais como a organização de colóquios, concursos e exposições, edição de livros, documentários e sítios eletrônicos e reprodução de réplicas de itens do acervo; e

III - mobilizar órgãos da Administração Pública, de institutos de pesquisa e de outras instituições da sociedade civil, bem como buscar a colaboração de acadêmicos, especialistas e representantes da sociedade civil, com o objetivo de promover, em coordenação com as unidades pertinentes da Secretaria de Estado, outras atividades relacionadas com as comemorações do cinquentenário do Palácio Itamaraty e do cinquentenário da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília.

Art. 6º A Comissão RE50 não constitui unidade gestora autônoma.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO VIEIRA

PORTARIA Nº 287, DE 5 DE MAIO DE 2016

Disciplina o afastamento de servidores do Ministério das Relações Exteriores para estudos de pós-graduação stricto sensu, no Brasil, e de pós-graduação lato e stricto sensu, no exterior.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 95 e 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e no Decreto n° 91.800 de 18 de outubro de 1985, resolve:

Art. 1º O afastamento de servidores do Ministério das Relações Exteriores para estudos de pós-graduação stricto sensu, no Brasil, e de pós-graduação lato e stricto sensu no exterior, fica disciplinado por esta Portaria.

Art. 2° O Instituto Rio Branco divulgará as linhas de pesquisa atualizadas, conforme o interesse do órgão, para efeito de concessão de afastamentos para estudos, aplicáveis aos Diplomatas. Paralelamente, a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento adotará o mesmo procedimento relativamente aos Oficiais de Chancelaria, aos Assistentes de Chancelaria e aos servidores do Plano de Cargos e Carreira (PCC) e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

Art. 3° O afastamento para estudos será concedido ao servidor:

I - em exercício na Secretaria de Estado, incluindo suas unidades descentralizadas;

II - em posto no exterior;

III - cedido para outro órgão.

Parágrafo único. No Brasil ou no exterior, o servidor deverá ter cumprido ao menos dois anos de efetivo exercício na sede de sua lotação vigente, ou no órgão para o qual estiver cedido, na data do requerimento.

Art. 4º Observado o disposto no art. 3°, poderá pleitear afastamento o servidor que:

I - em caso de programa de mestrado, no Brasil, ou de mestrado ou pós-graduação lato sensu, no exterior:

a) tenha cumprido pelo menos três anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado, no cargo, na data do requerimento; e

b) não se tenha afastado em licença para tratar de interesses particulares, nem para gozar de licença capacitação, nem para participar de programa de mesma natureza nos dois anos imediatamente anteriores à data da solicitação de afastamento;

II - em caso de programa de doutorado:

a) tenha cumprido pelo menos quatro anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado, no cargo, na data do requerimento; e

b) não se tenha afastado em licença para tratar de assuntos particulares, nem para gozar de licença capacitação, nem para participar de programa de mesma natureza, nos dois anos imediatamente anteriores à data da solicitação de afastamento;

III - em caso de programa de pós-doutorado:

a) tenha cumprido pelo menos quatro anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado, no cargo, na data do requerimento; e

b) não se tenha afastado em licença para tratar de assuntos particulares, nem para gozar de licença capacitação, nem para participar de programa de mesma natureza nos quatro anos imediatamente anteriores à data da solicitação de afastamento.

Parágrafo único. Para essa modalidade de afastamento, o efetivo exercício será computado a partir do início das atividades profissionais, ao término do correspondente curso de formação.

Art. 5º O afastamento dar-se-á pelos prazos máximos a seguir, vedada a prorrogação:

I - vinte e quatro meses ininterruptos, no caso de mestrado no Brasil ou no exterior e de pós-graduação lato sensu no exterior;

II - quarenta e oito meses ininterruptos, no caso de doutorado; e

III - doze meses ininterruptos, no caso de pós-doutorado.

§ 1º Nos casos de afastamentos concedidos por prazos inferiores aos estabelecidos nos incisos deste artigo, poderá ser submetida à Divisão do Pessoal solicitação justificada de prorrogação, observados os prazos máximos fixados.

§ 2º O servidor em missão no exterior será removido, a pedido, para a Secretaria de Estado, na data de início do seu afastamento.

§ 3º O servidor deverá retornar às atividades na Secretaria de Estado imediatamente após o término do período de afastamento, apresentando-se à Divisão do Pessoal para ser lotado.

§ 4º O período de afastamento não será computado para fins de remoção, nos termos do art. 45 da Lei nº 11.440, de 2006.

§ 5º No processo de lotação, terá prioridade a unidade mais diretamente relacionada ao tema do estudo ou, subsidiariamente, a unidade em que o servidor esteve lotado logo antes do afastamento.

Art. 6º O quantitativo máximo de autorizações de afastamento observará o limite de oito servidores por ano.

§ 1º O quantitativo de autorizações de afastamento será atribuído aos servidores das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro e aos servidores do PCC e do PGPE, na seguinte proporção:

I - quatro vagas para servidores da Carreira de Diplomata;

II - duas vagas para servidores da Carreira de Oficial de Chancelaria;

III - uma vaga para servidores da Carreira de Assistente de Chancelaria que tenham obtido certificado de conclusão de curso de graduação em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); e

IV - uma vaga para servidores do PCC e do PGPE que tenham obtido certificado de conclusão de curso de graduação em instituição reconhecida pelo MEC.

Art. 7º Os afastamentos somente serão concedidos:

I - em caso de curso no Brasil, para participação em programa que tenha obtido, na última avaliação, pelo menos o conceito quatro na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e

II - em caso de curso no exterior, para a participação em programa cuja qualidade seja atestada por meio de rankings internacionais ou de conceitos divulgados por publicações especializadas.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Avaliadora, constituída na forma desta portaria, a análise das informações relativas aos cursos supracitados.

Art. 8º A Comissão Avaliadora dos projetos de estudo apresentados por Diplomatas será composta por:

I - representante designado pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que a presidirá;

II - representante designado pelo Subsecretário-Geral do Serviço Exterior; e

III - representante designado pelo Subsecretário-Geral ou autoridade equivalente com competência regimental sobre o tema de estudo proposto.

Art. 9º A Comissão Avaliadora responsável por analisar os projetos de estudo apresentados por Oficiais de Chancelaria, por Assistentes de Chancelaria e por servidores do PCC e do PGPE será composta por:

I - Chefe da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento ou representante da unidade por ele designado, que a presidirá;

II - representante designado pelo Subsecretário-Geral do Serviço Exterior; e

III - representante designado pelo Subsecretário-Geral ou autoridade equivalente com competência regimental sobre o tema de estudo proposto.

Art. 10. O interessado deverá solicitar o afastamento à Comissão Avaliadora correspondente ao cargo por ele ocupado.

Parágrafo único. Caberá a cada Comissão Avaliadora elaborar e encaminhar edital, para publicação em Boletim de Serviço, contendo as linhas de pesquisa, as condições e os prazos, tendo presentes os calendários acadêmicos brasileiro e estrangeiros.

Art. 11. A solicitação de afastamento será efetuada mediante requerimento específico, que conterá:

I - formulário (AFA), devidamente preenchido, em que se demonstre a convergência do programa de capacitação com as linhas de pesquisa definidas pelo Instituto Rio Branco e pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento;

II - programa detalhado do curso, com informação sobre as respectivas disciplinas, seus conteúdos, carga horária e tipo de pesquisa ou trabalho final a ser desenvolvido na instituição de ensino;

III - cronograma de atividades, que indique os prazos para conclusão dos créditos ou disciplinas e para a elaboração e defesa de monografia, de dissertação ou de tese, ou para a realização de trabalho final, bem como demonstre a compatibilidade daquele cronograma com o período de afastamento;

IV - anteprojeto de monografia, dissertação, tese, trabalho final a ser desenvolvido ou proposta equivalente entregues à instituição de ensino;

V - currículo extraído da plataforma Lattes (lattes.cnpq.br), com formação acadêmica e experiência profissional; e

VI - conceito do curso ou programa pleiteados, de acordo com a avaliação da CAPES, no caso de curso no Brasil, e segundo ranking ou conceito internacionalmente aceito, no caso de curso no exterior.

Parágrafo único. O comprovante de matrícula ou de aprovação em processo seletivo ofertado pela instituição de ensino deverá ser tempestivamente anexado ao processo de candidatura na SERE.

Art. 12. A Comissão Avaliadora, ouvidas a Comissão de Ética, a Corregedoria do Serviço Exterior e a Divisão do Pessoal, selecionará os candidatos a afastamento, de acordo com os seguintes critérios:

I - quanto à elegibilidade da proposta e à avaliação do prazo de afastamento:

a) compatibilidade entre os conteúdos do programa de capacitação e, quando for o caso, as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas, com as atribuições da carreira e com as linhas de pesquisa definidas pelo Instituto Rio Branco e pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento; e

b) proporcionalidade e compatibilidade do cronograma de estudos proposto em relação ao tempo de afastamento pleiteado.

II - quanto à classificação da proposta, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A Comissão Avaliadora poderá solicitar informações complementares para subsidiar a análise do pleito.

Art. 13. A Comissão Avaliadora comunicará à Divisão do Pessoal o resultado da análise, a ser publicado em Boletim de Serviço.

§ 1º O resultado deverá indicar, ao menos, a classificação final dos candidatos e os correspondentes períodos de afastamento.

§ 2º Divulgada a classificação dos candidatos, prosseguirá a tramitação dos pleitos até o limite de vagas aplicável, mediante a apresentação, pelos interessados, no prazo definido em edital, da documentação prevista no art. 11.

§ 3º Será desclassificado o candidato que, embora aprovado no processo seletivo, não venha a apresentar, no prazo definido em edital, a documentação prevista no art. 11.

§ 4º A vaga decorrente da eventual desclassificação de candidato que não tenha satisfeito as condições estabelecidas no parágrafo segundo será ofertada ao candidato cuja posição, no processo seletivo, seja imediatamente posterior à do candidato desclassificado.

Art. 14. Caso o servidor selecionado venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir os gastos com seu aperfeiçoamento, na forma do art. 47 da mesma Lei.

Art. 15. Caso o servidor não venha a obter o título ou o grau que motivou seu afastamento, deverá ressarcir ao erário todos os gastos com o seu aperfeiçoamento, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112, de 1990, salvo nas hipóteses comprovadas de caso fortuito ou de força maior, a critério do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Nos casos de desligamento, de abandono ou de descumprimento dos requisitos para a conclusão do programa, a autorização de afastamento será cancelada, e o servidor responsável deverá ressarcir todos os gastos com seu aperfeiçoamento, na forma do caput, sem prejuízo da eventual instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 16. São deveres do servidor autorizado a afastar-se:

I - apresentar à sua Comissão Avaliadora, semestralmente, o histórico escolar ou documentação equivalente;

II - comunicar à Divisão do Pessoal o recebimento de qualquer auxílio financeiro relacionado ao curso ou ao programa em que esteja matriculado;

III - apresentar à Divisão do Pessoal o diploma, certificado de conclusão de curso ou documento equivalente;

IV - fornecer à Comissão Avaliadora cópia encadernada e arquivo eletrônico, em formato PDF, da monografia, dissertação, tese, relatório de trabalho final ou equivalente, conforme o caso, no prazo fixado em edital, bem como autorizar a divulgação desse material; e

V - cumprir outras obrigações estabelecidas pela Divisão do Pessoal ou pela Comissão Avaliadora.

Parágrafo único. Durante o afastamento, é vedado o exercício de outra atividade remunerada, salvo aquelas permitidas na legislação brasileira em vigor.

Art. 17. O Ministério das Relações Exteriores não arcará com o pagamento de nenhum custo em que o servidor tenha incorrido, relacionado ao afastamento.

Art. 18. A homologação dos afastamentos dar-se-á mediante portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 19. A autorização para os afastamentos estará sujeita ao exame da disponibilidade da força de trabalho e vinculada ao interesse do serviço na Secretaria de Estado.

Art. 20. As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela Divisão do Pessoal.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO VIEIRA

ANEXO

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. VIDA FUNCIONAL	
1.1 Afastamentos anteriores	
- Nenhum afastamento superior a 90 dias consecutivos	20
- Nenhum afastamento superior a 90 dias consecutivos nos últimos 10 anos	15
- Nenhum afastamento superior a 90 dias nos últimos 5 anos	10
1.2 Tempo de serviço na carreira ou no cargo	
- mais de 10 anos	10
- entre 5 e 10 anos	5
1.3 Ocupação de Cargo em Comissão	
- DAS 5, 6, NES ou equivalente	10
- DAS 4 ou equivalente	9
- DAS 3 ou equivalente	6
- DAS 1 e 2 ou equivalente	2
- DAS de livre nomeação e exoneração ou equivalente	10
- FG 1 ou equivalente	3
- FG 2 ou equivalente	2
- FG 3 ou equivalente	1
2. NATUREZA DO CURSO E RELEVÂNCIA DO ESTUDO	
2.1 Natureza do curso	
- Mestrado	10
- Doutorado	5
2.2 Relevância do estudo para o desenvolvimento das competências institucionais do Ministério das Relações Exteriores e para a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos.	0 a 25
3. QUALIDADE DO PROJETO DE PESQUISA	0 a 25

Obs.: Serão desclassificados os pleitos que obtiverem pontuação inferior a 50% no subitem 2.2 ou no item 3.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA ÚLTIMA VAGA

1º Menor período de afastamento solicitado em função do tempo do curso;

2º Maior tempo de efetivo exercício no cargo, na data do requerimento.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PORTARIA Nº 32, DE 5 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 15 do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, alterado pelo Decreto n° 7.849, de 23 de novembro de 2012, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Tornar público, na forma do Anexo I, o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional relativo ao período de 07 de maio de 2015 a 06 de maio de 2016 no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão, de acordo com as metas estabelecidas na Portaria nº 50, de 7 de maio de 2015, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA

ANEXO I

Indicador	Quantidade Prevista	Quantidade Realizada	Produto Especificação	Percentual Realizado
Debates realizados	16	27	Debates, cursos, seminários, conferências, workshops, palestras e mesas redondas realizadas.	168,75%
Edição de obras	17	29	Publicações editadas	170,59%

Fonte: Informações com base no Plano de Trabalho do 6º Ciclo da Avaliação de Desempenho.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR

Em 5 de maio de 2016

Nº 1.119 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43, § 3º, da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta dos Processos 48500.003314/2008-15 e 48500.003924/2008-19, decide não conhecer do pedido de reconsideração apresentado pela Arcezzil Geração de Energia Elétrica Ltda. em face do Despacho 698, de 22/3/2016, publicado no DOU em 28/3/2016, por estar exaurida a esfera administrativa.

JOSÉ JURHOSA JUNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO

Em 5 de maio de 2016

Nº 1.122 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelas Portarias ANEEL nº 3.677, de 25 de agosto de 2015 e nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, considerando o que consta do Processo nº 48500.003092/2014-89 e o disposto no item 5.10 do Edital, decide pela habilitação das seguintes empresas integrantes do Consórcio Energia do Pará, proponentes vencedoras no Leilão nº 02/2016-ANEEL (Sistemas Isolados da CELPA/2016):

Lote	Tipo	Localidade	Vendedora		
Único	UTE	Afuá	Consórcio Energia do Pará	Guascor do Brasil Ltda. (Líder)	14,22%
	UTE	Alenquer			
	UTE	Almeirim			
	UTE	Anajás			
	UTE	Aveiro			
	UTE	Cachoeira do Arari			
	UTE	Chaves			
	UTE	Cotijuba		Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda.	82%
	UTE	Faro			
	UTE	Gurupá			
	UTE	Jacareacanga			
	UTE	Juruti			
	UTE	Monte Alegre			
	UTE	Muaná			
	UTE	Oeiras do Pará			
	UTE	Porto de Moz		SoEnergy Sistemas Internacionais de Energia S.A.	3,78%
	UTE	Prainha			
	UTE	Salvaterra			
	UTE	Santa Cruz do Arari			
	UTE	Santana do Araguaia			
	UTE	São Sebastião da Boa Vista			
	UTE	Soure			
	UTE	Terra Santa			

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 3 de maio de 2016

Nº 1.055 - Processo nº 48500.003732/2014-51. Interessado: Martifer Renováveis Ltda. Decisão: (i) transferir da empresa MSPAR Energia e Participações S.A, para a empresa Martifer Renováveis Ltda., o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV Bom Lugar III, localizada no município de Icó, no estado do Ceará. (ii) alterar, a pedido da empresa Martifer Renováveis Ltda., a Potência Instalada da UFV Bom Lugar III, de 30.000 kW para 26.000 kW, registrada no Despacho nº 2.974, de 4 de agosto de 2014. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 1.086 - Processo nº 48500.002296/2016-64. Interessado: Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Pirapora 11, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.MG.035641-7.01, com 27.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.087 - Processo nº 48500.002295/2016-10. Interessado: Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Pirapora 14, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.MG.035642-5.01, com 60.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.088 - Processo nº 48500.002209/2016-79. Interessado: Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Pirapora 15, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.MG.035643-3.01, com 60.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.091 - Processo nº 48500.002238/2016-31. Interessado: Martirfer Renováveis Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Bom Lugar IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.035645-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Icó, no estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 4 de maio de 2016

Nº 1.101 - Processo nº 48500.002221/2016-83. Interessado: Solatio Solar Gestão de Projetos Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Cassilandia 1, UFV Cassilandia 2, UFV Cassilandia 3, UFV Cassilandia 4, UFV Cassilandia 5, UFV Cassilandia 6, UFV Cassilandia 7, UFV Cassilandia 8, UFV Cassilandia 9, UFV Cassilandia 10, UFV Cassilandia 11, UFV Cassilandia 12 e UFV Cassilandia 13, localizadas no município de Cassilândia, estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.113 - Processo nº 48500.003991/2014-18. Interessado: AES Tietê Energia S.A. Decisão: Transferir para a AES Tietê Energia S.A. a titularidade do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Água Vermelha I, cadastrada sob o CEG n° UFV.RS.MG.033605-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Iturama, no estado de Minas Gerais, objeto do Despacho nº 1.624/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.117 - Processo nº 48500.000040/2010-27. Interessado: São Sepé Geração de Energia Ltda. Decisão: (i) Alterar o cronograma de implantação da UTE São Sepé, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de geração (CEG) UTE.AI.RS.034046-4.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 5.384, de 04 de agosto de 2015 à Sepé Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob 19.660.348/0001-33. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 5 de maio de 2016

Nº 1.120 - Processo nº 48500.002236/2016-41. Interessado: Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Pirapora 16, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.MG.035644-1.01, com 60.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 5 de maio de 2016

Nº 1.125 - Processo nº 48500.002278/2013-30. Interessado: Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 6 de maio de 2016. Usina: EOL Campo dos Ventos V. Unidades Geradoras: UG1 a UG12, de 2.100 kW cada, totalizando 25.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Parazinho, Estado da Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 2 de maio de 2016

Nº 1.062 - Processo nº: 48500.002357/2016-93. Interessada: DME Distribuição S.A. Decisão: anuir, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, à cessão dos funcionários Flávio José de Azevedo e Francisco Carlos Sartoris, da interessada (cedente) para a DME Energética S.A. (cessionária), ressaltando que a anuência está condicionada ao ressarcimento integral de todos e quaisquer custos relativos aos funcionários, incluindo encargos de qualquer espécie. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.069 - Processo nº 48500.002345/2016-69. Interessada: Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA. Decisão: anuir à cessão fiduciária de recebíveis da interessada, em garantia a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, a ser celebrada com a Vinci Crédito & Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, no valor de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com prazo até 30 de maio de 2020. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 4 de maio de 2016

Nº 1.107 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 1.047, de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no art. 1º da Resolução Autorizativa nº 5.703/2016, considerando a correspondência protocolada sob o nº 48513.010139/2016-00 e o constante do Processo nº 48500.001135/2016-53, declara atendida, pela Companhia Energética Canoas, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle autorizada.

ANTONIO ARAUJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de maio de 2016

Nº 1.124 - Processo nº 48500.005267/2010-69. Interessados: Coprel Cooperativa de Energia (compradora) e Rio Grande Energia S/A (vendedora). Decisão: registrar, sob o nº 8.002/2014, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCE. A íntegra deste Despacho e seu Anexo estão juntados aos autos e disponíveis no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 5 de maio de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, às empresas abaixo relacionadas:

Nº 497	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000820/2016 - 34	IPIRANGA F1 MASTER SINTÉTICO SN	SAE 5W40	API SN, MB 229.03, VW 502.00, VW 505.00, ACEA A3-B4/2012, RENAULT RN0700	ÓLEO LUBRIFICANTE	14258

Nº 498	J.P.IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 09.600.384/0001-58					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000924/2016 - 49	MOTUL TEKMA MEGA X JP	SAE 15W-40	ACEA E7-12, API CI-4/CH-4, MB 228.3, RVI RLD-2, VOLVO VDS-3, MACK EO-N, MAN M3275, CUMMINS 20071/72/76/77/78, CAT ECF-1, GLOBAL DHD-1, MTU TYPE II.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17372

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 243, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP n.° 147, de 01 de outubro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.003952/2016-07, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Cacatua Comercial, Importação e Exportação de Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 23.804.940/0001-39, situada na Avenida Jamaris, nº 100 - Conjunto 512, Bairro Planalto Paulista, Município de São Paulo/SP. CEP: 04.078-000, autorizada a exercer a atividade de importação de petróleo.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício das atividades de importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 244, DE 5 DE MAIO 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.011514/2015-23, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica republicada a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica (AEA) para a Raízen Combustíveis S.A., inscrita no CNPJ sob o n.° 33.453.598/0001-23, situada na Rua Victor Civita, n.° 77, Condomínio Rio Office Park, Bloco 01, Jacarepagua - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22775-044.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 245, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.013089/2011-83, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROPAIVA - COMÉRCIO RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.082.313/0001-52, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizada a operar as instalações de tancagem localizadas à Fazenda Santa Marcolina, Rodovia PR-92, s/n - Zona Rural - Município de Wenceslau Braz - PR - CEP: 84.950-000, coordenadas geográficas aproximadas: Latitude: 22°17'27,6"S; Longitude: 49°04'40,8" O (SIRGAS 2000).

O parque de tancagem, composto dos tanques aéreos apresentados na tabela a seguir, tem a capacidade total de armazenamento de 76,54 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	CLASSE DE PRODUTO	TIPO
TQ-01	2,54	12,00	60,80	Classe II e III	Horizontal Aéreo
TQ-02	1,91	5,40	15,74	Classe II e III	Horizontal Aéreo

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A PETROPAIVA - COMÉRCIO RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ nº 11.082.313/0001-52, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização, após conclusão do respectivo processo legal instaurado para tal, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ELSON CASTRO NEVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTORIZAÇÃO Nº 246, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. ° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n. º 8, de 08 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48610.013089/2011-83, torna público o seguinte ato:

Art.1º - Fica a PETROPAIVA - COMÉRCIO RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 11.082.313/0001-52, habilitada como transportador-revendedor-retalhista (TRR), localizada à Fazenda Santa Marcolina, Rodovia PR-92, S/N, Zona Rural - Município de Wenceslau Braz/PR - CEP 84950-000, autorizada a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Art.2º - Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de TRR.

Art.3º - Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de maio de 2016

Nº 492 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92 de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 8, de 08 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48610.013089/2011-83, torna pública a habilitação da PETROPAIVA - COMÉRCIO RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 11.082.313/0001-52, situada à Fazenda Santa Marcolina, Rodovia PR-92, S/N, Zona Rural - Município de Wenceslau Braz/PR - CEP 84950-000, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Nº 493 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento rodoviário listados a seguir:

	INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³ por mês)	PROCESSO
1	UBERABA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	ZEMA CIA. DE PETRÓLEO LTDA. 00.647.154/0015-75	31/01/2017	Diesel A S500: 865 Diesel A S10: 300 Gasolina A: 970	48610.001705/2016-68

Nº 494 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³)	PROCESSO
1	ITABUNA	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0008-77	31/05/2020	B100: 30 EAC: 200	48610.009905/2010-73
2	JEQUIÉ	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0002-81	31/05/2020	B100: 130 EAC: 280	48610.009905/2010-73
3	UBERABA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0012-53	31/05/2020	B100: 30 EAC: 300 EHC: 110	48610.002176/2015-39
4	UBERLÂNDIA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0015-04	31/05/2020	B100: 35 EAC: 160 EHC: 50	48610.002176/2015-39
5	GUARULHOS	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	ZEMA CIA. DE PETRÓLEO LTDA 00.647.154/0008-46	31/05/2020	B100: 15 EAC: 30	48610.001168/2015-75
6	UBERLÂNDIA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0009-07	31/05/2020	B100: 30 EAC: 60 EHC: 30	48610.001644/2015-58
7	UBERABA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0021-01	31/05/2020	B100: 30 EAC: 30 EHC: 60	48610.001644/2015-58
8	ITAJAÍ	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S/A 01.349.764/0017-17	31/05/2020	B100: 8 EAC: 30	48610.001643/2015-11
9	UBERLÂNDIA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.387.400/0015-60	31/05/2020	B100: 30 EAC: 40 EHC: 13	48610.008699/2009-41
10	UBERABA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.387.400/0014-89	31/05/2020	EHC: 60	48610.008699/2009-41
11	ITAJAÍ	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0372-86	31/05/2020	B100: 172 EAC: 672	48610.002321/2015-81
12	GUARAMIRIM	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0026-07	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0368-08	31/05/2020	B100: 271 EAC: 301	48610.002336/2015-40
13	BIGUAÇÚ	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0017-16	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0369-80	31/05/2020	B100: 55 EAC: 1471	48610.002322/2015-26
14	GUARULHOS	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0307-88	31/05/2020	B100: 180 EAC: 2.700	48610.019104/2010-16
15	CANOAS	RS	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0159-06	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0052-50	22/08/2017	GASOLINA A: 420 ÓLEO DIESEL A S500: 300 ÓLEO DIESEL A S10: 110 EAC: 180 EHC: 75 B100: 75	48610.008908/2012-51
16	CANOAS	RS	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0159-06	POTENCIAL PETRÓLEO LTDA. 80.795.727/0005-75	09/08/2017	GASOLINA A: 150 ÓLEO DIESEL A S500: 300 ÓLEO DIESEL A S10: 100 EAC: 90 EHC: 80 B100: 30	48610.001387/2011-21
17	CANOAS	RS	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0159-06	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA. 01.317.309/0001-72	27/02/2017	GASOLINA A: 350 ÓLEO DIESEL A S500: 580 ÓLEO DIESEL A S10: 100 EAC: 120 EHC: 80 B100: 75	48610.015191/2010-32

Nº 495 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n.º 15, de 18 de maio de 2005, torna pública a homologação dos contratos de envasilhamento listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CONTRATADA/REGISTRO	CONTRATANTE / REGISTRO	PRAZO	CARTÓRIO N.°	PROCESSO
Juazeiro	BA	NACIONAL Gás Butano Distribuidora 06.980.064/00035-21	BAHIANA Distribuidora de Gás Ltda. 46.395.687/0018-50	31/12/2016	-	48610.013114/2015-52
Fortaleza	CE	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/	BAHIANA Distribuidora de Gás Ltda. 46.395.687/0039-85	01/02/2021	-	48610.015272/2010-32
Ipojuca	PE	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0151-79	BAHIANA Distribuidora de Gás Ltda. 46.395.687/0035-51	01/02/2021	-	48610.004384/2016-53

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

São Francisco do Conde	BA	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0156-83	BAHIANA Distribuidora de Gás Ltda. 46.395.687/0005-36	01/02/2021	-	48610.004393/2016-44
Joinville	SC	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0080-40	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0245-69	01/02/2021	-	48610.004380/2016-75
Bauru	SP	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0007-32	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0257-00	01/02/2021	-	48610.004377/2016-51
Duque de Caxias	RJ	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0128-20	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0284-75	01/02/2021	-	48610.004387/2016-97
São José	SC	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0079-07	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0246-40	01/02/2021	-	48610.004390/2016-19
Caxias do Sul	RS	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0037-58	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0259-64	01/02/2021	-	48610.004382/2016-64
São José do Rio Preto	SP	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0013-80	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0039-95	01/02/2021	-	48610.004375/2016-62
Santa Maria	RS	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0027-86	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0232-44	01/02/2021	-	48610.004379/2016-41
São José dos Campos	SP	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0122-34	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0018-60	01/02/2021	-	48610.004373/2016-73
Ponta Grossa	PR	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0095-27	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0278-27	01/02/2021	-	48610.004391/2016-55
Cascavel	PR	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0041-34	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0210-39	01/02/2021	-	48610.004386/2016-42
Barueri	SP	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0113-43	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0173-50	01/02/2021	-	48610.004397/2016-22
Goiânia	GO	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0045-68	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0277-46	01/02/2021	-	48610.004392/2016-08
Paulínia	SP	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0122-34	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0194-84	01/02/2021	-	48610.004396/2016-88
Betim	MG	LIQUIGÁS Distribuidora S.A 60.886.413/0127-49	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0276-65	01/02/2021	-	48610.004389/2016-86

Nº 496 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 15, de 18 maio de 2005, torna público o indeferimento dos contratos de envasilhamento listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CONTRATADA / REGISTRO	CONTRATANTE / REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTÓRIO N.º	Razão Indeferimento	Observação	Processo n.º
Presidente Prudente	SP	SERVGÁS Distribuidora de Gás S.A. 55.332.811/0007-77	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0286-37	-	- Consta no Extrato do 3º Adendo os CNPJ´s n.º 61.602.199/0286-37, n.º 61.602.199/0184-02 e n.º 61.602.199/0274-01, porém o contrato de cessão de espaço deve ser individualizado por CNPJ de cessionária; A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - O CNPJ da cessionária Companhia Ultragaz está divergente do contrato de cessão de espaço.	-	48610.004230/2016-61
Londrina	PR	LIQUIGÁS Distribuidora S.A. 60.886.413/0141-05	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0251-07	-	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - Consta na FCT a cessionária Supergasbras Energia, que não detém homologação de cessão de espaço constante no site.	-	48610.004378/2016-04
Araucária	PR	LIQUIGÁS Distribuidora S.A. 60.886.413/0093-65	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0157-30	-	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - Consta na FCT a cessionária Supergasbras Energia, que não detém cessão de espaço homologada pela ANP e constante no site.	-	48610.004385/2016-06
Canoas	RS	LIQUIGÁS Distribuidora S.A. 60.886.413/0083-93	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0232-44	-	- O CNPJ da cedente (60.886.413/0083-93) constante no contrato de cessão de espaço é de *estabelecimento filial administrativo*. A FCT apresente a seguinte não conformidade: - O CNPJ da cedente constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço (60.886.413/0025-14).	-	48610.007748/2013-12
Santos	SP	LIQUIGÁS Distribuidora S.A. 60.886.413/0104-52	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0012-75	-	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: Não consta na FCT a cessionária Supergasbras Energia, homologada pela ANP e constante no site.	-	48610.016654/2010-83

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

RETIFICAÇÃO

Na Autorização n.º 159, publicada no D.O.U., em 18/03/2016, página 54:
onde se lê:
Integram a Base Compartilhada PETROBALL II as seguintes empresas:

Empresa	CNPJ	Participação m³
RUMOS Distribuidora de Petróleo Ltda.	10.767.247/0001-91	2.250,00
TAURUS Distribuidora de Petróleo Ltda.	01.452.651/0006-90	750,00

Leia-se:
Integram a Base Compartilhada PETROBALL II as seguintes empresas:

Empresa	CNPJ	Participação m³
RUMOS Distribuidora de Petróleo Ltda.	10.767.247/0001-91	1.500,00
TAURUS Distribuidora de Petróleo Ltda.	01.452.651/0006-90	1.500,00

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

REFERENTE: Processo nº 48400-000.925/2014 - 88
INTERESSADO: GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da Linha de Transmissão LT 500kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte - Marimbondo II

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 4.356, de 30 Setembro de 2013, onde autoriza a empresa Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. a instalação da subestação Marimbondo II e ampliação da Subestação Rio Verde Norte, e, para fins de instituição de servidão administrativa, as áreas de terra atingidas pela Linha de Transmissão Ribeirãozinho - Rio Verde Norte - Marimbondo II, localizadas nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos em uma área de 15 ha (quinze hectares), necessária à instalação da Subestação Marimbondo II, 500 kV, localizada no município de Fronteira, estado de Minas Gerais e uma área de 5,783 ha (cinco hectares e setecentos e oitenta e três milésimos de hectare), necessária à ampliação da Subestação Rio Verde Norte, 500 kV, localizada no município de Rio Verde, estado de Goiás, conforme memorial descritivo às fls. 05 a 09, e formulário de folha 78 constante no processo 48400-000.925/2014 - 88.

REFERENTE: Processo nº 48400-000.908/2013-60
INTERESSADO: RENASCENCIA V ENERGIAS RENOVAVEIS S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação do Parque Eólico Renascença V

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Portaria nº 254, de 15 Abril de 2011, onde autoriza a empresa Renascença V Energias Renováveis Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica EOL Renascença V, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos em uma área de 787 ha (setecentos e oitenta e sete hectares), localizada no Estado do Rio Grande do Norte, conforme memorial descritivo à fl. 39, e formulário de folha 54 constante no processo 48400-000.908/2013-60.

REFERENTE: Processo nº 48407-973774/2014 - 19
INTERESSADO: RENOVA ENERGIA S.A.
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação dos Parques Eólicos Carrancudo, Ipê Amarelo, Putumuju, Cansanção, Cabeça de Frade, Caroá e Canjoão, localizados no Estado da Bahia.

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, e com base nas Resoluções Autorizativa da ANEEL, nºs 5.086, 5.089, 5.090 e 5.097, de 17 de março de 2015, nas Resoluções Autorizativa da ANEEL, nºs 5.120 e 5.127, de 24 de março de 2015 e Portaria do MME, nº 162, de 22 de março de 2013, que autoriza as empresas concessionárias, a estabelecer-se como produtor independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração dos Parques Eólicos, localizados nos mu-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nicipios de Igaporã e Riacho de Santana, Estado da Bahia, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 579,40 ha (quinhentos e setenta e nove hectares, quarenta ares), nos municipios de Igaporã e Riacho de Santana, Estado da Bahia, conforme memoriais descritivos e formulário da folha 167 constante no processo 48407-973774/2014 - 19.

TELTON ELBER CORRÊA
Interino

RELAÇÃO Nº 80/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
871.452/1988-PEVAL GRANITOS LTDA
871.996/1992-CORCOVADO GRANITOS LTDA
833.695/1994-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.
870.909/1999-LIPARI MINERAÇÃO LTDA.
831.555/2005-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.
873.067/2005-NAILTON ROSSI PEIXOTO
872.556/2008-MANOEL PRADO NETO
874.200/2008-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.
870.803/2009-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA..
871.128/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
871.129/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
871.130/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
871.131/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
870.443/2010-CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.637/2010-JOSE AUGUSTO SILVA SANTANA-ME
872.652/2010-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA..
873.003/2011-FERNANDES SPILLERE ENGENHARIA LTDA ME
873.215/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
873.216/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
873.217/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
873.496/2011-ELDER DE JESUS ALMEIDA
873.497/2011-ELDER DE JESUS ALMEIDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
833.613/1994-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.
830.030/2002-FERNANDA LOURENÇO DE LIMA DIAS
831.199/2002-CARLOS ALBERTO BORGES RODRIGUES DA CUNHA
832.964/2003-ANTÔNIO CARLOS SAMPAIO DE SOUZA
890.089/2003-LUIZ FABIANO BARROS MIRANDA
833.760/2004-SERGECOM SERVIÇOS GERAIS COMÉRCIO E CERÂMICA LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
833.255/1995- BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
810.199/1997-GRANITOS ARROIGRANDENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA

RELAÇÃO Nº 81/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(245)
848.281/2011-LUIS BENGHI
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.513/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-LAURO MULLER/SC, URUSSANGA/SC - Guia n° 019/2016-60.000Toneladas-ARGILA-Validade:24/10/2017.
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
886.434/2013-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- Alvará N°3689- DOU de 29/4/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.281/2011-LUIS BENGHI-Areia.
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
808.539/1970-COMPANHIA NIQUEL SANTA FÉ-MINÉRIO DE NÍQUEL- Prazo de 03(TRES) ANOS.
Fase de Requerimento de Lavra
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
809.032/1968-COMPANHIA NIQUEL SANTA FÉ-MINERIO DE NIQUEL- Prazo de 03(TRES) ANOS.
808.540/1970-COMPANHIA NIQUEL SANTA FÉ-MINÉRIO DE NÍQUEL- Prazo de 03(TRES) ANOS.
808.541/1970-COMPANHIA NIQUEL SANTA FÉ-MINÉRIO DE NÍQUEL.- Prazo de 03(TRES) ANOS.
809.639/1970-VALE S A-CROMITA- Prazo de 03(TRES) ANOS.
806.139/1973-COMPANHIA NIQUEL SANTA FÉ-MINÉRIO DE NÍQUEL- Prazo de 03(TRES) ANOS.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.913/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-LAURO MULLER/SC - Guia n° 018/2016-20.000Toneladas-ARGILA REFRATÁRIA- Validade:06/8/2019.
815.608/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-LAURO MULLER/SC - Guia n° 016/2016-24.000Toneladas-ARGILA INDUSTRIAL- Validade:30/4/2017.
815.002/2014-OLARIA ROSSO LTDA ME-CRICIÚMA/SC - Guia n° 017/2016-35.000Toneladas-ARGILA- Validade:10/9/2018.
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
830.279/1978-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA- Prazo:A CONTAR DE 24.6.1988 E COM TÉRMINO EM 29.9.1989.
815.063/1990-MINERAÇÃO BOA FÉ LTDA- Prazo:A CONTAR DE 22.3.2016 E COM TÉRMINO EM 22.3.2021.
761.016/1996-SARKIS MINERAÇÃO LTDA- Prazo:A CONTAR DE 11.11.2015 E COM TÉRMINO EM 11.11.2016.
761.017/1996-SARKIS MINERAÇÃO LTDA- Prazo:A CONTAR DE 11.11.2015 E COM TÉRMINO EM 11.11.2016.
761.018/1996-SARKIS MINERAÇÃO LTDA- Prazo:A CONTAR DE 11.11.2015 E COM TÉRMINO EM 11.11.2016.
815.132/2003-CONCRETOS FARROUPILHA LTDA- Prazo:A CONTAR DE 16.2.2016 E COM TÉRMINO EM 16.2.2017.
Indefere o pedido de prorrogação do prazo do início dos trabalhos de lavra(404)
815.063/1990-MINERAÇÃO BOA FÉ LTDA
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
930.086/2005-MINERAÇÃO TURMALINA LTDA
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
831.254/2004-HIDROBRÁS ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.-Água Mineral.
930.086/2005-MINERAÇÃO TURMALINA LTDA-MINERIOS DE OURO E PRATA.
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
890.154/1998-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE ITAGUAÍ LTDA-GRANITO-Portaria de Lavra nº 82/2009, DOU de 06/4/2009.
930.086/2005-MINERAÇÃO TURMALINA LTDA-MINÉRIO DE PRATA-GRUPAMENTO MINEIRO Nº 237/2010, DOU de 26.2.2010
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)
818.721/1970-MINERAÇÃO MORRO SECO LTDA
801.658/1977-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
801.658/1977-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- Portaria N°312/1998- DOU de 03/9/1998
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
890.154/1998-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE ITAGUAÍ LTDA-GRANITO.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
832.209/2009-MB AREIA LTDA

RELAÇÃO Nº 82/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
848.281/2011-LUIS BENGHI- Publicado DOU de 15/6/2015.
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
862.104/2008-INDAIATUR INDAIA TURISMO LTDA.-ALVARÁ N° 3261 Publicado DOU de 31/3/2011- Onde se lê:"... numa área de 17,91 ha...", Leia-se:"... numa área de 23,12 ha..."
815.331/2009-RAUL ANTONIO DADAM FILHO-ALVARÁ N° 8807 Publicado DOU de 19/8/2009- Onde se lê:"... numa área de 839,74 ha...", Leia-se:"... numa área de 687,45 ha..."
815.809/2013-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-ALVARÁ N° 4248 Publicado DOU de 22/5/2014- Onde se lê:"... numa área de 659,10 ha...", Leia-se:"... numa área de 637,58 ha..."
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
832.139/1996-MINERAÇÃO DO BRASIL CENTRAL LTDA-ALVARÁ N° 701 Publicado DOU de 22/4/1997- Onde se lê:"... no município de Vazante, Estado de Minas Gerais...", Leia-se:"... no município de Lagamar, Estado de Minas Gerais ..."
Retificação de despacho(1388)
813.363/1974-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - Publicado DOU de 12/12/1986, Relação n° , Seção Seção1, pág. - Onde se lê:"... no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, ..."; leia-se:"... no município de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte..."

RELAÇÃO Nº 83/2016

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza a averbação dos atos de penhor de direitos minerários(1926)
Credor:PACIFIC ROAD CAPITAL II PTY LIMITED-DNPM 800.256/1978-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.- Portaria de Lavra N° 1201/88
Fase de Requerimento de Pesquisa
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.179/2010-JOSÉ SAMPAIO LEITE-Requerimento de Pesquisa. N° /
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.537/2011-MINERAÇÃO FARROUPILHA LTDA ME-Requerimento de Pesquisa. N° /
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.063/2014-MINERAÇÃO FARROUPILHA LTDA ME-Requerimento de Pesquisa. N° /
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.360/2014-JOSÉ SAMPAIO LEITE-Requerimento de Pesquisa. N° /
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.274/2015-JOSÉ SAMPAIO LEITE-Requerimento de Pesquisa. N° /
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.334/2010-MINERAÇÃO FARROUPILHA LTDA ME-Alvará de Pesquisa N° 15.050/2010
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.011/2011-MINERAÇÃO FARROUPILHA LTDA ME-Alvará de Pesquisa N° 2827/2011
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.339/2012-MINERAÇÃO FARROUPILHA LTDA ME-Alvará de Pesquisa N° 16.444/2015
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.394/2013-JOSÉ SAMPAIO LEITE-Alvará de Pesquisa N° 1809/2014
Exequente:WEMERSON FERREIRA JARDINI- CPF ou CNPJ - DNPM 886.060/2014-JOSÉ SAMPAIO LEITE-Alvará de Pesquisa N° 16.450/2015.

RELAÇÃO Nº 84/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Nega provimento ao recurso interposto(187)
821.561/1999-MILTON REIS E SILVA NUNES
820.980/2002-PROVIGA INDUSTRIA DE MINERAÇÃO S.A.
860.027/2015-PEROZA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
861.521/2013-HEBERT VALLIM BARBOSA
Despacho publicado(256)
832.050/1991-JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA VAZ-Considerando 1) que o título minerário em epígrafe possui área interferente com os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra; 2) que há manifestação jurídica aprovada pela Diretoria-Geral, em processos semelhantes, sugerindo a suspensão dos processos (NOTA Nº 1090/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU); 3) que os demais processos minerários, cujos títulos recaem em área interferente com o Parque Nacional Serra da Canastra, encontram-se suspensos aguardando o deslinde de ação judicial; SUSPENDO a tramitação do presente processo até decisão final do Poder Judiciário quanto ao limite territorial do Parque Nacional Serra da Canastra - Ação Civil Pública nº 3407-92.2014.4.01.3804.
886.016/2003-BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S.A-Nos termos do DESPACHO Nº 36/2016-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.
886.241/2005-BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S.A-Nos termos do DESPACHO Nº 35/2016-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.
886.241/2011-CANCANA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-Nos termos do DESPACHO Nº 37/2016-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
800.218/1985-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-Nos termos do DESPACHO Nº 34/2016-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.

890.166/1986-MINERAÇÃO MARBRASIL LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 41/2016-CFPM/DIFIS, aprovada pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO autorização especial de pesquisa complementar, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.

890.417/1990-OCRIMAR GRANITOS LTDA ME-Nos termos do DESPACHO Nº 234/2016-CFPM/DIFIS, aprovada pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela interessada, e, CONCEDO autorização especial de pesquisa complementar, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.

832.316/2005-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 40/2016-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO Autorização Especial de Pesquisa Complementar, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.

830.011/2007-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.-Nos termos do DESPACHO Nº 25/2016-CFPM/DIFIS, aprovada pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONCEDO autorização especial de pesquisa complementar, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da publicação deste no Diário Oficial da União.

Fase de Requerimento de Licenciamento

Nega provimento ao recurso interposto(1170)

830.162/2000-CAIBAR PALOMO - ME

Fase de Disponibilidade

Nega provimento ao recurso apresentado(1806)

826.075/2000- Recurso interposto por MINERAÇÃO DE AREIA PUMA LTDA. às fls. 168/180 e fls. 457/470.

Não conhece o recurso interposto(1837)

826.075/2000-Interposto porFABRICAÇÃO DE MATERIAL ARGILOSOS SAN PIETRO LTDA às fls. 119/120 e fls. 145/152.

TELTON ELBER CORRÊA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 63/2016

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 900.836/2015.
Notificado nº: Pyla - Pedreira Yolilta Ltda.
CNPJ/CPF: 06.963.557/0001-40.
NFLDP nº: 196/2015 - DNPM/CE.
Valor: R$ 2.051.521,70.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 900.837/2015.
Notificado nº: Pyla - Pedreira Yolilta Ltda.
CNPJ/CPF: 06.963.557/0001-40.
NFLDP nº: 195/2015 - DNPM/CE.
Valor: R$ 328.413,61.

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 129/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

860.126/2007-SOLON OLIVEIRA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°1.398/2007

861.628/2013-SOLON OLIVEIRA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°3.148/2015

861.836/2013-SOLON OLIVEIRA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°7.225/2015

860.309/2014-BAU CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°6.706/2015

860.404/2014-SOLON OLIVEIRA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°6.762/2015

860.602/2014-BAU CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°6.769/2015

860.737/2014-BAU CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°6.792/2015

860.645/2015-COCAL GOLD MINING LTDA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°14.430/2015

860.966/2015-COCAL GOLD MINING LTDA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°1.989/2016

860.967/2015-COCAL GOLD MINING LTDA- Cessionário:Ouro Fino de Goiás Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 24.483.582/0001-72- Alvará n°1.990/2016

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2016

Ficam o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que não houve a apresentação de recurso administrativo;restando- lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débitos(s) apurados (s) da compensação financeira pela exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

933.759/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº227/2010 - Valo:R$ 370,56

933.763/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº228/2010 - Valo:R$ 917,52

933.768/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº667/2010 - Valo:R$ 370,56

933.769/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº674/2010 - Valo:R$ 370,56

933.770/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº676/2010 - Valo:R$ 370,56

933.771/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº679/2010 - Valo:R$ 370,56

933.772/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº670/2010 - Valo:R$ 370,56

933.773/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº672/2010 - Valo:R$ 370,56

933.817/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº660/2010 - Valo:R$ 370,56

933.818/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº675/2010 - Valo:R$ 370,56

933.819/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº678/2010 - Valo:R$ 370,56

933.820/2010 - Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP CNPJ:46.876.991/0001-71 - NFLDP Nº661/2010 - Valo:R$ 370,56

Ficam o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se improcedente (s) a(s) defesa (s) administrativa (s); interposta (s);restando- lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG relativo ao (s) débitos(s) apurados (s) da compensação financeira pela exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

932.688/2009 - Cimento Cauê S.A - CNPJ:17.283.599/0001-10 NFLDP Nº6504/2009 - Valo:R$655.075,03

932.791/2009 - Cimento Cauê S.A - CNPJ:17.283.599/0001-10 NFLDP Nº6617/2009 - Valo:R$72.247,78

RELAÇÃO Nº 174/2016

Ficam o (s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s)administrativa(s); interposta(s);restando- lhe(s) pagar parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG relativo ao(s) débitos(s)apurados(s) da compensação financeira pela exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89,nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizameto da ação de execução.

933.694/2010 - EMGA - Empresa Mineira de Granito Ltda - CNPJ:86.430.535/0001-18 - NFLDP Nº4529/2010 - Valo:$87.740,02

933.807/2010 - Mineração Água Vermelha Ltda - CNPJ:11.077.551/0001-70 - NFLDP Nº653/2010 - Valo:$372,28

933.875/2010 - Togni S/A Materiais Refratários - CNPJ:23.637.093/0001-65 - NFLDP Nº4758/2010 - Valo:$2.925,01

933.884/2010 - Mineração Mantiqueira Ltda - CNPJ:01.601.645/0001-42 - NFLDP Nº121/2011 - Valo:$24.285,22

933.894/2010 - Sandra Mineração Ltda - CNPJ:30.280.564/0001-96 - NFLDP Nº142/2010 - Valo:$1.079,65

Comunicamos o abaixo relacionado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação de aditamento de defesa administrativa contra débito apurado da compensação financeira pela exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89,nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02)

932.410/2009 - Irmãos Raffelli Ltda - CNPJ:25.470.444/0001-11 - NFLDP nº4946/2009 - Valor:$43.865,83

RELAÇÃO Nº 198/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.711/2003-CERÂMICA MARACÁ LTDA.-OF. N°104/2016-ERPM

831.894/2008-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°125/2016-ERPM

830.479/2009-FÁBIO RODRIGO DE MELO REZENDE-OF. N°117/2016-ERPC

831.352/2010-FÁBIO RODRIGO DE MELO REZENDE-OF. N°116/2016-ERPC

833.143/2011-MINERAÇÃO OS SILVESTRES LTDA-OF. N°120/2016-ERPC

832.764/2012-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-OF. N°43/2016-ESCGV

834.309/2012-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-OF. N°81/2016-ERPC

834.311/2012-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-OF. N°80/2016-ERPC

RELAÇÃO Nº 199/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

831.917/1998-MINERACAO DORNAS LTDA-OF. N°131/2016-ERPM

831.061/2014-FELDSPATO DO BRASIL LTDA ME-OF. N°34/2016-ESCGV

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

832.241/2004-T. B. LOCH E CIA LTDA-OF. N°58/2016-ESCGV

832.296/2009-PEDREIRA SHEKINAH LTDA-OF. N°111/2016-ERPM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

831.880/1997-AREIA VOLTA GRANDE LTDA.-OF. N°652/2016-DGTM

831.520/2007-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-OF. N°115/2016-ERPM

833.519/2007-JESU LUIZ AFONSO FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL-OF. N°114/2016-ERPM

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)

835.548/1993-PEDREIRA SÃO JOÃO LTDA-OF. N°52/2016-ESCGV

830.126/2010-MINERAÇÃO ITAMIGOS LTDA . - ME.-OF. N°56/2016-ESCGV

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

830.483/1986-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.- Fonte: Olhos D'Água - Marca:VIVA - Embalagem:20L,10L e 5L sem gás - Marca:DA FÉ - Embalagem:20L, sem gás. - Fonte Olhos D' Água I - Marca:VIVA - Embalagem:20L sem gás - Marca:DA FÉ - Embalagem:20L, sem gás.- ITAÚNA/MG

832.881/2007-EMPRESA DE MINERAÇÃO FONTE QUINTA'S DEL REY LTDA ME- Fonte Quinta's Del Rey - Marca:PEIRÓPOLIS (edição especial) - Embalagem 510 mL., sem gás.- UBERABA/MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

830.076/1986-ÁGUA MINERAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA LTDA-OF. N°721/2016-FISC

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)

830.357/1991-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°55/2016-ESCGV

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

830.166/1988-INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANTA TEREZINHA LTDA-OF. N°115/2016-ERPC

830.357/1991-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°54/2016-ESCGV

831.521/2006-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°53/2016-ESCGV

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.946/1991-IRMÃOS CADORINI LTDA-OF. N°122 e 124/2016-ERPC
831.341/1991-IRMÃOS CADORINI LTDA-OF. N°122 e 124/2016-ERPC
831.408/2005-ANA CRISTINA BOTELHO ARAÚJO - ME-OF. N°119/2016-ERPC
830.660/2011-JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE-OF. N°112 e 114/2016-ERPC
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
830.946/1991-IRMÃOS CADORINI LTDA-OF. N°121 e 123/2016-ERPC
831.341/1991-IRMÃOS CADORINI LTDA-OF. N°121 e 123/2016-ERPC
831.950/2003-DEPOSITO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PADRE CICERO LTDA EPP-OF. N°47/2016-ESCGV
831.408/2005-ANA CRISTINA BOTELHO ARAÚJO - ME-OF. N°118/2016-ERPC
832.615/2010-RODRIGO FERNANDES MARQUES ME-OF. N°46/2016-ESCGV, Mayanna Aparecida Marques & Cia Ltda
830.660/2011-JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE-OF. N°111 e 113/2016-ERPC
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
833.982/2013-WINDISSON COELHO NETO-Registro de Licença N°4690/2016 de 19/04/2016-Vencimento em 26/11/2018
831.136/2014-LUCAS MARTINS GIMENES & CIA LTDA ME-Registro de Licença N°4689/2016 de 19/04/2016-Vencimento em 17/03/2018
831.751/2015-EDUARDO MENDES DA SILVA-Registro de Licença N°4683/2016 de 19/04/2016-Vencimento em 09/06/2035
831.775/2015-GLÓRIA DOS SANTOS LAUREANO ME-Registro de Licença N°4684/2016 de 19/04/2016-Vencimento em 26/02/2018
832.246/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-Registro de Licença N°4693/2016 de 19/04/2016-Vencimento em 03/08/2019
832.364/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-Registro de Licença N°4692/2016 de 19/04/2016-Vencimento em 03/08/2019
832.640/2015-JURACI FREIRE MARTINS EI-Registro de Licença N°4691/2016 de 19/04/2016-Vencimento em Indeterminado
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
834.767/2011-CLEITO CARLOS DE CASTRO ME-OF. N°127/2016-ERPM

RELAÇÃO Nº 200/2016

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito o cancelamento do Registro de Licença(796)
832.866/2007-GLEDSMAR ALVES DE CARVALHO-DOU de 17/02/2009

RELAÇÃO Nº 203/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.971/2010-NILO COUTINHO GONÇALVES DE ANDRADE-ALVARÁ N°4614/2013

RELAÇÃO Nº 204/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.589/2001-CROMUS GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME- Área de 507,25 ha para 367,55 ha-Granito
831.988/2002-CPN MINERAÇÃO LTDA- Área de 557,78 ha para 48,07 ha-Água Mineral
832.531/2011-JOSÉ WILSON BORGES- Área de 939,09 hectares para 47,07 hectares-Areia (agregado)
831.728/2012-GRANITOS LITORAL LTDA- Área de 968,46 ha para 773,30 ha-Granito (revestimento)
831.297/2014-AXSSEL PEREIRA CAIXETA ME- Área de 49,74 hectares para 18,92 hectares-Cascalho (agregado)

RELAÇÃO Nº 205/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.000/2008-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
834.001/2008-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
834.004/2008-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
830.327/2009-CEZAR PEREIRA DE SOUZA
831.243/2009-CERÂMICA CRUZADO LTDA

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2016

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
840.091/1999-KAETÉS INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte Villa, Marca "Kaetés", embalagem com 20 Lts-ABREU E LIMA/PE, PAULISTA/PE
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
801.860/1977-NOANA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COM LTDA- AI N° 176/16
840.528/1989-MINERAÇÃO ALTO CAXANGÁ LTDA-AI N° 301/2015
840.172/1994-FREVO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.- AI N° 258, 259, 260 e 261/2015
840.091/1999-KAETÉS INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI N° 193/15
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
812.867/1972-AGUA MINERAL SÃO LUIZ LTDA.- AI Nº 173/14
840.106/1980-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA- AI Nº 194 e 305/2015
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
812.867/1972-Água Mineral São Luiz Ltda.- AI N° 045 e 046/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.091/1999-KAETÉS INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°402/16
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
801.860/1977-NOANA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COM LTDA-OF. N°221.44.601/2015
840.172/1994-FREVO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.-OF. N°221.44.611/2015

RELAÇÃO Nº 30/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
840.007/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
840.216/2015-JOSÉ ALVES VIEIRA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.193/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°07/2015 de 07/04/2016-Vencimento em 07/07/2018
840.017/2016-JOSÉ ALVES VIEIRA-Registro de Licença N°008/2016 de 07/04/2016-Vencimento em 12/01/2017
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
840.102/2015-MERCURIUS ENGENHARIA S A

RELAÇÃO Nº 38/2016

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.383/2010-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA-OF. N°389/16
840.253/2011-FJ VASCONCELOS PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°412/16
840.400/2013-BENICIO MONTEIRO MARQUES-OF. N°405/16
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.179/2010-FAGNER A BRITO ME- Registro de Licença N°:696/2011 - Vencimento em 18/02/2019
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
840.133/1982-Agropecuária e Mineração Faco Ltdda.- AI N°194, 195, 196 e 197/16
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
840.138/2008-COMBRITAS COM. DE BRITAS LTDA EPP -AI N°374 e 3752013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.194/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°012/2016 de 20/04/2016-Vencimento em 24/07/2018
840.209/2015-AD CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°036/2015 de 02/10/2015-Vencimento em 28/05/2025
840.299/2015-PAUDALHO PEDRAS EXPRESS LTDA-Registro de Licença N°006/2016 de 30/03/2016-Vencimento em indeterminado
840.060/2016-NUNES KUSTER LTDA ME-Registro de Licença N°009/2016 de 14/04/2016-Vencimento em 12/01/2018
840.061/2016-NUNES KUSTER LTDA ME-Registro de Licença N°010/2016 de 14/04/2016-Vencimento em indeterminado
840.072/2016-TOMAS DE MORAIS VIEIRA-Registro de Licença N°013/2016 de 25/04/2016-Vencimento em 10/03/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.250/2015-OLAVO JOSÉ WANDERLEY DE SA-OF. N°590/16
840.259/2015-CERAMICA TERRA FORTE LTDA EPP-OF. N°582/16
840.094/2016-CERAMICA RODRIGUES & FILHO LTDA ME-OF. N°591/16
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
840.810/2012-POLLYANNA B. DE ABREU & CIA LTDA
840.281/2014-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA
840.243/2015-L GRASIELLY F DA SILVA & CIA LTDA EPP
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
840.116/2015-NUNES KUSTER LTDA ME
840.174/2015-NUNES KUSTER LTDA ME

RELAÇÃO Nº 41/2016

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
000.071/1961-NORFERTIL S.A. MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
840.086/2010-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
840.147/2010-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
840.148/2010-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
840.551/2010-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
840.577/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
840.578/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
840.579/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
840.580/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
840.581/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
840.491/2011-VOTORANTIM METAIS S.A
840.297/2012-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
840.822/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA

PAULO JAIME ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2016

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo nº 910.838/2007 Notificado MARIO RAZZERA E CIA LTDA CNPJ/CPF 87.005.955/0001-10 NFLDP nº 12/2008 Valor: R$ 1.390.707,63

LICENCIAMENTO (Código 7.72)

Ficam os abaixo relacionados cientes de não terem apresentado defesa administrativa, restando-lhes pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da nº 9.430/96, nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento de ação de execução.

Processo nº 910.850/2011 Notificado BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LITORÂNEA LTDA CNPJ/CPF 00.704.933/0001-60 NFLDP nº 85/2011 Valor: R$ 178.837,30

SÉRGIO BIZARRO CÉSAR

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.108/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.110/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.112/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.113/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.114/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.116/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.117/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.118/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.119/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.158/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
864.159/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA

MOACIR HARUO MASSANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

PORTARIA Nº 5, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 22 da Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de Abril de 2009, combinado com o inciso "XIV" do art. 132 do Regimento Interno desta Autarquia Federal, aprovado pela Portaria nº 20, de 08 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 de Abril de 2009, bem como nos termos do artigo 143 e seguintes da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista a delegação de competência conferida Instrução Normativa/INCRA/Nº 62, de 21 de junho de 2010, e.

CONSIDERANDO o interesse desta Autarquia em adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida I", área registrada, georreferenciada e avaliada de 2.504,8023 hectares, situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, cadastrada no INCRA sob o n° 950.157.838.292-7, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que o processo de aquisição da área foi instruído de acordo com o Decreto nº 433 de 24 de Janeiro de 1992, alterado pelos Decretos nº 2.614, 3 de julho de 1998 e nº 2.680, de 17 de julho de 1998, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a adquirir imóveis rurais, através de compra e venda para fins de reforma agrária, e a Instrução Normativa nº 83/2015;

CONSIDERANDO a decisão constante da Ata da Reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional de Goiás em 04 de Maio de 2016, que autorizou a aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida I", para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária, pelo valor total de R$ 17.999.219,60 (dezessete milhões, novecentos noventa e nove mil, duzentos e dezenove reais e sessenta centavos), sendo R$ 14.830.809,18 (quatorze milhões, oitocentos trinta mil, oitocentos e nove reais e dezoito centavos) em títulos da dívida agrária para indenização da terra nua e R$ 3.168.410,42 (três milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e dois centavos) para pagamento das benfeitorias, resolve:

Art. 1º Adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida I", situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Crixás, Matrícula nº 9.594, do Livro 2-RG, ficha 01, com área registrada, georreferenciada e avaliada de 2.504,8023 hectares, cadastrado no Incra sob o nº 950.157.838.292-7, pelo valor de R$ 17.999.219,60 (dezessete milhões, novecentos noventa e nove mil, duzentos e dezenove reais e sessenta centavos), sendo R$ 14.830.809,18 (quatorze milhões, oitocentos trinta mil, oitocentos e nove reais e dezoito centavos) para pagamento da terra nua, que deverão ser convertidos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de resgate de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, nominativos a Osny de Souza Filho, portador do CPF/MF nº 515.210.401-68, Breno de Araujo Souza, portador do CPF/MF n° 532.766.041-91 e Denise Aranha Souza Godinho, portadora do CPF/MF nº 784.457.281-72, e R$ 3.168.410,42 (três milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e dois centavos) em moeda corrente para pagamento das benfeitorias;

Art. 2º Solicitar às Diretorias de Obtenção de Terras e Implantação de Projeto de Assentamento - DT e de Gestão Administrativa - DA, que adotem as providências necessárias ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária - TDA, na forma prevista no Art. 1º;

Art. 3º Determinar que a aquisição se opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, inclusive com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 05 (cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no art. 21, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como a Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR e ainda, fazer constar das escrituras públicas de compra e venda que cabe aos promitentes vendedores a responsabilidade total quanto ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição ou outras reclamações de terceiros, incluindo aquelas relativas a indenizações por benfeitorias;

Art. 4º Condicionar a liberação dos recursos financeiros para o pagamento do imóvel, ao seu registro, em nome do INCRA, no competente Cartório de Registro de Imóveis;

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE TADEU JATOBA CORREIA

PORTARIA Nº 6, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 22 da Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de Abril de 2009, combinado com o inciso "XIV" do art. 132 do Regimento Interno desta Autarquia Federal, aprovado pela Portaria nº 20, de 08 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 de Abril de 2009, bem como nos termos do artigo 143 e seguintes da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista a delegação de competência conferida Instrução Normativa/INCRA/Nº 62, de 21 de junho de 2010, e.

CONSIDERANDO o interesse desta Autarquia em adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida II", área registrada, georreferenciada e avaliada de 1454,8035 hectares, situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, cadastrada no INCRA sob o n° 926.035.030.180-6, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que o processo de aquisição da área foi instruído de acordo com o Decreto nº 433 de 24 de Janeiro de 1992, alterado pelos Decretos nº 2.614, 3 de julho de 1998 e nº 2.680, de 17 de julho de 1998, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a adquirir imóveis rurais, através de compra e venda para fins de reforma agrária, e a Instrução Normativa nº 83/2015;

CONSIDERANDO a decisão constante da Ata da Reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional de Goiás em 04 de Maio de 2016, que autorizou a aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida II", para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária, pelo valor total de R$ 9.903.893,41 (nove milhões, novecentos e três mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 7.823.933,22 (sete milhões, oitocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e três reais e vinte dois centavos) em títulos da dívida agrária para indenização da terra nua e R$ 2.079.960,19 (dois milhões, setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos) para pagamento das benfeitorias, resolve:

Art. 1º Adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida II", situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Crixás, Matrícula nº 6.048/R-03, do Livro 2-RG, ficha 01, com área registrada, georreferenciada e avaliada de 1454,8035 hectares, cadastrado no Incra sob o nº 926.035.030.180-6, pelo valor de R$ 9.903.893,41 (nove milhões, novecentos e três mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 7.823.933,22 (sete milhões, oitocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e três reais e vinte dois centavos) para pagamento da terra nua, que deverão ser convertidos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de resgate de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, nominativos a Osny de Souza Filho, portador do CPF/MF nº 515.210.401-68, Breno de Araujo Souza, portador do CPF/MF n° 532.766.041-91 e Denise Aranha Souza Godinho, portadora do CPF/MF nº 784.457.281-72, e R$ 2.079.960,19 (dois milhões, setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos) em moeda corrente para pagamento das benfeitorias;

Art. 2º Solicitar às Diretorias de Obtenção de Terras e Implantação de Projeto de Assentamento - DT e de Gestão Administrativa - DA, que adotem as providências necessárias ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária - TDA, na forma prevista no Art. 1º;

Art. 3º Determinar que a aquisição se opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, inclusive com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 05 (cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no art. 21, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como a Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR e ainda, fazer constar das escrituras públicas de compra e venda que cabe aos promitentes vendedores a responsabilidade total quanto ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição ou outras reclamações de terceiros, incluindo aquelas relativas a indenizações por benfeitorias;

Art. 4º Condicionar a liberação dos recursos financeiros para o pagamento do imóvel, ao seu registro, em nome do INCRA, no competente Cartório de Registro de Imóveis;

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE TADEU JATOBA CORREIA

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 4 DE MAIO DE 2016

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLANIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n°1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela lei n°7.231, de 23 de outubro de 1984, representado por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VI, do Artigo 132 do Regimento Interno do Incra e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião, realizada em 04 de Maio de 2016, e;

Considerando o interesse desta Autarquia em adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida I", com área registrada, georreferenciada e avaliada de 2.504,8023 hectares, situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, cadastrada no INCRA sob o n° 950.157.838.292-7, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

Considerando que o processo de aquisição da área foi instruído de acordo com o Decreto nº 433 de 24 de Janeiro de 1992, alterado pelos Decretos nº 2.614, 3 de julho de 1998 e nº 2.680, de 17 de julho de 1998, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a adquirir imóveis rurais, através de compra e venda para fins de reforma agrária, e a Instrução Normativa nº 83/2015;

Considerando que a aquisição do imóvel rural "Fazenda Nossa Senhora Aparecida I", visa atender a demanda por terras na região de Uirapuru, Estado de Goiás;

Considerando as boas características edafoclimáticas do imóvel, bem como sua boa situação geográfica, além da existência de infraestrutura de benfeitorias que poderá ser aproveitada na atividade agropecuária no Projeto de Assentamento a ser implantado pela Autarquia;

Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel é de R$ 17.999.219,60 (dezessete milhões, novecentos noventa e nove mil, duzentos e dezenove reais e sessenta centavos), sendo R$ 14.830.809,18 (quatorze milhões, oitocentos trinta mil, oitocentos e nove reais e dezoito centavos) para indenização da terra nua, e R$ 3.168.410,42 (três milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e dois centavos) para indenização das benfeitorias;

Considerando as disposições do §1º do artigo 34 da Instrução Normativa 83/2015, resolve:

Art. 1° - Aprovar a proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida I", com com área registrada, georreferenciada e avaliada de 2.504,8023 hectares, situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, cadastrada no INCRA sob o n° 950.157.838.292-7, pelo valor de R$ 17.999.219,60 (dezessete milhões, novecentos noventa e nove mil, duzentos e dezenove reais e sessenta centavos), sendo R$ 14.830.809,18 (quatorze milhões, oitocentos trinta mil, oitocentos e nove reais e dezoito centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, que deverão ser convertidos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de resgate de 05 (cinco) anos e R$ 3.168.410,42 (três milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e dois centavos) para indenização das benfeitorias em moeda corrente; Mas compromete-se a somente realizar o negócio jurídico após manifestação da Procuradoria Geral do Estado - PGE, confirmando o desinteresse do Estado de Goiás na presente gleba e, somente após a juntada de algumas certidões arroladas pela Douta Procuradoria Federal Especializada na NOTA/AGU/PGF/INCRA/SR(04)/PFE-R/Nª 71/2016, no procedimento administrativo;

Art. 2º - Aprovar a proposta formulada pelos proprietários para que os Títulos da Dívida Agrária - TDA sejam emitidos com a data retroativa à conclusão do Laudo de Vistoria e Avaliação, quer seja, 14 de setembro de 2015, condicionado a análise e anuência da Diretoria de Obtenção de Terras do INCRA/Sede;

Art. 3º - Autorizar o Senhor Superintendente, em consequência, baixar portaria de que trata o artigo 45 da Instrução Normativa/Incra/nº 83/2015;

Art.4° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE TADEU JATOBA CORREIA
Coordenador

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 4 DE MAIO DE 2016

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIOLA DE GOIÁS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLANIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n°1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela lei n°7.231, de 23 de outubro de 1984, representado por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VI, do Artigo 132 do Regimento Interno do Incra e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião, realizada em 04 de Maio de 2016, e;

Considerando o interesse desta Autarquia em adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida II", com área registrada, georreferenciada e avaliada de 1454,8035 hectares, situado no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, cadastrada no INCRA sob o n° 926.035.030.180-6, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

Considerando que o processo de aquisição da área foi instruído de acordo com o Decreto nº 433 de 24 de Janeiro de 1992, alterado pelos Decretos nº 2.614, 3 de julho de 1998 e nº 2.680, de 17 de julho de 1998, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a adquirir imóveis rurais, através de compra e venda para fins de reforma agrária, e a Instrução Normativa nº 83/2015;

Considerando que a aquisição do imóvel rural "Fazenda Nossa Senhora Aparecida II", visa atender a demanda por terras na região de Uirapuru, Estado de Goiás;

Considerando as boas características edafoclimáticas do imóvel, bem como sua boa situação geográfica, além da existência de infraestrutura de benfeitorias que poderá ser aproveitada na atividade agropecuária no Projeto de Assentamento a ser implantado pela Autarquia;

Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel é de R$ 9.903.893,41 (nove milhões, novecentos e três mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 7.823.933,22 (sete milhões, oitocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e três reais e vinte dois centavos) para indenização da terra nua, e R$ 2.079.960,19 (dois milhões, setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos) para indenização das benfeitorias;

Considerando as disposições do §1º do artigo 34 da Instrução Normativa 83/2015, resolve:

Art. 1° - Aprovar a proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Aparecida II", com com área registrada, georreferenciada e avaliada de 1454,8035 hectares, situado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, cadastrada no INCRA sob o n° 926.035.030.180-6, pelo valor de R$ 9.903.893,41 (nove milhões, novecentos e três mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 7.823.933,22 (sete milhões, oitocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e três reais e vinte dois centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, que deverão ser convertidos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de resgate de 05 (cinco) anos e R$ 2.079.960,19 (dois milhões, setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e dezenove centavos) para indenização das benfeitorias em moeda corrente; Mas compromete-se a somente realizar o negócio jurídico após manifestação da Procuradoria Geral do Estado - PGE, confirmando o desinteresse do Estado de Goiás na presente gleba e, somente após a juntada de algumas certidões arroladas pela Douta Procuradoria Federal Especializada na NOTA/AGU/PGF/INCRA/SR(04)/PFE-R/Nª 72/2016, no procedimento administrativo;

Art. 2º - Aprovar a proposta formulada pelos proprietários para que os Títulos da Dívida Agrária - TDA sejam emitidos com a data retroativa à conclusão do Laudo de Vistoria e Avaliação, quer seja, 14 de setembro de 2015, condicionado a análise e anuência da Diretoria de Obtenção de Terras do INCRA/Sede;

Art. 3º - Autorizar o Senhor Superintendente, em consequência, baixar portaria de que trata o artigo 45 da Instrução Normativa/Incra/nº 83/2015;

Art.4° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE TADEU JATOBA CORREIA
Coordenador

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHOS DA CHEFE DE GABINETE
Em 5 de maio de 2016

A CHEFE DE GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Colibri Associação de Assistência ao Excepcional
CNPJ: 30.499.420/0001-25
Município: RIO DE JANEIRO/RJ
Processo nº: 25000.058616/2010-81

A CHEFE DE GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMILLE FLAMARION
CNPJ: 01.485.964/0001-30
Município: MAUA/SP
Processo nº: 71010.002136/2004-15

A CHEFE DE GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA RAINHA DA PAZ
CNPJ: 58.479.262/0001-60
Município: ITAPETININGA/SP
Processo nº: 44006.002136/2000-43

A CHEFE DE GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E MORADORES DA COMUNIDADE PRIMAVERA
CNPJ: 02.362.539/0001-16
Município: LAGOA DO ITAENGA/PE
Processo nº: 71000.088936/2009-49

FLORA LÚCIA MARIN DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 124, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º do Decreto nº 8.663, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos deste Ministério, na forma dos Anexos I a IX desta Portaria.

Parágrafo Único. A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, e a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, órgãos de assistência direta e imediata do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e integrantes da estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, reger-se-ão por meio de Regimento Interno próprio, conforme estabelecido em legislação específica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 06/GM/MDIC, de 11 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 11, de 16 de janeiro de 2008.

ARMANDO MONTEIRO

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO
CAPÍTULO I
CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e institucional, ocupar-se das relações públicas e do preparo e do despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar a tramitação legislativa dos projetos de interesse do Ministério, observadas as competências dos órgãos essenciais da Presidência da República, e coordenar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

III - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e as publicações oficiais do Ministério;

IV - assistir o Ministro de Estado no desempenho de suas funções como membro em órgãos colegiados de deliberação superior;

V - assistir ao Ministro de Estado e subsidiar as Secretarias na sua atuação e na tomada de decisões, por meio da elaborando análises, projeções e estudos econômicos;

VI - supervisionar o processo de indicação das representações do Ministério em órgãos colegiados, inclusive nos conselhos de administração e fiscal das empresas estatais; e

VII - assistir ao Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais, coordenar e desenvolver atividades que auxiliem a atuação institucional do Ministério em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da administração pública.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, ao Gabinete do Ministro coordenar a elaboração das propostas do Gabinete para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação de PPA e do Orçamento Anual.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação do Cerimonial- COCER
2. Assessoria Técnica e Administrativa - ASTEC
3. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
3.1. Divisão de Imprensa - DIMPR
3.2. Divisão de Comunicação Digital e de Publicidade - DICOP
4. Assessoria Parlamentar - ASPAR
5. Assessoria Internacional - ASINT
5.1. Coordenação de Articulação e Apoio Administrativo - COAAD

Art. 4º O Gabinete do Ministro contará ainda com um Assessor Especial de Controle Interno que exercerá as atividades previstas no artigo 13 do Decreto 3.591/2000 ou normativo que vier a substituir.

Art. 5º O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe de Gabinete, a Coordenação por Coordenador, as Assessorias por Chefe de Assessoria e as Divisões por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 6º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III
COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 7º À Coordenação do Cerimonial compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de cerimonial do Gabinete;

II - assistir ao Ministro de Estado em sua representação social, mediante agenda de compromissos e apoio a sua participação em eventos;

III - participar de reuniões técnicas e visitas precursoras para reconhecimento e definição com antecedência do local e espaço para a realização do evento, a logística e o melhor itinerário para garantir a segurança do Ministro de Estado e demais autoridades;

IV - elaborar o roteiro de cerimônias;

V - organizar a recepção das autoridades em visita ao Ministério;

VI - prestar apoio logístico às viagens do Ministro de Estado;

VII - gerir os contratos de prestação de serviços relativos às atividades do Cerimonial; e

VIII - exercer outras atividades inerentes a sua área de atuação ou que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado ou pelo Chefe de Gabinete.

Art. 8º À Assessoria Técnica e Administrativa compete coordenar a execução das atividades de administração dos recursos humanos, materiais, patrimoniais e de serviços gerais do Gabinete do Ministro, e especificamente:

I - organizar o arquivo de documentos do Gabinete do Ministro;

II - receber, encaminhar e controlar o fluxo de documentos que tramitam no Gabinete do Ministro;

III - elaborar minutas de respostas às correspondências dirigidas ao Ministro de Estado;

IV - providenciar a publicação no Diário Oficial da União de atos do Ministro de Estado;

V - providenciar a instrução dos processos relativos à concessão de passagens e diárias de servidores e de colaboradores eventuais no âmbito do Gabinete do Ministro;

VI - providenciar, controlar e executar, no âmbito do MDIC, o andamento dos documentos com trâmite no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal (SIDOF); e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - planejar, coordenar e executar a estratégia de comunicação integrada do Ministério, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR);

II - assessorar o Ministro de Estado em assuntos relativos à comunicação social e no relacionamento com as mídias nacional e estrangeira;

III - assessorar as Secretarias do Ministério no relacionamento com os meios de comunicação;

IV - planejar e executar ações de comunicação para a divulgação de Políticas Públicas vinculadas à Pasta;

V - elaborar mensagens-chave para a divulgação de Políticas Públicas vinculadas à Pasta e treinar os porta-vozes do Ministério;

VI - promover e orientar, estrategicamente, todas as ações de comunicação relativas aos programas desenvolvidos pelas Secretarias do Ministério;

VII - coordenar e promover a relação institucional do MDIC com os órgãos vinculados à Pasta, com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR) e com outras instituições públicas e privadas, no que se refere a ações de comunicação social;

VIII - promover campanhas publicitárias e de promoção das ações e programas do Ministério;

IX - planejar, coordenar e promover a comunicação interna do Ministério;

X - fazer a gestão editorial e de conteúdo do portal do Ministério na Internet e Intranet, bem como de suas redes sociais;

XI - coordenar a produção de conteúdo noticioso (textos e imagens), materiais digitais, audiovisuais e publicitários, para a ampla divulgação das ações realizadas pelo Ministério;

XII - gerenciar e acompanhar a produção de material gráfico de divulgação das atividades do Ministério;

XIII - redigir ou revisar minutas de discursos, apresentações e artigos do Ministro de Estado; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 10. À Divisão de Imprensa compete:

I - planejar, organizar, divulgar, agendar e acompanhar entrevistas, incluindo as coletivas de imprensa, do Ministro de Estado e das demais autoridades do Ministério;

II - produzir briefings e mensagens chave para subsidiar os pronunciamentos e mensagens do Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério;

III - produzir material para a divulgação de ações e políticas do Ministério e garantir a distribuição desses conteúdos para veículos de comunicação nos âmbitos regional, nacional e internacional;

IV - monitorar a repercussão da divulgação de ações do MDIC na imprensa online e off-line;

V - Gerenciar a produção de clipping de notícias relacionadas ao MDIC e de temas de interesse do Ministério em veículos de comunicação online e off-line;

VI - gerenciar e atender demandas de imprensa;

VII - intermediar os contatos da imprensa com o Ministro de Estado, Secretário-Executivo e demais Secretários da Pasta;

VIII - realizar a gestão de contratos firmados com empresas terceirizadas, quando houver, para prestação de serviços que visem a consecução das competências estabelecidas para a Divisão; e

IX - promover a gestão das caixas institucionais de correio eletrônico da ASCOM/MDIC.

Art. 11. À Divisão de Comunicação Digital e de Publicidade compete:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - executar o planejamento de comunicação digital, de acordo com a estratégia de comunicação do Ministério, estabelecida pela ASCOM;

II - produzir, editar e realizar a gestão dos conteúdos do Portal do MDIC;

III - produzir e promover a gestão dos conteúdos das redes sociais oficiais do Ministério;

IV - estabelecer o relacionamento com públicos digitais de interesse, por meio das redes sociais oficiais do Ministério;

V - gerir os conteúdos da Intranet do Ministério;

VI - produzir e distribuir comunicados ao público interno do Ministério;

VII - promover a coordenação de conteúdos digitais com as instituições vinculadas ao MDIC;

VIII - administrar os contratos de prestação de serviços relativos às atividades da Divisão;

IX - planejar, coordenar e executar ações publicitárias e de propaganda para divulgação de políticas públicas e promoção do Ministério, em consonância com a estratégia de comunicação do Ministério;

X - propor ações publicitárias de interesse do Ministério;

XI - propor e supervisionar eventos e promoções para divulgação dos programas e ações do Ministério; e

XII - propor, acompanhar e aprovar a elaboração de material de divulgação.

Art. 12. À Assessoria Parlamentar compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com assuntos parlamentares, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas e, especificamente:

I - atender às necessidades de assessoramento e informações do Ministro de Estado e dirigentes das entidades vinculadas ao Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional, dos Poderes Executivo e Legislativo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal;

II - coordenar, em articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República, a elaboração e o fluxo de informações e mensagens do Poder Executivo ao Congresso Nacional, relativas às ações e objetivos gerais do Ministério e à uniformidade das ações do Governo Federal sobre matéria legislativa;

III - coordenar as atividades de assessoramento parlamentar às entidades vinculadas ao Ministério;

IV - prestar colaboração aos parlamentares que solicitarem informações ao Ministério e às suas entidades vinculadas;

V - desenvolver articulação com as esferas federal, estadual e municipal e entidades de classe, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas;

VI - acompanhar os projetos, proposições, pronunciamentos, comunicações dos parlamentares e diversas informações, no Congresso Nacional, inerentes à área de atuação do Ministério e de suas entidades vinculadas;

VII - receber e encaminhar os pleitos de origem do Congresso Nacional e dos Poderes Executivo e Legislativo dos Estados, Municípios, Distrito Federal;

VIII - analisar e providenciar respostas aos requerimentos de informação e indicação de origem do Congresso Nacional;

IX - analisar as solicitações de audiências e de convites oriundos de parlamentares; e

X - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 13. À Assessoria Internacional compete:

I - coordenar a atuação internacional do Ministério;

II - participar de negociações, conferências e demais eventos de escopo internacional, no âmbito das competências do Ministério;

III - coordenar a formação da posição do Ministério em negociações e outros assuntos internacionais;

IV - propor e coordenar a atuação do Ministério em eventos de caráter internacional e adotar as medidas necessárias à participação dos representantes indicados;

V - assessorar o Ministro de Estado e os Secretários, no País e no exterior, nos assuntos internacionais de competência do Ministério;

VI - assessorar o Ministro de Estado e os Secretários na recepção de diplomatas e autoridades estrangeiras;

VII - elaborar minutas de correspondência internacional do Ministro de Estado e dos Secretários;

VIII - organizar viagens ao exterior do Ministro de Estado e dos Secretários;

IX - coordenar os processos relativos à emissão e à renovação de passaporte de serviço e diplomático, bem como de vistos e outras autorizações para afastamentos de servidores em viagens oficiais internacionais;

X - redigir minutas de discursos, artigos e outros textos para conferências internacionais ou para publicação, do Ministro de Estado e dos Secretários, relacionados à área internacional;

XI - planejar e coordenar a participação do Ministério em atividades internacionais de monitoramento e promoção comercial e de investimentos, bem como em acordos e projetos de cooperação técnica internacional;

XII - manter permanente articulação com as Secretarias do Ministério para fornecer informação atualizada ao Ministro de Estado;

XIII - promover a relação institucional com o setor privado em assuntos internacionais; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 14. À Coordenação de Articulação e Apoio Administrativo compete:

I - coordenar as atividades administrativas da ASINT;

II - coordenar os fluxos administrativos de contratos, convênios e gestão de pessoal da ASINT;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão e dos fluxos internos;

IV - providenciar a instrução dos processos de solicitação e emissão de passaportes, vistos e notas verbais;

V - articular a participação do Ministério em atividades internacionais de monitoramento e promoção comercial e de investimentos;

VI - articular a participação do Ministério em acordos e projetos de cooperação técnica internacional; e

VII - exercer outras atribuições que forem definidas pelo Chefe da Assessoria.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 15. Ao Chefe de Gabinete do Ministro incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado, no encaminhamento de soluções de problemas de caráter político-administrativo;

II - manter contato com órgãos e autoridades, por determinação do Ministro de Estado;

III - representar o Ministro de Estado, quando designado;

IV - autorizar a publicação ou divulgação de informações de interesse do Ministério;

V - coordenar a elaboração do programa de viagens do Ministro de Estado, provendo os meios para a sua execução;

VI - coordenar os serviços referentes à segurança do Ministro de Estado;

VII - receber, analisar e processar solicitações de audiências;

VIII - preparar e submeter ao Ministro de Estado sua agenda diária; e

IX - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos do Gabinete do Ministro.

Art. 16. Aos Chefes de Assessoria incumbe:

I - assistir ao Chefe de Gabinete do Ministro, nos assuntos afetos à área de competência da respectiva Assessoria;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da respectiva Assessoria, mantendo o Chefe de Gabinete informado sobre o andamento dos trabalhos; e

III - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atividades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado ou pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

Art. 17. Aos Chefes de Divisão e aos Coordenadores incumbe dirigir, orientar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades afetas às unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 18. Aos ocupantes do cargo de Assessor Especial DAS 102.5 e demais assessores diretamente subordinados ao Ministro de Estado, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado em assuntos de sua competência, em sintonia com os órgãos da estrutura organizacional do Ministério e entidades vinculadas;

II - participar, quando convocado, de audiências do Ministro de Estado com autoridades públicas, diplomatas, personalidades estrangeiras ou lideranças empresariais e laborais;

III - participar de reuniões técnicas e de grupos de trabalho;

IV - disponibilizar ao Ministro de Estado subsídios, informações, comentários e dados estatísticos relativos a matérias de competências do Ministério;

V - acompanhar o Ministro de Estado em suas viagens a serviço no País ou no exterior;

VI - acompanhar o Ministro de Estado em eventos externos de qualquer natureza;

VII - informar ao Ministro de Estado sobre acontecimentos, eventos, mudanças nas áreas econômica, política ou administrativa;

VIII - exercer, quando designado, a função de canal de comunicação entre o Ministro de Estado e os agentes públicos ou privados;

IX - auxiliar o Chefe de Gabinete no exercício de suas funções; e

X - exercer outras atividades ou missões que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

Art. 20. Serão de responsabilidade do Gabinete do Ministro o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas relativamente a contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e na coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e

III - coordenar, no âmbito do Ministério, os estudos relacionados a anteprojetos de leis, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - Sisp, de Serviços Gerais - Sisg, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva - SE tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SE

1.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/SE

2. Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica - SIGE

2.1 Coordenação-Geral de Informações e Estudos Estratégicos - CGIE

2.2 Coordenação de Articulação Institucional - COARI

2.3 Coordenação de Gestão Estratégica e de Risco - COGER

3. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

3.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/SPOA

3.2. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGEP

3.2.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/CGEP

3.2.1.1. Núcleo de Apoio Administrativo - NAADM

3.2.2. Serviço de Controle e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SOFPE

3.2.2.1 Seção de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEFPE

3.2.3. Coordenação de Administração de Pessoal - COPES

3.2.3.1 Divisão de Cadastro - DICAD

3.2.3.1.1 Seção de Pessoal - SEPES

3.2.3.1.2. Seção de Registro de Frequência - SEREF

3.2.3.1.3. Setor de Acompanhamento Funcional - SEACF

3.2.3.1.4. Núcleo de Assentamentos Funcionais - NUASF

3.2.3.2. Divisão de Pagamento - DIPAG

3.2.3.3. Serviço de Aposentadorias e Pensões - SERAP

3.2.4. Coordenação de Legislação de Pessoal - COLEP

3.2.4.1. Serviço de Legislação de Pessoal - SELEP

3.2.4.2. Seção de Acompanhamento de Legislação e Jurisprudência - SEJUR

3.2.4.3. Seção de Direitos e Deveres - SEDID

3.2.5. Coordenação de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor - CODAS

3.2.5.1. Serviço de Desenvolvimento de Pessoas- SEDEP

3.2.5.1.1. Seção de Avaliação de Desempenho - SEADE

3.2.5.1.2. Setor de Acompanhamento de Estágio de Estudante - SEAE

3.2.5.2. Serviço de Atenção à Saúde do Servidor - SEAS

3.2.5.2.1. Seção de Benefícios - SEBEN

3.2.5.2.2. Setor de Atividades do Programa de Qualidade de Vida - SEAQV

3.3. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL

3.3.1. Núcleo de Análise de Contratos - NUCON

3.3.2. Serviço de Documentação, Biblioteca, Arquivos e Protocolo - SEDAP

3.3.2.1. Setor de Documentação e Biblioteca - SEDOB

3.3.2.2. Setor de Arquivos - SEARQ

3.3.2.3. Setor de Protocolo - SEPRO

3.3.3. Coordenação de Atividades Auxiliares - COATA

3.3.3.1. Seção de Atividades Auxiliares - SEAUX

3.3.3.2. Divisão de Material e Patrimônio - DIMPA

3.3.3.2.1. Seção de Patrimônio - SEPAT

3.3.3.2.2. Seção de Almoxarifado - SEALM

3.3.3.3. Divisão de Engenharia e Administração Predial - DEAP

3.3.3.3.1. Serviço de Engenharia - SENGE

3.3.3.3.2. Serviço de Administração Predial - SEPRE

3.3.3.3.2.1. Seção de Transporte - SETRA

3.3.4. Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - COPLI

3.3.4.1. Serviço de Processamento de Compras - SECOMP

3.3.5. Coordenação de Contratos e Convênios - CCONV

3.3.5.1. Divisão de Convênios - DICOV

3.3.5.1.1.Serviço de Contratos - SECON

3.3.5.1.2. Seção de Penalidades - SEPEN

3.3.6. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEORF

3.3.6.1. Divisão de Diárias e Passagens - DIPAS

3.4. Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOF

3.4.1. Divisão de Contabilidade - DICONT

3.4.2. Coordenação de Programação e Orçamento - CPROG

3.4.2.1. Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário - DIPOR

3.4.2.1.1. Serviço de Acompanhamento e Análise da Receita - SEAAR

3.4.2.1.2. Serviço de Acompanhamento Orçamentário - SEAOR

3.4.3. Coordenação de Planejamento - COPLA

3.4.3.1. Divisão de Monitoramento e Avaliação - DIMAV

3.4.4. Coordenação de Finanças - COFIN

3.4.4.1. Divisão de Programação e Controle Financeiro - DIPCF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.5. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

3.5.1. Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação - COGTI

3.5.1.1. Divisão de Planejamento e Controle - DIPLA

3.5.2. Coordenação de Sistemas de Informação - COSIS

3.5.3. Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação - COSTI

3.5.3.1. Divisão de Administração de Recursos de TI - DIATI

3.5.4. Seção de Telefonia - SETEL

3.5.5. Seção de Apoio Administrativo - SEADM

Art. 3º À Secretaria-Executiva será dirigida por Secretário Executivo, o Gabinete por Chefe, a Subsecretaria por Subsecretário, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões, os Serviços, as Seções, os Setores e o Núcleo por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. Para o melhor desempenho de suas funções, os titulares das unidades mencionadas no art. 2º contarão com Assessores Técnicos, Assistentes e Assistentes Técnicos, de acordo com a Estrutura Regimental do Ministério.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assessorar o Secretário Executivo nos assuntos de competência do Ministério;

II - acompanhar a tramitação de documentos atinentes à Secretaria;

III - promover a articulação com as demais unidades do Ministério sobre os assuntos submetidos à consideração do Secretário-Executivo;

IV - receber e analisar as solicitações de audiência do Secretário-Executivo;

V - supervisionar as atividades das demais unidades componentes da Secretaria-Executiva;

VI - planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades do Gabinete da Secretaria-Executiva;

VII - coordenar as atividades de organização de agenda, de gestão das informações, em apoio à decisão do Secretário-Executivo;

VIII - secretariar mecanismos de diálogo bilateral sob a coordenação do Secretário-Executivo;

IX - preparar subsídios, discursos e palestras a serem proferidos pelo Secretário-Executivo;

X - desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Secretário-Executivo;

XI - providenciar a concessão de passagens e diárias aos servidores da Secretaria-Executiva;

XII - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação de PPA e do Orçamento Anual; e

XIII - coordenar e consolidar, em conjunto com o Gabinete do Ministro, a relatoria estratégica no MDIC acerca dos trabalhos relacionados ao Relatório Anual de Gestão e às Mensagens Presidenciais.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria-Executiva, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;

II - executar as atividades de apoio à administração de pessoal e de benefícios;

III - requisitar, receber e distribuir o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços afins, no âmbito da Secretaria-Executiva;

V - executar e controlar os trabalhos de digitação da Secretaria-Executiva;

VI - operar os aplicativos e sistemas, manter as bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução de atividades informatizadas, sob a orientação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

VII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete; e

VIII - enviar matérias para publicação na Imprensa.

Art. 7º À Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica compete:

I - assessorar o Secretário Executivo na formulação, na análise e no acompanhamento de políticas públicas afetas ao Ministério;

II - promover e apoiar a elaboração de políticas e diretrizes de gestão estratégica ministerial, observadas as normas de organização e de modernização administrativa segundo padrões e orientações do Governo federal;

III - assistir o Secretário-Executivo no relacionamento com entidades da administração indireta vinculadas ao Ministério, por meio da proposição de ações de integração e fortalecimento institucional;

IV - supervisionar a formulação e a implementação do planejamento estratégico do Ministério;

V - apoiar a implementação e acompanhar a gestão de riscos no âmbito do Ministério;

VI - apoiar programas e projetos de cooperação e a sua articulação com os organismos internacionais;

VII - coletar, sistematizar e analisar dados e informações relevantes, com vistas a subsidiar:

a) a tomada de decisão superior;

b) a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e ações da área de competência do Ministério;

c) a articulação entre o Ministério e os demais órgãos da administração pública sobre temas estratégicos;

d) a divulgação de informações relevantes para a atuação do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

e) a elaboração de relatórios de gestão e de atividades.

Art. 8º Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, à Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica:

I - compor as comissões de acompanhamento e avaliação no âmbito dos contratos de gestão firmados pelo MDIC;

II - coordenar e apoiar as atividades de modernização institucional do MDIC em conjunto com a SPOA; e

III - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Informações e Estudos Estratégicos compete:

I - apoiar, monitorar, avaliar e propor reformulações para melhorar a efetividade das políticas públicas do MDIC;

II - subsidiar o Gabinete de Ministro e o Secretário-Executivo com fatos relevantes e informações estratégicas nas áreas de atuação do MDIC;

III - atualizar o Ministro, o Secretário-Executivo e o Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica sobre o desempenho do setor produtivo brasileiro, em particular quanto aos impactos gerados pelas políticas públicas elaboradas pelo MDIC;

IV - reunir, analisar e divulgar informações estatísticas e econômicas para as áreas finalísticas do Ministério; e

V - apoiar a participação dos representantes do MDIC nas instâncias de elaboração e avaliação de políticas públicas.

Art. 10. À Coordenação de Articulação Institucional compete:

I - coordenar os processos de supervisão ministerial relacionados às entidades vinculadas e supervisionadas, visando ao fortalecimento institucional dos órgãos e ao alinhamento com as políticas e diretrizes do Ministério;

II - apoiar e subsidiar a participação do Secretário Executivo em colegiados de sua responsabilidade;

III - coordenar e orientar a atuação de representantes do Ministério nos colegiados de que fazem parte, quando assim determinado pelo Secretário Executivo, articulando o posicionamento do Ministério nos diversos fóruns em que atua;

IV - assistir ao Secretário Executivo na direção e execução das políticas afetas ao Ministério; e

V - apoiar a integração das principais políticas públicas do Ministério e de suas entidades;

Art. 11. À Coordenação de Gestão Estratégica e de Risco compete:

I - apoiar a elaboração, atualização periódica, implantação e gestão do planejamento estratégico institucional do Ministério;

II - disponibilizar métodos e padrões de gestão de projetos e de processos no âmbito do Ministério;

III - assessorar as Unidades do Ministério em relação ao planejamento e gestão de projetos estratégicos;

IV - identificar, mapear e sistematizar os processos estratégicos;

V - apoiar a implementação da gestão por competências no Ministério;

VI - implementar e sistematizar a gestão de riscos no âmbito do Ministério;

VII - disseminar a cultura de gerenciamento de projetos, processos e riscos no Ministério;

VIII - acompanhar a elaboração e monitoramento do PPA; e

IX - apoiar programas e projetos de cooperação, bem como a articulação com os organismos internacionais.

Art. 12. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, neste Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil e de serviços gerais, bem como das atividades de organização e modernização administrativa;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I e informar e sugerir aos órgãos do Ministério acerca do cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover a elaboração e a consolidação de planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades internos;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que cause dano ao erário.

Art. 13. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos;

II - executar as atividades de controle de pessoal;

III - requisitar, receber e distribuir o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da Subsecretaria; e

V - executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter as bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução de atividades informatizadas, sob a orientação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

Art. 14. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas, compreendidas as de administração de pessoal, desenvolvimento do corpo funcional e assistência médica e social, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, observando a legislação pertinente;

II - propor diretrizes e elaborar projetos relacionados com o desenvolvimento do corpo funcional do Ministério alinhados às estratégias da organização;

III - promover a aplicação da política de gestão de pessoas às ações de recrutamento, seleção, integração, movimentação e desenvolvimento de pessoas;

IV - acompanhar o cumprimento de convênios e contratos na sua área de atuação;

V - expedir certidões de contribuição e declarações de tempo de contribuição;

VI - expedir as identidades funcionais dos empregados e servidores; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 15. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - realizar ações relativas às comunicações administrativas e aos atos oficiais elaborados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

II - elaborar o Boletim de Serviço do Ministério;

III - controlar as atividades de protocolo, recepção, expedição, distribuição e arquivo de documentos, no interesse da Coordenação-Geral;

IV- monitorar a disponibilidade dos cargos comissionados, funções comissionadas e técnicas, Gratificações Temporárias do Ministério;

V - requisitar o material permanente e de consumo para a Coordenação-Geral, bem como executar sua distribuição e manutenção; e

VI - controlar e supervisionar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais no âmbito desta Coordenação-Geral.

Art. 16. Ao Núcleo de Apoio Administrativo compete executar atividades de suporte administrativo.

Art. 17. Ao Serviço de Controle e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal compete orientar, controlar, executar e manter atualizados os repasses orçamentários e financeiros, efetuados pelo órgão setorial de orçamento e finanças, destinados à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Art. 18. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal compete:

I - elaborar a pré-proposta orçamentária anual das áreas de competência da Coordenação-Geral;

II - analisar e liquidar, do ponto de vista orçamentário e financeiro, os processos pertinentes às despesas com a folha de pagamento dos empregados, servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão, estagiários, administração de benefícios, ajuda de custo, auxílio funeral, cursos de treinamento, ressarcimento de salários e encargos sociais de empregados oriundos de empresas públicas e sociedade de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial com sua folha de pagamento, e outras relativas à área de gestão de pessoas;

III - manter atualizados os demonstrativos dos saldos orçamentários e financeiros e elaborar a programação financeira mensal relativa à área de gestão de pessoas;

IV - executar as atividades operacionais e gerenciais relativas ao SIAFI;

V - executar e acompanhar empenhos, contratos e convênios junto ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e ao COMPRASNET;

VI - elaborar, mensalmente, o quadro de acompanhamento das despesas com a força de trabalho de pessoal;

VII - analisar e instruir processos de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores;

VIII - analisar e inscrever despesas em Restos a Pagar, bem como executar e acompanhar os respectivos pagamentos;

IX - acompanhar e identificar depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional, relativos a pessoal;

X - manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesa e corresponsáveis junto ao sistema bancário e ao sistema SIAFI; e

XI - zelar pelo controle, arquivamento e manutenção dos processos liquidados e pagos.

Art. 19. À Coordenação de Administração de Pessoal compete coordenar e acompanhar a atualização dos registros pessoais e funcionais, aplicação da legislação, atividades relacionadas com a folha de pagamento de empregados, servidores ativos, aposentados, beneficiários de pensão, dos estagiários e do pessoal contratado por excepcional interesse público neste Ministério, expedir atestados e declarações com base nos registros financeiros e nos assentamentos funcionais dos empregados públicos, servidores ativos e aposentados, beneficiários de pensão e do pessoal contratado por excepcional interesse público.

Art. 20. À Divisão de Cadastro compete:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - controlar, executar, orientar e manter atualizados os atos e registros pertinentes à vida funcional dos empregados, servidores ativos e do pessoal contratado por excepcional interesse público, fornecendo subsídios ao Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

II - executar no sistema SIAPE, procedimentos relacionados à lotação, remoção, redistribuição, cessão, exercício provisório e requisição;

III - executar as atividades de classificação de cargos;

IV - elaborar e controlar a emissão de identidades funcionais dos empregados e servidores;

V - incluir, excluir e proceder às alterações dos registros funcionais e cadastrais nos sistemas informatizados;

VI - subsidiar a CGEP para fins de concessão de benefícios e vantagens aos servidores, empregados e pessoal contratado por excepcional interesse público;

VII - controlar e acompanhar a lotação numérica e nominal;

VIII - elaborar atestados e declarações com base nos assentamentos funcionais dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

IX - efetuar levantamentos, estabelecer procedimentos e preparar atos para progressão funcional; e

X - realizar o levantamento de quadro ideal e do quadro mínimo de servidores do Ministério em parceria com a Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica.

Art. 21. À Seção de Pessoal compete:

I - elaborar atos relacionados ao ingresso e exercício de empregados, servidores ocupantes de cargo efetivo e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

II - elaborar atos relacionados à vacância de servidores ocupantes de cargo efetivo, rescisão de contrato de empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público; e

III - remeter e acompanhar os atos relativos a admissões e desligamentos de servidores ocupantes de cargos efetivos deste Ministério, enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU, via Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - SISAC, e dar cumprimento às diligências solicitadas.

Art. 22. À Seção de Registro de Frequência compete:

I - prestar informações aos servidores, empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público em exercício no Ministério quanto aos assuntos pertinentes à frequência;

II - efetuar a apuração mensal e o controle de frequência dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público em exercício no Ministério, e efetuar o lançamento das ocorrências de afastamentos nos sistemas informatizados de administração de pessoal; e

III - controlar mensalmente a informação da frequência dos empregados e servidores à disposição de outros órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e efetuar o lançamento das ocorrências de licenças e afastamentos nos sistemas informatizados de administração de pessoal.

Art. 23. Ao Setor de Acompanhamento Funcional compete monitorar o módulo "férias web" e proceder às alterações, interrupções e cancelamentos de férias dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público no sistema Siapecad.

Art. 24. Ao Núcleo de Assentamentos Funcionais compete:

I - receber e arquivar as declarações de bens e renda e as autorizações de consulta junto à Receita Federal dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público; e

II - receber e guardar a documentação pessoal dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público, e manter atualizado os assentamentos funcionais.

Art. 25. À Divisão de Pagamento compete:

I - controlar e manter atualizados os registros financeiros dos servidores ativos, empregados, estagiários e do pessoal contratado por excepcional interesse público do Ministério;

II - elaborar a folha de pagamento dos servidores ativos, empregados, estagiários e do pessoal contratado por excepcional interesse público do Ministério;

III - elaborar cálculos e efetuar pagamentos de sentenças judiciais e passivos financeiros de servidores ativos, empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público do Ministério;

IV- elaborar cálculos pertinentes aos acertos de contas;

V - elaborar cálculos e acompanhar o pagamento dos processos de reembolso de despesas com remuneração ou salário e encargos dos empregados e dos servidores cedidos deste Ministério;

VI - efetuar os lançamentos no sistema SIAPE de valores relativos ao auxílio moradia, remuneração compensatória, programas de incentivo à graduação e ao estudo de línguas estrangeiras;

VII - efetuar os registros no sistema SIAPE de valores relativos à folha de pagamento de aposentados e beneficiários de pensão;

VIII - preparar e encaminhar as informações previdenciárias e as relativas ao FGTS, DIRF-GOV e RAIS por meio de sistemas informatizados específicos;

IX - articular, junto ao SIPEC, soluções de assuntos pertinentes às folhas de pagamento;

X - executar os atos pertinentes à formalização de ressarcimento ao erário e inscrição em dívida ativa de servidores ativos, empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público do Ministério;

XI - elaborar atestados e declarações com base nos registros financeiros;

XII - elaborar certidões de contribuição; e

XIII - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa à área de recursos humanos.

Art. 26. Ao Serviço de Aposentadorias e Pensões compete controlar, avaliar, acompanhar e executar as atividades pertinentes a aposentadorias e pensões e especificamente:

I - analisar e instruir processos que versem sobre concessão e revisão de aposentadorias, pensões e reversões à atividade, realizando e acompanhando o envio dos respectivos dados ao Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do SISAC;

II - analisar e instruir requerimentos e processos que versem sobre abono de permanência;

III - elaborar cálculos de remuneração, de passivos financeiros e de decisões judiciais de aposentados e beneficiários de pensão;

IV - elaborar certidões e declarações de tempo de contribuição;

V - elaborar declarações com base nos registros de aposentados e beneficiários de pensão;

VI - instruir e examinar requerimentos e processos que versem sobre averbação de tempo anterior de serviço;

VII - manter atualizados todos os registros financeiros relativos a rendimentos e descontos de meses anteriores, a fim de subsidiar o Órgão Central do SIPEC na elaboração da Declaração de Rendimentos Anual, dos servidores aposentados e beneficiários de pensão;

VIII - guardar, controlar e manter atualizados os registros de servidores aposentados e beneficiários de pensão;

IX - executar os atos pertinentes à formalização de ressarcimento ao erário e inscrição em dívida ativa dos servidores aposentados e beneficiários de pensão; e

X - prestar atendimento aos servidores aposentados e beneficiários de pensão, assim como orientar os servidores ativos quanto aos temas pertinentes a aposentadoria e pensão.

Art. 27. À Coordenação de Legislação de Pessoal compete:

I - coordenar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal;

II - prestar orientação técnica específica ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas;

III - coletar informações e documentos referentes à legislação de pessoal a fim de subsidiar o trabalho de defesa da União em procedimentos judiciais;

IV - manter atualizado o Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ;

V - manter o sistema de controle de prazos e movimentações de processos administrativos e expedientes judiciais relativos à área de gestão de pessoas;

VI - analisar e emitir pronunciamentos em processos de cessão, requisição de empregados e servidores e de redistribuição de cargos efetivos deste Ministério e suas entidades vinculadas;

VII - analisar e emitir pronunciamentos relativos à área de gestão de pessoas quanto à legalidade nos pedidos e recursos formulados pelos empregados, servidores e pessoal contratado por excepcional interesse público deste Ministério;

VIII - manter contatos permanentes com órgãos normativos e afins, objetivando o intercâmbio de informações relativas à área de gestão de pessoas; e

IX - prestar orientações técnicas aos empregados, servidores, pessoal contratado por excepcional interesse público e às unidades do Ministério e das entidades vinculadas quanto à aplicação da legislação de pessoal.

Art. 28. Ao Serviço de Legislação de Pessoal compete:

I - analisar e emitir pronunciamentos quanto aos procedimentos administrativos, direitos, deveres, vantagens e obrigações dos servidores, empregados e pessoal contratado por excepcional interesse público;

II - realizar estudos e análises destinados a nortear a aplicação das normas referentes a pessoal; e

III - elaborar, controlar e atualizar os atos referentes à delegação de competência no âmbito desta Coordenação-Geral.

Art. 29. À Seção de Acompanhamento de Legislação e Jurisprudência compete acompanhar e divulgar a edição de normas e regulamentos pertinentes a gestão de pessoas e executar as atividades de pesquisa, coleta, catalogação, organização e manutenção do banco de dados sobre a legislação de pessoal.

Art. 30. À Seção de Direitos e Deveres compete examinar, sob o ponto de vista legal, normas e instruções relativas à área de gestão de pessoas e assessorar as unidades da área de gestão de pessoas na análise de processos administrativos que requeiram pesquisa e estudo sobre direitos, deveres e vantagens dos empregos, servidores ativos, inativos, pensionistas e do pessoal contratado por excepcional interesse público emitindo pronunciamentos.

Art. 31. À Coordenação de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as atividades relacionadas com as políticas, programas e projetos de capacitação e desenvolvimento de servidores e empregados deste Ministério;

II - coordenar a implantação da gestão por competência no Ministério;

III - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de atenção à saúde do servidor;

IV - emitir declarações no âmbito de sua competência;

V - elaborar propostas de atos normativos pertinentes aos temas de sua competência; e

VI - propor ações de aprimoramento do clima organizacional.

Art. 32. Ao Serviço de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - identificar necessidades de capacitação junto às unidades administrativas do MDIC;

II - propor parcerias com escolas de governo, órgãos e entidades que executem ações de capacitação que atendam às demandas do PAC;

III - preparar relatório anual de capacitação;

IV - elaborar e executar os programas e projetos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;

V - recrutar e selecionar instrutores internos e externos para atividades docentes nos projetos e programas de capacitação, desenvolvidos no âmbito deste Ministério;

VI - elaborar, controlar e registrar certificados de participação nos eventos internos de capacitação;

VII - viabilizar e acompanhar as ações de capacitação de empregados e servidores em eventos oferecidos por órgãos ou instituições públicas ou privadas, no Brasil e no exterior;

VIII - executar as atividades necessárias à realização de concurso público;

IX- acompanhar e avaliar as atividades relativas à avaliação dos servidores para fins de percepção de Gratificação de Desempenho e estágio probatório;

X - acompanhar os investimentos em ações de capacitação no Ministério; e

XI - instruir processos de afastamento de servidor para fins de participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

Art. 33. Ao Setor de Acompanhamento de Estágio de Estudante compete:

I - elaborar, executar e acompanhar atividades de programas de estágio de estudantes no Ministério;

II- viabilizar a contratação, renovação, substituição e desligamento de estagiários por intermédio do Agente de Integração, quando for o caso;

III- incluir, excluir e proceder às alterações nos registros cadastrais informatizados referentes aos estagiários;

IV- executar o pagamento e desconto relativos ao auxílio-transporte dos estagiários;

V- fornecer subsídios para execução de pagamento e desconto a serem realizados na bolsa-estágio;

VI- guardar, controlar e manter atualizados os registros de estagiários;

VII- acompanhar e controlar vagas de estágio;

VIII - controlar mensalmente a informação da frequência dos estagiários e efetuar os lançamentos das ocorrências de licenças e afastamentos nos sistemas informatizados de administração de pessoal; e

IX- zelar pelo fiel cumprimento do Programa de Estágio de Estudante do MDIC, bem como das legislações vigentes referentes ao tema.

Art. 34. À Seção de Avaliação de Desempenho compete:

I - executar as atividades relativas à avaliação dos servidores para fins de percepção de Gratificação de Desempenho e fornecer informações para realização de pagamento; e

II - executar as atividades referentes à avaliação de desempenho de servidores em cumprimento de estágio probatório.

Art. 35. Ao Serviço de Atenção à Saúde do Servidor compete:

I - prestar orientação e acompanhamento médico e psicossocial aos empregados e servidores;

II - realizar as perícias oficiais em saúde;

III - promover os exames médicos periódicos aos empregados e servidores pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério;

IV - realizar exames admissionais de candidatos aprovados em concurso público;

V - realizar exames demissionais de empregados públicos;

VI - planejar e desenvolver atividades voltadas para a valorização e melhoria da qualidade de vida dos empregados e servidores;

VII - executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas ao programa de saúde suplementar dos empregados e servidores;

VIII - prestar orientação familiar e acompanhamento psicossocial aos empregados e servidores, quando necessário;

IX - realizar as ações e programas como Núcleo do Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor Público Federal - SIASS; e

XI - executar, acompanhar, organizar e manter atualizada as concessões de benefícios em folha de pagamento de pessoal.

Art. 36. À Seção de Benefícios compete:

I - executar, acompanhar, organizar e manter atualizada as concessões de benefícios no sistema de pagamento de pessoal; e

II - elaborar declarações relativas à concessão dos benefícios.

Art. 37. Ao Setor de Atividades do Programa de Qualidade de Vida compete:

I - propor e desenvolver atividades voltadas à qualidade de vida que promovam o bem-estar dos empregados e servidores do Ministério; e

II - realizar o levantamento de informações e executar ações voltadas à melhoria do clima organizacional no Ministério.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete planejar, coordenar, supervisionar e avaliar:

I - a execução das atividades relativas à administração orçamentária e financeira da Unidade Gestora 280101 - Gestão 00001;

II - a administração de materiais e patrimônio;

III - os serviços de engenharia e administração predial;

IV - os serviços de documentação, biblioteca, arquivos e protocolo;

V - a administração das compras e procedimentos licitatórios;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI- a administração dos contratos, convênios e contratos de repasse; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 39. Ao Núcleo de Análise de Contratos compete analisar e fiscalizar processos previamente selecionados como sensíveis pelo Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, com base em critérios de complexidade do objeto e vulto financeiro, e especificamente:

I - acompanhar a execução do objeto contratado;

II - acompanhar aspectos administrativos relacionados aos contratos;

III - assessorar o Coordenador-Geral de Recursos Logísticos no que tange ao tema gestão e fiscalização de contratos;

IV - comunicar possíveis desvios dos contratos à Seção de Penalidades da Coordenação de Contratos e Convênios.

Art. 40. Ao Serviço de Documentação, Biblioteca, Arquivos e Protocolo compete planejar, monitorar e avaliar as atividades dos Setores de Documentação e Biblioteca, de Arquivos e de Protocolo, e especificamente:

I - planejar, implantar, definir, coordenar, normatizar e controlar as atividades de gestão de documentos, em conformidade com as orientações emanadas do SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo; e

II - propor automação, acompanhar e avaliar os sistemas de tratamento da informação inerentes à documentação, biblioteca, arquivo e protocolo.

Art. 41. Ao Setor de Documentação e Biblioteca compete:

I - planejar, executar e avaliar as atividades de organização dos serviços da Biblioteca referentes à coleta, tratamento, recuperação e disseminação de informações bibliográficas, legislativas de multimeios;

II - assessorar as unidades do Ministério que requeiram técnicas de normalização;

III - desenvolver e propor a política de seleção, aquisição e descarte de publicações;

IV - preservar a memória institucional atualizando e mantendo a documentação técnica produzida pelas unidades organizacionais do Ministério;

V - estabelecer intercâmbio de serviços e produtos com entidades nacionais e internacionais;

VI - definir mecanismos adequados para recuperação e disseminação da informação com vistas ao atendimento das necessidades do usuário; e

VII - promover as atividades de circulação, recuperação, disseminação e intercâmbio bibliográfico;

VIII - selecionar, atualizar, indexar e recuperar a legislação produzida pelo Ministério;

IX - atender às solicitações de pesquisas e levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais; e

X - promover a divulgação de novas aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca.

Art. 42. Ao Setor de Arquivos compete:

I - padronizar os procedimentos técnicos relativos às atividades de produção, classificação, registro, tramitação, arquivamento, preservação, empréstimo, consulta, expedição, avaliação, transferência e recolhimento ou eliminação de documentos de arquivo e ao acesso e às informações neles contidas;

II - coordenar a elaboração de código de classificação de documentos de arquivo, com base nas funções e atividades desempenhadas pelo MDIC, e acompanhar a sua aplicação;

III - coordenar a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio;

IV - elaborar a tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim;

V - atender às solicitações de desarquivamento, empréstimos e consulta de documentos e processos arquivados;

VI - promover a transferência de documentos dos arquivos correntes para o arquivo intermediário e o recolhimento daqueles de valor permanente para o Arquivo Nacional, em consonância com a legislação vigente; e

VII - preservar e proteger os documentos armazenados no arquivo intermediário, a fim de garantir a custódia e o acesso à informação.

Art. 43. Ao Setor de Protocolo compete:

I - receber, numerar, registrar, classificar e tramitar os documentos avulsos e os processos encaminhados ao Ministério;

II - controlar o recebimento e a expedição de documentos avulsos e processos;

III - receber e distribuir publicações e periódicos às demais unidades deste Ministério;

IV - autuar documentos avulsos em processos físicos;

V - efetuar juntadas de processos físicos; e

VI - monitorar a autuação de processos digitais.

Art. 44. À Coordenação de Atividades Auxiliares compete coordenar e supervisionar as atividades de material e patrimônio, obras, instalações, manutenção predial, transportes, vigilância e zeladoria.

Art. 45. À Seção de Atividades Auxiliares compete:

I - auxiliar a elaboração de projetos básicos e termos de referência, que tenham como objetivo compras e contratações de serviços de responsabilidade da Coordenação de Atividades Auxiliares;

II - realizar estudos com a finalidade de racionalizar e otimizar a prestação dos serviços contratados; e

III - fornecer ao Coordenador de Atividades Auxiliares planilhas e relatórios gerenciais com informações dos contratos afetos à área de recursos logísticos do Ministério.

Art. 46. À Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - orientar e supervisionar a execução das atividades da área de material e patrimônio;

II - acompanhar processos de aquisição de materiais de consumo e permanente;

III - acompanhar o inventário anual de material de consumo, de bens móveis e imóveis;

IV - manter atualizado o cadastro e controle de imóveis; e

V - auxiliar as atividades das comissões de inventário de bens móveis e de baixa de materiais inservíveis de almoxarifado.

Art. 47. À Seção de Patrimônio compete:

I - classificar, registrar, cadastrar e tombar os bens permanentes na forma da legislação vigente;

II - distribuir, remanejar e manter atualizado o controle da movimentação dos bens patrimoniais, emitindo os respectivos termos de responsabilidade;

III - propor a alienação dos bens permanentes considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou ociosos para o Ministério;

IV - organizar e manter atualizados os cadastros de bens permanentes, bem como realizar o inventário;

V - propor a recuperação de bens permanentes; e

VI - zelar pela guarda e conservação dos bens permanentes em depósito.

Art. 48. À Seção de Almoxarifado compete:

I - receber, conferir e atestar o recebimento de materiais adquiridos, com base nas especificações constantes da nota de empenho, contrato ou documento equivalente;

II - manter controle físico e contábil dos materiais;

III - estabelecer cronogramas de aquisição para recomposição do estoque de materiais e promover a distribuição às áreas;

IV - realizar o inventário de material de consumo;

V - propor a baixa de materiais de consumo de uso descontinuado ou com prazo de validade vencido;

VI - acompanhar o prazo de validade dos materiais estocados no almoxarifado;

VII - zelar pela conservação dos materiais estocados no almoxarifado;

VIII - executar os procedimentos de fechamento mensal e anual das movimentações do almoxarifado;

IX - elaborar o Relatório Mensal do Almoxarifado - RMA; e

X - auxiliar no exame das licitações de materiais de consumo.

Art. 49. À Divisão de Engenharia e Administração Predial:

I - supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades de reformas, obras, instalações, manutenção predial, transportes, segurança, vigilância e zeladoria;

II - elaborar projetos e estudos relacionados ao planejamento técnico dos serviços de engenharia e de administração nos imóveis do Ministério e por ele administrados; e

III - propor soluções na infraestrutura predial, buscando atender, prioritariamente, as necessidades de modernização, economicidade energética, sustentabilidade e mobilidade.

Art. 50. Ao Serviço de Engenharia compete:

I - elaborar projetos de engenharia e arquitetura interna e do exterior, considerando aspectos de economicidade energética, sustentabilidade e mobilidade, paisagismo e sinalizações necessárias;

II - elaborar estudos preliminares, projetos e orçamentos necessários aos serviços de engenharia nas reformas, obras e instalações dos imóveis do Ministério ou por ele administrados;

III - desenvolver projetos e orçamentos para as alterações de leiaute interno e externo, desde que obedecido os padrões habituais adotados por este ministério, promovendo o remanejamento de divisórias e de mobiliários, quando necessários;

IV- promover a padronização e a boa utilização dos espaços físicos, atendendo normas de ergonomia e de segurança e medicina do trabalho, deste Ministério e de prédios por ele administrados, respeitando o princípio da impessoalidade e da economicidade;

V - acompanhar e fiscalizar, sistematicamente, a execução de reformas e obras, propondo as correções que se fizerem necessárias;

VI - acompanhar e fiscalizar os contratos de prestação de serviços de manutenção predial;

VII - emitir ordens de serviço para o atendimento de solicitações relativas a procedimentos de manutenção predial;

VIII - elaborar, guardar e manter atualizadas as plantas e especificações dos prédios do Ministério;

IX - organizar e acompanhar atividades relativas à permanente conservação dos elevadores, dos sistemas de prevenção e combate a incêndios, dos sistemas de proteção contra descargas elétricas, do sistema de geradores de energia, de rede elétrica, de iluminação, hidrossanitário e de ar-condicionado; e

X - ordenar a execução de serviços relacionados a pequenos reparos e de manutenção predial, além de outros serviços auxiliares.

Art. 51. Ao Serviço de Administração Predial compete:

I - supervisionar as atividades de zeladoria, administração predial interna e externa e o núcleo de segurança e vigilância, recepção, copeiragem, condução de elevadores, transporte de servidores e manutenção de veículos; e

II - controlar a entrada e saída de pessoas, bens e veículos, nas dependências dos imóveis do Ministério, ou por ele administrados.

Art. 52. À Seção de Transporte compete:

I - manter cadastro da frota e dos motoristas, bem como identificar responsabilidades de infrações, acidentes e outras ocorrências;

II - atender às solicitações legalmente previstas, realizando os serviços de transporte de pessoal, materiais e documentos necessários ao funcionamento do Ministério;

III - providenciar a revisão periódica dos veículos e a manutenção preventiva e corretiva dos veículos do Ministério;

IV - propor alienação de veículos; e

V - acompanhar a execução e propor transporte terrestre de mobiliário e outros bens do Ministério, assim como de servidores remanejados.

Art. 53. À Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios compete coordenar, orientar e promover a execução das atividades relacionadas com a aquisição de bens e contratação de serviços.

Art. 54. Ao Serviço de Processamento de Compras compete:

I - analisar, instruir e acompanhar os processos de aquisição de bens e contratação de serviços;

II - propor o cronograma de compras e licitações para cada exercício financeiro, com base em pesquisa junto às áreas demandantes;

III - realizar pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, visando instruir os processos de aquisição de bens e contratação de serviços;

IV - manter contato com outros órgãos da Administração Pública, visando obter informações sobre preços praticados;

V - acompanhar e avaliar a evolução das despesas com a aquisição de bens e contratação de serviços;

VI - promover o cadastramento, no SIASG, de itens relativos a serviços;

VII - elaborar, mensalmente, o relatório das aquisições de bens e contratações de serviços, para divulgação;

VIII - informar à Divisão de Material e Patrimônio sobre as aquisições efetuadas, destacando os prazos de entrega de materiais;

IX - elaborar minutas de editais, e demais instrumentos congêneres, visando à instrução de processos licitatórios;

X - providenciar a publicidade dos atos relativos a licitação;

XI - prestar apoio às comissões de licitação e aos pregoeiros; e

XII - elaborar, anualmente, relatório consolidado dos processos de licitação realizados no exercício.

Art. 55. À Coordenação de Contratos e Convênios compete coordenar e supervisionar as atividades relativas a contratos e convênios, com rígido controle de prazos.

Art. 56. À Divisão de Convênios compete:

I - analisar, instruir e elaborar termos de convênios e seus aditivos, mediante informações fornecidas pelas áreas técnicas responsáveis, visando o encaminhamento à Consultoria Jurídica;

II - providenciar a publicação dos convênios e seus aditivos, no Diário Oficial da União;

III - acompanhar o desembolso financeiro dos convênios;

IV - acompanhar os prazos de vigência dos convênios e da apresentação de prestação de contas, mediante comunicação tempestiva com as áreas afetas; e

V - analisar as prestações de contas dos convênios quanto aos aspectos financeiros, submetendo à apreciação da autoridade competente propondo aprovação ou instauração de Tomada de Contas Especial, bem como realizar o devido lançamento no SICONV.

Art. 57. Ao Serviço de Contratos compete:

I - analisar e instruir processos relativos a contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres;

II - analisar e instruir processos relativos às solicitações de repactuação de contratos e reajustes de preços;

III - solicitar e acompanhar as prestações de garantias, informando os prazos de encerramento;

IV - acompanhar os prazos de vigência dos contratos e respectivos aditivos, mediante comunicação tempestiva com as áreas afetas;

V - elaborar notas técnicas para encaminhamento de documentos à Consultoria Jurídica; e

VI - elaborar minutas de contratos, termos aditivos, e demais instrumentos congêneres.

Art. 58. À Seção de Penalidades compete:

I - receber e analisar os pedidos sancionatórios;

II - instruir o processo sancionatório e submeter à apreciação da autoridade competente;

III - analisar as infrações cometidas e aplicar a pena adequada, primando pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

IV - analisar os recursos relacionados às aplicações de penalidades e submeter à apreciação da autoridade competente; e

V - registrar, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, as sanções administrativas aplicadas aos fornecedores.

Art. 59. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete orientar, controlar e acompanhar as atividades de execução orçamentária e financeira e, especificamente:

I - elaborar a pré-proposta orçamentária anual das áreas de competência da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;

II - manter e controlar os créditos descentralizados pelo órgão setorial de orçamento e finanças;

III - executar os atos de gestão orçamentária, tais como emissão de empenhos, ordens bancárias, notas de lançamentos e demais documentos;

IV - efetuar, no SIAFI, o registro dos atos pertinentes à gestão orçamentária e financeira, viabilizando, dentro do prazo, as conformidades de gestão e de operadores;

V - analisar e providenciar a concessão e o controle de suprimentos de fundos;

VI - acompanhar e identificar depósitos efetuados na conta única do Tesouro Nacional;

VII - gerar relatórios, bem como elaborar demonstrativos de acompanhamento pertinentes à execução orçamentária e financeira;

VIII - analisar, classificar, apropriar e liquidar despesas referentes aos processos de pagamento das aquisições e serviços prestados, conforme o Plano de Contas da União;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IX - efetuar o tratamento contábil das despesas apropriadas na rubrica Restos a Pagar, bem como acompanhar os respectivos pagamentos;

X - emitir ordens bancárias para o pagamento das obrigações liquidadas, inclusive das inscritas em restos a pagar;

XI - manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesa e corresponsáveis, junto ao sistema bancário e ao Sistemas SIAFI, SIASG e SCDP;

XII - analisar e classificar, orçamentariamente, as despesas dos processos de solicitação de empenhos;

XIII - analisar, controlar e acompanhar os processos de pagamento e liberação de recursos e prestação de contas de convênios, contratos de repasse, acordos, ajustes e outros;

XIV - analisar e instruir processos de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores;

XV - examinar e instruir processos referentes a liquidação e pagamento; e

XVI - encaminhar as Notas de Empenho, mediante anuência da autoridade competente da área demandante, aos fornecedores, para confirmação da aquisição de bens.

Art. 60. À Divisão de Diárias e Passagens compete:

I - analisar solicitações e providenciar a concessão de diárias e passagens dos servidores e colaboradores eventuais do Ministério;

II - executar os atos de gestão orçamentária relativos a diárias e passagens, tais como emissão de empenhos, ordens bancárias, notas de lançamentos e demais documentos, nos sistemas oficiais SIAFI, SIASG e SCDP;

III - acompanhar e identificar depósitos efetuados na conta única do Tesouro Nacional relativos a diárias e passagens;

IV - manter atualizado o credenciamento dos responsáveis deste Ministério pelo Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF para aquisição de passagens;

V - gerar relatórios pertinentes à execução orçamentária e financeira de diárias e passagens;

VI - analisar, acompanhar, disponibilizar e controlar nos sistemas SIAFI, SIASG e SCDP os saldos das dotações orçamentárias e financeiras destinadas à concessão de diárias e passagens do Ministério;

VII - atuar como gestor setorial do SCDP, inclusive nos perfis de Faturamento, Administrador de reembolso e Titular de Cartão de Crédito; e

VIII - instruir processo de ressarcimento de gastos realizados por servidores em viagens.

Art. 61. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, finanças e contabilidade, no âmbito do Ministério e suas entidades vinculadas, em conformidade com as orientações emanadas dos respectivos órgãos centrais;

II - planejar e coordenar a implantação de sistemas de acompanhamento e avaliação, que possibilitem melhor execução das programações e ações constantes no plano plurianual e na lei orçamentária anual;

III - coordenar a elaboração de relatórios de acompanhamento das programações do Ministério e suas entidades vinculadas, conforme orientações dos órgãos centrais;

IV - planejar, coordenar e orientar o processo de elaboração, acompanhamento e revisão orçamentária;

V - planejar, coordenar e orientar diretrizes e critérios orçamentários e financeiros a serem seguidos pelas unidades orçamentárias, em consonância com aqueles emitidos pelos Órgãos Centrais;

VI - planejar e implementar descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros, no âmbito do Ministério e suas entidades vinculadas;

VII - coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

VIII - acompanhar a execução dos contratos de gestão nos aspectos inerentes ao planejamento e orçamento;

IX - coordenar a verificação da conformidade das Propostas de Orçamentos Anuais dos Serviços Sociais Autônomos supervisionados pelo Ministério à forma da legislação vigente, com vistas a subsidiar a aprovação pelo Ministro de Estado;

X - coordenar a verificação da conformidade das Propostas de Dispêndios Globais - PDG e do Orçamento de Investimento - OI do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES à forma da legislação vigente, com vistas a subsidiar a aprovação pelo Ministro de Estado;

XI - propor ao Órgão Central de Orçamento reestimativas de receitas próprias e vinculadas;

XII - coordenar e definir o cadastramento de usuários nos sistemas estruturantes de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade;

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo titular da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 62. À Divisão de Contabilidade compete:

I - integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais que ainda não se encontrem em linha com o SIAFI, vinculados a este Ministério;

II - analisar as variações nos demonstrativos contábeis de órgão superior para subsidiar o Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal na elaboração do Balanço Geral da União - BGU;

III - analisar as inconsistências contábeis nos órgãos subordinados, para o registro da conformidade contábil de órgão superior;

IV - analisar o tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio do órgão;

V - apoiar o Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal na gestão do SIAFI;

VI - cadastrar e habilitar usuários nos Sistemas: REDE SERPRO, SIAFI, SIAFI EDUCACIONAL e SIAFI GERENCIAL, em âmbito setorial;

VII - acompanhar e analisar a legislação relativa à contabilidade pública e demais assuntos pertinentes;

VIII - prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

IX - verificar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas unidades gestoras executoras jurisdicionadas;

X - efetuar os registros contábeis pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados;

XI - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;

XII - realizar a conformidade contábil dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade de registro de gestão das unidades gestoras jurisdicionadas;

XIII - instaurar tomadas de contas especial dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

XIV - efetuar, nas unidades executoras, quando necessário, registros contábeis;

XV - consolidar as informações do Relatório de Gestão das unidades jurisdicionadas do órgão para compor o processo de contas anual da unidade prestadora de contas;

XVI - elaborar e enviar aos órgãos de controle o processo de contas anual da unidade prestadora de contas; e

XVII - assistir à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no âmbito de sua competência.

Art. 63. À Coordenação de Programação e Orçamento compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar o processo orçamentário do Ministério e suas entidades vinculadas;

II - coordenar a elaboração e consolidação das propostas orçamentárias das unidades orçamentárias, em conformidade com as políticas, diretrizes e metas estabelecidas;

III - acompanhar a execução orçamentária das unidades orçamentárias e administrativas;

IV - elaborar relatórios gerenciais sobre a programação orçamentária setorial;

V - estabelecer os parâmetros para alocação dos recursos durante o processo de elaboração da proposta orçamentária setorial;

VI - coordenar a análise das solicitações de créditos adicionais demandadas pelas unidades orçamentárias e administrativas;

VII - orientar e acompanhar a aplicação de normas e instruções orçamentárias junto às unidades orçamentárias e administrativas;

VIII - compatibilizar a programação anual das unidades orçamentárias com o limite de movimentação e empenho;

IX - coordenar e avaliar a arrecadação das receitas próprias e vinculadas no âmbito do Ministério;

X - assistir à Coordenação-Geral na verificação da conformidade das Propostas de Orçamentos Anuais dos Serviços Sociais Autônomos supervisionados pelo Ministério à forma da legislação vigente, com vistas a subsidiar a aprovação pelo Ministro de Estado;

XI - assistir à Coordenação-Geral na verificação da conformidade das Propostas de Dispêndios Globais - PDG e do Orçamento de Investimento - OI do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES supervisionado pelo Ministério à forma da legislação vigente, com vistas a subsidiar a aprovação pelo Ministro de Estado;

XII - assistir à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no âmbito de sua competência.

Art. 64. À Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário compete:

I - elaborar e acompanhar a programação orçamentária setorial;

II - consolidar e acompanhar a elaboração das propostas orçamentárias das unidades orçamentárias;

III - propor metodologias de elaboração da proposta orçamentária setorial;

IV - formalizar solicitações de créditos adicionais;

V - coordenar a descentralização de créditos orçamentários;

VI - acompanhar a legislação orçamentária e elaborar anteprojetos de alterações, se for o caso;

VII - analisar e emitir pareceres sobre consultas de caráter orçamentário;

VIII - alimentar os Sistemas de Orçamento de Governo, com as informações que compõem a proposta orçamentária setorial e com as retificações que se fizerem necessárias, durante o exercício;

IX - acompanhar, analisar e avaliar a programação das unidades orçamentárias com base no comportamento da execução orçamentária setorial;

X - demonstrar e indicar as insuficiências das disponibilidades orçamentárias de curto e médio prazos;

XI - identificar e estabelecer indicadores necessários para avaliação quantitativa da programação do orçamento setorial;

XII - acompanhar a legislação de pessoal e encargos sociais inerentes ao orçamento setorial; e

XIII - acompanhar os dispêndios com pessoal e encargos sociais do Ministério e suas entidades vinculadas;

Art. 65. Ao Serviço de Acompanhamento e Análise da Receita compete:

I - acompanhar e avaliar a arrecadação das receitas próprias e vinculadas das unidades orçamentárias do Ministério;

II - analisar elaborar projeções e discutir as receitas junto às unidades orçamentárias e órgão central de orçamento; e

III - fornecer informações e elaborar relatórios sobre o comportamento da arrecadação das receitas próprias e vinculadas.

Art. 66. Ao Serviço de Acompanhamento Orçamentário compete:

I - realizar o acompanhamento sistemático dos dispêndios com pessoal e encargos sociais, com base nas informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

II - acompanhar a aplicação das legislações inerentes ao orçamento do Ministério e suas entidades vinculadas;

III - elaborar demonstrativos gerenciais e analíticos sobre a execução orçamentária do Ministério e suas entidades vinculadas;

IV - produzir informações necessárias à abertura de créditos adicionais para a administração direta e indireta;

V - acompanhar e controlar o processo de descentralização de créditos; e

VI - compatibilizar os documentos de autorização orçamentária publicados, com os registros no SIAFI.

Art. 67. À Coordenação de Planejamento compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério e suas entidades vinculadas;

II - coordenar a revisão e atualização do cadastro de ações orçamentárias;

III - coordenar o acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias do Ministério e suas entidades vinculadas;

IV - coordenar o processo de elaboração e consolidação da Prestação de Contas da Presidência da República;

V - coordenar o processo de elaboração e consolidação da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional;

VI - assessorar a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no acompanhamento da execução dos contratos de gestão, nos aspectos inerentes ao orçamento e planejamento; e

VII - assistir à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no âmbito de sua competência.

Art. 68. À Divisão de Monitoramento e Avaliação compete:

I - subsidiar tecnicamente o processo de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual;

II - orientar as unidades do Ministério e suas entidades vinculadas sobre as metodologias propostas pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;

III - acompanhar o registro da execução físico-financeira das ações orçamentárias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

IV - produzir e disponibilizar informações gerenciais sobre o Plano Plurianual;

V - manter atualizado o cadastro de usuários do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

VI - produzir atos administrativos relacionados a gestão do plano plurianual e das ações orçamentárias;

VII - subsidiar a elaboração e consolidação dos relatórios de informações qualitativas do Ministério e suas entidades vinculadas; e

VIII - assistir à Coordenação de Planejamento no âmbito de sua competência.

Art. 69. À Coordenação de Finanças compete:

I - coordenar a orientação o Ministério e suas entidades vinculadas, observando as diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal, quanto à aplicação de normas e instruções relativas à execução financeira;

II - propor a distribuição dos limites de pagamento autorizados no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério e suas entidades vinculadas;

III - coordenar, acompanhar e controlar a execução financeira do Ministério e suas entidades vinculadas, observando os limites estabelecidos pelo Decreto de Programação Financeira para propor as alterações necessárias à manutenção do fluxo de pagamentos;

IV - acompanhar e analisar os atos normativos referentes à programação e execução financeira; e

V - providenciar a transferência dos recursos financeiros necessários para o Ministério e suas entidades vinculadas por meio do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 70. À Divisão de Programação e Controle Financeiro compete:

I - orientar e acompanhar a elaboração dos documentos referentes à Programação Financeira do Ministério e suas entidades vinculadas;

II - compatibilizar os recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional com a efetiva necessidade de desembolso das unidades;

III - efetuar os repasses e sub-repasses relativos à gestão financeira das unidades do Ministério e suas entidades vinculadas;

IV - acompanhar, pelo SIAFI, as contas referentes ao processo de programação e execução financeira, de modo a promover as regularizações necessárias, observando as normas e instruções do Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal;

V - elaborar relatórios gerenciais da execução financeira dos Restos a Pagar, dos desembolsos e pagamentos efetuados e das disponibilidades financeiras;

VI - propor alterações dos limites financeiros mediante a análise e avaliação do fluxo de recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - acompanhar e controlar o fluxo de caixa, observando os limites estabelecidos pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira;

VIII - efetuar a conformidade de registro de gestão;

IX - consolidar as Propostas de Programação Financeiras referentes ao pagamento da folha de pessoal da Administração Direta e Unidades Vinculadas e solicitar os recursos junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e

X - elaborar estudos para estabelecer os limites de pagamento das unidades orçamentárias do Ministério.

Art. 71. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação (TI) no Ministério, diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros em conformidade com as orientações emanadas do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

II - planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do Ministério;

III - planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados à TI no Ministério;

IV - apoiar os órgãos colegiados relativos à tecnologia da informação no Ministério;

V - apoiar tecnicamente a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e acompanhar sua execução e avaliação;

VI - estabelecer as diretrizes para as aquisições de soluções de TI, bem como aprovar tecnicamente os processos pertinentes, no âmbito do Ministério;

VII - participar da elaboração das políticas e programas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC);

VIII - promover campanhas de divulgação, visando à disseminação da cultura de SIC junto aos usuários de recursos de TI;

IX - prestar apoio técnico ao Ministério e suas entidades vinculadas na definição e implementação de ações relativas à TI;

X - planejar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as estratégias, políticas, padrões, normas, regulamentos e obrigações contratuais aplicáveis;

XI - propor a implementação de metodologias, sistemas e plataformas, relacionados à TI, a serem adotados pelo Ministério;

XII - aprovar termo de referência e projeto básico das contratações de TI;

XIII - supervisionar a implementação das recomendações e determinações emitidas pelos órgãos de controle e órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

XIV - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com o órgão central e com os demais órgãos integrantes do SISP;

XV - promover ações visando garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de TI no âmbito do Ministério; e

XVI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo titular da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 72. À Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - propor a formulação de diretrizes, normas e procedimentos de governança de TI, observadas as melhores práticas;

II - coordenar e acompanhar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as políticas, padrões, normas, regulamentos e obrigações contratuais aplicáveis;

III - realizar estudos visando ao permanente aperfeiçoamento da governança de TI;

IV - assessorar a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI na tomada de decisão sobre gestão e governança de TI e propor as estruturas, os papéis e responsabilidades envolvidos;

V - promover a padronização dos processos de aquisição ou contratação de TI;

VI - realizar atividades de Escritório de Projetos, de acordo com portaria específica;

VII- promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com o órgão central e com os demais setoriais integrantes do SISP.

VIII - propor parcerias e intercâmbios de recursos, informações, tecnologias, produtos e serviços com empresas públicas e privadas, instituições de ensino e de pesquisa;

IX - atuar como gestor setorial de capacitação;

X - prospectar e divulgar as oportunidades de capacitações, elaborar proposta de plano de capacitação e controlar as capacitações realizadas pelos servidores; e

XI - assistir a CGTI no âmbito de sua competência.

Art. 73. À Divisão de Planejamento e Controle compete:

I - coordenar a elaboração e revisão dos planos e programas relativos à TI, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico e com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações para o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - EGTIC-SISP;

II - realizar atividade de controle interno nos processos de gestão de TI;

III - atuar como interlocutor junto aos órgãos de controle e ao órgão central do SISP, prestando o suporte necessário aos interessados; e

IV - atuar como representante do Ministério na elaboração da EGTIC-SISP.

Art. 74. À Coordenação de Sistemas de Informação compete:

I - coordenar e executar as atividades de desenvolvimento e manutenção de serviços e soluções baseadas em sistemas de informação para atender às necessidades de TI e de negócio do Ministério;

II - executar os processos de integração entre as soluções implementadas nas unidades do Ministério;

III - gerenciar os procedimentos de segurança das aplicações;

IV - coordenar a elaboração e manutenção de documentos de sistemas de informação do Ministério;

V - coordenar a elaboração e revisão de rotinas e procedimentos para implantação de sistemas de informação do Ministério;

VI - desenvolver estratégias para operacionalizar soluções de problemas e gerir incidentes ocorridos nos sistemas de informação;

VII - apoiar as áreas do Ministério na elaboração dos instrumentos necessários à contratação das aquisições a sistemas de informação, de interesse específico, previstas no PDTI-MDIC;

VIII - realizar a gestão dos contratos e termos de cooperação no âmbito da CGTI, monitorando a execução e atuando na fiscalização; e

IX - assistir à CGTI no âmbito de sua competência.

Art. 75. À Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar, executar e acompanhar as atividades associadas aos serviços de TI, garantindo sua qualidade, integridade, segurança, disponibilidade e funcionalidade, para atender às necessidades de TI e de negócio do Ministério;

II - coordenar a operação, suporte, manutenção, e consultoria de serviços de TI;

III - gerenciar base de conhecimento das soluções de TI do Ministério;

IV - implantar procedimentos de gerenciamento de serviços e de SIC;

V - manter atualizada a descrição dos processos relativos aos serviços de TI;

VI - gerenciar os processos associados aos serviços de backup;

VII - gerenciar e avaliar o desempenho e capacidade dos serviços de TI e propor ajustes e evoluções tecnológicas;

VIII- coordenar e controlar o suporte aos usuários de serviços de TI;

IX - elaborar procedimentos para gestão de incidentes e problemas de tecnologia da informação, para atendimento aos chamados;

X - coordenar a elaboração e manutenção de roteiros de atendimento relacionados aos serviços de TI do Ministério;

XI - executar a distribuição e instalação das soluções de TI em uso no Ministério;

XII - aprovar as proposições para aquisição de bens e serviços de TI sob sua coordenação; e

XIII - assistir a CGTI no âmbito de sua competência.

Art. 76. À Divisão de Administração de Recursos de TI compete:

I - monitorar a disponibilidade, a vulnerabilidade e os riscos nos ambientes e na infraestrutura de TI do Ministério;

II - gerenciar o inventário de hardware, software, aplicações e soluções de TI no Ministério; e

III - manter a infraestrutura de TI necessária à administração dos recursos de TI do Ministério;

Art. 77. À Seção de Telefonia compete:

I - atender às solicitações relativas aos sistemas de telefonia fixa e móvel, e de comunicação de dados e voz;

II - programar, acompanhar e fiscalizar a execução de manutenções preventivas e corretivas, bem como a prestação de serviços para os sistemas de telecomunicações;

III - promover a manutenção de aparelhos de telefonia fixa, móvel e de fax, além da manutenção e programação da central telefônica;

IV - acompanhar e controlar os custos praticados pelas empresas de telecomunicações;

V - controlar a distribuição de linhas, de ramais, de telefones celulares e outros recursos de telecomunicações;

VI - conferir e controlar as despesas telefônicas do Ministério;

VII - orientar os usuários sobre os recursos disponíveis nos aparelhos de telefonia cedidos pelo Ministério; e

VIII - propor a formulação de políticas, diretrizes, normas e procedimentos associados ao uso dos serviços de telecomunicações, observadas as melhores práticas e a legislação vigente.

Art. 78. À Seção de Apoio Administrativo compete, no âmbito da CGTI:

I - receber, classificar, registrar, distribuir e encaminhar os documentos, processos, correspondências, faturas telefônicas e demais expedientes recebidos e expedidos;

II- revisar documentos, expedientes e atos normativos obedecendo aos padrões oficiais;

III - solicitar e controlar os serviços de reprografia e encadernação de documentos;

IV - promover a guarda da documentação, processos, correspondências e demais expedientes;

V - organizar e manter atualizado o sistema de arquivo da documentação;

VI - promover o arquivamento e desarquivamento de processos e documentos em geral;

VII - prever e requisitar os materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades;

VIII - organizar e controlar o estoque de materiais de consumo, distribuindo-os conforme requisitado;

IX - solicitar e controlar a distribuição dos equipamentos e materiais permanentes necessários, mantendo atualizado o registro de localização, exceto aqueles sob responsabilidade da Divisão de Administração de Recursos de TI;

X - executar as atividades de gestão de recursos humanos e manter atualizadas as informações de servidores;

XI - preparar os controles e as notificações de férias, e encaminhar ao setor competente; e

XII - processar a documentação necessária à concessão de passagens aéreas e diárias, nacionais e internacionais, bem como a correspondente prestação de contas.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 79. Ao Secretário Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério, em consonância com as diretrizes do Governo Federal;

II - presidir o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, colegiado integrante da Camex;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva;

IV - auxiliar o Ministro de Estado no tratamento dos assuntos da área de competência do Ministério;

V - supervisionar e coordenar os projetos e as atividades das Secretarias integrantes da Estrutura Regimental do Ministério;

VI - assessorar o Ministro de Estado na direção e execução da política de comércio exterior e na gestão dos demais negócios afetos ao Ministério; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 80. Ao Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica incumbe:

I - planejar, coordenar, controlar, acompanhar e avaliar a execução das atividades técnicas e administrativas da SIGE; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário Executivo.

Art. 81. Ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração incumbe:

I - planejar, coordenar, controlar, acompanhar e avaliar a execução das atividades técnicas e administrativas da SPOA; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário Executivo.

Art. 82. Ao Chefe de Gabinete, Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Divisão, de Serviço, de Seção, de Setor e de Núcleo incumbem planejar, coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas de suas respectivas unidades.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário Executivo.

Art. 84. Serão de responsabilidade da Secretaria-Executiva o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas relativamente a contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica, no âmbito do Ministério, e assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação e dos respectivos contratos ou dos instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica - CONJUR tem a seguinte estrutura:

1.Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos - CGAJ

2.Coordenação de Ajustes, Contratos e Convênios - CACC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Coordenação de Atividade Finalística e Pessoal - CAFP

4.Serviço de Apoio Técnico-Administrativo - SEADM/CONJUR

5.Serviço de Pesquisa, Documentação e Informação - SPDI

Art. 3º A Consultoria Jurídica é dirigida por Consultor Jurídico, a Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos, a Coordenação por Coordenador e o Serviço por Chefe.

Art. 4° O Consultor Jurídico será substituído pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente, cabendo ao Consultor Jurídico aprovar as respectivas indicações.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos compete:

I - auxiliar o Consultor Jurídico na coordenação das atividades administrativas da CONJUR;

II - submeter ao Consultor Jurídico pareceres, informações, notas e outras manifestações relativas às atividades desenvolvidas na Consultoria Jurídica;

III - supervisionar a distribuição de trabalhos no âmbito da CONJUR;

IV - acompanhar, por solicitação do Consultor Jurídico, quaisquer assuntos de interesse da CONJUR;

V - exercer outras atribuições cometidas pelo Consultor Jurídico; e

VI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 6º À Coordenação de Ajustes, Contratos e Convênios compete:

I - examinar minutas de contratos, convênios, acordos, ajustes e protocolos e de outros instrumentos negociais, bem como de suas eventuais prorrogações e alterações, que devam ser celebrados ou firmados pelo Ministério em nome da União, ou no interesse de seus órgãos e entidades vinculados;

II - examinar processos relativos a consultas formuladas pela Comissão de Licitação e outras áreas afins, bem como atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou se decidir a dispensa de licitação;

III - examinar questões relativas à aplicação da legislação de ajustes, contratos e convênios;

IV - analisar e interpretar pareceres normativos emitidos pelos órgãos competentes, visando a correta aplicação da legislação no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, na área de ajustes, contratos e convênios;

V - elaborar informações e subsídios a serem fornecidos para a defesa da União em ações judiciais, na área de ajustes, contratos e convênios;

VI - atender as demandas, relativas a processos judiciais, da Advocacia-Geral da União e das autoridades competentes, na área de ajustes, contratos e convênios;

VII - proceder ao exame e interpretação de decisões judiciais, visando à célere e correta aplicação, articulando-se, sempre que necessário com as autoridades administrativas e com os órgãos competentes da Advocacia-Geral da União, na área de ajustes, contratos e convênios;

VIII - emitir pareceres por determinação do Consultor Jurídico.

Art. 7º À Coordenação de Atividade Finalística e Pessoal compete:

I - realizar estudos e pronunciar-se sobre as questões relativas às matérias suscitadas pelos órgãos e entidades vinculados, no que tange à juridicidade dos atos administrativos praticados no âmbito do Ministério;

II - dirimir controvérsias acerca de matérias relativas à atividade finalística do Ministério;

III - examinar processos de sindicância e administrativos disciplinares, bem como recursos, pedidos de reconsideração, revisões e outros atos jurídicos referentes a matéria;

IV - examinar questões relativas à aplicação da legislação de pessoal;

V - examinar textos de projetos, anteprojetos, propostas e minutas de atos normativos de interesse do Ministério, nas áreas finalística e de pessoal;

VI - orientar as demais unidades do Ministério, assim como os órgãos e entidades vinculadas, na formulação de atos normativos, nas áreas finalística e de pessoal;

VII - analisar e interpretar pareceres normativos emitidos pelos órgãos competentes, visando a correta aplicação da legislação no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, nas áreas finalística e de pessoal;

VIII - elaborar informações e subsídios a serem fornecidos para a defesa da União em ações judiciais, nas áreas finalística e de pessoal;

IX - atender as demandas, relativas a processos judiciais, da Advocacia-Geral da União e das autoridades competentes, nas áreas finalística e de pessoal;

X - proceder ao exame e interpretação de decisões judiciais, visando à célere e correta aplicação, articulando-se, sempre que necessário com as autoridades administrativas e com os órgãos competentes da Advocacia-Geral da União, nas áreas finalística e de pessoal;

XI - manter atualizadas as informações relativas ao andamento dos processos judiciais;

XII - emitir pareceres por determinação do Consultor Jurídico.

Art. 8º Ao Serviço de Apoio Técnico-Administrativo compete:

I - executar as atividades de recebimento, autuação, encaminhamento e controle da tramitação de processos e documentos, inclusive no Sistema Sapiens;

II - prestar o atendimento prévio e encaminhar as solicitações verbais externas, segundo os critérios estabelecidos pelo Consultor Jurídico;

III - executar as atividades de apoio e administração de recursos humanos, de materiais, de informática e de serviços gerais;

IV - executar e manter o controle das atividades dos serviços de reprografia e digitalização;

V - supervisionar e controlar a entrada e saída de bens patrimoniais no âmbito da CONJUR;

VI - encaminhar e acompanhar o trâmite das matérias para publicação no Boletim de Pessoal e Serviço;

VII - gerenciar e manter o controle das pastas de documentos funcionais, férias e frequência dos servidores da CONJUR;

VIII - promover a gestão das atividades relacionadas às contas dos telefones fixos e móveis;

IX - gerenciar o Sistema de Controle de Diárias e Passagens no âmbito da CONJUR;

X - desenvolver as atividades relativas às nomeações, exonerações e designações de servidores da CONJUR; e

XI - desenvolver as atividades concernentes às contratações dos estagiários da CONJUR.

Art. 9º Ao Serviço de Pesquisa, Documentação e Informação compete:

I - manter organizado o acervo legal, doutrinário e jurisprudencial da CONJUR;

II - executar as atividades de coleta, catalogação e divulgação de normas, atos e procedimentos e outras publicações oficiais de interesse do Ministério;

III - providenciar o registro, classificação e conservação de obras jurídicas, bem como a aquisição de obras e publicações de interesse da CONJUR;

IV - assegurar aos servidores da CONJUR o acesso à legislação, doutrina, jurisprudência e aos subsídios jurídicos necessários ao desempenho de suas atividades;

V - realizar, sempre que solicitado pelos integrantes da CONJUR, pesquisas sobre legislação, jurisprudência e doutrina;

VI - elaborar relatórios e estatísticas das atividades executadas pelas unidades da CONJUR;

VII - organizar, arquivar e preservar em meio eletrônico as manifestações jurídicas, assim como os expedientes administrativos;

VIII - executar atividades de apoio para os integrantes da CONJUR em relação a pesquisas processuais;

IX - executar e manter o controle das atividades dos serviços de reprografia e digitalização.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art.10. Ao Consultor Jurídico incumbe supervisionar, planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Consultoria Jurídica, bem como baixar instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos de caráter normativo ou delegatório.

Art.11. Ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos incumbe assistir ao Consultor Jurídico na coordenação das atividades da Consultoria, bem como substitui-lo nos seus afastamentos, impedimentos, vacância do cargo e nos atos e condições por ele previamente determinados, objetivando o cumprimento tempestivo da missão institucional da Consultoria Jurídica.

Art. 12. Ao Coordenador incumbe dirigir e orientar os trabalhos das respectivas unidades e exercer outras atribuições conferidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 13. Aos Chefes de Serviço incumbe dirigir e orientar os trabalhos das respectivas unidades e exercer outras atribuições conferidas pelo Consultor Jurídico, Coordenador-Geral, Coordenador e pelos Advogados da União.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DA CONSULTORIA JURÍDICA

Art. 14. Aos Advogados da União, incumbe:

I - elaborar estudos e manifestações jurídicas sobre as questões suscitadas nos documentos e processos que lhes sejam distribuídos para análise, submetendo-os ao seu superior hierárquico, observado o disposto neste regimento interno e nas demais normas que regem a matéria; e

II - cumprir os encargos e demais atividades jurídicas correlatas que lhes sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico e demais dirigentes.

Art. 15. Aos demais integrantes da CONJUR compete executar as atividades que lhes sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico, dirigentes e Advogados da União.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Serão analisados pela CONJUR os expedientes e as consultas encaminhados pelo Ministro de Estado, pelo Chefe de Gabinete do Ministro, pelos Secretários-Executivos, pelo Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, pelos titulares das Secretarias, pelos Subsecretários e pelos Diretores.

Art. 17. As manifestações da CONJUR serão respondidas no formato de pareceres, notas, informações, despachos e cotas, nos termos da normas e recomendações pertinentes da Advocacia-Geral da União.

Art. 18. O parecer da CONJUR, aprovado pelo Ministro de Estado, adquire caráter normativo, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, nos termos da legislação correlata.

Art. 19. As minutas de contratos, convênios, portarias, resoluções, projetos de lei, projetos de decreto e dos demais atos normativos e administrativos emitidos pelo Ministro de Estado e Secretário Executivo, analisadas e aprovadas pela CONJUR, serão visadas pelo Consultor Jurídico.

Art. 20. É prerrogativa da CONJUR dirigir-se às unidades organizacionais da estrutura do Ministério e de suas entidades vinculadas, mediante despacho ou expediente, solicitando informações ou a realização de diligências necessárias à instrução de processo submetido à sua apreciação ou ao exercício de supervisão ministerial.

§ 1º Deverá ser dado tratamento urgente e preferencial às solicitações de que trata este artigo.

§ 2º As solicitações relativas a ações judiciais e processos urgentes deverão ser atendidas no prazo nelas estipulado, e sua inobservância importará em apuração de responsabilidade na forma da lei.

Art. 21. As manifestações jurídicas deverão ser elaboradas no prazo específico previsto na legislação.

Parágrafo único. Casos específicos poderão ser tratados como urgentes, conforme avaliação do Consultor Jurídico e dos demais dirigentes, a fim de que o parecer seja elaborado em prazo inferior ao previsto no caput deste artigo.

Art. 22. Na distribuição dos processos e das consultas, serão observados sua complexidade, o volume de serviço, as competências das unidades e outros critérios objetivos definidos pelo Consultor Jurídico.

Art. 23. Sempre que a demanda de trabalho exigir, os servidores em exercício na Consultoria, mediante ato do Consultor Jurídico, receberão e analisarão os processos relativos a matérias afetas a qualquer das Coordenações, visando à otimização dos recursos humanos e ao cumprimento tempestivo da missão institucional da CONJUR.

Art. 24. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E COMPETÊNCIA

Art. 1° À Ouvidoria, órgão setorial da Controladoria-Geral da União, compete receber, examinar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos, no âmbito do Ministério.

Art. 2º A Ouvidoria será dirigida por um Ouvidor, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 3º O ocupante do cargo previsto no artigo anterior será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor por ele indicado e previamente designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE

Art. 4º Ao Ouvidor incumbe:

I - gerir o sistema SIC;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de sua respectiva unidade;

III - estabelecer canais de comunicação que venham agilizar as respostas às manifestações recebidas, agindo com transparência, imparcialidade e justiça;

IV - apresentar, periodicamente, relatórios de atividades e pesquisas de nível de satisfação da Ouvidoria;

V - providenciar respostas às manifestações recebidas pela Ouvidoria, acompanhar as providências adotadas e, se necessário, promover entendimentos na busca de soluções por parte dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas;

VI - ouvir e orientar os cidadãos em suas manifestações relativas aos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas;

VII - disseminar formas de participação popular no acompanhamento da prestação de serviços públicos pelo Ministério;

VIII - zelar pela qualidade do registro das manifestações, que visem à plena comunicação, interna e externa, sobre o andamento dessas manifestações;

IX - manter sigilo sobre as informações levadas a seu conhecimento, no exercício de suas funções;

X - representar o Ministério junto a entidades e organizações, internas e externas e em fóruns relacionados às atividades de Ouvidoria;

XI - promover, periodicamente, entendimentos e troca de informações e experiências com as Ouvidorias existentes nas entidades vinculadas ao Ministério, buscando aprimorar o atendimento ao cidadão;

XII - propor, ao Ministro de Estado, a adoção de providências visando a melhoria do desempenho do Ministério; e

XIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. O Ouvidor exercerá suas atribuições com autonomia e no interesse geral dos cidadãos, buscando o aprimoramento do processo de prestação do serviço público por parte dos agentes, órgãos e entidades vinculadas ao MDIC.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º As manifestações recebidas pela Ouvidoria serão encaminhadas ao dirigente máximo do órgão do Ministério ou das entidades vinculadas a que sejam afetas, para resposta e eventuais providências.

§ 1º As manifestações afetas às entidades vinculadas ao Ministério, que possuam unidades de Ouvidoria em sua estrutura, serão encaminhadas ao respectivo Ouvidor.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º As manifestações recebidas diretamente pelos órgãos do Ministério ou pelas entidades vinculadas deverão ser tratadas pelos mesmos órgãos e entidades vinculadas sem interferência do Ouvidor, exceto quando explicitamente solicitado por uma das partes.

§ 3º Todas as manifestações recebidas serão tratadas via sistema informatizado da Ouvidoria.

Art. 6º O Ouvidor poderá, a qualquer tempo, solicitar as informações necessárias para o acompanhamento das respostas e providências adotadas pelos órgãos do Ministério e entidades vinculadas, em razão de manifestações recebidas pela Ouvidoria.

Art.7º Os atendimentos e as respostas às manifestações encaminhadas pelo Ouvidor, deverão ter prioridade em todos os órgãos do Ministério.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Ouvidor.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° A Corregedoria integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na qualidade de unidade seccional, e está subordinada administrativamente ao Chefe do Gabinete do Ministro de Estado e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.

§ 1º Além das competências previstas no art. 5º do Decreto 5.480/2005, compete à Corregedoria:

I - analisar as representações e denúncias que lhe forem encaminhadas;

II - instaurar e conduzir, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias, inclusive patrimoniais, e de processos administrativos disciplinares;

III - manifestar-se previamente sobre processo administrativo disciplinar ou sindicância oriundos de corregedorias das entidades vinculadas, cuja competência para julgamento seja do Ministro de Estado;

IV - prestar ao Ministro de Estado informações específicas sobre procedimento disciplinar em curso ou encerrado, investigativo ou punitivo, e requisitar cópia dos autos ou, sempre que necessário, vista dos originais para a mesma finalidade, no âmbito dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e

V - exercer outras atividades relativas à correição ou que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado ou pelo Chefe do Gabinete.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE

Art. 2° Ao Corregedor incumbe dirigir, orientar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades afetas às unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3° O Corregedor será nomeado pelo Ministro de Estado, observados os critérios estabelecidos no Decreto nº 5.480/2005, com mandato de dois anos, admitida a recondução uma única vez, mediante aprovação prévia do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Art. 4° É irrecusável a convocação de servidor dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para integrar comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar ou equipes de investigação disciplinar.

Art. 5° A convocação de que trata o parágrafo anterior independe de prévia autorização da autoridade a que estiver subordinado o funcionário.

Art. 6° O titular da unidade a que se subordina o servidor convocado poderá, de forma fundamentada, alegar necessidade de serviço, oferecendo indicação de outro servidor com a mesma qualificação técnica do substituído, cuja apreciação conclusiva caberá ao Corregedor.

Art. 7° Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Corregedor.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, órgão específico singular, compete:

I - formular e propor a implementação, o monitoramento e a avaliação da política industrial brasileira, articulando-se com órgãos, entidades e instituições públicas e privadas;

II - formular, propor e coordenar políticas públicas, programas, projetos e ações para a elevação da competitividade industrial e o desenvolvimento industrial, articulando-se com órgãos e entidades públicas e instituições privadas;

III - formular, coordenar, acompanhar e avaliar as ações que promovam o incremento da produtividade empresarial, a eficiência produtiva e a redução dos custos de produção;

IV - propor iniciativas voltadas para a redução dos custos sistêmicos que incidem sobre a indústria;

V - propor iniciativas para elevar a eficiência da matriz energética brasileira, que incide nos custos industriais, e para a incorporação do uso de soluções energéticas sustentáveis para a indústria;

VI - promover ações que fortaleçam o posicionamento e a qualificação da indústria nas cadeias globais de valor;

VII - identificar demandas e buscar meios que visem à melhoria do ambiente de negócios das empresas, por meio do aperfeiçoamento e simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e investimento;

VIII - desenvolver ações e iniciativas que visem à ampliação do investimento e o adensamento produtivo da indústria;

IX - contribuir para integrar as ações de desenvolvimento industrial e as ações voltadas para o aumento da capacidade de inovação empresarial;

X - contribuir para integrar as ações de desenvolvimento industrial e as ações voltadas para o aumento da produtividade dos serviços integrados nas cadeias produtivas industriais;

XI - atuar no apoio e articulação das esferas federativas na implementação de ações voltadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento industrial local e regional;

XII - incentivar o desenvolvimento sustentável no setor industrial, assim como práticas de responsabilidade social; e

XIII - formular propostas e participar das negociações internacionais que incidem na competitividade e no desenvolvimento da indústria do País.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SDCI

1.1.Divisão de Apoio Administrativo - DIADM

2. Departamento de Competitividade Industrial - DECOI

2.1. Coordenação-Geral de Energia e Desenvolvimento Sustentável - CGES

2.2. Coordenação-Geral de Programas de Desenvolvimento Industrial e Investimentos - CGPI

2.3. Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais - CGAL

3. Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos - DEICT

3.1. Coordenação-Geral de Bens de Capital - CGBC

3.1.1. Divisão de Ex-tarifário - DIVEX

3.2. Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico - CGEL

3.2.1. Divisão de Processos Produtivos Básicos - DIPPB

3.3. Coordenação-Geral do Complexo Químico e da Saúde - CGQS

4. Departamento das Indústrias para a Mobilidade e Logística - DEMOB

4.1. Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Automotivo - CGCA

4.2. Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Naval, Petróleo e Gás - CGIP

4.3. Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Aeroespacial e de Defesa - CGAD

5. Departamento de Insumos Básicos e Trabalho - DEIBT

5.1. Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e de Bens de Consumo - CGMO

5.2. Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria - CGRA

5.2.1. Coordenação de Recursos Naturais - COREN

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador e a Divisão por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - acompanhar a implementação dos programas e ações de responsabilidade da Secretaria, subsidiando a articulação das atividades entre as suas unidades;

II - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação do PPA e do Orçamento Anual;

III - coordenar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Trabalho da Secretaria, refletidos no Orçamento Anual;

IV - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

V - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

VI - controlar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Apoio Administrativo;

VII - coordenar e controlar a emissão de passagens e diárias no âmbito da Secretaria, bem como atestá-las quando já efetuadas;

VIII - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário e remeter às unidades componentes da Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;

IX - coordenar, orientar e controlar a execução das atividades técnico-administrativas de apoio ao Gabinete e aos Departamentos; e

X - controlar a expedição e recebimento de correspondências e processos, bem como realizar a edição das portarias e despachos do Secretário e encaminhar para publicação oficial, quando for o caso, relatórios, votos, decisões e atos administrativos do Secretário, no âmbito da Secretaria.

Art. 6º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;

II - executar as atividades de controle de pessoal e de benefícios, inclusive pessoal terceirizado e estagiários;

III - requisitar, receber e distribuir o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, bem como gerenciar o uso de veículos a serviço;

V - providenciar a concessão e o controle de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores da Secretaria;

VI - providenciar as publicações no Diário Oficial da União; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º Ao Departamento de Competitividade Industrial compete:

I - atuar de forma articulada e coordenada com os demais Departamentos da Secretaria, para apoiar ações integradas, com um enfoque sistêmico e transversal, que contribuam para o fortalecimento dos complexos industriais e o desenvolvimento sustentável;

II - propor ações para o planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas para elevar a competitividade da indústria;

III - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e agentes da área governamental, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas, de ensino e pesquisa e de demais setores sociais envolvidos nas questões temáticas voltadas para o aumento da competitividade e produtividade industrial;

IV - identificar, divulgar, acompanhar e estimular investimentos que incidem sobre a competitividade industrial no nível federal e das Unidades da Federação, mediante as ações da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI e de iniciativas para a superação de entraves dos possíveis investimentos no setor produtivo;

V - formular, articular e coordenar a implementação de políticas, estratégias e ações para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais visando à maior agregação de valor à produção regional e nacional;

VI - contribuir, articular e promover políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, bem como para o uso e disponibilidade de energia para a indústria; e

VII - subsidiar a formulação de propostas relativas a negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais que tenham impacto sobre a competitividade da indústria brasileira.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Energia e Desenvolvimento Sustentável compete:

I - propor ações para estimular a competitividade do setor produtivo brasileiro, nos aspectos relativos à energia e ao desenvolvimento sustentável;

II - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de conservação de energia e eficiência energética na indústria;

III - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de energias renováveis e redução dos custos da energia como insumo produtivo;

IV - propor e articular ações voltadas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável da indústria nacional em consonância com as diretrizes de política industrial;

V - promover a disseminação de ferramentas metodológicas e o fortalecimento da infraestrutura técnica para o acompanhamento de índices de eficiência energética dos processos produtivos,

VI - promover iniciativas para o monitoramento, relato e verificação das emissões de gases de efeito estufa na indústria, como indicadores de competitividade internacional da indústria brasileira;

VII - analisar questões relacionadas com a integração do sistema produtivo brasileiro na economia de baixo carbono, bem como apoiar a formulação da política de longo prazo do País;

VIII - implementar programas, projetos e iniciativas para promoção da eficiência energética e no uso de materiais, bem como a produção e o consumo sustentáveis, a logística reversa e a reciclagem, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas na indústria, realizados isoladamente ou em parcerias com órgãos públicos e privados, associações setoriais da indústria, universidades e organismos internacionais;

IX - coordenar o planejamento, implementação, avaliação e acompanhamento da execução do Plano Setorial de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima para Consolidação de uma Economia de Baixo Carbono na Indústria de Transformação;

X - coordenar o planejamento, implementação, avaliação e acompanhamento da execução das ações do Programa Brasileiro do Design, apoiando políticas e projetos relativos à inserção do design como indutor de melhoria da competitividade e da sustentabilidade dos produtos nacionais;

XI - dar suporte técnico e metodológico às ações, programas e políticas desenvolvidas no âmbito da Secretaria, em suas interfaces com os temas de energia e desenvolvimento sustentável;

XII - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais referentes aos setores produtivos do País, nas áreas de energia e desenvolvimento sustentável;

XIII - representar o MDIC em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos à energia, ao desenvolvimento sustentável, aos temas da política ambiental relevantes para a atividade industrial e ao design; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º À Coordenação - Geral de Programas de Desenvolvimento Industrial e Investimentos compete:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - apoiar a formulação, implementação e o monitoramento da política industrial brasileira, bem como das ações e programas de desenvolvimento industrial, com foco no aumento da competitividade nacional;

II - produzir e apoiar as demais áreas da Secretaria no tocante à geração de análises voltadas aos setores produtivos e suas cadeias de produção regionais, nacionais e globais;

III - produzir informações sobre os setores produtivos relacionados às áreas de atuação da Secretaria de forma articulada com o Sistema MDIC e outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - promover políticas públicas de atração de investimentos voltadas para o desenvolvimento industrial, envolvendo a prospecção e análise de mercados e a proposição de medidas voltadas para a redução de entraves ao investimento produtivo no País;

V - participar de foros nacionais e internacionais sobre temas que fomentem políticas de promoção de investimentos estrangeiros diretos no Brasil e que tenham impacto, direto ou indireto, sobre tais investimentos;

VI - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, a elaboração de mecanismos de promoção e de atração de investimentos produtivos;

VII - identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento de oportunidades de investimentos no setor produtivo para aumentar a competitividade industrial;

VIII - sistematizar e manter atualizado banco de dados sobre intenções de investimentos no setor produtivo, constituindo uma Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI);

IX - auxiliar instâncias federais, estaduais e municipais de promoção de investimentos a desenvolver suas estruturas de apoio ao investidor, por meio da cooperação técnica e do intercâmbio de informações;

X - promover ações de capacitação de agentes federais e estaduais intervenientes na facilitação e promoção de investimentos;

XI - representar a Secretaria nos diversos grupos deliberativos no âmbito da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, e consolidar o posicionamento da Secretaria, quando for necessário;

XII - subsidiar a proposição de estratégias, planejamento e coordenação das atividades de Integração Produtiva;

XIII - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos à competitividade industrial e aos investimentos produtivos, assim como em fóruns multilaterais, em coordenação com as áreas afins do Ministério e outras entidades governamentais e privadas;

XIV - coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação bilateral e acordos internacionais desenvolvidos no âmbito da Secretaria;

XV - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais que envolvam os setores produtivos do País, com foco na competitividade nacional; e

XVI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais compete:

I - coordenar estratégias e ações de desdobramento das Políticas Industrial e de Desenvolvimento nas questões relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais - APLs;

II - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, com ênfase no setor industrial;

III - promover parcerias e ações conjuntas com organizações governamentais e não governamentais, entidades do setor privado ou público, objetivando o desenvolvimento produtivo e inovativo local e regional e o fortalecimento dos APLs;

IV - promover ações de formação, capacitação e apoio a gestores e articuladores de Arranjos Produtivos Locais, por meio de cooperação técnica e do intercâmbio de informações com instâncias estaduais e locais de apoio aos APLs;

V - promover, por meio da estratégia de Arranjos Produtivos Locais, a inserção competitiva das pequenas e médias empresas industriais nas cadeias produtivas;

VI - sistematizar e manter atualizado o Observatório Brasileiro de APLs, com banco de dados sobre Arranjos Produtivos Locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados;

VII - subsidiar a formulação de políticas e de agendas estratégicas, a partir de análises sobre os temas concernentes aos Arranjos Produtivos Locais;

VIII - representar o MDIC em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao desenvolvimento dos APLs;

IX - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes aos Arranjos Produtivas Locais;

X - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos temas de APLs;

XI - exercer as funções de Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais - GTP APL; e

XII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 11. Ao Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos compete:

I - promover políticas e ações sistêmicas e transversais para o estímulo ao investimento no aumento da capacidade produtiva e ao desenvolvimento tecnológico industrial;

II - propor políticas e ações para a promoção da produção nos complexos industriais de bens de capital, eletrônico, químico e da saúde, entre outros relacionados à área de atuação do Departamento;

III - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas na implementação de propostas de fortalecimento das áreas relacionadas ao investimento e à tecnologia;

IV- propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relacionadas aos complexos tecnológicos e de investimentos no aumento da capacidade produtiva;

V - realizar as análises dos pleitos de Ex-tarifários, submetê-las ao Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEx e apresentar ao Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior - GECEX proposta de concessão da redução tarifária para os produtos analisados;

VI - subsidiar a participação do Ministério na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, com vistas à adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos;

VII - examinar, emitir parecer e propor a fixação ou alteração de Processo Produtivo Básico para bens a serem produzidos com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática;

VIII - apoiar o Ministério na definição e análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa;

IX - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;

X - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de Processo Produtivo Básico realizado por empresas incentivadas pela Lei de Informática;

XI - analisar, em conjunto com outros órgãos de governo, projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital; e

XII - formular propostas e participar das negociações internacionais relacionadas à área de atuação do Departamento.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Bens de Capital compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do Complexo Industrial de Bens de Capital;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional do Complexo Industrial de Bens de Capital;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos ao Complexo Industrial de Bens de Capital, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relativas àquele Complexo Industrial;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para o complexo industrial de bens de capital

V - coordenar as reuniões do Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEx, em conjunto com representantes da Divisão de Ex-tarifário;

VI - definir, a partir das orientações superiores hierárquicas, as diretrizes de trabalho da Divisão de Ex-tarifário;

VII - assessorar o Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, ou seu substituto, nas reuniões do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior - GECEX, quando houver, na pauta, assuntos relacionados ao Regime de Ex-tarifários;

VIII - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao Complexo Industrial de Bens de Capital;

IX - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao Complexo Industrial de Bens de Capital;

X - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos temas de bens de capital; e

XI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 13. À Divisão de Ex-tarifário compete:

I - receber, distribuir, analisar e organizar os pleitos de concessão, renovação, alteração da redação ou revogação de Ex-tarifários;

II - publicar, periodicamente no sítio eletrônico do MDIC, consultas públicas relativas aos pleitos de concessão, renovação, alteração ou revogação de Ex-tarifários;

III - analisar as manifestações recebidas durante as consultas públicas, principalmente aquelas relativas à existência ou não de produção nacional equivalente dos produtos para os quais se pleiteia a concessão, renovação, ou alteração de Ex-tarifários;

IV - consultar, quando julgar oportuno, entidades classistas representativas dos fabricantes nacionais de bens de capital (BK) e de bens de informática e telecomunicações (BIT), entidades tecnológicas de reconhecida idoneidade e competência técnica e outras áreas do Ministério e do governo sobre pleitos de concessão, renovação, alteração da redação ou revogação de Ex-tarifários;

V - submeter, quando for o caso, os pleitos de concessão e de alteração da redação de Ex-tarifários para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, para o exame de classificação tarifária e de adequação da nomenclatura;

VI - convocar, secretariar e providenciar respectivas atas das reuniões do Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEx;

VII - encaminhar à Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX propostas de edições de Resoluções CAMEX para concessão, renovação, alteração e revogação de Ex-tarifário de bens de capital (BK) e de bens de informática e de telecomunicação (BIT) e de indeferimentos de pleitos de concessão; e

VIII - sistematizar e manter atualizado banco de dados dos Ex-tarifários vigentes e das estatísticas relacionadas.

Art. 14. À Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do setor eletroeletrônico;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional do Complexo Industrial de Bens de Capital;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos ao setor eletroeletrônico, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas àquele setor;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo eletroeletrônico;

V - apoiar o Ministério na definição e análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa e de políticas para a Zona Franca de Manaus;

VI - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;

VII - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de reconhecimento de Bens Desenvolvidos no País;

VIII - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de redução de alíquota do Imposto de Importação por meio de Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações - BIT;

IX - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de Processo Produtivo Básico por empresas incentivadas pela Lei de Informática;

X- analisar e emitir parecer sobre os projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital;

XI - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao setor eletroeletrônico;

XII - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao setor eletroeletrônico;

XIII - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos temas setoriais do complexo eletroeletrônico; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 15. À Divisão de Processos Produtivos Básicos compete:

I - receber, distribuir, analisar e organizar os pleitos de fixação e alteração de Processo Produtivo Básico - PPB;

II - publicar, periodicamente no sítio eletrônico do MDIC, consultas públicas relativas aos pleitos de fixação e alteração de PPB;

III - analisar as manifestações recebidas durante as consultas públicas de fixação e alteração de Processo Produtivo Básico; e

IV - sistematizar e manter atualizado banco de dados dos Processos Produtivos Básicos e das estatísticas relacionadas.

Art. 16. À Coordenação-Geral do Complexo Químico e da Saúde compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas dos complexos industriais químico, da saúde e de transformados plásticos;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias químicas, da saúde e de transformados plásticos;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos às indústrias químicas, da saúde e de transformados plásticos, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas a estes setores;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo químico, da saúde e de transformados plásticos;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos aos complexos industriais químico, da saúde e de transformados plásticos;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes aos complexos industriais químico, da saúde e de transformados plásticos, bem como coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos temas afetos à Coordenação-Geral; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 17. Ao Departamento de Indústrias para a Mobilidade e Logística compete:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - promover políticas e ações sistêmicas e transversais para o desenvolvimento dos complexos industriais relacionados à mobilidade e logística;

II - propor políticas e ações para a promoção da produção nos complexos industriais automotivo, de autopeças, naval, de petróleo e gás, aéreo, aeroespacial e de defesa, entre outros relacionados à área de atuação do Departamento;

III - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas na implementação de propostas de fortalecimento dos complexos industriais de mobilidade e logística;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas aos complexos industriais de mobilidade e logística;

V - coordenar e acompanhar os programas instituídos pelo Governo Federal visando estimular as indústrias dos complexos industriais de mobilidade e logística; e

VI - formular propostas e participar das negociações internacionais relacionadas à área de atuação do Departamento.

Art. 18. À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Automotivo compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo automotivo;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias do complexo automotivo no mercado internacional;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos ao complexo automotivo, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relativas àquele complexo industrial;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo automotivo;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo automotivo;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo automotivo, bem como coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos referidos temas; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 19. À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Naval, Petróleo e Gás compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo naval e de petróleo e gás;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias do complexo naval, petróleo e gás no mercado internacional;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos ao complexo naval, petróleo e gás, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relativas àquele complexo industrial;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do Complexo Naval, Petróleo e Gás;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo naval, petróleo e gás;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo naval, petróleo e gás, bem como coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos referidos temas; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 20. À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Aeroespacial e de Defesa compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo aeroespacial e de defesa;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias do complexo aeroespacial e de defesa no mercado internacional;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos ao complexo aeroespacial e de defesa, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relativas àquele complexo industrial;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do Complexo Aeroespacial e de Defesa;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo aeroespacial e de defesa;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo aeroespacial e de defesa, bem como coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos referidos temas; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 21. Ao Departamento de Insumos Básicos e Trabalho compete:

I - promover políticas e ações sistêmicas e transversais para o desenvolvimento e fortalecimento dos segmentos de insumos básicos e trabalho;

II - propor políticas e ações para a promoção da produção nos complexos industriais minero-metalúrgico, agroindustrial e de segmentos intensivos em mão de obra;

III - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas na implementação de propostas de fortalecimento dos segmentos de insumos básicos e trabalho;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas dos segmentos de insumos básicos e daqueles intensivos em mão de obra;

V - articular e participar de políticas e atividades normativas concernentes à relação entre agentes da área governamental, de entidades empresariais e de trabalhadores, que tenham impacto no desenvolvimento industrial; e

VI - formular propostas e participar das negociações internacionais relacionadas à área de atuação do Departamento.

Art. 22. À Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e de Bens de Consumo compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas das indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos às indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relativas àqueles setores industriais;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos às indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes às indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo, bem como coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria para essas indústrias; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria compete:

I - promover políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas da indústria minero-metalúrgica e da agroindústria;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises visando a maior inserção internacional e o aumento da competitividade da indústria minero-metalúrgica e da agroindústria;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infra legais relativos à indústria minero-metalúrgica e à agroindústria, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas relativas àqueles setores industriais;

IV - articular com outros órgãos do Governo Federal, universidades, centros de pesquisas e governos estaduais, iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para a indústria minero-metalúrgica e a agroindústria;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos à indústria minero-metalúrgica e à agroindústria;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes à indústria minero-metalúrgica e à agroindústria, bem como coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria para essas indústrias; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 24. À Coordenação de Recursos Naturais compete acompanhar e apoiar políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas da indústria minero-metalúrgica, bem como prestar informações e apoiar atividades relacionadas às competências da Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria concernentes às indústrias minero-metalúrgica.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 25. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar, avaliar as atividades de suas respectivas unidades.

Art. 26. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete e aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação da Secretaria e acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 27. Aos Coordenadores e ao Chefe de Divisão incumbe dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial.

Art. 29. Serão de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas relativamente a contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Comércio Exterior, órgão específico singular, compete:

I - formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação;

II - propor medidas de políticas fiscal e cambial, de financiamento, de recuperação de créditos à exportação, de seguro, de transportes e fretes e de promoção comercial;

III - planejar, orientar e supervisionar a execução de políticas e programas de operacionalização de comércio exterior e estabelecer as normas necessárias à sua implementação, observadas as competências de outros órgãos;

IV - propor diretrizes que articulem o emprego do instrumento aduaneiro com os objetivos gerais de política de comércio exterior, bem como propor alíquotas para o imposto de importação e suas alterações e regimes de origem preferenciais e não preferenciais;

V - participar das negociações internacionais relacionadas com o comércio de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, regime de origem, barreiras técnicas, solução de controvérsias e outros temas não-tarifários nos âmbitos multilateral, hemisférico, regional e bilateral;

VI - implementar os mecanismos de defesa comercial;

VII - regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial;

VIII - decidir sobre a abertura de investigações e revisões relativas à aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive preferenciais, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais, bem como sobre a prorrogação do prazo da investigação e o seu encerramento sem a aplicação de medidas;

IX - decidir sobre a abertura de investigação da existência de práticas elisivas que frustrem a cobrança de medidas antidumping e compensatórias, bem como sobre a prorrogação do prazo da investigação e o seu encerramento sem extensão da medida;

X - decidir sobre a aceitação de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais na área de defesa comercial;

XI - apoiar o exportador submetido a investigações de defesa comercial no exterior;

XII - orientar e articular-se com a indústria brasileira com relação a barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros, e propor iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória;

XIII - articular-se com outros órgãos governamentais, entidades e organismos nacionais e internacionais para promover a defesa da indústria brasileira;

XIV - administrar, controlar, desenvolver e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, observadas as competências de outros órgãos;

XV - formular a política de informações de comércio exterior e implementar sistemática de tratamento e divulgação dessas informações;

XVI - elaborar e divulgar as estatísticas de comércio exterior, inclusive a balança comercial brasileira, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XVII - promover iniciativas destinadas à difusão da cultura exportadora, bem como ações e projetos voltados para a promoção e o desenvolvimento do comércio exterior;

XVIII - articular-se com entidades e organismos nacionais e internacionais para a realização de treinamentos, estudos, eventos e outras atividades voltadas para o desenvolvimento do comércio exterior;

XIX - propor medidas de aperfeiçoamento, simplificação e facilitação de comércio exterior e expedir atos normativos para a sua execução;

XX - dirigir e orientar a execução do Programa de Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora;

XXI - assessorar e coordenar a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - Comace e na Comissão de Programação Financeira do Programa de Financiamento às Exportações - Proex.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XXII - conceder o Regime Aduaneiro Especial de Drawback, nas modalidades de Suspensão e Isenção, com vistas a proporcionar o aumento na competitividade internacional do produto brasileiro, respeitadas as competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

XXIII - estabelecer critérios de distribuição, administrar e controlar cotas tarifárias e não tarifárias de importação e exportação; e

XXIV - examinar e apurar prática de fraudes no comércio exterior e propor aplicação de penalidades.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SECEX

1.1. Coordenação de Apoio Administrativo - COAAD

1.1.1. Divisão de Assuntos Administrativos e Controle de Pessoal - DIVAD

1.1.1.1. Serviço de Controle de Passagens e Diárias - SEPAD

1.1.1.2. Serviço de Protocolo - SEPRO

2. Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX

2.1. Divisão de Modernização de Operações de Comércio Exterior - DIMOP

2.2. Coordenação de Normas Operacionais e Assuntos Econômicos - CONAE

2.3. Coordenação-Geral de Importação - CGIM

2.3.1. Divisão de Operações de Similaridade e de Material Usado - DISIM

2.4. Coordenação-Geral de Exportação e Drawback - CGEX

2.5. Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX - CGIS

3. Departamento de Negociações Internacionais - DEINT

3.1. Coordenação-Geral de Temas Multilaterais - CGTM

3.1.1. Divisão de Temas Não-Tarifários - DITNT

3.2. Coordenação-Geral da ALADI e MERCOSUL - CGAM

3.2.1. Divisão da ALADI e MERCOSUL - DIVAM

3.3. Coordenação-Geral de Negociações Extrarregionais - CGNE

3.4. Coordenação de Regimes de Origem - COREO

4. Departamento de Defesa Comercial - DECOM

4.1. Coordenação-Geral de Antidumping, Salvaguardas e Apoio ao Exportador - CGSA

4.1.1. Serviço de Apoio às Investigações da CGSA - SEASA

4.2. Coordenação-Geral de Antidumping e Solução de Controvérsias - CGSC

4.2.1. Serviço de Apoio às Investigações da CGSC - SEASC

4.3. Coordenação-Geral de Antidumping e Medidas Compensatórias - CGMC

4.3.1. Serviço de Apoio às Investigações da CGMC - SEAMC

4.4. Coordenação de Negociações, Normas e Conformidade - CONNC

4.4.1. Serviço de Apoio à CONNC - SEANC

5. Departamento de Estatística e Apoio à Exportação - DEAEX

5.1. Coordenação-Geral de Programas de Apoio à Exportação - CGAE

5.1.1. Divisão de Operação de Projetos de Apoio à Exportação - DIVOP

5.2. Coordenação-Geral de Estatística - CGET

5.2.1. Coordenação de Análise e Divulgação Estatística - COADE

5.2.2. Coordenação de Produção Estatística - COEST

5.2.3. Divisão de Acompanhamento Estatístico e Informação de Comércio Exterior - DIACE

6. Departamento de Competitividade no Comércio Exterior - DECOE

6.1. Coordenação-Geral de Normas e Facilitação de Comércio - CGNF

6.1.1. Divisão de Facilitação de Comércio - DIFAC

6.2. Coordenação de Competitividade Exportadora - COPEX

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões e os Serviços por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

II - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário;

III - remeter às unidades componentes da Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;

IV - controlar a expedição e recebimento de correspondências e processos, bem como providenciar a edição de portarias, circulares, comunicados, despachos e outros atos administrativos do Secretário;

V - supervisionar as atividades da Coordenação de Apoio Administrativo;

VI - assistir o Secretário em sua representação institucional, na supervisão e na coordenação das atividades dos Departamentos integrantes da estrutura da Secretaria de Comércio Exterior;

VII - elaborar análises, estudos e projeções com vistas a assessorar o Secretário na sua atuação e tomada de decisões;

VIII - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o PPA e para o Orçamento Anual, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação dos programas de responsabilidade da Secretaria, com base na produção e utilização de indicadores apropriados; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas ou subdelegadas pelo Secretário.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar as atividades administrativas da Secretaria;

II - coordenar o levantamento das necessidades de contratação de serviço e compra de materiais e equipamentos;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento dos serviços administrativos; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º À Divisão de Assuntos Administrativos e Controle de Pessoal compete:

I - executar as atividades de controle de pessoal dos servidores da Secretaria e demais atividades relacionadas à gestão de pessoas, observando orientações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

II - executar as atividades de controle dos estagiários da Secretaria, observando as orientações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

III - acompanhar os trabalhos de elaboração e renovação de convênios, contratos e assinaturas firmados pela Secretaria;

IV - promover a aquisição de materiais permanentes, bens, serviços e livros necessários ao desempenho da Secretaria;

V - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da Secretaria;

VI - receber, cadastrar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação dos documentos;

VII - requisitar, receber e distribuir internamente o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Secretaria; e

VIII - operar os aplicativos e sistemas e manter as bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução de atividades informatizadas na Secretaria e da rede local do Ministério, sob a orientação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Art. 8º Ao Serviço de Controle de Passagens e Diárias compete:

I - providenciar a instrução dos processos relativos à concessão de passagens e diárias aos servidores da Secretaria;

II - exercer o controle das prestações de contas das viagens nacionais e internacionais realizadas pelos servidores da Secretaria; e

III - acompanhar a execução do orçamento de passagens e diárias.

Art. 9º Ao Serviço de Protocolo compete:

I - receber, numerar, registrar, classificar e tramitar as correspondências encaminhadas à Secretaria, zelando pela uniformização de procedimentos;

II - controlar o recebimento e expedição de malotes;

III - receber e distribuir o Diário Oficial da União, periódicos e outras publicações às demais unidades da Secretaria;

IV - anexar, desanexar, apensar e efetuar juntadas de documentos e processos; e

V - registrar e autuar documentos e formalizar os autos dos processos relativos a área de competência da Secretaria.

Art. 10. Ao Departamento de Operações de Comércio Exterior compete:

I - desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior;

II - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais que envolvam comercialização de produtos ou setores específicos, referentes à área de atuação do Departamento;

III - desenvolver, executar, administrar e acompanhar mecanismos de operacionalização do comércio exterior e seus sistemas operacionais;

IV - analisar e deliberar sobre Licenças de Importação, Registros de Exportação, Registros de Vendas, Registros de Operações de Crédito e Atos Concessórios de Drawback, nas operações que envolvam regimes aduaneiros especiais e atípicos; drawback, nas modalidades de isenção e suspensão; bens usados; similaridade e acordos de importação com a participação de empresas nacionais;

V - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

VI - coordenar o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX no âmbito do Ministério, inclusive a gestão da atuação de usuários do Sistema;

VII - elaborar estudos, compreendendo:

a) avaliações setoriais de comércio exterior e sua interdependência com o comércio interno;

b) criação e aperfeiçoamento de sistemas de padronização, classificação e fiscalização dos produtos exportáveis;

c) evolução de comercialização de produtos e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro com base em parâmetros de competitividade setorial e disponibilidades mundiais; e

d) apresentar sugestões de aperfeiçoamentos de legislação de comércio exterior;

VIII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro; e

IX - coordenar em conjunto com o Departamento de Competitividade no Comércio Exterior, as atividades do Ministério no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, em especial aquelas relativas ao planejamento, desenvolvimento e implantação de seus sistemas de tecnologia da informação e procedimentos operacionais.

Art. 11. À Divisão de Modernização de Operações de Comércio Exterior compete:

I - acompanhar as atividades relacionadas à simplificação, modernização e harmonização de controles governamentais relativos às operações de comércio exterior, em coordenação com os demais Departamentos da Secretaria;

II - coordenar, no âmbito do DECEX, as atividades relacionadas ao Portal Único de Comércio Exterior;

III - administrar, no âmbito de sua competência, o Portal SISCOMEX, plataforma de informações e acesso ao Portal Único de Comércio Exterior na Internet; e

IV - promover e participar de eventos, seminários, fóruns, reuniões e palestras que envolvam as atividades de competência da Divisão.

Art. 12. À Coordenação de Normas Operacionais e Assuntos Econômicos compete:

I - propor e elaborar instruções técnicas operacionais que disciplinem procedimentos operacionais de comércio exterior a serem observados pelo DECEX, bem como por entidades por ele delegadas, para uniformização de procedimentos adotados no âmbito do Departamento;

II - atualizar os parâmetros do Tratamento Administrativo de importação e de exportação no SISCOMEX;

III - elaborar sugestões de aperfeiçoamento regulamentações, políticas, programas e procedimentos de operacionalização das importações, exportações, regime especial de drawback, nas modalidades suspensão e isenção, bem como de importações de bens usados e produtos sujeitos ao exame de similaridade;

IV - coordenar a elaboração de notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas à área de atuação do Departamento contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

V - uniformizar respostas às demandas dirigidas ao Departamento, provenientes de autoridades judiciais;

VI - coletar, sistematizar e disseminar dados e informações estatísticas sobre as demandas judiciais e jurisprudências;

VII - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

VIII - identificar obstáculos existentes na comercialização de produtos em mercados específicos, propondo medidas corretivas cabíveis;

IX - examinar operações que, por suas características especiais, exijam acompanhamentos e estudos elaborados;

X - consultar publicações especializadas, órgãos de classe, organismos internacionais e representações brasileiras no exterior, para verificação e acompanhamento de preços correntes e outros indicadores no mercado externo de bens exportados ou importados pelo Brasil;

XI - elaborar estudos, compreendendo:

a) avaliações setoriais de comércio exterior e sua interdependência com o comércio interno;

b) criação e aperfeiçoamento de sistemas de padronização, classificação e fiscalização dos produtos exportáveis;

c) evolução de comercialização de produtos e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro, com base em parâmetros de competitividade setorial e disponibilidades mundiais; e

d) apresentação de sugestões de aperfeiçoamento de legislação pertinente às atividades do Departamento;

XII - analisar solicitações de alteração de titularidade de ato concessório de Drawback;

XIII - participar da homologação de módulos operacionais do SISCOMEX, sob a orientação da Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX;

XIV - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos do Governo, dentro da área de atuação da Coordenação;

XV - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Coordenação;

XVI - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais, que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVIII - participar em atividades de monitoramento, promoção comercial, em programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, em acordos e projetos de cooperação técnica internacional - articulados ou não com entidades nacionais e internacionais, entidades de classe, Estados e Municípios - e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior;

XX - realizar auditorias relativas aos procedimentos operacionais executados pelo Departamento, bem como por entidades delegadas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XXI - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior, referentes à área de atuação do Departamento, respeitadas as competências das repartições aduaneiras; e

XXII - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Importação compete:

I - coordenar as operações de importação do DECEX, respeitada a área de atuação da Coordenação-Geral;

II - executar regulamentações, políticas e programas de operacionalização das importações;

III - analisar e deliberar sobre as operações de importação no SISCOMEX das operações referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

IV - analisar e deliberar sobre licenças de importação ao amparo de contingenciamentos tarifários e não tarifários, solicitando a apresentação de documentos necessários à deliberação;

V - deliberar sobre licenças de importação ao amparo de ações judiciais referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

VI - analisar e deliberar sobre operações especiais de importação referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

VII - monitorar as operações de importação referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

VIII - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

IX - propor critérios de distribuição de cotas na importação e executar o controle correspondente;

X - implementar as decisões provenientes de acordos internacionais e da legislação nacional referentes ao contingenciamento de bens nas operações de importação;

XI - acompanhar e participar de reuniões nacionais e internacionais que envolvam sistemas relacionados a controle de contingenciamento;

XII - representar o DECEX nos Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC n°08/08 e Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL quando do tratamento de cotas de abastecimento;

XIII - elaborar notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas a operações de comércio exterior contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

XIV - elaborar estudos, compreendendo:

a) avaliações setoriais de comércio exterior e sua interdependência com o comércio interno; e

b) evolução de comercialização de bens e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro;

XV - participar da homologação de módulos operacionais do SISCOMEX, sob a orientação da Coordenação Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX;

XVI - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos do Governo, dentro da área de atuação da Coordenação-Geral;

XVII - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Coordenação-Geral;

XVIII - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais, que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XX - participar em atividades de monitoramento, promoção comercial, em programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, em acordos e projetos de cooperação técnica internacional - articulados ou não com entidades nacionais e internacionais, entidades de classe, Estados e Municípios - e que tenham interferência na área de atuação do Departamento.

XXI - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior, referentes à área de atuação da Coordenação-Geral, respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

XXII - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior, bem como para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior, principalmente com vistas à simplificação e facilitação dos procedimentos operacionais do comércio exterior;

XXIII - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral; e

XXIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 14. À Divisão de Operações de Similaridade e de Material Usado compete:

I - executar regulamentações, políticas e programas de operacionalização das importações de bens usados e produtos sujeitos ao exame de similaridade;

II - analisar e deliberar sobre operações sujeitas ao exame de similaridade e sobre operações de importação de bens usados;

III - analisar projetos de transferência para o País de linhas de produção usadas;

IV - analisar e deliberar sobre licenças de importação ao amparo de decisões judiciais referentes à área de atuação da Divisão;

V - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

VI - monitorar as operações de importação referentes à área de atuação da Divisão;

VII - implementar as decisões provenientes de acordos internacionais e da legislação nacional referentes às operações da área de atuação da Divisão;

VIII - elaborar notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas a operações de comércio exterior contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

IX - elaborar estudos, compreendendo:

a) avaliações setoriais de comércio exterior e sua interdependência com o comércio interno; e

b) evolução de comercialização de bens e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro;

X - participar da homologação de módulos operacionais do SISCOMEX, sob a orientação da Coordenação Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX;

XI - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos do Governo, dentro da área de atuação da Divisão;

XII - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Divisão;

XIII - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais, que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIV - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XV - participar em atividades de monitoramento, promoção comercial, em programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, em acordos e projetos de cooperação técnica internacional - articulados ou não com entidades nacionais e internacionais, entidades de classe, Estados e Municípios - e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVI - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior, referentes à área de atuação da Divisão, respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

XVII - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior, bem como para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior, principalmente com vistas à simplificação e facilitação dos procedimentos operacionais do comércio exterior;

XVIII - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Divisão.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Exportação e Drawback compete:

I - analisar e deliberar sobre operações de exportação e de drawback, nas modalidades de isenção e de suspensão;

II - executar regulamentações, políticas e programas de operacionalização das exportações e regime especial de drawback, nas modalidades suspensão e isenção;

III - implementar as decisões provenientes de acordos internacionais e da legislação nacional referentes ao contingenciamento de bens nas operações de exportação;

IV - propor critérios de distribuição de cotas na exportação e executar o controle correspondente;

V - analisar e deliberar sobre registros de exportação em operações sujeitas a contingenciamento no exterior;

VI - analisar e deliberar sobre pedidos de Registros de Venda no SISCOMEX;

VII - analisar e deliberar, no âmbito de competência do Ministério, sobre Registros de Operação de Crédito (RC) de exportação financiada com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) ou com outros créditos públicos no SISCOMEX;

VIII - analisar e deliberar sobre Registros de Operação de Crédito (RC) de exportação financiada com recursos do próprio exportador ou de terceiros no SISCOMEX;

IX - deliberar sobre registros de exportação ao amparo de ações judiciais, em sua área de competência;

X - monitorar as operações de exportação e drawback, nas modalidades suspensão e isenção, referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

XI - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

XII - elaborar notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas a operações de comércio exterior contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

XIII - elaborar estudos, compreendendo:

a) avaliações setoriais de comércio exterior e sua interdependência com o comércio interno; e

b) evolução de comercialização de bens e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro;

XIV - participar da homologação de módulos operacionais do SISCOMEX, sob a orientação da Coordenação Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX;

XV - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos do Governo, dentro da área de atuação da Coordenação-Geral;

XVI - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Coordenação-Geral;

XVII - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais, que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVIII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - participar em atividades de monitoramento, promoção comercial, em programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, em acordos e projetos de cooperação técnica internacional - articulados ou não com entidades nacionais e internacionais, entidades de classe, Estados e Municípios - e que tenham interferência na área de atuação do Departamento.

XX - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior, referentes à área de atuação da Coordenação-Geral, respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

XXI - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior, bem como para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior, principalmente com vistas à simplificação e facilitação dos procedimentos operacionais do comércio exterior.

XXII - elaborar relatórios sobre os dados de utilização do regime aduaneiro especial de drawback;

XXIII - promover e participar de eventos, seminários e palestras que envolvam as atividades de competência da Coordenação-Geral;

XXIV - integrar o Grupo Técnico Permanente para Aperfeiçoamento do Regime de Drawback, criado pela Portaria Conjunta SECEX/RFB nº 1, de 8 de julho de 2015;

XXV - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral; e

XXVI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX compete:

I - administrar as soluções tecnológicas do SISCOMEX e do Portal Único de Comércio Exterior, no âmbito da SECEX, coordenando a atuação dos demais órgãos anuentes de comércio exterior, com vistas à operacionalização de procedimentos de registro e licenciamento de operações cursadas naquele ambiente;

II - coordenar a concepção e realizar o acompanhamento de sistemas informatizados destinados ao processamento das operações de comércio exterior;

III - coordenar, administrar e controlar o desenvolvimento, a implementação, a operação e a manutenção dos módulos operacionais do SISCOMEX, no âmbito do Ministério;

IV - elaborar Projetos Básicos e demais documentos necessários à contratação de serviços de tecnologia da informação, relativos aos módulos do SISCOMEX, bem como participar do processo de planejamento, execução e controle dos respectivos contratos;

V - coordenar o processo de treinamento e assessoramento aos órgãos governamentais anuentes ligados ao SISCOMEX;

VI - coordenar a homologação de módulos operacionais do SISCOMEX;

VII - prestar atendimento sobre a operacionalização no SISCOMEX, no tocante aos módulos e documentos eletrônicos sob responsabilidade da SECEX, bem como realizar o acompanhamento, a atualização, a manutenção de procedimentos operacionais no SISCOMEX;

VIII- propor normas relacionadas à atuação dos agentes autorizados a processar operações no SISCOMEX;

IX - propor regulamento e administrar o acesso dos cadastradores de usuários de outros órgãos anuentes, bem como controlar e administrar o acesso de usuários do MDIC ao SISCOMEX e aos sistemas de sua área de competência;

X - analisar sugestões e elaborar propostas sobre o aperfeiçoamento da legislação e sobre a regulamentação de procedimentos operacionais do SISCOMEX;

XI - atualizar as tabelas de códigos e referências no SISCOMEX, respeitadas as competências de outros Órgãos;

XII - elaborar informações gerenciais, bem como, acompanhar, gerencialmente, as operações de comércio exterior, a partir dos dados extraídos do SISCOMEX para divulgação interna e externa;

XIII - administrar e acompanhar a execução de quaisquer atividades relacionadas com a tecnologia de informação no âmbito do Departamento;

XIV - zelar pela manutenção atualizada dos usuários do MDIC do SISCOMEX e de sistemas referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

XV - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos do Governo, dentro da área de atuação da Coordenação-Geral;

XVI - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais, que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVIII - participar em atividades de monitoramento, promoção comercial, em programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior e em acordos e projetos de cooperação técnica internacional que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior, bem como para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior, principalmente com vistas à simplificação e facilitação dos procedimentos operacionais do comércio exterior;

XX - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral; e

XXI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 17. Ao Departamento de Negociações Internacionais compete:

I - participar das negociações de tratados internacionais de comércio de bens e serviços, em coordenação com outros órgãos governamentais, nos âmbitos multilateral, hemisférico, regional e bilateral;

II - promover estudos e iniciativas internas destinados ao apoio, informação e orientação da participação brasileira em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;

III - desenvolver atividades relacionadas ao comércio exterior e participar das negociações junto a organismos internacionais;

IV - coordenar, no âmbito da Secretaria, os trabalhos de preparação da participação brasileira nas negociações tarifárias e não-tarifárias em acordos internacionais, e opinar sobre a extensão e retirada de concessões;

V - participar e apoiar as negociações internacionais relacionadas ao comércio de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, regime de origem, barreiras técnicas, solução de controvérsias e a outros temas não-tarifários nos âmbitos multilateral, hemisférico, regional e bilateral;

VI - coordenar a participação do Brasil nas negociações internacionais referentes a regimes de origem preferenciais e os procedimentos relacionados a estes, bem como no Comitê de Regras de Origem da Organização Mundial do Comércio - OMC, acompanhando as negociações do Comitê Técnico de Regras de Origem da Organização Mundial das Aduanas - OMA e prestando auxílio aos setores interessados;

VII - administrar, no Brasil, o Sistema Geral de Preferências - SGP e o Sistema Global de Preferências Comerciais - SGPC, bem como os regulamentos de origem dos acordos comerciais firmados pelo Brasil e dos sistemas preferenciais autônomos concedidos ao Brasil;

VIII - coordenar, internamente, os Comitês Técnicos nº 01, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, e nº 03, de Normas e Disciplinas Comerciais, da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM;

IX - estudar e propor alterações na Tarifa Externa Comum - TEC e na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM;

X - promover articulação com órgãos do governo e do setor privado, com vistas a compatibilizar as negociações internacionais para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro;

XI - apoiar a indústria brasileira com relação a barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros e a iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória;

XII - fazer o levantamento das restrições às exportações brasileiras e recomendações para seu tratamento em nível externo e interno; e

XIII - coordenar, no âmbito da Secretaria, a preparação de subsídios para o Mecanismo de Revisão de Política Comercial Brasileira da OMC (TPR).

Art. 18. À Coordenação-Geral de Temas Multilaterais compete:

I - representar o Ministério nas negociações entre Brasil/MERCOSUL e terceiros países ou blocos econômicos, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral, em matéria de serviços, investimentos, solução de controvérsias, barreiras técnicas, compras governamentais e outros temas não-tarifários;

II - revisar e aprimorar os acordos comerciais firmados pelo Brasil/MERCOSUL e terceiros países ou blocos econômicos, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral, nas matérias de sua competência;

III - propor novos acordos comerciais entre Brasil/MERCOSUL e terceiros países ou blocos econômicos, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral, nas matérias de sua competência;

IV - coordenar e supervisionar estudos, trabalhos e ações destinados à elaboração de propostas e à fundamentação da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio, especialmente sobre as matérias de sua competência;

V - participar do processo de coordenação, consulta e harmonização da posição brasileira junto ao Sistema MDIC, aos diversos órgãos governamentais e demais entidades competentes para negociações internacionais de comércio, nas matérias de sua competência;

VI - participar do processo de harmonização das posições dos Estados Partes do MERCOSUL nas negociações de tratados internacionais de comércio;

VII -participar das tratativas multilaterais de comércio e dos trabalhos temáticos, nas matérias de sua competência, conduzidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC;

VIII - promover consultas e estabelecer articulação adequada com entidades representativas do setor privado, em coordenação com outros órgãos do governo, com vistas a consubstanciar propostas e definir posições ofensivas e defensivas para as negociações de acordos de comércio, e para identificação e tratamento de barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros, nas matérias de sua competência;

IX - participar e acompanhar, em foros multilaterais e Comitês Técnicos da OMC, OCDE, G20, UNCTAD, UNCITRAL e instituições afins, matérias que, direta ou indiretamente, possam causar impacto ao desempenho comercial brasileiro;

X - disseminar informações relevantes e não-sigilosas, obtidas em foros nacionais e internacionais, às entidades de classe, empresas e sociedade em geral, de modo a serem utilizadas no planejamento de suas atividades externas;

XI -propor consultas sobre indícios de descumprimento de regras internacionais de comércio no âmbito dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil;

XII -coordenar, no âmbito da Secretaria, a preparação de subsídios para o Mecanismo de Revisão de Política Comercial Brasileira da OMC (TPR);

XIII - subsidiar tecnicamente as demais Coordenações-Gerais do Departamento em foros hemisféricos, regionais e bilaterais em iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 19. À Divisão de Temas Não-Tarifários compete:

I - analisar e elaborar propostas para o aperfeiçoamento de regras internacionais de comércio, dispostas nos tratados negociados e em processo de negociação pelo Brasil, especialmente para os temas de serviços, investimentos, barreiras técnicas, solução de controvérsias, compras governamentais e outros temas não-tarifários;

II - acompanhar controvérsias decorrentes de compromissos assumidos em tratados internacionais de comércio e subsidiar tecnicamente a posição brasileira;

III - formular, no âmbito do MDIC, propostas sobre as listas de pedidos e ofertas das matérias sob sua competência, em consulta com outros órgãos governamentais, conforme o caso, com vistas a subsidiar a elaboração da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio;

IV - analisar as Revisões de Políticas Comerciais - TPR dos Membros da OMC e elaborar proposições e questionamentos sobre as matérias sob sua competência;

V - analisar e subsidiar a elaboração e o aprimoramento da legislação relativa ao comércio exterior e aos tratados e acordos firmados pelo Brasil no âmbito dos organismos multilaterais; e

VI - identificar barreiras técnicas às exportações brasileiras, em articulação com o setor privado, entidades do Sistema MDIC e demais órgãos do governo, e elaborar recomendações para seu tratamento em nível externo e interno.

Art. 20. À Coordenação-Geral de ALADI e MERCOSUL compete:

I - coordenar, no âmbito nacional, o Comitê Técnico nº 01, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM);

II - representar o Ministério, em sua condição de integrante do Grupo Mercado Comum, nas reuniões da Comissão de Comércio do MERCOSUL;

III - representar o Ministério nas demais negociações e reuniões intra-MERCOSUL, nos temas de sua competência;

IV - representar o Ministério em discussões sobre alterações tarifárias e estrutura da nomenclatura de classificação de mercadorias;

V - elaborar propostas que harmonizem a Tarifa Externa Comum com os objetivos gerais de política de comércio exterior;

VI - coordenar reuniões destinadas à formação da posição do Ministério em negociações amparadas pelo Tratado de Montevidéu e de aprofundamento e ampliação da ALADI;

VII - promover consultas e articulação com entidades representativas do setor privado, com vistas à formulação de propostas e definição de posições para as negociações de acordos comerciais, ou aprofundamento de acordos existentes, no âmbito da ALADI;

VIII - representar o Ministério nas negociações do MERCOSUL com países membros da ALADI e em reuniões da Associação;

IX - propor aprimoramentos na legislação de comércio exterior relacionada aos acordos de integração regional firmados pelo Brasil no âmbito da ALADI;

X - participar das comissões bilaterais, grupos de trabalho, comitês de monitoramento de comércio, incluídos os acordos bilaterais de cooperação comercial com países membros da ALADI, em coordenação com outros órgãos e instituições;

XI - participar de grupos de negociações relacionados com o comércio de bens no âmbito da OMC;

XII - coordenar posição brasileira para negociações tarifárias de bens não-agrícolas no âmbito da OMC; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 21. À Divisão da ALADI e MERCOSUL compete:

I - divulgar a Tarifa Externa Comum e orientar o setor privado sobre o procedimento de alterações tarifárias;

II - analisar e deliberar sobre pleitos de alteração tarifária;

III - analisar propostas de alterações tarifárias temporárias amparadas por mecanismos temporários de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC);

IV - acompanhar a aplicação do Tratado de Montevidéu de 1980, assim como dos acordos dele decorrentes e promover estudos necessários à formulação de posição do Ministério nas negociações no âmbito da ALADI;

V - revisar e sugerir aprimoramento dos acordos comerciais firmados pelo Brasil e pelo MERCOSUL no âmbito da ALADI;

VI - promover consultas e articulação com entidades representativas do setor privado, com vistas à formulação de propostas e definição de posições para as negociações de acordos comerciais, ou aprofundamento de acordos existentes, no âmbito da ALADI;

VII - propor consultas sobre indícios de descumprimento de regras internacionais de comércio no âmbito dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil no âmbito da ALADI;

VIII - estudar e avaliar o comércio exterior de bens para elaboração de propostas negociadoras destinadas à melhoria das condições de acesso de produtos brasileiros no mercado regional;

IX - propor a negociação de novos acordos comerciais, e o aprofundamento dos acordos existentes, no âmbito da ALADI;

X - executar políticas para ampliar o acesso dos operadores de comércio exterior às informações sobre acordos de comércio celebrados pelo Brasil no âmbito da ALADI, incluindo tarifas preferencias, lista de bens, normas e procedimentos necessários ao cumprimento dos acordos preferenciais entre outros;

XI - divulgar informações referentes aos acordos comerciais celebrados ao amparo da ALADI;

XII - analisar e acompanhar negociações no âmbito tarifário de países membros da ALADI; e

XIII - adequar a lista de concessões tarifárias do Brasil na OMC (lista III) às atualizações do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Negociações Extrarregionais compete:

I - realizar estudos sobre as modalidades de acordos internacionais com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, opinando sobre sua conveniência;

II - revisar e aprimorar os acordos comerciais firmados pelo Brasil/MERCOSUL com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

III - representar o MDIC nas negociações do Brasil/MERCOSUL com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

IV - propor novos acordos comerciais, inclusive de convergência regulatória, entre Brasil/MERCOSUL e países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, para os quais exista especial interesse do exportador brasileiro;

V - promover consultas e articulação com entidades representativas do setor privado, em coordenação com outros órgãos do governo, com vistas à formulação de propostas e definição de posições para as negociações de acordos de comércio e convergência regulatória com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

VI - participar da implementação dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil/MERCOSUL com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

VII - analisar e acompanhar o processo de negociação para acessão dos países ou blocos econômicos à OMC, bem como as negociações para reconsolidação tarifária para os países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI.

VIII - participar das negociações para a confecção de listas de concessões tarifárias como, por exemplo, as negociações do SGPC;

IX - coordenar reuniões, com o setor privado, com as demais áreas do Ministério e com outros órgãos do governo, destinadas à formação da posição do Ministério em negociações com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, inclusive as relacionadas à convergência regulatória;

X - participar das comissões bilaterais, grupos de trabalho, comitês de monitoramento de comércio, incluídos os acordos bilaterais de cooperação comercial com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, em coordenação com outros órgãos e instituições;

XI - propor medidas para ampliar o acesso dos operadores de comércio exterior às informações referentes às listas de bens e às preferências tarifárias de acordos de comércio internacional e sistemas gerais de preferências (SGP), entre outros.

XII - propor consultas sobre indícios de descumprimento de regras internacionais de comércio no âmbito dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil/MERCOSUL com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

XIII - propor aprimoramentos na legislação de comércio exterior relacionada aos acordos de comércio firmados pelo Brasil/MERCOSUL com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 23. À Coordenação de Regimes de Origem compete:

I - promover a articulação com órgãos do governo e do setor privado, com vistas à formulação de propostas sobre Regras de Origem e procedimentos relacionados à origem de mercadorias para as negociações de acordos comerciais;

II - participar das negociações internacionais referentes às Regras de Origem e aos procedimentos relacionados a estas, em nível multilateral e nos acordos comerciais firmados pelo Brasil;

III - ajustar as Regras de Origem e os procedimentos relacionados a estas nos acordos comerciais firmados pelo Brasil;

IV - administrar os Regimes de Origem dos acordos comerciais firmados pelo Brasil;

V - normatizar, acompanhar e fiscalizar a emissão dos Certificados de Origem, por parte das entidades autorizadas pela SECEX;

VI - coordenar a sessão nacional do Comitê Técnico nº 3, de Normas e Disciplinas Comerciais do MERCOSUL;

VII - representar o Ministério, em sua condição de integrante do Grupo Mercado Comum, nas reuniões da Comissão de Comércio do MERCOSUL;

VIII - realizar acompanhamento estatístico dos produtos com origem diversa daquelas gravadas com medidas de defesa comercial;

IX - realizar estudos e propor abertura de procedimento especial de investigação de origem;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - acolher e avaliar denúncias do setor privado brasileiro quanto a importações suspeitas de falsa declaração de origem;

XI - monitorar os pedidos de licença de importação dos países e produtos denunciados com fulcro no inciso anterior;

XII - selecionar, por meio de análise de riscos, os pedidos de licença que estarão sujeitos ao procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

XIII - instaurar, instruir e concluir procedimento especial de verificação de origem na fase de licenciamento de importação, mediante denúncia ou de ofício, sob os aspectos da autenticidade, veracidade e observância das normas previstas em lei;

XIV - realizar verificação in loco nos estabelecimentos fabris estrangeiros, partes interessadas no procedimento especial de verificação de origem;

XV - acolher e avaliar os pedidos de revisão do procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

XVI - instaurar, instruir e concluir a revisão do procedimento especial de verificação de origem;

XVII - acompanhar e orientar o exportador brasileiro frente aos processos de verificação e controle de origem no âmbito dos acordos comerciais;

XVIII - coordenar a participação do Brasil no Comitê de Regras de Origem da OMC;

XIX - elaborar as notificações sobre as regras de origem não preferenciais junto à OMC;

XX - participar dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê Técnico de Origem da OMA;

XXI - coordenar, em âmbito nacional, ações referentes à Certificação de Origem Digital junto à ALADI e outros fóruns internacionais;

XXII - administrar, no Brasil, as regras de origem do Sistema Geral de Preferências - SGP e do Sistema Global de Preferências Comerciais - SGPC;

XXIII - regulamentar, no Brasil, os procedimentos de certificação de origem no âmbito dos acordos comerciais firmados pelo Brasil, dos Sistemas Gerais de Preferências (SGP) e do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC);

XXIV - divulgar, no Brasil, a aplicabilidade das Regras de Origem e o funcionamento da certificação de origem no âmbito dos acordos de comércio firmados pelo Brasil, dos Sistemas Gerais de Preferências - SGP e do Sistema Global de Preferências Comerciais - SGPC, bem como informar aos interessados em geral as alterações ocorridas neste funcionamento;

XXV - promover e efetuar notas técnicas, estudos, publicações e reuniões sobre assuntos pertinentes a regras de origem;

XXVI - responder às consultas dos operadores comerciais quanto à interpretação dos Regimes de Origem e ao correto preenchimento do Certificado de Origem; e

XXVII - prestar informação aos países importadores quanto à veracidade e autenticidade dos Certificados de Origem preferenciais emitidos no Brasil.

Art. 24. Ao Departamento de Defesa Comercial compete:

I - examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações e revisões de dumping, de subsídios e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais, com vistas à defesa da produção doméstica;

II - propor o início e conduzir investigações e revisões, mediante processo administrativo, sobre a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais;

III - propor a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais;

IV - examinar a conveniência e o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais na área de defesa comercial;

V - examinar a procedência e o mérito de petições, bem como propor o início e conduzir revisão anticircunvenção;

VI - propor a extensão a terceiros países, bem como a partes, peças e componentes dos produtos objeto de medidas antidumping e compensatórias vigentes decorrentes de revisão anticircunvenção;

VII - propor a regulamentação dos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial;

VIII - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

IX - acompanhar as negociações internacionais referentes a acordos multilaterais, regionais e bilaterais pertinentes à aplicação de medidas de defesa comercial, bem como formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição da posição brasileira;

X - participar das consultas e negociações internacionais relativas à defesa comercial;

XI - acompanhar e participar dos procedimentos de solução de controvérsias referentes a medidas de defesa comercial, no âmbito multilateral, regional e bilateral, bem como formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição de proposta brasileira;

XII - acompanhar as investigações de defesa comercial iniciadas por terceiros países contra as exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com outros órgãos governamentais e o setor privado;

XIII - elaborar material técnico para orientação e divulgação dos mecanismos de defesa comercial;

XIV - examinar a procedência e o mérito de petições de redeterminação das medidas de defesa comercial, propor o início e conduzir os respectivos procedimentos, com vistas a alterar a forma de aplicação ou o montante da medida de defesa comercial quando comprovado que sua eficácia está comprometida;

XV - examinar a procedência e o mérito de petições de análise de escopo das medidas de defesa comercial, propor o início e conduzir os respectivos procedimentos, com vistas determinar se um produto está sujeito ou não a medidas de defesa comercial; e

XVI - examinar a procedência e o mérito de petições de revisão administrativa, propor o início e conduzir os respectivos procedimentos, com vistas a determinar eventual restituição de valores recolhidos em montante superior ao determinado para o período de tal revisão.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Antidumping, Salvaguardas e Apoio ao Exportador compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, investigações e revisões de antidumping e de salvaguardas previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais;

II - analisar o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais, na área de antidumping;

III - determinar a existência de prática de dumping e de surto imprevisto nas importações para o Brasil;

IV - verificar a ocorrência de dano ou de prejuízo grave à indústria doméstica resultante da prática de dumping e do surto imprevisto de importações;

V - apurar a margem de dumping;

VI - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

VII - planejar verificações in loco e executá-las, a fim de aferir as informações prestadas pela indústria doméstica e por outras empresas nacionais e estrangeiras, no decorrer da investigação;

VIII - prestar apoio aos peticionários a respeito dos aspectos que envolvam petição sobre investigações de práticas de dumping e de salvaguardas;

IX - prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a investigações de defesa comercial no exterior, prestando assistência na elaboração da defesa da parte brasileira;

X - acompanhar as investigações iniciadas por terceiros países, relativas à defesa comercial contra exportações brasileiras; e

XI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 26. Ao Serviço de Apoio às Investigações da CGSA compete:

I - elaborar o banco de dados das partes interessadas nas investigações e revisões;

II - elaborar os documentos relativos às petições, investigações e revisões;

III - realizar pesquisas estatísticas relativas às petições, investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na condução das investigações e revisões, bem como na elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões.

Art. 27. À Coordenação-Geral de Antidumping e Solução de Controvérsias compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, investigações e revisões de antidumping previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais;

II - analisar o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais, na área de antidumping;

III - determinar a existência de prática de dumping nas exportações ao Brasil;

IV - verificar a ocorrência de dano à indústria doméstica resultante da prática de dumping;

V - apurar a margem de dumping;

VI - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

VII - planejar verificações in loco e executá-las, a fim de aferir as informações prestadas pela indústria doméstica e por outras empresas nacionais e estrangeiras, no decorrer da investigação;

VIII - prestar apoio aos peticionários a respeito dos aspectos que envolvam petição sobre investigações de práticas de dumping;

IX - participar dos procedimentos de solução de controvérsias referentes a medidas de defesa comercial, no âmbito multilateral, regional e bilateral, bem como formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a formulação da posição brasileira na matéria;

X - acompanhar o desenrolar de disputas comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) nas áreas de competência do Departamento;

XI - realizar reuniões técnicas periódicas no Departamento, a fim de reportar a evolução da jurisprudência multilateral nas áreas de competência do Departamento;

XII - propor a codificação de ajustes na prática do Departamento, à luz do avanço da jurisprudência multilateral; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 28. Ao Serviço de Apoio às Investigações da CGSC compete:

I - elaborar o banco de dados das partes interessadas nas investigações e revisões;

II - elaborar os documentos relativos às petições, investigações e revisões;

III - realizar pesquisas estatísticas relativas às petições, investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na condução das investigações e revisões, bem como na elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Antidumping e Medidas Compensatórias compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, investigações e revisões de antidumping e de medidas compensatórias previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais;

II - analisar o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais, nas áreas de antidumping e de medidas compensatórias;

III - determinar a existência de prática de dumping e subsídios nas exportações ao Brasil;

IV - verificar a ocorrência de dano à indústria doméstica resultante da prática de dumping e de subsídios;

V - apurar a margem de dumping e o montante de subsídios;

VI - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

VII - planejar verificações in loco e executá-las, a fim de aferir as informações prestadas pela indústria doméstica e por outras empresas nacionais e estrangeiras, no decorrer da investigação;

VIII - prestar apoio aos peticionários a respeito dos aspectos que envolvam petição sobre investigações de práticas de dumping e de subsídios; e

IX - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 30. Ao Serviço de Apoio às Investigações da CGMC compete:

I - elaborar o banco de dados das partes interessadas nas investigações e revisões;

II - elaborar os documentos relativos às petições, investigações e revisões;

III - realizar pesquisas estatísticas relativas às petições, investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na condução das investigações e revisões, bem como na elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões.

Art. 31. À Coordenação de Negociações, Normas e Conformidade compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, revisões anticircunvenção e procedimentos de avaliação de escopo e de redeterminação;

II - acompanhar as negociações internacionais referentes a acordos multilaterais, regionais e bilaterais no que tange aos instrumentos de defesa comercial, bem como formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a posição brasileira na matéria;

III - participar das consultas e negociações internacionais relativas à defesa comercial;

IV - elaborar subsídios para reuniões e encontros nos temas de sua competência;

V - elaborar normas nas áreas de competência do Departamento;

VI - deliberar sobre aspectos normativos, administrativos e judiciais relacionados aos processos de defesa comercial, bem como sobre questões processuais, e dar o encaminhamento apropriado; e

VII - uniformizar metodologias e procedimentos internos relativos às investigações de defesa comercial.

Art. 32. Ao Serviço de Apoio à CONNC compete:

I - elaborar o banco de dados relativo às negociações e normas;

II - elaborar os documentos relativos às negociações e normas;

III - auxiliar a Coordenação na uniformização de metodologias e procedimentos para a condução das investigações e revisões, bem como para a elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação na condução das revisões anticircunvenção e procedimentos de avaliação de escopo e redeterminação, bem como na elaboração dos pareceres relativos a essas revisões e procedimentos.

Art. 33. Ao Departamento de Estatística e Programas de Apoio à Exportação compete:

I - propor, assessorar e acompanhar o planejamento, a formulação e a execução das políticas e programas de comércio exterior, assim como monitorar e avaliar seus resultados;

II - planejar, coordenar e implementar ações e programas visando ao desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e da cultura exportadora, em articulação com órgãos e entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais, bem como propor a celebração de convênios, acordos ou ajustes semelhantes para a implementação dessas ações e programas;

III - planejar e executar programas de capacitação em comércio exterior;

IV - elaborar e editar o material técnico para orientação da atividade de comércio exterior;

V - manter e coordenar a Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior;

VI - participar e acompanhar, em fóruns e comitês nacionais e internacionais, os assuntos relacionados à metodologia de produção e análise das estatísticas de comércio exterior;

VII - coletar, analisar, sistematizar e disseminar dados e informações estatísticas de comércio exterior, bem como elaborar e divulgar a balança comercial brasileira, em observâncias às recomendações internacionais que tratam sobre o tema;

VIII - elaborar estudos, indicadores, publicações e informações sobre produtos, setores e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro;

IX - gerenciar sistemas de consultas, análise e divulgação de dados de comércio exterior;

X - manter, desenvolver e gerenciar o Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior;

XI - propor a articulação com entidades e organismos nacionais e internacionais para a realização de treinamentos, estudos, eventos e outras atividades voltadas para o desenvolvimento do comércio exterior;

XII - realizar e manter serviço de solução de dúvidas e atender a pedidos de informação relativos ao comércio exterior brasileiro, em parceria com outros órgãos intervenientes no comércio exterior; e

XIII - manter e gerenciar, em parceria com outros órgãos, ferramenta eletrônica de divulgação de informações sobre o comércio exterior brasileiro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 34. À Coordenação-Geral de Programas de Apoio à Exportação compete:

I - formular, coordenar, implementar e monitorar as ações de apoio às exportações e de difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, em parceria com entidades nacionais e estaduais;

II - promover e executar as ações relacionadas à Cultura Exportadora no Plano Plurianual;

III - coordenar e implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora e sua estrutura de governança, nos âmbitos nacional e estadual;

IV - realizar eventos direcionados para a divulgação e fomento do comércio exterior, em nível nacional, regional e setorial;

V - planejar, desenvolver, e coordenar, em nível nacional, regional e setorial, ações de capacitação em comércio exterior para agentes de comércio exterior e empresários;

VI - coordenar a elaboração e divulgação de material técnico para orientação da atividade exportadora;

VII - administrar sistema gerencial, com banco de dados compartilhado com entidades nacionais e estaduais, que possibilite o planejamento e monitoramento das ações de apoio às exportações, assim como o acompanhamento de empresas no processo de preparação para a exportação;

VIII - participar de eventos nacionais e internacionais relacionados à cultura exportadora e ao apoio às exportações;

IX - formar parcerias com os governos estaduais e com o setor privado para a implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento da cultura exportadora; e

X - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 35. À Divisão de Operação de Projetos de Apoio à Exportação compete:

I - supervisionar as atividades relacionadas aos Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX, bem como organizar outros eventos direcionados à divulgação e desenvolvimento do comércio exterior, em nível nacional, regional e setorial;

II - formar parcerias com órgãos públicos e privados para implementar ações relacionadas ao desenvolvimento da cultura exportadora e ao processo de preparação de empresas para a exportação;

III - elaborar e divulgar material técnico sobre cultura exportadora;

IV - colaborar nos treinamentos direcionados aos empresários do setor exportador e nos programas de desenvolvimento da cultura exportadora; e

V - acompanhar as atividades relacionadas ao Plano Nacional da Cultura Exportadora nas Unidades da Federação participantes e a execução das ações relacionadas à Cultura Exportadora no Plano Plurianual.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Estatística compete:

I - coordenar a produção primária de estatísticas de comércio exterior, na esfera de sua competência;

II - coordenar a produção de estatísticas de exportação em todas as suas fases, incluindo a validação e depurações preventivas, contínuas e a posteriori;

III - acompanhar e implementar metodologias, conceitos, definições e critérios de apuração e produção de estatísticas de comércio exterior, de acordo com as normas e recomendações internacionais;

IV - elaborar e divulgar análises e publicações da balança comercial brasileira;

V - efetuar estudos e projeções sobre a economia e o comércio exterior brasileiro e mundial;

VI - gerenciar os sítios de estatísticas e de informações de comércio exterior administrados pelo Departamento;

VII - participar de reuniões em órgãos colegiados, em assuntos ligados à análise econômica e ao comércio internacional;

VIII - participar de fóruns nacionais e internacionais sobre estatísticas de comércio exterior;

IX - atender a demandas de estatísticas de comércio exterior;

X - apurar e examinar a prática de fraudes no comércio exterior; e

XI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 37. À Coordenação de Análise e Divulgação Estatística compete:

I - preparar a análise da balança comercial brasileira;

II - coordenar os levantamentos sobre a economia e o comércio exterior brasileiro e mundial;

III - supervisionar a realização de estudos de setores e de mercados;

IV - coordenar a elaboração de material para subsidiar pronunciamentos, palestras e entrevistas sobre a balança comercial brasileira;

V - assistir e colaborar com as demais unidades do Ministério em relação às demandas de estatísticas de comércio exterior;

VI - coordenar o atendimento às solicitações de estatísticas de comércio exterior.

VII - administrar os sítios de informação sob a administração do Departamento;

VIII - atender às solicitações de informações e de estatísticas de comércio exterior; e

IX - divulgar as publicações estatísticas de comércio exterior.

Art. 38. À Coordenação de Produção Estatística compete:

I - coordenar a produção primária de estatísticas de comércio exterior;

II - gerenciar o banco de dados de exportação e importação brasileiras;

III - elaborar, preparar e gerenciar tabelas e parâmetros estatísticos compatibilizando metodologias, conceitos, definições e critérios para efeito de apuração, depuração e produção das estatísticas de comércio exterior, de acordo com as recomendações internacionais;

IV - gerenciar a produção de estatísticas de exportação em todas as suas fases, incluindo a validação e depurações preventivas, contínuas e a posteriori;

V - gerenciar os sistemas de consulta de estatísticas de comércio exterior e de inteligência comercial;

VI - elaborar as publicações estatísticas do comércio exterior brasileiro;

VII - supervisionar e gerenciar arquivo de documentos estatísticos de exportação e de importação;

VIII - trocar dados estatísticos de comércio exterior com organismos nacionais e internacionais, respeitada e legislação vigente; e

IX - participar de fóruns nacionais e internacionais sobre estatísticas de comércio exterior.

Art. 39. À Divisão de Acompanhamento Estatístico e Informação de Comércio Exterior compete:

I - supervisionar o funcionamento dos sistemas de estatística de comércio exterior e de inteligência comercial;

II - analisar e validar registros de exportação no SISCOMEX de forma a promover depuração preventiva, contínua e a posteriori, para obter o maior nível possível de exatidão nas estatísticas brasileiras de exportação;

III - realizar e manter serviço de solução de dúvidas e atender a pedidos de informação relativos ao comércio exterior brasileiro, em parceria com outros órgãos intervenientes no comércio exterior; e

IV - manter e gerenciar, em parceria com outros órgãos, ferramenta eletrônica de divulgação de informações sobre o comércio exterior brasileiro.

Art. 40. Ao Departamento de Competitividade no Comércio Exterior compete:

I - estabelecer normas e procedimentos necessários à implementação de políticas e programas de operacionalização do comércio exterior;

II - coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC e representar o Ministério em negociações internacionais e eventos relacionados à facilitação de comércio;

III - coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação junto à OMC;

IV - executar os serviços de Secretaria-Executiva do Grupo de Facilitação de Comércio da CAMEX;

V - preparar estudos, formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos destinados à melhoria da eficiência do ambiente regulatório, de sistemas operacionais e dos processos logísticos, informáticos e de controles governamentais relativos a operações de comércio exterior;

VI - coordenar-se com os órgãos anuentes no comércio exterior, respeitadas as competências de cada um, visando à harmonização e operacionalização de procedimentos de licenciamento e outras exigências administrativas requeridas para a concretização de importações e exportações;

VII - coordenar, em conjunto com o Departamento de Operações de Comércio Exterior, as atividades do Ministério no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, em especial aquelas relativas ao planejamento, concepção e regulamentação dos processos administrados por meio do Portal Único;

VIII - promover o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior;

IX - opinar sobre normas para o Programa de Financiamento às Exportações - Proex pertinentes a aspectos comerciais;

X - acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações, especialmente do Proex, bem como do Seguro de Crédito à Exportação;

XI - participar das reuniões do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, e da Comissão de Programação Financeira do Programa de Financiamento às Exportações;

XII - administrar o benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda no pagamento de despesas com promoção comercial, comissionamento e logística de produtos brasileiros, no exterior;

XIII - desenvolver, administrar e aperfeiçoar o Sistema de Registro de Informações de Promoção;

XIV - planejar ações orientadas para a logística de comércio exterior;

XV - formular propostas para aumento da competitividade internacional do produto brasileiro, especialmente de âmbito burocrático, tributário, financeiro ou logístico;

XVI - atuar, no âmbito de competência do Ministério, em cooperação com outros países e com organismos internacionais na promoção, desenvolvimento e implantação de medidas de facilitação de comércio em âmbito bilateral, regional ou multilateral; e

XVII - manter e atualizar o Registro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior, bem como administrar, no âmbito das competências da SECEX, o Registro de Empresas Comerciais Exportadoras constituídas nos termos da legislação específica.

Art. 41. À Coordenação-Geral de Normas e Facilitação de Comércio compete:

I - estabelecer normas e procedimentos necessários à implementação de políticas e programas de operacionalização e facilitação de comércio exterior, sem prejuízo das competências específicas dos demais Departamentos e de outros órgãos;

II - coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC e representar o Ministério em negociações internacionais, atividades de cooperação com governos estrangeiros e organismos internacionais e eventos relacionados à facilitação de comércio;

III - coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importações junto à OMC, em estreita coordenação com os demais Departamentos da Secretaria;

IV - representar o Ministério no Grupo Técnico de Facilitação de Comércio da CAMEX;

V - analisar sugestões e elaborar propostas de aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior;

VI - responder consultas sobre normas procedimentais de comércio exterior, sem prejuízo das competências dos demais Departamentos da Secretaria;

VII - analisar e propor a posição da SECEX sobre projetos de lei e outras propostas legislativas e normativas pertinentes ao comércio exterior, em relação à sua adequação e harmonia com a legislação de comércio exterior e com normas e padrões internacionais pertinentes;

VIII - elaborar regulamentação sobre o tratamento administrativo das importações e exportações, sobre o regime de drawback, e sobre a gestão do SISCOMEX e do Portal Único de Comércio Exterior no âmbito das competências da SECEX;

IX - coordenar as atividades relacionadas com a simplificação, modernização e harmonização das normas de comércio exterior no âmbito da Secretaria;

X - coordenar, no âmbito do MDIC, as atividades relacionadas à simplificação, à modernização e à harmonização das normas e procedimentos de comércio exterior, inclusive em coordenação com outros órgãos de governo, organismos internacionais e entidades privadas;

XI - formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos destinados à melhoria da eficiência do ambiente regulatório, de sistemas operacionais e dos controles governamentais relativos a operações de comércio exterior;

XII - gerenciar, em coordenação com o Departamento de Operações de Comércio Exterior, no âmbito do Ministério, as atividades de planejamento, concepção, regulamentação, e desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 42. À Divisão de Facilitação de Comércio compete:

I - coordenar-se com os órgãos anuentes no comércio exterior, respeitadas as suas competências, para promover a harmonização e operacionalização de procedimentos de licenciamento e outras exigências administrativas requeridas para a concretização de importações e exportações;

II - analisar, com base na legislação pertinente e na regulamentação relativa ao SISCOMEX, demandas de inclusão, exclusão e alteração de exigências, licenças ou autorizações diretamente incidentes sobre operações de comércio exterior feitas por órgãos de governo com vistas à sua implantação no SISCOMEX;

III - exercer atividades pertinentes ao desenvolvimento e à implantação do Portal Único de Comércio Exterior, em conjunto com o Departamento de Operações de Comércio Exterior;

IV - elaborar estudos e propostas voltados à simplificação, harmonização, modernização e integração de processos e sistemas de gestão de operações de exportação e de importação, inclusive em conjuntos com outros órgãos de governo competentes e com entidades representativas do setor privado;

V - promover e participar de ações de divulgação do Portal Único de Comércio Exterior e de outras iniciativas voltadas à facilitação do comércio;

VI - administrar, em conjunto com o Departamento de Operações de Comércio Exterior e com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Portal SISCOMEX, plataforma de informações e acesso ao Portal Único de Comércio Exterior na Internet;

VII - cooperar tecnicamente com os outros órgãos da Administração para a integração e atuação deles no Portal Único de Comércio Exterior e em outras ferramentas de facilitação de comércio geridas pela SECEX;

VIII - promover a cooperação com órgãos da Administração e entidades representativas do setor privado no desenvolvimento e implantação do Portal Único de Comércio Exterior e de outras ferramentas de facilitação de comércio geridas pela SECEX; e

IX - executar os serviços de Secretaria-Executiva do Grupo de Facilitação de Comércio da CAMEX.

Art. 43. À Coordenação de Competitividade Exportadora compete:

I - preparar estudos, formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos e estudos destinados à melhoria da competitividade exportadora e internacional do produto brasileiro, especialmente nos âmbitos burocrático, tributário, financeiro e logístico;

II - opinar sobre normas para o Programa de Financiamento às Exportações - Proex pertinentes a aspectos comerciais;

III - acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações, especialmente do Proex, bem como do Seguro de Crédito à Exportação;

IV - participar das reuniões do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, e da Comissão de Programação Financeira do Programa de Financiamento às Exportações;

V - administrar o benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda no pagamento de despesas com promoção comercial, comissionamento e logística de produtos brasileiros no exterior;

VI - desenvolver, administrar e aperfeiçoar o Sistema de Registro de Informações de Promoção;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - representar a SECEX nas reuniões e fóruns nacionais e internacionais relacionados a questões de competitividade, especialmente nos âmbitos burocrático, tributário, financeiro e logístico;

VIII - propor ações, elaborar estudos e acompanhar as estratégias e os processos de internacionalização de empresas brasileiras;

IX - propor ações orientadas para a melhoria da logística das operações de comércio exterior;

X - manter, atualizar e administrar, no âmbito das competências da SECEX, o Registro de Empresas Comerciais Exportadoras constituídas nos termos da legislação específica;

XI - representar a SECEX na elaboração, execução e acompanhamento das diretrizes de comércio exterior no âmbito da política industrial vigente;

XII - analisar e propor posição SECEX sobre projetos de lei e outras propostas legislativas e normativas pertinentes ao comércio exterior, em relação aos impactos potenciais sobre a competitividade das exportações brasileiras; e

XIII - analisar e formular propostas relativas à criação, alteração ou exclusão de regimes aduaneiros especiais e outras políticas de governo voltadas às operações de comércio exterior, no âmbito das competências da SECEX.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 44. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades da Secretaria.

Art. 45. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

II - controlar as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Apoio Administrativo;

III - providenciar a publicação oficial das matérias relacionadas com a área de atuação da Secretaria;

IV - despachar, controlar processos e pleitos submetidos ao Secretário; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 46. Aos Diretores e Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades, e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação, acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 47. Aos Coordenadores, Chefes de Divisão e de Serviço incumbe dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Comércio Exterior.

Art. 49. Serão de responsabilidade da Secretaria de Comércio Exterior o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas relativamente a contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Comércio e Serviços, órgão específico singular, compete:

I - formular, coordenar, implementar e avaliar políticas públicas e estabelecer normas para o desenvolvimento do sistema produtivo nas áreas de comércio e de serviços;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito do Ministério, as ações e os programas que afetem a competitividade dos setores de comércio e serviços relacionados ao processo de inserção internacional e ao fortalecimento das cadeias produtivas, em coordenação com outros órgãos governamentais e entidades privadas representativas desses setores;

III - analisar e acompanhar o comportamento e as tendências dos setores de comércio e serviços no País e no exterior, em conjunto com outros órgãos governamentais e entidades de classe representativas desses setores;

IV - formular propostas de políticas e programas de comércio exterior de serviços e estabelecer normas e medidas necessárias à sua implementação;

V - administrar, controlar, desenvolver e normatizar, no âmbito do Ministério, o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - Siscoserv, observadas as competências de outros órgãos;

VI - coordenar os trabalhos de revisão da Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS e a sua harmonização nos fóruns internacionais;

VII - formular e estabelecer políticas de informações e estatísticas sobre comércio e serviços e do comércio exterior de serviços, e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações e estatísticas;

VIII - formular propostas setoriais, em articulação com o setor privado, para a coordenação de projetos, ações e programas de cooperação internacional voltados ao incremento do comércio e dos investimentos recíprocos no setor de serviços;

IX - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores de comércio e serviços do País;

X - articular-se com entidades e organismos nacionais e internacionais para a realização de treinamentos, estudos, eventos, projetos e outras atividades voltadas para o desenvolvimento do comércio exterior de serviços; e

XI - participar do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Comércio e Serviços - SCS tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SCS

1.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/SCS

2. Departamento de Políticas de Comércio e Serviços - DECOS

2.1 Coordenação-Geral de Mercado Doméstico - CGMD

3. Departamento de Competitividade Internacional em Comércio e Serviços - DECIN

3.1 Coordenação-Geral de Mercado Externo - CGME

3.1.1 Coordenação de Estatísticas de Comércio Exterior de Serviços - CECES

Art. 3º A Secretaria de Comércio e Serviços será dirigida por Secretário, os Departamentos, por Diretor; as Coordenações-Gerais, por Coordenador-Geral; a Coordenação, por Coordenador; o Gabinete e o Serviço, por Chefe.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário, no exercício de suas atribuições;

II - assistir o Secretário em sua pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e coordenar a agenda de compromissos diários;

III - prestar ao Secretário as informações necessárias à tomada de decisões;

IV - coordenar as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Apoio Administrativo;

V - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário;

VI - remeter às unidades que compõem a Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;

VII - orientar a expedição e recebimento de correspondências e processos, bem como providenciar a edição de portarias, circulares, despachos e outros atos administrativos do Secretário;

VIII - preparar e acompanhar as nomeações e exonerações de ocupantes de cargos em comissão e gratificações no âmbito da Secretaria, além de coordenar as atividades relacionadas às indicações das representações da Secretaria em órgãos colegiados;

IX- exercer outras atribuições que lhe forem cometidas ou subdelegadas pelo Secretário; e

X - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação de PPA e do Orçamento Anual.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - providenciar as propostas de concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais, bem como controlar a correspondente prestação de contas;

II - receber e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;

III - executar as atividades relacionadas ao controle de pessoal e de benefícios;

IV - informar à Unidade responsável do Ministério acerca do controle de frequência dos prestadores de serviços;

V - requisitar, receber e distribuir internamente o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Secretaria;

VI - executar a distribuição de correspondências, revistas, jornais e periódicos na Secretaria;

VII - providenciar a publicação de atos da Secretaria no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço;

VIII - organizar e manter atualizado o sistema de arquivo físico e eletrônico da documentação de interesse da Secretaria;

IX - propor medidas para o aperfeiçoamento dos serviços administrativos; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º Ao Departamento de Políticas de Comércio e Serviços compete:

I - propor diretrizes e programas para o desenvolvimento da política de promoção do comércio interno;

II - subsidiar a formulação, a implementação e o controle da execução das políticas voltadas para a atividade comercial;

III - elaborar, avaliar e acompanhar estudos sobre comércio e serviços;

IV - elaborar e propor políticas para o desenvolvimento e o aumento da competitividade do setor de comércio e serviços;

V - elaborar e promover a implementação, em articulação com outros órgãos públicos e privados, de medidas de simplificação, desburocratização e desregulamentação das atividades de comércio e serviços, visando à melhoria do ambiente de negócios;

VI - propor e articular políticas e ações para o desenvolvimento e o aumento da competitividade do sistema brasileiro de franquias;

VII - propor diretrizes, prioridades, programas e instrumentos para a execução da política interna de apoio à promoção comercial, inclusive, por meio do Sistema Informatizado de Informações de Feiras e Exposições;

VIII - subsidiar a política de crédito e financiamento dos setores de comércio e serviços;

IX - estudar e propor ações e medidas quanto aos serviços de logística;

X - analisar, propor e incentivar medidas para a superação de entraves aos investimentos nos setores de comércio e serviços; e

XI - presidir a Comissão de Representantes da Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para a revisão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as suas Notas Explicativas - NEBS.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Mercado Doméstico compete:

I - subsidiar a formulação de diretrizes e implementar programas para o desenvolvimento de políticas de promoção das atividades de comércio e de serviços no mercado doméstico;

II - subsidiar a formulação de propostas e implementação de políticas para o aumento da competitividade do setor de comércio e serviços, no País;

III - articular com outras áreas de Governo e com a iniciativa privada medidas destinadas ao desenvolvimento da competitividade do setor de comércio e de serviços;

IV - estudar e elaborar ações para simplificação, desburocratização e desregulamentação das atividades de comércio e serviços;

V - elaborar, avaliar e acompanhar estudos sobre o desempenho dos setores de comércio e serviços no País, sobre seu comportamento e tendências, bem como sobre sua inter-relação com o comércio exterior e os impactos destes para o varejo nacional;

VI - propor ações e medidas, e elaborar estudos sobre logística nas operações de comércio no País;

VII - propor e articular ações e medidas para a execução da política de apoio à promoção comercial, incluindo a utilização do Sistema de Exposições e Feiras - Expofeiras;

VIII - apoiar a formulação e o estabelecimento de políticas de informações e estatísticas sobre o comércio e serviços no mercado doméstico;

IX - propor e articular medidas que contribuam para o desenvolvimento dos diversos canais de venda existentes;

X - analisar e propor medidas legais e normativas que afetem os setores de comércio e serviços em suas atividades no mercado nacional;

XI - elaborar o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras e coordenar a gestão do Sistema de Exposições e Feiras - Expofeiras;

XII - coordenar, no âmbito da SCS, os trabalhos da Comissão da NBS;

XIII - promover articulações com as entidades de representação do setor de comércio e serviços para o aprimoramento e construção de políticas públicas voltadas ao setor de comércio e serviços;

XIV - coordenar e acompanhar a execução dos programas e projetos de cooperação destinados ao desenvolvimento do setor de comércio e serviços;

XV - apoiar a participação da SCS no Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM;

XVI - preparar pareceres técnicos sobre matéria referente às competências do Departamento; e

XVII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º Ao Departamento de Competitividade Internacional em Comércio e Serviços compete:

I - coordenar projetos, ações e programas de cooperação internacional voltados ao incremento do comércio e dos investimentos recíprocos no setor de serviços;

II - propor e articular ações para o incremento das exportações de serviços e a internacionalização do comércio e do sistema brasileiro de franquias;

III - acompanhar e apoiar as ações de promoção de exportações relacionadas ao setor de serviços e a internacionalização do comércio;

IV - apoiar e acompanhar a sistematização e a manutenção de dados sobre intenções de investimentos externos no setor de comércio e serviços;

V - coordenar o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais e de informações do Siscoserv;

VI - presidir a Comissão do Siscoserv e coordenar as ações para sua manutenção e aprimoramento dos normativos a ela relacionados;

VII - subsidiar a política de crédito e financiamento às exportações de serviços e à internacionalização do comércio;

VIII - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas a comércio e serviços;

IX- elaborar e disponibilizar relatórios estatísticos agregados sobre comércio exterior de serviços, e

X - apoiar e acompanhar as negociações internacionais em serviços.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Mercado Externo compete:

I - subsidiar a formulação de propostas, em articulação com o setor público e privado, para aumento da competitividade no exterior, incremento das exportações de serviços e internacionalização dos setores de comércio e do sistema brasileiro de franquias;

II - apoiar a coordenação de projetos, ações e programas de cooperação internacional, voltados ao incremento do comércio e investimentos recíprocos no setor de comércio e serviços, inclusive no contexto de comissões bilaterais e organismos multilaterais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - elaborar, avaliar e acompanhar estudos sobre o comportamento e tendências dos setores de comércio e serviços no exterior, bem como sobre o comércio bilateral de serviços entre o Brasil e demais países;

IV - participar, em âmbito nacional e internacional, de discussões que impliquem diretrizes relacionadas ao comércio exterior de serviços brasileiro;

V - acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações de serviços, inclusive do Programa de Financiamento às Exportações - Proex;

VI - apoiar o desenvolvimento, implantação e atualização da Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS e a sua manutenção no Siscoserv;

VII - subsidiar a proposição de políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas ao comércio e serviços;

VIII - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores de comércio e serviços do País;

IX - analisar sugestões e elaborar propostas de aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior de serviços;

X - administrar o Siscoserv, no âmbito da SCS em parceria com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para a harmonização e operacionalização de procedimentos de registro de operações cursadas naquele ambiente;

XI - apoiar o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais do Siscoserv, no âmbito da SCS, em conjunto com a CGTI/SPOA, assim como integrar a Comissão do Siscoserv;

XII - analisar sugestões e elaborar propostas de aperfeiçoamento da legislação sobre o Siscoserv;

XIII - propor a atualização e a manutenção de procedimentos operacionais no Siscoserv;

XIV - elaborar e analisar informações gerenciais a partir dos dados extraídos do Siscoserv para divulgação interna e externa;

XV - acompanhar, gerencialmente, as operações de comércio exterior, a partir dos dados extraídos do Siscoserv;

XVI - coordenar, elaborar e distribuir análises e publicações sobre o comércio exterior de serviços, em especial a partir dos dados do Siscoserv;

XVII - divulgar informações e dados estatísticos do Siscoserv;

XVIII - assistir e colaborar com as demais unidades do Ministério, com relação às demandas de comércio exterior de serviços;

XIX - atender as demandas de estatísticas de comércio exterior de serviços;

XX - participar de fóruns nacionais e internacionais sobre comércio exterior de serviços; e

XXI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 11. À Coordenação de Estatísticas de Comércio Exterior de Serviços compete:

I - subsidiar a formulação de políticas de informações e estatísticas sobre o comércio exterior de serviços bem como apoiar a implementação da sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

II - apoiar o desenvolvimento, implementação e administração de módulos operacionais e de informações do Siscoserv;

III - apoiar os trabalhos da presidência por parte da SCS da Comissão do Siscoserv;

IV - coordenar a produção primária de estatísticas do Siscoserv;

V - coordenar a preparação de informações e de estatísticas de comércio exterior de serviços, especialmente do Siscoserv;

VI - elaborar, preparar e gerenciar tabelas e parâmetros estatísticos compatibilizando metodologias, conceitos, definições e critérios para efeito de apuração, depuração e produção das estatísticas do Siscoserv, observando, quando possível, as recomendações internacionais;

VII - coordenar a produção de estatísticas de comércio exterior de serviços em todas as suas fases, incluindo a validação e depurações preventivas, contínuas e a posteriori;

VIII - trabalhar com sistemas estatísticos e de análise do comércio exterior de serviços brasileiro;

IX - disseminar a metodologia de produção estatística do Siscoserv, seus conceitos e definições;

X - elaborar e divulgar as publicações de comércio exterior de serviços brasileiro;

XI - supervisionar e gerenciar arquivos de documentos estatísticos do Siscoserv;

XII - coordenar a elaboração de material para subsidiar pronunciamentos, palestras e entrevistas sobre os dados do Siscoserv;

XIII - assistir e colaborar com as demais unidades do Ministério, com relação às demandas de estatísticas de comércio exterior de serviços;

XIV - coordenar o atendimento às solicitações de informações e de estatísticas de comércio exterior de serviços;

XV - participar e acompanhar os trabalhos relacionados aos acordos nacionais e internacionais de intercâmbio de dados estatísticos de comércio exterior de serviços; e

XVI - participar de fóruns nacionais e internacionais sobre estatísticas de comércio exterior de serviços.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 12. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar, avaliar as atividades de suas respectivas unidades.

Art. 13. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete e aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação da Secretaria e acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 14. Ao Coordenador e ao Chefe de Serviço incumbe coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Comércio e Serviços.

Art. 16. Serão de responsabilidade da Secretaria de Comércio e Serviços o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas relativamente a contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

ANEXO IX

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Inovação e Novos Negócios, órgão específico singular, compete:

I - elaborar políticas e programas para geração e difusão da inovação no setor produtivo;

II - coordenar a formulação das propostas de inovação da política industrial nacional;

III - propor medidas para melhoria do ambiente brasileiro de inovação por meio do aperfeiçoamento e simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e investimento.

IV - formular e implementar ações que promovam o empreendedorismo inovador e o ambiente de capital de risco no Brasil;

V - desenvolver ações que apoiem a inserção brasileira na Economia do Conhecimento, observadas as principais tendências empresariais internacionais;

VI - propor políticas e programas para a formação de talentos e a qualificação de recursos humanos baseados nas necessidades atuais e futuras do setor produtivo brasileiro;

VII - desenvolver ações para atração de investimentos internacionais privados em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

VIII - negociar e implementar acordos internacionais de inovação para fomento de parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras;

IX - criar e implementar políticas e programas para o desenvolvimento de negócios e tecnologias relacionadas à economia digital, bioeconomia, nanotecnologia e energia;

X - elaborar, formular e desenvolver ações relativas às contrapartidas em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XI - assessorar e coordenar a posição de governo nas políticas de propriedade intelectual exercendo a Secretaria-Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI;

XII - presidir o Comitê Brasileiro de Regulamentação para aprimoramento das práticas regulamentadoras nacionais;

XIII - assessorar e coordenar a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nas políticas relacionadas à metrologia, normalização e avaliação da conformidade;

XIV - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados e convênios internacionais relativos aos temas da Secretaria; e

XV - coordenar a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nos Comitês e Conselhos nas áreas de competência desta Secretaria.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Inovação e Novos Negócios - SIN tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SIN

1.1. Divisão de Assessoria Técnica - DIVAT

2. Departamento de Inovação e Empreendedorismo - DEINE

2.1. Coordenação de Empreendedorismo Inovador - COEIN

2.2. Coordenação de Inovação Global e Propriedade Intelectual - COIPI

3. Departamento de Tecnologias Inovadoras - DETIN

3.1. Coordenação de Infraestrutura para Cadeias Inovadoras - COINF

3.2. Coordenação de Novos Negócios - CONEG

Art. 3º A Secretaria de Inovação e Novos Negócios será dirigida por Secretário, os Departamentos por Diretor, as Coordenações por Coordenador, o Gabinete e a Divisão por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes de Cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPITULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - coordenar o planejamento estratégico nos assuntos relacionados à Secretaria

II - coordenar a gestão de pessoas no âmbito da Secretaria;

III - Coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação de PPA e do Orçamento Anual;

IV - coordenar a prestação de informações sobre os resultados da atuação da Secretaria;

V - coordenar o atendimento das demandas oriundas dos órgãos de controle;

VI - assistir o Secretário no preparo e despacho do seu expediente e supervisionar o gerenciamento dos assuntos políticos referentes à Secretaria; e

VII - coordenar atividades administrativas capazes de viabilizar o funcionamento da Secretaria.

Art. 6º À Divisão de Assessoria Técnica compete:

I - acompanhar o andamento dos projetos estratégicos da Secretaria;

II - assistir ao Secretário e subsidiar os departamentos na sua atuação e na tomada de decisões, elaborando análises, projeções e estudos;

III - assistir ao Secretário na elaboração, implementação e acompanhamento do planejamento da Secretaria;

IV - prestar ao Secretário as informações necessárias à tomada de decisões; e

V - executar outras atividades cometidas pelo Secretário.

Art. 7º Ao Departamento de Inovação e Empreendedorismo compete:

I - elaborar os estudos e propor as diretrizes de inovação da política industrial nacional para aumento da competitividade do setor produtivo;

II - formular e negociar propostas de aperfeiçoamento e simplificação do marco legal de inovação;

III - propor iniciativas para a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos de fomento à inovação nas empresas;

IV - promover estudos e iniciativas destinadas à geração de conhecimento e inteligência em políticas de inovação para o setor produtivo;

V - promover iniciativas para disseminação da cultura e difusão da inovação pelas empresas brasileiras;

VI - apoiar o empresário brasileiro na capacitação em inovação e no acesso aos respectivos instrumentos públicos de fomento;

VII - propor e implementar ações para desenvolver o ambiente brasileiro de capital de risco por meio de novos instrumentos de apoio, aperfeiçoamentos regulatórios, mecanismos fiscais e de investimento;

VIII - desenvolver políticas e programas para impulsionar o empreendedorismo inovador brasileiro;

IX - criar e implementar programas de capacitação para empreendedores de negócios inovadores;

X - negociar, articular com outros órgãos governamentais e implementar cooperações internacionais em inovação entre empresas brasileiras e estrangeiras;

XI - desenvolver programas e articular ações para atração de investimentos internacionais em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XII - formular e implementar programas, políticas e ações relacionadas à propriedade intelectual;

XIII - assessorar tecnicamente a Secretaria-Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI;

XIV - apoiar a participação na gestão ou cogestão de fundos públicos com recursos destinados à inovação; e

XV - propor e executar políticas, instrumentos e ações visando o fomento à internacionalização de empresas por meio da inovação;

Art. 8º À Coordenação de Empreendedorismo Inovador compete:

I - dar suporte à formulação da política industrial nas questões relacionadas a inovação e empreendedorismo inovador;

II - participar da elaboração, execução e avaliação de resultados das políticas públicas relacionadas à inovação e ao empreendedorismo inovador;

III - elaborar estudos e propostas para o aperfeiçoamento do ambiente de inovação e de sua governança, em particular no que concerne ao marco legal e melhorias que assegurem competitividade às empresas em termos de acesso a capital, conhecimento, mercados, recursos humanos e cultura empreendedora;

IV - difundir a cultura da inovação e os instrumentos de fomento à inovação e ao empreendedorismo inovador;

V - acompanhar a evolução do conhecimento sobre políticas públicas nacionais e internacionais de inovação;

VI - formular, executar e avaliar os resultados de programas de capacitação e aceleração em larga escala de negócios inovadores;

VII - construir redes de mentores para auxiliar o desenvolvimento dos negócios inovadores;

VIII - realizar ações para treinamento e conexão de negócios inovadores com investidores, fundos de capital de risco, aceleradoras e grandes empresas;

IX - gerar competências em inovação e empreendedorismo inovador e disponibilizá-lo gratuitamente nas plataformas dos programas.

X - formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas de inovação específicas para as micro, pequenas e médias empresas;

XI - promover e incentivar a aproximação do setor produtivo com as instituições científicas e tecnológicas;

XII - promover a integração de instrumentos entre agentes governamentais, entidades de classe empresariais e instituições científicas e tecnológicas envolvidas nas questões voltadas ao aumento da inovação e competitividade; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º À Coordenação de Inovação Global e Propriedade Intelectual compete:

I - dar suporte à formulação da política industrial nas questões relacionadas à internacionalização de empresas inovadoras e propriedade intelectual;

II - propor políticas e instrumentos de apoio às empresas brasileiras para cooperação internacional em inovação;

III - promover estudos e pesquisas destinados à elaboração, acompanhamento e aprimoramento das ações e políticas desta Coordenação;

IV - difundir cultura sobre direitos de propriedade intelectual;

V - promover parcerias e estabelecer acordos com órgãos e entidades brasileiras e estrangeiras para troca de experiências em políticas públicas e desenvolvimento de iniciativas em inovação e propriedade intelectual;

VI - criar e implementar políticas e programas de fomento à cooperação internacional em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) entre o setor privado brasileiro e países parceiros;

VII - divulgar oportunidades de cooperação internacional em inovação para o setor privado brasileiro, realizando eventos e missões para fomentar projetos de P,D&I entre empresas brasileiras e estrangeiras;

VIII - apoiar e realizar eventos e missões para atrair investimentos em inovação para o Brasil;

IX - coordenar e acompanhar a execução de ações e programas de atração de investimentos em inovação;

X - promover a internacionalização de empresas por meio da inovação;

XI - assessorar técnica e administrativamente a Secretaria-Executiva do GIPI;

XII - formular e implementar políticas públicas, programas e ações relacionadas a propriedade intelectual;

XIII - coordenar ações e programas de propriedade industrial em conjunto com o INPI, bem como para trocar informações e medir impactos de políticas públicas em propriedade industrial;

XIV - aprimorar a legislação nacional de propriedade intelectual, em particular no que concerne à proposição e análise de projetos de lei, medidas provisórias e regulamentos sobre direitos de propriedade intelectual e temas correlatos;

XV - formular programas e políticas públicas de inovação e propriedade intelectual, articulando-se com entidades representativas do setor privado e em coordenação com outros órgãos de governo;

XVI - participar, coordenar e representar o MDIC em fóruns, grupos de trabalho e conselhos relacionados à cooperação internacional em inovação e propriedade intelectual;

XVII - propor, acompanhar, subsidiar e participar em negociações de acordos, tratados e convênios internacionais que incluam temas de propriedade intelectual e inovação; e

XVIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 10º Ao Departamento de Tecnologias Inovadoras compete:

I - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação e de negócios relacionados à economia digital, bioeconomia, nanotecnologia e energia;

II - propor e implementar políticas e programas para aumentar a oferta de recursos humanos qualificados no mercado brasileiro;

III - monitorar junto ao setor produtivo as necessidades atuais e futuras por talentos;

IV - propor mecanismos para formação e qualificação profissional alinhadas às demandas do setor produtivo, incluindo a implementação de programas e aperfeiçoamentos regulatórios;

V - coordenar o Comitê Nacional de Biotecnologia;

VI - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação e de negócios relacionados a fontes renováveis de energia.

VII - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação e de negócios relacionados à economia digital, com ênfase no uso de tecnologia da informação e comunicação para aumento de eficiência empresarial e geração de novos produtos, serviços e modelos de negócios;

VIII - promover políticas para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias avançadas de manufatura, em especial sistemas físico-cibernéticos, robótica, linhas de produção autônomas, segurança cibernética, drones, digitalização da produção, manufatura aditiva e uso de grandes volumes de dados;

IX - promover iniciativas de estímulo ao desenvolvimento de negócios e tecnologias aplicadas à solução de problemas urbanos, com ênfase nas áreas de energia, transporte, saúde e educação;

X - articular-se com órgãos governamentais, entidades e organismos nacionais e internacionais nos temas relativos ao Departamento;

XI - promover estudos e pesquisas destinados à geração de conhecimento e inteligência em políticas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras;

XII - subsidiar a formulação de políticas relacionadas à metrologia, normalização e avaliação de conformidade;

XIII - acompanhar as discussões no âmbito do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio; e

XIV - coordenar o planejamento, acompanhamento e avaliação do contrato de gestão do INMETRO com o apoio da Secretaria-Executiva.

Art. 11. À Coordenação Infraestrutura para Cadeias Inovadoras compete:

I - coordenar, propor e acompanhar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de talentos;

II - propor mecanismos para formação e qualificação profissional alinhadas às demandas do setor produtivo, incluindo a implementação de programas e aperfeiçoamentos regulatórios;

III - difundir a visão do desenvolvimento de competências e o despertar vocacional para a geração de talentos nos diversos segmentos econômicos;

IV - participar da formulação e implementação dos trabalhos de elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual - PPA e do Orçamento Anual;

V - apoiar a Presidência do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), conforme Decreto nº 1422, de 20 de março de 1995;

VI - apoiar a coordenação das ações e programas de normalização, avaliação da conformidade, e regulamentação, bem como para trocar informações e medir impactos de políticas públicas no segmento; e

VII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 12. À Coordenação de Novos Negócios compete:

I - coordenar, propor e implementar ações que suportem a geração de novos negócios inovadores a partir de políticas de apoio;

II - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à economia digital, com destaque para internet das coisas, computação avançada e computação em nuvem, telecomunicações, grandes volumes de dados (big data), robótica e sistemas autônomos, drones, fotônica, semicondutores, cidades inteligentes, e dispositivos vestíveis (wearable devices);

III - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à bioeconomia, com destaque para química de renováveis, biorremediação, biotecnologia industrial, e economia circular;

IV - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à nanotecnologia e novos materiais, levando-se em consideração novos materiais híbridos, componentes eletrônicos orgânicos, nanocompostos, biomateriais, nanoformulação, e nanomedicina;

V - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à energia, com especial atenção para fontes alternativas de energia, etanol de 2º geração;

VI - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios que tenham impacto nas áreas de educação, saúde, cidades e mobilidade, articulando atores públicos e privados para o fomento e apoio a modelos de negócios disruptivos;

VII - articular e promover a integração de instrumentos entre agentes governamentais, entidades de classe empresariais e instituições cientificas e tecnológicas envolvidas com vistas à geração de novos negócios disruptivos;

VIII - realizar eventos para a conexão de atores relevantes em ecossistemas distintos com o intuito de construir conexões e estratégias empresariais para o apoio à geração de novos negócios;

IX - participar, coordenar e representar o MDIC no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) e no Comitê Gestor da Internet (CGI.BR);

X - apoiar e acompanhar o conjunto de investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação atrelados à Zona Franca de Manaus (ZFM);

XI - propor e implementar ações relativas às contrapartidas em pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito da participação deste Ministério;

XII - elaborar e lançar editais para apresentação de propostas para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) que se convertam em negócios inovadores nas áreas intensivas em conhecimento acompanhadas pelo Departamento; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

CAPITULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 13. Ao Secretário incumbe:

I- planejar, coordenar e controlar as atividades das unidades da Secretaria de Inovação e Novos Negócios;

II- assistir ao Ministro de Estado e ao Secretário Executivo do Ministério nos assuntos relativos às atividades que lhe são afetas; e

III- aprovar planos, programas e normas da Secretaria de Inovação e Novos Negócios.

Art. 14. Aos Diretores e ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades, e,

II - submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação, acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 15. Aos Coordenadores incumbe:

I - dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade; e

II - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Os casos omissos e as eventuais dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Inovação e Novos Negócios.

Art. 17. Serão de responsabilidade da Secretaria de Inovação e Novos Negócios o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas relativamente a contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 202, DE 5 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar projetos de candidatos a bolsas no âmbito do Edital 01/2016 - Programa de Bolsas Pronametro para o Centro de Biotecnologia da Amazônia - INMETRO/CBA, indicados na tabela a seguir, e recomendados pelo Comitê Consultivo, designado pela Comissão Gestora do Pronametro, a contar do dia 11 de maio de 2016, cujas propostas foram avaliadas e acolhidas pelo Pronametro nos termos do Regulamento anexo à Portaria Inmetro nº 391, de 25 de julho de 2012.

LISTA DOS APROVADOS

I - PROJETOS ESTRUTURANTES

NOME	Bolsa Recomendada	Vigência
Alvicler Magalhães	DCT-1 100%	12 meses
Débora de Fátima Souza Freitas	DCT-6B 100%	12 meses
Diana M. S. Mozombite	DCT-5A 100%	12 meses
Isaque Ferreira da Silva	DCT-4B 100%	12 meses
Ivanete Ferreira da Silva	DCT-5B 100%	12 meses
Jaqueline Oliveira da Silva	DCT-7A 100%	12 meses
Laís Maciel Moraes	DCT-8B 100%	12 meses
Márcia de Jesus A. da Silva	DCT-5A 100%	12 meses
Mariana Dettmer de Castro Mello	DCT-5A 100%	12 meses
Nádia Cristina Falcão Bucker	DCT-4A 100%	12 meses
Olinda Maria Figueira Canhoto	DCT-2B 100%	12 meses
Rafael Menezes Monteiro	DCT-5B 100%	12 meses
Suelen Michiles Monteiro	DCT-7A 100%	12 meses
Waleria Dasso Pinheiro	DCT-5B 100%	12 meses
Wilker Ribeiro Filho	DCT-1 100%	12 meses

II - PROJETOS TEMÁTICOS

NOME	Bolsa Recomendada	Vigência
Abraão Alexandre de Souza	DCT-5A 100%	12 meses
Alessandra Karissa Costa	DCT-4B 100%	12 meses
Anna Carolina de Souza Hanna	DCT-5A 100%	12 meses
Arlena Maria Guimarães Gato	DCT-2B 100%	12 meses
Daniele de Carvalho Rodrigues	DCT-8B 100%	12 meses
Danielle Cardoso de Alencar de Souza	DCT-5A 100%	12 meses
Efigênia Lopez da Silva	DCT-8B 100%	12 meses
Eliana Oliveira de Souza	DCT-6A 100%	2 meses
Ester Neta Pinheiro	DCT-6B 100%	12 meses
Felipe Moura Araújo da Silva	DCT-3B 100%	12 meses
Iracelma Henriques Pereira	DCT-5A 100%	12 meses
Laís Medeiros de Assunção	DCT-6B 100%	12 meses
Márcia Neiva	DCT-3A 100%	12 meses

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Maria Gorett Ferreira Pontes	DCT-6A 100%	2 meses
Maria Katherine Santos de Oliveira	DCT-2A 100%	12 meses
Mayane Pereira de Souza	DCT-5A 100%	12 meses
Orlando Amazonas da Rocha Loureiro Paes	DCT-5A 100%	12 meses
Renan Feitosa Gomes	DCT-5A 100%	12 meses
Sandra Patrícia Zanotto	DCT-2B 100%	12 meses
Simone da Silva	DCT-3A 100%	12 meses

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS FERNANDO PANELLI CESAR

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO INMETRO/SUPERINTENDÊNCIA DE GOIÁS, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe conferem o art. 118 do Anexo da Portaria Inmetro nº 165 de 2 de abril de 2013, publicada no DOU em 4 de abril de 2013 e Portaria nº 168 de 07 de abril de 2016 do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicado no DOU em 8 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas as Verificações Metrológicas referente a mudança de tarifa nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) de Anápolis /GO, no período de 09 de maio a 20 de maio de 2016.

Art. 2º Para as verificações metrológicas os permissionários de táxis ou seus prepostos deverão comparecer ao INMETRO Avenida Daia Qd 8 - s/n lt 3, Anápolis - GO, das 08h 00 min ás 12h 00 min e das 14h 00min ás 18h 00 min, munidos de seus veículos com respectiva documentação, documentos pessoais, CNH, comprovante de residência atualizado, a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à Verificação Metrológica do exercício de 2016, devidamente paga.

Art. 3º A verificação dos taxímetros ocorrerá por ordem de chegada.

Art. 4º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto no prazo estabelecido, só poderá fazê-los no dia 23 a 24 de maio de 2016 impreterivelmente.

Art. 5º O não cumprimento ao disposto no Art. 1º, ou não justificados, sujeitam aos infratores às penalidades na forma da lei.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias.

NEI AUGUSTRO ANDRADE
Substituto

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 47, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.000980/2016-22, de 28 de março de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000644/2016-67, de 28 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa HTM Indústria de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 03.271.206/0001-44, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho eletromédico de terapia por vácuo.	Dermo Crystal

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 768, de 24 de setembro de 2010.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 48, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001087/2016-14, de 04 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000683/2016-64, de 06 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa U-TECH DO BRASIL INDUSTRIA, IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO - EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.153.012/0002-01, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Roteador digital para rede sem fio	Roteador wifi 150; Roteador wifi 300

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 852, de 20 de novembro de 2008.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 49, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001058/2016-52, de 01 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000673/2016-29, de 01 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Serdia Eletronica Industrial Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 80.787.443/0001-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho de uso em veículos automotores para detecção de múltiplas grandezas.	PEA Inercial; PEA Temperatura.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 1355, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 50, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001061/2016-76, de 01 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000674/2016-73-, de 01 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Companytec Automação e Controle Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n° 05.041.647/0001-85, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivo modelo:

PRODUTO	MODELO
Terminal Wireless	TWC01

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 1096, de 07 de dezembro de 2015.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 51, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1o da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001151/2016-67, de 7 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000699/2016-77, de 11 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa CONSTANTA INDUSTRIAL LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.358.783/0001-05, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Placa de circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para aparelho imobilizador e desmobilizador eletrônico e remoto de veículos automotivos.	IMOB M; IMOB R.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 601, de 2 de agosto de 2011.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 52, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.000950/2016-16, de 24 de março de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000695/2016-99, de 8 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa GLOBAL ELETRONICS INDUSTRIA IMPORTACÃO E EXPORTACÃO LTDA - ME, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 13.156.619/0001-31, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Alarme automotivo, baseado em técnica digital.	S-100, S-200, S-300, NOKY, S BLOCK, S BLOCK PRO, MOTO SS, MOTO SI.
Controle remoto digital por radiofrequência (RF), baseado em técnica digital.	CONTROLE UNIVERSAL, CONTROLE PRESENÇA E CANIVETE UNIVERSAL.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 53, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001058/2016-52, de 01 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000673/2016-29, de 01 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Serdia Eletronica Industrial Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 80.787.443/0003-75, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho de uso em veículos automotores para detecção de múltiplas grandezas.	PEA Inercial; PEA Temperatura.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 406, de 12 de junho de 2015.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 54, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.000788/2016-36, de 15 de março de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000583/2016-38, de 15 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa DIMAS DE MELO PIMENTA SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 61.099.008/0036-71, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho para acionamento de máquinas e equipamentos elétricos ou eletrônicos.	TIMEPROG TIME NET

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 120, de 11 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 891, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016 e 01/03/2016, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 17/12/2015 e 21/01/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 64, de 16 de março de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016 e 01/03/2016, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 17/12/2015 e 21/01/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO HERINGER MOTA ANUNCIAÇÃO
Presidente da Comissão
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 58701.003147/2015-29
Proponente: Liga Brasileira de Basquetebol Master
Título: GIBI - Escolas Municipais (Salvador - BA)
Registro: 02SP120212013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 12.580.348/0001-84
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.145.794,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6810 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8407-7
Período de Captação até: 31/12/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.011245/2013-78
Proponente: Associação de Apoio à Criança em Risco
Título: Futebol e Cidadania
Valor aprovado para captação: R$ 857.557,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0717 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 102693-3
Período de Captação até: 31/12/2017
2 - Processo: 58701.004381/2014-92
Proponente: Associação Pro Desenvolvimento de Pilotos Amadores e Profissionais do Automobilismo Gaúcho
Título: Participação do Campeonato Gaúcho de Endurance
Valor aprovado para captação: R$ 451.252,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0628 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 47136-4
Período de Captação até: 24/02/2017
3 - Processo: 58701.007506/2013-55
Proponente: Federação Paraibana de Voleibol
Título: Campeonato Paraibano de Voleibol (Quadra) 2014 - Geração de Talentos
Valor aprovado para captação: R$ 359.977,99
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3204 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32198-2
Período de Captação até: 31/12/2017

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.002696/2016-64

No Diário Oficial da União nº 66, de 7 de abril de 2016, na Seção 1, página 70 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 879/2016, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 4.025.271,60, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 4.170.221,60

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 586, DE 5 DE MAIO DE 2016

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII, do art. 22 da Estrutura Regimental do IBAMA, aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, os incisos VI e VII, do artigo 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 341/MMA de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Superintendente do Ibama no Estado do Pará para firmar, em nome do IBAMA, Acordo de Cooperação Técnica objetivando a cooperação na implantação e operacionalização do Centro de Triagem de Animais Silvestres (processo administrativo 02018.002553/2015-28), conforme as normativas legais vigentes.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARILENE RAMOS

IMPRENSA NACIONAL

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 152, DE 5 DE MAIO DE 2016

Aprova o Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.578, 26 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão específico singular da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o art. 1º, inciso XII e o Anexo XII da Portaria GM/MP nº 220, de 25 de junho de 2014.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria do Patrimônio da União, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação;

II - adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União;

III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

IV - promover o controle, a fiscalização e a manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público;

V - proceder à incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União;

VI - formular, propor, acompanhar e avaliar a política nacional de gestão do patrimônio da União, e os instrumentos necessários à sua implementação;

VII - formular e propor a política de gestão do patrimônio das autarquias e das fundações públicas federais; e

VIII - integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria do Patrimônio da União - SPU tem a seguinte estrutura:

I - Unidade Central - UC:

a) Coordenação-Geral de Gestão Estratégica - CGGES; e

b) Coordenação de Legislação Patrimonial - COLEP:

1. Divisão de Acompanhamento de Processos - DIVAP; e

2. Divisão de Monitoramento e Controle - DIMOC.

c) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTEC:

1. Coordenação de Gestão da Informação, Infraestrutura e Sistemas - COGIS:

1.1. Divisão de Gestão da Informação e Sistemas - DIGIS; e

1.2. Divisão de Infraestrutura em Tecnologia da Informação - DITEC.

d) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI:

1. Coordenação de Orçamento - COORC:

1.1. Divisão de Execução Orçamentária - DIEOR;

2. Coordenação de Finanças - COFIN:

2.1. Divisão de Execução Financeira - DIEFI;

3. Serviço de Programação Orçamentária e Financeira - SEPOF.

e) Coordenação-Geral de Administração - CGADM:

1. Coordenação de Suporte Logístico - COSUL:

1.1. Divisão de Gestão de Contratos - DIGEC;

1.2. Divisão de Gestão de Pessoas - DIPES; e

1.3. Divisão de Capacitação - DICAP;

2. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM.

f) Gabinete - GABIN.

g) Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais - DEREP:

1. Coordenação-Geral de Arrecadação - CGARC:

1.1. Divisão de Planejamento e Controle da Arrecadação - DIPAR;

2. Coordenação-Geral de Cobrança - CGCOB;

2.1. Divisão de Recuperação de Créditos Patrimoniais - DIREC.

h) Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio - DECIP:

1. Coordenação-Geral de Controle de Utilização do Patrimônio - CGCUP:

1.1. Divisão de Controle e Avaliação de Imóveis - DIFIA;

2. Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio - CGIPA:

2.1. Divisão de Demarcação e Cadastramento Territorial - DIDEC;

3. Coordenação-Geral de Incorporação e Regularização Patrimonial - CGIRP:

3.1. Coordenação de Regularização e Registro Cartorial - COREC; e

3.2. Coordenação de Cadastro - COCAD.

i) Departamento de Destinação Patrimonial - DEDES:

1. Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - CGAPF:

1.1. Divisão de Administração de Bens de Uso Especial - DIABE;

2. Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária - CGREF:

2.1. Coordenação de Apoio à Regularização Fundiária e Habitação - COREF:

2.1.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;

3. Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local - CGADL:

3.1. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local 1 - DIADL 1;

3.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local 2 - DIADL 2; e

3.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local 3 - DIADL 3;

4. Coordenação-Geral da Amazônia Legal - CGALE:

4.1. Divisão de Habitação e Regularização Fundiária na Amazônia Legal - DIRAL.

II - Unidades Descentralizadas:

a) Superintendências do Patrimônio da União no Acre - AC, Alagoas - AL, Amapá - AP, Ceará - CE, Distrito Federal - DF, Goiás - GO, Mato Grosso do Sul - MS, Mato Grosso - MT, Paraíba - PB, Piauí - PI, Paraná - PR, Rio Grande do Norte - RN, Rondônia - RO, Roraima - RR, Rio Grande do Sul - RS, Sergipe - SE e Tocantins - TO.

1. Superintendência do Patrimônio da União no Acre - SPU/AC:

1.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

1.2. Divisão de Destinação - DIDES:

1.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

1.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

1.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

1.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

2. Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas - SPU/AL:

2.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

2.2. Divisão de Destinação - DIDES:

2.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

2.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

2.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

2.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

3. Superintendência do Patrimônio da União no Amapá - SPU/AP:

3.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

3.2. Divisão de Destinação - DIDES:

3.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

3.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

3.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;

3.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

4. Superintendência do Patrimônio da União no Ceará - SPU/CE:

4.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

4.2. Divisão de Destinação - DIDES:

4.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

4.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

4.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

4.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

5. Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU/DF:

5.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

5.2. Divisão de Destinação - DIDES:

5.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF; e

5.2.2. Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - SEAPF;

5.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

5.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

5.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

6. Superintendência do Patrimônio da União em Goiás - SPU/GO:

6.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

6.2. Divisão de Destinação - DIDES:

6.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

6.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

6.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

6.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

7. Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul - SPU/MS:

7.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

7.2. Divisão de Destinação - DIDES:

7.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

7.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

7.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

7.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

8. Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso - SPU/MT:

8.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

8.2. Divisão de Destinação - DIDES:

8.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

8.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

8.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

8.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

9. Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba - SPU/PB:

9.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

9.2. Divisão de Destinação - DIDES:

9.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

9.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP;

9.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

9.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

10. Superintendência do Patrimônio da União em Piauí - SPU/PI:

10.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

10.2. Divisão de Destinação - DIDES:

10.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

10.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP;

10.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

10.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;

10.5. Escritório de Unidade Descentralizada - EDESC:

10.5.1. Setor de Atendimento Avançado - SEAAV.

11. Superintendência do Patrimônio da União no Paraná - SPU/PR:

11.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

11.2. Divisão de Destinação - DIDES:

11.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

11.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP;

11.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

11.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

12. Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte - SPU/RN:

12.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

12.2. Divisão de Destinação - DIDES:

12.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

12.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

12.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

12.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

13. Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia - SPU/RO:

13.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

13.2. Divisão de Destinação - DIDES:

13.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

13.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

13.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

13.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

14. Superintendência do Patrimônio da União em Roraima - SPU/RR:

14.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

14.2. Divisão de Destinação - DIDES:

14.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;

14.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP;

14.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

14.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

15. Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul - SPU/RS:

15.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

15.2. Divisão de Destinação - DIDES:

15.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

15.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

15.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

15.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

16. Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe - SPU/SE:

16.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

16.2. Divisão de Destinação - DIDES:

16.2.1. Serviço de Regularização Fundiária - SEREF;

16.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP; e

16.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:

16.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.

17. Superintendência do Patrimônio da União em Tocantins - SPU/TO:

17.1. Coordenação de Gestão Estratégica e Recursos Internos - COGES;

17.2. Divisão de Destinação - DIDES:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17.2.1. Setor de Habitação e Regularização Fundiária - SEHRF;
17.3. Divisão de Caracterização e Incorporação - DICIP;
17.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
17.4.1. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.
b) Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo - ES, Maranhão - MA, Minas Gerais - MG, Pernambuco - PE e Santa Catarina - SC.
1. Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo - SPU/ES:
1.1. Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos - DIGES;
1.2. Coordenação de Destinação - CODES:
1.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
1.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
1.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC; e
1.3.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
1.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
1.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
1.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
2. Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão - SPU/MA:
2.1. Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos - DIGES;
2.2. Coordenação de Destinação - CODES:
2.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
2.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI;
2.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC; e
2.3.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
2.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
2.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
2.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
3. Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais - SPU/MG:
3.1. Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos - DIGES;
3.2. Coordenação de Destinação - CODES:
3.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
3.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI;
3.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC; e
3.3.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
3.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
3.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
3.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU.
4. Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco - SPU/PE:
4.1. Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos - DIGES;
4.2. Coordenação de Destinação - CODES:
4.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
4.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI;
4.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC; e
4.3.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
4.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
4.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
4.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
5. Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC:
5.1. Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos - DIGES;
5.2. Coordenação de Destinação - CODES:
5.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
5.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
5.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC;
5.3.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
5.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
5.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
5.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
c) Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas - AM, Bahia - BA, Pará - PA, Rio de Janeiro - RJ e São Paulo - SP;
1. Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas - SPU/AM:
1.1. Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos - DIGES;
1.2. Coordenação de Destinação - CODES:
1.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
1.2.2. Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - SEAPF; e
1.2.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
1.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
1.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC;
1.3.2. Serviço de Identificação - SEDEN; e
1.3.3. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP;
1.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
1.4.1. Seção de Controle Receitas Patrimoniais - SEREP; e
1.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
2. Superintendência do Patrimônio da União na Bahia - SPU/BA:
2.1. Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos - DIGES;
2.2. Coordenação de Destinação - CODES:
2.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
2.2.2. Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - SEAPF; e
2.2.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
2.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
2.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC;
2.3.2. Serviço de Identificação - SEDEN; e
2.3.3. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP;
2.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
2.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
2.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
3. Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA:
3.1. Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos - DIGES;
3.2. Coordenação de Destinação - CODES:
3.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
3.2.2. Seção de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - SEAPF; e
3.2.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
3.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
3.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC;
3.3.2. Serviço de Identificação - SEDEN; e
3.3.3. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP;
3.4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
3.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
3.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - SPU/RJ:
4.1. Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos - DIGES;
4.2. Coordenação de Destinação - CODES:
4.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH;
4.2.2. Divisão de Administração de Uso de Bens da Administração Pública Federal - DIAPF; e
4.2.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
4.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
4.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC;
4.3.2. Serviço de Identificação - SEDEN; e
4.3.3. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP;
4.4. Coordenação de Receitas Patrimoniais - COREP:
4.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
4.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
5. Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo - SPU/SP:
5.1. Divisão de Gestão Estratégica e de Recursos Internos - DIGES;
5.2. Coordenação de Destinação - CODES:
5.2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Habitação - DIRFH:
5.2.2. Divisão de Administração de Uso de Bens da Administração Pública Federal - DIAPF; e
5.2.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
5.3. Coordenação de Caracterização e Incorporação - COCAI:
5.3.1. Divisão de Incorporação - DIINC;
5.3.2. Serviço de Identificação - SEDEN; e
5.3.3. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP;
5.4. Coordenação de Receitas Patrimoniais - COREP:
5.4.1. Seção de Controle de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
5.4.2. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
5.5. Escritório de Unidade Descentralizada - EDESC:
5.5.1. Setor de Atendimento Avançado - SEAAV.

Art. 3º As Superintendências do Patrimônio da União, subordinadas ao Secretário do Patrimônio da União, exercem suas atribuições nas respectivas unidades da federação.

Art. 4º A Unidade Central desempenhará as funções relativas ao estabelecimento de diretrizes, definição de políticas, planejamento, normatização, coordenação, monitoramento, avaliação e controle da execução.

Art. 5º As Unidades Descentralizadas, subordinadas ao Secretário do Patrimônio da União, desempenharão as funções relativas à execução das políticas de gestão do patrimônio da União, em nível local e regional, de acordo com as diretrizes e orientações da Unidade Central, englobando a programação, execução e prestação de contas à Unidade Central.

Art. 6º A SPU será dirigida pelo Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Superintendências, por Superintendentes; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; e o Gabinete, as Divisões, os Serviços, as Seções, os Setores e os Escritórios de Unidade Descentralizada, por Chefes.

§ 1º Os ocupantes dos cargos previstos no caput deste artigo serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

§ 2º Os Chefes de Seção e de Setor serão servidores designados para ocupar funções gratificadas FG-1 e FG-2, respectivamente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 7º À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União - PNGPU, à gestão estratégica, à prestação de contas e ao atendimento das demandas de órgãos de controle interno e externo;

II - auxiliar e subsidiar a Corregedoria da Secretaria-Executiva do Ministério no tocante à apuração de irregularidades no âmbito da Unidade Central e das Unidades Descentralizadas da SPU, prestando com celeridade as informações e as análises técnicas requisitadas, além do apoio logístico, material e humano necessário para garantir o bom andamento dos trabalhos de investigação;

III - atender, em conjunto com as unidades da SPU, as demandas dos órgãos de controle, incluindo o Relatório de Atividades, a Mensagem Presidencial, o Relatório de Gestão e contribuir para a prestação de contas da Presidência da República;

IV - coordenar a elaboração e monitorar a execução do Planejamento Estratégico, o cumprimento das metas institucionais e realizar a gestão e a avaliação da PNGPU; e

V - coordenar a elaboração da proposta de Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (GIAPU) e demais metas institucionais, no âmbito da gestão estratégica.

Art. 8º À Coordenação de Legislação Patrimonial compete:

I - auxiliar e subsidiar o Gabinete na análise, coordenação e distribuição de processos;

II - elaborar normativos internos;

III - monitorar o controle de processos com implicação legal;

IV - examinar, estudar e propor medidas voltadas à adequação dos atos normativos internos à legislação aplicável ao patrimônio da União; e

V - avaliar a conformidade dos atos relativos a diárias e passagens dos servidores do Gabinete da Secretaria de Patrimônio da União - UC.

Art. 9º À Divisão de Acompanhamento de Processos compete:

I - acompanhar e consolidar as informações processuais, com base nos parâmetros da legislação, e produzir relatórios de situação; e

II - elaborar minutas de manifestação sobre processos, documentos, contratos, termos, acordos ou atos encaminhados pelo Gabinete.

Art. 10. À Divisão de Monitoramento e Controle compete:

I - analisar e distribuir os processos que competem ao Gabinete da Secretaria de Patrimônio da União - UC; e

II - controlar os prazos dos processos encaminhados ao Gabinete da Secretaria de Patrimônio da União - UC.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete, em articulação com a unidade setorial de Tecnologia da Informação do Ministério e no âmbito da SPU:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades referentes à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação - TI;

II - prover os recursos de TI necessários à execução das atividades-fim da SPU;

III - elaborar e implementar diretrizes e estratégias relacionadas às atividades de TI;

IV - deliberar acerca de metodologias, padrões e soluções de TI a serem implantadas na SPU;

V - deliberar sobre investimentos e aquisições em TI; e

VI - elaborar e manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia de Informação - PDTI.

Art. 12. À Coordenação de Gestão da Informação, Infraestrutura e Sistemas compete:

I - identificar e avaliar as necessidades de TI junto às unidades da SPU;

II - gerenciar projetos voltados à evolução tecnológica no âmbito da SPU;

III - gerenciar os serviços de TI em uso no âmbito da SPU; e

IV - avaliar e propor ações, bem como proferir pareceres em geral dentro de sua esfera de atuação.

Art. 13. À Divisão de Gestão da Informação e Sistemas compete:

I - identificar e mapear os fluxos formais de informação nas bases de dados utilizadas na SPU, abrangendo sua coleta, análise, processamento, organização, armazenamento e disseminação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - elaborar, gerenciar e executar projetos de desenvolvimento e manutenção de soluções especialistas de suporte à decisão sob gestão da SPU;

III - acompanhar e fiscalizar contratos e convênios relacionados às soluções mencionadas no inciso II;

IV - avaliar e propor ações, bem como proferir pareceres em geral dentro de sua esfera de atuação;

V - identificar, elaborar, gerenciar e executar projetos de desenvolvimento e manutenção de Sistemas, em apoio às necessidades da SPU;

VI - submeter, quando for o caso, às respectivas Coordenações-Gerais as necessidades de manutenção e evolução dos sistemas corporativos.

Art. 14. À Divisão de Infraestrutura em Tecnologia da Informação compete:

I - planejar e executar a aquisição, gestão e distribuição de recursos de infraestrutura de TI no âmbito da SPU;

II - acompanhar e fiscalizar contratos e convênios de prestação de serviços e aquisição de bens relacionados à infraestrutura de TI; e

III - apoiar a sustentação de soluções informatizadas sob gestão da SPU.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I - planejar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento e de Administração Financeira;

II - coordenar a consolidação da proposta orçamentária anual, em articulação com a Diretoria de Planejamento e Gestão da Secretaria-Executiva - DIPLA/SE;

III - planejar e coordenar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros;

IV - coordenar as estratégias e atividades de programação orçamentária e financeira;

V - coordenar e orientar os atos relativos à execução orçamentária e financeira;

VI - produzir relatórios sobre a execução orçamentária; e

VII - gerenciar os procedimentos de concessão de diárias e passagens em colaboração com as Coordenações-Gerais.

Art. 16. À Coordenação de Orçamento compete:

I - monitorar e avaliar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e de administração financeira;

II - consolidar a proposta orçamentária anual da SPU; e

III - monitorar e avaliar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 17. À Divisão de Execução Orçamentária compete executar atos relativos à execução orçamentária utilizando os sistemas federais de orçamento, de administração financeira, inclusive transferências voluntárias de créditos orçamentários.

Art. 18. À Coordenação de Finanças compete monitorar e avaliar a execução das atividades de programação orçamentária e financeira da SPU e os atos relativos à execução orçamentária e financeira.

Art. 19. À Divisão de Execução Financeira compete executar atos relativos à execução financeira e relacionados com os sistemas federais de administração financeira e transferências voluntárias com repasse financeiro.

Art. 20. Ao Serviço de Programação Orçamentária e Financeira compete executar atividades relacionadas à programação orçamentária e financeira utilizando os sistemas federais de planejamento.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Administração compete, em articulação com a Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva - DIRAD/SE e com a DIPLA/SE:

I - planejar, coordenar, avaliar e controlar as atividades relacionadas a gestão de pessoas, logística, apoio administrativo, documentação e informação, bem como acompanhar as políticas e ações relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais - SISG;

II - supervisionar as atividades de protocolo, bem como fiscalizar e orientar a aplicação das normas pertinentes;

III - orientar e dar suporte às unidades da SPU no tratamento dos documentos arquivísticos;

IV - planejar, coordenar, elaborar e avaliar programa de capacitação para os servidores da SPU;

V - proceder ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na SPU, orientando suas unidades quanto à aplicação da legislação de pessoal, à ética, conduta e conflito de interesses; e

VI - analisar e compilar os dados das apurações dos resultados das metas institucionais e individuais, enviando-os à unidade competente para realização do cálculo final da GIAPU.

Art. 22. À Coordenação de Suporte Logístico compete:

I - elaborar as estratégias e gerenciar as demandas e informações relativas à infraestrutura das unidades da SPU, ressalvada a competência de outras áreas;

II - administrar bens mobiliários;

III - organizar as atividades necessárias à gestão de material permanente e de consumo da unidade central;

IV - orientar e publicar os procedimentos de licitação, os respectivos processos de contratação da SPU para aquisição de produtos e de serviços e o recebimento de bens e a prestação de serviços; e

V - intermediar as relações entre as unidades da DIRAD/SE e da DIPLA/SE e as Superintendências do Patrimônio da União.

Art. 23. À Divisão de Gestão de Contratos compete executar as atividades relativas à licitação, os respectivos processos de contratação da SPU para aquisição de produtos e de serviços e o recebimento de bens e a prestação de serviços.

Art. 24. À Divisão de Gestão de Pessoas compete executar as atividades relativas ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na SPU.

Art. 25. À Divisão de Capacitação compete executar as atividades relativas aos programas de capacitação para os servidores da SPU.

Art. 26. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete executar as atividades relacionadas à logística, apoio administrativo, documentação e informação, protocolo e gerenciamento do acervo documental.

Art. 27. Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário, o Secretário-Adjunto e o Diretor de Programa em suas representações políticas e sociais, incumbindo-se do controle de agenda;

II - coordenar as atividades de assessoramento do Secretário, do Secretário-Adjunto e do Diretor de Programa;

III - preparar os despachos de seu expediente pessoal e agendar e acompanhar pedidos de audiência;

IV - controlar e dirigir as atividades relativas à documentação e às correspondências encaminhadas ao Gabinete, realizar as publicações oficiais da SPU, a expedição e arquivo de despachos e decisões do Secretário, do Secretário-Adjunto e do Diretor de Programa;

V - acompanhar, dirigir e executar a movimentação de documentos e processos de responsabilidade direta do Secretário, do Secretário-Adjunto e do Diretor de Programa no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos;

VI - analisar as propostas de concessão de passagens e diárias oriundas das Coordenações-Gerais vinculadas diretamente ao Secretário;

VII - prestar assessoria direta ao Secretário, ao Secretário-Adjunto e ao Diretor de Programa promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

VIII - planejar, coordenar e executar o plano de comunicação da SPU, sob a supervisão da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/MP, considerando ações de comunicação interna e externa; e

IX - assistir o Secretário do Patrimônio da União e o corpo diretivo da SPU nos assuntos relacionados à imprensa, bem como nas ações de comunicação que utilizem os meios eletrônicos internet e intranet.

Art. 28. Ao Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais compete coordenar, controlar e orientar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Arrecadação compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades de arrecadação das receitas patrimoniais da União;

II - planejar, coordenar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades de concessão de isenções;

III - planejar, coordenar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades de concessão do benefício de isenção por carência;

IV - propor medidas para evitar a decadência dos créditos patrimoniais da União;

V - propor atos normativos afetos à área;

VI - propor e acompanhar as metas de arrecadação de Receitas Patrimoniais;

VII - oferecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária da SPU; e

VIII - planejar, coordenar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas ao atendimento aos usuários do Patrimônio da União.

Art. 30. À Divisão de Planejamento e Controle da Arrecadação compete executar as atividades relacionadas à operacionalização da arrecadação das receitas patrimoniais.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Cobrança compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades de cobrança administrativa das receitas patrimoniais da União;

II - propor atos normativos afetos à área;

III - oferecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária da SPU;

IV - propor medidas para evitar a prescrição dos créditos patrimoniais da União;

V - propor e acompanhar as metas de cobranças de Receitas Patrimoniais;

VI - gerir processo de emissão de certidões financeiras;

VII - planejar, coordenar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades de transferências de imóveis patrimoniais; e

VIII - propor diretrizes, coordenar e acompanhar as ações necessárias ao encaminhamento de créditos inadimplidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda - PGFN para inscrição na Dívida Ativa da União.

Art. 32. À Divisão de Recuperação de Créditos Patrimoniais compete executar as atividades relacionadas ao processo de cobrança administrativa das receitas patrimoniais da União.

Art. 33. Ao Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União e à incorporação imobiliária ao Patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, por dação em pagamento, doação, usucapião, administrativa, e de imóveis oriundos da extinção de órgãos da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Parágrafo único. Compete, ainda, ao Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio o levantamento e a verificação no próprio local dos imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas.

Art. 34. À Coordenação-Geral de Controle de Utilização do Patrimônio compete:

I - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de fiscalização e avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse;

II - implementar planos, propor normas, procedimentos e metodologias de execução e controle da fiscalização e avaliação de imóveis;

III - planejar, coordenar e monitorar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União;

IV - orientar e monitorar a atualização da Planta de Valores Genéricos; e

V - planejar, coordenar e controlar o atendimento das cláusulas contratuais dos imóveis destinados.

Art. 35. À Divisão de Controle e Avaliação de Imóveis compete executar as atividades relacionadas à gestão das ações de fiscalização e avaliação dos imóveis da União.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio compete:

I - coordenar, monitorar e avaliar as atividades de identificação, demarcação, cadastramento físico-territorial e levantamento, em campo, de imóveis da União;

II - catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática;

III - coordenar e monitorar o Plano Nacional de Caracterização;

IV - monitorar a elaboração da base cartográfica da SPU;

V - gerenciar o banco de dados espacial de imóveis da União;

VI - orientar o cadastramento físico-territorial;

VII - orientar, acompanhar e monitorar os processos demarcatórios das Linhas de Preamar Média - LPM e das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias - LMEO;

VIII - orientar e monitorar a análise dos dados de vocação dos bens da União;

IX - monitorar a integração das bases literais com o banco de dados espacial; e

X - auxiliar na identificação da estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e destinações.

Art. 37. À Divisão de Demarcação e Cadastramento Territorial compete executar as atividades relacionadas à cartografia, demarcação e cadastramento de imóveis de propriedade da União e auxiliar a Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio na gestão de suas competências.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Incorporação e Regularização Patrimonial compete:

I - coordenar, controlar e orientar as atividades de aquisição, registro e regularização cartoriais voltadas à incorporação de imóveis ao patrimônio da União;

II - propor normativos e orientações técnicas sobre procedimentos de incorporação relacionados à aquisição, ao registro e à regularização cartoriais dos imóveis da União;

III - articular-se com outros órgãos e instituições visando a melhor integração dos mecanismos voltados ao registro e à regularização cartoriais dos bens imóveis da União com os sistemas oficiais de registros públicos;

IV - planejar e orientar as ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à regularização patrimonial e incorporação de imóveis da União, quando necessárias;

V - orientar a lavratura, com força de escritura pública, dos contratos e títulos de aquisição de imóveis pela União, bem como as providências, conforme o caso, de registros e averbações junto aos cartórios competentes;

VI - orientar e monitorar as unidades da SPU na aquisição de bens imóveis;

VII - orientar a inserção das informações mínimas ao cadastramento dos imóveis da União no sistema corporativo e abertura do Registro Imobiliário Patrimonial - RIP, propiciando seu controle;

VIII - coordenar as ações de qualificação das informações cadastrais de bens da União no sistema corporativo, zelando pelo lançamento e manutenção adequados de dados referentes à unidade imóvel;

IX - propor metodologias e normativos visando o aprimoramento dos dados cadastrais relativos aos imóveis da União;

X - planejar, coordenar e monitorar as ações de depuração da base de dados e de redução de inconsistências cadastrais no que tange à unidade imóvel presente no sistema corporativo; e

XI - articular-se com os demais Departamentos da SPU para o fornecimento e aperfeiçoamento das informações cadastrais de competência das respectivas áreas.

Art. 39. À Coordenação de Regularização e Registro Cartorial compete executar as atividades de incorporação relacionadas à gestão da regularização documental e cartorial dos imóveis da União.

Art. 40. À Coordenação de Cadastro compete gerenciar o cadastro dos imóveis da União, mantendo-o atualizado quanto às atividades de incorporação, destinação, avaliação e receita patrimonial.

Art. 41. Ao Departamento de Destinação Patrimonial compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização fundiária, à normatização de uso e à análise vocacional dos imóveis da União.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal compete:

I - propor diretrizes, critérios e prioridades para a destinação de imóveis para uso da administração;

II - planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à destinação e administração dos imóveis de uso especial da União;

III - estabelecer critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - orientar a declaração de áreas de domínio ou de posse da União como de interesse do serviço público para uso da administração;

V - planejar, coordenar e controlar a destinação, administração e recebimento dos imóveis funcionais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores federais, no âmbito do Poder Executivo federal, excluídos os imóveis administrados pela Presidência da República, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério da Defesa e pelos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica;

VI - elaborar normativos, fluxos e orientações às Superintendências de modo a alcançar os objetivos estabelecidos;

VII - analisar os recursos administrativos inerentes aos processos de destinação de competência desta Coordenação-Geral; e

VIII - apresentar subsídios para elaboração de informações gerenciais e em atendimento aos órgãos de controle nas matérias de sua competência.

Art. 43. À Divisão de Administração de Bens de Uso Especial compete auxiliar a Coordenação-Geral no planejamento, coordenação e controle da administração e destinação dos imóveis de uso especial da União.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária compete, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, excetuados os da Amazônia Legal:

I - propor diretrizes, critérios e prioridades para a destinação de imóveis para regularização fundiária e habitação de interesse social;

II - elaborar normativos, conjuntamente com a CGALE, fluxos e orientações às Superintendências;

III - planejar e coordenar os processos de destinação para regularização fundiária e habitação de interesse social;

IV - orientar a declaração de áreas de domínio ou de posse da União como de interesse do serviço público para regularização fundiária e habitação de interesse social;

V - analisar os recursos administrativos inerentes aos processos de destinação de competência desta Coordenação-Geral;

VI - planejar, coordenar e propor ações necessárias para regularização fundiária com vistas ao acesso de territórios para comunidades tradicionais; e

VII - apresentar subsídios para elaboração de informações gerenciais e em atendimento aos órgãos de controle nas matérias de sua competência.

Art. 45. À Coordenação de Apoio à Regularização Fundiária e Habitação compete controlar as atividades de destinação de imóveis da União voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social nos Estados e Distrito Federal, excetuados os Estados da Amazônia Legal.

Art. 46. À Divisão de Regularização Fundiária e Habitação compete auxiliar a Coordenação no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social nos Estados e Distrito Federal, excetuados os Estados da Amazônia Legal.

Art. 47. À Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local compete:

I - propor diretrizes, critérios e prioridades para a destinação de imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional;

II - coordenar, controlar e orientar, em articulação com as superintendências envolvidas, o desenvolvimento das ações e projetos de apoio ao desenvolvimento local;

III - orientar a declaração de áreas de domínio ou de posse da União como de interesse do serviço público em apoio ao desenvolvimento local;

IV - elaborar normativos, fluxos e orientações às Superintendências de modo a alcançar os objetivos estabelecidos;

V - analisar os recursos administrativos inerentes aos processos de destinação de competência desta Coordenação-Geral;

VI - apresentar subsídios para elaboração de informações gerenciais e em atendimento aos órgãos de controle nas matérias de sua competência; e

VII - promover o planejamento integrado para o ordenamento territorial das orlas marítimas e fluviais em áreas da União.

Art. 48. Às Divisões de Apoio ao Desenvolvimento Local (DADL 1, DADL 2 e DADL 3) compete coordenar e controlar as atividades de destinação de imóveis da União, voltados às ações de apoio ao desenvolvimento local.

Art. 49. À Coordenação-Geral da Amazônia Legal compete:

I - planejar, coordenar e controlar os processos de destinação de imóveis da União voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal;

II - propor os critérios para a destinação de imóveis da União à regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal;

III - planejar, coordenar e propor ações necessárias para regularização fundiária com vistas ao acesso de territórios para comunidades tradicionais;

IV - instruir os processos de regularização fundiária das áreas inalienáveis da União e de entrega das áreas aos órgãos federais; e

V - elaborar normativos, fluxos e orientações às Superintendências de modo a alcançar os objetivos estabelecidos.

Art. 50. À Divisão de Habitação e Regularização Fundiária na Amazônia Legal compete auxiliar no planejamento, coordenação e controle dos processos de destinação de imóveis da União voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal.

Art. 51. Aos Departamentos, subordinados diretamente ao Secretário, compete ainda, na sua área de atuação:

I - coordenar e controlar o trabalho das unidades descentralizadas;

II - propor a fixação de critérios, métodos, normas, procedimentos, padrões e instrumentos operacionais, acompanhando a respectiva implantação;

III - aprovar as regras de negócio atinentes aos sistemas corporativos da SPU, propostas pelas Coordenações-Gerais; e

IV - propor ações de cooperação com outros órgãos e entidades da Administração Pública federal e dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como com Estados, Distrito Federal e Municípios, além de organizações privadas, sociedade civil e órgãos ou entidades vinculadas a pessoas jurídicas de Direito Internacional que atuem ou contribuam para gestão do patrimônio público.

Art. 52. Às Coordenações-Gerais, subordinadas diretamente à SPU e aos Departamentos, compete ainda, na sua área de atuação:

I - propor e gerir as regras de negócio atinentes aos sistemas corporativos da SPU, inclusive analisar e propor as manutenções e evoluções necessárias;

II - avaliar continuamente a qualidade e confiabilidade dos dados, informações e funcionalidades dos sistemas corporativos da SPU, comunicando à CGTEC acerca de problemas e inconsistências eventualmente identificadas;

III - sugerir critérios de guarda dos documentos, títulos e processos;

IV - coligir os elementos necessários à informação dos procedimentos administrativos ou judiciais destinados à defesa dos interesses da União;

V - coordenar projetos estratégicos;

VI - apoiar a gestão dos contratos de prestação de serviços;

VII - analisar a necessidade, apoiar a elaboração e formalizar projetos básicos de aquisição de equipamentos, softwares e prestação de serviços;

VIII - consolidar as informações gerenciais da área no Relatório de Atividades;

IX - avaliar continuamente a qualidade e confiabilidade dos dados, informações e funcionalidades dos sistemas corporativos afetos à área;

X - analisar e propor junto à respectiva chefia as manutenções e evoluções dos sistemas corporativos da SPU; e

XI - prestar atendimento e dirimir dúvidas junto aos usuários das Superintendências quanto ao uso e operacionalização dos sistemas corporativos no que lhe compete.

Art. 53. Às Superintendências do Patrimônio da União compete:

I - programar e executar as ações de identificação, cadastramento, avaliação e fiscalização do patrimônio da União, com as diretrizes da Unidade Central, executando os seguintes processos:

a) delimitação de áreas de domínio ou posse da União;

b) demarcação da Linha do Preamar Médio - LPM e da Linha Média das Enchentes Ordinárias - LMEO;

c) demarcação de terras interiores;

d) cadastramento de imóveis da União;

e) discriminação de áreas da União;

f) elaboração e homologação de laudos de avaliação e de Plantas de Valores Genéricos;

g) homologação de laudos de avaliação;

h) reivindicação de domínio;

i) reintegração de posse;

j) controle e fiscalização de imóveis de posse e domínio da União; e

k) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

II - programar e executar as ações de incorporação de imóveis ao patrimônio da União, de modo coerente com o planejamento da Unidade Central, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos:

a) aquisição de imóveis por compra e venda, dação em pagamento, doação e usucapião administrativa;

b) remessa ou retirada de imóveis da União a fundo de natureza contábil ou orçamentária;

c) incorporação de imóveis advindos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, e de liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;

d) regularidade documental e dominial dos bens, inclusive junto ao registro de imóveis;

e) levantamento e verificação in loco dos imóveis sob incorporação;

f) cessão provisória; e

g) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU.

III - programar e executar as ações de destinação de imóveis do patrimônio da União, de modo coerente com o planejamento da Unidade Central, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos:

a) entrega e ratificação, quando for o caso;

b) cessão de uso, gratuita, onerosa ou em condições especiais;

c) cessão provisória;

d) locação;

e) arrendamento;

f) concessão de direito real de uso - CDRU;

g) concessão de uso especial para fins de moradia - CUEM;

h) termo de autorização de uso sustentável - TAUS;

i) autorização de uso

j) autorização de obras;

k) inscrição de ocupação;

l) permissão de uso;

m) aforamento, gratuito ou oneroso, sua revigoração ou sua extinção, incluindo a remição;

n) transferência de domínio pleno de bens imóveis rurais da União ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para utilização em projetos de reforma agrária;

o) coordenar as atividades e propor áreas com aptidão para provisão habitacional para atendimento das demandas do GTE - Grupo de Trabalho Estadual de Apoio à Provisão de Habitação de Interesse Social;

p) racionalidade de uso; e

q) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU.

IV - executar as ações de cobrança e arrecadação de receitas patrimoniais, de modo coerente com o planejamento e normatização da Unidade Central e em conformidade com a legislação pertinente;

V - programar e gerir os recursos humanos e logísticos sob sua responsabilidade, com apoio da Unidade Central e das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF e/ou das Superintendências de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SAMP, segundo as normas aplicáveis, por meio dos seguintes processos:

a) apoio à realização de contratações para aquisição de bens ou prestação de serviços e os respectivos recebimentos;

b) organização dos arquivos documentais;

c) organização do serviço de protocolo e registro de documentos;

d) administração da unidade de atendimento ao público;

e) realização da programação orçamentária da Superintendência;

f) execução das operações financeiras da Superintendência;

g) manutenção de controles sintético e analítico de bens mobiliários;

h) identificação e demanda de concessão de diárias e passagens; e

i) identificação de necessidades de capacitação dos servidores.

VI - elaborar relatório sobre o cumprimento de metas para concessão de Gratificação de Incremento à Atividade da Administração do Patrimônio da União - GIAPU;

VII - consolidar as informações gerenciais da Superintendência no Relatório de Atividades;

VIII - acompanhar e consolidar as informações para atendimento das auditorias, diligências, monitoramentos e expedientes oriundos dos órgãos de controle e da Unidade Central;

IX - prestar informação no interesse de promoção da defesa da União em processos administrativos e judiciais;

X - coordenar o cumprimento de ordens e decisões judiciais;

XI - exercer outras atividades necessárias ao desempenho da gestão local de recursos humanos, físicos e logísticos;

XII - prestar contas da gestão de recursos internos realizada;

XIII - gerenciar, coordenar e executar projetos, conforme as normas aplicáveis e segundo as competências específicas da Superintendência, nas áreas de logística, arquivo e gestão de pessoas;

XIV - registrar e atualizar as respectivas informações nas bases de dados da SPU;

XV - informar a área competente da Unidade Central da programação e resultados das ações de caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança;

XVI - gerir projetos de abrangência local ou regional para a realização de caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança;

XVII - estabelecer acordos ou convênio com autoridades locais para o desempenho conjunto de atividades operacionais relacionadas à caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança, nos termos da legislação vigente, informando à Unidade Central;

XVIII - operacionalizar as oficinas, atividades e eventos organizados pelas áreas da Unidade Central;

XIX - informar à Advocacia-Geral da União - AGU na defesa dos interesses da União, no âmbito de processos administrativos ou judiciais, que envolvam o patrimônio da União, bem como atender às solicitações, requisições e recomendações do Ministério Público, informando à Coordenação de Legislação Patrimonial da sua ocorrência;

XX - prestar informações para atendimento das demandas de órgãos de controle, informando à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da ocorrência;

XXI - participar das redes de gestão e de tomada de decisão estabelecidas pela Unidade Central; e

XXII - executar as ações delegadas pelo Secretário do Patrimônio da União, mantida a possibilidade de avocação de processos e projetos.

Art. 54. Às Coordenações, Divisões, Serviços, Seções e Setores localizados nas Unidades Descentralizadas compete:

I - no que concerne à Gestão Estratégica:

a) propor, consolidar e informar à Unidade Central indicadores e metas institucionais, no âmbito da gestão estratégica;

b) apoiar a implantação e coordenar redes de gestão colaborativa de valor estratégico para a Superintendência;

c) promover, acompanhar e consolidar, em conjunto com as unidades da Superintendência, o atendimento das demandas dos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e de controle;

d) assistir o Superintendente em suas representações políticas e sociais;

e) coordenar as atividades de assessoramento ao Superintendente;

f) prestar assessoria direta ao Superintendente promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério dele, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

g) apoiar a formulação, acompanhar a implantação e avaliar os resultados da PNGPU, por meio do seguinte processo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. planejamento e gestão:

1.1. organizar e difundir informações e instrumentos para o planejamento, a gestão e a avaliação da PNGPU;

1.2. apoiar o processo decisório estratégico por meio da organização, moderação, registro e divulgação das reuniões de planejamento das instâncias participativas;

1.3. promover, em conjunto com as demais unidades da Superintendência, a implantação de prática contínua de análise e planejamento estratégicos;

1.4. auxiliar na identificação de sinais de mudança, de oportunidades, de riscos e de estratégias emergentes;

1.5. elaborar, com base no Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão;

i) apoiar tecnicamente a gestão de projetos de natureza estratégica para a execução da PNGPU.

II - no que concerne a Recursos Internos:

a) apoio administrativo: executar as atividades relacionadas à logística, à documentação e informação, ao protocolo e ao gerenciamento do acervo documental;

b) controlar e dirigir as atividades relativas à documentação e às correspondências encaminhadas à Superintendência, às publicações oficiais, e expedição e arquivo de correspondências, despachos e decisões do Superintendente;

c) acompanhar, dirigir e executar a movimentação de documentos e processos de responsabilidade da Superintendência no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos;

d) planejar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento e de Administração Financeira;

e) planejar e coordenar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros;

f) monitorar as atividades de programação orçamentária e financeira da SPU;

g) orientar os atos relativos à execução orçamentária e financeira da SPU;

h) gerenciar os procedimentos de concessão de diárias e passagens em colaboração com as demais áreas;

i) planejar, coordenar, avaliar e controlar as atividades relacionadas à logística, ao apoio administrativo, à documentação e à informação, bem como acompanhar as políticas e ações relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais - SISG;

j) supervisionar as atividades de protocolo, bem como fiscalizar e orientar a aplicação das normas pertinentes;

k) orientar e dar suporte às unidades da Superintendência no tratamento dos documentos arquivísticos;

l) propor e avaliar programa de capacitação para os servidores da Superintendência;

m) proceder ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na Superintendência, orientando suas unidades quanto à aplicação da legislação de pessoal;

n) prestar orientação técnica quanto à execução das atividades relacionadas ao pagamento da GIAPU;

o) centralizar as demandas e informações relativas à infraestrutura das unidades da Superintendência, ressalvada a competência de outras áreas;

p) administrar bens mobiliários;

q) organizar as atividades necessárias à gestão de material permanente e de consumo da Superintendência; e

r) gerenciar e fiscalizar os recursos de TI sob sua responsabilidade.

III - no que concerne à Incorporação de Imóveis:

a) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra, dação em pagamento, doação e usucapião administrativa;

b) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União de imóveis oriundos da extinção de órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;

c) coordenar as atividades de transferência de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União para composição de fundos legais ou para integrar o patrimônio de outros órgãos;

d) planejar, coordenar e controlar as atividades de recebimento dos imóveis a serem incorporados;

e) propiciar o controle das informações mínimas ao cadastramento do imóvel no sistema corporativo;

f) orientar e providenciar a abertura do RIP;

g) orientar e controlar as unidades da SPU na aquisição de bens imóveis; e

h) planejar e coordenar, controlar e executar as atividades de regularização documental e cartorial dos imóveis a serem incorporados ao patrimônio da União, bem como dos já incorporados, por meio do seguinte processo:

1. regularização patrimonial:

1.1. levantar e verificar in loco os imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas;

1.2. planejar e coordenar as ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à incorporação de imóveis ao patrimônio da União; e

1.3. coordenar e monitorar ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União.

IV - no que concerne às Receitas Patrimoniais:

a) coordenar e controlar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais, por meio dos seguintes processos:

1. arrecadação:

1.1. lançamento de créditos patrimoniais;

1.2. arrecadação de receitas patrimoniais;

1.3. emissão e acompanhamento do documento de arrecadação;

1.4. acompanhamento de metas de arrecadação; e

1.5. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU.

2. cobrança:

2.1. análise e controle da concessão do benefício de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, por carência, referentes a imóveis de propriedade da União;

2.2. inscrição e baixa de devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;

2.3. encaminhamento de créditos inadimplidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda - PGFN/MF, para inscrição na Dívida Ativa da União;

2.4. tratamento dos créditos não alocados aos respectivos débitos;

2.5. acompanhamento de metas de cobrança; e

2.6. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU.

3. atendimento ao público:

3.1. prestar informações, explicações e orientações sobre serviços a serem prestados ao cidadão, procedimentos, legislação, projetos e demais informações que podem auxiliar na resolução de demandas dos usuários do patrimônio da União;

3.2. fornecer formulários e entregar certidões;

3.3. prestar informações relativas a processos e documentos em tramitação na SPU;

3.4. protocolar documentos e solicitações encaminhadas pelos usuários;

3.5. prestar o atendimento telefônico;

3.6. providenciar o agendamento de reuniões entre os cidadãos e as unidades técnicas quando as informações não puderem ser fornecidas no âmbito dos atendentes; e

3.7. providenciar o necessário agendamento de reuniões junto às unidades técnicas quando as informações não puderem ser fornecidas no âmbito dos atendentes; e

3.8. proceder à correção e alteração de dados nos sistemas da SPU, de acordo com sua alçada.

V - no que concerne à Caracterização do Patrimônio:

a) coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União, por meio dos seguintes processos:

1. identificação do patrimônio:

1.1. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades de identificação (demarcação), cadastramento e levantamento, em campo, de imóveis de domínio da União;

1.2. catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática;

1.3. executar, monitorar e avaliar o Programa de Certificação Cadastral;

1.4. implementar as ações de sistematização para atualizar as informações cadastrais, bem como o banco de dados espacial relativo aos imóveis da União;

1.5. executar os relatórios das comissões encarregadas das demarcações das Linhas de Preamar Média - LPM e das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias - LMEO;

1.6. analisar os dados de vocação de áreas;

1.7. executar o levantamento de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico-territorial;

1.8. propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Destinação Patrimonial;

1.9. estudar e propor metodologia para integração das bases literais com o banco de dados espacial, visando à implantação de um sistema de informação geográfica/geoprocessamento;

1.10. propor metodologias de aprimoramento e atualização da base cadastral de imóveis da União;

1.11. estabelecer critérios para o compartilhamento de informações cadastrais; e

1.12. propor estudos sobre a estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e destinações;

2. controle de utilização do patrimônio:

2.1. programar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis da União; programar e executar as atividades de avaliação dos bens imóveis da União ou de seu interesse;

2.2. implementar metodologias de execução, de controle e de programação de fiscalização de imóveis, conforme diretrizes emanadas pela Unidade Central;

2.3. propor normas e procedimentos para ações de fiscalização e avaliação de imóveis da União;

2.4. coordenar a identificação dos imóveis da União que não cumprem a função socioambiental;

2.5. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União; e

2.6. elaborar o relatório preliminar e relatório final anual da Planta de Valores Genéricos;

2.7. elaborar plano anual de fiscalização de territórios e imóveis da União;

2.8. atualizar o valor dos imóveis da União e a Planta de Valores Genéricos na base de dados da SPU; e

2.9. fiscalizar o cumprimento dos encargos presentes nos contratos e termos de destinação de imóveis.

VI - no que concerne à Destinação Patrimonial:

a) propor a destinação de imóveis observados os critérios estabelecidos pelo departamento;

b) instruir e finalizar os processos de destinação de imóveis em consonância com os normativos e fluxos estabelecidos pelo departamento;

c) representar a SPU na Comissão Técnica Estadual e na Coordenação Estadual do Projeto Orla;

d) apoiar as atividades do GT Estadual de Apoio à Provisão de Habitação de Interesse Social;

e) programar, executar e controlar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização e à análise vocacional dos imóveis da União por meio dos seguintes processos:

1. Habitação e Regularização Fundiária:

1.1. propor a destinação de imóveis observados os critérios estabelecidos pelo departamento;

1.2. instruir e finalizar os processos de destinação de imóveis em consonância com os normativos e fluxos estabelecidos pelo departamento;

1.3. executar e controlar os processos de destinação voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social;

1.4. elaborar e lavrar, com força de escritura pública, os contratos de destinação de imóveis para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social, bem como providenciar, registros e averbações junto aos cartórios competentes;

1.5. elaborar relatórios quadrimestrais sobre as ações e processos de regularização fundiária e provisão habitacional;

1.6. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, urbanos e rurais, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social; e

1.7. propor e instruir os processos para declaração de áreas da União como de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social.

2. Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal:

2.1. propor a destinação de imóveis observados os critérios estabelecidos pelo departamento;

2.2. instruir e finalizar os processos de destinação de imóveis em consonância com os normativos e fluxos estabelecidos pelo departamento;

2.3. implementar os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União;

2.4. propor e instruir os processos para declaração de áreas da União como de interesse do serviço público para uso da administração;

2.5. executar e controlar os processos de destinação voltadas à administração, conservação e manutenção dos imóveis de uso especial da União;

2.6. executar e controlar as atividades relativas à cessão de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal indireta;

2.7. executar e controlar as atividades relativas à entrega de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal direta;

2.8. elaborar e lavrar, com força de escritura pública, os contratos de destinação de imóveis para fins de uso da Administração, bem como providenciar registros e averbações junto aos cartórios competentes; e

2.9. elaborar relatórios quadrimestrais sobre as ações de destinação de imóveis de uso especial da União.

3. Apoio ao Desenvolvimento Local:

3.1. propor a destinação de imóveis observados os critérios estabelecidos pelo departamento;

3.2. instruir e finalizar os processos de destinação de imóveis em consonância com os normativos e fluxos estabelecidos pelo departamento;

3.3. executar e controlar os processos de destinação voltadas ao desenvolvimento local;

3.4. elaborar e lavrar, com força de escritura pública, os contratos de destinação de imóveis para fins de apoio ao desenvolvimento local, bem como providenciar registros e averbações junto aos cartórios competentes;

3.5. elaborar relatórios quadrimestrais sobre as ações e processos de destinação de imóveis;

3.6. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, urbanos e rurais, voltados ao desenvolvimento local; e

3.7. propor e instruir os processos para declaração de áreas de domínio e de posse da União como de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social.

VII - no que concerne ao Escritório de Unidade Descentralizada: planejar, programar, coordenar, executar, monitorar e controlar as atividades descentralizadas, de acordo com as determinações e orientações da Superintendência do Patrimônio da União.

Art. 55. Especificamente para a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, na área de destinação patrimonial, compete ainda:

I - planejar, coordenar e controlar a administração dos imóveis residenciais funcionais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores federais, no âmbito do Poder Executivo federal, excluídos os imóveis que compõem as reservas técnicas da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica; e

II - planejar, coordenar e controlar a entrega, cessão, permuta e o recebimento de imóveis funcionais destinados a outros órgãos da Administração Pública federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 56. Ao Secretário do Patrimônio da União incumbe:

I - formular, executar e monitorar a PNGPU em consonância com as diretrizes governamentais;

II - planejar, coordenar e controlar as atividades da SPU;

III - autorizar a aquisição de imóveis para incorporação ao patrimônio da União, nas diversas modalidades;

IV - efetuar a entrega de imóveis para a Administração Pública federal;

V - conceder a Autorização de Uso de que trata o art. 1º da Portaria SPU nº 100, de 3 de junho de 2009, e o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, de que trata o art. 1º da Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010;

VI - homologar a Planta de Valores Genéricos;

VII - homologar os laudos de avaliação;

VIII - fixar o valor locativo e venal dos imóveis da União;

IX - efetuar a indicação e retirada de imóveis do Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC, previsto no art. 6º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007;

X - assinar os termos de transferência de imóveis não-operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA;

XI - realizar a gestão da carteira imobiliária da extinta RFFSA, notadamente para as seguintes atividades, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

a) representação da União nos procedimentos de registros cartoriais;

b) substituição dos contratos de promessa de compra e venda e de cessão de direitos por instrumentos definitivos, observando-se a legislação vigente;

c) substituição dos contratos de utilização de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA por termos de entrega ou contratos de cessão de uso, mantendo-se as condições originalmente pactuadas, quando não colidirem com os interesses da União ou com as normas vigentes;

d) renegociação prevista no art. 28 da Lei nº 11.483, de 2007, observados os critérios previstos na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nas normas vigentes à época da celebração dos contratos, quando for o caso, assim como os critérios e prioridades definidas em grupo de trabalho instituído em portaria específica;

e) assinatura do documento de quitação de dívidas e dos saldos devedores.

XII - promover a discriminação administrativa das terras na faixa de fronteira e de outras terras da União;

XIII - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

XIV - aprovar propostas e assinar contratos, convênios, ajustes, acordos de cooperação, termos e outros instrumentos similares de interesse da SPU, inclusive os que envolvam repasse de recursos;

XV - definir os projetos estratégicos de interesse da SPU em consonância com as ações prioritárias do Governo federal;

XVI - aprovar e providenciar a publicação dos normativos internos;

XVII - examinar e decidir em última instância os recursos administrativos interpostos contra os atos de competência da SPU;

XVIII - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas técnicas;

XIX - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

XX - propor programas de capacitação de servidores da SPU;

XXI - aprovar metas, planos anuais e plurianuais de trabalho;

XXII - praticar e controlar os atos de administração financeira e orçamentária relativos aos recursos destinados à SPU ou sob a sua supervisão;

XXIII - executar as competências que lhe sejam delegadas;

XXIV - delegar ou subdelegar competências que lhe são afetas que não tenham caráter exclusivo, normativo ou decisório de recursos administrativos;

XXV - avocar, a seu critério, as competências de subordinados, bem como quaisquer processos em trâmite nas Superintendências;

XXVI - instalar ou extinguir escritórios de unidades descentralizadas de apoio às Superintendências do Patrimônio da União, no âmbito de suas respectivas jurisdições, nas localidades onde seja preciso, em função da necessidade do serviço; e

XXVII - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. Quando da execução do disposto no inciso XXVI, no caso de instalação de escritório de unidade descentralizada de apoio às Superintendências do Patrimônio da União, deverá constar no ato normativo a denominação e as competências que serão atribuídas ao referido escritório e ainda a Função Gratificada correspondente à denominação e às competências.

Art. 57. Ao Secretário-Adjunto do Patrimônio da União incumbe:

I - assistir o Secretário no cumprimento de suas atribuições;

II - coordenar projetos e ações específicas que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

III - coordenar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Coordenações-Gerais subordinadas diretamente ao Secretário;

IV - promover a articulação entre as unidades descentralizadas, em específico com as Coordenações-Gerais subordinadas diretamente ao Secretário; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 58. Ao Diretor de Programa incumbe:

I - coordenar programas e projetos especiais que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 59. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - organizar e preparar as matérias a serem submetidas ao Secretário, ao Secretário-Adjunto e ao Diretor de Programa;

II - auxiliar o Secretário na distribuição dos expedientes endereçados ao Gabinete;

III - organizar e controlar o fluxo de contatos pessoais do Secretário, do Secretário-Adjunto e do Diretor de Programa;

IV - prestar assistência ao Secretário, ao Secretário-Adjunto e ao Diretor de Programa;

V - coordenar os trabalhos dos assessores do Secretário;

VI - providenciar, analisar e articular, com as demais unidades da SPU e do Ministério, informações de interesse do Secretário;

VII - coordenar as atividades administrativas e de apoio operacional afetas ao Gabinete;

VIII - coordenar projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

IX - homologar férias e propor os deslocamentos no País dos servidores lotados no Gabinete da SPU; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 60. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - dirigir, promover e dar suporte institucional ao planejamento, coordenação e controle dos atos e processos relativos à sua área de atuação;

II - coordenar as atividades das Coordenações-Gerais subordinadas;

III - assistir o Secretário, o Secretário-Adjunto e o Diretor de Programa nos assuntos de sua área de atuação;

IV - formalizar e encaminhar ao Secretário, ao Secretário-Adjunto e ao Diretor de Programa os critérios, diretrizes e prioridades que condicionam o funcionamento de sua área;

V - formalizar e encaminhar sugestões de aprimoramento de métodos, normas, procedimentos, padrões e instrumentos operacionais e sistemas relacionados à sua área de competência, que apresentem inconsistência;

VI - garantir a eficiência e agilidade do atendimento das demandas apresentadas a sua área;

VII - atender às demandas do Gabinete;

VIII - aprovar as propostas de concessão de passagens e diárias do Departamento e oriundas das Superintendências para a consecução dos serviços afetos à sua área de atuação;

IX - homologar as férias dos servidores que lhes sejam subordinados;

X - propor, nos termos da legislação vigente, a interrupção de férias dos servidores que lhes sejam subordinados;

XI - propor o deslocamento no País de servidores que lhe sejam subordinados;

XII - encaminhar os projetos básicos de aquisição de equipamentos, softwares e prestação de serviços para apoio de atividades correlatas a sua área; e

XIII - aprovar a proposta orçamentária pertinente ao Departamento, bem como acompanhar a gestão orçamentária respectiva, em colaboração à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

Art. 61. Aos Assessores incumbe:

I - assistir o Secretário, o Secretário-Adjunto, o Diretor de Programa e o Chefe de Gabinete no preparo do expediente pessoal e da pauta de despachos do Secretário do Patrimônio da União;

II - acompanhar a tramitação, no âmbito da Secretaria, das solicitações sobre matérias legislativas e adotar ações para o cumprimento dos prazos legais;

III - assessorar e acompanhar a execução de programas e projetos especiais, bem como ações específicas que lhes forem cometidas pelo Secretário, Secretário-Adjunto, Diretor de Programa ou pelo Chefe de Gabinete;

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 62. Aos Coordenadores-Gerais incumbe, na sua área de atuação:

I - orientar, organizar, distribuir, acompanhar e controlar as atividades da área;

II - assistir o Diretor de Departamento, o Diretor de Programa, o Secretário-Adjunto e o Secretário, no que lhe competir;

III - coordenar as atividades das Coordenações, Divisões e Serviços a ele subordinados;

IV - consolidar e encaminhar ao Diretor, quando a este subordinado, ao Secretário e ao Secretário-Adjunto e Diretor de Programa os critérios, diretrizes e prioridades da área;

V - formalizar os projetos básicos de aquisição de equipamentos, softwares e prestação de serviços para apoio das suas atividades;

VI - aprovar as propostas de concessão de passagens e diárias da Coordenação-Geral;

VII - elaborar respostas à necessária defesa da União nos processos administrativos e judiciais, informando à Coordenação de Legislação Patrimonial quando da sua ocorrência, bem como no que se refere aos órgãos de controle, informando à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da sua ocorrência; e

VIII - prestar subsídios ao Diretor correspondente para a elaboração e acompanhamento da proposta orçamentária e da ação orçamentária, quando houver, em colaboração com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

Art. 63. Aos Coordenadores, chefes de Divisão, Serviço, Seção e Setor, incumbe executar, sob a supervisão da chefia imediata, as atividades pertinentes à sua área de atuação.

Art. 64. Aos Superintendentes incumbe:

I - programar as ações de identificação, cadastramento, avaliação, incorporação, registro, destinação, fiscalização, cobrança, arrecadação de receitas, organização de recursos humanos e logísticos sob sua responsabilidade, de modo coerente com o planejamento e normatização da Unidade Central;

II - aprovar propostas, assinar acordos ou termos de cooperação técnica que não envolvam repasse de recurso sobre o patrimônio da União em seus respectivos Estados, organizando, documentando e arquivando as informações e documentos arregimentados;

III - conceder e autorizar a transferência de aforamento;

IV - declarar a extinção dos aforamentos em conformidade com a legislação vigente;

V - apreciar e decidir sobre a revigoração de aforamento;

VI - providenciar o desmembramento de áreas da União, inclusive aquelas submetidas ao regime enfitêutico;

VII - promover a inscrição de ocupação, sua transferência e cancelamento, observada a legislação vigente;

VIII - lavrar os termos de incorporação e providenciar os respectivos registros dos bens imóveis;

IX - lavrar e firmar os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessões, concessões, autorizações, permissões e demais atos relativos a imóveis da União, bem como providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

X - promover a inscrição dos contribuintes inadimplentes no CADIN;

XI - acompanhar e promover as ações de arrecadação e cobrança administrativa;

XII - encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional os créditos patrimoniais vencidos e não pagos para inscrição na Dívida Ativa da União;

XIII - expedir certidões e fornecer cópias de plantas e documentos na forma da legislação vigente;

XIV - realizar os atos de ordenamento de despesas e de administração financeira dos recursos orçamentários e financeiros relacionados às atividades da Superintendência e que lhes sejam provisionados;

XV - autorizar, no âmbito das atividades da Superintendência e quando admitido, a abertura de licitação, aprovando os respectivos termos de referência e projetos básicos, bem como promover a nomeação de comissões de licitação e a homologação de seus resultados, cujo objeto seja pertinente à atividade-fim da SPU;

XVI - homologar as férias dos servidores lotados nas Superintendências e propor a interrupção de férias nos termos da legislação vigente;

XVII - propor a nomeação, designação e dispensa dos servidores titulares de funções de confiança e substitutos eventuais;

XVIII - acompanhar e controlar as atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais e logísticos da Superintendência;

XIX - autorizar os deslocamentos a serviço dos servidores que lhes sejam subordinados;

XX - submeter ao Secretário a programação anual com as propostas de deslocamentos com pagamento de diárias e passagens em conformidade com a atividade a ser desenvolvida;

XXI - promover, para fins de elaboração do Relatório de Atividades, Relatório de Gestão e fornecimento de subsídios para o Balanço Geral da União, o controle dos atos praticados no âmbito da respectiva Superintendência;

XXII - propor planos de trabalho à Unidade Central;

XXIII - coordenar ações de manutenção, depuração e atualização de cadastros;

XXIV - manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos, títulos e processos de competência da Superintendência; e

XXV - receber a documentação referente aos imóveis sucedidos pela União por extinção de entidade pública federal.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. O Secretário poderá criar conselhos, comitês e grupos de trabalho no âmbito das Unidades Central e Descentralizadas, com a finalidade de assessorar a tomada de decisão.

Art. 66. Serão de responsabilidade da SPU o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, inclusive as cobranças de saldos financeiros residuais, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 67. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário do Patrimônio da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 395, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM/MP nº 56, art. 1º, III, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de fevereiro de 2016, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CONAB notificar no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CONAB no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o art. 2º desta Portaria.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CONAB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
172.705.452-00	FERNANDO VASQUES DA SILVA CASTRO	05200.001207/2012-19
167.533.053-00	JOSE PAZ BARBOSA	03000.006607/2008-57
445.320.169-91	LAUDEMI FRAGA	05200.000421/2014-10
363.951.967-15	SONIA MARIA VIDAL VALENTE	04500.019132/2009-71

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SE/MP nº 355, de 27 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 80, Seção 1, página 99, de 28 de abril de 2016, que Fixa as Metas Globais de Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, onde se lê "... META: Avaliar as políticas públicas da Administração Pública Federal expressas nos programas do Plano Plurianual, Meta prevista 6% ...", leia-se "...META: Avaliar as políticas públicas da Administração Pública Federal expressas nos programas do Plano Plurianual, Meta prevista 6 ..."

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 16, DE 5 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST considerando o disposto no art.1º, inciso I e § 4º do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/MP nº 250, de 23 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal da Empresa de Planejamento e Logística - EPL em 143 vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal da EPL, ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por aposentadoria por invalidez, os efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados que estão cedidos a outros órgãos, os empregados requisitados de outros órgãos, os empregados reintegrados e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

Art. 3º Fica a empresa autorizada a gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que seja observado o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogado o quadro de pessoal da EPL aprovado por meio da Portaria DEST/SE-MP nº 17, de 22.12.2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO BARELLA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 55, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 82, de 11 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO FRANCO

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

	Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
24000	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	0	0	0	0	0	16.000.000	16.000.000
26000	Min. da Educação	0	0	0	0	0	52.100.000	52.100.000
30000	Min. da Justiça	0	0	0	0	0	20.600.000	20.600.000
36000	Min. da Saúde	0	0	0	0	0	15.000.000	15.000.000
53000	Min. da Integração Nacional	0	0	0	0	0	16.900.000	16.900.000
57000	Min. das Mulheres, da I. Racial, da Juv. e dos Dir. Humanos	0	0	0	0	0	10.400.000	10.400.000
		0	0	0	0	0	131.000.000	131.000.000

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

	Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
35000	Ministério das Relações Exteriores	0	0	0	0	0	2.000.000	2.000.000
52000	Ministério da Defesa	0	0	0	0	0	91.000.000	91.000.000
71000	Encargos Financeiros da União	0	0	0	0	0	38.000.000	38.000.000
		0	0	0	0	0	131.000.000	131.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 77, DE 2 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, § 3°, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o Processo nº 04972.000128/2008-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, dos imóveis de propriedade da União, classificados como nacional interior, situados às Ruas Catarina Hostert, Angela Maria Hostert e Antonio Moser, no loteamento Jardim Primavera, naquele Município, conforme Matrículas nºs 6964, 1683, 9593, 4965, 582-A, 591-A, 1073, 1916, 6960, 5491, 6168, 3298, 3235, 6720, 6721, 6722, 6723 e 5490, e parte de uma porção maior da matrícula nº 6166 (Partindo do ponto 106, deste segue-se por linha seca com uma distância de 19,32 m e o azimute de 184°00'24" até o ponto 103, deste segue-se por linha seca com uma distância de 15,00 m e o azimute de 274°00'24" até o ponto 104, deste segue-se por linha seca com uma distância de 18,89 m e o azimute de 4°00'24" até o ponto 107, deste segue-se por linha seca com uma distância de 15,00 m e o azimute de 92°17'28" até o ponto 106, ponto inicial. Área de 288,76 m²); parte de uma área a maior da matrícula nº 6167 (Partindo do ponto 107, deste segue-se por linha seca com uma distância de 18,89 m e azimute de 184°00'24" até o ponto 104, deste segue-se por linha seca com uma distância de 16,50 m e o azimute de 274°00'24" até o ponto 105, deste segue-se por linha seca com uma distância de 18,47 m e o azimute de 4°00'24" até o ponto 37, deste segue-se por linha seca com uma distância de 16,50 m e o azimute de 92°17'28" até o ponto 107, ponto inicial. Área de 301,58 m²); parte de uma área a maior da matrícula nº 1715 (Partindo do ponto 106; desse segue por linha seca com o azimute de 92°16'44" e a distância de 182,42 m até o ponto 59; desse segue por linha seca com o azimute de 94°41'27" e a distância de 46,61 m até o ponto 58; desse segue por linha seca com o azimute de 183°56'16" e a distância de 29,49 m até o ponto 33; desse segue por linha seca com o azimute de 268°23'29" e a distância de 201,13 m até o ponto 34; desse segue por linha seca com o azimute de 4°00'24" e a distância de 43,32 m até o ponto 106; início da descrição do perímetro. Área de 7.183,79 m²) e parte de uma área a maior da matrícula nº 9830 (Partindo-se do ponto 60, deste segue-se por linha seca com uma distância de 54,37 m e o azimute de 92°17'28" até o ponto 40, deste segue-se por linha seca com uma distância de 65,66 m e o azimute de 184°00'24" até o ponto 45, deste segue-se por linha seca com uma distância de 57,34 m e o azimute de 263°31'48" até o ponto 46, deste segue-se por linha seca com uma distância de 60,44 m e o azimute de 3°53'51" até o ponto 60, ponto inicial. Área de 4.221,19 m²), ambas do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar/SC. Área total de 19.191,44 m², cadastrado no SPIUnet, sob o RIP nº 8117 00011.500-7.

Art. 2º A doação com encargo a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de interesse social e desenvolvimento local, em área urbana consolidada, no âmbito do Programa de Ação de Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades, beneficiando 41 famílias de baixa renda.

Art. 3º É fixado o prazo até 3l de dezembro de 2017 para que o donatário conclua o projeto de implantação, licenças pertinentes e titulação dos lotes em nome dos beneficiários.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput é prorrogável por sucessivos períodos de 2 (dois) anos a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 4º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas dos lotes das áreas descritas e caracterizadas no art. 1º aos beneficiários deste projeto, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;

II - nos contratos de transferência, dispor sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

III - priorizar a titulação dos lotes em nome da mulher, conforme art. 58, § 2º, da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Art. 5º Os encargos de que tratam os artigos 2º e 4º serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o respectivo imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao respectivo imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

Ministério do Trabalho e Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 521, DE 4 DE MAIO DE 2016

Substitui os Anexos I e II da Portaria n.º 488, de 23 de novembro de 2005, referentes à Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana (GRCSU).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e o disposto nos arts. 588 a 591 e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

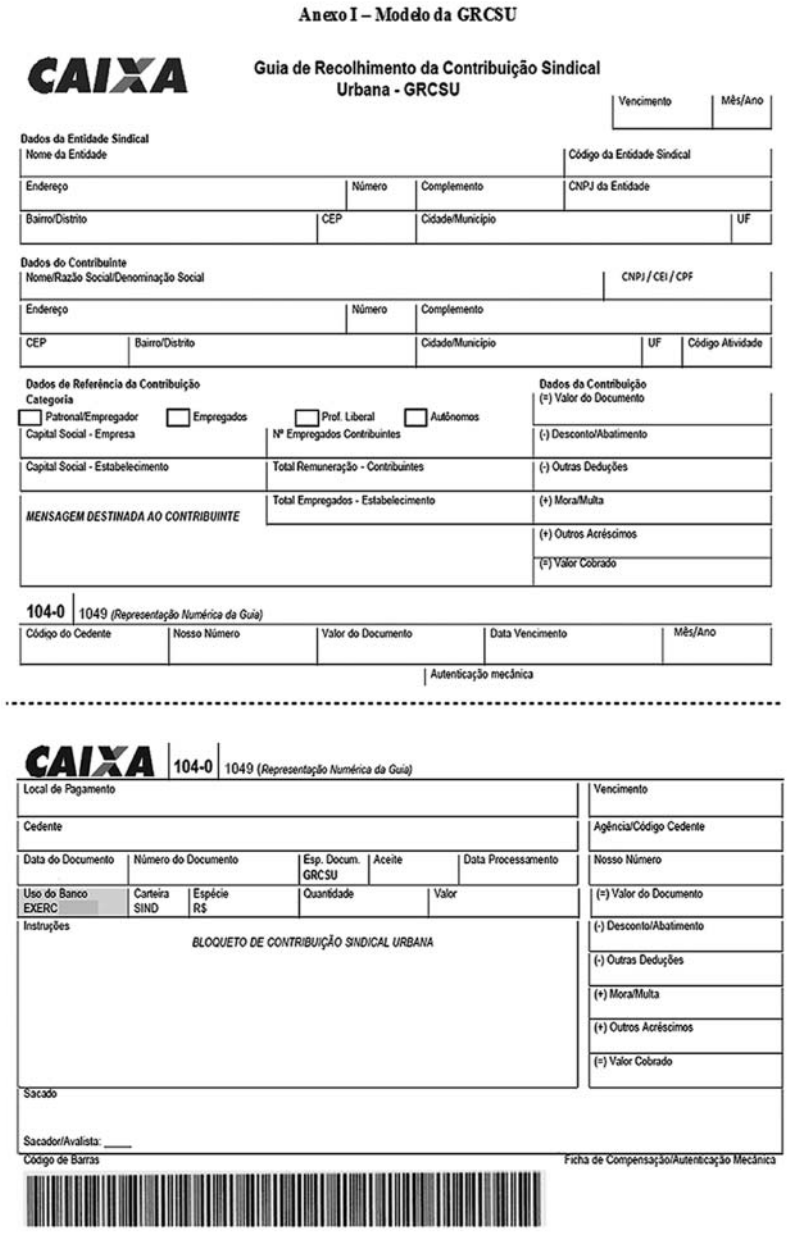
Art. 1º Substituir os Anexos I e II da Portaria n.º 488, de 23 de novembro de 2005, pelos constantes nesta Portaria, que deverão ser utilizados de forma obrigatória a partir de 1º de novembro de 2016.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal encaminhará ao MTPS, em arquivo digital e na periodicidade a ser definida pela Secretaria de Relações do Trabalho, todas as informações constantes nos códigos de barras das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana quitadas na rede bancária nacional, assim como as referentes ao código sindical completo e ao valor da cota parte creditado à Conta Especial Emprego e Salário relativos a cada GRCSU.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

Anexo I – Modelo da GRCSU


CAIXA

Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU

Vencimento | Mês/Ano

Dados da Entidade Sindical
Nome da Entidade | Código da Entidade Sindical
Endereço | Número | Complemento | CNPJ da Entidade
Bairro/Distrito | CEP | Cidade/Município | UF

Dados do Contribuinte
Nome/Razão Social/Denominação Social | CNPJ / CEI / CPF
Endereço | Número | Complemento
CEP | Bairro/Distrito | Cidade/Município | UF | Código Atividade

Dados de Referência da Contribuição
Categoria
☐ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos
Capital Social - Empresa | Nº Empregados Contribuintes
Capital Social - Estabelecimento | Total Remuneração - Contribuintes
Total Empregados - Estabelecimento
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição
(=) Valor do Documento
(-) Desconto/Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora/Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

104-0 1049 (Representação Numérica da Guia)
Código do Cedente | Nosso Número | Valor do Documento | Data Vencimento | Mês/Ano
Autenticação mecânica

CAIXA 104-0 1049 (Representação Numérica da Guia)
Local de Pagamento | Vencimento
Cedente | Agência/Código Cedente
Data do Documento | Número do Documento | Esp. Docum. GRCSU | Aceite | Data Processamento | Nosso Número
Uso do Banco EXERC | Carteira SIND | Espécie R$ | Quantidade | Valor | (=) Valor do Documento
Instruções
BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA
(-) Desconto/Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora/Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado
Sacado
Sacador/Avalista: ____
Código de Barras | Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica

ANEXO II
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1ª VIA - CONTRIBUINTE
DADOS VENCIMENTO DA GUIA

CAMPO	DESCRIÇÃO
Vencimento	Informar a data de vencimento da guia no formato DD/MM/AAAA. No caso de recolhimento fora do prazo legal, a data de vencimento deve ser compatível com os encargos calculados conforme o art. 600 da CLT.
Mês/Ano	Informar o mês e o ano a que se refere a competência de recolhimento da contribuição sindical, no formato MM/AAAA.

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

CAMPO	DESCRIÇÃO
Nome da entidade	Informar o nome da entidade sindical beneficiária da contribuição. Se não existir sindicato, federação ou confederação representativa da categoria, o campo deve ser preenchido com a indicação: "Conta Especial Emprego e Salário - Ministério do Trabalho e Emprego".
Código da entidade sindical	Neste campo deve constar o código da entidade sindical completo, de acordo com o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Se o depósito for para a "Conta Especial Emprego e Salário - Ministério do Trabalho e Emprego", o código será, obrigatoriamente, 999.000.000.00000-3.
Endereço	Informar o tipo (rua, avenida, praça, etc.) e o nome do logradouro onde se localiza a entidade sindical.
Número	Informar o número do endereço da entidade sindical.
Complemento	Informar os complementos do endereço da entidade sindical (andar, sala, etc.), se houver.

EXEMPLAR DE ASSINANTE D

CNPJ da entidade	Neste campo deve constar o CNPJ da entidade sindical, de acordo com o cadastro da Receita Federal. No caso de recolhimento para a "Conta Especial Emprego e Salário", este campo não será preenchido.
Bairro/Distrito	Informar o Bairro ou Distrito do endereço da entidade sindical.
CEP	Informar o código de endereçamento postal da localidade onde se situa a entidade sindical, de acordo com a tabela da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.
Cidade/Município	Informar o município onde está localizada a entidade sindical.
U.F.	Informar a sigla da Unidade da Federação onde está localizada a entidade sindical.

DADOS DO CONTRIBUINTE

CAMPO	DESCRIÇÃO
Nome/Razão Social/ Denominação Social	Informar a razão social ou denominação social do estabelecimento ou o nome do contribuinte no caso de profissional liberal ou autônomo.
CPF/CNPJ/CEI	Informar o CPF (no caso de Profissional Liberal ou Autônomo), ou o CNPJ do estabelecimento. Não havendo CPF ou CNPJ, será utilizada a matrícula CEI do INSS.
Endereço	Informar o tipo (rua, avenida, praça, etc.) e o nome do logradouro onde se localiza o endereço do contribuinte.
Número	Informar o número do endereço do contribuinte.
Complemento	Informar os complementos do endereço do contribuinte (andar, sala, etc.), se houver.
CEP	Informar o código de endereçamento postal da localidade, de acordo com a tabela da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.
Bairro/Distrito	Informar o Bairro ou o Distrito do endereço do contribuinte.
Cidade/Município	Informar o nome do município onde está localizado o contribuinte.
U.F.	Informar a sigla da Unidade da Federação onde está localizado o endereço do Contribuinte.
Código Atividade	Informar a CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas do contribuinte, conforme resolução do IBGE.

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

CAMPO	DESCRIÇÃO
Categoria	Informar a categoria a qual o Contribuinte pertence: Patronal ou Empregador, Empregados, Profissional Liberal ou Autônomo. Para as categorias "avulsos" e "categoria diferenciada" informar que o contribuinte pertence à categoria Autônomo. Para a categoria "servidores públicos" informar que o contribuinte pertence à categoria Empregados.
Capital Social - empresa	Preencher este campo para as categorias Patronal/Empregador, ou Profissional Liberal e Autônomo organizados em empresa e com capital social registrado. Se a entidade ou instituição não estiver obrigada ao registro do capital social, deverá informar o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do montante do movimento econômico referente ao exercício imediatamente anterior ao do pagamento da contribuição. Movimento econômico é a receita bruta demonstrada n a conta de resultado do exercício referente ao último levantamento. Se todos os estabelecimentos da empresa estiverem localizados na mesma base territorial da entidade representativa da atividade econômica, será informado o capital social ou o montante correspondente a 40% (quarenta por cento) do movimento econômico total da empresa. Se apenas alguns estabelecimentos estiverem situados na mesma base territorial sindical da matriz, será informado o capital social ou o percentual do movimento econômico proporcional à matriz e a estes estabelecimentos.
Capital Social - estabelecimento	Preencher este campo para as categorias Patronal/Empregador, ou Profissional Liberal e Autônomo organizados em empresa e com capital social registrado. Se a entidade ou instituição não estiver obrigada ao registro do capital social, deverá informar o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do montante do movimento econômico referente ao exercício imediatamente anterior ao do pagamento da contribuição. Deve ser informado o capital social ou o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do montante do movimento econômico do estabelecimento, quando este estiver localizado em base territorial de entidade sindical diversa da representativa do estabelecimento principal da empresa, bem como quando a empresa realizar diversas atividades econômicas sem que nenhuma delas seja preponderante, nos termos do artigo 581 da CLT.
Nº empregados - contribuintes	Preencher este campo para a categoria Empregados. Corresponde ao número de empregados do estabelecimento que estão contribuindo para a entidade sindical.
Total remuneração - contribuintes	Preencher este campo para a categoria Empregados. Corresponde à soma da remuneração dos empregados do estabelecimento que estão contribuindo para a entidade sindical.
Total empregados - estabelecimento	Preencher este campo para a categoria Empregados. Corresponde ao número total de empregados do estabelecimento, independentemente de estarem contribuindo para a entidade sindical.
Mensagem destinada ao contribuinte	Este campo pode ser utilizado pela entidade sindical para inserir mensagens para o Contribuinte.
Valor do documento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido com o valor nominal da Contribuição Sindical.
Desconto/Abatimento	Este campo será preenchido pelo banco recebedor, quando da existência de desconto/abatimento descrito no campo de instruções do documento.
Outras Deduções	Este campo será preenchido pelo banco recebedor, quando da existência de outras deduções descritas no campo de instruções do documento.
Mora/Multa	Este campo será preenchido pela CAIXA, quando do pagamento em atraso e conforme o campo de instruções do documento.
Outros Acréscimos	Este campo será preenchido pela CAIXA, quando do pagamento em atraso e conforme o campo de instruções do documento.
Valor Cobrado	Até o vencimento, esse campo será preenchido pelo banco recebedor, representando o resultado do campo valor do documento deduzido, conforme o caso, dos campos desconto/abatimento e outras deduções. Após o vencimento, este campo será preenchido pela CAIXA, representando o resultado da soma dos campos valor do documento, mora/multa, outros acréscimos e das subtrações dos campos desconto/abatimento e outras deduções.

2ª VIA DOCUMENTOS DO BANCO

Os dados relativos à via do banco devem corresponder aos dados da via do contribuinte

CAMPO	DESCRIÇÃO
Local de pagamento	A mensagem é fixa e será definida pela CAIXA. No caso de preenchimento pela gráfica, a entidade deverá procurar a Agência da CAIXA para tomar conhecimento dos parâmetros adotados.
Cedente	Este campo será preenchido automaticamente quando do preenchimento dos campos correspondentes da 1a. via do documento/via do contribuinte, quando utilizado aplicativo para a emissão da guia e ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido no formato 0000/000.000.000.00000-DV.
Data do documento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido no formato DD/MM/AAAA.
Nº do documento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido com seqüencial criado para identificar as guias.
Espécie de Documento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve conter a expressão "GRCSU", que significa Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana.
Aceite	Não informar, deixar em branco.
Data de Processamento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve conter a data da geração da guia no formato DD/MM/AAAA.
Uso do banco	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve conter o ano exercício, no formato EXERC AAAA.
Carteira	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve conter a expressão "SIND".
Espécie	Este campo será preenchido automaticamente quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido com o símbolo "R$" (real).
Quantidade	Não informar, deixar em branco.
Valor	Não informar, deixar em branco.
Instruções	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br), sendo informado, neste campo, a denominação "Bloqueto de Contribuição Sindical Urbana" e as instruções de recebimento da guia, com a informação de Multa e Juros de Mora, de acordo com artigo 600 da CLT. No caso de utilização de gráficas para emissão das guias, o campo deve ser preenchido com as referidas informações.
Sacado	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, neste campo devem ser informados o nome e o endereço do Contribuinte.
Sacador/Avalista	Não informar, deixar em branco.
Vencimento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTE (www.mte.gov.br). Caso o recolhimento ocorra fora do prazo legal, a data de vencimento deve ser compatível com os encargos calculados conforme o art. 600 da CLT. No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido no formato DD/MM/AAAA.
Agência/Código cedente	Informar o Código da Agência onde a Entidade Sindical possui conta corrente na CAIXA e o código sindical completo da Entidade (15 posições) formatado da seguinte maneira: 0000/000.000.000.00000-DV. Quando a guia for emitida pelo *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br), esta informação será preenchida automaticamente.
Nosso número	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de gráficas para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido com o CPF/CNPJ/CEI. Em caso de CNPJ, não informar o DV.
Valor do documento	Este campo será preenchido automaticamente, quando utilizado o aplicativo para a emissão da guia e/ou por meio do *site* da CAIXA (www.caixa.gov.br) ou do MTPS (www.mtps.gov.br). No caso de utilização de Gráficas, para a emissão das guias, este campo deve ser preenchido com o valor nominal da Contribuição Sindical.
Desconto/Abatimento	Este campo será preenchido pelo banco recebedor, quando da existência de desconto/abatimento descrito no campo de instruções do documento.
Outras Deduções	Este campo será preenchido pelo banco recebedor, quando da existência de outras deduções descritas no campo de instruções do documento.
Mora/Multa	Este campo será preenchido pela CAIXA, quando do pagamento em atraso e conforme o campo de instruções do documento.
Outros acréscimos	Este campo será preenchido pela CAIXA, quando do pagamento em atraso e conforme o campo de instruções do documento.
Valor Cobrado	Até o vencimento, esse campo será preenchido pelo banco recebedor, representando o resultado do campo valor do documento, deduzido, conforme o caso, dos campos desconto/abatimento e outras deduções. Após o vencimento, este campo será preenchido pela CAIXA, representando o resultado da soma dos campos valor do documento, mora/multa, outros acréscimos e das subtrações dos campos desconto/abatimento e outras deduções.
Representação numérica da Guia	Representação numérica do código de barras, no padrão definido pela FEBRABAN, sendo as informações constantes no campo livre da barra definidas pela CAIXA.
Código de Barras	Padrão definido pela FEBRABAN, sendo as informações constantes no campo livre da barra definidas e disponibilizadas pela CAIXA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 527, DE 5 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a condição de regime instituidor para a aplicação, no plano jurídico interno, de acordos internacionais de previdência social que contenham cláusula convencional que alcance a legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista a condição de Autoridade Competente de que tratam os acordos internacionais sobre matéria previdenciária ratificados pela República Federativa do Brasil, resolve:

Art. 1º Será observado o disposto nesta Portaria para a definição da condição de regime instituidor quando da aplicação, no plano jurídico interno, dos acordos internacionais de previdência social ratificados pelo Brasil e respectivos ajustes administrativos, cujo campo de aplicação material contenha cláusula convencional que alcance a legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º Na aplicação do acordo internacional de previdência social, quando a pessoa interessada estiver vinculada ao sistema previdenciário de Estado Acordante à época do requerimento e comprovar tempo anterior de filiação a RPPS, o Regime Geral de Previdência Social - RGPS será considerado regime instituidor, em consonância com o § 6º do art. 3º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, no que concerne à parcela proporcional da prestação brasileira do benefício a ser concedido por totalização.

§ 1º Na situação prevista no caput, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS exigirá do RPPS de origem, para fins de contagem recíproca do tempo de contribuição e posterior compensação financeira, a Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, relativa ao tempo de vínculo no RPPS que venha a ser considerado período de seguro válido nos termos do acordo internacional de previdência social.

§ 2º Aplicar-se-á o disposto neste artigo inclusive quando a pessoa interessada nunca tiver mantido filiação ao RGPS.

Art. 3º O RPPS será considerado regime instituidor apenas quando, no momento da aplicação do acordo internacional de previdência social, a pessoa interessada mantiver vínculo atual com o RPPS, na condição de servidor público titular de cargo efetivo.

§ 1º O INSS manterá a condição de organismo de ligação na hipótese de que trata o caput, para fins de aplicação do acordo internacional de previdência social.

§ 2º O formulário de ligação encaminhado pelo INSS ao RPPS, cujo período de seguro tenha sido validado pelo organismo de ligação do Estado Acordante, será considerado documento hábil para fins de registro no RPPS, cálculo da prestação teórica e da prestação proporcional do benefício a ser concedido por totalização.

§ 3º Se o servidor vinculado a RPPS requerer, para fins de aplicação de acordo internacional, além do cômputo do período de seguro cumprido no Estado Acordante, a contagem recíproca de tempo de contribuição para o RGPS ou outro RPPS, como regimes de origem, esse tempo nacional, mediante a expedição de CTC, será passível de compensação previdenciária nos termos da Lei nº 9.796, de 1999.

Art. 4º A Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS editará os atos normativos necessários ao cumprimento do disposto nesta Portaria, sendo competente para dirimir os casos omissos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

PORTARIA Nº 528, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, considerando a autorização contida na Portaria Interministerial nº 260, de 16 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 136, em 17 de julho de 2013, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003, e suas alterações posteriores, resolve:

Prorrogar por um ano, a partir de 24 de junho de 2016, o prazo de validade do processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado de profissionais de nível superior e de nível médio para desempenhar atividades no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema da Previdência Social - PROPREV - Segunda Fase.

MIGUEL ROSSETTO

PORTARIA Nº 537, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com base no disposto no § 1º do art. 10 do Decreto nº 6.493, de 30 de junho de 2008, resolve

Art. 1º Aprovar o indicador Idade Média do Acervo IMAGDASS, para fins de apuração da parcela institucional da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS.

§ 1º O indicador IMA-GDASS consiste na Idade Média do Acervo, expurgados os motivos de pendências dos processos de benefícios que não são de responsabilidade exclusiva dos servidores da Carreira do Seguro Social.

§ 2º O IMA-GDASS das Gerências Executivas será extraído do grupo de indicadores do Sistema Único de Informações de Benefícios - SUIBE e tem como base de cálculo a média de benefícios em análise nas Agências da Previdência Social de sua jurisdição, com códigos de unidades orgânicas ativas.

Art. 2º Fixar como meta de desempenho institucional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para o décimo quinto ciclo de avaliação de maio a outubro/2016, o resultado de até 67 (sessenta e sete dias) para o indicador de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A apuração da parcela institucional da GDASS será feita da seguinte forma:

I - IMA-GDASS apurado no final do ciclo de avaliação igual ou menor que a meta, a parcela institucional será igual a oitenta pontos;

II - IMA-GDASS apurado no final do ciclo de avaliação maior que a meta, a parcela institucional será identificada pela dedução dos dias que excederam o cumprimento da meta da pontuação total da parcela.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

PORTARIA Nº 538, DE 5 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de abril de 2016, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.121,34 (um mil cento e vinte e um Reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 5 de maio de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0135/2016 de 02/05/2016, 0137/2016 de 03/05/2016 e 0138/2016 de 04/05/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039003678201646 Empresa: CTS EVENTIM BRASIL SISTEMAS E SERVICOS DE INGRESSOS LTDA. Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: Steven Frank Ferrero Passaporte: GJ121308 Mãe: Elizabet Angela Ferrero Pai: Mario Alberto Ferrero; Processo: 47039003818201686 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: PATRICK EARL MARCHE II Passaporte: 801123681 Mãe: VALERIE DIANA MARCHE Pai: PATRICK EARL MARCHE.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039001388201668 Empresa: ETHIOPIAN AIRLINES ENTERPRISE Prazo: até 30/06/2019 Estrangeiro: Girum Abebe Hayleselase Passaporte: EP3013824 Mãe: Aselefech Tadesse Pai: Abebe H/Selassie; Processo: 47039002179201631 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SOPHIE ANNE DOMINIQUE MARIE GAUTHIER DELMOTTE Passaporte: 15DH41886 Mãe: ANNE MARIE ROUX Pai: JEAN XAVIER MARIE BERNARD GAUTHIER; Processo: 47039002944201613 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT PIETTE Passaporte: QI492940 Mãe: PAULINE PIETTE Pai: LIONEL PIETTE; Processo: 47039003130201604 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BANG LIU Passaporte: E52087202 Mãe: JIN XIA SUN Pai: XIAN CHAO LIU; Processo: 47039003133201630 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADALBERTO JOSE TORREALBA CONTRERAS Passaporte: 095470496 Mãe: GRACIELA DEL ROSARIO CONTRERAS BELANDRIA Pai: ADALBERTO DE JESÚS TORREALBA MEJIAS; Processo: 47039003143201675 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIN MARIE RAFFERTY Passaporte: 439870768 Mãe: MARY STEVENS Pai: MICHAEL RAFFERTY; Processo: 47039003146201617 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIP GABRIEL JESSUP ALTMAN Passaporte: 452079468 Mãe: ALEXANDRA JESSUP ALTMAN Pai: WILLIAM HENRY FURNESS ALTMAN; Processo: 47039003157201699 Empresa: TRUSTED PORTAL DE INFORMACOES SOBRE O COMERCIO ELETRONICO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA ALEJANDRA YACOVODONATO GIMENEZ Passaporte: 051793458 Mãe: PAULA BELINDA GIMENEZ VILLALOBOS Pai: PASCUAL YACOVODONATO; Processo: 47039003167201624 Empresa: KIMBERLY - CLARK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Shruti Aryal Passaporte: 06886970 Mãe: Ambika Upadhyaya Pai: Dinesh Prasad Upadhyaya; Processo: 47039003181201628 Empresa: MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS EDUARDO MIRANDA SCHVAM Passaporte: 132006305 Mãe: Sara Schvam Miranda Pai: Julio Eduardo Miranda Charry; Processo: 47039003184201661 Empresa: MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANKLIN ALBERTO APARCEDO AVENDANKE Passaporte: 062172275 Mãe: Gladys Avendanke de Aparcedo Pai: Manuel Antonio Aparcedo; Processo: 47039003187201603 Empresa: MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN ANTONIO CAZORLA VALDIVIA Passaporte: 061371183 Mãe: Trinidad Valdivia Fernandez de Cazorla Pai: Jose Cazorla Romero; Processo: 47039003202201613 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENYANG LIU Passaporte: G22751926 Mãe: QITUAN LI Pai: MINGAN LIU; Processo: 47039003204201602 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIE XU Passaporte: G56828378 Mãe: XIAOXIANG JIANG Pai: PING XU; Processo: 47039003209201627 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO JORGE PEDRAS MARTINS Passaporte: M637371 Mãe: Celestina Maria Gago Pedras Pai: Augusto Bento da Encarnação Martins; Processo: 47039003212201641 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VÍTOR MANUEL RODRIGUES NUNES Passaporte: P066385 Mãe: Maria Rosa Rodrigues Pai: Manuel Nunes Borba; Processo: 47039003049201616 Empresa: CURTUME TOINZINHO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAEDONG KIM Passaporte: M10789334 Mãe: SANGSOON HAN Pai: DOOHAN KIM; Processo: 47039003140201631 Empresa: MICROSOFT INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Joao Traquete Albuquerque e Castro Passaporte: M023511 Mãe: Maria Manuela Rosado Traquete Albuquerque e Castro Pai: Joao Antonio da Costa Cabral Albuquerque e Castro; Processo: 47039003141201686 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Paul Roland Pierre Bonneau Passaporte: 12AX20751 Mãe: Laure Helene Sabourin Pai: Thierry Louis Jean Bonneau; Processo: 47039003147201653 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RACHEL LEE MC CALL Passaporte: 545403504 Mãe: SANDRA LEE ROBBINS Pai: JOHN KENNEDY MCCALL; Processo: 47039003168201679 Empresa: NORSK HYDRO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS HOLTE Passaporte: 29205505 Mãe: Sissel Tverrli Holte Pai: Per Gunnar Holte; Processo: 47039003200201616 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVELINO ZANELLA Passaporte: YA3870027 Mãe: EMMA ZANOTTO Pai: UMBERTO ZANELLA.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039003886201645 Empresa: BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUEMING LI Passaporte: E21729336 Mãe: CHANGYU LI Pai: JUAN LI.

Temporário - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039003868201663 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roghayeh Abedi Karjiban Passaporte: X95386324 Mãe: Shamsolmolok Sattari Faghihi Pai: Hasan Abedi Karjiban.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039003898201670 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Philippe, Patrick, Joël, Marie DE WILDE Passaporte: 07CV85725; Processo: 47039003900201619 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anne, Sophie, WEISS ép. GRANT SMITH BIANCHI Passaporte: 16AL55509.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039003099201601 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES LEE BENDIXEN Passaporte: 528259866; Processo: 47039003100201690 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAHIL PILLAI Passaporte: G8902325; Processo: 47039003185201614 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANIVANNAN DURAI RAJ Passaporte: Z2378468; Processo: 47039003214201630 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN KAPPLER Passaporte: C9VGCCW51; Processo: 47039003317201608 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDE ALEXANDER REINHOLD HUOBER Passaporte: C9MY2L8PH; Processo: 47039003318201644 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARC ALEXANDER SUTSCHU Passaporte: C1VGXMHNR; Processo: 47039003329201624 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERARD MICHAEL ADEN Passaporte: M3562852; Processo: 47039003348201651 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ruchika Bhargava Passaporte: K8029610; Processo: 47039003353201663 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEETHARAM RALLABANDI Passaporte: J1998179; Processo: 47039003359201631 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALINA-VIORICA DUMBRAVA Passaporte: 052178115; Processo: 47039003385201669 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONG KEUN KIM Passaporte: M33168076; Processo: 47039003386201611 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GYOHEON KU Passaporte: M51635270; Processo: 47039003387201658 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAE HEE HAN Passaporte: M20511378; Processo: 47039003390201671 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANA-MARIA CRAUCIUC Passaporte: 053043843; Processo: 47039003392201661 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CONSTANTIN DUMBRAVA Passaporte: 052937241; Processo: 47039003404201657 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BIN YANG Passaporte: E25384846; Processo: 47039003408201635 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUHA KALEVI MAUNULA Passaporte: PD8874498; Processo: 47039003406201646 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JILEI CHEN Passaporte: E12890670; Processo: 47039003432201674 Empresa: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Armando Venâncio Fernandes Lomar Passaporte: P036587; Processo: 47039003419201615 Empresa: FLUIDRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERT HERNANDEZ RIBAS Passaporte: AAJ228012; Processo: 47039003433201619 Empresa: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Augusto António Ribeiro Pinto Passaporte: P059035; Processo: 47039003435201616 Empresa: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Manuel Soares da Silva Passaporte: N658598; Processo: 47039003439201696 Empresa: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: José Nunes Godinho Passaporte: P049859; Processo: 47039003443201654 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JING ZHANG Passaporte: G20634735; Processo: 47039003456201623 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 24/01/2017 Estrangeiro: XIAOMIN WANG Passaporte: E12400329; Processo: 47039003455201689 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMO MARCHISIO Passaporte: YA5181666; Processo: 47039003457201678 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO VISCONTI Passaporte: AA3228337; Processo: 47039003458201612 Empresa:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO MARRARA Passaporte: YA4302450; Processo: 47039003462201681 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGDONG LU Passaporte: E34771507; Processo: 47039003459201667 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 24/01/2017 Estrangeiro: XINHUI LU Passaporte: G45222101; Processo: 47039003466201669 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANNES FRIEDER KELLER Passaporte: C87M13RGH; Processo: 47039003470201627 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIU-MIHAI STRUG Passaporte: 053575270; Processo: 47039003476201602 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Andres Javier Rincon Martinez Passaporte: 126731448; Processo: 47039003479201638 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Andrew Jackson Coston Passaporte: 534915597; Processo: 47039003480201662 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Antonio Garcia Passaporte: 444067191; Processo: 47039003482201651 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Bruce Carl Jaynes Passaporte: 434166598; Processo: 47039003483201604 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Bruce Joseph Hamilton Jr Passaporte: 472791981; Processo: 47039003485201695 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Christopher Trent Guerrant Passaporte: 545411832; Processo: 47039003500201603 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ALVAREZ RIVERA Passaporte: G10791098; Processo: 47039003501201640 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOYLE DAVID WILLIAMSON JR Passaporte: 507929447; Processo: 47039003503201639 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELBERT N. BEGAYE Passaporte: 527090120; Processo: 47039003506201672 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ESTEBAN ADELOR TRUJILLO DIAZ Passaporte: 07450005105; Processo: 47039003354201616 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONGGU LEE Passaporte: JB0893443; Processo: 47039003355201652 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGMIN CHOI Passaporte: M75706141; Processo: 47039003356201605 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEHWAN JUNG Passaporte: M73225911; Processo: 47039003357201641 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEEBEOM PARK Passaporte: M76050083; Processo: 47039003358201696 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONG RYUL CHOI Passaporte: M25572410; Processo: 47039003364201643 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAKMYOUNG SEOL Passaporte: M03862622; Processo: 47039003368201621 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIHWAN JUNG Passaporte: M48211321; Processo: 47039003369201676 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAEIN JANG Passaporte: M22509865; Processo: 47039003371201645 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUSEOK DOH Passaporte: M02731999; Processo: 47039003377201612 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG HOUN RYOU Passaporte: M08938907; Processo: 47039003388201601 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEONGHEE LEE Passaporte: M34849114; Processo: 47039003389201647 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNGHOON PARK Passaporte: M70838222; Processo: 47039003394201650 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIYONG CHO Passaporte: M25053240; Processo: 47039003396201649 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAISIG KIM Passaporte: M01025020; Processo: 47039003481201615 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Albert Edwin Lundblade Passaporte: 424906289.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041001352201635 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joern Andresen Passaporte: 208813219; Processo: 47041001477201665 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Christopher Turok Gayo Passaporte: EC3448312; Processo: 47041001479201654 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Juvy Amante Paclibar Passaporte: EB9519003; Processo: 47041001482201678 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Iulian Hincu Passaporte: 051305430; Processo: 47041001499201625 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roman Toptygin Passaporte: EH422927; Processo: 47041001501201666 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Thomas Andre Bermejo Page-Et Passaporte: EC2898736; Processo: 47041001765201610 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Ramkumar Kizhakkuveettil Passaporte: Z2722503; Processo: 47041001766201664 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Aakash Arjivan Gadhvi Passaporte: J7729740; Processo: 47041001767201617 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luca Cisco Passaporte: YA0437076; Processo: 47041001783201600 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jean-Pierre Bal Passaporte: EJ058525; Processo: 47041001786201635 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 09/06/2017 Estrangeiro: PIOTR BARTLOMIEJ KIELEK Passaporte: EG7132458 Estrangeiro: RAYMOND HILL Passaporte: 510774186; Processo: 47041001788201624 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW STEVEN PURVES Passaporte: 508642563; Processo: 47041001790201601 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Suresh Bhanji Parmar Passaporte: H9763223; Processo: 47041001791201648 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mohammad Waseem Khan Passaporte: K5301088; Processo: 47041001793201637 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/07/2017 Estrangeiro: JEFF MIKAEL OBERG Passaporte: 485272437 Estrangeiro: PHILIPPE LAURENT BAUMARD BOUTIN Passaporte: 13CT18038; Processo: 47041001792201692 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jagajeevana Rao Koda Passaporte: J7940388; Processo: 47041001800201609 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 03/10/2016 Estrangeiro: Maarten Mostert Passaporte: BF0B1L2L0; Processo: 47041001812201625 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 06/05/2017 Estrangeiro: JORGE ANDRES GARCIA SAURA Passaporte: C541045; Processo: 47041001813201670 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Biju Thumpayil Kumaran Passaporte: H6931417; Processo: 47041001814201614 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Raja Bose Passaporte: L2335830; Processo: 47041001815201669 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Kanneth McBain Passaporte: 652487215; Processo: 47041001816201611 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Noe Gallardo Santamaria Passaporte: AAI656532 Estrangeiro: RUBEN GARCIA RODRIGUEZ Passaporte: AAG601518; Processo: 47041001818201601 Empresa: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARL ABSANDZE Passaporte: 07AF38211; Processo: 47041001819201647 Empresa: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDMUNDO HIRSHLAG SOSA Passaporte: CA53832; Processo: 47041001820201671 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEKSEJ RAKOVSKIJ Passaporte: 518335453; Processo: 47041001822201661 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CONOR ALEXANDER BROGAN MACDONALD Passaporte: 512149423; Processo: 47041001823201613 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRADYUMNA GOPALKRISHNA PONKSHE Passaporte: Z2336361; Processo: 47041001824201650 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCIN PIOTR LISTWAN Passaporte: AT0716889; Processo: 47041001825201602 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 01/08/2016 Estrangeiro: PREDRAG SOVRAN Passaporte: B69NP8241; Processo: 47041001828201638 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM ZBIGNIEW POREBSKI Passaporte: AV2261819; Processo: 47041001841201697 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harjinder Singh Passaporte: K7099006; Processo: 47041001846201610 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIAN LEMNARU Passaporte: 053679929; Processo: 47041001848201617 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jacek Tomasz Gawronski Passaporte: EJ4259049; Processo: 47041001849201653 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cezary Benedykt Jedrzejewski Passaporte: EE9340796.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039003450201656 Empresa: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARJORIE HUARCAYA GALINDO Passaporte: 5371471; Processo: 47039003451201609 Empresa: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR HUGO CARDENAS URIARTE Passaporte: 6915043.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47041001844201621 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BEHROOZ NAZARI KANGARLOU Passaporte: 488390107; Processo: 47041001861201668 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FERNANDO RICARDO COELHO DA SILVA CORREIA Passaporte: M158749; Processo: 47041001869201624 Empresa: DEBERTON FILMES E PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Alex E. Newell Passaporte: 522251421 Estrangeiro: Annette Phyllis Tanner Passaporte: LL039259 Estrangeiro: Craig Henry D Amico Passaporte: 435918235 Estrangeiro: Daniel M Knechtges Passaporte: 475818253; Processo: 47041001866201691 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alexia Marie Elisabeth Eloy Passaporte: 07CK02866 Estrangeiro: Aurélien Henri Jean Trillot Passaporte: 11CC84406 Estrangeiro: Béatrice Laure Moreno Passaporte: 07CT27552 Estrangeiro: Caroline Frédérique Alice Forestier Passaporte: 16AT48360 Estrangeiro: Christian Lambese Passaporte: 07CE39178 Estrangeiro: Emmanuel Maurice Théophile Raoul Passaporte: 16AL15252 Estrangeiro: Eric Herdalot Passaporte: 14DI93946 Estrangeiro: Gilles Maurice Robert Bara Passaporte: 14DI27406 Estrangeiro: Hervé Daniel Frédéric Guinouard Passaporte: 10AI27780 Estrangeiro: Irina Tiviane Passaporte: 13CF62137 Estrangeiro: Johann Mickaël Gérard Elain Passaporte: 16AA78275 Estrangeiro: Johanna Josefina Rebolledo Marin ép. Lucas Passaporte: 08CX16645 Estrangeiro: Karl Sébastien Hugues Rouille Passaporte: 10CX37147 Estrangeiro: Laurent Charles Richefort Passaporte: 14DK13062 Estrangeiro: Philippe Mary Germaine Freslon Passaporte: 10CX13830 Estrangeiro: Pierre Maurice Marcel Allias Passaporte: 10AX25658 Estrangeiro: Roland Gordon Ventura Passaporte: AA5590393 Estrangeiro: Sylvestre Nicolas Jean-Claude Perrusson Passaporte: 12CF14627 Estrangeiro: Sébastien Jean Robert Lafargue Passaporte: 09PF57784 Estrangeiro: Vaissa Pauline Favereau-Forestier Passaporte: 13AR44908; Processo: 47041001871201601 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Christophe Le Maout Passaporte: 13AB89970 Estrangeiro: Ganna Nikitina Passaporte: EK237340 Estrangeiro: Mariia Volkova Passaporte: EX941452 Estrangeiro: Nataliia Zozul Passaporte: ET537181 Estrangeiro: Nataliya Halanevych Passaporte: EA051993 Estrangeiro: Nicolas Pierre Gérard Sauval Passaporte: 09AA21137 Estrangeiro: Ruslana Khazipova Passaporte: EX586465 Estrangeiro: Solomiia Melnyk Passaporte: EK250635 Estrangeiro: Tetiana Havrylyuk Passaporte: ET371554; Processo: 47041001872201648 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alexis Enguerran Compan-Gnuva Passaporte: 15AR83491 Estrangeiro: Barbara Christiane Jeanneau Passaporte: 16AT72244 Estrangeiro: Christophe Gérard Daniel Leseure Passaporte: 12CA72107 Estrangeiro: Guillaume Georges Pierre Montels Passaporte: 13CF68115 Estrangeiro: Kimberly Patricia Scully Montels Passaporte: 15CR20805 Estrangeiro: Michel Navarro Passaporte: 12AR52563 Estrangeiro: Philippe Pierre Luc Copin Passaporte: 09PR16366 Estrangeiro: Sylvie Hálène Mireille Dupont Commagnac Passaporte: 09PE21061; Processo: 47041001873201692 Empresa: RODRIGO MENDES DE FIGUEIREDO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIC ANTONIO MORILLO Passaporte: 452101533; Processo: 47041001874201637 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EMMANUEL ROBERT Passaporte: 07CA28690 Estrangeiro: JEAN-BAPTISTE CYPRIEN BARNABÉ DROULERS Passaporte: 13AB92015 Estrangeiro: MARIA ESTER MOLLO Passaporte: AA4421863; Processo: 47041001875201681 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Marion Luisa Véronique DIAZ DE CERIO Passaporte: 12CI77085 Estrangeiro: Rodolfo Alejandro MENESES OLIVARES Passaporte: P00346253; Processo: 47041001876201626 Empresa: SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS ESPACOS CENICOS DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Annabel Cooper Passaporte: 307591418 Estrangeiro: Jessica Zita Gus Bennett-Eves Passaporte: 465323581 Estrangeiro: Jo Clifford Passaporte: 402848999 Estrangeiro: Susan Frances Worsfold Passaporte: 535447297; Processo: 47041001883201628 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE Prazo: 8 Dia(s) Estrangeiro: Gergely Aurél Madaras Passaporte: BD3169948; Processo: 47041001906201602 Empresa: DAYDREAM EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIE EVELYN BROWN Passaporte: 496724512; Processo: 47041001904201613 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Zalonsasabadu Safadi Thompson Passaporte: 510527479; Processo: 47041001926201675 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES NICOLÁS ATKINSON Passaporte: C4YMZZRHY Estrangeiro: ANDREW JAMES DIMMACK Passaporte: 534506876 Estrangeiro: ANDREW ROBERT WHITE Passaporte: 099106565 Estrangeiro: CHARLES RICHARD WILSON Passaporte: 099106566 Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN LECKIE Passaporte: 504967601 Estrangeiro: ILIAS ANDRIANATOS Passaporte: AN0446894 Estrangeiro: JAMES LYNTON JOHN HENNIN Passaporte: 800727187 Estrangeiro: JAMES SIMON RIX Passaporte: 800836286 Estrangeiro: LIAM RIPPON Passaporte: 510846514 Estrangeiro: NATASHA MARIA LANG Passaporte: 308564188 Estrangeiro: NICHOLAS MATTHEW BAINES Passaporte: 099106568 Estrangeiro: PAUL TERRY WILLIAMS Passaporte: 305996096 Estrangeiro: VIJAY AMRUTLAL MISTRY Passaporte: 506834962.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039003285201632 Empresa: THE GATE PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Jaewon Kang Passaporte: M44394480; Processo: 47039003335201681 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: NORIAKI SASA Passaporte: TZ0841965; Processo: 47039003336201626 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PAN SU KIM Passaporte: M60842138; Processo: 47039003338201615 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SYN GIR CHE Passaporte: 531035450; Processo: 47039003340201694 Empresa: HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

KOICHI BEPPU Passaporte: TK 1.759.181; Processo: 47039003346201661 Empresa: ENEL BRASIL S.A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli Passaporte: YA3978216; Processo: 47039003351201674 Empresa: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WEI SHENGHUAI Passaporte: PE0842728.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039003493201631 Empresa: MT SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASSIMO TISO Passaporte: AA0681444; Processo: 47039003614201645 Empresa: DENETIK URRUN PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PABLO LAFUENTE PEÑA Passaporte: XDB375425.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): LOUIS KOENRAAD HARMSEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa ING CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS S/A processo: 47039.002961/2016-51, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011255/2015-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): KE XU a exercer concomitantemente o cargo de Diretor sem designação específica na empresa CTG BRASIL NEGOCIOS DE ENERGIA S.A. processo: 47039.003002/2016-52, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011255/2015-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): PETER IVANCIK a exercer concomitantemente o cargo de Diretor 2na empresa RESENDE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA DA AMAZONIA S/A processo: 47039.003041/2016-50, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.023981/2013-95.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): EIJI HOMAE a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho na empresa RASSINI-NHK AUTOPECAS LTDA. processo: 47039.003047/2016-27, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013348/2015-88.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): MIKE JANSE a exercer concomitantemente o cargo de Diretor presidente na empresa DLL CORRETORA DE SEGUROS LTDA processo: 47039.003195/2016-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007927/2014-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): KAN BITO exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa JAPAO BRASIL MINERIO DE FERRO PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.002430/2016-68, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.031540/2013-67.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): DAPHNE JANE FIRTH exercer concomitantemente o cargo de Administradora na empresa RAVINIA GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA. Processo: 47039.002500/2016-88, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002413/2016-21.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039003226201664 Empresa: MALO ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUNIOR DE MOYA PACHECO Passaporte: H395556.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041001357201668 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2018 Estrangeiro: Andrei Vorozhchenko Passaporte: 712983184.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 037 de 25/02/2016, Seção 1, p. 65, Processo: 47039.001017/2016-86, onde se lê: Passaporte: M56335976, leia-se: Passaporte: M67105492.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 037 de 25/02/2016, Seção 1, p. 62, Processo: 47039.01150/2016-32, onde se lê: Pai: CHENGHUA ZHAO, leia-se: Pai: CHANGHUA ZHAO.

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 24, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, considerando a autorização contida no art. 5° da Portaria/GM n° 291, de 02 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 125, de 03 de julho de 2015, Seção 1, página 48, retificada no DOU n° 128, de 08 de julho de 2015, Seção 1, página 46, tendo em vista o disposto na Lei n° 8.745, de 09 de dezembro de 1993, regulamentada pelo Decreto n° 4.748, de 16 de junho de 2003, e suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1° Convocar os candidatos relacionados no Anexo, aprovados no Processo Seletivo n° 01, referente ao Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV - Segunda Fase, de que versa o Edital n° 01, de 21 de dezembro de 2014, publicado no DOU n° 247, de 22 de dezembro de 2014, Seção 3, página 138, para realização da perícia médica e apresentação da documentação necessária à formalização da contratação.

Art. 2° Os candidatos receberão comunicado com informações acerca da documentação a ser apresentada, bem como dos exames necessários à prévia inspeção médica oficial, conforme estabelecido no art. 14 da Lei nº 8.112/1990.

Art. 3° Os candidatos deverão comparecer à Coordenação-Geral de Recursos Humanos/SOAD, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, sala 351, Brasília/DF, para a entrega da documentação, impreterivelmente até o dia 25 de maio de 2016. A apresentação dos documentos poderá ser efetuada por procuração registrada em cartório.

Art. 4° A assinatura do contrato de trabalho por tempo determinado dependerá do cumprimento das exigências relacionadas no art. 3° desta Portaria e será realizada no dia 30 de maio de 2016.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GERALDO FRANÇA DINIZ

ANEXO

Cargo	Nome do Candidato	Perícia Médica Data/Horário
Profissional de Nível Médio II / Administrativo (Tecnologia da Informação)	- FRANCIELLE SOUZA DA SILVA	25/05/2016 - 9h00
Profissional de Nível Superior III / Tecnologia da Informação	- RONDINELLE ANTONIO NICACIO PIRES	
Profissional de Nível Superior IV / Análise de Comprovante de Repasse e Parcelamento	MILTON MONTEIRO PRINZ	

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 535, DE 5 DE MAIO DE 2016

Aprova o Manual de Acidente do Trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006;
Decreto n° 3.048, de 6 de maio de 1999;
Instrução Normativa nº 31/INSS/PRES, de 10 de setembro de 2008; e
Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando a necessidade de orientar procedimentos uniformes para atuação da linha de Saúde do Trabalhador, resolve:

Art. 1° Fica aprovado o Manual de Acidente do Trabalho, na forma do Anexo a esta Resolução, que tem por objetivo orientar os atos da Perícia Médica Previdenciária referentes à análise de acidente do trabalho.

Parágrafo único. O Manual aprovado no caput será publicado em Boletim de Serviço e no Portal do INSS, e suas atualizações e posteriores alterações serão objeto de Despacho Decisório por parte do Diretor de Saúde do Trabalhador.

Art. 2º Revoga-se a Orientação Interna nº 200/DIRBEN/INSS, de 25 de setembro de 2008, publicada no Boletim de Serviço/INSS/DC nº 189, de 30 de setembro de 2008.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELISETE BERCHIOL DA SILVA IWAI

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 5 de maio de 2016

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação ao recurso voluntário:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000672/2012-00	17339651	Secretaria de Estado da Saude /Fes (Unidade de Emergência Dr Daniel Houly)	AL
2	46201.000677/2012-24	17339642	Secretaria de Estado da Saude /Fes (Unidade de Emergência Dr Daniel Houly)	AL
3	46201.000679/2012-13	17339677	Secretaria de Estado da Saude /Fes (Unidade de Emergência Dr Daniel Houly)	AL
4	46201.000680/2012-48	17339685	Secretaria de Estado da Saude /Fes (Unidade de Emergência Dr Daniel Houly)	AL
5	46312.002870/2013-23	200652133	Cifra Vigilância Segurança e Transporte de Valores Ltda.	MS
6	46312.002871/2013-78	200651846	Cifra Vigilância Segurança e Transporte de Valores Ltda.	MS
7	46653.001618/2013-36	22688005	Selma Santini de Oliveira	MT
8	46653.002932/2013-36	200942590	Selma Santini de Oliveira	MT
9	46653.002934/2013-25	200944487	Selma Santini de Oliveira	MT
10	46653.002935/2013-70	200947184	Selma Santini de Oliveira	MT
11	46653.002936/2013-14	200947249	Selma Santini de Oliveira	MT
12	46653.002937/2013-69	200944606	Selma Santini de Oliveira	MT
13	46653.002942/2013-71	200947991	Selma Santini de Oliveira	MT
14	46653.003066/2013-09	201018187	Selma Santini de Oliveira	MT
15	46653.003067/2013-45	201019973	Selma Santini de Oliveira	MT
16	46215.019571/2013-26	201543052	Daniel Ulian	PA
17	46215.019572/2013-71	201542901	Daniel Ulian	PA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18	46215.019573/2013-15	201542579	Daniel Ulian	PA
19	46215.019575/2013-12	201542200	Daniel Ulian	PA
20	46215.019578/2013-48	201543010	Daniel Ulian	PA
21	46219.027809/2013-57	202021220	Clean Mall Serviços Ltda.	SP
11	46226.003375/2009-24	18415750	Asa Norte Alimentos Ltda.	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46240.001212/2012-24	24335509	Maron Aziz Alexandre	MG
2	46653.004689/2012-18	22690166	Ilha Comprida Energia S.A.	MT
3	46268.004326/2011-37	21470138	José Marcílio da Solveira	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46312.002875/2013-56	200652273	Cifra Vigilância Segurança e Transporte de Valores Ltda.	MS
Nº2	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
	46220.003549/2011-23	506.522.199	Município de Águas Mornas (Prefeitura do)	SC

2) Em apreciação ao recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração e da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46302.001520/2011-05	22332260	Cândido José de Carvalho Barbosa Victal	MG
2	47747.000513/2013-83	200113739	RMG Construções e Empreendimentos Ltda.	MG
3	46300.000107/2012-16	18165613	Silvio Francelino de Oliveira-ME	MS
4	46224.001795/2007-24	12368830	Arilene Felipe Ramos de Oliveira Massenan	PB
5	46213.014845/2010-68	18524303	Lojas Renner S/A	PE
6	47533.012086/2012-19	25258761	Kraft Foods Brasil Ltda.	PR
7	46327.000426/2011-42	23521643	Tibagi Serviços Marítimos Ltda.	PR
8	46334.000804/2012-80	22949305	Cia Sulamericana de Tabacos S/A	RJ
9	46215.000202/2013-60	22718079	Climat Serviços Técnicos Industriais Ltda - Me	RJ
10	46215.001329/2009-10	15240681	Profarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos S.A	RJ
11	46215.049133/2012-10	20492979	Rio de Janeiro Sec Municipal de Saude (Hospital Municipal Sales Neto)	RJ
12	46215.049145/2012-36	20492863	Rio de Janeiro Sec Municipal de Saude (Hospital Municipal Sales Neto)	RJ
13	46215.049146/2012-81	20492871	Rio de Janeiro Sec Municipal de Saude (Hospital Municipal Sales Neto)	RJ
14	46215.049154/2012-27	20492944	Rio de Janeiro Sec Municipal de Saude (Hospital Municipal Sales Neto)	RJ
15	46215.025684/2012-80	24879151	VP Serviços Terceirizações Ltda	RJ
16	46617.000859/2012-13	23639857	Prat-K Utilidades LTda	RS
17	46220.002660/2010-11	20644485	Andre Otavio Pereira & Cia Ltda - Me(Bar da Nina)	SC
18	46220.001417/2012-48	20738668	Marisa Lojas Varejistas Ltda	SC
19	46220.003546/2011-90	20813287	Município de Águas Mornas (Prefeitura do)	SC
20	46220.003547/2011-34	20813295	Município de Águas Mornas (Prefeitura do)	SC
21	46397.000388/2009-80	15909336	Giacomet Termo Metalurgica Ltda	SP
22	46736.001931/2009-78	15404501	Kyung Ja Shin Lee - ME	SP
23	47999.003004/2012-60	24189642	Latasa Industria e Comercio Ltda	SP
24	46397.000444/2011-09	21430128	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	SP
25	46259.006998/2012-77	24730131	Supricel Construtora e Incorporadora Ltda.	SP

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 4 de maio de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 905/2016/CGRS/SRT/MTPS, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical 46254.000037/2011-18 do SINTRAPRECIM - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-Fabricados em Concreto de Bauru, CNPJ 12.870.628/0001-27, com respaldo no artigo 27, inciso III, da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

Em cumprimento à decisão judicial, processo 0000823-97.2015.5.10.0016, procedente da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46217.001344/2014-13
Entidade	SAERN - Sindicato dos Aeroviários do Estado do Rio Grande do Norte
CNPJ	19.367.997/0001-40
Fundamento	NT 904/2016/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1° de março de 2013.

Processo	46312.006827/2012-56
Entidade	SINDICATO DOS EMPREGADORES NO COMERCIO DE NOVA ANDRADINA - SINCONOVA
CNPJ	08.237.524/0001-02
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Mato Grosso do Sul: Nova Andradina
Categoria Econômica	Comércio Varejista

Processo	46226.014655/2012-63
Entidade	SINDICATO RURAL DE CRISTALANDIA
CNPJ	01.431.626/0001-15
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Tocantins: Cristalândia
Categoria Econômica	Econômica, Rural do plano da CNA

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no processo 0000172-76.2016.5.10.0001, interposto na 1ª Vara do Trabalho de Brasília-DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1° de março de 2013.

Processo	46269.001055/2015-81
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mairinque
CNPJ	58.987.090/0001-36
Abrangência	Municipal
Base Territorial	São Paulo: Mairinque
Categoria	Servidores Públicos Municipais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, das Autarquias Municipais e Fundações Públicas Municipais, ativos e inativos

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos termos da decisão exarada nos autos do Processo Judicial 0001732-51.2015.5.10.0013, em trâmite na 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46202.000473/2015-26
Entidade	SINDOJUS-AM - Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas.
CNPJ	21.205.348/0001-95
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Estadual: Amazonas
Categoria Profissional	Oficiais de Justiça Avaliadores

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46211.010785/2012-96
Entidade	SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTADORAS DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/MG - SINDITAQUE/MG
CNPJ	16.580.377/0001-05
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Minas Gerais
Categoria Econômica	Categoria econômica das empresas transportadoras de combustíveis e derivados de petróleo na modalidade rodoviária, nos termos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE Nº 4930-2/03

Processo	46213.023026/2012-73
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PETROLINA E REGIAO DO ARARIPE - SINPOSPETRO PETROLINA
CNPJ	12.888.722/0001-03
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Pernambuco: Afrânio, Araripina, Bodocó, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Cedro, Dormentes, Exu, Granito, Ipubi, Lagoa Grande, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolina, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, Serrita, Terra Nova, Trindade e Verdejante
Categoria Econômica	EMPREGADOS DE POSTOS DE GASOLINA, LAVA JATO, LOJA DE CONVENIENCIA, TROCA DE ÓLEO

Processo	46265.003061/2012-61
Entidade	SINPROVAR - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Andradina, Araçatuba, Birigui e Lins
CNPJ	16.943.363/0001-09
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	São Paulo: Andradina, Araçatuba, Birigui e Lins
Categoria Profissional	Propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos no comércio atacadista de drogas

Processo	46206.021127/2012-07
Entidade	SINTICOM/GO - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE AGUAS LINDAS E SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO
CNPJ	14.654.512/0001-86
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Goiás: Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto
Categoria Profissional	Categoria Profissional dos empregados no comércio

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MTPS/PREVIC/DITEC nº 412, de 04/05/2016, publicada no DOU nº 85, de 05/05/2016, Seção 1, página 95, onde se lê: "...Portaria MTPS/PREVIC/DITEC nº 412, de 04/05/2016.", leia-se: "...Portaria MTPS/PREVIC/DITEC nº 212, de 04/05/2016.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 56, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19 de maio de 2010, publicada no DOU de 20/05/2010, e considerando o que consta dos autos do processo nº 46212.018086/2015-27, resolve:

Conceder autorização a empresa IN HAUS SERVIÇOS DE LOGÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.409.251/0001-36, situada à Rua Talvino Egídio de Souza Aranha, nº 32, sala 1, Botafogo, no município de Campinas, no Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação dos seus empregados, prestadores de serviços nas instalações da Electrolux do Brasil S/A, situada na Rua Ministro Gabriel Passos, 175/360, Guabirotuba, Curitiba/PR, para 40 (quarenta) minutos, nos termos do § 3º do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da citada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO PESSATTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 47, DE 5 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, tendo em vista o que consta nos processos nsº 46213.027612/2015-30; 46213.001010/2016-33; 46213.002572/2016-02 e 46213.006104/2016-07, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/Nº 02, de 25 de maio de 2006, alterada pela Portaria nº 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria nº 06, janeiro de 2010, HOMOLOGA, o Plano de Cargos, Funções, Carreiras e Salários EMECINCO CONTABILIDADE E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 02.663.989/0001-49, situada na Rua Mauro Borrione, nº 55, Ilha do Retiro, Recife - PE, CEP 50.750-260, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ANDRÉ LUZ NEGROMONTE

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 121, de 14 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de abril de 2016, seção 1, página 250,
Onde se lê:

SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO			
EQUIPE	META INTERMEDIÁRIA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
Gabinete da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo	Gerenciar 100% das respostas da Ouvidoria no âmbito da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo - SNPTur.	Demanda atendida	%
	Fiscalizar, de forma presencial, 40% dos convênios firmados.	Convênio fiscalizado	%
	Analisar 100 (cem) prestações de contas de convênios anualmente.	Prestação de contas analisadas	Unidade

Leia-se:

SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO			
EQUIPE	META INTERMEDIÁRIA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
Gabinete da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo	Gerenciar 100% das respostas da Ouvidoria no âmbito da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo - SNPTur.	Demanda atendida	%
	Fiscalizar, de forma presencial, 40% dos convênios firmados. (Programa: Promoção de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico - Eventos)	Convênio fiscalizado	%
	Analisar 100 (cem) prestações de contas de convênios anualmente. (Programa: Promoção de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico - Eventos)	Prestação de contas analisadas	Unidade

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 181, DE 4 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 49 e Art. 78-C da Lei nº 10.233/2001, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 50500.141757/2016-65;

CONSIDERANDO a necessidade de a ANTT observar, como entidade da Administração Pública Indireta, os princípios da continuidade e da regularidade da prestação dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que as empresas Transbrasiliana Transporte e Turismo Ltda. e Rápido Marajó Ltda. não estão prestando um serviço adequado, resolve:

Art. 1° Autorizar as empresas Expresso Satélite Norte Ltda., Expresso Guanabara S/A, Viação Ouro e Prata S/A, Rápido Federal Viação Ltda., Real Expresso Ltda., Auto Viação Progresso S/A, a operar as linhas nos termos do ANEXO ÚNICO, pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 49 e Art. 78-C da Lei nº 10.233/2001.

Parágrafo único. As empresas deverão iniciar a operação dos serviços 5 (cinco) dias após a publicação da presente Portaria, observando os normativos que regem o transporte interestadual de passageiros.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a instauração de processo administrativo ordinário para apuração de irregularidades praticadas pelas empresas Transbrasiliana Transporte e Turismo Ltda. e Rápido Marajó Ltda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

ANEXO

Prefixo	Linha	Empresa(s) selecionada(s)
02-0513-00	BELEM(PA) - SAO LUIS(MA)	Expresso Guanabara S.A. e Auto Viação Progresso S.A.
02-0609-00	BELEM(PA) - IMPERATRIZ(MA)	Expresso Guanabara S.A
12-1056-02	GOIANIA(GO) - SAO LUIS(MA) - VIA PALMAS/TO-134	Expresso Guanabara S.A
15-0607-00	SAO LUIS(MA) - BRASILIA(DF)	Expresso Guanabara S.A
15-0903-00	IMPERATRIZ(MA) - BRASILIA(DF)	Expresso Guanabara S.A
18-0318-00	TERESINA(PI) - GOIANIA(GO) - VIA BR-343/135	Expresso Guanabara S.A
18-0318-01	PARNAIBA(PI) - GOIANIA(GO)	Expresso Guanabara S.A
18-0318-03	TERESINA(PI) - BRASILIA(DF)	Expresso Guanabara S.A
23-0987-00	ARAGUAINA(TO) - BELEM(PA)	Expresso Guanabara S.A. e Auto Viação Progresso S.A.
02-0185-00	BELEM(PA) - BRASILIA(DF)	Expresso Satélite Norte Ltda. e Expresso Guanabara S.A.
02-1356-00	BELEM(PA) - BRASILIA(DF)	Expresso Guanabara S.A
02-0603-20	MARABA(PA) - IMPERATRIZ(MA) - VIA ARAGUATINS (TO)	Expresso Satélite Norte Ltda.
02-0938-20	MARABA(PA) - IMPERATRIZ(MA) - VIA DIV PA/MA(BR-010)	Expresso Guanabara S.A
02-1549-00	MARABA(PA) - SAO LUIS(MA)	Expresso Guanabara S.A
03-2031-00	FORTALEZA(CE) - PALMAS(TO)	Expresso Guanabara S.A
12-1135-00	GOIANIA(GO) - MARABA(PA)	Expresso Guanabara S.A
12-1135-04	GOIANIA(GO) - MARABA(PA) - VIA PALMAS	Expresso Satélite Norte Ltda.
12-1135-02	GOIANIA(GO) - REDENCAO(PA)	Viação Ouro e Prata S.A.
12-1135-03	GOIANIA(GO) - XINGUARA(PA)	Viação Ouro e Prata S.A.
12-1360-00	GOIANIA(GO) - IMPERATRIZ(MA)	Expresso Guanabara S.A. e Rápido Federal Viação Ltda.
12-1502-00	GOIANIA(GO) - ARAGUAINA(TO)	Real Expresso Ltda.
12-1505-00	GOIANIA(GO) - DIANOPOLIS(TO) - VIA NEROPOLIS	Real Expresso Ltda.
12-1513-00	GOIANIA(GO) - PORTO NACIONAL(TO) - VIA NEROPOLIS	Real Expresso Ltda.
18-0354-20	TERESINA(PI) - BALSAS(MA)	Auto Viação Progresso S.A.
18-0417-20	FLORIANO(PI) - SAO LUIS(MA)	Rápido Federal Viação Ltda.
18-0418-20	FLORIANO(PI) - IMPERATRIZ(MA) - VIA CAROLINA (MA)	Expresso Guanabara S.A
18-0953-00	TERESINA(PI) - BRASILIA(DF)	Rápido Federal Viação Ltda.
18-0953-02	TERESINA(PI) - BRASILIA(DF)	Expresso Guanabara S.A
23-1358-00	ARAGUAINA(TO) - IMPERATRIZ(MA)	Expresso Guanabara S.A. e Rápido Federal Viação Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 74, DE 4 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a readequação de acesso à marginal, localizado na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, no km 114+557m, na Pista Sul, em Itajaí/SC, de interesse da Mildar Participações Ltda. Processo n.º 50545.005667/2016-95.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

Conselho Nacional do Ministério Público

ATO Nº 2, DE 4 DE MAIO DE 2016

Concessão de Suprimento de Fundos
Proponente: Luiz Liserre - Coordenador de Engenharia
Suprido: Caio Cesar dos Santos Bernardo - CPF: 036.210.091-83
Justificativa: Concessão de suprimento de fundos para atender às despesas eventuais (materiais de consumo e serviço em geral) de pequeno vulto e pronto pagamento, e que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, dentro dos limites estabelecidos na Portaria 95/2002 do Ministério da Fazenda e demais legislação pertinente.
Fundamentos Legais: Lei 4320/64, Decreto-Lei 200/67, Decreto 93.872/86. Decreto 5992/06, Decreto 5355/05, Decreto 6370/08, Portaria MF 95/02, Portaria MP 41/2005, Portaria MF 448/2002, Macrofunção 02.11.21, Manual SIAFI, Portaria CNMP 94, de 14/12/2010.

Natureza da Despesa	Valor Concedido
33.90.30 - Material de Consumo	R$ 1.600,00 (Mil e seiscentos reais)
33.90.39 - Serviços de Pessoa Jurídica	R$ 1.600,00 (Mil e seiscentos reais)
Total	R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais)

Processo: 0.00.002.000676/2016-59
Período de aplicação: 05/04/2016 a 04/07/2016
Período de prestação de contas: 05/07/2016 a 04/08/2016

Autorizo a concessão de Suprimento de Fundos acima descrita, na função crédito para geração de fatura, no Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF. Fica o suprido sujeito ao cumprimento da legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade e prazos de utilização e de prestação de contas.

ROBERTO FUINA VERSIANI
Ordenador de Despesas

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 229, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1º) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2º) os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3º) os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4º) a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5º) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6º) o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7º) notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 001266.2015.20.000/7, bem como as peças de informação que a acompanham;

8º) o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; IRREGULARIDADES NA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS À INSPEÇÃO FEDERAL DO TRABALHO; IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO; IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9º) ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de CONSTRUKARD EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME (CNPJ 08.587.840/0001-04). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ
Procurador do Trabalho

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 14, DE 27 DE ABRIL DE 2016
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Aroldo Cedraz,
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori
À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial; o Ministro Bruno Dantas, para participação em evento educacional no exterior; e o Ministro Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em férias.
HOMOLOGAÇÃO DE ATA
O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 13, referente à sessão ordinária realizada em 20 de abril (Regimento Interno, artigo 101).
PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET
Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).
COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)
Da Presidência:
Apresentação de metodologia destinada a identificar áreas críticas para atuação do Controle e a consequente definição das ações prioritárias a serem realizadas;
Publicação do "Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo", que registra as principais realizações da unidade no exercício de 2015;
Distribuição de publicação que documenta o referencial teórico construído para orientar e guiar o processo de planejamento de tecnologia da informação no âmbito do TCU;
Lançamento da publicação "Referencial para Avaliação da Governança de Centro de Governo";
Apresentação do resultado institucional alcançado pelo Tribunal no segundo período avaliativo do Ciclo de Planejamento 2015/2016;
Realização do 25º Encontro do Grupo de Trabalho de Auditoria em TI da Intosai - WGITA 2016, em conjunto com o 8º Seminário de Auditoria de Desempenho em TI;
Presença, em Plenário, de alunos da Faculdade Estácio de Sá, situada em Macaé, no Rio de Janeiro; e
Congratulações aos auditores de controle externo pelo transcurso do Dia Nacional do Auditor de Controle Externo do Brasil. Os Ministros, os Ministros-Substitutos e o Procurador-Geral associaram-se às manifestações.
Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:
Determinação à Secretaria Especial de Portas (SEP/PR), no processo que trata de arrendamento para a implantação de terminal portuário para movimentação de trigo no Porto do Rio de Janeiro, para remessa de todos os elementos necessários à apreciação dos estudos de viabilidade, no prazo improrrogável de 15 dias.
Do Ministro Raimundo Carreiro:
Manifestação de apoio à iniciativa da Presidência de determinar à Segecex a realização de estudos para aprimorar as metodologias envolvidas no planejamento das ações de controle externo, com base em risco para a Administração Pública Federal.
MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)
O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-010.427/2016-3, pelo Ministro Benjamin Zymler, para que o Município de Nova Bandeirantes/MT suspenda a concorrência destinada à construção de sistema de esgotamento sanitário.
SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS
De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 20 e 26 de abril, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:
Recurso: 001.972/1998-7/R001
Recorrente: Valdomiro Nery Moitinho
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 013.269/2002-9/R001
Recorrente: Almir Freitas de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 022.830/2006-9/R002
Recorrente: HUGO CANELLAS RODRIGUES FILHO
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 030.393/2008-2/R001
Recorrente: Nivaldo José de Andrade
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.180/2011-2/R001
Recorrente: Gustavo Henrique Teixeira de Faria
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 005.180/2011-2/R002
Recorrente: Eduardo Celso de Araujo Marinho/José Camilo de Faria
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 011.680/2012-1/R001
Recorrente: Silvani Alves Pereira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 032.643/2013-6/R001
Recorrente: Mário José Chagas Paulain
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 002.975/2015-7/R001
Recorrente: RENATO ALVES COSTA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 011.389/2015-0/R001
Recorrente: Saul Nunes Bemerguy
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA
O Ministro Benjamin Zymler assumiu a Presidência dos trabalhos durante a apreciação dos processos nºs TC-002.964/2016-3, TC-009.027/2003-0, TC-010.655/2012-3, TC-011.156/2010-4, TC-014.293/2012-9, TC-014.339/2008-9, TC-019.819/2014-5, TC-029.450/2007-0, TC-036.378/2011-9 e TC-046.304/2012-6.
Durante a apreciação dos demais processos, a Presidência foi assumida pelo Ministro Raimundo Carreiro.
QUESTÃO DE ORDEM
Na apreciação do processo nº TC-014.293/2012-9, o Ministro Walton Alencar Rodrigues suscitou questão de ordem a respeito da realização de sustentação oral por entidade admitida no processo na condição de *amicus curiae*. O Plenário discutiu a questão e decidiu por não autorizar a sustentação oral requerida pelo Dr. Marcos Abreu Torres, procurador da Confederação Nacional da Indústria. Ficaram vencidos os Ministros Raimundo Carreiro e Benjamin Zymler. A Presidência informou que encaminharia a matéria à Comissão de Regimento para que fosse estudada a regulamentação das prerrogativas processuais atribuídas ao *amicus curiae* no âmbito do TCU.
SUSTENTAÇÕES ORAIS
Na apreciação do processo nº TC-014.293/2012-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e o revisor, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. José Mauro de Lima O. de Almeida produziu sustentação oral em nome do Ministério do Meio Ambiente. Foi indeferida a solicitação de sustentação oral formulado pelo Dr. Marcos Abreu Torres, procurador da Confederação Nacional da Indústria, por tratar-se de *amicus curiae*.
Na apreciação do processo nº TC-000.009/2016-4, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Juliano Costa Couto não apresentou sustentação oral em nome da Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos em razão de seu interesse em produzi-la restringir-se à hipótese dos procuradores da Basis Tecnologia da informação S/A também a realizarem.
Na apreciação do processo nº TC-002.654/2008-9, relatado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho em substituição ao Ministro Augusto Nardes, o Dr. Vítor Tabatinga do Rêgo Lopes não compareceu para produzir sustentação oral em nome de José de Sampaio Carvalho.
REABERTURA DE DISCUSSÃO
Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC- 014.293/2012-9 (Ata nº 45/2015) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 1004, sendo vencedora a proposta apresentada pelo revisor, Ministro Walton Alencar Rodrigues.
PROCESSO TRANSFERIDO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO
O processo nº TC-035.627/2015-8, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, foi transferido da pauta da sessão extraordinária de caráter reservado realizada nesta data.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PEDIDOS DE VISTA
Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-023.312/2011-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; o 1º revisor, o Ministro Raimundo Carreiro e o 2º revisor, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. Já votaram o relator e os dois revisores, conforme votos e minutas de acórdão constantes do Anexo IV desta Ata.
Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-037.357/2011-5, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. Por esta razão, a Dra. Marina de Araújo Lopes não produziu a sustentação oral que havia requerido, em nome de Ney Faria Argolo e outros.
Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-018.198/2015-5, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, em função de pedidos de vista formulados pelos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-026.476/2015-0, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA
Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
TC-034.168/2011-7, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
TC-011.907/2005-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;
TC-002.518/2016-3, TC-007.541/2016-3, TC-019.312/2015-6 e TC-032.017/2015-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
TC-001.041/2016-9 e TC-033.681/2015-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO
O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 965 a 987.
RELAÇÃO Nº 17/2016 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
ACÓRDÃO Nº 965/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar atendida a deliberação constante do item 1.8.1. do Acórdão 129/2016-TCU-Plenário, dar ciência desta deliberação ao Comando da Aeronáutica - Comaer, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer emitido pela Selog:
1. Processo TC-035.627/2015-8 (DENÚNCIA)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 966/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação constante do item 9.2.1 do Acórdão 3.016/2015-TCU-Plenário, dispensando-se o monitoramento dos itens 9.2.2, 9.2.3, 9.3 e 9.4 do referido acórdão, e promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer emitido pela Selog:
1. Processo TC-019.615/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 020.267/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Interessado: Editorar Multimidia Ltda-ME (12.500.313/0001-98)
1.3. Órgão/Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Antonio Cesar dos Reis Marra (27958/OAB-DF), representando G3 Comunicação Total Marketing; Paulo Sérgio Bernanrdes de Assis (45173/OAB-DF), representando Frisson Comunicação e Marketing Ltda-epp; Maria Lúcia da Silva e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Hugo Medeiros Gallo da Silva (37027/OAB-DF) e outros, representando Editorar Multimidia Ltda-me; Marta Aparecida de Carvalho Simões de Lara (27888/OAB-DF), representando Icomunicação Integrada Eireli.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
RELAÇÃO Nº 15/2016 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO
ACÓRDÃO Nº 967/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento de determinações exaradas no julgamento da fiscalização autuada no TC 006.620/2013-2, por meio do Acórdão 6.679/2013 - Plenário.
Considerando as informações apresentadas nestes autos, conclui-se que foram cumpridas as determinações constantes dos subitens 1.6.1.1 e 1.6.1.2 do Acórdão 6.679/2013- Plenário, devendo ser apensado definitivamente os presentes autos ao TC 007.501/2015-3.
ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso III, (15plenario ou 17camara), 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, em:
a) Considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 1.6.1.1 e 1.6.1.2 do Acórdão 6.679/2013-Plenário;
b) apensar os presentes autos ao processo TC 007.501/2015-3, nos termos dos artigos 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 e consequente arquivamento, com fulcro no artigo 169, inciso I do Regimento Interno do TCU.
c) Dar ciência deste Acórdão.
1. Processo TC-033.796/2013-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: não há.
ACÓRDÃO Nº 968/2016 - TCU - Plenário
VISTOS, relacionados e discutidos este Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria, interposto pelos Srs. Carlos Wagner Briglia Rocha; Gregório Almeida Junior; Marcelo Mesquita da Silva; Walter de Oliveira Mello; Antonio Valdy Fontenele, contra o Acórdão 2987/2015 - Plenário - TCU- itens recorridos 9.1 e 9.3 (R003, R004, R005, R006 e R007).
Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b", 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU; em:
a) não conhecer do pedido de reexame, interposto pelos recorrentes acima relacionados, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU;
b) à unidade técnica de origem, dar ciência deste Acórdão aos recorrentes e aos órgãos/entidades interessados.
1. Processo TC-003.714/2013-6 - PEDIDO DE REEXAME (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Recorrentes: Carlos Wagner Briglia Rocha (046.621.562-20); Gregório Almeida Junior (382.402.702-04); Marcelo Mesquita da Silva (199.727.332-20); Walter de Oliveira Mello (075.690.172-34); Antonio Valdy Fontenele (071.143.383-68)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA, Estado de Roraima, Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços Ltda., Architech Consultoria e Planejamento Ltda. e Ministério do Esporte.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.7. Representação legal: Maclison Leandro Carvalho das Chagas (1198/OAB-RR), representando Carlos Wagner Briglia Rocha; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rosane Fragoso da Silva e outros, representando Ministério do Esporte (vinculador); Sergio Antonio Goncalves Junior (39.788/OAB-DF), representando Architech Consultoria e Planejamento Ltda.; Érico Carlos Teixeira (679/OAB-RR), representando Coema - Paisagismo, Urbanização & Serviços Ltda.
ACÓRDÃO Nº 969/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:
a) dar quitação à Sra. Claise Maria Alves Zito dos Santos (CPF 027.386.267-77), em face do recolhimento da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 3.086/2014-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 193/2016-TCU-Plenário;
b) enviar cópia deste Acórdão a responsável; e
c) o arquivar os autos, considerando que a presente Solicitação do Congresso Nacional, foi integralmente, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008.
1. Processo TC-020.512/2013-9 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)
1.1. Responsável: Claise Maria Alves Zito dos Santos (027.386.267-77)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Representação legal: Windson Maciel (135697/OAB-RJ) e outros, representando Claise Maria Alves Zito dos Santos.
RELAÇÃO Nº 14/2016 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
ACÓRDÃO Nº 970/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 146; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, indeferindo o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Perinatal Serviços Médicos, bem como o pedido da representante de ingresso nos autos como terceiro interessado, facultando-lhe, no entanto, a obtenção de vista e cópia do processo, mandando adotar a seguinte providência, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar a representante, com o envio de cópia da respectiva instrução:
1. Processo TC-009.482/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Perinatal Serviços Médicos Eirelli (06.227.199/0001-71)
1.2. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Fernando Jorge Damha Filho (OAB/SP 109.618) e outros, representando Perinatal Serviços Médicos Eirelli.
1.7. Dar ciência à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com base no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre a ausência de discriminação, de forma precisa, no edital do Pregão 4/2016, da entidade de fiscalização profissional reputada competente para a inscrição dos interessados, se houver, sem perder de vista que tal exigência de qualificação técnica, prevista no artigo 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve ser limitada à inscrição no conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante objeto da licitação, em afronta ao artigo 1º da Lei 6.839/1980, bem como à jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdão 473/2004 - Plenário e 1884/2015, 1ª Câmara, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes.
ACÓRDÃO Nº 971/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, considerar que a cautelar concedida por esta Corte de Contas perdeu o objeto, em razão da anulação do Pregão Eletrônico TRE/SC nº 128/2015, e arquivar o presente processo, notificando a representante, a unidade jurisdicionada e a Almaq Equipamentos para Escritório Ltda:
1. Processo TC-031.470/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Microsens Ltda. (78.126.950/0003-16)
1.2. Interessada: Almaq Equipamentos para Escritório Ltda. (84.968.874/0001-27)
1.3. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC)
1.7. Representação legal: Camila Batista Rodrigues Costa (OAB/DF 46475)
RELAÇÃO Nº 14/2016 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES
ACÓRDÃO Nº 972/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado de Goiás - Senai/GO e na Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás - Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia - SED-GO para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFG, foram apuradas sobreposição indevida de jornadas de trabalho e falhas em registro de frequência;
considerando que, no Senai/GO e na SED/GO, foram verificadas manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013 e falhas em registros de matrículas;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no TC 024.329/2015-0;
considerando que demais situações de sobreposições de cargas horárias foram objeto de determinação específica às auditorias internas dos institutos federais para apuração e adoção de medidas corretivas no TC 024.329/2015-0, processo consolidador das auditorias no Pronatec;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações e ciências, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e ciências a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Goiás, a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás - Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia - SED-GO e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-018.209/2015-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Goiás - Senai/GO e Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás - Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia - SED-GO.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no apêndice B do relatório de auditoria à peça 60, referente ao exercício de 2013, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.8. dar ciência à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás e à Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás - Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia:
1.8.1. de que houve repasse de valores de assistência estudantil sem considerar presenças e ausências dos alunos em cursos do Pronatec, em desacordo com o art. 60, § 1º, da Portaria MEC 168/2013, que estabelece que a assistência estudantil deverá ser prestada aos beneficiários da Bolsa-Formação de forma a subsidiar alimentação e transporte;
1.8.2. da necessidade de regularizar os documentos de matrículas dos alunos beneficiários do Pronatec, haja vista que a equipe de auditoria verificou a falta de termo de compromisso e comprovante de matrícula, emitido pelo Sistec/MEC e assinado pelo aluno beneficiário, na documentação de reconfirmação de matrícula;
1.8.3. da manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram os requisitos exigidos na Portaria MEC 168/2013, quanto à exigência de frequência mínima inicial;
1.9. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás que monitore a determinação constante do item 1.7 acima.
ACÓRDÃO Nº 973/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC e no Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi (IDM) para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFAC, apurou-se sobreposição indevida de jornadas de trabalho;
considerando que, no IDM, verificou-se manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013, falhas na gestão de contratos de prestação de serviço de transporte aos beneficiários do Pronatec, não adoção de pregão na forma eletrônica e ausência de pesquisas de preços;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações e ciências deste Tribunal, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e ciências a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-024.413/2015-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Maria Rita Paro de Lima (CPF 197.647.662-34) e Rosana Cavalcante dos Santos (CPF 411.788.742-49).
1.3. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre e (IFAC) e Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi (IDM).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - Secex/AC.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores a seguir relacionados, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012:

Nome servidor	CPF	Período
Alexis de Matos Gomes	004.019.466-30	Novembro de 2013
Ana Carla Arruda de Holanda	616.227.612-00	Outubro de 2013
Ana Cristina Moreira dos Santos	522.904.091-20	maio, junho, outubro e novembro de 2013 e outubro e novembro de 2014
Darueck Acácio Campos	509.157.462-04	outubro de 2013
Edu Gomes da Silva	756.402.522-00	junho de 2014
Hévea Monteiro Maciel	624.234.602-87	outubro de 2013
Keila da Conceição Souza	516.192.452-72	outubro de 2014
Mário Sérgio Pedroza Lobão	929.729.932-68	outubro e novembro de 2014
Ricardo Bezerra Hoffmann	003.378.639-97	julho de 2014
Wemerson Fittipaldy de Oliveira	412.453.852-91	maio de 2013

1.9. dar ciência ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi (IDM) acerca das seguintes ocorrências:
1.9.1 não realização do procedimento de reconfirmação e manutenção indevida das matrículas dos 22 alunos elencados no item 116.3 da instrução à peça 95, p. 34, no Pronatec Bolsa-Formação, com infração à Portaria MEC 168/2013, arts. 16, inciso XXIV, e 55, incisos I a III; c/c as Notas Informativas 474/2014/SETEC/MEC e 56/2015/SETEC/MEC;
1.9.2. extensão das vigências dos Contratos IDEP-DM 95, 96 e 100, todos de 2012, sem acostar aos autos dos respectivos processos demonstração de que os preços e as condições existentes no momento das prorrogações eram favoráveis à continuidade das avenças, em desacordo com o disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993;
1.9.3. ampliação em 25% dos Contratos IDEP-DM 96 e 100, ambos de 2012, em desacordo com a autorização estabelecida na Lei 8.666/1993, art. 65, §§ 1º e 2º;
1.9.4. o realinhamento de preços pactuado no terceiro aditivo ao Contrato IDEP-DM 95/2012 não foi precedido de demonstração de variação nos custos dos serviços suportados pela contratada que justificassem repactuação no valor do aluguel dos ônibus, em desacordo com a Lei 8.666/1993, art. 55, inciso III, e com a jurisprudência desta Tribunal (acórdãos 1.574/2015 e 3.388/2012, ambos do Plenário, dentre outros);
1.9.5. ausência de pesquisas de mercado nos processos licitatórios dos pregões 863/2012, 865/2012, 866/2012, 1191/2012 e 1192/2012 em desacordo com o art. 9º do Decreto 5.450/2005;
1.9.6. realização dos pregões 863/2012, 865/2012, 866/2012, 1191/2012 e 1192/2012 na forma presencial, sem demonstração da inviabilidade de ter sido adotado pregão em sua forma eletrônica, conforme estabelece o art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto 5.504/2005;
1.10. dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) e à Controladoria-Geral do Estado do Acre (CGE/AC) acerca das impropriedades cometidas pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi (IDM), arroladas no item 1.9 deste acórdão;
1.11. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre que monitore a determinação do item 1.8 acima.
ACÓRDÃO Nº 974/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Pernambuco - Senai/PE para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFPE, apurou-se sobreposição indevida de jornadas de trabalho;
considerando que, no Senai/PE, verificou-se manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que demais situações de sobreposições de cargas horárias foram objeto de determinação específica às auditorias internas dos institutos federais para apuração e adoção de medidas corretivas no âmbito do TC 024.329/2015-0, processo consolidador das auditorias no Pronatec;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações e ciências, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e ciências a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Pernambuco e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.051/2015-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Pernambuco - Senai/PE.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item III.2 do relatório de auditoria à peça 60, p. 14, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.8. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco da ocorrência de registros não confiáveis da frequência como servidor do Instituto para profissionais atuantes no Bolsa-Formação do Pronatec, detectados em 48 meses, ou seja, 35% do total, de uma amostra de 136 meses de trabalho de 40 servidores em 2013 e 2014, em desconformidade com a Portaria-IFPE 333/2014 (item III.1 do relatório de auditoria, peça 60, p. 13);
1.9. dar ciência à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Pernambuco de que:
1.9.1. ocorreu confirmação intempestiva, após o início do curso, no Sistema Sistec, de matrículas de candidatos no Bolsa-Formação do Pronatec, em 31 casos dentro da amostra de 271 itens examinados pela equipe de auditoria, em desconformidade com o disposto na Portaria-MEC 168/2013, art. 16, inciso XXIII, e Resolução-FNDE 3/2011, art. 6º, alínea "k" (item III.3 do relatório de auditoria, peça 60, p.15);
1.9.2. não ocorreu o cancelamento de matrículas de alunos do Bolsa-Formação do Pronatec que não haviam cumprido a frequência inicial mínima estabelecida na Portaria-MEC 168/2013, art. 55, em 11 casos detectados na amostra de 271 itens examinados pela equipe de auditoria (item III.4 do relatório de auditoria, peça 60, p.16);
1.9.3. houve pagamento de assistência estudantil correspondente a uma carga horária maior do que aquela realizada no curso em 14 casos (5%) da amostra examinada de 271 alunos inscritos em cursos do Bolsa-Formação ofertados pelo Senai-PE em 2013 e 2014, em desacordo com a Portaria-MEC 168/2013, art. 60, § 1º (item III.5 do relatório de auditoria, peça 60, p.16);
1.9.4. houve divergências entre a carga horária pactuada, cadastrada no Sistema Sistec, e aquela efetivamente realizada em seis cursos detectados na amostra de 271 itens examinados pela equipe de auditoria (item IV.1 do relatório de auditoria, peça 60, p.17);
1.10. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco que monitore a determinação constante do item 1.7 acima.
ACÓRDÃO Nº 975/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Piauí - Senac/PI para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução-FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFPI, apuraram-se ocorrências relativas à publicidade e à transparência dos atos de seleção e à sobreposição indevida de jornadas de trabalho;
considerando que, no Senac/PI, verificou-se manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações, recomendação e ciência deste Tribunal, nos termos do art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, incisos II e III, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações, recomendação e ciência a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Piauí e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.128/2015-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (CPF 048.380.683-87) e Paulo Henrique Gomes de Lima (CPF 228.975.773-04).
1.3. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Piauí - Senac/PI.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex-PI.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados à peça 15 deste processo, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.9. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí que publique os extratos dos editais de seleção dos bolsistas do Pronatec no Diário Oficial da União, conforme exigido em norma interna do Instituto e em cumprimento aos princípios da publicidade e da impessoalidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
1.10. dar ciência ao Senac/PI da:
1.10.1. necessidade de regularizar os documentos de matrículas dos alunos beneficiários do Pronatec, haja vista que a equipe de auditoria verificou a falta de termo de compromisso e comprovante de matrícula, emitido pelo Sistec/MEC e assinado pelo aluno beneficiário, na documentação de reconfirmação de matrícula;
1.10.2. manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram os requisitos exigidos na Portaria-MEC 168/2013, quanto à exigência de frequência mínima inicial;
1.11. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí que monitore a determinação do item 1.8 acima.
ACÓRDÃO Nº 976/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada na Secretaria de Estado da Educação de Alagoas - Seduc/AL para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, na Seduc/AL, apurou-se manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de ciência;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fazer as ciências a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.355/2015-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Josicleide Maria Pereira de Moura (CPF 516.989.004-49), José Barboza Neto (CPF 304.550.814-68), José Luciano Barbosa da Silva (CPF 296.681.744-53), Laudirege Fernandes Lima (CPF 216.072.734-20), Maria Tânia de Almeida Souza (CPF 321.667.024-49) e Stella Lima de Albuquerque (CPF 209.070.284-20).
1.3. Unidade: Secretaria de Estado da Educação de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. dar ciência à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas:
1.8.1. da necessidade de regularizar os documentos de matrículas dos alunos beneficiários do Pronatec, haja vista que a equipe de auditoria verificou a falta de termo de compromisso e comprovante de matrícula, emitido pelo Sistec/MEC e assinado pelo aluno beneficiário, na documentação de matrícula;
1.8.2. da necessidade de realizar procedimentos de reconfirmação de matrícula previstos na Portaria MEC 168/2013.
ACÓRDÃO Nº 977/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional do Estado da Bahia - Senai/BA para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFBA, apurou-se sobreposição indevida de jornadas de trabalho;considerando que, no Senai/BA, verificou-se manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que demais situações de sobreposições de cargas horárias foram objeto de determinação específica às auditorias internas dos institutos federais para apuração e adoção de medidas corretivas no âmbito do TC 024.329/2015-0, processo consolidador das auditorias no Pronatec;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações e ciências, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e ciências a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional do Estado da Bahia e à Controladoria-Geral da União, e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.691/2015-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Antônio Idilvan de Lima Alencar (CPF 381.675.653-00), Luís Alberto Breda Mascarenhas (CPF 705.326.135-20) e Renato da Anunciação Filho (CPF 195.341.405-20).
1.3. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional do Estado da Bahia - Senai/BA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item III.1.2 do relatório de auditoria à peça 37, p. 11, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.9. dar ciência à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na Bahia:
1.9.1. de que houve repasse de valores de assistência estudantil sem considerar presenças e ausências dos alunos em cursos do Pronatec, em desacordo com o art. 60, § 1º, da Portaria MEC 168/2013, que estabelece que a assistência estudantil deverá ser prestada aos beneficiários da Bolsa-Formação de forma a subsidiar alimentação e transporte;
1.9.2. da necessidade de regularizar os documentos de matrículas dos alunos beneficiários do Pronatec, haja vista que a equipe de auditoria verificou a falta de termo de compromisso e comprovante de matrícula, emitido pelo Sistec/MEC e assinado pelo aluno beneficiário, na documentação de reconfirmação de matrícula;
1.9.3. da manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram os requisitos exigidos na Portaria MEC 168/2013, quanto à exigência de frequência mínima inicial;
1.10. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia que monitore a determinação constante do item 1.8 acima.
ACÓRDÃO Nº 978/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE e na Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará - Senac/CE para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução-FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que foram selecionados, por amostragem, bolsistas dos campi de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Sobral, Quixadá, Cedro, Baturité, Crateús, Caucaia, Maracanaú, Guaramiranga, Canindé, Tianguá, Jaguaribe, Aracati e Iguatu;
considerando que, no IFCE, apuraram-se ocorrências relativas à publicidade e à transparência dos atos de seleção; sobreposição indevida de jornadas de trabalho; incompatibilidade entre cursos ministrados e disciplinas para as quais houve seleção; sobreposição de cursos e pagamento em duplicidade;
considerando que, no Senac/CE, verificou-se evasão e abandono das turmas do curso "Inglês Aplicado aos Serviços Turísticos" e manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria-MEC 168/2013;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de recomendações e determinações deste Tribunal, nos termos do art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, incisos II e III, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e recomendações a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.693/2015-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará que apure sobreposição indevida de cursos ministrados pela servidora Denise Penha Viveiros, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância aos arts. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012;
1.8. recomendar, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará que:

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

1.8.1 publique os extratos dos editais de seleção dos bolsistas do Pronatec no boletim interno do Instituto, em cumprimento aos princípios da publicidade e da impessoalidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
1.8.2. divulgue os resultados das seleções, com a classificação e a pontuação dos candidatos, bem como o curso, disciplina ou atividades para os quais os candidatos foram selecionados, em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade e ao art. 14, § 1º, da Resolução-FNDE 4/2012;
1.8.3. implante controle de frequência dos bolsistas das atividades de apoio do Pronatec, com horários de entrada e saída, conforme estabelecem os arts. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012;
1.8.4. insira, nos editais de seleção para bolsistas, cláusula que vede expressamente a sobreposição de horários entre a jornada regular do servidor e a do Pronatec, conforme arts. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012;
1.8.5. aloque os profissionais para ministrarem cursos ou disciplinas compatíveis com as seleções a que se submeteram, conforme previsto no Edital Institucional de Extensão, nos termos do art. 14, § 1º, da Resolução-FNDE 4/2012;
1.9. recomendar à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará que:
1.9.1. planeje e execute o programa "Pronatec na Empresa", particularmente o curso "Inglês Aplicado a Serviços Turísticos", levando em conta a carga horária, o tempo de duração, as especificidades do setor turístico e a disponibilidade dos alunos nos períodos de alta estação, com o objetivo de evitar evasão e abandono dos estudantes; e examine a conveniência da implementação do curso "Inglês Aplicado aos Serviços de Turismo" por módulos, também com vistas a evitar evasões e abandonos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, incisos IV, V e VI, da Lei 12.513/2011;
1.9.2. estabeleça procedimentos administrativos de cancelamentos de matrículas de evadidos de forma tempestiva, para reaproveitamento de vagas nos cursos e para evitar pagamento indevido de assistência estudantil a quem não está em capacitação, com fulcro no art. 55 da Portaria-MEC 168/2013;
1.10. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará que monitore a determinação do item 1.7 acima.
ACÓRDÃO Nº 979/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional do Estado de Sergipe - Senai/SE para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFS, apurou-se sobreposição indevida de jornadas de trabalho e falhas em registro de frequência;
considerando que, no Senai/SE, verificou-se manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram requisitos da Portaria MEC 168/2013 e falhas em registros de matrículas;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que demais situações de sobreposições de cargas horárias foram objeto de determinação específica às auditorias internas dos institutos federais para apuração e adoção de medidas corretivas no âmbito do TC 024.329/2015-0, processo consolidador das auditorias no Pronatec;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações e ciências, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e ciências a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional do Estado de Sergipe e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.709/2015-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Ailton Ribeiro de Oliveira (CPF 077.847.755-04) e Paulo Sérgio de Andrade Bergamini (CPF 011.102.038-70).
1.3. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional do Estado de Sergipe - Senai/SE.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe - Secex/SE.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Sergipe que:
1.8.1. apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item II.2.1 do relatório de auditoria à peça 42, p. 6, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.8.2. apure pagamentos a maior de bolsa a servidores do IFS que atuaram no Pronatec Bolsa-Formação, decorrentes do cômputo indevido de horas de trabalho e, se for o caso, providencie, com base no art. 46 da Lei 8.112/90, ressarcimento dos valores correspondentes (item III.1 do relatório de auditoria, peça 42, p.18) e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas;
1.9. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe das seguintes ocorrências:
1.9.1. designação irregular de supervisores de cursos do Pronatec, em desatenção ao art. 9º, § 2º, da Lei 12.513/2011, c/c o art. 14, § 1º, da Resolução FNDE 62/2011 (item II.1 do relatório de auditoria, peça 42, p.5);
1.9.2. falhas em registros de frequência de colaboradores do Pronatec no IFS, em desatenção ao art. 15, § 4º, da Resolução CD/FNDE 4/2012 (item II.3 do relatório de auditoria, peça 42, p.7);
1.9.3. ausência de folhas de frequência do servidor Cristiano Santos Jesus, CPF 599.182.415-00, relativas a maio/2013 e junho/2014 (item II.5 do relatório de auditoria, peça 42, p.9);
1.9.4. necessidade de implementação de controle de assiduidade e pontualidade de seus servidores professores, mediante controle eletrônico de ponto, com exceção dos ocupantes do cargo de Professor da Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, com fundamento no art. 1º do Decreto 1.867/1996 e art. 6º, § 7º, do Decreto 1.590/1995 (item II.4 do relatório de auditoria, peça 42, p.8);
1.10. Dar ciência à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Sergipe:
1.10.1. de que houve repasse de valores de assistência estudantil sem considerar presenças e ausências dos alunos em cursos do Pronatec, em desacordo com o art. 60, § 1º, da Portaria MEC 168/2013, que estabelece que a assistência estudantil deverá ser prestada aos beneficiários da Bolsa-Formação de forma a subsidiar alimentação e transporte;
1.10.2. da necessidade de regularizar os documentos de matrículas dos alunos beneficiários do Pronatec, haja vista que a equipe de auditoria verificou a falta de termo de compromisso e comprovante de matrícula, emitido pelo Sistec/MEC e assinado pelo aluno beneficiário, na documentação de reconfirmação de matrícula;
1.10.3. da manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram os requisitos exigidos na Portaria MEC 168/2013, quanto à exigência de frequência mínima inicial;
1.11. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe que monitore a determinação constante do item 1.8 acima.
ACÓRDÃO Nº 980/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN e na Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte - Senac/RN para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFRN, apurou-se descumprimento de cláusulas do edital de seleção dos bolsistas e sobreposição indevida de jornadas de trabalho;
considerando que, no Senac/RN, verificou-se manutenção indevida de matrícula de alunos em desacordo com os requisitos da Portaria MEC 168/2013;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de determinações e ciência, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e ciência a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-025.724/2015-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Belchior de Oliveira Rocha (CPF 088.701.524-72), Fernando Virgílio de Macedo Silva (CPF 736.816.364-00) e Otávio Augusto de Araújo Tavares (CPF 019.934.534-15).
1.3. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte que:
1.8.1. apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item III.1. do relatório de auditoria à peça 17, p. 9, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.8.2. adote providências para regularizar e evitar ausências e inconsistências na marcação da frequência do Pronatec, em desacordo com o art. 13, inciso II, alínea 'e', da Resolução CD/FNDE 4/2012, conforme verificado em 89% da amostra da auditoria realizada por este Tribunal, nos exercícios de 2013 e 2014, conforme descrito no item III.2 do relatório de auditoria à peça 17, p. 10-11, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas;
1.8.3. cumpra as cláusulas dos editais de seleção de bolsistas em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da transparência e da impessoalidade, de forma a evitar seleção de bolsista sem preenchimento dos requisitos de formação exigidos, jornada de trabalho não coincidente com a prevista no edital e carga horária de aulas ministradas acima da prevista no edital, conforme apuração da auditoria, descrita no item III.3 do relatório de auditoria à peça 17, p. 12-13, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas;
1.9. dar ciência à Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte de que:
1.9.1. houve repasse de valores de assistência estudantil sem considerar presenças e ausências dos alunos em cursos do Pronatec, em desacordo com o art. 60, § 1º, da Portaria MEC 168/2013, que estabelece que a assistência estudantil deverá ser prestada aos beneficiários da Bolsa-Formação de forma a subsidiar alimentação e transporte;
1.9.2. da necessidade de regularizar os documentos de matrículas dos alunos beneficiários do Pronatec, haja vista que a equipe de auditoria verificou a falta de termo de compromisso e comprovante de matrícula, emitido pelo Sistec/MEC e assinado pelo aluno beneficiário, na documentação de reconfirmação de matrícula, além de assinatura em data posterior ao início do curso ou ao período regular de substituição dos alunos desistentes;
1.9.3. manutenção indevida de matrícula de alunos que descumpriram os requisitos exigidos na Portaria MEC 168/2013, quanto à exigência de frequência mínima inicial;
1.10. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte que monitore as determinações constantes do item 1.8 acima.
ACÓRDÃO Nº 981/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat/ES para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que foram selecionados, por amostragem, bolsistas dos campi de Alegre, Aracruz, Colatina, Guarapari, Ibatiba, Nova Venécia, Piúma, Vila Velha e Vitória;
considerando que, no IFES, apuraram-se ocorrências relativas a sobreposição indevida de jornadas de trabalho e a prestação de assistência estudantil em valor não correspondente ao devido;
considerando que, nos campi de Alegre e de Guarapari, não foi possível confrontar as frequências do IFES e do Pronatec referentes ao exercício de 2013;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de recomendações e ciência, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e a ciência a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat/ES e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-026.105/2015-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat/ES.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
1.6. Representação legal: Walter Viana Silva (19.022/OAB-DF) e Peter Alexander da Costa Lange (17740/OAB-DF).
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES que:
1.7.1. apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no apêndice B do relatório de auditoria (peça 132, p.51-54), referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.7.2. realize o confronto entre a frequência referente à carga horária regular no IFES dos servidores lotados nos campi Alegre e Guarapari, no exercício de 2013, com documentos que efetivamente evidenciem os horários em que os cursos do Pronatec ocorreram naqueles campi no referido exercício; caso ocorra sobreposição indevida de cargas horárias, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível; e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância aos arts. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
1.8. dar ciência ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte do Espírito Santo de que houve repasse de valores de assistência estudantil sem considerar presenças e ausências dos alunos em cursos do Pronatec, em desacordo com o art. 60, § 1º, da Portaria MEC 168/2013, que estabelece que a assistência estudantil deverá ser prestada aos beneficiários da Bolsa-Formação de forma a subsidiar alimentação e transporte;
1.9. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo que monitore as determinações constantes do item 1.7 acima.
ACÓRDÃO Nº 982/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado de Minas Gerais - IFMG e na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução-FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que não foram apuradas, na amostra analisada pela equipe de auditoria, irregularidades relativas a sobreposição entre a carga horária regular do profissional pertencente ao quadro de servidores do IFMG e a carga horária como bolsista no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, bem como em relação ao pagamento de bolsa-formação a estudantes (peça 19, p. 8);
considerando que a equipe de auditoria relatou o achado III.3. (peças 19, p. 7, e 16), referente a supostos pagamentos indevidos, mas não foi conclusiva em relação à origem dos recursos (federais ou estaduais) e à legalidade das despesas realizadas;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 201 do Regimento Interno, em fazer a determinação a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-027.038/2015-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG e Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais que, no prazo de 30 dias, ultime as apurações do achado de auditoria III.3. (peças 19, p. 7, e 16), referente a supostos pagamentos indevidos, considerando que a equipe de auditoria não foi conclusiva em relação à origem dos recursos (se federais ou estaduais), à legalidade das despesas realizadas e à adoção de possíveis medidas corretivas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, se for o caso.
ACÓRDÃO Nº 983/2016 - TCU - Plenário
Visto este relatório de fiscalização realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL para verificar a regularidade de cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação);
considerando que o Pronatec é uma política pública do Governo Federal, instituída em outubro de 2011 pela Lei 12.513/2011, que visa à ampliação da oferta gratuita de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
considerando que a oferta e realização dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação possuem oito etapas de procedimentos, a saber: (i) pactuação; (ii) oferta de turmas; (iii) seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; (iv) confirmação da matrícula de beneficiários; (v) transferência de recursos financeiros; (vi) realização do curso e emissão de certificados; (vii) conciliação de vagas; e (viii) prestação de contas;
considerando que a auditoria avaliou a regularidade das etapas do Bolsa-Formação em conformidade com a Lei 12.513/2011, a Resolução-FNDE 4/2012 e a Portaria MEC 168/2013;
considerando que, no IFAL, apuraram-se ocorrências relativas a publicidade e transparência dos atos de seleção e a sobreposição indevida entre jornadas de trabalho;
considerando que a prestação de assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos de Bolsa-Formação requer aperfeiçoamento de sua regulamentação, que foi objeto de determinação específica à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no âmbito do TC 024.329/2015-0;
considerando que a correção das falhas apontadas pela fiscalização deve ser objeto de recomendação e determinação deste Tribunal, nos termos do art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno;
considerando as manifestações uniformes constantes dos autos;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 250, incisos II e III, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações e recomendações a seguir; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas e à Controladoria-Geral da União; e em arquivar o processo abaixo relacionado.
1. Processo TC-028.030/2015-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores a seguir relacionados, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012:

Servidor	CPF	Matricula/SIAPE
Maria Luiza Jaborandy Maia Dias	348.965.464-15	6267353
Maria Rosineide Cavalcante Bittencourt	636.824.864-53	1476168
Cristiane Wanderlei Peixoto	861.427.204-91	1109294

1.8. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que:
1.8.1. publique os extratos dos editais de seleção dos bolsistas do Pronatec no boletim interno do Instituto, em cumprimento aos princípios da publicidade e da impessoalidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
1.8.2. divulgue os resultados das seleções, com a classificação e a pontuação dos candidatos, bem como os cursos, disciplinas ou atividades para os quais os candidatos foram selecionados, em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade e ao art. 14, § 1º, da Resolução-FNDE 4/2012.
1.9. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas que monitore a determinação do item 1.7 acima.
ACÓRDÃO Nº 984/2016 - TCU - Plenário
Considerando que o recorrente abaixo indicado ingressou com pedido de reexame contra o acórdão 502/2015-Plenário, prolatado nesta representação;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285, caput e § 2º, e 286, parágrafo único do Regimento Interno, em não conhecer deste pedido de reexame, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e restituir os autos à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) para prosseguimento do feito.
1. Processo TC-004.821/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Responsáveis: C. C. Garcia - Me (CNPJ 08.582.659/0001-05); Consulog - Prestação de Serviços (CNPJ 08.222.629/0001-98); Dalmo Jose Braga Paim (CPF 975.674.347-68); Diniz Graciliano da Fonseca Filho (CPF 017.057.278-16); Francisco Jorge de Souza Godoy (CPF 005.603.738-48); Francisco Jose Ferro Lopes (CPF 988.254.297-20); Silnei Correia (CPF 049.977.918-57).
1.3. Recorrente: Silnei Correia (CPF 049.977.918-57).
1.4. Unidade: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Weder de Oliveira.
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.9. Representação legal: Bruno Silva Campos (17509/OAB-DF) e outros, representando Dalmo Jose Braga Paim.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 985/2016 - TCU - Plenário
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação, considerá-la parcialmente procedente, dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica ao representante e apensar os presentes autos ao processo TC 014.220/2011-3, de acordo com o art. 36 da Resolução TCU 259/2014.
1. Processo TC-006.310/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Procuradoria da República em Sergipe.
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 986/2016 - TCU - Plenário
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, c/c os arts. 38, inciso I, da Lei. 8.443/1992 e o art. 232, do Regimento Interno, em não conhecer da presente solicitação; em esclarecer aos interessados que este Tribunal, por imposição constitucional, legal e regulamentar, conforme art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, c/c o art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 e o art. 232 do Regimento Interno, está adstrito a atender, exclusivamente, pedido de realização de auditorias e inspeções que tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou pelas respectivas comissões Técnicas ou de Inquérito; em encaminhar aos solicitantes, cópia deste acórdão; e em arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.
1. Processo TC-001.538/2016-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Solicitantes: Ivo da Silva (CPF 034.244.624-03); José Moyses Ferreira (361.183.385-15)
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
RELAÇÃO Nº 15/2016 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 987/2016 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.989/2013-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 6/11/2013 (Ata nº 43/2013), na forma que se segue, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à SecexRodovias, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo:
a) relativamente ao item 9.5:
onde se lê: "9.5. determinar ao Dnit que proceda ao desconto integral ou parcelado das dívidas dos Srs. José Wanks Meireles Sales e Josidan Góis Cunha nos seus respectivos vencimentos, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;";
leia-se: "9.5. determinar ao Ministério dos Transportes que proceda ao desconto parcelado da dívida nos proventos do Sr. José Wanks Mei-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

reles Sales, em até 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e informe a este Tribunal as medidas adotadas."
1. Processo TC-014.981/2010-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: TC-006.307/2013-2 (SOLICITAÇÃO); TC-013.967/2015-0 (SOLICITAÇÃO); TC-006.782/2013-2 (SOLICITAÇÃO); TC-010.423/2013-3 (SOLICITAÇÃO); TC-007.547/2013-7 (SOLICITAÇÃO); TC-000.701/2014-9 (SOLICITAÇÃO) e TC-007.144/2014-8 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Joaquim Guedes Martins Neto CPF (246.136.573-34); Josidan Góis Cunha (CPF 059.960.823-49); José Wanks Meireles Sales (CPF 008.440.986-04) e Marcílio de Sá Batista (CPF 389.391.424-20).
1.3. Interessado: Congresso Nacional.
1.4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).
1.5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRodovias).
1.8. Representação legal: Hélio das Chagas Leitão Neto (OAB/CE 7.855); Francisco Valdemizio Acioly Guedes (OAB/CE 12.068); Teresa Amaro Campelo Bezerra (OAB/DF 3.037); Marlon Carvalho Cambraia (OAB/CE 14.333).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA
Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 988 a 1009, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.
ACÓRDÃO Nº 988/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 002.964/2016-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Desestatização
3. Responsável: José Oleskovicz, Superintendente
4. Órgão: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (RFB/1ªRF)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SeinfraHid
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do primeiro estágio de licitação para permissão de exploração de terminal alfandegado de uso público do tipo Estação Aduaneira Interior (EADI), a ser implantado no município de Três Lagoas (MS).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. aprovar, com fundamento no art. 258, inciso II, do Regimento Interno c/c art. 7º, inciso I, da IN TCU nº 27/1998, o primeiro estágio de fiscalização da presente outorga de permissão para exploração de terminal alfandegado de uso público do tipo Estação Aduaneira Interior, a ser implantado no município de Três Lagoas (MS);
9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal;
9.3. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid) para o prosseguimento do feito.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0988-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
ACÓRDÃO Nº 989/2016 - TCU - Plenário
1. Processo: TC 009.027/2003-0
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Recurso de Revisão em Tomada de Contas - Exercício de 2002)
3. Recorrente: Salomão Kiermes Tavares (CPF 568.702.487-53)
4. Órgão/Entidade/Unidade: 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC)/Comando do Exército/Ministério da Defesa
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Serur
8. Representação legal: Haislan Gomes Frota (OAB/DF 43.154)
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração em Recurso de Revisão em Tomada de Contas do Exercício de 2002, interposto pelo Sr. Salomão Kiermes Tavares contra os termos do Acórdão 1.366/2015-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. expedir quitação da multa ao Sr. Salomão Kiermes Tavares, nos termos do art. 218 do RI/TCU;
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0989-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
ACÓRDÃO Nº 990/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 010.655/2012-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de Ofício e Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francisco Geraldo Moreira da Silva (095.015.506-30).
4. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se promove revisão de ofício do Acórdão nº 2.940/2012-1ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), proferido em 31/5/2012, por intermédio do qual este Tribunal considerou legal e ordenou o registro do ato de concessão de aposentadoria de Francisco Geraldo Moreira da Silva (095.015.506-30), ex-servidor da Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em conformidade com o preceituado no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, tomando por base as verificações feitas pela unidade técnica, na forma prevista no artigo 260, caput, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. manter o julgamento pela legalidade do ato de concessão de aposentadoria de Francisco Geraldo Moreira da Silva (095.015.506-30), ex-servidor da Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme decidido pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.940/2012-1ª Câmara;
9.2. determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, corrija o valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) atualmente paga ao inativo Francisco Geraldo Moreira da Silva, o qual deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, nos termos do art. 2º-E, § 4º, da Lei 11.233/2005, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.2.2. dê ciência ao Sr. Francisco Geraldo Moreira da Silva, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, do inteiro teor do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam;
9.2.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4o, § 3o, da Resolução 170/2004-TCU.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0990-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
ACÓRDÃO Nº 991/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 011.156/2010-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Relatório de Auditoria)
3. Interessado: Construtora Queiroz Galvão S/A (CNPJ 33.412.792/0001-60)
4. Órgãos: Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas (Seinfra/AL)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SeinfraHid
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Igor Fellipe Araújo de Souza (OAB/DF 41.065) e Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764)
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração em relação ao Acórdão nº 2957/2015-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar a seguinte redação ao parágrafo 15 do voto condutor do Acórdão nº 2957/2015-TCU-Plenário:
"15.Com respeito ao memorial que recebi dos representantes legais da Construtora Queiroz Galvão S/A, responsável pela execução das obras do Trecho 5 do Canal do Sertão, entendo que as questões abordadas no TC 003.632/2015-6 e neste processo são distintas. Naqueles autos discute-se a adequabilidade do projeto básico, a adequabilidade dos quantitativos e serviços da planilha orçamentária contratada, bem como a coerência dos preços contratados reajustados em relação aos preços atuais de mercado, enquanto que neste processo cuida-se do sobrepreço apurado no referido trecho. Assim, entendo que essas questões podem ser discutidas no âmbito de cada processo."
9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Construtora Queiroz Galvão S/A, à Seinfra/AL, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) e à Secex/AL;
9.4. nos termos do art. 49, inciso I, da Resolução TCU nº 259/2014, remeter os autos à Secretaria de Recursos (Serur), para exame preliminar de admissibilidade dos recursos interpostos às peças 366-368 e 373.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0991-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
ACÓRDÃO Nº 992/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 014.339/2008-9
2. Grupo I - Classe de Assunto - I: Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Simplificada)
3. Interessada: Ideal Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ 00.809.532/0001-74)
4. Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Goiás e Tocantins - GRA/MF/GO/TO
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Liberato Nunes Taguatinga Filho (OAB/GO 14.839)
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pela empresa Ideal Engenharia e Construções Ltda. em relação ao Acórdão nº 1176/2011-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 288, inciso III, do Regimento Interno, conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão à interessada e à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Goiás e Tocantins (GRA/MF/GO/TO).
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0992-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
ACÓRDÃO Nº 993/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 019.819/2014-5.
1.1. Apenso: 005.042/2015-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Associação Brasileira de Agências de Viagens do DF (00.510.024/0001-90); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador).
3.2. Recorrente: Associação Brasileira de Agências de Viagens do DF.
4. Órgãos: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Karla Cavalcanti e Silva Sampaio e outros, representando Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador).
8.2. Francisco Rocha Nunes Neto (29505/OAB-DF), Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima (12.907/OAB-DF) e outros, representando Associação Brasileira de Agências de Viagens do DF.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, cuidam de Agravo interposto pela Associação Brasileira de Agências de Viagens do DF (ABAV-DF).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Agravo interposto pela Associação Brasileira de Agências de Viagens do DF (ABAV-DF) (peça 401), com fundamento no art. 289 do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

latório e do Voto que o fundamentam, para a Associação Brasileira de Agências de Viagens do DF;
9.3. restituir os autos à Selog para continuidade do feito.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0993-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 994/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.450/2007-0.
1.1. Apensos: 032.192/2008-3; 018.788/2011-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (05.526.783/0001-65); Prefeitura Municipal de Serraria - PB (08.790.172/0001-18)
3.2. Responsáveis: João de Deus Ferreira da Silva (836.594.478-20); Maria de Lourdes Silva Bernardino (161.693.364-04); Valquíria de Melo Asfora (299.510.204-10)
3.3. Recorrente: Maria de Lourdes Silva Bernardino (161.693.364-04).
4. Órgãos/Entidades: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (vinculador); Prefeitura Municipal de Serraria - PB.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
8. Representação legal:
8.1. Rodrigo Oliveira dos Santos Lima (10478/OAB-PB) e outros, representando Maria de Lourdes Silva Bernardino.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Recurso de Revisão em tomada de contas especial, instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra o ex-Prefeito João de Deus Ferreira da Silva, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos ao Município de Serraria (PB), no exercício de 2004, no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. tornar insubsistente, de ofício, o Acórdão nº 3.209/2014-Plenário, com fulcro no art. 174 do RI/TCU;
9.2. restituir os autos ao Relator do Recurso de Revisão.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0994-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 995/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.378/2011-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Representação).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Marilene Campelo Nogueira (CPF n.º 318.730.223-87); Antônia Elizabete Paz Monteiro (CPF n.º 258.725.323-34); Maria do Socorro Ricardo Monteiro (CPF n.º 380.331.353-87); Rejane Marcia Figueiredo de Mesquita (CPF n.º 786.295.783-00).
3.2. Responsáveis: Antônia Elizabete Paz Monteiro (CPF n.º 258.725.323-34); Dimetal - Construções e Serviços Ltda. (CPF n.º 08.813.547/0001-18); Maria do Socorro Ricardo Monteiro (CPF n.º 380.331.353-87); Marilene Campelo Nogueira (CPF n.º 318.730.223-87); Maximus Construções Ltda. (CNPJ n.º 08.824.434/0001-18); Palermo Construções Ltda. (CNPJ n.º 09.549.931/0001-18); Reginaldo Cavalcante de Oliveira (CPF n.º 460.901.423-87); Rejane Marcia Figueiredo de Mesquita (CPF n.º 786.295.783-00)
3.3. Recorrentes:
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aracoiaba (CE).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
8. Advogados estabelecidos nos autos: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedidos de Reexame em face do Acórdão n.º 1.459/2014-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer dos pedidos de reexame interposto pela Sra. Marilene Campelo Nogueira, pela Sra. Antônia Elizabete Paz Monteiro, pela Sra. Maria do Socorro Ricardo Monteiro e pela Sra. Rejane Márcia Figueiredo de Mesquita, com fundamento no art. 286 do Regimento Interno, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterados os termos do acórdão recorrido;
9.2 autorizar, desde logo, o parcelamento dos débitos, caso venha a ser requerido, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;
9.3 dar ciência da presente deliberação ao interessado.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0995-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 996/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 046.304/2012-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto VI: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).
3.2. Responsáveis: José Floriano Gomes da Silva (n.º CPF 304.632.974-15), Presidente Conselho Escolar, Lourival de Souza Bulhões (CPF n.º 472.635.044-72), 1º conselheiro fiscal, Hélio Ferreira Coelho (CPF n.º 131.021.926-53), 2º conselheiro fiscal, Quitéria Maria Cordeiro (CPF n.º 994.516.384-15), 3º conselheira fiscal, Jeane Silva de Oliveira (CPF n.º 029.990.704-03) primeira suplente do conselho fiscal e Daniela Cleudy de Arruda Salvador (CPF n.º 008.645.154-56), 2ª conselheira fiscal; e as empresas A C Lira de Amorim - ME (CNPJ n.º 12.818.060/0001-03), MLL Gomes - ME (CNPJ n.º 10.289.045/0001-81), AL Comercial e Representações - EPP (CNPJ n.º 06.097.213/0001-60), Arcanjo Comercial Ltda. - EPP (CNPJ n.º 07.872.365/0001-55), Unicompra Supermercados - Ltda. (CNPJ n.º 41.185.455/0006-10) e Cencosud Brasil Comercial Ltda. (CNPJ n.º 39.346.861/0084-99).
4. Órgãos/Entidades: Escola estadual Margarez Maria Santos Lacet.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).
8. Advogados constituídos nos autos: Alberto Nonô de Carvalho Lima (OAB/AL n.º 831) e outros; Maurício Antônio Ungari da Costa (OAB/SP nº 163.647).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação oferecida pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL), comunicando supostas irregularidades na gestão de recursos federais destinados à implementação de ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) na Escola estadual Margarez Maria Santos Lacet, nos exercícios de 2011 e 2012, sob a responsabilidade da secretaria de Educação e do esporte do estado de Alagoas (SEE/AL).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer da Representação, com fulcro no art. 235 c/c o art. 237, VI e parágrafo único do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2 considerar revéis, para todos os efeitos, as empresas Arcanjo Comercial Ltda, A L Comercial e Representações Ltda, e AC Lira de Amorim - ME;
9.3 acolher as razões de justificativas das empresas Cencosud Brasil Comercial Ltda - G Barbosa, e Unicompra supermercados Ltda, excluindo-as do rol de responsáveis do processo;
9.4 rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Jeane Silva de Oliveira, Daniela Cleudy de Arruda Salvador, e Quitéria Maria Cordeiro; pelos Srs. Hélio Ferreira Coelho, Lourival de Souza Bulhões, e José Floriano Gomes da Silva; e pela empresa e MLL Gomes - ME;
9.5 aplicar aos Srs. José Floriano Gomes da Silva, Lourival de Souza Bulhões, e Hélio Ferreira Coelho; às Sras. Quitéria Maria Cordeiro, Jeane Silva de Oliveira, e Daniela Cleudy de Arruda Salvador; e às empresas MLL Gomes - ME, Arcanjo Comercial Ltda, A L Comercial e Representações Ltda, e AC Lira de Amorim - ME, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, nos valores relacionados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R$)
José Floriano Gomes da Silva	8.000,00
Lourival de Souza Bulhões	5.000,00
Hélio Ferreira Coelho	5.000,00
Quitéria Maria Cordeiro	5.000,00
Jeane Silva de Oliveira	5.000,00
Daniela Cleudy de Arruda Salvador	5.000,00
MLL Gomes - ME	10.000,00
Arcanjo Comercial Ltda	10.000,00
A L Comercial e Representações Ltda	10.000,00
AC Lira de Amorim - ME	10.000,00

9.6 autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.7 alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno;
9.8 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.9 aplicar à Srs. José Floriano Gomes da Silva, Lourival de Souza Bulhões, e Hélio Ferreira Coelho; e às Sras. Quitéria Maria Cordeiro, Jeane Silva de Oliveira, e Daniela Cleudy de Arruda Salvador a penalidade de inabilitação, pelo período de cinco anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, consoante o art. 60 da Lei 8.443, de 1992;
9.10 declarar, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 271 do Regimento Interno, pelo período de cinco anos, a inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal, das empresas A C Lira de Amorim - ME, A L Comercial e Representações Ltda. - EPP, Arcanjo S. Comercial Ltda. - EPP e MLL Gomes - ME;
9.11 enviar cópias deste acórdão, e do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Secretaria de Educação e do Esporte do Estado de Alagoas - SEE/AL, ao Conselho Escolar da Escola Estadual Margarez Maria Santos Lacet e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0996-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 997/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.754/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessado: Nct Informatica Ltda. (03.017.428/0001-35).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Fernando Acunha (OAB/DF 21.184) e Tarley Max da Silva (19.960/OAB-DF)
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público do Trabalho e ao representante;
9.3. arquivar o presente processo.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0997-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 998/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.073/2014-8.
1.1. Apenso: 009.536/2013-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Andre Miura Nakayama (157.602.478-40); Andrea Garrido Laborne Valle (352.317.691-34); André Luís Bonifácio de Carvalho (277.186.624-20); Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda. - EPP (11.387.411/0001-06); Geraldo Misael (057.346.651-34); Gilnara Pinto Pereira (184.148.001-06); Marcos José Pereira Damasceno (300.747.032-34); Maria Angélica Aben-Athar (645.108.081-00).
4. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Caroline Endo Ougo Tavares, representando Andre Miura Nakayama.
8.2. Luana Soares Portela Cavalcante (34.692/OAB-DF), representando Gilnara Pinto Pereira.
8.3. Fernando Caldas de Souza (27.804/OAB-DF) e outros, representando Geraldo Misael.
8.4. Fabio Augusto de Mesquita Porto (26.567/OAB-DF), representando Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda. - EPP.
8.5. Rivaldo Lopes (12.814/OAB-DF) e outros, representando Andrea Garrido Laborne Valle.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao disposto no item 9.3 do Acórdão 2.297/2014-Plenário, envolvendo possíveis irregularidades na contratação de serviços de teleatendimento pelo Ministério da Saúde,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, 23, inciso I, e 43 da Lei 8.443/1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar regulares as contas de André Miura Nakayama, Andrea Garrido Laborne Valle, Geraldo Misael e da empresa Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda., dando-lhes quitação plena;
9.2. acolher as razões de justificativa de Marcos José Pereira Damasceno;
9.3. rejeitar as razões de justificativa de André Luís Bonifácio de Carvalho, Gilnara Pinto Pereira e Maria Angélica Aben-Athar, aplicando aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 10.000,00, R$ 15.000,00 e R$ 15.000,00, pela ordem;
9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;
9.5. autorizar, desde logo, caso venha a ser requerido pelos interessados, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.7. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Saúde e aos responsáveis arrolados nos autos;
9.8. autorizar o oportuno arquivamento deste processo.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0998-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 999/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 029.062/2014-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V- Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador) ()
3.2. Responsáveis: Eudes Tenório Cavalcanti (431.019.094-49); Otacílio Alves Cordeiro (003.871.934-72); Wilson de Lima e Silva (033.066.434-40).
4. Entidades: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Belém de Maria - PE; Prefeitura Municipal de Bezerros - PE; Prefeitura Municipal de Catende - PE; Prefeitura Municipal de Quipapá - PE; Prefeitura Municipal de Venturosa - PE; Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada na Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Pernambuco e nos municípios de Catende/PE, Belém de Maria/PE, Venturosa/PE, Quipapá/PE e Bezerros/PE,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Venturosa/PE e à Fundação Nacional de Saúde sobre a seguinte ocorrência:
9.1.1. a exigência de visita ao local da obra em data pré-determinada, realizada pelo responsável técnico da licitante, constante no item 11.2.3 do edital da Tomada de Preços 001/2011, afronta o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 e o Acórdão 1264/2010-Plenário;
9.2. dar ciência à Prefeitura de Belém de Maria/PE e à Fundação Nacional de Saúde acerca das seguintes ocorrências:
9.2.1. a exigência de visita ao local da obra em data pré-determinada, realizada pelo responsável técnico da licitante, constante no item 5.1.4 d do edital da Tomada de Preços 029/2010, afronta o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 e o Acórdão 1264/2010-Plenário;
9.2.2. a utilização de projeto básico deficiente, observado no edital da Tomada de Preços 007/2010, afronta o disposto no inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93;
9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Quipapá/PE à Fundação Nacional de Saúde acerca das seguintes ocorrências:
9.3.1. a utilização de projeto básico deficiente, observado no edital da Concorrência 001/2012, afronta o disposto no inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93;
9.4. apensar este processo ao TC 024.702/2014-5, que cuida da consolidação da Fiscalização de Orientação Centralizada em apreço.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0999-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1000/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 032.458/2011-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Prestação de Contas
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Aelson Silva de Almeida (385.742.845-72); Carlos Alfredo Lopes de Carvalho (340.338.745-34); Dinalva Melo do Nascimento (037.939.585-15); Maria Inês Almeida de Oliveira (116.153.115-72); Paulo Gabriel Soledade Nacif (341.445.285-53); Rita de Cássia Dias Pereira Alves (568.128.255-49); Rosilda Santana dos Santos (474.562.725-49); Silvio Luiz de Oliveira Soglia (286.097.005-34); Warli Anjos de Souza (323.912.426-20).
3.2. Recorrente: Rosilda Santana dos Santos (474.562.725-49).
4. Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
8. Representação legal: Gelson Antonio de Oliveira (38768/OAB-BA) e outros, representando Rosilda Santana dos Santos; Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Paulo Gabriel Soledade Nacif.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Sra. Rosilda Santana dos Santos contra o Acórdão 430/2016-Plenário, lavrado em processo de contas anuais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, relativo ao exercício de 2010,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, por atenderem aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, juntamente do relatório e do voto que o subsidiam, ao recorrente e à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1000-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1001/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 014.199/2015-7
2. Grupo II - Classe V - Monitoramento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Conselho Federal de Farmácia (CFF)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SecexPrevidência
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações expedidas pelo Tribunal ao Conselho Federal de Farmácia no Acórdão 910/2004 e no Acórdão 2.950/2011, ambos do Plenário
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos arts. 12, 43 e 58, IV, da Lei 8.443/92 e 250 e 268, VII, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 considerar cumpridas as determinações do item 9.5.2 e seus subitens do Acórdão 2.950/2011 - Plenário;
9.2 promover a audiência do Presidente do Conselho Federal de Farmácia responsável para apresentar razões de justificativa:
9.2.1 pelo descumprimento da determinação contida no item 9.5.3 do Acórdão 2.950/2011 - Plenário;
9.2.2, pela realização de despesa com serviços de buffet, eventos, festas, lanches e refeições, no período de janeiro de 2012 a agosto de 2015, contrariando o alerta dado no item 9.6.2 do Acórdão 2.950/2011 - Plenário;
9.3 fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o Presidente do Conselho Federal de Farmácia informe ao Tribunal as providências adotadas com vistas à adequação da sua tabela salarial ao teto remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;
9.4 determinar ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia que adote medidas, observando os princípios que norteiam o processo administrativo, a fim de obter o ressarcimento do dano causado ao CFF, junto aos empregados abaixo indicados, que receberam salários acima do teto remuneratório, nos meses indicados:
9.4.1 José Rogério de Medeiros: fevereiro a julho/2012, março a maio/2013, setembro a dezembro/2013, janeiro a maio/2014, dezembro/2014, janeiro a abril/2015, julho-agosto/2015, e
9.4.2 Luiz Carlos Viglongo Correia: junho a dezembro/2013, janeiro a dezembro/2014 e agosto/2015;
9.5 retornar os autos à SecexPrevidência para prosseguimento do feito.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1001-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1002/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 031.809/2015-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Desestatização
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)
4. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraElétrica)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do Leilão Aneel 1/2016, do tipo A-5, na modalidade quantidade de energia, para concessão de prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE Santa Branca.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 41 e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. dispensar a análise dos estágios previstos na Instrução Normativa-TCU 27/1998 para o Leilão Aneel 1/2016, sem prejuízo de que o TCU venha a intervir em face de eventuais denúncias ou representações sobre falhas ou irregularidades nos seus procedimentos;
9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do voto e do relatório que o fundamentam, à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia; e
9.3. arquivar este processo.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1002-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1003/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 035.019/2015-8
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Representante: Alpis Construções e Incorporações Ltda. - EPP (CNPJ 04.020.875/0001-06)
3.1. Interessados: Município de Igaci/AL (CNPJ 12.228.375/0001-92) e SL Construtora Ltda. - EPP (CNPJ 18.286.438/0001-43)
3.2. Responsáveis: Oliveiro Torres Piancó, Prefeito do Município de Igaci/AL (CPF 788.076.624-34); Carlos Bernardo (CPF 841.464.274-87), Assessor Jurídico do Município de Igaci/AL; Prússia Stefane Albuquerque Santos (CPF 095.824.244-51); Jéssica Rayanne Laurentino Santos Soares (CPF 096..986.624-05); eValdelania dos Anjos Souza (CPF 894.114.984-34), integrantes da Comissão de Licitação do Município de Igaci/AL
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Igaci/AL
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secex/AL e Secex/BA
8. Advogados constituídos nos autos: não há
9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Alpis Construções e Incorporações Ltda. contra a Tomada de Preços 08/2015, que teve por objeto a contratação de empresa para execução de obras e serviços de construção de creche, no Município de Igaci/AL, com recursos do FNDE.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 43, inciso II; 45, caput, da Lei 8.443/1992; 237, inciso VII e parágrafo único; e 250, inciso IV; e 251 do Regimento Interno do Tribunal; e 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:
9.1. considerar procedente a presente representação;
9.2. determinar ao Município de Igaci/AL que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as providências necessárias para anular o ato de inabilitação da empresa Alpis Construções e Incorporações Ltda., no âmbito da Tomada de Preços 08/2015, e de todos os outros que lhe sucederam, inclusive o Contrato 124/2016, firmado com a SL Construtora Ltda., fazendo retornar a licitação ao estágio imediatamente anterior, informando a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias, sobre as medidas adotadas;
9.3. promover a audiência dos seguintes responsáveis, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa pelas irregularidades indicadas:
9.3.1 Prússia Stefane Albuquerque Santos: inabilitação da Alpis Construções e Incorporações Ltda., com fundamento na utilização equivocada do valor do ativo total constante do seu balanço, no montante de R$ 3.873.870,93, como parâmetro para seu enquadramento como empresa de pequeno porte, quando deveria ter se valido da receita bruta auferida no ano anterior, R$ 1.020.493,89, para tal propósito;
9.3.2 Jéssica Rayanne Laurentino Santos Soares: inabilitação da Alpis Construções e Incorporações Ltda., com fundamento na utilização equivocada do valor do ativo total constante do seu balanço, no

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

montante de R$ 3.873.870,93, como parâmetro para seu enquadramento como empresa de pequeno porte, quando deveria ter se valido da receita bruta auferida no ano anterior, R$ 1.020.493,89, para tal propósito;
9.3.3 Valdelania dos Anjos Souza: inabilitação da Alpis Construções e Incorporações Ltda., com fundamento na utilização equivocada do valor do ativo total constante do seu balanço, no montante de R$ 3.873.870,93, como parâmetro para seu enquadramento como empresa de pequeno porte, quando deveria ter se valido da receita bruta auferida no ano anterior, R$ 1.020.493,89, para tal propósito;
9.3.4 Carlos Bernardo: emissão do parecer pela improcedência do recurso administrativo da empresa Alpis Construções e Incorporações Ltda., que possibilitou o prosseguimento da Tomada de Preços 08/2015, com a sua indevida inabilitação;
9.3.5 Oliveiro Torres Piancó: homologação da Tomada de Preços 08/2015 e adjudicação do seu objeto à SL Construtora Ltda., quando deveria ter acolhido o apelo da Alpis Construções e Incorporações Ltda. para habilitá-la no certame;
9.4 encaminhar os autos à Serur para que se pronuncie sobre as providências a serem tomadas ante a solicitação apresentada no Ofício 71/2016 (peça 34);
9.5 dar ciência do inteiro teor dessa decisão às empresas SL Construtora e Alpis Construções e Incorporações.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1003-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1004/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.293/2012-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Solicitação do Congresso Nacional)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - MMA (08.829.974/0002-75); Ministério do Meio Ambiente (vinculador).
4. Órgãos/Entidades: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Ministério do Meio Ambiente (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1.Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
8. Representação legal:
8.1. Cássio Augusto Muniz Borges (91152/OAB-RJ) e outros, representando Confederação Nacional da Indústria.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de Pedido de Reexame, interposto contra o Acórdão nº 1853/2013-TCU-Plenário, o qual apreciou Solicitação do Congresso Nacional.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio contra o Acórdão nº 1853/2013-TCU-Plenário, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência aos recorrentes do presente Acórdão, bem assim do Relatório e Voto que o fundamentam.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1004-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros com voto vencido: Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (declaração de voto) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1005/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.009/2016-4.
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Representante/Interessadas:
3.1. Representante: Basis Tecnologia da Informação S.A. (CNPJ 11.777.162/0001-57).
3.2. Interessadas: Cast Informática S.A. (CNPJ 03.143.181/0001-01), Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A. (CNPJ 01.645.738/0001-79) e Squadra Tecnologia S.A. (CNPJ 41.893.678/0001-28).
4. Unidade: Ministério da Educação - MEC.
5. Relatora: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.
8. Representação legal: Ana Karoliny Oliveira Fonseca (OAB/DF 38.904) e outros, Henrique Donato Rabelo (OAB/MG 130.511) e outros, Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760) e outros.
9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação da Basis Tecnologia de Informação S.A. acerca de possíveis irregularidades no pregão 31/2015, realizado pelo Ministério da Educação - MEC.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 237, inciso VII; e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. revogar a medida cautelar que suspendeu a execução do Pregão Eletrônico 31/2015 e dos contratos decorrentes;
9.3. recomendar ao MEC sejam adotadas medidas com vistas à prevenção de ocorrências relativas a:
9.3.1. utilização, para fins de habilitação técnica em licitação, de termos ou conceitos com múltiplos entendimentos pelo mercado, como manutenção, sustentação e operação de sistemas informatizados, identificada no Pregão Eletrônico 31/2015, em observância ao princípio do julgamento objetivo, previsto no art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993;
9.3.2. exigência, para fins de habilitação técnica, de que o serviço a que se refere o atestado tenha sido prestado sob modelo de gestão contratual específico, a exemplo da exigência de catálogo de serviços, em detrimento do foco na comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, identificada no Pregão Eletrônico 31/2015, à vista do disposto no art. 30, § 5º, da Lei 8.666/1993;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao MEC e às empresas Cast Informática S.A., Squadra Tecnologia S.A., Indra Brasil Soluções e Serviços S.A. e Basis Tecnologia da Informação S.A.; e
9.5. arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1005-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1006/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.329/2015-0.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
4. Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Secretarias de Educação, Órgãos gestores de Educação Profissional e Tecnológica nos estados e entidades integrantes do Serviço Nacional de Aprendizagem.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação), Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC), Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL), Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA), Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE), Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES), Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG), Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE), Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI), Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN), Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de consolidação das auditorias de conformidade realizadas para verificar a regularidade da aplicação de recursos financeiros transferidos pela União na iniciativa Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), integrantes da fiscalização de orientação centralizada.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que:
9.1.1. apure, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com fundamento no art. 16, inciso XXXVI, § 2º, alínea "b", da Portaria-MEC 168/2013, para os casos identificados nesta fiscalização de orientação centralizada, a diferença de horas-aluno entre o valor repassado e o valor correspondente às matrículas efetivamente reconfirmadas, e efetue as devidas glosas (casos relacionados à peça 35 destes autos e no item 279.5 do relatório que compõe este acórdão);
9.1.2. apresente, nos próximos relatórios de gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, os resultados obtidos com a implementação do Índice de Conclusão de Cursos (IC) e do procedimento de reconfirmação de frequência, instituídos pela Portaria MEC 817/2015, comparando-os com a situação anterior;
9.2. determinar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que:
9.2.1. apresentem a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, plano de ação para análise das prestações de contas dos recursos do Pronatec Bolsa-Formação com emissão conclusiva de pareceres financeiros e técnicos acerca da aplicação dos recursos descentralizados;
9.2.2. apresentem, no relatório de gestão da Secretaria Executiva do MEC, informações consolidadas acerca do cumprimento do plano de ação previsto no subitem anterior;
9.3. determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas;
9.4. recomendar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que:
9.4.1. alerte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 14, §1º, da Resolução FNDE 62/2011 e nos princípios constitucionais da publicidade e da impessoalidade, da ocorrência das seguintes impropriedades:
9.4.1.1. ausência de publicação de editais institucionais de extensão para a seleção de profissionais para atuar no Pronatec Bolsa-Formação, dentre servidores ativos e inativos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em desacordo com o previsto na art. 14, §1º, da Resolução FNDE 62/2011;
9.4.1.2. não observância de regras definidas em editais publicados de seleção de profissionais para atuar no Pronatec Bolsa-Formação;
9.4.1.3. deficiência na divulgação dos editais de seleção de bolsistas para atuar no Pronatec Bolsa-Formação;
9.4.2. estabeleça em normativos, como atribuição dos coordenadores do Pronatec, a verificação da compatibilidade entre a carga horária regular dos profissionais selecionados, com a jornada dedicada às atividades do Pronatec Bolsa-Formação;
9.4.3. oriente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que implementem controle de frequência de servidores ativos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a exemplo do controle eletrônico de frequência previsto no Decreto 1.867/1996, de modo a evitar a participação no programa com prejuízo à carga horária regular do servidor, o que configura inobservância ao disposto na Lei 12.513/2011 e na Resolução FNDE 72/2011;
9.4.4. aperfeiçoe, com fundamento nos arts. 16, incisos XVIII, XXIII e XXV, 56 e 57 da Portaria-MEC 168/2013, os processos de trabalho automatizados no sistema Sistec de modo a evitar as seguintes ocorrências verificadas no exame das ações do Pronatec Bolsa-Formação realizadas por instituições de ensino dos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, nos exercícios de 2013 e 2014:
9.4.4.1. confirmação de matrículas sem emissão do termo de compromisso e sem assinatura pelo aluno;
9.4.4.2. emissão extemporânea do termo de compromisso e confirmação de matrícula referente a cursos já iniciados, incluindo aqueles com mais de 20% da carga horária total de curso formação inicial e continuada - FIC já desenvolvida, conforme previsto no art. 56 da Portaria/MEC 168/2013 e art. 64 da Portaria/MEC 817/2015;
9.4.5. aperfeiçoe a normatização da prestação da assistência estudantil, para que nas próximas rodadas de pactuação seja definido valor mínimo do benefício, e, devolvidos, pelas instituições ofertantes, o montante que deixar de ser pago aos beneficiários da Bolsa-Formação que desistem ou evadem-se do curso, após a reconfirmação da matrícula;
9.5. encaminhar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação cópia das seguintes peças, com vistas a dar cumprimento à determinação do item 9.1.1. deste acórdão:
9.5.1. TC 024.413/2015-1 (Secex-AC, peças 63 a 71);
9.5.2. TC 025.691/2015-5 (Secex-BA, peça 33);
9.5.3. TC 025.693/2015-8 (Secex-CE, peças 20 e 21);
9.5.4. TC 018.209-2015-7 (SecexEducação/Secex-MG, peças 41 a 58);
9.5.5. TC 025.051/2015-6 (Secex-PE, peças 19 e 55 a 57);
9.5.6. TC 025.128/2015-9 (Secex-PI, peças 28 e 29);
9.5.7. TC 025.724/2015-0 (Secex-RN, peças 13 e 14);
9.5.8. TC 025.709/2015-1 (Secex-SE, peça 35); e
9.5.9. TC 025.282/2015-8 (Secex-TO, peça 114);
9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, às entidades integrantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;
9.7. autorizar a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação que:
9.7.1. divulgue as informações presentes no relatório de auditoria a fim de fomentar melhorias na gestão do Pronatec;
9.7.2. monitore o cumprimento das determinações deste acórdão;
9.8. arquivar os autos.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1006-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1007/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.384/2015-5.
1.1. Apenso: TC 023.877/2015-4.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Responsáveis: Antônio Idilvan de Lima Alencar (CPF 381.675.653-00), Luiz Roberto Liza Curi (CPF 015.886.018-70) e Aloizio Mercadante Oliva (CPF 963.337.318-20).
4. Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e Ministério da Educação - MEC.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta auditoria operacional coordenada que teve por objetivo avaliar: a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos das escolas públicas de ensino fundamental; a aplicação de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR-infraestrutura); e ainda a efetividade dos controles administrativos do Ministério da Educação - MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para tais programas.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e nos artigos 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE que inclua, no plano de dados abertos a que se refere o acórdão 3.022/2015-TCU-Plenário, a divulgação dos dados relacionados ao PDDE incluindo, obrigatoriamente, dados cadastrais das UEx e EEx e seus dirigentes, os repasses financeiros realizados e a situação das UEx e das EEx quanto à obrigação de prestarem contas;
9.2. recomendar ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep que aperfeiçoe o processo de coleta de dados do Censo Escolar, especialmente nos dados integrantes da tabela "escola", de forma a minimizar inconsistências entre o declarado pelo diretor da escola e a realidade, empregando, se possível, críticas na entrada de dados do sistema; dados sobre a qualidade/operacionalidade dos ambientes e equipamentos escolares; e diferenciação entre a existência de internet para uso exclusivo da administração e para uso dos alunos, no laboratório ou fora dele;
9.3. recomendar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE que:
9.3.1. revise os normativos e manuais que regulamentam o PDDE Básico a fim de que sejam definidas regras de prestação de contas que, sem descuidar da necessidade de aprimoramento do controle sobre os bens adquiridos ou produzidos, tenham por essência o controle social, a transparência, a desburocratização, a tempestividade e a priorização de controles tecnológicos;
9.3.2. implemente críticas automatizadas no sistema Obras 2.0, para evidenciar e evitar inconsistências nos registros das situações de execução de cada obra, a exemplo das verificações de indicação de "em execução" para obras que estão de fato "paralisadas";
9.3.3. passe a consignar, nos termos de compromissos regulamentadores dos repasses de recursos públicos federais, para construção de quadras de esporte, exigência de manutenção das quadras por parte das Secretarias Estaduais, principalmente daquelas a serem construídas fora do terreno das escolas, e, ainda, para saneamento de eventuais vícios construtivos, obrigação de acionamento das empreiteiras responsáveis dentro do prazo quinquenal de garantia, previsto no artigo 618 do Código Civil;
9.4. recomendar ao Ministério da Educação - MEC que:
9.4.1. aperfeiçoe as políticas de apoio à infraestrutura e à disponibilização de equipamentos da educação básica, estabelecendo critérios objetivos para atendimento, de forma a minimizar as desigualdades educacionais existentes entre as regiões do país e entre as escolas urbanas, rurais e indígenas, em consonância com o art. 211, §1º, da Constituição Federal;
9.4.2. revise os normativos e manuais que regulamentam as diversas ações do PDDE (Integral, Qualidade e Estrutura) a fim de que sejam definidas regras de prestação de contas que, sem descuidar da necessidade de aprimoramento do controle sobre os bens adquiridos ou produzidos, tenham por essência o controle social, a transparência, a desburocratização, a tempestividade e a priorização de controles tecnológicos;
9.4.3. aprimore o sistema PDDE Interativo ou implemente sistema específico que permita um acompanhamento mais efetivo e frequente das atividades pactuadas pelas ações do PDDE Integral e ações agregadas;
9.4.4. estabeleça cronograma de repasse da(s) parcela(s) nas resoluções que venham a destinar recursos financeiros às ações do PDDE-Integral e ações agregadas do PDDE-Estrutura e do PDDE-Qualidade, em intervalo que garanta o regular desenvolvimento dos projetos e atividades neles previstos pelo prazo definido de vigência da ação;
9.4.5. estabeleça em normativo e divulgue os critérios de ordenamento do(s) repasse(s) financeiro(s) da(s) parcela(s) nas resoluções que destinarem recursos financeiros ao PDDE-Integral e ações agregadas;
9.4.6. se abstenha de deduzir do montante de recursos destinados ao financiamento do Programa Mais Educação, das escolas que foram beneficiadas em ano(s) anterior(es) com recursos do Programa, o saldo existente na conta bancária em 31 dezembro, como estipulado no art. 7º, § 2º , da Resolução FNDE 14/2014, caso os recursos do Mais Educação continuem sendo liberados em duas parcelas e haja por parte do governo central sinalização, no decreto de programação financeira, de contenção dos pagamentos para o final do exercício;
9.5. determinar à Segecex que avalie a viabilidade de expansão do método de ranqueamento empregado na presente auditoria, que resultou na "nota média da infraestrutura escolar", para outros objetos de auditoria.
9.6. determinar à SecexEducação que avalie, no âmbito do acompanhamento objeto do TC 011.350/2015-6, a efetividade das ações relacionadas ao PDDE-Integral com vistas ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, notadamente da oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica em 2024;
9.7. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram:
9.7.1. à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e ao Instituto Rui Barbosa (IRB);
9.7.2. aos Tribunais de Contas participantes deste trabalho;
9.7.3. ao Inep, ao FNDE e ao Ministério da Educação;
9.7.4. à Procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro, coordenadora do GT Educação da Procuradoria da República no Rio de Janeiro (PRRJ/MPF), nos termos do acórdão 1.830/2015-TCU-Plenário (TC 011.056/2015-0); e
9.7.5. à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;
9.8. apensar o processo TC 011.056/2015-0 a estes autos, em cumprimento ao item 1.8.4 do acórdão 2.071/2015-TCU-2ª Câmara;
9.9. juntar cópia desta deliberação ao processo de acompanhamento do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), TC 000.146/2016-1;
9.10. arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1007-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1008/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 002.654/2008-9.
1.1. Apensos: 024.348/2012-0; 024.349/2012-7; 024.347/2012-4; 024.346/2012-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: José de Sampaio Carvalho (280.516.533-00).
4. Unidades: Estado do Piauí (06.553.481/0001-49) e Hospital Estadual Dr. Júlio Hartmann (06.553.564/0003-08).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em substituição ao Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Alcimar Pinheiro Carvalho (OAB/PI 2.770); Eduardo Leopoldino Bezerra (OAB/PI nº 2.780); e Vitor Tabatinga do Rego Lopes (OAB/PI 6.989).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia, nesta oportunidade, recurso de revisão interposto por José de Sampaio Carvalho contra o Acórdão 4.060/2010-TCU-1ª Câmara, pelo qual este Tribunal julgou irregulares as suas contas, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão de irregularidades na emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) pelo Hospital Estadual Dr. Júlio Hartmann, no exercício de 2001, na cidade de Esperantina/PI,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 278, § 2º, e 288 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. não conhecer do presente recurso de revisão; e
9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o integram, ao recorrente e aos demais responsáveis e interessados.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1008-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1009/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 030.760/2015-1.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Acompanhamento
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento na concessão, manutenção e pagamento de benefícios assistenciais geridos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. determinar à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do RI/TCU, que:
9.1.1. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, indique as providências e os controles que serão adotados para mitigar as inconsistências relacionadas na seção IV do voto que fundamenta este acórdão, em especial a verificação dos registros de indivíduos com as informações do CadÚnico em desacordo as informações da base do CPF da Receita Federal;
9.1.2. revise os controles internos adotados para a verificação da elegibilidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família, de modo a minimizar erros de enquadramento como os evidenciados nos itens 283 a 286 do relatório precedente, bem como adote medidas para rever o enquadramento das famílias identificadas com indício de renda *per capita* superior ao limite do Programa ou justifique a não revisão;
9.2. recomendar à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania que promova auditoria nas bases de dados e nas regras de negócios dos sistemas que lhes dão suporte à gestão dos programas sob sua responsabilidade, utilizando, por exemplo, métodos como os descritos neste acompanhamento;
9.3. autorizar a SecexPrevidência a, de acordo com sua disponibilidade e capacidade registrada no plano operacional da Segecex, autuar novo processo de acompanhamento na concessão, manutenção e pagamento de benefícios assistenciais, buscando, em trabalhos futuros, aportar outras fontes de informação sobre a renda das famílias, como, por exemplo, programas e benefícios de órgãos estaduais ou municipais;
9.4. dar ciência da presente deliberação:
9.4.1. ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, remetendo-lhes cópia de mídia digital com os resultados dos cruzamentos de bases, bem como do inteiro teor do presente relatório;
9.4.2. à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Câmara dos Deputados e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do Senado Federal;
9.5. encerrar o processo e arquivar os autos.
10. Ata n° 14/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/4/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1009-14/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO
Às 18 horas e 43 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário
Aprovada em 4 de maio de 2016.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

1ª CÂMARA

PAUTA

Sessão Ordinária de Primeira Câmara, prevista para 10/05/2016, às 15h
PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
004.113/2016-0
Natureza: Representação
Recorrente: Ana Carolina Oliveira Tannús Diz - Procuradoria da República no Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Naval Brasileira na Europa
Representação legal: não há
006.009/2016-6
Natureza: Reforma
Interessados: Norival Lima; Severino de Oliveira Cavalcanti; Valdory Vieira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
006.031/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Felipe de Aquino Fradique
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há
007.484/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Vieira Louzada Ruback; Carla Franca Salustiano; Fábio Leandro Santos de Oliveira; Guilherme Dias Pinheiro Neto; Helton Henrique Magalhães Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há
007.850/2013-1
Natureza: Representação
Interessado: Sind Serv Poder Leg Fed e Tcu
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há
008.709/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luiz Eustáquio Rocha Soares; André Luiz de Araujo Garzuze; André Semoto Gracio Ramos; Ângela Maria Alves Ferreira Lima; Anna Carolina Brandão Baptista Vieira; Anna Caroline de Moraes Pinheiro; Anna Luisa das Chagas Praser; Antonia Ferreira da Silva;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antonio Eduardo Barros Dantas; Antonio Martins de Araujo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Representação legal: não há
008.712/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Torres Sanches; Carolina Barreto da Silva Gaspar; Carolina Leão Paim; Cátia Regina Rodrigues; Celso Oliveira Simões; Cinthia Miranda dos Santos; Cintia Santana de Oliveira; Claudimario de Oliveira Carvalho; Cláudia Dias Oliveira; Cláudia de Oliveira Goulart
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
008.716/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Estela Rocha de Ungaro; Fabiana Carmem Schott Ribeiro; Fabiana Emilia Pelles Marques de Souza; Fábio Bruno Costa de Souza; Fábio de Almeida Soares; Fabíola Sinimbu Lima; Fabricio Garcia Carvalho Saraiva; Felipe Faria Sabino da Silva; Felipe Messina Abreu Davim de Oliveira; Felipe Reis Melgarejos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
008.718/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franklin Charles Juviniano; Geidson Gercy Eller Cordeiro; Gesio Tassio da Silva Passos; Geylson Antonio de Sousa Paiva; Gil de Melo Costa; Gilvane Pereira Santana Nardin; Giordano Campos Bazzo; Gledson de Carvalho Silva; Gracielly Bittencourt Machado; Guilherme Augusto Murari Scarazzato
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
008.719/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Costa Viana; Gustavo Pereira Gomes; Hanna Rebeca Silva Ferreira; Heitor Luiz Gomes de Castro; Helder de Melo Silva; Hellen Pereira Santos; Henrique Charles Martins Correa; Henrique Costa Maia; Henrique Vargas Freitas Plácido; Isabela Lopes Cantalino Wanderley
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
009.315/2016-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Sanalle Freire Correia; Denise Brandão Mathias Coreixas; Edite Vicente Teixeira; Lúcia Helena Corrêa de Sá Lima; Lúcia Maria dos Ramos Lima; Márcia José Marinho Sabino; Maria Augusta da Costa Pessôa; Maria Célia Arruda Marques; Maria Lúcia Arruda Diniz; Maria Solange José Marinho; Maria das Graças Nascimento Fernandes; Marina Maria Machado Mathias; Marli Corrêa de Sá Lima; Mônica Duarte Lima Chaves; Nancy Santiago Costa Lima; Nuria Redo Boti; Regina Celi Corrêa de Sá Lima Mota; Rita de Cássia Brandão Damasceno; Rita de Cássia Freire da Silva; Rosângela Arruda Monteiro; Rosângela Maria José Marinho Freitas; Rose Mary Freire da Silva; Valdete da Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.316/2016-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Cristina Gomes Silva; Celia Maria Fátima dos Santos; Claudia Valéria Valenza Frez; Cristiane Gomes de Araújo Costa; Célia Maria Fátima dos Santos; Deolinda Ribeiro; Elenice Teixeira Gomes da Costa Peçanha; Ivani Pereira da Silva; Ivanilde Pereira da Silva; Jeanette Soares da Costa Moura; Lucia Maria dos Santos França; Margareth Lourdes dos Santos; Maria Aparecida dos Santos de Morais; Maria Fátima dos Santos Rodrigues; Monara Tardin Azevedo Pinto; Mônica Tardin Azevedo Estefan; Norma de Miranda Rittes; Solange Maria Tenório de Araújo; Sonia Maria Tenório de Araújo; Tânia Mariza de Souza Lopes; Vera Lúcia Fontes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há.
009.324/2016-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Lúcia Leonardo Luciano; Auricéa Maria de Paiva Santos; Cristina Gouveia dos Santos; Eliane Gouveia dos Santos Ladeira; Maria Jadina Gonçalves dos Santos; Marina Velloso dos Santos; Monica Seixas Gonçalves Povill; Nara Regina de Souza Waick; Ninemar Gonçalves de Barros; Regina Lucia Gouveia dos Santos Ferreira; Renata dos Santos Alves; Sandra Regina do Nascimento Silva; Sayonara Walescka Teixeira Sampaio; Virgina da Silva Terra; Walcyra Quintino da Silva; Wanda da Silva Miranda; Wilma Flores; Zuleide da Silva Medeiros; Ângela Gouveia dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.328/2016-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Robélia Marques Silva dos Santos; Áurea Barbosa; Aurora Lenita Barbosa Martins; Cândida Souza Melo; Edi Cleudes Marques da Silva; Eurídice Alves da Costa; Ieda de Araújo e Silva Conde Montes; Irma Vieira Monteiro; Janete Vieira Penna; Jéssica Fernanda Silva do Nascimento; Joselma Marques da Silva; Lúcia Helena Prietos; Lúcia Siqueira dos Santos; Mara Lúcia Campos Rocha; Maria de Fátima Campos Rocha; Marilene Campos Rocha; Mirian Feidman Prietos; Neyde Araújo e Silva de Souza Freire; Ramon dos Santos Prietos; Rosa Izabel Barbosa Silva; Rosalina Barbosa da Costa; Rosalina da Silva Barbosa; Rosilda Santos do Nascimento; Rousimeri Marques da Silva; Ruth Barbosa Lourenço; Sandra Cristina Rocha da Silva; Sebastiana Ferreira de Melo; Teresinha Cortat Vieira; Wanda Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.330/2016-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Carmen Lucia Barros Santos; Denize Bomfim Costa; Eliane Siqueira Bomfim Costa; Geanina Costa Bastos; Jeane Bomfim da Costa; Joselita Ramos da Fonseca; Lea Antonia Tavares de Camargo; Lilá Meira Ribeiro Panaro; Lucia Schoeder Alves; Luciane Bomfim da Costa da Silva; Maria Aparecida de Araujo Tavares; Maria José Fonseca Soares dos Santos; Maria do Amparo Ramos da Fonseca; Mercedes Dias de Sant'anna Fonseca; Mercedes Dias de Sant`anna Fonseca; Márcia Bomfim da Costa Marins; Sebastiana de Sousa dos Santos; Zenilza Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.333/2016-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aldenora Barbosa Conceição; Bernardina Alves de Jesus; Celivalda de Jesus Conceição; Cátia de Jesus Conceição; Célia de Jesus Conceição; Edna Veloso Nobre; Edneia Scavello Veloso dos Santos; Ednete Scavello Veloso dos Santos; Iolanda Inácio de Lima; Janaína Campos de Oliveira; Jandiara Campos de Oliveira; Jarian Campos de Oliveira dos Santos; Márcia Francisconi dos Santos; Maria Elizabeth Francisconi dos Santos; Marinete Sales Maroun; Mônica Aguiar dos Santos; Nadilma Silva Fernandes; Nailma Batista da Silva; Odete Cilião Crippa; Rita de Cássia Santos de Jesus Garcez; Rosany Santos de Jesus; Rosemeire de Jesus Guerreiro Batista; Sofia Ribeiro Sales do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.335/2016-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anésia Amaral de Almeida Oliveira; Benedita Rodrigues Pereira; Bruna Simara Franca de Freitas; Cristiane Marques da Silva; João Pedro Soares da Silva; Kátia Regina Clímaco de Oliveira; Leila Maria de Brito; Leilane Maria de Brito; Liane Iracy de Brito; Lucilane Suely de Brito Cardoso; Maria Augusta Mafalda Soeiro; Maria Edinizia Nascimento de Brito; Maria de Fátima Lourdes Damazio; Maria de Lourdes Moreira de Freitas; Mônica Teresinha Soeiro; Rita de Cássia Clímaco Galvão; Sheila Dutra Neves de Souza França; Sheily Dutra Neves de Souza Pituba; Shirley Dutra Neves dos Santos; Silvana Mendes Dias; Yasmin Nyla Soares da Silva; Zely Xarão Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.514/2016-3
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Edna Maria Araujo Chaves
Interessado: Orlando de Lima Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
009.627/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Guimarães da Silva; Lucas Gustavo Martins dos Reis; Lucas Henrique Rodrigues de Mello; Lucas Lins da Costa; Lucas Marcate Vale; Lucas Martins Silva; Lucas Matheus Araujo dos Santos; Lucas Messner Costa; Lucas Miguel Barbosa Pereira; Lucas Moreira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há
010.105/2016-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Maria da Conceição Santos da Silva
Interessado: Manoel Vieira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
011.262/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Santos; Carlos Henrique Bernardes Cardoso; Maria Conrada da Costa; Sergio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há
011.425/2016-4
Natureza: Representação
Interessado: Construtora Caripi Ltda-EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Pará
Representação legal: não há
011.887/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jorge Henrique Teixeira de Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há
011.932/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Augusto Ribeiro Dias Pires; Carlos Percio da Silva Volponi; César José Paradas Albuquerque; Daniela dos Santos Marques; Igor Felipe de Oliveira Martins; Josiléa Santos Araujo; Laurian Jéssica Barbosa Rodrigues; Leyla Carneiro da Luz Wentrick; Mateus Furtado Bandeira de Mello; Márcio Campos Pestana da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há
011.978/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Nicolau Gonçalves Fahd
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há
015.826/2014-7
Natureza: Representação
Interessado: Roberto Gil Leal Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo - Dnit/MT
Representação legal: não há
023.931/2015-9
Natureza: Representação
Recorrente: Planalto Limpeza e Conservação de Ambiente Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Raquel Montenegro de Oliveira Lara Rocha (OAB/DF 21.578) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Ministro BENJAMIN ZYMLER
002.313/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Escola Profissional dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro de São Paulo; Gilberto José da Silva; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Júlio Cesar Chaves Cocolichio (303423/OAB-SP), representando Gilberto José da Silva e Associação Escola Profissional dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro de São Paulo; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino e Walter Barelli; Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14.017-E/OAB-DF), representando Gabriela Dellacasa Stuckert
008.479/2013-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antenor Santos Farias; Flavina Feliciano Teixeira; Maria de Fatima Santos Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Representação legal: não há
008.628/2011-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alberto Lopes Cantalice; Maria da Glória Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: Paulo Henrique Teles Fagundes (72.474/OAB-RJ) e outros, representando Alberto Lopes Cantalice
022.383/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marivalda Pereira da Silva; Marivalda Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há
028.120/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Caetano De' Carli Viana; Cepatec - Centro de Formação e Pesquisa Contestado; Edilson Pereira dos Santos; Gislei Siqueira Knierim
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há
029.272/2010-6
Natureza: Aposentadoria - Monitoramento
Interessados: Aclete da Silva Ribeiro; Adalberto Rogerio Martendal; Adelia da Silveira Costa; Ailton Alves Barbosa; Albertina Dutra Silva; Alcides Francisco Santos; Alcione Joao Bilck; Amilton Joaquim Viganigo; Andreia Fatima de Faria; Antonio Carlos Donath; Antonio Carlos Scaramello; Arieli Bernardini; Arlete Gloria Pierri; Aurelio Rotolo da Costa Araujo; Marina Margarida Vigânico
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Representação legal: Guilherme Belém Querne (12.605/OAB-SC) e outros, representando Marina Margarida Vigânico, Alcides Francisco Santos, Adalberto Rogerio Martendal, Adelia da Silveira Costa, Andreia Fatima de Faria e Arieli Bernardini; Luis Fernando Silva (9582/OAB-SC) e outros, representando Albertina Dutra Silva
031.421/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Cristiane Marques Barcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ
Representação legal: não há
034.760/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Assunção e Assunção - Advogados e Consultores Associados; Deusdedith Freire Brasil; Eduardo Sérgio Holanda Araújo; Flora Valladares Coelho; Jorge Nemetala José Filho; José Benevenuto Ferreira Virgolino; José das Neves Capela; Letício de Campos Dantas Filho
Recorrente: Deusdedith Freire Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A
Representação legal: Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5.865) e outros, representando Banco da Amazônia S.a.; Fernando Muniz Santos (OAB/PR 22384) e outros, representando Assunção e Assunção - Advogados e Consultores Associados; Arlen Pinto Moreira (OAB/PA 9232) e outros, representando Eduardo Sérgio Holanda Araújo; Jorge Amaury Maia Nunes, representando Jorge Nemetala José Filho, Letício de Campos Dantas Filho e Flora Valladares Coelho; José Acreano Brasil (OAB/PA 1717), representando José Benevenuto Ferreira Virgolino; Fernando Alberto de Almeida Campos (OAB/PA 17.400) e outros, representando José das Neves Capela;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Maria Aparecida Freire Brasil (OAB/PA 7.386) e outros, representando Deusdedith Freire Brasil
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
000.341/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA
Responsáveis: Paulo Henrique da Silva Gomes e outros
Representação legal: não há
007.732/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Andrade Pires Soares e Uyhara Silva Ramos Barreira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há
009.173/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Lourenco Rodrigues e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há
010.839/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Abelardo Rodrigues de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Alegre/AL
Representação legal: não há
011.929/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Igor Rafael Macedo Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há
012.345/2001-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Assunção Guimarães Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há
032.204/2014-0
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Claudio Sérgio da Silveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
Ministro BRUNO DANTAS
000.840/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Marcelo Hilário da Cunha Daltro; Pavimax Engenharia e Terraplenagem Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Representação legal: não há
000.948/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Jose Maranhão Nabate Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há
001.257/2015-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há
001.280/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Euclides Sampaio Leite e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há
001.321/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivone da Fontoura Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
001.412/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adrio Zamboni Crocco e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
001.845/2007-8
Natureza: Pensão Civil
Responsável: Deocleciano Otávio de Oliveira Neto
Interessados: Adecilde Antunes Torquato e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há
002.251/2016-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alda de Almeida Rêgo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
002.275/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deuzina Carvalho do Rego e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há
002.791/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Responsáveis: Maria Augusta Rebello Ferrante; Superior Tribunal de Justiça
Interessados: Luci Marques Murta e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: Douglas Wallison dos Santos (14.632/E/OAB-DF) e outros, representando Maria Augusta Rebello Ferrante
004.367/2016-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anatolio Felipe Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há
004.368/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mário Cezar Nogueira Costa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há
004.501/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anderson Brandao Batistoti e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há
004.512/2016-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Caterine Rocha e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há
004.529/2016-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria das Dores Silva Sousa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Representação legal: não há
004.589/2016-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albani Borges dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há
004.596/2016-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Camille Aparecida do Nascimento Valcacio e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há
004.598/2016-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Charles Lima de Amorim Garcia e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há
004.733/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João Franklin Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra - SP
Representação legal: não há
005.196/2016-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo da Costa Lima e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há
005.200/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Odacyl Benevides Vasco e Sonia Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há
005.204/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Fernandes de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há
005.214/2016-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jacira Satiko Suzuki e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há
005.657/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco José Gomes Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há
005.788/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gentil Cesario da Costa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há
005.790/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Romulo de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há
005.880/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tatiane Fernandes Portal de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
005.891/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Sa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há
005.894/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassiano de Jesus Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior
Representação legal: não há
005.898/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Arthur Flecha Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oeste
Representação legal: não há
005.915/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edmundo Camilo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
005.918/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Williams Sobreira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
005.970/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Erica Lima Carlos Balbino
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Representação legal: não há
005.972/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Janus Andre de Moraes Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE
Representação legal: não há
005.973/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aldo Almeida Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO
Representação legal: não há
005.975/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raimundo Jeova Silva Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
Representação legal: não há
005.978/2016-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Sabino da Silva e Luiz Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há
005.988/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Ordilei e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há
005.989/2016-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Menezes Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há
006.029/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton Portes Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
006.039/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edenilson Souza dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há
006.637/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Renato Junger de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há
007.206/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Messias Nogueira Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há
007.227/2016-7
Natureza: Aposentadoria

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interessados: Armindo Abdala Herane e Aspasia Muniz da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há
008.338/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Alberto dos Santos Silvestre
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há
008.546/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Eduardo Odloak; Juventude Latino Americana Pela Democracia São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Rodrigo Kopke Salinas (OAB/SP 146.814) e outros, representando Juventude Latino Americana Pela Democracia São Paulo; Thais Ornellas Gomes Candido (OAB/RJ 170.314) e outros, representando Juventude Latino Americana Pela Democracia São Paulo e Eduardo Odloak
008.754/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Fernandes da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há
008.812/2015-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Limeira - SP
Representação legal: não há
008.926/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Farias de Novaes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há
009.141/2016-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jurema de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso
Representação legal: não há
009.142/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mozarino Santos Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há
009.213/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fundação Palavra Mágica; Luciana Paschoalin Amorim de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há
009.235/2016-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Nogueira de Faria e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há
009.239/2016-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aurycelio de Andrade e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há
012.134/2007-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alma Rosa do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há
012.430/2007-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Augusto de Souza Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Pernambuco
Representação legal: não há
012.772/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Souza Ferreira da Costa e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
012.775/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Suzigley Campos de Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
012.787/2007-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Scarleth Lira Maia Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há
013.975/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Dante Gutemberg Xavier de Castro
Recorrente: Dante Gutemberg Xavier de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Barra da Estiva - BA
Representação legal: Marcone Sodré Macêdo (15060/OAB-BA) e outros, representando Dante Gutemberg Xavier de Castro
014.081/2015-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
Representação legal: não há
014.762/2015-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pederneiras - SP
Representação legal: não há
015.103/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Antonio de Padua Fleury Curado
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há
016.053/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agar Sena Reis e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há
016.683/2015-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Representação legal: não há
017.746/2015-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sete Barras - SP
Representação legal: não há
017.795/2014-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cutias - AP
Representação legal: não há
019.628/2015-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba - SP
Representação legal: não há
020.129/2015-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Serra Negra - SP
Representação legal: não há
021.769/2013-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Candido Artur Medeiros Ribeiro Filho; Carlos Frederico Maia Bezerra; Carlos Olavo Pacheco de Medeiros; Daniel Paes Ribeiro; Felipe dos Santos Jacinto; José Almicar de Queiroz Machado; Mário Cesar Ribeiro; Olindo Herculano de Menezes; Roberto Elias Cavalcante; Ruiter Roberto Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há
021.869/2014-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Alberto Pedrosa Dantas Filho; Antonio Jose Silva Oliveira; Areolino de Almeida Neto; Carla Magalhães de Souza Gaspar; Fernanda Santos Pinheiro; Fernando Carvalho Silva; Isabel Ibarra Cabrera; Joao de Deus Mendes da Silva; José Américo da Costa Barroqueiro; João Batista Ferreira Souza; Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges; Maria da Gloria Almeida Bandeira; Marilene Sabino Bezerra; Marize Barros Rocha Aranha; Marília Cristine Valente Viana; Natalino Salgado Filho; Pedro Paulo Costa Soares; Romildo Martins Sampaio; Sonia Maria Correa Pereira Mugschl; Teresa Cristina Rodrigues dos Santos Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há
023.013/2014-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Responsáveis: Alexandre Jose Alves; Alexandre Scaico; Ariane Norma de Menezes Sá; Clivaldo Silva de Araújo; Djail Santos; Eduardo Ramalho Rabenhorst; Francisco Pereira da Silva Junior; Francisco Ramalho de Albuquerque; Isac Almeida de Medeiros; João Batista da Silva; Lusival Antonio Barcellos; Marcelo Sobral da Silva; Margareth de Fátima Formiga Diniz; Orlando Cavalcanti Villar Filho; Pedro Germano Antonino Nunes; Rosa de Fatima Gondim do Nascimento; Sérgio Fernandes Alonso; Terezinha Domiciano Dantas Martins; Thompson Lopes de Oliveira; Zelma Glebya Maciel Quirino
Representação legal: não há
023.693/2015-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Feliz - SP
Representação legal: Julio Cesar Machado (330136/OAB-SP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Porto Feliz - SP
025.501/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Amélio Moyses; Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos - Cacia; Cooperativa de Trabalho Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. - Cooperiguaçu; Odair José de França Mandzierocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná
Representação legal: Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Cooperativa de Trabalho Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. - Cooperiguaçu
026.311/2015-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Responsáveis: Eliane Superti; José Carlos Tavares Carvalho; Adelma das Neves Nunes Barros Mendes; Antônio Sérgio Monteiro Filocreão; Emmanuel Raimundo Costa Santos; Rosilene Seabra Aguiar; Allan Jasper Rocha Mendes; Erick Franck Nogueira da Paixão; Wilma Gomes Silva Monteiro; Sílvia Sampaio Chagas Gomes; Dorivaldo Carvalho dos Santos; Luiz Otávio Pereira do Carmo Júnior; Henyo Hytallus da Silva Andrade
Representação legal: não há
026.313/2014-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
Responsáveis: Amaro Henrique Pessoa Lins; Anelizi Lenzi Ruas de Almeida; Bruno Moretti; Celso Fernando Ribeiro de Araújo; Clício Luiz da Costa Vieira; Cristiano Cabral; Eliane Aparecida da Cruz; Garibaldi Jose Cordeiro de Albuquerque; Helvecio Miranda Magalhães Junior; Jeanne Liliane Marlene Michel; Josilda Valença Araújo; José Henrique Paim Fernandes; José Rubens Rebelatto; Luiz Antonio de Mello Rebello; Maria de Fátima Gomes de Lima; Márcia Aparecida do Amaral; Natalino Salgado Filho; Paulo Speller; Romeu Weliton Caputo; Stela Maris Monteiro Simão; Walmir Gomes de Sousa; Clicio Luiz da Costa Vieira; Ilson Iglesias Gomes; Glaucia Assumpção; Paula dos Santos Graziotin; Walmir Gomes de Sousa; Pedro Paulo Sette de Moraes; Argeu Schauvliege Fonseca; Avelar Alves da Silva; José Miguel Luz Parente; Fábio Napoleão do Rêgo Paiva Dias; Maria Rachel de Castro
Representação legal: não há
026.631/2015-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jacareí - SP
Representação legal: não há
027.781/2015-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bebedouro - SP
Representação legal: não há
028.036/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Walfredo Reis; Joaquim de Lima Quinta; Prefeitura Municipal de Araguaína - TO; Raimundo Wilson Ulisses Sampaio; Tulio Neves da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araguaína - TO
Representação legal: Julianna Poli Antunes de Oliveira (1672/OAB-TO), representando Tulio Neves da Costa; Joaquim Quinta Neto Barbosa (3139/OAB-TO), representando Joaquim de Lima Quinta
028.439/2010-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Roraima
Responsáveis: Acácia Duarte; Aline Julia da Silva Rocha; Anna Amelia de Lima Casadio; Antonio Carlos Sansevero Martins; Antônio Benício de Sales; Araci Mello; Ednalva Dantas Rodrigues da Silva Duarte; Elton Bentes Neves; Francisca Andrade da Silva; Gioconda Santos e Souza Martinez; Janison Machado de Albuquerque; Joao Batista Sobrinho; Jose Neres da Silva Filho; Josenilda Menezes Alcantara; José Darcísio Pinheiro; Leraildes Barros de Souza; Luciano da Silva Sant Ana; Manoel Alves Bezerra Junior; Manuel da Silva; Marcilene Feio Lima; Marcos Antônio dos Santos Lima; Maria Antonia Oliveira da Silva; Maria do Socorro Alves da Silva; Railma Sales de Sousa; Roberto Ramos Santos
Recorrentes: Ednalva Dantas Rodrigues da Silva Duarte; Maria Antonia Oliveira da Silva; Gioconda Santos e Souza Martinez; Roberto Ramos Santos; Jose Neres da Silva Filho
Representação legal: não há
028.728/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Jorge Pimentel Cintra; José Martins dos Santos; Luís Antônio Paulino; Mara Valéria Giangiulio; Obras Sociais, Universitárias e Culturais; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Vicente; Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Campinas; Walter Barelli
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há
029.001/2015-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Responsáveis: Adilson Miranda dos Santos; Alexandre Hiroaki Kihara; Annibal Hetem Júnior; Carlos Alberto Kamienski; Daniel Pansarelli; Dácio Roberto Matheus; Edson Pinheiro Pimentel; Fabiane de Oliveira Alves; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira; Gustavo Martini Dalpian; Harki Tanaka; José Carlos Dugo; José Fernando Queiruga Rey; Julio Francisco Blumetti Faco; Klaus Werner Capelle; Lúcia Regina Horta Rodrigues Franco; Marcelo Bussotti Reyes; Marcelo Modesto da Silva; Mauricio Bianchi Wojslaw; Paula Homem de Mello; Ricardo Magnusson Mussini; Rodrigo Cabrera; Ronei Miotto; Samuel Werneck de Moraes; Soraya Aparecida Cordeiro; Vanessa Elias de Oliveira; Vítor Emanuel Marchetti Ferraz Júnior; Walter Ignácio Rosa
Representação legal: não há
029.062/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Juliano de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há
029.255/2015-5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há
029.282/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisa de Oliveira Marsicano e Katy Andrade Monteiro Zacaron
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há
032.928/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pedro Martis Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
034.977/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lindalva Maria da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
034.981/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sonia Maria Araujo Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há
035.005/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio Luiz de Mattos Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
035.021/2015-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Miguelópolis - SP
Representação legal: não há
035.262/2015-0
Natureza: Solicitação
Interessados: Ministério Público de Contas do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná; Procuradoria da República/PR - MPF/MPU
Representação legal: não há
035.607/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Josmar dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
035.819/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alessandro Cézar Araújo Azevedo; Associação Raso da Catarina
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há
041.014/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Márcio Roberto da Silva; Romero Marcelo Ribeiro de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Bento - PB
Representação legal: Nadja Maria Mehmeri Lordêlo e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo
041.771/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastiana de Vasconcelos Sepeda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
008.823/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Salorylton de Oliveira, ex-Prefeito
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro Alexandre/BA
Representação legal: Lamarca D'Lavor Santana de Almeida Rocha
015.972/2013-5
Natureza: Representação
Interessado: Abadias Braz Odorico
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO
Representação legal: não há
024.259/2015-2
Natureza: Representação
Interessado: Prefeitura Municipal de Brusque - SC
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há
025.898/2014-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Alonso Resende do Nascimento; Amaro Sales de Araújo; Antonio Carlos da Silva; Antonio Jose de Moraes Souza Filho; Antonio Rocha da Silva; Aprigio Guimaraes; Athaydes Mariano Felix; Carlos Takashi Sasai; Dênis Roberto Baú; Edilson Baldez das Neves; Edson Luiz Campagnolo; Eduardo Eugenio Gouvea Vieira; Eduardo Prado de Oliveira; Francisco Pereira de Sousa Filho; Glauco José Côrte; Ivan Tundelo Carvalho; Jandir José Milan; Jorge Wicks Corte Real; Jose Carlos Lyra de Andrade; Jose Conrado Azevedo Santos; Jose Gabriel Teixeira dos Santos; Josevaldo Araujo Nascimento; José Pereira dos Santos; José de Freitas Mascarenhas; Joziane Araujo Nascimento Rocha; Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira; Loricardo de Oliveira; Manoel de Souza Pimenta Neto; Marcelo Gama da Fonseca; Marcos Guerra; Mauricio Clóvis de Almeida; Moises Selergesjunior; Olavo Machado Junior; Osvaldo Olávio Mafra; Paulo Antonio Skaff; Pedro Alves de Oliveira; Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti; Rafael Marques da Silva Junior; Reinaldo Dantas Sampaio; Rivaldo Fernandes Neves; Roberto Magno Martins Pires; Roberto Proença de Macedo; Robson Braga de Andrade; Sérgio Marcolino Longen; Victor Fernando Ollero Ventin; Wilson de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional
Representação legal: Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/PB 91152)
026.124/2015-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Daniel Henrique Bandeira do Nascimento, Eder Nobre Praxedes, Francisco Fernandes Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Norte - SRTE/RN, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
Representação legal: não há
028.039/2015-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Adeilton Feliciano do Prado; Adilson Amorim Puertes; André Luiz da Silva Garcia; Anizio Pereira Tiago; Anselmo José Ferrarezzi; Carlos Queiroz de Almeida; Denire Carvalho; Eder Leonida Gomes; Edison Ferreira de Araújo; Edmilson Jonas Verati; Erika Rosiane Pereira Foglia; Fabiano José Lopes; Francisco Pereira Gonçalves; Fábio Angelo Bigolin; Gilson Rodrigues Bueno; Hermas Renan Rodrigues; Hélio Amâncio Pinto; José Alcides dos Santos; José Gilberto Petinari; Julia Pereira de Lima; Leif Raoni de Alencar Naas; Leonicio Brito de Souza; Luiz Tadeu Gaedike; Maria Auxiliadora Martins Castro Rosa; Maria Cristina Silvestre Fialho; Marise Lima de Sousa; Milton Rodrigues; Omar Pedro de Andrade Aukar; Oswaldo Fernandes; Pedro Bonacina; Regina de Fátima Freitas Carvalho Ferro; Ricardo Massaharu Kuninari; Rinaldo de Sousa Salomão; Roberto Bigolin; Roberto Rech; Rogério Tani Botelho; Rosalina Feitosa dos Santos Silva; Ruberlei Bulgarelli; Sebastião José da Silva; Valdir Jair da Silva; Valmira Gomes Carvalho; Wallace Faria Pacheco; Wellington Lopes Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há
028.109/2015-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Ana Maria Melo da Silva; Antônio Inocêncio Lima; Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho; Carlos Mauricio Meira de Oliveira Periquito; Diane Freire de Oliveira; Diogenes Domingos de Andrade Filho; Edmir Ramos Trigueiro; Eduardo Melo Catao; Evandro Alves de Lima; Fernando Clemente de Mendonca Filho; Fernando Tavares Benevides; Frederico Penna Leal; Germano Haint; Ivan José de Carvalho Galvão; Jose Cipriano de Souza; Jose Francisco da Silva; Jose Jorge da Silva; Jose Ramon Pipa Ferreira; Jose Stelio Soares; Josias Silva de Albuquerque; José Jeferson Thompson Lins; José Lourenço Custódio da Silva; João Jerônimo da Silva Filho; João Lima Cavalcanti Filho; João Maria Lopes; Júlio Crucho Cunha; Luiz Pereira de Araujo; Marcos Sergio da Silva; Mauro Santos Nogueira; Moises Jose de Melo; Mário Luís de Barros Mawad; Ozeas Gomes da Silva; Pedro Querino Ferreira Neto; Romildo Aguiar Lins; Severino Nascimento Cunha; Severino Ramos de Santana; Silvio Antônio de Vasconcelos Souza; Umberto Ferreira Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há
028.563/2015-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado do Amapá (Senar-AR/AP)
Responsáveis: Luiz Iraçu Guimarães Colares, Artur de Jesus Barbosa Sotão, Andréa Barbosa Alves, João Carlos Calage Alvarenga, José Hilton Brandão, Francisca Eunice da Silva, Noenes de Souza Pereira, Manoel de Almeida Souza, Waldeir Garcia Ribeiro, Hamilton Batista Ferreira, Jozinildo Monteiro Alves, Francisco Rocha de Andrade e Maria do Socorro Ferreira Sena
Representação legal: não há
029.006/2015-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Aluísio da Silva Ramalho; Carlos Alberto Lindolfo de Lima; Edgar Gadelha Pereira Filho; Eduardo Camarço Filho; Elisa Maria Gradvohl Bezerra; Fernando Ribeiro de Melo Nunes; Francisco Alexandre Rodrigues Barreto; Francisco Enio Oliveira Alencar; Francisco José Pontes Ibiapina; Francisco Lélio Matias Pereira; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Marcos Antônio Ferreira Soares; Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque; Marcus Venicius Rocha Silva; Monica Machado Cavalcanti; Paulo Alexandre de Sousa; Paulo Andre de Castro Holanda; Ricardo Pereira Silveira; Roberto Proença de Macedo; Roberto Sérgio Oliveira Ferreira; Samuel Brasileiro Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Ceará
Representação legal: não há
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
007.157/2013-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: município de São Mateus/ES
Responsáveis: Amadeu Boroto; Viação São Gabriel Ltda.
Representação legal: não há
033.474/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto; Triunfo Prod. de Eventos e Serv. Ltda.
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER
004.802/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Bioeasy Diagnóstica Ltda; Genética Comércio Importação e Exportação; Jaqueline Beber Guimarães; M.s. Diagnóstica Ltda.; Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda; Renato Tapias Tetilla
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT
Representação legal: Antônio Eduardo da Costa e Silva (OAB-MT 13.752), Felipe Costa e Silva de Castro Pinto (OAB/MT 13.961)e outros, representando Jaqueline Beber Guimarães e Renato Tapias Tetilla; Pollyana Gomes Novaes (OAB/MG 121.527), Breno Vaz de Mello Ribeiro (OAB-MG 114306) e outros, representando Bioeasy Diagnóstica Ltda; Hélio Cézar Afonso Rodrigues (OAB-DF 8.154) e outros, representando Genética Comércio Importação e Exportação; Marlus Vinícios da Silva Siqueira (OAB/GO 32.670), Luiz Eduardo Branquinho e outros, representando Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda; Sebastião Lino Simão (8.770/OAB-MS), Enéas Martim (OAB/MS 9.351-B) e outros, representando M.S. Diagnóstica Ltda.
Interessado em sustentação oral:
- Antônio Eduardo da Costa e Silva (OAB/MT 13.752), em nome de Jaqueline Beber Guimarães e Renato Tapias Tetilla
Ministro BRUNO DANTAS
026.108/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Fundação Peirópolis; Maria Lúcia Cardoso
Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego/MTE
Representação legal: Rita de Cássia Correa Camargo Costa (OAB/MG 74.878) e outros
Interessado em sustentação oral:
- Audrey Silveira Batista (OAB/MG 78.112), em nome de MARIA LÚCIA CARDOSO

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
002.579/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas - MG
Responsável: Felipe Mansur Neto
Representação legal: não há
014.608/2015-4
Natureza: Representação
Recorrentes: Mariana Van Erven Santos Ltda. e Grenit Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Representação legal: Michelle Cristhina Dias (OAB/DF 23.763)
026.825/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
Interessado: Ministério da Cultura
Responsáveis: Agenda 4 Comunicações Ltda.; Cândida Ribeiro Dias; Ladislau Gonçalves do Couto Neto
Representação legal: Ladislau Gonçalves do Couto Neto (OAB/GO nº 34659), representando Cândida Ribeiro Dias
028.527/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Duarte da Rocha; Jorge Pereira; Luiz Antonio da Conceição; Manoel Ângelo Costa Ferreira; Manoel Brás do Rosário; Manoel Januário de Oliveira; Manuel Casimiro Soares Bulcão; Nelson dos Santos Gama
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há
028.751/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Portel - PA
Responsáveis: Elquias Nunes da Silva Monteiro; José Raimundo Farias de Moraes; Prefeitura Municipal de Portel - PA
Representação legal:
Bruno Fabricio Valente (10.085/OAB-PA), representando José Raimundo Farias de Moraes
Renan Santos Miranda (17.032/OAB-PA), representando Elquias Nunes da Silva Monteiro
Amanda Lima Figueiredo (11751/OAB-PA)
033.948/2014-3
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Recorrente: Ministério das Comunicações
Interessados: Carlos Roberto de Oliveira; Doralice Carneiro de Farias; Elzair Martins Soares de Oliveira; Enyo Borsari de Araujo; Glaci Elvira Johnsson; Inácia da Silva Rosca; Iracema Rodrigues Medeiros; Maria Luisa Alvares; Maria da Paz Gomes da Silva; Nadir Martins Filgueiras
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Representação legal: não há
Ministro BENJAMIN ZYMLER
001.925/2007-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Regina Céli Cordeiro; Rodrigo César Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - ÁREA MILITAR
Representação legal: não há
008.615/2009-6
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cícero de Lucena Filho; D M Construções Civis Ltda. e Evandro de Almeida Fernandes
Recorrentes: Cícero de Lucena Filho; Evandro de Almeida Fernandes e D M Construções Civis Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de João Pessoa - PB e Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265), Walter da Agra Júnior (OAB/PB 8.682) e outros, em nome de Cícero de Lucena Filho; e José Augusto Nobre Filho (OAB/PB 11.147) em nome de D M Construções Civis Ltda
010.414/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cândido Sales - BA
Responsáveis: Eduardo de Oliveira Pontes; Instituto de Desenvolvimento na Promoção do Emprego
Interessado: Prefeitura Municipal de Cândido Sales - BA
Representação legal: não há
018.173/2009-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: João de Jesus da Costa
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Construtora Boa Sorte Ltda.; João de Jesus da Costa; Jomar Fernandes Pereira Filho; José Gomes de Oliveira; Márcio Jerry Saraiva Barroso
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA
Representação legal: José Fernandes da Conceição (OAB/MA 8.348), Everaldo Chaves Bentivi (OAB/MA 6884), Laissa Buna Ferreira da Silva (OAB/MA 9.995) e outros
031.735/2010-0
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Adail Barbosa Lima da Silva e Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima
Recorrente: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belém - PB e Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Bruno Lopes de Araújo (7.588/OAB-PB) e outros, representando Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima; Hugo Tardely Lourenço (16.211/OAB-PB) e outros, representando Adail Barbosa Lima da Silva
033.887/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ozangela de Oliveira Chaves e Napoli
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há
033.996/2011-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Flávio Montiel da Rocha; Joaquim Eloy Fonseca de Toledo; Linda Tur Viagens & Turismo Ltda - ME;
Responsáveis: C.A. Martins e Cia. Ltda.; Cleibimar Aparecida Martins e Cia Ltda.; Flávio Montiel da Rocha; Joaquim Eloy Fonseca de Toledo; Linda Tur Viagens & Turismo Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: Paulino Barros do Nascimento (OAB/PA 8014), Murilo Palomares Mendes Cardoso (OAB/DF 39472), Danilo Batista Soares (OAB-DF 25.279), Jefferson Diego Cordeiro dos Santos (OAB-DF 34679), Alyrio Cardoso Neto (OAB-DF 35379), Thaiza Oliveira Weiss de Carvalho (OAB-DF 35856), Elton Santos Cardoso (OAB-DF 35438), Giovana Elisa Monteiro e Souza (OAB-DF 36828), Daniel Ayres Kalume Reis (OAB-DF 17.107), Durmar Ferreira Martins (OAB-DF 17.292), Rafael Moreira Mota (OAB-DF 17.162), David Grunbaum Ambrogi (OAB-DF 25.055), Jenise Castro de Carvalho (OAB-DF 28.421) e outros
041.812/2012-3
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Recorrentes: Daniel Santos Mattoso Lima Terra; Emily Jane Pita Hohenfeld
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica
Representação legal: Antônio Clovis Sales Amorim Junior (31.605/OAB-BA) e outros, representando Emily Jane Pita Hohenfeld
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
003.191/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Cinematográfica Pampeana Eireli - ME
Responsáveis: Henrique Forster de Freitas Lima e Empresa Cinematográfica Pampeana Eireli - ME
Representação legal: Thaís Schramm Werutsky (OAB/RS 58.746) e Cristiano Gessinger Paul (OAB/RS 45.945)
005.418/2014-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Evilácio Miranda Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio de Contas/BA
Representação legal: Ademir Passos (OAB/BA 10.226)
008.405/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Naziazeno Florentino dos Santos Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há
009.568/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Belém/PB
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663) e outros
013.597/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina/AL
Responsáveis: Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga, Paula Roselma da Rocha Nascimento e Olisan Construções Ltda. - EPP
Representação legal: Eduardo Wagner Queiroz Tavares Cordeiro (OAB/AL 8.636), Eliza Daize Inácio Pereira (OAB/AL 10.639) e Delcio Deliberato (OAB/AL 8.988)
025.174/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame (Atos de Admissão)
Órgaõ/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná
Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Marcio Yoshio Tazaki (OAB/DF 37.940)
027.738/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul
Responsáveis: Tiago Henquer Cesarino e Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
031.176/2013-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas
Responsáveis: Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha, Maurício Aucar Seffair, Aécio Flavio Ferreira da Silva e Antônio Carlos da Silva
Representação legal: Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291), Jeyn's Martins Alves (OAB/AM 3.399)
Ministro BRUNO DANTAS
004.547/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessadas: Alice Felix da Silva; Ana Maria de Oliveira; Diana Lemos Calazans; Elisabeth Nascimento Cirne; Maria José de Mello Cavalcante Antunes; Rosália Ramos da Conceição; Walniria Gomes de Souza
Representação legal: não há
004.626/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a
Responsáveis: Almir Alves Fernandes Távora Filho; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Byron Costa de Queiroz; Ernani Jose Varela de Melo; Geraldo de Lima Gadelha Filho; Jefferson Cavalcante Albuquerque; João da Cunha Silva; Osmundo Evangelista Rebouças; Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho; Sergio Nogueira da Franca
Interessado: Banco do Nordeste do Brasil S/a
Representação legal: Humberto de Souza Leite e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.; José Diógenes Rocha Silva (OAB/CE 6702), representando Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho e Osmundo Evangelista Rebouças; Osvaldo Alves Dantas (OAB/CE 1101) e outros, representando Sergio Nogueira da Franca
012.103/2002-7
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargantes: Abílio Cesar Dias Nascimento; Joice Soares Ferreira Santana e José Egidio Soares Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belo Campo - BA
Representação legal: Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782) e outros, representando César Ferreira dos Santos Silva
012.818/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
Responsáveis: Anselmo Baganha Raposo; Dicar Comércio Representações e Serviços Ltda.
Representação legal: Paulo Helder Guimarães de Oliveira, OAB/MA 4.958, e outros, representando, Anselmo Baganha Raposo
013.313/2011-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Adail Albuquerque de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA
Interessado: Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA
Responsáveis: Adail Albuquerque de Souza; Patrícia Maciel Ferraz Castilho
Representação legal: Amadeus Pereira da Silva (OAB-MA 4.408) e outros
022.208/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Altamira/PA
Recorrente: Domingos Juvenil Nunes de Sousa
Representação legal: Antonio Perilo Teixeira Netto (OAB-DF 21.359) e outros, com substabelecimento para Gabriela Dellacasa Stuckert (OAB-DF 39.963) e outros, representando Domingos Juvenil Nunes de Sousa (peças 27 e 64)
027.253/2014-7
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Interessadas: Joalice Moreira Santana; Josefa Rocha Vilabela e Silva; Leonor Lima Filgueira; Lourdes Ventura Hyppolito; Lourdes da Silva Borges
Representação legal: Ana Lucia Rodrigues (OAB/RJ 77.593), representando Lourdes da Silva Borges
028.801/2010-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Armando Sebastião Chagas de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Armando Sebastião Chagas de Carvalho; Danilo Prado Garcia Filho; Eugenio Conolly Peixoto; Francisco Edson Teofilo Filho
Representação legal: Elizabeth Cunha Bonaparte (OAB-RJ 163894), representando Armando Sebastião Chagas de Carvalho
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
023.328/2014-2
Natureza: Pensão Civil (alteração)
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia - SRTE/BA
Interessados: Ester Faleiro dos Santos, Maria de Lourdes Faleiro dos Santos, e Mateus Faleiro dos Santos
Representação Legal: não há
026.998/2014-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria - Sesi/Departamento Regional do Rio de Janeiro
Responsáveis: Maria Lucia Paulino Telles, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, Ângela Maria Machado da Costa, Carlos Fernando Gross, Carlos Mariani Bittencourt, Augusto Cesar Franco de Alencar, Andréa Marinho de Souza, Alexandre dos Reis, Carlos Bernardo Ribeiro Schlaepfer, Cristiano Prado Martins Barbosa, Gilson Pereira Lopes, José Roberto Borges, Luciana Costa Marques de Sá, Marilene Carvalho, Paulo Fernando Cavalcanti Corrêa, Ricardo Carvalho Maia, Abílio Moreira Mendes, Antônio Henrique de Albuquerque Filho, Augusto Sérgio do Espírito Santo Cardoso, Henrique Antônio Nora Oliveira Lima, Luiz Césio de Souza Caetano Alves, Nilson Duarte Costa, Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho, Georges Barrenne, Haroldo de Barros Collares Chaves, Sérgio Carlos Bousquet Perez, Sérgio Carlos Ramalho, Sérgio Gomes Malta e Sérgio Kunio Yamagata
Representação legal: Gustavo Kelly Alencar (OAB/RJ 102.509) e outros
033.655/2015-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Várzea da Roça/BA
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA
Representação legal: não há
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
003.996/2015-8
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargante: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul
Responsáveis: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul; Luiz Alcides Capoani
Interessado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: Wilson Werkhauser Dias de Souza (OAB/RS 76.390), representando Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul
025.745/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: município de Lamarão/BA
Responsáveis: Arivaldo dos Anjos Damião; Janete Santos Carvalho
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Miucha Pereira Bordoni (OAB/BA 25.538), representando Janete Santos Carvalho e Arivaldo dos Anjos Damião
028.556/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado
Responsáveis: Agência Para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado; Sebastião Assis Brandão
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: não há
031.812/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Recreativa e Cultural Unida da Glória
Responsáveis: Associação Recreativa e Cultural Unida da Glória; Carlos Roberto dos Santos Ribeiro
Interessado: Ministério do Turismo (MTur)
Representação legal: Rodrigo Fardin (OAB/ES 18985), representando Associação Recreativa e Cultural Unida da Glória e Carlos Roberto dos Santos Ribeiro
031.972/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: município de Cachoeira/BA
Responsáveis: Fernando Antônio da Silva Pereira; Mônica Vieira Brandão Azevedo
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Renata Silva Alves (OAB/BA 35.288) e outros, representando Fernando Antônio da Silva Pereira
034.840/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Fábio Gontijo Silveira
Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

Em 5 de maio de 2016.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2ª CÂMARA

PAUTA

Sessão Ordinária de Segunda Câmara, prevista para 10/05/2016, às 16h
PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro AUGUSTO NARDES
010.074/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sabrina Castilho Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Representação legal: não há
011.275/2016-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvaro Silva de Lima; Edna Loureiro Targueta; Ivonia Pitan Krambeck; José Geraldo Alves Amarante; José Roberto Panaia; Mauricio Miarelli
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há
014.097/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Monica Santos Rocha Sobral
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI
Representação legal: não há
022.159/2013-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Monica Villa Bandeira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há
Ministro RAIMUNDO CARREIRO
007.217/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Augusto Costa Valenca; Carlos Thadeu Moreira Derzi; Elizabete Oliveira dos Santos; Francisco Antonio da Costa; Francisco Carlos Sevalho Neves; Francisnete de Almeida Cardoso; Jose Carlos de Andrade; Nilisvan Araujo de Oliveira; Ozeas Francisco da Silva; Silvia Cilene Ramos; Sueci Carneiro Saboia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há
007.223/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalberto Pontes da Silva; Carlos Alberto Leite de Souza; Maria Aparecida Rodrigues Gomes; Maria Deolinda Ribeiro Nobre; Raimundo Marques Picanço; Sebastiao Tadeu Antunes Belem
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há
009.149/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Erivelto Rodrigues da Silva; Regina Lucia Acauan de Santana; Zilda de Fatima da Rosa Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há
009.150/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clarinha Kochhann; Ivete Sara Dotto; Jorge Jose Tochetto; Leonel Gonzalez Junior; Luiz Carlos Custodio Urbim; Miguel Angelo Lovato; Ricardo Sturmer; Roselaine Gonçalves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
009.938/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natan Mestrinelli Paes de Almeida; Natana de Oliveira Torres Silva; Natane de Oliveira; Nathalia Bertelli Soldatelli; Nathalia Faria Guimaraes; Nathalia Lange; Nathalia Lima Zacarias Franca; Nathalia Rodrigues Lima; Nathalia Szlachta Macedo; Nathalia Wivina Diogo Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há
009.943/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paloma Taysa Virgolino de Oliveira; Pamela Cristina Vieira Ferreira; Pamela Suellem Gomes Teles; Pamela Wartully Soares Queiroz; Patricia Abreu Alvares; Patricia Fabiola Klein; Patricia Goncalves Duarte Carvalho; Patricia Kelly Lopes Angelim; Patricia Pereira Silva; Patricia Poliana Gadani Hrysyk
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há
009.949/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Luiz Meneghel Filho; Pedro Martins Luna; Pedro Melo Forte; Pedro Patrick Silva Sousa; Pedro Ricardo Vieira Jojima; Pedro Rodrigo Bosi Catabriga; Pedro Sant Anna Lima Oliveira; Perseu dos Santos Macedo; Peter Bentes Blanco; Peterson Matos Rodrigues Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há
009.954/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Honorio Candido; Rafael Matias de Azevedo; Rafael Mendes Matos; Rafael Oliveira Araujo; Rafael Ortensi dos Santos; Rafael Paes Leme Martins; Rafael Pereira Souto; Rafael Pessoa Archanjo; Rafael Riani Roggini; Rafael Ribeiro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: não há
009.962/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regina Salgado Galvao dos Santos; Reginaldo Fermino de Lima; Reinaldo Nunes Rocha; Rejane Pinheiro da Costa; Renan Candido Sousa Martins; Renan Caramori; Renan Chriginio da Silva; Renan Correa Silva; Renan da Silva Oliveira; Renan da Silva Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há
009.993/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Coelho Cardoso Pereira; Thiago Coelho Ribeiro; Thiago Cunha de Avelar; Thiago Delanhese; Thiago Eloi Onofre; Thiago Frota Andre Vasconcellos Santos; Thiago Gleydson Leite da Silva; Thiago Godinho Nunes; Thiago Henrique de Araujo Goncalves; Thiago de Tarso Jacinto Alves de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há
011.258/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Genildo Celso Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba
Representação legal: não há
011.299/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Grutzmacher Perusso; Daniel Rodrigues Rollo; Daniela Lopes de Freitas; Diogo de Carvalho Dias; Emerson Luiz Marcuzzo Tolio; Fabiana Furtado Campos de Araujo; Fernanda Campos de Franca; Fernando Meda Torres; Flavia Santana Bezerra; George Francisco Ribeiro Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há
011.315/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Vital de Miranda; Alexandre Cesar de Carvalho Guedes; Allan Regis Santos dos Santos; Ana Gorette de Souza dos Santos; Ana Maria Neves de Oliveira Santos; Andressa Stefhany Batista Teixeira; Carlos Henrique Monteiro de Castro; Carlos Tiago Nascimento Gomes; Catarina Feio do Nascimento Mendes; Charles Wesley Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.
Representação legal: não há
023.758/2013-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Frederico de Miranda Oliveira; Jairo Bezerra Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação Regional do Amapá e Norte do Pará da Fundação Nacional do Índio, vinculada ao Ministério da Justiça
Representação legal: não há
029.039/2015-0
Natureza: Monitoramento
Responsável: Liely Gonçalves de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Amapá (SPU/AP)
Representação legal: não há
Ministro VITAL DO RÊGO
002.583/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Recorrente: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
Interessados: Altamiro Cavalcante de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
Representação legal: Sálvio Dino de Castro e Costa Junior (OAB/MA 5.227) e outros
003.355/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Antonio Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José da Tapera - AL
Representação legal: não há
005.321/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrente: Joao Marcolino Gomes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Barreiros - PE
Representação legal: Marco Antonio Camarotti (OAB/PE 16.492) e outros
007.264/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raul Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS
Representação legal: não há
009.129/2016-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dercides Pires da Silva e Joaquim Soares Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
Representação legal: não há
009.137/2016-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Luis Padilha e Leni Marceolete Conteratto Madeira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS
Representação legal: não há
009.138/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Flavio Antonio da Silva Mattos; Iremar Couto Mesko; Joeci Tania Szeckir Simioni; Rogeria Guedes Bisch; Ruth Terezinha Pinheiro Machado da Rocha; Ruth Terezinha Pinheiro Machado da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS
Representação legal: não há
009.139/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Lima Aragao; Maria Aldenir Pereira Lima do Monte; Vilma Torres Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Fortaleza/CE
Representação legal: não há
009.154/2016-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Angela Maria Torres de Barros; Antônio Eduardo Santana; Diana Vila Nova Lopes; Elisabete Souza Pires Vieira; Tereza Cristina Trindade Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA
Representação legal: não há
009.156/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arlete Mesquita Silva; Hilda Bernardino Vieira; Jesse Joá da Silva; José Wilson Eugênio; Maria da Conceiçao dos Santos; Paulo Roberto dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Divinópolis/MG
Representação legal: não há
009.199/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gumercindo Olivieri Prado e Rosane Soares Cintra Belem
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há
009.210/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ester Bastos Vasconcelos Teperino Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há
009.217/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Neuri Gabe
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há
010.118/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evandro da Silva Martiniano Junior; Everton Campos Silveira; Flavia Cristina Cancado de Medeiros; Francielly Sheron Barbosa Cabreira; Giovana Rodrigues Hidalgo; Gislene Mariano Mesquita; Hildevan Xavier Camara da Silva; Hélio Ferreira Costa; Isael de Carvalho Maior e Israel Ferraz de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
010.122/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Carlos Santos Regueira; Luiza Cavalcante Bonaparte; Maira Caroline Padula; Maira Eiko Ikuma Nogueira Mian; Marcella Garcia Ferreira dos Santos; Marcelo Caetano Soares Silva; Marcelo Soldan Bertola; Marcos Paulo Oliveira Dutra; Marcus Vinicius Alonso Barbosa e Mardonio de Sá Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
010.128/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valdeci Aparecido Morales; Valéria Santos do Carmo; Vanessa Olivetti e Verônica Fedrigo Brito Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
010.165/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cinthia Kimura Cordeiro de Souza e Helda Anne Liborio de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há
010.174/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alexandre Cesar de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há
010.176/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronaldo Vieira de Aragao e Thommas Hudson Araujo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Representação legal: não há
010.184/2016-3
Natureza: Atos de Admissão

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interessados: Roberta Salles de Oliveira; Sarah Bonaccorsi Golgher; Tatiana Pinotti Granja e Thiago Mafra da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
010.888/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio de Abreu Macedo; Eliana Silva de Souza; Flora Raymundo de Macedo; Jonas Sant Ana; José Manoel Pinho de Souza; Jucimar Tony Fuly; Jurema Regina de Mello Lourenço; Luciano Bahia Alves Ferreira e Nersi Martins Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há
011.110/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allison de Freitas Francisco; Ana Debora Borges Fontenele Sampaio; Ana Lucia da Silva; Ana Luiza Batista da Mota; Andre Avelino de Oliveira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.112/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cesar Pitanga Neto; Christianne Maria Goyannes Gusmão Caiado; Clecida Mara Normando Recoucas; Daniele Muñoz Gianvecchio e Deise Canteiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.114/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evandro Cezar Guerreiro de Vasconcelos; Fabio Santos Drosdoski; Fernanda Sofia da Rocha; Flavia Alves Castro Santos; Flávia Borges Vaz de Melo de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.116/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Itamar Rodrigues Brito Oliveira; Iza Maria Reis Silva Florestano; Janaina de Souza Santos; Jorge Roberto da Costa Castanheira; João de Deus Silva Linhares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.119/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Aelma Pereira Delgado Lima; Maria Angela Aredes Alves Ferreira; Maria Aparecida Alves de Carvalho Costa; Maria Helena da Silva Neder; Mario Maranhao Silcon
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.122/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Fabiana Pinto; Rodrigo Logatti Corrente; Ronaldo Rodrigues Beltrani; Roni Motizuki; Rosana Maria Tinoco Lordello
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.255/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Victoria Caparelli de Oliveira; Maria de Lourdes Godoi Vieira Meireles
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO
Representação legal: não há
011.274/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcus Camacho de Vincenzi; Mauricio Eduardo Cortes Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há
011.333/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adeilson de Oliveira Ramos; Adriana Aparecida Rita de Moraes Moron; Aelson Barbosa Ferreira; Aguinaldo Aparecido Pereira; Ailton Marques de Vasconcelos; Alba Kadar Soares; Alex Cardoso Pinto; Aline Flavia dos Anjos Almeida; Alisson Fernando de Oliveira e Altina Hissnauer Leal Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.340/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emilio Claudio de Oliveira Tieppo; Erika Pereira Wanderley Gouveia; Ester Guerre de Oliveira; Fabiana Francisca de Souza Menon Koumegawa; Fabiana Harumi Koyama; Fabiana Vieira Espindola; Fabiolo de Lima Borba; Felipe Augusto Ribeiro Ferreira; Felipe Souza Leffa; Fernando Araujo Cisneiros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.342/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Greice Anne Santiago Souza Moura; Guilherme Leitao Borges; Guilherme Rebecca dos Santos; Helio Ricardo Guimaraes Murci de Azevedo; Henrique Santiago de Souza; Henrique Vieira de Freitas; Hugo Leonardo da Silva; Hygo Rodrigues Menezes; Iolanda Fontan Diaz; Isabela Maria Reis Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.346/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lia Azevedo Pinto Ventura; Liliana Emilia Frizzera; Lucas Barros da Silva; Lucas Guilherme Reis Ferreira; Lucia Antunes de Gouvea; Luciana Alencar Lopes; Luciana Gomide Gandini; Luciana Rodrigues de Souza; Luciana Rosa Campos e Lívia Maria Cunha Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.348/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mario Sergio Pereira Medeiros Nascimento; Marluce Alves Pereira; Marnem Gomes Silva Assuncao; Marta Andreia Pereira de Cerqueira; Maryanne de Campos Schramm Rangel; Michelle Reis Moreira; Mirian Macedo Pereira; Myrian Bernardo de Brito Sousa; Mário Marcos Miguel Filho e Nadia Chiba de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.351/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Pombal Nunes; Rodrigo Sebe Leal; Rogerio Borges Fonseca; Romulo Veloso de Oliveira; Rondinelly Lourenço Santos; Ronilson Rodrigues Ataide; Rosilene Fernanda Ferreira; Rosineide Moura Pessoa; Rutineia Sousa Sales; Selma Cristina Rodrigues Zenni
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.352/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Serginaldo Barros Feitoza; Siberia Alexandre da Silva; Silmar Ferreira de Oliveira; Sirlene Aparecida Marques; Sonny Regina Botao Gimenes Pontes Gestal; Sueli Doghi Melende; Suzy Nyhiara Amorim Estevam; Tatiana Amorim Pereira; Tatiana Araujo de Castro Gomes Alvarenga; Thaisa Clara Ribeiro Vismara
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
011.363/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo Brasil Rocha; Eder Meira Boaretti; Elielson Barbosa de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há
011.369/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabio Souza Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
011.442/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jose Osiel Costa Aguiar; Mayara Jocilene Costa Aguiar; Raimunda Nonata Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de São Luís - MEC
Representação legal: não há
012.003/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sheina Maia Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
012.008/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Otto Carreira Coutinho Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há
013.374/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helenice Gomes Carneiro Guariniello; Maria Zélia Farias Seto Takeguma; Maria do Rosário Gentil Correa; Telma Lira Cerveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há
013.375/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agamenon Bezerra; Evanir Monteiro Torga; Juarez Lopes de Oliveira; Maria Leogidia dos Santos Silva; Maria Madalena Nascimento de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Carmen Rachel Dantas Mayer (OAB/PB 8.432) e outros
013.469/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Enaude Madeira Correa; Cesar de Freitas Saraiva; Clarimundo Flores; Cyrene Maria Batista Alves; Demosthenes Costa de Aguiar; Erivaldo Araujo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Carmen Rachel Dantas Mayer (OAB/PB 8.432) e outros
014.336/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: G50 Serviços, Construções e Locação Ltda. e Wellinson Carlos Dantas Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Canguaretama - RN
Representação legal: não há
014.585/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marília Dalva Rodrigues Milagres
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há
014.929/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Casalli Piovezan; Aparecida Elisabeth Rodrigues Feitosa; Celina Cleide de Lima; Dario Jose Ambrosio; Delminda Aparecida Camargo Vicente; Dionice Garcia Vigo Tarifa; Erci Bueno Morelli; Eunice Meiry Beck Strabelli Barone; Fatima de Lucia Esbrile e Francisco de Paula Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - São João da Boa Vista/SP
Representação legal: não há
014.931/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Silvestre Domingues; Geni Morgani Fatore; Maria Alice Parolin Pavani Guizin; Maria Angelica Ciacco; Maria Aparecida Minerini Granchi; Maria Benedita de Matos Rodrigues; Maria Cristina de Noce Alves Pinto; Maria Luiza de Fatima Negro Leite; Maria Teresa Pereira de Godoy e Maria dos Santos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - São João da Boa Vista/SP
Representação legal: não há
014.936/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Vanize Panetto Rodrigues; Milton Alaine Uzun; Neide Aparecida Costa Passarella Canella; Neide Maria Bernardes de Moraes; Regina Suely Tardelli Magalhães e Rita de Cassia Rosa Madureira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - São João da Boa Vista/SP
Representação legal: não há
014.939/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roseana Bernardi Sinico da Cunha; Rosmari Bargas; Silvia Regina Bisco de Alvarenga; Sonia Maria Pereira Santos Camargo; Vanderson Tolentino e Xenia Ribeiro Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - São João da Boa Vista/SP
Representação legal: não há
015.331/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Maria Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: Vinícius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074)
019.507/2014-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Responsáveis: Arcelino Vieira Damasceno; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Cassio Arantes do Nascimento; Cezar Augusto Maranhão dos Santos; Dominique de Castro Oliveira; Julio Cesar Barreto; Luiz Fabricio Vieira Neto; Rafael de Lima Chaves e Washington Clark dos Santos
Representação legal: não há
023.509/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Mary Di Lascio Teraoka e Paulo Cesar Modtkoski do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há
025.097/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Jerônimo de Oliveira Reis; Lourdes Goretti de Oliveira Reis e Prefeitura Municipal de Lagarto - SE
Recorrente: Prefeitura Municipal de Lagarto - SE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lagarto - SE
Representação legal: César Vladimir de Bomfim Rocha (OAB/SE 2.682); Marcio Macedo Conrado (OAB/SE 3.806)
026.470/2012-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Responsáveis: Angelo Roberto Antoniolli; Jenny Dantas Barbosa; Jose Manuel Pinto Alvelos e Josue Modesto dos Passos Subrinho
Representação legal: não há
852.129/1997-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Wanda Lima de Figueiredo Hadad
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Acre
Representação legal: não há
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
000.218/2011-1
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região
Representação legal: não há
000.935/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Antônio Santana dos Santos Filho
Representação legal: não há
004.552/2016-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Luiza Pinto da Silva; Maria Isabel de Brito Leite; Vilma das Graças Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Artes
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

004.910/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senador Pompeu/CE
Representação legal: não há
008.191/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Graça/CE
Responsável: Augusta Brito de Paula
Representação legal: não há
009.065/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer do Amazonas
Representação legal: não há
011.296/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Moraújo/CE
Responsável: Jurandi Fonteles de Oliveira
Representação legal: não há
017.012/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Sérgio Pereira de Almeida Toledo
Representação legal: Marcelo Fernando Cavalcante Bruno, OAB/SP 174.440, e outros, representando Sérgio Pereira de Almeida Toledo
017.721/2012-1
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Paraná
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: não há
020.798/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Marco/CE
Representação legal: não há
025.178/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Ricardo Dias Diniz, Braga e Mendes Apoio e Produções Ltda. - ME, Equipe Eventos e Publicidades Ltda. - EPP, Famashow Locações e Eventos Ltda. - ME, Flor da Pele Serviços Artísticos Ltda., Propaga Publicidade e Eventos Ltda. - ME, R. I. K. Produções e Eventos Culturais Ltda. - EPP, e Una BR Produções Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Turismo de Pernambuco
Representação legal: Daniel Moraes de Miranda Farias, OAB/PE 21694, e outros, representando Equipe Eventos e Publicidades Ltda. e R.I.k Produções e Eventos Culturais Ltda.; Daniel Morais de Miranda Farias, OAB/PE 21694, representando Una BR Produções Ltda. - ME; Reinaldo Bezerra Negromonte, OAB/PE 6935, e outros, representando José Ricardo Dias Diniz
025.224/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Monica Gomes Aguiar, Prefeita
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Camocim/CE
Representação legal: não há
029.643/2013-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Alagoas
Responsáveis: Carlos Alberto Pacheco Paes; Marben Montenegro Loureiro; Marcelo de Souza Carvalho
Representação legal: não há
032.836/2014-7
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão e Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
005.416/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão Soares; Afonso Ferreira de Almeida; Ailton Santana de Freitas; Alfredo Carlos Viveiros Bastos; Alvaro Candido Costa de Oliveira; Amilton Pereira Ramos; Ana Lucia Oliveira dos Santos; Angela Maria de Almeida Alves; Antonio Carlos Cavalcanti de Castro e Antonio Gonçalves Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há
007.743/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Caetano de Almeida; Mônica Saldanha Pereira; Paulo César Viana Vieira e Valéria Maria Nunes Julião
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há
008.606/2016-1
Natureza: Representação
Representante: HEX Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Florestal Brasileiro
Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e outros, representando Hex Informática Ltda.
008.658/2016-1
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Egydio Mariani e Juçara Foletto Mariani
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
008.766/2016-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Semiramis Pinheiro Siqueira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.264/2016-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aline Cristina de Oliveira de Souza; Betaceli Cardoso de Sousa; Ceni Moraes de Lima Costa; Denise de Lima Gueiros; Fernanda Souza Reis; Isolete Guimarães Agostini; Iva Figueiredo Comeira; Marcia da Silva Costa; Maria Angélica Marques dos Santos; Maria Auxiliadora dos Santos Lopes; Maria Pereira Batista; Neimar Moraes de Lima; Regina Coelli Valle Assam; Sandra Regina Lima de Carvalho; Selma Moraes de Lima; Sonia Regina Valle de Vasconcellos e Talita Christina Cardoso de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
009.268/2016-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Catarina Ana Batista Mohilla; Cidea Mendes Bessa; Dilma de Souza da Silva; Helena Margarida Azambuja; Janete Silva Espinheira; Maiara Cristina Alves Bernardo; Maria Luisa de Albuquerque Mitchell; Marili Perocini de Albuquerque; Nadia Menezes Ferreira; Neuza Machado; Regina Celia Cortine Campos; Sonia Pontes dos Santos; Wancler da Silva Bernardo Junior e Zeni Duarte Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
009.271/2016-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Amélia Proença Martins de Oliveira; Cláudia Lúcia de Queiroz Melo Goulart; Edvânia Regina Domingues; Elga Lima Macário Apolônio; Eliana Lima Macário Pereira; Eliane Domingues Cortes; Elida Lima Macário dos Santos; Elinéa Lima Macário; Elizana Domingues Divino; Elvia Lima Macário; Enirades Macário de Oliveira; Eny Domingues Ferreira; Etna Lima Macário; Evaneide Domingues Sebastião; Fabíola de Souza Vieira; Geni da Rosa Moraes; Joana D'Arc Martins; João Henrique de Souza Vieira; Michelle Vieira de Souza; Rosilda Josefa Tavares Torres; Sonia Maria Domingues Bernardo; Sára Amado Lo Prete e Vera Lucia Vidal Fogolin
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar
Representação legal: não há
009.273/2016-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ailza Terezinha Ferreira da Silva; Evanir Dias Silveira; Fatima Rosane da Silva Marcal; Idamara Ferreira da Silva; Jurema Santos dos Santos; Lenita da Silva Nicola; Lindalva Teresinha Torri da Silva; Maria Emilia Marques de Araujo; Marli Scalcon Silveira; Martina Oliveira da Silva; Roseli Gonçalves da Silva; Sandra Teresinha da Silva Marçal; Sonia Fatima Ferreira Gomes; Vera Eliane dos Santos; Vera Maria Torri Soares e Zaira Vieira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há
009.278/2016-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Maria do Carmo Freitas; Clea Mauricia do Carmo; Conceição Aparecida da Costa Carmo Alves; Elienai Moreira de Almeida; Geraldina Maria da Costa Carmo; Marcelina da Costa Villaboim; Marcia Moleda Cardoso Rocha; Maria Angela do Carmo Pereira; Maria Cristina Dâmaso Macedo; Maria Eloisa Dâmaso; Maria Leila de Castro Pellegrinelli; Maria Lúcia Dâmaso; Maria de Lourdes Cardoso dos Santos de Godoi; Maria do Rosario dos Santos; Marilda Alves de Freitas; Marlene dos Santos; Marysa Gissoni Cerqueira Dias; Rita de Cassia Pereira e Abrahão; Rosangela dos Santos Reis; Selma Alves de Freitas; Sonia Gissoni Cerqueira de Souza; Tania Elizabeth dos Santos; Teresa Cristina Pereira e Abrahão; Terezinha Angélica Moleda Cardoso dos Santos e Valesca Santos de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há
009.285/2016-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Arlinda da Silva; Celia Finck Brandt; Cunatay Carneiro Soares; Diacuy Carneiro Soares; Dilva Ferreira Nobrega; Indianara Lemes; Joana Debora Rodrigues Martins; Keli Cristian de Carvalho Schmeiske; Luciane Fraresso da Cunha; Margali Barth; Maria de Lourdes Soares Martins; Neli Terezinha de Souza Carneiro Soares; Odete Burda Lemes; Sonia Finck; Valeria Cristina de Freitas Frozza e Zedeci Cristiano Scheffer Santiago
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar
Representação legal: não há
009.290/2016-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alba Maria Costa Antas; Ana Cristina de Araujo Pessoa; Ana Luiza Rodrigues Costa; Ana Luiza Rodrigues Costa; Ana Valeria Acampora de Paula Machado; Carla Aparecida Meireles Duarte; Clecia Lira Ferreira de Souza; Edinalva Laurentino Pereira de Farias; João Jose Rodrigues Costa; João Paulo Rodrigues Costa; Laura Maria Rodrigues Costa; Laura Maria Rodrigues Costa; Leila Miranda da Fonseca; Lidia Dadilores Barbosa da Silva; Luiza Maria Rodrigues Costa; Luiza Maria Rodrigues Costa; Maria Antonia Monteiro Costa; Maria Zuleica de Lima Santos; Maria da Conceição Rodrigues Costa Chaves; Maria da Conceição Rodrigues Costa Chaves; Maria das Dores Monteiro Costa; Maria do Carmo Barbosa da Silva; Maria do Carmo Rodrigues Costa; Maria do Carmo Rodrigues Costa; Marilene de Fatima Meireles Duarte Siqueira; Marivalda Marclebia Barbosa de Souza; Rutinalva Barbosa da Silva Moraes e Zuleide Barbosa da Silva Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há
009.291/2016-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angelita de Lima Silva; Diva Chaves de Souza; Elisabeth Fernandes Barbosa Brito; Flavio Jose Gomes Fonseca; Geraldina Maria da Encarnação Silva; Graça Maria Lima Sousa Cavalcanti; Graça Maria Lima Sousa Cavalcanti; Irene Gurgel Batista Leite; Maria Geny Quintela Fonseca; Maria Gicelda Brito Silva; Maria Helena de Miranda; Maria Marcia Quintela Fonseca; Marta Santos Souza Fonseca; Marta Santos Souza Fonseca; Maryland Chaves de Sousa Rizzo; Marylourdes de Jesus Sousa Bastos; Meire Santos Souza Fonseca; Meire Santos Souza Fonseca; Miracema Fernandes Gurgel; Miriam Fernandes Brito e Neusa Marques Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há
009.293/2016-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alaide Maria dos Santos; Almira Soares Souto; Cicera Leite da Silva; Diacuy Leite da Silva; Eliane Caldas Torres; Eunice Leite da Silva; Francina Leite da Silva; Geraldina Leite da Silva; Helenita Leite da Silva; Iracema Leite da Silva; Ligia Leite da Silva; Maria Jose Barbosa; Maria Jose Barbosa; Maria Natal Alencar de Aquino; Maria Rejane Lopes Felix; Maria Teofila Almeida da Silva; Maria de Lourdes de Miranda Moura Sobrinha; Maria de Lourdes de Miranda Sobrinha; Marilda Fernandes de Carvalho e Silva; Sevy Fatima Gomes de Moura Galindo; Tania Leite Maciel Gama; Uiacy Nascimento de Alencar; Uiara Nascimento de Alencar; Uirany Nascimento de Alencar e Zilck Leite dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há
009.296/2016-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cezar Augusto Cordeiro de Lima; Eloyana Nunes Sampaio; Iramaia dos Santos Lima; Leila Paula Neves Coutinho; Lucia de Fatima Dias Trindade; Maria Jose Carvalho dos Santos; Maria Luiza Souza Pimenta; Maria Madalena Carvalhio; Maria Rosalia Rodrigues Pereira; Maria Ruth Machado Pimenta; Maria da Conceição Miranda Pereira; Maria das Graças Rodrigues Pereira; Michelly Furtado de Lima; Mily Ramos Moreira; Myria de Nazare Ramos Moreira; Nelma Suely Dias Trindade; Nubia Teresa Carvalho e Odaléa Cavalcante Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Oitava Região Militar
Representação legal: não há
009.306/2016-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adayl Paveck Uranga; Altamira Maria Galvão Gomes; Angela Cristina Rodrigues Corrêa; Bruna Lima Reis; Elenita Lima Cezar; Elza da Silva Barros; Gabriela Reis Brito de Azevedo; Geovanna Fógia Reis de Azevedo; Lina Maria Galvão Rolim; Maria Goretti Cezar Azevedo; Maria de Fátima Galvão Patricio; Maria do Socorro Galvão Lacet; Nadyr da Silva Francisco; Noemia Schlenert Cordeiro; Rafael Fógia Reis de Azevedo; Raquel Fam Moreira; Rita Maria Mendes Vieira Antunes; Roberta Stefanello Veloso; Tania Maria Galvão Rolim e Wandirce Costa da Silva Queiroga
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há
009.308/2016-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Carolina Chaves Cavalcanti de Almeida; Ana Lúcia Vieira Costa; Andrea da Silva Pimentel; Carmen Lúcia Gil de Alcantra; Célia da Cunha Pereira; Eliana Tereza Horta Barbosa Figueiras Pohl; Eustáquia Inês Xavier; Giselle da Silva Pimentel; Leticia Mara da Silva de Andrade; Leônia Cristina da Silva de Andrade; Lucila Maria Chaves Cavalcanti de Almeida; Rosa Edi Abreu de Andrade; Rosana Horta Barbosa Assad e Wanda Trevisan Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há
009.309/2016-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alba de Souza Barbosa; Alda de Souza Paladino; Carliane Sena Brasil; Carlos Junio Castilho Brasil; Cresceniana Mateus Gamenha; Edna Mateus Gamenha Fritzsche; Elisete da Silva Rodrigues; Francisca Gomes da Silva Matos; Gabriel Pinheiro Gomes; Iris Gomes de Souza; Iriza Pereira Menezes; Islane Rodrigues de Souza; Izakarla Castilho Brasil; Lucimar Nascimento da Silva; Marciana Ribeiro Gamenha; Maria Hiolanda Ferreira; Maria Marinho Ribeiro da Silva; Maria da Conceição de Souza Rabelo; Rebeca Ristoff dos Anjos; Romulo Castilho Brasil; Rosinha Mateus Gamenha Carvalho; Suymara Farias de Souza; Tania Regina Dias da Hora; Valdeci Mateus Gamenha e Valdenice Mateus Gamenha
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar
Representação legal: não há
009.341/2016-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alexandre Porto Motta da Silva; Ana Grace Bentes Arce; Clementina Dacampora Sucupira; Irene Fonseca Barros da Cunha; Judite Terto da Silveira; Maria Augusta de Oliveira Maues; Maria do Socorro Silva Weingartner; Rosimare Rodrigues de Moraes Gracio; Sueli Giaquinto Carvalho; Thereza Marilia Pereira Séllos e Valdete Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.345/2016-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cyl Mara Salgado Rodrigues; Edmar Ferreira Oliveira; Janaina Regina Machado de Castilho Rocha; Juliana Martins Couto Basto de Albuquerque; Lilian Pauline Bachmeier; Lorrana da Silva Rodrigues; Lucia Maria de Souza Lobo Casal de Rey; Mara Lucia Ziliotto Rodrigues; Maria Apparecida Lima de Lacerda; Myrna Mara Rodrigues Martins; Neusa Maria Tavares Luz; Susan Estrup; Tieko

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Kiyota da Rocha; Vera Maria da Silva Andrade e Virginia Louise Mascarenhas Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.348/2016-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Celia Ferreira Lagdem; Daniele Carine Dalbem; Eliane Costa Pereira; Ioli Cavalcanti Santos; Jandira Fernandes Cidade; Julieta Costa Teixeira; Mara de Fatima Attencio Ramires; Maria Cristina Teixeira Motta; Maria Engracia Teixeira Guapyassú; Marilene Mendes Martins; Marlene Leite de Almeida; Noili Samulewske; Vanessa Cristina Dalbem; Walda Costa Teixeira de Souza; Walnéa Teixeira dos Santos e Zeneide Araújo do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.354/2016-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Carmen da Silva Theophilo; Elia Marsia Pereira de Oliveira Neves; Elizete Francisco da Silva Lobo; Ivone Fraga Pereira; Luana Silva Lobo Rozzo; Marieli Pereira Neves; Olga Maria Martins Ramos; Roseane de Barros Correia Krebs Coelho; Sandra Pereira Ferreira; Sandra Teresinha Bernardo Valentim; Sonia Pereira Coelho; Suzete Ferreira dos Santos; Vera Lucia da Silva Scari e Yeda Fernandes Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.362/2016-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Adriana Gomes Pereira Batista; Canami Lisboa; Juliana Cinthia de Almeida Ferreira; Lucia Maria Cardoso; Maria Jose Teixeira Rondon; Maria das Graças Farias Zacarias; Maria das Graças Zacarias de Lavor; Maria de Fatima Farias Zacarias; Nilma Arruda Campos da Costa; Roseneide Antonietto Pires Gonçalves; Sonia Maria Vasco de Moura Santos e Therezinha Accioly Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.364/2016-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Almerita Alves de Melo; Daniela Santos da Silva; Elisabeth de Freitas Pereira; Gabhi Dantas Pimenta; Guaraciara Bastos Pereira; Isabel Santos da Silva; Luisa Holanda Ferreira; Magda Carneiro Maciel; Marcia Carneiro Costa; Maria Stella Silva de Oliveira; Nayr Frank Rosa; Tathi Dantas Pimenta e Thais Helena dos Reis Belo
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.371/2016-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Dagmar Mendonça de Negreiros Beiriz; Edimar Negreiros de Andrade; João Tales Santos Francisco; Katia de Araujo Ricão; Maria Alice Rocha Barbosa; Maria Edna Negreiros dos Santos; Maria Jose de Oliveira; Maria Luiza Teixeira Barbosa; Maria de Lourdes Silva Colares; Nely Silva de Lucena; Rosilane Chagas de Souza Soares; Sonia Maria Freire Nascimento Ricão; Suzana Pereira da Rocha; Vilane Cristina Trindade de Andrade e Vilma Cristiane Trindade de Andrade dos Reis Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.377/2016-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Lúcia Calfa; Celeste Aida Calfa; Cristina Maria Menezes; Elizabeth da Silva Rego; Maria Tereza Montes Dias; Marineide Serra Coutinho; Mariza Vieira da Silva Lopes; Perola Regina Gomes Osorio Rodrigues; Sonia Aparecida de Oliveira da Costa; Suely Vianna Paradeda; Valeria Sampaio Santos; Yeda Helena Calfa Brasiliano e Zoraide Terezinha Baldin Beltran
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.382/2016-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Lucia Moreira da Silva; Angela Petersen Spolavori; Angela Teresa Longo Pereira Loureiro; Claudia Petersen Ruschel; Dalva Estela Burlandy da Mota; Darci Burlandi Cardoso; Fatima da Costa Peixoto Bottentuit; Ivete França Campos; Joanna Felício Balbino; Lucia Hilda Meissner Correia; Léa de Jesus Barsotelle Botelho; Maria Aparecida Alves Silva; Maria das Graças Rocha Petersen; Marisa Petersen Moojen; Moema Alves Silva e Sandra Lucia Buarque de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.383/2016-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Cristina Batista Pazitto; Ana Eilda de Oliveira Teixeira; Bárbara Karabelas Teixeira; Carmen Arabela Batista Pazitto; Claudia Maria Assumpção de Vita; Jerônimo Karabelas Teixeira; Lilian Ricardo Fritsch; Marcia Cristina Carneiro da Silva Magalhães; Maria Aparecida Martins Fonseca; Maria Fatima Pereira Pecktor de Oliveira; Maria Odete Martins; Maria da Penha Renner de Vasconcelos; Marlene Amoedo Alonso Guerrera; Rosalia Boeving Fritsch; Solange Martins e Verginia Nunes Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.387/2016-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alessandra Chargorodsky; Janicea Correia dos Santos; Katia Cristina dos Santos Reis; Lea dos Santos Teixeira; Maria Consuelo de Montenegro Gomes; Maria José Monteiro de Souza; Maria José do Carmo Inácio; Maria do Socorro Villas Perlin; Miriam Machado de Lira; Nancy Rondon Kusel Coutinho; Neide Rondon Kusel Pires; Patrícia Maria de Montenegro Gomes; Sonia Regina Capiotto Chargorodsky e Suely Reis Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.388/2016-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Carmem Ernesta Feijó; Doris Hayashi Cianciarulo; Fagner Junior Morais da Costa; Francisca Ana de Aquino; Ivaneide Bezerra Guilherme; João Augusto Cardoso da Costa; Maria das Graças Drumond Gonzaga; Myrian Fiocchi Barbosa; Patricia Moreira Tomé da Silva Miranda; Priscila Moreira Tomé da Silva; Quelli Moreira Tomé Kumagai; Rosa Maria da Costa Esteffanio; Solange de Souza Barbosa; Suzana Limeira Lima; Thalyta Beatriz Cardoso da Costa e Wanda Rodrigues Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
009.389/2016-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alda Regina Castro da Paixão; Alice Rosana Castro Leal da Silva; Angela Mírian de Castro Leal; Anilza Eliane Guedes de Castro; Helena Deolinda do Nascimento Santos; Maria Candida Pietroski dos Santos; Nadia Zaiczuk Raggio; Neusa Bonfim do Nascimento; Neusa Maria Fernandes de Souza; Norma Elisa de Souza; Priscilla Soares de Oliveira Mello; Regina Maria do Nascimento Costa; Saulo Ribeiro de Oliveira Mello; Severina de Azevedo dos Anjos; Tania Zaiczuk Campos Freire; Teresinha Monteiro de Andrade Karpilick e Terezinha Maria Berto Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
010.379/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Philharmonie Importação e Exportação Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paulista/PE
Representação legal: não há
010.681/2016-7
Natureza: Representação
Representantes: José Edvanilton Bezerra da Silva, Deoclécio Raimundo da Silva, José Fábio de Araújo, José Edmilson da Silva, José Severino Pereira e Severino Antônio da Silva, Vereadores do Município de Toritama/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Toritama/PE
Representação legal: não há
011.276/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Severiano de Souza Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há
011.973/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Eluiza Nogueira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há
013.826/2015-8
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Eva Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há
014.802/2015-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
Representação legal: não há
025.067/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Christiane Affonso Sampaio; Ivani Lessa Garcia Cochlar e Sônia Regina Maria de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há
029.239/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Electrolux do Brasil S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 12ª Região Militar - Exército Brasileiro
Representação legal: não há
034.763/2015-5
Natureza: Reforma
Interessados: Jelbi da Silva; José Carlos da Silva Pinto; José Emílio Rodrigues Chinellato; José Olinto de Souza e Luiz Carlos Pontos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há
035.741/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Perfil Computacional Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Militar do Sul do Exército Brasileiro
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro VITAL DO RÊGO
022.187/2009-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará - Seteps/PA
Recorrentes: Ana Catarina Peixoto de Brito; Leila Nazaré Gonzaga Machado; Núcleo de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável - Poemar; Suleima Fraiha Pegado; Thomas Adalbert Mitschein
Representação legal: Michele Aguiar Kakon (OAB/SP 150.581); Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (OAB/DF 28.949)
Interessado em sustentação oral:
- Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (OAB/DF 28.949), em nome de LEILA NAZARÉ GONZAGA MACHADO, ANA CATARINA PEIXOTO DE BRITO, SULEIMA FRAIHA PEGADO.

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES
001.604/2013-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Eugenio Pacelli Oliveira Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - Sebrae/AL
Representação legal: Alvaro Arthur Lopes de Almeida Filho (OAB/AL 6.941) e outros, representando Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas
002.388/2002-1
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Euvaldo Bringel Olinda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: Homero Fiuza de Sousa (31826/OAB-CE) e outros, representando Euvaldo Bringel Olinda
013.654/2011-0
Natureza: Embargos de Declaração (Aposentadoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Interessado: José Eustáquio Dourado
Representação legal: não há
021.253/2013-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Severino Ramos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Gameleira/PE
Representação legal: Marco Aurélio de Siqueira Freire (18.716/OAB-PE) e outros, representando José Severino Ramos de Souza
029.870/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Antônio Martins/RN
Responsável: Edmilson Fernandes de Amorim
Representação legal: não há
036.027/2012-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Enilson Simões de Moura e Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (Ministério do Trabalho e Emprego)
Representação legal: Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197) e Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762)

Ministro RAIMUNDO CARREIRO
000.560/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério Público Militar
Interessados: Marcus Sallaberry Martins Pereira; Maria de Lourdes Sallaberry Martins Pereira
Representação legal: não há
005.274/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
Interessados: Gilmar Calzavara; Horacio Muniz Neto; Ismael Donizeth de Azevedo; Jaci Pereira Damasceno; Joao Barbosa Pereira; Jonatas Soares de Figueiredo; Jorge Francisco de Souza; Jose Carlos da Silva; Jose Carvalho de Morais; Jose de Jesus Mendes Sales
Representação legal: não há
006.848/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsáveis: Fundação José Pelúcio Ferreira; Marco Antônio França Faria
Representação legal: não há
013.826/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
Responsáveis: Centro de Ações Integradas Novo Horizonte/rj; Sandra Dias da Silva Lourenço
Representação legal: não há
016.436/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: José Martin Leão e Agência Sul-Americana de Desenvolvimento
Representação legal: Não há
025.533/2013-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Antônio Hélio Santos de Aquino
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Antonio Hélio Santos de Aquino e Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia - Ativa Fm
Representação legal: Elane Costa do Amaral (OAB/DF 36.389) e Fabiano Fagundes Dias (OAB/DF 30.470)
029.321/2013-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Oeiras/PI
Responsável: Benedito de Carvalho Sá
Representação legal: Pollyana Leal Ribeiro Dias (OAB/PI 7.857)
030.169/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes
Interessado: Maria de Nazaré Torres Garcia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO
000.251/2014-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Bernardo Nascimento de Souza e Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros de Belo Horizonte
Representação legal: José Edson Bastos de Oliveira (54.178/OAB-MG)

LEITURA PARA ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

003.211/2013-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Emanuel Francisco de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Conceição dos Ouros - MG
Representação legal: Ciomara Aline de Castro Ribeiro (OAB/MG 73.704)
005.852/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas
Interessados: Iraci Máximo de Couto; Juvencia da Gloria Pires; Maria Jose da Conceição Alves; Rute de Oliveira Luna
Representação legal: não há
006.591/2013-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Thomé Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Autazes/AM
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177); José Lopes Barbosa (OAB/AM 5.646)
007.547/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Interessado: Glória Coppoli Ramalho Bitarães
Representação legal: não há
007.677/2016-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Teresina/PI
Interessado: Carlos Alberto de Almeida
Representação legal: não há
011.912/2008-4
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrentes: José Geraldo de Sousa Júnior e Timothy Martin Mulholland
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010); Valmir Floriano Vieira de Andrade (OAB/DF 26.778); Dimitri Graco Lages (OAB/DF 26.911)
012.453/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bujaru/PA
Responsável: Emanoel Nazareno Souza Muniz
Representação legal: Eduyges Maria Araújo Pereira (OAB/PA 9.434)
015.218/2013-9
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Maria Emília Céu Bertonazzi
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há
015.294/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Interessado: Joao Ortiz de Camargo
Representação legal: não há
016.108/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Interessados: Adalberto Jorge Felix; Adarcy Siqueira Paiva Miguez; Benedito Pinheiro de Campos; Geralda Lopes da Silva; Leila Andrade Metello; Maria Salete Braga de Alvarenga; Paulo de Oliveira Fortes
Representação legal: Eleni Alves Pereira (OAB/MT 3.012) e outros
019.620/2014-4
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: Lara Sanchez Ferreira (OAB/DF 34.295); Sarah Priscilla Guimarães (OAB/DF 37.394)
020.016/2013-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Maria Elita Tavares de Alencar Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Redenção do Gurguéia - PI
Representação legal: Carla Isabelle Gomes Ferreira (OAB/PI 7.345)
023.483/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Lokal Construções e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Amontada - CE
Representação legal: Adriano Fernandes Pinheiro (OAB/CE 22.161); José Djalro Dutra Cordeiro (OAB/CE 5.152); Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE 3.183)
037.096/2011-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Paulo César Viecelli
Órgão/Entidade/Unidade: Município de União do Sul - MT
Representação legal: não há
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
003.020/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Miguel Alves/PI
Responsável: Miguel Borges de Oliveira Júnior
Representação legal: Raimundo Nonato Marques Teixeira, OAB/PI 7.779
009.874/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário
Responsáveis: José Santana Neto, ex-Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores em Tocantins; Bráulio Alves, ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores/TO; e Rosimar Mendes da Silva, ex-Tesoureira do Partido dos Trabalhadores/TO
Representação legal: Wylkyson Gomes de Sousa, OAB/TO 2.838; e Elisângela Mesquita Sousa, OAB/TO 2.250
010.037/2014-4
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Oliveira de Fátima/TO
Responsável: Gesiel Orcelino dos Santos
Representação legal: não há
010.657/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Especial de Assistência Financeira Aos Partidos Políticos - Fundo Partidário
Responsáveis: Bráulio Alves; José Santana Neto
Representação legal: Denise Matins Sucena Pires, OAB/TO 1.609; Wylkyson Gomes de Sousa, OAB/TO 2.838; Elisângela Mesquita Sousa, OAB/TO 2.250; Alessandro de Paula Canedo, OAB/TO 1.334-4
012.438/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Normandia/RR
Responsáveis: Márcia Bento de Sousa, LS Construtora e Comércio Ltda. e Orlando Oliveira Justino
Representação legal: não há
020.590/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Luiz/RR
Responsáveis: James Moreira Batista e Oliveira e Rodrigues Ltda.
Representação Legal: Antônio Diego Parente Aragão, OAB/RR 742
034.793/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anita Miriam Hirschbruch, Ruth Coelho de Castro, Ana de Souza Alves, Ana Lucia Goelzer Meira, Patricia Goes Barbosa Parizzi, Silvia Nunes de Oliveira Puccioni, Maria Harlindis Teresa Hardman Vianna
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Representação legal: não há
046.633/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Gurupi/TO
Responsáveis: Alexandre Tadeu Salomão Abdalla e Município de Gurupi/TO
Representação legal: Thiago Lopes Benfica, OAB/TO 2.329
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
001.141/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Angelim/PE
Responsáveis: Ivan Melo Abreu/ME e Samuel Salgado Cavalcanti de Albuquerque
Representação legal: não há
001.809/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Quipapá/PE
Responsável: Reginaldo Machado Dias
Representação legal: não há
004.973/2015-1
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Francisco Rubensmário Chaves Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipubi/PE
Representação legal: Francisco Aracildo Alves Feitoza (OAB/CE 14.095) em nome de Francisco Rubensmário Chaves Siqueira
005.044/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bezerros/PE
Responsável: Marcone de Lima Borba
Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702) e outro, representando Marcone de Lima Borba
005.965/2015-2
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Joao Marcolino Gomes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barreiros/PE
Representação legal: Marco Antonio Camarotti (OAB/PE 16.492) e outros, representando Joao Marcolino Gomes Junior
012.420/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Estado do Ceará
Responsáveis: Cássio Ramon Pereira Fontes; Francisco Airton Felix; Jorge José Durval e Oscip Tercon Brasil
Representação legal: não há
014.754/2008-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Diana La Luna Bissetti Costa; João Henrique Guimarães Passini Nogueira; Paulo Henrique Guimarães Passini Nogueira; Pedro Carlos Bissetti e Pedro Henrique Guimarães Passini Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
017.070/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Nacional/TO
Responsável: Paulo Sardinha Mourão
Representação legal: Inaldo Rocha Leitão (OAB/DF 2.380-A) e outros, representando Município de Porto Nacional/TO
019.547/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Fonte Boa/AM
Responsável: Antônio Gomes Ferreira
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros, representando Antônio Gomes Ferreira
028.991/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Fundação Dr. José Abel Modesto Amorim; Luís Antônio de Andrade
Representação legal: não há
029.373/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Primeiro Time Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Base de Apoio Logístico do Exército
Responsáveis: Jean Patrick Correia Augusto; Miguel Brilhante Sirimarco
Representação legal: Murilo da Mota Contaiffer (OAB/RJ 170.311) e outros, representando Multiart Distribuidora de Materiais e Serviços Ltda.

Em 5 de maio de 2016.
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DE 4 DE MAIO DE 2016

O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada no dia 4 de maio de 2016, o Plenário da Casa rejeitou, em apreciação preliminar, o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 704, de 23 de dezembro de 2015, que "Dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para pagamento da Dívida Pública Federal" e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

EDUARDO CUNHA

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE CONTRATAÇÕES
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 67, de 16 de março de 2016, na Portaria nº 71, de 23 de março de 2016 e na Portaria nº 111, de 2 de maio de 2016, publicadas no DOU nº 85, de 5-5-2016, Seção 1, página 108, na assinatura, onde se lê: ANDERLEY RABELO DA SILVA, leia-se: WANDERLEY RABELO DA SILVA.

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 397, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispões sobre a instituição do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido no Processo n. CJF-PPN-2015/00031, julgado na sessão realizada em 3 de maio de 2016,

CONSIDERANDO o objetivo de fortalecer e fomentar a integração entre os órgãos da Justiça Federal e os demais órgãos e entidades do sistema de justiça;

CONSIDERANDO a importância de promover a democratização do diálogo entre o Poder Judiciário Federal e os atores envolvidos, direta ou indiretamente, nos processos da Justiça Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos nos feitos que envolvem a matéria previdenciária que tramitam na Justiça Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos que envolvem a conciliação em matéria previdenciária nos processos que tramitam na Justiça Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de atuar com os entes públicos para estimular a conciliação nas demandas que envolvam matérias sedimentadas pela jurisprudência, conforme diretrizes da Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o caráter social da conciliação no Direito Previdenciário, resolve:

Art. 1º Criar o Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação, sob a presidência do Corregedor-Geral da Justiça Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. O Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação possui a natureza de Fórum de Coordenadores de Núcleos, estando sujeito ao disposto na Seção III-A da Resolução CNJ n. 125/2010, acrescida pela Emenda n. 02/2016.

Art. 2º O Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação tem por finalidade ampliar a discussão sobre o aperfeiçoamento de práticas e procedimentos das demandas previdenciárias e da conciliação na Justiça Federal, facilitando a interlocução e fomentando a postura de colaboração entre as partes envolvidas, com vista à célere e efetiva resolução dos processos que lhe são afetos.

Art. 3º São princípios a serem observados no âmbito das atividades do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação: respeito à dignidade humana, transparência, participação, coprodução, padronização, simplificação, celeridade, eficiência, busca da conciliação e redução da litigiosidade.

Art. 4º Integram o Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação:

I - o Corregedor-Geral da Justiça Federal;

II - um ministro do Superior Tribunal de Justiça com atuação na área previdenciária;

III - um representante da Advocacia-Geral da União;

IV - um representante do Instituto Nacional do Seguro Social;

V - o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, ou procurador por ele indicado;

VI - os coordenadores dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos nos tribunais regionais federais, ou magistrados por eles indicados;

VII - um representante do Ministério Público Federal;

VIII - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

IX - um representante da Defensoria Pública da União;

X - um representante da AJUFE - Associação dos Juízes Federais do Brasil;

XI - um representante do IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Parágrafo único. Eventuais colaboradores e participantes podem ser convidados, conforme deliberação do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação.

Art. 5º O Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação realizará reuniões ordinárias com periodicidade semestral, na sede do Conselho da Justiça Federal ou em outro local que venha a ser proposto pelos seus membros, os quais indicarão a pauta, e reuniões extraordinárias, por convocação do seu presidente.

Art. 6º Incluem-se, entre os objetivos do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação, editar enunciados e recomendações, aviar projetos, apresentar subsídios para o incremento das formas alternativas de solução de conflitos, realizar estudos e audiências públicas que visem ao melhor funcionamento da Justiça Federal na matéria previdenciária e na conciliação.

§ 1º Os enunciados aprovados terão aplicabilidade restrita à Justiça Federal, consoante o disposto no art. 12-A, § 2º, da Resolução CNJ n. 125/2010.

§ 2º As demais deliberações do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação terão caráter meramente propositivo.

Art. 7º Os trabalhos do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação serão presididos pelo Ministro Corregedor-Geral e secretariados por um Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

RESOLUÇÃO Nº 398, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho da Justiça Federal a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema;

CONSIDERANDO a aprovação do marco regulatório da mediação como solução de controvérsias entre particulares e no âmbito da Administração Pública, pela Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015;

CONSIDERANDO a entrada em vigor do Código de Processo Civil, Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, prevendo que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 139, inciso V, do Código de Processo Civil, incumbe ao juiz "promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais";

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de uma Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CJF-PPN-2015/00020, julgado na sessão realizada em 3 de maio de 2016; resolve:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA JUDICIÁRIA DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS DE INTERESSES NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses, com vistas à efetiva resolução e pacificação social.

Parágrafo único. Aos órgãos judiciários da Justiça Federal de primeiro e segundo graus incumbe, nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil combinado com o art. 27 da Lei n. 13.140/2015, oferecer mecanismos adequados de solução de controvérsias, em especial os denominados meios consensuais, como a conciliação e a mediação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão.

Art. 2º Na Justiça Federal, para implementação da Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesse, visando à boa prestação dos serviços e a disseminação da cultura de paz social, serão observados:

I - centralização das estruturas judiciárias;

II - adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores e aperfeiçoamento constante dos magistrados;

III - acompanhamento estatístico específico.

Art. 3º O Conselho da Justiça Federal (CJF) auxiliará os tribunais regionais federais (TRFs) na organização dos serviços mencionados no art. 1º, podendo ser firmadas parcerias com entidades públicas e privadas, em especial quanto à capacitação de conciliadores e mediadores, AO seu credenciamento, nos termos do art. 167, § 3º, do Código de Processo Civil, e à realização de conciliações e mediações, na forma do art. 334, dessa lei.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 4º Compete ao CJF organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

Art. 5º O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos da Justiça Federal e por entidades públicas e privadas parceiras.

Art. 6º Para desenvolvimento dessa rede, caberá ao CJF:

I - estabelecer diretrizes para implementação da Política Judiciária de solução consensual de conflitos a serem observadas pelos TRFs;

II - desenvolver parâmetro curricular e ações complementares voltadas à capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos, para magistrados da Justiça Federal, servidores, mediadores, conciliadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias, que poderão ser realizados pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ);

III - adotar providências para que as atividades relacionadas à conciliação, à mediação e a outros métodos consensuais de solução de conflitos sejam consideradas nas promoções e nas remoções de magistrados pelo critério do merecimento, bem como título em concurso público aos candidatos que se submeterem a certame para provimento de cargos da Justiça Federal, incluída a magistratura federal;

IV - estimular, nas Escolas de Magistratura dos TRFs, o desenvolvimento de métodos consensuais de solução de conflitos nos cursos de formação inicial e continuada de magistrados;

V - promover a cooperação dos órgãos públicos competentes e das instituições públicas e privadas da área de ensino para a criação de disciplinas, de cursos básicos de extensão e de outras iniciativas que propiciem o surgimento e o desenvolvimento da cultura da solução pacífica dos conflitos;

VI - estabelecer interlocução com a Ordem dos Advogados do Brasil, defensorias públicas, procuradorias e Ministério Público, estimulando a participação dessas instituições nos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania e valorizando a atuação na prevenção dos litígios;

VII - realizar gestão com empresas públicas e privadas, bem como com as agências reguladoras de serviços públicos, a fim de implementar práticas autocompositivas e desenvolver acompanhamento estatístico, com a instituição de banco de dados para visualização de resultados, conferindo selo de qualidade;

VIII - atuar com entes públicos e grandes litigantes para estimular a autocomposição, em especial nas demandas que envolvam matérias sedimentadas pela jurisprudência, incentivando a criação de grupos de trabalho permanentes e de ações formativas voltadas a procuradores e prepostos destes entes;

IX - estimular a conciliação e a mediação nas lides coletivas;

X - auxiliar na construção de programas de resolução de conflitos para lides complexas.

Parágrafo único. Aplica-se aos conciliadores, mediadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias atuantes na Justiça Federal, o Código de Ética previsto no Anexo III da Resolução n. 125 do CNJ e, no que couber, as disposições das Leis n. 13.105, de 16 de março de 2015, e n. 13.140, de 26 de junho de 2015.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Seção I

Da Organização

Art. 7º A Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses tem por objetivo atender ao cidadão e promover a conciliação e a mediação entre as partes, nas fases pré-processual e processual, independentemente da natureza, da instância ou da forma de apresentação do conflito organizar-se-á da seguinte forma:

I - Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs), vinculados diretamente aos TRFs;

II - Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania (CEJUSCONs), no âmbito das seções e subseções judiciárias.

§ 1º Os CEJUSCONs deverão ser instalados obrigatoriamente nas subseções judiciárias onde exista mais de uma vara federal.

§ 2º Nas subseções judiciárias ou onde houver um único juízo, juizado ou vara, é facultativa a implantação de CEJUSCONs, desde que atendidos por centro regional ou itinerante.

§ 3º As unidades de conciliação e mediação deverão ser dotadas de ao menos um servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para a triagem e encaminhamento adequado dos casos, sem prejuízo do trabalho voluntário dos conciliadores e mediadores, na forma desta resolução.

§ 4º As unidades de conciliação e mediação funcionarão como órgãos processantes, com fases específicas e atinentes aos seus serviços no sistema processual do TRF respectivo, podendo, inclusive, realizar perícias, expedir alvarás e requisições de pagamentos decorrentes dos acordos homologados.

§ 5º Será criado sistema de agendamento eletrônico de audiências e distribuição de conciliadores e mediadores em cada Região.

§ 6º Em relação aos incisos I e II, os tribunais poderão utilizar siglas e denominação distintas das referidas nesta resolução, desde que mantidas as atribuições previstas neste capítulo.

Seção II

Da Competência dos Núcleos e Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania

Art. 8º Compete aos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos nos TRFs:

I - desenvolver a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses estabelecida nesta resolução;

II - planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas;

III - atuar na interlocução com outros tribunais e com os órgãos integrantes da rede mencionada nos arts. 5º e 6º;

IV - instalar os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania, que concentrarão, preferencialmente, a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;

V - promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos;

VI - na hipótese de conciliadores e mediadores que atuem em seus serviços, criar e manter cadastro, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento;

VII - incentivar a realização de cursos e seminários sobre conciliação e mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos;

VIII - firmar, quando necessário, convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins desta resolução.

Art. 9º Compete aos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania:

I - realizar as sessões e audiências de conciliação e mediação pré-processuais, bem como atendimento e orientação ao cidadão;

II - realizar, preferencialmente, as sessões e audiências de conciliação e mediação judiciais, podendo, excepcionalmente, serem realizadas nos próprios juízos, juizados ou varas designadas, desde que o sejam por conciliadores e mediadores cadastrados pelo tribunal (inciso VI do art. 8º);

III - atender a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses estabelecida nesta resolução e no respectivo tribunal regional federal.

Seção III

Da Estrutura dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania

Art. 10. Os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania deverão obrigatoriamente abranger setor de solução de conflitos pré-processual, setor de solução de conflitos processual e setor de cidadania.

Art. 11. A indicação do Juiz Coordenador do CEJUSCON será realizada pelo desembargador federal coordenador do NUPEMEC, pelo período de dois anos, admitida a recondução quando não houver na seção/subseção outro magistrado interessado e capacitado nas técnicas de conciliação/mediação.

Parágrafo único. A escolha do magistrado coordenador do CEJUSCON recairá sobre os lotados na seção/subseção e, preferencialmente, sobre os que atuarem voluntariamente na conciliação.

Seção IV

Dos Dados Estatísticos

Art. 12. Os TRFs deverão criar e manter banco de dados sobre as atividades de seus NUPEMECs e CEJUSCONs, com as informações constantes do portal de conciliação.

§ 1º Para efeito de estatística de produtividade, as sentenças homologatórias prolatadas nos Centros Judiciários de Conflitos e Cidadania, em processos encaminhados de ofício ou por solicitação, reverterão ao juízo de origem, e as sentenças decorrentes de atuação pré-processual ao coordenador do CEJUSCON.

§ 2º As sentenças homologatórias referidas no parágrafo anterior serão classificadas nos termos da Resolução CJF n. 535, de 18 de dezembro de 2006.

Art. 13. Caberá ao CJF compilar informações sobre os serviços públicos de solução consensual das controvérsias existentes na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e sobre o desempenho de cada um deles, mantendo permanentemente atualizado o banco de dados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO IV

DA SELEÇÃO E FORMAÇÃO DOS CONCILIADORES E MEDIADORES

Seção I

Dos Conciliadores e Mediadores

Art. 14. Podem atuar como conciliadores e mediadores na Justiça Federal de primeiro e segundo graus as pessoas capacitadas e nomeadas na forma prevista nesta resolução, desde que inscritos no cadastro de conciliadores e mediadores, disponível para consulta unificada no site do tribunal regional federal e das seções judiciárias.

§ 1º Excepcionalmente, poderão atuar na Justiça Federal de primeiro e segundo graus os conciliadores e mediadores capacitados em cursos de outra instituição, com base nas diretrizes da Resolução CNJ n. 125/2010, e desde que estejam inscritos no cadastro nacional de mediadores e conciliadores desenvolvido pelo CNJ.

Art. 15. Os conciliadores e mediadores serão submetidos às hipóteses de impedimento e suspeição previstas na legislação processual.

Parágrafo único. Nos termos do art. 172 do Código de Processo Civil, o conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

Art. 16. Caberá ao conciliador e ao mediador conduzir as sessões e audiências atendendo a orientação do magistrado coordenador do CEJUSCON ou do magistrado designado para o ato.

Seção II

Dos Cursos de Capacitação em Técnicas de Solução de Conflitos

Art. 17. Nos CEJUSCONs, bem como em todos os demais órgãos judiciários nos quais se realizem sessões e audiências de conciliação e mediação, somente serão admitidos conciliadores e mediadores capacitados na forma desta resolução ou por meio de cursos realizados por entidades credenciadas, conforme parâmetro curricular definido pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.

Art. 18. Os cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de conciliadores e mediadores, organizados pelos CEJUSCONs, deverão ser ministrados por instrutores certificados e realizados mediante prévia autorização e parceria da coordenação-geral do NUPEMEC do respectivo TRF, com observância das diretrizes curriculares e carga horária mínimas estabelecidas nesta resolução, com aulas teórico-práticas e estágio supervisionado.

Parágrafo único. A formação teórica dos conciliadores e mediadores poderá ser realizada por meio de curso presencial e/ou a distância, neste caso com uso de videoconferência ou pela plataforma de ensino virtual.

Art. 19. O curso de formação de conciliadores e mediadores terá carga horária mínima de 40 horas de parte teórica e de 60 a 100 horas de estágio supervisionado, observadas as diretrizes curriculares definidas pelo CNJ e por esta resolução, nos termos dos respectivos Anexos I e II.

Art. 20. Os requisitos para participar do curso de capacitação serão definidos no edital, respeitados os parâmetros desta resolução e da legislação vigente.

Parágrafo único. Os cursos de capacitação de que trata este artigo serão disponibilizados periodicamente pelos NUPEMECs e CEJUSCONs, bem como pelo CEJ.

Art. 21. O participante deverá ter frequência de 100% (cem por cento) na primeira fase do curso de formação, a qual consiste na parte teórica, para obter a aprovação do instrutor e ingressar na segunda fase do curso.

§ 1º Para receber a certificação como conciliador ou mediador, o aluno deverá submeter-se ao estágio supervisionado, que corresponde à segunda fase do curso de formação, realizando, pelo menos, dez conciliações ou mediações, organizadas pelo instrutor, após a conclusão da parte teórica.

§ 2º Excepcionalmente, e desde que haja convênio entre os órgãos da Justiça, nas localidades onde não houver pauta de conciliação e mediação suficiente no período de conclusão da parte prática, o estágio supervisionado poderá ser realizado em ramos diversos do Judiciário.

Art. 22. Os certificados de capacitação como conciliadores/mediadores serão emitidos pelo órgão responsável pela capacitação.

Art. 23. Para atuar em demandas mais complexas, principalmente em causas coletivas e que exijam a criação de um sistema específico para a solução do conflito, os conciliadores/mediadores já capacitados e certificados deverão receber formação complementar, a ser fornecida preferencialmente pelo CEJ e pelos NUPEMECs.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL

Art. 24. Qualquer conflito de interesse em que houver possibilidade de acordo poderá, previamente, ser submetido ao sistema de conciliação e mediação pré-processual.

§ 1º Nos requerimentos pré-processuais, a parte interessada, caso não tenha advogado, poderá formular a solicitação com auxílio do setor responsável pelo registro de termos, da Defensoria Pública ou dos Núcleos de Prática Jurídica, onde houver.

§ 2º As solicitações dos interessados serão protocoladas no setor de protocolo e distribuição, onde receberão numeração única e serão encaminhadas para classificação como requerimento pré-processual, bem como distribuídos à unidade de conciliação e mediação da seção/subseção judiciária, se houver.

§ 3º Não havendo unidade de conciliação e mediação na seção/subseção judiciária onde o requerimento pré-processual tiver sido autuado, a seção de distribuição deverá encaminhá-lo ao juízo, ao juizado ou à vara competentes, conforme o valor da causa, por livre sorteio, seguindo o mesmo procedimento dos demais processos.

§ 4º Não será recebida no protocolo requerimento pré-processual que não contenha CPF/CNPJ do requerente, bem como endereço e número telefônico dos envolvidos. É recomendável, ainda, a indicação do endereço eletrônico.

§ 5º O acordo celebrado entre as partes será homologado por magistrado no momento da audiência ou posteriormente e valerá como título executivo judicial.

§ 6º Descumprido o acordo, o interessado poderá ajuizar a execução do título judicial, a ser distribuída livremente a uma das varas federais ou juizados especiais competentes, conforme a lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. O disposto nesta resolução não prejudica a continuidade de programas similares já em funcionamento, cabendo aos TRFs, se necessário, adaptá-los aos termos deste ato.

Art. 26. Compete ao Conselho da Justiça Federal, com o apoio dos NUPEMECs dos TRFs, coordenar as atividades da Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal.

Art. 27. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

ANEXO I

CURSO BÁSICO DE CONCILIAÇÃO

Este anexo apresenta a diretriz curricular mínima definida pelo CNJ para cursos básicos de conciliação e deve ser utilizado pelos instrutores para ministrar os cursos necessários para sua certificação.

1. Módulo teórico-prático (40 horas)

I. Panorama da conciliação (2 horas)

a. Conceito

b. Escopo da conciliação nos juizados especiais federais e em varas cíveis

c. Breve histórico da conciliação

d. Âmbito de atuação do conciliador

e. Espectro de processos de resolução de disputas

f. Cultura da paz e política pública de acesso à Justiça

II. Fundamentação teórica (4 horas)

a. Teoria dos Jogos e/ou Teoria da Comunicação

I. Premissas conceituais da autocomposição

b. Moderna Teoria do Conflito

I. Conflitos destrutivos e construtivos

II. Reflexos da moderna teoria do conflito na conciliação

c. Teoria de negociação

I. Negociação distributiva e negociação integrativa

II. Negociação posicional e negociação baseada em interesses

III. Apresentação à conciliação (10 horas)

a. Conceito. Conciliação e Mediação - distinções

b. Papéis, orientações, atribuições e características do conciliador

c. Benefícios da conciliação

d. Atuação do conciliador no Poder Judiciário

e. Conciliabilidade

f. Áreas de utilização da conciliação

I. Especificidades da conciliação em matéria previdenciária

II. Especificidades da conciliação em desapropriações

III. Especificidades da conciliação no Sistema Financeiro de Habitação

IV. Especificidades da conciliação envolvendo o Sistema Único de Saúde

V. Especificidades da conciliação envolvendo execução fiscal

VI. Especificidades da conciliação envolvendo improbidade administrativa

g. Treinamento de advogados públicos e prepostos

IV. Teoria e prática da conciliação (20 horas)

a. Fases / Estruturas da conciliação

I. Atividades pré-processuais e processuais ("o que fazer" em cada fase da conciliação)

II. Ações ("como fazer" em cada fase da conciliação)

III. Resultados pretendidos para cada fase da conciliação

b. Agentes da conciliação

c. Procedimento de conciliação

I. Fases do procedimento: orientações prévias (ou preparo para a conciliação - inclusive treinamento de prepostos), declaração de abertura, reunião de informação, esclarecimento da lide sociológica, resolução de questões e elaboração do termo (ou prática conciliatória equivalente)

II. Identificação de questões, interesses e sentimentos (ou prática conciliatória equivalente)

III. Ferramentas da mediação que podem ser utilizadas na conciliação

IV. Abordagens para ultrapassar barreiras à conciliação

d. Competências autocompositivas

V. Princípios formadores da conciliação (4 horas)

a. Código de ética

b. Confidencialidade e seus limites

2. Estágio supervisionado (60 a 100 horas)

2.1 O estágio supervisionado compreende a realização de, no mínimo, dez conciliações completas, com casos reais, supervisionadas por conciliadores judiciais, observando-se, em qualquer caso, que a duração do estágio deverá ser de, no mínimo, 60 horas.

2.2 O conciliador em formação deverá atuar em três diferentes posições no exercício da conciliação: duas como observador, duas como conciliador adjunto e seis como conciliador.

2.3 Para cada conciliação, o conciliador em formação deverá gerar um relatório do trabalho realizado e da experiência vivida, para acompanhamento do instrutor.

2.4 Ao final do estágio, o instrutor em formação deverá apresentar relatório consolidado de conclusão do estágio supervisionado, para cada aluno acompanhado, o qual deverá ser aprovado pelo NUPEMEC.

Orientações práticas

O curso básico de conciliação para a Justiça Federal deve ser lecionado de forma que o discente vivencie as técnicas e os procedimentos aplicáveis à solução consensual de conflitos para, progressivamente, incorporá-los à sua atuação cotidiana.

No desenvolvimento do curso deverão ser aplicados de três a cinco exercícios simulados de conciliação, bem como apresentadas orientações quanto à realização do estágio supervisionado (duas observações, duas conciliações adjuntas e 6 conciliações). Essa quantidade refere-se às conciliações completas e não somente às sessões. Essa etapa do curso exige carga horária de 60 a 100 horas.

O estágio compreende a prática supervisionada de casos reais. Ele é imprescindível e não pode ser substituído pela prática simulada. Durante o estágio, o conciliador em formação deverá atuar em três diferentes posições no exercício da conciliação - observador, conciliador adjunto e conciliador (em exercício solo), apresentando relatório do trabalho realizado/da experiência vivida.

3. Certificação

Serão conferidos certificados de capacitação em conciliação somente àqueles que cumprirem as duas etapas do curso de formação (módulo teórico-prático e estágio supervisionado), em conformidade com as disposições desta Resolução.

Os certificados serão emitidos pelo NUPEMEC de cada tribunal.

ANEXO II

CURSO BÁSICO DE MEDIAÇÃO

Este anexo apresenta a diretriz curricular mínima definida pelo CNJ para cursos básicos de mediação judicial e deve ser utilizado pelos instrutores para ministrar os cursos necessários para sua certificação.

1. Módulo teórico-prático (40 horas)

I. Panorama da mediação judicial (2 horas)

a. Conceito

b. Escopo da mediação judicial

c. Breve histórico da mediação judicial

d. Âmbito de atuação do mediador judicial

e. Espectro de processos de resolução de disputas

f. Cultura da paz e política pública de acesso à justiça

II. Fundamentação teórica (8 horas)

a. Teoria dos jogos e/ou teoria da comunicação

I. Premissas conceituais da autocomposição

b. Moderna teoria do conflito

I. Conflitos destrutivos e construtivos

II. Reflexos da moderna teoria do conflito na mediação judicial

c. Teoria de negociação

I. Negociação distributiva

II. Negociação integrativa

III. Apresentação à mediação (6 horas)

a. Conceito. Mediação judicial e extrajudicial. Mediação pré-processual e incidental.

b. Papéis, orientações, atribuições e características do mediador

c. Benefícios da mediação

d. Atuação do mediador no Poder Judiciário

e. Mediabilidade

f. Áreas de utilização da mediação

IV. Teoria e prática da mediação (20 horas)

a. Fases / estruturas da mediação

I. Atividades pré-processuais e processuais ("o que fazer" em cada fase da mediação)

II. Ações ("como fazer" em cada fase da mediação)

III. Resultados pretendidos para cada fase da mediação

b. Agentes da mediação

c. Procedimento de mediação

I. Fases do procedimento: orientações prévias (ou preparo para a mediação), declaração de abertura, reunião de informação, esclarecimento da lide sociológica, resolução de questões e elaboração do termo (ou prática mediativa equivalente).

II. Identificação de questões, interesses e sentimentos (ou prática mediativa equivalente)

III. Ferramentas da mediação

IV. Abordagens para ultrapassar barreiras à mediação

d. Competências autocompositivas

V. Princípios formadores da mediação (4 horas)

a. Código de ética

b. Confidencialidade e seus limites

2. Estágio supervisionado (60 horas)

2.1. O estágio supervisionado compreende a realização de, no mínimo, dez mediações ou co-mediações completas, com casos reais, supervisionadas por mediadores judiciais. Ele é imprescindível e não pode ser substituído pela prática simulada.

2.2. A duração do estágio deverá ser de, no mínimo, 60 horas.

2.3. O mediador em formação deverá atuar em três diferentes posições no exercício da mediação: duas como observador, duas como mediador adjunto e seis como mediador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.4. Para cada mediação ou mediação adjunta, o mediador em formação deverá gerar um relatório do trabalho realizado e da experiência vivida, para acompanhamento do instrutor.

2.5. Ao final do estágio, o instrutor em formação deverá apresentar relatório consolidado de conclusão do estágio supervisionado, para cada aluno acompanhado, o qual deverá ser aprovado pelo NUPEMEC.

Orientações práticas

O curso básico de mediação judicial deve ser lecionado de forma que o discente vivencie as técnicas e os procedimentos aplicáveis à solução consensual de conflitos para, progressivamente, incorporá-los à sua atuação cotidiana.

No desenvolvimento do curso deverão ser aplicados de cinco a oito exercícios simulados de mediação, bem como apresentadas orientações quanto à realização do estágio supervisionado.

3. Certificação

Serão conferidos certificados de capacitação em mediação judicial somente àqueles que cumprirem as duas etapas do curso de formação (módulo teórico-prático e estágio supervisionado), em conformidade com as disposições desta Resolução.

Os certificados serão emitidos pelo NUPEMEC de cada tribunal.

RESOLUÇÃO Nº 399, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a revogação do art. 69 da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. CJF-PPN-2015/00048, aprovado na sessão realizada em 3 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Revogar o art. 69 da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta resolução ocorrerão a partir de 20 de junho de 2014, data da publicação da Lei n. 12.998/2014.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

RESOLUÇÃO Nº 400, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a instituição do Observatório da Estratégia da Justiça Federal como repositório oficial de informações da Justiça Federal, cria o Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a competência do Conselho da Justiça Federal - CJF de órgão central do Sistema da Justiça Federal, estabelecida no art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e no disposto no art. 3º da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 198, de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o planejamento e a gestão da estratégia no âmbito do Poder Judiciário, e a Portaria CNJ n. 138, de 23 de agosto de 2013, que institui a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO as Resoluções CJF n. 313, de 22 de outubro de 2014, e n. 354, de 12 de agosto de 2015, que dispõem sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal;

CONSIDERANDO a Resolução CJF n. 356, de 12 de agosto de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Glossário de Metas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal para o período de 2015 a 2020;

CONSIDERANDO as Portarias CJF n. 92, de 2 de março de 2015, e 274, de 6 de julho de 2015, que dispõem sobre os gestores de iniciativas estratégicas da Justiça Federal;

CONSIDERANDO a Carta JF 2020 - Compromissos por uma Justiça Federal acessível, rápida e efetiva, assinada durante o I Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, realizado no dia 27 de agosto de 2015, em Brasília - DF;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CJF-ADM-2015/00469, aprovado na sessão realizada em 3 de maio de 2016, resolve:

Art. 1° Fica instituído o Observatório da Estratégia da Justiça Federal como repositório oficial de informações e comunicação da estratégia da Justiça Federal e o Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF.

Art. 2° O Observatório da Estratégia da Justiça Federal disponibilizará informações em formato acessível e permanentemente atualizadas relativas à litigiosidade, à organização judiciária, à força de trabalho, ao orçamento, à infraestrutura, bem como ao acompanhamento de metas, projetos estratégicos nacionais e do iGovJF.

Art. 3° O iGovJF terá apuração anual e medirá, por meio da Pesquisa de Avaliação da Governança, o nível de maturidade alcançado pelo CJF, pelos tribunais regionais federais e pelas 27 seções judiciárias.

§ 1º O Conselho da Justiça Federal expedirá recomendações para o aprimoramento da administração judicial, considerando os resultados alcançados nas seguintes dimensões:

I - Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança;

II - Gestão de Pessoas e da Informação;

III - Execução da Estratégia - Melhoria, Inovação e Controle;

IV - Monitoramento e Avaliação de Resultados;

V - Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência.

§ 2º Será publicado um manual de aplicação da pesquisa de avaliação da governança, detalhando a metodologia e as práticas de gestão a serem avaliadas.

Art. 4º Os dados estatísticos relativos à movimentação processual e à organização da Justiça Federal serão gerenciados e fornecidos pela área de estatística da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, com exceção daqueles referentes às metas estratégicas.

Parágrafo único. Os dados estatísticos de que trata o caput serão definidos por meio de ato próprio da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, observando-se, sempre que possível, a adequação às estatísticas solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 5º Os dados estatísticos dos tribunais regionais federais, referentes aos temas explicitados no art. 4º, serão enviados à Corregedoria-Geral da Justiça Federal por meio de transmissão eletrônica.

Parágrafo único. Os dados referentes à movimentação processual serão informados mensalmente e aqueles referentes à organização da Justiça Federal, anualmente, observado o seguinte calendário:

I - os dados estatísticos anuais serão transmitidos no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano subsequente;

II - os dados estatísticos mensais serão transmitidos até o décimo dia útil do mês subsequente.

Art. 6° Outras informações poderão ser acrescidas ao rol descrito no art. 2º, em virtude de contribuições e parcerias com órgãos públicos, instituições de pesquisa e representantes da sociedade civil.

Art. 7º Os tribunais regionais federais deverão garantir o envio tempestivo e consistente dos dados, de modo a permitir a divulgação atual e confiável das informações.

Art. 8° Caberá à Secretaria de Estratégia e Governança da Secretaria-Geral do CJF manter o funcionamento do Observatório da Estratégia da Justiça Federal.

Parágrafo único. O endereço virtual do Observatório da Estratégia da Justiça Federal será www.cjf.jus.br/observatorio e deverá ser disponibilizado atalho no site do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais.

Art. 9º As respostas relativas à solicitação de dados requeridos pelo CNJ aos órgãos da Justiça Federal deverão ser encaminhadas simultaneamente ao CJF, com vistas à uniformização das bases de dados e à otimização de esforços no envio, na coleta, na guarda, na análise e na divulgação de informações.

Art. 10. Ficam revogadas as Resolução CJF n. 398, de 26 de outubro de 2004, e 474, de 19 de outubro de 2005.

Art. 11. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO:0503235-77.2014.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ANTONIO GILBERTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573-A
PROC./ADV.:FELIPE DE OLIVEIRA MESQUITA
OAB:DF 34673
PROC./ADV.:ANDRÉ FONSECA ROLLER
OAB:DF-20742
PROC./ADV.:FERNANDO TORREÃO DE CARVALHO
OAB:DF- 20800
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PARADIGMA VÁLIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pelo MM. Juiz Federal Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, visava à nova apreciação de questão fática, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). Foi consignado, ainda, que o acórdão paradigma não guarda similitude fática ou jurídica com o acórdão recorrido (questão de ordem n. 22, da TNU).

2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região (Processo n. 5014304-51.2012.4.04.7112). Aduz que a Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco não teria reconhecido, como especial, o período de 04/05/1998 a 24/12/2004, afastando a validade do laudo técnico, elaborado com autorização do empregador, por ausência de formulário, ao passo que o entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região é no sentido de que o laudo é suficiente para comprovar o exercício de atividade especial.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Em análise do recurso, verifico que a parte autora não demonstrou a efetiva existência de orientações divergentes adotadas no acórdão impugnado e no paradigma. Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco afirmou que o art. 58, §1º, da Lei n. 8.213/91, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.732/98, exige que a prestação de trabalho em condições especiais seja comprovada mediante apresentação de formulário, na forma estabelecida pelo INSS, preenchido pela empresa ou seu preposto, embasado em laudo técnico das condições ambientais do trabalho. Contudo, o acórdão paradigma, oriundo da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, examinou divergência em torno da possibilidade de o agente apontado no laudo pericial (álcalis cáusticos) ser considerado nocivo à saúde, ainda que não esteja arrolado nos decretos regulamentares relacionados à concessão de aposentadoria especial. Da leitura do acórdão paradigma, não é possível extrair a tese sustentada pela parte autora, segundo a qual o laudo técnico das condições ambientais do trabalho é suficiente para a demonstração de prestação de trabalho em condições especiais, uma vez que essa questão não foi objeto de julgamento pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

5. A ausência de indicação de paradigma válido inviabiliza a demonstração do dissídio jurisprudencial autorizador do conhecimento do Pedido de Uniformização, nos termos do art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

6. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com o art. 14, §2º, da Lei n. 10,259/01.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501525-73.2015.4.05.8401
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:JOÃO MARIA BEZERRA
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB:RN-560-A
PROC./ADV.:FERNANDO TORREÃO DE CARVALHO
OAB:DF- 20800
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pelo MM. Juiz Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, visava à nova apreciação de questão fática, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). Foi consignado, ainda, que o acórdão paradigma não guarda similitude fática ou jurídica com o acórdão recorrido (questão de ordem n. 22, da TNU) e que o recorrente não indicou a fonte do acórdão apontado como paradigma (questão de ordem n. 03, da TNU).

2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n. 2010.72.64.001730-7) e do STJ (AgREsp n. 200300486686/SC e AgREsp n. 200500133974/SE). Aduz que a Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte teria mantido julgamento de improcedência de pedido para concessão de benefício de auxílio-doença com a conversão em aposentadoria por invalidez, considerando que a parte autora não ostentava a qualidade de segurado na data do início da incapacidade laborativa, ao passo que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização e do STJ é no sentido de que a parte mantém a qualidade de segurado enquanto estiver recebendo o benefício previdenciário e deixar de contribuir por estar incapaz para o trabalho.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Em análise do recurso, verifico que a decisão agravada observou corretamente a orientação do enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU, uma vez que o acórdão prolatado, em julgamento de recurso inominado, considerou que, na data do início da incapacidade laborativa, a parte autora não ostentava a qualidade de segurado, por não ter sido comprovado que a cessação do benefício de auxílio-doença, ocorrida em 27/11/2005, foi indevida, tampouco que houve incapacidade laborativa no período compreendido entre 2005 e 2014. A propósito, transcrevo o voto-ementa do julgado:

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO INOMINA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E/OU AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO. INDEMONSTRAÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IMPROVIMENTO DO RECURSO INOMINADO.
1. Trata-se de recurso interposto pela parte autora de sentença que julgou improcedente pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez. Na sentença, a julgadora a quo entendeu que a recorrente não mais detinha a condição de segurada na data do requerimento administrativo, ao argumento de que teria decorrido mais de nove anos desde a data da incapacidade.
2. Segundo o perito, o demandante é portador de HAS (hipertensão arterial sistêmica) e DAC (Doença Arterial Coronariana), apresentando sintomatologia, segundo o paciente, desde 2005, o que se alinha com a informação de que recebeu benefício previdenciário de 11/01/2005 a 27/11/2005 (anexo 01). Consta, ainda, que a doença é progressiva, de início insidioso, havendo tomografia que indica "consolidação da lesão" em 16/10/2014, estando o demandante incapaz para o trabalho na agricultura de modo definitivo. Ocorre que, conforme evidenciado em audiência, o autor explicitou que, desde o ano de 2005, não trabalha mais, argumentando não ter condições de fazê-lo, razão pela qual o pedido foi julgamento improcedente por não mais ostentar o demandante a condição de segurado especial na data considerada pela magistrada sentenciante como início de incapacidade.
3. Pois bem, embora essa informação não tenha ficado clara no laudo, não há nos autos elementos que evidenciem que a cessação do benefício foi indevida. Além de não terem sido juntados exames médicos do período de 2005 a 2014 (anexo 02), não ficou comprovada a sua incapacidade laboral durante todo esse interstício, não sendo crível que alguém esteja incapaz durante quase 10 anos sem questionar administrativamente o ato administrativo reputado ilegítimo. Logo, uma vez que deixou de trabalhar em 2005 e que a sua incapacidade laboral somente restou provada bem posteriormente, o deferimento do benefício não é cabível.
3. Improvimento do recurso.
5. Ademais, inexiste similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que os acórdãos apontados como paradigmas tratam de hipóteses de manutenção da qualidade de segurado no período em que a parte faz jus à percepção do benefício de auxílio-doença e no período em que não há o recolhimento das contribuições, em razão de comprovada incapacidade laborativa, ao passo que, na hipótese dos autos, não foi comprovada a incapacidade laborativa após a cessação do benefício de auxílio-doença.
6. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009892-92.2012.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ADILTON ANTONIO MARTINS
PROC./ADV.:KATHERINE SCHERER CLARINDA
OAB:SC-33 593
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB:BB-0000000
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. REPARAÇÃO DE DANO. COMPROVAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL IN RE IPSA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADO. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.Cuida-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal interposto pela parte autora, contra acórdão da 3ª. Turma Recursal de Santa Catarina, insurgindo-se contra decisão que confirmou sentença de improcedência quanto ao pedido de indenização por dano moral, oriundo de alegados saques indevidos em sua conta-poupança. Pretende a uniformização da matéria de direito quanto à inversão do ônus da prova na hipótese de consumidor hipossuficiente, bem como acerca da responsabilidade objetiva da instituição financeira. Defende a presunção de dano moral no caso de saques indevidos. Indica na condição de paradigmas acórdãos do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ) e precedentes desta Turma Nacional de Uniformização.
2.O incidente interposto, no que concerne à inversão do ônus da prova, envolve o exame de matéria processual, esbarrando no óbice da Súmula 43 deste Colegiado.
3.No mesmo sentido, recentemente decidiu esta Turma Nacional, in litteris: "PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, que concedeu parcial provimento ao recurso inominado interposto, condenando a CEF a indenizar R$ 2.000,00 a título de danos morais. Afirma a parte autora, em seu pleito de uniformização, que foi determinado à CEF a exclusão do nome da demandante dos cadastros de proteção ao crédito apenas em relação às prestações 04/2011 e 12/2011, não o sendo feito referentemente à prestação 01/2012. Sustenta, assim, que deveria ter sido invertido o ônus da prova, em virtude de a autora ser consumidora hipossuficiente, uma vez que, efetivamente, havia o saldo necessário para o pagamento do débito. Aponta como paradigma julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso (de n.º 194869420054013). 2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente. 3. A matéria em foco exige a necessária reflexão. Pois, de um lado o novo Código de Processo Civil (art. 373, § 1º) já pontua a regra de inversão do ônus da prova, como regra processual, de sorte que cabe ao juiz explicitar essa assertiva às partes, quando entender pertinente a inversão do ônus da prova. Há, ainda, a assertiva de que cabe ao juízo a quo aferir as condições do caso concreto para estabelecer ou não a inversão do ônus da prova, e não, a Corte de Uniformização fazê-lo. 4. Ora, dada a contingência fática e processual, cabe ao juízo a quo aferir as condições processuais para inverter ou não o ônus da prova, fiel a verossimilhança do caso concreto. Tanto assim que a própria redação do dispositivo legal em foco expressa esse sentido (Lei n. 8.078/90: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; 5. Nesse sentido, é o entendimento do STJ: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. PRIMEIRO RECURSO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COISA JULGADA. ANTERIOR DEMANDA AJUIZADA PELOS AUTORES QUE JÁ ANALISOU ALGUNS DOS PEDIDOS AQUI FORMULADOS COM ROUPAGEM DIVERSA. ERRO DE JULGAMENTO NÃO CARACTERIZADO. DOCUMENTOS QUE EM NADA MODIFICARIAM O RESULTADO DA DEMANDA EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA. RELAÇÃO DE INSUMO. INAPLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA DE INSTRUÇÃO. PRECEDENTE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MOSTROU NULO. MODIFICAÇÃO DO JULGADO QUE DECORREU DO REPARO DOS DEFEITOS NELE EXISTENTES. PLEITO DE CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ÓBICE DA SÚMULA Nº 7, DESTA CORTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO COL. STF. INCIDÊNCIA DO ART. 102, III, DA CF. REGIMENTO INTERNO DE TRIBUNAL ESTADUAL. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Tendo em vista que os itens "a.1" e "a.3" já foram analisados em anterior ação que, entre outros, visava a anulação do Termo de Confissão de Dívida firmado pelos autores, deve ser reconhecido, em relação a eles, o fenômeno da coisa julgada. Incidência dos arts. 301, § 3º, e 471, ambos do CPC. 2. Erro de julgamento não caracterizado, uma vez que a não apresentação dos documentos solicitados em nada modificaria o resultado da ação, tendo em vista que os pedidos já estavam acobertados pelo manto da coisa julgada. 3. O CDC não tem aplicação em relação de insumo, como no presente caso. 4. Inversão do ônus da prova é regra de instrução e não de julgamento. Precedente. 5. Não se considera nulo acórdão proferido em embargos de declaração para sanar defeito existente em anterior acórdão (omissão, contradição e obscuridade) que atribui efeitos infringentes para a correção e modificação do julgamento antes proferido. Precedente. 6. Para se conceder indenização por danos morais é inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, o que é vedado em recurso especial pela Súmula nº 7 desta Corte. 7. O exame da violação de dispositivos constitucionais é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal. 8. Regimento Interno de Tribunal Estadual não se enquadra no conceito de lei federal apta a possibilitar a interposição de recurso especial, conforme disposto no art. 105, III, a, da CF. 9. Primeiro recurso especial não provido na parte conhecida. Segundo recurso não conhecido. ..EMEN: (RESP 201401755788, MOURA RIBEIRO, STJ - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:03/11/2014 ..DTPB:.) 6. Nesse passo, há de se prestigiar tanto a regra do novo Código de Processo Civil, como o julgado da Turma Nacional de Uniformização tenha entendido que a inversão do ônus da prova configura matéria estritamente processual (PEDILEF 200461843325283, Rela. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 25/05/2012). 7. Nessa ordem, o incidente não pode ser conhecido, justamente por se tratar de matéria processual, a teor do art. 14 da Lei n. 10.259/01 e da Súmula 43 da TNU. 8. Incidente não conhecido." (PEDILEF 201251670008084) Não merece, pois, ser conhecido o incidente de uniformização de jurisprudência neste ponto específico.
4.Contudo, que concerne à tese da responsabilidade objetiva do prestador de serviço bancário e a presunção de dano moral no caso de saque indevido evidencia-se similitude fática e jurídica entre o precedente desta TNU, os acórdãos do STJ, indicados pela requerente, e os termos da decisão discutida. O voto condutor do acórdão fundamenta que "não é caso de concessão de dano moral porque não se trouxe aos autos nenhum elemento suficiente para demonstrar consequências que ultrapassariam o mero dissabor ocorrido pelo saque indevido." Por sua vez, consta no excerto do paradigma desta Turma Recursal: "Logo, pela Jurisprudência pacífica do STJ, da TNU e da imensa maioria, creio eu, das Turmas Recursais, há dano moral na modalidade in re ipsa, quer dizer, decorrente do próprio fato, sem necessidade de comprovação por prova específica, uma vez que a indisponibilidade de recursos financeiros colocados em guarda da instituição financeira traz perturbação além daquela cotidianamente suportável e a ser suportada pelo homem médio (a pessoa comum, representativa da média de uma sociedade)." - grifei. Logo, tem-se por demonstrado o dissídio jurisprudencial.
5.Quanto ao ponto conhecido, a matéria encontra-se uniformizada por esta Turma Nacional, in litteris: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. SAQUE INDEVIDO DE SEGURO-DESEMPREGO. DANOS MORAIS. DANOS "IN RE IPSA". RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRESCINDIBILIDADE DE CULPA OU DEMONSTRAÇÃO DA ILICITUDE DO ATO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Quarta Turma Recursal de Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95, que julgou extinto sem julgamento do mérito no tocante às parcelas de seguro-desemprego, eis que posteriormente colocadas à disposição da Autora, e improcedente o pedido de condenação por danos morais. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela Autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que há divergência entre o acórdão recorrido com o entendimento do STJ (AgRg no REsp nº 1.137.577/RS, REsp nº 835.531/MG, REsp nº 797.689/MT e REsp nº 640.196/PR), da 5ª Turma Recursal de São Paulo (processos nº 00075555320084036310 e nº 00019823420084036310) e da TNU (PEDILEF nº 200683005181473). 3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional, e distribuídos a esta Relatora. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Entendo configurado o dissídio jurisprudencial que autoriza o conhecimento do Incidente. 6. O acórdão recorrido manteve a sentença que reza, "... os fatos narrados por si só não geram o dever de indenizar... Portanto, não verifico, no caso dos autos, a ocorrência de conduta ilícita por parte das demandadas a ensejar a indenização por dano moral..." (sic). 7. Vislumbro que a decisão hostilizada abraçou duas teses que merecem análise em separado: da necessidade de comprovação do dano e da responsabilidade subjetiva. 8. Seguindo Jurisprudência do STJ, à esteira dos julgados trazidos, este Colegiado firmou entendimento de que "odano moral, nos casos de saques indevidos, é presumido, desde que provada a ocorrência do fato danoso, somente podendo ser afastado de forma fundamentada, com base em provas em contrário, consideradas as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto posto em julgamento." (PEDILEF 200971590012972, JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF, DOU 22/03/2013.) Como me manifestei no voto-vista do processo citado, "Com fundamento no artigo 201, inciso III, da Constituição da República, diz-se que a natureza jurídica do seguro-desemprego é de um benefício previdenciário. Possui essa verba a finalidade de oferecer assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta. Desse modo, a meu ver, os saques fraudulentos das parcelas de seguro-desemprego acarretaram situação evidente de constrangimento, angústia e sofrimento para o recorrente desempregado, caracterizando, por isso, ato ilícito, passível de indenização a título de danos morais." 9. E sendo o dano "in re ipsa", "não depende da prova específica da demonstração da ocorrência do dano" (PEDILEF 50574438920124047100, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, DOU 28/10/2013). Em outras palavras, basta a comprovação do fato ensejador do dano, no caso, saque indevido de seguro-desemprego. 10. Por outro lado, entendo que a responsabilidade no caso retratado, é objetiva, prescindindo da comprovação da culpa. 11. No Brasil, a doutrina da responsabilidade objetiva do Estado, ou do risco administrativo, foi consagrada pela Constituição Federal de 1946, que pela redação do artigo 194 buscava romper os laços com um passado próximo de abusos decorrentes de um Estado que se colocara à margem de um Estado Democrático de Direito. Desde então, o constitucionalismo brasileiro consagra a desnecessidade de identificação da culpa para a atribuição de responsabilidade civil ao Estado, dispondo o art. 37,§6º da Constituição Federal de 1988 que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.". 12. A Caixa Econômica Federal, além de sua natureza de instituição financeira, atua como gestora dos fundos do seguro-desemprego, incidindo nessa atuação a responsabilidade de natureza objetiva, não podendo se exigir culpa ou a demonstração da ilicitude do ato. É que para a configuração da responsabilidade objetiva, o ato não precisa necessariamente ser ilícito, sendo considerado antijurídico ou passível de responsabilização ato desprovido de ilicitude, desde que cause dano e seja dotado de relação de causalidade. 13. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que no caso de saques indevidos de seguro-desemprego, o dano moral é "in re ipsa", ou seja, prescinde-se de sua comprovação específica, bastando a prova do fato danoso; (ii) firmar a tese de que nesses casos a responsabilidade da CEF é objetiva, independente de culpa ou demonstração da ilicitude do ato, que só pode ser afastada nos casos de excludentes legais; (iii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. 15. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia." (PEDILEF 50433817820114047100)
6.Por conseguinte, considerando que o acórdão impugnado entendeu pela necessidade de comprovação do dano moral em tela, deixando de apresentar fundamentação específica acerca da existência de excludente de responsabilidade para afastar a incidência da responsabilidade objetiva, deve ser parcialmente conhecido e provido o incidente de uniformização, para reafirmar a tese de que, na presente hipótese, a responsabilidade da CEF é objetiva, independente de culpa ou demonstração da ilicitude do ato, uma vez não demonstrada a existência de casos de excludentes legais.
7.Ante o exposto, voto por conhecer em parte e, na parte conhecida, dar provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência, devendo o feito retornar à origem para adequação à matéria uniformizada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer parcialmente e, na parte conhecida, dar provimento ao pedido de uniformização.
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500294-04.2012.4.05.8308
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:MIGUEL ANGEL SÁ MORETA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB:BB-0000000
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORA, REPARAÇÃO DE DANO. COMPROVAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Cuida-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal interposto pela parte autora, contra acórdão da 1ª. Turma Recursal de Pernambuco, insurgindo-se contra decisão que confirmou sentença de improcedência quanto ao pedido de indenização por dano moral e material, oriundo de golpe sofrido na realização de depósito bancário. A hipótese concreta envolve a tentativa da parte autora em realizar um depósito no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais) em um dos terminais de autoatendimento da Agência da instituição ora demandada, sendo que, sentindo dificuldade para realizar a operação, recebeu ajuda de terceiro, tendo este efetivado o depósito e lhe entregado o comprovante do mesmo. Posteriormente, verificou que o depósito não foi realizado pois o envelope estava vazio.

2.Pretende a uniformização da matéria de direito quanto à inversão do ônus da prova na hipótese de consumidor hipossuficiente, bem como acerca da responsabilidade objetiva da instituição financeira. Indica na condição de paradigmas Acórdão do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ) e precedente desta Turma Nacional de Uniformização.

3.O incidente interposto, no que concerne à inversão do ônus da prova, envolve o exame de matéria processual, esbarrando no óbice da Súmula 43 deste Colegiado.

4.No mesmo sentido, recentemente decidiu esta Turma Nacional, in litteris: "PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, que concedeu parcial provimento ao recurso inominado interposto, condenando a CEF a indenizar R$ 2.000,00 a título de danos morais. Afirma a parte autora, em seu pleito de uniformização, que foi determinado à CEF a exclusão do nome da demandante dos cadastros de proteção ao crédito apenas em relação às prestações 04/2011 e 12/2011, não o sendo feito referentemente à prestação 01/2012. Sustenta, assim, que deveria ter sido invertido o ônus da prova, em virtude de a autora ser consumidora hipossuficiente, uma vez que, efetivamente, havia o saldo necessário para o pagamento do débito. Aponta como paradigma julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso (de n.º 194869420054013). 2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente. 3. A matéria em foco exige a necessária reflexão. Pois, de um lado o novo Código de Processo Civil (art. 373, § 1º) já pontua a regra de inversão do ônus da prova, como regra processual, de sorte que cabe ao juiz explicitar essa assertiva às partes, quando entender pertinente a inversão do ônus da prova. Há, ainda, a assertiva de que cabe ao juízo a quo aferir as condições do caso concreto para estabelecer ou não a inversão do ônus da prova, e não, a Corte de Uniformização fazê-lo. 4. Ora, dada a contingência fática e processual, cabe ao juízo a quo aferir as condições processuais para inverter ou não o ônus da prova, fiel a verossimilhança do caso concreto. Tanto assim que a própria redação do dispositivo legal em foco expressa esse sentido (Lei n. 8.078/90: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; 5. Nesse sentido, é o entendimento do STJ: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. PRIMEIRO RECURSO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COISA JULGADA, ANTERIOR DEMANDA AJUIZADA PELOS AUTORES QUE JÁ ANALISOU ALGUNS DOS PEDIDOS AQUI FORMULADOS COM ROUPAGEM DIVERSA. ERRO DE JULGAMENTO NÃO CARACTERIZADO. DOCUMENTOS QUE EM NADA MODIFICARIAM O RESULTADO DA DEMANDA EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA. RELAÇÃO DE INSUMO. INAPLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA DE INSTRUÇÃO. PRECEDENTE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MOSTROU NULO. MODIFICAÇÃO DO JULGADO QUE DECORREU DO REPARO DOS DEFEITOS NELE EXISTENTES. PLEITO DE CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ÓBICE DA SÚMULA Nº 7, DESTA CORTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO COL. STF. INCIDÊNCIA DO ART. 102, III, DA CF. REGIMENTO INTERNO DE TRIBUNAL ESTADUAL. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Tendo em vista que os itens "a.1" e "a.3" já foram analisados em anterior ação que, entre outros, visava a anulação do Termo de Confissão de Dívida firmado pelos autores, deve ser reconhecido, em relação a eles, o fenômeno da coisa julgada. Incidência dos arts. 301, § 3º, e 471, ambos do CPC. 2. Erro de julgamento não caracterizado, uma vez que a não apresentação dos documentos solicitados em nada modificaria o resultado da ação, tendo em vista que os pedidos já estavam acobertados pelo manto da coisa julgada. 3. O CDC não tem aplicação em relação de insumo, como no presente caso. 4. Inversão do ônus da prova é regra de instrução e não de julgamento. Precedente. 5. Não se considera nulo acórdão proferido em embargos de declaração para sanar defeito existente em anterior acórdão (omissão, contradição e obscuridade) que atribui efeitos infringentes para a correção e modificação do julgamento antes proferido. Precedente. 6. Para se conceder indenização por danos morais é inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, o que é vedado em recurso especial pela Súmula nº 7 desta Corte. 7. O exame da violação de dispositivos constitucionais é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal. 8. Regimento Interno de Tribunal Estadual não se enquadra no conceito de lei federal apta a possibilitar a interposição de recurso especial, conforme disposto no art. 105, III, a, da CF. 9. Primeiro recurso especial não provido na parte conhecida. Segundo recurso não conhecido. ..EMEN: (RESP 201401755788, MOURA RIBEIRO, STJ - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:03/11/2014 ..DTPB:.) 6. Nesse passo, há de se prestigiar tanto a regra do novo Código de Processo Civil, como o julgado da Turma Nacional de Uniformização tenha entendido que a inversão do ônus da prova configura matéria estritamente processual (PEDILEF 200461843325283, Rela. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 25/05/2012). 7. Nessa ordem, o incidente não pode ser conhecido, justamente por se tratar de matéria processual, a teor do art. 14 da Lei n. 10.259/01 e da Súmula 43 da TNU. 8. Incidente não conhecido." (PEDILEF 201251670008084). Não merece, pois, ser conhecido o incidente de uniformização de jurisprudência neste ponto específico.

5.No que concerne à tese da responsabilidade objetiva do prestador de serviço bancário, não se evidencia similitude fática e jurídica entre os precedentes do STJ e desta TNU, indicados pela requerente, e os termos da decisão discutida. O voto condutor do acórdão fundamenta, com base no acervo probatório dos autos, reconhecendo a culpa exclusiva da vítima, in litteris: "Entretanto, no caso dos autos, não estão presentes os requisitos para a responsabilização da parte demandada, consoante bem ficou demonstrado na sentença vergastada (grifos acrescidos): '(...) o autor não logrou comprovar ato ilícito praticado pela CAIXA, suscetível de gerar o direito de indenizar, tampouco nexo de causalidade entre a conduta da ré e o prejuízo sofrido pelo autor, mormente pelo fato de que estes foram decorrentes da conduta de terceiro e da própria vítima, caracterizando, assim, EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL(...) A Ré em nada contribuiu para a ocorrência do fato danoso, pois é dever da mesma disponibilizar aos seus clientes funcionários aptos ao auxílio e a instrução dos seus clientes na realização de seus serviços. No caso, restou comprovado que tais serviços foram efetivamente oferecidos ao, mas por ele conscientemente dispensado, sob o argumento de que iria ter que aguardar o atendimento(...) O autor é maior, capaz e plenamente lúcido. Assim, ao conscientemente contrariar as orientações da instituição financeira e requerer o auxìlio de terceiros, colocou-se em situação de risco, o que resultou no golpe de que foi vítima. Não restou, dessarte, evidenciada conduta omissiva da segurança da ré(...) Assim, não obstante ter havido o depósito com valor inferior ao solicitado pela correntista, não ficou evidenciado o ato ilícito, bem como o nexo de causalidade, requisito essencial à caracterização do dever de indenizar. Encontra-se configurada, neste caso, a EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA e DE TERCEIRO, não havendo qualquer norma jurídica que imponha à CEF o dever de restituir a diferença do valor depositado (...)'. Como se observa, a despeito do depósito com valor inferior ao efetivamente depositado pelo consumidor, o mesmo concorreu para tal ocorrência, já que aceitou a ajuda de terceiros para realização da operação bancária, conforme reconhecido nos autos."

6.Logo, inaplicáveis à espécie os precedentes relativos à responsabilidade objetiva do agente financeiro, in casu, considerando que a análise do acervo probatório dos autos, realizada no acórdão discutido, concluiu pela inexistência de qualquer ação ou omissão da parte ré para verificação do evento danoso, senão que decorreu exclusivamente do agir culposo da parte requerente, o que elidiria o dever de indenizar mesmo no caso da aludida responsabilidade. E, considerando que o reexame da matéria de fato não se insere nas atribuições deste Colegiado, não há como se conhecer do incidente de uniformização interposto.

7.Destarte, relativamente à aplicação da responsabilidade objetiva ao prestador de serviço bancário, não resta demonstrada similitude fática e jurídica entre o precedente indicado e o acórdão recorrido, havendo impossibilidade de reexame de matéria de fato.

8. Ante o exposto, voto por não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização.

Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0514994-72.2013.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.:A. DÁRIO AMBROSIO
OAB:PE-2675
REQUERIDO(A):MARIA RITA SILVA BRANDÃO
PROC./ADV.:Eric Vinicius de Oliveira
OAB:PE-927
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. COMPROVAÇÃO DE DANO MORAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA INSUFICIENTE. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. EQUIPARAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Cuida-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal interposto pela parte ré, contra acórdão da Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso inominado da Empresa Pública recorrente, mantendo os termos da sentença e condenando-a ao pagamento de danos morais. Sustenta estar presente causa de exclusão de responsabilidade da ECT, consubstanciada na inércia do autor ao deixar de declarar conteúdo e valor do objeto no momento em que fez a postagem, conforme exigência contida na Lei Postal e regulamento interno da recorrente, gerando, assim, a impossibilidade de comprovação do dano.

2.Cita o enunciado da Súmula 59 deste colegiado. Indica paradigmas do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ), e das Turmas Recursais do Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

3.De início destaco que acórdão de uma das turmas do STJ não se demonstra suficiente para demonstrar a existência de jurisprudência dominante daquela Corte no mesmo sentido. Da mesma sorte, os precedentes indicados não descartam possibilidade de comprovação do dano por outras formas.

4.Acrescento que a tese ventilada no acórdão impugnado consta no sentido de que, comprovado o ato lesivo, nasce para a empresa pública a obrigação de indenizar, sendo que "A indenização pelo dano moral, no ordenamento jurídico em vigor, não se submete, em regra, a valores especificamente determinados em lei. Cabe ao magistrado, mediante uma apreciação eqüitativa e discricionária, extrair a expressão quantitativa do sentimento de desconforto, de constrangimento, aborrecimento e humilhação, advindos da parte adversa".

5.Portanto, não evidenciada similitude fático-jurídica entre os precedentes indicados e o acórdão impugnado não cabe ser conhecido o presente pedido de uniformização.

6.Voto, então, por não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização.

Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0530833-45.2010.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOÃO SILVINO LEONARDO FILHO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE ESPECIAL NA FUNÇÃO DE VIGILANTE. PERÍODO POSTERIOR À LEI Nº 9.032/95 E ANTERIOR AO DECRETO Nº 2.172/97. DISSÍDIO CONFIGURADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte autora contra o acórdão da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que, decidindo os embargos de declaração, concedeu-lhes efeitos infringentes para reconhecer a atividade especial no período de 28/07/80 a 28/04/95.

2.No incidente de uniformização, argumenta a parte autora que o acórdão, ao limitar o reconhecimento do tempo especial na função de vigilante à data da vigência da Lei n.º 9.032/95, contrariou a jurisprudência uniformizada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (TNU), que admite o reconhecimento até a data do Decreto n.º 2.172/97.

3.Apresentou como paradigma a decisão da Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF Ñ.º 5006955-73.2011.4.04.7001.

4.O incidente de uniformização não foi conhecido na origem.

5.O paradigma indicado mostra-se válido para o conhecimento do incidente.

6.A sentença havia reconhecido a atividade especial na função de vigilante até 05/03/97 (Decreto n.º 2.172). Por força do recurso inominado interposto pelo INSS, foi inicialmente afastado o reconhecimento do intervalo de 28.07.80 a 28.04.95. Mais tarde, em sede de embargos de declaração com efeitos infringentes, após ter ficado esclarecido que o autor exerceu a função com porte de arma de fogo, foi admitido o cômputo do tempo especial até 28/04/95 (Lei 9.032/95). Leia-se trecho do acórdão impugnado:

"No caso em análise, a parte autora defende a existência de erro material no acórdão embargado, posto que aquele decisum fora omisso ao afirmar que não foi comprovada a utilização de arma de fogo pelo demandante, quando na verdade, nos anexos 2 e 3 da demanda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

constam PPPs e laudos técnicos, emitidos pelas empresas BOMPREÇO (28/7/1980 a 09/02/1996) e TRANSVAL (01/02/1996 a 26/11/2010) comprovando o uso de arma de fogo de modo habitual e permanente, não ocasional, nem intermitente.
Compulsando este processado, vislumbrei ter ocorrido a omissão alegada pela parte autora. Patente, portanto, o erro material no trecho acima transcrito do referido, devendo o acórdão, a partir do item 6, possuir o seguinte teor:
'6. No caso em pauta, o autor logrou êxito em comprovar o porte de arma de fogo nos períodos de 28.7.1980 a 28.4.1995, devendo este ser enquadrado como tempo de serviço especial, não valendo o mesmo para os períodos a partir de 29.4.1995, tendo em vista a impossibilidade jurídica do pedido de enquadramento como especiais, pelas razões supra expostas.
7. Recurso do autor, em parte, provido. Recurso do INSS provido para reformar a sentença no sentido de reconhecer o período posterior a 28.4.1995, laborado na atividade de vigilante, como tempo de serviço comum.
8. Sem condenação em honorários advocatícios. Custas, como de lei.'"
7.Ocorre que a jurisprudência predominante no âmbito da TNU preceitua que "apesar de o enquadramento por categoria profissional ter sido abolido pela Lei nº 9.032/95, ainda se admite o enquadramento da atividade de vigilante como especial no período compreendido entre 29/04/1995 (início da vigência da Lei nº 9.032/95) e 04/03/1997 (antes de entrar em vigor o Decreto nº 2.172/97), porque o Decreto nº 53.831/64 persistiu em vigor nesse período".
8.Observa-se que, apesar de existir entendimento diverso dentro da própria TNU (a exemplo do PEDILEF 05000825220134058306 e do PEDILEF 50495075620114047000), ainda predomina a orientação de que o reconhecimento da atividade especial na função de vigilante em equiparação à de guarda pode ser reconhecida até a data do Decreto n.º 2.172/97. Nesse sentido, cito algumas decisões:
PEDIDOS DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTOS PELAS PARTES. PREVIDENCIÁRIO. VIGILANTE ARMADO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 29/04/1995 E 04/03/1997. DECRETO N. 53.831/64 PERSISTIU EM VIGOR. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA TNU DE QUE NÃO É CABÍVEL ENQUADRAMENTO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A MATÉRIA UNIFORMIZADA. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTES NÃO CONHECIDOS. 1. Trata-se de ação previdenciária em que a parte autora postula a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição integral mediante o reconhecimento da especialidade de períodos em que trabalhou como vigilante armado. 2. A sentença julgou parcialmente procedente o pleito para enquadrar como especiais os períodos anteriores ao advento do Decreto 2.172/87, conforme se destaca: [...] O autor alega que desempenhou atividade perigosa durante os períodos nos quais trabalhou como vigilante. A atividade de vigilante/vigia não está expressamente elencada nos Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79, porém, conforme entendimento pacífico dos tribunais, é possível a conversão do tempo de serviço correspondente ao exercício desta função, por equiparação à de guarda (código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64). Isso porque o rol de atividades constantes nos referidos decretos não é taxativo. Nesse sentido, confira-se a Súmula 26 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Ressalto que até o advento da Lei nº 9.032 de 29/4/1995 era possível o reconhecimento do exercício de atividade especial com base apenas na categoria profissional do trabalhador, observada a classificação constante nos anexos dos decretos nº 53.831/64 e 83.080/79. Com efeito, o período anterior ao advento da Lei nº 9.032/95 é presumidamente insalubre, ante o enquadramento por categoria profissional no item 2.5.7 do Quadro Anexo ao Decreto nº 53.831/64. Incabível, porém, a conversão do período posterior a 05.03.1997. Com o advento do Decreto nº 2.172/97 (DOU de 5.3.1997), deixaram de vigorar os Decretos ns. 53.831/64 e 83.080/79, os quais previam diversas ocupações que ensejavam a contagem majorada do tempo de serviço, dentre elas a de guarda. Deixou de haver a enumeração de ocupações. Passaram a ser listados apenas os agentes considerados nocivos ao trabalhador, classificados como químicos, físicos ou biológicos. Não há no Decreto nº 2.172/97 nenhuma referência às atividades perigosas ou à periculosidade. Assim, no período posterior ao citado Decreto, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem de tempo de serviço sob condições especiais. [...] Desse modo, ante os esclarecimentos acima, entendo que devem ser considerados como especial, pelo exercício da atividade de vigilante, os períodos de: a) 09/11/1984 a 02/07/1991 - Nordeste Vigilância de Valores; b) 08/11/1991 a 31/01/1996 - Bompreço Supermercados. Deixo de considerar especial o período laborado para a empresa Bompreço Supermercados de 01/02/1996 a 09/05/1998, uma vez que neste período o autor desempenhou a atividade de auxiliar de patrimônio sem sujeição a agente nocivo, conforme consta no DSS 8030 do anexo 7, fl. 3. [...] 3. Em seu recurso inominado, o INSS insurgiu-se quanto ao reconhecimento da especialidade do período de 29/04/1995 a 31/01/1996, alegando não poder haver enquadramento por função após a Lei 9.032/95, na forma como reconhecido na sentença. 4. A parte autora, de sua vez, recorreu contra o não reconhecimento dos períodos posteriores a 05/03/1997, alegando que foram juntados formulários de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e Laudos Técnicos, devidamente preenchidos na forma prevista pela legislação previdenciária, comprovam cabalmente que o recorrente exerceu a atividade exposta ao PERIGO de modo habitual, permanente, não ocasional nem intermitente, vez que, atividade foi exercida com PORTE DE ARMA DE FOGO. 5. A 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco negou provimento aos recursos com arrimo na jurisprudência da TNU segundo a qual o enquadramento na atividade de vigilante somente é possível até o início da vigência do Decreto 2.172/97. 6. Ambas as partes interpuseram pedidos de uniformização. 6.1 No incidente manejado pela parte autora é defendida a tese de que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp. 1184322/RS e Resp 1306113), que admite que o tempo de serviço trabalhado em condições perigosas possa ser computado como especial mesmo após o advento do Decreto 2.172, de 05/03/1997. 6.2 O INSS, de seu turno, reitera suas razões recursais no sentido de que o enquadramento por categoria profissional deixou de existir com a edição da Lei n. 9.032/95; e que entre a publicação desta norma e o Decreto n. 2.172/97, remanesceu apenas a possibilidade de enquadramento por "agente nocivo", sem a apresentação de laudo. Cita julgado de Turma Recursal de São Paulo (processo 05862538220044036301) como paradigma da divergência. Indica, ainda, precedente do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 877.972) que aplicou o entendimento de que "até o advento da Lei n.º 9.032/1995 é possível o reconhecimento do tempo de serviço especial em face do enquadramento na categoria profissional do trabalhador.". 7. Pedidos inadmitidos na origem, havendo a interposição de agravos na forma do RITNU. 8. Esta Turma Nacional firmou entendimento pela impossibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante armado posteriormente à data de edição do Decreto n. 2.172/97, admitindo, contudo, o enquadramento dessa atividade no período compreendido entre 29/04/1995 e 04/03/1997, haja vista que o Decreto n. 53.831/64 persistiu em vigor em tal período. Nesse sentido: VOTO-EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL APÓS INÍCIO DA VIGÊNCIA DO DECRETO 2.172/97. 1. O quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64 dividia-se em duas partes: a primeira, relacionava os agentes nocivos à saúde (itens classificados nos subcódigos do código 1.0.0); a segunda, relacionava as ocupações profissionais contempladas com presunção de nocividade à saúde (itens classificados nos subcódigos do código 2.0.0). A atividade de vigilante era reconhecida como especial por analogia com a atividade de guarda, prevista no código 2.5.7 do Decreto nº 53.831/64, ou seja, na segunda parte do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64. Trata-se, pois, de enquadramento por categoria profissional. 2. O enquadramento por categoria profissional só é possível até 28/04/1995, porque a Lei nº 9.032/95 passou a condicionar o reconhecimento de condição especial de trabalho à comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física, de modo habitual e permanente (vide nova redação atribuída ao art. 57, § 4º, da Lei nº 8.213/91). A exigência de comprovação da efetiva exposição a agente nocivo é incompatível com a presunção de insalubridade que até então se admitia em razão do mero exercício de determinada profissão. 3. Apesar de o enquadramento por categoria profissional ter sido abolido pela Lei nº 9.032/95, ainda se admite o enquadramento da atividade de vigilante como especial no período compreendido entre 29/04/1995 (início da vigência da Lei nº 9.032/95) e 04/03/1997 (antes de entrar em vigor o Decreto nº 2.172/97), porque o Decreto nº 53.831/64 persistiu em vigor nesse período. 4. Uniformizado o entendimento de que a partir de 05/03/1997, quando iniciou a vigência do Decreto nº 2.172/97, não cabe reconhecimento de condição especial de trabalho por presunção de periculosidade decorrente de enquadramento na categoria profissional de vigilante. 5. Pedido provido.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, dar provimento ao pedido de uniformização. (Pedilef 50069557320114047001, Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 28/10/2013) (grifei) VOTO-EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROFISSÃO VIGILANTE. ENQUADRAMENTO COMO ATIVIDADE ESPECIAL. PERICULOSIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO APÓS O DECRETO 2.172/97, AINDA QUE O AGENTE TENHA FEITO USO DE ARMA DE FOGO. PRECEDENTES DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. [...] 3. Analisando-se os autos, observa-se que a controvérsia jurídica trazida a exame diz respeito à possibilidade de enquadramento como especial de atividade exercida na qualidade de vigilante após a edição do Decreto n. 2.172/97. [...] 4. Bem caracterizada a divergência, entendo que o incidente merece ser conhecido e provido. Com efeito, esta colenda Corte de Uniformização assentou o posicionamento de que a atividade de vigilante, após a edição do Decreto n. 2.172/97, não pode ser considerada especial em função de presumível periculosidade, ainda que o agente postasse consigo arma de fogo no exercício de seu mister. 4.1 Isso porque a Lei 9.032/95 alterou a sistemática de enquadramento por categoria profissional, exigindo, para a caracterização da condição de especialidade, que o trabalhador estivesse exposto a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física, de modo habitual e permanente. [...] 4.3 No caso dos autos, o exercício da profissão de vigilante não foi associado à exposição a agente nocivo que pudesse ser prejudicial à saúde do trabalhador. Em verdade, o argumento utilizado pela Turma para o deferimento do benefício foi que a atividade de vigilante exercida pelo trabalhador em empresa de grande porte expunha o requerente a ocorrência de "riscos". Não houve comprovação da efetiva exposição, habitual e permanente, a um ou mais agentes nocivos que pudessem ser prejudiciais à saúde ou à integridade física, sendo certo que o eventual risco da profissão não configuraria "agente nocivo" na forma da legislação em vigor. [...] 5. Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao presente incidente de uniformização, reafirmando o entendimento da TNU de que o enquadramento como especial da atividade de vigilante, ainda quando o agente tenha feito uso de arma de fogo, somente é possível até a edição do Decreto n. 2.172/97 [...] (Pedilef 0510607-28.2010.4.05.8200, Relator Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 11/02/2015, DOU 06/03/2015) (grifei) VOTO-EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. VIGILANTE ARMADO. ESPECIALIDADE APÓS O DECRETO 2.172/97. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. [...] 6. Nesta Turma Nacional há vários julgados no sentido de que "no período posterior ao Decreto nº 2.172/97, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar contagem em condições especiais" (Processo 2005.70.51.003800-1, Rel. Juíza Joana Carolina Lins Pereira, DOU 24/5/2011; Processo 0516958-42.2009.4.05.8300, Rel. Juiz Janilson Siqueira, DOU 26/10/2012; Processo nº 2009.72.60.000443-9, Relator Juiz Vladimir Vitovsky, DOU 09/11/2012). Nesse sentido: PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL - POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO COMO ESPECIAL SOMENTE ATÉ 5 DE MARÇO DE 1997 - REEXAME DE PROVA QUANTO À EXISTÊNCIA DE RECOLHIMENTOS - SÚMULA 42 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO. (..) Quanto ao período trabalhado na empresa ENESP Serviço de Vigilância como vigilante, a jurisprudência do STJ e desta TNU entendem no sentido de que SOMENTE ATÉ 5 de março de 1997 é possível seu enquadramento como especial, desde que haja porte de arma. Com feito, o acórdão recorrido firmou idêntico entendimento. Por outro lado, a partir de 05/03/97, a atividade de vigilante foi excluída do rol de atividades sujeitas à aposentadoria especial, por força do Decreto n. 2.172/97, não havendo, pois, direito à conversão a partir desta data. 4. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO." (PEDILEF 05068060320074058300. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 09/05/2014). 7. Com efeito, após o advento do Decreto n.º 2.172/97 a atividade de vigilante deixou de ser considerada especial, não sendo mais possível, a partir de então, proceder à contagem diferenciada do tempo de serviço. Passaram a ser listados apenas os agentes nocivos ao trabalhador, e os agentes assim considerados seriam, tão somente, aqueles classificados como químicos, físicos ou biológicos. Não há no referido Decreto nenhuma menção ao item periculosidade e, menos ainda, ao uso de arma de fogo (PEDILEF 20093300706412, Juiz Federal André Carvalho Monteiro, DOU 18/10/2013). [...] 9. Em que pese o entendimento da Turma de origem de que o porte de arma de fogo de modo habitual e permanente possibilita o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, este não é o posicionamento prevalecente na TNU que, consoante já exposto, apenas o admite até 05.03.1997. 10. Assim, nos termos da jurisprudência dominante deste Colegiado, deixo de considerar como especial os períodos em que a parte recorrida laborou na atividade de vigilante com porte de arma após a edição do Decreto 2.172/1997. (Pedilef 0500806-14.2012.4.05.8202, Relator Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, j. 11/03/2015, DOU 20/03/2015) (grifei) 9. Portanto, o acórdão recorrido vai ao encontro da uniformização levada a efeito por esta Turma Nacional na medida em que negou provimento aos recursos inominados ao fundamento de que o enquadramento na atividade de vigilante somente é possível até o início da vigência do Decreto 2.172/97. 10. Incidência, ao caso, da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."). 11. Destaco, por fim, que meu entendimento é pela possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade do vigilante mesmo após 06/03/1997, por ser atividade perigosa com previsão na CLT (art. 193, II). No entanto, a TNU uniformizou a matéria em sentido contrário, com voto vencido de minha lavra . 12. Portanto, estou seguindo a uniformização com ressalva de meu entendimento em sentido contrário.Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
(PEDILEF 05095358920134058300, JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI, TNU, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255.)
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - ATIVIDADE ESPECIAL - VIGILANTE - PERICULOSIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL APÓS INÍCIO DA VIGÊNCIA DO DECRETO 2.172/97 - PRECEDENTES DA TNU - ADEQUAÇÃO NOS TERMOS DO ART 9, X DO RITNU - PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO. VOTO Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional. A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se reconhecer a atividade de vigilante como especial após o Decreto 2.172/97, especificamente como tempo especial o período de trabalho do Suscitante compreendido entre 05/03/1997 a 21/05/2002. Ocorre que esta Corte já uniformizou o entendimento de que, a partir de 05/03/1997, quando iniciou a vigência do Decreto nº 2.172/97, não cabe reconhecimento de condição especial de trabalho por presunção de periculosidade decorrente de enquadramento na categoria profissional de vigilante. Neste sentido: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO ATÉ O DECRETO 2.172/97. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64" (Súmula n. 26 da TNU). 2. O referido decreto regulamentador, segundo a jurisprudência pacífica tanto da TNU quanto do STJ, teve vigência até a edição do Decreto n. 2.172/97, de 5-3-1997, quando as atividades perigosas deixaram de ser consideradas especiais, devendo haver, para sua configuração, a efetiva exposição a agentes nocivos. Aliás, a jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). 3. O uso de arma não está previsto nos anexos posteriores a 1997 como sendo situação configuradora de exposição a agente nocivo, não sendo o caso de caracterização da atividade especial. Com efeito, no período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. 4. Neste sentido: "PREVIDENCIÁRIO. VIGILANTE. PERÍODO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032, DE 1995. PROVA. USO DE ARMA DE FOGO. DECRETO Nº 2.172, DE 1997. TERMO FINAL. EXCLUSÃO DA ATIVIDADE DE GUARDA, ANTERIORMENTE PREVISTA NO DECRETO Nº 53.831, DE 1964. NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Incidente de uniformização oferecido em face de sentença (mantida pelo acórdão) que reconheceu como especial, até 14.10.1996, o tempo de serviço prestado pelo autor na função de vigilante 2. Esta Turma Nacional, através do enunciado nº 26 de sua súmula de jurisprudência, sedimentou o entendimento de que "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

53.831/64". Mediante leitura do precedente desta TNU que deu origem à súmula (Incidente no Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE), observa-se que o mesmo envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado entre 04.07.1976 e 30.09.1980. 3. O entendimento sedimentado na súmula desta TNU somente deve se estender até a data em que deixaram de viger as tabelas anexas ao Decreto nº 53.831, de 1964, é dizer, até o advento do Decreto nº 2.172, de 05.03.1997. 4. A despeito de haver a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, estabelecido que o reconhecimento de determinado tempo de serviço como especial dependeria da comprovação da exposição a condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, não veio acompanhada da regulamentação pertinente, o que somente veio a ocorrer com o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997. Até então, estavam a ser utilizadas as tabelas anexas aos Decretos 53.831, de 1964, e 83.080, de 1979. A utilização das tabelas de tais regulamentos, entretanto, não subtraía do trabalhador a obrigação de, após o advento da citada Lei nº 9.032, comprovar o exercício de atividade sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. 5. Com o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, deixou de haver a enumeração de ocupações. Passaram a ser listados apenas os agentes considerados nocivos ao trabalhador, e os agentes assim considerados seriam, tão-somente, aqueles classificados como químicos, físicos ou biológicos. Não havia no Decreto nenhuma menção ao item periculosidade e, menos ainda, ao uso de arma de fogo. 6. Compreende-se que o intuito do legislador - com as Leis nº 9.032, de 1995, e 9.528, de 1997 - e, por extensão, do Poder Executivo - com o Decreto mencionado - tenha sido o de limitar e reduzir as hipóteses que acarretam contagem especial do tempo de serviço. Ainda que, consoante vários precedentes jurisprudenciais, se autorize estender tal contagem a atividades ali não previstas (o próprio Decreto adverte que "A relação das atividades profissionais correspondentes a cada agente patogênico tem caráter exemplificativo"), deve a extensão se dar com parcimônia e critério. 7. Entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. 8. No caso 'sub examine', porque desfavorável a perícia realizada, é de ser inadmitido o cômputo do tempo de serviço em condições especiais. 9. Pedido de uniformização improvido. (TNU, PEDILEF 200570510038001, Rel. Juíza Federal Joana Carolina, DOU 24/5/2011). 5. Incidente conhecido e parcialmente provido para permitir a conversão da atividade especial de vigilante armado até 5-3-1997. (PEDILEF 05028612120104058100. Relator Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva. DOU 02/05/2014 Seção 1, Páginas 93/167) Desta forma, em se tratando de atividade exercida no período posterior a 05/03/1997, deve incidir a regra do inciso X do art. 9º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização - TNU, que orienta no sentido de que o Relator poderá "dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação". Sendo assim, estando a decisão proferida pela Turma de origem em confronto com a deste Colegiado, DOU PROVIMENTO AO INCIDENTE para determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado no que se refere ao período de 05/03/1997 a 21/05/2002, nos termos da fundamentação acima.Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECERdo incidente de uniformização e DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do Relator.

(PEDILEF 50042281720114047204, JUIZ FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL, TNU, DOU 23/10/2015 PÁGINAS 121/169.)

9.Sendo assim, configurado o dissídio jurisprudencial, merece ser conhecido e provido o incidente de uniformização interposto pela parte autora.

10.Retornem os autos à Turma Recursal de origem para que promova a adequação do entendimento à jurisprudência da TNU.

11.O voto é por conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em conhecer do pedido de uniformização e dar-lhe provimento.

Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500144-57.2011.4.05.8308
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ JURACI SANTANA DE SOUZA
PROC./ADV.:FRANCISCA CLEONEIDE RABELO DINIZ
OAB:PE-988
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. CANCELAMENTO DA SÚMULA 32 TNU. PERÍODO ENTRE 05/03/1997 E 18/11/2003. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 1º-F À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 AOS JUROS MORATÓRIOS. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu as condições especiais no exercício de atividade profissional nos períodos de 29/04/1995 a 30/07/1997 e 18/11/2003 a 05/04/2011.

2.O aresto combatido adotou, a partir de 05/03/1997, o limite de ruído de 85 dB, com base na Súmula 32 desta TNU. Quanto aos juros de mora das parcelas vencidas da aposentadoria concedida, afastou a aplicação do art. 1º- F da Lei nº 9.494/97.

3.O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam, quanto à exposição ao agente nocivo ruído, pela negativa da retroação da redução do limite de exposição de ruído, de 90 para 85 dB, prevista no Decreto nº 4.882/2003. Sustenta ainda que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que determinaram a aplicação da Lei n. 11.960/2009, quanto aos juros de mora.

4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5.Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

6.Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente).

7.No acórdão recorrido foi admitida a retroatividade da redução do limite máximo de exposição prevista no Decreto nº 4.882/2003; enquanto nos paradigmas entendeu-se indevida a retroação dos efeitos do Decreto nº 4.882/2003.

8.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

9.A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201, de relatoria da Juíza Federal Kyu Soon Lee, julgado em 17/10/2014, do qual extraio alguns trechos das razões de decidir que considero elucidativos e aplicáveis ao caso ora em comento:

"9. No tocante ao agente nocivo ruído, caracteriza-se como agente agressivo à saúde a exposição a locais de trabalho com ruídos acima de 80 decibéis, para as atividades exercidas até 05/03/97, e a partir desta data acima de 90 decibéis. Com o advento do Decreto nº 4882/2003, o limite mínimo de ruído passou a ser estabelecido em 85 decibéis. Para abraçar este entendimento, na sessão de 09.10.03, a Súmula nº 32 da TNU foi cancelada.

10. Deveras, julgando Incidente de Uniformização de Jurisprudência, o Colendo STJ decidiu que:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido. (Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)." (grifei).

10.No caso dos autos, colhe-se do acórdão proferido pela Turma Recursal de origem o seguinte elemento técnico-fático relativo ao agente ruído:

" [...] Insurge-se o INSS acerca dos períodos laborados na empresa Joalina Transportes Ltda (29.04.1995 a 30.07.1997 e 18.11.2003 a 05.04.2011), alegando que os laudos colacionados são totalmente desprovidos de legitimidade, vez que a) é impossível que uma empresa, ao longo de 30 anos, não tenha alterado absolutamente nada em relação à dosimetria de ruídos de seus equipamentos; e b) a emissão de ruídos de motores de veículos variáveis e em função de velocidade, carga e veículo utilizado, sendo provavelmente definida no LTCAT e PPP a emissão em momentos de maior velocidade e carga, não devendo ser encarada como permanente, mas apenas eventual ou intermitente.

[...]

Observo que os laudos apresentados (anexos 44/45) que atestam a exposição ao agente nocivo ruído nível médio de 88,7 dB, informa equipamento utilizado na monitoração e situações em que houve a análise da intensidade do ruído.

A alegação de não existir alteração no nível de ruído durante todos os períodos impugnados não infirma as conclusões do laudo. Isso porque o laudo foi fabricado recentemente (abril/2011) e possível presumir, com suficiente margem de segurança, que, senão melhores, as condições atuais de trabalho são idênticas às do início dos períodos impugnados, visto o progresso das condições laborais caminha no sentido de reduzir os riscos e a insalubridade do trabalho.

Quanto a insurgência da autarquia acerca da variação do nível de ruído em função do veículo, velocidade, e outras variáveis elencadas acima, que questiona com isso a permanência da exposição ao agente nocivo, não prospera a alegação do INSS de que a atividade não pode ser reconhecida como especial, por não ser exercida em caráter permanente, vez que até mesmo o expert que elaborou o laudo identificou o ruído de 88,7 dB como de intensidade média, informando inclusive diversas situações e as intensidades a que o autor estava exposto nas mesmas." (grifei).

11.Portanto, considerando que parte do período de trabalho discutido ocorreu entre 05/03/1997 e 18/11/2003, a apuração da especialidade deve observar, neste intervalo temporal, que o limite tolerável de ruído era superior a 90 dB, conforme decidido pela TNU no retrocitrado PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201.

12.Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.

13.Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."

14.Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.

15.Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto na Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

16.Restou evidenciado, portanto, o equívoco acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior.

17.Por outro lado, em que pese não ter sido enfrentada, nas ADIs acima citadas, precisamente a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.

18.No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19.A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".

20.De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.

21.Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária.

22.O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro:

"Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".

23.Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.

24.No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.

25.Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.

26.Em razão desses motivos, esta TNU entende inconstitucional a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

27.Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).

28.Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).

29.Ressalto que tal declaração de inconstitucionalidade já se operou em julgamento ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.

30.Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se parcial provimento ao recurso do INSS, para: (i) considerar comum o período de 06/03/1997 a 30/07/1997; (ii) determinar o retorno dos autos à TR de origem para reapreciação das provas, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de fato (recálculo do tempo para a aposentadoria), conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU; e (iii) determinar a aplicação das disposições constantes do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação conferida pela Lei 11.960/2009, no concernente aos juros de mora.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER do incidente de uniformização, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0014979-68.2007.4.03.6315
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MARCELO BASSI
OAB:SP-204334
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. MOTORISTA. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte autora contra o acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que confirmou por seus próprios fundamentos a sentença de parcial procedência na qual não foi reconhecida a atividade especial nos períodos de 02/01/79 a 14/10/80, de 02/02/81 a 02/05/84, de 01/08/84 a 31/08/84 e de 01/10/87 a 14/05/90 (Indústria Mineradora Patracal Ltda.); de 18/05/90 a 07/06/93 (Transcil Transportadora de Cimento Ltda.); de 01/09/95 a 23/12/96 (Transportes Sidel Ltda.); e de 18/11/03 a 16/10/06 (Transsucesso Transportes Ltda.).

2.No incidente de uniformização, argumenta a parte autora que o entendimento no qual está embasado o acórdão vai de encontro à jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização (TNU) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

3.Traz como paradigmas a Súmula n.º 32 da TNU e precedentes do Superior Tribunal de Justiça, dos quais se extrai que não é exigível a comprovação da exposição a agentes nocivos para períodos de atividade anteriores à Lei n.º 9.032/95.

4.Os paradigmas indicados não se mostram válidos para o conhecimento do incidente.

5.Verifica-se que a sentença - confirmada pelo acórdão - entendeu não ser possível computar o tempo especial nos intervalos antes referidos por considerar, ou que não ficou comprovado que o autor era motorista de veículo pesado (conforme o Decreto 53.831/64), ou que não foram apresentados documentos regulares e aptos a comprovar a efetiva exposição a agentes nocivos acima dos limites de tolerância.

A seguir, destaco trechos da decisão:

"Nos períodos trabalhados na empresa Indústria Mineradora Pratacal Ltda., os formulários preenchidos pelo empregador, datados de 18/03/2004, informam que a parte autora desempenhou a função de "motorista", onde esteve exposta, de foram habitual e permanente aos agentes: calor, frio, trepidação, ruído, poeira, riscos inerentes á função. Estes documentos não se encontram devidamente preenchidos, considerando que não mencionam a capacidade de carga do veículo utilizado e a identificação e qualificação do responsável pela empresa que assinou o documento.

Instada a regularizar a documentação deficiente a parte autora juntou aos autos virtuais PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, datado de 25/11/2008, que informa que a parte autora desempenhou a função de "motorista", no setor "Transporte", onde esteve exposta de forma habitual e permanente ao agente ruído em frequencia variável entre 92 e 94dB(A).

Juntou, ainda, Laudo Técnico, datado de 06/01/1995, elaborado por médico do trabalho, que descreve os setores da empresa, e informa que no setor "Fornos", no desempenho da função de "motorista", havia exposição ao agente ruído em frequencia variável entre 92 e 94dB(A).

O formulário de informação é documento essencial para a análise do pedido, considerando que neste documento, cujo preenchimento se reveste das formalidades legais é que são descritas as atividades desempenhadas, as condições ambientais às quais a parte autora esteve exposta quando da prestação de serviço e a habitualidade e permanência de exposição.

Vale lembrar ainda que o preenchimento irregular ou a ausência de preenchimento de determinados campos dos formulários inviabiliza o reconhecimento de atividade exercida sob condições especiais.

Quando a legislação exige, também, a apresentação de Laudo Técnico, o referido documento deve revestir-se das formalidades legais, assim como o formulário de informação preenchido pelo empregador.

No presente caso os primeiros formulários emitidos pela empresa empregadora não se encontram devidamente preenchidos consoante já salientado acima.

O novo documento emitido pela empresa empregadora embora tenha sanado as irregularidades do documento anterior quanto à identificação e qualificação do responsável pela empresa pela emissão do documento, nada menciona acercada capacidade de carga do veículo utilizado.

A função elencada como especial sob o código 2.4.4 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64 disciplina as atividades de Transporte Rodoviário (Motorneiro e condutores de bonde, motoristas e cobradores de ônibus, motoristas e ajudante de caminhão) e sob o código 2.4.2 do anexo ao Decreto 83.080/79 disciplina as atividades de Transporte Urbano e Rodoviário (Motorista de ônibus e de caminhões de cargas). Trabalhadores que dirigem veículos de grande porte.

Não é possível, pela documentação anexada aos autos, saber qual a capacidade de carga do veículo utilizado.

Ressalte-se, também, que relativamente à exposição ao agente ruído mencionada no documento anexado aos autos em cumprimento à determinação judicial não é possível o reconhecimento do agente.

Note-se que o formulário informa que as atividades eram desenvolvidas no setor "Transporte". Outrossim, pela descrição das atividades observa-se que as atividades não eram exercidas internamente.

O Laudo Técnico anexado aos autos não possui o setor descrito no formulário. Embora traga informação da atividade de motorista no setor "Fornos", verifica-se que as atividades desenvolvidas pela parte autora não se davam neste setor.

Assim, diante da ausência de informações quanto a capacidade de carga do veículo utilizado, bem como, da aparente contradição entre o setor onde efetivamente houve a prestação do serviço, não é possível o reconhecimento do período.

Ressalte-se que a prova testemunhal por si só não é suficiente para comprovar o efetivo exercício da atividade para fins de reconhecimento de tempo especial, consoante às disposições do art. 227 do Código Civil.

Considerando que não existem outros documentos hábeis a comprovar a prestação do serviço, não é possível o reconhecimento deste período por ausência de informações para tanto.

(...)

No período trabalhado na empresa Transcil Transportadora de Cimento Ltda. não foram juntados formulários de informação de atividade exercida sob condições especiais.

A parte autora pretende a comprovação do período por meio das informações constantes em CTPS e por meio de prova testemunhal.

O vínculo com a empresa está anotado às fls. 17 da CTPS da parte autora, na função de motorista carreteiro. Constam, ainda, às fls. 30 e 31 anotações de contribuições sindicais nos anos de 1991 a 1993.

Em seu depoimento disse que trabalhou para esta empresa como motorista, dirigindo veículo de 45 T, transportando cimento e açúcar. O carregamento era feito de forma manual pois o cimento estava ensacado.

A testemunha ouvida confirmou as alegações da parte autora já que trabalhou para uma empresa do mesmo grupo na mesma época.

Contudo, não restou demonstrado o encerramento das atividades da empresa.

O documento mencionado pelo advogado em audiência extraído do site da receita federal em 26/11/2008, às 11h 04min 30seg, anexado aos autos virtuais , traz a informação de que a empresa encontra-se "ATIVA", sendo a data desta situação cadastral em 03/11/2005. Ressalte-se, ainda, que constam documentos em nome de terceiro emitidos em 09/09/2001, 05/05/2003 e 05/08/2003.

O fato da empresa não responder aos telegramas emitidos pela parte autora não significa que esteja com as atividades encerradas. A comprovação do encerramento das atividades da empresa deve ser feita mediante certidão emitida pela JUCESP ou sentença de decretação de falência. Tal prova não foi feita.

Assim, diante da ausência de documento essencial e da não comprovação do encerramento das atividades da empresa, não há como reconhecer o período.

(...)

No período trabalhado na empresa Transportes Sidel Ltda., o formulário preenchido pelo empregador, datado de 22/06/2007, informa que a parte autora desempenhou a função de "motorista carreteiro", no setor "Transporte", onde esteve exposta, de forma habitual e permanente, ao agente ruído em frequencia de 72 a 78dB(A). Este documento não se encontra devidamente preenchido, considerando que não menciona a capacidade de carga do veículo utilizado.

Consoante já salientado anteriormente, o formulário de informação é documento essencial para a análise do pedido, considerando que neste documento, cujo preenchimento se reveste das formalidades legais é que são descritas as atividades desempenhadas, as condições ambientais às quais a parte autora esteve exposta quando da prestação de serviço e a habitualidade e permanência de exposição.

Não é possível, pela documentação anexada aos autos, saber qual a capacidade de carga do veículo utilizado.

Ressalte-se, também, que relativamente à exposição ao agente ruído mencionada encontra-se dentro dos limites permitidos pela legislação.

Assim, diante da ausência de informações quanto a capacidade de carga do veículo utilizado, não é possível o reconhecimento do período.

Ressalte-se que a prova testemunhal por si só não é suficiente para comprovar o efetivo exercício da atividade para fins de reconhecimento de tempo especial, consoante às disposições do art. 227 do Código Civil.

Considerando que não existem outros documentos hábeis a comprovar a prestação do serviço, não é possível o reconhecimento deste período por ausência de informações para tanto.

No período trabalhado na empresa Transsucesso Transportes Ltda., o formulário preenchido pelo empregador, datado de 11/10/2008, informa que a parte autora desempenhou a função de "motorista carreteiro", no setor "Transporte", onde esteve exposta, de forma habitual e permanente, ao agente ruído em frequencia de 87,70dB(A). Este documento não se encontra devidamente preenchido, considerando que não menciona a capacidade de carga do veículo utilizado.

Não é possível, pela documentação anexada aos autos, saber qual a capacidade de carga do veículo utilizado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Outrossim, o reconhecimento de tempo especial com base na função desempenhada ou no agente nocivo presente no ambiente de trabalho sem a apresentação de Laudo Técnico, somente é permitido até 05/03/1997, quando a legislação somente passa a permitir o reconhecimento de tempo especial levando em conta o agente nocivo presente no ambiente de trabalho mediante a apresentação de Laudo Técnico.
Não foi anexado aos autos Laudo Técnico.
Diante da ausência de documento essencial, não é possível o reconhecimento do período." - grifei
6.A súmula n.º 32 da TNU, indicada como paradigma para justificar o reconhecimento dos períodos em razão do contato com ruído, foi cancelada em 09/10/13. Assim, não é possível conhecer do incidente com base nessa Súmula.
7.O precedente do STJ, que trata do enquadramento por categoria profissional na atividade de motorista, podendo ser comprovada a atividade especial por qualquer meio de prova, sendo exigidos laudos e formulários somente a contar da Lei 9.032/95, não contrasta com a decisão recorrida. A solicitação de documentação a ser aferida, notadamente quanto ao porte do veículo conduzido, pretendia verificar a possibilidade de reconhecimento do período por enquadramento em categoria profissional. Na ausência de documentos hábeis à aferição do caráter da atividade exercida, resta obstado o enquadramento profissional para fins de reconhecimento de tempo desempenhado em condições especiais de labor. E, o revolvimento desta questão importa reexame do contexto fático-probatório, transbordando o âmbito de atribuição deste colegiado, nos termos da Súmula n.º 42 da TNU.
8.Ante o exposto, considerando que não foi demonstrado o dissídio jurisprudencial e que não se admite incidente que implique reexame do conjunto fático-probatório, deixo de conhecer do incidente de uniformização.
9.O voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000540-30.2014.4.04.7111
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CLAUDIONIR GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:LUIZ EDUARDO MAZULLO CERNICCHIARO
OAB:RS-77882
PROC./ADV.:ROBSTER DE ARAÚJO VASCONCELOS
OAB:RS-87 606
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5055309-55.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PEDRO LUIZ VIEIRA
PROC./ADV.:LUÍZA AMARAL DULLIUS
OAB:RS-89 721
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001681-39.2013.4.04.7105
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARLI GRIEBLER
PROC./ADV.:RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES
OAB:RS-53422
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

EXEMPLAR DE ASSINANTE - PROIBIDA A IMPRESSÃO POR TERCEIROS

11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5007134-91.2013.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JORGINA FAGUNDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:PALOMA MOTA UMANN
OAB:RS-67 537
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001034-23.2013.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DELACIR FERREIRA PRESTES
PROC./ADV.:MELISSA MUELLER
OAB:SC-18 377
PROC./ADV.:CRISTINA CESAR LEITHOLDT
OAB:SC-13610
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004702-09.2012.4.04.7121
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IZAIAS MARTINS
PROC./ADV.:JONHSON HIPPEN
OAB:RS-61533
PROC./ADV.:ANA PAULA PASSOS
OAB:RS-62731
PROC./ADV.:NATHIELEN RAMIRES
OAB:RS-85275
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003110-32.2013.4.04.7108
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IRENE BACKES
PROC./ADV.:JEFFERSON PICOLI
OAB:RS-50336
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003776-33.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LAURA HOELTGEBAUM
PROC./ADV.:JORGE BUSS
OAB:SC-25183
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que pleiteia questão não apreciada em juízo, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual. Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
4.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
5.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006938-91.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CLEUSA DOS SANTOS DELFIM
PROC./ADV.:ALINE BERNARDELLI
OAB:RS-46173
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000099-45.2011.4.04.7114
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:LOTARIO GASTÃO SCHERER
PROC./ADV.:EDELGARD TOLEDO LUERSEN
OAB:RS-44548
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA PROPOSTO PELA PARTE AUTORA. INADMISSIBILIDADE. ALEGADA DIVERGÊNCIA COM DECISÃO DA TNU. NECESSIDADE DE JUNTADA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PARADIGMA COM INDICAÇÃO DA FONTE. ARTIGO DE INTERNET. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. INCIDENTE PROPOSTO PELO INSS. RECEBIMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1.Ambas as partes apresentam pedido de uniformização da jurisprudência em relação ao acórdão que acolheu parcialmente a pretensão inicial da parte autora, declarando a inexistência do débito com o INSS, em razão de revisão do benefício efetuado na via administrativa, por ter sido constatada fraude na sua concessão. A não devolução restou assentada em virtude da ausência de comprovação da má-fé.
2.A parte autora sustenta divergência jurisprudencial, pugnando pela procedência do pedido, ao fundamento de ter sido indevida a revisão efetuada pela Autarquia, que culminou na diminuição do valor da prestação, vez que teria juntado aos autos os comprovantes dos recolhimentos das contribuições.
3.Alega o INSS, por sua vez, que a não devolução dos valores pagos pelo ente público, a título de antecipação de tutela, estabelecida pela decisão recorrida, diverge frontalmente da jurisprudência dominante do STJ, última instância para apreciar o tema.
4.Os incidentes não devem ser conhecidos.
5.Quanto ao incidente da parte autora, o mero inconformismo com o acórdão da Turma Recursal de origem não se presta à admissão do pedido de uniformização, eis que não é possível a rediscussão de matéria fática, análise que cabe ao juízo sentenciante e às Turmas Recursais.
6.Para conhecimento do incidente deve ser demonstrada a divergência jurisprudencial com a indicação de acórdão paradigma de Turma Recursal, da TNU ou do STJ.
7.A parte requerente não indicou em seu recurso a divergência jurisprudencial. Sequer transcreveu a ementa do julgado paradigma. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência com acórdão da TNU/STJ, incumbe à parte requerente o ônus de demonstrar a divergência, através do cotejo do acórdão recorrido com o acórdão paradigma.
8.Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. A parte requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
9.A petição de uniformização, quando aparentemente ingressaria na demonstração da divergência, limitou-se a transcrever, na íntegra, artigo publicado em site da internet (fls. 4 a 7 do PU) . É notório que artigo de internet, ainda mais quando sem identificação de fonte, não se presta para comprovar divergência jurisprudencial.
10.Assim, o incidente da parte autora não pode ser conhecido.
11.Na mesma esteira, o incidente proposto pelo INSS também não merece conhecimento.
12.Esta Turma Nacional tem reconhecido o caráter alimentar da prestação e a boa-fé do segurado quando a percepção a maior do benefício é decorrente de erro da própria Administração.
13.Nesse sentido: PEDILEF 50094896020114047204, Juiz Federal João Batista Lazzari, DOU 23/05/2014; PEDILEF 50016095920124047211, Rel. Paulo André Espírito Santo, DOU 21/01/2014; PEDILEF 200481100262066, Rel. José Antonio Savaris, DOU 25/11/2011; e PEDILEF 00793098720054036301, Rel. Janilson Bezerra de Siqueira, DOU 25/05/2012. Veja-se que não se tratou em tais casos da devolução de valores concedidos por força de tutela antecipada, mas sim do caráter alimentar da parcela recebida e da boa-fé do segurado na percepção de renda mensal a maior, calculada equivocadamente pelo INSS.
14.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência desta Turma em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 da Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
15.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos pedidos de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DOS INCIDENTES, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004778-93.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):TERESINHA ANTÔNIA MRAS
PROC./ADV.:RODRIGO DA VEIGA LIMA
OAB:RS-77 503
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5026134-16.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ZANETE DOS SANTOS SOUZA
PROC./ADV.:ANDRÉA DE LIMA MAISNER
OAB:RS-83321
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. JUROS DE MORA. LEI 11.960/2009. CONHECIDO PARCIALMENTE E PROVIDO EM PARTE.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Sustenta ainda divergência em relação aos juros de mora aplicados pela Turma Recursal de origem. Alega que foram fixados juros de 1% ao mês, afastando a aplicação da Lei 11.960/2009. Traz como paradigma o decidido pelo STJ no REsp 1.270.439/PR.
8.Conheço da divergência, neste ponto.
9.Assiste razão ao recorrente. Em relação aos juros de mora o STF não declarou a inconstitucionalidade da aplicação dos juros da caderneta de poupança, na redação dada pela Lei 11.960/2009. Nesse sentido também se encontra a jurisprudência desta TNU, tal como o decidido no PEDILEF 0001784-10.2010.4.01.3100, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, de 11/03/2015:
(…)
Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao presente pedido de uniformização, para reformar o acórdão recorrido quanto aos consectários legais aplicados, reiterando a premissa jurídica uniformizada por esta Turma Nacional de que, no concernente aos juros de mora, aplicam-se de forma imediata as disposições constantes do Art. 1o.-F da Lei 9.494/97, com a redação conferida pela Lei 11.960/2009 e, no que pertine à atualização monetária e demais verbas aplica-se o Manual de Cálculos do CJF. Restam mantidos os ônus sucumbenciais fixados pela Turma Recursal de origem. Desnecessidade de adequação do acórdão. Retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação.
10.Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do pedido de uniformização e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para que os juros de mora sejam aplicados nos termos da Lei 11.960/2009.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER PARCIALMENTE DO INCIDENTE E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005246-23.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CLEUSA MARIA PAIVA NEVES
PROC./ADV.:ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA
OAB:RS-17853
PROC./ADV.:ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA
OAB:RS-72646
PROC./ADV.:FERNANDA ALMEIDA VALIATTI
OAB:RS-62876
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000608-47.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VERA LUCIA FREITAS DOS SANTOS
PROC./ADV.:TÚLIO POERSCHKE
OAB:RS-81 770
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006733-10.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LOURDES TERESINHA AVILA DA SILVA PEREIRA
PROC./ADV.:NATÁLIA VANNI
OAB:RS-77 116
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003027-95.2013.4.04.7114
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ALTAIR DE AZEVEDO CEZAR
PROC./ADV.:KELLI ANNE KREMER
OAB:RS-58699
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000683-62.2013.4.04.7108
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ROSA JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.:EVANDRO BICKEL
OAB:RS-74652
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0002897-66.2011.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARLENE BATISTA DE PAULA FRANCISCO
PROC./ADV.:MARIA CLAUDIA LOPES MILANI
OAB:SP-286255
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000891-31.2013.4.04.7113
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):WILSON RAMOS DE CARVALHO
PROC./ADV.:LUIZ GUSTAVO BITTENCOURT MARINONI
OAB:RS-86808
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005042-40.2013.4.04.7113
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):TEREZINHA FRANÇA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:TICIANE BIOLCHI
OAB:RS-60912
PROC./ADV.:RIMICHEL TONINI
OAB:RS-81 362
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0005253-75.2013.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:VIRGILIO S NETO
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB:SP-312716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COM BASE NOS NOVOS VALORES MÁXIMOS CONTRIBUTIVOS ESTIPULADOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DE ORDEM Nº 12. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
2.O presente incidente de uniformização de jurisprudência tem por objeto divergência entre julgado da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo e da Turma Recursal de Santa Catarina a respeito do reajustamento de benefício previdenciário com equivalência aos aumentos concedidos ao teto do salário de contribuição pelas Emendas Constitucionais nº. 20/98 e 41/03.
3.A sentença julgou improcedente o pedido. A Turma Recursal de São Paulo negou provimento ao recurso, mantendo a sentença. Foi, então, interposto o presente incidente de uniformização de jurisprudência, com indicação do acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina, onde restou consignado que o disposto no art. 14 da EC nº. 20/98 alcança também os benefícios que já haviam sido concedidos e que ficaram limitados ao teto que vigorava até então.
4.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
5.O ponto de divergência cinge-se à possibilidade de reajustamento de benefício previdenciário com base nos novos valores máximos contributivos estipulados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03. A Turma Recursal de São Paulo, no acórdão ora atacado, considerou que não há qualquer base constitucional para o reajuste do benefício nos moldes pretendidos, em entendimento diametralmente oposto ao contido no julgado da Turma Recursal Catarinense, que admitiu a recomposição do valor com base no novo limite nos casos em que a fixação dos proventos resultou em montante inferior à média atualizada dos salários de contribuição.
6.Constata-se, no entanto, que o entendimento adotado no acórdão colacionado como paradigma já foi superado, tendo a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina editado a Súmula nº. 5, in verbis :Não há direito ao reajustamento dos benefícios previdenciários com base nas portarias MPAS nº. 4.883/98 e MPS nº. 12/2004, que trataram do escalonamento das alíquotas incidentes sobre os novos valores máximos contributivos estipulados pelas EC nºs 20/98 e 41/22003 (Precedentes: 2004.72.50.0003810-7, 2004.72.50.00.4159-3 e 2004.72.51.002008-2).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7.A hipótese em exame atrai a aplicação da questão de ordem nº 12 aprovada por esta Turma Nacional de Uniformização: Quando o acórdão indicado como paradigma já foi vencido na Turma de origem, por súmula, não serve para demonstração de divergência.
8. Diante desse contexto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0004194-73.2013.4.03.6303
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA FADA CASONATO ZAZINOTO
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB:SP-312716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COM BASE NOS NOVOS VALORES MÁXIMOS CONTRIBUTIVOS ESTIPULADOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DE ORDEM Nº 12. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
2.O presente incidente de uniformização de jurisprudência tem por objeto divergência entre julgado da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo e da Turma Recursal de Santa Catarina a respeito do reajustamento de benefício previdenciário com equivalência aos aumentos concedidos ao teto do salário de contribuição pelas Emendas Constitucionais nº. 20/98 e 41/03.
3.A sentença julgou improcedente o pedido. A Turma Recursal de São Paulo negou provimento ao recurso, mantendo a sentença. Foi, então, interposto o presente incidente de uniformização de jurisprudência, com indicação do acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina, onde restou consignado que o disposto no art. 14 da EC nº. 20/98 alcança também os benefícios que já haviam sido concedidos e que ficaram limitados ao teto que vigorava até então.
4.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
5.O ponto de divergência cinge-se à possibilidade de reajustamento de benefício previdenciário com base nos novos valores máximos contributivos estipulados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03. A Turma Recursal de São Paulo, no acórdão ora atacado, considerou que não há qualquer base constitucional para o reajuste do benefício nos moldes pretendidos, em entendimento diametralmente oposto ao contido no julgado da Turma Recursal Catarinense, que admitiu a recomposição do valor com base no novo limite nos casos em que a fixação dos proventos resultou em montante inferior à média atualizada dos salários de contribuição.
6.Constata-se, no entanto, que o entendimento adotado no acórdão colacionado como paradigma já foi superado, tendo a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina editado a Súmula nº. 5, in verbis :Não há direito ao reajustamento dos benefícios previdenciários com base nas portarias MPAS nº. 4.883/98 e MPS nº. 12/2004, que trataram do escalonamento das alíquotas incidentes sobre os novos valores máximos contributivos estipulados pelas EC nºs 20/98 e 41/22003 (Precedentes: 2004.72.50.0003810-7, 2004.72.50.00.4159-3 e 2004.72.51.002008-2).
7.A hipótese em exame atrai a aplicação da questão de ordem nº 12 aprovada por esta Turma Nacional de Uniformização: Quando o acórdão indicado como paradigma já foi vencido na Turma de origem, por súmula, não serve para demonstração de divergência.
8. Diante desse contexto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0004140-65.2013.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:FRANCISCO CANTARERO FILHO
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB:SP-312716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COM BASE NOS NOVOS VALORES MÁXIMOS CONTRIBUTIVOS ESTIPULADOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DE ORDEM Nº 12. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
2.O presente incidente de uniformização de jurisprudência tem por objeto divergência entre julgado da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo e da Turma Recursal de Santa Catarina a respeito do reajustamento de benefício previdenciário com equivalência aos aumentos concedidos ao teto do salário de contribuição pelas Emendas Constitucionais nº. 20/98 e 41/03.
3.A sentença julgou improcedente o pedido. A Turma Recursal de São Paulo negou provimento ao recurso, mantendo a sentença. Foi, então, interposto o presente incidente de uniformização de jurisprudência, com indicação do acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina, onde restou consignado que o disposto no art. 14 da EC nº. 20/98 alcança também os benefícios que já haviam sido concedidos e que ficaram limitados ao teto que vigorava até então.
4.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
5.O ponto de divergência cinge-se à possibilidade de reajustamento de benefício previdenciário com base nos novos valores máximos contributivos estipulados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03. A Turma Recursal de São Paulo, no acórdão ora atacado, considerou que não há qualquer base constitucional para o reajuste do benefício nos moldes pretendidos, em entendimento diametralmente oposto ao contido no julgado da Turma Recursal Catarinense, que admitiu a recomposição do valor com base no novo limite nos casos em que a fixação dos proventos resultou em montante inferior à média atualizada dos salários de contribuição.
6.Constata-se, no entanto, que o entendimento adotado no acórdão colacionado como paradigma já foi superado, tendo a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina editado a Súmula nº. 5, in verbis :Não há direito ao reajustamento dos benefícios previdenciários com base nas portarias MPAS nº. 4.883/98 e MPS nº. 12/2004, que trataram do escalonamento das alíquotas incidentes sobre os novos valores máximos contributivos estipulados pelas EC nºs 20/98 e 41/22003 (Precedentes: 2004.72.50.0003810-7, 2004.72.50.00.4159-3 e 2004.72.51.002008-2).
7.A hipótese em exame atrai a aplicação da questão de ordem nº 12 aprovada por esta Turma Nacional de Uniformização: Quando o acórdão indicado como paradigma já foi vencido na Turma de origem, por súmula, não serve para demonstração de divergência.
8. Diante desse contexto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000149-76.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ADOLFO TEODOR TIEFEL
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 29, §5º DA LEI 8.213/91. RE nº 583834. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
2.O presente incidente de uniformização de jurisprudência tem por objeto divergência entre julgado da Turma Recursal do Juizado Especial Federal Do Rio Grande do Sul e da Turma Recursal de Goiás, bem como desta TNU, acerca da aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 no caso de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
3.Na sentença se extinguiu o processo sem análise do mérito argumentando que:
"Os Tribunais Pátrios são unânimes em afirmar que o salário-de-contribuição de fevereiro de 1994 e os anteriores (se houver) devem ser corrigidos pelo IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) em respeito aos ditames do artigo art. 201, § 3°, da Constituição de 1988, e, também, em respeito ao art. 21, caput e § 1.°, da Lei n.° 8.880/94. Todavia, no caso concreto, a competência fevereiro/94 não integrou o período básico de cálculo (PBC) da aposentadoria da parte autora, eis que a DIB do auxílio-doença é anterior a tal competência. Desta forma, falta ao autor interesse de agir. Essa informação está comprovada pela documentação anexada no evento 2 de 17/04/2009, na qual constam os dados básicos do benefício com DIB em 02/11/1988".
4.A Turma Recursal do Rio Grande do Sul confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. Foi, então, interposto o presente incidente de uniformização de jurisprudência, com indicação do acórdão proferido pela Turma Recursal de Goiás e desta TNU. Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
5.O ponto de divergência cinge-se à possibilidade de considerar como salários-de-contribuição para cálculo da aposentadoria por invalidez os valores percebidos a título de auxílio-doença. No entanto, os acórdãos paradigmas levaram em conta o entendimento já superado que interpretava o artigo 29, parágrafo 5º da Lei 8.213/91 de forma diversa do entendimento posteriormente introduzido pelo STF.
6.Cumpre esclarecer que, nos termos do art. 55, II da Lei 8.213/91, somente se admite a contagem do tempo de gozo de benefício por incapacidade quando intercalado com período de atividade e, portanto, contributivo.
7.Nesse sentido, destaca-se o pronunciamento do Plenário do Supremo no julgamento de mérito da repercussão geral reconhecida no RE nº 583834, Relator Ministro Ayres Britto, a elucidar o debate do tema, verbis:
CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento.
8.No caso concreto a aposentadoria por invalidez NB 131.059.304-4 com DIB em 02/06/2002 foi precedida de auxílio-doença NB 084.544.185-0 com DIB em 02/11/1988.
9.Com efeito, se o INSS, ao conceder a aposentadoria, fê-lo mediante transformação do auxílio-doença, não efetuou a operação segundo a qual se apuraria a média aritmética dos últimos 36 (trinta e seis) salários-de-contribuição, devidamente atualizados, sendo incabível a incidência do reajuste de 39,67% aos salários-de-contribuição.
10.Portanto, ainda que comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria tendo em vista que a decisão da Turma Recursal de origem estava em confronto com o julgado de Turma Recursal de distinta região e da TNU, verifica-se que houve a superação da Jurisprudência apresentada pelo pronunciamento do STF no RE nº 583834.
11.Diante do exposto, conheço do Incidente formulado pela parte Autora, e nego-lhe provimento.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra e NEGAR PROVIMENTO ao mesmo.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5051805-41.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:PEDRINHO MARIA DE AZEVEDO
PROC./ADV.:EDUARDO ENGERS REBOLHO
OAB:RS-70516
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. CÁLCULO DA RMI COM INCLUSÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO NO REGIME ANTERIOR À LEI 8.870/94. PARADIGMA QUE TRATA DE DIREITO TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONHECIMENTO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de improcedência proferida no primeiro grau para julgar improcedente pedido de revisão da renda mensal inicial, por entender indevida a inclusão da gratificação natalina nos salários-de-contribuição ou no período base de cálculo de benefícios previdenciários, mesmo no regime anterior ao advento da Lei nº 8.870/94.
2.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
3.O PU traz como paradigma acórdão do STJ, cuja ementa abaixo se reproduz:
"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO EM SEPARADO.
1. Segundo entendimento do STJ, era indevido, no período de vigência da Lei 8.212/91, o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro. Todavia, a Lei n.º 8.620/93 estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado, que, portanto, passou a ser legítima a partir da sua vigência.
2. Embargos de divergência a que se nega provimento.
(EREsp 442.781/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 278).
4.Acontece que no caso concreto não há sequer a possibilidade do cotejo entre o acórdão vergastado e o paradigma, pois, como se viu, o acórdão do STJ trata sobre a questão pela ótica tributária, considerando devido o cálculo em separado das contribuições previdenciárias sobre as parcelas de décimo-terceiro salário, enquanto o pedido é de inclusão dos salários de contribuição respectivos para fins de revisão da renda mensal inicial de benefício previdenciário.
5.Diante desse contexto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0512220-11.2009.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA JOSE VALE SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. PRESCRIÇÃO AFASTADA PELA TURMA DE ORIGEM COM BASE EM POSTERIOR RECONHECIMENTO DO DIREITO POR LEI. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PARADIGMAS DA TNU E STJ QUE TRATAM DE DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER O ATO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA MP 1.523 DE 28 DE JUNHO DE 1997. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco que reformou a sentença e afastou a prescrição qüinqüenal considerando que "a própria Administração reconheceu devida a revisão dos benefícios concedidos com data posterior a fevereiro de 1994, por meio da Medida Provisória 201, de 23/7/2004. Esta deve ser a data inicial para a recontagem do prazo prescricional. Em maio de 2009, quando do ajuizamento deste feito, as diferenças reconhecidas pelo INSS (anexo 5) não estavam prescritas".
2.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência da TNU, em especial com a súmula nº 64, segundo a qual: "O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos". Diz, ainda que esta TNU proferiu acórdão no qual espanca qualquer dúvida sobre a decadência da revisão da renda mensal inicial com fulcro no IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%), no PEDILEF 00619594520074013400, que teve como relator o Juiz Federal Janilson Bezerra De Siqueira, a saber:"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994 (39,67%). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO DISTRITO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DECADÊNCIA DO DIREITO À REVISÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO EM DATA ANTERIOR À 28 DE JUNHO DE 1997. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A PRETENSÃO EM FACE DA DECADÊNCIA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. - Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n.º 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010), tem cabimento o incidente de uniformização. - É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, confirmando sentença de parcial procedência, divergiria da jurisprudência dominante da TNU, no sentido de também incidir a decadência do direito de revisar os benefícios previdenciários concedidos em data anterior a 28 de junho de 1997. - A TNU já firmou entendimento de que a decadência do direito de revisar o ato de concessão de benefício previdenciário concedido com data de início anterior a 28 de junho de 1997, quando publicada a Medida Provisória n.º 1.523-9 (Lei n.º 9.528/97), ocorre dez anos contados do da vigência da referida MP, no caso, 1.º de agosto de 2007 (TNU - PEDILEF n.º 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010; PEDILEF n.º 200670500070639, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 24 jun. 2010). No caso, a ação foi proposta em 18 de outubro de 2007, quando já havia se consumado o prazo decadencial para a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário. - Incidente conhecido e provido para, reafirmando a tese de que o ato de revisar os benefícios previdenciários concedidos em data anterior a 28 de junho de 1997 também está sujeito a prazo decadencial, consumado em 1.º de agosto de 2007, reformar a sentença e o acórdão objurgado, extinguindo o processo, com resolução de mérito, ante a ocorrência da decadência, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC. (PEDIDO 00619594520074013400, JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 06/09/2012.) (DESTAQUES DO RECORRENTE).
3.O pedido de uniformização não foi admitido, tendo a parte autora apresentado agravo para que os autos fossem enviados à esta TNU - Turma Nacional de Uniformização.
4.O acórdão recorrido entendeu inaplicável o instituto da prescrição, tendo em vista que houve o reconhecimento do direito à revisão pela Medida Provisória 201 de 23/07/2004, sendo que esta deve ser a data inicial da contagem do prazo prescricional, enquanto os paradigmas da TNU tratam da incidência do instituto da decadência às revisões dos benefícios previdenciários concedidos em data anterior a 28 de junho de 1997.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ, entendo que os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, da mesma forma que a jurisprudência da TNU apontada no incidente de uniformização, os acórdãos proferidos pelo STJ versam sobre a incidência da decadência aos benefícios concedidos antes da MP 1.523 de 28 de junho de 1997. No caso, discute-se a incidência da prescrição a contar da Medida Provisória que reconheceu o direito à revisão.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:2010.38.11.700528-7
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:JOSÉ MACHADO
PROC./ADV.:LILIANE VIANA COSTA
OAB:MG-83385
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DEFERIDO ANTES DA MP 1.523/1997. DECADÊNCIA. PARADIGMAS DA TNU E STJ CONTEMPORÂNEOS À PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO. POSTERIOR JULGAMENTO DO RE 626.489/SE, PELO STF, COM REPERCUSSÃO GERAL. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão oriundo da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais que reconheceu a decadência do direito de revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.
2.Suscita a parte recorrente a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência da TNU e do STJ, que firmaram o entendimento de que o prazo decadencial previsto no caput do artigo 103 da Lei de Benefícios, introduzido pela Medida Provisória nº 1.523-9, de 27.06.1997, convertida na Lei nº9.528/1997, por se tratar de instituto de direito material, surtiria efeitos apenas sobre as relações jurídicas constituídas a partir de sua entrada em vigor.
3.Os paradigmas apresentados são contemporâneos à prolação do acórdão recorrido e demonstram o entendimento dominante à época.
4.Entendo que o pedido de uniformização interposto pela parte autora obedece ao comando do art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/01, uma vez que o acórdão recorrido, quando proferido, em 17/10/2013, realmente contrariava a jurisprudência dominante nesta TNU e no STJ.
5.Entretanto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 626.489/SE, com repercussão geral reconhecida, consagrou o entendimento de que:
EMENTA: RECURSO EXTRAODINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido.
(RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014).
6.No caso concreto, a DIB do benefício foi 01/06/1994 e o ajuizamento da ação ocorreu apenas em 12/03/2010, após 01/08/2007.
7.Diante desse contexto, CONHEÇO do pedido de uniformização, mas NEGO-LHE PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003208-80.2014.4.04.7108
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOCENARA CASTANHA DA SILVA DE MELO
PROC./ADV.:LUÍZA AMARAL DULLIUS
OAB:RS-89 721
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5010845-47.2012.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VANDERLEI DUARTE MARTINS
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:RODRIGO FIGUEIREDO
OAB:SC-24692
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5010883-59.2012.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CLEUSA REGINA DOS SANTOS MOURA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:RODRIGO FIGUEIREDO
OAB:SC-24692
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011843-72.2013.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA TEREZINHA DOS SANTOS MACHADO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011383-03.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GECI TERESINHA GIRARDI LEMOS
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II, do Decreto nº 3.048/99.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004476-30.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ENIR PINTO DA SILVA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5049456-65.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOAO CARLOS DA SILVA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005423-21.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JULIO CESAR XAVIER GONZALEZ
PROC./ADV.:ÁUREA CONCEIÇÃO SCHMITT
OAB:RS-17622
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003921-13.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LOA MORAES TEIXEIRA
PROC./ADV.:ELSA FERNANDA REIMBRECHT GARCIA
OAB:PR-57392
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000171-25.2013.4.04.7126
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VALDEREN DA SILVA CUNHA
PROC./ADV.:MAURÍCIO WORTMANN MARQUES
OAB:RS-58951
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002101-90.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GLADIS VANI LOURENÇO PINTO
PROC./ADV.:EDUARDO KRATZ PAULETTO
OAB:RS-57148
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000077-58.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NEUSA KUHN
PROC./ADV.:CESAR AUGUSTO BEDIN
OAB:AGU
PROC./ADV.:RODRIGO D. CAMARGO
OAB:RS-56462
PROC./ADV.:CARLOS A. GIOVANELI PEREIRA JR.
OAB:RS-60532
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5001250-81.2013.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FLÁVIO REUS DOS SANTOS VIEIRA
PROC./ADV.:DÉBORA JOANDRIA DORNELLES
OAB:RS-46063
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.

2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.

3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.

4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.

5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.

6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.

8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.

9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).

10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.

Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002124-87.2013.4.04.7105
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JEFERSON JUNIOR BARROS HUBNER
PROC./ADV.:LUIZ GUSTAVO BITTENCOURT MARINONI
OAB:RS-86808
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.

2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.

3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.

4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.

5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.

6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.

8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.

9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).

10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.

Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5026841-81.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA RUDNICKI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:TALVANI POERSCHKE
OAB:RS-075936
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.

2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.

3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.

4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.

5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.

6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.

8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.

9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).

10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.

Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0017457-86.2010.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOSE PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.:EDSON MACHADO FILGUEIRAS JUNIOR
OAB:SP-198158
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMA DA TURMA NACIONAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
2.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foram encaminhados os autos à distribuição par análise.
3.O incidente não deve ser conhecido.
4.No caso, trata-se de pedido de revisão de aposentadoria por idade, aduzindo a parte recorrente que como foi reconhecido que a obrigação pelos recolhimentos previdenciários seria da empresa, não haveria razão para a sentença fixar a data do pagamento dos valores em atraso desde a citação, devendo fixá-la na data da entrada do requerimento do benefício.
5.De fato, tanto o juízo de primeiro grau, quanto a Turma Recursal de origem, julgaram parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, fixando o termo inicial do pagamento das parcelas em atraso a partir da citação.
6.O Pedido de Uniformização traz como paradigmas julgados que tratam de situação totalmente distinta da enfrentada nos autos.
7.Inicialmente, esclareço que o julgado oriundo do TRF da 3ª Região não se presta a comprovar divergência, eis que se exige divergência quanto ao decidido por Turma Recursal de distinta região, da TNU ou do STJ.
8.Ademais, o paradigma do STJ, com o qual a parte recorrente pretende demonstrar a divergência, refere-se ao termo inicial da concessão de benefício por incapacidade, fixando-o a partir da citação válida. Assim, não restou comprovada a divergência. Pelo contrário, o paradigma indicado encontra-se no mesmo sentido do acórdão recorrido, ao fixar o termo inicial das diferenças a partir da citação.
9.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0005552-54.2010.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANASTACIA IRIS PEREIRA
PROC./ADV.:CARLOS RENATO G. DOMINGOS
OAB:SP-156166
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. CONHECIDO E PROVIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal de origem que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991, reconhecendo a prescrição quinquenal.
2.O acórdão recorrido acolheu, parcialmente, a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a interrupção da prescrição.
3.Suscita a parte autora a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência da TNU, no sentido de que a edição do Memorando Circular caracterizou renúncia à prescrição.
4.Verifico que a divergência restou demonstrada, porquanto trata-se de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão desta TNU em sentido oposto ao acórdão recorrido.
5.Assiste razão à parte autora. Com efeito, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
6.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência desta Turma no sentido defendido pela parte recorrente, deve ser acolhido o seu pedido de uniformização.
7.Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar parcialmente o acórdão, afastando a prescrição quinquenal.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0005471-08.2010.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:CARLOS ROBERTO DA SILVA
PROC./ADV.:CARLOS RENATO GONÇALVES DOMINGOS
OAB:SP-156166
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. CONHECIDO E PROVIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal de origem que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991, reconhecendo a prescrição quinquenal.
2.O acórdão recorrido acolheu, parcialmente, a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a interrupção da prescrição.
3.Suscita a parte autora a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência da TNU, no sentido de que a edição do Memorando Circular caracterizou renúncia à prescrição.
4.Verifico que a divergência restou demonstrada, porquanto trata-se de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão desta TNU em sentido oposto ao acórdão recorrido.
5.Assiste razão à parte autora. Com efeito, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
6.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência desta Turma no sentido defendido pela parte recorrente, deve ser acolhido o seu pedido de uniformização.
7.Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar parcialmente o acórdão, afastando a prescrição quinquenal.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0005000945-24.2013.4.04.7104
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DENISE GOMES BASSEGIO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5067128-23.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA EDI DE JESUS LEONCIO
PROC./ADV.:ANDIARA MACIEL PEREIRA
OAB:RS-65408
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam simi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

litude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003337-31.2013.4.04.7105
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTÔNIO ONOFRE DA SILVA
PROC./ADV.:THIAGO GEBERT GARCIA
OAB:RS-79 917
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004337-78.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NEUZA TEREZINHA DE BRITTO GAUTERIO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:CLEITON MACHADO
OAB:SC-28534
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5064645-83.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ROSANE TERESINHA DA SILVA
PROC./ADV.:JERONIMO BASIL ALMEIDA
OAB:RS-72728
PROC./ADV.:GENARO CORRÊA SOCCOL
OAB:RS-84752
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5040843-56.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ELENILTON DE LIMA SOUZA
PROC./ADV.:MARIA HELOISA PILGER
OAB:RS-35749
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

PROIBIDA POR TERCEIROS

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5023448-27.2013.4.04.7108
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SUELI FATIMA DE MORAES
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:CLEITON MACHADO
OAB:SC-28534
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5064199-80.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:JURACEMA LOPES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:RAFAEL MONTEIRO PAGNO
OAB:RS-57 689
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5008873-23.2013.4.04.7202
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ROVILHO PINHEIRO
PROC./ADV.:ANDERSON MACOHIN
OAB:SC-23056
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5012268-26.2013.4.04.7201
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ERONILDO CARDOSO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:BRUNO DAL-BÓ PAMPLONA
OAB:SC-30099
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003899-19.2013.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LAURO STEINBACH
PROC./ADV.:CRISTINA CESAR LEITHOLDT
OAB:SC-13610
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003585-79.2013.4.04.7207
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DAS DORES FOGAÇA TORQUATO
PROC./ADV.:LUCIANE PEREIRA FERNANDES
OAB:SC 11.446
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000828-43.2012.4.04.7112
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CLAUDEMIR DUARTE LORETO
PROC./ADV.:AIRTON JOEL RIBEIRO CARDOSO
OAB:RS 43.486
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Cir-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5043124-48.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUCIA JACARA VIEGAS REIS
PROC./ADV.:MARCOS ALEXANDRE DA SILVA
OAB:RS-63669
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004913-75.2012.4.04.7111
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUÍS CARLOS GRIEBEL
PROC./ADV.:TIBICUERA ALMEIDA
OAB:RS-44 129
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006302-73.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FATIMA ROSANGELA GOMES DA ROSA DA SILVA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):MONIQUE ROSA ROSSO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006542-80.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ELAINE DE FATIMA ACOSTA FERNANDES
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).

10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5051917-10.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IVANILDE WALLERIUS
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:CLEITON MACHADO
OAB:SC-28534
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001748-92.2013.4.04.7108
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NELSON DOS SANTOS
PROC./ADV.:JEFFERSON PICOLI
OAB:RS-50336
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003525-85.2013.4.04.7117
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARIOS MIOTTO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:CLEITON MACHADO
OAB:SC-28534
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):LORENI FRAGOSO MIOTTO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:CLEITON MACHADO
OAB:SC-28534
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004344-70.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JORGE LUIZ AVILA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002747-30.2013.4.04.7113
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GILNEI JOSE LOTI
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:CLEITON MACHADO
OAB:SC-28534
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHÜTZ
OAB:SC-15426
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001108-83.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUIZA ELENA OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:RODRIGO FIGUEIREDO
OAB:SC-24692
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam simi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

litude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002313-71.2013.4.04.7103
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FLORENCIO SOARES TEIXEIRA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006778-32.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):OLGA MORAES SARAIVA
PROC./ADV.:ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA
OAB:RS-72646
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5056718-66.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PATRÍCIA BRIGIDO TRINCA
PROC./ADV.:GLÁDIS T. S. T. TRINCA
OAB:RS-36 242
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. JUROS DE MORA. LEI 11.960/2009. CONHECIDO PARCIALMENTE E PROVIDO EM PARTE.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Sustenta ainda divergência em relação aos juros de mora aplicados pela Turma Recursal de origem. Alega que foram fixados juros de 1% ao mês, afastando a aplicação da Lei 11.960/2009. Traz como paradigma o decidido pelo STJ no REsp 1.270.439/PR.
8.Conheço da divergência, neste ponto.
9.Assiste razão ao recorrente. Em relação aos juros de mora o STF não declarou a inconstitucionalidade da aplicação dos juros da caderneta de poupança, na redação dada pela Lei 11.960/2009. Nesse sentido também se encontra a jurisprudência desta TNU, tal como o decidido no PEDILEF 0001784-10.2010.4.01.3100, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, de 11/03/2015:
(…)
Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao presente pedido de uniformização, para reformar o acórdão recorrido quanto aos consectários legais aplicados, reiterando a premissa jurídica uniformizada por esta Turma Nacional de que, no concernente aos juros de mora, aplicam-se de forma imediata as disposições constantes do Art. 1o.-F da Lei 9.494/97, com a redação conferida pela Lei 11.960/2009 e, no que pertine à atualização monetária e demais verbas aplica-se o Manual de Cálculos do CJF. Restam mantidos os ônus sucumbenciais fixados pela Turma Recursal de origem. Desnecessidade de adequação do acórdão. Retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação.
10.Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do pedido de uniformização e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para que os juros de mora sejam aplicados nos termos da Lei 11.960/2009.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER PARCIALMENTE DO INCIDENTE E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004967-56.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SERGIO MAZUR
PROC./ADV.:ANDERSON MACOHIN.
OAB:PR-50123
PROC./ADV.:FERNANDA LORENZI
OAB:PR-41853
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Paraná,

PROIBIDA POR TERCEIROS

que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001789-17.2013.4.04.7122
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSE ANTONIO SANTANA GOULART
PROC./ADV.:TALVANI POERSCHKE
OAB:RS-075936
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0014300-37.2012.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANTONIO TENORIO DE ARAUJO
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB:SP-312716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COM BASE NOS NOVOS VALORES MÁXIMOS CONTRIBUTIVOS ESTIPULADOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DE ORDEM Nº 12. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
2.O presente incidente de uniformização de jurisprudência tem por objeto divergência entre julgado da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo e da Turma Recursal de Santa Catarina a respeito do reajustamento de benefício previdenciário com equivalência aos aumentos concedidos ao teto do salário de contribuição pelas Emendas Constitucionais nº. 20/98 e 41/03.
3.A sentença julgou improcedente o pedido. A Turma Recursal de São Paulo negou provimento ao recurso, mantendo a sentença. Foi, então, interposto o presente incidente de uniformização de jurisprudência, com indicação do acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina, onde restou consignado que o disposto no art. 14 da EC nº. 20/98 alcança também os benefícios que já haviam sido concedidos e que ficaram limitados ao teto que vigorava até então.
4.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
5.O ponto de divergência cinge-se à possibilidade de reajustamento de benefício previdenciário com base nos novos valores máximos contributivos estipulados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03. A Turma Recursal de São Paulo, no acórdão ora atacado, considerou que não há qualquer base constitucional para o reajuste do benefício nos moldes pretendidos, em entendimento diametralmente oposto ao contido no julgado da Turma Recursal Catarinense, que admitiu a recomposição do valor com base no novo limite nos casos em que a fixação dos proventos resultou em montante inferior à média atualizada dos salários de contribuição.
6.Constata-se, no entanto, que o entendimento adotado no acórdão colacionado como paradigma já foi superado, tendo a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina editado a Súmula nº. 5, in verbis :Não há direito ao reajustamento dos benefícios previdenciários com base nas portarias MPAS nº. 4.883/98 e MPS nº. 12/2004, que trataram do escalonamento das alíquotas incidentes sobre os novos valores máximos contributivos estipulados pelas EC nºs 20/98 e 41/22003 (Precedentes: 2004.72.50.0003810-7, 2004.72.50.00.4159-3 e 2004.72.51.002008-2).
7.A hipótese em exame atrai a aplicação da questão de ordem nº 12 aprovada por esta Turma Nacional de Uniformização: Quando o acórdão indicado como paradigma já foi vencido na Turma de origem, por súmula, não serve para demonstração de divergência.
8. Diante desse contexto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001663-12.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:NSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SUSAN VIST HAHN
PROC./ADV.:DOUGLAS SEBASTIÃO ESPÍNDOLA MATTOS
OAB:SC-5892
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011998-18.2012.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IRENO CLOVIS ROSA SOARES
PROC./ADV.:RODRIGO D. CAMARGO
OAB:RS-56462

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.:CÉSAR AUGUSTO PETUCO
OAB:RS-65934
PROC./ADV.:CARLOS A. GIOVANELI PEREIRA JR.
OAB:RS-60532
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001007-19.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:SANTINA JOANA DALCICO
PROC./ADV.:ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA
OAB:PR-31245
PROC./ADV.:THAYS A. CHAGAS ROMAGNOLI
OAB:PR-53 002
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. EFEITOS FINANCEIROS. REQUERIMENTO DE REVISÃO. QUANDO O SEGURADO HOUVER PREENCHIDO OS REQUISITOS LEGAIS PARA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO NA DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, ESTA DATA SERÁ O TERMO INICIAL DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO (TNU - SÚMULA 33).
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que fixou os efeitos financeiros de pedido de revisão feito na esfera administrativa.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que os efeitos financeiros sejam fixados desde a data de entrada do requerimento.
3.Conheço do pedido de uniformização porquanto fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos do §2º da Lei 10.259/01.
4.No que diz respeito à data para fixação do início do pagamento do benefício entendo que a irresignação merece trânsito tendo em vista que a solução dada à lide está em desconformidade com a jurisprudência do STJ e desta TNU, como se vê, a súmula 33 invocada na peça de uniformização, por si só, já enseja o conhecimento do PEDILEF, nesta parte.
5.Com efeito, consta do acórdão recorrido que os efeitos financeiros da revisão do benefício não deve ser a data do requerimento administrativo originário, sempre que não se tenha elementos pré-processuais suficientes para situar precisamente a configuração do inadimplemento da obrigação, tendo em vista que apenas com as evidências apresentadas em Juízo foi possível inferir os requisitos necessários à sua concessão. E também porque somente a partir do pedido de revisão é que foi manifestado pelo segurado o interesse, razão pela qual a revisão deveria ser fixada no ato da sentença.
6.Porém, se, na data da entrada do requerimento a recorrente já havia cumprido os requisitos legais para concessão do benefício, a partir de então é que se deve dar o pagamento, conforme disposto na lei 8.213, art. 49, II; a significar que a data de início do benefício (DIB) deve ser fixada na data da entrada do requerimento (DER).
7.Não altera a determinação legal o fato de os elementos de convicção terem sido produzidos posteriormente. É essa a dicção da súmula 33 desta TNU: "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta será o termo inicial da concessão do benefício".
8.No mesmo sentido, o STJ, no julgamento da Petição Nº 9.582/RS, em incidente de uniformização de 06/08/2015:
PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. APOSENTADORIA ESPECIAL. TERMO INICIAL: DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, QUANDO JÁ PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA PROVIDO.
1. O art. 57, § 2o., da Lei 8.213/91 confere à aposentadoria especial o mesmo tratamento dado para a fixação do termo inicial da aposentadoria por idade, qual seja, a data de entrada do requerimento administrativo para todos os segurados, exceto o empregado.
2. A comprovação extemporânea da situação jurídica consolidada em momento anterior não tem o condão de afastar o direito adquirido do segurado, impondo-se o reconhecimento do direito ao benefício previdenciário no momento do requerimento administrativo, quando preenchidos os requisitos para a concessão da aposentadoria.
3. In casu, merece reparos o acórdão recorrido que, a despeito de reconhecer que o segurado já havia implementado os requisitos para a concessão de aposentadoria especial na data do requerimento administrativo, determinou a data inicial do benefício em momento posterior, quando foram apresentados em juízo os documentos comprobatórios do tempo laborado em condições especiais.
4. Incidente de uniformização provido para fazer prevalecer a orientação ora firmada.
(Pet 9.582/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 16/09/2015).
9.Ante o exposto, com amparo na questão de ordem n. 38, da TNU, conheço o Pedido de Uniformização e dou-lhe provimento para, reformando o acórdão recorrido, fixar os efeitos financeiros da revisão do benefício na data de entrada do requerimento administrativo que culminou na sua concessão.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER DO INCIDENTE E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5020970-16.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VALDECIR DA VEIGA
PROC./ADV.:ANDERSON MACOHIN.
OAB:PR-50123
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011625-22.2014.4.04.7108
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JONI LOUMBOUROFSKI
PROC./ADV.:EDUARDO KOETZ
OAB:RS-73409
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004218-57.2013.4.04.7121
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):HONORIO WALTER RIBEIRO BALADAN
PROC./ADV.:NATÁLIA BRANBILLA FRANCISCO
OAB:RS-71 086
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000909-37.2013.4.04.7118
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LAZIR JEIME POLLA
PROC./ADV.:JOÃO PEDRO ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
OAB:-
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0035412-67.2009.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:PAULO ROBERTO ALVES PINHEIRO
PROC./ADV.:VALTER FRANCISCO MESCHEDE
OAB:SP-123545
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMA DA TURMA NACIONAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
2.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foram encaminhados os autos à distribuição par análise.
3.O incidente não deve ser conhecido.
4.O Pedido de Uniformização traz como paradigmas julgados que tratam de situações totalmente distintas da enfrentada nos autos.
5.Tanto o juízo de primeiro grau, quanto a Turma Recursal de origem, negaram a concessão/restabelecimento do benefício previdenciário decorrente de incapacidade à parte autora. Pontuou o magistrado sentenciante que "realizada prova pericial médica por médico de confiança do Juízo, restou constatado que não há incapacidade laborativa, levando em consideração todo o histórico da parte autora, a documentação constate nos autos, bem como o exame clínico realizado, concluindo o perito, deste modo, pela inexistência de incapacidade laborativa atual e anterior".
6.Por sua vez, todos os paradigmas trazidos pela parte para a demonstração da divergência referem-se à possibilidade de revisão de benefício previdenciário pelo disposto no art.29, II da Lei 8.213/91. Assim, não restou comprovada a divergência.
7.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
8.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001059-48.2013.4.04.7011
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANGELICA DA SILVA
PROC./ADV.:PATRICIA DE MOURA LEAL
OAB:PR-33242
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5052542-87.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARCELO APARECIDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MÁRCIO JOSÉ BARCELLOS MATHIAS
OAB:PR-41 506
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5066598-82.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GUIOMAR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MAURICIO MACEDO DOS SANTOS
OAB:RS-59 937
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência entre o decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória 1.523-9.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000932-16.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LINDOMAR ESPINDOLA
PROC./ADV.:ELIAS VANIN
OAB:RS-82313
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. CÔMPUTO INTEGRAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.Suscita o INSS a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, bem como de Turmas Recursais de distinta região.
4.Traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
5.Quanto à suposta divergência do acórdão recorrido com o decidido pelo STJ nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, verifico que os paradigmas trazidos não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
6.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7.Quanto ao mais, a divergência restou demonstrada, vez que se trata de questão de direito material, cuidando o requerente de trazer decisão de Turma Recursal de distinta região, em sentido oposto ao acórdão recorrido.
8.Todavia, verifico que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
9.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que nas demandas em análise, em relação à "prescrição, esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14 de fevereiro de 2014, consolidou o seguinte entendimento: "a) a publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."" (PEDILEF 50036698020134047110, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, de 11/09/2015).
10.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5050521-95.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NILZA TEREZINHA DOS SANTOS GARCIA
PROC./ADV.:LUÍZA AMARAL DULLIUS
OAB:RS-89 721
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0520607-28.2012.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO EVERSON ALCANTARA ALVES
PROC./ADV.:MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES
OAB:CE-11842
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PARADIGMA DE MESMA REGIÃO. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.
2.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foi admitido o processamento.
3.O PU indica como paradigmas decisões em processos oriundos da mesma região. Não há a possibilidade do cotejo entre o acórdão vergastado e o paradigma, pois a divergência que enseja a uniformização pretendida é apenas entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
4.Diante desse contexto, considerando que o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0525155-10.2014.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOÃO LOPES SANTOS
PROC./ADV.:DENNIS NUNES
OAB:PE-28 760
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. INTERESSE DE AGIR. QUESTÃO PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO. CONTAGEM. PARADIGMA SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. ENCARGOS DA MORA. LEI 11.960/2009. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
2.Inadmitido o incidente pela Turma Recursal de origem. Oferecido, tempestivamente, o agravo à Presidência desta Turma Nacional, foram encaminhados os autos à distribuição par análise.
3.Segue íntegra do acórdão recorrido:
EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. ATRASADOS. REVISÃO DE RMI. ART. 29, II DA LEI Nº 8.213/1991. AÇÃO CIVIL PÚBLICA FAVORÁVEL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDIVIDUAL. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO. MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO NA DATA DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21/DIRBEN/PFEINSS, EM 15.04.2010. ENTENDIMENTO DA TNU. RENÚNCIA TÁCITA AO PRAZO PRESCRICIONAL, QUE VOLTA A CORRER POR INTEIRO A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO MEMORANDO. JUROS E CORREÇÃO. STJ. INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO DO STF. RECURSO IMPROVIDO.
VOTO
Trata-se de ação por meio da qual pretende a parte autora a revisão de seus benefícios previdenciários, fundada no artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91, referente à utilização dos 80% maiores salários-decontribuição no cálculo dos benefícios.
Através de seu recurso o réu aduz que já foi reconhecido o direito do (a) autor (a) no bojo da ação civil pública nº 00023205920124036183 e que, no tempo oportuno, segundo dotação orçamentária, os atrasados serão pagos. Sucessivamente, pede para que o processo seja suspenso até cumprimento do acordo na ação civil pública mencionada.
Em primeiro lugar, os JEFs têm total competência apreciar a demanda que se cuida, na verdade, de ação de conhecimento, não de execução da ação coletiva já julgada, especialmente porque a parte autora não está obrigada a integrar aquela ação, tampouco a esperar o cumprimento do acordo que foi celebrado com o substituto processual.
Não há falta de interesse de agir, pois a demora da Administração em pagar o que deve, configura a pretensão resistida, ainda que tenha acordo na ACP. Não há decadência, pois não se passaram dez anos da concessão do benefício ao ajuizamento dessa demanda.
No que toca à prescrição, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, em sessão realizada no dia 12/03/2014, reafirmou o entendimento de que o marco inicial da prescrição do direito à revisão da RMI dos benefícios previdenciários pelo artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91, é o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que declarou o direito.
- No julgamento em questão (processo nº 5001752-48.2012.4.04.7211, de relatoria da juíza federal Kyu Soon Lee), restou decidido que:
a) a publicação do Memorando- Circular Conjunto nº 21 /DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010 é o marco inicial da prescrição do direito à revisão pelo art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, importando a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que deverão voltar a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade;
b) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício.
Sendo assim, sigo o entendimento da TNU e adoto a orientação de que não estão prescritos os atrasados reconhecidos administrativamente em favor da parte autora.
Porém, considerando a impossibilidade da reformatio in pejus deve a sentença ser mantida pelos seus próprios fundamentos quanto observância da prescrição qüinqüenal.
No mérito propriamente dito, a existência de acordo em ação civil pública em que o autor, embora representado por algum órgão ou entidade, não figure propriamente em um dos pólos da demanda, não impede o ajuizamento de ação individual que trata da mesma matéria. Além disso, o autor não pode ficar a mercê de dotação orçamentária para receber o que tem direito e que já foi reconhecido pela própria Administração.
Pelo mesmo fundamento, não há porque suspender a ação até que se paguem os atrasados de acordo com a ação civil pública em comento. Essa não é uma das hipóteses de suspensão prevista no CPC.
Em casos semelhantes, já julgou o TRF da 4ª Região, entendimento este que perfilhamos:
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO NA VIA ADMINISTRATIVA POR FORÇA DE DECISÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA . PRETENSÃO DE COBRANÇA, EM AÇÃO PRÓPRIA, DE PARCELAS VENCIDAS DESDE A DER. PROCEDÊNCIA. 1. Não tem a Ação Civil Pública o condão de obstar o ajuizamento de ações individuais. 2. O marco inicial da interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da precedente Ação Civil Pública, na qual o INSS foi validamente citado. (Processo: APELREEX 200672090009262 APELREEX - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO. Relator(a): JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA. Sigla do órgão: TRF4. Órgão julgador: SEXTA TURMA. Fonte: D.E. 06/05/2010)
Quanto aos juros, Presidente do STF ao Presidente do Congresso Nacional, consta o seguinte na parte dispositiva do referido julgado: Por todo o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para o fim de:
a) declarar inconstitucionais os §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição da República;
b) assentar a inconstitucionalidade da expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da Constituição Federal, do inciso II do § 1º e do § 16, ambos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
c) declarar inconstitucional o fraseado "independentemente de sua natureza", contido no § 12 do art. 100 da Constituição, para que aos precatórios de natureza tributária se apliquem os mesmos juros de mora incidentes sobre o crédito tributário;
d) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento (itens "b" e "c" acima), do art. 5º da Lei nº 11.960/2009 e dos arts. 3º, 4º e 6º da EC 62/2009; (...)".
Embora os itens "b" e "c" acima sejam relativos à declaração de inconstitucionalidade apenas da "correção" pelos índices de poupança, mantendo o critério para os juros, eles se referiram apenas à sua aplicação após a expedição do precatório/RPV, contrariando, inclusive, antigo posicionamento do STF no que toca à inexistência de juros a partir desse momento.
De outro lado, apesar de o item "d" tratar da inconstitucionalidade por arrastamento dos itens "b" e "c", não fez menção a nenhuma parcialidade da declaração. Pelo contrário, o STF, certo ou errado, de forma correta ou contraditória, parece ter declarado a INTEGRAL inconstitucionalidade do art. 5º da Lei 11.960/2009, de maneira que não só os critérios de correção, mas também os de juros, deveriam ocorrer pela sistemática anterior.
De qualquer forma, por medida de economia processual, e visando uniformizar o posicionamento desta Turma Recursal, passo a adotar a interpretação que o STJ deu à citada decisão do STF, aplicando os juros e correção da seguinte forma:
Os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09. Já a correção monetária, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/09, deverá ser calculada com base no INPC (quando se tratar de matéria beneficiária/assistencial) ou no IPCA-E (caso se trate de matéria administrativa).
Por todas as razões acima expostas, bem como em razão de ser esta fundamentação suficiente para a apreciação de todos os pedidos formulados pelas partes, considero como não violados os demais dispositivos suscitados, inclusive considerando-os como devidamente prequestionados, possibilitando, de logo, a interposição dos recursos excepcionais cabíveis (RE e PU).
Assim, e tendo em vista que os embargos de declaração não se prestam para um novo julgamento daquilo que já foi decidido, ficam advertidas as partes que a sua oposição protelatória ensejará a aplicação de litigância de má-fé, na forma dos arts. 18 e 538 do CPC.
Ante o exposto, voto pelo conhecimento do recurso para negar provimento, pois, quanto aos juros não há interesse em recorrer, tendo em vista a sentença já ter apreciado conforme o recurso e com relação à correção monetária não há o que reformar na sentença.
A sucumbência restringe-se a honorários, que arbitro em 10 (dez) por cento sobre o valor da causa (art. 55, caput da Lei 9.099/95).
É como voto.
4.O recorrente suscita a ocorrência da divergência em três pontos.
5.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pela Turma Recursal de Goiás, no RI 0003061-54.2012.4.01.3500, sustentando que esta Turma teria assentado a inexistência de interesse de agir nas revisões de benefícios com base no artigo 29, II, em razão da edição do Memorando Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFE/INSS.
6.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, no AgRg no RESP 1.143.254/PR, no AgRg no RESP 1.150.455/RS e no REsp 1.270.439/PR, em que se decidiu que se conta pela metade o prazo prescricional quando configurada a interrupção da prescrição.
7.Por fim, como terceiro fundamento, a divergência em relação ao decidido pelo STJ no RESP 1.205.946/SP, em relação à aplicação da Lei 11.960/2009, quanto aos juros de mora e correção monetária.
8.O incidente não deve ser conhecido.
9.Quanto à primeira questão, a análise da existência ou não do interesse de agir no caso em tela tem por matéria questão processual, cujo conhecimento encontra óbice no caput do artigo 14 da Lei 10.259/2001 e na Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
10.No que toca ao segundo fundamento, todos os paradigmas trazidos pelo recorrente referem-se à interrupção da prescrição nas ações que pleiteiam parcelas devidas a servidores públicos, situação distinta da enfrentada nos autos, que trata de revisão de benefício previdenciário.
11.Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
12.Por fim, quanto ao terceiro fundamento, a controvérsia encontra-se pacificada pela TNU. A respeito, confira-se o decidido no PEDILEF 0001784-10.2010.4.01.3100, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, de 11/03/2015:
(…)
Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao presente pedido de uniformização, para reformar o acórdão recorrido quanto aos consectários legais aplicados, reiterando a premissa jurídica uniformizada por esta Turma Nacional de que, no concernente aos juros de mora, aplicam-se de forma imediata as disposições constantes do Art. 1o.-F da Lei 9.494/97, com a redação conferida pela Lei 11.960/2009 e, no que pertine à atualização monetária e demais verbas aplica-se o Manual de Cálculos do CJF. Restam mantidos os ônus sucumbenciais fixados pela Turma Recursal de origem. Desnecessidade de adequação do acórdão. Retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência desta Turma em sentido contrário à tese defendida pelo recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 da Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
14.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5007638-74.2011.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ADMAR TEIXEIRA ROCHA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do SUl que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, que julgou improcedente o pedido de revisão de benefício.
2.Alega a parte autora que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência do STJ, trazendo como paradigma o decidido no AgRg no REsp 1.367.806, acórdão assim ementado:
PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APOSENTADORIA. RUÍDOS SUPERIORES A 80 DECIBÉIS ATÉ A EDIÇÃO DO DECRETO 2.171/97. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA.
1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação de que é tida por especial a atividade exercida com exposição a ruídos superiores a 80 decibéis até a edição do Decreto 2.172/1997. Após essa data, o nível de ruído considerado prejudicial é o superior a 90 decibéis. Com a entrada em vigor do Decreto 4.882, em 18.11.2003, o limite de tolerância ao agente físico ruído foi reduzido para 85 decibéis.
2. No entanto, concluiu o Tribunal de origem ser possível a conversão de tempo de serviço especial em comum, após o Decreto 2.172/1997, mesmo diante do nível de ruído inferior a 90 decibéis. Igualmente, levou em conta a aplicação retroativa do Decreto 4.882/2003, por ser mais benéfico, de modo a atentar para a atividade sujeita a ruídos superiores a 85 decibéis desde 6.3.1997, data do Decreto 2.172/1997.
3. Assim decidindo, contrariou o entendimento jurisprudencial do STJ no sentido de não ser possível atribuir retroatividade à norma sem expressa previsão legal, sob pena de ofensa ao disposto no art. 6º da LICC, notadamente porque o tempo de serviço é regido pela legislação vigente à época em que efetivamente prestado o labor. Precedentes do STJ.
4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1367806/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 03/06/2013)
3.Destaco que o Turma Recursal de origem manteve sentença de improcedência, conforme o seguinte trecho do acórdão recorrido:
"Contudo, consoante bem examinado na sentença, a prova produzida nos autos não comprovou a exposição do demandante a agentes prejudiciais a sua saúde ou integridade física no período acima especificado, o que impossibilita o reconhecimento do tempo de serviço especial.
Com efeito, tratando-se de período laborado depois do advento da Lei n. 9.032, de 28 de abril de 1995, que modificou a redação dos §§ 3º e 4º do art. 57 da Lei n. 8.213/91, deve ser comprovada a efetiva exposição do segurado, de modo habitual e permanente não ocasional nem intermitente, aos agentes insalutíferos.
(...)"
4.A sentença, mantida pela Turma Recursal, por sua vez, assim fundamentou a improcedência:
Há que se ter presente, ainda, que o laudo técnico acostado no evento nº 16 (LAU1), elaborado em outro processo e com base em empregadora diversa, mas tendo em vista a atuação de profissional que exerce função semelhante à do requerente, revela que não foram identificados agentes agressivos na atividade de motorista, tendo o expert nomeado naqueles autos esclarecido que: 'A ocupação do Autor foi reconhecida como atividade especial, de acordo com o Artigo 2º do Decreto nº 53.831, de 25/03/64, - Código 2.4.4, até 28/04/95 data da publicação da Lei 9032/95. Os veículos de estrada, mesmo os ditos 'pesados', e isso inclui carretas rodoviárias e bi-trens, apresentam níveis de ruído de 87 ou até 88 dB(A) em arrancadas ou na aceleração. Atingida a velocidade cruzeiro, o nível de ruídos baixa para 82 - 83 dB(A). Há a considerar as paradas forçadas, as de descanso e as de espera para carregar, descarregar e emissão da Nota Fiscal, Guia de Tráfego ou Conhecimento de Carga. Tudo isso reflete no somatório de ruídos ao longo da jornada diária, ou seja, na DOSE. Os veículos de carga que temos vistoriado, não apresentam níveis de ruído acima dos preconizados pela legislação vigente, em termos de DOSE, talvez devido ao isolamento acústico existente entre o motor e a cabina.' (quesitos nº 5 e 9 do Juízo, grifei)
De fato, vale ressaltar que o reconhecimento da especialidade da função em virtude da exposição ao ruído depende de uma análise quantitativa, de modo que, sendo o formulário apresentado omisso no que tange aos níveis de pressão sonora suportados, não há como enquadrar a atividade como especial em razão de tal agente físico, devendo-se atentar, ainda, para o fato de que a legislação previdenciária exige, para a comprovação da exposição ao ruído, a emissão de laudo técnico contemporâneo, documento este não apresentado pelo autor.
5.Desse modo, a pretensão de modificação de tal decisum, a fim de adequá-lo a eventual entendimento desta TNU implicaria, necessariamente, em reexame de prova, o que é vedado no âmbito deste Colegiado, a teor da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5052249-74.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:JANAINA BASTOS HARO
REQUERIDO(A):LUCIANO LUCAS DA ROSA
PROC./ADV.:EDUARDO KOETZ
OAB:RS-73409
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0503039-04.2014.4.05.8205
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA CAPIM DA SILVA
PROC./ADV.:FRANCISCO MIGUEL DA SILVA FILHO
OAB:PB-10 052
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal da Paraíba, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, conforme paradigma transcrito no recurso.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. No caso em tela, observo, inicialmente, que não foi feito o necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o paradigma citado. A recorrente limita-se a citar um julgado da TNU supostamente divergente do acórdão impugnado, sem fazer o necessário cotejo analítico. Em casos semelhantes, já decidiu esta Turma: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PEDILEF 200638007233053 DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).
5. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6. Ainda que eventualmente superado o óbice em razão da ausência de cotejo analítico, o presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
7. A sentença julgou improcedente o pedido, nos seguintes termos:
'Em relação ao requisito etário, não há qualquer controvérsia nos autos. Tendo completado a idade de 55 anos em 12/06/2014 (anexo 2, folha 2), faz-se necessário o implemento da carência de 180 meses, conforme tabela constante do art. 142 da Lei n.º 8.213/91, razão pela qual passo a analisar, o exercício de labor agrícola, na condição de segurada especial.
Nesse ponto, a parte autora alega ser filha de trabalhadores rurais e que sempre se dedicou às lidas campesinas, exceto durante um curto período (1995), em que trabalhou em São Paulo com seu companheiro. Objetiva que o período de 10/01/1997 a 16/07/2014 (anexo 3, folha 4) seja computado como tempo de atividade rural necessário à concessão do benefício.
(...)
No caso concreto, a autora trouxe aos autos vários documentos para que fossem considerados como início de prova material da condição de rurícola, dentre os quais se destacam:
a) Declaração de Exercício de Atividade Rural (anexo 3, folhas 4/5);
b) Contrato Particular de Parceira Agrícola (anexo 3, folhas 6/7): firmas reconhecidas em 2014;
c) Certidão de nascimento de sua filha Maria José Pereira das Neves, ocorrido em 06/12/1993 (anexo 3, folha 8): consta que o genitor é agricultor;
d) Extrato de DAP de Agricultor (anexo 3, folha 10): emitido em 28/11/2012;
e) Declaração da Emater, datada de 05/05/2014 (anexo 3, folha 14): informa que a autora trabalha na agricultura no Sítio Pombinho, Diamante - PB;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sobre a Declaração de Exercício de Atividade Rural, deve-se consignar que os documentos emitidos pelo sindicato somente podem ser considerados início de prova material, aptos a demonstrar o exercício de atividade rural, quando homologados pelo INSS (PEDILEF n.º 200772550090965 e n.º 200850520005072), conforme exigido pelo art. 106, III, da Lei 8.213/91, o que não ocorreu no caso em tela.
O contrato de parceira também não serve como início de prova material, uma vez que as firmas somente foram reconhecidas em 2014. Logo, não é hábil para provar fatos pretéritos.
A certidão de nascimento da filha, onde consta que o companheiro é agricultor foi emitida em período anterior ao que a autora deseja que seja computado como carência.
Assim, restam o Extrato de DAP e a Declaração da Emater, que podem ser considerados como início de prova material, embora emitidos em período recente.
De outra margem, compulsando os autos, observa-se que a autora já possuiu vínculo empregatício em São Paulo, no ano de 1995 (anexo 5, folha 4). Seu companheiro também possuiu vários vínculos urbanos entre 1984 e 1995 (anexo 5, folha 10).
Por ocasião da entrevista rural (anexo 5, folhas 13/14), realizada em 14/07/2014, a autora informou que trabalha com os quatro filhos, que residem consigo. Não trabalha com o companheiro porque o mesmo viaja constantemente para São Paulo.
Anote-se que o registro geral da promovente foi expedido em 31/05/2006 no Estado de São Paulo (anexo 2, folha 2). Na petição inicial, justificou-se tal fato asseverando que a promovente fora visitar seus filhos naquele estado, onde permaneceu em torno de 30 dias.
Do depoimento da autora (anexo 14), é possível observar que a mesma possui conhecimentos das atividades realizadas no campo, bem como linguajar típico de segurados especiais. Ao contrário do que havia dito na entrevista rural, asseverou que seu companheiro também trabalha na roça e que o mesmo passou pouco tempo em São Paulo.
Por sua vez, a testemunha afirmou que conhece há autora há uns 34 anos e que ela sempre trabalhou na agricultura, tendo passado apenas um pequeno período em São Paulo, onde trabalhou por pouco tempo. Informou que a mesma costuma ir para o referido estado visitar os filhos. Afirmou que um dos filhos nasceu em São Paulo.
Embora não se possa afirmar que a autora não é segurada especial, a prova constante dos autos não permite concluir, com a robustez que o caso exige, que a autora desempenhou a atividade rural pelo período exigido para concessão do benefício em tela, razão pela qual se impõe a improcedência do pedido'.
8. O acórdão impugnado, negando provimento ao recurso da autora, assim consignou:
'4. Na hipótese dos autos, a parte autora teve sua RG expedida em São Paulo, na data de 31/05/2006 (anexo 06, fl. 04). Seu companheiro apresenta vários registros no CNIS, em várias empresas diferentes. A autora também possui vínculo empregatício anotado no CNIS, referente ao ano de 1995, junto à empresa localizada em São Paulo (anexo 10). Ademais, na entrevista rural, afirmou que não trabalha com seu companheiro, uma vez que o mesmo viaja constantemente para São Paulo, enquanto que, em juízo, afirmou que seu companheiro também trabalha na roça e que o mesmo passou pouco tempo em São Paulo'.
9. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela sua fragilidade à comprovação de atividade rural, como segurada especial, no período exigido à obtenção do benefício.
10. Não vejo dissonância com o entendimento da TNU. O julgado transcrito, com citação das Súmulas da TNU (06,14, 41 e 46), não confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
11. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
12. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
13. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
14. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0501264-63.2014.4.05.8104
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOÃO DA CRUZ SOARES PINHO
PROC./ADV.:ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
OAB:CE-4224
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal do Ceará, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada no acórdão (anexo 23):
'No presente caso, para comprovação do seu direito, a autora trouxe aos autos os seguintes documentos: declaração de proprietário de térrea, junto com o ITR, da terra onde o autor afirma trabalhar; carteira da associação, com entrada no ano de 2011; comprovantes de pagamentos da associação; ficha do SUS onde consta a profissão do autor como agricultor; dentre outros documentos de menor importância;
Da análise dos autos revela que a prova produzida pela parte autora não se revelou suficiente para demonstrar o direito ao benefício postulado. Em que pese os documentos apresentados, o exercício da atividade rurícola em regime de economia familiar no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício não se confirmou nos autos. Embora a autora tenha instruído a inicial com alguns documentos normalmente reconhecidos pela jurisprudência como início de prova material, o fato é que a presunção de que o mesmo tenha exercido atividade rurícola em regime de economia familiar por todo o período de carência não se confirmou nos autos.
Saliente-se, ainda, que toda prova material foi produzida as vésperas do requerimento administrativo não havendo prova que a autora tenha desempenhado o labor rurícola durante o período de carência exigido em lei.
Ademais, os depoimentos não foram harmônicos com a prova material anexada aos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Com efeito, diante do conjunto probatório acostado aos autos, verifica-se que a promovente não comprovou o atendimento dos requisitos mínimos necessários para o deferimento do pedido. Assim, a sentença recorrida não merece reforma e deve ser mantida em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período necessário ao implemento da carência legal.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda, verifico a incidência da Súmula 34 da TNU - "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar". O autor nasceu em 1951, sendo que os documentos anexados ao feito datam a partir de 2011. Como colocado no acórdão recorrido:
"Saliente-se, ainda, que toda prova material foi produzida as vésperas do requerimento administrativo não havendo prova que a autora tenha desempenhado o labor rurícola durante o período de carência exigido em lei".
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0000925-77.2013.4.01.3200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:LAZINHA ALMEIDA DA COSTA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Amazonas, que reformou a sentença e julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhadora rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:
'3. Como início de prova material, a parte autora juntou os seguintes documentos: certidão de casamento, ocorrido em 1973, indicando-a como doméstica e seu marido como dentista, carteira sindical, com admissão em 2012, recibos sindicais, de 2012, ficha de inscrição do contribuinte, com validade até 2014, indicando residência em Zona Rural, carteira do IDAM, indicando cultivo de laranja como atividade econômica, declaração de exercício de atividade rural, compreendendo o período de 1997 a 2012, conta de energia, de 2010, constando endereço em Zona Rural, e termo de declaração ao Ministério Público Federal, de 2000, quanto aos assentamentos em área da Suframa, sem, contudo, constar na ata de assinaturas o nome da autora ou de seu marido.
4. Os documentos se mostram frágeis e recentes, portanto insuficientes para comprovar a atividade rurícola pelo tempo de carência, não constituindo início de prova material como exigido pela legislação de regência.
5. Assim, a despeito do preenchimento do requisito etário, assim como das provas testemunhas produzidas em audiência, não restou comprovada a qualidade de segurada especial da autora, diante da fragilidade dos documentos apresentados como início de prova material'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim exame do contexto probatório como um todo (prova documental e depoimentos colhidos em juízo), concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período e forma alegados.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002834-74.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:TERESINHA FATIMA BALDO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:

'(...) Traçadas estas premissas, observo que, no caso dos autos, foram apresentados, dentre outros, os documentos seguintes que guardam proximidade com o período de carência, para formar o início de prova material: - Notas fiscal indicando a comercialização de produtos rurais em 2009, 2010, 2012 em nome do esposo da autora (evento 01, PROCADM3, pág. 17/20); - Certificado de cadastro de imóvel rural em nome do esposo da autora relativo aos anos de 2006 a 2009, (evento 01, PROCADM3, pág. 21); - Recibos de contribuição sindical rural em nome do esposo da autora relativos aos anos de 2012, 2010, 2007, (evento 01, PROCADM4, pág. 01); - Controle de notas fiscais de produtor em nome do esposo da autora, indicando que retirou notas em 1999 e em 2009 (evento 01, PROCADM4, pág. 05). Em sua entrevista rural (evento 01, PROCADM4, pág. 15), a autora declarou que sempre exerceu atividade rural, com exceção apenas de dois períodos em que teve vínculo urbano, trabalhando em terras herdadas de seu sogro, Serafino Baldo, localizadas na Valada Itoupava, Rio do Sul, que medem 04 hectares. Mencionou que seu marido sempre foi mecânico, mas ajudava na lavoura nos finais de semana. Relatou que plantavam arroz, eucalipto, feijão, verduras, e mantêm lagoa com peixes e criação de vacas, porcos e galinhas, vendendo o arroz para a Cravil. Concluiu, ainda, que seu esposo possui uma oficina mecânica há 14 anos e dela retiram o sustento da família, já que a renda obtida com a venda do arroz não é suficiente para manter a casa. A primeira testemunha, José Fronza, disse que conhece a autora desde 1973, pois residem próximos no bairro Itoupava, Rio do Sul, sabendo que ela trabalha na agricultura, plantando arroz, milho, cana, aipim, feijão e hortaliças, além de criar alguns animais, sendo o arroz comercializado e os demais produtos usados na subsistência. Referiu que o esposo da autora trabalha em uma oficina mecânica. As demais testemunhas confirmaram o depoimento da primeira quanto ao desempenho de atividade rural pela autora, mas referiram desconhecer possível atividade urbana do marido da autora. Com base nas provas produzidas, penso não ser possível o reconhecimento da atividade rural alegada já que, em relação ao período de carência (1995 a 2010 ou 1998 a 2013), a prova documental que efetivamente demonstre que a autora tenha exercido atividade agrícola é extremamente frágil. E essa escassez documental relativa ao período da carência (de 1995 em diante) sugere que a lida agrícola tenha deixado de ser a atividade principal, indispensável à subsistência familiar. Esta não chega a ser uma conclusão, mas sim uma hipótese, que se contrapõe ao alegado, de modo parcial e interessado, pela autora. Observo que o período questionado remete justamente a uma época em que os procedimentos de documentação da atividade agrícola passaram a ser mais usuais, inclusive entre pequenos produtores. O fato, enfim, é que não encontro segurança para afirmar que a autora efetivamente exerceu atividade rural no período questionado, e isso se deve à insuficiência probatória, ônus que incumbe a quem alega. Destaco que, no caso concreto, a documentação apresentada limita-se ao intervalo de 2006 a 2012, sendo, comprovação da existência de terras rurais em nome do esposo da autora de 2006 a 2009, notas fiscais de 2009 a 2012 e contribuições sindicais de 2007 a 2012. (...) É, portanto, a escassez de elementos mais seguros de prova acerca desses fatos que impede a convicção que permitiria o reconhecimento do desempenho de atividade rural na forma alegada. Não suficiente, também se vislumbra da prova testemunhal produzida que o esposo da autora trabalha em atividade urbana, junto a uma oficina mecânica, além de ser aposentado. Tais informações se confirmam em consulta ao sistema Plenus, onde se nota que o esposo da autora está aposentado como segurado urbano desde 1997, recebendo atualmente remuneração de quase dois salários mínimos, além do lucro obtido com a oficina mecânica que possui. Quanto a esse rendimento de natureza urbana recebido pelo esposo da parte autora, tenho o entendimento de que o só fato de um dos membros do núcleo familiar exercer atividade urbana não basta para impedir, de forma absoluta, o reconhecimento do regime de economia familiar. Entretanto, se o rendimento urbano de um dos membros da família não basta, por si só, para impedir o reconhecimento da condição de segurado especial dos demais, tal circunstância não pode ser completamente desconsiderada na valoração da prova acerca da existência do chamado regime de economia familiar. Se um dos membros da família desempenha atividade urbana, isso não obriga a que se afaste desde logo a condição de segurado especial dos demais membros, mas exige que se passe a aferir o contexto probatório em seu todo, com investigação sobre a efetiva dependência daquela família relativamente às atividades rurais. (...) A questão é, então, eminentemente de valoração da prova. Na valoração da prova deste caso, observo que o esposo da parte autora, em razão de suas atividades urbanas, aufere renda mensal de mais de dois salários mínimos e a parte autora não fez prova adequada de quanto era o rendimento de natureza rural. Não há, pois, como afirmar que a atividade rural preponderasse sobre a atividade urbana, nos períodos em que esta foi desempenhada. Muito pelo contrário, a própria autora declarou que apenas o arroz produzido é comercializado e que a produção rural não é suficiente para o sustento do lar. Nesse contexto, tenho como inviabilizado o reconhecimento pretendido, já que não restou comprovado o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar/individual, que é aquele indispensável à sobrevivência da família. Desse modo, tenho que não restou comprovado o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar pelo período equivalente à carência'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurado especial.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exer-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001820-55.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:VENERANDA SANDRI
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:

'Embora seja possível concluir que a parte autora exerceu algum tipo de atividade rural no período equivalente à carência, tenho que essa atividade não pode ser considerada como exercida 'em regime de economia familiar', que é aquele indispensável ao sustento da família. É que restou comprovado nos autos que, ao menos desde 1968, a parte autora exerce atividades de natureza urbana, como professora, estando inclusive aposentada em razão dessas atividades, recebendo aproximadamente a quantia R$ 1.400,00 mensais. Também restou comprovado nos autos que o marido está atualmente aposentado. É pacífico na jurisprudência o entendimento de que o simples fato de um dos integrantes do núcleo familiar obter rendimentos a partir de atividades urbanas não é suficiente para afastar o reconhecimento da atividade rural em regime de economia familiar dos demais membros. Todavia, neste caso presente, a própria parte que pretende ser reconhecida como segurada especial desempenhou atividades urbanas por longo período e obteve aposentadoria de natureza urbana em razão dessas atividades. Desse modo, mesmo que ela efetivamente desempenhe atividade rural, o que parece bem provável pela prova que foi produzida nos autos, essa atividade não pode ser classificada como 'em regime de economia familiar', eis que não é a principal fonte de sobrevivência da família. Outrossim, a documentação apresentada no processo não permite concluir que a produção obtida pela parte autora e seu esposo junto à agropecuária lhes propiciasse rendimentos superiores aos de natureza urbana percebidos por ela e seu marido no período em questão. Nesse contexto, tenho por evidenciado que a subsistência do núcleo familiar da parte autora decorre preponderantemente de fontes urbanas, e não da agropecuária'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurado especial.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: 'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0008501-93.2011.4.01.3814
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:MARIA DE FATIMA MEDEIROS
PROC./ADV.:NORBERTO CABRAL DA CUNHA
OAB:MG-55278
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR AFASTADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de uniformização interposto pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal de Minas Gerais que, reformando a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade à autora, por não demonstrado trabalho rural em regime de economia familiar.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. Alega a recorrente que o acórdão hostilizado diverge do entendimento do STJ e da TNU - processos 2007.72.59.00.2088-3 e 2007.83.05.50.1080-0 - bem como da Turma Recursal do Tocantins - Processo 2007.43.00.900936-2 - para os quais o vínculo urbano, não exercido com exclusividade, não impede o reconhecimento do trabalho rural em regime de economia familiar. Ainda, alega divergência com as Súmulas 41 e 46 desta TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:
'1.Deve ser provido o recurso do INSS, interposto contra a sentença que acolheu o pedido de aposentadoria por idade como segurado especial, porque está comprovado o desempenho de atividade urbana pelo cônjuge e o recebimento de remuneração em valor que torna o labor rural dispensável ao desenvolvimento socioeconômico do grupo familiar.
2. O cônjuge da autora trabalha para a Prefeitura de Braúnas desde 1998 e, conforme consulta ao CNIS, em abril de 2013 a renda dele era de R$ 1.084,80. O recebimento de remuneração superior a R$1000,00 é demonstração de que o grupo familiar não depende da atividade rural, em caráter exclusivo ou majoritário, para sobreviver. O desempenho da atividade urbana deu-se a partir de 1998 e a autora somente implementou o requisito etário em 2011, ou seja, em longo período da carência, foi desfigurado o regime de economia familiar'.
6. Como se observa, foi avaliado o conjunto probatório como um todo, concluindo o julgador pela inexistência de regime de economia familiar.
7. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
8. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
9. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
10. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0501253-34.2014.4.05.8104
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIA VIEIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
OAB:CE-4224
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 3ª Turma Recursal do Ceará, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A sentença julgou improcedente o pedido, entendendo que o inicio de prova material não foi ratificado pela prova oral, sendo o depoimento pessoal e a oitiva da testemunha de pouca convicção.
7. A parte autora recorreu, sustentando:
'No depoimento a autora embora estivesse nitidamente nervosa, demonstrou conhecimento acerca do trabalho agrícola. A testemunha, afirmou que o autor, exerce atividade rural desde a infância, até a presente data, e que planta milho e feijão.
O autor juntou provas como: INCRA, declaração, CNIS, e a principal prova, que não pode deixar de ser levado em consideração, que é o SEU CONHECIMENTO ACERCA DO TRABALHO AGRÍCOLA'.
8. O acórdão impugnado, negando provimento ao recurso da autora, assim consignou:
'V - No caso dos autos, verifica-se que a parte postulante anexou aos autos cópias dos seguintes documentos: ficha da secretaria da saúde (anexo 2, fl. 1) e outros documentos de menor importância;
VI - Embora a documentação supramencionada possa ser aceita como início de prova material, há que ter em conta que o "início de prova

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

material", como o próprio nome já o indica, não configura prova absoluta e incontrastável dos fatos alegados, necessitando ser complementado pela prova testemunhal. Tais documentos, apesar de indispensáveis à concessão do benefício, não são, por si sós, suficientes para a comprovação da condição de segurado especial. Sua presença apenas aponta para a possibilidade de veracidade dos fatos e permite o seguimento da instrução, a fim de que, no cotejo de todas as provas produzidas, seja possível aferir a correção da versão autoral;
VII - Na espécie, contudo, as provas documentais são poucas e bastante frágeis. Os depoimentos, por si sós, não se prestam a comprovar a atividade campesina alegada pelo autor nos autos;
VIII - Com efeito, diante do conjunto probatório acostado aos autos, a parte postulante não comprovou o atendimento dos requisitos mínimos necessários para o deferimento do pedido';
9. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela sua fragilidade, notadamente ausência de convicção da prova oral.
10. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, inclusive súmulas da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
11. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
12. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
13. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
14. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0503037-52.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MIGUEL FELIX RODRIGUES
PROC./ADV.:KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO
OAB:CE-17762
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 3ª Turma Recursal do Ceará, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, mantida pelo acórdão:
'(...) Não podem ser considerados início de prova material os seguintes documentos: 1) certidão da Justiça Eleitoral que não indica a data do cadastro e se houve alteração da profissão, ou a certidão que contenha ressalva expressa quanto ao valor probante das informações nela consignadas, máxime porque a profissão é informada pelo interessado sem nenhuma diligência para confirmação do alegado (v. TRF da 5ª Reg., AC 0004455-85.2012.4.05.9999, j. 20/11/2012); 2) declaração do sindicato de trabalhadores rurais não homologada pelo INSS (TNUJEF, PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE, DJ 26.11.2008; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC, DJ 28/07/2009); 3) carteira de filiação a sindicato rural ou recibos de pagamento de mensalidades, máxime se recentes, já que, se por força legal, não se admite declaração do sindicato desprovida de homologação, que é o "mais", não se pode admitir mera prova de filiação, que é o "menos" no âmbito dessa relação sindicato-filiado; 4) contrato de comodato rural, para o período anterior à data de reconhecimento das firmas pelo Cartório; 5) cadastro do imóvel no INCRA e comprovante de pagamento do ITR em nome de terceiro, proprietário do imóvel, não integrante do grupo familiar, pois apenas comprovam a existência e a propriedade do imóvel, mas não o labor pela parte autora; 6) certidão de casamento sem a indicação da profissão de agricultor para a parte autora ou seu cônjuge ou, ainda que existente essa indicação, quando existir prova nos autos de que passaram a exercer profissão diversa da agricultura após o matrimônio (STJ, AGA AgRg no Ag 1.340.365/PR, DJE 29/11/2010; STJ, AgRg no REsp 1.088.756/SC, DJe 03/11/2009); 7) declarações em geral de terceiros, como vizinho e parceiro rural, por consubstanciarem mera declaração testemunhal reduzida a escrito (TNUJEF, PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE, DJ 25.03.2009, PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE, DJ 29.05.2009); 8) declarações de servidores públicos, sem indicar os documentos públicos que estão arquivados na repartição e que embasaram as informações, pois equivalem a mero testemunho reduzido a escrito;9) requerimentos de matrícula em escola pública, sem comprovação da entrega ao órgão público, ou sem assinatura de servidor público; 10) meros formulários preenchidos em unidades de saúde, referentes a dados de qualificação do paciente, quando a profissão é informada pelo interessado sem nenhuma diligência ou atenção na confirmação do referido dado.
Observa-se que a lei exige o início de prova material consubstanciada em documentação abrangida pelo período de carência da aposentadoria rural. Aplica-se, a propósito dessa questão, a Súmula nº 34 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar."
Com o intento de comprovar o exercício de atividade rural pelo período de carência exigido por lei, a parte autora coligiu aos autos alguns documentos.
Através de análise dos autos, observa-se que dele consta: documentos emitidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais (filiação em 5/10/2010, anexo 3, fls. 1 a 3); comprovantes de pagamento de ITR - Imposto Territorial Rural em nome de terceiro (anexo 3, fl. 5); declaração de terceiro proprietário de imóvel rural (anexo 3, fl. 4), dentre outros de menor importância.
Conforme se deduz, os documentos apresentados pela parte postulante não são suficientes para servir como início de prova material do efetivo exercício de atividade rural em período mínimo exigido por lei, nos termos já expostos nesta sentença.
Além disso, a parte autora reside na zona urbana de Brejo Santo/CE (anexo 2, fl. 5), circunstância essa que, apesar de não impossibilitar o reconhecimento da qualidade de segurado especial, reforça o entendimento de que a parte requerente não exerce atividade rurícola.
Assim, tenho por não atendidos todos os requisitos necessários para a concessão do benefício requerido na inicial'.
7. Restou, também, consignada a seguinte observação no acórdão:
"Ao contrário da sentença, admito que os documentos juntados constituem início de prova material, mas tais elementos, juntamente com o restante do contexto probatório, são insuficientes para comprovar a condição de segurado especial".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período necessário ao implemento da carência legal.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004164-09.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:DARCI BITTELBRUNN
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:
'Na esfera administrativa, a parte autora declarou que se separou de fato do marido em 2007, ocasião em que se mudou para a cidade de Blumenau, onde permaneceu por cerca de três anos. Declarou, ainda, que após a separação não exerceu mais nenhum tipo de atividade rural (pág. 7, PROCADM9, evento 1) No processo administrativo foram ouvidas três testemunhas (evento 15) que corroboraram as afirmações da parte autora de que ela sempre exerceu atividade rural. Apenas a testemunha Muzzolino Moser disse não ter certeza de que a atividade rural foi exercida após 2008, quando o casal vendeu suas terras. Com base nas provas produzidas, penso não ser possível o reconhecimento do período posterior a 14.04.2007 já que, em relação a esse período equivalente à carência, há escassez de elementos documentais, e essa escassez de documentos culmina por retirar a convicção de que a atividade rural foi efetivamente desempenhada ao tempo em questão. Documentos de cadastramento eleitoral dos membros da família, fichas de filiação ou de recolhimento de contribuição a cooperativas ou sindicato de trabalhadores rurais, documentos bancários de custeio da lavoura, notas de produtor rural, cadastros de paróquias ou comunidades religiosas, certidões religiosas de apadrinhamento de casamentos, documentos relativos a cadastro perante órgãos de saúde ou de assistência social das prefeituras municipais, documentos atinentes a internações hospitalares, entre outros documentos, quase sempre podem ser obtidos junto às instituições com as quais sua lavratura se relaciona, ainda que algum tempo tenha se passado desde a época com a qual guardam referência. Tais documentos inegavelmente tendem a fornecer qualificação segundo a profissão efetivamente exercida, e não em face tão-só da qualidade de proprietário de terras rurais; na pior das hipóteses, se não permitirem prova de que a atividade rural era exercida, tenderão a provar, ao menos, que não era outra a atividade desempenhada. Assim sendo, é de se exigir, do segurado, abandono ao comodismo e algum empenho em instruir o processo com elementos documentais diversificados. No caso dos autos, a pretensão trazida a juízo pela parte autora apresenta-se, em relação ao lapso temporal em questão, anêmica desse sustento documental mais incisivo, não havendo justificativa para que tão extensa variedade de documentos não tenha sido explorada para comprovação dos fatos nos quais se ampara o direito alegado na inicial. Fica até a suspeita de sonegação de documentos que poderiam conter informações que não se comprazeriam com o pedido formulado nos autos. É, portanto, a escassez de elementos mais seguros de prova acerca desses fatos que impede a convicção que permitiria o reconhecimento do desempenho de atividade rural na forma alegada. Vale destacar que se pretende o reconhecimento de mais de seis anos de atividade rural e nenhum elemento documental que pudesse confirmar a alegada atividade rural como indispensável ao sustento da família foi produzido. Não há uma justificativa razoável no processo para a inexistência de qualquer documento relativo a este período, que corresponde justamente ao tempo mais recente, quando as atividades agrícolas revestiram-se de maior formalidade documental, e cujo depósito ou armazenamento, por ser mais recente, estaria preservado mais facilmente do que aqueles documentos mais antigos, relativos à década de 1990. Merecem especial destaque, ainda, as declarações prestadas pela parte autora na esfera administrativa, onde declarou não ter exercido mais atividade rural após 2007, o que vai ao encontro do raciocino exposto. Desse modo, tenho que não restou comprovado o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, que é aquele indispensável o sustento da família, pelo período equivalente à carência'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurado especial no período necessário à obtenção do benefício, ante a fragilidade do contexto probatório.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Por fim, diante da afirmação da autora de que parou de trabalhar nas lides rurais em 2007, tendo completado 55 anos em 2013, verifica-se que o provimento hostilizado está em consonância com a Súmula 54 desta TNU, o que também obstaria o conhecimento do incidente.

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 e Questão de Ordem 13 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003724-13.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA DA CONCEIÇÃO CUSTODIO ARRUDA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:

'(...) Traçadas estas premissas, observo que, no caso dos autos, foram apresentados, dentre outros, os documentos seguintes, para formar o início de prova material: - Certidão de casamento da autora com José Luiz do Nascimento Rosa, celebrado em 1980, sem qualificação profissional dos noivos (evento 01, PROCADM3, pág. 08); - Certidão de nascimento de Antônio Donizete Arruda, filho da autora, registrado em 1980, qualificando o esposo da autora como lavrador (evento 01, PROCADM3, pág. 09); - Registros escolares dos filhos da autora, qualificando o esposo da autora como lavrador em 1989 (evento 01, PROCADM4, pág. 01/02); - Certidão de nascimento de Clézio de Arruda, Claudete Custódio Arruda, Valdete Arruda, Clévis Arruda, Mário Arruda, Karina Arruda, Patrini Arruda , filhos da autora, registrados em 1980, 1985, 1986, 1992, 1995, 1998 qualificando o esposo da autora como lavrador (evento 01, PROCADM4); - Contrato de parceria rural feito entre Arlindo Leonardo Eing e o esposo da autora, relativo a 5,5 hectares de terras para plantio de fumo, em 1987 (evento 01, PROCADM4); - Contrato de parceria rural feito entre José Silvio Tenfen e a autora e seu esposo, relativo a 2,4 hectares de terras para plantio de fumo, em 2001 (evento 01, PROCADM5, pág. 02); - Certidão de casamento da filha da autora, qualificando a autora e seu esposo como agricultores, em 2009 (evento 01, PROCADM5, pág. 06); - Ficha de atendimento na Secretaria Municipal de Saúde, relativa à família da autora, qualificando todos os integrantes como agricultores, emitida em 2012 (evento 01, PROCADM5, pág. 07); - Contrato de arrendamento rural em nome de Maria Roseli da Silva e a autora e seu esposo, relativo a 02 hectares de terra, em 2013 (evento 01, PROCADM5, pág. 09); - Nota fiscal indicando a comercialização de cebola em nome do esposo da autora em 2013 (evento 01, PROCADM5, pág. 12) (...). Com base nas provas produzidas, penso não ser possível o reconhecimento já que, em relação ao período equivalente à carência, há escassez de elementos documentais e testemunhais, o que retira a convicção de que a atividade rural foi efetivamente desempenhada ao tempo em questão. Documentos de cadastramento eleitoral dos membros da família, fichas de filiação ou de recolhimento de contribuição a cooperativas ou sindicato de trabalhadores rurais, documentos bancários de custeio da lavoura, notas de produtor rural, cadastros de paróquias ou comunidades religiosas, certidões religiosas de apadrinhamento de casamentos, documentos relativos a cadastro perante órgãos de saúde ou de assistência social das prefeituras municipais, documentos atinentes a internações hospitalares, entre outros documentos, quase sempre podem ser obtidos junto às instituições com as quais sua lavratura se relaciona, ainda que algum tempo tenha se passado desde a época com a qual guardam referência. Tais documentos inegavelmente tendem a fornecer qualificação segundo a profissão efetivamente exercida, e não em face tão-só da qualidade de proprietário de terras rurais; na pior das hipóteses, se não permitirem prova de que a atividade rural era exercida, tenderão a provar, ao menos, que não era outra a atividade desempenhada. Assim sendo, é de se exigir, do segurado, abandono ao comodismo e algum empenho em instruir o processo com elementos documentais diversificados. No caso dos autos, a pretensão trazida a juízo pela parte autora apresenta-se, em relação ao lapso temporal em questão, carente desse sustento documental mais incisivo, não havendo justificativa para que tão extensa variedade de documentos não tenha sido explorada para comprovação dos fatos nos quais se ampara o direito alegado na inicial. Também a prova testemunhal se mostra insuficiente, já que todas as testemunhas apresentadas tiveram contato com a autora apenas nos últimos 04 anos, sendo que o período de carência, que exige a demonstração do trabalho na agricultura de subsistência, é de 14 anos, conforme afirmado nas primeiras linhas dessa sentença. Percebo, então, que a autora não conseguiu constituir prova sobre um período de 10 anos, que corresponde a 70% do período em discussão. Por fim, observo que a condição de segurado especial é marcada por contornos muito específicos, notadamente a exigência de que a agricultura tenha sido exercida em regime de economia familiar, com mútua dependência dos integrantes da família para o cultivo e mediante a comercialização dos excedentes. Trata-se de um perfil característico de parcela da sociedade brasileira, que, por ter ficado excluída do mercado formal de trabalho, depende exclusivamente da produção agrícola que extrai, junto com os seus familiares, da terra que cultiva. E não me parece ser esse o caso posto sob julgamento. Com efeito, não estou convencido de que a autora tenha dedicado os últimos anos de sua vida à produção agrícola artesanal, em regime familiar. As evidências probatórias denotam que a autora até trabalhou como agricultora, mas em condições diversas da exigida para a caracterização do segurado especial, e por tempo menor do que o exigido no caso concreto. Desse modo, tenho que a prova documental e testemunhal mostrou-se precária, não sendo apta para comprovar o exercício de atividade rural pelo período equivalente à carência'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurado especial no período necessário à obtenção do benefício, ante a fragilidade da prova documental e testemunhal.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003720-73.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ALBANO RODRIGUES MACHADO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:
'Traçadas estas premissas, observo que, no caso dos autos, foram apresentados, dentre outros, os documentos seguintes que guardam proximidade com o período de carência, para formar o início de prova material: - Certidão de registro civil indicando a existência de imóvel rural em nome da genitora do autor, na localidade de Vila Serril, Braço do Trombudo/SC desde 1974 (evento 01, PROCADM3, pág. 24); - Notas fiscais indicando a comercialização de produtos rurais em nome do autor nos anos de 2004, 2006, 2007, 2009, 2012 (evento 01, PROCADM3, pág. 27 e PROCADM4); - Contrato de comodato realizado entre o autor e sua mãe, Eflonisia Francisco Machado, com data de 2008, relativo a imóvel que mede 4,4 hectares (evento 01, PROCADM4, pág. 10); - Benefício previdenciário de auxílio doença recebido pelo autor na qualidade de segurado especial em 2006 (evento 01, PROCADM4, pág. 20). Em sua entrevista rural o autor declarou que exerce atividade rural em terras de sua mãe na localidade de Serril, trombudo Central, desde a infância até os dias de hoje. Referiu ter se casado em 1972, mas permanecido na lavoura, sem se afastar da atividade rural. Relatou que plantam milho, beterraba, aipim e criam vacas, novilhas e bezerros, comercializando o excedente da produção. A primeira testemunha ouvida (...) referiu conhecer o autor desde a infância, de modo que sabe que ele trabalhou na lavoura desde pequeno junto de seus pais e irmãos. Mencionou que o autor reside na mesma propriedade até hoje e sempre trabalhou na lavoura, sendo esta a sua única fonte de renda. A segunda testemunha (...), da mesma forma, informou que o autora sempre trabalhou na lavoura, plantando milho, feijão, aipim, batata, verduras e criando alguns animais. Por fim, a testemunha (...), asseverou que o autor trabalha na lavoura desde a infância e permanece até hoje. Mencionou que o autor sempre trabalhou em regime de economia familiar, permanecendo na mesmo localidade, onde planta diversas culturas e cria alguns animais, sem auxílio de empregados ou de maquinário, sobrevivendo exclusivamente da atividade rural. Com base nas provas produzidas, penso não ser possível o reconhecimento da atividade rural alegada já que, em relação ao período de carência (1996 a 2010 ou 1998 a 2013), é escassa a prova documental que efetivamente demonstre que o autor tenha exercido atividade agrícola. Não ignoro que o contexto familiar e social do autor remete a um ambiente rural, notadamente se consideradas as suas origens e os relatos próprios à sua juventude. Todavia, a escassez documental relativa ao período da carência (década de 1996 em diante) não permite identificar, com segurança que o autor tenha permanecido no efetivo exercício da atividade rural ou, pelo menos, que a lida agrícola tenha sido a atividade principal, indispensável à subsistência familiar. Esta não chega a ser uma conclusão, mas sim uma hipótese, que se contrapõe ao alegado, de modo parcial e interessado, pelo autor. Observo que o período questionado remete justamente a uma época em que os procedimentos de documentação da atividade agrícola passaram a ser mais usuais, inclusive entre pequenos produtores. O fato, enfim, é que não encontro segurança para afirmar que o autor efetivamente exerceu atividade rural no período questionado, e isso se deve à insuficiência probatória, ônus que incumbe a quem alega. Destaco que, no caso concreto, não há qualquer documento que evidencie cabalmente a atividade rural entre o intervalo de 1996 a 2004, intervalo que aproximadamente 08 anos sem qualquer prova documental. Documentos de cadastramento eleitoral dos membros da família, fichas de filiação ou de recolhimento de contribuição a cooperativas ou sindicato de trabalhadores rurais, documentos bancários de custeio da lavoura, notas de produtor rural, cadastros de paróquias ou comunidades religiosas, certidões religiosas, documentos relativos a cadastro perante órgãos de saúde ou de assistência social das prefeituras municipais, documentos atinentes a internações hospitalares, entre outros documentos, quase sempre podem ser obtidos junto às instituições com as quais sua lavratura se relaciona, ainda que algum tempo tenha se passado desde a época com a qual guardam referência. Tais documentos inegavelmente tendem a fornecer qualificação segundo a profissão efetivamente exercida, e não em face tão-só da qualidade de proprietário de terras rurais; na pior das hipóteses, se não permitirem prova de que a atividade rural era exercida, tenderão a provar, ao menos, que não era outra a atividade desempenhada. Assim sendo, é de se exigir, do segurado, abandono ao comodismo e algum empenho em instruir o processo com elementos documentais diversificados. No caso dos autos, a pretensão trazida a juízo pela parte autora apresenta-se, em relação ao lapso temporal em questão, insuficiente nesse sustento documental mais incisivo, não havendo justificativa para que tão extensa variedade de documentos não tenha sido explorada para comprovação dos fatos nos quais se ampara o direito alegado na inicial. É, portanto, a escassez de elementos mais seguros de prova acerca desses fatos que impede a convicção que permitiria o reconhecimento do desempenho de atividade rural na forma alegada. Desse modo, tenho que não restou comprovado o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar pelo período equivalente à carência'.

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade, não sendo apto à comprovação do trabalho rural como segurado especial pelo período necessário à obtenção do benefício.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Ainda, dispõe a Súmula 34 da TNU que, para fins de comprovação de tempo rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provas, tendo a sentença verificado um lapso de oito anos sem qualquer início de prova material. E por último, a ampliação da prova testemunhal, seja de forma retroativa ou prospectiva, também é situação a ser verificada em cada caso concreto, a depender da prova testemunhal, se convincente e harmônica (PEDILEF 00079192720104014300, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DJ 30/11/2012) . Afastar ou modificar esta análise feita pelo juízo de origem implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001794-78.2013.4.04.7206
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MÁRIA VERONICA VELHO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:
'Em audiência, a autora declarou, em síntese: 'Que mora há 19 anos em um sítio de sua propriedade, medindo 02 alqueires de terra, na localidade Fundo do Campo, município de Otacílio Costa. Que é casada há mais de 40 anos. Que seu marido era empregado e trabalhou fora por algum tempo, sendo que ele já está aposentado por tempo de serviço. Que quando compraram o terreno, seu marido já estava aposentado. Que plantam milho e feijão só para se manter, para consumo próprio. Que não conseguem sobreviver somente da aposentadoria do marido. Que já faz 08 anos que diminuiu a produção na lavoura, por problemas de saúde.' A prova testemunhal confirmou que a autora é proprietária de imóvel rural medindo 02 alqueires, onde planta milho e feijão para consumo próprio, e que seu marido é aposentado. Extrai-se do documento constante do evento 26, que o marido da autora, Pedro Juarez Velho, recebe aposentadoria especial desde 10/09/1992, como industriário empregado, com renda mensal de R$ 1.553,81 (valor referente ao mês 08/2013). Para a caracterização do regime de economia familiar é necessário que haja uma relação de mútua dependência e colaboração entre os integrantes do grupo familiar, onde o trabalho dos membros é indispensável à própria subsistência. O labor rurícola não pode ser apenas um complemento na renda familiar, ou seja, deve ser a fonte de renda principal do núcleo familiar, o que evidentemente não ocorreu no caso em voga. Digo isso porque restou comprovado que, no período de carência, a principal fonte de manutenção da família advinha da aposentadoria recebida pelo marido da autora, e não da produção rural. Neste ponto, vale ressaltar a afirmação da autora em Juízo de que plantam somente para se manter, para consumo próprio. Logo, a autora não exerceu atividade rural em regime de economia familiar, de forma que não possui direito ao reconhecimento pleiteado, uma vez que, no período de carência, a alegada atividade agrícola era complementar à principal fonte de renda da família, advinda da aposentadoria especial de seu marido, e não a atividade principal indispensável à sua subsistência. Para ver seu pedido deferido, deveria a autora demonstrar, com provas consistentes (dentre elas, comprovação de comercialização da produção), que o serviço laborado no meio rural era a sua principal fonte renda, o que não ocorreu no caso em exame'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurado especial.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002707-39.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARGARIDA JUNCKES MULLER
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:

'A parte autora, havendo nascido em 21.09.1943, implementou o requisito etário para a aposentadoria por idade de trabalhador rural em 21.09.1998, e requereu o benefício em 22.02.2013. Considerando o período equivalente à carência previsto para o caso no art. 142 da Lei nº 8.213/91, deveria ela comprovar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar entre 1988 e 1995 ou entre 2006 e 2013. A aposentadoria por idade do trabalhador rural é instituída, em termos gerais e tidos como perenes, no art. 48, § 1º, da Lei nº 8.213/91, na redação atribuída pela Lei nº 9.876/99. A análise da comprovação da atividade rural ao longo do período equivalente à carência deve observar o regramento relacionado ao próprio art. 48, § 2º, da Lei nº 8.213/91. Para formar o início de prova material, a parte autora apresentou, dentre outros, documentos que indicam o exercício de atividade rural por ela e seu marido de 1974 a 1995. Na justificação administrativa, foram ouvidas três testemunhas que corroboram as afirmações da parte autora de que ela efetivamente trabalha na agricultura. Embora seja possível concluir que a parte autora exerceu algum tipo de atividade rural no período equivalente à carência, tenho que essa atividade não pode ser considerada como exercida 'em regime de economia familiar', que é aquele indispensável ao sustento da família. É que restou comprovado nos autos que a parte autora, desde 1975, exerceu atividades de natureza urbana, como professora, em face das quais se aposentou no ano de 2000, com rendimento mensal consideravelmente superior ao salário mínimo, ao que se infere das contribuições registradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (evento 22). Ela própria o reconheceu ao ser entrevistada no âmbito do processo administrativo (evento 18, PROCADM1, p. 31). É pacífico na jurisprudência o entendimento de que o simples fato de um dos integrantes do núcleo familiar obter rendimentos a partir de atividades urbanas não é suficiente para afastar o reconhecimento da atividade rural em regime de economia familiar dos demais membros. Todavia, neste caso presente, a própria parte que pretende ser reconhecida como segurada especial desempenhou atividades urbanas por longo período e obteve aposentadoria de natureza urbana em razão dessas atividades. Desse modo, mesmo que ela efetivamente desempenhe atividade rural, o que parece bem provável pela prova que foi produzida nos autos, essa atividade não pode ser classificada como 'em regime de economia familiar', pois não é a principal fonte de sobrevivência da família. A propósito, a documentação apresentada no processo não permite concluir que a produção obtida pela parte autora e seu esposo na atividade agropecuária lhes propiciasse rendimentos superiores aos de natureza urbana percebidos por ela e seu marido no período em questão. Nesse contexto, tenho por evidenciado que a subsistência do núcleo familiar da parte autora decorre preponderantemente de fontes urbanas, e não da agropecuária, de modo que ela não se enquadra na noção de segurada especial'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurado especial.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5009915-41.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA SENI LOPES CUNHA
PROC./ADV.:MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB:PR-16716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal do Paraná, que manteve a improcedência do pedido quanto à concessão de aposentadoria por idade, como segurada especial. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício; presunção da continuidade do labor rural. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:
'Nesse sentido, a parte autora apresentou os seguintes documentos: a) 1970 - Títulos de Lotes Coloniais e Título de Propriedade referente ao sítio da parte autora; b) 1976 - Certidão de casamento da parte autora, em que consta a profissão de seu marido e pai como lavradores. c) 1998 - Certidão de óbito de seu pai; d) 2001 - Nota fiscal de produtor rural; e) 2002 - Nota fiscal de produtor rural; f) 2003 a 2009 - Declarações de ITR; g) 2010 - Nota fiscal de produtor; h) 2010 - Declaração de Propriedade Rural; i) 2010 - Declaração de Exercício de Atividade Rural; j) 2010 - Declaração de inscrição no Cadastro de Produtor Rural do Estado do Paraná - CICAD-Pro; Entendo que a parte autora logrou êxito em apresentar documentação hábil a constituir início de prova material. Note-se que o labor rural deve ser provado entre os períodos de 1995 a 2009. Em relação a esses períodos, a documentação relativa ao óbito do genitor da autora, as notas fiscais de produtor rural e declarações de ITR indicam que há alguma vinculação dela com a zona rural, não havendo certeza acerca de atividade laborativa rural. (...). Analisando o conjunto probatório, entendo, primeiramente, que a parte autora não comprova o labor rural em todo o período de carência. De fato, a autora apresenta farta prova documental, que, no entanto, não é compatível com o seu próprio depoimento e das outras testemunhas. A literalidade dos documentos apresentados dá a entender que o trabalho rural, pelo menos desde 2001, vem sendo desenvolvido pela parte autora, até o ano de 2010. No entanto, conforme se extrai da prova oral produzida em juízo, a parte autora, em diversos momentos, ausentou-se do trabalho rural, fato este que embora não fosse reconhecido pelas testemunhas foi afirmado expressamente pela requerente. A autora teria morado por volta de 6 anos em Curitiba quando o seu pai ainda estava vivo. Além disso, a própria autora afirma expressamente que durante a doença de seu pai deixou de trabalhar na lavoura, para somente assisti-lo em sua enfermidade. Naquele período a atividade rural era exercida por terceiros contratados. Não obstante todas essas informações prejudiciais à sua pretensão a requerente ainda declarou que após a morte do genitor passou a trabalhar como diarista, fazendo limpeza de residências. Somente após a sua doença, que impediu o seu trabalho como diarista, a autora retornou à lide campesina. Portanto, é certo ser impossível reconhecer qualidade de segurada especial nos anos anteriores a 1998, bem como nos anos que logo seguiram ao óbito do pai em 1998. Pesa ainda, contra os argumentos da atividade rural da requerente, a fragilidade e precariedade do trabalho campesino por ela exercido. Os depoimentos são uníssonos ao apontar uma mínima atividade rural, em terreno extremamente reduzido e com uma produção extremamente limitada tanto pelas condições geográficas, como pelas condições físicas da requerente. Veja-se que a produção declarada pela autora é realmente apenas para o gasto, pois disse, por exemplo, e isso representa a sua produção após a sua doença, há 8 anos, que a última produção anual foi apenas meio saco de feijão e dois sacos de milho. Ora, tal produção é praticamente nula. (...) Além disso, vê-se que há contradição nas versões apresentadas. As testemunhas não sabiam informar que a autora contratou terceiros para exercer a atividade rural até o óbito do pai dela, nem que ela trabalhou como diarista pós o óbito. Uma das testemunhas disse que a autora saiu do terreno dela e mora no terreno dele, e que é nesse terreno da testemunha o local em que ela trabalha. Já a outra testemunha afirma que vê a autora praticamente todo mês, mas não sabia que ela morava há alguns anos no terreno da outra testemunha, e que seria lá o local onde ela estaria trabalhando. Essa testemunha repetia constantemente que a autora é muito doente e que pouco produz, e a impressão geral foi a de que ambos tentavam 'ajudá-la a ganhar o benefício', proferindo depoimentos descompromissados com a veracidade dos fatos. Repito que foi a própria autora quem afirmou em audiência que até o óbito do pai em 1998 não conseguia trabalhar em nada, porque o pai dela requeria cuidados constantes. E também foi ela quem disse que passou anos trabalhando como diarista, fazendo limpeza nas casas da região em que vive. Disse que ficou doente de diabetes mellitus mais ou menos por volta do ano de 2004 e que por isso ninguém mais quis contratá-la como diarista, forçando-a a plantar alguma coisinha em seu terreno para sobreviver. Tudo indica, portanto, que tal atividade é ínfima desde que ela começou a exercê-la, já incapacitada ao labor. Isso sem considerar que o terreno que possui é bastante pequeno (só 1/4 de alqueire), sendo que uma das testemunhas afirmou, ainda, que não se trata de terra boa para cultivo. O fato de não saber indicar nem quanto cobra pelo que supostamente produz confirma que realmente ela não tem a agricultura como labor. Com efeito, para a caracterização do segurado especial é necessário que o trabalho rural seja indispensável à subsistência, conforme define o artigo 11, inciso VII, da Lei de Benefícios. Nesses termos, deve-se exigir que a dedicação do trabalhador ao cultivo da terra seja substancial, sem o qual não possa subsistir. O fim buscado pelo legislador foi amparar tais pessoas, que, se excluídas do rol dos segurados, não teriam, na velhice ou na doença, como fazer frente às necessidades mais básicas, uma vez que nunca colaboraram para a Previdência. Daí ser necessária a exata comprovação da condição de segurado especial, nos termos do art. 11, VII, da Lei 8.213/91, por ser uma exceção ao princípio da contraprestação. Certamente esse não é o caso da autora, cujo cultivo pode ser equiparado a uma horta, que, por sua vez, não constitui atividade característica de trabalhador rural, estando mais adstrita aos afazeres domésticos, conforme já se pronunciou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no seguinte julgado: (...). Ora, o plantio em pequena área, no âmbito residencial, para consumo próprio, não tem o condão de caracterizar-se como exercício da agricultura nos termos do art. 11, VII e §1º, da Lei 8.213/91, nem dá à autora o direito à percepção dos benefícios previdenciários decorrentes da qualidade de segurado especial. Se assim fosse, qualquer pessoa, mesmo na área urbana, que tivesse uma horta de fundo de quintal, também seria segurada especial. Apelação e remessa oficial providas.' (Sexta Turma, AC 192901, Rel. Luiz Carlos de Castro Lugon, DJU de 26/01/00) Logo, diante da ausência de comprovação do exercício de atividade rural em todo o período de prova, bem como a ausência de comprovação da condição de segurada especial, o benefício não é devido nos moldes requeridos, vale dizer, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias'.
7. Por seu turno, consignou o acórdão:
'Agregue-se que, em que pese a autora tenha comprovado sua ligação às atividades campesinas desde tenra idade, do conjunto probatório apresentado infere-se que, após óbito do seu genitor (1998), ela passou a sobreviver de algumas diárias e da ajuda dos vizinhos. As notas fiscais apresentadas para os anos de 2001, 2005 e 2010, de valores ínfimos (R$ 84,00 e R$ 120,00), por si só, não bastam para caracterizá-la com segurada especial. Ainda que tenha permanecido no campo, depreende-se de seu depoimento pessoal e dos testemunhos, que cultiva algo semelhante a uma horta, destinada apenas a consumo próprio, não caracterizando, portanto, como efetivo trabalho rural'.
8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurada especial no período alegado (13/06/66 a 28/04/2010).
9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0501295-74.2014.4.05.8107
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOSE FRANCISCO AMORIM
PROC./ADV.:RAMON FERNANDES RODRIGUES
OAB:CE-14553
PROC./ADV.:AILA MAÍRA RODRIGUES XAVIER
OAB:CE-21995
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal do Ceará, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. O acórdão assim manteve a sentença de improcedência:

'A análise dos autos revela que a prova produzida pela parte autora não foi suficiente para demonstrar o direito ao benefício postulado. Em que pese os documentos apresentados, o exercício da atividade rurícola em regime de economia familiar, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, não se demonstrou nos autos. Embora a autora tenha instruído a inicial com alguns documentos normalmente reconhecidos pela jurisprudência como início de prova material, o fato é que a presunção de que tenha exercido atividade rurícola em regime de economia familiar, por todo o período de carência, não se confirmou'.

7. Com efeito, o magistrado sentenciante entendeu muito frágil o contexto probatório, insuficiente à demonstração do exercício de atividade rural, como segurado especial, pelo período de 15 anos. Destacou, também, as datas consideravelmente recentes dos documentos apresentados pela parte autora.

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período necessário ao implemento da carência legal.

9. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

12. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0000566-24.2013.4.01.3202
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSEFA RIBAMAR GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da Turma Recursal do Amazonas e Roraima, que manteve a concessão de aposentadoria por idade à autora, como segurada especial. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TNU, pois "considerou como início de prova material documentos que não se enquadram no conceito de início de prova material explicitado pelo STJ". Afirma o recorrente, também, não haver prova de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento, sendo a prova testemunhal, por sua vez, genéricas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A leitura do pedido de uniformização revela, em verdade, inconformismo do réu com o contexto probatório acolhido pelo juízo de origem. Aduz insuficiente e extemporânea a prova documental apresentada, bem como genérica a prova testemunhal, não havendo comprovação da alegada atividade rural no período afirmado. Ao final afirma: "tendo sido equivocado o critério jurídico de avaliação probatória, cabe nova análise das provas".

7. O incidente foi inadmitido em razão da Súmula 42 da TNU, vindo a este Colegiado após agravo.

8. A procedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:

'(...) A parte autora comprova sua condição de segurada especial e a carência mínima exigida.

5. Como início razoável de prova material, a parte autora juntou, entre outros, os seguintse documentos: certidão de casamento, indicando a atividade rural dela e do cônjuge, expedida em 16/05/2007 (fl. 08), fichas de matrículas de seus filhos na rede estadual de ensino, indicando agricultora como profissão, e ficha de inscrição social no sindicato dos trabalhadores rurais de Tefé. Por outro lado, o INSS não ofereceu provas capazes de infirmar tais documentos.

6. O vínculo de trabalho urbano registrado no CNIS em nome da parte autora é anterior a dezembro de 1995 e não coincide com o período de carência do benefício previdenciário pleiteado, mantendo-se a qualidade de segurada especial da parte autora durante o tempo exigido.

7. As provas documentais são corroboradas pelo contado do magistrado com a parte autora e pela prova testemunhal, tornando irretocável a sentença do Juízo a quo, o qual, por ter mais proximidade com a situação fática objeto da lide, detém posição privilegiada na matéria de fato'

9. Como se observa, o juízo de origem entendeu suficiente o início de prova material apresentado, corroborado pela prova testemunhal.

10. Neste ponto, a jurisprudência do STJ e da TNU:

'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)

'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).

'É, em tese, possível que a eficácia do início de prova material seja estendida prospectivamente (para o futuro) ou retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica'. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.

11. Assim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reavaliar o contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação:

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)

'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

12. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0000113-95.2011.4.01.4302
ORIGEM:TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERIDO(A):ALMIRA MARIA DE SOUSA E SILVA
PROC./ADV.:MARCOS PAULO FAVARO
OAB:TO-4128
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Tocantins, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:

'Não estão comprovados todos os requisitos para a concessão do benefício em espécie.

O único documento apresentado como início de prova material foi a certidão de casamento em que consta a profissão de lavrador do esposo porém, o INSS apresentou extrato do CNIS demonstrando diversos vínculos urbanos do esposo desde 1978 até o presente, o que infirma o início de prova material apresentado.

Sem início de prova material, não está demonstrada a condição de rurícola'.

7. Por sua vez, consignou o acórdão recorrido:

'A parte autora preencheu o requisito etário em 2009 (nasceu em 19/09/1954) e, portanto, deverá comprovar o exercício de atividade rural por 168 meses (14 anos). Assim, a carência deve ser demonstrada de 1995 até 2009. Acostados aos autos como início razoável de prova material: certidão de casamento (01/12/1975), qualificando o cônjuge como lavrador e a parte autora como doméstica. A prova material é demasiadamente escassa. Apesar de separado, o esposo firmou diversos vínculos urbanos, fato esse que infirma a presunção da certidão de casamento. Nesse particular, é dado observar que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola para efeitos da obtenção de benefício previdenciário'.

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade e insuficiência à comprovação do trabalho rural como segurada especial.

9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, inclusive com a Súmula 41 da TNU, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500139-51.2014.4.05.8107
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOSE AUGUSTO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS
OAB:CE-18543-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal do Ceará, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, constante de sua Súmula 14.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
' 3. A análise dos autos revela que a prova produzida pela parte autora não foi suficiente para demonstrar o direito ao benefício postulado. Em que pese os documentos apresentados, o exercício da atividade rurícola em regime de economia familiar, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, não se demonstrou nos autos. Embora a autora tenha instruído a inicial com alguns documentos normalmente reconhecidos pela jurisprudência como início de prova material, o fato é que a presunção de que tenha exercido atividade rurícola em regime de economia familiar, por todo o período de carência, não se confirmou.
4. Com efeito, diante do conjunto probatório, verifica-se que a promovente não comprovou o atendimento dos requisitos mínimos necessários para o deferimento do pedido. Assim, a sentença recorrida não merece reforma e deve ser mantida em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos'.
7. Por sua vez, ouvindo atentamente a sentença confirmada pelo acórdão hostilizado, observa-se que todos os documentos do autor foram analisados, bem como o exercício de atividade urbana em São Paulo e Fortaleza, como carpinteiro. O magistrado também analisou o contexto probatório após os vínculos urbanos, em atenção à Súmula 46 da TNU, entendendo, contudo, que os documentos posteriores são recentes e não abrangem período significativo da carência legal - Súmula 34 da TNU.
8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período necessário ao implemento da carência legal.
9. Não vejo dissonância com o disposto na Súmula 14 da TNU, pois o juízo de origem não exigiu início de prova material para todo o período a ser comprovado, examinando o pedido também em atenção ao que dispõe a Súmula 34 deste Colegiado - necessidade de início de prova material à época dos fatos a provar.
10. Afastar a análise feita pelo juízo de origem implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
11. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
12. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0000860-04.2008.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:HELVÉCIO ELEOTÉRIO MARTINS
PROC./ADV.:JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
OAB:SP 79.365
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela autora em face de acórdão da Turma Recursal de São Paulo, que manteve sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por idade à parte autora, por não comprovada a condição de trabalhadora rural em todo o período alegado.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. Alega a recorrente que o acórdão recorrido divergiu do entendimento da jurisprudência dominante do STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.633 - SP (2012/0214203-0) RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA) "A expressão "início de prova material", contida no art. 55, § 3º, da Lei 8.213/1991, não impede o reconhecimento da atividade rurícola em período imediatamente pretérito, razoavelmente contemporâneo à época dos fatos alegados, desde que testemunhos robustos e idôneos sejam capazes de ampliar a eficácia probatória do documento carreado aos autos pelo segurado. Em outras palavras, desde que robusta e idônea a prova testemunhal, é possível o reconhecimento do tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo juntado aos autos como início de prova material".
4. Afirma, também, que "o conjunto probatório ocorreu dentro da mais completa coerência a ensejar o reconhecimento do direito". Ainda, alega que "até o momento a prova do autor não foi examinada". Ao final, aduz que não admitir o exercício de atividade rural da recorrente implica em chancelar o cerceamento de defesa de seus direitos.
5. A meu ver, o incidente não comporta conhecimento.
6. O acórdão negou provimento ao recurso do autor nos seguintes termos:
"No caso em tela, a parte autora pretende o reconhecimento do período rural de 20.02.1957 a 20.07.1978, e para sua comprovação apresentou como início de prova material a certidão de casamento de 1974 e o
certificado de dispensa de incorporação de 1969, sendo digno de nota que o único documento em que consta sua profissão como lavrador é a certidão de casamento.
Com efeito, ainda que seja possível, com amparo da prova testemunhal, conferir certa amplitude a cada
documento apresentado, entendo que certamente não se poderia considerar que um único documento pudesse comprovar mais de vinte anos de atividade rural. Em razão, entretanto, da falta de impugnação do réu, e para evitar prejuízo da parte autora, única recorrente, fica mantido o período reconhecido de 20.02.1959 a 27.08.1975.
Em razão disso, nos termos da contagem realizada pela contadoria de origem, verifico que o autor não possui tempo de serviço suficiente para a concessão do benefício."
7. Portanto, ao contrário do que alegado pela recorrente, houve análise e valoração das provas documental e testemunhal pelo juízo de origem, não tendo o acórdão negado provimento ao recurso por não considerar tempo anterior a documento apresentado, mas por entender que a prova material restrita apenas a certidão de casamento revelou-se insuficiente para comprovar 20 anos de trabalho rural.
8. Como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)"
09. O presente incidente, portanto, implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara, nos termos da Súmula 42 desta TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
10. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF,16 de MARÇO de 2016.

FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0008630-25.2006.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ROBERTO DOS SANTOS
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS NASSER
OAB:SP-23445
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela autora em face de acórdão da Turma Recursal de São Paulo, que manteve sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por idade à parte autora, por não comprovada a condição de trabalhadora rural em todo o período alegado.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. Alega a recorrente que o acórdão recorrido divergiu do entendimento da jurisprudência dominante do STJ (RECURSO ESPECIAL N°31916 -CE (201/032814-8)) "(...) aduz autarquia recorrente não existir nos autos qualquer início de prova material suficiente par, juntamente com aprova testemunhal colhida, autorizar a concessão do benefício previdenciário, nos termos da Lei 8.213/91, art. 5, §3 o . Mas em razão.
Ao contrário do que alega, há nos autos prova documental razoável no sentido de que o marido da autora era trabalhador rural, conforme se verifica da certidão de casamento dos mesmos (fl. 1), devidamente considerado pela decisão atacada.
A Terceira Seção desta Corte, na hipótese com a dos autos em que a prova é de difícil produção, conclui pela extensão da condição do marido ao cônjuge virago, desde que o conjunto de outras provas o corroborem".
4. Afirma o autor , também, sem seu pedido de uniformização que "No caso, o recorrente apresentou a prova testemunhal idônea e sob o crivo do contraditório que não foi recusada pelo M. Juiz Federal que proferiu a sentença"
5. A meu ver, o incidente não comporta conhecimento.
6. A sentença mantida pelo acórdão recorrido examinou a questão do tempo rural nos seguintes termos:
"Verifico que há nos autos início de prova material hábil a comprovar parcialmente o efetivo exercício de atividade rural.
Na verdade, o único documento apto a servir como início de prova material é o título eleitoral, emitido em 1967, constando a atividade de lavrador do autor.
Isto porque o certificado de dispensa de incorporação, anexado às fls. 15/16 da inicial, foi emitido em 1968, não sendo contemporâneo ao período requerido pelo autor, de 1961 a 1967. Da mesma forma, as declarações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sales de Oliveira e do filho do proprietário da Fazenda São José, anexadas às fls. 17/19 também não são contemporâneas. Por fim, a ficha escolar do autor, constante às fls. 20 da exordial, dá conta de que em 1957 e 1958 o autor estudou na Escola Mista da Fazenda São José, não sendo documento hábil a comprovar o efetivo exercício de atividade rural pelo autor no período requerido de 1961 a 1967.
Assim, ante os documentos carreados aos autos, considero que só deve ser averbado em favor do autor o período de 01/01/1967 a 31/12/1967."
7. O acórdão manteve a sentença nos seguintes termos:
"2. Recurso da parte autora no qual alega direito ao reconhecimento do tempo de serviço rural trabalhado na Fazenda São José, Município de Nuporanga, período de janeiro/1961 a dezembro/1967, bem como que seja fixada a DIB na DER.
3. O período de trabalho rural pleiteado pelo recorrente não pode ser reconhecido, pois, conforme destacado na sentença, o conjunto probatório é escasso. Não há sequer início de prova material que sustente a prova testemunhal, a qual se mostra frágil, além de não ser possível sua utilização de forma exclusiva, como já pacificado pela Súmula 149 do STJ."
8. Portanto, ao contrário do que alegado pela recorrente, houve análise e valoração das provas documental e testemunhal pelo juízo de origem, não tendo o acórdão negado provimento ao recurso por não considerar tempo anterior a documento apresentado, mas por entender que a prova material apresentada era escassa e a prova testemunhal frágil.
8. Como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)"
09. O presente incidente, portanto, implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara, nos termos da Súmula 42 desta TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
10. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de MARÇO de 2016.

FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0502754-79.2012.4.05.8302
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ANTÔNIO SEVERINO DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB:PE-573-A
PROC./ADV.:FELIPE DE OLIVEIRA MESQUITA
OAB:DF 34673
PROC./ADV.:FERNANDO TORREÃO DE CARVALHO
OAB:DF- 20800
PROC./ADV.:ANDRÉ FONSECA ROLLER
OAB:DF-20742
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. LOAS. SENTENÇA DE IMPROCEDENCIA. ACÓRDÃO EM DISCORDÂNCIA COM ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ E TNU. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Pedido de uniformização interposto pelo autor em face de acórdão da Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a sentença de improcedência em razão da prescrição de fundo de direito de benefício requerido em 09/12/2002 e concedido em 23/12/2011.
2. Interposto nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, alegando divergência quanto ao entendimento adotado pela Turma Recursal de Pernambuco e súmula 85 do STJ e julgado TNU(05070596020084058201, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 06/07/2012.), no sentido de que ocorreu a prescrição de fundo de direito e não apenas a prescrição das parcelas vencidas e não requeridas no quinquênio que antecedeu a citação.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos a esta Turma Nacional após Agravo.
4. Alega o autor que o acórdão recorrido divergiu do entendimento do Superior Tribunal de Justiça - Sumula 85 - na medida em que, para o acórdão recorrido, ajuizada ação após cinco anos do indeferimento administrativo, de rigor o reconhecimento da prescrição do fundo de direito.
5. O incidente comporta conhecimento, diante da não observância de jurisprudência dominante desta corte, no sentido de que não ocorre a prescrição do fundo de direito.
6. A sentença de improcedência mantida pelo acórdão reconheceu a prescrição nos seguintes termos:
"Por se tratar de ação contra autarquia federal, a prescrição é qüinqüenal, conforme disposto no alegado artigo 1º do Decreto nº. 20.910/32, aplicável à espécie.
Ressalte-se, contudo, que consistindo a pretensão em pagamento de atrasados de benefício assistencial, não há de se falar em prestação de trato sucessivo, de modo que eventual prescrição observada atinge o próprio fundo do direito.
Desta feita, considerando o prazo de prescrição de 05 (cinco) anos (artigo 1º do Decreto nº. 20.910/32), seu termo final, no que se refere à pretensão deduzida, ocorreu em 30 de dezembro de 2007. Em conseqüência, tendo em vista que a ação foi ajuizada em 17/08/2012, mais de 05 (cinco) anos após o termo final, o prazo prescricional, de fato, já se consumou."
7. Conforme já decidido por esta corte reiteradamente , a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 20.910/32 tem aplicação somente no regime previdenciário estatutário, não alcançado o regime previdenciário geral que, dada a sua especialidade, possui regramento próprio. Nesse sentido:
EMENTA/VOTO PREVIDENCIÁRIO. INDEFERIMENTO, NA VIA ADMINISTRATIVA, DE AMPARO ASSISTENCIAL. DECADÊNCIA. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DE PARCELAS. INCIDENTE PROVIDO. (...) 2. Para enfrentar a existência ou não de prazo decadencial para postulação de benefício assistencial negado na via administrativa, traço o necessário paralelo com os benefícios previdenciários. 3. Vinco que a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 30.910/32 tem aplicação somente no regime previdenciário estatutário, não alcançado o regime previdenciário geral que, dada a sua especialidade, possui regramento próprio. 4. (...) 6. Assim, nem mesmo na seara previdenciária existe prazo decadencial a ser contado a partir do indeferimento de pedido administrativo. 7. Feitas estas considerações, passo ao exame da decadência do direito de postular benefício assistencial indeferido na via administrativa. Se nem para o regime previdenciário geral se aplica a norma veiculada no artigo 1º do Decreto n. 20.910, com muito mais razão tal normas não atinge os benefícios assistenciais, que possuem maior grau de especialidade e relevância. 8. Se a legislação previdenciária somente prevê prazo decadencial para a revisão de ato de concessão de benefício, qualquer paralelo com a seara assistencial somente pode, analogicamente, permitir a consideração de prazo decadencial para o ato de concessão de benefício assistencial. Mas como se trata de benefício não contributivo, necessariamente equiparado ao salário-mínimo, a revisão de sua concessão, por provocação do titular, é logicamente impossível (excetuando-se, logicamente, pedidos de cancelamento que não equivalem a uma revisão propriamente dita, salvo quando promovida pela Administração). 9. Registro que benefícios assistenciais não são mera liberalidade do legislador pátrio, tampouco como favor concedido pelo Estado. (...) 11. Por conseguinte, o direito à obtenção de benefício assistencial indeferido previamente na via administrativa não se sujeita à decadência, submetendo-se apenas à prescrição qüinqüenal de parcelas, conforme orientação fixada na Súmula nº 85 do STJ. (...) 12. Por fim, superada a prejudicial de prescrição e considerando que as instâncias inferiores não completaram a instrução do feito, determino a anulação da sentença e do acórdão recorridos, com o retorno dos autos ao Juizado de origem, para reabertura da instrução processual e incursão no mérito da lide. 13. Incidente provido. É como voto.(PEDILEF 05001899620084058201, JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, TNU, DOU 20/04/2012.)
8. Incidente conhecido e provido para determinar a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juizado de Origem para o processamento da demanda.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização DAR PROVIMENTO ao incidente interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, de MARÇO de 2016.

FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5016524-30.2013.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:WALDEMAR AMADEU
PROC./ADV.:RENATA SILVA BRANDÃO
OAB:PR-30452
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. DECADÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STF, STJ E TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÕES DE ORDEM 24 E 13/TNU.
1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Paraná, que manteve a sentença proferida, julgando improcedente do pedido de revisão de benefício concedido antes de 28/06/1997 em razão da decadência (DIB 06/07/1995).
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, alegando divergência quanto ao entendimento adotado pela Turma Recursal do Paraná e julgado do STJ (STJ - AREsp nº 589.363, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 14/10/2014.2 STJ - REsp 1.459.324/PR, Rel. Min. Og Fernandes, DJ 02/10/2014. 3. STJ - AgRG no AREsp nº 549.306, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 06/10/2014), no sentido de que a decadência não atinge os benefícios concedidos antes de junho de 1997.
3. O incidente não comporta conhecimento.
4. Primeiramente,quanto ao julgado do STJ mencionado, foi superado pela própria Corte Especial, já que deve ser considerado, na linha da orientação do Supremo Tribunal Federal, que uma vez concedido o benefício, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, tem início o prazo decadencial, que alcança toda e qualquer pretensão, tenha sido discutida ou não no processo administrativo. Como a decadência atinge o aspecto econômico do benefício, em proteção à previsibilidade atuarial do sistema, não há razão para afastá-la ao fundamento de que eventuais questões anteriores à concessão não teriam sido enfrentadas na via administrativa (por exemplo, especialidade do labor em determinado período, ou acréscimo de tempo rural). Nessa linha, tratando-se de questão anterior à discussão da graduação econômica, são indiferentes para a incidência do prazo extintivo os fundamentos suscitados (ou não suscitados) no processo administrativo de concessão.
5. O novel instituto alcança os atos administrativos anteriores ao seu advento, da seguinte forma: PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. PRAZO. ART. 103 DA LEI 8.213/91. BENEFÍCIOS ANTERIORES. DIREITO INTERTEMPORAL. 1. Até o advento da MP 1.523-9/1997 (convertida na Lei 9.528/97), não havia previsão normativa de prazo de decadência do direito ou da ação de revisão do ato concessivo de benefício previdenciário. Todavia, com a nova redação, dada pela referida Medida Provisória, ao art. 103 da Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), ficou estabelecido que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". 2. Essa disposição normativa não pode ter eficácia retroativa para incidir sobre o tempo transcorrido antes de sua vigência. Assim, relativamente aos benefícios anteriormente concedidos, o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28/06/1997). Precedentes da Corte Especial em situação análoga (v.g.: MS 9.112/DF Min. Eliana Calmon, DJ 14/11/2005; MS 9.115, Min. César Rocha (DJ de 07/08/06, MS 11123, Min. Gilson Dipp, DJ de 05/02/07, MS 9092, Min. Paulo Gallotti, DJ de 06/09/06, MS (AgRg) 9034, Min. Félix Ficher, DL 28/08/06). 3. Recurso especial provido. (REsp 1303988/PE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 21/03/2012)
6. O STF, em sede de repercussão geral, manifestou-se no mesmo sentido, conforme notícia veiculada em seu website, em 16/10/2013. Confira-se: STF reconhece prazo de dez anos para revisão de benefícios do INSS anteriores a MP de 1997O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (16) que o prazo de dez anos para a revisão de benefícios previdenciários é aplicável aos benefícios concedidos antes da Medida Provisória (MP) 1.523-9/1997, que o instituiu. Por unanimidade, o Plenário deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 626489, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para reformar acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe que entendeu inaplicável o prazo decadencial para benefícios anteriores à vigência da MP. A decisão estabeleceu também que, no caso, o prazo de dez anos para pedidos de revisão passa a contar a partir da vigência da MP, e não da data da concessão do benefício. A matéria discutida no RE 626489 teve repercussão geral reconhecida, e a decisão tomada pelo STF servirá como parâmetro para os processos semelhantes em todo o país, que estavam com a tramitação suspensa (sobrestados) à espera da conclusão do julgamento. O acórdão recorrido assentou como fundamento o entendimento "de que o prazo decadencial previsto artigo 103 (caput) da Lei de Benefícios, introduzido pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, por se tratar de instituto de direito material, surte efeitos apenas sobre as relações jurídicas constituídas a partir de sua entrada em vigor". Como, naquele caso, o benefício previdenciário foi concedido à segurada antes da vigência da Medida Provisória 1.523-9/1997, a conclusão foi a de que estaria "imune à incidência do prazo decadencial".O INSS argumentava que, ao vedar a incidência do prazo instituído pela lei nova aos benefícios concedidos antes de sua publicação, o acórdão violava frontalmente a garantia do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que trata do direito adquirido. Dessa forma, pedia que fosse restabelecida a sentença de primeiro grau que reconhecia a decadência. A segurada, por sua vez, alegava que, como o benefício foi concedido antes da vigência da lei, havia direito adquirido de ingressar com o pedido de revisão de seu benefício a qualquer tempo. O relator do processo, ministro Luiz Roberto Barroso, destacou que o direito a benefício previdenciário deve ser considerado como uma das garantias fundamentais previstas na Constituição Federal, pois "se assenta nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade e nos valores sociais do trabalho". Segundo ele, a competência para estabelecer as regras infraconstitucionais que regem este direito fundamental é do Congresso, e apenas se a legislação desrespeitar o núcleo essencial desse direito é que haverá invalidade da norma. "O fato de que, ao tempo da concessão, não havia limite temporal para futuro pedido de revisão não quer dizer que o segurado tenha direito adquirido a que tal prazo nunca venha a ser estabelecido."O ministro explicou que, em relação ao requerimento inicial de benefício previdenciário, que constitui o direito fundamental do cidadão, a legislação não introduziu nenhum prazo. E frisou que a concessão do benefício não prescreve ou decai, podendo ser postulada a qualquer tempo. Segundo o voto do relator, o prazo decadencial introduzido pela Lei 9.528/1997 atinge somente a pretensão de rever o benefício, ou seja, de discutir a graduação econômica do benefício já concedido. "A instituição de um limite temporal máximo destina-se a resguardar a segurança jurídica, facilitando a previsão do custo global das prestações sociais", afirmou. Em rigor, esta é uma exigência relacionada à manutenção do equilíbrio atuarial do sistema previdenciário, propósito que tem motivado sucessivas emendas constitucionais e medidas legislativas. Em última análise, é desse equilíbrio que depende a própria continuidade da previdência, para esta geração e outras que virão", sustentou. De acordo com o ministro, não há inconstitucionalidade na criação de prazo decadencial razoável para a revisão dos benefícios já reconhecidos. Ele lembrou que a lei passou a prever o mesmo prazo para eventuais pretensões revisionais da administração pública que, depois de dez anos, também fica impedida de anular atos administrativos que gerem efeitos favoráveis para seus beneficiários. "Considero que o prazo de dez anos é inequivocamente razoável. É tempo mais do que suficiente para a resolução de eventuais controvérsias interpretativas e para que o segurado busque as informações relevantes" afirmou em seu voto.
7. Por fim, este colegiado também alinhou sua jurisprudência ao entendimento acima (PEDILEF 05005505020124058403 - relatora Ângela Cristina Monteiro, DOU 06/11/2015).
8. Incidente não conhecido. Questões de ordem 24 e 13 desta TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0502571-19.2014.4.05.8309
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:COLOMBO DE OLIVEIRA CARVALHO
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB:PE-20418
REQUERIDO(A):FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDRAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. ENTENDIMENTO DO STJ ESPOSADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 038 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Formula a parte autora pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor (evento 021):
EMENTA
CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - APOSENTADORIA ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE - OMISSÃO LEGISLATIVA - MANDADO DE INJUNÇÃO JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.213/91 - REPERCUSSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL SOBRE ANUÊNIOS E LICENÇA-PRÊMIO - RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA PROVIDO, EM PARTE.
VOTO
Trata-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora, contra sentença exarada em sede de ação especial que julgou improcedente pedido com o qual se buscou o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições insalubres para fins de aposentadoria, referente ao período de 12.12.1990 até 28.04.1995, bem como repercussão desse reconhecimento no cômputo dos anuênios e licença-prêmio.
Com efeito, o cerne da questão tratada nos autos diz respeito à possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço trabalhado pelo servidor público em condições insalubres após 11.12.1990, data da publicação da Lei nº 8.112, que instituiu o regime jurídico dos servidores da UNIÃO e suas autarquias, como também, quanto à possibilidade de repercussão do tempo de serviço reconhecido como insalubre no cômputo dos anuênios e licença-prêmio.

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IN

Verifica-se, de início, a competência dos Juizados Especiais Federais para processar e julgar o feito em questão. De fato, tratando-se de regra limitativa da competência, a exceção prevista no inciso III, do § 1º, do artigo 3º da Lei nº 10.259/01 deve ser interpretada restritivamente, de modo a afastar da competência do Juizado Especial Federal tão somente as demandas que tenham por objeto precípuo a anulação de ato administrativo federal, tal como uma pretensão de anulação de multa administrativa, por exemplo, e não a infinidade de demandas que possam implicar indiretamente na anulação de ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio de acesso à prestação jurisdicional, no qual os Juizados Especiais constituem um dos desdobramentos possíveis do acesso à Justiça.

Não há que se falar em prescrição do fundo de direito, haja vista que se trata de ação com a qual se almeja ser reconhecido o direito à contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, estando caracterizada a mora legislativa pela não edição de lei dando concretude a esse direito. Em situações como a de que ora se cuida, portanto, é de se reconhecer tão somente a prescrição em relação às prestações devidas no qüinqüênio anterior ao ajuizamento demanda, conforme disposição do Decreto nº 20.910/32 e, bem assim, da Súmula nº 85, do c. STJ, ou seja, trata-se de hipótese de prescrição quinquenal. Nesse sentido, confira-se:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE ATO DE APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE PRESTADO NO REGIME ESTATUTÁRIO. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. MORA DO LEGISLADOR. STF. REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. STJ, SÚMULA 85. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA EM PARTE. 1. Sentença de procedência do pedido revisional de aposentadoria reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, sob o fundamento de que nas ações em que se visa rever ato de aposentadoria de servidor público, para inclusão do tempo de serviço insalubre, a prescrição da pretensão ao fundo de direito ocorre quando decorridos mais de cinco anos entre o ato de concessão e o ajuizamento da ação. 2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora ao argumento de que o acórdão recorrido é divergente da compreensão do Superior Tribunal de Justiça, para quem, segundo diz, a prescrição é parcial e progressiva nos casos de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário. 3. Incidente admitido na origem. 4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido. 5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça. 6. Sem delongas, vale registrar que o acórdão censurado divergiu, em parte, da posição encampada pela e. Corte Superior. Explico. O STJ já assentou entendimento no sentido de que a revisão de ato de aposentadoria para a contagem especial do tempo de serviço insalubre exercido durante o regime celetista submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da concessão do benefício, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32. Nesse ponto, não há ressalvas a fazer no acórdão recorrido, o que também não é objeto de irresignação no presente incidente. A controvérsia reside na possibilidade de contagem especial do tempo de serviço de atividade insalubre em regime estatutário, que não seria alcançada pela prescrição do fundo direito, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas há mais de cinco anos (STJ, Súmula 85). 7. Conforme realçado pela recorrente, o Superior Tribunal de Justiça, em recente julgado assim resolveu a questão: "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ESTATUTÁRIO. CONTAGEM ESPECIAL DO TEMPO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE INSALUBRE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MORA DO LEGISLADOR RECONHECIDA PELO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS REGRAS DO REGIME GERAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. AUSÊNCIA. 1. Não se conhece da suscitada violação do art. 535 do CPC quando o recorrente deixa de especificar em que consistiram os vícios do aresto impugnado, valendo-se de arguições genéricas de que o decisum não se manifestou sobre os dispositivos de lei por ele invocados. Incidência da Súmula 284/STF. 2. De uma maneira geral, a jurisprudência do STJ tem consignado que a revisão do ato de aposentadoria para obter-se o pagamento de diferenças remuneratórias prescreve em cinco anos após a aposentação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. 3. Todavia, quando se trata da contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, ainda não foi editada lei dando concretude a esse direito. Em razão disso, o STF reconheceu a mora legislativa e determinou, com efeito inter partes, a aplicação das regras do regime geral da previdência (MI 721/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ. 30.11.07). Com base nesse precedente, o aresto recorrido reconheceu a procedência do pedido, determinando o pagamento dos correspondentes consectários remuneratórios. 4. Nesse contexto, não havendo notícia de que o requerimento formulado pelo servidor fora negado pela Administração, inexiste prescrição do fundo do direito, pois a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar-lhe o direito consagrado pela norma constitucional. Logo, a prescrição apenas deve atingir as parcelas vencidas há mais de cinco anos, nos termos preconizados na Súmula 85/STJ. 5. Recurso especial não provido. (REsp 1287736/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 28/03/2012)" 8. Comprovado o vínculo estatuário da parte autora entre 1º/01/1991 e 28/04/1995 e, não havendo elementos que demonstrem a negativa da Administração a pedido eventualmente formulado pela recorrente, não há se falar em prescrição do fundo de direito pois, consoante sobredito julgado, a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar à postulante o direito consagrado na Carta da República, pelo que a prescrição, nesse caso, deve atender ao enunciado da Súmula 85, do STJ. 9. Ante o exposto, conheço do incidente de uniformização de jurisprudência e lhe dou provimento para restabelecer a sentença, tão-somente na parte em que deferido o pleito de conversão do período trabalhado pela autora em atividade insalubre no regime estatutário (17/06/75 a 31/05/81). Mantenho, por conseguinte, a condenação da União ao pagamento das verbas vencidas geradas em razão da revisão, considerada a prescrição qüinqüenal, nos termos em que consignado no julgado monocrático." (PEDILEF 05095139020114058400, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 13/06/2014 PÁG. 95/146.) - Grifou-se.

Quanto à possibilidade de ser computado o tempo de serviço laborado por servidor público em condições insalubres, a partir da vigência da Lei nº 8.112/90, tem-se pelo seu cabimento.

É que, apesar da previsão constitucional contida no art. 40, §4º, da Carta Magna de 1988, a exigir a edição de uma lei complementar que venha fixar os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos estatutários que exerçam atividades em condições especiais, esta norma ainda não foi editada até os dias de hoje.

Por tal razão, o c. STF, quando, no julgamento do Mandado de Injunção nº 721-7/DF, firmou posicionamento no sentido de que, "inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91".

Vê-se, portanto, que segundo o juízo perfilhado pelo Pretório excelso, em face da morosidade legislativa no que diz respeito à edição de lei complementar para regulamentar a situação do servidor que exerce atividades sob condições especiais, devem ser aplicadas as normas correlatas previstas no art. 57, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. Nesse sentido, confiram-se:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. OMISSÃO LEGISLATIVA. ANÁLISE DOS REQUISITOS CONFORME A LEI Nº 8.213/91. LAUDO TÉCNICO PERICIAL. TEMPO ANTERIOR A 05/03/1997. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Tendo em vista a mora legislativa em regulamentar o art. 40, parágrafo 4º, III, da CF/88, que trata da aposentadoria especial dos servidores públicos, o Col. STF admitiu que a análise dos requisitos necessários à contagem do tempo de serviço especial, nesse caso, tenha por base o disposto na Lei nº 8.213/91, cujos artigos 57 e 58 disciplinam a concessão do aludido benefício, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. 2. Legítimo o reconhecimento, como especial, do tempo de serviço prestado pelo trabalhador cuja atividade, antes da Lei nº 9.032/95, encontrava-se catalogada nos Anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. 3. No que concerne ao período posterior a 28/04/95, é necessária a comprovação da efetiva exposição, permanente, habitual e não intermitente, aos agentes nocivos à saúde e à integridade física do segurado. Porém, admite-se tal comprovação por qualquer meio, inclusive pela apresentação dos Formulários SB-40 e DSS-8030, somente sendo exigível laudo técnico pericial assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho a partir de 05/03/1997, data da publicação do Decreto nº 2.172, que regulamentou a Lei nº 9.032/95 e a MP nº 1.523/96 - posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97. 4. O desempenho de atividade em condições especiais (exposição a agentes nocivos à saúde ou integridade física), comprovado nos termos da legislação vigente à época da prestação do serviço, implica direito adquirido à sua conversão em tempo comum, com a concessão do benefício de aposentadoria integral por tempo de contribuição. 5. Hipótese em que, considerando que somente a partir de 05/03/1997 passou a existir previsão legal no sentido de tornar obrigatória a apresentação do laudo técnico pericial, é descabida a exigência formulada pela impetrada. 6. Remessa e apelo desprovidos.

(APELREEX 00035836920114058200, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data::12/03/2013 - Página::136.) - Grifou-se.

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO e PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.112/90. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721-7/DF. ACOLHIMENTO. PRECEDENTE DO STF. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. 1. Para a comprovação do tempo de serviço especial, nocivo à saúde ou à integridade física até a entrada em vigor da Lei nº. 9.032, de 28.04.95, que alterou o caput do art. 57, da Lei nº. 8.213/91, era suficiente que a atividade exercida pelo segurado estivesse enquadrada em quaisquer daquelas arroladas pelos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79. Precedentes dos TRF's da 1ª e 3ª Regiões. 2. Quanto ao período especial prestado sob o regime estatutário, embora ainda não exista lei regulamentando a aposentadoria especial do servidor público e/ou a conversão do tempo de serviço especial em comum para fins de inativação, o STF, por meio de decisão nos autos do Mandado de Injunção nº 721-7, reconhecendo a mora na edição da lei regulamentadora, assegurou aos impetrantes daquela ação constitucional o exercício desse direito nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91. 3. Não obstante a decisão proferida pelo col. STF no Mandado de Injunção n. 721-7/DF não tenha efeito vinculante nem eficácia erga omnes, é recomendável que a referida decisão seja prestigiada pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário, de forma a uniformizar o entendimento sobre a matéria em questão. 4. Uma vez constatado que o autor, regido pela Lei nº 8.112/90, exerceu atividades insalubres, na especialidade de carpintaria e marcenaria, conforme Laudo Pericial produzido pelo Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista a manipulação de solventes e vernizes, agentes nocivos à saúde, é de ser convertido em seu favor o tempo de serviço especial por ele exercido em comum, para fins de revisão de aposentadoria, com a utilização do fator 1.4. 5. Honorários advocatícios majorados para R$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do artigo 20, parágrafo 3 c/c 4º do CPC. 6. Precedentes deste eg. TRF5 (2ª Turma, AMS 93244 CE, j. 14.07.2009, Rel. Des. Federal. Francisco Barros Dias, Relator para acórdão Des. Federal Convocado Rubens de Mendonça Canuto; 3ª Turma - AC 452876 PB, j. 08.10.2009; DJU 20.10.2009, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima). 7. Apelação do autor parcialmente provida e apelação da União e à remessa oficial improvidas.

(APELREEX 00165686120114058300, Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data::30/08/2012 - Página::277.) - Grifou-se.

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. SERVIDOR PÚBLICO. MÉDICO VETERINÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. PERÍODO COMO CELETISTA. DECRETO 83080/79. POSSIBILIDADE. PERÍODO COMO ESTATUTÁRIO. LEI COMPLEMENTAR. MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 721. LEI 9032/95. 1. Cuida-se de apelação e remessa obrigatória de sentença que concedeu parcialmente a segurança para "reconhecer ao Impetrante o direito à contagem de tempo especial das atividades exercidas como Médico Veterinário no período compreendido entre 15.02.1980 até a passagem para o regime estatutário (11.12.1990), bem como a conversão em tempo comum, mediante a aplicação do fator 1.4 e, em consequência, reconhecer-lhe o direito à aposentadoria por tempo de serviço com proventos proporcionais". 2. Considerando que a matéria afeta ao agravo retido está intrinsecamente relacionada à questão central debatida nos autos, sua apreciação fica postergada para o momento oportuno, quando do exame do mérito da contenda. 3. Quanto ao período especial prestado anteriormente à instituição do regime estatutário, entende-se que, nos moldes da jurisprudência pátria, capitaneada pelo e. STF, é cabível ao servidor público a contagem desse tempo sob o regime celetista para fins de aposentadoria, desde que a atividade considerada especial esteja catalogada nos anexos dos Decretos nº 53831/64 e nº 83080/79 e que se prove o exercício dessa atividade. 4. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo postulante no cargo de médico veterinário no período de 15 de fevereiro de 1980 até 11 de dezembro de 1990, um dia antes da publicação da Lei nº 8112/90, tendo em vista que essa profissão foi classificada dentre aquelas que expõem os profissionais a agentes nocivos, nos moldes dos itens 1.3.1 do Anexo I e 2.1.3 do Anexo II, ambos do Decreto nº 83080/79, e os documentos juntados aos autos provam que o autor permaneceu no exercício dessa profissão por muitos anos, adentrando pela década de 90. 5. A partir de 12 de dezembro de 1990, momento em que os servidores públicos passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único e a ostentar a natureza de estatutários, o art. 40, parágrafo 4º, da Constituição, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, previu a necessidade de lei complementar específica para regular a matéria afeta ao reconhecimento de tempo de serviço especial de servidor público. Não obstante isso, a jurisprudência deste e. Tribunal tem se posicionado favoravelmente ao cômputo do tempo de serviço especial do servidor público, mesmo após a conversão do regime para o estatutário, em razão de decisão proferida no Mandado de Injunção nº 721/DF, que teria criado um regime transicional, ao mandar aplicar o disposto no art. 57 da Lei nº 8213/91 também aos servidores submetidos ao Regime Jurídico Único, até que haja a efetiva regulamentação do art. 40, parágrafo 4º, da Constituição por lei complementar. 6. Em relação ao período posterior à edição da Lei nº 8112/90, somente para o intervalo que antecede a Lei nº 9032/95 não se faz a exigência de comprovação da exposição efetiva a agentes nocivos à saúde do servidor nem da apresentação de laudo técnico como requisito para o reconhecimento de tempo de serviço exercido em condições especiais. Após sua edição, passou-se a exigir a comprovação pelo interessado, por meio de laudo técnico individualizado, do tempo de trabalho, de forma permanente - e não ocasional nem intermitente - em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, tais como a efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e/ou biológicos. 7. Os documentos juntados aos autos pelo autor não se prestam a provar a alegada insalubridade no período posterior à edição da Lei nº 9032/95, mormente porque o laudo técnico pericial individualizado não se encontra assinado, não tendo, portanto, força probante. 8. Há que se reconhecer como especial o tempo de serviço prestado pelo requerente a partir de 15 de fevereiro de 1980 até 28 de abril de 1995, um dia antes da entrada em vigor da Lei nº 9032/95, tempo esse que deverá ser multiplicado pelo fator 1.4 e, posteriormente, somado ao período já reconhecido pelo INSS e àquele relativo à licença-prêmio não gozada, para fins de concessão de aposentadoria. Agravo retido improvido. Apelações da União e do INSS e remessa obrigatória improvidas. Apelação do autor parcialmente provida. (APELREEX 200105000016555, Desembargador Federal Cesar Carvalho, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::03/08/2012 - Página::377.) - Grifou-se.

Destaque-se, por outro lado, que a nocividade do trabalho exercido pela parte autora sequer é questão controvertida nos autos, haja vista que a FUNASA se limita tão somente a defender a tese da impossibilidade de reconhecimento da atividade como especial de servidor público, após a vigência da Lei nº 8.112/1990. De fato, segundo a defesa deduzida pela FUNASA, a contagem do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, na proporção prevista no Decreto-lei 1.873/81 e nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, nos termos do art. 186, § 2°, da Lei 8.112/90, somente será possível quando regulamentado o Art. 40, §4o, da Constituição Federal, portanto, não se há de falar que a autora seja detentora do direito de ver incorporado aos seus patrimônios jurídicos o tempo prestado sob condições insalubres, tendo em vista que o referido dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado.

Em sendo assim, afigura-se-nos cabível o reconhecimento do tempo de serviço especial laborado pela parte autora no período indicado nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quanto ao pedido de se fazer repercutir o tempo de serviço especial sobre os anuênios e licenças prêmio, tem-se pelo sua negativa, porquanto, o reconhecimento laborado sob condições especiais não vincula a concessão de anuênios e licenças-prêmio a mais, em razão da natureza e finalidade distintas desse institutos.
Não se pode perder de vista, outrossim, que a previsão constitucional se limita a autorizar a criação de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos que, em razão do trabalho, se submetam a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, não se podendo estender tal previsão também a outros aspectos funcionais não previstos no texto constitucional, para fazer incidir uma contagem diferenciada também para fins de concessão de anuênios ou de licença-prêmio. Perfilhando juízo idêntico, confira-se:
ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO/ESPECIAL. ANUÊNIOS. CÔMPUTO MAJORADO EM DECORRÊNCIA DO RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE MANTÉM. 1. Trata-se de apelação cível interposta por DAVID SIMONETTI BARBALHO contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 4ª Vara da SJ/RN que julgou improcedente o pedido visando à incidência do fator de conversão de tempo de serviço (1.4) sobre a Licença Especial/Prêmio não gozada e anuênios recebidos, assegurando-lhe o pagamento dos valores pecuniários correspondentes. Fixou, ainda, honorários advocatícios sucumbenciais em R$ 1.000,00. 2. Adoção da técnica de julgamento per relationem. 3. "Tendo tais benefícios a finalidade de recompensar o servidor, seja pelo tempo de exercício no serviço público, seja pela assiduidade, e sendo fundamentados na sua efetiva e ininterrupta prestação, não guardam correlação com o tempo majorado, decorrente do exercício de atividades penosas e perigosas, computado apenas para fins de aposentadoria. de aposentadoria." 4. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R$ 1.000,00 que se mantém, porquanto o aludido montante mostra-se realmente compatível com o trabalho realizado pelo Advogado e com o tempo por ele dispendido no acompanhamento da demanda. 5. Apelação a que se nega provimento.
(AC 00079741520124058400, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::27/11/2013 - Página::88.) - Grifou-se.
Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.
Verifica-se que, apesar de ter a sentença reconhecido a ilegitimidade passiva da União, não procedeu a sua exclusão do pólo passivo da lide. Assim sendo, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública cujo conhecimento é possível até mesmo de ofício, reconhece-se a ilegitimidade passiva da UNIÃO e, em consequência, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em relação a este Ente Político, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC.
Destarte, em vista de tudo o que foi exposto e por tudo mais que dos autos consta, DÁ-SE PROVIMENTO, EM PARTE, AO RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA, somente para reconhecer como tempo laborado sob condições especiais o período de 12.12.1990 (data posterior ao período já reconhecido administrativamente) até 28.04.95 (por presunção legal de nocividade), extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.
Sem condenação em honorários em face do benefício da justiça gratuita que ora se defere. Custas ex lege.

ACÓRDÃO

Vistos etc.
Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, por unanimidade, DAR provimento em parte ao recurso do autor, nos termos da ementa supra.
Recife/PE, data do julgamento.
Afirma a parte autora, nesta ação, que: (a) trabalhou na Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); (b) durante a realização de suas atividades (de combate a endemias), submeteu-se a diversos agentes perigosos e insalubres, sem qualquer espécie de equipamento de proteção individual (EPI); (c) a própria FUNASA, administrativamente, reconheceu o tempo como insalubre, entretanto limitou esse reconhecimento ao período em que os agentes de saúde eram do regime celetista (até 11/12/1990, portanto), e, mesmo assim, não fizeram com que esse acréscimo se refletisse na quantidade de anuênios e de licenças-prêmios dos servidores; (d) a sua atividade laboral está enquadrada na lista anexa ao Decreto n.º 53.834/64, e deve ter a sua insalubridade reconhecida por presunção legal, para fins de aposentadoria, de anuênios e de licença-prêmio; e (e) na falta do PPP e do LTCAT, a parte autora requer o reconhecimento da insalubridade por presunção legal até a edição da Lei n.º 9.032/1995.
Sustenta a parte autora, em seu incidente (evento 026), em resumo, que: (a) a Turma Recursal de Origem, ao não permitir que o tempo de serviço especial reconhecido repercutisse em seus anuênios e licenças-prêmios, entendeu contrariamente ao que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça; e (b) o servidor tem direito à repercussão da contagem diferenciada em decorrência do exercício de atividades especiais em seus anuênios e licenças-prêmios (AgRg no AI n.º 502.429).
2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.
3. Considero que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente.
4. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n.º 1.254.456, assentou, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade.
Transcrevo ementa do julgado:
ADMINSTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDRAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB AÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DAT DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CP. 1. (...). 2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado par todos os efeitos, inclusive par anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67e 10, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/9/08. 3. (...). 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. (...). (REsp n.º 1.254.456 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/05/2012)
Atualmente, o STJ vem adotando o entendimento esposado no aludido julgado:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 E 458, II DO CPC NÃO CONFIGURADA. CELETISTA CONVERTIDO EM ESTATUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÕES TRAZIDAS TÃO SOMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO A ANUÊNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI 8.112/90. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I E III DA LEI 8.162/91. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. (...). 3. O acórdão recorrido está em consonância com a atual diretriz jurisprudencial desta Corte, firmada no julgamento do Recurso Especial 1.254.456/PE, Representativo da Controvérsia, de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. 4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 306714 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01/10/2015) (grifei)
Nossa Suprema Corte possui julgados mais antigos que abarcam a tese da parte autora:
Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário. (RE 473895 AgR / RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 07-12-2006, PP-00048) (grifei)
5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que o tempo de serviço especial reconhecido repercuta em seus anuênios e licenças-prêmios, nos termos da Questão de Ordem n.º 038 desta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0009192-05.2004.4.02.5050
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:IZAEL DE MELLO REZENDE
OAB:ES 3.720
PROC./ADV.:ANA MERCEDES MILANEZ
OAB:ES-4538
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. VALOR DE ALÇADA. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. SOMA DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS. TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO ORDINÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. RESPEITO AO PRINCÍPIO CONSTITUICIONAL DA COISA JULGADA. LEI 12.016/2009. ART. 5º, III. INCIDENTE IMPROVIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão da Turma Recursal do Espírito Santo, que denegou a ordem em Mandado de Segurança interposto pela autarquia, buscando o reconhecimento da incompetência absoluta do Juizado Especial Federal em razão do valor de alçada suplantar o limite de 60 salários mínimos previstos no artigo 3º, § 2º da Lei 10.259/01.
2. Alegação de que o acórdão impugnado contraria o entendimento do STJ - AgRg no CC 103789/SP, AgRg no CC 80615/RJ e REsp 1184565/RJ - segundo os quais a competência dos Juizados Especiais é absoluta para julgar as causas cujo valor não ultrapassem 60 salários mínimos.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
4. No caso em tela, sem razão o INSS.
5. O acórdão impugnado assim consignou:
"Nos termos consagrados no §3º do art. 3º da Lei n. 10.259/-1, no foro onde instalada Vara do Juizado Especial Federal a sua competência é absoluta; pelo que as regras sobre ao valor da causa são cogentes, se lhes conferindo o atributo da imunidade a prorrogações.
Nessa Linha, sabemos que o valor da causa, na seara dos Juizados Especiais Federais, está adstrito à alçada de 60 (sessenta) salários mínimos, aferidos por ocasião da propositura da ação, convindo recordar que, em versando a pretensão sobre obrigações vincendas, para fins de competência, a soma de 12 (doze) parcelas não poderá exceder o referido valor (caput e §2º do art. 3º da Lei 10.259/01).
(...)
Da análise do caderno processual exsurge que, no momento da propositura da ação, a soma das parcelas vincendas ultrapassava o valor de alçada dos Juizados Especiais Federais, seja pela metodologia de cálculo da Autarquia Previdenciária, na qual se aferiu o importo de R$ 1.375,98 (...), seja pela metodologia adotada pelo magistrado, consistente na projeção de 12 (doze) vezes a prestação paga no mês do ajuizamento da causa, no montante de R$ 18.638,40 (...)
Nesse diapasão, é sobremodo importante estabelecer a sede e o momento processual oportuno para o controle da competência absoluta, cuja atribuição concerne tanto ao magistrado, ex officio, coo à parte, independentemente de exceção, diferentemente do que se sucede em relação à competência relativa.
(...)
O órgão judicial, por sua vez, deve realizar o controle da competência em qualquer grau ordinário de jurisdição, mas o trânsito em julgado da sentença é o limite nos Juizados Especiais Federais: uma vez transitada em julgado, a regra do exaurimento da competência proíbe que o juiz inove no processo (CPC, art. 463), o que o impede de apreciar até mesmo a questão que se põe acerca da incompetência absoluta.
Consigne-se, o rito procedimental que orienta os Juizados Especiais não admite o manejo de ação rescisória (Lei nº 9.099/1995, art. 59), não se mostrando lícita, desta feita, a utilização da via mandamental com o fim de desconstituição da coisa julgada. De fato, o ordenamento jurídico pátrio não tolera que se obtenha por via oblíqua o que a lei não permite obter por via direta.
(...) a autoridade da coisa julgada material é preponderante, seja porque tem matriz constitucional, estando inserta no rol dos direitos fundamentais, seja porque tem previsão no âmbito processual, especificamente no art. 474 do Código de Processo Civil, que assim dispõe: passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que aparte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido."
6. Com efeito, no caso em apreço, a questão da competência só foi levantada quando da liquidação da sentença, transitada em julgado (a contestação foi direta quanto ao mérito, sem qualquer preliminar, bem como o recurso apresentado pelo INSS). A sentença foi confirmada nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95, com trânsito em julgado certificado em 18/06/2009 (fl. 198). Determinada a liquidação do título, o INSS apresentou os cálculos (fls. 202/2010). Dada vista à parte autora, não houve impugnação, que confirmou a implantação do benefício, requerendo o pagamento dos atrasados (fl. 214). Somente quando da intimação das partes da expedição da requisição de pagamento, o INSS, em 06/02/2010, protocolizou petição alegando que, "por um lapso", deixou de ser observado o limite de alçada dos JEFs, pugnando pela elaboração de novos cálculos e observância da competência absoluta, o que foi indeferido pelo juízo, na fase de execução (fls. 239/246).
7. Como colocado no acórdão recorrido, aplicável ao caso o disposto no art. 474 do CPC. Acrescento, também, o disposto no artigo 5º, III, Lei 12.016/2009: Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
8. Desse modo, tenho que totalmente prejudicada a discussão trazida no incidente - cômputo das parcelas vencidas e vincendas ou apenas das 12 vincendas para aferição do valor de alçada dos Juizados Especiais Federais, e consequente competência do juízo - pois levantada somente após o trânsito em julgado, havendo vedação legal expressa quanto à concessão de mandado de segurança quando se cuidar de decisão judicial transitada em julgado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília (DF), 21 de outubro de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005220-95.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EUGÊNIO CHELMICKI
PROC./ADV.:IMELDA MARTINI
OAB:RS 37.382
PROC./ADV.:LUANA MARTINI CENTENO
OAB:RS-59841
PROC./ADV.:ESTELA ROJA
OAB:RS-61411
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PEDIDO DE REVISÃO PARA INCLUSÃO DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO DECORRENTES DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MARCO INICIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença de procedência, afastou a decadência do direito de revisão do benefício de aposentadoria percebido pelo autor, considerando que o marco inicial do prazo decadencial deve ser fixado na data do trânsito em julgado da ação trabalhista.
Defende a requerente que o acórdão combatido contraria a jurisprudência do STJ (AgRg no REsp nº 1.298.511/RS; AgRg no REsp 1.308.683/RS e AgRg no REsp 1.271.728) no sentido de que a decadência atinge todo e qualquer direito ou ação para a revisão do ato de concessão do benefício.
Com contrarrazões e após admitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este Relator.
É o breve relatório.
A Turma Recursal de origem afastou a incidência do prazo decadencial, agregando à fundamentação da sentença os seguintes argumentos:
Observo no que diz respeito à decadência do direito de revisar o benefício, a TRU4 firmou o entendimento de que 'o ajuizamento de reclamatória trabalhista visando o reconhecimento de diferenças salariais impede o curso do prazo do art. 103, caput, da Lei 8.213/91 até o seu trânsito em julgado' (IUJEF 0001255-58.2010.404.7254, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Joane Unfer Calderaro, D.E. 27/07/2012).
Afinal, o início do prazo decadencial somente surge a partir do nascimento do direito. E, enquanto não consolidado o direito referente às diferenças trabalhistas reclamadas, não tem o segurado interesse concreto para pleitear a revisão do amparo previdenciário.
No caso dos autos, a DIB do benefício é 18/03/1996, o trânsito em julgado da ação trabalhista ocorreu em 21/10/1999 (9- árvore de documentos, fl 116), e, antes de transcorrerem dez anos, a parte postulou a revisão administrativa em 21/02/2008 (9-árvore de documentos, fl. 50), sendo o pedido indeferido em 04/10/2010 (9- árvore de documentos, fl. 186), conforme carta de indeferimento de revisão.
Cumpre salientar que não corre o prazo decadencial durante o transcurso do processo administrativo, que só se reputa concluído após a notificação do segurado. Portanto, não há que se falar em decadência, tendo em vista que a parte autora ajuizou a ação em 09/03/2011.
Por sua vez, os precedentes do STJ invocados pela requerente foram os seguintes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI 8.213/1991. PEDIDO DE RENÚNCIA A BENEFÍCIO (DESAPOSENTAÇÃO). INCIDÊNCIA.
1. Trata-se de pretensão recursal contra a aplicação do prazo decadencial do art. 103 da Lei 8.213/1991 sobre os pedidos de renúncia de aposentadoria (desaposentação).
2. Segundo o art. 103 em comento "é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício".
3. O comando legal estipula como suporte fático-jurídico de incidência do prazo decadencial todo e qualquer direito ou ação para a revisão do ato de concessão.
4. O alcance é amplo e não abrange apenas revisão de cálculo do benefício, mas atinge o próprio ato de concessão e, sob a imposição da expressão "qualquer direito", envolve o direito à renúncia do benefício.
5. Entendimento adotado por esta Segunda Turma no AgRg no RESP 1.298.511/RS, na Sessão de 7.8.2012, estando ainda pendente de publicação.
6. Agravo Regimental não provido.
(AgRg no REsp 1305914/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 27/08/2012)
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI 8.213/1991. PEDIDO DE RENÚNCIA A BENEFÍCIO (DESAPOSENTAÇÃO). INCIDÊNCIA. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO. APLICAÇÃO DA REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DESTA. DIREITO INTERTEMPORAL. MATÉRIA APRECIADA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC.
1. Trata-se de pretensão recursal contra a aplicação do prazo decadencial do art. 103 da Lei 8.213/1991 à renúncia de aposentadoria (desaposentação).
2. Segundo o art. 103 em comento "é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício".
3. O comando legal estipula como suporte fático-jurídico de incidência do prazo decadencial todo e qualquer direito ou ação para a revisão do ato de concessão.
4. O alcance é amplo e não abrange apenas revisão de cálculo do benefício, mas atinge o próprio ato de concessão e, sob a imposição da expressão "qualquer direito", envolve o direito à renúncia do benefício.
5. Entendimento adotado por esta Segunda Turma nos AgRgs nos RESPs 1.298.511/RS e 1.305.914/SC (Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Dje 27.8.2012).
6. "Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)." (REsps 1.309.259/PR e 1.326.114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, sessão de 28.11.2012, julgados sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008).
7. Agravo Regimental não provido.
(AgRg no REsp 1308683/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 19/12/2012)
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. RENÚNCIA À APOSENTADORIA. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. O art. 103 da Lei de Benefícios, ao dispor sobre o prazo decadencial, o fez de forma abrangente, não se limitando apenas à revisão de benefício, mas, sim, fixando prazo para todo e qualquer direito ou ação no sentido de alterar o ato de concessão do benefício, o que inclui o direito de renunciar à aposentadoria.
2. Nos termos do art. 103 da Lei nº 8.213/91, "é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo".
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1271728/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 29/10/2012)
Conclui-se, portanto, que os precedentes invocados tratam de situações fáticas distintas da discussão presente nos autos.
Isso porque a jurisprudência do STJ selecionada pelo requerente refere-se à aplicação do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei de Benefícios aos benefícios anteriores à publicação da MP nº 1.523-9/97, assim como também à abrangência do referido art. 103, o qual fixou prazo para todo e qualquer direito ou ação no sentido de alterar o ato de concessão do benefício, inclusive o direito de renunciar à aposentadoria.
Tais teses não foram contrariadas pelo acórdão combatido, sendo que a controvérsia presente nos autos refere-se à fixação do termo inicial da decadência nos casos de revisão de benefício com base em verbas ´reconhecidas após o ajuizamento de reclamatória trabalhista.
Visto isso e diante da ausência de similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, o presente incidente não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n° 22 desta TNU.
Além disso, o acórdão combatido encontra-se em conformidade com o entendimento atualmente pacificado no âmbito do STJ acerca da matéria. Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PARCELAS REMUNERATÓRIAS RECONHECIDAS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO. TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NO ART. 103 CAPUT DA LEI 8.213/1991. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA TRABALHISTA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Acerca da aplicação do prazo decadencial para o segurado revisar seu benefício, a tese foi analisada pela Primeira Seção do Superior Tribunal Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais 1.309.529/PR, DJe de 4/6/2013 e 1.326.114/SC, DJe de 13/5/2013, ambos submetidos ao rito do recurso especial repetitivo, de Relatoria do Ministro Herman Benjamin.
2. Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista. Precedentes.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no REsp 1564852/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015) (grifei)
Desse modo, não resta comprovada a divergência alegada pela requerente.
Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de abril de 2016

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000884-10.2013.4.01.3201
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:FATIMA PAIMA RODRIGUES
PROC./ADV.:ANDERSON MANFRENATO
OAB:SP-234065
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Amazonas e Roraima, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, mantida pelo acórdão:
'No mérito, embora cumprido o requisito etário, não resta caracterizada a qualidade de segurada especial. O início de prova material resume-se a certidão de nascimento dos filhos, trata-se de documentos produzidos há mais de 3 décadas e, se são indicativos de uma atividade agrícola passada, nada dizem sobre a condição atual da autora. Já a certidão da Justiça Eleitoral (fls. 18) é meramente declaratória e por si só não é capaz de atestar a situação de fato exigida por lei para a concessão do benefício. As testemunhas ouvidas nesta audiência prestaram depoimentos desencontrados no que tante ao efetivo conhecimento a cerca do trabalho agrícola que a autora afirma desempenhar. A testemunha FELISBERTO afirmou exercer até os dias atuais atividade agrícola na mesma comunidade em que a autora trabalharia. Já a testemunha MARIA DIVA afirmou que o Sr. Felisberto trabalharia em outra localidade distante daquela em que a autora trabalharia. Esta última testemunha também relatou doença recente e o recebimento de benefício previdenciário a indicar a inconsistência dos relatos quanto ao exercício da atividade rurícola intensiva'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo (prova documental e depoimentos colhidos em juízo), concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurada especial.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0000241-41.2012.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANTONIO EMILIANO
PROC./ADV.:GLÁUCIA EMILIANO
OAB:SP-219346
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PREEXISTÊNCIA DA INCAPACIDADE À FILIAÇÃO OU REINGRESSO AO RGPS. ALEGAÇÃO DE AGRAVAMENTO. NÃO VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO AO LAUDO PERICIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SUMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização de lei federal interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de São Paulo que, dando provimento ao recurso do INSS, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez à parte autora, diante da incapacidade preexistente à filiação/reingresso ao Regime Geral da Previdência Social.

2. Aduz que o acórdão recorrido divergiu do entendimento da Turma Recursal de Goiás - processo n. 2006.35.00.726428-8 - segundo o qual devido o benefício se a incapacidade decorrer do agravamento da doença, mesmo que o início da enfermidade tenha se dado em momento anterior à refiliação ao RGPS, nos termos da exceção prevista no §2º, do artigo 42 da Lei 8.213/91.

3. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame da matéria fático-probatória.

4. No caso em tela, a Turma Recursal de origem assim fundamentou a improcedência do pedido, reformando a sentença:

'No caso em questão, realizada perícia médica 14.02.2012, constatou-se que a parte autora é portadora de retinopatia diabética e cicatriz macular, o que gerou cegueira legal em ambos os olhos. O senhor perito estabeleceu a data de início da incapacidade total e permanente da parte autora em maio de 2005.

Compulsando os autos, verifico que a r. sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido da parte autora nos seguintes termos: "(...) Quanto à qualidade de segurado do autor, observo, conforme documentação constante dos autos, que o mesmo possui vínculos empregatícios nos períodos de 19/03/1975 a 13/09/1978 e 01/12/2009 a 31/01/2011. O laudo pericial, por sua vez, fixou como data de início da doença o anterior a maio de 2009 e definiu a data de início da incapacidade do autor em maio de 2009, portanto, verifica-se que a incapacidade decorreu de agravamento da doença que possui. Não há dúvida, portanto, que a concessão do benefício ora pretendido está autorizada, nos termos do parágrafo único do art. 59 e no § 2º do art. 42, ambos da Lei nº 8.213/91".

Entretanto, em sentido contrário ao entendimento adotado pela parte autora, verifico que em 05.2009, data estabelecida pelo perito médico como a de início da incapacidade da parte autora, esta não possuía qualidade de segurada. Isto porque, como bem fundamentou a autarquia em suas razões recursais, após cessadas as contribuições vertidas de 09.03.1975 a 13.09.0978, a parte autora voltou a contribuir para a previdência apenas em 01.12.2009. Neste sentido, entendo que as contribuições consideradas na r. sentença de primeiro grau, ou seja, as vertidas pela parte autora de 01.12.2009 a 31.01.2011, foram recolhidas em momento no qual a parte autora já estava incapacitada para o trabalho, e portanto não podem ser consideradas para a concessão do benefício por serem preexistente à filiação, conforme veda o § 2º do artigo 42 da Lei nº 8.213/91, o qual transcrevo:

(...)

Observo, apenas, que a regra trazida na parte final do § 2º do art. 42 da Lei nº 8.213/91 ("salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão") se aplica às hipóteses em que o segurado se filia ao Regime Previdenciário já portador de uma doença, mas que ainda não o incapacita para o trabalho, e, após esta filiação (ou re-filiação, em casos interrupções das contribuições que causem perda da qualidade de segurado), a referida doença progride ou se agrava incapacitando o segurado para o exercício de suas atividades. Neste sentido, colaciono o seguinte julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42, § 2º, DA LEI Nº 8.213/1991. DOENÇA PREEXISTENTE À FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO.SÚMULA 7/STJ.

1. Demonstrado nos autos, que a incapacidade laboral é anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, não faz jus o segurado à aposentadoria por invalidez, conforme o artigo 42, § 2º da Lei 8.213/1991.

2. Rever o entendimento do Tribunal de origem quanto a existência da incapacidade laborativa do autor, antes mesmo de sua filiação junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do recurso especial. (Súmula nº 7/STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento".

(AgRg no Ag 1329970/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 31/05/2012)

Portanto, a meu ver, a parte autora não tem direito ao recebimento do benefício, tendo em vista que ficou provado nos autos que a incapacidade da parte autora é anterior a sua filiação ao Regime Previdenciário'.

6. Como se observa, a improcedência do pedido restou analisada e fundamentada pelo juízo de origem, com fulcro no contexto probatório.

7. Afastar esta análise implica revolver o conjunto probatório, o que é inviável em sede de pedido de uniformização.

8. Por fim, como já decidido por esta TNU:

'Com efeito, analisar se a incapacidade laboral resultante da patologia que atinge a autora é efetivamente preexistente ou não ao reingresso da demandante ao RGPS, contraria o ditame da Súmula n.º 42/TNU, que veda o conhecimento de incidente que implique em reexame da matéria de fato'. (PEDILEF 05035474320064058200, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, julgado em 29/03/2012, DOU 27/04/2012).

9. Incidente de uniformização não conhecido. Aplicação da Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0001162-66.2009.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARTIN DE SOUZA
PROC./ADV.:MARIA APARECIDA SILVA VASCONCELOS
OAB:SP-119109
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de São Paulo, que manteve sentença de procedência para reconhecimento de períodos de atividade rural e especial, concedendo ao autor benefício de aposentadoria. Aduz o recorrente que houve reconhecimento de período rural com fulcro apenas em prova testemunhal, em afronta ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
5. O acórdão manteve a sentença, que assim fundamentou a procedência do pedido quanto ao período rural:
'Quanto ao período de labor rural, o autor pretende o reconhecimento e averbação dos lapsos que medeiam 01/01/1967 a 31/12/1974, 01/01/1978 a 31/12/1980 e 01/01/1982 a 31/12/1982 - precisamente aqueles que restaram rejeitados em via administrativa, porquanto não haveria prova documental para os corroborar.
Para tanto, juntou aos autos certidões de matrícula e doação da fazenda denominada Canoas, certificado de batismo, título de eleitor, certificado de dispensa de incorporação, certidão de casamento, certidões de nascimento das filhas, declaração de exercício de atividade rural expedido por sindicato, e produziu prova testemunhal. Consigno que, lançando olhar sobre os documentos mencionados, logro encontrar a indicação de profissão lavrador.
As testemunhas ouvidas foram uníssonas em afirmar que o demandante laborou, desde criança, juntamente com seu genitor e irmãos, em regime de economia familiar, em lavoura de cereais - e, após suas núpcias, com plantio de café -, sempre sem o concurso de empregados e em propriedades pertencentes a terceiros.
Os documentos apresentados dão conta da atividade exercida (lavrador) na mesma época narrada, sendo considerados, pois, início de prova material.
O certificado de reservista, o título eleitoral e a certidão de casamento são, de forma já tranquila, aceitos como início de prova material para fins de comprovação de tempo de serviço rural. Em tal sentido, vejam-se os seguintes excertos colhidos junto aos Tribunais pátrios:
(...)
Além disso, afirmaram as testemunhas, ainda, que o demandante laborou na fazenda pertencente ao Sr. Azem (fazenda Canoas) - e a sua filha, após o falecimento deste - até seu ingresso nos quadros de empregados de fazenda vizinha à localidade (fazenda Libanesa), como retireiro, e, desta feita, com anotações em CTPS.
A versão fática narrada na inicial afigura-se-me, pois, verossímil, e está embasada em início de prova material, pelo que reconheço o período de labor rural pretendido, devendo ser averbado em favor do autor o total de 12 anos e 03 dias de trabalho rural, independentemente do recolhimento de contribuições (art. 55, §2º, da Lei 8.213/91)'.
6. Como se observa, ao contrário do que alegado pelo ora recorrente, foi apresentado início de prova material, corroborado pela prova testemunhal, concluindo o juízo pela comprovação do tempo rural alegado.
7. O provimento judicial, portanto, está em consonância com a jurisprudência do STJ:
'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)
'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).
8. Por fim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reavaliar o contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)
'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
9. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011435-76.2011.4.04.7201
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SERGIO ANTONIO MAZINI
PROC./ADV.:EVA TEREZINHA MANN
OAB:SC 11.663-B
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve sentença que reconheceu tempo de serviço rural, entendendo suficiente o início de prova material, ampliado pela prova testemunhal. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TNU, notadamente em suas Súmulas 149 e 34, respectivamente.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A sentença, confirmada pelo acórdão, assim consignou:
'A parte autora alega ter exercido atividade rural em regime de economia familiar no período entre 1/10/1961 a 28/2/1978. (...) Sendo assim, revendo entendimento anterior, adiro à jurisprudência uniformizada dos Juizados Especiais da 4ª Região para, à luz do caso concreto, mediante a adoção de critério de razoabilidade, admitir o reconhecimento do labor rural para aquém das datas constantes dos documentos apresentados. No caso em tela, como início de prova material, foram juntados ao processo administrativo os seguintes documentos: certidão de casamentos dos pais do autor, 1936, Cravinhos/SP, constando a profissão do pai como lavrador; certidão de nascimento da filha do autor, 1976, São Miguel do Iguaçu/PR, constando a sua profissão como lavrador; certidão de nascimento do filho do autor, 1974, São Miguel do Iguaçu/PR, constando a profissão do autor como lavrador. Tais documentos podem ser considerados como início de prova material, a serem corroborados pelos demais elementos probatórios coligidos ao processo. O autor, em seu depoimento pessoal, afirmou que nasceu em São Paulo, mas iniciou nas lides rurais na região de Londrina, mais ou menos a partir dos 08 anos de idade. Ainda novo, mudou-se para a região de Ubiratã/Campo Mourão, em terras arrendadas, com a família, tendo se mudado por volta de 1971 para a região de São Miguel do Iguaçu para trabalhar em fazendas. Lá se casou, teve dois filhos e, por volta de 1978, mudou-se para Foz do Iguaçu, para trabalhar na Usina de Itaipu. As três testemunhas do autor foram ouvidas na condição de informantes, tendo em vista que são parentes do autor (evento 34). Elias Lopes Barbosa, concunhado do autor, disse que o conheceu por volta de 1967 na região de Ubiratã, atestando seu labor rural. Mudou-se para São Miguel do Iguaçu um ano após o autor e pôde atestar seu labor rural na região. O depoente saiu de lá em 1979, época em que o autor já tinha saído para Foz do Iguaçu. Aquiles Mota, sobrinho do autor (filho da irmã da esposa do autor), disse que quando mais jovem, morou por 01 ano na região de São Miguel do Iguaçu, mudando-se posteriormente para o Paraguai. Teve pouco contado com o autor nesse período. E Deijaniro Elpino de Oliveira, concunhado do autor, ouvido por carta precatória (evento 41), disse que: Conheço o autor desde que era solteiro, em Piquiri, em lavoura de menta, há uns 40 anos atrás. O autor morou na fazenda Santa Cruz, Luciano Facarolli, na Linha Martins, em São Miguel do Iguaçu. Ele era arrendatário de uns 5 alqueires de menta e um pouco de lavoura branca, onde ficou por quase 6 anos. Antes nós trabalhávamos em outra fazenda, de nome Araçatuba, também em plantação de menta, que vendíamos para um japonês e também para um tal de Gilberto, que tinha um armazém. Depois de São Miguel o autor veio para Foz do Iguaçu, trabalhar de motorista, no tempo da 'mosca'. Eu continuei por lá, num sítio de um tio, de nome Elpídio Dionísio de Oliveira. Nós pagávamos renda de 10%. Além do plantio, o autor tinha uma vaquinha de leite, animal para puxar carroças na lavoura, juntamente com seu pai. Quando o conheci o autor era solteiro e morava com o pai, em Piquiri. Trabalhamos juntos depois que o autor se casou. Quando o autor trabalhava na lavoura, acho que teve dois ou três filhos. Na roça ele trabalhava com carroça, puxando milho, feijão, soja para o terreiro. Ele mora em Santa Catarina já há uns 18-20 anos. Não obstante a parca prova material e a precariedade da prova oral, consistente basicamente de informantes, entendo possível o reconhecimento do período rural. Isso porque, segundo o relato do autor, sua família se mudou constantemente, o que dificultou a criação de laços de amizade e até mesmo a obtenção de documentos. Além disso, filho de lavradores, consoante certidão de casamento dos pais, o autor se qualificava também como lavrador quando do nascimento de seus filhos (1974 e 1976). Seu primeiro registro em carteira se deu na Itaipu Binacional, na condição de gari, o que revela a ausência de qualificação prévia. Dessa forma, não há indício de solução de continuidade do meio de vida rural do autor desde o nascimento até o seu primeiro registro em carteira, devendo, ainda que excepcionalmente, dada a escassa base probatória, mas considerando as peculiaridades do caso concreto, ser reconhecido todo o período pleiteado na inicial. Portanto, reconheço o labor rural de 1/10/1961 a 28/2/1978'.
7. Como se observa, entendeu suficiente o início de prova material apresentado, que não precisa abranger todo o período rural a ser comprovado, podendo ser ampliado pela prova oral convincente e harmônica.
8. Neste sentido, a jurisprudência pacífica do STJ e da TNU:
'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)
'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).
'É, em tese, possível que a eficácia do início de prova material seja estendida prospectivamente (para o futuro) ou retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica'. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.
9. Assim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reexame do contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)
'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5007367-46.2012.4.04.7202
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LUIZ CARLOS DONDONI
PROC./ADV.:DÉBORA CASTELLI MONTEMEZZO
OAB:SC 13.007-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a parcial procedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural do autor, como segurado especial, no período de 11.03.72 a 17.07.78. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, segundo o qual o exercício de atividade urbana por um dos integrantes do grupo familiar, por si só, não descaracteriza o regime de economia familiar - Súmula 41 da TNU.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A sentença, mantida pelo acórdão, assim fundamentou a improcedência do pedido quanto ao período rural:

'A fim de comprovar a atividade rural no período supracitado, foram juntados aos autos do processo administrativo acostado no evento 14: documento escolar do qual se infere que o autor frequentou estabelecimento escolar localizado na cidade de Nova Erechim nos anos de 1974 e 1975 (fl. 27, PROCADM1); documento que registra admissão do genitor do autor em quadro social de sindicato de trabalhadores rurais no ano de 1970, no qual consta residência na cidade de Nova Erechim e profissão agricultor, com registro de pagamento de mensalidades até o ano de 1973 (fls. 31 e 32); certidão de registro civil de casamento com assento no ano de 1958 na qual consta qualificação do genitor como agricultor; escritura pública lavrada no ano de 1966 registrando aquisição de imóvel rural localizado em Nova Erechim pelos tios e pelo pai do autor, qualificados como agricultores (fls. 01-04, PROCADM2); ficha de alistamento militar emitida em 03/04/1978, na qual consta qualificação do autor como operário (fl. 07, PROCADM2). Conquanto as testemunhas ouvidas em justificação administrativa nada tenham mencionado (fls. 15-19, PROCADM2, evento 14) e na petição inicial nada conste a respeito de a mãe do autor ter exercido atividades diversas da agricultura, colhe-se do documento trazido no corpo da contestação que ela desenvolveu atividade vinculada ao Estado de Santa Catarina desde janeiro/1954 até novembro/1986 ininterruptamente. Já os documentos antes arrolados dão conta de que a família do autor residia na cidade de Nova Erechim - inclusive o documento sindical do ano de 1970 com registro de pagamento de mensalidades até o ano de 1973 -, único indicativo material contemporâneo do exercício de atividade rural pelo genitor do autor, o qual, todavia, considerando o fato da família residir na cidade e a mãe exercer atividades urbanas contínuas, torna-se muito frágil para o reconhecimento do labor agrícola pretendido. Com efeito, não há um único indício de que na década de 70 o pai do autor mantinha a propriedade rural que pertencera ao avô paterno e fora transmitida aos filhos em 1966, sendo o documento da fl. 07, PROCADM2, evento 14, indicativo claro do trabalho informal do autor na empresa de seu tio, Guerino Dondoni (vide parentesco na escritura pública antes mencionada), com sede na cidade de Nova Erechim, antes mesmo do início do vínculo de emprego anotado na CTPS como operador (fl. 12, PROCADM1, evento 14). Colho ainda das anotações da CTPS do autor que a empresa na qual o autor trabalhou era uma empresa familiar, não só pelo nome da empresa 'Guerino Dondoni & Cia Ltda', mas também porque consta na CTPS assinatura de outro tio do autor 'Salito Dondoni' (fl. 09, PROCADM7, evento 01) cujo nome também figura na escritura pública antes referida. Desse modo, o conjunto material reunido, ao lado da omissão da prova oral colhida acerca do labor urbano da mãe do autor - também não mencionado na petição inicial -, não permite o reconhecimento do labor agrícola do autor, se não pela ausência de início material de prova do labor agrícola, pela falta de comprovação do regime de economia familiar, o que competia ao autor como fato constitutivo do seu direito, a teor do artigo 333, I, do CPC'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade à comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, no período pretendido.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois o entendimento da TNU, inclusive estampado em suas Súmulas 41 e 46, é de que o exercício de atividade urbana pelo requerente ou integrantes do grupo familiar não impede, por si só, o reconhecimento do trabalho rural, condição que deve ser analisada no caso concreto (parte final das súmulas). No caso em tela, esta análise foi feita pelo juízo de origem, que concluiu pela fragilidade do contexto probatório para demonstração do alegado regime de economia familiar; afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001072-29.2013.4.04.7114
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:JACO FRANCISCO DICK
PROC./ADV.:MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB:RS-44061
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que manteve a improcedência do pedido quanto ao reconhecimento dos períodos de 01/08/83 a 31/12/85 e 01/01/91 a 31/10/91, como atividade rural. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:
'Para a comprovação do trabalho rural, a parte trouxe aos autos os seguintes elementos contemporâneos ao período controverso: a) ficha do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em nome do pai, com pagamento de mensalidades no período de 1964 a 1988; b) notas fiscais de produtor rural em nome da parte autora, no período de 1986 a 1990; e, c) certidão de casamento da parte autora, na qual é qualificado como servente de pedreiro. De acordo com o § 3º do artigo 55 da Lei 8.213/91, exige-se um início de prova material, que, corroborado pela prova testemunhal, comprove o exercício do trabalho rural em regime de economia familiar. Ou seja, para efeito de obtenção do benefício previdenciário, a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola. No caso, verificando os documentos apresentados e o depoimento das testemunhas colhidos pela autarquia, constata-se razoável início de prova material acerca do labor agrícola da autora para o período de 01/01/1986 a 31/12/1990. Para os períodos de 01/08/78 a 31/12/85 e 01/01/91 a 31/10/91, não consta dos autos início de prova material. Veja-se que nos períodos de 01/06/78 a 28/12/78, 15/03/79 a 15/06/79, 01/04/80 a 30/11/81, 01/03/82 a 30/03/83 e 26/05/83 a 30/07/83 a parte autora laborou em atividade urbana, com as respectivas anotações em sua CTPS. Ademais, em 23/08/1985, por ocasião de seu casamento, a parte autora se declarou como servente de pedreiro. Assim, com base nos documentos juntados e na prova testemunhal, é possível reconhecer o exercício de atividade rural pela parte autora no período de 01/01/1986 a 31/12/1990'.
7. Por seu turno, consignou o acórdão:
'No caso dos autos, em relação aos intervalos de 01/08/1983 a 31/12/1985 e de 01/01/1991 a 31/10/1991, objeto do recurso, verifico que a parte autora apresentou os seguintes documentos como início de prova material: ficha do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em nome do pai, com pagamento de mensalidades no período de 1964 a 1988; notas fiscais de produtor rural em nome da parte autora, no período de 1986 a 1990; e, certidão de casamento da parte autora, na qual é qualificado como servente de pedreiro (6- PROCADM2). No caso a parte autora declarou na entrevista rural (6- PROCADM2) declarou que retornou a atividade rural em 08/1983, pois o seu pai estava adoentado e sua mãe já havia falecido em 1967, ficando nas terras de seu pai até antes de voltar a atividade urbana na empresa GBM em 04/05/1992. Quanto ao tempo de atividade rural na condição de segurado especial, registro que não há óbice ao reconhecimento do labor rural intercalado entre períodos de atividade urbana. No entanto, nessas hipóteses, em que o trabalhador rural se afasta do campo para exercer atividade urbana e, após, alega o retorno ao labor campesino, cessa a presunção de que o segurado tenha permanecido desempenhando atividade agrícola de subsistência entre os intervalos de atividade urbana, de modo que se exige a apresentação de prova robusta, em nome próprio, do retorno ao campo e da efetiva prestação da atividade rural, o que não se verifica no caso. De fato, a parte autora desempenhou atividade urbana nos intervalos de 01/06/78 a 28/12/78, 15/03/79 a 15/06/79, 01/04/80 a 30/11/81, 01/03/82 a 30/03/83 e 26/05/83 a 30/07/83 (6 - PROCADM1), bem como, em 23/08/1985, por ocasião de seu casamento, a parte autora se declarou como servente de pedreiro. Portanto, pela análise do conjunto probatório não é possível reconhecer o tempo de serviço rural nos intervalos de 01/08/1983 a 31/12/1985 e de 01/01/1991 a 31/10/1991, pois, ainda que não haja a exigência de que os documentos façam prova plena da atividade rural em relação a todo o período a comprovar, mas apenas início de prova material que abarque boa parte do tempo em discussão de modo a viabilizar, em conjunto com a prova oral, um juízo de valor seguro acerca da situação fática, no caso concreto, não restou comprovado o retorno da parte autora ao labor campesino em 01/08/1983, em razão de que na certidão de casamento do autor, consta a profissão de servente de pedreiro, bem como, para o período posterior, de 01/01/1991, não há nenhum documento, nos autos, e a prova testemunhal é frágil'.
8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural nos períodos alegados.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005749-26.2013.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:VARDELI GOULART
PROC./ADV.:ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO
OAB:SC-16981
PROC./ADV.:RODRIGO DE BEM
OAB:SC-17108
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido, não reconhecendo o período rural requerido pelo autor - 20.08.70 a 16.06.77. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante, notadamente de acórdão da 5ª Turma Recursal de São Paulo, no sentido de que a extemporaneidade da prova material não é óbice ao reconhecimento postulado. Juntou o paradigma e ressaltou em suas alegações:
'Insta destacar que a Turma Recursal de SP entende que "a falta extemporaneidade dos documentos destacada na sentença de primeiro grau não subsiste a uma análise mais detalhada do seu teor", ou seja, o recorrente apresentando documentos, mesmo que seja fora do tempo, é plausível a concessão do labor rural'.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:
'Para comprovar a atividade campesina/pesqueira no interregno de 20/08/1970 a 16/06/1977, a parte autora juntou os seguintes documentos no processo administrativo: Evento 1, procadm3: a) certidão de casamento dos pais do autor, na qual Aparício João Francisco Goulart foi qualificado como operário, e Tereza Constância dos Santos como doméstica, em 1954 (p. 8); b) declaração da diretora da Escola Pública Integrada, da Estrada Geral, Laranjeiras, Laguna/SC, informando que o autor cursou o ensino fundamental na localidade no ano de 1970 (p. 9); c) relatório gerencial do pessoal da marinha mercante, onde consta a inscrição do autor na categoria Pescador Profissional em 11/10/1982 (p. 10); d) certidão informando que há cadastro junto ao INCRA de imóvel rural em nome do pai do autor, no município de Laguna, no período de 1978 a 1992 (p. 11); e) certidão do registro de imóveis confirmando que o pai do autor adquiriu um imóvel rural em Pescaria Brava, Laguna, em 1962,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

documento em que ele foi qualificado como lavrador (p. 12/13); f) ITR em nome do pai do autor relativo ao ano de 1985 (p. 14). Foi realizada Justificação Administrativa em que foi tomado o depoimento pessoal da parte autora, e ouvidas três testemunhas (evento 32). Na ocasião, o autor confirmou todo o depoimento já prestado quando de sua entrevista rural, em que afirmou, em síntese, que o pai era mineiro em Criciúma, mas abandonou a atividade e comprou um terreno em Laranjeiras, Laguna, e foi morar com a família; que lá plantavam mandioca, milho e feijão; que vendiam a sobra; que faziam farinha, tinham um engenho tocado a boi; que em algumas oportunidades seu pai arrendava terras de terceiros e acertava o custo com a produção, normalmente era 'meia'; que o terreno do pai era pouco aproveitável; que também pescavam, moravam próximo a lagoa de Imaruí; que tinham uma canoa tocada a pau e a remo; que pescavam com tarrafa e rede tainha, bagre e camarão; que faziam um lance grande de madrugada e vendiam na comunidade os peixes capturados; que ninguém na família trabalhava em outra atividade que não fosse a rural; que todos viviam da agricultura e da pesca; que laborou assim até o seu primeiro emprego com CTPS assinada (evento 32, RESJUSTADMIN1, p. 48 e 52). As testemunhas, em resumo, relataram que o autor trabalhava na agricultura, e na pesca, com a família desde criança; que a família não tinha outra atividade que não fosse rural; que não tinham empregados (evento 32, RESJUSTADMIN1, p. 54/58). Observa-se que as testemunhas ouvidas na Justificação Administrativa confirmaram o exercício de labor rural/pesqueiro pelo autor juntamente com sua família. No entanto, não há como reconhecer o exercício da referida atividade no intervalo de 20/08/1970 a 16/06/1977. Isso porque, analisando os documentos apresentados, observa-se que não existe início de prova material apto a demonstrar o exercício da atividade rural em regime de economia familiar no período postulado. É que as provas apresentadas pelo autor não são contemporâneas. Vejamos. A certidão de casamento qualifica o pai do autor como operário em 1954. Posteriormente ele é qualificado como lavrador na certidão do registro de imóveis, mas apenas em 1962, período muito anterior ao postulado. Já a certidão do INCRA e o recibo de ITR referem-se a intervalo posterior (1978 a 1992). O autor possui registro de Pescador Profissional, mas apenas a partir de 11/10/1982. Por fim, verifica-se que o único documento contemporâneo ao início do período postulado é a declaração do período escolar (1970), o que não serve, isoladamente, para confirmar que o autor e sua família se dedicaram a agricultura de 20/08/1970 a 16/06/1977. Portanto, não há nos autos documentos que demonstrem que o autor se dedicou à agricultura no intervalo requerido. É certo que não se exige a apresentação de um documento para cada ano reclamado. No entanto, não se trata aqui de um curto período, onde se presume que a atividade rural foi contínua, mas, sim, de um lapso temporal de mais de sete anos sem qualquer documento em nome do autor ou algum familiar demonstrando que mantiveram dedicação à atividade agrícola/pesqueira. Desta forma, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento do exercício da atividade rural no período de 20/08/1970 a 16/06/1977.' (grifei)

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período alegado.

8. O provimento judicial está em consonância com a Súmula 34 da TNU: 'Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.'

9. Por sua vez, o paradigma apresentado apenas confirma a incidência da Súmula 42 da TNU, pois é expresso no sentido da necessidade de uma análise detalhada da documentação juntada, o que foi feito no caso dos autos. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

12. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003331-25.2012.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CARMEN LUNELLI
PROC./ADV.:DOLORES TERESINHA TORINELLI MEDEIROS OAB:SC-18722
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido quanto ao reconhecimento do período rural de 03/06/73 a 31/07/76. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:

'A parte autora pretende comprovar o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar no período de 03.06.1973 a 31.07.1976. É certo que o julgador pode formar livremente seu convencimento ao analisar o conjunto probatório, desde que fundamente suas decisões. (...). A título de prova material do exercício da atividade rural, a parte autora apresentou os seguintes documentos: - Certidão emitida pelo INCRA indicando a existência de terras rurais em nome do genitor da autora de 1966 a 1977 (evento 01, PROCADM5, pág. 23). Em sua entrevista rural a autora declarou ter trabalhado na lavoura desde a infância até seu primeiro emprego urbano, sem se afastar, em terras de seu pai, localizadas na Tifa dos Quintinos, Rio do Sul. Referiu que trabalhavam também seus pais e irmãos em lavouras de fumo, feijão, batatinha, aipim, batata doce e na criação de animais como vacas, suínos e galinhas, sendo esta a única fonte de renda de sua família (evento 01, PROCADM1). A primeira testemunha (...) disse que conhece a autora desde a infância quando ela trabalhava na lavoura com os pais em terras próprias localizadas na Rua dos Quintinos, plantando fumo, batata, aipim, milho, feijão, arroz, verduras e criando vacas, galinhas e porcos. As demais testemunhas confirmaram as declarações da primeira, acrescentando ainda que a autora permaneceu na lavoura até os 15 ou 16 anos de idade. Em que pese a prova testemunhal ser favorável, tenho não ser possível o reconhecimento da atividade rural, já que considero demasiadamente frágil a prova documental produzida. Tal circunstância culmina por retirar a convicção de que a atividade rural foi efetivamente desempenhada ao tempo em questão. Documentos de cadastramento eleitoral dos membros da família, fichas de filiação ou de recolhimento de contribuição a cooperativas ou sindicato de trabalhadores rurais, documentos bancários de custeio da lavoura, notas de produtor rural, cadastros de paróquias ou comunidades religiosas, certidões religiosas de apadrinhamento de casamentos, documentos relativos a cadastro perante órgãos de saúde ou de assistência social das prefeituras municipais, documentos atinentes a internações hospitalares, entre outros documentos, quase sempre podem ser obtidos junto às instituições com as quais sua lavratura se relaciona, ainda que algum tempo tenha se passado desde a época com a qual guardam referência. Tais documentos inegavelmente tendem a fornecer qualificação segundo a profissão efetivamente exercida, e não em face tão-só da qualidade de proprietário de terras rurais; na pior das hipóteses, se não permitirem prova de que a atividade rural era exercida, tenderão a provar, ao menos, que não era outra a atividade desempenhada. Assim sendo, é de se exigir, do segurado, abandono ao comodismo e algum empenho em instruir o processo com elementos documentais diversificados. No caso dos autos, a pretensão trazida a juízo pela parte autora apresenta-se, em relação ao lapso temporal em questão, anêmica desse sustento documental mais incisivo, não havendo justificativa para que tão extensa variedade de documentos não tenha sido explorada para com-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

provação dos fatos nos quais se ampara o direito alegado na inicial. Fica até a suspeita de sonegação de documentos que poderiam conter informações que não se comprazeriam com o pedido formulado nos autos. É, portanto, a escassez de elementos mais seguros de prova acerca desses fatos que impede a convicção que permitiria o reconhecimento do desempenho de atividade rural na forma alegada. Ainda, é de se ressaltar que o genitor da autora mantinha atividade urbana desde 1975, junto à empresa Cerâmica Rainha, recebendo benefício previdenciário posteriormente em razão desse vínculo, como se nota do extrato do CNIS juntado no evento 14, PROCADM1, pág. 27, circunstância que também coloca em xeque a alegada atividade rural em regime de economia familiar no período. Desse modo, inviável o reconhecimento do exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, no período alegado'.
7. Confirmando a sentença, acrescentou o acórdão:
'O juízo a quo andou bem ao indeferir o pedido de averbação de tempo rural no período de 3.6.1973 a 31.7.1976, isto porque a prova material apresentada não supre o mínimo exigido pela legislação. O único documento contemporâneo ao lapso temporal pleiteado é uma certidão do INCRA indicando a existência de terras rurais em nome do pai Virgilio José Lunelli, de 1966 a 1977 (evento 1, PROCADM5, fl. 23), insuficiente, por si só, para fundamentar o deferimento do pedido. A este respeito, salienta-se que o tempo de serviço rural deve ser demonstrado mediante início de prova material contemporâneo ao período a ser comprovado, admitindo-se a complementação por prova testemunhal idônea, porém esta não é admitida exclusivamente, nos termos do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e da Súmula n. 149 do Superior Tribunal de Justiça (...)'
8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade à comprovação do trabalho rural no período alegado.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5008216-97.2012.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DIMAS JOSE DE SOUZA
PROC./ADV.:RAPHAEL SARGILO SARAMENTO VOLTOLINI
OAB:SC-22 081
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a procedência do pedido da parte autora, no tocante ao reconhecimento dos períodos rurais de 03.01.66 a 31.03.70 e 19.04.70 a 14.08.72. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TNU, notadamente em suas Súmulas 149 e 34, respectivamente.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. O acórdão manteve a sentença monocrática, que assim fundamentou a procedência do pedido:
'Pois bem. Em que pesem as divergências da prova oral, observadas pelo INSS (evento 15), as declarações prestadas pelo autor e sua testemunha, penso, são suficientes a corroborar a documentação (início de prova material) apresentada, a qual, por seu turno, convence acerca do histórico rurícola do grupo familiar. Quanto à prova documental, merece destaque a qualificação de lavrador atribuída ao falecido pai do autor no assento de casamento, lavrado em 1917, e em boletim escolar, expedido em 1954; além da Certidão de cadastro junto ao INCRA, da propriedade do arrendante (1965 a 1991); e, por fim, da declaração de que o autor estudou em zona rural no ano de 1954 (evento 1, PROCADM5). Da prova oral, colhe-se, em resumo, que: O pai faleceu quando ele tinha apenas um ano de idade; sempre foi lavrador; o autor era o único filho homem; mesmo com o falecimento do pai, a mãe, o autor e as irmãs continuaram a exercer a atividade rural, a propriedade era arrendada, plantavam diversos gêneros alimentícios para subsistência, não possuíam maquinário, tampouco empregados; o autor, após trabalhar pouco mais de meio mês em Rio do Sul, retornou à agricultura, atendendo a pedido da mãe, por ser o único filho homem; saiu da agricultura aos 18 anos. Quanto às divergências das declarações, é de se apontar o que segue: a) a alegação da testemunha, no sentido de que conheceu o pai na mesma época em que conheceu o autor, embora falecido quando ele (o autor) tinha 01 ano de idade, foi esclarecida informalmente em audiência; e, expressamente no evento 18 (PET2). Trata-se de um tio o autor que como falecimento do pai assumiu o papel de arrimo. b) o tamanho da propriedade era grande, segundo afirmou a testemunha, suficiente ao plantio e subsistência da família, o que ganha respaldo na certidão de registro dela, fornecida pelo INCRA. c) a respeito da divergência do nome do proprietário, disse o autor que era novo à época, lembra de que o chamavam de Antonio Flores (Sr. Flores), mas seu nome poderia ser outro, não tem certeza. Assim, olhos postos no histórico contributivo do autor (na forma como apurado pelo réu - evento 15) e no conjunto probatório coligido aos autos, concluo que o requerente trabalhou na agricultura, em regime de economia familiar, nos períodos de 03-01-1966 a 31-03-1970 e de 19-04- 1970 a 14-08-1972, que devem ser averbados em seu favor'.
7. Como se observa, entendeu suficiente o início de prova material apresentado, que não precisa abranger todo o período rural a ser comprovado, podendo ser ampliado pela prova testemunhal.
8. Neste sentido, a jurisprudência do STJ e da TNU:
'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)
'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).
'É, em tese, possível que a eficácia do início de prova material seja estendida prospectivamente (para o futuro) ou retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica'. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.
9. Assim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reavaliar o contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)
'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002483-28.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LOURDES MARONEZ
PROC./ADV.:DEIVID LINCOLN MENDES ALVES NOGUEIRA OAB:SP-240 583
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido quanto ao reconhecimento do período rural de 10/07/71 a 11/12/73. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:
'(...) Pois bem. Para abonar sua pretensão, a autora instruiu o feito com os seguintes documentos: 1969-1971/1972-1978 - Certidão do INCRA em nome do pai - evento 01 - Procadm6 - fl. 07; 1969 - ficha de inscrição do pai da autora no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias do Sul - Procadm7 - fl. 17 Nada obstante a prova oral produzida, tenho que os documentos apresentados pela autora não suprem a prova material exigida por lei (início) para comprovação da atividade rural no período pleiteado. Isto porque a certidão do INCRA só demonstra a propriedade da terra, não sendo suficiente para comprovar o efetivo labor na agricultura, o mesmo ocorre com a ficha de inscrição do pai da autora no Sindicato Rural da localidade, que, aliás, é anterior ao período postulado. Destaco que a autora nem sequer juntou aos autos as certidões de nascimento de seus irmãos (eram em sete filhos). Também não apresentou outros documentos como notas fiscais e registros de matrícula escolar, todos documentos de fácil obtenção e que são apresentados na maioria dos processos ajuizados nesta Vara. Assim sendo, tenho que não há lastro documental a comprovar a atividade campesina no interregno postulado, sendo insuficiente a prova oral, exclusivamente, para tal fim, nos termos da Súmula n. 149 do STJ. Dessa feita, entendo que a autora não logrou bem comprovar a atividade rurícola por ela desempenhada, ônus que lhe cabia, não fazendo jus ao reconhecimento do período postulado'.
7. Confirmando a sentença, acrescentou o acórdão:
'(...) O juízo a quo andou bem ao indeferir o pedido de averbação de tempo rural no período de 10.7.1971 a 11.12.1973, visto que os documentos apresentados não suprem o mínimo exigido pela legislação. A ficha de inscrição do pai da autora junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias do Sul data de 1969, portanto, é extemporânea ao interregno questionado (evento 1, PROCADM7, fl. 17). Assim, o único documento contemporâneo ao lapso temporal pleiteado é a certidão do INCRA em nome do genitor, para o período de 1969 a 1971 e de 1972 a 1978, o que comprova somente a propriedade de imóvel rural e não o efetivo trabalho na roça (evento 1, PROCADM6, fl. 7). Nesse sentido, não é crível que uma numerosa família, composta por 9 integrantes, dedicada ao labor agrícola tenha acumulado somente a referida certidão e nenhum outro documento apto a comprovar o desempenho de atividade rural'.
8. Como se observa, houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade à comprovação do trabalho rural no período alegado.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006564-06.2011.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ELSA VON PARASKI
PROC./ADV.:SIMÃO BOLIVAR M. DOS SANTOS OAB:SC-18010
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a sentença de improcedência quanto ao pedido de reconhecimento do período rural, como segurado especial, de 17/09/65 a 31/12/76. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, notadamente sua Súmula 41, segundo o qual o exercício de atividade urbana, por integrante do grupo familiar, ou mesmo sua qualificação como empregador rural, não afasta, por si só, o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'O recurso não merece provimento. Extraio da sentença a parte da fundamentação que é objeto da controvérsia: [...] O arcabouço documental apresentado se presta, efetivamente, a cumprir a exigência legal de formação de início de prova material, mas não tem o condão, por outro lado, de ser tomado como prova plena das alegações da parte autora, motivo pelo qual impende a sua complementação por meio de prova testemunhal. Para tanto, designaram-se audiências de instrução, na sede deste Juízo e por meio de na qual, além do depoimento pessoal, foram tomados, também, os depoimentos das testemunhas arroladas. (...) Casou-se com 23 anos. Afirmou que a atividade se concentrava em plantio e criação de alguns animais. Nenhum dos irmãos contaram tempo de atividade rural para benefício previdenciário. Vendiam porcos, apenas. Vaca era para consumo próprio. Trabalhava com marido na roça, nunca tiveram empregados. O pai não tinha empregados, apenas os irmãos da autora ajudavam. Quando veio para Florianópolis passou a trabalhar na condição de faxineira e o marido como empregado urbano. As testemunhas, muito embora confirmassem alguns dos pontos, apresentaram apenas informações genéricas, sem características específicas que pudessem, efetivamente, identificar efetiva atividade rural da autora. Com efeito, a testemunha (...) informou que foi vizinho da Autora em Mercedes e que ela foi embora da localidade em 1973 ou 75. Acha que já estava casada e já tinha um filho quando saiu das terras. (...) informou que a Autora e sua família Saíram em 1979 de Mercedes. Casou, o depoente, com 29 anos, e quando a autora saiu da região ele já era casado. A terra da família da autora tinha cerca de 30 hectares. Nunca tiveram empregados. Eram 10 na família. Todos os filhos trabalhavam na lavoura. O principal era milho e mandioca, além de alguns animais. As terras do depoente ficavam a 7 km de distância das da família da autora. (...) informou que conheceu a Autora quando ela tinha 10 anos. Não tinham empregados. A autora foi embora em 79, quando já era casada. Não lembra se tinha filhos, mas acha que tinha um ou dois. Não sabe ao certo o que ela foi fazer em SC, mas acha que foi em outra atividade que não a rural. Como dito alhures, a prova documental não é suficiente para a comprovação das alegações da Autora, muito embora se prestem ao cumprimento da exigência de início de prova material. A prova testemunhal, ainda mais por haver a percepção de benefício na qualidade de empregador rural em nome do pai da Autora, que seria o responsável pelo núcleo familiar em que a Autora haveria laborado na maior parte do período pleiteado, deveria de ser robusta o suficiente a ponto de formar a convicção no sentido do reconhecimento da atividade rural. Não foi o que se deu. Os depoimentos, embora coerentes entre si, não foram substanciosos a ponto de fornecer mais elementos de convicção do que os já obtidos das provas materiais que, como se afirmou, são insuficientes a dar azo à tutela pretendida. Assim, em virtude da insuficiência de provas, impossível o reconhecimento do tempo de serviço rural pretendido e, por consequência, a procedência do pedido de deferimento de benefício de aposentadoria, havendo agido com correção o INSS ao refutá-los na via administrativa. [...] Há nos autos vasta prova material comprovando efetiva atividade rural nas terras da família da autora. Entretanto, a prova produzida aponta para conclusão desfavorável ao pleito inicial, na medida em que denota atividade de grande monta, não exercida em regime de economia familiar. Se, por um lado, não se descaracteriza o regime de economia familiar pelo simples fato de o genitor da autora ter sido qualificado como 'empregador rural' no extrato de seu benefício de aposentadoria (evento 1, PROCADM3, p. 11), porque não há nos autos indicação dos critérios para essa classificação, que pode ter como base apenas o tamanho da propriedade; por outro lado, a presença dessa informação recomenda ao julgador maior cautela ao examinar os demais elementos de prova. Da análise detida do conjunto probatório é possível concluir que a atividade levada a efeito pela família da autora era de médio a grande porte, desenvolvida em propriedade com área de aproximadamente 2 módulos fiscais (inserida no limite legal), e auxiliada pelo trabalho de assalariados temporários e permanentes, consoante informação extraída da certidão do INCRA (evento 1, PROCADM3, p. 8). É cediço que a utilização do trabalho de diaristas não descaracteriza o regime de economia familiar; ou seja, a qualidade de segurado especial não é excluída por ter havido contratação de mão de obra temporária em épocas de maior serviço (TRF4. 6ª Turma. AC n.º 0018597-58.2011.404.9999/PR, Rel. Des. João Batista Pinto Silveira, j. em 18 dez. 2012). No entanto, no caso dos autos, além de assalariados temporários, foram contratados assalariados permanentes no período de 1972 a 1982, conforme se lê da certidão do INCRA, o que impossibilita a caracterização do regime de economia familiar, definido pelo artigo 195, § 8º, da Constituição Federal como aquele exercido 'sem empregados permanentes'. A esse elemento de prova ora se agrega o extrato de benefício, mencionado acima, em que o genitor da autora é qualificado como empregador rural, fazendo, então, exsurgir a convicção de que a atividade era desenvolvida em escala significativa, descaracterizando o regime de economia familiar e, consequentemente, a qualidade de segurada especial da filha, ora recorrente. (TRF4. 2ª Turma Suplementar. AC n.º 1999.70.07.003221-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8/PR, Rel. Des. Otávio Roberto Pamplona, j. em 26 set. 2005). Consigno que a declaração de que a autora estudou em estabelecimento escolar, nos anos de 1961 e 1962, com a informação de que os pais eram agricultores (evento 1, PROCADM3, p. 10), não configura prova inicial do labor rural, por dois motivos: primeiramente, contava a autora menos de dez anos à época, abaixo do limite jurisprudencial para o reconhecimento da atividade (Súmula n.º 5 da TNU); em segundo lugar, não é prova contemporânea aos fatos que pretende provar (Súmula n.º 34 da TNU), o que poderia ser relativizado, se a prova testemunhal a houvesse consolidado, o que não se verificou neste caso. Como bem observado pelo magistrado de origem, a prova oral produzida em audiência não trouxe novos elementos para a resolução da lide; mais do que isso, gerou incerteza sobre a atividade rural pretensamente exercida em regime de economia familiar, porque se chocou com outros elementos de prova, notadamente a certidão do INCRA, referida anteriormente'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, como segurado especial, no período alegado.
8. Não vejo dissonância com a Súmula 41 da TNU, pois esta não confere valor absoluto a qualquer prova ou circunstância. Afastar a conclusão do juízo de origem quanto à insuficiência do contexto probatório implica necessariamente o respectivo reexame, inviável em sede de uniformização.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003165-62.2013.4.04.7114
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ADALIO MALLMANN
PROC./ADV.:MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB:RS-44061
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 3ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que, dando provimento ao recurso do INSS, afastou o reconhecimento do período rural de 01/01/80 a 14/01/83, com o consequente cancelamento da aposentadoria por tempo de contribuição reconhecida na sentença.
2. Aduz o recorrente:
'Trata-se da discussão acerca dos seguintes temas:
a) O fato do pai do Autor ter desenvolvido atividade urbana concomitante à atividade rural no período de 01/01/1980 a 14/01/1983, não descaracteriza o regime de economia familiar e não acarreta a perda da qualidade de segurado especial do Autor, uma vez que comprovada a indispensabilidade do labor rural à sobrevivência da família, comprovada pelas provas material e testemunhal;
b) Possibilidade de extensão da prova material do labor rural, em nome do integrante do núcleo familiar, que exerce também atividade urbana, em favor dos demais membros, por afrontar o disposto no art. 115, § 4º, da IN 45/2010 do INSS.
3. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual o exercício de atividade urbana pelo requerente ou seus familiares, por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício; houve flagrante desconexão entre a prova testemunhal e o acórdão recorrido, bem como não houve adequada valoração da prova, na medida em que o trabalho do pai do autor, como pedreiro, era esporádico, com renda muito pequena; necessidade de solução pro misero no caso dos autos. Juntou paradigmas.
4. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
5. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
6. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
7. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:
'Recorre o INSS de sentença de procedência de pedido de reconhecimento do exercício de atividade rural em regime de economia familiar no intervalo de 01.01.1980 a 14.01.1983, ao argumento de que o pai do autor exercia atividade urbana de pedreiro, descaracterizando o regime de economia familiar. Requer a improcedência do feito e a cessação da tutela antecipada. Razão lhe assiste. Com efeito, conforme documento juntado no evento 1 (PROCADM6 - fl.1), o pai do autor cadastrou-se como pedreiro autônomo em 01.10.1980 e nessa atividade aposentou-se em 01.03.1994. Considerando que as notas fiscais estavam em nome de segurado urbano, não podem ser aproveitadas. Ademais, o exercício ininterrupto de atividade urbana por parte do pai da parte autora faz supor que a atividade urbana é indispensável à subsistência do grupo familiar, descaracterizando a atividade rural em regime de economia familiar. Nesse sentido, a Primeira Seção do c. Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp n. 1.304.479/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), decidiu que 'a extensão de prova material em nome de um integrante do núcleo familiar a outro não é possível quando aquele passa a exercer trabalho incompatível com o labor rurícola, como o de natureza urbana' (REsp 1304479/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012). Aqui, ressalto que este juízo não desconhece que o início de prova material não precisa abranger todo o período de atividade que pretende comprovar o pretenso segurado, tampouco o entendimento de que o exercício de atividade diversa da rural por um dos componentes do grupo não afasta, de per si, a condição de segurados especiais dos demais. Contudo, o conjunto probatório formado nos autos é desfavorável ao acolhimento do pedido. Nesse contexto, entendo que restou descaracterizada a qualidade de segurada especial da parte autora, mormente pela demonstração de que o grupo familiar não sobrevivia exclusivamente da produção agrícola. Ademais, a renda e a habitualidade da atividade desenvolvida pelo chefe da família demonstram ser a atividade urbana a principal fonte de subsistência. (...)'
8. Como se observa, houve o exame do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, como segurado especial, no período alegado.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos

DOCUMENTO DE PUBLICAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002328-62.2012.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SANTOS CORAL
PROC./ADV.:RODRIGO FIGUEIREDO
OAB:SC-24692
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que deu provimento ao recurso da parte autora e reconheceu tempo de serviço rural, entendendo suficiente o início de prova material, ampliado pela prova testemunhal. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TNU, notadamente em suas Súmulas 149 e 34, respectivamente.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. O acórdão impugnado deu provimento ao recurso da parte autora, nos seguintes termos:
'O juiz de primeiro grau entendeu que não é devido o reconhecimento diante da falta de documentos contemporâneos que comprovem a atividade rurícola do autor. Contudo, entendo que os documentos extemporâneos juntados aos autos, e responsáveis pelo reconhecimento do período de 01/01/61 a 28/02/74, destaca-se, constituem perfeito início de prova material, a ser complementado por prova testemunhal. No caso dos autos, a prova testemunhal de fato corroborou para a pretensão do autor, como admitido na própria sentença de improcedência: 'As testemunhas confirmaram, em síntese, que o autor morava em Morro da Fumaça, e que ele e sua família inteira eram agricultores; que trabalhava desde criança em terras próprias, e a principal cultura era o fumo; que o que eles produziam era para o consumo da família e as sobras eram para vender; o sustento da família vinha da roça; não tinham empregados, só a família trabalhava (evento 25) Observa-se que as testemunhas ouvidas na Justificação Administrativa confirmaram o exercício da atividade rural pelo autor juntamente com seus pais e irmãos.' Dessa forma, somadas as provas materiais e testemunhais, a meu ver, se torna desacertada a decisão do magistrado sentenciante de negar procedência ao pedido. Ressalta-se ainda que não há motivos para acreditar que o autor em algum momento deixou de prestar as atividades rurais. Portanto, deve ser reformada a sentença para que seja reconhecida a atividade rural nos períodos de 09/08/1954 a 31/12/1960 e 01/03/1974 a 30/09/1975'.
7. Como se observa, entendeu suficiente o início de prova material apresentado, que não precisa abranger todo o período rural a ser comprovado, podendo ser ampliado pela prova testemunhal convincente e harmônica.
8. Neste sentido, a jurisprudência pacífica do STJ e da TNU:
'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)
'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).
'É, em tese, possível que a eficácia do início de prova material seja estendida prospectivamente (para o futuro) ou retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica'. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.
9. Assim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reexame do contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)
'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006141-82.2012.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DORA MIRANDA ALVES DE JESUS
PROC./ADV.:BIANCA DOS ANJOS PEREIRA
OAB:SC-20 941
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que, mantendo a sentença, reconheceu tempo de serviço rural, entendendo suficiente o início de prova material, ampliado pela prova testemunhal. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TNU, notadamente em suas Súmulas 149 e 34, respectivamente.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. O acórdão impugnado manteve a sentença e acrescentou:
'No tocante ao mérito, penso que a sentença deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos. Acrescento que, os documentos juntados ao presente feito, ainda que não digam respeito a todo o período a ser comprovado, a meu sentir, conseguem demonstrar, de maneira satisfatória, que a parte autora de fato exerceu a atividade rural em regime de economia familiar no período de 27.07.1968 a 18.01.1977. Outrossim, as testemunhas foram uníssonas ao apontar a atividade campesina da parte autora e corroboraram a tese ventilada na inicial'.
7. Como se observa, entendeu suficiente o início de prova material apresentado, que não precisa abranger todo o período rural a ser comprovado, podendo ser ampliado pela prova testemunhal convincente e harmônica.
8. Neste sentido, a jurisprudência pacífica do STJ e da TNU:
'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)
'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).
'É, em tese, possível que a eficácia do início de prova material seja estendida prospectivamente (para o futuro) ou retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica'. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.
9. Assim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reexame do contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)

'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria - bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011818-71.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANITA ZICKUHR
PROC./ADV.:CRISTINA GUTZ
OAB:SC-36062
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. ATIVIDADE URBANA POR UM DOS INTEGRANTES DO NÚCLEO FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve sentença que reconheceu tempo de serviço rural, entendendo suficiente o início de prova material, ampliado pela prova testemunhal. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ, pois aceitou início de prova material em nome do cônjuge, que passou a exercer atividade urbana, não sendo mais extensível a qualificação rural à requerente. Juntou paradigma.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A sentença, confirmada pelo acórdão, assim consignou:

'Com efeito, a instrução processual mostrou-se favorável às pretensões da parte autora, já que a prova colhida é idônea e racionalmente apta a comprovar o desempenho de atividades campesinas em regime de economia familiar. No mais, ressalvado o entendimento pessoal, a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais vem firmando o entendimento de que a manutenção ou não da qualidade de segurado especial, ante a verificação da existência de vínculo urbano de membro do grupo familiar, depende da avaliação de todo o conjunto fático, pelo critério da preponderância da atividade rural (TNU, Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal n.º 200381100229940, Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, DJ em 08.03.2010). No mesmo sentido a seguinte decisão do egrégio STJ, noticiada no Informativo de Jurisprudência n.º 507 daquela Corte: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHO URBANO DE INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. N. 8/2008-STJ). O fato de um dos integrantes da família exercer atividade incompatível com o regime de economia familiar não descaracteriza, por si só, a condição de segurado especial dos demais componentes. A legislação previdenciária estabeleceu a possibilidade de um dos membros do grupo familiar exercer atividade estranha ao regime de subsistência (arts. 11, VII, § 9º, da Lei n. 8.213/1991 e 9º, § 8º, do Dec. n. 3.048/1999). Assim, a lei descaracteriza como segurado especial apenas o integrante da família que se desvinculou do meio rural. O trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, a situação de segurados especiais dos demais integrantes, devendo ser averiguado pelas instâncias ordinárias se o trabalho rural é dispensável para a subsistência do grupo familiar. Dessa forma, a extensão de prova material em nome de um cônjuge ao outro não é possível quando aquele passa a exercer trabalho urbano, devendo a prova material ser apresentada em nome próprio. Precedentes citados: AgRg no REsp 1.218.286-PR, DJe 28/2/2011; AgRg no REsp 1.221.591-PR, DJe 28/3/2011; AgRg no REsp 1.118.677-SP, DJe 29/3/2010; AgRg no REsp 885.695-SP, DJe 1º/12/2008; AgRg no Ag 1.239.770-SP, DJe 17/2/2012; AgRg no REsp 1.104.311-SP, DJe 12/5/2011; AgRg no REsp 1.224.486-PR, DJe 26/9/2011; AgRg no REsp 1.296.889-MG, DJe 21/3/2012; AgRg no REsp 1.237.972-PR, DJe 5/3/2012; AgRg no Ag 1.239.770-SP, DJe 17/2/2012; AgRg no REsp 1.103.205-SP, DJe 1º/7/2011, e AgRg no REsp 1.104.311-SP, DJe 12/5/2011. REsp 1.304.479-SP, Rel. Min. Hermann Benjamin, julgado em 10/10/2012. Neste diapasão, tem-se que o fato de o marido da autora exercer concomitantemente outra atividade (operador de moto serra em indústria madeireira - fls. 05- 06, OUT4, evento 05) e permanecer morando com a família não afasta o labor rural em regime de economia familiar pela segurada especial vivido e pelos demais membros do núcleo familiar, já que, conforme se extrai da prova testemunhal, a atividade agrícola era preponderante e indispensável para a sobrevivência do grupo. Diante do exposto, reconheço a atividade rural em regime de economia familiar desenvolvida pela parte-autora, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 8.213/91, no período postulado'.

7. Como se observa, o entendimento do juízo de origem está em consonância com o do STJ, conforme amplamente fundamento na sentença - o trabalho urbano de um dos integrantes do grupo familiar não afasta, por si só, o regime de economia familiar, devendo ser analisado em cada caso concreto, de forma a verificar se era indispensável/dispensável para a subsistência da família. No mesmo sentido, a Súmula 41 da TNU.

8. Afastar a análise do juízo de origem implica, necessariamente, reexame do contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)

'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

9. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002056-53.2012.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JACINTA MARIA SCHENKNECHT
PROC./ADV.:MARCOS ROBERTO HASSE
OAB:SC 10.623
PROC./ADV.:BRUNA CAROLINE VENTURI PEREIRA DALAZEM
OAB:SC-31 186
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a parcial procedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural da parte autora, como segurada especial, em todos os períodos requeridos. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, no sentido de que o exercício de atividade urbana por integrantes do grupo familiar, por si só, não afasta o direito ao benefício, conforme Súmula 41 da TNU. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A parcial procedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:

'No caso, o autor completou doze anos de idade em 9.5.1972, data que deve ser fixada como tempo inicial do período pretendido. A comprovação do trabalho rural, por sua vez, pode ser feita documentalmente, sendo complementada por prova testemunhal, quando necessário. No caso concreto, vieram aos autos, entre outros, os seguintes documentos: a) ficha de inscrição junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa em nome do pai da autora, com

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

admissão em 1978; b) certidão do Registro de Imóveis de Toledo referente a imóvel situado no lugar Fazenda Britânia, Toledo/PR, adquirido pelo pai da autora, qualificado como agricultor, por meio de escritura pública de compra e venda lavrada em 1975; c) certidão de nascimento da autora (1960) na qual o pai da autora foi qualificado como agricultor; d) ficha de inscrição junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa em nome do marido da autora, com admissão em 1979; e) certidão de cadastro junto ao INCRA de imóvel rural situado em Nova Santa Rosa/PR de propriedade do sogro da autora no período de 1965 a 1991. f) contrato particular de compra e venda de imóvel rural celebrado pelo autor em 1983, qualificado como agricultor. g) certidão de nascimento de filha da autora (1981), na qual seu marido foi qualificado como agricultor. h) comprovante de pagamento de mensalidades junto ao Sindicato Rural de Nova Santa Rosa em nome do autor, referente aos anos de 1983 a 1985 (pagos em 20/12/1985). Os documentos em nome de terceiro (pai, filho, marido, esposa) podem ser admitidos para a comprovação do trabalho rural exercido pelos outros membros da família que laboram em regime de economia familiar. Isso porque os documentos que comprovam o exercício da atividade rural são expedidos, em regra, em nome de pessoas capazes. Exigir que os documentos estivessem em nome do segurado menor implica contrariar a natureza das coisas e obstaculizar ao segurado especial o exercício de seus direitos previdenciários. Nesse sentido: TRF4, APELREEX 2001.71.14.000533-7, Quinta Turma, Relator Fernando Quadros da Silva, D.E. 31/08/2009. Assim sendo, os documentos apresentados devem ser admitidos como início de prova material do trabalho rural. Na audiência de instrução foi tomado o depoimento pessoal da parte autora e procedida à oitiva das testemunhas por ela arroladas. A prova testemunhal corroborou tanto a prova material quanto o depoimento da autora, confirmando que esta exerceu atividade rural, primeiramente no imóvel dos pais, e após, em terras do sogro. Contudo, conforme se observa da fl. 91 do doc. PROCADM1, evento n.º10, o marido da autora exerceu atividade urbana com diversos vínculos registrados no CNIS. Deste modo, nos períodos em que o marido da autora recebia outra fonte de renda que não da agricultura, o caráter de economia familiar da atividade rural exercida pelo grupo familiar restou descaracterizado. Não se desconhece que 'a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto' (Súmula 41 da TNU). Todavia, no caso destes autos, não há comprovação de que a atividade rural era essencial ao sustento da família nos períodos que o marido da autora exercia atividade urbana. Assim, tendo em conta o conjunto probatório dos autos, a autora faz jus à averbação da atividade rural desempenhada sob o regime de economia familiar somente nos períodos de 9.5.1972 a 19.5.1978, 14.2.1979 a 1º.4.1983, 18.5.1983 a 5.2.1984 e 3.8.1984 a 1º.3.1987. (...) Ante o exposto: I - julgo improcedente o pedido de reconhecimento dos períodos de 20.5.1978 a 13.2.1979, 2.4.1983 a 17.5.1983, 6.2.1984 a 2.8.1984 e 2.3.1987 a 1º.12.1990 como tempo de serviço rural; II - julgo procedentes o pedido remanescente para o fim de condenar o INSS a averbar, como tempo de serviço rural sob o regime de economia familiar, os períodos de 9.5.1972 a 19.5.1978, 14.2.1979 a 1º.4.1983, 18.5.1983 a 5.2.1984 e 3.8.1984 a 1º.3.1987'.

7. Confirmando a sentença, acrescentou o relator do acórdão:

'Consigno que entendo possível, via de regra, aplicar-se a presunção de continuidade do labor rural, mesmo sem documentos que englobem todo o período. Ocorre que o presente caso não autoriza, a meu ver, a aludida presunção. Isso porque o marido da autora trabalhava no meio urbano e a autora não se desincumbiu, através de documentos, comprovar que a atividade rural era a preponderante. Havendo outra atividade além da rural, é ônus da parte autora demonstrar documentalmente que a renda principal da família decorria do trabalho agrícola (por meio de blocos de notas, declarações de imposto de renda, etc.), o que não foi observado nos autos. Diante dessa incerteza, não resto convencido da pretensão deduzida no recurso, razão pela qual entendo deve ser mantida a sentença'.

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, em parte dos períodos pretendidos.

9. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, notadamente a 41 da TNU, pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem (a parte final da Súmula 41 da TNU é expressa no sentido de que o trabalho urbano de integrante do grupo familiar deve ser analisado no caso concreto). Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

12. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5010288-27.2011.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ALTINA ANA DOS SANTOS
PROC./ADV.:IZAIAS LINO DE ALMEIDA
OAB:PR-23771
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal do Paraná, que manteve a sentença de parcial procedência do pedido, não reconhecendo o período rural de 01/01/69 a 31/12/78. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício; à prova testemunhal pode ser conferida eficácia ampliativa. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido quanto ao período impugnado restou assim confirmada pelo acórdão:

'Registro, em atenção às razões recursais, que, embora a própria testemunhal tenha afirmado de forma uníssona que a autora exerceu atividade rural desde 1970, aproximadamente, verifico que a prova oral é frágil para o período de 01/01/1969 a 31/12/1978. A autora afirmou que dos 12 até os 16 anos de idade, portanto de março/1968 a março/1972, trabalhou na propriedade de Jorge Bianchini, em Iguaraçu/PR. Após, foi trabalhar como diarista na região de Teodoro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sampaio/SP. Aos 18 anos foi trabalhar na Fazenda Oriente, cujo dono se chamava Alcides, localizada ao lado do município de Pulinópolis, distrito de Mandaguaçu/PR e permaneceu nessa propriedade por cerca de 4 anos. Após, trabalhou na Fazenda Bosque Belo, mas não se recorda de muitos detalhes desse trabalho. Ainda solteira foi trabalhar na propriedade de Dr. Devair, em Nova Esperança/PR e logo que deixou a propriedade se casou, mas ainda um pouco antes de se casar foi morar numa propriedade chamada Fazendinha, em São Domingos, bairro de Maringá/PR. A primeira testemunha ouvida afirma que conheceu a justificante por volta de 1970, entretanto relata que o conhecimento se deu por ter ido a autora trabalhar na Fazenda Cristo Rei, conhecida também por Fazenda Mamprin, devido ao nome de seu proprietário. Destaque-se que no depoimento da autora não há informação de que trabalhou na Fazenda Cristo Rei ou Fazenda Mamprin. A testemunha afirmou que após sair dessa Fazenda a autora foi trabalhar na Fazenda Oriente, no entanto, segundo o relato da autora, ela teria ido trabalhar na Fazenda Oriente após ter trabalhado como diarista na região de Teodoro Sampaio/SP. A segunda testemunha conheceu a autora quando esta foi morar na Fazenda Bosque Belo. De acordo com as informações prestadas pela autora, ela foi morar nesta Fazenda quando tinha cerca de 22 anos de idade, portanto em 1978, aproximadamente. A terceira testemunha afirma que conheceu a autora quando esta foi morar na Fazenda Oriente, em 1974/1975, informação que corrobora o relato da autora, que afirmou ter ido trabalhar na Fazenda Oriente com 18 anos de idade. Entretanto a testemunha não soube dar muitas informações a respeito da forma de trabalho da autora e de seu pai nessa propriedade. Assim, em que pese seja possível a ampliação da eficácia probatória da prova material para comprovação do trabalho rural quando há robusta prova testemunhal, verifica-se que no presente caso a prova testemunhal não é capaz ampliar a eficácia probatória da prova material para o período de 01/01/1969 a 31/12/1978. Dessa forma, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período alegado.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002865-31.2012.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JAIME MAZZINI
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural do autor, como segurado especial, no período de 05.05.70 a 31.12.86. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual o exercício de atividade urbana por um dos integrantes do grupo familiar, por si só, não descaracteriza o regime de economia familiar. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 20077050017785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A sentença, mantida pelo acórdão, assim fundamentou a improcedência do pedido:
'Neste caso dos autos, o autor pretende que seja reconhecido o exercício de atividade rural em regime de economia familiar relativamente ao período de 05.05.1970 até 31.12.1986. Os períodos de 15.12.1968 até 04.05.1970 e de 01.01.1987 até 31.10.1991 foram reconhecidos pela autarquia previdenciária na esfera administrativa. Foram trazidos aos autos os documentos seguintes, que guardam relação com o período cujo reconhecimento foi postulado, considerados válidos como início de prova material: - Certidões do registro de imóveis, que indicam que o pai do autor, Rodolfo Mazzini, foi proprietário de terreno rural, com a área de 18,44 ha, tendo adquirido o imóvel em abril de 1954. O terreno foi vendido em abril de 1982 (evento 1, PROCADM3, págs. 3/5). A primeira certidão consigna que o mesmo imóvel foi comprado pelo autor, em março de 1986. O autor também apresentou a certidão de cadastro de imóvel rural, emitida pelo INCRA. Todavia, o documento não faz menção ao período no qual o imóvel esteve na propriedade de Alfredo Vieira. Na esfera administrativa foram colhidos os depoimentos de três testemunhas apresentadas pelo autor. Referiram que o autor trabalhava na roça, inicialmente nas terras do pai e depois em terras próprias. Que o labor era exercido sem o auxílio de empregados e que o autor já estava casado quando saiu do meio rural. Observo que o imóvel no qual o autor declara ter exercido atividade rural não permaneceu sob a propriedade da família entre abril de 1982 e março de 1986. Por outro lado, as informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (evento 1, PROCADM3, pág. 1/2) indicam que no período de maio de 1970 a abril de 1985 o pai do autor exerceu atividades de natureza urbana. Em consulta ao CNIS, em anexo, é possível constatar que a remuneração recebida pelo pai do autor, em relação ao vínculo mantido entre 1981 e 1985, superava, em muito, o valor mensal do salário mínimo. Como exemplo, citem-se os anos de 1982 e de 1983, nos quais a remuneração mensal sempre foi superior a 3 salários mínimos. Registre-se que o autor, em relação ao período cujo reconhecimento do exercício de atividade rural é pretendido, limitou-se a juntar aos autos documentos que indicam a propriedade de imóvel rural pelo seu pai. Assim, o exercício de atividade urbana pelo pai do autor, que lhe proporcionava, em determinada época, renda mensal superior a 3 salários mínimos, associada à escassez de elementos documentais que sirvam de início de prova material do exercício de atividade rural em regime de economia familiar pelo autor afastam a possibilidade de reconhecimento do exercício de atividade rural nesse período. Assim, tenho que a autora não logrou provar a condição de segurado especial trabalhador rural no período 05.05.1970 até 31.12.1986'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, no período pretendido.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois o entendimento da TNU, inclusive estampado em suas Súmulas 41 e 46, é de que o exercício de atividade urbana pelo requerente ou integrantes do grupo familiar não impede, por si só, o reconhecimento do trabalho rural, condição que deve ser analisada no caso concreto (parte final das súmulas). Esta análise foi feita pelo juízo de origem, cujo afastamento implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 20048110017589 3, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002324-61.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LAIDE HASCKEL
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a parcial procedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural da autora, como segurada especial, nos períodos de 10.06.66 a 04.10.74 e 28.04.86 a 30.04.91. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 20077050017778 5 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A parcial procedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'In casu, o d. Magistrado sentenciante decidiu a questão nos seguintes termos (evento 21, SENT1): [...] A parte autora pretende comprovar o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar nos períodos de 18.06.1966 até 31.12.1974 e de 01.01.1975 até 30.04.1991. Para formar o início de prova material, a parte autora apresentou os seguintes documentos: - certidão de casamento da parte autora, ocorrido em 05.10.1974, ocasião em que o marido declarou exercer a atividade de lavrador; - ficha de cadastro do pai da parte autora no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras, onde consta o pagamento de anuidade nos anos de 1976 e 1977. - Declaração de Exercício de Atividade Rural emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras e relativa ao período de 1974 a 1990; - ficha de cadastro do marido da parte autora no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras, onde consta admissão em junho de 1975 e pagamento de anuidade nos anos de 1975 a 1989; Na esfera administrativa, foram ouvidas três testemunhas (evento 14), que corroboraram as afirmações da parte autora de que teria ela exercido atividade rural, em regime de economia familiar, durante os períodos alegados. Com relação ao período de 18.06.1966 até 04.10.1974, época em que a parte autora era solteira e, supostamente, trabalhava com seus pais, entendo ser impossível o reconhecimento da atividade rural em regime de economia familiar, já que, em relação ao período equivalente à carência, há escassez de elementos documentais, e essa escassez de documentos culmina por retirar a convicção de que a atividade rural foi efetivamente desempenhada ao tempo em questão. Documentos de cadastramento eleitoral dos membros da família, fichas de filiação ou de recolhimento de contribuição a cooperativas ou sindicato de trabalhadores rurais, documentos bancários de custeio da lavoura, notas de produtor rural, cadastros de paróquias ou comunidades religiosas, certidões religiosas de apadrinhamento de casamentos, documentos relativos a cadastro perante órgãos de saúde ou de assistência social das prefeituras municipais, documentos atinentes a internações hospitalares, entre outros documentos, quase sempre podem ser obtidos junto às instituições com as quais sua lavratura se relaciona, ainda que algum tempo tenha se passado desde a época com a qual guardam referência. Tais documentos inegavelmente tendem a fornecer qualificação segundo a profissão efetivamente exercida, e não em face tão-só da qualidade de proprietário de terras rurais; na pior das hipóteses, se não permitirem prova de que a atividade rural era exercida, tenderão a provar, ao menos, que não era outra a atividade desempenhada. Assim sendo, é de se exigir, do segurado, abandono ao comodismo e algum empenho em instruir o processo com elementos documentais diversificados. No caso dos autos, a pretensão trazida a juízo pela parte autora apresenta-se, em relação ao lapso temporal em questão, anêmica desse sustento documental mais incisivo, não havendo justificativa para que tão extensa variedade de documentos não tenha sido explorada para comprovação dos fatos nos quais se ampara o direito alegado na inicial. Com relação ao período de 05.10.1974 até 27.04.1986, tenho que, pelas provas produzidas nos autos, é possível concluir com convicção que houve efetiva prestação de atividade rurícola em regime de economia familiar, o que torna a parte autora, também, quanto a este período, segurada especial, nos termos do art. 11, inciso VII da Lei nº 8.213/91. Com relação ao período de 28.04.1986 até 30.04.1991, penso que não é devido o reconhecimento do exercício da atividade rural em regime de economia familiar, já que restou comprovado nos autos que o marido da parte autora, nesse período, exercia atividades de natureza urbana (pág. 21, PROCADM1, evento 18). Quanto a esse desempenho de atividade urbana pelo marido da parte autora, tenho o entendimento de que o só fato de um dos membros do núcleo familiar exercer atividade urbana não basta para impedir de forma absoluta o reconhecimento do regime de economia familiar. Entretanto, se por um lado não basta, por si só, para impedir o reconhecimento da condição de segurado especial dos membros do núcleo familiar, pelo outro a circunstância em questão tampouco é um nada jurídico, que possa ser simplesmente desconsiderado na valoração da prova acerca da existência do chamado regime de economia familiar. Com efeito, a meu sentir, se um dos membros da família desempenha atividade urbana, isso não obriga a que se afaste incontinente a condição de segurado especial dos seus membros, mas exige que se passe a aferir o contexto probatório em seu todo, para investigar até que ponto os integrantes do núcleo familiar dependiam preponderantemente da agropecuária, ou da transferência de recursos de natureza urbana havidos a partir daquele membro que se dedicava a lides alheias às campesinas. Numa síntese prática do raciocínio desenvolvido, quando não há prova de desempenho de atividade de natureza urbana por algum dos membros do núcleo familiar, a condição de segurado especial será reconhecida com a simples comprovação de que havia o desempenho de atividade agropecuária, já que, se outra atividade não era desempenhada, a conclusão lógica é a de que a subsistência provinha da própria agropecuária. Se, porém, há prova de desempenho de atividade de natureza urbana por algum dos integrantes do núcleo familiar, aí já não basta a simples comprovação do exercício de lides campesinas, fazendo-se necessária, então, também a comprovação da relevância de tais lides para o sustento da família, posto ser possível que, nesse caso, a subsistência decorra mais da distribuição entre todos da renda de natureza urbana que dos rendimentos da agropecuária. E essa comprovação adicional demanda, evidentemente, não somente a demonstração do montante da renda urbana, mas também uma demonstração concreta e efetiva do ganho que era obtido a partir da agropecuária, daí a necessidade de apresentação, nestas situações excepcionais onde algum membro familiar percebe renda urbana, de notas de produção rural ou outros documentos que evidenciem com clareza o volume da produção agrícola comercializada do todo familiar. E o ônus dessa comprovação incumbe evidentemente à parte autora, posto que é dela, nos termos do art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil, o ônus de provar a condição de segurado especial que alega possuir, a qual é o fato constitutivo do direito que pleiteia. A questão é, então, eminentemente de valoração da prova. E numa valoração da prova deste caso dos autos, observo que a parte autora não fez prova adequada nem de quanto era o rendimento de natureza urbana, nem de quanto era o rendimento de natureza rural. Não há, pois, como afirmar que a atividade rural preponderasse sobre a atividade urbana, nos períodos em que esta foi desempenhada. Nesse contexto, tenho por evidenciado que a subsistência do núcleo familiar da parte autora decorreu preponderantemente de fontes urbanas, e não da agropecuária. Destarte, concluo que a parte autora efetivamente trabalhou como segurada especial (trabalhadora rural), em regime de economia familiar, no período de 05.10.1974 até 27.04.1986. [...] Da análise de mérito, entendo que o juízo a quo andou bem ao indeferir o lapso temporal de 18.6.1966 a 4.10.1974, imediatamente anterior ao casamento (evento 1, PROCADM3, fl. 6), porque a prova material apresentada para tanto não supre o mínimo exigido pela legislação. O único documento contemporâneo ao período é a declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras (evento 1, PROCADM3, fls. 9-10), entretanto, esta deve ser tomada como prova testemunhal, visto que só será possível que seja considerada prova material quando devidamente homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, conforme o art. 106, III, da Lei n. 8.213/1991, o que não é o caso dos autos. A propósito, esclarece-se que a autora poderia ter juntado aos autos certidões de registro civil (nascimento, casamento, óbito), registros escolares, eleitorais, militares, médicos, certificados religiosos, notas de comercialização, dentre outros inúmeros documentos servíveis como início de prova material. Não o fez. Logo, não é crível que uma família dedicada ao labor agrícola tenha acumulado, num período superior a 8 anos, somente a referida declaração e nenhum outro documento apto a comprovar o desempenho de atividade rural. Ainda, salienta-se que o tempo de serviço rural deve ser demonstrado mediante início de prova material contemporâneo ao período a ser comprovado, admitindo-se a complementação por prova testemunhal idônea, porém esta não é admitida exclusivamente, nos termos do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e da Súmula n. 149 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: (...) No tocante lapso temporal de 28.4.1986 a 30.4.1991, observo que o esposo da requerente exercia atividade urbana no período (evento 18, PROCADM1, fl. 21). A este respeito, faz-se necessário deixar claro que esta Turma Recursal entende que o exercício de atividade urbana por algum ou alguns membros da família não descaracteriza, por si só, o regime de economia familiar. É imprescindível, contudo, que fique demonstrado o exercício da atividade de produção rural de modo habitual, com potencialidade de comercialização. (...). No entanto, em sentido diverso do exigido, a potencialidade de comercialização não restou demonstrada no presente caso, porquanto nenhuma nota fiscal de venda foi acostada aos autos, além disso, a prova testemunhal não foi clara em narrar a venda do excedente, limitando-se a descrever que a produção destinava-se ao consumo familiar e que, eventualmente, vendiam o excedente da produção, não dando a dimensão exata dos proventos obtidos com a comercialização, prova que competia à autora produzir. Dessa forma, a sentença merece ser mantida incólume, porquanto não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

comprovado o exercício de atividade rural no primeiro período e, no segundo, não demonstrada a imprescindibilidade dos proventos agrícolas para a mantença do grupo familiar'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, em todo o período pretendido.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:2006.38.00.704293-1
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:DEJANIRA LEME DA COSTA
PROC./ADV.:GILSON LIBOREIRO DA SILVA
OAB:MG 46.849
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:
'Alega a autora na inicial que a principal prova de sua condição de rurícola é sua certidão de casamento, onde consta como lavrador a profissão de seu esposo.
Ocorre que, segundo extrato do CNIS de fls. 59/64, o esposo da autora sempre trabalhou como empregado urbano, tendo, inclusive, formalizado, em 17.07.2006, requerimento administrativo de aposentadoria por tempo de contribuição, conforme processo administrativo de fls. 137/148.
(...)
Desta forma, não verifico a existência de prova material suficiente para afirmar ter a parte autora exercido atividade rural. Antes, os elemento trazidos à consideração deste juízo permitem concluir que a demandante dedicava-se às tarefas domésticas, enquanto seu marido trabalhava em empregos urbanos.'
7. Por sua vez, a turma recursal de origem, mantendo a sentença, acrescentou:
'Não deve ser provido o recurso da parte autora, interposto contra a sentença que rejeitou o pedido de aposentadoria por idade como segurado especial, porque está comprovado o desempenho de atividade urbana pelo cônjuge e o recebimento de remuneração em valor que torna o labor rural dispensável ao desenvolvimento sócioconômico do grupo familiar. A existência de início de prova material, por si só, não garante o direito ao benefício, especialmente se houver desempenho de atividade urbana, por longos anos, em momento posterior'.
8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo (prova documental e depoimentos colhidos em juízo), concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurada especial.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

12. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001036-78.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ILZE ALBINO
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a parcial procedência do pedido, reconhecendo tempo de trabalho rural da autora, como segurada especial, apenas no período de 27.06.1968 a 15.06.1974, pois descaracterizado o regime de economia familiar em seguida. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual o exercício de atividade urbana por um dos integrantes do grupo familiar, por si só, não descaracteriza o regime de economia familiar. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A sentença assim fundamentou a procedência parcial do pedido:

'A parte autora pretende comprovar o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar no período de 27.06.1968 a 31.10.1991. (...) A título de prova material do exercício da atividade rural, a parte autora apresentou os seguintes documentos: - Certidão de casamento da autora com Aldemiro Albino, realizado em 1974, qualificando o esposo da autora como lavrador (evento 01, PROCAM7, pág. 12); - Certidão de registro de imóveis indicando a existência de terras rurais em nome do genitor da autora desde 1978 (evento 01, PROCAM7, pág. 20); - Certidão de nascimento do irmão da autora, Sidnei Fronza, registrado em 1969, qualificando o genitor da autora como agricultor (evento 01, PROCAM8, pág. 05); - Ficha sindical em nome do genitor da autora, com anuidades pagas de 1969 a 1972, constando a autora como dependente (evento 01, PROCAM8, pág. 06); - Certificados de cadastro do ITR em nome do esposo da autora relativos aos anos de 1985, 1986, 1987, 1989 (evento 01, PROCAM8, pág. 08/13); - Notas fiscais de produtor rural em nome do esposo da autora indicando a comercialização de produtos rurais em 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991 (evento 01, PROCAM8, pág. 09/15). Em sua entrevista rural a autora declarou que trabalhou na agricultura inicialmente com seu pai na localidade de Aterrado, Pouso Redondo e, depois do casamento em 1974, com seu marido na localidade de Corruchel, Pouso Redondo. Referiu nunca ter se afastado da atividade rural no intervalo de 1968 a 1991, permanecendo na lavoura até venderem as terras em 1991 e abrirem mercado no centro de Pouso Redondo. (...) Pelas provas produzidas nos autos, tenho que é possível o reconhecimento da atividade rurícola no período anterior ao casamento da autora realizado em 15.06.1974, já que há início de prova documental corroborado por prova testemunhal. Já com relação ao período posterior ao casamento da autora, duas testemunhas foram enfáticas ao afirmar que a autora mantinha-se na atividade comercial com seu esposo. Assim, ainda que a autora mantivesse o cultivo de produtos rurais, há evidências de que essa atividade rural não era desempenhada em regime de economia familiar, já que a principal renda do grupo familiar era urbana. Deste modo, pelas provas produzidas e pelas circunstâncias do caso concreto dos autos, tenho que é possível o reconhecimento do exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, no período de 27.06.1968 a 15.06.1974'.

7. Por sua vez, consingou o acórdão recorrido:

'O Juízo sentenciante agiu com acerto ao reconhecer o labor agrícola da requerente até o ano de 1974 (data do casamento da postulante), porquanto a partir de então não vislumbro motivos de reconhecer a sua qualidade de segurada especial. É que a partir do seu casamento, ocorrido em 1974, as testemunhas Maria Ines Honório e José de Liz foram incisivas ao referir que a autora passou a trabalhar com o esposo como comerciante, já que este possuía um armazém de secos e molhados. Posteriormente, a partir de 1985, existe ITR e Notas de Produção Rural em nome do esposo da autora, mas tais documentos não servem como subsídio para a comprovação da qualidade de segurado especial, uma vez que revelam a comercialização de grande quantidade de insumos agrícolas, incompatíveis com o regime de economia familiar. Além disso, a própria autora referiu em sua entrevista rural que 'plantou fumo durante alguns anos e depois passaram a criar gado de corte (em média de 100 a 150 cabeças por ano)', tendo vendido as terras e aberto um mercado no centro de Pouso Redondo (por volta 1989). Assim, percebe-se que a partir do seu casamento (1974) a autora e seu grupo familiar não se enquadravam mais na conceituação legal de 'segurados especiais', mas sim no de trabalhadores urbanos/grandes produtores rurais, figuras que não são protegidas pela regra excepcional prevista no artigo 11 da Lei 8.213/91. Desse modo, impõe-se a manutenção da sentença, por seus próprios fundamentos, aos quais acrescento os que ora foram deduzidos'.

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, a partir do casamento, quando exercida atividade comercial concomitante e também atividade rural como produtor rural, com volume de produção incompatível com regime de economia familiar.

9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois o entendimento da TNU, inclusive estampado em suas Súmulas 41 e 46, é de que o exercício de atividade urbana pelo requerente ou integrantes do grupo familiar não impede, por si só, o reconhecimento do trabalho rural, condição que deve ser analisada no caso concreto (parte final das súmulas). Esta análise foi feita pelo juízo de origem, cujo afastamento implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5009790-33.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:IVETE FERRARI WRES
PROC./ADV.:ROBSON RAFAEL PASQUALI
OAB:SC-31222
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido quanto ao reconhecimento do período rural de 25.04.75 a 31.05.78. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência, podendo ser extemporâneo; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'Voto por negar provimento ao recurso da parte-autora e por confirmar a sentença por seus próprios fundamentos (artigo 46 da Lei nº 9.099/95). Dela, destaco o seguinte trecho: A parte-autora, nascida em 25.04.1963 (RG3, evento 01), filha de Mansueto Ferrari e de Natalia Odeli Ferrari, alega ter trabalhado na agricultura de 25.04.1975 a 31.05.1978, em regime de economia familiar. Conforme narra, o trabalho sucedeu em terras situadas no interior do município de Apiúna/SC, na companhia dos pais e de seus irmãos. O INSS, ao analisar administrativamente a pretensão da parte-autora, não reconheceu nenhum período de atividade rural (fl. 37, PROCADM7, evento 01). Quanto à prova material, a parte-autora acostou documentos no evento 01 (PROCADM6). Estes, contudo, não são contemporâneos ao período a ser provado nos autos. Com efeito, foram juntados: certidões de nascimento dos irmãos da autora, lavradas em 1957, 1961, 1963 e 1967, em que a profissão do genitor é de lavrador; certificado de cadastro no INCRA de imóvel rural em nome do pai, do exercício de 1985; e certidão do INCRA atestando a existência de imóvel rural em nome do genitor nos anos de 1965 a 1971. Quanto a este último documento, impende destacar que o mesmo imóvel rural foi cadastrado em nome de Mário Ferrari de 1972 a 1977, e, em 1980, de Valdir Ferrari. Não obstante, inexistem outros elementos nos autos que indiquem a relação de parentesco entre os terceiros e a demandante. Cabe salientar, a respeito desta questão, que nem a parte-autora, nem as testemunhas, apontaram por ocasião da audiência o motivo pelo qual ocorreu essa mudança. Ainda, foi anexada certidão de transcrição imobiliária alusiva a 27.06.1970, comprovando a aquisição de imóvel rural pelo pai da autora, o qual, todavia, na ocasião, foi qualificado como operário. É evidente, portanto, que tais não atendem satisfatoriamente a exigência probatória sob o viés documental, já que não representam o início de prova necessário do exercício de atividade rurícola no período requerido. E, inexistindo elementos materiais hábeis a sustentar a tese de que seria agricultora no período requerido (documentos listados não se prestam a esse fim), incide, no caso, o entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário. Fica prejudicada, portanto, a apreciação do pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Vale salientar, apenas, que nem mesmo o eventual fato de algum irmão da parte autora ter obtido reconhecimento judicial de atividade rural em parte do período pleiteado é capaz de alterar essa conclusão, e, em atenção ao princípio do livre convencimento motivado, não pode vincular este colegiado num ou noutro posicionamento'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, no período pretendido.
8. No tocante à contemporaneidade do início de prova material, observo que o provimento judicial está em consonância com a Súmula 34 desta TNU.
9. Também não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0007665-37.2012.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LEONICE PEDRO PILOTTO
PROC./ADV.:LUCIENE PILOTTO DO NASCIMENTO
OAB:SP-204530
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO AO LAUDO PERICIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão proferido por Turma Recursal de São Paulo, que manteve sentença de procedência para concessão de aposentadoria por invalidez à parte autora.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento dominante do STJ - REsp 231.093 e REsp 226.094 - na medida em que, para os paradigmas, o benefício de aposentadoria por invalidez só é devido quando verificada a incapacidade total e permanente, o que não ocorreu nos autos.
3. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório.
4. O acórdão recorrido manteve a sentença, que assim fundamentou a concessão da aposentadoria por invalidez:
'É certo que o juiz não se filia a nenhum sistema legal de provas, podendo utilizar-se do seu livre convencimento para chegar à verdade dos fatos, sendo certo que, a autora, 61 anos, rurícola até 1978 e, após, costureira, 2ª série do ensino fundamental, serviços gerais, ultimamente recolhe como contribuinte facultativo apresentou relatórios e prontuários médicos, em que evidencia que está incapacitada para qualquer trabalho, conforme relatórios médicos apresentados, principalmente, os atestados anexados, portadora de doença degenerativa, recebeu auxílio-doença de 2004 a 11/07/12, em que há o reconhecimento da sua incapacidade, o que indica que à época da cessação do benefício em 20/03/2012 estava incapacitado para o trabalho'.
5. Como cediço, o juízo não está vinculado à conclusão do laudo - artigos 131 e 436 do CPC - podendo apreciar o conjunto probatório em sua totalidade, apontando os fundamentos para sua conclusão. Neste sentido, tranquila a jurisprudência pátria, conforme exemplos abaixo:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PRINCÍPIOS DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ARTIGO 20 DA LEI Nº 8.742/93. DEFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o julgador não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no artigo 131 do Código de Processo Civil, é facultado a este formar sua convicção com fundamento em outros elementos colhidos nos autos. II. Rever o posicionamento do Tribunal de origem, no ponto em que entendeu que a parte autora teria direito ao benefício assistencial, demandaria o reexame fático-probatório, o que é inadmissível nesta instância especial. Incidência do enunciado n. 07 da Súmula desta Corte. III. Agravo interno desprovido'. (AGARESP 201102415141, Rel. GILSON DIPP, STJ, QUINTA TURMA, DJE 20/06/2012)
'PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA CAPACIDADE LABORAL. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AUSÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE OS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE DESPROVIDO (...) o art. 436 do CPC é taxativo ao dispor que "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos". 16. O princípio que ali se consagra é o do convencimento motivado do julgador, sem prévia classificação tarifária das provas. (...) 18. Portanto, o não acolhimento da prova pericial além de ter previsão legal, deu-se sob suficiente motivação, pelo que não há que se afastar a conclusão do julgamento recorrido, uma vez que não há hierarquia entre as provas licitamente produzidas, não sendo o caso de adentrar-se no conteúdo da prova (idade da autora, natureza da doença, profissão exercida, etc.) sob pena de, aí sim, ocorrer reexame de matéria fática. (...) PEDILEF 00125010220114013600, TNU, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255.
6. Ademais, o posicionamento adotado nos paradigmas encontra-se superado pela própria Corte Especial:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. VALORAÇÃO DA PROVA COLHIDA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "A concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho. Precedentes. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1338869/DF, Relator Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/11/2012). II. Reconhecido, pelo Tribunal de origem, que o recorrido faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez, a mudança de entendimento acerca da questão demandaria incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, pelo enunciado da Súmula 07 desta Corte. III. Consoante a jurisprudência do STJ, "concluindo o juízo de origem, com base no contexto fático-probatório dos autos, que a parte autora faz jus ao benefício, a revisão desse posicionamento encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula n. 7/STJ. (...)" (STJ, AgRg no Ag 1368042/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 12/09/2011). IV. Agravo Regimental improvido. (AGARESP 201101967633, STJ, REL. ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, DJE 01/03/2013).
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA DA PARTE AUTORA. PRETENSÃO DE QUE SEJAM CONSIDERADOS OS ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA SEGURADA, ALÉM DO LAUDO PERICIAL. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça alinhou-se no sentido de que, "para a concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está vinculado à prova pericial e pode concluir pela incapacidade laboral levando em conta os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado" (STJ, AgRg no AREsp 103.056/MG, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/08/2013). (...) AGARESP 201400734349, STJ, REL. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 28/11/2014.
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE LABORAL. AFERIÇÃO POR CRITÉRIOS SOCIAIS E CULTURAIS. POSSIBILIDADE. NÃO VINCULAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. 1. Esta Corte tem entendimento no sentido de que, para a concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está vinculado à prova pericial e pode concluir pela incapacidade laboral levando em conta os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado. 2. Agravo regimental não provido. (AGARESP 201103050757, STJ, REL. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:02/08/2013)
7. Observa-se, portanto, que houve análise do conjunto probatório como um todo pelo juízo de origem, com respectiva fundamentação, em observância aos artigos 131 e 436 do CPC. O afastamento desta análise implicaria reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara.
8. Incidente não conhecido. Súmula 42/TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000289-34.2013.4.04.7212
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SILMARA LORENZET
PROC./ADV.:ROSI MARIS PERIN BIONDO
OAB:SC-7389
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. NÃO VINCULAÇÃO DO JUÍZO AOS LAUDOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina que, por maioria, negou provimento ao seu recurso e manteve sentença que concedeu à parte autora benefício de aposentadoria por invalidez.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento da TNU - PEDILEF 0059972-71.2007.4.01.3400 - e da Terceira Turma Recursal de São Paulo - processo 0002425-04.2011.4.03.6302 - segundo os quais é possível a "desconsideração das conclusões da perícia judicial com base em pretenso histórico laboral da parte autora e, ainda, em erro administrativo, que levou ao reconhecimento da qualidade de segurado e concessão de benefício à parte autora, erro esse posteriormente revisto pela Autarquia, que melhor examinando-a concluiu ser sua incapacidade preexistente, congênita (...)". Pugna, ao final, pela improcedência do pedido da autora, em razão da incapacidade congênita, conforme conclusão das perícias administrativas e judicial.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. Busca o INSS, em síntese, o afastamento da valoração das provas pelo juízo de origem, reiterando a alegação de que foi desprezada a conclusão das perícias administrativas e judicial, no tocante à incapacidade congênita da parte autora.
6. Como cediço, o juízo não está vinculado à conclusão do laudo - artigos 131 e 436 do CPC - podendo apreciar o conjunto probatório em sua totalidade, apontando os fundamentos para sua conclusão. Neste sentido, tranquila a jurisprudência pátria, conforme exemplos abaixo:
' (...) O magistrado não está vinculado às conclusões do laudo pericial, podendo o mesmo ser aceito ou rejeitado, total ou parcialmente, de acordo com o disposto no artigo 182 do CPP. Afastadas, fundamentadamente, as conclusões de laudo pericial, e concluindo o magistrado, com base nos demais elementos probatórios constantes dos autos, pela ocorrência de lesão corporal de natureza grave, diante da incapacitação da vítima para as ocupações habituais por mais de trinta dias, inviável a modificação de tal entendimento na presente via, diante da impossibilidade de reexame de matéria de prova (Súmula 7/STJ) (...)' RESP 200301986700, Rel. PAULO MEDINA, STJ, SEXTA TURMA, DJ 10/05/2004.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)

'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)

'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PRINCÍPIOS DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ARTIGO 20 DA LEI Nº 8.742/93. DEFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o julgador não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no artigo 131 do Código de Processo Civil, é facultado a este formar sua convicção com fundamento em outros elementos colhidos nos autos. II. Rever o posicionamento do Tribunal de origem, no ponto em que entendeu que a parte autora teria direito ao benefício assistencial, demandaria o reexame fático-probatório, o que é inadmissível nesta instância especial. Incidência do enunciado n. 07 da Súmula desta Corte. III. Agravo interno desprovido'. (AGARESP 201102415141, Rel. GILSON DIPP, STJ, QUINTA TURMA, DJE 20/06/2012)

'PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA CAPACIDADE LABORAL. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AUSÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE OS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE DESPROVIDO (...) o art. 436 do CPC é taxativo ao dispor que "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos". 16. O princípio que ali se consagra é o do convencimento motivado do julgador, sem prévia classificação tarifária das provas. (...) 18. Portanto, o não acolhimento da prova pericial além de ter previsão legal, deu-se sob suficiente motivação, pelo que não há que se afastar a conclusão do julgamento recorrido, uma vez que não há hierarquia entre as provas licitamente produzidas, não sendo o caso de adentrar-se no conteúdo da prova (idade da autora, natureza da doença, profissão exercida, etc.) sob pena de, aí sim, ocorrer reexame de matéria fática. (...) PEDILEF 00125010220114013600, TNU, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255.

7. No caso em tela, a alegação da preexistência foi assim afastada pela sentença, mantida pelo acórdão:

'(...) Da alegação de preexistência

Muito embora reste inegável e incontroverso nos autos que as patologias apresentadas pela parte autora existem desde o seu nascimento, há que se ponderar que ela exerceu atividades laborais campesinas por diversos momentos, o que inclusive restou apurado e constatado pelo próprio INSS, até mesmo nas observações das perícias administrativas, tendo culminado no deferimento de benefícios em datas pretéritas.

Demais disso, embora o laudo pericial seja claro no sentido de que há 'quadro de deficiência desde o nascimento', o perito também esclarece, em resposta ao quesito 'j': '(...) tendo se agravado no decorrer do desenvolvimento'.

Há que se concluir, portanto, que houve progressão do quadro, situação que autoriza o deferimento do benefício. Desta forma, considerando a concessão de benefícios em datas anteriores, somada ao estado de incapacidade permanente para o desempenho das atividades rurais, impõe-se o deferimento do pedido de concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, desde a data de cessação (DER) do auxílio-doença anteriormente deferido, qual seja, 21/01/2012'.

8. A concessão do benefício, portanto, está fundamentada, apontando o juízo de origem o motivo por que entendeu afastada a preexistência da incapacidade, que não se confunde com preexistência da enfermidade, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização.

9. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:2008.38.00.702987-1
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:GERALDA ANASTÁCIA BARROS SANTOS
PROC./ADV.:REGINALDO LUIS FERREIRA
OAB:MG-79550
PROC./ADV.:RONALDO ERMELINDO FERREIRA
OAB:MG-70727
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 3ª Turma Recursal de Minas Gerais, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, mantida pela turma recursal de origem:

'Particularmente ao caso ora tratado, no entanto, parece-me que a renda familiar, ao menos em sua quase totalidade, origina-se da remuneração percebida pelo marido da autora como vigia - depoimento pessoal - e, após a aposentadoria deste, com os proventos do benefício, descaracterizando, dessa forma, a natureza de segurado especial da Previdência.

Ademais, inexiste início satisfatório de prova material. Pelo contrário, os documentos que instruem os autos demonstram a profissão de lavadeira. Veja-se que a própria procuração emitida para o ajuizamento da causa indica a autora como lavadeira, fl. 11.

Não se olvide, ainda, a presença de contradições - em relação à profissão do marido da autora - entre o depoimento pessoal e o testemunho'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo (prova documental e depoimentos colhidos em juízo), concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período e forma alegados.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essen-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0001250-88.2010.4.03.6308
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARLENE PETRINI MAZETO
PROC./ADV.:JOSÉ BRUN JÚNIOR
OAB:SP-128366
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de São Paulo, que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de improcedência de pedido de aposentadoria por idade rural, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Junta paradigmas, segundo os quais o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é meramente exemplificativo.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. Por sua vez, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

4. Inicialmente afasto a alegação de nulidade do acórdão pela suposta falta de fundamentação (confirmou a sentença com fulcro no art. 46 da Lei 9.099/95), uma vez que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus n° 86.553-0, reconheceu que este procedimento não afronta o artigo 93, IX, da Constituição Federal.

5. Por sua vez, a improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:

"Conforme a disciplina do artigo 55, §3º, da Lei nº 8213/91, a comprovação de tempo de serviço somente produzirá os efeitos de estilo quando lastreada em início de prova documental, vedada a utilização de prova exclusivamente testemunhal.

Nessa esteira, a autora apresentou certidão de casamento datado do ano de 1973, na qual foi apontado como ofício de seu marido a atividade de lavrador.

Não obstante, em consulta ao CNIS, constatou-se que o marido da autora detém a propriedade de quatro sítios, os quais somados ultrapassam doze módulos fiscais, conforme o art. 11, inc. VII, alínea "a", item 1. Destarte, não se pode falar em qualidade de segurado especial nesse caso.

Alem disso, no CNIS do marido da autora observou-se que está sendo paga aposentadoria por idade urbana em razão de seu consorte ser sócio gerente da empresa M. Mazeto Cia Ltda ME.

Assim, a prova material do marido não pode ser aproveitada por sua esposa.

Ademais, nos últimos dez anos não foi produzido inicio de prova material de que a autora desenvolveu pessoalmente atividade rural.

Pois bem, o artigo 143 da Lei 8213/91, com vigência estendida pela Lei 11718/08, estabeleceu como requisitos para gozo de aposentadoria por idade rural o exercício de atividade rural pelo prazo correspondente à carência, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.

Assim, nos termos do artigo 142 da Lei nº 8213/91, como o autor completou 55 (cinquenta e cinco) anos em 2006, por isso, teria de comprovar o exercício de 150 (cento e cinquenta) meses de tempo de serviço/contribuição para a percepção do benefício pleiteado.

Compulsados os autos constata-se que a demandante não completou tal período de trabalho rural correspondente à carência.

(...)

Dessarte, diante da impossibilidade de se aplicar a Lei nº 10666/03, destinada às hipóteses de aposentadoria por tempo de contribuição, não se pode reconhecer o exercício de atividade rural em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício. Já que, passaram-se mais de 36 (trinta e seis) meses entre o fim da atividade remunerada e a data em que o segurado completou o requisito etário, prazo máximo previsto no artigo 15 da Lei nº 8213/91 para as hipóteses de manutenção da qualidade de segurado, aqui aplicado com espeque na interpretação sistemática.

Por conseguinte, o autor não demonstrou o exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do beneficio pelo período correspondente à carência, nos termos do art. 143 da Lei nº. 8213/91".

6. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim exame do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período e forma alegados.

7. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, inclusive com as Súmulas da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

8. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

9. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

10. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0509730-57.2011.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA LENILCE ALVES DA SILVA TORQUATO
PROC./ADV.:IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR
OAB:CE-18937
REQUERIDO(A):INSS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS NÃO DEMONSTRADA CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 14 DA LEI N. 10.259/01. INSUFICIÊNCIA DA SIMPLES ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO LEGAL. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença foi de procedência e o INSS recorreu.
3. A d. Turma Recursal deu provimento ao recurso porque o falecido era contribuinte individual, porém, à época da morte, ainda não tinha sido realizado o recolhimento das contribuições previdenciárias.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando que houve violação da lei federal que impõe ao tomador dos serviços as obrigações de recolhimento das contribuições dos contribuintes individuais (art. 4º da Lei n. 10.666/03 e art. 33, § 5º, da Lei n. 8.212/91). Citou decisão de Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem e a parte recorreu.
6. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF.
7. O recurso da parte autora não pode ser conhecido porque não está demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando invocar decisão de Tribunal Regional do Trabalho.
8. O pedido, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
9. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais só tem competência para uniformizar a interpretação da lei federal a partir das divergências entre julgados previstas na lei, conforme o dispositivo acima transcrito, não tendo competência para julgar recurso com a simples e direta alegação de violação da lei federal, que é da competência constitucionalmente estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça.
10. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5011443-85.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ALEXANDRE HIAGO DA SILVA
PROC./ADV.:TAISE VIELMO CORTES
OAB:RS-39542
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Maria Lindaura Lima, ocorrido em 27/02/2008, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença (evento 77) foi de procedência sob o fundamento de que a nova redação conferida ao art. 16, §2º, da Lei 8.213/91 não teve o condão de excluir o menor sob guarda do rol dos dependentes previdenciários, e porque as provas demonstraram a dependência econômica do autor em relação à falecida.
3. A Turma Recursal de Santa Catarina confirmou a sentença (eventos 108 e 109), destacando que "em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça conferiu primazia normativa ao ECA, o qual confere ao menor sob guarda a condição de dependente inclusive para fins previdenciários. Embora o precedente em questão (STJ. 1ª Seção. RMS n.º 36034/MT, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. em 26 fev. 2014) remeta a Regime Próprio de Previdência, pode ser aplicado também ao RGPS, porque em ambos os casos são comuns a prevalência e a especialidade do Estatuto da Criança e do Adolescente".
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 116) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no Ag 1020832/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 15/06/2009);
- que "ao menor sob guarda não é devida a pensão por morte do instituidor, não tendo aplicabilidade o ECA, independentemente de haver a comprovação efetiva da dependência econômica".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 132), ao contrário do que alega o INSS em sede de agravo (evento 140).
6. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015). 7. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008255-94.2012.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FABIANO JOÃO SEDREZ
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ARTIGO 29 II DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que reconheceu o direito da parte autora à revisão do seu benefício previdenciário, com aplicação da regra do artigo 29, II da Lei 8.213/1991.
2.O acórdão recorrido acolheu a pretensão autoral, fixando a tese de que o Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, implicou o efetivo reconhecimento do direito de revisão do benefício, razão pela qual houve a renúncia tácita da prescrição e, consequentemente, tal prazo voltou a correr por inteiro a partir da edição desse ato administrativo.
3.O recorrente suscita a ocorrência da divergência com base em três paradigmas.
4.Aponta como primeiro fundamento a divergência com o decido pelo STJ, sustentando a inexistência de interrupção da decadência, em razão da aplicação do artigo 207 do Código Civil e da inexistência de previsão na legislação esparsa.
5.Como segundo fundamento, traz como paradigmas decisões do STJ, nos EDcl no REsp 1.309.534 e nos EDcl no REsp 1.304.433, em que se decidiu acerca da imediata aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória n. 1.523-9.
6.O incidente não deve ser conhecido.
7.Quanto ao primeiro fundamento, verifica-se que não há similitude fático-jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de revisão de benefício previdenciário, enquanto os paradigmas tratam de controvérsia de direito administrativo.
8.No que toca ao segundo fundamento, os paradigmas trazidos também não guardam similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de benefício previdenciário concedido posteriormente à Medida Provisória.
9. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003148-13.2014.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:IVANIR DE GASPERI SANTINI
PROC./ADV.:VALDIR SPIGOLON
OAB:RS-85048
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. LONGO AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS. SÚMULA 54 DA TNU. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 E QUESTÃO DE ORIDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 3ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, dando parcial provimento ao recurso do INSS, manteve o reconhecimento do período rural postulado, mas julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade como segurada especial, em razão do longo afastamento da atividade campesina. Aduz a recorrente que o provimento diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: a atividade rural não necessita ser ininterrupta; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício (Súmula 41 da TNU). Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. A improcedência do pedido quanto à aposentadoria por idade, como segurada especial, restou assim fundamentada pelo acórdão:
'Ocorre que assiste razão ao INSS quando alega que a autora não conta com 180 meses de carência como segurada especial, pois realmente o período de 1985 a 1989 não pode ser somado com o período de 1998 a 2013. Ora, dentro do interregno total de mais de 15 anos (1985 a 2013) a segurada se afastou do meio rural pelo menos durante o longo período de 7 anos enquanto laborou como empresária do setor de mel (1990 a 1997), perdendo a vocação rural. Nessa quadratura, no caso não ficou comprovada a manutenção da vocação rural, sendo firme a jurisprudência da TRU da 4ª Região no sentido de que 'a descontinuidade deve ser valorada caso a caso, nos termos da aplicação do art. 143, buscando verificar se, no caso concreto, o afastamento da atividade rural por um certo período de tempo não afeta toda a vocação rural apresentada pelo trabalhador' (IUJEF nº 2005.72.95.00.8479-0, Rel. Juíza Federal Flávia da Silva Xavier, D.E. 07.05.2008; e IUJEF nº 5002637-56.2012.404.7116, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, D.E. 08.03.2013). Logo, não há direito à obtenção da pretendida aposentadoria por idade rural. Finalmente, forçoso é reconhecer que a autora não tem direito à concessão de aposentadoria por idade rural com redução do requisito etário conforme previsto no § 1º do art. 48 da Lei nº 8.213/91 por ter mantido vinculação como empresária (1990 a 1997) durante o período de carência imediatamente anterior ao requerimento do benefício (2013). Isso significa que a autora não tem direito a se aposentar aos 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade, como pretendido. Resta à autora, ao completar 60 (sessenta) anos, pleitear a concessão de aposentadoria por idade híbrida nos termos do art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 11.718/2008. Destarte, o recurso do INSS merece ser parcialmente provido, mantendo-se o reconhecimento dos períodos especificados na inicial como tempo de serviço rural exercido em regime de economia familiar, mas afastando-se a possibilidade de soma do período de 1985 a 1989 com o período de 1998 a 2013 para fins de obtenção de aposentadoria por idade rural pura e típica, o que, no caso, afasta a concessão da aposentadoria devido ao não implemento de pelo menos 180 meses de carência como segurada especial'.
6. O acórdão hostilizado está em consonância com a Súmula 54 da TNU, que dispõe: 'Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima'.
7. Também não vejo dissonância com os paradigmas apontados. Sem dúvida o exercício de atividades urbanas, intercalado ou concomitante à atividade rural não afasta, por si só, a condição de segurado especial. Esta análise, contudo, deve ser feita em cada caso concreto (observação inclusive constante do texto da Súmula 41 da TNU), o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
8. Trago à colação:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
9. Incidente não conhecido. Súmulas 42 e Questão de Ordem 13 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0522039-30.2013.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:ADRIANA MATOSO DE GOES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a improcedência do pedido concessão de benefício por incapacidade, em razão da perda da qualidade de segurado.
2. Aduz que o acórdão recorrido divergiu do entendimento da TNU - PEDILEF 200934007005809 - na medida em que, para o paradigma, o magistrado não está vinculado à prova pericial e, no que diz respeito ao início da incapacidade e fixação da DIB, pode analisar e valorar outras provas existentes nos autos, relacionadas ao direito postulado.
3. O incidente não comporta conhecimento, pois implica nítido reexame do conjunto fático-probatório, vedado nesta seara.
4. O acórdão manteve a improcedência do pedido, assim fundamentando:
'A controvérsia restringe-se à existência ou não da qualidade de segurado.
No caso dos autos, a perícia informa que a autora possui esquizofrenia Paranóide (CID10: F20.0) - Anexo nº 37, resposta ao quesito 6. Ainda segundo a perícia, a incapacidade laborativa é total, contínua e definitiva a partir do ano de 1996 (DII) - Anexo nº 37, resposta aos quesitos 7, 8, 9 e 13.
Segundo esclarecimento da perita, a data de início da incapacidade laborativa se deu a partir de dezembro de 1996, constatada a partir da receita médica apresentada (Anexo nº 48), que comprova o início do tratamento psíquico (Anexo nº 45).
Entrou com pedido de auxílio em 21/03/2007, o qual foi indeferido, por não ser constatada a incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual.
De acordo com o CNIS, a autora possuiu 2 (dois) vínculos empregatícios: períodos de 01/04/1987 a 02/10/1987 e de 07/11/1989 a 23/08/1994. Voltou a contribuir, na condição de contribuinte individual, entre 01/2006 a 11/2006 (Anexo nº 30), além de ter acostado nos autos os carnês de contribuições relativos às competências de 12/2012, 01/2013, 05/2013 e 08/2013 (Anexos 15 à 19).
Quanto à sua qualidade de segurada, por causa do seu último vínculo empregatício com 4 anos de contribuição, teve sua qualidade de segurada mantida até 10/1995. Ainda, que se admitisse o acréscimo de 12 meses pelo desemprego involuntário, teria mantido a qualidade de segurado somente até 10/1996, já que não perfaz mais de 120 contribuições sem interrupção, de acordo com o artigo 15, da Lei n.º 8.213/91.
Desse modo, ao tempo do início da incapacidade, em dezembro de 1996, o Recorrente já havia perdido sua qualidade e quando do reingresso ao regime previdenciário a doença já existia'.
5. Não vejo nenhuma divergência com o paradigma apontado, que apenas explicita o já constante em lei. Sem dúvida o juízo não está adstrito ao laudo pericial (artigos 131 e 436 do CPC). Por outro lado, também pode acolhê-lo, não havendo nenhuma disposição no sentido de que deve desprezá-lo.
6. A recorrente busca, em verdade, alteração da análise feita pelo juízo de origem, no tocante ao início da incapacidade e consequente perda da qualidade de segurado, inviável em sede de pedido de uniformização. Trago á colação:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500987-23.2014.4.05.8306
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:INÁCIO DIAS DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB:PB-4007
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DA TNU. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. PROVIMENTO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 2a Turma Recursal de Pernambuco, que deu provimento ao recurso da parte autora, reconhecendo como especial o período de 26/12/78 a 28/04/95, trabalhado como empregado em estabelecimento agroindustrial (engenho de beneficiamento de cana-de-açúcar). Aduz o INSS que o acórdão diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a especialidade reconhecida no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64 refere-se apenas à atividade agropecuária, não às atividades agrícolas. Sustenta, ainda, vedado o cômputo de serviço rural anterior à Lei 8.213/91, sem o respectivo recolhimento previdenciário. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Confira-se:
3.1. No tocante ao alcance das atividades elencadas no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, a TNU, revendo seu posicionamento, assim fixou em Representativo de Controvérsia:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL.AGROPECUÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso do Autor, para manter a sentença que não reconheceu como atividade especial o trabalho rural no período de 01/09/1976 a 16/12/1998. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo Autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal de São Paulo (processo nº 0004398-18.2007.4.03.6307), segundo o qual o labor rural configura a especialidade prevista no item 2.2.1 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Configurado o dissídio, posto que o acórdão recorrido entendeu que, "(...) O enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64 depende de efetiva comprovação de atividade agropecuária, não abrangendo todas as espécies de trabalhadores rurais, motivo pelo qual a atividade exercida pelo autor como rurícola não pode ser considerada como de natureza especial. 3. No caso vertente, não há nos autos qualquer prova de que o autor se dedicasse a atividade que envolvesse agricultura e pecuária (agropecuária).", grifo no original. 6. A TNU, inclusive esta Relatora, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. (...)" (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio excerto esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.(...)" (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. PEDILEF 05003939620114058311, Rel. Juíza Federal, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 24/10/2014 PÁGINAS 126/240)

3.2. Quanto ao cômputo, para fins de carência, do tempo laborado como empregado rural, antes da Lei 8.213/91, assentou a Primeira SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL COM REGISTRO EM CARTEIRA PROFISSIONAL PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 2º, E 142 DA LEI 8.213/91. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Caso em que o segurado ajuizou a presente ação em face do indeferimento administrativo de aposentadoria por tempo de serviço, no qual a autarquia sustentou insuficiência de carência.

2. Mostra-se incontroverso nos autos que o autor foi contratado por empregador rural, com registro em carteira profissional desde 1958, razão pela qual não há como responsabilizá-lo pela comprovação do recolhimento das contribuições.

3. Não ofende o § 2º do art. 55 da Lei 8.213/91 o reconhecimento do tempo de serviço exercido por trabalhador rural registrado em carteira profissional para efeito de carência, tendo em vista que o empregador rural, juntamente com as demais fontes previstas na legislação de regência, eram os responsáveis pelo custeio do fundo de assistência e previdência rural (FUNRURAL).

4. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008. (REsp 1352791 / SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DU 05/12/2013).

4. Incidente de uniformização não conhecido. Acórdão em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Incidência das Questões de Ordem n. 13 e 24/TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto da Juíza Federal relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001121-61.2013.4.04.7214
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ELZA JUVITA GALESKI
PROC./ADV.:LOURIVAL SILVA CAVALCANTI
OAB:MS-6025
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade, como trabalhadora rural - segurada especial. Aduz que o acórdão recorrido está em confronto com o entendimento do STJ, no sentido de que 'a atividade rural exercida individualmente não descaracteriza o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria por idade, uma vez que a aposentadoria recebida pelo marido não lhe retira a qualidade de segurada especial, pois, nos termos do art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213/91, também é segurado especial quem exerce atividade agrícola de forma individual'. Juntou paradigma: RECURSO ESPECIAL Nº 675.892 - RS (2004/0127836-5).

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, confirmada pelo acórdão:

' (...) Todavia, ainda que se pudesse cogitar que a autora efetivamente desempenhasse atividade campesina na qualidade de diarista rural/bóia-fria, é de se lembrar que a relativização da prova material somente é possível quando a prova testemunhal se mostra robusta e, principalmente, quando não há outros elementos probatórios contrários à pretensão. No caso, deve ser considerado o fato de autora possuir outra fonte de renda, consistente nos salários auferidos pelo seu marido enquanto empregado urbano e na pensão por morte que ela passou a receber a partir de 2004. Considerando a informalidade do trabalho prestado individualmente e como diarista rural/bóia-fria e, principalmente, a falta de prova material deste trabalho, a fonte de renda diversa deve ser considerada para a análise da concessão do benefício requerido, como elemento de convicção sobre a imprescindibilidade do trabalho prestado em tais condições, ou seja, para fins de comprovação do efetivo exercício desta atividade. Tal análise se mostra pertinente porque se o requerente possui fonte de renda diversa, que garanta o sustento a todo o grupo familiar (destaco que o casal tinha apenas duas filhas), o trabalho desempenhado individualmente e como diarista rural pode ser eventual ou esporádico. Ou, em se tratando de trabalho desempenhado no afã de aumentar a renda familiar, deverá ser enquadrado como contribuinte individual. Noutras palavras, a aposentadoria por idade rural deverá ser concedida ao trabalhador individual e ao diarista rural/bóia-fria que trabalha na informalidade por falta de opção, mas retira deste labor seu sustento, razão pela qual se admite dispensar-lhe do recolhimento das contribuições previdenciárias e, em casos extremos, da apresentação de início de prova material. No caso dos autos, o marido da autora exercia atividade urbana obtendo renda mensal e o casal tinha apenas duas filhas para sustentar. Após, a autora ficou viúva, morava sozinha, de modo que a pensão deixada pelo marido, ainda que no valor mínimo, constituía sua principal fonte de renda. Destaco também que, em seu depoimento pessoal, a autora revelou que a renda anual auferida com a venda dos produtos que produzia 'não chegava a um salário mínimo' da safra do milho e também do trigo. Destarte, a autora não se enquadra no conceito de segurada especial, uma vez que o resultado da lavoura, se existente, não era imprescindível à respectiva subsistência'.

7. Como se observa, o juízo de origem não desconsiderou o trabalho rural individual da autora, mas entendeu que este não ocorreu em regime de economia familiar, diante das circunstâncias do caso concreto (outros rendimentos do grupo familiar e posteriormente pensão instituída à autora).

8. Não vejo dissonância com o paradigma apontado, pois consta do mesmo, expressamente,

que rever a conclusão de labor rural em regime de economia familiar esbarra no comando da Súmula 07 do STJ, ou seja, reexame das provas.

9. Também trago à colação:

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

10. Ainda:

'(...) Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006189-10.2013.4.04.7111
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:EVA REJANE FRANCO BUENO
PROC./ADV.:PAULO ROBERTO HARRES
OAB:RS-41600
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE TEMPO RURAL. SEGURADO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização interposto pela autora em face de acórdão de Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que manteve pelos próprios fundamentos sentença que julgou improcedente pedido de reconhecimento de período de atividade rural.

2. Aduz que 'o ponto discordante do acórdão objurgado está em recusar como início de prova material a nota fiscal onde figura a cotitularidade do proprietário do imóvel e o genitor da recorrente'. Sustenta que referido documento é válido, mesmo que preenchido manualmente.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. A recorrente limita-se a citar um julgado do STJ, supostamente divergente do acórdão impugnado, sem fazer o necessário cotejo analítico. Em casos semelhantes, já decidiu esta Turma: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PEDILEF 200638007233053 DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).
5. Ainda, as alegações da recorrente estão dissociadas do provimento judicial, pois as notas fiscais referidas não foram recusadas como inicio de prova material. Confira-se:
"Como início de prova material, apresentou os seguintes documentos: Histórico Escolar (1974 a 1977); Ficha de Sócio do STR, em nome do pai (1970); Nota e/ou contra-nota em nome de terceiros, com anotação do nome do pai'.
6. Incidente de uniformização não conhecido. Artigo 15, I, do RITNU - Resolução CJF-RES-2015/00345.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5002646-45.2012.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ELIAS BAGIO
PROC./ADV.:RICARDO FORNAZA SCREMIN
OAB:SC-17775
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido, não reconhecendo o período rural requerido pelo autor - 01.11.79 a 04.12.80. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, notadamente do disposto em suas Súmulas 14 e 46.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:
'Para comprovar a atividade campesina no interregno de 01/11/79 a 04/12/80, a parte autora juntou os seguintes documentos no processo administrativo: Evento 1, procadm4: a) declaração do STR de Braço do Norte, documento ao qual se atribui valor de prova testemunhal (p. 34); b) certidão do INCRA comprovando que seu pai, Paulino Bágio, era proprietário de imóvel rural em Braço do Norte/SC, nos anos de 1965 a 1991 (p. 36); c) certidão do registro de imóveis confirmando que o pai do autor era proprietário de imóvel rural em 1987, e naquela ocasião foi qualificado como lavrador (p. 38/40); d) certidão do Ministério da Defesa informando que o autor, ao se alistar na Junta de Serviço Militar de Braço do Norte em 1977, declarou exercer a profissão de agricultor (p. 41); e) certidão de casamento do autor, ocorrido em 1985, na qual ele foi qualificado como operário (p. 42); f) ficha de matrícula do autor na Escola Estadual - Rio Corujas, na qual seu pai foi qualificado como lavrador em 1969/1970 (p. 43/45 e procadm5, p. 1/5); Evento 1, procadm5: g) certidão de casamento dos pais do autor, ocorrido em 1939, na qual ele foi qualificado como lavrador (p. 6); h) certidão de óbito do pai do autor, ocorrido em 1994, na qual ele foi qualificado como aposentado (p. 7); i) certificado de reservista do pai do autor, onde foi qualificado como lavrador em 1939 (p. 8); j) ficha do STR de Braço do Norte em nome do pai do autor, datada de 1972 (p. 11/14); l) declaração do gerente de operações da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil, informando que o pai do autor plantou tabaco nas safras 74/75 e 85/86 (p. 15/16); m) INFBEN confirmando que o pai do autor foi aposentado por velhice na qualidade de trabalhador rural em 01/04/1982 (p. 19). O INSS reconheceu administrativamente o labor rural do autor em regime de economia familiar no intervalo de 09/01/71 a 30/09/79 (evento 1, procadm5, p. 47). A CTPS do autor foi emitida em 02/03/1979 e seu primeiro vínculo registrado foi o intervalo de 01/10/79 a 31/10/79, para Cesar Uliano (evento 1, procadm4, p. 10/11). Foi realizada Justificação Administrativa em que foi tomado o depoimento pessoal do autor e ouvidas duas testemunhas (eventos 17 e 25). O autor declarou que trabalhou na lavoura desde 7 ou 8 anos de idade, trabalhou em Braço do Norte, em Rio Santo Antonio, na época localidade Rio Coruja; que seus pais também trabalhavam na agricultura e se aposentaram pela roça; que trabalhava na roça, depois trabalhou por um mês em um engenho de farinha, voltou para a roça, e por fim veio para Criciúma laborar em seu segundo emprego; as terras eram de seu pai; que estudou lá quando era pequeno, até 13 ou 14 anos; que estudava e trabalhava; que tinha 10 ou 12 irmãos, acha que eram 10; que plantavam mandioca, batata para engordar porco; que vendiam a mandioca e também os porcos; que viviam da roça e dos porcos; que tinham duas vacas para leite; que plantava e colhia; que ninguém trabalhava fora; que não tinham empregados; que no final tinham estufa, mas já estava saindo de lá na época; o que mais dava era a mandioca; que trabalhou de empregado um mês em um engenho de mandioca, voltou para a roça e depois veio para Criciúma e não mais voltou para a roça; que saiu da roça em 1980 por aí, ainda não era casado; que o engenho de farinha era perto de casa, e trabalhou pouco porque era um emprego de temporada apenas, dois meses, um mês, depende da produção de mandioca; que foi mais ou menos em 1980 que veio para Criciúma, não lembra a época, se no começo ou no final do ano; que quando chegou em Criciúma já começou a trabalhar, já veio para trabalhar na Dal Bó (AUDIO MP33). A testemunha Arlindo Rohden afirmou que conhece o autor desde criança, eram vizinhos, ele morava no Rio Santo Antonio e o depoente no Rio Bonito, os terrenos eram extremantes, que jogavam bola juntos; que o autor trabalhou na lavoura desde criança, não sabe o tempo exato que ele permaneceu na roça; que o depoente ficou na roça até 1988 e o autor saiu bem antes, mas não lembra o ano; que quando o autor saiu era solteiro; que as terras eram dos pais, trabalhavam os pais e os filhos, moravam na terra; que acha que o autor estudou; plantavam de tudo, milho, mandioca, cana para o gado, algumas vacas para leite, e porcos; vendiam a mandioca; que viviam só da agricultura; o autor fazia de tudo, plantar, colher, criar gado; que viu o autor trabalhando; que não tinham empregados nem máquinas; que sabe que o autor saiu da roça para trabalhar, e foi até junto com o depoente, o depoente saiu para trabalhar um mês e o autor até ficou um pouco mais de tempo, mas depois voltou para a roça também, laboraram em um engenho de farinha de mandioca que comprava a produção que se fazia na roça, mas depois ele voltou para a roça, que ele veio trabalhar na cidade no Curtume Dal Bó; que não pode precisar a data que o autor saiu da roça; que quando ele veio para a cidade foi para trabalhar no Curtume Dal Bó (AUDIO MP31). Por fim, Marcos Eing Jochen declarou que morava no interior de Braço do Norte com a avó, e conheceu o autor em uma igreja lá; que a sua avó morava distante uns 4 km da casa do autor; que conhece o autor desde criança; que o autor trabalhou na roça desde uns 6 ou 7 anos; que o depoente ficou na roça até 1978, e o autor ainda continuou lá; que as terras eram dos pais, a família trabalhava na agricultura; que sabe que ele estudou pouco mas não sabe o tempo; que tinham vaca de leite, plantavam mandioca e milho, essas coisinhas assim, lá todos plantavam igual; que tinham porcos para se manter; que viu ele trabalhando, carpindo, arrancando mandioca; que o autor veio trabalhar com o depoente na Dal Bó, acha que ele veio em 1980 por aí, uns dois anos depois que o depoente mais ou menos; que a família vendia alguma coisa, mandioca, feijão, deve vender para se manter; que o sustento da família vinha da agricultura; que não tinham empregados; que eles tinham estufa de fumo; que não sabe se ele alguma vez saiu da roça para trabalhar e depois teria voltado; que sabe que o autor permaneceu na roça depois de 1978 porque nos finais de semana voltava para a localidade para visitar a sua avó, e passavam pela casa deles para chegar na avó, e viu ele trabalhando nesse período; que para ir até a casa da avó andavam 8 km; que pode afirmar que até começar a trabalhar com o depoente no curtume ele ainda estava na roça; que quando ficou sabendo ele já estava na cidade na casa do irmão dele, que também trabalhava na Dal Bó; que ele veio morar com o irmão, ficou uns dias no irmão dele e depois foi trabalhar no Dal Bó; que o depoente começou a trabalhar no final de 1978 ou em 1979 na Dal Bó, porque naquele tempo a Dal Bó não fichava nos primeiros meses, sempre se trabalhava um mês, dois meses até ser fichado naquela época (AUDIO MP32). O INSS reconheceu administrativamente que o autor desenvolveu labor rural em regime de economia familiar pelo período de 09/01/71 a 30/09/79. Razão assiste ao INSS. Isso porque, analisando os documentos apresentados, observa-se que não existe início de prova material apto a demonstrar o exercício da atividade rural em regime de economia familiar para o restante do período almejado. É que as provas apresentadas pelo autor não são contemporâneas ao período que pretende comprovar, ou se referem a período já devidamente homologado. Como visto, a CTPS do autor foi emitida em 02/03/1979 e teve seu primeiro vínculo registrado no intervalo de 01/10/79 a 31/10/79, e após esta data não há qualquer documento em seu nome comprovando que retornou suas atividades rurais junto à família. No tocante à prova da propriedade rural de seu pai, esta isoladamente não serve para comprovar o labor rural no período referido. Por fim, merecem destaques as afirmações das testemunhas. Marcos Eing Jochen confirmou ter trabalhado na mesma empresa que o autor, a Dal Bó, e que inclusive já era empregado na época em que o autor iniciou seus trabalhos. Afirmou que esta empresa não tinha o costume de assinar a CTPS de seus funcionários de plano, levava até uns 2 meses para concretizar a contratação, e declarou, ainda, que o autor já estava na casa de seu irmão em Criciúma antes de efetivamente iniciar as suas atividades na Dal Bó. Já a testemunha Arlindo Rohden referiu que o autor teria trabalhado tempo superior a um mês no Engenho de Farinha, vínculo este registrado apenas pelo período de 01/10/79 a 31/10/79, ou seja, um mês somente. Portanto, além de não haver nos autos documentos que demonstrem que o autor, juntamente com a sua família, dedicou-se à agricultura no período de 01/11/79 a 04/12/80, as testemunhas também colocam em dúvida o termo final de sua permanência em tal atividade. É certo que não se exige a apresentação de um documento para cada ano reclamado. No entanto, não se trata aqui de um período onde se presume que a atividade rural foi contínua, mas sim de lapso temporal intercalado com atividade registrada em CTPS, e sem qualquer documento em nome do autor demonstrando que voltou a se dedicar à atividade agrícola posteriormente. Assim, resta impossibilitado o reconhecimento do período de 01/11/79 a 04/12/80, também pelo fato de que para caracterizar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar é necessário o desempenho próprio e habitual nas lides agrícolas, não valendo como tal o auxílio eventual, esporádico ou intercalado com atividades urbanas. Desta forma, a demanda merece julgamento de improcedência'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período alegado.
8. Não vejo dissonância com as súmulas apontadas - 14 e 46 da TNU, pois nenhuma delas confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto (neste ponto, o próprio texto da Súmula 46, em sua parte final, aponta que o exercício de atividade urbana pelo requerente deverá ser analisado no caso concreto). O provimento judicial hostilizado analisou o contexto probatório como um todo (provas documental e oral), concluindo por não comprovado o trabalho rural no período buscado. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contem-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

poraneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0502440-83.2014.4.05.8102
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará
REQUERENTE:REGINA CLÉCIA MOREIRA SOUSA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA ....
OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERINIDADE. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará, que manteve a improcedência do pedido de concessão de salário-maternidade à parte autora, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada no acórdão:

'Entendo não merecer acolhida a pretensão exposta na exordial e reforçada no recurso, tendo em vista que o conjunto probatório não cumpre os requisitos do art. 25, III, c/c arts. 39, parágrafo único, e 106 da Lei n.º 8.213/91 e art. 93, § 2º do Decreto n.º 3.048/99, com redação conferida pelo Decreto n.º 5.545/2005.

Deveras, a prova documental colacionada aos autos não apresenta idoneidade suficiente à comprovação do efetivo exercício de atividade rurícola nos dez meses anteriores ao parto.

Para comprovação de seu direito a autora apresentou documentos emitidos pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais, indicando a filiação da requerente em setembro de 2011; certidão de casamento, qualificando a autora como agricultora, datada de junho de 2009, dentre outros documentos de menor importância.

Os documentos sindicais se mostram inservíveis como início de prova material, pois são posteriores ao nascimento da criança, ocorrido em maio de 2011.

Por sua vez, a certidão de casamento se mostra frágil, pois, conforme relatos prestados em audiência, o esposo da autora é eletricista, trabalhando com CTPS assinada e recebendo em alguns meses acima de mil reais, o que gera dúvidas se a agricultura é essencial ao sustento da família.

Por fim, registro o posicionamento pessoal desta magistrada no sentido de privilegiar o entendimento dos magistrados de 1ª instância, sobretudo quando a prova for valorada de maneira adequada e mediante acurada análise, uma vez que estão mais próximos das partes e, consequentemente, tem melhores condições de avaliar a verdade real dos fatos e provas trazidos a juízo'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação da qualidade de segurada especial.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:2009.38.00.713131-5
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:MARIA SOARES ALVES
PROC./ADV.:JANES GOMES SILVA
OAB:MG-90773
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 4ª Turma Recursal de Minas Gerais, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:
'(...) Analisados os autos, verifica-se que os documentos hospedados pela acionante não satisfazem a mencionada exigência. Deveras, a autora não juntou aos autos nenhum documento CONTEMPORÂNEO que comprove a sua atividade rural dentro do período de 150 (cento e cinquenta meses) anteriores ao requerimento administrativo. Ademais às fls. 26/34, há extrato do CNIS constando vínculo empregatício da postulante em a Prefeitura de Mesquita de 1996 a 2001, descaracterizando o trabalho rural em regime de economia familiar, dentro do período mencionado.
Às fl. 35/36 a autora confirmou o vínculo urbano ao declarar que: "trabalhou na Prefeitura de Mesquita; que em meio período era merendeira; que trabalhou lá seis anos; que saiu da Prefeitura há sete anos; que é casada e seu marido toca roça; que trabalha na terra de Divino; que planta milho e feijão (...) que seu marido é aposentado rural; que a escola em que trabalhou é perto da propriedade rural; que seu marido é aposentado há mais de dez anos".
7. Por sua vez, a turma recursal de origem, mantendo a sentença, acrescentou:
'6. No caso dos autos, apesar de implementado o requisito etário, a parte autora não apresentou início razoável de prova material hábil à comprovação do exercício de atividade rural pelo tempo necessário.
7. Consta do CNIS (fls. 28/34) que no período de 01/02/1996 a 2001 a autora manteve vínculo empregatício com a Prefeitura de Mesquita. Não há provas de que tais atividades foram exercidas em períodos entressafra mas, em sentido contrário, o vínculo durou aproximadamente 5 (cinco) anos.
8. Ademais, insta salientar que o fato de o marido da autora ter se aposentado como trabalhador rural não faz com que a autora seja, por si só, assim também considerada, pois há provas em sentido contrário demonstrando o seu labor urbano.
9. Desta feita, entendo que o suposto trabalho rural, alegado pela parte autora e pelas testemunhas ouvidas em audiência, não é indispensável para o seu sustento e de sua família o que descaracteriza a sua condição de segurada especial'.
8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo (prova documental e depoimentos colhidos em juízo), concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurada especial.
9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
10. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0009118-47.2011.4.01.3816
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:JOAQUIM GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:GILSON LIBOREIRO DA SILVA
OAB:MG 46.849
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de uniformização interposto pela autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais, que manteve pelos próprios fundamentos sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade à parte autora, como segurada especial.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. Alega a recorrente que o acórdão impugnado divergiu do entendimento da 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, bem como da 2ª Turma do TRF da 1ª Região. Transcreveu julgados.
4. O incidente não comporta conhecimento.
5. Primeiramente, julgados de Tribunais Regionais Federais não atendem ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei 10.10.259/2001.
6. Por seu turno, o recorrente limita-se a citar julgados, supostamente divergentes do acórdão impugnado, sem fazer o necessário cotejo analítico. Em casos semelhantes, já decidiu esta Turma: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PEDILEF 200638007233053 DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).
7. E por fim, a sentença, confirmada pelo acórdão, julgou improcedente o pedido, em razão do total desconhecimento do autor sobre as lides rurais. Confira-se: 'O autor desconhece totalmente a lide da terra. Não sabe o tempo de colheita da mandioca, nem a cor da flor da abóbora, embora alegue mexer com estas culturas'.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. O pedido, portanto, foi julgado improcedente diante do contexto probatório, entendendo o juízo de origem pela não comprovação da qualidade de segurado especial, não cabendo, em sede de uniformização, reexame fático-probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Incidente de uniformização não conhecido. Artigo 15, I, do RITNU - Resolução CJF-RES-2015/00345 e Súmula 42/TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0006069-95.2011.4.01.3816
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:MARIA DE ALAIDE DOS SANTOS
PROC./ADV.:GILSON LIBOREIRO DA SILVA
OAB:MG 46.849
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. SEGURADA ESPECIAL. FEITO EXTINTO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA/COISA JULGADA, COM ACORDO HOMOLOGADO EM AÇÃO ANTERIOR. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais, nos seguintes termos:
'1.Trata-se de recurso contra sentença que extinguiu o processo em razão da ocorrência de litispendência entre os presentes autos e os autos de nº 4722-27.2011.4.01.3816 (fls. 71-80).
2. A diversidade de datas de entrada de requerimento administrativo não obsta o reconhecimento da litispendência, já que ambos os processos em curso possuem as mesmas partes, causa de pedir e pedido (art. 301, § 2º do CPC).'
2. O presente incidente não comporta conhecimento.
3. Aduz a recorrente, de forma genérica, que devem ser observados o devido processo legal e o princípio da legalidade, devendo ser concedido o benefício previdenciário, uma vez 'atendidos os requisitos do dispositivo legal que prevê o benefício pretendido'.
4. Referidas alegações não guardam relação com o que foi decidido neste feito, extinto sem resolução do mérito, por já ter a autora firmado acordo com o INSS em outra ação judicial, para recebimento do mesmo benefício. Em nenhum momento a recorrente sequer se reporta à ação anterior, cujo acordo homologado judicialmente foi juntado neste feito, comprovando o INSS a implantação do benefício de aposentadoria por idade (fl. 69).
5. Ainda, a recorrente limita-se a citar julgados, supostamente divergentes do acórdão impugnado, sem fazer o cotejo analítico mínimo. Em casos semelhantes, já decidiu esta Turma: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PEDILEF 200638007233053 DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).
6. E por fim, a questão também esbarra na Súmula 43 deste TNU:
QUESTÃO PROCESSUAL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO PELA EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. ACÓRDÃO QUE AFASTOU EM PARTE A SENTENÇA, DEVOLVENDO AO JEF SEU PROCESSAMENTO E, NA PARTE EM QUE NÃO PROVEU O RECURSO, RECONHECEU A COISA JULGADA. SÚMULA 43 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. A questão de fundo aqui está pacificada no âmbito da TNU, que é a possibilidade em tese do trabalhador deixar de pagar imposto de renda sobre suas férias, se comprovar que trabalhou em todo o período aquisitivo. Mas o autor da demanda já tinha ingressado com feito semelhante, 2006.72.58.002268-4, em que discutiu questão idêntica, pedindo a repetição de IRRF/PF sobre outras competências diversas daquelas discutidas nestes autos. Foi proferida sentença extintiva, que reconheceu a eficácia preclusiva da coisa julgada formada naquele processo. Em sede recursal, a TR-SJSC deu parcial provimento, para afastar a eficácia preclusiva da coisa julgada daquele processo às competências de 1998 e 1999, e confirmou a sentença, por fundamentos diversos, em relação às competências de 2000 e 2001, porquanto já teriam sido tratadas expressamente naquele feito, dando-se a coisa julgada formal e material e não apenas os seus efeitos preclusivos. A questão aqui tratada é de natureza processual, embora com direta influência sobre a questão material, assim vindo decidindo a TNU, e a questão, eminente e exclusivamente processual, transborda dos limites da competência da TNU, conforme já foi estabelecido na Súmula 43: SÚMULA 43 DJ DATA:03/11/2011 PG:00128 "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." Ante o exposto, deixo de conhecer do Pedilef. (PEDILEF 200872580017119, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, TNU, DOU 28/06/2013).
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ACÓRDÃO RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PREEXISTENTE À REFILIAÇÃO DA SEGURADA INSTITUIDORA DO BENEFÍCIO COM BASE NA EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA SOBRE A CONTROVÉRSIA. (...) LIMITES DA COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. DISCUSSÃO SOBRE O AGRAVAMENTO/PROGRESSÃO OU NÃO DA DOENÇA E DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. (...) "eventual discussão sobre os limites da coisa julgada demandaria análise de questão processual", incidindo, no caso, na Súmula nº 43 da TNU, "in verbis": "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 6. Ademais, qualquer discussão acerca do agravamento/progressão ou não da doença, bem como acerca da data de início da incapacidade da falecida (se antes ou se depois da refiliação ao RGPS), ensejaria em verdadeiro reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis" : Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato. 7. Incidente não conhecido. (PEDILEF 50162965920124047108, TNU, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, DOU 19/06/2015).
7. Incidente de uniformização não conhecido. Artigo 15, I, do RITNU - Resolução CJF-RES-2015/00345 e Súmula 43 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001740-82.2013.4.04.7119
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ODETE PITOL
PROC./ADV.:MARIA BEATRIZ FRANÇA OLIVEIRA
OAB:RS-35640
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. RECEBIMENTO DE PENSÃO EM VALOR SUPERIOR AO UM SALÁRIO MÍNIMO. LEI 11.718/2008. PROVIMENTO JUDICIAL EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. SÚMULA 42 E QUESTÃO DE ORDEM 13.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que manteve a improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade à autora, como segurada especial. Aduz a recorrente que o acórdão hostilizado está em dissonância com a jurisprudência do TRF da 1ª e 5ª Regiões, bem como do STJ, no sentido de que os benefícios de pensão e aposentadoria têm fundamentos distintos, não sendo vedada sua cumulação. Ainda, afirma que a pensão recebida não é suficiente a descaracterizar o regime de economia familiar, pois permanece até os dias atuais laborando em sua pequena propriedade rural, sendo sua principal fonte de renda proveniente da atividade rurícola.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença:
'(...) A parte-autora alega, na inicial, que exerceu atividade rural como segurada especial desde 1993 até a data do requerimento administrativo (23/04/2013), e, para tanto, apresenta como início de prova material notas fiscais de produtora rural no período de 1994 a 2013 e certidão de casamento na qual aponta sua profissão como agricultora. Entretanto, resulta da análise da documentação anexada ao processo que a demandante é titular do benefício de pensão por morte, decorrente do falecimento de seu esposo, Sr. Osvaldo Pereira Fortes, que era aposentado por tempo de contribuição, na condição de 'comerciário'. Saliento que o valor do benefício, segundo consulta ao Sistema PLENUS, é de R$ 885,91 (oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos), o que descaracteriza a condição de segurada especial da autora, nos termos do artigo 11, VII, §9º, I, da Lei 8.213/91, verbis: Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: § 9o Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008) I - benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008) Assim, embora haja indícios de labor rurícola, não se pode considerar que a atividade rural alegada pela autora seja indispensável à subsistência do núcleo familiar. Nesse contexto, tendo em conta o valor do benefício recebido pela autora a título de pensão supera o valor do salário mínimo, pode-se concluir que essa renda dá suporte material à família, sendo complementada pelos valores auferidos com a produção rurícola exercida pela família. Consequentemente, resulta descaracterizada a condição de segurada especial da parte autora na impossibilidade do reconhecimento do regime de economia familiar'.
6. Confirmando a sentença, consignou o acórdão:
'No caso dos autos, estando suprido o requisito etário - a parte autora completou 55 anos de idade em 2013 -, resta aferir se comprova o exercício de trabalho rural, na modalidade alegada, em período imediatamente anterior à data do requerimento administrativo/implemento da idade, em lapso equivalente à carência prevista para a espécie em julgamento, ou seja, 180 meses (art. 142 da Lei nº 8.213/1991). A parte autora postula a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural mediante o cômputo do tempo de serviço rural imediatamente anterior ao requerimento administrativo, em 23/04/2013. No entanto, em consulta ao sistema PLENUS, verifico que a parte autora é titular de benefício de pensão por morte (NB 148.196.147-8, com DIB em 31/10/2009), no valor de R$ 885,91, o que descaracteriza a sua condição de segurada especial, nos termos do artigo 11, VII, §9º, I, da Lei 8.213/91 (...) Irreparáveis, pois, os fundamentos da sentença, razão pela qual nego provimento ao recurso'.
7. Como se observa, o juízo de origem entendeu descaracterizado o regime de economia familiar, em razão da pensão instituída pelo marido da autora, na condição de comerciário e em valor superior ao salário mínimo.
8. A questão já foi objeto de análise por esta TNU, que assim se pronunciou:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PREVIDENCIÁRIO. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INDISPENSABILIDADE DO LABOR RURAL DA AUTORA PARA O SUSTENTO DO GRUPO FAMILIAR. MARIDO URBANO. RENDA BEMSUPERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO. DESCONFIGURAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. 1. O conceito de indispensabilidade do labor rural para o sustento da família deve ser buscado em consonância com o sistema constitucional, que prevê, em relação à Seguridade Social, os princípios da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e dos serviços, em aplicação ao sobreprincípio da isonomia, no sentido de tratar de forma desigual àqueles que merecem tutela especial do estado, quais sejam, os hipossuficientes. 2. Atualmente há previsão legal expressa, contida no parágrafo 9º do inciso VI do mesmo artigo 11 da Lei 8213/91, em relação à outra fonte de renda do grupo familiar decorrente de benefício previdenciário, no sentido de que "não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social." 3. No presente caso, como o cônjuge da autora é servidor público, percebendo renda de valor bem superior ao de um salário mínimo, não há como reconhecer a qualidade de segurada especial, na modalidade de trabalhadora rural em regime de economia familiar, à autora, visto que seu labor rural não é indispensável ao sustento do grupo familiar. 4. Incidente a que se nega provimento. (PEDILEF 200870610001025, JUIZ FEDERAL OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT, DJ 01/03/2010)

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ CARACTERIZADA. CONHECIMENTO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. PERCEPÇÃO DE QUOTA DE PENSÃO POR MORTE, DE VALOR IGUAL OU INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. INEXISTÊNCIA DE OBSTÁCULO. Ficando demonstrado que o acórdão da Turma Recursal de origem contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, merece ser conhecido o pedido de uniformização. Mesmo antes do advento da Lei n.º 11.718, de 2008, a percepção, pela pessoa interessada na obtenção de aposentadoria rural por idade, de quota de pensão por morte, rural ou urbana, cujo valor não exceda de um salário mínimo, não constitui óbice, por si só, à concessão do benefício postulado. (PEDILEF 200783045008330, JUIZ FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ, DJ 28/01/2009)

9. O provimento judicial impugnado, portanto, está em consonância com o entendimento da TNU, sendo relevando destacar que o paradigma apresentado pela parte autora é de 2001, muito anterior à alteração feita pela Lei 11.718/2008.

10. Por fim, afastar a análise feita pelo juízo de origem implica necessário revolvimento do contexto probatório, inviável em sede de pedido de uniformização:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Incidente não conhecido. Questão de Ordem 13 e Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500242-18.2015.4.05.8303
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:VALDEMIR ARCELINO CORREIA
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar no período de carência necessário. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido do autor (nascido em 1954 - 60 anos em 2014) restou assim fundamentada na sentença, mantida pelo acórdão:

'Dito isso, a prova colhida durante a instrução revela: a) a parte autora afirma que, a partir de 1990, permaneceu sem laborar na atividade rural, limitando-se a cuidar das nove crianças, pois a esposa iniciou trabalho junto ao Poder Público; b) afirmou ter reiniciado o labor rural em 1996, no Sítio Carnaúba, tendo posteriormente passado a trabalhar no Sítio Santo Antônio (onde se encontra até hoje); c) mesmo com a renda urbana da esposa, o labor rural permanecia essencial.

Nesse contexto, o período posterior ao falecimento da esposa, em 2012, com gozo de pensão por morte superior ao salário mínimo, não pode ser computado como tempo de atividade especial.

Igual destino tem o período entre 1990 e 1998, no qual o autor se dedicou apenas aos filhos, afastando-se do labor rural. Sobre o tema, embora tenha afirmado a ocorrência de plantio na Fazenda Carnaúba, não há qualquer início de prova material sobre o fato (nem mesmo declaração de Sindicato), bem como as testemunhas desconhecem haver o demandante trabalhado em tal local.

Portanto, apenas o período entre 1998 e 2012 pode ser considerado como especial, máxime porque o recebimento de salário pela esposa não pode ser considerado como suficiente para a subsistência. Dito intervalo, porém, é insuficiente para completar a carência'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período necessário ao implemento da carência legal.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001674-51.2012.4.04.7212
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ALCENIRA DA ROSA
PROC./ADV:GIOVANNI GOSENHEIMER
OAB:SC 9.626
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido quanto ao reconhecimento do período rural de 24/05/74 a 29/05/87. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana pelo requerente ou membros da família, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, mantida pelo acórdão:
'Tenho que a autora logrou produzir um início de prova material acerca de seu labor agrícola, no período de 30/05/1987 a 30/05/1988, de conformidade com os documentos apresentados, listados por amostragem, quais sejam: a) contrato de arrendamento, no qual sua mãe e padrasto figuram como arrendatários, datado de 30/05/1987 e válido por 5 (cinco) anos (evento 45, PROCADM3, fls. 05-06) e b) informações dos benefícios por idade rural percebidos por sua mãe (DER 06/08/1992) e seu padrasto (DER 20/09/2002) - evento 13, PROCADM5, fls. 09-10. Portanto, aludidos documentos, constituem o denominando início de prova material, mesmo aqueles elaborados em nome de terceiros, consoante remansosa jurisprudência (Súmula 73 do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região). A prova testemunhal produzida em juízo informa que, de fato, a autora trabalhava na roça no período controverso (evento 33, AUDIO_MP34), senão vejamos: (...) Que a autora foi morar em Barra Bonita em 1974; Que a autora trabalhava junto com a mãe, o padrasto e os irmãos na agricultura; Que a família arrendava terras; Que foi professor de todos os irmãos da autora; Que nenhum integrante da família possuía outra fonte de renda; (...) Que a autora permaneceu na agricultura até 1988 e depois começou a trabalhar numa escola. (grifei) Comprovado, portanto, o labor rural no período de 30/05/1987 a 30/05/1988. Quanto ao período de 24/05/1974 a 29/05/1987, ainda que a prova oral produzida nas esferas administrativa e judicial tenha sido unânime ao afirmar o exercício de atividade rural pela família, não há nos autos início de prova material hábil à comprovação do trabalho. Anoto que, apesar de a mãe e o padrasto da autora alcançarem a aposentadoria por idade rural (evento 13, PROCADM5, fls. 09-10), os períodos considerados para a concessão desses benefícios foram sopesados a partir de 1987, conforme se depreende dos processos administrativos juntados aos autos no evento 45. Padrasto: DER em 20/09/2002 Necessária a comprovação de 126 meses Juntou contrato de arrendamento (1987 a 1992) e notas de produtor a partir de 1991 a 2002 Mãe: DER em 06/08/1992 Necessária a comprovação de 60 meses Juntou contrato de arrendamento (1987 a 1992) e notas de produtor Portanto, não há falar em reconhecimento de períodos rurais anteriores a 30/05/1987, mormente quando não existem indícios materiais do efetivo labor agrícola. Ademais, extrai-se dos autos a existência de vínculos urbanos do padrasto da autora dentro do período de 22/08/1977 a 11/03/1982 (evento 13, PROCADM45, fl. 08).
7. Como se observa, houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural no período alegado, por ausência de início de prova material, estando o provimento em consonância com as Súmulas 149 do STJ e 34 da TNU. Esta última dispõe: 'Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar'.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e análise dos demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003439-44.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ALICE MARIA SCHIOCHET LUTZOW
PROC./ADV.:JOÃO CARLOS STAACK
OAB:SC-31 779
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a sentença de improcedência quanto ao pedido de reconhecimento do período rural de 19/03/82 a 30/11/85. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, notadamente sua Súmula 41, segundo o qual o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por integrante do grupo familiar, não afasta, por si só, o direito ao benefício.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'A autora, nascida em 19/03/1970, filha de José Schiochet e Dirce Maria Schiochet, alega ter trabalhado na agricultura no período de 19/03/1982 a 30/11/1985. Cabe à autora o ônus de provar que o trabalho rural era realizado pelos integrantes do núcleo familiar para a própria subsistência, apresentando para tanto início de prova material, nos termos do § 3º do art. 55. Este início de prova pode ser entendido como a presença de quaisquer dos documentos relacionados no parágrafo único do art. 106 da Lei n. 8.213/91, desde que contemporâneos ao período que se pretende comprovar (Súmula 34 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais), não sendo admitida a comprovação do exercício de atividade rural através da prova exclusivamente testemunhal (Súmula 149 do STJ), e possível a utilização de documentos em nome de terceiros membros do grupo familiar (Súmula 73 do TRF da 4ª Região), bem como a descontinuidade da prova documental, dada a informalidade que reveste tal atividade. Conforme enunciado da Súmula 05 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, possível a filiação a partir dos 12 (doze) anos de idade, e, diante do art. 55, §2º, da Lei n. 8.213, e da Súmula 24 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, para o período anterior a novembro de 1991 não há necessidade de indenização ao RGPS, não se aplicando o disposto no art. 96, IV, da Lei n. 8.213, que trata da contagem recíproca entre o RGPS e regime público estatutário (Súmula 10 da TNU/JEF). Na audiência de conciliação, instrução e julgamento, a autora afirmou que é natural de Timbó, onde morava em terras do pai. Que eram em 03 filhos, sendo a autora a filha mais velha. A família trabalhava com agricultura, plantando fumo de galpão, milho, batata, aipim. Que o fumo era vendido para os compradores de Timbó. O pai não tinha empregados. Na lavoura trabalhavam a autora e a mãe, os irmãos só estudavam. O pai trabalhou um período fora e quando voltava do serviço ajudava em casa. Plantavam 5.000 ou 6.000 pés de fumo, às vezes nem isso. Não tinham maquinários. Que a mãe e a autora davam conta do serviço com a ajuda do pai. Tinham porcos e galinhas, mas só para o consumo. Vendiam apenas o fumo. Que não sabe o tamanho do terreno, não utilizavam o terreno todo. Que o primeiro emprego da autora foi em Blumenau, saiu de casa aos 15 anos. Que o pai trabalhava das 05h00 às 14h00. Não sabe dizer a área plantada, nem a área do terreno, mas era pequeno. Colhiam um caminhão de fumo por ano. A primeira testemunha afirmou: Conhece a autora desde que ela nasceu. Ela morava perto da casa do depoente. A família da autora vivia da roça, plantando fumo, milho, tinham criação (galinhas, porcos, gado). Eles plantavam fumo de rancho. Não tinham empregados. Que o pai da autora trabalhava fora sim, mas quando voltava para casa ajudava na roça. Que eles plantavam três ou quatro mil pés de fumo. A autora saiu de casa para trabalhar fora aos 15 anos. A segunda testemunha afirmou: Conhece a autora desde pequena, ela morava com o pai e a mãe. Que a autora tem dois irmãos. A família da autora era de colonos. O pai trabalhava na fábrica e quando dava um tempinho ajudava em casa, mas era mais na fábrica. Eles plantavam fumo e outras coisas também. Plantavam vários tipos de fumo, fumo de galpão. Não sabe quantos pés de fumo eles plantavam, mas acha que de três a cinco mil pés de fumo. Que eles não tinham empregados. Não sabe dizer se os vizinhos ajudavam a família da autora. A autora saiu com 15/16 anos para trabalhar fora, foi trabalhar em Blumenau. Para abonar sua pretensão, a autora instruiu o feito apenas com os seguintes documentos: 1982/1983/1984/1985/1986 - guias de recolhimento de ITR (procadm6 e Procadm7); 1974 - escritura de imóvel rural em nome do pai da autora (Procadm7 - fl. 5); 1973-1977 - certidão do INCRA em nome do pai da autora (Procadm7 - fl. 8). Analisando o conjunto probatório, vejo que não é possível reconhecer

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a alegada condição de segurada especial da autora. Por primeiro destaco que a prova material é extremamente frágil, visto que a autora só juntou aos autos documentos que comprovam a propriedade do imóvel e não o efetivo labor da família em regime de economia familiar. Ademais, o pai da autora sempre foi trabalhador urbano, tendo se aposentado como tal. Se, de um lado, o labor urbano de alguns dos membros da família não pode impedir de forma absoluta a configuração do regime de economia familiar por parte dos demais membros, por outro lado isso impõe ao segurado o ônus da prova não apenas da atividade rural, mas também, a potencialidade de comercialização. Na espécie, vejo que a autora não juntou aos autos nenhuma nota fiscal da comercialização dos produtos que a família vendia. Ademais, não é crível que a atividade rurícola fosse a principal renda da família, mormente considerando que ela exercida somente pela autora (diga-se uma adolescente no período de 12 a 15 anos) e sua mãe, pois o pai, o mais apto ao trabalho no campo, dedicava suas forças ao trabalho urbano. Desta forma, o que se conclui é que a manutenção do grupo familiar provinha dos vencimentos recebidos pelo pai da autora, não sendo a atividade da requerente preponderante para o sustento da família. Assim sendo, tenho que a autora não logrou comprovar de forma satisfatória o alegado trabalho agrícola, na condição de segurada especial'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela sua fragilidade à comprovação do trabalho rural, como segurado especial, no período alegado.

8. Não vejo dissonância com a Súmula 41 da TNU, pois esta não confere valor absoluto a qualquer prova ou circunstância. Afastar a conclusão do juízo de origem quanto à insuficiência do contexto probatório implica necessariamente o respectivo reexame, inviável em sede de uniformização.

9. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O parecer uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004048-03.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:HAMILTON DA SILVEIRA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a parcial procedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural do autor, como segurado especial, nos períodos de 01.03.80 a 09.05.84 e 01.08.84 a 05.01.88. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A sentença assim fundamentou a parcial procedência do pedido:

'(...) Por ocasião da justificação administrativa, foram ouvidas três testemunhas apresentadas pela parte autora, cujos depoimentos que estão juntados no evento 11. Ao ser ouvida, a primeira testemunha ouvida (...) disse que conhece o autor desde pequeno, da localidade Pouso do Caixa, Pouso Redondo, onde eram vizinhos. Mencionou que o autor trabalhava na lavoura com os pais em regime de economia familiar, onde permaneceu até se casar. Não soube precisar se o autor permaneceu na lavoura depois de se casar. Destacou, por fim, que todos na casa do autor trabalhavam na roça, plantando fumo, mandioca, arroz, batata, feijão e criavam animais. As demais testemunhas ouvidas confirmaram, em linhas gerais, as declarações da primeira, indicando, no entanto, que o autor não retornou à atividade rural depois de se casar. Como se nota, as testemunhas ouvidas em Justificação Administrativa confirmaram as afirmações do autor no sentido de que teria ela trabalhado na agricultura desde tenra idade, junto de seus pais até se casar. Já com relação ao período posterior ao casamento, as testemunhas não ratificaram as declarações do autor. Assim, pelas provas produzidas nos autos, tenho que é possível o reconhecimento da atividade rurícola apenas em parte dos períodos pretendidos, já que há início de prova material confirmado por prova testemunhal somente com relação ao intervalo anterior ao casamento do autor. E, com relação ao intervalo entre 12 e 14 anos de idade, inclusive, o próprio INSS reconheceu a atividade rural na petição juntada no evento 18. Desse modo, reconheço o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar apenas em relação ao período de 24.04.1970 a 25.04.1973'.

7. A sentença foi confirmada pelo acórdão, que ainda acrescentou:

'Acrescento que, a meu sentir, embora não se negue a existência de início de prova material formalmente válido, o conjunto probatório acostado ao presente feito não consegue demonstrar, de maneira satisfatória, que a parte autora de fato exerceu a atividade rural em regime de economia familiar no período recorrido. Registro, ainda, por oportuno, que não merece prosperar a alegação de cerceamento de defesa ou conversão do julgamento de mérito para sem resolução de mérito. Conforme se depreende dos autos, as partes foram devidamente intimadas para produzirem as provas que entendessem necessárias para a solução da lide. Observo, ainda, que foi facultada à parte autora a apresentação de novos documentos, bem como oportunizada a realização de justificação administrativa, com a oitiva de testemunhas (DESP1, evento7). Destarte, cumpridas as diligências, entendendo o magistrado sentenciante que são suficientes as provas produzidas nos autos pelas partes para firmar seu convencimento no julgamento da lide, o julgamento do mérito é medida que se impõe'.

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, em todo o período pretendido.

9. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
12. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004557-31.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ADELAR PONSONI
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural da parte autora, como segurada especial, nos períodos de 01.01.70 a 31.12.70 e 01.01.72 a 14.04.78. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013). Ainda, no tocante à concessão dos benefícios da justiça gratuita, cuida-se de questão processual, como já assentado por esta TNU nos PEDILEF's 201072500109916, DJ 13/07/2012; 05000971220124059840, DJ 06/12/2013. Também incidência da Súmula 43 da TNU
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'In casu, o d. Magistrado sentenciante decidiu a questão nos seguintes termos (evento 20, SENT1): [...] A parte autora pretende comprovar o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar nos períodos de 01.01.1970 a 31.12.1970 e de 01.01.1972 a 14.04.1978. Na esfera administrativa, foi reconhecido de 01.01.1971 a 31.12.1971. (...) A título de prova material do exercício da atividade rural, a parte autora apresentou os seguintes documentos: - Certidão de escritura indicando que o genitor do autor recebeu terras rurais por doação em 1971, qualificando-o como agricultor (evento 01, PROCADM5, pág. 06); - Certidão emitida pelo INCRA, indicando a existência de terras rurais em nome do avô do autor de 1965 a 1971 no Município de Catanduvas/SC (evento 01, PROCADM5, pág. 09); - Benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural em nome da genitora do autor, concedida em 1992 (evento 01, PROCADM6, pág.06). (...) Por ocasião da justificação administrativa, foram ouvidas três testemunhas apresentadas pela parte autora, cujos depoimentos que estão juntados no evento 15. (...). Como se nota, as testemunhas ouvidas em Justificação Administrativa confirmaram as afirmações do autor no sentido de que teria ele trabalhado na agricultura desde tenra idade, junto de seus pais, até por volta dos 19/20 anos de idade. Sem embargo da prova produzida nos autos, que em certos aspectos é favorável ao pedido inicial, entendo não ser razoável, no contexto da legislação previdenciária, reconhecer a parte autora como agricultora. Constato que, ainda bastante jovem, aos 19 anos de idade, em 15.04.1978, a parte autora já estava inserida em atividades urbanas, permanecendo nesta atividade até os dias atuais. É incontroverso nos autos que, a partir do início das atividades urbanas, todas as atividades profissionais da parte autora foram dessa mesma natureza (urbana). Entendo, portanto, que o contexto da vida profissional da parte autora não se identifica com o perfil rural. A história pessoal identificada nos autos remete, sim, a uma realidade interiorana, mas não necessariamente a uma realidade rurícola. Não ignoro as bases normativas do tema e as orientações jurisprudenciais no sentido de que o magistrado está autorizado (mas não obrigado) a reconhecer, mediante a análise do caso concreto, que uma pessoa que tenha realizado atividades rurais a partir dos 12 anos tem direito a receber cobertura previdenciária relativa ao período. Todavia, entendo que o reconhecimento dos reflexos previdenciários desse labor rural não é uma decorrência automática do fato de a pessoa ter nascido em uma família cujas características são predominantemente rurais. Na compreensão que tenho acerca da realidade agrícola vivenciada nas décadas passadas nesta região (refiro-me às localidades interioranas do sul do país), o fato de uma família morar na zona rural não implica, necessariamente, a conclusão de que todos os filhos foram agricultores. É claro que filhos de agricultores, notadamente quando moram com os pais em residências rurais, acabam realizando atividades agrícolas compatíveis com a sua idade e condição. Entendo que tal realidade é absolutamente normal, pois, nos períodos inversos ao turno escolar, os filhos ficam na companhia de seus pais recebendo supervisão e, também, auxiliando no que for possível. Mais do que normal, entendo ser recomendada a cobrança, pelos pais, de alguma participação dos filhos nas responsabilidades domésticas: além de significar algum acréscimo na força de trabalho do grupo familiar - o que é necessário no contexto da agricultura familiar de subsistência - proporciona um positivo acompanhamento paterno/materno na formação da criança ou do adolescente. A própria legislação brasileira, quando estabelece as diretrizes do exercício do poder familiar, consagra que 'compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores, exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição' (art. 1634, VII, do Código Civil em vigor, correspondente ao art. 384, VII, do Código Civil de 1916), algo que, sendo exercido com respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, encontra perfeita sintonia com a legislação de proteção especial à criança e ao adolescente - ECA e, de um modo geral, com as diretrizes constitucionais de proteção à criança e ao adolescente e de absoluta prioridade em relação a este tema. (...) Não acho razoável afirmar que toda e qualquer participação dos filhos nas atividades dos pais configure um exercício profissional digno de cobertura previdenciária. Certo grau de envolvimento dos filhos de agricultores com as atividades rurais é algo natural e inevitável, sendo uma característica da vida no campo. (...) À luz do caso concreto, entendo que as atividades rurais exercidas pela parte autora no início de sua adolescência, de modo pontual e por breve período, em contexto muito próximo ao urbano, não foram intensas o suficiente para serem reconhecidas como atividades agrícolas. Entendo, diversamente, que a sua pequena participação no exercício das lidas rurais de sua família representou, na verdade, importante parte de sua educação. (...) O que tenho observado na experiência da jurisdição previdenciária é uma espécie de ordinarização da pretensão de reconhecimento da atividade agrícola a partir dos 12 anos de idade, mesmo por pessoas que nunca foram efetivos agricultores, pois os registros sociais (cadastros e documentos) revelam uma vida profissional totalmente inserida em atividades urbanas. Valendo-se do fato de que os seus pais foram agricultores, inúmeros segurados pleiteiam esse mesmo reconhecimento profissional desde os seus 12 anos de idade até o início das atividades de natureza urbana, ocorrido poucos anos depois. O início de prova material juntado ao processo é, exclusivamente, relacionado aos pais desse segurado, sem nenhuma evidência concreta e pessoal de efetiva atividade agrícola, ressalvada a sempre questionável prova testemunhal. Porém, como já disse acima, não basta ser filho de agricultor para ser reconhecido como tal. É preciso que se verifique um mínimo de envolvimento com a agricultura durante a vida para que se possa outorgar cobertura previdenciária relativa aos primeiros anos da adolescência. O deliberado objetivo dessa prática processual é aumentar o tempo de contribuição previdenciária registrada, com a conseqüente antecipação da aposentadoria ou com a melhora do cálculo do benefício. Ou seja: a norma social que teve por objetivo a inclusão do trabalhador rural sob o manto da proteção previdenciária vem sendo desvirtuada para o proveito econômico de pessoas que não experimentaram a realidade agrícola cujo contexto delimita o âmbito da incidência normativa. Como conseqüência dessa prática, tem-se o deferimento de aposentadorias extremamente precoces, contemplando segurados na casa dos quarenta anos de idade, com sério comprometimento financeiro e atuarial do sistema. Vale observar que, ao ser aposentado com idade precoce, o segurado receberá o benefício por muito mais tempo do que o estimado pelas fórmulas atuariais, levando o sistema à inevitável ruína. Tal situação fica ainda mais explícita quando o segurado que teve o período rural reconhecido desde os 12 anos exerceu, na sua idade adulta, atividades urbanas consideradas especiais, fazendo jus, portanto (e não se questiona aqui o seu direito), aos fatores de conversão previstos em lei - o que é bastante comum, apesar de não traduzir a realidade destes autos. (...) No caso concreto, analisando a prova dos autos, identifico que o histórico profissional da parte autora é eminentemente urbano, sendo mínima e insuficiente a sua vivência agrícola, razão pela qual não reconheço o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar, em relação ao período de 01.01.1970 a 31.12.1970 e de 01.01.1972 a 14.04.1978, sem embargo do fato de a autarquia previdenciária ter reconhecido, administrativamente, o período de 01.01.1971 a 31.12.1971, por critérios que não dizem respeito a este julgamento, por não traduzirem pretensão resistida. Faço observar, ainda, que no caso dos autos a prova documental juntada pelo autor mostra-se demasiadamente frágil. A documentação contemporânea juntada pelo autor limita-se a comprovar a existência de terras rurais em nome de seus ascendentes, não evidenciando o efetivo exercício de atividade rural ou a comercialização de produtos agrícolas. Diversos documentos que serviriam à comprovação da atividade rural deixaram de ser apresentados. Documentos de registro civil, cadastramento eleitoral dos membros da família, fichas de filiação ou de recolhimento de contribuição a cooperativas ou sindicato de trabalhadores rurais, documentos bancários de custeio da lavoura, notas de produtor rural, cadastros de paróquias ou comunidades religiosas, certidões religiosas de apadrinhamento de casamentos, documentos relativos a cadastro perante órgãos de saúde ou de assistência social das prefeituras municipais, documentos atinentes a internações hospitalares, entre outros documentos, quase sempre podem ser obtidos junto às instituições com as quais sua lavratura se relaciona, ainda que algum tempo tenha se passado desde a época com a qual guardam referência. No caso dos autos, a parte autora não trouxe sequer os registros de nascimento seu e de seus irmãos, registros escolares, registros religiosos entre outros que certamente seriam facilmente encontrados pelo autor. Nesse contexto, por todos os fundamentos expostos, tenho como inviabilizado o reconhecimento pretendido, já que não restou comprovado o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar nos períodos reclamados. [...] (...) Apesar disso, o início de prova material apresentado não permite a averbação dos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

períodos em questão. Isto porque, a certidão do INCRA comprova somente a propriedade de imóvel rural e não o efetivo trabalho na roça. Igualmente, não vincula este juízo a concessão de aposentadoria por idade rural à genitora do requerente, no ano de 1992, porquanto esta demonstrou o exercício de atividade rural no período de carência de 60 meses (art. 142, da Lei n. 8.213/1991), qual seja, de 1987 a 1992, lapso temporal posterior ao questionado nestes autos. Ademais, não é crível que uma família dedicada ao labor agrícola tenha acumulado, num período superior a 6 anos, somente a referida escritura de doação de imóvel rural e nenhum outro documento apto a comprovar o efetivo desempenho de atividade rural, em regime de economia familiar. Esclarece-se que para comprovar o exercício de atividade rural, o requerente poderia ter juntado aos autos certidões de registro civil (nascimento, casamento, óbito), registros escolares, eleitorais, militares, certificados religiosos, notas de comercialização, dentre outros inúmeros documentos servíveis como início de prova material, desde que contemporâneos ao período que se pretende provar, nos termos da Súmula 34, da Turma Nacional de Uniformização. Não o fez. Logo, diante da ausência de início de prova material atestando o labor rural no interregno, a sentença vergastada deve ser mantida incólume'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, no período pretendido.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O parâmetro uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005319-59.2013.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:IVONE STRELOW KEISER
PROC./ADV.:TÂNIA INESITA MAUL
OAB:5.985/SC
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade, como trabalhadora rural - segurada especial. Aduz que o acórdão recorrido está em confronto com o entendimento do STJ, no sentido de que 'a atividade rural exercida individualmente não descaracteriza o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria por idade, uma vez que a aposentadoria recebida pelo marido não lhe retira a qualidade de segurada especial, pois, nos termos do art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213/91, também é segurado especial quem exerce atividade agrícola de forma individual'. Juntou paradigma: RECURSO ESPECIAL Nº 675.892 - RS (2004/0127836-5).
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, confirmada pelo acórdão:
'Pretende a parte autora a concessão de aposentadoria por idade rural mediante o reconhecimento do trabalho rural de 1991 a 2013, em regime de economia familiar. Razão não lhe assiste. Com efeito, conforme depoimento pessoal da parte autora e registros no CNIS o marido da postulante trabalhava como pedreiro e em tal atividade se aposentou, destacando a parte autora em seu depoimento que a renda da família era essencialmente do trabalho do marido como pedreiro. Na área rural o plantio era para o consumo próprio. Além disso, há 5 anos pelo menos a autora mora na cidade. Diz no processo judicial que vai todo dia trabalhar na roça. Mas na entrevista administrativa disse que depois que veio para a cidade quem trabalha e cuida da produção, agora de pupunha, é um dos filhos. Diante desses elementos não há como reconhecer o trabalho rural em regime de economia familiar no período relevante'.
7. Como se observa, o juízo de origem não desconsiderou o trabalho rural da autora, mas entendeu que este não ocorreu em regime de economia familiar, diante das circunstâncias do caso concreto.
8. Não vejo dissonância com o paradigma apontado, pois consta do mesmo, expressamente,
que rever a conclusão de labor rural em regime de economia familiar esbarra no comando da Súmula 07 do STJ, ou seja, reexame das provas.
9. Também trago à colação:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
10. Ainda:
'(...) Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001716-46.2011.4.04.7015
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:APARECIDO DE SOUZA
PROC./ADV.:GUSTAVO ROSENDO S. DE FREITAS
OAB:PR-55 408
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Paraná, que manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'Com efeito, para a concessão de auxílio-acidente deve haver a constatação probatória de que há redução laboral, decorrente de sequelas originadas de acidente de qualquer espécie e que guardem nexo com o trabalho habitual exercido à época do infortúnio; pouco importando o grau da limitação, como dispõe a Lei de Benefícios, aplicada conforme pacificado entendimento da TRU4 e do e. STJ, respectivamente: (...) PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. 1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. 2 . O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. 3. Recurso especial provido. (REsp 1109591 / SC; Rel. Ministro CELSO LIMONGI; DJe 08/09/2010; grifei) Em matéria técnica prevalece em princípio a conclusão do perito judicial, salvo vício contido no laudo, situação não presente nos autos, nos quais o perito judicial foi taxativo ao apontar que a parte autora não ostenta redução da capacidade laboratícia, tanto no corpo do laudo judicial (evento 9), quanto em manifestação complementar (evento 28), determinada pelo despacho do evento 25. Portanto, se não há redução da capacidade laboral, não há como conceder auxílio acidente ao autor por expressa vedação legal. Outrossim, a insatisfação da parte autora em relação à conclusão pericial não possui o condão de infirmá-la'.
6. Não vejo divergência com o paradigma apontado (inclusive citado no próprio acórdão). O indeferimento do benefício está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade laborativa, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)
'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.
7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000127-39.2013.4.04.7212
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:OSVALDO JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.:DARCÍSIO A. MÜLLER
OAB:SC-17 504
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido no tocante ao reconhecimento dos períodos rurais de 23/09/65 a 31/12/70 e 01/01/72 a 01/11/78, por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão recorrido:
'No caso concreto, voto por negar provimento ao recurso e confirmar, pelos próprios fundamentos (artigo 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01), a sentença que assim analisou a alega atividade rural nos períodos em questão: [...] Trata-se de demanda na qual a parte autora postula o reconhecimento do labor campesino nos períodos de 17/04/1961 a 31/12/1970 e 01/01/1972 a 01/11/1978, (...). [...] Para comprovar o exercício de atividade rural, o autor juntou, dentre outros, os seguintes documentos: a) comprovantes de recolhimento do ITR, em nome do genitor, nos exercícios de 1969, 1976, 1978, 1982, 1983, 1990, 1991, 1992 (evento 01, PROCADM9, fls. 20/27); b) certidão de escritura pública de transmissão de imóvel rural, firmada em 1959, na qual o pai do autor figura como adquirente e está qualificado como agricultor (evento 01, PROCADM9, fl. 30); c) certidão de casamento, realizado em 16/03/1979, na qual o autor está qualificado como agricultor (evento 27, PROCADM5, fl. 08); d) ficha de inscrição do autor no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araripina/PE, na qual está consignado o recolhimento das respectivas contribuições nas competências de 1971, 1972, 1972, 1974 e 1975 (evento 01, PROCADM9, fls. 33/34); e) certidão de escritura pública de doação de imóvel rural, firmada e m 07/05/1971, na qual o pai do autor figura como donatário e está qualificado como agricultor (evento 27, PROCADM5, fl. 09); f) comprovantes do recolhimento do ITR, em nome do genitor, referentes às competências de 1972, 1973 e 1975 (evento 27, PROCADM5, fls. 15/17; g) certidão de casamento de seus genitores, celebrado em 20/11/1965, na qual o pai está qualificado como agricultor (evento 64, PROCADM2, fl. 06); h) ficha de matrícula do pai no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araripina/PE, em 22/09/1965, na qual está registrado o recolhimento das respectivas contribuições nas competências de 1987/1992 (evento 64, PROCADM2, fl. 07). Da prova oral produzida na seara administrativa (evento 27, PROCADM11) dessume-se o que segue: (...). De qualquer modo, cotejando as duas entrevistas administrativas do autor (que se contendem em alguns pontos - evento 1, PROCADM9, fl. 35; evento 71, PROCADM1, fl. 8), os depoimentos das testemunhas acima colacionados e, especialmente, as certidões de transcrição imobiliária (evento 1, PROCADM9, fls. 30/31) e o registro sindical (evento 64, PROCADM2, fl. 7), tomo por primeira premissa fática a de que a família do autor deixou o interior do Piauí e se instalou em Pernambuco (Araripina) a partir de 22/09/1965 (admissão no sindicato de Araripina). Ficou comprovado documentalmente que em Araripina, em 1974, havia, além da família, pelo menos quatro empregados assalariados permanentes (evento 71, PROCADM1, fl. 1). Os testemunhos colhidos, confirmam, ainda que de modo um tanto impreciso, esta afirmação. Ademais, a propriedade de Araripina, medindo 408 tarefas ou 121 hectares (evento 71, PROCADM1, fl. 7), foi declarada como sendo apenas uma das fontes de renda da família, sendo administrada por pessoa diversa do proprietário (evento 71, PROCADM1, fl. 1, campos 22 e 23). Por fim, vejo que, pelo menos a partir de 1977, Joaquim Antonio da Silva, nascido em 09/05/1929, pai do demandante, era inscrito como segurado contribuinte individual da Previdência, constando contribuições até 1981 (evento 71, PROCADM2, fls. 1/2). Assim, entendo inviável concluir pela existência de regime de economia familiar em Araripina, dada a existência de assalariados, a renda familiar provir também de pelo menos algum outro imóvel e a direção das atividades de exploração rural ter ficado a cargo de um administrador, sendo o pai do demandante, ao menos a partir de 1977, segurado inscrito como contribuinte individual. Quanto ao período anterior a 22/09/1965, considerando que as propriedades eram mais modestas, medindo 43 tarefas em Batinga e 67 hectares em Salinas (Piauí) - evento 1, PROCADM9, fls. 30/31, tenho por prudente reconhecer a atividade rural em regime de economia familiar. Assim, reconheço o exercício do trabalho rural em regime de economia familiar por parte do autor, no período de 17/04/1961 a 22/09/1965 [...] Não há reparos a fazer na sentença, que analisou corretamente a prova em seu conjunto. Entendo que, ainda que se atribua algum indício de prova material aos documentos apresentados, outras circunstâncias, bem pontuadas pela sentença, culminam por afastar a certeza de que o autor tenha efetivamente exercido a atividade rural em regime de economia familiar nos períodos indeferidos. A primeira e principal delas, é o fato de que no cultivo das terras rurais situadas no município de Araripina-PE a família contava com ajuda de empregados assalariados permanentes (cfe. p. 1, PROCADM2, Evento 71). Aliás, não poderia ser diferente, considerando as características da propriedade do pai bem com suas condições enquanto proprietário rural, e o que se vê do documento constante da p. 3 do PROCADM2, Evento 71, do qual consta a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

informação de que 'em todos os cadastros do INCRA apresentados, o mesmo [Sr. Joaquim Antônio da Silva, pai do autor] aparece como proprietário de ' latifúndio para exploração', com propriedade de grande porte, sendo que o mesmo aparece qualificado como 'empregador rural' categorias II A e II B' Tal circunstância já é bastante para descaracterizar a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar alegada pelo autor. A propósito, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei 8.213/91, 'Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes'. Também, é relevante na análise do caso, a constatação de que a propriedade rural era de grande extensão (121 hectares) bem como o fato do pai do autor, ao menos a partir de 1977, passar a contribuir para a Previdência na condição de segurado contribuinte individual (cfe. p. 1-2, PROCADM2, Evento 71). Acrescente-se a tudo isso, a circunstância de que o autor, para os períodos em questão, não ter apresentado sequer um documento pessoal que o qualificasse como 'agricultor'. É verdade que teve essa qualificação por ocasião de seu casamento, todavia somente no ano de 1979, ou seja, após o período a provar (cfe. certidão de casamento à p. 8, PROCADM5, Evento 27). Concluo por afirmar que não restou comprovado o alegado trabalho rural em regime de economia familiar nos períodos em questão, de sorte que deve ser mantida a improcedência do pedido'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural em regime de economia familiar.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, inclusive com as Súmulas da TNU, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001194-90.2013.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOSIMAR SIMÃO BUENO
PROC./ADV.:GUSTAVO ROSENDO S. DE FREITAS
OAB:PR-55 408
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Paraná que, negando provimento ao seu recurso, manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento da 3ª Turma Recursal do Paraná e do TRF da 4ª Região, bem como do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'No presente caso, ficou comprovado que a parte autora sofreu acidente de trânsito, porém não teve redução em sua capacidade laborativa, conforme se infere do laudo pericial (EVENTO 11 - LAUDPERI2): 5. Sobre o auxílio acidente: - não há redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, nem exigência de maior esforço para realizá-lo, nem tampouco, necessidade de reabilitação profissional. - sua sequela (mínima) não está presente no anexo III, decreto 4729 de 09/06/03 que trata da relação das situações que dão direito ao auxílio acidente. Portanto, ausente o requisito da redução da capacidade laborativa, deve ser mantida a sentença por seus próprios fundamentos'.
6. O indeferimento do benefício, portanto, está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)
'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, juris-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

prudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.
7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001741-57.2014.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FABIANO SILVERIO NASCIMENTO
PROC./ADV.:MARCOS MAKSIMIUK
OAB:SC-34178
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'. Da mesma forma, desnecessário que a moléstia incapacitante seja irreversível (Resp 1.112.886/SP).
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'O laudo da perícia judicial foi conclusivo e categórico acerca da inexistência de redução da capacidade para o trabalho (evento 15): 2) O(a) autor(a) é portador(a) de sequela consolidada, decorrente de acidente de qualquer natureza, que gera redução da capacidade para a atividade que habitualmente exercia? R: NÃO. 3) Relatar os principais elementos que fundamentam as conclusões periciais: Autor informa que era ajudante de serralheiro po 18 meses, e atualmente trabalha como motorista de carro e moto. Sofreu acidente em 30/08/2013 de moto com fratura do 1/3 médio do fêmur D. Foi submetido a tratamento cirúrgico com colocação de haste intramedular. Exame físico e exames complementares não reunem elementos para configurar diminuição da capacidade laborativa em que atuava devido aos seguintes achados clínicos: 1. Caminha estável, sem claudicação com membro traumatizado. 2. Não houve comprometimento das articulações do joelho e quadris D. 3. Tem encurtamento de aproximadamente 2,0cm, porém, pode ser corrigido altura com perfeita função do membro através de palmilha. 4. Raio x de fêmur de 23/11/2013 tem imagem de consolidação óssea, com bom alinhamento da fratura. Saliento não haver adstrição do juízo ao laudo, nos exatos termos do artigo 436, CPC, porém, na hipótese dos autos, não existem outros elementos suficientes para corroborar o pedido da parte-autora. Ressalto não desconhecer os precedentes que deferem o auxílio-acidente mesmo em se tratando de sequela não contemplada naquelas descritas no Anexo III do Decreto n. 3.048/99, porém desde que haja redução da capacidade para o labor, o que não se demonstrou na hipótese dos autos. Com efeito. A eventual limitação apresentada pela parte-autora não compromete o exercício da atividade habitual como um todo. Ademais, não se pode sequer afirmar que o exercício da função hoje exija maior esforço, pois não há qualquer prova de prejuízo funcional significativo. Concluo, portanto, que embora do acidente sofrido pela parte-autora tenha resultado seqüela, esta não implica em redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, descabendo a concessão do benefício, consoante acertadamente decidiu a sentença recorrida'.
6. Não vejo divergência com os paradigmas apontados. O indeferimento do benefício está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:
'PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal a quo, após análise das provas, asseverou que não ficou comprovado o nexo de causalidade, tampouco a redução ou perda da capacidade laborativa do agravante para a atividade habitualmente exercida. Nesse contexto, a reversão do julgado para reconhecer o direito ao auxílio-acidente, requer reexame de provas, devendo ser mantida a Súmula 7/STJ à espécie. 2. Agravo regimental não provido'. AGARESP 201500446295, STJ, Rel. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 07/05/2015.
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)
'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.
7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0519239-13.2014.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):RONIELLE ROSALINO DE ARRUDA
PROC./ADV.:JOÃO BATISTA MELO LIMA
OAB:CE-20763
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DOS LAUDOS PERICIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. ARTIGO 12 DA LEI 10.259/2001. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que confirmou a procedência do pedido para concessão de benefício assistencial à parte autora.
2. Alega cerceamento de defesa, pois não intimado da juntada do laudo pericial. Como paradigma, junta acórdão da 4ª Turma Recursal de São Paulo.
3. Sem razão o INSS. O art. 12, caput, da Lei 10.259/2001, dispensa a intimação das partes da juntada do laudo técnico, necessário à conciliação ou ao julgamento da causa.
4. Ademais, em sede recursal pode a parte apresentar as impugnações que entender devidas, não havendo desrespeito ao contraditório.
5. Por fim, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento em pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido cito PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012) e PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012).
6. Incidente não conhecido. Súmula 43 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0503120-93.2013.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCO JOSELINO DA SILVA
PROC./ADV.:MARCELA DE SOUSA MARCOLINO
OAB:CE-21963
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE POR PERÍODO INFERIOR A DOIS ANOS. NÃO VINCULAÇÃO DO JUÍZO AO LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará que, dando provimento ao recurso da parte autora, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial.
2. Aduz que o acórdão recorrido desconsiderou a conclusão da perícia médica, que por sua vez afirmou inexistir impedimento de longo prazo, o qual só resta configurado pelo período mínimo de dois anos.
3. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório, inviável em sede de uniformização.
4. A concessão do benefício restou assim fundamentada pelo acórdão:
'Deficiência suficientemente provada nos autos a ensejar a concessão do benefício assistencial, sendo imprescindível, em cada caso concreto, o cotejo das condições sócio-econômicas e culturais do demandante, que possam indicar o improvável, senão impossível, exercício de alguma atividade profissional ou econômica que lhe permita garantir a subsistência (TNU, PUILF n.º 200771950278554, DOU 09/12/2011).
Ainda que o laudo pericial não reconhecesse a deficiência, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o julgador não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC, é facultado ao magistrado formar sua convicção com fundamento em outros elementos colhidos nos autos (STJ, AgRg no AREsp 63463/CE, DJe 20/6/2012).
Condição de hipossuficiência econômica provada, sendo possível, ademais, com esteio em outros elementos que não apenas a renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, demonstrar a condição de miserabilidade do beneficiado. Orientação consolidada pelo STJ no julgamento do REsp 1.112.557/MG, sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC).
Diante do exposto no laudo do médico perito, a parte autora encontra-se incapacitada para as atividades laborais.
2. O(a) periciando(a) é, ou já foi, portador(a) de doença , deficiência ou algum tipo de retardo mental? Nesse último caso, qual grau: leve, moderado ou grave?(INFORMAR O CID E DESCREVER A DOENÇA/DEFICIÊNCIA).
Sim. O periciando é portador de Transtorno afetivo bipolar (CID10: F31).
4. Esse impedimento incapacita-o(a) para o exercício do trabalho que lhe garanta a subsistência? Ou já o incapacitou anteriormente? Em qual período? (informar em que se baseou para chegar a essa conclusão).
Sim. Há impedimento para o desempenho de qualquer atividade neste momento de crise.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A parte autora apresentou atestado médico (anexo 03, fls.02) datado em 25 de novembro de 2011 onde atesta a incapacidade para o labor por tempo indeterminado por doença como o mesmo CID do atestado médico. Outro atestado médico anexado (anexo 03, fls. 03), datado em 03 de julho de 2012, demonstra que a parte requerente iniciou seu tratamento com medicações e que continua incapacitado para o labor. Relate-se que os atestados médicos são de médicos diferentes sendo ambos psiquiatras, os atestados estão timbrados com o nome CAPS. Presume-se então que desde 25 de novembro de 2011 a parte autora vem sendo acompanhada por médicos do CAPS e que sua incapacidade é proveniente de novembro de 2011 e até a data da perícia média (22 de novembro de 2013) a parte ainda estava incapacitada.
Portanto, não sendo o magistrado vinculado ao laudo pericial apresentado, desconsidero o período de recuperação no laudo apresentado pelo médico perito de 06 meses, considerando o período de recuperação superior a dois anos com base no histórico apresentado.
Saliente-se que o benefício de amparo assistencial ao idoso e ao portador de deficiência é uma importante política pública para materialização da assistência social, destinada a amparar e proteger aqueles que efetivamente se encontram em situação de miserabilidade que põe em risco a sua própria subsistência, situação em que se encontra a parte autora.
O início do benefício deve corresponder à data do requerimento administrativo (DER), pois naquela data a parte autora já reunia as condições necessárias à concessão do benefício assistencial pleiteado'.
5. Como cediço, o juízo não está vinculado à conclusão do laudo - artigos 131 e 436 do CPC - podendo apreciar o conjunto probatório em sua totalidade, apontando os fundamentos para sua conclusão, o que foi feito no caso em tela. Neste sentido, tranquila a jurisprudência pátria, conforme exemplos abaixo:
'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PRINCÍPIOS DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ARTIGO 20 DA LEI Nº 8.742/93. DEFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o julgador não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no artigo 131 do Código de Processo Civil, é facultado a este formar sua convicção com fundamento em outros elementos colhidos nos autos. II. Rever o posicionamento do Tribunal de origem, no ponto em que entendeu que a parte autora teria direito ao benefício assistencial, demandaria o reexame fático-probatório, o que é inadmissível nesta instância especial. Incidência do enunciado n. 07 da Súmula desta Corte. III. Agravo interno desprovido'. (AGARESP 201102415141, Rel. GILSON DIPP, STJ, QUINTA TURMA, DJE 20/06/2012)
'PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA CAPACIDADE LABORAL. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AUSÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE OS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE DESPROVIDO (...) o art. 436 do CPC é taxativo ao dispor que "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos". 16. O princípio que ali se consagra é o do convencimento motivado do julgador, sem prévia classificação tarifária das provas. (...) 18. Portanto, o não acolhimento da prova pericial além de ter previsão legal, deu-se sob suficiente motivação, pelo que não há que se afastar a conclusão do julgamento recorrido, uma vez que não há hierarquia entre as provas licitamente produzidas, não sendo o caso de adentrar-se no conteúdo da prova (idade da autora, natureza da doença, profissão exercida, etc.) sob pena de, aí sim, ocorrer reexame de matéria fática. (...) PEDILEF 00125010220114013600, TNU, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255.
6. Afastar a análise feita pelo juízo de origem implica revolvimento do conjunto probatório, o que encontra óbice na Súmula 42 da TNU.
7. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000250-80.2012.4.04.7015
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VANDERLEI CASSIANO DOS SANTOS
PROC./ADV.:GUSTAVO ROSENDO S. DE FREITAS
OAB:PR-55 408
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal do Paraná, que manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'Não assiste razão ao recorrente. O laudo pericial médico (evento 12) atesta que o autor, diagnosticado com fratura da perna esquerda (CID S82.9), possui déficit da capacidade fisiológica na ordem de 5% (mínimo). Entretanto, com prudência, relata que essa limitação não se reflete na capacidade do recorrente para o desempenho das atividades profissionais à época do acidente de trânsito (tratador de granja). Com efeito, ressalta o expert judicial, embasado no exame físico, que o demandante não tem redução da força muscular do membro inferior esquerdo. Apenas constata-se uma restrição leve na flexão do tornozelo canhoto, a qual não se encaixa nas situações previstas no quadro 6, do Anexo III, do Decreto nº 3.048/99, nem repercute no labor do tempo do acidente. Por fim, não há que se realizar nova perícia, porquanto o perito, além de ouvir as queixas da parte, procedeu ao exame físico, respondendo fundamentadamente todos os quesitos formulados pelo juízo, os quais são suficientes para o esclarecimento da causa. Eventuais opiniões divergentes entre médico perito e médico particular não desautorizariam as conclusões periciais, pois caracterizariam somente posicionamentos distintos a respeito dos mesmos achados clínicos'.
6. Não vejo divergência com o paradigma apontado. O indeferimento do benefício está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:
'PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal a quo, após análise das provas, asseverou que não ficou comprovado o nexo de causalidade, tampouco a redução ou perda da capacidade laborativa do agravante para a atividade habitualmente exercida. Nesse contexto, a reversão do julgado para reconhecer o direito ao auxílio-acidente, requer reexame de provas, devendo ser mantida a Súmula 7/STJ à espécie. 2. Agravo regimental não provido'. AGARESP 201500446295, STJ, Rel. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 07/05/2015.
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)
'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.
7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5007094-87.2014.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ALEXANDRE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MÁRCIO TIMOTHEO LENZI
OAB:SC 9.981
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'. Também citou o precedente da TNU, no PEDILEF 50017838620124047108.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença, confirmada pelo acórdão:
'Na espécie, o autor foi submetido à perícia médica por especialista em perícias judiciais, conforme laudo anexado aos autos no evento 16. O perito constatou que o autor é portador de 'Status tardio de CID: S 06: Traumatismo craniano; CID: S 72: Fratura de fêmur e CID: S 42: Fratura de braço e úmero', em virtude de acidente de trânsito sofrido pelo autor em 29/08/2004, sem qualquer relação com o trabalho. Questionado quanto à redução da capacidade laborativa do autor em função das lesões, o perito afirmou que a restrição funcional é mínima, insuficiente para considerar que a capacidade laborativa do autor foi reduzida. É dizer, as seqüelas decorrentes do acidente não implicaram a redução da capacidade para o trabalho que exercia ao tempo do infortúnio, consoante exige a legislação de regência para a concessão do benefício guerreado'.
6. O indeferimento do benefício, portanto, está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade laborativa para as atividades habituais, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)

'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)

'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.

7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005149-66.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOSE MARTINS ALMEIDA
PROC./ADV.:GUSTAVO ROSENDO S. DE FREITAS
OAB:PR-55 408
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. NÃO VINCULAÇÃO DO JUÍZO AO LAUDO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 3ª Turma Recursal do Paraná que, dando provimento ao recurso do INSS, reformou a sentença e julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-acidente.

2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento da 2ª Turma Recursal do Paraná e do TRF da 4ª Região, bem como do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'.

3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.

4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.

5. Como cediço, o juízo não está vinculado à conclusão do laudo - artigos 131 e 436 do CPC - podendo apreciar o conjunto probatório em sua totalidade, apontando os fundamentos para sua conclusão. Neste sentido, tranquila a jurisprudência pátria, conforme exemplos abaixo:

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)

'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)

'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.

'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PRINCÍPIOS DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ARTIGO 20 DA LEI Nº 8.742/93. DEFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o julgador não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no artigo 131 do Código de Processo Civil, é facultado a este formar sua convicção com fundamento em outros elementos colhidos nos autos. II. Rever o posicionamento do Tribunal de origem, no ponto em que entendeu que a parte autora teria direito ao benefício assistencial, demandaria o reexame fático-probatório, o que é inadmissível nesta instância especial. Incidência do enunciado n. 07 da Súmula desta Corte. III. Agravo interno desprovido'. (AGARESP 201102415141, Rel. GILSON DIPP, STJ, QUINTA TURMA, DJE 20/06/2012)

'PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA CAPACIDADE LABORAL. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AUSÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE OS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE DESPROVIDO (...) o art. 436 do CPC é taxativo ao dispor que "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos". 16. O princípio que ali se consagra é o do convencimento motivado do julgador, sem prévia classificação tarifária das provas. (...) 18. Portanto, o não acolhimento da prova pericial além de ter previsão legal, deu-se sob suficiente motivação, pelo que não há que se afastar a conclusão do julgamento recorrido, uma vez que não há hierarquia entre as provas licitamente produzidas, não sendo o caso de adentrar-se no conteúdo da prova (idade da autora, natureza da doença, profissão exercida, etc.) sob pena de, aí sim, ocorrer reexame de matéria fática. (...) PEDILEF 00125010220114013600, TNU, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255.

6. No caso em tela, a improcedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:

'O autor apresenta sequela de fratura do punho esquerdo causada por acidente automobilístico. A lesão está consolidada e, de acordo com o perito judicial, não houve redução da capacidade para o trabalho que exercia à época do acidente (alinhador mecânico de veículos), nem tampouco há necessidade de dispêndio de maior esforço para realizá-lo (evento 16, OUT3). Acrescenta-se que, no exame físico realizado pelo expert judicial, foi constatado que a destreza, habilidade, força e movimentos da mão esquerda estão mantidos, bem como a força, flexão e lateralização do punho esquerdo. O que se verificou foi discreta limitação da extensão e leve deformação com desvio radial do punho esquerdo (evento 16, OUT3, fl. 2-3). Assim, tem-se que a funcionalidade do punho está mantida e que a sequela que restou é apenas estética e prejudica minimamente a mobilidade do punho esquerdo do autor. Logo, ausente o requisito da redução da capacidade laborativa para a atividade habitual, a parte autora não faz jus à concessão do benefício de auxílio-acidente'.

7. O indeferimento do benefício, portanto, está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade laborativa para as atividades habituais, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500219-79.2014.4.05.8312
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CICERO CIPRIANO DA SILVA
PROC./ADV.:GALDINO BATISTA BEZERRA NETO
OAB:PE-29290
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DA TNU. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. PROVIMENTO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 1a Turma Recursal de Pernambuco, que deu parcial provimento ao recurso da parte autora, reconhecendo como especial o período de 02/02/84 a 28/04/95, trabalhado como empregado em estabelecimento agroindustrial. Aduz o INSS que o acórdão diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a especialidade reconhecida no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64 refere-se apenas à atividade agropecuária, não às atividades agrícolas. Sustenta, ainda, vedado o cômputo de serviço rural anterior à Lei 8.213/91, sem o respectivo recolhimento previdenciário. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Confira-se:

3.1. No tocante ao alcance das atividades elencadas no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, a TNU, revendo seu posicionamento, assim fixou em Representativo de Controvérsia:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL.AGROPECUÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso do Autor, para manter a sentença que não reconheceu como atividade especial o trabalho rural no período de 01/09/1976 a 16/12/1998. 2.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo Autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal de São Paulo (processo nº 0004398-18.2007.4.03.6307), segundo o qual o labor rural configura a especialidade prevista no item 2.2.1 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Configurado o dissídio, posto que o acórdão recorrido entendeu que, "(...) O enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64 depende de efetiva comprovação de atividade agropecuária, não abrangendo todas as espécies de trabalhadores rurais, motivo pelo qual a atividade exercida pelo autor como rurícola não pode ser considerada como de natureza especial. 3. No caso vertente, não há nos autos qualquer prova de que o autor se dedicasse a atividade que envolvesse agricultura e pecuária (agropecuária)..", grifo no original. 6. A TNU, inclusive esta Relatora, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. (...)" (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio excerto esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.(...)" (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. PEDILEF 05003939620114058311, Rel. Juíza Federal, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 24/10/2014 PÁGINAS 126/240)

3.2. Quanto ao cômputo, para fins de carência, do tempo laborado como empregado rural, antes da Lei 8.213/91, assentou a Primeira SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL COM REGISTRO EM CARTEIRA PROFISSIONAL PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 2º, E 142 DA LEI 8.213/91. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Caso em que o segurado ajuizou a presente ação em face do indeferimento administrativo de aposentadoria por tempo de serviço, no qual a autarquia sustentou insuficiência de carência.

2. Mostra-se incontroverso nos autos que o autor foi contratado por empregador rural, com registro em carteira profissional desde 1958, razão pela qual não há como responsabilizá-lo pela comprovação do recolhimento das contribuições.

3. Não ofende o § 2º do art. 55 da Lei 8.213/91 o reconhecimento do tempo de serviço exercido por trabalhador rural registrado em carteira profissional para efeito de carência, tendo em vista que o empregador rural, juntamente com as demais fontes previstas na legislação de regência, eram os responsáveis pelo custeio do fundo de assistência e previdência rural (FUNRURAL).

4. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008. (REsp 1352791 / SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DU 05/12/2013).

4. Incidente de uniformização não conhecido. Acórdão em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Incidência das Questões de Ordem n. 13 e 24/TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto da Juíza Federal relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500405-68.2015.4.05.8312
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GERALDO DAMIÃO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.:JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
OAB:PE-30 341
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DA TNU. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. PROVIMENTO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 2a Turma Recursal de Pernambuco, que deu parcial provimento ao recurso da parte autora, reconhecendo como especial o período de 27/02/86 a a 28/04/95, trabalhado como empregado em estabelecimento agroindustrial. Aduz o INSS que o acórdão diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a especialidade reconhecida no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64 refere-se apenas à atividade agropecuária, não às atividades agrícolas. Sustenta, ainda, vedado o cômputo de serviço rural anterior à Lei 8.213/91, sem o respectivo recolhimento previdenciário. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Confira-se:

3.1. No tocante ao alcance das atividades elencadas no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, a TNU, revendo seu posicionamento, assim fixou em Representativo de Controvérsia:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL.AGROPECUÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso do Autor, para manter a sentença que não reconheceu como atividade especial o trabalho rural no período de 01/09/1976 a 16/12/1998. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo Autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal de São Paulo (processo nº 0004398-18.2007.4.03.6307), segundo o qual o labor rural configura a especialidade prevista no item 2.2.1 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Configurado o dissídio, posto que o acórdão recorrido entendeu que, "(...) O enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64 depende de efetiva comprovação de atividade agropecuária, não abrangendo todas as espécies de trabalhadores rurais, motivo pelo qual a atividade exercida pelo autor como rurícola não pode ser considerada como de natureza especial. 3. No caso vertente, não há nos autos qualquer prova de que o autor se dedicasse a atividade que envolvesse agricultura e pecuária (agropecuária)..", grifo no original. 6. A TNU, inclusive esta Relatora, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. (...)" (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio excerto esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.(...)" (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. PEDILEF 05003939620114058311, Rel. Juíza Federal, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 24/10/2014 PÁGINAS 126/240)

3.2. Quanto ao cômputo, para fins de carência, do tempo laborado como empregado rural, antes da Lei 8.213/91, assentou a Primeira SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL COM REGISTRO EM CARTEIRA PROFISSIONAL PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 2º, E 142 DA LEI 8.213/91. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Caso em que o segurado ajuizou a presente ação em face do indeferimento administrativo de aposentadoria por tempo de serviço, no qual a autarquia sustentou insuficiência de carência.

2. Mostra-se incontroverso nos autos que o autor foi contratado por empregador rural, com registro em carteira profissional desde 1958, razão pela qual não há como responsabilizá-lo pela comprovação do recolhimento das contribuições.

3. Não ofende o § 2º do art. 55 da Lei 8.213/91 o reconhecimento do tempo de serviço exercido por trabalhador rural registrado em carteira profissional para efeito de carência, tendo em vista que o empregador rural, juntamente com as demais fontes previstas na legislação de regência, eram os responsáveis pelo custeio do fundo de assistência e previdência rural (FUNRURAL).

4. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008. (REsp 1352791 / SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DU 05/12/2013).

4. Incidente de uniformização não conhecido. Acórdão em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Incidência das Questões de Ordem n. 13 e 24/TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto da Juíza Federal relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0501056-03.2015.4.05.8312
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOAO PAULINO DA SILVA
PROC./ADV.:SEVERINO GOMES DA SILVA
OAB:PE 21.486
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL ANTERIOR A 28.04.1995. PROVIMENTO JUDICIAL EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve o reconhecimento, como especial, dos períodos laborados pelo autor como empregado em estabelecimento agroindustrial, anteriores à edição da Lei 9.032/95.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. O incidente não comporta conhecimento porque o acórdão hostilizado está em consonância com a jurisprudência desta TNU, que uniformizou o entendimento no sentido de que a expressão "trabalhadores agropecuários" abrange os trabalhadores rurais que exerçam atividades agrícolas como empregados, nos termos do voto proferida pela Juíza Federal Kyu Soon Lee, no PEDILEF 05003939620114058311, DOU 24/10/2014, como transcrevo:

"6.(...) A TNU, inclusive esta Relatora, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.(...)" (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio excerto esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.(...)" (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional".
4. Incidente de uniformização não conhecido. Incidência da Questão de Ordem 13 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0518312-20.2014.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:SEBASTIÃO ARAÚJO DE ASSIS
PROC./ADV.:DANIELLE AUGUSTO TENORIO NONATO
OAB:RN-8793
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. PARADIGMAS DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. DESATENDIMENTO DA NORMA CONTIDA NO ART. 14, §2º DA LEI 10.259/01. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte que reformou em parte a sentença e reconheceu, como especial, apenas o período de 01/03/85 a 29/12/95 laborado pelo autor como vigilante armado, não acolhendo o período laborado como salineiro e pintor, nos seguintes termos:
'Por outro lado, inviável a pretendida conversão quanto aos períodos de trabalho na profissão de "salineiro", seja por que impossível o reconhecimento por mero enquadramento em categoria profissional (a profissão de salineiro não se encontra elencada nos Decretos n° 53.831/64 e 83.080/79, mas apenas os potenciais agentes nocivos), seja porque não comprovada documentalmente a exposição a qualquer espécie de agente nocivo nestes períodos, com a habitualidade exigida pela norma de regência.
Entendo, da mesma forma, inviável a conversão do período de trabalho compreendido entre 01/01/96 a 30/04/14 (DATANORTE), já que o PPP anexado pelo autor (anexos nº. 36/37) não comprova satisfatoriamente a exposição habitual e permanente a quaisquer agentes nocivos, apenas relatando de forma genérica a exposição a chumbo na atividade de "pintura".
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
4. No caso em tela, o incidente não comporta conhecimento, pois todos os paradigmas apontados pela parte autora são de Tribunais Regionais Federais, que não atendem ao disposto no artigo 14, § 2º, Lei 10.259/01.
5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5033941-33.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NORBERTO FERNANDES
PROC./ADV.:LIZANDRA DE ALMEIDA TRES LACERDA
OAB:RS-80982
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. PENSÃO DERIVADA DE BENEFÍCIO ANTERIOR. DECADÊNCIA. PRAZO AUTÔNOMO PARA O PENSIONISTA. PROVIMENTO JUDICIAL EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, contra acórdão que manteve a procedência do pedido de revisão de RMI de benefício que deu origem a pensão previdenciária, considerando prazo decadencial autônomo para o pensionista.
2. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
3. Por sua vez, dispõe a Questão de Ordem 13 deste Colegiado que incabível pedido de uniformização quando a jurisprudência da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
4. Ressalvado meu entendimento pessoal, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado nos sentidos a seguir expostos: "[...] a pensão por morte e o benefício previdenciário do qual deriva são, de fato, benefícios atrelados por força do critério de cálculo de ambos, tão-somente. Mas são benefícios autônomos, titularizados por pessoas diversas que, de forma independente, possuem o direito de requerer a revisão de cada um deles, ainda que através de sucessores (pois a pensão por morte pressupõe, logicamente, o falecimento de seu instituidor), sendo que o prazo decadencial de revisão da pensão começa fluir a partir da data da concessão. [...]" (PEDILEF 200972540039637, Rel. JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 11/05/2012; PEDILEF 2008.50.51.001325-4, REL. JUIZ FEDERAL ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA, D.J. 27/06/2012; PEDILEF 50045967120124047113, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, DOU 03/07/2015).
5. O acórdão hostilizado assim consignou:
'Quanto ao termo inicial do prazo decadencial, a TNU pacificou entendimento no sentido de que existe prazo autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão de pensão por morte em face do benefício previdenciário que lhe deu origem. Confira-se: (...) (TNU PEDILEF 200972540039637, Relator JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 11/05/2012) Conforme se observa nos autos, o benefício de pensão por morte da parte autora foi deferido em 22/01/2009 (evento 1, CCON1). Considerando que a ação foi ajuizada em 10/02/2011, impõe-se o afastamento da decadência do direito à revisão da RMI do benefício'.
6. Incidente não conhecido. Acórdão no mesmo sentido da jurisprudência da TNU. Questão de Ordem 13.
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5070942-09.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANA ALICE SILVA GONÇALVES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. NÃO DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS POR DECISÃO JUDICIAL ANTECIPATÓRIA DA TUTELA, POSTERIORMENTE REVOGADA. BOA-FÉ DO BENEFICIÁRIO. SÚMULA 51 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 13.
1. Incidente de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão que reconheceu a irrepetibilidade de valores recebidos por beneficiário de boa-fé na via judicial, diante da revogação da antecipação da tutela.
2. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
3. Por sua vez, dispõe a Questão de Ordem 13 deste Colegiado que incabível pedido de uniformização quando a jurisprudência da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
4. No tocante à controvérsia deste incidente, a Súmula 51 da TNU dispõe: 'Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento'.
5. Embora a questão ainda gere debates, inclusive no REsp nº 1401560/MT, afetado como representativo da presente controvérsia, a TNU, com fulcro em julgados do Supremo Tribunal Federal, decidiu pela manutenção da referida súmula, como segue:
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. BOA-FÉ. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. SÚMULA 51/TNU. PRECEDENTES DO STF NO SENTIDO DE IRREPETIBILIDADE DOS VALORES RECEBIDOS EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL. JULGADO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM EM SINTONIA COM ESTA JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. Cuida-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados movido pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de São Paulo que, ao revogar tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé. 1.1. Segundo argumenta o requerente, o acórdão recorrido estaria em desacordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, da Turma Recursal de Santa Catarina e desta Turma Nacional de Uniformização, quanto ao cabimento da restituição de valores recebidos em face de decisão judicial posteriormente revogada. 1.2. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 1.3 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da possibilidade da restituição de valores de natureza alimentar - no caso, decorrentes de benefício previdenciário - percebidos por força de provimento antecipatório posteriormente revogado. 2. Esta Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou o entendimento de que "os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento." 2.1 O Superior Tribunal de Justiça, contudo, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, firmou o entendimento no sentido de que é devida a devolução de valores recebidos em razão de antecipação de tutela posteriormente revogada, a saber: PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça. 2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014). 2.2 Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal possui precedentes contrários ao entendimento esposado pelo STJ, in verbis: EMENTA DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO RECEBIDO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. DEVOLUÇÃO. ART. 115 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ E CARÁTER ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF. RESERVA DE PLENÁRIO: INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.9.2008. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o benefício previdenciário recebido de boa-fé pelo segurado em virtude de decisão judicial não está sujeito à repetição de indébito, dado o seu caráter alimentar. Na hipótese, não importa declaração de inconstitucionalidade do art. 115 da Lei 8.213/91, o reconhecimento, pelo Tribunal de origem, da impossibilidade de desconto dos valores indevidamente percebidos. Agravo regimental conhecido e não provido. (ARE 734199 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 09/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014) 3. Dessa sorte, a despeito da posição do STJ, esta TNU, considerando o entendimento do STF, bem como os precedentes deste Colegiado, entende por manter a aplicação do enunciado da Súmula 51/TNU no sentido que "os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento". 4. Verifica-se, assim, que a jurisprudência da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão vergastado, fazendo incidir, na espécie, a aplicação da Questão de Ordem nº 13 da TNU (...) 5. Incidente de Uniformização não conhecido'. (PEDILEF 50496894220114047000, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 13/04/2015 PÁGINAS 126/260).

6. Acórdão recorrido no mesmo sentido da jurisprudência da TNU. Incidente não conhecido. Questão de Ordem 13/ TNU.
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:5000622-80.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LEONORA TRAVAGLIA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural da parte autora, como segurada especial, no período de 03.11.81 a 06.08.89. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:

'Ressalto, ainda, que apesar da legislação de exigência não exigir que os documentos demonstrem, ano a ano, o exercício de atividade campesina, é indispensável que haja pelo menos um início de prova material apto à comprovação da vocação rurícola do segurado especial. No caso em tela, porém, não foi apresentado o mínimo exigido pela legislação de regência, na medida em que apesar de pleitear o reconhecimento do tempo de serviço rural de 1981 a 1989, foi juntado ao feito apenas INCRA em nome do pai (durante o período de 1972 a 1986), bem como ficha de filiação sindical rural deste (datada de 1986). Em relação ao INCRA e ITR impõe registrar que não se tratam de início de prova material propriamente dito, porquanto atestam tão-somente a propriedade de imóvel rural e não o efetivo labor agrícola em regime de economia familiar, havendo a necessidade de serem corroborados por outros documentos para terem a sua validade aceita em Juízo. Assim, restou a demandante apenas a ficha de filiação sindical rural do pai datada do ano de 1986, o que convenhamos é muito pouco para quem alegra ter trabalhado na roça durante tanto tempo. Além disso, chama a atenção o fato da requerente não ter colacionado ao feito certidão de nascimento, batismo ou registro escolar de nenhum dos seus 14 (catorze) irmãos, onde certamente se esperaria que houvesse a qualificação de 'agricultor' de seu genitor. Também causa estranheza o fato da autora não ter juntado aos autos qualquer nota fiscal ou ficha de inscrição perante a AFUBRA, notadamente se considerarmos que a prova testemunhal foi firme no sentido de que o grupo familiar plantava fumo em estufa. Dentro deste contexto, por mais que compreenda a dificuldade em preservar os documentos relativos a um passado remoto, não parece justificável no caso em tela tal ausência, sobretudo porque a requerente poderia ter solicitado 2ª via das certidões de nascimento e dos históricos escolares dos seus irmãos, com a finalidade de demonstrar a profissão de agricultor do seu pai, o que estranhamente não fez. De outra parte, também depõe contra a pretensão da postulante o fato de seu genitor ter efetuado inscrição como autônomo, em 1979, na função de condutor de veículos de tração animal (evento 1, PROCADM10, pág. 5), o que novamente soa estranho para um agricultor. Em suma, o que se percebe é que a autora poderia ter juntado aos autos certidões de registro civil (nascimento, casamento, óbito), registros escolares, eleitorais, militares, médicos, certificados religiosos, notas de comercialização, dentre outros inúmeros documentos aptos a serem considerados como início de prova material. Contudo, estranhamente não o fez, o que inviabiliza o reconhecimento da alegada atividade rural, diante da escassa prova documental. Desse modo, considerando que os argumentos expendidos na peça recursal não se mostraram suficientes para a alteração do julgado, impõe-se a manutenção da sentença, por seus próprios fundamentos, aos quais acrescento os que ora foram deduzidos'.

7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, no período pretendido.

8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

11. Ainda:

'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001925-66.2012.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA DE LOURDES DAS GRAÇAS VITORIA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
PROC./ADV.:SAYLES RODRIGO SCHUTZ
OAB:SC-15426
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a parcial procedência do pedido, não reconhecendo tempo de trabalho rural da autora, como segurada especial, nos períodos de 23.10.81 a 22.09.82 e 01.06.83 a 13.07.87. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexigível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

VERIFICADOR DE ASSINATURA

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A parcial procedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'O magistrado sentenciante decidiu a questão nos seguintes termos (evento 42, SENT1): [...] Neste caso dos autos, a autora pretende que seja reconhecido o exercício de atividade rural em regime de economia familiar relativamente aos períodos de 22.10.1975 até 22.09.1982 e de 01.06.1983 até 13.07.1987. Foram trazidos aos autos os documentos seguintes, que guardam proximidade com o período cujo reconhecimento foi postulado, considerados válidos como início de prova material: - Certidão do Registro de Imóveis que consigna que o pai da autora, Gildo Vitória, adquiriu, em dezembro de 1946 e em dezembro de 1951, dois imóveis com a área total de 51 ha em Ibirama. Em 1976 parcela de um dos imóveis, com a área de 5,47 ha, foi transferida por herança à parte autora (evento 1, INCRA11, págs. 1/6); - Certificados de Cadastro no INCRA, em nome do pai da autora, relativos aos anos de 1966, 1968 e 1975 (evento 1, INCRA11, págs. 7/8). Por ocasião da audiência de instrução, houve a coleta do depoimento da autora e de três testemunhas por ela arroladas, que foram objeto de gravação fonográfica em arquivo informatizado, conforme disposto na Portaria nº 05, de 09.11.2005, da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais. A autora referiu que ainda criança, após o falecimento de seus pais, passou a morar com seu irmão, Italivio Vitória. Plantavam fumo, dentre outras culturas, que era comercializado. Morou no local até os 18 anos, época em que casou, quando passou a residir em Presidente Getúlio. As testemunhas ouvidas em juízo corroboraram o exercício de atividade rural pela autora. Não houve menção a auxílio por empregados contratados de forma não eventual. Também não houve referência à percepção relevante de rendimentos a partir de fonte alheia à agropecuária. Entretanto, todas as testemunhas confirmaram que a autora se manteve no meio rural apenas até o seu casamento, que ocorreu quando tinha 18 anos de idade. Destarte, diante das provas apresentadas, concluo que a autora efetivamente trabalhou como segurada especial (trabalhadora rural), em regime de economia familiar, no período 22.10.1975 até 22.10.1981 (data em que completou 18 anos de idade). [...] Analisando a situação em concreto, entendo que a sentença impugnada deve ser mantida na sua integralidade. De início, quanto ao pleito de extinção do processo sem resolução do mérito formulado pela parte autora, não vejo motivo para dar atendimento. A parte autora teve a oportunidade de instruir o presente feito com os documentos necessários a comprovar seu exercício no labor rural, tudo com a observância do contrário e da ampla defesa, não subsistindo razão para extingui-lo sem a resolução de seu mérito. Já no tocante ao período reconhecido pelo juízo a quo, a prova material presente nos autos é suficiente ao início de prova exigido pela legislação de regência. Não se faz razoável exigir prova em nome da autora no período de 22/10/1975 a 22/10/1981, haja vista que, naquele intervalo, contava com 12-18 anos de idade, sendo plausível a utilização de documentos em nome de seu genitor para comprovar o exercício da sua atividade rural - o que evidencia, inclusive, a vocação agrícola de seu núcleo familiar. A propósito, cabe ressaltar que não há necessidade de que os documentos demonstrem, ano a ano, o exercício da atividade campesina, 'seja porque se deve presumir a continuidade nos períodos imediatamente próximos, seja porque é inerente à informalidade do trabalho campesino a escassez documental' (TRF-4ª R., 5ª T., AC nº 1999.71.08.007310-4/RS, DJ2 nº 5, 08/01/2003, p. 281). A prova oral, de sua banda, em tudo corroborou as assertivas da requerente, no sentido de que esta se dedicou às lides rurícolas desde tenra idade até o seu casamento, aos seus 18 anos de idade (evento 40). Contudo, para os períodos objetos do recurso autoral, não logrou êxito a autora em juntar elementos materiais que atestem seu labor agrícola após seus 18 anos. Nota-se que os documentos apresentados são extemporâneos aos intervalos requeridos, não sendo possível estender seus efeitos por tão longo período, e, como dito acima, estão em nome de seu genitor (inaptos, portanto, a comprovarem o labor rural da autora após esta se casar e ter deixado as terras da família). Assim, de acordo com a prova material corroborada pela prova testemunhal, a parte autora efetivamente exerceu as atividades agrícolas até o seu casamento. Por outro lado, diante da fragilidade do conjunto probatório, não é possível o reconhecimento dos períodos pleiteados na peça recursal da autora, haja vista a ausência total de provas documentais hábeis a comprovarem o labor rural por ela exercido. Dessa forma, não merecem prosperar as alegações recursais de ambas as partes, devendo a sentença guerreada ser mantida por seus próprios fundamentos'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural, em regime de economia familiar, em todo o período pretendido.
8. Não vejo dissonância com os paradigmas e súmulas apontados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.
9. Trago à colação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Ainda:
'Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.
"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do beneficio de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calcado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).
12. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5007645-75.2011.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:PAULO HAMMERSCHMITT
PROC./ADV.:Eduardo Francisquetti
OAB:RS-32532
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença de improcedência do pedido, não reconhecendo o período rural de 01/11/87 a 30/09/90. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante da TNU, notadamente sua Súmula 41, segundo o qual o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por integrante do grupo familiar, não afasta, por si só, o direito ao benefício, situação a ser examinada no caso concreto.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'Alega o autor que exerceu atividade rural, em regime de economia familiar, no período de 01.11.1987 a 30.09.1990. Para comprovar o alegado, foram apresentadas cópias dos seguintes documentos: a) certidão de casamento do autor, realizado em 26.05.1989, constando a profissão do autor como oleiro e de sua esposa como safrista (evento 1, PA4); b) certificado de cadastro do INCRA, referente a imóvel rural em nome do pai do autor, Roberto Hammerschmitt, no município de Arroio do Tigre-RS, nos anos de 1975, 1977 a 1991 (evento 1, PA4); c) título eleitoral do pai do autor, constando a profissão de agricultor (evento 1, PA4); d) notas fiscais de comercialização de produtos agrícolas em nome do pai do autor, nos anos de 1974 a 1988, 1990 (evento 1, PA4, PA5, PA6); e) certidões do Registro de Imóveis, referente a imóveis rurais em nome do pai do autor, no município de Arroio do Tigre (evento 1, PA7); f) ficha de associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre - RS, em nome do pai do autor, com data de admissão em 04.1969, constando o nome do autor como dependente (evento 1, PA8); g) recibos de pagamento de imposto sindical nos anos de 1967 a 1969 (evento 1, PA8); h) certidão de casamento dos pais do autor, constando a profissão do pai como agricultor (evento 1, PA8); i) certidão de nascimento de uma irmã do autor, em 05.1974, constando a profissão do pai como agricultor (evento 1, PA8); j) histórico escolar do autor, referente aos anos de 1974 a 1975, cursados em escola estadual de Arroio do Tigre (evento 1, PA8); Conforme extrato de consulta ao CNIS, a partir de 01.12.1987 o pai do autor possui inscrição como empresário, com contribuições (evento 1, PA8, fl. 11). Ainda, conforme extrato de consulta ao INFBEN, o pai do autor é beneficiário de aposentadoria por idade rural desde 21.12.1995 (evento 1, PA8, fl. 15); O INSS autorizou o processamento de Justificação Administrativa apenas para os períodos de 02.10.1975 a 19.03.1984 e 18.06.1984 a 30.10.1987 (evento 1, PA8, fl. 18). Foi realizada Entrevista Rural com o autor (evento 1, PA9, fl. 13) e ouvidas três testemunhas na Justificação Administrativa (evento 1, PA9, fls. 17-21). O autor informou, em resumo, que nasceu na Linha Limberger, município de Arroio do Tigre, distante uns 2 Km da cidade. Disse que morou nesta localidade até se mudar para Farroupilha, em 13.09.1990. Informou que enquanto morou na localidade sempre trabalhou na lavoura, sendo que apenas no período de 20.03.1984 a 17.06.1984 trabalhou na Coopeerativa Agrícola Mista Cereja Ltda. Declarou que as terras pertenciam a seu pai, cerca de 12 hectares, em dois pedaços, uma área onde ficava a residência e outra plantada, separadas por uma estrada. Informou que a família era composta por 10 irmãos, sendo que todos trabalhavam na roça, com exceção de dois (um já casado e outro ficou fora do meio rural um tempo), sem ajuda de empregados. O principal produto cultivado era o fumo, vendido para a Souza Cruz. Narrou que casou em 26.05.1989 e continuou morando na casa dos pais e trabalhando na lavoura do genitor, recebendo uma parte da produção. Esclareceu que na terra de seu pai existia uma olaria, chamada Irmãos Hammerschmitt, que pertencia ao seu pai e seu tio Eraldo. Afirmou, porém, que o pai nunca trabalhou na olaria, que estava em nome dele porque cedeu um pedaço do terreno para instalação da olaria. Disse que a empresa iniciou em 1987 e quem trabalhava nela era seu tio e três empregados. O autor afirmou que nunca exerceu a profissão de oleiro, não sabendo informar o motivo pelo qual esta ocupação consta na sua certidão de casamento. Afirmou que nenhum de seus irmãos trabalhava na olaria. As testemunhas, por sua vez, declararam unanimemente que conhecem o autor e sua família desde a infância do autor. Informaram que os pais do autor sempre residiram no bairro Industrial, próximo à sede do município, possuindo em torno de 12 hectares. Informaram que a família tinha em torno de 10 filhos. Atestaram que o autor sempre trabalhou na agricultura e estudou até a 4ª série na escola da localidade. A família não possuía maquinários. Informaram que na mesma área de terras da família, o tio do autor, Sr. Eraldo, instalou uma olaria. A família do autor não trabalhava na olaria, apenas na lavoura. Na olaria trabalhavam o tio e alguns empregados. O autor, mesmo após o casamento, continuou morando e trabalhando com o pai por cerca de um ano, com o auxílio da esposa, também agricultora. Depois disso, mudou-se definitivamente para Farroupilha. Com base nas provas produzidas, o INSS reconheceu e averbou os períodos de 02.10.1975 a 19.03.1984 e 18.06.1984 a 30.10.1987 (evento 1, PA9, fl. 25, 41). O período posterior, a partir de 01.11.1987, não foi reconhecido pelo fato de que o pai do autor obteve inscrição na Previdência Social na condição de empresário, tendo vertido contribuições mensais como contribuinte individual. O autor e testemunhas esclareceram que a partir de 1987 um tio do autor instalou uma olaria nas terras da família, o que explica o fato de o pai do autor estar inscrito como empresário no CNIS, a partir de 1987. Isso esclarece, também, a razão pela qual consta a profissão do autor como oleiro na sua certidão de casamento, ainda que o autor afirme que nunca a exerceu e não sabe o motivo de constar tal informação no documento. Salienta-se que a qualificação profissional constante nas certidões de registros civis é fornecida por declaração unilateral das partes. Embora autor e testemunhas afirmem que a família daquele nunca exerceu atividades na olaria, não há documentos ou outros indícios suficientes à comprovação da alegação. Não há elementos para aferir qual a atividade principal da família a partir de 1987 e se a atividade agrícola, que ainda era exercida (foram acostadas notas fiscais), era principal ou secundária, entendida esta como mera complementação de renda. O fato de o pai do autor ser beneficiário de aposentadoria por idade rural não afasta tais conclusões, porquanto o genitor pode ter aproveitado períodos de atividade rural descontínua. Ademais, os motivos que levaram ao deferimento do benefício ao pai do autor escapam ao mérito da presente ação. Salienta-se, ainda, que não foram anexados o contrato social e alterações da mencionada olaria, a fim de verificar quem exercia a administração, além de outras informações úteis. Pelo exposto, não havendo provas suficientes do exercício de atividade rural em regime de economia familiar no período pleiteado, impõe-se a improcedência da ação'.
7. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, tampouco testemunhal. Houve análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela sua insuficiência à comprovação do trabalho rural no período alegado.
8. Não vejo dissonância com a Súmula 41 da TNU, pois esta não confere valor absoluto a qualquer prova ou circunstância. Afastar a conclusão do juízo de origem quanto à insuficiência do contexto probatório implica necessariamente o respectivo reexame, inviável em sede de uniformização.
9. Trago à colação:
'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciário. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0500326-63.2013.4.05.8311
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA EDILZA DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
OAB:PE-30 341
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONCOMITÂNCIA DE UNIÕES ESTÁVEIS. NÃO CABIMENTO DA PENSÃO. PRECEDENTES STJ E TNU. ACÓRDÃO DIVERGINDO DA JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO PARA RESTABELECER SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 38.
1. Trata-se de demanda versando sobre pensão previdenciária decorrente de união estável.
2. A d. Turma Recursal entendeu possível a existência simultânea e concomitante de mais de uma união estável, deferindo à parte autora pensão por morte que já beneficiava outra ex-companheira.
3. A TR/PE decidiu o seguinte: No que concerne ao reconhecimento de uniões estáveis concomitantes, objeto de impugnação de ambos recorrentes, vale salientar que o conceito de companheirismo para fins de proteção previdenciária é mais amplo do que o da legislação civil, notadamente porque a lei previdenciária tem finalidade de proteção social, para amparar aqueles que dependiam de fato do segurado instituidor, ainda que a relação jurídica surgida entre o segurado e o dependente seja em princípio vedada por lei (concubinato). Entretanto, a complexidade das relações de fato no seio social, notadamente no campo afetivo, indica que a proteção previdenciária pode avançar mesmo que o relacionamento fundamentador da relação previdenciária seja em tese vedado no caso em que o segurado falecido era casado. (...) É de bom alvitre sobrelevar que à possibilidade de coexistência de duas uniões estáveis, entre um mesmo homem e duas mulheres, como ocorre na presente demanda, nada obsta o seu reconhecimento pelo Estado. A jurisprudência tem avançado no sentido de reconhecer entidade familiar em ambos os relacionamentos, desde que presentes os traços característicos dessas uniões, como na hipótese dos autos, não sendo cabível desamparar companheira que manteve relação de affectio maritalis até o óbito. Dessarte, restando comprovando que o de cujus manteve, concomitantemente, duas uniões estáveis, há de ser mantida a decisão que determinou o rateio da pensão por morte entre as duas companheiras.
4. O INSS então interpôs pedido de uniformização de jurisprudência invocando o entendimento do eg. STJ, segundo o qual não é possível a existência concomitante de mais de uma união estável ou de concomitância de união estável e casamento para deferir a pensão, portanto incabível a concessão de pensão por morte a companheiras simultâneas do falecido segurado previdenciário.
5. Invocou o INSS a decisão do STJ no AgRg no AREsp 395983/MS, assim ementada: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO. UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas, pois a caracterização da união estável pressupõe a inexistência de relacionamento de fato duradouro, concorrentemente àquele ao qual se pretende proteção jurídica. Precedentes. 2. Inviável o recurso especial se o acórdão recorrido se alinha com o posicionamento sedimentado na jurisprudência do STJ, a teor do que dispõe a Súmula 83 desta Corte Superior. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 395.983/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 07/11/2014).
6. Ao recurso do INSS foi negado seguimento, tendo sido agravada a decisão.
7. VOTO PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO DO INSS.
8. O Pedido de Uniformização em exame não visa revolvimento do quadro probatório, mas sim buscar a prevalência do entendimento do STJ, conforme previsto no Art. 14 da Lei n. 10259/01: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE

9. A razão está com o INSS porque a TNU já enfrentou a questão central de direito no Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, Processo 2006.40.00.70.9835-9, Relatora: Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, conforme se verifica na Ementa adiante transcrita: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. QUESTÃO DE ORDEM Nº 03. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONCUBINATO IMPURO. UNIÃO ESTÁVEL. 1. Em se tratando de divergência entre jurisprudência de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, a admissibilidade do pedido de uniformização nacional depende da apresentação de cópia do acórdão invocado como paradigma, não suprindo esta exigência a aparente transcrição integral ou parcial do acórdão divergente. Inteligência da Questão de Ordem nº 03. 2. O concubinato impuro do tipo adulterino, isto é, a relação extraconjugal paralela ao casamento, não caracteriza união estável para fins de recebimento de pensão por morte instituída por servidor público, não justificando a divisão de pensão por morte com a(o) cônjuge que enviuvou. 3. Pedido de uniformização parcialmente conhecido e, no mérito, provido.

10. A TNU então firmou o entendimento de que "o concubinato impuro do tipo adulterino, isto é, a relação extra-conjugal paralela ao casamento, não caracteriza união estável para fins de recebimento de pensão por morte instituída por servidor público, não justificando a divisão de pensão por morte com a(o) cônjuge que enviuvou".

11. A lógica central do entendimento legal acima sintetizado também se aplica aos casos em que há concomitância de relacionamentos não formais, como duas uniões estáveis. Nesse sentido: PEDILEF 05274176920104058300, Relator JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, publicado no DOU de 05/02/2016, páginas 221/329: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. UNIÕES ESTÁVEIS PARALELAS. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, julgou improcedente pedido de concessão de pensão por morte. 2. O aresto combatido entendeu que não estariam presentes os requisitos à concessão do benefício previdenciário, em razão da ocorrência, no caso concreto, de simultaneidade de uniões estáveis entre o segurado, a parte-autora e terceira mulher. (...) Presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização jurisprudencial. 11. A Lei nº 8.213/91 regula o benefício previdenciário ora em questão nos seguintes termos (sem grifos no original): Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011) IV - a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60(sessenta) anos ou inválida. (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995) § 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes. § 2º .O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. § 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. § 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada. ... Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data (caput)" 12. Vê-se que a admissão da união estável como fundamento da concessão de pensão por morte reporta-se à Constituição Federal: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. 13. Como é consabido, o pressuposto para concessão de pensão à(ao) companheira(o) é a comprovação da união estável, reconhecida como entidade familiar, que vem definida no artigo 1º, da Lei 9.278/96, que regulamentou o § 3º, do artigo 226, da Constituição Federal, como a convivência duradoura, pública e contínua entre um homem e uma mulher, com o objetivo de constituição de família. 14. Analisando-se a regulamentação legal dada ao instituto da união estável, a conclusão a que se chega é que o objetivo de constituição de família é elemento constitutivo da união estável capaz de gerar efeitos previdenciários, objetivo este que, a meu sentir, não se consolida havendo o impedimento ao casamento previsto no Código Civil (art. 1.521, VI): "não podem casar, as pessoas casadas". 15. Neste sentido, está expressamente disposto no Código Civil, ao tratar da união estável: "Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. § 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente. § 2º As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável. Art. 1.724. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos. Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.". 16. Sobre o tema, o STJ já decidiu no sentido da impossibilidade de reconhecimento da validade jurídica de uniões estáveis mantidas simultaneamente: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. UNIÕES ESTÁVEIS PARALELAS. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE RELACIONAMENTO EXCLUSIVO DO FALECIDO COM A AUTORA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Esta Corte Superior entende ser inadmissível o reconhecimento de uniões estáveis paralelas. Precedentes. 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal estadual consignou a existência de vários relacionamentos concomitantes entre o de cujus e outras mulheres, inclusive de casamento. Infirmar as conclusões do julgado, para reconhecer a existência de união estável exclusiva com a autora, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior. 3. Agravo regimental a que se nega provimento (4ª Turma, AGARESP 201402691568, rel. min. Raul Araújo, j. 28.04.2015) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS LEGAIS. EQUIPARAÇÃO A CASAMENTO. PRIMAZIA DA MONOGAMIA. RELAÇÕES AFETIVAS DIVERSAS. QUALIFICAÇÃO MÁXIMA DE CONCUBINATO. RECURSO DESPROVIDO. 1. O Pretório Excelso já se manifestou pela constitucionalidade da convocação de magistrado de instância inferior para, atuando como substituto, compor colegiado de instância superior, inexistindo, na hipótese, qualquer ofensa ao princípio do juiz natural. 2. A via do agravo regimental, na instância especial, não se presta para prequestionamento de dispositivos constitucionais. 3. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional nos embargos de declaração, se o Tribunal de origem enfrenta a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que sucintamente. A motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato aos arts. 165, 458 e 535 do CPC. 4. Este Tribunal Superior consagrou o entendimento de ser inadmissível o reconhecimento de uniões estáveis paralelas. Assim, se uma relação afetiva de convivência for caracterizada como união estável, as outras concomitantes, quando muito, poderão ser enquadradas como concubinato (ou sociedade de fato). 5. Agravo regimental a que se nega provimento (3ª Turma, AGA 200802605140, rel. min. Vasco Della Giustina (conv.), j. 27.08.2010) 17. O STF e este Colegiado, ademais, já negaram o direito à concessão de pensão por morte em caso de concubinato impuro (envolvendo a relação afetiva paralela ao casamento): COMPANHEIRA E CONCUBINA - DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL - PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO - MULHER - CONCUBINA - DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina. (STF, RE 397762/BA, 1ª T, rel. Marco Aurélio, j. 03.06.2008) PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. PRECEDENTES DO STJ, DA TNU E DO STF. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. PEDIDO INICIAL IMPROCEDENTE. 1 - Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que, negando provimento ao recurso inominado da parte ré, manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença do JEF que julgou procedente o pedido de rateio da pensão por morte instituída por segurado da previdência social, sob o fundamento de que 'o falecido mantinha relação conjugal, bem como relação de dependência econômica, simultaneamente, com o cônjuge civil e com a demandante, (...)'; '(...) é cediço que a jurisprudência dos tribunais Superiores (...) e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (...), entendendo pela incompatibilidade de existência simultânea de casamento e união estável, tem se inclinado no sentido da impossibilidade de divisão da pensão por morte entre cônjuge sobrevivente e a concubina com quem o falecido tenha mantido relação extra-conjugal concomitante ao casamento. Todavia, (...) adoto o posicionamento no sentido de que não deve o julgado se afastar da realidade social, sendo possível a divisão da pensão entre viúva e a companheira [concubina] (...)'. 2 - Apontados como paradigmas da divergência: a) REsp nº. 813.175/RJ; b) PEDILEF nº. 200770950160607; c) PEDILEF nº. 200640007098359 e d) RE 590779, nos quais se fixou, em síntese, o entendimento de que a pensão por morte deve ser deferida apenas à esposa ou à companheira, não cabendo o rateio com concubina. Caracterização da divergência. 3 - A jurisprudência dominante do STJ e da TNU, refletida nos paradigmas supracitados, bem como no PEDILEF nº. 200872950013668, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 28/10/2011, julgado na forma do art. 7º do RI TNU, reconhece que o concurso entre esposa e companheira para o recebimento de pensão por morte só é possível na hipótese de "cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos", nos termos do art. 76, §2º, da Lei nº. 8.213/91. Do contrário, não deve se falar em relação de companheirismo, mas de concubinato, que não gera direito à pensão previdenciária". De igual modo, já decidiu o Supremo Tribunal Federal no RE 590779/ES, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 26.03.2009, que a proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas, nas quais não está incluído o concubinato. 4 - O concubinato impuro do tipo adulterino, isto é, a relação extra-conjugal paralela ao casamento, não caracteriza união estável pelo que não justifica o rateio da pensão por morte entre cônjuge supérstite e concubina. 5 - Incidente de uniformização conhecido e provido para, reafirmando a tese de que não há concurso entre esposa e concubina pela pensão previdenciária, julgar improcedente o pedido inicial. (PEDILEF nº 05083345520104058013, rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, j. 11.09.2012) 18. Entendo aplicável ao presente caso o entendimento exposto nos casos julgados anteriormente pelo STF e pela TNU, não obstante ali se trate de concubinato, porque caminhando-se a jurisprudência (e a norma positivada) no sentido de equiparar o casamento à união estável, relativamente aos direitos subjetivos, é razoável equipará-los também nas obrigações e impedimentos. 19. Não adentro, aqui, ao debate sociológico, político ou filosófico a respeito da justiça ou injustiça de se ratear a pensão por morte entre concubinas do falecido, partindo da premissa, aí sim, de que o benefício previdenciário é apenas titularizado pelo segurado, mas não é seu, no sentido de que dele não pode dispor em favor de quem ele bem pretender. A relação jurídica que o estabelece é de direito público, sendo, portanto, a lei e a Constituição quem estabelece os princípios e regras norteadores de seu reconhecimento e concessão. É inegável que, no âmbito da sociologia e do próprio direito civil, é tema da atualidade a nova composição e conceito de família, com todas as implicações daí decorrentes. Porém, penso que a questão ora tratada, senão simples, é menos complexa no âmbito da norma previdenciária posta, abstendo-se, aqui, da emissão de qualquer juízo valorativo a respeito das relações poligâmicas que se pretende sejam amparadas pela previdência. Não por não tê-lo já formado, mas simplesmente por não encontrar lacuna normativa que faça carecer da utilização de técnicas hermenêuticas que adentrem no campo das opções políticas do estado, já exercido pelo legislador no âmbito e limites constitucionais. 20. Pois bem. A Lei n. 8.213/91, em seu art. 16, elenca, com precisão, quais são os dependentes do segurado, dentre eles "a companheira", considerando-a como sendo "a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal". 21. Logo, por força do próprio texto legal previdenciário, afasta-se, com isso, conclusões contrárias que se escudam no fundamento de que o conceito previdenciário de companheira deve ter um elastério maior do que aquele previsto para o direito civil. Ora, não é nas normas de direito civil que estamos indo buscar a compreensão de companheira para fins de percepção de pensão por morte, mas no próprio diploma legal que rege os benefícios previdenciários. 22. É a lei previdenciária quem considera companheira a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado, excluindo, com isso, a possibilidade de duas mulheres serem beneficiárias de um mesmo segurado nas condições concomitantes de companheira e concubina. Não cabe, pois, ao segurado simplesmente optar por dispor de parte do benefício de pensão por morte em favor de outra pessoa com quem mantém relacionamento concubinário. 23. A lei e somente a lei assim poderá fazê-lo, e bastaria tê-lo feito, mas não o fez. Ao contrário, pois, se examinarmos a evolução legislativa recente observamos, por exemplo, que a pessoa designada, menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválida, outrora elencada como beneficiária, deixou de sê-lo com o advento da Lei n. 9.032/95. Com isso, não mais se sustenta o argumento de que a concessão da pensão à concubina busca tutelar uma situação de dependência econômica faticamente comprovada, pois não se pode conceder o benefício a dependentes econômicos faticamente comprovados, se eles não estiverem previstos no rol de dependentes estabelecido pela lei. 24. Ora, são inúmeros os casos de menores de idade ou idosos, ou ainda mesmo inválidos, que, sem parentesco direto com o segurado, são seus verdadeiros dependentes, vivendo às suas expensas, mas que, na hipótese de falecimento deste, não receberão pensão ante o fato de a lei não mais prevê-los como dependentes. Era a situação da pessoa designada, excluída desse rol a partir de 1995. Ou seja, mesmo diante de uma situação de comprovada dependência econômica, não se obtém automaticamente a qualidade de dependente para fins previdenciários. 25. Outro exemplo é o do filho órfão de pai e mãe, que, ao completar 21 anos de idade, mesmo que estudante universitário e comprovadamente dependente do recebimento do benefício para conclusão do estudos, perde tal condição, não se admitindo, conforme pacificado na jurisprudência, interpretação elástica da norma de regência, muito embora, para o direito civil, continue ele a deter tal condição de dependente em determinadas circunstâncias. 26. Conceder o benefício de pensão por morte à concubina, ou a companheiras, pois, é emprestar por demais elastério ao rol de beneficiários legalmente estabelecidos, nele incluindo quem a lei não incluiu, permitindo que o segurado simplesmente escolha pessoa que a lei não previu para figurar no rol de seus dependentes. 27. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, negando-lhe provimento.

12. VOTO PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS PARA RESTABELECER A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 38.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS PARA RESTABELECER A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 38, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO:0005908-68.2009.4.01.4200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:MARIA IOLANDA GODIM DE SOUZA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE EX-CÔNJUGE. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE ECONÔMICA SUPERVENIENTE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de José Rufino Souza.
2. A sentença foi de improcedência ao fundamento de que a requerente não dependia economicamente do falecido. Segundo consta, a requerente já estava separada de fato de José Rufino e não comprovou o recebimento de ajuda financeira do instituidor após a separação.
3. A Turma Recursal de Roraima manteve a sentença.
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional em face do acórdão apontando divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU no sentido de que:
- faz jus à pensão por morte o ex-cônjuge que indicar a simples necessidade de receber a pensão;
- o requisito essencial para a obtenção de pensão por morte por ex-cônjuge que não percebe alimentos consiste na demonstração da necessidade econômica superveniente, e não da sua efetiva dependência econômica. Alega que "não se levou em consideração para a análise da necessidade efetiva, o fato de ter a parte autora cinco filhos com o de cujus, bem como os depoimentos que indicavam o custeio de algumas despesas. Tais elementos, ainda que não comprovem a dependência econômica fática, apontam para a situação de necessidade que vivia a autora".
5. O incidente foi inadmitido na origem ao fundamento de que o acórdão recorrido encontra-se em consonância ao entendimento da TNU e que o pleito do incidente implica, necessariamente, o reexame do conteúdo fático-probatório.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Parecer do MPF pelo não conhecimento do incidente de uniformização.
8. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
9. As alegações da requerente de fato convergem com o posicionamento já adotado por esta TNU, no sentido de que do ex-cônjuge não é necessária a comprovação de dependência econômica para fins de recebimento do benefício de pensão por morte, bastando apenas a demonstração de que foi formada necessidade econômica superveniente (PEDILEF 00060051820064036302, Relator Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros; DOU de 05/12/2014).
10. Contudo, a alegada superveniência de necessidade econômica já foi rechaçada pelo acórdão da Turma Recursal, em que foi asseverado o seguinte: "Ainda em audiência, a recorrente alegou que o falecido ajudava-lhe de maneira esporádica "na medida da necessidade", e que o dinheiro era enviado na conta de sua filha, contudo não apresentou nenhum comprovante bancário. Além disso, não ficou comprovada situação que ensejasse o alegado apoio financeiro, pois a autora declarou que trabalhava, auferindo de dois a três salários mínimos".
11. Como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente interposto, a análise da argumentação tecida pela requerente demanda necessariamente o reexame do acervo probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
12. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508831-88.2013.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:VERA LÚCIA CIRILO DA CRUZ
PROC./ADV.:AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB:CE-9436
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. QUESTÕES PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. ARTIGO 14, CAPUT, DA LEI N. 10.259/01. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença foi de improcedência porque não foi considerada como suficiente a prova material relativa à atividade rural e porque a prova oral não foi satisfatória, não tendo fornecido detalhes da atividade rural alegada.
3. A parte autora recorreu, mas a Turma Recursal negou provimento ao recurso porque também não considerou como aptos os documentos apresentados e porque a prova testemunhal não foi suficiente. Os fundamentos do voto são os seguintes:
A condição legal de dependente de trabalhador rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de pensão por morte, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes - desde que não sejam documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos na iminência da propositura do pleito, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos apresentados, demonstre que o falecido ostentava a qualidade de segurado especial quando do seu óbito, além da prova da dependência econômica de quem postula o benefício, quando for o caso.
Os seguintes documentos descritos normalmente não são aceitos pela pacificada jurisprudência: 1) certidão da Justiça Eleitoral que não indica a data do cadastro e se houve alteração da profissão, para o período anterior à sua emissão, ou a certidão que contenha ressalva expressa da Justiça Eleitoral quanto ao valor probante das informações nela consignadas, máxime porque a profissão é informada pelo interessado sem nenhuma diligência para confirmação do alegado; 2) declaração do sindicato de trabalhadores rurais não homologada pelo INSS (TNUJEF, PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE, DJ 26.11.2008; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC, DJ 28/07/2009); 3) carteira de filiação a sindicato rural ou recibos de pagamento de mensalidades, máxime se recentes, já que, se por força legal, não se admite declaração do sindicato desprovida de homologação, que é o "mais", não se pode admitir mera prova de filiação, que é o "menos" no âmbito dessa relação sindicato-filiado; 4) contrato de comodato rural, para o período anterior à data de reconhecimento das firmas pelo Cartório; 5) cadastro do imóvel no INCRA e comprovante de pagamento do ITR em nome de terceiro, proprietário do imóvel, não integrante do grupo familiar, pois apenas comprovam a existência e a propriedade do imóvel, mas não o labor pela parte autora; 6) certidão de casamento sem a indicação da profissão de agricultor para a parte autora ou seu cônjuge ou, ainda que existente essa indicação, quando existir prova nos autos de que passaram a exercer profissão diversa da agricultura após o matrimônio (STJ, AGA AgRg no Ag 1.340.365/PR, DJE 29/11/2010; STJ, AgRg no REsp 1.088.756/SC, DJe 03/11/2009); 7) declarações em geral de terceiros, como vizinho e parceiro rural, por consubstanciarem mera declaração testemunhal reduzida a escrito (TNUJEF, PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE, DJ 25.03.2009, PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE, DJ 29.05.2009); 8) declarações de servidores públicos, sem indicar os documentos públicos que estão arquivados na repartição e que embasam as informações; 9) requerimentos de matrícula em escola pública, sem comprovação da entrega ao órgão público, ou sem assinatura de servidor público.
Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
Observa-se que o conjunto probatório carreado nos autos não tem robustez suficiente para comprovação da qualidade de segurado da de cujus, apto a concessão do beneficio de pensão por morte requerida pela parte demandante.
Deve-se acrescentar que a prova testemunhal e o depoimento pessoal da parte autora não forneceram maiores detalhes acerca da atividade rural a que supostamente o extinto se dedicava.
Em epítome, para comprovação da qualidade de segurado do extinto, constam apenas os seguintes documentos: certidão de casamento celebrado em 1991, na qual o extinto figura como rurícola (anexo nº 1, fl. 6); fichas de matrícula, nas quais o "de cujus" está qualificado como agricultor (anexo nº 1, fls. 9 a 11); carteira de filiação ao sindicato dos trabalhadores rurais de Crato/CE, em nome da autora (anexo nº 1, fls. 16 e 17); comprovante de pagamento do ITR - Imposto Territorial Rural, de 2012, sítio Malhada, propriedade de Manoel Oliveira (anexo nº 1, fl. 19); dentre outros, de menor importância.
Com efeito, como destacou a sentença recorrida, além da fragilidade das provas apresentadas, a prova oral não se revestiu de força probante o bastante para permitir aquilatar o desenvolvimento do labor rurícola, em regime de economia familiar no período imediatamente anterior ao óbito.
Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei nº. 9099/95, verbis: Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em suma, que a Turma Recursal não pode apenas se reportar aos fundamentos da sentença; que não foram enfrentados argumentos do recurso inominado; e que é nulo o julgamento sem fundamentação, conforme precedentes da TNU (Pedido de Uniformização nº 0515968-40.2007.4.05.8100 e Pedido de Uniformização nº 0508684-67.2010.4.05.8102).
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas e porque não há demonstração analítica de divergência jurisprudencial, especificando os fatos e fundamentos jurídicos conflitantes.
6. A parte agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque versa sobre questão de natureza processual, não sobre divergência de julgamentos acerca de direito material, e porque eventual exame do incidente imporia à TNU o revolvimento da prova, o que é vedado.
8. O caput do artigo 14 da Lei n. 10.259/01 prevê expressamente que só cabe o pedido de uniformização quando houver divergência de decisões sobre questões de direito material.
9. A argumentação no incidente de uniformização, no sentido de que o acórdão não está fundamentado, apenas repetiu o que consta na sentença e foi omisso quanto a argumentos do recurso inominado, é insuficiente para o conhecimento do incidente previsto no dispositivo legal acima referido, pois evidentemente versam sobre direito processual e impõe à Turma Nacional a comparação do acórdão com a sentença, bem como exigem a averiguação da alegada omissão, o que é impróprio nesta especial modalidade recursal.
10. A leitura dos fundamentos do acórdão acima transcritos evidencia que ele está fundamentado, não sendo cabível no incidente a investigação comparativa pela TNU para então alcançar os precedentes citados pela recorrente. Cabia à recorrente opor embargos de declaração questionando a suposta ausência de fundamentação ou omissão quanto a argumentos recursais, mas disso não se tem notícia nas peças juntadas no incidente de uniformização.
11. A pretensão da recorrente importa, em última análise, em revisão do julgamento da Turma Recursal no campo probatório, especialmente a testemunhal, já que a Turma concluiu que:
Observa-se que o conjunto probatório carreado nos autos não tem robustez suficiente para comprovação da qualidade de segurado da de cujus, apto a concessão do beneficio de pensão por morte requerida pela parte demandante.
Deve-se acrescentar que a prova testemunhal e o depoimento pessoal da parte autora não forneceram maiores detalhes acerca da atividade rural a que supostamente o extinto se dedicava.
12. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato) e a literalidade do caput do artigo 14 da Lei n. 10.259/01, segundo o qual cabe o pedido de uniformização quando houver divergência de decisões sobre questões de direito material.
13. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5013024-72.2012.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GISELE SCHEITZ
PROC./ADV.:ROSE MERI POSSENTI HORNUNG
OAB:SC-17 432
REQUERIDO(A):MARCELO SCHEITZ
PROC./ADV.:ROSE MERI POSSENTI HORNUNG
OAB:SC-17 432
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que os autores pretendem a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Bertolina Bruda Marioti, ocorrido em 19/12/2010, na condição de menores sob guarda.
2. A sentença (evento 59) foi de procedência sob o fundamento de que o menor sob guarda se equipara ao filho para fins previdenciários, por força do art. 33, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e porque as provas demonstraram a dependência econômica dos autores em relação à falecida.
3. A Turma Recursal de Santa Catarina confirmou a sentença (eventos 101 e 102), destacando que "a Turma Nacional de Uniformização - TNU decidiu nos Incidentes de nº 2007.70.95.014299-0 e 2006.71.95.001032-2, que o menor sob guarda possui direito à pensão por morte. A despeito da nova redação do artigo 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, alterado pela Lei nº 9.528/97, entendeu-se que deveria prevalecer o disposto no artigo 33, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual mais se coaduna com o princípio da proteção integral, consubstanciado no art. 227 da Constituição da República".
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 112) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no REsp 1285355/ES, Rel. Ministra Marilza Maynard (Des. Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe 04/03/2013; EREsp 859277/PE, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Des. Convocada do TJ/PE), Terceira Seção, DJe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

27/02/2013; EDcl no REsp 720706/SE, Rel. Ministra Marilza Maynard (Des. Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe 14/12/2012);
- que "ao menor sob guarda não é devida a pensão por morte do instituidor, não tendo aplicabilidade o ECA, independentemente de haver a comprovação efetiva da dependência econômica".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 126).
6. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015).
7. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008368-48.2012.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LLAWRIÊ CAMILLY FERNANDES
PROC./ADV.:FRANCINE LARA NUNES
OAB:SC-26361
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Geraldo Fernandes, ocorrido em 23/10/2011, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença (evento 122) foi de improcedência sob o fundamento de que "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que não é devida a pensão por morte a menor sob guarda quando o óbito do instituidor ocorreu após a Lei nº 9.528/97".
3. A Turma Recursal de Santa Catarina reformou a sentença e concedeu o benefício de pensão por morte à parte autora, aos fundamentos de que a dependência econômica em relação ao falecido ficou demonstrada e que "a Turma Nacional de Uniformização - TNU, decidiu nos Incidentes de nº 2007.70.95.014299-0 e 2006.71.95.001032-2, que o menor sob guarda possui direito à pensão por morte. A despeito da nova redação do artigo 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, alterado pela Lei nº 9.528/97, entendeu-se que deveria prevalecer o disposto no artigo 33, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual mais se coaduna com o princípio da proteção integral, consubstanciado no art. 227 da Constituição da República" (eventos 154 e 155).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 170) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal de Santa Catarina e um julgado da Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro (Processo nº 2003.51.66.000617-0, Rel. Juiz Federal Marcelo Luzio Marques Araujo, julgado em 28/11/2006);
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (REsp 642.915/RS, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 30/06/2008);
- e que "a Lei 9.527/97, que excluiu o menor sob guarda do rol de dependentes do segurado falecido, é posterior ao ECA, e portanto houve revogação tácita na norma em sentido contrário. Além disso, a lei previdenciária é especial em relação à regra geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, e portanto aplicável à situação em tela no que se refere à dependência do menor para fins previdenciários".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 184).
6. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015).
7. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001675-54.2012.4.04.7206
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARILSO ARAUJO DOS SANTOS
PROC./ADV.:RICARDO ARRUDA GARCIA
OAB:SC-9872
REQUERIDO(A):VALÉRIA ARAÚJO
PROC./ADV.:RICARDO ARRUDA GARCIA
OAB:SC-9872
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Cezário Alves de Araújo, ocorrido em 06/11/2010, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença (evento 83) foi de improcedência sob o fundamento de que "apenas nas hipóteses em que o fato gerador do benefício tenha se dado antes de 11/10/1996, data em que entrou em vigor a Medida Provisória n.º 1.523/96, poderá o menor sob guarda ser considerado dependente para fins previdenciários".
3. A Turma Recursal de Santa Catarina reformou a sentença e concedeu o benefício de pensão por morte à parte autora (eventos 109 e 110), ao fundamento de que "a TNU já firmou jurisprudência no sentido de que o ECA, ao prever que 'a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários' (Lei n.º 8069/90, art. 33, §3.º), deve prevalecer sobre o art. 16, §2.º, da Lei n.º 8.213/91, atribuindo a condição de dependente ao menor sob guarda, em função da proteção conferida à criança e ao adolescente pelo ordenamento jurídico pátrio".
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 123) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal de Santa Catarina e um julgado da Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro (Processo nº 2003.51.66.000617-0, Rel. Juiz Federal Marcelo Luzio Marques Araujo, julgado em 28/11/2006);
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (REsp 642.915/RS, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 30/06/2008);
- e que "a Lei 9.527/97, que excluiu o menor sob guarda do rol de dependentes do segurado falecido, é posterior ao ECA, e portanto houve revogação tácita na norma em sentido contrário. Além disso, a lei previdenciária é especial em relação à regra geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, e portanto aplicável à situação em tela no que se refere à dependência do menor para fins previdenciários".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 138).
6. Parecer do MPF pelo provimento do incidente.
7. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015).
8. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0512639-67.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA ZILMAR DE LIMA OLIVEIRA
PROC./ADV.:ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES
OAB:CE-18947
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de aposentadoria por idade como trabalhadora rural segurada especial.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal não observou as Súmulas 06 e 14 da TNU, bem como a jurisprudência que admite a extensão prospectiva da prova e a possibilidade de a TNU atribuir nova valoração à prova, pois apresentou a prova necessária à demonstração de que era trabalhadora rural segurada especial.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, uma vez que discute a conclusão fática acerca da qualidade de segurada especial.
9. Ao contrário do entendimento da autora sustentado no pedido de uniformização, a decisão da Turma Recursal partiu da conjugação de vários elementos materiais e orais (Súmula 149 do STJ e art. 55, §3º, da Lei n. 8.213/91), inclusive singularidades circunstanciais, portanto não se trata se simples inobservância das Súmulas 06 e 14 da TNU.
10. Não houve desprezo aos documentos, mas sim o juízo valorativo do conjunto probatório a partir do princípio do livre convencimento racional motivado, atribuição/poder-dever inafastável do julgador.
10. Vejamos os fundamentos do r. acórdão recorrido: (...) O Enunciado nº 14 da TNU estatui não ser necessário, para a concessão de aposentadoria rural por idade, que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício;
IV - Trata-se de recurso interposto pela parte autora em face de sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria por idade de segurado especial.
V - No caso dos autos, verifica-se que a parte postulante anexou aos autos cópias dos seguintes documentos: certidão de casamento, celebrado em 1977, na qual consta a profissão do cônjuge como agricultor; carteira de sócio do sindicato dos trabalhadores rurais, com data de entrada em 2012; comprovante de pagamento de mensalidade do sindicato, de 2012 e 2013; declaração da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Olinda, segundo a qual a profissão da autora é agricultora, desde seu cadastro, em 2002; declaração escolar de filho; extrato DAP de agricultor, emitido em 2014; cadastro no programa hora de plantar, em 05/06/2014; dentre outros documentos de menor importância;
VI - Embora a documentação supramencionada possa ser aceita como início de prova material, há que ter em conta que o "início de prova material", como o próprio nome já o indica, não configura prova absoluta e incontrastável dos fatos alegados, necessitando ser complementado pela prova testemunhal. Tais documentos, apesar de indispensáveis à concessão do benefício, não são, por si sós, suficientes para a comprovação da condição de segurado especial. Sua presença apenas aponta para a possibilidade de veracidade dos fatos e permite o seguimento da instrução, a fim de que, no cotejo de todas as provas produzidas, seja possível aferir a correção da versão autoral;
VII - Na espécie, contudo, a prova oral produzida não contribuiu para a formação do convencimento quanto ao exercício da atividade rural em regime de economia familiar. A parte autora não apresentou conhecimentos suficientes para permitir a conclusão de que efetivamente exerceu atividade rural no período mínimo exigido, demonstrando total desconhecimento e insegurança em relação a rotinas de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

natureza básica da agricultura, conforme salientou o juiz a quo: "No que diz respeito ao depoimento da parte autora, registro que não demonstra ter perfil compatível com o de agricultor, uma vez que as respostas às perguntas que lhe foram feitas quanto ao labor agrícola foram imprecisas - sobretudo ao afirmar que utiliza a foice para cortar mato fino e a roçadeira para brocar. Ademais, a prova testemunhal e o depoimento pessoal da parte autora são desarmônicos com a narração constante da inicial, sobretudo no que toca ao período em que a requerente alega trabalhar nas terras do Sr. Francisco Vande, não fornecendo elementos suficientes para concluir-se que exerceu atividade rural em regime de economia familiar no período mínimo exigido, conforme alegado na inicial.
VIII - Há de se considerar ainda que a percepção pessoal do julgador de primeiro grau é bastante importante, pois foi quem teve contato direto com a parte, inquirindo-lhe questões primordiais para aferir o conhecimento das lides rurais.
IX - Com efeito, diante do conjunto probatório acostado aos autos, a parte postulante não comprovou o atendimento dos requisitos mínimos necessários para o deferimento do pedido;
X - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos, com o consequente desprovimento do recurso inominado, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
11. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009595-73.2012.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA BRASILINA TEODORO
PROC./ADV.:EDILSON TEODORO DA COSTA
OAB:SC 11.600
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR INVÁLIDA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de sua mãe na condição de filha maior inválida.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que as provas demonstram a invalidez e a dependência econômica da autora em relação à falecida (evento 39).
3. A Turma Recursal de Santa Catarina manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 63 e 64).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 71) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2005.71.95.001467-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, julgamento em 11/10/2010; PEDILEF 2008.40.00.707069-2, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, julgamento em 08/04/2010);
- e que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao falecido não é absoluta, podendo ser afastada mediante prova contrária.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 80).
6. Parecer do MPF pelo não provimento do incidente.
7. Voto pelo conhecimento e não provimento do incidente.
8. As alegações do requerente de fato convergem com o posicionamento já firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
9. Contudo, ao contrário do que defende o INSS, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência da TNU, já que a Turma de origem entendeu que a dependência econômica da parte autora em relação à falecida é relativa. Extrai-se do acórdão o seguinte trecho: "(...) a presunção da dependência econômica do filho maior e inválido é juris tantum, admitindo prova em sentido contrário. Tal prova, aliás, incumbe ao INSS porque de fato desconstitutivo do direito do autor. (...). No caso concreto, há direito ao benefício porque a invalidez da autora é anterior ao óbito de seus pais, razão pela qual se presume sua dependência, presunção essa, que não foi elidida pelo INSS".
10. O acórdão recorrido seguiu a orientação desta Turma Nacional, não sendo possível o revolvimento de provas em razão da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500237-17.2015.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.:FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO DIÓGENES.
OAB:CE-17765
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso porque concluiu que o falecido não era segurado especial à época do óbito. Consta nos fundamentos do acórdão o seguinte: É cediço que para a concessão do benefício de pensão por morte é necessária a concorrência de três requisitos: (a) o evento morte; (b) a qualidade de dependente de quem pleiteia o benefício; e (c) a qualidade de segurado do pretenso instituidor no momento do óbito. Na hipótese dos autos, no entanto, vejo que não restou demonstrado, com mínima segurança, o requisito referente ao item (c). Com efeito, conforme informou a autora em seu depoimento, o de cujus, há cerca de 2 anos antes do passamento, não mais desempenhava o labor rural. Ademais, analisando minuciosamente as provas dos autos, entendo, assim como a douta Magistrada sentenciante, que não restou comprovado nos autos o afastamento do extinto das lides campesinas por conta de doença incapacitante. Não vejo, pois, elementos que justifiquem a adoção de entendimento diverso daquela sufragado nos autos, pelo que mantenho a sentença recorrida em todos os seus termos e pelos seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95. (negritei)
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese: que a Turma Julgadora não analisou com o devido e necessário acerto a documentação, se confrontada com a jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização e do STJ; que os documentos não admitidos como indícios de prova material são a certidão de óbito constando a profissão de agricultor e documentos em nome de terceiros; que a análise dos documentos do segurado especial deve ser feita sem a rigidez imposta às demais categorias de trabalhadores; e que a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça aponta no sentido da solução pro misero.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. Depreende-se do julgamento da Turma Recursal que ela não constatou a qualidade de segurado especial porque informou a autora em seu depoimento que o falecido não desempenhava o labor rural há anos antes de sua morte e que, analisando minuciosamente as provas dos autos, entendo, assim como a douta Magistrada sentenciante, que não restou comprovado nos autos o afastamento do extinto das lides campesinas por conta de doença incapacitante.
9. A pretensão da recorrente importa em revolvimento de prova, conforme bem apurado na decisão agravada.
10. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).
11. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008633-20.2011.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA JOSÉ GOMES
PROC./ADV.:RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
OAB:PR-16794
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. PARADIGMAS DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DE DIFERENTES REGIÕES. NÃO CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 14, §2º, DA LEI 10.259/01. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu filho, ocorrido em 20/03/2010.
2. A sentença (evento 68) foi de improcedência ao fundamento de que não ficou comprovada a dependência econômica da requerente em relação ao filho falecido. Consta na sentença que "o segurado faleceu aos 18 anos de idade. Manteve dois vínculos laborais breves, um entre 01/02/2009 a 30/09/2009 (primeiro emprego com registro) e outro entre 27/11/2009 e a data do óbito (20.03.2010). Recebia em torno de um salário mínimo mensal e ainda estudava. Segundo relato das testemunhas, o marido da autora trabalha como pedreiro e ela como diarista. É pacífica a jurisprudência do Tribunal Regional Federal no sentido de que o simples auxílio financeiro do filho não caracteriza a dependência econômica e não legitima a concessão de pensão por morte aos pais (...). No mesmo sentido tem decidido a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Paraná (200770570007868. Data:18/08/2008; 200870520007853. Data:28/04/2009; 200870610004063. Data: 28/04/2009). No caso dos autos, o que se vê é que o falecido ajudava nas despesas da casa, porém sua ajuda não era essencial para a subsistência da autora. Conseqüentemente, a parte autora não faz jus à pensão por morte, nos termos do art. 74 da Lei 8.213/91".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 95 e 96).
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 103) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelos Tribunais Regionais Federais (TRF3, 0017608-79.2011.4.03.9999/SP, Rel. Des. Federal Sergio Nascimento, Décima Turma, e-DJF3 de 30/11/2011; TRF1, 2004.01.99.003875-0/MG, Rel. Juiz Federal Francisco Hélio Camelo Ferreira (conv.), Primeira Turma Suplementar, julgado em 29/09/2011; TRF2, 0000141-17.2011.4.02.9999/ES, Rel. Des. Federal Abel Gomes, Primeira Turma Especializada, julgado em 01/07/2011; TRF5, 2009.81.00.002842-2/CE, Rel. Des. Federal Emiliano Zapata Leão (conv.), Primeira Turma, julgado em 10/03/2011; TRF3, 0032010-68.2011.4.03.9999/SP, Rel. Des. Federal Sergio Nascimento, Décima Turma, DE de 15/12/2011; TRF1, 2004.33.00.020851-7/BA, Rel. Des. Federal Francisco de Assis Betti, Segunda Turma);
- e que "a comprovação de dependência econômica dos pais em relação aos filhos falecidos não necessita ser absoluta, bastando a comprovação da participação no orçamento doméstico".
5. O incidente foi inadmitido na origem aos fundamentos de que "não foi suscitada decisão paradigma de Turma Recursal de outra Região ou sustentada contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU" e de que "a alteração do acórdão recorrido, baseado em diversos fatores como breves vínculos trabalhistas do falecido, seu salário e a realização de atividade laboral pela autora e pelo esposo, implicaria em reexame de matéria de fato, o que é vedado em sede de uniformização de jurisprudência".
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 131), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei". Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, §2º).
9. No presente caso, a requerente trouxe apenas julgados proferidos por Tribunais Regionais Federais de diferentes regiões, que não servem como paradigma para fundamentar a interposição de pedido de uniformização nacional porque estão fora do microssistema dos Juizados. Inteligência do art. 14, §2º, da Lei 10.259/01. Dessa forma, o pedido de uniformização de fato não merece ter seguimento (Precedente da TNU: PEDILEF nº 2003.82.10.000639-4, Relatora Juíza Federal Daniele Maranhão, DJU de 21/06/2006).
10. Ademais, como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente, considerando que o acórdão impugnado baseia-se nos curtos vínculos trabalhistas do falecido, no salário recebido por ele e na atividade laborativa desenvolvida pela requerente e seu esposo, a análise da argumentação tecida demanda necessariamente o reexame do acervo probatório, o que é defeso em vista do óbice da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0510693-60.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:EXPEDITO ELIZEU DA SILVA
PROC./ADV.:RAMON FERNANDES RODRIGUES
OAB:CE-14553
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de falecida trabalhadora rural segurada especial.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal não observou a Súmula 06 da TNU, pois apresentou a prova necessária à demonstração de que a falecida era segurada especial.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. Não é o caso de conhecimento do incidente de uniformização porque o exame impõe o revolvimento da prova, uma vez que o recorrente discute a conclusão fática acerca da qualidade de segurado especial da falecida, em relação ao qual a pensão é pretendida.
9. Ao contrário do entendimento da parte autora sustentado no pedido de uniformização, a decisão da Turma Recursal partiu da conjugação de vários elementos probatórios, materiais e orais, inclusive singularidades circunstanciais, portanto não se trata se simples inobservância da Súmula 06 da TNU.
10. Vejamos os fundamentos do acórdão recorrido: (...) o início de prova material, como o próprio nome já o diz, tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova absoluta e incontrastável. Esses documentos indiciários, ainda que sejam necessários, não são suficientes para a comprovação da condição de segurado especial. O início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório. A controvérsia foi estabelecida em grau de recurso unicamente acerca dos fatos. Foi a análise fática e tão-somente ela, considerando-se o contexto probatório, também os documentos trazidos aos autos pelo INSS e os depoimentos prestados - que fundamentou o julgamento improcedente do pedido no primeiro grau de jurisdição. Analisando as razões recursais e as provas produzidas não encontro motivos para reformar o juízo do julgador monocrático. Ao contrário, ratifico suas mesmas razões de julgar. No caso dos autos, ainda que a parte autora tenha apresentado alguma prova documental (anexos 2 e 5/6), as provas são bastante frágeis não servindo para comprovar a qualidade de segurado do de cujos. Ademais, os depoimentos prestados em audiência não foram suficientes para comprovar que o falecido era trabalhador rural. A sentença foi bastante clara quanto ao ponto, senão vejamos: "Foram colacionados os seguintes documentos: certidão de óbito, na qual a instituidora está qualificada como trabalhadora rural (anexo nº 2, fl. 3); certidão de casamento celebrado em 1985, na qual o autor figura como rurícola, e a extinta como "do lar" (anexo nº 2, fl. 2); comprovantes de participação em programa governamental de apoio aos trabalhadores rurais, de 1998 e 1999, em nome do autor (anexo nº 5, fl. 3); benefício de auxílio-doença rural, percebido pelo autor, em 2009 (anexo nº 6, fl. 1); comprovante de pagamento do ITR - Imposto Territorial Rural, de 2012, sítio Serra da Jureminha, propriedade de Elizeu Severino (anexo nº 5, fl. 1); dentre outros, de menor importância. Atente-se que muitos documentos portam data extemporânea ao óbito, razão pela qual não podem ser considerados. Ademais, o demandante requereu o benefício, administrativa e judicialmente, muitos anos após o passamento, o que enfraquece a tese veiculada na inicial de que a sua então esposa ostentava, ao tempo do óbito, a condição de segurada especial. (...) Conforme se deduz, os documentos apresentados pela parte postulante não são suficientes para servir como início de prova material do efetivo exercício de atividade rural em período contemporâneo ao óbito do(a) instituidor(a), nos termos já expostos nesta sentença. Já a prova oral produzida em audiência é insatisfatória, pois não se forneceram detalhes acerca da atividade rural a que o(a) extinto(a) supostamente se dedicava.
11. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501212-44.2012.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:BRUNA OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.:MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB:CE-9340
REQUERENTE:DIEGO OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.:MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB:CE-9340
REQUERENTE:MARIA SILVANI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB:CE-9340
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte, alegando que o falecido era trabalhador rural segurado especial.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso com base nos seguintes fundamentos parcialmente transcritos: Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório. Observa-se que o conjunto probatório carreado nos autos não tem robustez suficiente para comprovação da qualidade de segurado da de cujus, apto a concessão do benefício de pensão por morte requerida pela parte demandante. Deve-se acrescentar que a prova testemunhal e o depoimento pessoal da parte autora não forneceram maiores detalhes acerca da atividade rural a que supostamente o extinto se dedicava. Em epítome, para comprovação da qualidade de segurado do extinto, constam apenas fichas de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, de 1999 e 2010, nas quais o extinto figura como rurícola (anexo 1, fl. 3, e anexo 2, fl. 13); fichas de matrícula de filhos, da Secretaria de Educação do Município, de 2011, nas quais o "de cujus" está qualificado como agricultor (anexo 2, fls. 6 e 7); benefício de aposentadoria por idade rural do pai do extinto, com DIB em 15/12/2000 (anexo 2, fl. 12); CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, de 1998/1999, sítio São Pedrinho, propriedade de Francisco Lopes da Silva, pai do "de cujus" (anexo 3); dentre outros documentos de menor importância. Com efeito, como destacou a sentença recorrida, além da fragilidade das provas apresentadas, a prova oral não se revestiu de força probante o bastante para permitir aquilatar o desenvolvimento do labor rurícola, em regime de economia familiar no período imediatamente anterior ao óbito. Ademais, na certidão de óbito (anexo 4, fl. 3), consta a profissão de "de cujus" como "pedreiro".
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal violou a jurisprudência do STJ e da TNU, uma vez que: a certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do conjugue constitui inicio razoável de prova material da atividade rurícola; e para concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 6 e 14 da TNU). Argumenta, ainda, que a avaliação da prova oral pelos julgadores resultou em mera suspeita pessoal com um "julgamento presuntivo".
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, uma vez que ela discute a conclusão judicial valorativa da prova. Apesar de a parte autora invocar precedentes admitindo alguns documentos como início de prova material, o acórdão recorrido está arrimado em valoração de elementos da prova oral e em determinada qualificação profissional que constou em documento (pedreiro), portanto, adentrar no cerne do incidente de uniformização interposto resultará em revolvimento fático acerca da alegada qualidade de segurado especial do falecido, em relação ao qual a pensão é pretendida.
9. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
10. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0504150-46.2011.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA PEDRINA DA CONCEIÇÃO SOUZA
PROC./ADV.:DJACI DO NASCIMENTO SILVA
OAB:CE-13014
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. PROVA DE DESEMPREGO. SÚMULA 27 DA TNU. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO. ANULAÇÃO DO **ACÓRDÃO**
1. O INSS recorreu contra acórdão que confirmou, com base no art. 46 da Lei n. 9.099/95, sentença de procedência do pedido de pensão por morte.
2. Sustenta o INSS violação da Súmula 27 da TNU porque a constatação da qualidade de segurado ocorreu em função do alargamento do período de graça previsto no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/91, e a partir da mera cessação do último contrato de trabalho (de 04/06/02 a 19/09/02).
3. VOTO PELA ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO COM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À D. TURMA RECURSAL PORQUE É O CASO DE OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 27 E QUESTÃO DE ORDEM N. 20 DA TNU.
4. Segundo a Questão de Ordem N. 20: Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito.
5. Depreende-se da Súmula 27 da TNU que a prova do desemprego prevista no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/91 pode se produzida por outros meios além do registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, mas isso não significa que o simples encerramento de um contrato de trabalho caracteriza a situação de desemprego posterior.
6. Nem sempre a rescisão do contrato de trabalho ocorre por dispensa pelo empregador (desemprego), mas às vezes por mútuo acordo ou pedido de dispensa pelo próprio empregado. Se a pessoa espontaneamente sai do emprego, por vários motivos, inclusive para exercer atividade autônoma, muitas das vezes informal, não há o desemprego. Aliás, o desemprego leva à concessão do seguro desemprego, por isso a lei exige o registro no Ministério do Trabalho.
7. No caso, o falecimento do então segurado ocorreu em 19/11/03, quando contava com pouco mais de 4 anos de tempo de contribuição. Seu último vínculo empregatício ocorreu entre 04/06/02 a 19/09/02 e a constatação da qualidade de segurado só ocorreu pela aplicação do período de graça previsto no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/91, a partir do simples fato de constar no CNIS o encerramento do contrato de trabalho.
8. A decisão recorrida contraria o entendimento da TNU: (...) 6. Esta Turma Nacional de Uniformização firmou entendimento no sentido de que somente é aplicável o disposto no art. 15, § 2º, da Lei 8.213/91, quando ficar comprovado que o segurado não exerceu nenhuma atividade remunerada (nem mesmo atividade informal) após a cessação das contribuições. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF: (...) 2. Em seu pedido de uniformização, sustenta a parte ré a impossibilidade de extensão do período de graça por 12 (doze) meses ante a simples inexistência de anotação na CTPS. Aduz que o acórdão recorrido contraria precedentes do STJ (REsp 627.661/RS, REsp 689.283/RS, REsp 448.079/RS e AgRg no REsp 1030756/SP). (...) Esta TNU já firmou a tese, com fundamento em sua Súmula 27 e do entendimento esposado no julgamento da PET 7175 do STJ, no sentido de que em que pese não ser exigível exclusivamente o registro no Ministério do Trabalho, "a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego, devendo haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade". Precedentes: PEDILEF 200870950035921, REL. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 11/03/2011; PEDILEF 05063105720104058400, REL. JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DJ 23/11/2012; PEDILEF 0011510-16.2008.4.03.6303, REL. JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, JULG. 08/10/2014; PEDILEF 200833007145103, REL. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, DJ 06/09/2012). 6. Assim sendo, entendo que a sentença e o acórdão da Turma Recursal devem ser anulados, nos termos da Questão de Ordem n° 20 desta Turma Nacional. 7. Incidente conhecido e parcialmente provido, para determinar a anulação do acórdão e da sentença e o retorno dos autos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

à Vara de origem, para nova dilação probatória quanto à situação de desemprego. (PEDILEF nº 50031107120144047116. Relator: Juiz Federal Daniel Machado da Rocha.DOU: 03/07/2015) 7. Também esta TNU consolidou entendimento no sentido de que a prorrogação do período de graça prevista no §2º do art. 15 da Lei 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário. A tal respeito, o seguinte PEDILEF: "INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO VOLUNTÁRIO. EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO CONTRÁRIO À JURISPRUDENCIA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. (...) 4.2. O Recorrente demonstrou a divergência jurisprudencial suscitada no recurso, uma vez que a Turma Nacional de Uniformização reconheceu que "a prorrogação do período de graça prevista no parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº. 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário"(PEDILEF 200972550043947, REL. JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 06/07/2012). (...) 12. Entendo que a prorrogação do período de graça prevista no parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº. 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário. 13. Necessidade de interpretação da norma de acordo com a Carta Maior. 14. Não se deve perder de vista que, ao dispor sobre a Previdência Social, a Constituição da República prescreve que ela atenderá, nos termos da lei, à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário (artigo 201, inciso III). 15. Incidente provido. ACÓRDÃO - Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover o incidente de uniformização de jurisprudência. Brasília, 21 de junho de 2.012.(PEDILEF 200972550043947, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 06/07/2012.) 6.1. De acordo com o art. 15, §2º, da Lei 8.213/91, mantém-se a qualidade de segurado, independente de contribuição, por até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze), desde que comprovada situação de desemprego. 6.2. Por outro lado, dispõe a Constituição Federal no art. 201, III, que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e atenderá, nos termos da lei, à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário. (grifo) 6.3 À luz do regramento constitucional acima, a interpretação que melhor se coaduna com a finalidade da norma é aquela segundo a qual apenas o desemprego involuntário está apto a receber a proteção especial deferida pela legislação previdenciária. Com efeito, o fator de risco social eleito pelo legislador para ser objeto de atenção e proteção especial foi o desemprego involuntário. 6.4. A norma constitucional em destaque, ao enunciar a expressão "nos termos da lei", exige naturalmente que a regra complementar subjacente se coadune com seus preceitos valorativos. Em outras palavras, a locução "desemprego involuntário" foi ali colocada como objeto de destaque, a significar adequação da lei a seus termos. 6.5. Ademais, considerando a nítida feição social do direito previdenciário cujo escopo maior é albergar as situações de contingência que podem atingir o trabalhador durante sua vida, não é razoável deferir proteção especial àqueles que voluntariamente se colocam em situação de desemprego. No desemprego voluntário não há risco social. O risco é individual e deliberadamente aceito pelo sujeito. 6.6. A norma do art. 15, §2º, contém regra extraordinária, que elastece por até 36 (trinta e seis) meses o período de graça. Regra extraordinária que, por assim dizer, deve ser apropriada a situações extraordinárias, de contingência, imprevisíveis. Se a situação foi tencionada pela parte, a ela cabe o ônus de sua ação (ou inação), não ao Estado. (...) 6.7. Ressalte-se que não se trata de criar restrição ao comando legal. Cuida-se, em verdade, de adequar a norma legal ao comando constitucional, interpretando-o em conformidade com os princípios informadores do Direito Previdenciário, dentre eles a proteção ao hipossuficiente e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. 6.7. Com estas considerações, entendo que a interpretação adequada a ser conferida ao §2º do art. 15 da Lei 8.213/1, à luz do art. 201, III, da Constituição Federal, exige a condição de desemprego involuntário para o deferimento da benesse contida na legislação previdenciária. 7. Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao presente incidente de uniformização, reafirmando o entendimento desta TNU de que a prorrogação do período de graça prevista no §2º do art. 15 da Lei 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário (PEDILEF 200972550043947, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 06/07/2012). É como voto." (PEDILEF nº 50473536520114047000. Relator: Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá. DOU: 23/01/2015) 8. No caso sob luzes, o acórdão recorrido entendeu que o falecido faz jus à aplicação do § 2º do art. 15, da Lei 8.213/91, que garante mais 12 meses de período de graça para manutenção da qualidade de segurado para desempregado, tomando por base tão somente a data de saída do vínculo empregatício constante no CNIS. Desse modo, reputo como de rigor a adequação do julgado ao entendimento consolidado desta Corte Uniformizadora. 9. Incidente conhecido e parcialmente provido para reafirmar a tese no sentido de que (i) a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego, devendo haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade, e (ii) a prorrogação do período de graça prevista no §2º do art. 15 da Lei 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário, de modo que se faz necessária a existência de prova nesse sentido. Sentença e acórdão da Turma Recursal anulados, nos termos da Questão de Ordem n° 20 desta Turma Nacional. (PEDIDO 05230022720114058100, Relator JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, DOU 05/02/2016, paginas 221/329).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais ANULAR O ACÓRDÃO E DEVOLVER OS AUTOS À D. TURMA RECURSAL PORQUE É O CASO DE OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 27 E QUESTÃO DE ORDEM N. 20 DA TNU, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001013-23.2013.4.04.7217
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LEONY LUMERTZ ROLDÃO
PROC./ADV.:CRISTIANA DAGOSTIN RECCO
OAB:SC-34 899
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR INVÁLIDA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de sua mãe na condição de filha maior inválida.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que as provas demonstram a invalidez e a dependência econômica da autora em relação à falecida (evento 64).
3. A Turma Recursal de Santa Catarina manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 91 e 92).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 98) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no REsp 1.241.558/PR, Sexta Turma, DJe 03/06/2011; AgRg no REsp 1.254.081/SC, Sexta Turma, DJe 22/02/2013; AgRg no REsp 1.369.296/RS, Segunda Turma, DJe 22/04/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1.250.619/RS, Segunda Turma, DJe 14/12/2012);
- que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao falecido não é absoluta, podendo ser afastada mediante prova contrária.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 111).
6. Parecer do MPF pelo não provimento do incidente.
7. Voto pelo conhecimento e não provimento do incidente.
8. As alegações do requerente de fato convergem com o posicionamento já firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
9. Contudo, ao contrário do que defende o INSS, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência da TNU, já que a Turma de origem entendeu que o acervo probatório constante dos autos comprova a dependência econômica da parte autora em relação à falecida mãe. Extrai-se do acórdão o seguinte trecho: "Consta no documento INFBEN1, evento 2, que a autora é aposentada por invalidez desde 1998, com renda mensal de um salário mínimo. Os documentos INFBEN juntados ao evento 2 comprovam que a mãe da autora, Sr. Eva Lumertz Roldão, possuía renda de dois salários mínimos, provenientes de seu benefício aposentadoria por idade rural e uma pensão por morte de trabalhador rural. Os depoimentos prestados em audiência são todos convergentes em atestar que a autora vivia com sua mãe, quem a cuidava em razão dos problemas psiquiátricos incapacitantes da qual é portadora. Restou claro que a manutenção da casa, das despesas, era suportada pela autora e sua mãe, considerando que ambas possuíam renda. Também restou demonstrada satisfatoriamente a dificuldade da autora em manter-se após o óbito de sua mãe, a qual era detentora de maior renda e a cuidava. Há de se considerar a condição de saúde da autora, que requer cuidados constantes, sem possibilidade alguma de trabalhar e também impedindo sua irmã, atual curadora, de exercer atividade laborativa permanente. Vale registrar, ainda, que a autora necessita esporadicamente de internação em clínica/hospital psiquiátrico. Diante do contexto apresentado, conclui-se que restou demonstrada a dependência econômica da requerente em relação a sua mãe Eva Lumertz Roldão. O fato de a autora ser beneficiário de aposentadoria por invalidez não retira dele sua condição de dependente, até porque o benefício recebido por ela é de um salário mínimo, sendo insuficiente para suprir suas necessidades, conforme depoimento das testemunhas. Registre-se que a situação financeira da mãe permitia auxiliar a filha, já que recebia dois benefícios previdenciários, alcançando uma renda de três salários mínimos mensais, à época".
10. O acórdão recorrido seguiu a orientação desta Turma Nacional, valorando as provas e analisando o caso concreto, não sendo possível o revolvimento de provas em razão da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500907-55.2015.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MANUELA SANTANA DE BRITO DANTAS
PROC./ADV.:ANTONIA JOELMA CESAR CABRAL
OAB:CE-10 164
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de falecido trabalhador rural segurado especial.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal não observou a Súmula 06 da TNU, pois apresentou a prova necessária à demonstração de que seu falecido pai era segurado especial.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, uma vez que discute a conclusão fática acerca da qualidade de segurado especial do falecido, em relação ao qual a pensão é pretendida.
9. Ao contrário do entendimento da autora sustentado no pedido de uniformização, a decisão da Turma Recursal partiu da conjugação de elementos materiais e orais, inclusive singularidades circunstanciais, portanto não se trata se simples inobservância da Súmula 06 da TNU.
10. Vejamos os fundamentos do acórdão recorrido: O caso concreto é bem peculiar, pois estamos tratando de um óbito ocorrido há mais de 20 anos, do pai da promovente, antes mesmo do nascimento desta. A documentação em nome do de cujus, qualificando-o como agricultor, restringe-se à certidão de óbito, que apesar de ser acolhida por alguns julgados como início de prova material, não deixa de ser uma documentação lavrada após o fato gerador do benefício. Traz ainda a documentação sindical do seu avô, genitor do falecido, que atesta filiação ao STR em 1985. Ocorre que o trabalho em regime de economia familiar não restou comprovado. Por sua vez, a prova oral é insatisfatória, pois a testemunha afirmou nunca ter visto o falecido trabalhar na roça. Ademais, sustentou que estudavam juntos e ele morava em uma casa alugada na zona urbana, de forma que não faz sentido que exercesse atividade rural, deslocando-se diariamente para o roçado. Se isso fosse possível ou uma realidade, não haveria motivo para o aluguel da casa na zona urbana. Por fim, registro o posicionamento pessoal deste magistrado no sentido de privilegiar o entendimento dos magistrados de 1ª instância, sobretudo quando a prova for valorada de maneira adequada e mediante acurada análise, uma vez que estão mais próximos das partes e, consequentemente, tem melhores condições de avaliar a verdade real dos fatos e provas trazidos a juízo.
11. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000480-43.2012.4.04.7203
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SERGIO JORGE TECHIO
PROC./ADV.:ANGELA MARIA FILIPINI
OAB:SC 10.630
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seus genitores na condição de filho maior inválido.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que as provas demonstram a invalidez e a dependência econômica do autor em relação aos falecidos (evento 62).
3. A Turma Recursal de Santa Catarina manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 88 e 89).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 95) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2005.71.95.001467-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, julgamento em 11/10/2010; PEDILEF 2008.40.00.707069-2, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, julgamento em 08/04/2010);
- que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao falecido não é absoluta, podendo ser afastada mediante prova contrária.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 106).
6. Parecer do MPF pelo não conhecimento do incidente.
7. Voto pelo conhecimento e não provimento do incidente.
8. As alegações do requerente de fato convergem com o posicionamento já firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
9. Contudo, ao contrário do que defende o INSS, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência da TNU, já que a Turma de origem entendeu que o acervo probatório constante dos autos comprova a dependência econômica da parte autora em relação aos pais. Extrai-se do acórdão o seguinte trecho: "Quanto à dependência econômica em relação ao genitor, concluo que resta igualmente demonstrada, sendo mantida, no caso, a presunção de dependência na forma prevista no §4º do art. 16 da Lei nº 8.213/91, tendo em vista que o postulante, declarado judicialmente incapaz (mandado de interdição em 18/02/1990), nunca se casou ou constituiu grupo familiar próprio, tendo residido com os pais até o óbito deles - mãe nomeada curadora até o respectivo óbito - e contando tão somente com a renda de um salário-mínimo recebida a título de aposentadoria por invalidez, por certo isoladamente insuficiente para a sua subsistência, considerado o quadro clínico que o acomete (retardo mental moderado), que demanda gastos e cuidados. Assim, constatada a dependência econômica em relação ao pai, instituidor, bem como preenchidos os demais requisitos legais, resta procedente o pedido de restabelecimento da pensão por morte NB 21/138.939.562-3, desde a data da cessação administrativa indevida, ocorrida em 02/02/2012".
10. O acórdão recorrido seguiu a orientação desta Turma Nacional, valorando as provas e analisando o caso concreto, não sendo possível o revolvimento de provas em razão da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003170-24.2012.4.04.7210
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SOLANGE CASTRO
PROC./ADV.:AIRTON SEHN
OAB:SC-19236
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Senerval de Almeida Castro, ocorrido em 04/06/2012, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença (evento 38) foi de procedência sob o fundamento de que "a prova documental e testemunhal demonstram que o finado avô era devedor de alimentos em face da Autora. Nessa condição, faz jus a Autora à pensão por morte".
3. A Turma Recursal de Santa Catarina manteve a sentença por seus próprios fundamentos, vencido o relator que dava provimento ao recurso (eventos 64 a 66).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 79) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal de Santa Catarina e um julgado da Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro (Processo nº 2003.51.66.000617-0, Rel. Juiz Federal Marcelo Luzio Marques Araujo, julgado em 28/11/2006);
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (REsp 642.915/RS, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 30/06/2008);
- e que "a Lei 9.527/97, que excluiu o menor sob guarda do rol de dependentes do segurado falecido, é posterior ao ECA, e portanto houve revogação tácita na norma em sentido contrário. Além disso, a lei previdenciária é especial em relação à regra geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, e portanto aplicável à situação em tela no que se refere à dependência do menor para fins previdenciários".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 91).
6. Parecer do MPF pelo provimento do incidente.
7. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015).
8. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2012.51.67.001595-7
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:CÉLIO RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seus genitores.
2. A sentença foi de improcedência ao fundamento de que a perícia médica judicial contatou que o requerente, que é maior de idade, não possui incapacidade laborativa.
3. A Turma Recursal do Rio de Janeiro manteve a sentença.
4. O requerente interpôs incidente de uniformização nacional alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo STJ (AgRg no REsp 1.000.210/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 18/10/2010 e AgRg no REsp 1.055.886/PB, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 09/11/2009), pela TNU (PEDILEF 2006.83.00.521008-4, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08/01/2010) e pelas Turmas Recursais de São Paulo (Processo 0066317-26.2007.4.03.6301, Rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, e-DJF3 25/06/2012 e Processo 0018134-09.2007.4.03.6306, Rel. Juiz Federal Aroldo Jose Washington, DJF3 06/05/2011);
- e que "os atestados, receituários, laudos, exames e decisões judiciais de fls. 12, 20 e 183 comprovam que o Autor está incapacitado para o trabalho e inclusive para a prática de atos da vida civil, preenchendo os requisitos legais para o deferimento do benefício (in casu, pensão por morte para o filho maior de 21 anos e inválido - arts. 16, inciso I, c/c 74 da Lei nº 8.213/91)".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. O incidente foi inadmitido na origem aos fundamentos de que não há similitude fática e jurídica a permitir o conhecimento do incidente de uniformização e de que a pretensão do requerente implica no reexame dos elementos de prova.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Parecer do MPF pelo não conhecimento do incidente de uniformização.
8. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
9. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei". Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, §2º).
10. No presente caso, o acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio de Janeiro manteve a sentença de improcedência ao argumento de que foi constatado pelo perito médico oficial que o requerente encontra-se capaz para o exercício de toda e qualquer atividade laborativa, não fazendo jus, portanto, ao benefício de pensão por morte na condição de filho maior inválido.
11. Por sua vez, os paradigmas do STJ trazidos versam sobre a necessidade de análise das circunstâncias socioeconômicas, profissionais e culturais para a concessão de aposentadoria por invalidez quando o laudo médico pericial constata incapacidade parcial para o trabalho.
12. Já o acórdão da TNU refere-se à necessidade de apreciação dos atestados médicos juntados aos autos para a aferição da data do início da incapacidade.
13. Por fim, os julgados das Turmas Recursais de São Paulo selecionados pelo requerente referem-se à necessidade de realização de perícia com médico especialista na doença alegada pelo demandante e à obrigatoriedade de intimação das partes quanto ao teor do laudo pericial.
14. Dessa forma, verifica-se que não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu dos mesmos fatos (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), de modo que não há como compararem-se os julgamentos para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.
15. Ademais, como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente, considerando que o acórdão impugnado baseia-se em laudo médico pericial, a análise da argumentação tecida pelo requerente demanda necessariamente o reexame do acervo probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
16. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:2011.51.51.021179-0
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:IOLANDA DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de Luiz Fernando da Costa.
2. A sentença foi de improcedência ao fundamento de que a requerente não comprovou a condição de companheira do falecido nem a dependência econômica dele à época do óbito.
3. A Turma Recursal do Rio de Janeiro manteve a sentença.
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo STJ (AgRg no AREsp 59256/SP, Relator Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, DJe 04/10/2012) e pela TNU (PEDILEF 2003.51.01.500053-8, Relator Juiz Federal Alexandre Miguel, DJU 23/05/2006);
- e que "o conjunto probatório apresentado é mais do que suficiente para a comprovação da relação de união estável, sendo certo que a prova testemunhal produzida, ao contrário do que foi afirmado, não deixa qualquer dúvida sobre a relação entre a autora e o de cujos".
5. O incidente foi inadmitido na origem ao fundamento de que não há similitude fática e jurídica a permitir o conhecimento do incidente de uniformização nacional.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Parecer do MPF pelo não conhecimento do incidente de uniformização.
8. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
9. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei". Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, §2º).
10. No presente caso, o acórdão proferido pela Turma Recursal manteve a sentença de improcedência ao argumento de que a requerente não comprovou que à época do óbito mantinha união estável com o instituidor da pensão. No acórdão, foram destacados os seguintes fundamentos da sentença: o nascimento de filha em comum demonstra a existência de algum tipo de relacionamento entre o casal, mas não é suficiente para comprovar que havia a necessária affectio maritalis; não há prova da residência comum ao tempo do falecimento; a prova oral produzida nos autos mostrou-se inconsistente, já que as testemunhas arroladas conheciam superficialmente o casal, com quem não mantinham muito contato, o que relativiza a credibilidade dos respectivos depoimentos.
11. Por sua vez, os paradigmas do STJ e da TNU trazidos pela requerente referem-se apenas à possibilidade de reconhecimento da união estável mesmo que não haja a coabitação entre as partes.
12. Dessa forma, verifica-se que não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu dos mesmos fatos (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), de modo que não há como compararem-se os julgamentos para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.
13. Além disso, o conhecimento do pedido de uniformização também encontra óbice na Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles". Também não é possível revolver os fatos (TNU Súmula 42).
14. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007101-19.2013.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):BRUNO DA SILVA ROCHA
PROC./ADV.:JANAÍNA AUGUSTA DAL PONT
OAB:SC-10 907
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Djalma José da Silva, ocorrido em 27/01/2010, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença (evento 76) foi de procedência sob o fundamento de que a nova redação conferida ao art. 16, §2º, da Lei 8.213/91 não teve o condão de excluir o menor sob guarda do rol dos dependentes previdenciários, devendo prevalecer o disposto no art. 33, §3º, do ECA, e porque as provas demonstraram a dependência econômica do autor em relação ao falecido.
3. A Turma Recursal de Santa Catarina confirmou a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 106 e 107).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 117) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no Ag 1020832/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 15/06/2009);
- e que "ao menor sob guarda não é devida a pensão por morte do instituidor, não tendo aplicabilidade o ECA, independentemente de haver a comprovação efetiva da dependência econômica".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 128).
6. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela im-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

procedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015).
7. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506412-61.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.:DJACI DO NASCIMENTO SILVA
OAB:CE-13014
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL TRABALHADOR RURAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de benefício previdenciário na condição de segurado especial trabalhador rural.
2. A sentença de improcedência foi confirmada pela d. Turma Recursal com base nos seguintes fundamentos:
A condição legal de trabalhador (a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurada especial.
Recordo que, para a aposentadoria por idade da parte autora, como segurado(a) especial/trabalhador(a) rural, seria necessária a comprovação do labor na agricultura em regime de economia familiar, durante o período de carência estabelecido na tabela constante do art. 142 da Lei n.º 8.213/91.
Nesse sentido, trazemos à baila a súmula nº. 54 da Turma Nacional de Uniformização - TNU, in verbis: "Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima".
A Turma Nacional de Uniformização, interpretando a lei como instância última e de modo a orientar e pacificar o entendimento jurisprudência inferior, já fixou que os seguintes documentos funcionam como início de prova material:
(a) declaração do exercício de atividade rural emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a ser corroborada pelas demais provas extraídas dos autos, a exemplo de Certidão da Justiça Eleitoral e Carteira de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (PEDILEF n.º 200783025054527, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 9 jul. 2009);
(b) documentos públicos que indiquem a profissão rurícola, ainda que em nome de membros do grupo familiar, documentos em nome de terceiros estranhos ao grupo familiar se comprobatórios da propriedade ou da posse da terra rural onde se alega o exercício da atividade, desde que o nome ou condição (de proprietário, arrendador, comodante etc.) do terceiro seja confirmado pelas testemunhas em relação ao alegado trabalho rural na respectiva terra (PEDILEF n.º 200670950145730, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28 jul. 2009);
(c) ficha de cadastramento familiar realizado pela Secretaria de Saúde do Município de residência da autora, nele constando sua qualificação como agricultora e recibos de pagamentos realizados a Sindicato de Trabalhadores Rurais, estando tais documentos dentro do período de carência (PEDILEF n.º 200481100094030, Rel. Juiz Federal Ricarlos Almagro V. Cunha, DJ 12 fev. 2010);
(d) ficha de inscrição em sindicato ruralista com data anterior ao requerimento do benefício (PEDILEF n.º 200381100042657, Rel. Juiz Federal Ivori Luis da Silva Scheffer, DJ 1.º mar. 2010).
Ressalto, contudo, que o início de prova material, como o próprio nome já o diz, tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova absoluta e incontrastável. Esses documentos indiciários, ainda que sejam necessários, não são suficientes para a comprovação da condição de segurado especial durante todo o período de carência. O início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
No caso dos autos, entendo que a sentença vergastada não merece reparo.
No caso dos autos, a documentação apresentada pela parte autora é bastante frágil. Os documentos são muito recentes e não englobam todo o período de carência (anexos 02 a 04
Ademais, a prova testemunhal não tem o condão de suprir o inicio de prova material exigido pela lei para a concessão do benefício.
Assim, observa-se que o conjunto probatório carreado aos autos é insuficiente para comprovação da qualidade de segurado da parte recorrente durante o período de carência, apto a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural.
3. A parte autora interpôs incidente de uniformização nacional apontando divergência jurisprudencial a partir da Súmula 14 e de precedente da TNU (PEDILEF 05031649420084058200, Relator o Juiz Federal Herculano Martins Nacif, publicado no DOU 03/05/2013).
4. O incidente de uniformização não foi admitido na origem.
5. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
6. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
7. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, conforme bem apurado na decisão agravada, uma vez que basicamente discute a conclusão judicial acerca da qualidade de segurada especial trabalhadora rural a partir dos documentos que constam nos autos, que não precisariam cobrir todo o período de carência.
8. Conforme se verifica nos fundamentos do acórdão, não ocorreu violação da Súmula 14 da TNU (Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício.), uma vez que nenhum documento foi acolhido pela Turma, que também não constatou como apta a prova testemunhal.
9. Quanto ao precedente invocado no incidente, diante do qual não houve argumentação analítica suficiente para comparação, não autoriza, por si só, o provimento do recurso, pois exige o enfrentamento fático dos documentos, mas eles não foram especificados no acórdão recorrido.
10. Ademais, o acórdão confirmou a sentença nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95, portanto também se arrimou no seguinte fundamento peculiar da sentença: Conquanto tenha a promovente demonstrado certo conhecimento acerca da lida no campo, os documentos carreados nos autos não se demonstram que esta continuou a exercer atividade rural após o falecimento de seu marido, ocorrido acerca de dez anos.
11. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003950-18.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:NATALINO FERMINIO
PROC./ADV.:DOUGLAS PHILLIP BECKER DE LIMA
OAB:SC-25968
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. ADMISSIBILIDADE DA PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELA TNU. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu filho, Jerri Alessandro Ferminio.
2. A sentença (evento 42) foi de improcedência ao fundamento de que não ficou comprovada a dependência econômica do requerente em relação ao filho falecido. Consta na sentença que "da prova colhida em juízo, extrai-se que todos os membros da família auferiam renda, de modo que o ganho percebido com a atividade era partilhado e usufruído por todos de maneira uniforme, não havendo integrante com ganhos que preponderassem sobre os havidos pelos outros. Vale dizer, então, que não se pode confundir situação de dependência econômica com a de simples prestação de auxílio financeiro. Na situação de dependência, o dependente subsiste quase que integralmente a partir da renda vertida por aquele de quem depende; na situação de mero auxílio, o auxiliado recebe ajuda financeira de quem o auxilia, mas reúne condições de subsistir a partir de fontes próprias de sustento. (...). Se a renda de todos é aglutinada para proveito comum, a conclusão é de que todos se auxiliam, mas não de que dependam economicamente, já que, numa situação extrema, qualquer deles já dispõe de recursos próprios para manter-se sozinho".
3. A Turma Recursal de Santa Catarina manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 60 e 61).
4. O requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 66) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no REsp 1374947/PI, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 28/06/2013 e REsp 182.420/SP, Rel. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, Sexta Turma, DJ de 31/05/1999).
- divergência da jurisprudência da TNU (PEDILEF 2005.38.00739802-2, Juiz Federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, DJ de 13/05/2010)
- e que a comprovação da dependência econômica dos pais em relação aos filhos pode ser feita apenas mediante prova testemunhal.
5. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem ao fundamento de que a alteração da conclusão do acórdão implicaria reexame de matéria de fato, procedimento vedado pela Súmula nº 42 da TNU (evento 78).
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 85), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. A TNU já pacificou o entendimento de que não há previsão legal a amparar a exigência de prova material para a demonstração da dependência econômica dos pais em relação aos filhos, firmando a tese de que é possível a sua comprovação, exclusivamente, por prova testemunhal (PEDILEF nº 2003.61.84.104242-3, Rel. Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJU de 07/07/2009).
9. Contudo, o acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina amparou-se na convicção do julgador de que o conjunto probatório, nele incluído a prova oral, não demonstra a existência de dependência econômica do pai em relação ao filho falecido, considerando que "todos os membros da família auferiam renda, de modo que o ganho percebido com a atividade era partilhado e usufruído por todos de maneira uniforme, não havendo integrante com ganhos que preponderassem sobre os havidos pelos outros".
10. Dessa forma, como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente, a modificação do acórdão recorrido demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso em vista do óbice da Súmula nº 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0503131-34.2013.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):RITA CESÁRIO MENDONÇA DA SILVA
PROC./ADV.:JOBSON SANTANA CARDOZO
OAB:CE- 21681
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ESPOSA. DEPENDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. QUESTÕES PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. ARTIGO 14, CAPUT, DA LEI N. 10.259/01. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença foi de procedência porque a autora era casada com o falecido segurado, que já era aposentado.
3. O INSS recorreu argumentando que no processo administrativo a autora havia afirmado que estava separada de fato do falecido segurado e que não recebia pensão ou ajuda financeira, ficando afastada portanto a dependência econômica necessária ao reconhecimento do direito à pensão.
4. A d. Turma Recursal negou provimento ao recurso porque não considerou a prova apresentada pelo INSS após a sentença. Os fundamentos do voto são os seguintes: (...) O INSS apresentou documentação que comprovaria que a parte autora assinou uma declaração afirmando que estaria separada de fato do seu esposo há vinte anos. Todavia, os documentos apresentados exclusivamente na via recursal não serão analisados e considerados por esta Turma Recursal, uma vez que toda a matéria de defesa deve ser alegada na contestação (art. 300 do CPC). Além disso, conforme dispõe o art. 303 do CPC, "depois da contestação, só é lícito deduzir novas alegações quando: I - relativas a direito superveniente; II - competir ao juiz conhecer delas de ofício; III - por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e juízo." Não se tratando de nenhuma das exceções acima previstas, competia à autarquia previdenciária apresentar os referidos documentos no momento da apresentação de sua contestação. Perceba-se que a recusa da prova serôdia não se trata de mero formalismo inócuo. Trata-se, em verdade, de garantia de algumas das regras processuais constitucionais mais caras ao regime republicano. Com efeito, admitir-se a inovação probatória na sede recursal onde os princípios do contraditório e da ampla defesa são exercidos nas estreitas limitações desta fase processual em que já não há mais ocasião para a ampla instrução probatória, equivaleria a violar o princípio da paridade de armas das partes em litígio, fazendo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pender desequilibradamente a balança do direito. Ademais, estar-se-ia conduzindo o órgão revisor para além dos lindes de sua atuação, prevista para ocorrer em face de processo já instruído e julgado, como segundo exame a ratificar, ou não, os atos já praticados em primeira instância. O duplo grau é garantia da existência de um órgão revisor, de uma segunda instância, e não de uma nova primeira instância a examinar o pleito inicial.
5. O INSS interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando que a Turma Recursal não poderia desconsiderar a prova juntada após a sentença, portanto houve cerceamento de defesa e violação da máxima nemo potest venire contra factum proprium.
6. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas. A decisão está lastreada nos seguintes fundamentos: (...) a argumentação trazida aos autos diz respeito a questões de fato, uma vez que ataca os fundamentos do Acórdão impugnado, para adentrar na valoração da documentação que instruiu o processo. Portanto, não restou caracterizado o incidente, tendo o recurso muito mais o cunho de reexame de provas, o que não é permitido, conforme já decidido pela TNU que assentou o entendimento na Súmula nº. 42 - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7. A parte agravou da decisão.
8. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque versa sobre questão de natureza processual e porque eventual exame do incidente imporia à TNU o revolvimento da prova, o que é vedado.
9. O julgamento da Turma Recursal foi arrimado nas provas produzidas na oportunidade processual própria, tendo descartado a prova documental produzida após a sentença.
10. A questão é meramente processual e o incidente atenta contra a literalidade e a literalidade do caput do artigo 14 da Lei n. 10.259/01, segundo o qual cabe o pedido de uniformização quando houver divergência de decisões sobre questões de direito material.
11. A TNU já teve a oportunidade de examinar a questão, conforme se verifica no julgamento do processo N. 2007.50.50.011588-8, RELATOR JUIZ FEDERAL PAULO ARENA: Com efeito, a matéria em questão detém natureza eminentemente processual. Pois bem. O ponto fulcral do presente incidente consiste no ônus da prova no processo, mais especificamente no que tange à responsabilidade para juntada dos extratos das contas vinculadas de FGTS para fins de apuração acerca da aplicação ou não dos juros progressivos ao saldo de tais contas. (...) não há dúvidas de que o pano de fundo deste incidente possui conteúdo de natureza processual, já que o instituto do "ônus da prova" está previsto no artigo 333 do Código de Processo Civil. Desta feita, resta claro que a questão debatida neste Pedido é exclusivamente processual, sendo, portanto, insuscetível de uniformização, por não se subsumir aos termos do "caput" do art. 14, da Lei 10.259/01, a exigir que a uniformização a ser realizada por esta Turma Nacional se dê relativamente a questões de Direito Material. A propósito, o eminente colega de TNU, Juiz Federal JOSÉ SAVARIS, ao apreciar questão idêntica no PEDILEF 200750500066300, na sessão de julgamento de 14 de junho de 2011, proferiu voto com a seguinte ementa: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CÍVEL. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. ÔNUS DA PROVA. QUESTÃO DE NATUREZA PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. No desenho do sistema recursal dos Juizados Especiais Federais, inexiste espaço para incidente de uniformização que aporte discussão sobre matéria de natureza processual. 2. Em razão da distinção de natureza ontológica verificada entre as normas de direito processual e aquelas de direito material, ligadas mediante uma relação de instrumentalidade, é logicamente impossível a recondução de regra de direito processual à norma de direito material. 3. A divergência sobre o ônus da prova é de natureza processual. 4. Pedido de Uniformização não conhecido. PODER JUDICIÁRIO Conselho da Justiça Federal Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais 6. Ante o exposto, com base nos fundamentos ora expostos, meu voto é no sentido de NÃO CONHECER o presente incidente.
12. Ainda que admitido o pedido de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS, seria exigido que a TNU adentrasse a prova, cotejando aquela produzida no processo administrativo e a produzida no processo judicial, o que é vedado, conforme bem apurado na decisão agravada que inadmitiu o incidente de uniformização. Também deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
13. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003039-54.2013.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:LUCIA HELENA CARMINHOLA CANDIOTO E OUTRO
PROC./ADV.:ISMAEL PASTRE
OAB:PR-57505
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO FALECIDO. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. PARADIGMAS DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DE DIFERENTES REGIÕES. NÃO CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 14, §2º, DA LEI 10.259/01. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de José Candioto, ocorrido em 22/12/2012.
2. A sentença (evento 228) foi de improcedência ao fundamento de que não ficou comprovada a qualidade de segurado do falecido, considerando que inexistem elementos que permitam o reconhecimento do vínculo com a empresa Deucimar Medicamentos. Consta na sentença que "o conjunto probatório demonstra claramente que esse vínculo empregatício não existiu de fato. Não há comprovação de contemporaneidade da documentação relativa a esse vínculo. Todos os documentos apresentados podem ter sido produzidos post mortem. Aliás, tudo demonstra que foi exatamente isso que aconteceu. A farmácia, na realidade, pertence à irmã (Marcilene Urias Candioto de Souza) e cunhado (Deuci Henrique Miranda de Souza - casado com Marcilene) do falecido. No depoimento da autora, indagada sobre a relação entre as partes, ela esconde o parentesco, dizendo apenas que o falecido "tinha conhecimento" com eles, e que a autora conhece a dona (Marcilene) "há uns 5, 6 anos", e que se conheceram "na cidade". Na verdade, são parentes (cunhadas) e se conhecem há muito mais tempo, como deixa claro o depoimento do sr. Deuci. Por sua vez, o depoimento de Deuci, que colhi pessoalmente, produz, na verdade, prova contrária ao reconhecimento do vínculo. Como registrei em síntese na ata, Deuci não demonstrava nenhuma segurança em suas respostas, era muito reticente e evasivo, sempre denotando estar escolhendo a melhor resposta a ser dada. Fez isso durante todo o seu depoimento. Ele mentiu expressamente sobre o parentesco com a pessoa para quem vendeu a farmácia, inicialmente dizendo que não o conhecia, que só lembrava o primeiro nome. Depois, indagado por mim, sobre a certidão do oficial de justiça, que esclarece que a farmácia foi comprada por Erik Willian Candioto Utida, que tinha o mesmo sobrenome de sua esposa, não sabia mais o que responder, silenciou, balbuciou coisas ininteligíveis e, por fim, acabou admitindo que fez uma besteira ao esconder o parentesco, admitindo, então, que é sobrinho de sua mulher e, consequentemente, também do falecido. Também não soube dar informações precisas sobre o seu próprio trabalho na farmácia, nem tampouco sobre as funções do falecido. O próprio Erik havia mentido para o oficial de justiça, ao omitir seu parentesco com a pessoa que lhe vendeu a farmácia, dizendo que nada sabia informar sobre Deuci (evento 61). Além disso, há várias contradições nos depoimentos, tais como: a afirmação da autora de que Marcilene trabalhava na Farmácia, dado negado por ela e pelas demais testemunhas; a função que o falecido exercia na farmácia (ora gerente, ora vendedor; ora dizendo que foi contratado para ampliar a farmácia). Ficou claro que era Marly quem realmente fazia de tudo na farmácia, inclusive, gerenciá-la. A farmácia era um pequeno estabelecimento, com movimento e faturamento (conforme depoimento do sr. Deuci, em audiência, o faturamento mensal era na faixa de R$ 15.000,00 a R$ 18.000,00), que não comportavam a contratação de qualquer outro funcionário além de Marly, especialmente um gerente (que lá já havia), recebendo salário de R$ 2.800,00 (evento 1 - CTPS6). Na verdade, resta evidente que a única funcionária da farmácia sempre foi Marly, tanto que, antes e depois da suposta contratação do falecido, ela foi a única funcionária."
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 259 e 260), destacando que "a instrução deixou flagrantemente clara a intenção da parte autora de falsear a verdade dos fatos, omitindo vínculo de parentesco entre o falecido e seus supostos empregadores. Em realidade, forjou-se um vínculo irreal, após o falecimento, com a intenção de obter benefício indevido da Previdência".
4. Os requerentes apresentaram incidente de uniformização nacional (evento 276) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal do Paraná e o entendimento adotado pelos Tribunais Regionais Federais (TRF4, 2005.04.01.021773-1, Rel. Vladimir Passos de Freitas, Sexta Turma, DJ de 18/01/2006; TRF4, 5002670-89.2011.404.7016, Sexta Turma, Rel. p/ Acórdão Vânia Hack de Almeida, juntado aos autos em 26/09/2014; TRF4, 5003859- 87.2011.404.7118, Sexta Turma, Rel. p/ Acórdão Néfi Cordeiro, juntado aos autos em 27/05/2013; TRF4, AC 2008.70.99.001963-0, Sexta Turma, Rel. Celso Kipper, DE de 10/06/2011; TRF1, 2004.01.99.036640-0, Rel. Des. Federal Carlos Olavo, Primeira Turma, e-DJF1 de 25/11/2008);
-e que "não havendo comprovação da suposta fraude na contratação do segurado, há que ser reformada a decisão para declarar o direito dos Recorrentes ao recebimento do benefício de pensão por morte, desde a morte do instituidor".
5. O incidente foi inadmitido na origem (evento 286) aos fundamentos de que "julgados dos Tribunais Regionais Federais não se prestam para caracterização de divergência jurisprudencial" e de que a alteração da conclusão do acórdão da Turma Recursal implicaria reexame de matéria de fato.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei". Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, §2º).
9. No presente caso, os requerentes trouxeram apenas julgados proferidos por Tribunais Regionais Federais de diferentes regiões, que não servem como paradigma para fundamentar a interposição de pedido de uniformização nacional porque estão fora do microssistema dos Juizados. Inteligência do art. 14, §2º, da Lei 10.259/01. Dessa forma, o pedido de uniformização de fato não merece ter seguimento (Precedente da TNU: PEDILEF nº 2003.82.10.000639-4, Relatora Juíza Federal Daniele Maranhão, DJU de 21/06/2006).
10. Ademais, como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente, considerando que o acórdão impugnado baseia-se na fragilidade da prova testemunhal e na clara intenção dos requerentes de falsearem a verdade dos fatos para a obtenção indevida de benefício previdenciário, a análise da argumentação tecida demanda necessariamente o reexame do acervo probatório, o que é defeso em vista do óbice da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003557-57.2012.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NILTON DA SILVA
PROC./ADV.:FABIANO CANELLA
OAB:SC-12805
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu genitor(a) na condição de filho maior inválido.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que as provas demonstram a invalidez e a dependência econômica da parte autora em relação ao falecido genitor(a) - evento 103.
3. A Turma Recursal manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 122 e 123).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 130) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2005.71.95.001467-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, julgamento em 11/10/2010; PEDILEF 2008.40.00.707069-2, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, julgamento em 08/04/2010);
- e que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao falecido não é absoluta, podendo ser afastada mediante prova contrária.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 138).
6. Voto pelo conhecimento e não provimento do incidente.
7. As alegações do requerente de fato convergem com o posicionamento já firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
8. Contudo, ao contrário do que defende o INSS, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência da TNU, já que a Turma de origem entendeu que o acervo probatório constante dos autos comprova a dependência econômica da parte autora em relação aos pais.
9. O acórdão recorrido seguiu a orientação desta Turma Nacional, valorando as provas e analisando o caso concreto, não sendo possível o revolvimento de provas em razão da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
10. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5019025-88.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA ALICE SILVA DE ALMEIDA
PROC./ADV.:ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA
OAB:PR-31245
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. ACÓRDÃO ANULADO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seus genitores na condição de filho maior inválido.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que a parte autora já estava incapacitada para o trabalho na data do óbito dos pais (evento 41).
3. A Turma Recursal manteve a sentença, destacando que "a dependência econômica do filho inválido é presumida, sendo essa presunção absoluta, conforme entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região" (eventos 66 e 67).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 74) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no REsp 1.241.558/PR, Sexta Turma, DJe 03/06/2011; AgRg no REsp 1.254.081/SC, Sexta Turma, DJe 22/02/2013; AgRg no REsp 1.369.296/RS, Segunda Turma, DJe 22/04/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1.250.619/RS, Segunda Turma, DJe 14/12/2012);
- e que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao segurado falecido é relativa, podendo ser afastada por prova em sentido contrário.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 88).
6. Voto pelo conhecimento e parcial provimento do incidente.
7. A tese defendida pelo INSS está de acordo com o posicionamento firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
8. Não possuindo caráter absoluto, é possível à parte contrária, no caso, o INSS, derrubar a presunção da dependência econômica.
9. No caso concreto, a Turma Recursal de origem afirmou que a presunção da dependência econômica do filho inválido é absoluta, atendo-se somente ao requisito da incapacidade para o trabalho na data do óbito do segurado.
10. Incidência, portanto, da Questão de Ordem nº 20: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito."
11. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS para anular o acórdão recorrido e determinar a devolução dos autos à origem para a análise da dependência econômica do filho maior inválido para a concessão do benefício de pensão por morte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais DAR PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501453-69.2013.4.05.8300
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:CLEONICE BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.:JOSENILDO VIANA DE LIMA
OAB:PE-024 926
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. QUESTÕES PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença (evento 33 do processo eletrônico) foi de procedência.
3. O INSS recorreu e a d. Turma Recursal deu provimento ao recurso porque concluiu pela não caracterização do regime de economia familiar de trabalhadores rurais de forma a constatar a qualidade de segurado especial do pretenso instituidor da pensão, uma vez que a autora, companheira do falecido pretenso segurado, é professora aposentada e aufere renda considerável e incompatível com as características dos integrantes do regime de economia familiar de trabalhadores rurais (evento 50 do processo eletrônico).
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência (evento 56 do processo eletrônico) argumentando, em síntese, que a Turma Recursal partiu de premissa errada e desconsiderou questão incontroversa, uma vez que só se discutia no recurso do INSS a questão da dependência da autora como companheira, uma vez que o INSS já havia reconhecido administrativamente a qualidade de segurado do falecido; e que a jurisprudência da TNU entende que: A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto. (Súmula 41 da TNU).
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas. A decisão está lastreada nos seguintes fundamentos: 1. Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência Nacional interposto pela parte autora em face de acórdão proferido por essa Turma Recursal, que entendeu ser indevido o benefício de pensão por morte de trabalhador rural por não restado comprovada a qualidade de segurado especial do de cujus, uma vez que a companheira, ora recorrida, sempre exerceu atividade de professora, aposentando-se em 2011, auferindo renda superior a 1 salário mínimo. O artigo 14, caput, e seus §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.259/01, dispõe: Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal. Alega a recorrente que a decisão proferida pela Turma Recursal contrariou julgado de outras Turmas Recursais, assim como do STJ, no sentido de que a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial. Não visualizo a divergência do acórdão paradigma com o recorrido, necessária para fins de conhecimento do incidente de uniformização, tendo em vista que o acórdão fez uma análise pormenorizada sobre a renda auferida pela companheira do de cujos, e após a referida análise, entendeu pela ausência da qualidade de segurado do mesmo, conforme trecho: "In casu, em primeiro lugar, verificamos que o falecido deixou de exercer atividade formal remunerada em 20/07/1999 (CNIS - pág. 6, anexo 28), alguns anos antes do óbito (11.08.2003). Há, também, nos autos, documento emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira Nova (anexo 41) que informa o exercício de atividade rural pelo falecido, no período de 01/01/2000 a 10/08/2003. Ocorre que o enquadramento do falecido na figura do segurado especial exigia que o seu trabalho agrícola fosse imprescindível para o seu sustento e da sua família, na forma do art. 11, VII e § 1º da LBPS. Observo que a companheira do de cujus, aposentada por tempo de serviço de professora, auferia renda superior ao salário mínimo ao tempo do óbito (anexo 49), o que demonstra que o labor na roça era mero complemento, não imprescindível, afastando a qualidade de segurado especial do extinto, razão pela qual a autora não faz jus à concessão do benefício pleiteado. Assim, mostra-se patente a ausência de divergência entre o entendimento constante do acórdão paradigma e o acórdão combatido. Ademais, de acordo com a Súmula 42 da TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova e adentra questão de natureza processual.
8. Depreende-se do julgamento da Turma Recursal que ela não se viu vinculada ao entendimento administrativo da qualidade de segurado especial do falecido. Conforme os fundamentos acima parcialmente transcritos, entendeu a Turma pela inexistência de um regime de economia rural familiar a partir da singularidade fática da renda da autora, companheira do falecido. Também entendeu como circunstância impeditiva da caracterização da qualidade de segurado especial trabalhador rural, o seguinte fundamento: In casu, em primeiro lugar, verificamos que o falecido deixou de exercer atividade formal remunerada em 20/07/1999 (CNIS - pág. 6, anexo 28), alguns anos antes do óbito (11.08.2003). Assim, a pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, conforme bem apurado na decisão agravada.
9. Quanto ao outro argumento da recorrente, tem natureza processual. A alegação de que a Turma adentrou fato incontroverso e teria desconstituída decisão administrativa diz respeito aos limites das questões devolvidas pelo recurso à instância julgadora, circunstância que não se enquadra na hipótese legal permissiva do pedido de uniformização de jurisprudência, inclusive porque não está demonstrada nenhuma divergência jurisprudencial em tal questão. Ademais, a questão foi objeto de recurso extraordinário, portanto caberá ao STF a solução definitiva.
10. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato) e a literalidade do caput do artigo 14 da Lei n. 10.259/01, segundo o qual cabe o pedido de uniformização quando houver divergência de decisões sobre questões de direito material.
11. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502850-78.2013.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:HELENA SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.:IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR
OAB:CE-18937
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. SINGULARIDADE DO CASO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de benefício previdenciário como trabalhadora rural segurada especial.
2. A sentença foi de improcedência e a parte autora recorreu, contudo a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso.
3. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal violou a jurisprudência e o art. 106, III, da Lei n. 8.213/91, uma vez que foram apresentados documentos suficientes, que foram corroborados pelo depoimento pessoal e de uma testemunha.
4. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
5. A parte autora agravou da decisão.
6. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
7. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, uma vez que discute a conclusão judicial acerca de sua qualidade de segurada especial trabalhadora rural. A argumentação da recorrente inclusive importaria em remontar a questão fática que constou em outro processo (0531225-53.2008.4.05.8300) no qual constaria o trabalho de forma diversa da alegada no presente processo, conforme a conclusão da d. Turma Recursal.
8. Ao contrário do alegado pela recorrente, a d. Turma observou os documentos apresentados, porém deles não depreendeu valor probatório absoluto, uma vez que havia singularidades na prova oral e em relação a outro processo gerando um contexto negativo para a pretensão deduzida em juízo. Vejamos os fundamentos do r. acórdão parcialmente transcritos adiante: (...) o início de prova material, como o próprio nome já o diz, tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova absoluta e incontrastável. Esses documentos indiciários, ainda que sejam necessários, não são suficientes para a comprovação da condição de segurado especial durante todo o período de carência. O início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório. No caso dos autos, entendo que a sentença vergastada não merece reparo. Deveras, a documentação apresentada pela parte autora é bastante frágil; isso porque se constitui basicamente de Declaração de Exercício de Atividade Rural emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro do Norte, recibo de entrega da Declaração do ITR em nome do dono da terra, comprovante de aposentadoria por idade na qualidade de segurado especial dos genitores da parte autora, dentre outros de menor relevo. No depoimento pessoal, a parte autora afirma que trabalha com os pais e a filha, relatando que o seu genitor, que conta com cerca de 80 anos de idade, apesar de aposentado, realiza a função de brocar, o que parece-me pouco crível, visto que se trata de um serviço demasiadamente pesado para ser realizado por um senhor de idade. Na realidade, é evidente que a autora não trabalha com os pais. Alega isto no presente processo para evitar o reconhecimento da coisa julgada com aquele de n.º 0502160-20.2011.4.05.8102, ao qual foi juntado o processo administrativo, onde a autora afirmou trabalhar só com a filha. A prova testemunhal não tem o condão de suprir o inicio de prova material exigido pela lei para a concessão do benefício.

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

Ressalta-se que, conforme PA em anexo, não foi homologado o período referido pela requerente, sob argumento que a mesma não demonstrou segurança quanto à técnica agrícola. Assim, observa-se que o conjunto probatório carreado aos autos é insuficiente para comprovação da qualidade de segurada da parte recorrente durante o período de carência, apto a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural. Nesse sentido, analisando atentamente a sentença recorrida, constata-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.
9. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
10. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0503170-94.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:HUGO BEZERRA DE MELO
OAB:CE-3968
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PRESSUPOSTOS FÁTICOS DIVERSOS ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PRECEDENTE INVOCADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de seu alegado companheiro, falecido em 2008, invocando, como prova material, decisão de ação de justificação de união estável ajuizada em 2010.
2. A sentença foi de improcedência e a parte autora recorreu.
3. A d. Turma Recursal negou provimento ao recurso com base nos seguintes fundamentos parcialmente transcritos: (...) ao examinar os elementos probantes nos autos, não há como reconhecer a alegada qualidade de dependente. É que não há prova documental idônea a amparar a pretensão, tampouco prova oral harmônica. Com efeito, não há sequer prova válida de domicílio comum à época do óbito. Demais disso, os depoimentos tomados foram contraditórios a respeito de como a autora e o falecido teriam se conhecido, bem como a respeito de onde residiram, o que fragiliza ainda mais o conjunto probatório.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal desconsiderou a coisa julgada, que é o reconhecimento da união estável pela Justiça Estadual em sentença declaratória, portanto sequer era necessária a prova testemunhal, conforme o precedente que juntou. Argumentou, ainda, que é possível a utilização de apenas testemunhas para o reconhecimento da união estável, conforme a Súmula 63 da TNU.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. O incidente de uniformização não pode ser conhecido porque esta demanda tem pressuposto diverso do precedente invocado, que trata da validade da sentença de mérito proferida em outro processo reconhecendo união estável.
9. No processo em exame, não há uma sentença de mérito em favor da parte autora, mas mera decisão em ação de justificação, na qual não houve nenhum juízo de valor acerca da relação jurídica "união estável", mas mera colheita de prova em procedimento de jurisdição voluntária, sem contraditório, em que a Justiça Estadual apenas verificou a formalidade dos depoimentos.
10. E para avançar na outra vertente da pretensão de uniformização, que é a observância da Súmula 63 da TNU, resultaria em revolvimento de prova. Observo que a d. Turma Recursal não verificou idoneidade em nenhum documento nem na prova oral, conforme acima transcrito, portanto nenhuma das hipóteses invocadas pela recorrente lhe socorre, seja apoiando-se no mero procedimento de justificação judicial, seja no argumento de que bastaria a prova testemunhal, pois ambos foram descartados por terem sido considerados como insuficientes para provar os fatos relativos à união estável e a dependência econômica.
11. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005373-14.2011.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOSÉ MARIA LOPES
PROC./ADV.:CLÁUDIO ITO
OAB:PR-47606
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE CÔNJUGE. QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL DA FALECIDA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONTEMPORÂNEA AO ÓBITO. SÚMULA Nº 34 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de sua esposa, Anália de Lourdes Pinheiro Lopes.
2. A sentença (evento 63) foi de improcedência ao fundamento de que não foi comprovada a qualidade de segurada especial da falecida. Destacam-se na sentença os seguintes fundamentos: "A fim de cumprir a exigência legal de apresentação de início de prova material do tempo de serviço, verifica-se que não foi apresentado qualquer documento que sirva como início de prova material capaz de ligar a de cujus ao alegado exercício de atividade rural no momento do óbito. Buscando comprovar o exercício de atividade rural por parte da de cujus o autor juntou aos autos, entre outros, os seguintes documentos: a) Certidão de casamento onde consta o autor como lavrador e a sua esposa como doméstica, 1967; b) Certidão de nascimento dos filhos, nas quais o autor é qualificado como lavrador e a sua esposa como 'do lar', 1969 a 1974; c) Históricos escolares dos filhos do autor com a falecida, 1977 a 1985; d) Nota fiscal de compra de produtos agrícolas em nome do autor, 1987; e) Título eleitoral do autor, constando sua profissão como 'lavrador', 1968. Ademais, a certidão de óbito juntada aos autos, embora qualifique o autor como 'lavrador', indica a qualificação da de cujus como 'do lar'. Portanto, da simples análise dos documentos anexados aos autos pela parte autora, nota-se claramente que não existe nenhum capaz de comprovar que a de cujus exercia atividade rural no momento do seu óbito, uma vez que o documento mais recente trata-se de uma nota fiscal de compra de produtos agrícolas datada de 1987, portanto, 06 anos antes do seu falecimento. Assim, embora as testemunhas ouvidas durante a audiência de instrução (evento 25) tenham sido uníssonas ao afirmar que a de cujus exercia atividade rural, por ausência de início de prova material, concluo que a parte autora não se desincumbiu de seu ônus de comprovar a condição de segurada especial da instituidora do benefício à época do óbito, não fazendo jus, portanto, ao recebimento do benefício na forma requerida".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 83 e 84). Conforme destacado pelo relator, "embora as testemunhas ouvidas em audiência (evento 25, ATA1) tenham afirmado a respeito do desenvolvimento de atividade rural da de cujus até adoecer, a prova material apresentada nos autos é muito escassa, de forma que não se presta a confirmar a atividade rural desenvolvida pela falecida. Dessa forma, entendo ser inverossímil que a de cujus tenha efetivamente trabalhado nas lides campesinas em regime de economia familiar durante o período exigido".
4. O requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 91) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo STJ (REsp 205.851/SP, Rel. Min. Vicente Leal, Sexta Turma, DJ de 07/06/99; REsp 163.500/SP, Rel. Min. José Dantas, Quinta Turma, DJ de 18/05/98; REsp 133.246/SP, Rel. Min. Felix Fischer, Quinta Turma, DJ de 08/09/97; REsp 84.139/SP, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, DJ de 17/06/96; REsp 67.357/SP, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, DJ de 11/12/95);
- e que a Lei 8.213/91 não exige "que o trabalhador rural traga aos autos um documento para cada ano trabalhado, e nem exige que o acervo documental delimite, com a objetividade pretendida pela e. Turma Recursal do Paraná, o início dessa atividade rural."
5. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem aos fundamentos de que não há divergência de aplicação de entendimentos e de que a pretensão do requerente é apenas rediscutir a prova produzida nos autos, aplicando-se ao caso a Súmula nº 42 da TNU (evento 105).
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 112), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. Conforme se depreende da leitura da sentença, cujos fundamentos foram incorporados ao acórdão recorrido, a qualidade de segurada especial da falecida foi afastada porque o documento mais recente juntado aos autos refere-se ao ano de 1987, isto é, 6 (seis) anos antes do óbito.
9. O acórdão recorrido está de acordo com o entendimento da TNU, consolidado no enunciado da Súmula nº 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar". Dessa forma, aplica-se ao caso o art. 15, III, do RITNU - Resolução nº 345/2015 do CJF.
10. O fato gerador da pensão é o óbito, portanto a prova material da qualidade de segurada especial deve ser contemporânea àquela data. Não necessariamente deve ser a prova material referente ao ano do óbito, mas não pode distar anos de tal evento, como ocorreu no caso, pois o óbito ocorreu em 1993 e a última prova material considerada no julgamento é de 1987.
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002567-97.2011.4.04.7011
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:SILMA RODRIGUES DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.:IZAIAS LINO DE ALMEIDA
OAB:PR-23771
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO QUANDO NÃO HAVIA INCAPACIDADE E QUANDO JÁ HAVIA OCORRIDO A PERDA DA COM DA QUALIDADE DE SEGURADO. INCAPACIDADE NÃO APURADA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 102 DA LEI N. 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU. VEDAÇÃO DA INOVAÇÃO RECURSAL. QUESTÃO DE ORDEM N. 10.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença (evento 86 do processo eletrônico) foi de improcedência porque o falecido marido da parte autora já tinha perdido a qualidade de segurado à época do óbito e não foi apurada na perícia médica a existência de incapacidade no período de graça.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal do Paraná negou provimento ao recurso com base nos seguintes fundamentos: Trata-se de recurso interposto pela parte contra sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte. A parte recorrente sustenta, em síntese, a manutenção da qualidade de segurado do instituidor, uma vez que desde o término do último vínculo empregatício (12/1995) estava acometido por doença incapacitante até a data de seu óbito (31/07/1999). Mantenho a sentença por seus próprios fundamentos (Lei 9.099/95, art. 46 c/c Lei 10.259/01, art. 1º). Registre-se, se a prova técnica é concludente no sentido da inexistência de incapacidade para a atividade habitual e inexistem elementos técnicos hábeis a infirmá-la, conclui-se que a parte autora não faz jus à concessão de benefício previdenciário por incapacidade (Lei 8.213/91) - evento 114 do processo eletrônico.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência (evento 122 do processo eletrônico) argumentando, em síntese, o seguinte:
- é possível o recolhimento (com atraso) das correspondentes contribuições, a fim de que seja concedido o benefício. A questão que se coloca refere-se sobre a possibilidade de reconhecimento da condição de segurado post mortem, mediante o recolhimento de contribuições, conforme o entendimento do STJ;
- o falecido marido da autora estava incapaz para o exercício após seu último contrato de trabalho, não tendo mais capacidade laborativa plena, sendo o benefício foi indevidamente indeferido, uma vez que o de cujus encontrara-se incapacitado para seu trabalho habitual; não perde a qualidade de segurado quem está acometido de doença incapacitante; No presente caso, tendo de cujus sido acometido de doença incapacitante desde quando deixou de trabalhar, estando incapaz, na data do óbito ainda mantinha a qualidade de segurado;
- A jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça entende que a perda da qualidade de segurado do "de cujus", após o preenchimento dos requisitos exigíveis, não impede o direito à concessão do benefício a seus dependentes.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas: O incidente de uniformização interposto não preenche os requisitos de admissibilidade. Com a devida vênia, entendo que não há divergência de aplicação de entendimentos. A pretensão do recorrente é apenas rediscutir a prova produzida nos autos, de forma a embasar suas alegações. Assim, aplica-se ao caso o enunciado nº 42 da Súmula da TNU ('Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato'), bem como, analogicamente, os enunciados nº 7 da Súmula do STJ ('A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial') e nº 279 da Súmula do STF ('Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário'). (evento 130 do processo eletrônico)
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PEDILEF.
8. Inicialmente, o PEDILEF não pode ser conhecido em relação aos dois primeiros argumentos recursais acima transcritos. O primeiro, porque é uma inovação recursal que atrai a observância da Questão de Ordem n. 10: Não cabe o incidente de uniformização quando a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido. Quanto ao segundo, porque realmente importa em revolvimento de prova, conforme bem apurado na decisão agravada, já que o acórdão recorrido é expresso ao constar: a prova técnica é concludente no sentido da inexistência de incapacidade para a atividade habitual e inexistem elementos técnicos hábeis a infirmá-la, conclui-se que a parte autora não faz jus à concessão de benefício previdenciário por incapacidade (Lei 8.213/91). Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
9. Quanto ao último argumento recursal, no sentido de que a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça entende que a perda da qualidade de segurado do "de cujus" após o preenchimento dos requisitos exigíveis não impede o direito à concessão do benefício a seus dependentes, não merece ser provido o PEDILEF porque, contrariamente ao afirmado pela recorrente, o STJ não dispensou o preenchimento do requisito legal da existência da incapacidade dentro do período de graça ou enquanto mantida a qualidade de segurado, uma vez que, conforme o próprio recorrente reconhece, há a condicionante: após o preenchimento dos requisitos exigíveis, dentre os quais a efetiva incapacidade. O acórdão recorrido não apurou incapacidade em nenhuma das referidas situações (enquanto segurado obrigatório como empregado, contribuinte individual ou facultativo ou no período de graça), portanto a decisão está conforme o regramento legal (art. 102 da Lei n. 8.213/91). Observe-se que a parte autora inclusive pretende, inovando no recurso, o recolhimento de contribuições post mortem, contrariando a Súmula 52 da TNU: Para fins de concessão de pensão por morte, é incabível a regularização do recolhimento de contribuições de segurado contribuinte individual posteriormente a seu óbito, exceto quando as contribuições devam ser arrecadadas por empresa tomadora de serviços.
10. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002493-43.2011.4.04.7011
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ANDRÉIA DOS SANTOS BENEDITO
PROC./ADV.:IZAIAS LINO DE ALMEIDA
OAB:PR-23771
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE CÔNJUGE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. REGULARIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES POSTERIORMENTE AO ÓBITO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 52 DA TNU. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu marido, ocorrido em 08/06/2010.
2. A sentença (evento 119) foi de improcedência ao fundamento de que o falecido não detinha a qualidade de segurado quando do óbito. Destacam-se na sentença os seguintes fundamentos: "A autora afirma, em depoimento pessoal, que: o marido tinha loja que reformava e vendia estofados prontos; quando marido faleceu fazia 2 meses que ele tinha fechado a loja e ela achava que ele contribuía para o RGPS; a empresa era regularizada e tinha contador, mas não sabe mais detalhes, pois trabalhava fora da loja e o marido que cuidava da parte de escritório. Os documentos dos 'eventos 1 e 27' confirmam que o falecido possuía comércio de estofados. Todavia, ele efetuou recolhimentos previdenciários somente até 03.2007 (CNIS16, evento 1). Não obstante a prova oral (ATA1 - evento 21) haver confirmado que o marido da autora estaria exercendo, até 2 meses antes do falecimento, a atividade de empresário individual, a questão referente à ausência do recolhimento de contribuições por parte do segurado contribuinte individual já foi objeto de uniformização pela Turma Regional da 4ª Região, no julgamento do Incidente de Uniformização JEF (RS E PR) nº 2003.70.03.001258-5/PR, D.J.U. de 14/1/2005 (...). A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) decidiu no mesmo sentido em Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal: EMENTA PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. INSCRIÇÃO POST MORTEM. REGULARIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES APÓS O ÓBITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O contribuinte individual está obrigado a recolher a contribuição aos cofres da previdência por iniciativa própria, sendo certo que a qualidade de segurado decorre exclusivamente, no caso dos citados contribuintes individuais, da prova do recolhimento das referidas contribuições previdenciárias nos moldes do art. 30, II da Lei 8.212/91. 2. O simples exercício da atividade remunerada não mantém a qualidade de segurado do de cujus, sendo necessário, no caso, o efetivo recolhimento das contribuições respectivas pelo próprio segurado quando em vida para que seus dependentes façam jus ao benefício de pensão por morte. 3. Não é possível a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do segurado falecido, contribuinte individual, que não efetuou o recolhimento das contribuições respectivas à época, não havendo amparo legal para a dita inscrição post mortem ou para que sejam descontadas as contribuições pretéritas, não recolhidas pelo de cujus, do benefício da pensão por morte percebido pelos herdeiros. (PEDILEF 200572950133107, DJU 21.05.2007, Relator Juiz Federal Marcos Roberto Araújo dos Santos). Os julgados acima reconhecem a impossibilidade de recolhimento post mortem das contribuições previdenciárias relativas à atividade do contribuinte individual para fins de concessão de benefício de pensão por morte. O contribuinte individual, caso do falecido, está obrigado a recolher contribuição por iniciativa própria, vale dizer, essa obrigação é exclusivamente dele, por isso não há justificativa que permita o recolhimento após o óbito. Portanto, o falecido era empresário individual, sendo exclusivamente dele a obrigação de recolher contribuições ao RGPS, na qualidade de contribuinte individual. Neste contexto, verifico que o falecido não verteu contribuições ao RGPS após 03.2007, embora tenha continuado seu trabalho. Desse modo, a qualidade de segurado do falecido perdurou até 15.05.2008, conforme art. 15, inciso II e parágrafo 4º , da Lei 8.213/91. No caso, não é possível a prorrogação da qualidade de segurado, prevista nos parágrafos 1º e 2º , pois o falecido não havia vertido mais de 120 contribuições de forma ininterrupta e não havia desemprego".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 146 e 147).
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 154) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado por Tribunais Regionais Federais de diferentes regiões;
- divergência da jurisprudência do eg. STJ (REsp 263.005/RS, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Quinta Turma, DJ de 05/02/2001);
- e que "é incontroverso, que o de cujus, instituidor da pensão, havia ultrapassado o chamado "período de graça", em que mantém a qualidade de segurado independentemente de contribuições previsto (art. 15 da lei 8.213/1991). No entanto, é possível o recolhimento (com atraso) das correspondentes contribuições, a fim de que seja concedido o benefício. Assim, a questão que se coloca refere-se sobre a possibilidade de reconhecimento da condição de segurado post mortem, mediante o recolhimento de contribuições".
5. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem aos fundamentos de que não há divergência de aplicação de entendimentos e de que a pretensão da requerente é apenas rediscutir a prova produzida nos autos, aplicando-se ao caso a Súmula nº 42 da TNU (evento 162).
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 169), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. O acórdão recorrido está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que o simples exercício de atividade remunerada não é suficiente para a manutenção da qualidade de segurado, não havendo amparo legal para o recolhimento de contribuições post mortem. Confira-se: "PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO PELO SIMPLES EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INFORMAL. REGULARIZAÇÃO POST MORTEM DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO. 1. Este Colegiado possui entendimento consolidado no sentido de que a qualidade de segurado do contribuinte individual não decorre do simples exercício de atividade remunerada, mas do concomitante recolhimento das contribuições exigíveis. Assim, revela-se incabível, para fins de obtenção de pensão por morte, a regularização do recolhimento das contribuições posteriormente ao óbito (Cf. Pedilef 200870950025150, juíza federal Rosana Noya Weibel Kaufmann, DOU 08/04/2011; Pedilef 200870510019718, juíza federal Joana Carolina Lins Pereira, DOU 25/03/2011; Pedlief 200783005268923, juíza federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/12/2008; Pedilef 200672950079373, juiz federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 12/02/2009; Pedilef 200572950133107, juiz federal Marcos Roberto Araújo dos Santos, DJU 21/05/2007; Pedilef 200570950150393, juíza federal Maria Divina Vitória, DJU 17/03/2008.) (...). (PEDILEF nº 2005.63.02.013290-9, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU de 09/12/11).
9. No mesmo sentido, a Súmula 52 da TNU: "Para fins de concessão de pensão por morte, é incabível a regularização do recolhimento de contribuições de segurado contribuinte individual posteriormente a seu óbito, exceto quando as contribuições devam ser arrecadadas por empresa tomadora de serviços". No caso concreto, não se aplica a mencionada exceção, tendo em vista que o falecido era empresário individual (dono de um comércio de estofados).
10. Assim, considerando que o entendimento adotado no acórdão recorrido está de acordo com o posicionamento consolidado desta TNU, incide, na espécie, a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002389-51.2011.4.04.7011
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:DAMIÃO BISPO DA SOUZA
PROC./ADV.:HEIZER RICARDO IZZO
OAB:PR 31.839
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE CÔNJUGE. QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL DA FALECIDA NÃO COMPROVADA. DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS NÃO DEMONSTRADA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de sua esposa, Erontina dos Santos Souza.
2. A sentença (evento 117) foi de improcedência ao fundamento de que não foi comprovada a qualidade de segurada especial da falecida. Destacam-se na sentença os seguintes fundamentos: "A fim de comprovar o labor rural desempenhado pela falecida o autor apresentou os seguintes documentos: a) prontuários médicos emitidos após o ano de 1997, nos quais a extinta foi qualificada como trabalhadora rural; b) certidão de nascimento do filho na qual não consta qualificação profissional dos genitores; c) certidão de nascimento da filha emitida em 1983 onde o autor foi qualificado como lavrador e a falecida como do lar; d) declaração de óbito da falecida na qual foi qualificada como lavradora no ano de 2011; e) certidão de casamento lavrada no ano de 1976, onde o autor foi qualificado como lavrador e a falecida como do lar. No entanto, consta na CTPS do autor vínculos empregatícios urbanos nos anos de 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979 e 1986, como ajudante geral, servente, ajudante de produção, todos laborado em São Paulo/SP e nos anos de 1982, 1983, 1984, como ajudante geral em São Carlos do Ivaí/PR e a falecida percebia Benefício Assistencial desde 22/07/1997. Entendo que nenhum dos documentos apresentados servem como início de prova material do labor rural, já que os arrolados nos itens a e d, foram emitidos após o ano de 1997 quando a falecida já não mais laborava e os constantes nos itens c e e, foram emitidos antes da cessação do último vínculo empregatício urbano do autor. Ainda, foi oportunizado ao autor apresentar provas materiais a fim de comprovar o labor rural no período de 1986 a 1997, e para tanto apresentou histórico escolar do filhos sem qualificação profissional dos genitores e certidão eleitoral onde consta que se qualificou como agricultor no ano de 1990. Dessarte, entendo que tão somente a certidão eleitoral não é apta para comprovar o labor rural da falecida, ademais, houve contradição nos depoimentos prestados pelo autor e testemunhas. A testemunha Adão Domingues Arselli disse que laborou na roça apenas até 1985 e lembrou-se que a falecida laborou no meio rural até 1997, contraditoriamente não se lembrou o ano de nascimento de nenhum dos filhos. A testemunha Daniel Xavier disse que morou 22 anos em São Paulo/SP e voltou a residir em São Carlos do Ivaí/PR no ano de 1999 quando a falecida já estava 'encostada', disse que conheceu e trabalhou com a falecida no ano de 1976, 1977. Assim, entendo que não foi comprovada a qualidade de segurada especial da falecida à época em que lhe foi concedido o benefício assistencial, portanto, de rigor a improcedência do pedido".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 141 e 142). Conforme destacado pelo relator, "ainda que a falecida esposa do autor estivesse incapaz quando recebeu benefício assistencial, a mesma não teria direito a qualquer benefício por incapacidade, uma vez que não tinha qualidade de segurada".
4. O requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 144) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2002.70.01.025169-7, Rel. Juiz Federal Wilson Zauhy Filho, DJU de 13/09/2005 e PEDILEF 2004.70.95.000130-9, Rel. Juiz Federal Joel Ilan Paciornik, DJU de 04/08/2005);
- divergência da jurisprudência do eg. STJ (REsp 1420939/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/02/2014; AgRg no REsp 1264618/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe de 30/08/2013 e AgRg no REsp 1192886/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 26/09/2012);
- e que o "o início de prova material, na forma exigida pela norma, não precisa necessariamente corresponder a todo o período que se pretende comprovar e, ainda, que em se tratando de serviço rural desenvolvido em regime de economia familiar, os documentos em nome de um dos integrantes do grupo familiar se aproveitam a todos."

VEDADA A VENDA - IMPRENSA NACIONAL

5. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem aos fundamentos de que não há divergência de aplicação de entendimentos e de que a pretensão do requerente é apenas rediscutir a prova produzida nos autos, aplicando-se ao caso a Súmula nº 42 da TNU (evento 162).
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 167), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. Conforme se depreende da leitura da sentença, cujos fundamentos foram incorporados ao acórdão recorrido, a qualidade de segurada especial da falecida foi afastada porque: a) o requerente manteve diversos vínculos empregatícios urbanos nas cidades de São Paulo/SP e São Carlos do Ivaí/PR; b) alguns documentos juntados foram expedidos quando a falecida já estava recebendo benefício assistencial e não mais trabalhava; c) houve contradição nos depoimentos prestados pelo requerente e suas testemunhas.
9. Por sua vez, os acórdãos indicados como paradigma pelo requerente apenas afirmam a desnecessidade de que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bem como o caráter exemplificativo e não exaustivo do rol de documentos hábeis a comprovar o trabalho rural, previsto no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/91.
10. Como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente, não há divergência de aplicação de entendimentos, tendo em vista que os documentos apresentados foram desconsiderados não em razão da sua modalidade ou por não compreenderem todo o período de carência, mas em face de outros elementos observados no processo. Dessa forma, a pretensão do requerente não pode ser resolvida com base exclusivamente na interpretação da lei, recaindo em inevitável reexame de provas, o que é defeso em vista do óbice da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5006045-67.2012.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LINDOLFO WAJAND
PROC./ADV.:DEBORAH GUMZ LAZZARIS PINTO
OAB:SC-19685
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. ACÓRDÃO ANULADO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seus genitores na condição de filho maior inválido.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que a parte autora é portadora de invalidez permanente e sua condição de dependente é presumida (evento 50).
3. A Turma Recursal manteve a sentença, destacando que para a concessão de pensão por morte ao filho maior de 21 anos "a exigência única é a de que seja inválido na data do óbito do segurado instituidor" (eventos 90 e 91).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 102) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2005.71.95.001467-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, julgamento em 11/10/2010; PEDILEF 2008.40.00.707069-2, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, julgamento em 08/04/2010);
- e que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao segurado falecido é relativa, podendo ser afastada por prova em sentido contrário.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 113).
6. Voto pelo conhecimento e parcial provimento do incidente.
7. A tese defendida pelo INSS está de acordo com o posicionamento firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
8. Não possuindo caráter absoluto, é possível à parte contrária, no caso, o INSS, derrubar a presunção da dependência econômica.
9. No caso concreto, a Turma Recursal de origem ateve-se somente ao requisito da incapacidade para o trabalho na data do óbito do segurado, afirmando ser esta a única exigência para a concessão de pensão por morte ao filho maior de 21 anos.
10. Incidência, portanto, da Questão de Ordem nº 20: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito."
11. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS para anular o acórdão recorrido e determinar a devolução dos autos à origem para a análise da dependência econômica do filho maior inválido para a concessão do benefício de pensão por morte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais DAR PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506485-33.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA QUEIROZ
PROC./ADV.:SAMUEL FERREIRA ROLIM
OAB:CE-24334
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de falecido trabalhador rural segurado especial.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal não observou a Súmula 06 da TNU, pois apresentou a prova necessária à demonstração de que seu marido falecido era segurado especial.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
8. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, uma vez que a recorrente discute a conclusão fática acerca da qualidade de segurado especial do falecido, em relação ao qual a pensão é pretendida.
9. Ao contrário do entendimento da autora sustentado no pedido de uniformização, a decisão da Turma Recursal partiu da conjugação de vários elementos materiais e orais, inclusive singularidades circunstanciais, portanto não se trata se simples inobservância da Súmula 06 da TNU.
10. Vejamos os fundamentos do acórdão recorrido: Quanto ao mérito, verifico que a autora não logrou comprovar que o de cujus preenchia os requisitos necessários para a percepção do benefício de aposentadoria por invalidez em momento anterior ao óbito. Isto porque não restou comprovada, com a segurança e a verossimilhança necessárias, que o Sr. Francisco Dantas Queiroz ostentava a condição de segurado especial, dedicando-se à agricultura em regime de economia familiar. Com efeito, o indício de prova material apresentado é, em em sua maioria, posterior ao óbito, ocorrido aos 10/07/2006 (e.g., o seguro-safra tem vencimento de 13/04/2007, a aposentadoria rural da autora tem DIB em 16/08/2012, dentre outros). O único que é anterior a esta data é a Certidão da Casamento (na qual consta a profissão de agricultor do de cujus), mas a própria autora asseverou em audiência que após o casamento o seu esposo trabalhou por cinco anos em uma fábrica de calçados na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Não há, no entanto, entre a cessação desse vínculo e a DIB do benefício assistencial (28/09/94), ou entre a cessação desse vínculo e o óbito, qualquer documento demonstrativo do retorno do Sr. Francisco à agricultura. Por outro, o depoimento da autora e de sua testemunha revelaram a ocorrência de grande contradição fática com os elementos constantes nos autos. Explico. Tanto a autora quanto sua testemunha afirmaram que o de cujus trabalhou até o óbito, tendo a primeira inclusive asseverado que dias antes dele falecer estavam fazendo a quebra do milho. Ocorre que o Sr. Francisco Dantas Queiroz, como já aludido, era titular de um benefício assistencial por incapacidade, tendo o pagamento dos proventos a este benefício concernentes sido realizado até o seu óbito. Daí se extrai que: ou o Sr. Francisco era incapaz, e não corresponde à verdade a afirmação de que trabalhou até o óbito; ou ele não era capaz e não fazia jus à percepção do benefício assistencial até o óbito. De uma forma ou de outra, vejo que o contexto apresentado não revela verossimilhança suficiente para atestar a atividade rural alegada, pelo que julgo improcedente o pedido. Isto posto, afasto a prejudicial de decadência mas, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao recurso.
11. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000664-50.2013.4.04.7013
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SUELI MENDES
PROC./ADV.:FABIENE KAROLINA LAMIM ROSA
OAB:PR-46999
REPRESENTANTE LEGAL:ADRIANA DA SILVA
PROC./ADV.:FABIENE KAROLINA LAMIM ROSA
OAB:PR-46999
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, § 3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, § 2º, DA LEI N. 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Cleuza Aparecida Conde, ocorrido em 08/06/2007, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença foi de procedência sob o fundamento de que o menor sob guarda mantém-se, mesmo após o advento da Lei 9.528/97, dentre os dependentes do segurado da Previdência Social e porque a prova demonstrou sua dependência econômica.
3. A Terceira Turma Recursal do Paraná confirmou a sentença.
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional apontando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal do Paraná e um julgado da Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro (Processo nº 2003.51.66.000617-0, Rel. Juiz Federal Marcelo Luzio Marques Araujo, julgado em 28/11/2006):
- divergência do entendimento do eg. STJ (REsp 642.915/RS, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 30/06/2008), no sentido de que há expressa vedação legal a que o menor sob guarda seja considerado dependente para fins previdenciários, ainda que se comprove, no plano fático, dependência econômica em relação ao segurado. Alega que "a Lei 9.527/97, que excluiu o menor sob guarda do rol de dependentes do segurado falecido, é posterior ao ECA, e portanto houve revogação tácita na norma em sentido contrário. Além disso, a lei previdenciária é especial em relação à regra geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, e portanto aplicável à situação em tela no que se refere à dependência do menor para fins previdenciários".
5. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem sob o fundamento de inexistência de divergência interpretativa legal e impossibilidade de rediscussão da prova (prova de dependência econômica), aplicando-se ao caso a Súmula nº 42 da TNU.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal do Paraná porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.
4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe- se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 50050699020124047102, Relator Juiz Federal Daniel Machado Da Rocha, DOU de 13/11/2015).
9. A decisão da Turma Recursal está conforme a jurisprudência dominante da TNU (art. 15, III, do RITNU - Resolução nº 345/2015 do CJF).
10. Ainda que admitido o incidente de uniformização mediante provimento do agravo (não há rediscussão da prova porque a dependência econômica da parte autora não é questionada no incidente de uniformização), não caberia a reforma do acórdão da Turma Recursal.
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001005-46.2013.4.04.7217
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA CLARA ANDRÉ SALAZAR REP. LEGAL ELZA ROSANETTI ANDRÉ
PROC./ADV.:CLAUDIONOR DA SILVA COLARES
OAB:SC 2.799
PROC./ADV.:JOSÉ FERNANDO BORGES DA SILVA
OAB:SC-27435
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ÓBITO DO SEGURADO APÓS A LEI N.º 9.528/97. APLICAÇÃO DO ART. 33, §3º, DO ECA. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, §2º, DA LEI N.º 8.213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de Inácia Maria da Rosa André, ocorrido em 11/06/2012, na condição de menor sob guarda.
2. A sentença (evento 71) foi de procedência sob o fundamento de que a nova redação dada ao art. 16, §2º, da Lei 8.213/91 não teve o condão de excluir o menor sob guarda do rol dos dependentes previdenciários, e porque as provas demonstraram a dependência econômica da autora em relação à falecida.
3. A Turma Recursal de Santa Catarina confirmou a sentença (eventos 105 e 106), destacando que "a Turma Nacional de Uniformização - TNU decidiu nos Incidentes de nº 2007.70.95.014299-0 e 2006.71.95.001032-2, que o menor sob guarda possui direito à pensão por morte".
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 115) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal de Santa Catarina e um julgado da Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro (Processo nº 2003.51.66.000617-0, Rel. Juiz Federal Marcelo Luzio Marques Araujo, julgado em 28/11/2006);
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (REsp 642.915/RS, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 30/06/2008);
- e que "a Lei 9.527/97, que excluiu o menor sob guarda do rol de dependentes do segurado falecido, é posterior ao ECA, e portanto houve revogação tácita na norma em sentido contrário. Além disso, a lei previdenciária é especial em relação à regra geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, e portanto aplicável à situação em tela no que se refere à dependência do menor para fins previdenciários".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 126).
6. Parecer do MPF pelo provimento do incidente.
7. Voto pela confirmação do acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina porque está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, §3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho para fins previdenciários". Confira-se o julgado: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso II do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignoro ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o principio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu- se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3ª, Lei n.º 8.060/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCIPIO DE PROTEÇAO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º , do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. sobre norma previdenciária de natureza especifica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069/90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional, haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura. à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração , violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma especifica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 3º, Lei n.º 8.069/ 90), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente (art. 227, caput, e § 3º inciso II). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e, comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, l' Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7 111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÉLO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependia economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 3º da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação". (PEDILEF 5005069-90.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU de 13/11/2015).
8. Dessa forma, reafirmando a tese jurídica de que "diante do que dispõe o artigo 33. § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários", VOTO PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0502389-72.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:AMANDA CAITANO DE ARAUJO
PROC./ADV.:ITALO TAVARES DE CARVALHO LIMEIRA
OAB:PE-34597
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CONJUGAÇÃO DA PROVA MATERIAL E ORAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 42 DA TNU.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de trabalhador rural segurado especial.
2. A sentença foi de improcedência.
3. A parte autora recorreu e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso.
4. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que a Turma Recursal não observou as Súmulas 06, 41 e 34 da TNU, bem como a jurisprudência que admite determinados documentos como início de prova material e a extensão prospectiva da prova, pois apresentou os documentos necessários à demonstração de que o falecido era trabalhador rural segurado especial.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importaria no revolvimento de provas.
6. A parte autora agravou da decisão.
7. O MPF opinou pelo conhecimento e provimento do incidente.
8. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF porque o exame impõe o revolvimento da prova.
9. A pretensão da recorrente realmente importa em revolvimento de prova, uma vez que discute a conclusão fática acerca da qualidade de segurado especial do falecido, em relação a quem a pensão é pretendida.
10. Ao contrário do entendimento da autora sustentado no pedido de uniformização, a decisão da Turma Recursal partiu da conjugação dos elementos materiais e orais, inclusive singularidades circunstanciais, portanto não se trata se simples inobservância das Súmulas 06 e 41 da TNU.
11. Ainda que superada a questão documental, não é possível neste incidente revolver a prova oral para examinar a singularidade relativa ao trabalho urbano de um dos integrantes do grupo familiar, tudo contrário à pretensão da parte autora. Observo que a Súmula 41 remete ao exame do caso concreto. Houve juízo valorativo do conjunto probatório a partir do princípio do livre convencimento racional motivado, atribuição/poder-dever inafastável do julgador.
12. Vejamos os fundamentos do r. acórdão recorrido:
Da qualidade de segurado.
Em resumo, o intento da demandante (ora recorrente) é provar que seu falecido esposo era segurado da Previdência Social, na qualidade de trabalhador rural - segurado especial, e, a partir de sua condição de dependente, receber o benefício de pensão por morte. Recorde-se que o benefício pleiteado independe de carência.
Os documentos apresentados pela parte autora, a meu sentir, não são suficientes para comprovar a qualidade de segurado do de cujus, quando de seu óbito.
Verifica-se do acervo documental colacionado aos autos a existência de Certidão (de inteiro teor) de Nascimento da filha do finado (nascimento ocorrido em 1998), emitida no ano de 2013 (anexo 3) constando a profissão do mesmo como "agricultor"; documentos sindicais (anexo 9); Boletim de Movimentação do Programa Hora de Plantar, referentes aos anos de 93 a 96.
A certidão citada no anexo 3 é posterior ao óbito. Por outro lado, os boletins de movimentação do Programa Hora de Plantar são bem anteriores ao óbito, além do que não foi feita prova de que o registro seja relativo ao finado ou a homônimo.
Constata-se, portanto, que a prova documental juntada é demasiadamente frágil, não apresenta idoneidade suficiente à comprovação de efetivo exercício de atividade rurícola pelo falecido, nos termos do art.106 da Lei n.º 8.213/91.
Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
Em audiência, a representante legal da autora afirmou que o falecido plantava milho e feijão, trabalhava sozinho, ia a pé para o roçado. Questionada, a autora negou já ter trabalhado. Contudo, após insistência por parte do INSS, confessou que já trabalhara como auxiliar de serviços gerais, na prefeitura municipal da cidade em que reside.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido formulado na inicial.
13. Deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
14. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005403-15.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCO PABIS
PROC./ADV.:INGRID HESSEL
OAB:PR-43209
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA AO INSS POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.
2. A sentença (evento 280) foi de improcedência e manteve a aplicação de multa ao INSS por descumprimento de ordem judicial, condenando-o a pagar em favor da parte autora a quantia correspondente a 10% sobre o valor da causa, devidamente corrigida pelo INPC desde o ajuizamento da ação.
3. Interposto recurso inominado pelo INSS questionando a aplicação da multa, a Turma Recursal do Paraná negou-lhe provimento (eventos 309 e 310), destacando que "o comportamento processual da autarquia retardou a solução da controvérsia por vários meses de maneira injustificável, configurando nítida intenção protelatória com evidente afronta à boa-fé processual", não sendo suficiente a "alegação genérica de 'entraves operacionais e burocráticos', pois a autoridade previdenciária deveria ter comunicado ao juízo a existência de qualquer dificuldade administrativa para o tempestivo cumprimento da ordem judicial".
4. O requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 316) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (REsp 1.069.441/PE, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 14/12/2010; AgRg no Ag 1.179.249/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, julgamento em 14/04/2011; AgRg no Ag 1.343.401/GO, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgamento em 10/05/2011);
- que "a falta cometida pelo INSS - demora no cumprimento da ordem judicial para apresentação de documentos - não é punível com multa pecuniária, pois não se enquadra nas hipóteses do art. 14 ou do art. 461 do CPC, mas encontra-se regulamentada nos arts. 355 a 363 do mesmo Código, que não prevêem esta espécie de sanção processual".
- e que embora se trate de matéria de cunho processual, "a ele não se limita, pois que interfere diretamente na esfera patrimonial do réu, que se vê compelido a satisfazer obrigação de pagar determinado valor sem previsão legal, e sem que ele tenha direito algum em relação ao objeto principal do pedido".
5. O incidente foi inadmitido na origem (evento 324) ao fundamento de que a questão versa sobre matéria processual, aplicando-se ao caso a Súmula nº 43 da TNU.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 332), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, caput, prevê o seguinte: "Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei."
9. Dessa forma, a matéria sujeita a debate nesta Turma Nacional deve ficar restrita às divergências sobre questões de direito material, razão pela qual o objeto do incidente interposto pelo INSS, por traduzir controvérsia sobre a aplicabilidade da sanção processual prevista no art. 14, parágrafo único, do CPC, encontra óbice ao seu trâmite. Nesse sentido, a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
10. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004560-05.2011.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:NADIR VILHA PATUSSI
PROC./ADV.:RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
OAB:PR-16794
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE DE FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. PARADIGMAS DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DE DIFERENTES REGIÕES. NÃO CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 14, §2º, DA LEI 10.259/01. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu filho, ocorrido em 18/07/2009.
2. A sentença (evento 79) foi de improcedência ao fundamento de que não ficou comprovada a dependência econômica da requerente em relação ao filho falecido. Consta na sentença que "ao depor em juízo (evento 24), a parte autora relatou que apesar de ser separada judicialmente não recebia pensão do ex-marido; trabalhava como costureira mas teria ficado desempregada 3 anos antes do falecimento de seu filho Anderson, por isso era ele quem a sustentava; não tinha outros rendimentos, senão através de bicos eventuais como empregada doméstica; a renda mensal do filho era de "mais de mil reais". Primeiramente, registro que o depoimento da demandante não foi convincente. Note-se que afirmou residir em Cianorte com a filha desde o óbito do segurado, e que sua renda mensal atual seria constituída em parte pelo aluguel da casa que deixou em Maringá (R$ 500,00). Entretanto, todas as testemunhas ouvidas revelaram que na data da audiência a autora já havia retornado para Maringá há no mínimo de 2 meses, e que sua casa não estava mais alugada pois a autora teria voltado a partir de então a residir sozinha em seu imóvel em Maringá. Vale dizer, constatada de plano tamanha incongruência fica difícil atribuir qualquer credibilidade aos demais pontos de seu relato. As testemunhas ouvidas também não foram firmes quanto à dependência econômica da postulante com relação ao filho, limitando-se a afirmar que presenciavam Anderson levando sacolas de compra para casa ou pagando por pequenas compras da demandante (calçados, etc). Merece destaque o depoimento da 2ª testemunha, vizinha da autora, que revelou que ela só ficou desempregada após o falecimento do filho. Ou seja, na data do óbito, momento em que se deve aquilatar a presença dos requisitos à concessão do benefício, há fortes indícios de que a demandante possuía economia própria capaz de prover seu próprio sustento. A demandante revelou também que o falecido havia financiado um automóvel e que comprometia seus rendimentos com o pagamento de tais prestações. Imperioso concluir, consequentemente, que o auxílio que o falecido prestava à sua mãe apenas a amparava nas despesas domésticas, não constituindo ele o arrimo de família. Não podia ser diferente, já que seus gastos provavelmente eram vertidos para pagar as prestações do carro financiado, cujas prestações mensais eram de R$ 644,45 no ano de 2008, conforme documento acostado no evento 1, OUT17, p. 4, bem como para o pagamento de curso técnico, cuja mensalidade era de R$ 165,00, vide procadm2, p. 5. (...). Não bastassem as impressões até então, todas no sentido de que a postulante e seu filho tinham economias próprias, após se analisar o CNIS da autora (evento 28) não restam dúvidas de que inexistia dependência econômica entre ela e seu filho. Corroborando o depoimento da segunda testemunha, constata-se existência de três vínculos antes do óbito de seu filho, sendo o primeiro de 08/1999 a 03/2008, de 09/2008 a 12/2008, e o último de 05/2009 a 06/2009. Como se vê, ao contrário do alegado em audiência, a parte autora esteve empregada durante praticamente todo período que vai de 1999 ao mês imediatamente anterior ao óbito do segurado."
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 109 e 110), destacando "que não há nos autos prova robusta da dependência econômica da autora em relação ao de cujus, não havendo 'imprescindível participação do falecido segurado para o complemento da subsistência da família'".
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 135) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelos Tribunais Regionais Federais (TRF3, 0017608-79.2011.4.03.9999/SP, Rel. Des. Federal Sergio Nascimento, Décima Turma, e-DJF3 de 30/11/2011; TRF1, 2004.01.99.003875-0/MG, Rel. Juiz Federal Francisco Hélio Camelo Ferreira (conv.), Primeira Turma Suplementar, julgado em 29/09/2011; TRF2, 0000141-17.2011.4.02.9999/ES, Rel. Des. Federal Abel Gomes, Primeira Turma Especializada, julgado em 01/07/2011; TRF5, 2009.81.00.002842-2/CE, Rel. Des. Federal Emiliano Zapata Leão (conv.), Primeira Turma, julgado em 10/03/2011);
- e que "a comprovação de dependência econômica dos pais em relação aos filhos falecidos não necessita ser absoluta, bastando a comprovação da participação no orçamento".
5. O incidente foi inadmitido na origem aos fundamentos de que "não foi suscitada decisão paradigma de Turma Recursal de outra Região ou sustentada contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU" e de que "o acórdão recorrido fundamentou-se, entre outros, na fragilidade da prova testemunhal e sua alteração implicaria em reexame de matéria de fato, o que é vedado em sede de uniformização de jurisprudência".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei". Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, §2º).
9. No presente caso, a requerente trouxe apenas julgados proferidos por Tribunais Regionais Federais de diferentes regiões, que não servem como paradigma para fundamentar a interposição de pedido de uniformização nacional porque estão fora do microssistema dos Juizados. Inteligência do art. 14, §2º, da Lei 10.259/01. Dessa forma, o pedido de uniformização de fato não merece ter seguimento (Precedente da TNU: PEDILEF nº 2003.82.10.000639-4, Relatora Juíza Federal Daniele Maranhão, DJU de 21/06/2006).
10. Ademais, como bem colocado na decisão que inadmitiu o incidente, considerando que o acórdão impugnado baseia-se na fragilidade da prova testemunhal e na existência de fortes indícios de que a requerente possuía economia própria capaz de prover seu sustento, a análise da argumentação tecida demanda necessariamente o reexame do acervo probatório, o que é defeso em vista do óbice da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001670-02.2012.4.04.7216
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOÃO FREITAS IZIDORO
PROC./ADV.:JOSÉ MARTINS DAS NEVES
OAB:SC-25 681
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. ACÓRDÃO ANULADO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu genitor na condição de filho maior inválido.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que a parte autora já estava incapacitada para o trabalho na data do óbito dos pais (evento 89).
3. A Turma Recursal manteve a sentença, destacando que "a qualidade de dependente, por outro lado, independe de comprovação, uma vez que a dependência econômica, neste caso, possui presunção absoluta" (eventos 113 e 114).
4. O INSS interpôs incidente de uniformização nacional (evento 128) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2005.71.95.001467-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, julgamento em 11/10/2010; PEDILEF 2008.40.00.707069-2, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, julgamento em 08/04/2010);
- e que a presunção da dependência econômica do filho inválido em relação ao segurado falecido é relativa, podendo ser afastada por prova em sentido contrário.
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 138).
6. Voto pelo conhecimento e parcial provimento do incidente.
7. A tese defendida pelo INSS está de acordo com o posicionamento firmado por esta TNU, no sentido de que a condição de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, devendo ser aferida no caso concreto (PEDILEF 5011875-72.2011.4.04.7201, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 05/12/2014 e PEDILEF 5000048-36.2012.4.04.7102, Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, DOU de 03/07/2015).
8. Não possuindo caráter absoluto, é possível à parte contrária, no caso, o INSS, derrubar a presunção da dependência econômica.
9. No caso concreto, a Turma Recursal de origem afirmou que a presunção da dependência econômica do filho inválido é absoluta, atendo-se somente ao requisito da incapacidade para o trabalho na data do óbito do segurado.
10. Incidência, portanto, da Questão de Ordem nº 20: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito."
11. Dessa forma, VOTO PELO CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS para anular o acórdão recorrido e determinar a devolução dos autos à origem para a análise da dependência econômica do filho maior inválido para a concessão do benefício de pensão por morte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais DAR PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5012600-78.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:OSNI LOOS
PROC./ADV.:PAULO OSCAR ZIMMERMANN NEGROMONTE
OAB:SC 19.707
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0043460-69.2010.4.01.3800
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MURILO DIONISIO SILVA
PROC./ADV.:SÍLVIO DE SÁ BATISTA
OAB:MG-107991
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão oriundo da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais que reformou a sentença e afastou a decadência considerando que:
REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SALÁRIOS-DECONTRIBUIÇÃO. ATUALIZAÇÃO. IRSM. FEVEREIRO DE 1994.
1. O prazo decadencial para se pleitear revisão do ato de concessão de benefício previdenciário fixado pela Lei nº 9.528/97, que deu nova redação ao art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, é de dez anos a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. No caso dos benefícios concedidos anteriormente à entrada da vigência da lei, deve ser tomado como termo a quo para a contagem do prazo decadencial, não a DIB, mas a data da entrada em vigor do diploma legal.
2. Contudo, a MP 201/04, publicada em 26.7.2004 e convertida na lei 10.999/04, fixou a data de sua publicação como termo inicial da decadência (art. 103 da Lei 8213/91) e da prescrição (Súmula 85 do STJ) (TNU - PU 200671500043626, JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, DJ 25/11/2011). O Prazo decadencial, in casu, deve ter como termo a quo para a sua contagem a data da entrada em vigor da MP nº 201/04.
3. A prescrição atinge apenas as parcelas anteriores ao qüinqüênio que precede o ajuizamento da ação, na forma da Súmula 85/STJ.
4. Conforme entendimento pacífico do colendo STJ, é devida a atualização dos salários-decontribuição, na concessão de benefícios previdenciários posteriores a março/94, com base no IRSM (39,67%), no mês de fevereiro/94, antes de sua conversão em URV.
5. Se a competência de fevereiro/94 integrou o cálculo da renda mensal inicial do benefício concedido ao segurado, é devida a atualização com base no IRSM no percentual de 39,67%.
6. Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso do INSS, nos termos da fundamentação supra. Deve o INSS arcar com o pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 20% sobre o valor da condenação. Isenção quanto ao pagamento de custas processuais (Lei 9.289/96).
2. Interpostos Embargos de Declaração, a Turma Recursal decidiu:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. DECADÊNCIA. IRSM. REEXAME DA MATÉRIA.
EMBARGOS REJEITADOS.
1. Cuida-se de embargos de declaração opostos pela parte ré em face do acórdão no qual se entendeu que a decadência do direito de pleitear a revisão do benefício com base no IRSM de fevereiro de 1994 deve ter, como termo inicial, a data da entrada em vigor da Medida Provisória 201/04, publicada em 26.7.2004.
2. Aduz o embargante que a decisão contraria o STJ e o STF e diz que houve omissão e obscuridade.
3. Foi observado o prazo legal para interposição dos embargos.
4. Não se verifica no presente caso qualquer contrariedade à decisão do STF ou STJ, mas, tão somente, o inconformismo explícito do embargante com a decisão proferida. Esqueceu-se, porém, que os embargos de declaração não são o meio apropriado para rediscutir a matéria.
5. Conquanto o prazo decadencial não se suspenda ou possa ser interrompido, o direito vindicado, ocorrida a inovação legislativa, deixou de estar ligado a mera pretensão de revisão da RMI; diz respeito à aplicação de disposição de lei que determinou recomposição de seu benefício. E desde a edição da MP 201/2004 até a data do ajuizamento da ação certamente não se passaram mais de dez anos.
6. Tendo em vista o exame das questões discutidas pela parte, inexiste omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. Verifica-se, portanto, o nítido caráter protelatório dos presentes embargos, o que enseja a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC.
7. Ante o exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo INSS e o condeno ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, devidamente corrigido.
3. Suscita o INSS a divergência com o decidido pela TNU no PEDILEF 00619594520074013400, de Relatoria do Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira:
EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994 (39,67%). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO DISTRITO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DECADÊNCIA DO DIREITO À REVISÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO EM DATA ANTERIOR À 28 DE JUNHO DE 1997. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A PRETENSÃO EM FACE DA DECADÊNCIA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. - Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n.º 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010), tem cabimento o incidente de uniformização. - É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, confirmando sentença de parcial procedência, divergiria da jurisprudência dominante da TNU, no sentido de também incidir a decadência do direito de revisar os benefícios previdenciários concedidos em data anterior a 28 de junho de 1997. - A TNU já firmou entendimento de que a decadência do direito de revisar o ato de concessão de benefício previdenciário concedido com data de início anterior a 28 de junho de 1997, quando publicada a Medida Provisória n.º 1.523-9 (Lei n.º 9.528/97), ocorre dez anos contados do da vigência da referida MP, no caso, 1.º de agosto de 2007 (TNU - PEDILEF n.º 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010; PEDILEF n.º 200670500070639, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 24 jun. 2010). No caso, a ação foi proposta em 18 de outubro de 2007, quando já havia se consumado o prazo decadencial para a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário. - Incidente conhecido e provido para, reafirmando a tese de que o ato de revisar os benefícios previdenciários concedidos em data anterior a 28 de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

junho de 1997 também está sujeito a prazo decadencial, consumado em 1.º de agosto de 2007, reformar a sentença e o acórdão objurgado, extinguindo o processo, com resolução de mérito, ante a ocorrência da decadência, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC.
4. O pedido de uniformização foi admitido na origem.
5. O acórdão recorrido, reconheceu que o prazo decadencial para se pleitear a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário é de dez anos a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, bem ainda que no caso dos benefícios concedidos anteriormente à MP 1523, deveria ser tomado como termo a quo para a contagem do prazo decadencial, não a DIB, mas a data da entrada em vigor do diploma legal.
6. Portanto, o acórdão mostrou-se consentâneo com o decidido pela TNU e pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 16.10.2013, quando, de forma unânime, deu provimento ao Recurso Extraordinário - RE 626.489, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para estabelecer o seguinte:
EMENTA: RECURSO EXTRAODINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido.
(RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014).
7. Contudo, a Turma Recursal de origem entendeu que havia distinção entre o caso concreto em julgamento e o que foi decidido pelo STF, seguido pela TNU e STJ, pois, não há coincidência entre os fatos fundamentais discutidos e aqueles que serviram de base à tese jurídica constante do precedente. Desta maneira, em razão de peculiaridade no caso em julgamento afastou-se a aplicação do precedente.
8. Verifica-se que, ao contrário do acórdão recorrido, o paradigma da TNU trata somente da incidência do instituto da decadência às revisões dos benefícios previdenciários concedidos em data anterior a 28 de junho de 1997.
9. Portanto, entendo que o paradigma trazido não guarda similitude com a matéria debatida no acórdão recorrido.
10. Diante desse contexto, incide à espécie o disposto na Questão de Ordem nº 22 desta TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
11. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5012745-37.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LUIZ CARLOS DA LUZ
PROC./ADV.:RICHART JOSE JENNRICH
OAB:SC-24969
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5013599-31.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:OTAVIO BRANDL
PROC./ADV.:PAULO OSCAR ZIMMERMANN NEGROMONTE
OAB:SC 19.707
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5000449-80.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:GUILHERME VILVERT
PROC./ADV.:ANDRE LUIZ PINTO,
OAB:SC-13673
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005211-76.2012.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:IDA INACIO
PROC./ADV.:ANDRE LUIZ PINTO
OAB:MG-94551
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004602-59.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:EGON GESSNER
PROC./ADV.:PAULO OSCAR ZIMMERMANN NEGROMONTE
OAB:SC 19.707
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004020-59.2013.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JOAO EDUARDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:PAULO OSCAR ZIMMERMANN NEGROMONTE
OAB:SC 19.707
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5013400-72.2014.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:WALDIR MELZI
PROC./ADV.:RICHART JOSE JENNRICH
OAB:SC-24969
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5008752-20.2012.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ANILVO DE SOUSA
PROC./ADV.:ANDRE LUIZ PINTO
OAB:MG-94551
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. PEDIDO DE REVISÃO. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reconheceu a ocorrência da coisa julgada.
2.Pede a parte requerente o conhecimento do pedido de uniformização e provimento, a fim de que seja julgado procedente o pedido inicial.
3.No caso, a parte requerente pretende a reforma de acórdão que reconheceu a ocorrência da coisa julgada. Em que pese sustentar que a controvérsia é de direito material, sustentando o direito constitucional ao melhor benefício previdenciário e a modificação da situação de fato, em verdade, pretende afastar a aplicação do artigo 471, I do CPC, o que, flagrantemente trata-se de matéria processual.
4.Destaco que não restou provada a modificação da situação de fato superveniente à coisa julgada; ademais, o reexame da matéria fática encontra óbice na Súmula 43 da TNU.
5.Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, o debate sobre a ocorrência, ou não, da coisa julgada limita-se ao âmbito processual, a inviabilizar o trânsito do pedido de uniformização. Nesse sentido, a Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.

Belo Horizonte, 16 de março de 2016.
CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREITA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.504, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Altera o Anexo I da Resolução CFC n.º 1.248/2009, instaura a nova Tabela de Temporalidade e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de implantação, utilização e conservação de informações arquivísticas em sistemas físicos, assim como em ambientes eletrônicos;

Considerando a necessidade de gestão da preservação do patrimônio arquivístico digital no âmbito do Sistema CFC/CRCs; resolve:

Art. 1º Ficam classificados, nos termos do Anexo I da Tabela de Temporalidade de Documentos do Sistema CFC/CRCs, os documentos de guarda, custódia e interesse do CFC, assim como os dos demais Conselhos Regionais de Contabilidade.

Art. 2º Ficam instituídos os critérios para a preservação física documental, conforme as diretrizes constantes no Anexo I da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 29, DE 4 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 032/2015
Processo Ético Coren-RS nº 023/2013
Parecer de Relator nº 117/2016
Conselheira Relatora: Dra. Eloiza Sales Correia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conselheiro com voto vencedor: Dr. Jebson Medeiros de Souza

Denunciante: Coren-RS

Denunciada/Recorrente: Lutiane Pereira Batista

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 032/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. MANUTENÇÃO DE DECISÃO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-RS. Advertência verbal e multa de 05 (cinco) anuidades.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 032/2015, originário do COREN-RS, Processo Ético Coren-RS nº 023/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de maio de 2016, por maioria dos votos com voto de qualidade, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-RS nº 073/2014 e aplicar a pena de advertência verbal e multa de 05 (cinco) anuidades à técnica de enfermagem Lutiane Pereira Batista, Coren-RS nº 425.666-TEC, por infração aos artigos 5º, 12, 48 e 56 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

JEBSON MEDEIROS DE SOUZA
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 30, DE 4 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 033/2015
Processo Ético Coren-RS nº 029/2013
Parecer de Relator nº 129/2016
Conselheiro Relator: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante: Coren-RS
Denunciada/ Recorrente: Sylvia Hinterholz

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 033/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-RS. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 033/2015, originário do COREN-RS, Processo Ético Coren-RS nº 029/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de maio de 2016, por 06 (seis) votos a favor e 03 (três) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-RS nº 102/2014 e absolver a enfermeira Sylvia Hinterholz, Coren-RS nº 3.141-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GILVAN BROLINI
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 31, DE 4 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 035/2015
Processo Ético Coren-RS nº 036/2013
Parecer de Relator nº 106/2016
Conselheira Relatora: Dra. Francisca Norma Lauria Freire
Denunciantes: Karen de Cássia Porto L. Salcedo e Valderez Fantini Dutra
Denunciada/ Recorrente: Rosane de Fátima Lopes de Souza

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 035/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-RS. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 035/2015, originário do COREN-RS, Processo Ético Coren-RS nº 036/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-RS nº 100/2014 e absolver a enfermeira Rosane de Fátima Lopes de Souza, Coren-RS nº 040.611-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

FRANCISCA NORMA LAURIA FREIRE
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 32, DE 5 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 049/2015
Processo Ético Coren-DF nº 230/2013
Conselheiro Relator: Dr. Walkirio Costa Almeida
Denunciante: Coren-DF
Denunciado: Rafael Machado do Nascimento

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 049/2015. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Imputar a penalidade de cassação do direito ao exercício profissional por 10 (dez) anos.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 049/2015, originário do COREN-DF, Processo Ético Coren- DF nº 230/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, aprovar a penalidade de cassação do direito ao exercício profissional pelo período de 10 (dez) anos em face do técnico de enfermagem, Rafael Machado do Nascimento, Coren-DF nº 102.168-TEC, por infração aos artigos 5º, 9º, 19, 34 e 78 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Desta decisão caberá recurso à Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

WALKIRIO COSTA ALMEIDA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 33, DE 5 DE MAIO DE 2016

Processo Administrativo Cofen nº 722/2015
Parecer de Relator nº 136/2016
Conselheiro Relator: Dr. Luciano da Silva

Denunciantes: Carlos José Souza; Danilo Valim Silva; Junior Cezar Camilo; Diva Martins Costa; Josiane Queiroz; Eloíza Sales Correia; Sheyla Cristina Calvacanti Bezerra de Carvalho; Hélder Garcia de Azevêdo; Vânia Maciel dos Santos; Nilva Soares Valente; Lygia Araújo Benoo Braga; Elisário Mororó Nobre; Maria José dos Santos; Gilvania Vasconcelos da Silva

Denunciados: Wellington Antônio da Silva; Mônica Borges Silva Souza; Valda Maria Costa Fumeiro; Elissandro Noronha dos Santos; Gilney Guerra de Medeiros; Marcos Wesley de Souza Feitosa; Francisco Ferreira Filho; Ricardo Cristiano da Silva; Kelly Cristine Barros Melo; João Paulo Beserra Lima

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 722/2015. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. Arquivamento do Processo Administrativo Cofen n° 722/2015.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 722/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por aprovar o arquivamento do Processo Administrativo Cofen n° 722/2015 contra os profissionais de enfermagem Wellington Antônio da Silva, Coren-DF nº 53596-ENF, Mônica Borges Silva Souza, Coren-DF nº 176734-ENF, Valda Maria Costa Fumeiro, Coren-DF nº 170362-ENF, Elissandro Noronha dos Santos, Coren-DF nº 135645-ENF, Gilney Guerra de Medeiros, Coren-DF nº 143136-ENF, Marcos Wesley de Souza Feitosa, Coren-DF nº 146933-ENF, Francisco Ferreira Filho, Coren-DF nº 142589-ENF, Ricardo Cristiano da Silva, Coren-DF nº 94516-ENF, Kelly Cristine Barros Melo, Coren-DF nº 67496-ENF, e João Paulo Beserra Lima, Coren-DF nº 129441-ENF.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

LUCIANO DA SILVA
Conselheiro-Relator

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.139, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Altera o artigo 23 da Resolução CFM nº 2.110/2014, publicada no D.O.U. de 19 de novembro de 2014, Seção I, p. 199, e revoga a Resolução CFM nº 2.132/2015, publicada no D.O.U. de 13 de janeiro de 2016, Seção I, p. 67.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e pela Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013; e

CONSIDERANDO a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências,

CONSIDERANDO que o estabelecido no artigo 23 da Resolução CFM nº 2.110/14 vai de encontro ao normatizado na Resolução CFM nº 1.779, de 11 de novembro de 2005, publicada no D.O.U. de 5 de dezembro de 2005, Seção I, p. 121,

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em reunião plenária de 25 de fevereiro de 2016; resolve:

Art. 1º O artigo 23 da Resolução CFM nº 2.110/14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. O médico intervencionista, quando envolvido em atendimento que resulte em óbito de suposta causa violenta ou não natural (homicídio, acidente, suicídio, morte suspeita), deverá obrigatoriamente constatá-lo, mas não atestá-lo. Neste caso, deverá comunicar o fato ao médico regulador, que adotará as medidas necessárias para o encaminhamento do corpo para o Instituto Médico Legal - IML.

Parágrafo único. Em caso de atendimento a paciente que resulte em morte natural (com ou sem assistência médica) ou óbito fetal em que estiver envolvido, o médico intervencionista deverá observar o disposto na Resolução CFM nº 1.779/05 em relação ao fornecimento da declaração de óbito.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Esta resolução revoga a Resolução CFM nº 2.132/15, publicada no D.O.U. de 13 de janeiro de 2016, Seção I, p. 67.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.077, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a prorrogação da intervenção do Confere no Core-ES.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua diretoria executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei nº 8.420/92, de 08/05/1992, e no artigo 12, X, do seu Regimento Interno,

Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores, aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação;

Considerando que o ato que decretou a intervenção no Core-ES foi publicado no Diário Oficial da União, em 04/01/2016, na Seção I, fls. 35, por intermédio da Resolução nº 1.072/2015 - Confere, e que o prazo estabelecido pelo art. 1º da referida norma, expira no dia 09.05.2016;

Considerando a necessidade de finalização dos procedimentos referentes à sindicância que está sendo realizada no Core-ES;

Considerando o dever institucional do Confere de garantir o regular funcionamento das atividades no Core-ES;

Considerando que o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 1.072/2015 - Confere, estabelece que a Intervenção no Core-ES poderá ser prorrogada por iguais períodos de 120 (cento e vinte) dias, constatada a necessidade;

Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para apreciar o assunto, realizada nesta data, resolve:

Art.1º) Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do dia 10 de maio de 2016.

Art. 2º) A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de cessarem os motivos que a determinaram, ou prorrogada por iguais períodos, caso necessário para a finalização dos trabalhos de saneamento da entidade.

Art. 3º) Permanece como interventor o Dr. Daniel Nery do Vabo, com poderes de representação do Core-ES perante as entidades privadas e órgãos públicos federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira de forma a garantir o pleno funcionamento do órgão e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que ensejaram a intervenção e de outras porventura constatadas, podendo admitir e demitir funcionários, celebrar contratos, movimentar e encerrar contas bancárias existentes em nome da entidade, assinar, requisitar e endossar cheques, depositar, sacar, transferir valores, abrir novas contas em instituição bancária e encerrá-las, nomear e destituir procuradores e prepostos, assinar orçamentos, balancetes e prestações de contas, autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e para cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

Art. 4º) Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente do Conselho

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

SOLANGE BARBOSA AZZI
Procuradora-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO NORMATIVA Nº 2, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

Anistia os inscritos profissionais de enfermagem que deixaram de votar nos pleitos eleitorais de 2011 e 2014.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS - COREN-MG, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 15, incisos III, VI e XIV c/c as disposições contidas em seu Regimento Interno, aprovado pela Deliberação n. 89 de 22 de outubro de 2012;homologada pela Decisão Cofen nº 28/2013 de 18/03/2013, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais de Enfermagem, fixada no artigo 20 da Lei 5.905/1973.

Considerando que cabe ao Coren-MG cumprir as atividades elencadas no art. 15 da Lei 5.905/73.

Considerando que o exercício de mandatos de Conselheiros do Coren-MG possui nítido caráter de relevância pública e social.

Considerando que, nos balanços fiscais fornecidos pela Unidade de Contabilidade, à Comissão da Anistia das Multas Eleitorais de 2011 e 2014, criada para verificar a possibilidade de anistiar as multas eleitorais, restou constatado que a anistia fiscal não comprometerá a saúde financeira do Coren-MG.

Considerando que a possibilidade da redução da carga tributária pelo Coren-MG, pela remissão da obrigação tributária principal, referente às multas eleitorais de 2011 e 2014, qualifica a remuneração dos profissionais de enfermagem, possibilitando o investimento em bens de vida, como educação e saúde, contribuindo para o incremento da auto estima pessoal e profissional.

Considerando que, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode haver renúncia de receita, exceto na possibilidade do custo da cobrança exceder o próprio valor a ser recebido, ex vi do inciso II do §3º do art. 14 da LC 101/2000.

Considerando que, em face da expectativa de gastos com publicação de editais no DOU, valores de diligências extrajudiciais e judiciais, custos de lançamento das multas na Dívida Ativa do Coren, custos da cobrança judicial e, o que ficou especialmente consignado na Decisão Normativa Coren-MG nº 70/2015, onde está considerado que débitos inferiores a R$527,20 (quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos), não devem ser objeto de cobrança judicial, por parte da PROGER, posto que são considerados anti-econômicos.

Considerando as conclusões do Laudo Técnico emitido com fundamento nas análises empreendidas nos termos do Processo Licitatório 066/2009, Pregão Eletrônico n. 01/2010, que apurou o custo médio de gastos com Execuções Fiscais no interior e capital de Minas Gerais.

Considerando que, através da Resolução Cofen 489/2015, o Conselho Federal de Enfermagem autorizou aos Conselhos Regionais de Enfermagem, a abertura de processo administrativo visando anistiar as multas eleitorais dos profissionais de enfermagem que deixaram de votar nas últimas eleições para composição de seus Plenários, ocorridas no ano de 2014.

Considerando que nos termos do art. 2º da Resolução nº 489/2015, cada Conselho Regional de Enfermagem, tem ciência de sua realidade local e de como se deu o processo eleitoral de sua jurisdição e, por isso tem capacidade política-administrativa para deliberar acerca da possibilidade de anistiar os eleitores que não votaram nos pleitos eleitorais.

Considerando que o regulamento que vier a proceder à anistia de multas eleitorais deverá, obrigatoriamente, conforme disposição na Resolução Cofen nº 489/2015, ser homologado pelo Cofen, encaminhando-se o devido processo administrativo, acompanhado das atas das deliberações da Diretoria e do Plenário.

Considerando, a deliberação dos Senhores Diretores na 40ª ROD, realizada em 22 de dezembro de 2015;

Considerando ainda, a deliberação dos Senhores Conselheiros na 13ª ROP, realizada em 14 de janeiro de 2016; resolve:

Art. 1º Conceder anistia aos inscritos que deixaram de votar nos pleitos eleitorais do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, nos anos de 2011 e 2014.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário e publique-se.

Art. 10º. Esta decisão entra em vigor após homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem.

MARCOS RUBIO
Presidente do Conselho

KACIANE KRAUSS BRUNO OLIVEIRA
Primeira-Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 97, DE 1º DE MARÇO DE 2016

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS, juntamente com o Secretário, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferida pela Lei nº 5.905/73 e pela Decisão COREN-RS nº 008/2015, nos termos da Decisão COREN-RS nº 025/2016 e, considerando a deliberação do Plenário em sua 401ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º- Alterar o cargo em comissão da Sra. Laura Maria Glüer, brasileira, divorciada, jornalista, portadora do RG nº 7032919206 e do CPF nº 713.607.350-20 de Assessora Institucional para Coordenadora do Departamento de Comunicação Institucional.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, alterando-se os termos da Portaria COREN-RS nº 380/2015 e demais disposições em contrário.

DANIEL MENEZES DE SOUZA
Presidente do Conselho

WILLI WETZEL JUNIOR
Secretário

PORTARIA Nº 99, DE 1º DE MARÇO DE 2016

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS, juntamente com o Secretário, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferida pela Lei nº 5.905/73, pela Decisão COREN-RS nº 008/2015 e, considerando a deliberação do Plenário em sua 401ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º- Alterar a nomenclatura dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança/Gratificadas de acordo com a Decisão COREN-RS nº 025/2016 e atualização do organograma do COREN-RS, conforme designações relacionadas abaixo:

Cargo	Funcionário
Assessor Técnico I	Angélica Schirrmann Ludwig
Assessor Técnico I	Denise Ramos Campão
Coordenador de Processos Administrativos e Contratos	Andréa Pinto de Almeida
Coordenador de Processos Éticos e Fiscalizatórios	Márcio Medeiros Felix
Coordenador de Processos Judiciais	Suzana Schoffen
Coordenador do Departamento Administrativo	Jader Luís Nogueira da Fontoura
Coordenador do Departamento Financeiro	Manoela Silveira Melo
Coordenador do Departamento de Recursos Humanos	Vanessa Escobar Colla
Coordenador do Departamento de Registro e Cadastro	Carmen Regina Olsson
Coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação	Tiago Milioli da Rocha
Secretária do Gabinete	Rosane Ortiz da Rocha

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

DANIEL MENEZES DE SOUZA
Presidente do Conselho

WILLI WETZEL JUNIOR
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Nº 9 - Nos termos do art. 27, do Decreto nº 5.450/05 e art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666/93, HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 08/2016 nos Itens nº 01, 03, 04 e 05 em favor da empresa ELIZABETE MONTEIRO ALVES ME - CNPJ nº 10.256.969/0001-81 e nos Itens nº 02 e 09 em favor da empresa DILAINI ENCARNAÇÃO GALHARDO LOLI ME - CNPJ nº 07.993.274/0001-78.

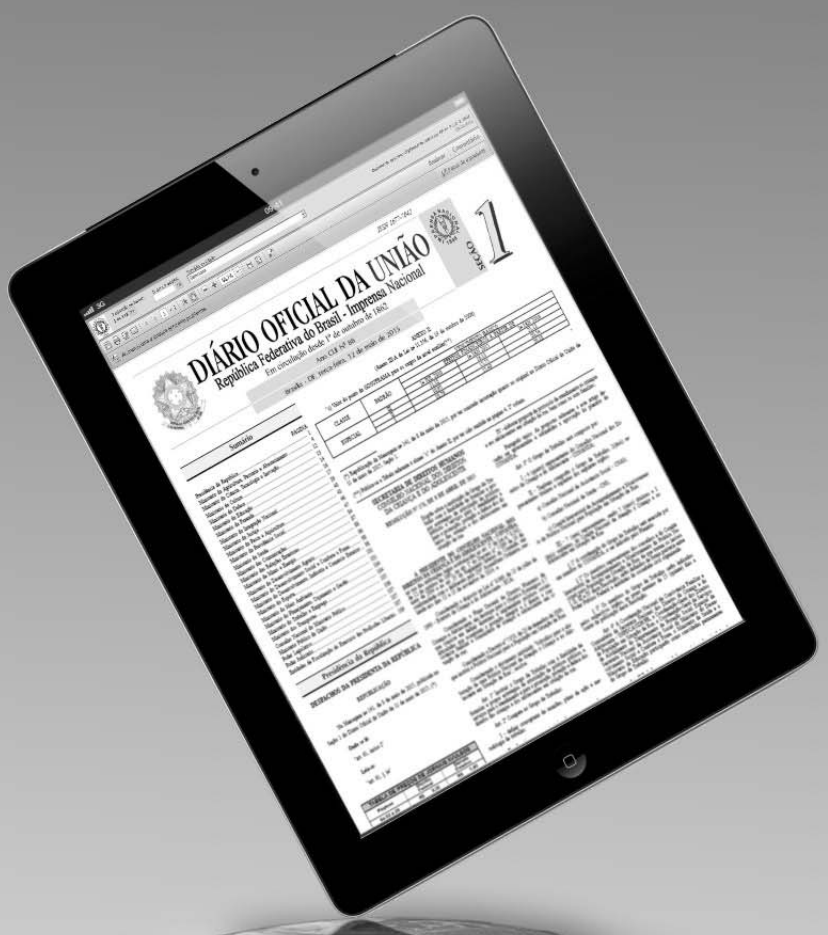
Determino a repetição da licitação para os Itens nº 06 (Néctar de laranja), nº 07 (Néctar de uva) e nº 08 (Açúcar branco refinado). São Paulo/SP, 02 de maio de 2016.

MÁRIO EDUARDO PULGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERNET
www.in.gov.br

1º de outubro de 2015
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
153 anos
Ainda mais ágil e acessível
na versão eletrônica e tão
seguro quanto na impressa.



Acesse as opções de pesquisa
IN Busca Total e Aviso de Publicação no Portal
www.in.gov.br

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Diário Oficial da União Digital

O meio mais prático e econômico de acesso à informação oficial

O portal da Imprensa Nacional oferece:

* Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
* Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
* Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
* Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
* Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050600288

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.